

AVALIAÇÃO DA OPERACIONALIZAÇÃO DOS INSTRUMENTOS TERRITORIAIS

ANEXO II RELATÓRIO FINAL PRELIMINAR

APURAMENTOS DOS GUIÕES DE QUESTÕES FECHADAS

Junho de 2022

Equipa de Avaliação:

iscte

INSTITUTO
UNIVERSITÁRIO
DE LISBOA



Equipa de Avaliação

Coordenação

Paulo Feliciano

Gisela Ferreira

Direção Executiva

Tatiana Alves

Equipa Técnica

Ana Simões

Cláudia Camacho

Filipa Seiceira

Magda Porta

Maria Dulce Santana

Rosa Palma

Rui Godinho

Teresa Evaristo

Peritos

Luís Capucha

Paulo Pedroso

Séraio Caramelo



Índice

Apuramentos Guião de Questões Fechadas para CIM/AM	5
Apuramentos Guião de Questões Fechadas para DLBC Rural	94
Apuramentos Guião de Questões Fechadas para DLBC Rural Açores e Madeira	175
Apuramentos Guião de Questões Fechadas para DLBC Costeiro	222
Apuramentos Guião de Questões Fechadas para DLBC Urbano	302
Inquérito aos Municípios beneficiários dos PDCT	353
Inquérito aos beneficiários dos PDCT	455
Inquérito aos beneficiários dos DLBC Rural	486
Inquérito aos beneficiários dos DLBC Rural Açores e Madeira	572
Inquérito aos beneficiários dos DLBC Costeiro	599
Inquérito aos beneficiários dos DLBC Urbano	638

SIGLAS

AG - Autoridade de Gestão
 AM - Área Metropolitana
 CCDDR - Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional
 CIC - Comissão Interministerial de Coordenação do Portugal 2020
 CIM - Comunidades Intermunicipais
 DLBC - Desenvolvimento Local de Base Comunitária
 EDL - Estratégias de Desenvolvimento Local
 EIDT - Estratégias Integradas de Desenvolvimento Territorial
 FEEI - Fundos Europeus e Estruturais de Investimento
 FSE - Fundo Social Europeu
 FEADER - Fundo Europeu Agrícola para o Desenvolvimento Rural
 FEAMP - Fundo Europeu para os Assuntos Marítimos e as Pescas
 FEDER - Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional
 GA - Grupo de Acompanhamento
 GAL - Grupo de Ação Local
 GAT - Grupo de Apoio Técnico
 ITI - Investimentos Territoriais Integrados
 INE - Instituto Nacional de Estatística
 MAR2020 - Programa Operacional do Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas (Mar 2020)
 NUTS - Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos
 PAMUS - Plano de Ação de Mobilidade Urbana Sustentável
 PAPN - Programa de Apoio à Produção Nacional
 PARU - Plano de Ação de Regeneração Urbana
 PDCT - Pactos para o Desenvolvimento e Coesão Territorial
 PDR - Programa de Desenvolvimento Regional do Continente
 PO Regional - Programa Operacional Regional
 PRODERAM 2020 - Programa de Desenvolvimento Rural da Região Autónoma da Madeira. 2014-2020
 PRORURAL + - Programa de Desenvolvimento Rural da Região Autónoma dos Açores
 PROT - Plano Regional de Ordenamento do Território
 PROVERE - Programa de Valorização Económica dos Recursos Endógenos
 PT2020 - Portugal 2020
 QA - Questão de Avaliação
 QREN - Quadro de Referência Estratégico Nacional

Apuramentos Guião de Questões Fechadas para CIM/AM

COERÊNCIA

Quadro 1. Adequabilidade das prioridades de investimento/domínios de intervenção que foram disponibilizadas para os PDCT

	1 - Nada adequada		2		3		4		5		6 - Muito adequada		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
2.3/2c. O reforço das aplicações TIC na administração pública em linha, aprendizagem em linha, infoinclusão, cultura em linha e saúde em linha	2	9,5	1	4,8	2	9,5	3	14,3	4	19,0	9	42,9	21	100,0
4.3/4c. Apoio à eficiência energética, à gestão inteligente da energia e à utilização das energias renováveis nas infraestruturas públicas, nomeadamente nos edifícios públicos e no setor da habitação	2	10,0	2	10,0	6	30,0	1	5,0	3	15,0	6	30,0	20	100,0
5.1/5i. Apoio ao investimento para a adaptação às alterações climáticas, incluindo abordagens baseadas nos ecossistemas	-	-	3	17,6	2	11,8	2	11,8	3	17,6	7	41,2	17	100,0
5.2/5ii. Promoção de investimentos para abordar riscos específicos, assegurar a capacidade de resistência às catástrofes e desenvolver sistemas de gestão de catástrofes (medidas identificadas nos respetivos planos de emergência e de proteção civil)	2	10,0	-	-	4	20,0	3	15,0	4	20,0	7	35,0	20	100,0
6.1/6i. Investimento no setor dos resíduos para satisfazer os requisitos do acervo da União em matéria de ambiente e para satisfazer as necessidades de investimento que excedam esses requisitos, identificadas pelos Estados-Membros	6	37,5	1	6,3	3	18,8	1	6,3	4	25,0	1	6,3	16	100,0
6.3/6c. Conservação, proteção, promoção e desenvolvimento do património natural e cultural	2	10,0	-	-	1	5,0	4	20,0	5	25,0	8	40,0	20	100,0
8.3/8iii. Emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras	1	4,8	2	9,5	5	23,8	2	9,5	5	23,8	6	28,6	21	100,0
8.8/8a. Apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas e à atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas	1	4,8	1	4,8	3	14,3	4	19,0	6	28,6	6	28,6	21	100,0
9.1/9i. Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e melhoria da empregabilidade	2	11,1	4	22,2	2	11,1	4	22,2	5	27,8	1	5,6	18	100,0
9.4/9iv. Melhoria do acesso a serviços sustentáveis, de grande qualidade e a preços comportáveis, incluindo cuidados de saúde e serviços sociais de interesse geral	4	23,5	1	5,9	3	17,6	4	23,5	2	11,8	3	17,6	17	100,0
9.7/9a. Investimento na saúde e nas infraestruturas sociais que contribuam para o desenvolvimento nacional, regional e local, para a redução das desigualdades de saúde, para a promoção da inclusão social através da melhoria do acesso aos serviços sociais, culturais e de recreio, assim como para a transição dos serviços institucionais para os serviços de base comunitária	-	-	1	4,8	3	14,3	3	14,3	5	23,8	9	42,9	21	100,0
10.1/10.i Redução e prevenção do abandono escolar precoce e promoção da igualdade de acesso a um ensino infantil, primário e secundário de boa qualidade incluindo percursos de aprendizagem formais, não formas e informais para a reintegração no ensino e na formação	1	4,8	-	-	-	-	2	9,5	7	33,3	11	52,4	21	100,0

	1 - Nada adequada		2		3		4		5		6 - Muito adequada		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
10.5/10a. Investimento na educação, na formação e na formação profissional para a aquisição de competências e a aprendizagem ao longo da vida através do desenvolvimento das infraestruturas educativas e formativas	-	-	-	-	2	9,5	3	14,3	4	19,0	12	57,1	21	100,0
4. Investimentos em ativos físicos	1	8,3	3	25,0	1	8,3	4	33,3	2	16,7	1	8,3	12	100,0

Fonte: Inquérito às Comunidades Intermunicipais/Áreas Metropolitanas - Avaliação da Operacionalização dos PDCT, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 2. Média da Adequabilidade das prioridades de investimento/domínios de intervenção que foram disponibilizadas para os PDCT, por região (Escala de 1 – nada adequado a 6- muito adequado)

	Norte		Centro		Lisboa		Alentejo		Total	
	Média	N	Média	N	Média	N	Média	N	Média	N
2.3/2c. O reforço das aplicações TIC na administração pública em linha, aprendizagem em linha, infoinclusão, cultura em linha e saúde em linha	5,14	7	4,63	8	1	1	4,40	5	4,57	21
4.3/4c. Apoio à eficiência energética, à gestão inteligente da energia e à utilização das energias renováveis nas infraestruturas públicas, nomeadamente nos edifícios públicos e no setor da habitação	4,43	7	2,71	7	5	1	4,80	5	3,95	20
5.1/5i. Apoio ao investimento para a adaptação às alterações climáticas, incluindo abordagens baseadas nos ecossistemas	4,43	7	4	6	6	1	5,33	3	4,53	17
5.2/5ii. Promoção de investimentos para abordar riscos específicos, assegurar a capacidade de resistência às catástrofes e desenvolver sistemas de gestão de catástrofes (medidas identificadas nos respetivos planos de emergência e de proteção civil)	4,57	7	4	8	6	1	4,50	4	4,40	20
6.1/6i. Investimento no setor dos resíduos para satisfazer os requisitos do acervo da União em matéria de ambiente e para satisfazer as necessidades de investimento que excedam esses requisitos, identificadas pelos Estados-Membros	3	7	2,5	6	1	1	5,00	2	2,94	16
6.3/6c. Conservação, proteção, promoção e desenvolvimento do património natural e cultural	3,83	6	4,88	8	6	1	5,20	5	4,70	20
8.3/8iii. Emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras	4,43	7	4,37	8	1	1	4,40	5	4,24	21
8.8/8a. Apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas e à atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas	4,57	7	4,5	8	1	1	5,00	5	4,48	21
9.1/9i. Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e melhoria da empregabilidade	4,43	7	2,83	6	3	1	3,00	4	3,50	18
9.4/9iv. Melhoria do acesso a serviços sustentáveis, de grande qualidade e a preços comportáveis, incluindo cuidados de saúde e serviços sociais de interesse geral	3,57	7	3,17	6	3	1	4,00	3	3,47	17
9.7/9a. Investimento na saúde e nas infraestruturas sociais que contribuam para o desenvolvimento nacional, regional e local, para a redução das desigualdades de saúde, para a promoção da inclusão social através da melhoria do acesso aos serviços sociais, culturais e de recreio, assim como para a transição dos serviços institucionais para os serviços de base comunitária	4,71	7	4,75	8	6	1	5,00	5	4,86	21
10.1/10.i Redução e prevenção do abandono escolar precoce e promoção da igualdade de acesso a um ensino infantil, primário e secundário de boa qualidade incluindo percursos de aprendizagem formais, não formais e informais para a reintegração no ensino e na formação	5	7	5,38	8	5	1	5,40	5	5,24	21
10.5/10a. Investimento na educação, na formação e na formação profissional para a aquisição de competências e a aprendizagem ao longo da vida através do desenvolvimento das infraestruturas educativas e formativas	5,43	7	5,13	8	6	1	5,00	5	5,24	21
4. Investimentos em ativos físicos	4	5	3	6	-	-	4,00	1	3,50	12

Fonte: Inquérito às Comunidades Intermunicipais/Áreas Metropolitanas - Avaliação da Operacionalização dos PDCT, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 3. Prioridades/áreas de intervenção não foram contempladas nos PDCT (não constavam das prioridades pré-definidas constantes do Convite), mas que poderiam ter sido

	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo
5.1; 9.4				1
5.1/5i; 6.1/6i; 9.1/9i; 9.4/9iv e 4		1		
9.1; 6.1; 5.1		1		
Conservação, proteção, promoção e desenvolvimento do património natural e cultural	1			
Dar a possibilidade de contratualizar com todos os PO e permitir contratualizar estratégias de eficiência coletiva em vários domínios temáticos, com os atores do território		1		
Estradas, Sistemas de Abastecimento e de drenagem/tratamento de Água em baixa				1
Infraestruturas básicas em baixa, infraestruturas rodoviárias, apoio à cultura, revitalização e limpeza de espaço público, mobilidade, ambiente, economia e apoio ao investimento				1
Infraestruturas de Comunicações, Energia e Rodoviárias	1			
Mais relevante do que identificar prioridades, a opção de fechar os PI a um menu predefinido é um entrave a um desejado processo de territorialização das políticas públicas. Com a lógica observada no APPT2020, foi privilegiada uma abordagem one size fits all e desconsidera em absoluto os diagnósticos territoriais elaborados no âmbito das EIDT.			1	
Património natural e cultural; Áreas aolhimento empresarial; Equipamentos de Saúde, Reabilitação Urbana; Smart Cities; Centros de formação para ativos; Descarbonização	1			
PEDU/PARU		1		1
Prover, Ciclo Urbano da Água, Regeneração Urbana, Mobilidade Urbana Sustentável, Cadastro, Proteção Civil, Proteção de Riscos, Reforço da Adaptação às Alterações Climáticas, Mobilidade e Transportes		1		
Reabilitação urbana / Mobilidade Urbana Sustentável	2			
Regeneração Urbana				1
SAAC; Promoção Turística; Programação Cultural em Rede; Mobilidade, Proteção Civil; Apoio à Ciência e Tecnologia; AAE; Ciclo Urbano da Água		1		
Turismo, Cultura, ação social		1		

Fonte: Inquérito às Comunidades Intermunicipais/Áreas Metropolitanas - Avaliação da Operacionalização dos PDCT, ISCTE/PPPL, 2021.

Quadro 4. Avaliação do financiamento contratualizado, por prioridade de investimento, face às prioridades do PDCT

	1 Sub-financiamento		2 Financiamento ajustado		3 Sobre-financiamento		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%
2.3/2c. O reforço das aplicações TIC na administração pública em linha, aprendizagem em linha, infoinclusão, cultura em linha e saúde em linha	13	61,9	7	33,3	1	4,8	21	100,0
4.3/4c. Apoio à eficiência energética, à gestão inteligente da energia e à utilização das energias renováveis nas infraestruturas públicas, nomeadamente nos edifícios públicos e no setor da habitação	6	30	7	35	7	35	20	100,0
5.1/5i. Apoio ao investimento para a adaptação às alterações climáticas, incluindo abordagens baseadas nos ecossistemas	10	55,6	8	44,4	-	-	18	100,0
5.2/5ii. Promoção de investimentos para abordar riscos específicos, assegurar a capacidade de resistência às catástrofes e desenvolver sistemas de gestão de catástrofes (medidas identificadas nos respetivos planos de emergência e de proteção civil)	10	50,0	10	50	-	-	20	100,0
6.1/6i. Investimento no setor dos resíduos para satisfazer os requisitos do acervo da União em matéria de ambiente e para satisfazer as necessidades de investimento que excedam esses requisitos, identificadas pelos Estados-Membros	10	62,5	6	37,5	-	-	16	100,0
6.3/6c. Conservação, proteção, promoção e desenvolvimento do património natural e cultural	12	60,0	8	40,0	-	-	20	100,0
8.3/8iii. Emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras	11	52,4	4	19	6	28,6	21	100,0
8.8/8a. Apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas e à atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas	16	76,2	4	19	1	4,8	21	100,0
9.1/9i. Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e melhoria da empregabilidade	9	47,4	8	42,1	2	10,5	19	100,0
9.4/9iv. Melhoria do acesso a serviços sustentáveis, de grande qualidade e a preços comportáveis s, incluindo cuidados de saúde e serviços sociais de interesse geral	11	61,1	6	33,3	1	5,6	18	100,0
9.7/9a. Investimento na saúde e nas infraestruturas sociais que contribuam para o desenvolvimento nacional, regional e local, para a redução das desigualdades de saúde, para a promoção da inclusão social através da melhoria do acesso aos serviços sociais, culturais e de recreio, assim como para a transição dos serviços institucionais para os serviços de base comunitária	16	76,2	4	19,0	1	4,8	21	100,0

	1 Sub-financiamento		2 Financiamento ajustado		3 Sobre-financiamento		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%
10.1/10.i Redução e prevenção do abandono escolar precoce e promoção da igualdade de acesso a um ensino infantil, primário e secundário de boa qualidade incluindo percursos de aprendizagem formais, não formas e informais para a reintegração no ensino e na formação	5	23,8	14	66,7	2	9,5	21	100,0
10.5/10a. Investimento na educação, na formação e na formação profissional para a aquisição de competências e a aprendizagem ao longo da vida através do desenvolvimento das infraestruturas educativas e formativas	16	76,2	5	23,8	-	-	21	100,0
4. Investimentos em ativos físicos	5	38,5	7	53,8	1	7,7	13	100,0

Fonte: Inquérito às Comunidades Intermunicipais/Áreas Metropolitanas - Avaliação da Operacionalização dos PDCT, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 5. Avaliação do financiamento contratualizado, por prioridade de investimento, face às prioridades do PDCT, Norte

	1 Sub-financiamento		2 Financiamento ajustado		3 Sobre-financiamento		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%
2.3/2c. O reforço das aplicações TIC na administração pública em linha, aprendizagem em linha, infoinclusão, cultura em linha e saúde em linha	4	57,1	2	28,6	1	14,3	7	100,0
4.3/4c. Apoio à eficiência energética, à gestão inteligente da energia e à utilização das energias renováveis nas infraestruturas públicas, nomeadamente nos edifícios públicos e no setor da habitação	2	28,6	2	28,6	3	42,9	7	100,0
5.1/5i. Apoio ao investimento para a adaptação às alterações climáticas, incluindo abordagens baseadas nos ecossistemas	3	42,9	4	57,1	-	-	7	100,0
5.2/5ii. Promoção de investimentos para abordar riscos específicos, assegurar a capacidade de resistência às catástrofes e desenvolver sistemas de gestão de catástrofes (medidas identificadas nos respetivos planos de emergência e de proteção civil)	3	42,9	4	57,1	-	-	7	100,0
6.1/6i. Investimento no setor dos resíduos para satisfazer os requisitos do acervo da União em matéria de ambiente e para satisfazer as necessidades de investimento que excedam esses requisitos, identificadas pelos Estados-Membros	4	57,1	3	42,9	-	-	7	100,0
6.3/6c. Conservação, proteção, promoção e desenvolvimento do património natural e cultural	5	83,3	1	16,7	-	-	6	100,0
8.3/8iii. Emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras	3	42,9	1	14,3	3	42,9	7	100,0
8.8/8a. Apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas e à atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas	7	100,0	-	-	-	-	7	100,0
9.1/9i. Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e melhoria da empregabilidade	3	42,9	3	42,9	1	14,3	7	100,0
9.4/9iv. Melhoria do acesso a serviços sustentáveis, de grande qualidade e a preços comportáveis s, incluindo cuidados de saúde e serviços sociais de interesse geral	4	57,1	2	28,6	1	14,3	7	100,0
9.7/9a. Investimento na saúde e nas infraestruturas sociais que contribuam para o desenvolvimento nacional, regional e local, para a redução das desigualdades de saúde, para a promoção da inclusão social através da melhoria do acesso aos serviços sociais, culturais e de recreio, assim como para a transição dos serviços institucionais para os serviços de base comunitária	6	85,7	-	-	1	14,3	7	100,0
10.1/10.i Redução e prevenção do abandono escolar precoce e promoção da igualdade de acesso a um ensino infantil, primário e secundário de boa qualidade incluindo percursos de aprendizagem formais, não formas e informais para a reintegração no ensino e na formação	2	28,6	5	71,4	-	-	7	100,0
10.5/10a. Investimento na educação, na formação e na formação profissional para a aquisição de competências e a aprendizagem ao longo da vida através do desenvolvimento das infraestruturas educativas e formativas	5	71,4	2	28,6	-	-	7	100,0
4. Investimentos em ativos físicos	2	40,0	2	40,0	1	20,0	5	100,0

Fonte: Inquérito às Comunidades Intermunicipais/Áreas Metropolitanas - Avaliação da Operacionalização dos PDCT, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 6. Avaliação do financiamento contratualizado, por prioridade de investimento, face às prioridades do PDCT, Centro

	1 Sub-financiamento		2 Financiamento ajustado		3 Sobre-financiamento		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%
2.3/2c. O reforço das aplicações TIC na administração pública em linha, aprendizagem em linha, infoinclusão, cultura em linha e saúde em linha	5	62,5	3	37,5	-	-	8	100,0
4.3/4c. Apoio à eficiência energética, à gestão inteligente da energia e à utilização das energias renováveis nas infraestruturas públicas, nomeadamente nos edifícios públicos e no setor da habitação	3	42,9	3	42,9	1	14,3	7	100,0
5.1/5i. Apoio ao investimento para a adaptação às alterações climáticas, incluindo abordagens baseadas nos ecossistemas	5	71,4	2	28,6	-	-	7	100,0
5.2/5ii. Promoção de investimentos para abordar riscos específicos, assegurar a capacidade de resistência às catástrofes e desenvolver sistemas de gestão de catástrofes (medidas identificadas nos respetivos planos de emergência e de proteção civil)	4	50,0	4	50,0	-	-	8	100,0
6.1/6i. Investimento no setor dos resíduos para satisfazer os requisitos do acervo da União em matéria de ambiente e para satisfazer as necessidades de investimento que excedam esses requisitos, identificadas pelos Estados-Membros	4	66,7	2	33,3	-	-	6	100,0
6.3/6c. Conservação, proteção, promoção e desenvolvimento do património natural e cultural	5	62,5	3	37,5	-	-	8	100,0
8.3/8iii. Emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras	5	62,5	1	12,5	2	25,0	8	100,0
8.8/8a. Apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas e à atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas	6	75,0	2	25,0	-	-	8	100,0
9.1/9i. Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e melhoria da empregabilidade	5	71,4	1	14,3	1	14,3	7	100,0
9.4/9iv. Melhoria do acesso a serviços sustentáveis, de grande qualidade e a preços comportáveis, incluindo cuidados de saúde e serviços sociais de interesse geral	5	71,4	2	28,6	-	-	7	100,0
9.7/9a. Investimento na saúde e nas infraestruturas sociais que contribuam para o desenvolvimento nacional, regional e local, para a redução das desigualdades de saúde, para a promoção da inclusão social através da melhoria do acesso aos serviços sociais, culturais e de recreio, assim como para a transição dos serviços institucionais para os serviços de base comunitária	5	62,5	3	37,5	-	-	8	100,0
10.1/10.i Redução e prevenção do abandono escolar precoce e promoção da igualdade de acesso a um ensino infantil, primário e secundário de boa qualidade incluindo percursos de aprendizagem formais, não formais e informais para a reintegração no ensino e na formação	2	25,0	5	62,5	1	12,5	8	100,0
10.5/10a. Investimento na educação, na formação e na formação profissional para a aquisição de competências e a aprendizagem ao longo da vida através do desenvolvimento das infraestruturas educativas e formativas	6	75,0	2	25,0	-	-	8	100,0
4. Investimentos em ativos físicos	2	33,3	4	66,7	-	-	6	100,0

Fonte: Inquérito às Comunidades Intermunicipais/Áreas Metropolitanas - Avaliação da Operacionalização dos PDCT, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 7. Avaliação do financiamento contratualizado, por prioridade de investimento, face às prioridades do PDCT, Lisboa

	1 Sub-financiamento		2 Financiamento ajustado		3 Sobre-financiamento		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%
2.3/2c. O reforço das aplicações TIC na administração pública em linha, aprendizagem em linha, infoinclusão, cultura em linha e saúde em linha	1	100,0	-	-	-	-	-	100,0
4.3/4c. Apoio à eficiência energética, à gestão inteligente da energia e à utilização das energias renováveis nas infraestruturas públicas, nomeadamente nos edifícios públicos e no setor da habitação	1	100,0	-	-	-	-	-	100,0
5.1/5i. Apoio ao investimento para a adaptação às alterações climáticas, incluindo abordagens baseadas nos ecossistemas	1	100,0	-	-	-	-	-	100,0
5.2/5ii. Promoção de investimentos para abordar riscos específicos, assegurar a capacidade de resistência às catástrofes e desenvolver sistemas de gestão de catástrofes (medidas identificadas nos respetivos planos de emergência e de proteção civil)	1	100,0	-	-	-	-	-	100,0
6.1/6i. Investimento no setor dos resíduos para satisfazer os requisitos do acervo da União em matéria de ambiente e para satisfazer as necessidades de investimento que excedam esses requisitos, identificadas pelos Estados-Membros	1	100,0	-	-	-	-	-	100,0
6.3/6c. Conservação, proteção, promoção e desenvolvimento do património natural e cultural	1	100,0	-	-	-	-	-	100,0
8.3/8iii. Emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras	1	100,0	-	-	-	-	-	100,0
8.8/8a. Apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas e à atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas	1	100,0	-	-	-	-	-	100,0
9.1/9i. Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e melhoria da empregabilidade	1	100,0	-	-	-	-	-	100,0
9.4/9iv. Melhoria do acesso a serviços sustentáveis, de grande qualidade e a preços comportáveis s, incluindo cuidados de saúde e serviços sociais de interesse geral	1	100,0	-	-	-	-	-	100,0
9.7/9a. Investimento na saúde e nas infraestruturas sociais que contribuam para o desenvolvimento nacional, regional e local, para a redução das desigualdades de saúde, para a promoção da inclusão social através da melhoria do acesso aos serviços sociais, culturais e de recreio, assim como para a transição dos serviços institucionais para os serviços de base comunitária	1	100,0	-	-	-	-	-	100,0
10.1/10.i Redução e prevenção do abandono escolar precoce e promoção da igualdade de acesso a um ensino infantil, primário e secundário de boa qualidade incluindo percursos de aprendizagem formais, não formas e informais para a reintegração no ensino e na formação	1	100,0	-	-	-	-	-	100,0
10.5/10a. Investimento na educação, na formação e na formação profissional para a aquisição de competências e a aprendizagem ao longo da vida através do desenvolvimento das infraestruturas educativas e formativas	1	100,0	-	-	-	-	-	100,0
4. Investimentos em ativos físicos	1	100,0	-	-	-	-	-	100,0

Fonte: Inquérito às Comunidades Intermunicipais/Áreas Metropolitanas - Avaliação da Operacionalização dos PDCT, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 8. Avaliação do financiamento contratualizado, por prioridade de investimento, face às prioridades do PDCT, Alentejo

	1 Sub-financiamento		2 Financiamento ajustado		3 Sobre-financiamento		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%
2.3/2c. O reforço das aplicações TIC na administração pública em linha, aprendizagem em linha, infoinclusão, cultura em linha e saúde em linha	3	60,0	2	40,0	-	-	5	100,0
4.3/4c. Apoio à eficiência energética, à gestão inteligente da energia e à utilização das energias renováveis nas infraestruturas públicas, nomeadamente nos edifícios públicos e no setor da habitação	-	-	2	40,0	3	60,0		100,0
5.1/5i. Apoio ao investimento para a adaptação às alterações climáticas, incluindo abordagens baseadas nos ecossistemas	1	33,3	2	66,7	-	-	3	100,0
5.2/5ii. Promoção de investimentos para abordar riscos específicos, assegurar a capacidade de resistência às catástrofes e desenvolver sistemas de gestão de catástrofes (medidas identificadas nos respetivos planos de emergência e de proteção civil)	2	50,0	2	50,0	-	-	4	100,0
6.1/6i. Investimento no setor dos resíduos para satisfazer os requisitos do acervo da União em matéria de ambiente e para satisfazer as necessidades de investimento que excedam esses requisitos, identificadas pelos Estados-Membros	1	50,0	1	50,0	-	-	2	100,0
6.3/6c. Conservação, proteção, promoção e desenvolvimento do património natural e cultural	1	20,0	4	80,0	-	-	5	100,0
8.3/8iii. Emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras	2	40,0	2	40,0	1	20,0	5	100,0
8.8/8a. Apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas e à atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas	2	40,0	2	40,0	1	20,0	5	100,0
9.1/9i. Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e melhoria da empregabilidade	-	-	4	100,0	-	-	4	100,0
9.4/9iv. Melhoria do acesso a serviços sustentáveis, de grande qualidade e a preços comportáveis s, incluindo cuidados de saúde e serviços sociais de interesse geral	1	33,3	2	66,7	-	-	3	100,0
9.7/9a. Investimento na saúde e nas infraestruturas sociais que contribuam para o desenvolvimento nacional, regional e local, para a redução das desigualdades de saúde, para a promoção da inclusão social através da melhoria do acesso aos serviços sociais, culturais e de recreio, assim como para a transição dos serviços institucionais para os serviços de base comunitária	4	80,0	1	20,0	-	-		100,0
10.1/10.i Redução e prevenção do abandono escolar precoce e promoção da igualdade de acesso a um ensino infantil, primário e secundário de boa qualidade incluindo percursos de aprendizagem formais, não formais e informais para a reintegração no ensino e na formação	-	-	4	80,0	1	20,0	3	100,0
10.5/10a. Investimento na educação, na formação e na formação profissional para a aquisição de competências e a aprendizagem ao longo da vida através do desenvolvimento das infraestruturas educativas e formativas	4	80,0	1	20,0	-	-	5	100,0
4. Investimentos em ativos físicos	-	-	1	100,0	-	-	1	100,0

Fonte: Inquérito às Comunidades Intermunicipais/Áreas Metropolitanas - Avaliação da Operacionalização dos PDCT, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 9. Outros instrumentos o PDCT com que articula, por região

	Norte (N=7)		Centro (N=8)		Lisboa (N=1)		Alentejo (N=5)		Total (N=21)	
	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos
Intermunicipais de Adaptação às alterações climáticas	3	14,3	5	23,8	-	-	4	19,0	12	57,1
Plano Intermunicipal de Mobilidade e Transporte	3	14,3	6	28,6	-	-	4	19,0	13	61,9
Planos de Desenvolvimento Social/Referencial Estratégico da Rede Social	2	9,5	5	23,8	-	-	1	4,8	8	38,1
Planos Municipais para a Igualdade	1	4,8	3	14,3	-	-	1	4,8	5	23,8
Planos de Defesa da Floresta contra Incêndios	1	4,8	6	28,6	-	-	2	9,5	9	42,9
Planos Municipais de Saúde	-	-	6	28,6	-	-	-	-	6	28,6
Contrato Local de Desenvolvimento Social - CLDS	2	9,5	1	4,8	-	-	2	9,5	5	23,8
Gabinete de Inserção Profissional - GIP	1	4,8	1	4,8	-	-			2	9,5
Plano de Ação Integrado para as Comunidades Desfavorecidas - PAICD	2	9,5	3	14,3	-	-	1	4,8	6	28,6
Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano	4	19,0	4	19,0	1	4,8	3	14,3	12	57,1
Programa de Valorização Económica dos Recursos Endógenos - PROVERE	3	14,3	5	23,8	-	-	1	4,8	9	42,9
Mobilidade Urbana Sustentável - MUS	5	23,8	2	9,5	1	4,8	3	14,3	11	52,4
Plano de Ação de Regeneração Urbana - PARU	5	23,8	6	28,6	1	4,8	2	9,5	14	66,7
Território Educativo de Intervenção Prioritária - TEIP	3	14,3	2	9,5	-	-	1	4,8	6	28,6
Desenvolvimento local de Base comunitária	4	19,0	6	28,6	-	-	4	19,0	14	66,7

Fonte: Inquérito às Comunidades Intermunicipais/Áreas Metropolitanas - Avaliação da Operacionalização dos PDCT, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 10. Contributo de outras intervenções (para além do PDCT) para alcançar os objetivos e prioridades da EIDT

1 - Nulo		2		3		4		5		6 – Muito elevado		Total	
N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
-	-	-	-	4	19,0	7	33,3	9	42,9	1	4,8	21	100,0

Fonte: Inquérito às Comunidades Intermunicipais/Áreas Metropolitanas - Avaliação da Operacionalização dos PDCT, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 11. Média Contributo de outras intervenções (para além do PDCT) para alcançar os objetivos e prioridades da EIDT, por região (Escala de 1 – nulo a 6- muito elevado)

Norte		Centro		Lisboa		Alentejo		Total	
Média	N	Média	N	Média	N	Média	N	Média	N
4,57	7	4,25	8	3,00	1	4,40	5	4,33	21

Fonte: Inquérito às Comunidades Intermunicipais/Áreas Metropolitanas - Avaliação da Operacionalização dos PDCT, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 12. Esse contributo foi explicitado em sede de formulação estratégica?

	Norte		Centro		Lisboa		Alentejo		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Sim	5	71,4	6	85,7	1	100,0	4	80,0	16	80,0
Não	2	28,6	1	14,3	-	-	1	20,0	4	20,0
Total	7	100,0	7	100,0	1	100,0	5	100,0	20	100,0

Fonte: Inquérito às Comunidades Intermunicipais/Áreas Metropolitanas - Avaliação da Operacionalização dos PDCT, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 13. Existiu uma preocupação da CIM/AM em articular o PDCT com outros instrumentos de financiamento do PT2020 ou de outras fontes de financiamento

	Norte		Centro		Lisboa		Alentejo		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Na fase de programação										
Não	3	42,9	-	-	-	-	1	20,0	4	22,2
Sim, exclusivamente do PT2020	1	14,3	-	-	-	-	2	40,0	3	16,7
Sim, do PT2020 e de outras fontes de financiamento	3	42,9	6	100,0	-	-	2	40,0	11	61,1
Total	7	100,0	6	100,0	-	-	5	100,0	18	100,0
Na fase de implementação										
Não	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Sim, exclusivamente do PT2020	2	28,6	1	12,5	-	-	2	40,0	5	23,8
Sim, do PT2020 e de outras fontes de financiamento	5	71,4	7	87,5	1	100,0	3	60,0	16	76,2
Total	7	100,0	8	100,0	1	100,0	5	100,0	21	100,0

Fonte: Inquérito às Comunidades Intermunicipais/Áreas Metropolitanas - Avaliação da Operacionalização dos PDCT, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 14. Que instrumentos de financiamento foram mobilizados?

	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo
BEI, IFRRU				1
EEA GRANTS, ERASMUS		1		
EEA Grants, PORL (DEFER, FSE), POSEUR (FC)			1	
FEADER e FEAM		1		
Fundo Europeu de Eficiência Energética, EEA Grants, Fundo Ambiental, Fundo de Turismo, OE, ...				1
INTERREG	1			
Nacionais e comunitários	1			
PDR2020, POSEUR, POISE	1			
PEDU, PARU, Património Natural e Cultural, Turismo Portugal, POCTEP	1			
PO Centro; POSEUR; POISE; Fundo Ambiental; Programa Valorizar		1		
POSEUR, FUNDO AMBIENTAL, COMPETE	1			
POSEUR, PDR, Mar 2020		1		
Recurso aos fundos do PT 2020 (POSEUR, COMPETE2020, POISE, POCH), Cooperação internacionais (Interreg's), fundos nacionais (Fundo Ambiental, Fundo Florestal Permanente, Fundo de Transportes) e Fundos Comunitários Centralizados		1		
Vários instrumento, quer dentro do PT 2020, quer noutros instrumentos como seja LIFE, interreg, etc		1		

Fonte: Inquérito às Comunidades Intermunicipais/Áreas Metropolitanas - Avaliação da Operacionalização dos PDCT, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 15. Forma de articulação

	Norte		Centro		Lisboa		Alentejo		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
A priori: com a conceção de projetos, com ações com execução atribuída a fontes de financiamento diversificadas,	1	14,3	3	37,5	-	-	1	25,0	5	25,0
A posteriori: com a busca de fontes de financiamento para projetos não abrangidos pelos financiamentos atribuídos no	6	85,7	5	62,5	1	100,0	3	75,0	15	75,0
Total	7	100,0	8	100,0	1	100,0	4	100,0	20	100,0

Fonte: Inquérito às Comunidades Intermunicipais/Áreas Metropolitanas - Avaliação da Operacionalização dos PDCT, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 16. As fontes de financiamento consideradas foram as mais adequadas?

	Norte		Centro		Lisboa		Alentejo		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Na fase de programação										
Sim	3	50,0	3	42,9	-	-	3	75,0	9	50,0
Não	3	50,0	4	57,1	1	100,0	1	25,0	9	50,0
Total	6	100,0	7	100,0	1	100,0	4	100,0	18	100,0
Na fase de implementação										
Sim	5	71,4	5	71,4	-	-	3	75,0	13	68,4
Não	2	28,6	2	28,6	1	100,0	1	25,0	6	31,6
Total	7	100,0	7	100,0	1	100,0	4	100,0	19	100,0

Fonte: Inquérito às Comunidades Intermunicipais/Áreas Metropolitanas - Avaliação da Operacionalização dos PDCT, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 17. Contributo do modelo de aprovação/negociação (processo concorrencial com pré-qualificação seguido de uma negociação) para a melhoria dos seguintes parâmetros

	1 - Nulo		2		3		4		5		6 - Muito elevado		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Relevância do instrumento para a estratégia	2	10,0	5	25,0	4	20,0	6	30,0	3	15,0	-	-	20	100,0
Coerência entre o instrumento e as prioridades da intervenção no território	1	5,0	5	25,0	6	30,0	4	20,0	4	20,0	-	-	20	100,0
Adequação dos processos de implementação face aos objetivos, metas e à natureza intermunicipal dos investimentos.	2	10,5	4	21,1	8	42,1	3	15,8	2	10,5	-	-	19	100,0
Simplificação do processo de seleção	2	10,5	11	57,9	3	15,8	2	10,5	1	5,3	-	-	19	100,0
Celeridade do processo de seleção	3	16,7	6	33,3	7	38,9	1	5,6	1	5,6	-	-	18	100,0
Aumento da qualidade das EIDT/PDCT	1	5,3	7	36,8	5	26,3	6	31,6	-	-	-	-	19	100,0
Criação de novas parcerias nos territórios	2	10,5	7	36,8	4	21,1	5	26,3	1	5,3	-	-	19	100,0
Envolvimento de parceiros na EIDT/PDCT	1	5,3	5	26,3	3	15,8	7	36,8	3	15,8	-	-	19	100,0
Dotação financeira atribuída associada à qualidade e aos objetivos dos PDCT	2	10,0	12	60,0	4	20,0	1	5,0	-	-	1	5,0	20	100,0
Simplificação do processo de seleção e aprovação das EIDT/PDCT	3	15,8	6	31,6	6	31,6	1	5,3	2	10,5	1	5,3	19	100,0
Outro	1	100,0	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	100,0

Fonte: Inquérito às Comunidades Intermunicipais/Áreas Metropolitanas - Avaliação da Operacionalização dos PDCT, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 18. Média do Contributo do modelo de aprovação/negociação (processo concorrencial com pré-qualificação seguido de uma negociação) para a melhoria dos seguintes parâmetros, por região (Escala de 1 – nulo a 6- muito elevado)

	Norte		Centro		Lisboa		Alentejo		Total	
	Média	N	Média	N	Média	N	Média	N	Média	N
Relevância do instrumento para a estratégia	3,57	7	2,71	7	1	1	3,6	5	3,15	20
Coerência entre o instrumento e as prioridades da intervenção no território	3,71	7	2,86	7	1	1	3,6	5	3,25	20
Adequação dos processos de implementação face aos objetivos, metas e à natureza intermunicipal dos investimentos.	3,43	7	2,71	7	1	1	3	4	2,95	19
Simplificação do processo de seleção	2,71	7	2	7	1	1	3	4	2,42	19
Celeridade do processo de seleção	3	7	2,17	6	1	1	2,5	4	2,5	18
Aumento da qualidade das EIDT/PDCT	3,14	7	2,71	7	1	1	3	4	2,84	19
Criação de novas parcerias nos territórios	3	7	2,86	7	1	1	2,75	4	2,79	19
Envolvimento de parceiros na EIDT/PDCT	3,71	7	3,33	6	1	1	3,2	5	3,32	19
Dotação financeira atribuída associada à qualidade e aos objetivos dos PDCT	2,14	7	2,71	7	1	1	2,6	5	2,4	20
Simplificação do processo de seleção e aprovação das EIDT/PDCT	3,29	7	2,71	7	1	1	2,5	4	2,79	19
Outro	1	1							1	1

Fonte: Inquérito às Comunidades Intermunicipais/Áreas Metropolitanas - Avaliação da Operacionalização dos PDCT, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 19. Outros. Quais?

	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo
Adaptar os PDCT às realidades específicas de cada Região em detrimento do "one size fits all"		1		
Não houve processo de negociação, foi imposição, e as parcerias foram impostas				1

Fonte: Inquérito às Comunidades Intermunicipais/Áreas Metropolitanas - Avaliação da Operacionalização dos PDCT, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 20. Contributo do processo de negociação e das alterações introduzidas na fase de contratualização para as seguintes dimensões

	1 - Nulo		2		3		4		5		6 - Muito elevado		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Melhorar o alinhamento entre objetivos e medidas			3	15,0	12	60,0	4	20,0	1	5,0	-	-	20	100,0
Melhorar a coerência entre a alocação de verbas e as necessidades definidas	1	5,0	3	15,0	7	35,0	5	25,0	3	15,0	1	5,0	20	100,0
Melhorar o alinhamento entre medidas e resultados	1	5,0	4	20,0	9	45,0	4	20,0	1	5,0	1	5,0	20	100,0
Melhorar a adequação dos indicadores às tipologias de intervenção	2	10,0	4	20,0	8	40,0	3	15,0	2	10,0	1	5,0	20	100,0
Melhorar a adequação das metas aos resultados esperados	1	5,0	3	15,0	10	50,0	3	15,0	2	10,0	1	5,0	20	100,0
Aumentar a incorporação de princípios horizontais (inovação, parceria,...)	2	10,0	3	15,0	8	40,0	5	25,0	2	10,0	-	-	20	100,0
Assegurar o cumprimento dos requisitos de conteúdos definidos em sede de aviso de concurso	2	10,0	5	25,0	6	30,0	5	25,0	2	10,0	-	-	20	100,0
Assegurar o cumprimento de requisitos administrativos definidos em sede de concurso	2	10,0	5	25,0	7	35,0	3	15,0	3	15,0	-	-	20	100,0
Incrementar/clarificar os conteúdos da proposta	1	5,0	7	35,0	7	35,0	4	20,0	-	-	1	5,0	20	100,0

Fonte: Inquérito às Comunidades Intermunicipais/Áreas Metropolitanas - Avaliação da Operacionalização dos PDCT, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 21. Média do Contributo do processo de negociação e das alterações introduzidas na fase de contratualização para as seguintes dimensões (Escala de 1 – nulo a 6- muito elevado)

	Norte		Centro		Lisboa		Alentejo		Total	
	Média	N	Média	N	Média	N	Média	N	Média	N
Melhorar o alinhamento entre objetivos e medidas	3,00	7	3,14	7	3,00	1	3,40	5	3,15	20
Melhorar a coerência entre a alocação de verbas e as necessidades definidas	3,29	7	3,43	7	2,00	1	4,00	5	3,45	20
Melhorar o alinhamento entre medidas e resultados	3,00	7	3,29	7	2,00	1	3,40	5	3,15	20
Melhorar a adequação dos indicadores às tipologias de intervenção	3,00	7	3,43	7	2,00	1	3,00	5	3,10	20
Melhorar a adequação das metas aos resultados esperados	3,14	7	3,57	7	2,00	1	3,20	5	3,25	20
Aumentar a incorporação de princípios horizontais (inovação, parceria,...)	2,86	7	3,57	7	3,00	1	2,80	5	3,10	20
Assegurar o cumprimento dos requisitos de conteúdos definidos em sede de aviso de concurso	3,14	7	2,86	7	5,00	1	2,60	5	3,00	20
Assegurar o cumprimento de requisitos administrativos definidos em sede de concurso	3,14	7	2,86	7	5,00	1	2,60	5	3,00	20
Incrementar/clarificar os conteúdos da proposta	3,00	7	2,86	7	3,00	1	2,80	5	2,90	20

Fonte: Inquérito às Comunidades Intermunicipais/Áreas Metropolitanas - Avaliação da Operacionalização dos PDCT, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 22. Em que medida as entidades representativas dos setores económico, social e ambiental e das agências públicas responsáveis pela implementação das políticas setoriais participaram na definição da EIDT?

	1 - Não participaram		2		3		4		5		6 - Participaram com muita frequência		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Municípios	-	-	-	-	-	-	-	-	3	14,3	18	85,7	21	100,0
Juntas de freguesia	10	47,6	3	14,3	5	23,8	2	9,5	1	4,8	-	-	21	100,0
POR/CCPPOR/CCDR	-	-	1	4,8	3	14,3	3	14,3	5	23,8	9	42,9	21	100,0
Entidades representativas do Setor Económico (sem fins lucrativos)	-	-	2	9,5	3	14,3	5	23,8	8	38,1	3	14,3	21	100,0
Entidades representativas do Setor Ambiental (sem fins lucrativos)	2	9,5	1	4,8	5	23,8	9	42,9	4	19,0	-	-	21	100,0
Entidades representativas do Setor Social (sem fins lucrativos)	-	-	3	14,3	2	9,5	8	38,1	7	33,3	1	4,8	21	100,0
Agências públicas da administração Central.	3	15,0	2	10,0	5	25,0	6	30,0	4	20,0			20	100,0
Agências públicas da administração Regional.	6	30,0	1	5,0	4	20,0	4	20,0	4	20,0	1	5,0	20	100,0

	1 - Não participaram		2		3		4		5		6 - Participaram com muita frequência		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Entidades privadas com fins lucrativos (empresas)	3	15,0	1	5,0	4	20,0	6	30,0	5	25,0	1	5,0	20	100,0
Outros	1	50,0	-	-	-	-	-	-	1	50,0	-	-	2	100,0

Fonte: Inquérito às Comunidades Intermunicipais/Áreas Metropolitanas - Avaliação da Operacionalização dos PDCT, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 23. Média da participação das entidades representativas dos setores económico, social e ambiental e das agências públicas responsáveis pela implementação das políticas setoriais na definição do EIDT (Escala de 1 – não participam a 6-participam com muita frequência)

	Norte		Centro		Lisboa		Alentejo		Total	
	Média	N	Média	N	Média	N	Média	N	Média	N
Municípios	5,71	7	5,88	8	6,00	1	6,00	5	5,86	21
Juntas de freguesia	1,86	7	2,63	8	1,00	1	1,80	5	2,10	21
POR/CCPPOR/CCDR	5,00	7	4,38	8	6,00	1	5,20	5	4,86	21
Entidades representativas do Setor Económico (sem fins lucrativos)	4,14	7	4,88	8	3,00	1	4,00	5	4,33	21
Entidades representativas do Setor Ambiental (sem fins lucrativos)	2,86	7	4,13	8	3,00	1	3,80	5	3,57	21
Entidades representativas do Setor Social (sem fins lucrativos)	3,57	7	4,63	8	3,00	1	4,00	5	4,05	21
Agências públicas da administração Central.	2,43	7	3,71	7	3,00	1	4,00	5	3,30	20
Agências públicas da administração Regional.	2,14	7	3,25	8	3,00	1	4,50	4	3,10	20
Entidades privadas com fins lucrativos (empresas)	2,71	7	4,43	7	3,00	1	3,80	5	3,60	20
Outros	-	-	-	-	-	-	3,00	2	3,00	2

Fonte: Inquérito às Comunidades Intermunicipais/Áreas Metropolitanas - Avaliação da Operacionalização dos PDCT, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 24. Outros. Quais?

	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo
Associações empresariais				1

Fonte: Inquérito às Comunidades Intermunicipais/Áreas Metropolitanas - Avaliação da Operacionalização dos PDCT, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 25. Agências públicas que participaram na definição do EIDT: Agências públicas da administração Central

	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo
ADC				1
AMA				1
APA		1		
APA, IAPMEI, I.P., aicep, ANPC, CCDRA, CCDRLVT, DGESTE, NERSANT, CCDRC / CCDRLVT		1		1
Entidade Regional de Turismo, Direções Regionais de Agricultura, Cultura, IEFP				1
IAPMEI, ADC, INR, DGT, ANPC, IEFP, DGEST, IPDJ, APA	1			
IEFP / DGEST / ANQEP	1			
Instituto da Conservação da Natureza e Florestas, União Distrital das Instituições Particulares de Solidariedade Social de Braga, Universidade do Minho	1			
Instituto da Conservação da natureza, Instituto Juventude	1			
Ministério da cultura e educação		1		
Todas as entidades do CEDM			1	

Fonte: Inquérito às Comunidades Intermunicipais/Áreas Metropolitanas - Avaliação da Operacionalização dos PDCT, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 26. Agências públicas que participaram na definição do EIDT: Agências públicas da administração Central

	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo
ACES-LEZÍRIA, AAR, DRAP-LVT, Associação para a Promoção Rural da Charneca Ribatejana;				1
ADRAL				1
ARH Centro, Direção Regional de agricultura, Direção Regional da Saúde, Direção Regional da Educação		1		
CCDRN / ADEPORTO / ENERGAIA	1			
CCDRN, DRAP Norte, ARH Norte	1			
DGEE/DSLVT; IEFP/DRLVT; ISS Santarém; DCNF LVT; CCDRLVT; IPDJ/DRLVT; ARSLVT/ACES MT		1		
DRCC, ARS Centro, drapc		1		
DRCC, DEGEst		1		
EDUCAÇÃO E ULSNA				1
IEFP, Centro Regional Segurança Social - Braga, Direção Regional Agricultura, Direção Regional Cultura	1			
Norte				
Todas as entidades do CEDM			1	

Fonte: Inquérito às Comunidades Intermunicipais/Áreas Metropolitanas - Avaliação da Operacionalização dos PDCT, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 27. Forma de mobilização para a participação, por região

	Norte (N=7)		Centro (N=8)		Lisboa (N=1)		Alentejo (N=5)		Total (N=21)	
	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos
Municípios										
Sessões Públicas de debate	3	42,9	4	50,0	1	100,0	3	60,0	11	24,4
Recolha formal de pareceres e contributos	6	85,7	3	37,5	1	100,0	3	60,0	13	28,9
Inclusão em grupos de trabalho	5	71,4	6	75,0	1	100,0	3	60,0	15	33,3
Resposta a questionário	1	14,3	3	37,5	-	-	2	40,0	6	13,3
Juntas de freguesia										
	Norte (N=5)		Centro (N=3)		Lisboa		Alentejo (N=3)		Total (N=11)	
Sessões Públicas de debate	2	66,7	4	80,0	-	-	2	66,7	8	44,4
Recolha formal de pareceres e contributos	1	33,3	1	20,0	-	-	1	33,3	3	16,7
Inclusão em grupos de trabalho	1	33,3	1	20,0	-	-	-	-	2	11,1
Resposta a questionário	2	66,7	2	40,0	-	-	1	33,3	5	27,8
POR/CCPPOR/CCDR										
	Norte (N=7)		Centro (N=8)		Lisboa (N=1)		Alentejo (N=5)		Total (N=21)	
Sessões Públicas de debate	3	42,9	4	50,0	1	100,0	2	40,0	10	29,4
Recolha formal de pareceres e contributos	3	42,9	4	50,0	-	-	3	60,0	10	29,4
Inclusão em grupos de trabalho	3	42,9	4	50,0	-	-	3	60,0	10	29,4
Resposta a questionário	2	28,6	1	12,5	-	-	1	20,0	4	11,8
Entidades representativas do Setor Económico (sem fins lucrativos)										
	Norte (N=7)		Centro (N=8)		Lisboa (N=1)		Alentejo (N=5)		Total (N=21)	
Sessões Públicas de debate	3	42,9	4	50,0	1	100,0	3	60,0	11	32,4
Recolha formal de pareceres e contributos	1	14,3	3	37,5	1	100,0	2	40,0	7	20,6
Inclusão em grupos de trabalho	3	42,9	6	75,0	-	-	1	20,0	10	29,4
Resposta a questionário	3	42,9	2	25,0	-	-	1	20,0	6	17,6
Entidades representativas do Setor Ambiental (sem fins lucrativos)										
	Norte (N=6)		Centro (N=7)		Lisboa (N=1)		Alentejo (N=5)		Total (N=19)	
Sessões Públicas de debate	2	33,3	3	42,9	1	100,0	4	80,0	10	32,3
Recolha formal de pareceres e contributos	1	16,7	5	71,4	1	100,0	2	40,0	9	29,0
Inclusão em grupos de trabalho	3	50,0	3	42,9	-	-	1	20,0	7	22,6
Resposta a questionário	3	50,0	1	14,3	-	-	1	20,0	5	16,1
Entidades representativas do Setor Social (sem fins lucrativos)										
	Norte (N=7)		Centro (N=8)		Lisboa (N=1)		Alentejo (N=5)		Total (N=21)	
Sessões Públicas de debate	3	42,9	4	50,0	1	100,0	4	80,0	12	35,3
Recolha formal de pareceres e contributos	1	14,3	3	37,5	1	100,0	2	40,0	7	20,6
Inclusão em grupos de trabalho	3	42,9	6	75,0	-	-	1	20,0	10	29,4
Resposta a questionário	3	42,9	1	12,5	-	-	1	20,0	5	14,7
Agências públicas da administração Central										
	Norte (N=3)		Centro (N=6)		Lisboa (N=1)		Alentejo (N=5)		Total (N=15)	
Sessões Públicas de debate	1	33,3	4	66,7	1	100,0	4	80,0	10	35,7
Recolha formal de pareceres e contributos	2	66,7	3	50,0	1	100,0	2	40,0	8	28,6
Inclusão em grupos de trabalho	2	66,7	3	50,0	-	-	1	20,0	6	21,4
Resposta a questionário	1	33,3	2	33,3	-	-	1	20,0	4	14,3
Agências públicas da administração Regional										
	Norte (N=3)		Centro (N=5)		Lisboa (N=1)		Alentejo (N=5)		Total (N=14)	
Sessões Públicas de debate	1	33,3	4	80,0	1	100,0	4	80,0	10	37,0
Recolha formal de pareceres e contributos	2	66,7	3	60,0	1	100,0	2	40,0	8	29,6
Inclusão em grupos de trabalho	2	66,7	3	60,0	-	-	1	20,0	6	22,2
Resposta a questionário	1	33,3	1	20,0	-	-	1	20,0	3	11,1
Entidades privadas com fins lucrativos (empresas)										
	Norte (N=4)		Centro (N=8)		Lisboa (N=1)		Alentejo (N=5)		Total (N=18)	
Sessões Públicas de debate	2	50,0	4	50,0	1	100,0	4	80,0	11	34,4
Recolha formal de pareceres e contributos	1	25,0	3	37,5	1	100,0	1	20,0	6	18,8
Inclusão em grupos de trabalho	2	50,0	6	75,0	-	-	1	20,0	9	28,1
Resposta a questionário	2	11,1	2	11,1	-	-	2	11,1	6	18,8
Entidades privadas com fins lucrativos (empresas)										
	Norte		Centro (N=1)		Lisboa		Alentejo		Total (N=1)	
Sessões Públicas de debate	-	-	1	100,0	-	-	-	-	1	25,0
Recolha formal de pareceres e contributos	-	-	1	100,0	-	-	-	-	1	25,0
Inclusão em grupos de trabalho	-	-	1	100,0	-	-	-	-	1	25,0
Resposta a questionário	-	-	1	100,0	-	-	-	-	1	25,0

Fonte: Inquérito às Comunidades Intermunicipais/Áreas Metropolitanas - Avaliação da Operacionalização dos PDCT, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 28. Avaliação da participação dessas entidades: foi apenas formal (resposta formal a mecanismos estabelecidos de auscultação) ou substantiva com um envolvimento concreto do qual decorreu uma participação ativa na conceção da estratégia

	Norte		Centro		Lisboa		Alentejo		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Municípios										
Formal	-	-	1	12,5	-	-	1	20,0	2	10,0
Substantiva	6	100,0	7	87,5	1	100,0	4	80,0	18	90,0
Total	6	100,0	8	100,0	1	100,0	5	100,0	20	100,0
Juntas de freguesia										
Formal	1	100,0	3	60,0	-	-	2	50,0	6	60,0
Substantiva	-	-	2	40,0	-	-	2	50,0	4	40,0
Total	1	100,0	5	100,0	-	-	4	100,0	10	100,0
POR/CCPPOR/CCDR										
Formal	2	33,3	4	50,0	-	-	1	20,0	7	35,0
Substantiva	4	66,7	4	50,0	1	100,0	4	80,0	13	65,0
Total	6	100,0	8	100,0	1	100,0	5	100,0	20	100,0
Entidades representativas do Setor Económico (sem fins lucrativos)										
Formal	4	80,0	3	37,5	1	100,0	3	60,0	11	57,9
Substantiva	1	20,0	5	62,5	-	-	2	40,0	8	42,1
Total	5	100,0	8	100,0	1	100,0	5	100,0	19	100,0
Entidades representativas do Setor Ambiental (sem fins lucrativos)										
Formal	3	75,0	3	42,9	1	100,0	2	40,0	9	52,9
Substantiva	1	25,0	4	57,1	-	-	3	60,0	8	47,1
Total	4	100,0	7	100,0	1	100,0	5	100,0	17	100,0
Entidades representativas do Setor Social (sem fins lucrativos)										
Formal	4	80,0	3	37,5	1	100,0	3	60,0	11	57,9
Substantiva	1	20,0	5	62,5	-	-	2	40,0	8	42,1
Total	5	100,0	8	100,0	1	100,0	5	100,0	19	100,0
Agências públicas da administração Central										
Formal	-	-	3	50,0	1	100,0	2	40,0	6	42,1
Substantiva	2	100,0	3	50,0	-	-	3	60,0	8	57,9
Total	2	100,0	8	100,0	1	100,0	5	100,0	19	100,0
Agências públicas da administração Regional										
Formal	-	-	1	20,0	1	100,0	2	50,0	4	33,3
Substantiva	2	100,0	4	80,0	-	-	2	50,0	8	66,7
Total	2	100,0	5	100,0	1	100,0	4	100,0	12	100,0
Entidades privadas com fins lucrativos (empresas)										
Formal	2	66,7	3	37,5	1	100,0	4	80,0	10	58,8
Substantiva	1	33,3	5	62,5	-	-	1	20,0	7	41,2
Total	3	100,0	8	100,0	1	100,0	5	100,0	17	100,0
Outros										
Formal	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Substantiva	-	-	-	-	-	-	2	100,0	2	100,0
Total	-	-	-	-	-	-	2	100,0	2	100,0

Fonte: Inquérito às Comunidades Intermunicipais/Áreas Metropolitanas - Avaliação da Operacionalização dos PDCT, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 29. Resultados da participação de diferentes entidades no desenho da estratégia

	Norte (N=7)		Centro (N=8)		Lisboa (N=1)		Alentejo (N=5)		Total (n=21)	
	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos
Nenhum resultado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Nenhum resultado, apenas atrasou os trabalhos de conceção estratégica	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Poucos resultados efetivos, mas produziu uma perceção de participação que é relevante no território	2	28,6	-	-	1	100,0	1	20,0	4	19,0
Produziu resultados em termos de alargamento de âmbito da estratégia (território, objetivos, metas, áreas de intervenção e atores na implementação)	3	42,9	6	75,0	1	100,0	3	60,0	13	61,9
Conduziu à identificação e consensualização de projetos estratégicos/prioritários	6	85,7	7	87,5	-	-	4	80,0	17	81,0
Conduziu ao alargamento das potenciais fontes de financiamento	1	14,3	-	-	-	-	-	-	1	4,8
Conduziu à identificação de atores para a conceção/ execução da estratégia	3	42,9	4	50,0	-	-	4	80,0	11	52,4
Conduziu à identificação de projetos complementares com os quais se estabeleceram articulações	1	14,3	5	62,5	-	-	4	80,0	10	47,6

Fonte: Inquérito às Comunidades Intermunicipais/Áreas Metropolitanas - Avaliação da Operacionalização dos PDCT, ISCTE/PPLL, 2021.

EFICIÊNCIA OPERATIVA

Quadro 30. Stakeholders que se envolveram na implementação dos PDCT

	1 – Não se envolveram		2 – Sim, pontualmente		3 – Sim, de forma continuada		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Municípios	-	-	-	-	21	100,0	N	%
Juntas de freguesia	10	58,8	7	41,2	-	-	17	100,0
POR/CCPPOR/CCDR	1	5,0	3	15,0	16	80,0	20	100,0
Entidades representativas do Setor Económico (sem fins lucrativos)	3	15,0	11	55,0	6	30,0	20	100,0
Entidades representativas do Setor Ambiental (sem fins lucrativos)	7	35,0	11	55,0	2	10,0	20	100,0
Entidades representativas do Setor Social (sem fins lucrativos)	1	5,0	14	70,0	5	25,0	20	100,0
Agências públicas da administração Central	5	25,0	8	40,0	7	35,0	20	100,0
Agências públicas da administração Regional	4	22,2	8	44,4	6	33,3	18	100,0
Entidades privadas com fins lucrativos (empresas)	5	25,0	9	45,0	6	30,0	20	100,0
Outros	1	33,3	-	-	2	66,7	3	100,0

Fonte: Inquérito às Comunidades Intermunicipais/Áreas Metropolitanas - Avaliação da Operacionalização dos PDCT, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 31. Stakeholders que se envolveram na implementação dos PDCT, por região

	Norte		Centro		Lisboa		Alentejo	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Municípios								
1 – Não se envolveram	-	-	-	-	-	-	-	-
2 – Sim, pontualmente	-	-	-	-	-	-	-	-
3 – Sim, de forma continuada	7	100,0	-	-	-	-	-	-
Total	7	100,0	-	-	-	-	-	-
Juntas de freguesia								
1 – Não se envolveram	3	60,0	4	57,1	-	-	3	60,0
2 – Sim, pontualmente	2	40,0	3	42,9	-	-	2	40,0
3 – Sim, de forma continuada	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	5	100,0	7	100,0	-	-	5	100,0
POR/CCPPOR/CCDR								
1 – Não se envolveram	1	16,7	-	-	-	-	-	-
2 – Sim, pontualmente	-	-	3	37,5	-	-	-	-
3 – Sim, de forma continuada	5	83,3	5	62,5	1	100,0	5	100,0
Total	6	100,0	8	100,0	1	100,0	5	100,0
Entidades representativas do Setor Económico (sem fins lucrativos)								
1 – Não se envolveram	1	16,7	-	-	1	100,0	1	20,0
2 – Sim, pontualmente	4	66,7	4	50,0	-	-	3	60,0
3 – Sim, de forma continuada	1	16,7	4	50,0	-	-	1	20,0
Total	6	100,0	8	100,0	1	100,0	5	100,0
Entidades representativas do Setor Ambiental (sem fins lucrativos)								
1 – Não se envolveram	2	33,3	3	37,5	1	100,0	1	20,0
2 – Sim, pontualmente	4	66,7	4	50,0	-	-	3	60,0
3 – Sim, de forma continuada	-	-	1	12,5	-	-	-	-
Total	6	100,0	8	100,0	1	100,0	5	100,0
Entidades representativas do Setor Social (sem fins lucrativos)								
1 – Não se envolveram	-	-	1	12,5	-	-	-	-
2 – Sim, pontualmente	5	83,3	5	62,5	-	-	4	80,0
3 – Sim, de forma continuada	1	16,7	2	25,0	1	100,0	1	20,0
Total	6	100,0	8	100,0	1	100,0	5	100,0
Agências públicas da administração Central								
1 – Não se envolveram	3	50,0	2	25,0	-	-	-	-
2 – Sim, pontualmente	2	33,3	3	37,5	-	-	3	60,0
3 – Sim, de forma continuada	1	16,7	3	37,5	1	100,0	2	40,0
Total	6	100,0	8	100,0	1	100,0	5	100,0
Agências públicas da administração Regional								
1 – Não se envolveram	2	33,3	2	28,6	-	-	-	-
2 – Sim, pontualmente	3	50,0	3	42,9	-	-	2	50,0
3 – Sim, de forma continuada	1	16,7	2	28,6	1	100,0	2	50,0
Total	6	100,0	7	100,0	1	100,0	4	100,0
Entidades privadas com fins lucrativos (empresas)								
1 – Não se envolveram	2	33,3	1	12,5	1	100,0	1	20,0
2 – Sim, pontualmente	4	66,7	2	25,0	-	-	3	60,0
3 – Sim, de forma continuada	-	-	5	62,5	-	-	1	20,0
Total	6	100,0	8	100,0	1	100,0	5	100,0
Outras								

	Norte		Centro		Lisboa		Alentejo	
	N	%	N	%	N	%	N	%
1 – Não se envolveram	-	-	-	-	-	-	1	50,0
2 – Sim, pontualmente	-	-	-	-	-	-	-	-
3 – Sim, de forma continuada	-	-	1	100,0	-	-	1	50,0
Total	-	-	1	100,0	-	-	2	100,0

Fonte: Inquérito às Comunidades Intermunicipais/Áreas Metropolitanas - Avaliação da Operacionalização dos PDCT, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 32. Forma de envolvimento na implementação dos PDCT, por região

	Norte (N=7)		Centro (N=8)		Lisboa (N=1)		Alentejo (N=5)		Total (N=21)	
	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos
Municípios										
Recolha formal de pareceres e contributos	4	57,1	5	62,5	1	100,0	3	60,00	13	61,90
Inclusão em grupos de trabalho	4	57,1	6	75,0	1	100,0	3	60,00	14	66,70
Resposta a questionário	1	14,3	2	25,0	-	-	1	20,00	4	19,00
Sessões Públicas de debate	4	57,1	5	62,5	1	100,0	4	80,00	14	66,70
Juntas de freguesia										
	Norte (N=2)		Centro (N=4)		Lisboa		Alentejo (N=3)		Total (N=9)	
Recolha formal de pareceres e contributos	1	50,00	4	100,0	-	-	2	66,7	7	77,8
Inclusão em grupos de trabalho	1	50,00	1	25,0	-	-	-	-	2	22,2
Resposta a questionário	1	50,00	1	25,0	-	-	-	-	2	22,2
Sessões Públicas de debate	2	100,00	1	25,0	-	-	1	33,3	4	44,4
POR/CCPPOR/CCDR										
	Norte (N=4)		Centro (N=6)		Lisboa (N=1)		Alentejo (N=4)		Total (N=15)	
Recolha formal de pareceres e contributos	1	25,0	2	33,3	-	-	1	25,0	4	26,7
Inclusão em grupos de trabalho	4	100,0	5	83,3	1	100,0	4	100,0	14	93,3
Resposta a questionário	1	25,0	4	66,7	-	-	2	50,0	7	46,7
Sessões Públicas de debate	1	25,0	1	16,7	-	-	-	-	2	13,3
Entidades representativas do Setor Económico (sem fins lucrativos)										
	Norte (N=5)		Centro (N=6)		Lisboa		Alentejo (N=5)		Total (N=16)	
Recolha formal de pareceres e contributos	1	20,0	2	33,3	-	-	1	20,0	4	25,0
Inclusão em grupos de trabalho	3	60,0	4	66,7	-	-	1	20,0	8	50,0
Resposta a questionário	2	40,0	2	33,3	-	-	-	-	4	25,0
Sessões Públicas de debate	2	40,0	3	50,0	-	-	4	80,0	9	56,3
Entidades representativas do Setor Ambiental (sem fins lucrativos)										
	Norte (N=4)		Centro (N=5)		Lisboa		Alentejo (N=5)		Total (N=14)	
Recolha formal de pareceres e contributos	1	25,0	3	60,0	-	-	1	20,0	5	35,7
Inclusão em grupos de trabalho	3	75,0	4	80,0	-	-	1	20,0	8	57,1
Resposta a questionário	2	50,0	1	20,0	-	-	-	-	3	21,4
Sessões Públicas de debate	1	25	2	40,0	-	-	4	80,0	7	50,0
Entidades representativas do Setor Social (sem fins lucrativos)										
	Norte (N=6)		Centro (N=6)		Lisboa (N=1)		Alentejo (N=5)		Total (N=18)	
Recolha formal de pareceres e contributos	1	16,7	3	50,0	-	-	1	20,0	5	27,8
Inclusão em grupos de trabalho	3	50,0	3	50,0	-	-	-	-	7	38,9
Resposta a questionário	2	33,3	2	33,3	-	-	-	-	4	22,2
Sessões Públicas de debate	3	50,0	3	50,0	1	100,0	4	80,0	11	61,1
Agências públicas da administração Central										
	Norte (N=3)		Centro (N=5)		Lisboa (N=1)		Alentejo (N=5)		Total (N=14)	
Recolha formal de pareceres e contributos	2	66,7	4	80,0	-	-	2	40,0	8	57,1
Inclusão em grupos de trabalho	2	66,7	2	40,0	-	-	1	20,0	5	35,7
Resposta a questionário	1	33,3	1	20	-	-	-	-	2	14,3
Sessões Públicas de debate	1	33,3	3	60,00%	1	100,0	3	60,0	8	57,1
Agências públicas da administração Regional										
	Norte (N=3)		Centro (N=5)		Lisboa (N=1)		Alentejo (N=4)		Total (N=13)	
Recolha formal de pareceres e contributos	2	66,7	4	80,0	-	-	1	25,0	7	53,8
Inclusão em grupos de trabalho	2	66,7	3	60,0	-	-	1	25,0	6	46,2
Resposta a questionário	1	33,3	1	20,0	-	-	-	-	2	15,4
Sessões Públicas de debate	1	33,3	3	60,0	1	100,0	3	75,0	8	61,5
Entidades privadas com fins lucrativos (empresas)										
	Norte (N=4)		Centro (N=8)		Lisboa (N=1)		Alentejo (N=5)		Total (N=18)	
Recolha formal de pareceres e contributos	1	25,0	2	25,0	-	-	1	20,0	4	23,5
Inclusão em grupos de trabalho	2	50,0	5	62,5	-	-	1	20,0	8	47,1
Resposta a questionário	2	50,0	2	25,0	-	-	-	-	4	23,5
Sessões Públicas de debate	2	50,0	4	50,0	-	-	4	80,0	10	58,8
Entidades privadas com fins lucrativos (empresas)										
	Norte (N=1)		Centro (N=1)		Lisboa		Alentejo (N=1)		Total (N=3)	

Recolha formal de pareceres e contributos	-	-	1	100,0	-	-	-	-	1	33,3
Inclusão em grupos de trabalho	1	100,0	1	100,0	-	-	1	100,0	3	100,0
Resposta a questionário	-	-	1	100,0	-	-	-	-	1	33,3
Sessões Públicas de debate	-	-	1	100,0	-	-	1	100,0	2	66,7

Fonte: Inquérito às Comunidades Intermunicipais/Áreas Metropolitanas - Avaliação da Operacionalização dos PDCT, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 33. Contributo da participação de diferentes entidades para os seguintes resultados

	Norte (N=7)		Centro (N=8)		Lisboa (N=1)		Alentejo (N=5)		Total (N=21)	
	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos
Racionalização de recursos	2	28,6	1	12,5	-	-	1	20,0	4	19,0
Continuidade de intervenções	-	-	2	25,0	-	-	-	-	2	9,5
Multidimensionalidade das intervenções	2	28,6	5	62,5	1	100,0	2	40,0	10	47,6
Complementariedade de intervenções	3	42,9	7	87,5	-	-	4	80,0	14	66,7
Aumento do alcance em termos do perfil dos beneficiários apoiados	2	28,6	4	50,0	-	-	2	40,0	8	38,1
Construção de parcerias	3	42,9	5	62,5	-	-	2	40,0	10	47,6
Alargamento do âmbito de atuação	1	14,3	6	75,0	-	-	2	40,0	9	42,9
Outros	1	14,3	-	-	-	-	-	-	1	4,8

Fonte: Inquérito às Comunidades Intermunicipais/Áreas Metropolitanas - Avaliação da Operacionalização dos PDCT, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 34. Pertinência/adequação das competências delegadas na CIM/AM no POR/ POISE/POSEUR

	1 – Nada Pertinente/adequadas		2		3		4		5		6 - totalmente pertinentes/adequadas		N/A		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Verificar a admissibilidade e elegibilidade do beneficiário e da operação e fazer a apreciação do mérito das candidaturas	1	5,0	-	-	1	5,0	1	5,0	2	10,0	15	75,0	-	-	20	100,0
Emitir parecer no âmbito do processo de apreciação da elegibilidade e do mérito das candidaturas, assegurando um processo de seleção em conformidade com os critérios aplicáveis ao PO	1	5,0	1	5,0	1	5,0	1	5,0	2	10,0	14	70,0	-	-	20	100,0
Assegurar a organização dos processos de candidaturas de operações ao financiamento pelo PO	2	10,0	-	-	1	5,0	2	10,0	2	10,0	13	65,0	-	-	20	100,0
Acompanhar a realização dos investimentos e a execução das ações e assegurar a interlocução privilegiada com os beneficiários, em todas as fases do ciclo de vida das operações sem prejuízo dos mecanismos de acompanhamento, controlo, supervisão e interação da Autoridade de Gestão do PO	1	5,3	1	5,3	-	-	2	10,5	4	21,1	11	57,9	-	-	19	100,0
Verificar a elegibilidade das despesas designadamente em sede de candidatura e de análise de pedidos de pagamentos	1	5,0	1	5,0	-	-	-	-	2	10,0	16	80,0	-	-	20	100,0
Verificar a realização efetiva dos produtos e serviços cofinanciados, a obtenção dos resultados definidos quando da aprovação da operação e o pagamento da despesa declarada pelo beneficiário, bem como a sua conformidade com a legislação aplicável, com o Programa Operacional e com as condições de apoio da operação, nos termos estabelecidos no Manual de Procedimento	1	5,0	1	5,0	-	-	1	5,0	5	25,0	12	60,0	-	-	20	100,0
Assegurar que os beneficiários mantêm um sistema contabilístico separado ou um código contabilístico adequado para as transações da operação	1	5,0	2	10,0	4	20,0	1	5,0	3	15,0	9	45,0	-	-	20	100,0
Realizar verificações administrativas relativamente a cada pedido de reembolso por parte dos beneficiários	1	5,0	1	5,0	2	10,0	1	5,0	5	25,0	10	50,0	-	-	20	100,0
Avaliar o cumprimento de objetivos e resultados e propor o encerramento financeiro das operações, nos termos	1	5,0	1	5,0	-	-	-	-	6	30,0	12	60,0	-	-	20	100,0

	1 – Nada Pertinente/adequadas		2		3		4		5		6 - totalmente pertinentes/adequadas		N/A		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
definidos no Manual de Procedimentos e nas Orientações Técnicas e de Gestão																
Manter atualizado o Sistema de Informação, com os dados de cada operação, que sejam necessários para o exercício de monitorização, avaliação, gestão financeira, verificação, acompanhamento de irregularidades e auditoria	1	5,0	1	5,0	-	-	1	5,0	5	25,0	12	60,0	-	-	20	100,0
Reportar, através dos mecanismos previstos pela Autoridade de Gestão, toda a informação física, financeira e estatística necessária para apoiar a elaboração de indicadores de acompanhamento e de estudos de avaliação	1	5,0	1	5,0	1	5,0	2	10,0	5	25,0	9	45,0	1	5,0	20	100,0

Fonte: Inquérito às Comunidades Intermunicipais/Áreas Metropolitanas - Avaliação da Operacionalização dos PDCT, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 35. Média da Pertinência/adequação das competências delegadas na CIM/AM no POR/ POISE/POSEUR (Escala de 1 – nada pertinentes/adequadas a 6- totalmente pertinentes/adequadas)

	Norte		Centro		Lisboa		Alentejo		Total	
	Média	N	Média	N	Média	N	Média	N	Média	N
Verificar a admissibilidade e elegibilidade do beneficiário e da operação e fazer a apreciação do mérito das candidaturas	5,14	7	5,57	7	6,00	1	5,40	5	5,40	20
Emitir parecer no âmbito do processo de apreciação da elegibilidade e do mérito das candidaturas, assegurando um processo de seleção em conformidade com os critérios aplicáveis ao PO	5,14	7	5,43	7	6,00	1	4,80	5	5,20	20
Assegurar a organização dos processos de candidaturas de operações ao financiamento pelo PO	4,29	7	5,43	7	6,00	1	5,40	5	5,05	20
Acompanhar a realização dos investimentos e a execução das ações e assegurar a interlocução privilegiada com os beneficiários, em todas as fases do ciclo de vida das operações sem prejuízo dos mecanismos de acompanhamento, controlo, supervisão e interação da Autoridade de Gestão do PO	4,83	6	5,43	7	6,00	1	4,80	5	5,11	19
Verificar a elegibilidade das despesas designadamente em sede de candidatura e de análise de pedidos de pagamentos	5,14	7	5,43	7	6,00	1	5,80	5	5,45	20
Verificar a realização efetiva dos produtos e serviços cofinanciados, a obtenção dos resultados definidos quando da aprovação da operação e o pagamento da despesa declarada pelo beneficiário, bem como a sua conformidade com a legislação aplicável, com o Programa Operacional e com as condições de apoio da operação, nos termos estabelecidos no Manual de Procedimento	5,00	7	5,29	7	6,00	1	5,20	5	5,20	20
Assegurar que os beneficiários mantêm um sistema contabilístico separado ou um código contabilístico adequado para as transações da operação	4,29	7	5,14	7	6,00	1	3,60	5	4,50	20
Realizar verificações administrativas relativamente a cada pedido de reembolso por parte dos beneficiários	5,00	7	5,29	7	6,00	1	4,00	5	4,90	20
Avaliar o cumprimento de objetivos e resultados e propor o encerramento financeiro das operações, nos termos definidos no Manual de Procedimentos e nas Orientações Técnicas e de Gestão	5,00	7	5,29	7	6,00	1	5,40	5	5,25	20
Manter atualizado o Sistema de Informação, com os dados de cada operação, que sejam necessários para o exercício de monitorização, avaliação, gestão financeira, verificação, acompanhamento de irregularidades e auditoria	5,14	7	5,14	7	6,00	1	5,20	5	5,20	20
Reportar, através dos mecanismos previstos pela Autoridade de Gestão, toda a informação física, financeira e estatística necessária para apoiar a elaboração de indicadores de acompanhamento e de estudos de avaliação	4,50	6	5,14	7	6,00	1	4,80	5	4,89	19

Fonte: Inquérito às Comunidades Intermunicipais/Áreas Metropolitanas - Avaliação da Operacionalização dos PDCT, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 36. Pertinência/adequação das competências delegadas na CIM/AM no PDR

	1 – Nada Pertinente/adequadas		2		3		4		5		6 - totalmente pertinentes/adequadas		N/A		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Verificar a admissibilidade e elegibilidade do beneficiário e da operação e fazer a apreciação do mérito das candidaturas	2	14,3	-	-	-	-	1	7,1	-	-	2	14,3	9	64,3	14	100,0
Emitir parecer no âmbito do processo de apreciação da elegibilidade e do mérito das candidaturas, assegurando um processo de seleção em conformidade com os critérios aplicáveis ao PO	2	14,3	-	-	-	-	1	7,1	-	-	2	14,3	9	64,3	14	100,0
Assegurar a organização dos processos de candidaturas de operações ao financiamento pelo PO	2	15,4	-	-	1	7,7	1	7,7	-	-	1	7,7	8	61,5	13	100,0
Acompanhar a realização dos investimentos e a execução das ações e assegurar a interlocução privilegiada com os beneficiários, em todas as fases do ciclo de vida das operações sem prejuízo dos mecanismos de acompanhamento, controlo, supervisão e interação da Autoridade de Gestão	2	15,4	-	-	1	7,7	1	7,7	-	-	-	-	9	69,2	13	100,0
Verificar a elegibilidade das despesas designadamente em sede de candidatura e de análise de pedidos de pagamentos	2	15,4	-	-	1	7,7	-	-	-	-	1	7,7	9	69,2	13	100,0
Verificar a realização efetiva dos produtos e serviços cofinanciados, a obtenção dos resultados definidos quando da aprovação da operação e o pagamento da despesa declarada pelo beneficiário, bem como a sua conformidade com a legislação aplicável, com o Programa Operacional e com as condições de apoio da operação, nos termos estabelecidos no Manual de Procedimento	2	15,4	-	-	1	7,7	-	-	1	7,7	-	-	9	69,2	13	100,0
Assegurar que os beneficiários mantêm um sistema contabilístico separado ou um código contabilístico adequado para as transações da operação	2	15,4	-	-	1	7,7	-	-	1	7,7	-	-	9	69,2	13	100,0
Realizar verificações administrativas relativamente a cada pedido de reembolso por parte dos beneficiários	2	15,4	-	-	1	7,7	-	-	1	7,7	-	-	9	69,2	13	100,0
Avaliar o cumprimento de objetivos e resultados e propor o encerramento financeiro das operações, nos termos definidos no Manual de Procedimentos e nas Orientações Técnicas e de Gestão	2	15,4	-	-	1	7,7	-	-	-	-	1	7,7	9	69,2	13	100,0
Manter atualizado o Sistema de Informação, com os dados de cada operação, que sejam necessários para o exercício de monitorização, avaliação, gestão financeira, verificação, acompanhamento de irregularidades e auditoria	2	15,4	-	-	1	7,7	-	-	1	7,7	-	-	9	69,2	13	100,0
Reportar, através dos mecanismos previstos pela Autoridade de Gestão, toda a informação física, financeira e estatística necessária para apoiar a elaboração de indicadores de acompanhamento e de estudos de avaliação	2	15,4	-	-	1	7,7	1	7,7	-	-	-	-	9	69,2	13	100,0

Fonte: Inquérito às Comunidades Intermunicipais/Áreas Metropolitanas - Avaliação da Operacionalização dos PDCT, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 37. Média da Pertinência/adequação das competências delegadas na CIM/AM no PDR (Escala de 1 –nada pertinentes/adequadas a 6- totalmente pertinentes/adequadas)

	Norte		Centro		Lisboa		Alentejo		Total	
	Média	N	Média	N	Média	N	Média	N	Média	N
Verificar a admissibilidade e elegibilidade do beneficiário e da operação e fazer a apreciação do mérito das candidaturas	3,50	2	3,50	2	-	-	4,00	1	3,60	5
Emitir parecer no âmbito do processo de apreciação da elegibilidade e do mérito das candidaturas, assegurando um processo de seleção em conformidade com os critérios aplicáveis ao PO	3,50	2	3,50	2	-	-	4,00	1	3,60	5
Assegurar a organização dos processos de candidaturas de operações ao financiamento pelo PO	1,00	1	3,33	3	-	-	4,00	1	3,00	5
Acompanhar a realização dos investimentos e a execução das ações e assegurar a interlocução privilegiada com os beneficiários, em todas as fases do ciclo de vida das operações sem prejuízo dos mecanismos de acompanhamento, controlo, supervisão e interação da Autoridade de Gestão do PO	1,00	1	2,00	2	-	-	4,00	1	2,25	4
Verificar a elegibilidade das despesas designadamente em sede de candidatura e de análise de pedidos de pagamentos	1,00	1	2,00	2	-	-	6,00	1	2,75	4
Verificar a realização efetiva dos produtos e serviços cofinanciados, a obtenção dos resultados definidos quando da aprovação da operação e o pagamento da despesa declarada pelo beneficiário, bem como a sua conformidade com a legislação aplicável, com o Programa Operacional e com as condições de apoio da operação, nos termos estabelecidos no Manual de Procedimento	1,00	1	2,00	2	-	-	5,00	1	2,50	4
Assegurar que os beneficiários mantêm um sistema contabilístico separado ou um código contabilístico adequado para as transações da operação	1,00	1	2,00	2	-	-	5,00	1	2,50	4
Realizar verificações administrativas relativamente a cada pedido de reembolso por parte dos beneficiários	1,00	1	2,00	2	-	-	5,00	1	2,50	4
Avaliar o cumprimento de objetivos e resultados e propor o encerramento financeiro das operações, nos termos definidos no Manual de Procedimentos e nas Orientações Técnicas e de Gestão	1,00	1	2,00	2	-	-	6,00	1	2,75	4
Manter atualizado o Sistema de Informação, com os dados de cada operação, que sejam necessários para o exercício de monitorização, avaliação, gestão financeira, verificação, acompanhamento de irregularidades e auditoria	1,00	1	2,00	2	-	-	5,00	1	2,50	4
Reportar, através dos mecanismos previstos pela Autoridade de Gestão, toda a informação física, financeira e estatística necessária para apoiar a elaboração de indicadores de acompanhamento e de estudos de avaliação	1,00	1	2,00	2	-	-	4,00	1	2,25	4

Fonte: Inquérito às Comunidades Intermunicipais/Áreas Metropolitanas - Avaliação da Operacionalização dos PDCT, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 38. Avaliação contributo do modelo de contratos de financiamento com delegação de competências (comparativamente com contratos de financiamento com gestão administrativa centralizada nas AG) para as seguintes dimensões:

	Contributo negativo		Neutro		Contributo Positivo		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Simplificação administrativa	-	-	12	60,0	8	40,0	21	100,0
Redução da carga administrativa	3	15,0	10	50,0	7	35,0	20	100,0
Celeridade de procedimentos	2	10,0	3	15,0	15	75,0	20	100,0
Proximidade aos beneficiários	-	-	1	5,0	19	95,0	20	100,0
Capacidade de ajustamento às necessidades do território	-	-	1	5,0	19	95,0	20	100,0
Resultados atingidos	-	-	5	25,0	15	75,0	20	100,0
Alcance das metas definidas	-	-	8	40,0	12	60,0	20	100,0
Participação dos atores locais na definição do processo de desenvolvimento local	1	5,0	8	40,0	11	55,0	20	100,0
Promoção da articulação e criação de sinergias entre beneficiários	1	5,0	6	30,0	13	65,0	20	100,0
Monitorização de resultados	-	-	6	30,0	14	70,0	20	100,0
Resposta a necessidades do território	-	-	3	15,0	17	85,0	20	100,0
Outras.	-	-	-	-	2	100,0	2	100,0

Fonte: Inquérito às Comunidades Intermunicipais/Áreas Metropolitanas - Avaliação da Operacionalização dos PDCT, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 39. Média do contributo do modelo de contratos de financiamento com delegação de competências (comparativamente com contratos de financiamento com gestão administrativa centralizada nas AG) para as seguintes dimensões (Escala de 1 – contributo negativo, 2 – neutro e 3 – Positivo)

	Norte		Centro		Lisboa		Alentejo		Total	
	Média	N	Média	N	Média	N	Média	N	Média	N
Simplificação administrativa	2,43	7	2,43	7	2,00	1	2,40	5	2,40	20
Redução da carga administrativa	1,71	7	2,57	7	2,00	1	2,40	5	2,20	20
Celeridade de procedimentos	2,29	7	2,86	7	3,00	1	2,80	5	2,65	20
Proximidade aos beneficiários	2,86	7	3,00	7	3,00	1	3,00	5	2,95	20
Capacidade de ajustamento às necessidades do território	2,86	7	3,00	7	3,00	1	3,00	5	2,95	20
Resultados atingidos	2,57	7	2,86	7	3,00	1	2,80	5	2,75	20
Alcance das metas definidas	2,29	7	2,86	7	2,00	1	2,80	5	2,60	20
Participação dos atores locais na definição do processo de desenvolvimento local	2,14	7	2,86	7	3,00	1	2,40	5	2,50	20
Promoção da articulação e criação de sinergias entre beneficiários	2,14	7	3,00	7	3,00	1	2,60	5	2,60	20
Monitorização de resultados	2,71	7	2,86	7	2,00	1	2,60	5	2,70	20
Resposta a necessidades do território	2,57	7	3,00	7	3,00	1	3,00	5	2,85	20
Outras.	-	-	3,00	2	-	-	-	-	3,00	2

Fonte: Inquérito às Comunidades Intermunicipais/Áreas Metropolitanas - Avaliação da Operacionalização dos PDCT, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 40. Competências que considera que poderiam ter sido delegadas, por PO, por região

	Norte (N=7)		Centro (N=6)		Lisboa (N=1)		Alentejo (N=5)		Total (N=19)	
	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos
POR/ POISE/POSEUR										
Definir os critérios de seleção a das operações	5	71,4	3	37,5	1	100,0	2	40,0	11	57,9%
Definir o calendário de abertura dos AAC	7	100,0	6	75,0	1	100,0	5	100,0	19	100,0%
Aprovar as candidaturas a financiamento	4	57,1	5	62,5	1	100,0	2	40,0	12	63,2%
Formalizar a concessão dos apoios (envio do termo de aceitação para os beneficiários)	6	85,7	5	62,5	-	-	2	40,0	13	68,4%
Determinar a categoria de intervenção a que são atribuídas as despesas da operação	3	42,9	5	62,5	-	-	2	40,0	10	52,6%
Decidir sobre pedidos de alterações às operações	7	100,0	5	62,5	-	-	3	60,0	15	78,9%
	Norte (N=4)		Centro (N=2)		Lisboa		Alentejo		Total (N=6)	
PDR										
Definir os critérios de seleção a das operações	1	25,0	2	100,0	-	-	-	-	3	50,0
Definir o calendário de abertura dos AAC	4	100,0	2	100,0	-	-	-	-	6	100,0
Aprovar as candidaturas a financiamento	3	75,0	2	100,0	-	-	-	-	5	83,3
Formalizar a concessão dos apoios (envio do termo de aceitação para os beneficiários)	4	100,0	1	50,0	-	-	-	-	5	83,3
Determinar a categoria de intervenção a que são atribuídas as despesas da operação	2	50,0	1	50,0	-	-	-	-	3	50,0
Decidir sobre pedidos de alterações às operações	3	75,0	2	100,0	-	-	-	-	5	83,3

Fonte: Inquérito às Comunidades Intermunicipais/Áreas Metropolitanas - Avaliação da Operacionalização dos PDCT, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 41. Funcionamento dos mecanismos de articulação entre as AG e as Equipas da CIM/AM, por PO

	1 – não funcionam		2		3		4		5		6 - funcionam muito bem		N/A		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
POR																
Reuniões periódicas	-	-	3	15,0	4	20,0	5	25,0	3	15,0	5	25,0	-	-	20	100,0
Emissão de pareceres	-	-	1	5,0	7	35,0	4	20,0	4	20,0	4	20,0	-	-	20	100,0
Reuniões de coordenação	1	5,0	1	5,0	6	30,0	3	15,0	5	25,0	4	20,0	-	-	20	100,0
Ligação com um ponto focal	1	5,0	1	5,0	2	10,0	4	20,0	4	20,0	6	30,0	2	10,0	20	100,0
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	1	100,0	-	-	-	-	1	100,0
POISE																
Reuniões periódicas	4	28,6	-	-	-	-	1	7,1	-	-	-	-	9	64,3	14	100,0
Emissão de pareceres	3	23,1	-	-	-	-	1	7,7	-	-	-	-	9	69,2	13	100,0
Reuniões de coordenação	3	23,1	-	-	-	-	1	7,7	-	-	-	-	9	69,2	13	100,0
Ligação com um ponto focal	3	23,1	-	-	-	-	1	7,7	-	-	-	-	9	69,2	13	100,0
Outros	1	20,0	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4	80,0	5	100,0
POSEUR																

	1 – não funcionam		2		3		4		5		6 - funcionam muito bem		N/A		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Reuniões periódicas	5	33,3	1	6,7	-	-	-	-	1	6,7	-	-	8	53,3	15	100,0
Emissão de pareceres	5	33,3	-	-	-	-	1	6,7	1	6,7	-	-	8	53,3	15	100,0
Reuniões de coordenação	4	26,7	1	6,7	-	-	1	6,7	1	6,7	-	-	8	53,3	15	100,0
Ligação com um ponto focal	3	20,0	1	6,7	1	6,7	1	6,7	1	6,7	-	-	8	53,3	15	100,0
Outros	1	20,0	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4	80,0	5	100,0
PDR																
Reuniões periódicas	5	35,7	-	-	-	-	1	7,1	-	-	1	7,1	7	50,0	14	100,0
Emissão de pareceres	5	38,5	-	-	-	-	2	15,4	-	-	-	-	6	46,2	13	100,0
Reuniões de coordenação	4	30,8	-	-	-	-	1	7,7	1	7,7	-	-	7	53,8	13	100,0
Ligação com um ponto focal	4	30,8	-	-	-	-	1	7,7	-	-	1	7,7	7	53,8	13	100,0
Outros	1	33,3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	66,7	3	100,0

Fonte: Inquérito às Comunidades Intermunicipais/Áreas Metropolitanas - Avaliação da Operacionalização dos PDCT, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 42. Média do Funcionamento dos mecanismos de articulação entre as AG e as Equipas da CIM/AM no POR (Escala de 1 – não funcionam a 6 - funcionam muito bem)

	Norte		Centro		Lisboa		Alentejo		Total	
	Média	N	Média	N	Média	N	Média	N	Média	N
POR										
Reuniões periódicas	4,71	7	3,86	7	5,00	1	3,60	5	4,15	20
Emissão de pareceres	4,29	7	4,00	7	5,00	1	4,00	5	4,15	20
Reuniões de coordenação	5,00	7	3,71	7	5,00	1	3,20	5	4,10	20
Ligação com um ponto focal	4,80	5	4,57	7	5,00	1	4,00	5	4,50	18
Outros	-	-	-	-	-	-	5,00	1	5,00	1
POISE										
Reuniões periódicas	1,00	2	1,00	1	-	-	2,50	2	1,60	5
Emissão de pareceres	1,00	2	-	-	-	-	2,50	2	1,75	4
Reuniões de coordenação	1,00	2	-	-	-	-	2,50	2	1,75	4
Ligação com um ponto focal	1,00	2	-	-	-	-	2,50	2	1,75	4
Outros	-	-	-	-	-	-	1,00	1	1,00	1
POSEUR										
Reuniões periódicas	1,00	2	1,00	2	2,00	1	3,00	2	1,71	7
Emissão de pareceres	1,00	2	2,50	2	1,00	1	3,00	2	2,00	7
Reuniões de coordenação	1,00	2	2,50	2	2,00	1	3,00	2	2,14	7
Ligação com um ponto focal	1,00	2	3,50	2	2,00	1	3,00	2	2,43	7
Outros	-	-	-	-	-	-	1,00	1	1,00	1
PDR										
Reuniões periódicas	2,67	3	1,00	3	-	-	4,00	1	2,14	7
Emissão de pareceres	1,75	4	1,00	2	-	-	4,00	1	1,86	7
Reuniões de coordenação	2,33	3	1,00	2	-	-	4,00	1	2,17	6
Ligação com um ponto focal	2,67	3	1,00	2	-	-	4,00	1	2,33	6
Outros	-	-	1,00	1	-	-	-	-	1,00	1

Fonte: Inquérito às Comunidades Intermunicipais/Áreas Metropolitanas - Avaliação da Operacionalização dos PDCT, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 43. Outros. Quais?

	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo
As equipas da CIM apenas são auscultadas quando já há decisões, raramente há um mecanismo de discussão e auscultação de opiniões.	1			
Contactos pessoais e informais				1

Fonte: Inquérito às Comunidades Intermunicipais/Áreas Metropolitanas - Avaliação da Operacionalização dos PDCT, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 44. Adequação da dotação financeira afeta às funções de gestão tendo em consideração as competências de gestão delegadas

1 - nada adequada		2		3		4		5		6 – totalmente adequada		Total	
N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
3	15,0	7	35,0	4	20,0	2	10,0	4	20,0	-	-	20	100,0

Fonte: Inquérito às Comunidades Intermunicipais/Áreas Metropolitanas - Avaliação da Operacionalização dos PDCT, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 45. Média da adequação da dotação financeira afeta às funções de gestão tendo em consideração as competências de gestão delegadas, por região (Escala de 1 – nada adequada a 6 - totalmente adequada)

Norte		Centro		Lisboa		Alentejo		Total	
Média	N	Média	N	Média	N	Média	N	Média	N
2,86	7	2,57	7	2,00	1	3,40	5	2,85	20

Fonte: Inquérito às Comunidades Intermunicipais/Áreas Metropolitanas - Avaliação da Operacionalização dos PDCT, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 46. Nº de elementos da equipa técnica (internos e externos)

	Norte		Centro		Lisboa		Alentejo		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Internos										
3	-	-	1	14,3	1	100,0	-	-	2	10,5
4	1	20,0	2	28,6	-	-	2	33,3	5	26,3
5	1	20,0	3	42,9	-	-	1	16,7	5	26,3
6	-	-	1	14,3	-	-	2	33,3	3	15,8
8	-	-	-	-	-	-	1	16,7	1	5,3
9	1	20,0	-	-	-	-	-	-	1	5,3
10	2	40,0	-	-	-	-	-	-	2	10,5
Total	5	100,0	7	100,0	1	100,0	6	100,0	19	100,0
Externos										
1	-	-	4	100,0	-	-	1	100,0	5	83,3
2	1	100,0	-	-	-	-	-	-	1	16,7
Total	1	100,0	4	100,0	-	-	1	100,0	6	100,0

Fonte: Inquérito às Comunidades Intermunicipais/Áreas Metropolitanas - Avaliação da Operacionalização dos PDCT, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 47. Adequação da Equipa técnica afeta à gestão do PDCT

	1 – Nada Adequados		2		3		4		5		6 - Totalmente Adequados		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Dimensão da equipa técnica	-	-	6	30,0	4	20,0	6	30,0	3	15,0	1	5,0	20	100,0
Competências dos elementos da equipa técnica	-	-	-	-	-	-	5	25,0	10	50,0	5	25,0	20	100,0

Fonte: Inquérito às Comunidades Intermunicipais/Áreas Metropolitanas - Avaliação da Operacionalização dos PDCT, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 48. Média da adequação da Equipa técnica afeta à gestão do PDCT Escala 1 – nada adequados a 6 – totalmente adequados)

	Norte		Centro		Lisboa		Alentejo		Total	
	Média	N	Média	N	Média	N	Média	N	Média	N
Dimensão da equipa técnica	2,71	7	3,57	7	2,00	1	4,60	5	3,45	20
Competências dos elementos da equipa técnica	4,86	7	5,14	7	4,00	1	5,20	5	5,00	20

Fonte: Inquérito às Comunidades Intermunicipais/Áreas Metropolitanas - Avaliação da Operacionalização dos PDCT, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 49. Principais necessidades/problemas que sente em relação a atual Equipa Técnica, por região

	Norte (N=6)		Centro (N=7)		Lisboa (N=1)		Alentejo (N=3)		Total (N=17)	
	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos
Insuficiência no número de elementos da Equipa Técnica	5	83,3	7	100,0	1	100,0	2	66,7	15	88,2
Excesso no número de elementos da Equipa Técnica	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Desadequação da formação e conhecimentos face aos domínios de intervenção associados à gestão do PDCT	2	33,3	0	0,0	-	-	1	33,3	3	17,6
Insuficiência de conhecimentos técnicos face aos domínios de intervenção associados à gestão do PDCT	3	50,0	2	28,6%	-	-	1	33,3	6	35,3
Excessiva especialização dos técnicos em determinada área/função	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Excessiva polivalência dos técnicos	2	33,3	1	14,3	-	-	1	33,3	5	29,4
Outros	-	-	-	-	1	100,0	-	-	1	5,9

Fonte: Inquérito às Comunidades Intermunicipais/Áreas Metropolitanas - Avaliação da Operacionalização dos PDCT, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 50. Outros. Quais?

	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo
Ausência de formação específica	1			
Necessidade de Formação especializada. Polivalência da equipa técnica.	1			
Para as PI contratualizadas, há insuficiência de número de técnicos e de conhecimento (PI8.8 e 8.3)	1			

Fonte: Inquérito às Comunidades Intermunicipais/Áreas Metropolitanas - Avaliação da Operacionalização dos PDCT, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 51. Ações de capacitação desenvolvidas para os técnicos no atual quadro programático, por região

	Norte (N=5)		Centro (N=7)		Lisboa (N=1)		Alentejo (N=4)		Total (N=17)	
	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos
Contratação Pública	4	80,0	7	100,0	1	100,0	3	75,0	15	88,2
Sistemas de Informação	4	80,0	4	57,1	1	100,0	1	25,0	10	58,8
Crítérios de análise de projetos	2	40,0	1	14,3	1	100,0	-	-	5	29,4
Monitorização e Avaliação	1	20,0	1	14,3	1	100,0	1	25,0	3	17,6
Conceção de documentos estratégicos e de programação	-	-	-	-	1	100,0	-	-	1	5,9
Outras	-	-	1	14,3	-	-	-	-	1	5,9

Fonte: Inquérito às Comunidades Intermunicipais/Áreas Metropolitanas - Avaliação da Operacionalização dos PDCT, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 52. Outros. Quais?

	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo
Custos simplificados		1		
desenvolvidas no Âmbito do plano de Formação da CIM Cávado. Não houve capacitação para nenhuma tipologia por parte do NORTE 2020	1			
IGT		1		

Fonte: Inquérito às Comunidades Intermunicipais/Áreas Metropolitanas - Avaliação da Operacionalização dos PDCT, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 53. Adequação das ações de capacitação desenvolvidas para os técnicos no atual quadro programático

	1 – Nada Adequados		2		3		4		5		6 - Totalmente Adequados		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Contratação Pública	1	5,9	2	11,8	3	17,6	4	23,5	5	29,4	2	11,8	17	100,0
Sistemas de Informação	1	5,9	2	11,8	6	35,3	5	29,4	1	5,9	2	11,8	17	100,0
Critérios de análise de projetos	1	8,3	2	16,7	5	41,7	3	25,0	1	8,3	-	-	12	100,0
Monitorização e Avaliação	1	9,1	4	36,4	3	27,3	2	18,2	-	-	1	9,1	11	100,0
Conceção de documentos estratégicos e de programação	2	18,2	4	36,4	3	27,3	1	9,1	-	-	1	9,1	11	100,0

Fonte: Inquérito às Comunidades Intermunicipais/Áreas Metropolitanas - Avaliação da Operacionalização dos PDCT, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 54. Adequação das ações de capacitação desenvolvidas para os técnicos no atual quadro Programático Escala 1 – nada adequados a 6 – totalmente adequados)

	Norte		Centro		Lisboa		Alentejo		Total	
	Média	N	Média	N	Média	N	Média	N	Média	N
Contratação Pública	3,60	5	4,14	7	4,00	1	4,00	4	3,94	17
Sistemas de Informação	3,40	5	3,71	7	2,00	1	3,75	4	3,53	17
Critérios de análise de projetos	2,33	3	3,00	5	2,00	1	4,33	3	3,08	12
Monitorização e Avaliação	2,33	3	2,75	4	2,00	1	4,00	3	2,91	11
Conceção de documentos estratégicos e de programação	2,00	3	2,50	4	2,00	1	3,67	3	2,64	11

Fonte: Inquérito às Comunidades Intermunicipais/Áreas Metropolitanas - Avaliação da Operacionalização dos PDCT, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 55. Áreas em que sente maior necessidade de ações de capacitação dos técnicos:

	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo
Análise de projetos	1			
FEEI, fiscalidade e documentos fiscais, gestão de Projectos, planeamento estratégico				1
Contratação pública	2	3		2
Análise económica		1		
Critérios de análise de projetos	2	2		1
Monitorização e Avaliação	1			
Sistema de informação	1			
Custos simplificados; análise financeira, licenciamentos	1			
Excel, Contabilidade Pública	1			
IGT		1		
Todas as mencionadas no ponto 28 e Gestão de stress, Acompanhamento de auditorias, Gestão de conflitos, Gestão do tempo, Conciliação Família/trabalho, inglês	1			

Fonte: Inquérito às Comunidades Intermunicipais/Áreas Metropolitanas - Avaliação da Operacionalização dos PDCT, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 56. Em que medida a CIM/AM foi envolvida e participou na definição dos seguintes elementos dos Avisos, POR

	1 – Não deram contributos		2 – Deram contributos, mas não foram integrados		3 – Deram contributos e foram parcialmente integrados		4 – Deram contributos e foram integrados		5 – Foram responsáveis pela definição		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Definição do calendário de abertura dos AAC	10	52,6	2	10,5	4	21,1	3	15,8	-	-	19	100,0
Dotação financeira	4	21,1	1	5,3	9	47,4	5	26,3	-	-	19	100,0
Definição das TO/medidas	8	44,4	-	-	7	38,9	2	11,1	1	5,6	18	100,0
Prazos de apresentação das candidaturas	9	90,0	-	-	-	-	1	10,0	-	-	10	100,0
Definição dos requisitos (formais e documentais)	8	42,1	2	10,5	8	42,1	1	5,3	-	-	19	100,0
Definição de Indicadores	11	57,9	1	5,3	4	21,1	3	15,8	-	-	19	100,0
Critérios de seleção das operações	6	31,6	4	21,1	6	31,6	3	15,8	-	-	19	100,0
Ações de divulgação, informação e publicidade realizadas	9	50,0	-	-	6	33,3	3	16,7	-	-	18	100,0
Adaptação dos avisos às especificidades territoriais	5	27,8	2	11,1	9	50,0	2	11,1	-	-	18	100,0

Fonte: Inquérito às Comunidades Intermunicipais/Áreas Metropolitanas - Avaliação da Operacionalização dos PDCT, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 57. Em que medida a CIM/AM foi envolvida e participou na definição dos seguintes elementos dos Avisos, POR (Norte)

	1 – Não deram contributos		2 – Deram contributos, mas não foram integrados		3 – Deram contributos e foram parcialmente integrados		4 – Deram contributos e foram integrados		5 – Foram responsáveis pela definição		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Definição do calendário de abertura dos AAC	3	42,9	-	-	2	28,6	2	28,6	-	-	7	100,0
Dotação financeira	1	14,3	-	-	4	57,1	2	28,6	-	-	7	100,0
Definição das TO/medidas	4	57,1	-	-	2	28,6	-	-	1	14,3	7	100,0
Prazos de apresentação das candidaturas	1	14,3	-	-	5	71,4	1	14,3	-	-	7	100,0
Definição dos requisitos (formais e documentais)	4	57,1	-	-	3	42,9	-	-	-	-	7	100,0
Definição de Indicadores	6	85,7	-	-	1	14,3	-	-	-	-	7	100,0
Critérios de seleção das operações	2	28,6	-	-	4	57,1	1	14,3	-	-	7	100,0
Ações de divulgação, informação e publicidade realizadas	5	83,3	-	-	1	16,7	-	-	-	-	6	100,0
Adaptação dos avisos às especificidades territoriais	1	16,7	-	-	1	16,7	-	-	-	-	6	100,0

Fonte: Inquérito às Comunidades Intermunicipais/Áreas Metropolitanas - Avaliação da Operacionalização dos PDCT, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 58. Em que medida a CIM/AM foi envolvida e participou na definição dos seguintes elementos dos Avisos, POR (Centro)

	1 – Não deram contributos		2 – Deram contributos, mas não foram integrados		3 – Deram contributos e foram parcialmente integrados		4 – Deram contributos e foram integrados		5 – Foram responsáveis pela definição		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Definição do calendário de abertura dos AAC	5	83,3	-	-	1	16,7	2	28,6	-	-	6	100,0
Dotação financeira	2	33,3	1	16,7	2	33,3	1	16,7	-	-	6	100,0
Definição das TO/medidas	3	50,0	-	-	3	50,0	-	-	-	-	6	100,0
Prazos de apresentação das candidaturas	2	33,3	1	16,7	3	50,0	-	-	-	-	6	100,0
Definição dos requisitos (formais e documentais)	1	16,7	2	33,3	3	50,0	-	-	-	-	6	100,0
Definição de Indicadores	4	66,7	-	-	2	33,3	-	-	-	-	6	100,0
Critérios de seleção das operações	1	16,7	3	50,0	2	33,3	-	-	-	-	6	100,0
Ações de divulgação, informação e publicidade realizadas	2	33,3	-	-	3	50,0	1	16,7	-	-	6	100,0
Adaptação dos avisos às especificidades territoriais	2	33,3	2	33,3	1	16,7	1	16,7	-	-	6	100,0

Fonte: Inquérito às Comunidades Intermunicipais/Áreas Metropolitanas - Avaliação da Operacionalização dos PDCT, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 59. Em que medida a CIM/AM foi envolvida e participou na definição dos seguintes elementos dos Avisos, POR (Lisboa)

	1 – Não deram contributos		2 – Deram contributos, mas não foram integrados		3 – Deram contributos e foram parcialmente integrados		4 – Deram contributos e foram integrados		5 – Foram responsáveis pela definição		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Definição do calendário de abertura dos AAC	-	-	-	-	1	100,0	-	-	-	-	1	100,0
Dotação financeira	-	-	-	-	1	100,0	-	-	-	-	1	100,0
Definição das TO/medidas	-	-	-	-	1	100,0	-	-	-	-	1	100,0
Prazos de apresentação das candidaturas	-	-	1	100,0	-	-	-	-	-	-	1	100,0
Definição dos requisitos (formais e documentais)	-	-	-	-	1	100,0	-	-	-	-	1	100,0
Definição de Indicadores	1	100,0	-	-	-	-	-	-	-	-	1	100,0
Critérios de seleção das operações	-	-	1	100,0	-	-	-	-	-	-	1	100,0
Ações de divulgação, informação e publicidade realizadas	-	-	-	-	1	100,0	-	-	-	-	1	100,0
Adaptação dos avisos às especificidades territoriais	-	-	-	-	1	100,0	-	-	-	-	1	100,0

Fonte: Inquérito às Comunidades Intermunicipais/Áreas Metropolitanas - Avaliação da Operacionalização dos PDCT, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 60. Em que medida a CIM/AM foi envolvida e participou na definição dos seguintes elementos dos Avisos, POR (Alentejo)

	1 – Não deram contributos		2 – Deram contributos, mas não foram integrados		3 – Deram contributos e foram parcialmente integrados		4 – Deram contributos e foram integrados		5 – Foram responsáveis pela definição		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Definição do calendário de abertura dos AAC	2	40,0	2	40,0	-	-	1	20,0	-	-	5	100,0
Dotação financeira	1	20,0	-	-	2	40,0	2	40,0	-	-	5	100,0
Definição das TO/medidas	1	25,0	-	-	1	25,0	2	50,0	-	-	4	100,0
Prazos de apresentação das candidaturas	3	60,0	-	-	1	20,0	1	20,0	-	-	5	100,0
Definição dos requisitos (formais e documentais)	3	60,0	-	-	1	20,0	1	20,0	-	-	5	100,0
Definição de Indicadores	-	-	1	20,0	1	20,0	3	60,0	-	-	5	100,0
CrITÉrios de seleção das operações	3	60,0	-	-	-	-	2	40,0	-	-	5	100,0
Ações de divulgação, informação e publicidade realizadas	2	40,0	-	-	1	20,0	2	40,0	-	-	5	100,0
Adaptação dos avisos às especificidades territoriais	2	40,0	-	-	2	40,0	1	20,0	-	-	5	100,0

Fonte: Inquérito às Comunidades Intermunicipais/Áreas Metropolitanas - Avaliação da Operacionalização dos PDCT, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 61. Em que medida a CIM/AM foi envolvida e participou na definição dos seguintes elementos dos Avisos, POISE

	1 – Não deram contributos		2 – Deram contributos, mas não foram integrados		3 – Deram contributos e foram parcialmente integrados		4 – Deram contributos e foram integrados		5 – Foram responsáveis pela definição		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Definição do calendário de abertura dos AAC	8	80,0	1	10,0	-	-	1	10,0	-	-	10	100,0
Dotação financeira	8	80,0	-	-	1	10,0	1	10,0	-	-	10	100,0
Definição das TO/medidas	8	88,9	-	-	-	-	1	11,1	-	-	9	100,0
Prazos de apresentação das candidaturas	9	42,9	-	-	-	-	1	4,8	-	-	10	100,0
Definição dos requisitos (formais e documentais)	9	90,0	-	-	-	-	1	10,0	-	-	10	100,0
Definição de Indicadores	9	90,0	-	-	-	-	1	10,0	-	-	10	100,0
CrITÉrios de seleção das operações	9	90,0	-	-	-	-	1	10,0	-	-	10	100,0
Ações de divulgação, informação e publicidade realizadas	8	88,9	-	-	-	-	1	11,1	-	-	9	100,0
Adaptação dos avisos às especificidades territoriais	8	88,9	-	-	-	-	1	11,1	-	-	9	100,0

Fonte: Inquérito às Comunidades Intermunicipais/Áreas Metropolitanas - Avaliação da Operacionalização dos PDCT, ISCTE/PPLL, 2021.

Nota: Não existem respostas para a região de Lisboa

Quadro 62. Em que medida a CIM/AM foi envolvida e participou na definição dos seguintes elementos dos Avisos, POISE (Norte)

	1 – Não deram contributos		2 – Deram contributos, mas não foram integrados		3 – Deram contributos e foram parcialmente integrados		4 – Deram contributos e foram integrados		5 – Foram responsáveis pela definição		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Definição do calendário de abertura dos AAC	4	100,0	-	-	-	-	-	-	-	-	4	100,0
Dotação financeira	4	100,0	-	-	-	-	-	-	-	-	4	100,0
Definição das TO/medidas	4	100,0	-	-	-	-	-	-	-	-	4	100,0
Prazos de apresentação das candidaturas	4	100,0	-	-	-	-	-	-	-	-	4	100,0
Definição dos requisitos (formais e documentais)	4	100,0	-	-	-	-	-	-	-	-	4	100,0
Definição de Indicadores	4	100,0	-	-	-	-	-	-	-	-	4	100,0
CrITÉrios de seleção das operações	4	100,0	-	-	-	-	-	-	-	-	4	100,0
Ações de divulgação, informação e publicidade realizadas	3	100,0	-	-	-	-	-	-	-	-	3	100,0
Adaptação dos avisos às especificidades territoriais	3	100,0	-	-	-	-	-	-	-	-	3	100,0

Fonte: Inquérito às Comunidades Intermunicipais/Áreas Metropolitanas - Avaliação da Operacionalização dos PDCT, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 63. Em que medida a CIM/AM foi envolvida e participou na definição dos seguintes elementos dos Avisos, POISE (Centro)

	1 – Não deram contributos		2 – Deram contributos, mas não foram integrados		3 – Deram contributos e foram parcialmente integrados		4 – Deram contributos e foram integrados		5 – Foram responsáveis pela definição		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Definição do calendário de abertura dos AAC	3	100,0	-	-	-	-	-	-	-	-	3	100,0
Dotação financeira	3	100,0	-	-	-	-	-	-	-	-	3	100,0
Definição das TO/medidas	3	100,0	-	-	-	-	-	-	-	-	3	100,0
Prazos de apresentação das candidaturas	3	100,0	-	-	-	-	-	-	-	-	3	100,0
Definição dos requisitos (formais e documentais)	3	100,0	-	-	-	-	-	-	-	-	3	100,0
Definição de Indicadores	3	100,0	-	-	-	-	-	-	-	-	3	100,0
Critérios de seleção das operações	3	100,0	-	-	-	-	-	-	-	-	3	100,0
Ações de divulgação, informação e publicidade realizadas	3	100,0	-	-	-	-	-	-	-	-	3	100,0
Adaptação dos avisos às especificidades territoriais	3	100,0	-	-	-	-	-	-	-	-	3	100,0

Fonte: Inquérito às Comunidades Intermunicipais/Áreas Metropolitanas - Avaliação da Operacionalização dos PDCT, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 64. Em que medida a CIM/AM foi envolvida e participou na definição dos seguintes elementos dos Avisos, POISE (Alentejo)

	1 – Não deram contributos		2 – Deram contributos, mas não foram integrados		3 – Deram contributos e foram parcialmente integrados		4 – Deram contributos e foram integrados		5 – Foram responsáveis pela definição		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Definição do calendário de abertura dos AAC	1	33,3	1	33,3	-	-	1	33,3	-	-	3	100,0
Dotação financeira	1	33,3	-	-	1	33,3	1	33,3	-	-	3	100,0
Definição das TO/medidas	1	50,0	-	-	-	-	1	50,0	-	-	2	100,0
Prazos de apresentação das candidaturas	2	66,7	-	-	-	-	1	33,3	-	-	3	100,0
Definição dos requisitos (formais e documentais)	2	66,7	-	-	-	-	1	33,3	-	-	3	100,0
Definição de Indicadores	2	66,7	-	-	-	-	1	33,3	-	-	3	100,0
Critérios de seleção das operações	2	66,7	-	-	-	-	1	33,3	-	-	3	100,0
Ações de divulgação, informação e publicidade realizadas	2	66,7	-	-	-	-	1	33,3	-	-	3	100,0
Adaptação dos avisos às especificidades territoriais	2	66,7	-	-	-	-	1	33,3	-	-	3	100,0

Fonte: Inquérito às Comunidades Intermunicipais/Áreas Metropolitanas - Avaliação da Operacionalização dos PDCT, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 65. Em que medida a CIM/AM foi envolvida e participou na definição dos seguintes elementos dos Avisos, POSEUR

	1 – Não deram contributos		2 – Deram contributos, mas não foram integrados		3 – Deram contributos e foram parcialmente integrados		4 – Deram contributos e foram integrados		5 – Foram responsáveis pela definição		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Definição do calendário de abertura dos AAC	8	80,0	1	10,0	-	-	1	10,0	-	-	10	100,0
Dotação financeira	7	63,6	1	9,1	2	18,2	1	9,1	-	-	11	100,0
Definição das TO/medidas	7	70,0	1	10,0	1	10,0	1	10,0	-	-	10	100,0
Prazos de apresentação das candidaturas	7	70,0	1	10,0	-	-	2	20,0	-	-	10	100,0
Definição dos requisitos (formais e documentais)	7	70,0	2	20,0	-	-	1	10,0	-	-	10	100,0
Definição de Indicadores	8	80,0	1	10,0	-	-	1	10,0	-	-	10	100,0
Critérios de seleção das operações	7	70,0	2	20,0	-	-	1	10,0	-	-	10	100,0
Ações de divulgação, informação e publicidade realizadas	8	80,0	1	10,0	-	-	1	10,0	-	-	10	100,0
Adaptação dos avisos às especificidades territoriais	6	60,0	1	10,0	1	10,0	2	20,0	-	-	10	100,0

Fonte: Inquérito às Comunidades Intermunicipais/Áreas Metropolitanas - Avaliação da Operacionalização dos PDCT, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 66. Em que medida a CIM/AM foi envolvida e participou na definição dos seguintes elementos dos Avisos, POSEUR (Norte)

	1 – Não deram contributos		2 – Deram contributos, mas não foram integrados		3 – Deram contributos e foram parcialmente integrados		4 – Deram contributos e foram integrados		5 – Foram responsáveis pela definição		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Definição do calendário de abertura dos AAC	3	100,0	-	-	-	-	-	-	-	-	3	100,0
Dotação financeira	3	75,0	-	-	1	25,0	-	-	-	-	4	100,0
Definição das TO/medidas	3	75,0	-	-	1	25,0	-	-	-	-	4	100,0
Prazos de apresentação das candidaturas	3	100,0	-	-	-	-	-	-	-	-	3	100,0
Definição dos requisitos (formais e documentais)	3	100,0	-	-	-	-	-	-	-	-	3	100,0
Definição de Indicadores	3	100,0	-	-	-	-	-	-	-	-	3	100,0
Critérios de seleção das operações	3	100,0	-	-	-	-	-	-	-	-	3	100,0
Ações de divulgação, informação e publicidade realizadas	3	100,0	-	-	-	-	-	-	-	-	3	100,0
Adaptação dos avisos às especificidades territoriais	3	100,0	-	-	-	-	-	-	-	-	3	100,0

Fonte: Inquérito às Comunidades Intermunicipais/Áreas Metropolitanas - Avaliação da Operacionalização dos PDCT, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 67. Em que medida a CIM/AM foi envolvida e participou na definição dos seguintes elementos dos Avisos, POSEUR (Centro)

	1 – Não deram contributos		2 – Deram contributos, mas não foram integrados		3 – Deram contributos e foram parcialmente integrados		4 – Deram contributos e foram integrados		5 – Foram responsáveis pela definição		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Definição do calendário de abertura dos AAC	2	66,7	1	33,3	-	-	-	-	-	-	3	100,0
Dotação financeira	1	33,3	1	33,3	1	33,3	-	-	-	-	3	100,0
Definição das TO/medidas	2	66,7	1	33,3	-	-	-	-	-	-	3	100,0
Prazos de apresentação das candidaturas	1	33,3	1	33,3	-	-	1	33,3	-	-	3	100,0
Definição dos requisitos (formais e documentais)	1	33,3	2	66,7	-	-	-	-	-	-	3	100,0
Definição de Indicadores	2	66,7	1	33,3	-	-	-	-	-	-	3	100,0
Critérios de seleção das operações	1	33,3	2	66,7	-	-	-	-	-	-	3	100,0
Ações de divulgação, informação e publicidade realizadas	2	66,7	1	33,3	-	-	-	-	-	-	3	100,0
Adaptação dos avisos às especificidades territoriais	-	-	1	33,3	1	33,3	1	33,3	-	-	3	100,0

Fonte: Inquérito às Comunidades Intermunicipais/Áreas Metropolitanas - Avaliação da Operacionalização dos PDCT, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 68. Em que medida a CIM/AM foi envolvida e participou na definição dos seguintes elementos dos Avisos, POSEUR (Lisboa)

	1 – Não deram contributos		2 – Deram contributos, mas não foram integrados		3 – Deram contributos e foram parcialmente integrados		4 – Deram contributos e foram integrados		5 – Foram responsáveis pela definição		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Definição do calendário de abertura dos AAC	1	100,0	-	-	-	-	-	-	-	-	1	100,0
Dotação financeira	1	100,0	-	-	-	-	-	-	-	-	1	100,0
Definição das TO/medidas	1	100,0	-	-	-	-	-	-	-	-	1	100,0
Prazos de apresentação das candidaturas	1	100,0	-	-	-	-	-	-	-	-	1	100,0
Definição dos requisitos (formais e documentais)	1	100,0	-	-	-	-	-	-	-	-	1	100,0
Definição de Indicadores	1	100,0	-	-	-	-	-	-	-	-	1	100,0
Critérios de seleção das operações	1	100,0	-	-	-	-	-	-	-	-	1	100,0
Ações de divulgação, informação e publicidade realizadas	1	100,0	-	-	-	-	-	-	-	-	1	100,0
Adaptação dos avisos às especificidades territoriais	1	100,0	-	-	-	-	-	-	-	-	1	100,0

Fonte: Inquérito às Comunidades Intermunicipais/Áreas Metropolitanas - Avaliação da Operacionalização dos PDCT, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 69. Em que medida a CIM/AM foi envolvida e participou na definição dos seguintes elementos dos Avisos, POSEUR (Alentejo)

	1 – Não deram contributos		2 – Deram contributos, mas não foram integrados		3 – Deram contributos e foram parcialmente integrados		4 – Deram contributos e foram integrados		5 – Foram responsáveis pela definição		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Definição do calendário de abertura dos AAC	2	66,7	-	-	-	-	1	33,3	-	-	3	100,0
Dotação financeira	2	66,7	-	-	-	-	1	33,3	-	-	3	100,0
Definição das TO/medidas	1	50,0	-	-	-	-	1	50,0	-	-	2	100,0
Prazos de apresentação das candidaturas	2	66,7	-	-	-	-	1	33,3	-	-	3	100,0
Definição dos requisitos (formais e documentais)	2	66,7	-	-	-	-	1	33,3	-	-	3	100,0
Definição de Indicadores	2	66,7	-	-	-	-	1	33,3	-	-	3	100,0
Critérios de seleção das operações	2	66,7	-	-	-	-	1	33,3	-	-	3	100,0
Ações de divulgação, informação e publicidade realizadas	2	66,7	-	-	-	-	1	33,3	-	-	3	100,0
Adaptação dos avisos às especificidades territoriais	2	66,7	-	-	-	-	1	33,3	-	-	3	100,0

Fonte: Inquérito às Comunidades Intermunicipais/Áreas Metropolitanas - Avaliação da Operacionalização dos PDCT, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 70. Em que medida a CIM/AM foi envolvida e participou na definição dos seguintes elementos dos Avisos, PDR

	1 – Não deram contributos		2 – Deram contributos, mas não foram integrados		3 – Deram contributos e foram parcialmente integrados		4 – Deram contributos e foram integrados		5 – Foram responsáveis pela definição		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Definição do calendário de abertura dos AAC	7	87,5	-	-	-	-	1	12,5	-	-	8	100,0
Dotação financeira	7	77,8	-	-	1	11,1	1	11,1	-	-	9	100,0
Definição das TO/medidas	7	77,8	-	-	-	-	1	11,1	1	11,1	9	100,0
Prazos de apresentação das candidaturas	7	87,5	-	-	-	-	1	12,5	-	-	8	100,0
Definição dos requisitos (formais e documentais)	7	87,5	-	-	-	-	1	12,5	-	-	8	100,0
Definição de Indicadores	7	87,5	-	-	-	-	1	12,5	-	-	8	100,0
Critérios de seleção das operações	7	87,5	-	-	-	-	1	12,5	-	-	8	100,0
Ações de divulgação, informação e publicidade realizadas	7	87,5	-	-	-	-	1	12,5	-	-	8	100,0
Adaptação dos avisos às especificidades territoriais	7	87,5	-	-	-	-	1	12,5	-	-	8	100,0

Fonte: Inquérito às Comunidades Intermunicipais/Áreas Metropolitanas - Avaliação da Operacionalização dos PDCT, ISCTE/PPLL, 2021.

Nota: Não existem respostas para a região de Lisboa

Quadro 71. Em que medida a CIM/AM foi envolvida e participou na definição dos seguintes elementos dos Avisos, PDR (Norte)

	1 – Não deram contributos		2 – Deram contributos, mas não foram integrados		3 – Deram contributos e foram parcialmente integrados		4 – Deram contributos e foram integrados		5 – Foram responsáveis pela definição		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Definição do calendário de abertura dos AAC	3	100,0	-	-	-	-	-	-	-	-	3	100,0
Dotação financeira	3	75,0	-	-	1	25,0	-	-	-	-	4	100,0
Definição das TO/medidas	3	75,0	-	-	-	-	-	-	1	25,0	4	100,0
Prazos de apresentação das candidaturas	3	100,0	-	-	-	-	-	-	-	-	3	100,0
Definição dos requisitos (formais e documentais)	3	100,0	-	-	-	-	-	-	-	-	3	100,0
Definição de Indicadores	3	100,0	-	-	-	-	-	-	-	-	3	100,0
Critérios de seleção das operações	3	100,0	-	-	-	-	-	-	-	-	3	100,0
Ações de divulgação, informação e publicidade realizadas	3	100,0	-	-	-	-	-	-	-	-	3	100,0
Adaptação dos avisos às especificidades territoriais	3	100,0	-	-	-	-	-	-	-	-	3	100,0

Fonte: Inquérito às Comunidades Intermunicipais/Áreas Metropolitanas - Avaliação da Operacionalização dos PDCT, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 72. Em que medida a CIM/AM foi envolvida e participou na definição dos seguintes elementos dos Avisos, PDR (Centro)

	1 – Não deram contributos		2 – Deram contributos, mas não foram integrados		3 – Deram contributos e foram parcialmente integrados		4 – Deram contributos e foram integrados		5 – Foram responsáveis pela definição		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Definição do calendário de abertura dos AAC	3	100,0	-	-	-	-	-	-	-	-	3	100,0
Dotação financeira	3	100,0	-	-	-	-	-	-	-	-	3	100,0
Definição das TO/medidas	3	100,0	-	-	-	-	-	-	-	-	3	100,0
Prazos de apresentação das candidaturas	3	100,0	-	-	-	-	-	-	-	-	3	100,0
Definição dos requisitos (formais e documentais)	3	100,0	-	-	-	-	-	-	-	-	3	100,0
Definição de Indicadores	3	100,0	-	-	-	-	-	-	-	-	3	100,0
Critérios de seleção das operações	3	100,0	-	-	-	-	-	-	-	-	3	100,0
Ações de divulgação, informação e publicidade realizadas	3	100,0	-	-	-	-	-	-	-	-	3	100,0
Adaptação dos avisos às especificidades territoriais	3	100,0	-	-	-	-	-	-	-	-	3	100,0

Fonte: Inquérito às Comunidades Intermunicipais/Áreas Metropolitanas - Avaliação da Operacionalização dos PDCT, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 73. Em que medida a CIM/AM foi envolvida e participou na definição dos seguintes elementos dos Avisos, PDR (Alentejo)

	1 – Não deram contributos		2 – Deram contributos, mas não foram integrados		3 – Deram contributos e foram parcialmente integrados		4 – Deram contributos e foram integrados		5 – Foram responsáveis pela definição		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Definição do calendário de abertura dos AAC	1	50,0	-	-	-	-	1	50,0	-	-	2	100,0
Dotação financeira	1	50,0	-	-	-	-	1	50,0	-	-	2	100,0
Definição das TO/medidas	1	50,0	-	-	-	-	1	50,0	-	-	2	100,0
Prazos de apresentação das candidaturas	1	50,0	-	-	-	-	1	50,0	-	-	2	100,0
Definição dos requisitos (formais e documentais)	1	50,0	-	-	-	-	1	50,0	-	-	2	100,0
Definição de Indicadores	1	50,0	-	-	-	-	1	50,0	-	-	2	100,0
Critérios de seleção das operações	1	50,0	-	-	-	-	1	50,0	-	-	2	100,0
Ações de divulgação, informação e publicidade realizadas	1	50,0	-	-	-	-	1	50,0	-	-	2	100,0
Adaptação dos avisos às especificidades territoriais	1	50,0	-	-	-	-	1	50,0	-	-	2	100,0

Fonte: Inquérito às Comunidades Intermunicipais/Áreas Metropolitanas - Avaliação da Operacionalização dos PDCT, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 74. Adequação dos calendários de abertura dos avisos para operações integradas nos PDCT e dos prazos de submissão de candidaturas relativamente ao Tempo entre a realização das ações de divulgação e o prazo para submissão das candidaturas

	1 – Nada Adequados		2		3		4		5		6 - Totalmente Adequados		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
2.3/2c. O reforço das aplicações TIC na administração pública em linha, aprendizagem em linha, infoinclusão, cultura em linha e saúde em linha	2	12,5	-	-	6	37,5	3	18,8	3	18,8	2	12,5	16	100,0
4.3/4c. Apoio à eficiência energética, à gestão inteligente da energia e à utilização das energias renováveis nas infraestruturas públicas, nomeadamente nos edifícios públicos e no setor da habitação	4	23,5	1	5,9	7	41,2	2	11,8	2	11,8	1	5,9	17	100,0
5.1/5i. Apoio ao investimento para a adaptação às alterações climáticas, incluindo abordagens baseadas nos ecossistemas	-	-	1	9,1	4	36,4	2	18,2	2	18,2	2	18,2	11	100,0
5.2/5ii. Promoção de investimentos para abordar riscos específicos, assegurar capacidade de resistência às catástrofes e desenvolver sistemas de gestão de catástrofes (medidas identificadas nos respetivos planos de emergência e de proteção civil)	-	-	2	15,4	6	46,2	2	15,4	2	15,4	1	7,7	13	100,0
6.1/6i. Investimento no setor dos resíduos para satisfazer os requisitos do acervo da União em matéria de ambiente e para satisfazer as necessidades de investimento que excedam esses requisitos, identificadas pelos Estados-Membros	1	20,0	-	-	2	40,0	1	20,0	-	-	1	20,0	5	100,0
6.3/6c. Conservação, proteção, promoção e desenvolvimento do património natural e cultural	-	-	2	16,7	3	25,0	5	41,7	2	16,7	-	-	12	100,0
8.3/8iii. Emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras	-	-	3	17,6	5	29,4	5	29,4	3	17,6	1	5,9	17	100,0
8.8/8a. Apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas e à atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas	-	-	3	17,6	5	29,4	5	29,4	3	17,6	1	5,9	17	100,0
9.1/9i. Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e melhoria da empregabilidade	3	27,3	1	9,1	3	27,3	3	27,3	1	9,1	-	-	11	100,0
9.4/9iv. Melhoria do acesso a serviços sustentáveis, de grande qualidade e a preços comportáveis, incluindo cuidados de saúde e serviços sociais de interesse geral	2	40,0	-	-	3	60,0	-	-	-	-	-	-	5	100,0
9.7/9a. Investimento na saúde e nas infraestruturas sociais que contribuam para o desenvolvimento nacional, regional e local, para a redução das desigualdades de saúde, para a promoção da inclusão social através da melhoria do acesso aos serviços sociais, culturais e de recreio, assim como para a transição dos serviços institucionais para os serviços de base comunitária	-	-	2	12,5	6	37,5	4	25,0	4	25,0	-	-	16	100,0
10.1/10.i Redução e prevenção do abandono escolar precoce e promoção da igualdade de acesso a um ensino infantil, primário e secundário de boa qualidade incluindo percursos de aprendizagem formais, não formais e informais para a reintegração no ensino e na formação	1	6,7	1	6,7	4	26,7	5	33,3	4	26,7	-	-	15	100,0
10.5/10a. Investimento na educação, na formação e na formação profissional para a aquisição de competências e a aprendizagem ao longo da vida através do desenvolvimento das infraestruturas educativas e formativas	-	-	1	6,3	6	37,5	3	18,8	6	37,5	-	-	16	100,0
4. Investimentos em ativos físicos	1	20,0	-	-	3	60,0	-	-	1	20,0	-	-	5	100,0

Fonte: Inquérito às Comunidades Intermunicipais/Áreas Metropolitanas - Avaliação da Operacionalização dos PDCT, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 75. Média da adequação dos calendários de abertura dos avisos para operações integradas nos PDCT e dos prazos de submissão de candidaturas relativamente ao Tempo entre a realização das ações de divulgação e o prazo para submissão das candidaturas (Escala 1 – nada adequados a 6 - totalmente adequados)

	Norte		Centro		Lisboa		Alentejo		Total	
	Média	N	Média	N	Média	N	Média	N	Média	N
2.3/2c. O reforço das aplicações TIC na administração pública em linha, aprendizagem em linha, infoinclusão, cultura em linha e saúde em linha	3,86	7	3,20	5			4,50	4	3,81	16
4.3/4c. Apoio à eficiência energética, à gestão inteligente da energia e à utilização das energias renováveis nas infraestruturas públicas, nomeadamente nos edifícios públicos e no setor da habitação	3,86	7	2,40	5	1,00	1	2,75	4	3,00	17
5.1/5i. Apoio ao investimento para a adaptação às alterações climáticas, incluindo abordagens baseadas nos ecossistemas	4,00	5	3,50	2	4,00	1	4,33	3	4,00	11
5.2/5ii. Promoção de investimentos para abordar riscos específicos, assegurar a capacidade de resistência às catástrofes e desenvolver sistemas de gestão de catástrofes (medidas identificadas nos respetivos planos de emergência e de proteção civil)	3,83	6	3,00	4	4,00	1	3,50	2	3,54	13
6.1/6i. Investimento no setor dos resíduos para satisfazer os requisitos do acervo da União em matéria de ambiente e para satisfazer as necessidades de investimento que excedam esses requisitos, identificadas pelos Estados-Membros	4,00	3	1,00	1			4,00	1	3,40	5
6.3/6c. Conservação, proteção, promoção e desenvolvimento do património natural e cultural	2,50	2	3,83	6	4,00	1	3,67	3	3,58	12
8.3/8iii. Emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras	3,71	7	3,67	6			3,50	4	3,65	17
8.8/8a. Apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas e à atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas	3,71	7	3,67	6			3,50	4	3,65	17
9.1/9i. Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e melhoria da empregabilidade	3,83	6	1,00	2	1,00	1	2,50	2	2,82	11
9.4/9iv. Melhoria do acesso a serviços sustentáveis, de grande qualidade e a preços comportáveis, incluindo cuidados de saúde e serviços sociais de interesse geral	3,00	2	1,00	1	1,00	1	3,00	1	2,20	5
9.7/9a. Investimento na saúde e nas infraestruturas sociais que contribuam para o desenvolvimento nacional, regional e local, para a redução das desigualdades de saúde, para a promoção da inclusão social através da melhoria do acesso aos serviços sociais, culturais e de recreio, assim como para a transição dos serviços institucionais para os serviços de base comunitária	3,67	6	4,00	6	3,00	1	3,00	3	3,63	16
10.1/10.i Redução e prevenção do abandono escolar precoce e promoção da igualdade de acesso a um ensino infantil, primário e secundário de boa qualidade incluindo percursos de aprendizagem formais, não formais e informais para a reintegração no ensino e na formação	4,00	6	3,40	5	3,00	1	3,67	3	3,67	15
10.5/10a. Investimento na educação, na formação e na formação profissional para a aquisição de competências e a aprendizagem ao longo da vida através do desenvolvimento das infraestruturas educativas e formativas	4,17	6	4,00	6	3,00	1	3,33	3	3,88	16
4. Investimentos em ativos físicos	2,33	3	5,00	1			3,00	1	3,00	5

Fonte: Inquérito às Comunidades Intermunicipais/Áreas Metropolitanas - Avaliação da Operacionalização dos PDCT, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 76. Adequação dos calendários de abertura dos avisos para operações integradas nos PDCT e dos prazos de submissão de candidaturas relativamente ao Tempo de duração do AAC (desde a abertura até ao encerramento)

	1 – Nada Adequados		2		3		4		5		6 - Totalmente Adequados		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
2.3/2c. O reforço das aplicações TIC na administração pública em linha, aprendizagem em linha, infoinclusão, cultura em linha e saúde em linha	-	-	2	13,3	4	26,7	5	33,3	2	13,3	2	13,3	15	100,0
4.3/4c. Apoio à eficiência energética, à gestão inteligente da energia e à utilização das energias renováveis nas infraestruturas públicas, nomeadamente nos edifícios públicos e no setor da habitação	5	31,3	1	6,3	4	25,0	2	12,5	3	18,8	1	6,3	16	100,0
5.1/5i. Apoio ao investimento para a adaptação às alterações climáticas, incluindo abordagens baseadas nos ecossistemas	-	-	-	-	4	40,0	3	30,0	2	20,0	1	10,0	10	100,0
5.2/5ii. Promoção de investimentos para abordar riscos específicos, assegurar capacidade de resistência às catástrofes e desenvolver sistemas de gestão de catástrofes (medidas identificadas nos respetivos planos de emergência e de proteção civil)	-	-	1	7,7	5	38,5	4	30,8	3	23,1	-	-	13	100,0
6.1/6i. Investimento no setor dos resíduos para satisfazer os requisitos do acervo da União em matéria de ambiente e para satisfazer as necessidades de investimento que excedam esses requisitos, identificadas pelos Estados-Membros	1	25,0	-	-	2	50,0	1	25,0	-	-	-	-	4	100,0
6.3/6c. Conservação, proteção, promoção e desenvolvimento do património natural e cultural	-	-	3	23,1	3	23,1	4	30,8	3	23,1	-	-	13	100,0
8.3/8iii. Emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras	1	6,3	2	12,5	5	31,3	4	25,0	3	18,8	1	6,3	16	100,0
8.8/8a. Apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas e à atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas	1	6,3	2	12,5	5	31,3	4	25,0	3	18,8	1	6,3	16	100,0
9.1/9i. Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e melhoria da empregabilidade	3	27,3	1	9,1	3	27,3	3	27,3	1	9,1	-	-	11	100,0
9.4/9iv. Melhoria do acesso a serviços sustentáveis, de grande qualidade e a preços comportáveis, incluindo cuidados de saúde e serviços sociais de interesse geral	2	33,3	-	-	3	50,0	1	16,7	-	-	-	-	6	100,0
9.7/9a. Investimento na saúde e nas infraestruturas sociais que contribuam para o desenvolvimento nacional, regional e local, para a redução das desigualdades de saúde, para a promoção da inclusão social através da melhoria do acesso aos serviços sociais, culturais e de recreio, assim como para a transição dos serviços institucionais para os serviços de base comunitária	2	11,8	-	-	5	29,4	6	35,3	4	23,5	-	-	17	100,0
10.1/10.i Redução e prevenção do abandono escolar precoce e promoção da igualdade de acesso a um ensino infantil, primário e secundário de boa qualidade incluindo percursos de aprendizagem formais, não formais e informais para a reintegração no ensino e na formação	1	6,3	1	6,3	4	25,0	6	37,5	4	25,0	-	-	16	100,0
10.5/10a. Investimento na educação, na formação e na formação profissional para a aquisição de competências e a aprendizagem ao longo da vida através do desenvolvimento das infraestruturas educativas e formativas	-	-	1	5,9	7	41,2	4	23,5	5	29,4	-	-	17	100,0
4. Investimentos em ativos físicos	1	20,0	1	20,0	2	40,0	1	20,0	-	-	-	-	5	100,0

Fonte: Inquérito às Comunidades Intermunicipais/Áreas Metropolitanas - Avaliação da Operacionalização dos PDCT, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 77. Média da adequação dos calendários de abertura dos avisos para operações integradas nos PDCT e dos prazos de submissão de candidaturas relativamente ao Tempo de duração do AAC (desde a abertura até ao encerramento) (Escala 1 – nada adequados a 6 – totalmente adequados)

	Norte		Centro		Lisboa		Alentejo		Total	
	Média	N	Média	N	Média	N	Média	N	Média	N
2.3/2c. O reforço das aplicações TIC na administração pública em linha, aprendizagem em linha, infoinclusão, cultura em linha e saúde em linha	4,17	6	3,20	5			4,25	4	3,87	15
4.3/4c. Apoio à eficiência energética, à gestão inteligente da energia e à utilização das energias renováveis nas infraestruturas públicas, nomeadamente nos edifícios públicos e no setor da habitação	4,33	6	2,40	5	1,00	1	2,25	4	3,00	16
5.1/5i. Apoio ao investimento para a adaptação às alterações climáticas, incluindo abordagens baseadas nos ecossistemas	3,50	4	4,50	2	4,00	1	4,33	3	4,00	10
5.2/5ii. Promoção de investimentos para abordar riscos específicos, assegurar a capacidade de resistência às catástrofes e desenvolver sistemas de gestão de catástrofes (medidas identificadas nos respetivos planos de emergência e de proteção civil)	3,80	5	3,50	4	4,00	1	3,67	3	3,69	13
6.1/6i. Investimento no setor dos resíduos para satisfazer os requisitos do acervo da União em matéria de ambiente e para satisfazer as necessidades de investimento que excedam esses requisitos, identificadas pelos Estados-Membros	3,00	2	1,00	1			4,00	1	2,75	4
6.3/6c. Conservação, proteção, promoção e desenvolvimento do património natural e cultural	2,50	2	4,00	6	4,00	1	3,25	4	3,54	13
8.3/8iii. Emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras	3,17	6	3,83	6			3,75	4	3,56	16
8.8/8a. Apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas e à atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas	3,17	6	3,83	6			3,75	4	3,56	16
9.1/9i. Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e melhoria da empregabilidade	3,83	6	1,00	2	1,00	1	2,50	2	2,82	11
9.4/9iv. Melhoria do acesso a serviços sustentáveis, de grande qualidade e a preços comportáveis, incluindo cuidados de saúde e serviços sociais de interesse geral	3,33	3	1,00	1	1,00	1	3,00	1	2,50	6
9.7/9a. Investimento na saúde e nas infraestruturas sociais que contribuam para o desenvolvimento nacional, regional e local, para a redução das desigualdades de saúde, para a promoção da inclusão social através da melhoria do acesso aos serviços sociais, culturais e de recreio, assim como para a transição dos serviços institucionais para os serviços de base comunitária	3,83	6	4,00	6	3,00	1	3,25	4	3,71	17
10.1/10.i Redução e prevenção do abandono escolar precoce e promoção da igualdade de acesso a um ensino infantil, primário e secundário de boa qualidade incluindo percursos de aprendizagem formais, não formais e informais para a reintegração no ensino e na formação	4,00	6	3,40	5	3,00	1	3,75	4	3,69	16
10.5/10a. Investimento na educação, na formação e na formação profissional para a aquisição de competências e a aprendizagem ao longo da vida através do desenvolvimento das infraestruturas educativas e formativas	3,83	6	4,00	6	3,00	1	3,50	4	3,76	17
4. Investimentos em ativos físicos	2,00	3	5,00	1			3,00	1	2,80	5

Fonte: Inquérito às Comunidades Intermunicipais/Áreas Metropolitanas - Avaliação da Operacionalização dos PDCT, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 78. Adequação dos calendários de abertura dos avisos para operações integradas nos PDCT e dos prazos de submissão de candidaturas relativamente ao Ritmo de lançamento dos concursos

	1 – Nada Adequados		2		3		4		5		6 - Totalmente Adequados		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
2.3/2c. O reforço das aplicações TIC na administração pública em linha, aprendizagem em linha, infoinclusão, cultura em linha e saúde em linha	1	7,1	4	28,6	4	28,6	4	28,6	1	7,1	-	-	14	100,0
4.3/4c. Apoio à eficiência energética, à gestão inteligente da energia e à utilização das energias renováveis nas infraestruturas públicas, nomeadamente nos edifícios públicos e no setor da habitação	7	43,8	2	12,5	3	18,8	3	18,8	1	6,3	-	-	16	100,0
5.1/5i. Apoio ao investimento para a adaptação às alterações climáticas, incluindo abordagens baseadas nos ecossistemas	1	12,5	1	12,5	4	50,0	2	25,0	-	-	-	-	8	100,0
5.2/5ii. Promoção de investimentos para abordar riscos específicos, assegurar a capacidade de resistência às catástrofes e desenvolver sistemas de gestão de catástrofes (medidas identificadas nos respetivos planos de emergência e de proteção civil)	1	9,1	2	18,2	6	54,5	2	18,2	-	-	-	-	11	100,0
6.1/6i. Investimento no setor dos resíduos para satisfazer os requisitos do acervo da União em matéria de ambiente e para satisfazer as necessidades de investimento que excedam esses requisitos, identificadas pelos Estados-Membros	1	25,0	-	-	2	50,0	1	25,0	-	-	-	-	4	100,0
6.3/6c. Conservação, proteção, promoção e desenvolvimento do património natural e cultural	-	-	3	27,3	2	18,2	4	36,4	2	18,2	-	-	11	100,0
8.3/8iii. Emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras	1	7,1	2	14,3	5	35,7	5	35,7	1	7,1	-	-	14	100,0
8.8/8a. Apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas e à atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas	1	7,1	3	21,4	5	35,7	4	28,6	1	7,1	-	-	14	100,0
9.1/9i. Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e melhoria da empregabilidade	3	30,0	1	10,0	2	20,0	3	30,0	1	10,0	-	-	10	100,0
9.4/9iv. Melhoria do acesso a serviços sustentáveis, de grande qualidade e a preços comportáveis, incluindo cuidados de saúde e serviços sociais de interesse geral	2	33,3	-	-	3	50,0	1	16,7	-	-	-	-	6	100,0
9.7/9a. Investimento na saúde e nas infraestruturas sociais que contribuam para o desenvolvimento nacional, regional e local, para a redução das desigualdades de saúde, para a promoção da inclusão social através da melhoria do acesso aos serviços sociais, culturais e de recreio, assim como para a transição dos serviços institucionais para os serviços de base comunitária	-	-	1	6,7	5	33,3	5	33,3	4	26,7	-	-	15	100,0
10.1/10.i Redução e prevenção do abandono escolar precoce e promoção da igualdade de acesso a um ensino infantil, primário e secundário de boa qualidade incluindo percursos de aprendizagem formais, não formais e informais para a reintegração no ensino e na formação	1	6,7	1	6,7	4	26,7	7	46,7	2	13,3	-	-	15	100,0
10.5/10a. Investimento na educação, na formação e na formação profissional para a aquisição de competências e a aprendizagem ao longo da vida através do desenvolvimento das infraestruturas educativas e formativas	-	-	1	6,3	6	37,5	5	31,3	4	25,0	-	-	16	100,0
4. Investimentos em ativos físicos	1	20,0	-	-	2	40,0	1	20,0	1	20,0	-	-	5	100,0

Fonte: Inquérito às Comunidades Intermunicipais/Áreas Metropolitanas - Avaliação da Operacionalização dos PDCT, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 79. Média da adequação dos calendários de abertura dos avisos para operações integradas nos PDCT e dos prazos de submissão de candidaturas relativamente ao Ritmo de lançamento dos concursos (Escala 1 – nada adequados a 6 - totalmente adequados)

	Norte		Centro		Lisboa		Alentejo		Total	
	Média	N	Média	N	Média	N	Média	N	Média	N
2.3/2c. O reforço das aplicações TIC na administração pública em linha, aprendizagem em linha, infoinclusão, cultura em linha e saúde em linha	3,17	6	2,40	5			3,67	3	3,00	14
4.3/4c. Apoio à eficiência energética, à gestão inteligente da energia e à utilização das energias renováveis nas infraestruturas públicas, nomeadamente nos edifícios públicos e no setor da habitação	3,00	6	1,80	5	1,00	1	2,25	4	2,31	16
5.1/5i. Apoio ao investimento para a adaptação às alterações climáticas, incluindo abordagens baseadas nos ecossistemas	2,50	4	2,50	2	4,00	1	4,00	1	2,88	8
5.2/5ii. Promoção de investimentos para abordar riscos específicos, assegurar a capacidade de resistência às catástrofes e desenvolver sistemas de gestão de catástrofes (medidas identificadas nos respetivos planos de emergência e de proteção civil)	2,60	5	2,50	4	4,00	1	4,00	1	2,82	11
6.1/6i. Investimento no setor dos resíduos para satisfazer os requisitos do acervo da União em matéria de ambiente e para satisfazer as necessidades de investimento que excedam esses requisitos, identificadas pelos Estados-Membros	3,00	2	1,00	1			4,00	1	2,75	4
6.3/6c. Conservação, proteção, promoção e desenvolvimento do património natural e cultural	2,50	2	3,83	6	4,00	1	3,00	2	3,45	11
8.3/8iii. Emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras	2,83	6	3,67	6			3,00	2	3,21	14
8.8/8a. Apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas e à atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas	2,50	6	3,67	6			3,00	2	3,07	14
9.1/9i. Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e melhoria da empregabilidade	3,83	6	1,00	2	1,00	1	2,00	1	2,80	10
9.4/9iv. Melhoria do acesso a serviços sustentáveis, de grande qualidade e a preços comportáveis, incluindo cuidados de saúde e serviços sociais de interesse geral	3,33	3	1,00	1	1,00	1	3,00	1	2,50	6
9.7/9a. Investimento na saúde e nas infraestruturas sociais que contribuam para o desenvolvimento nacional, regional e local, para a redução das desigualdades de saúde, para a promoção da inclusão social através da melhoria do acesso aos serviços sociais, culturais e de recreio, assim como para a transição dos serviços institucionais para os serviços de base comunitária	3,83	6	4,00	6	3,00	1	3,50	2	3,80	15
10.1/10.i Redução e prevenção do abandono escolar precoce e promoção da igualdade de acesso a um ensino infantil, primário e secundário de boa qualidade incluindo percursos de aprendizagem formais, não formais e informais para a reintegração no ensino e na formação	3,83	6	3,20	5	3,00	1	3,67	3	3,53	15
10.5/10a. Investimento na educação, na formação e na formação profissional para a aquisição de competências e a aprendizagem ao longo da vida através do desenvolvimento das infraestruturas educativas e formativas	3,83	6	4,00	6	3,00	1	3,33	3	3,75	16
4. Investimentos em ativos físicos	2,67	3	5,00	1			3,00	1	3,20	5

Fonte: Inquérito às Comunidades Intermunicipais/Áreas Metropolitanas - Avaliação da Operacionalização dos PDCT, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 80. Adequação dos calendários de abertura dos avisos para operações integradas nos PDCT e dos prazos de submissão de candidaturas relativamente à Promoção de articulação entre os concursos/ projetos

	1 – Nada Adequados		2		3		4		5		6 - Totalmente Adequados		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
2.3/2c. O reforço das aplicações TIC na administração pública em linha, aprendizagem em linha, infoinclusão, cultura em linha e saúde em linha	-	-	3	23,1	5	38,5	4	30,8	1	7,7	-	-	13	100,0
4.3/4c. Apoio à eficiência energética, à gestão inteligente da energia e à utilização das energias renováveis nas infraestruturas públicas, nomeadamente nos edifícios públicos e no setor da habitação	5	33,3	3	20,0	3	20,0	4	26,7	-	-	-	-	15	100,0
5.1/5i. Apoio ao investimento para a adaptação às alterações climáticas, incluindo abordagens baseadas nos ecossistemas	-	-	1	12,5	4	50,0	3	37,5	-	-	-	-	8	100,0
5.2/5ii. Promoção de investimentos para abordar riscos específicos, assegurar a capacidade de resistência às catástrofes e desenvolver sistemas de gestão de catástrofes (medidas identificadas nos respetivos planos de emergência e de proteção civil)	-	-	2	18,2	4	36,4	5	45,5	-	-	-	-	11	100,0
6.1/6i. Investimento no setor dos resíduos para satisfazer os requisitos do acervo da União em matéria de ambiente e para satisfazer as necessidades de investimento que excedam esses requisitos, identificadas pelos Estados-Membros	1	25,0	-	-	2	50,0	1	25,0	-	-	-	-	4	100,0
6.3/6c. Conservação, proteção, promoção e desenvolvimento do património natural e cultural	-	-	2	16,7	3	25,0	5	41,7	2	16,7	-	-	12	100,0
8.3/8iii. Emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras	-	-	2	13,3	6	40,0	6	40,0	1	6,7	-	-	15	100,0
8.8/8a. Apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas e à atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas	-	-	2	13,3	6	40,0	6	40,0	1	6,7	-	-	15	100,0
9.1/9i. Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e melhoria da empregabilidade	3	30,0	-	-	3	30,0	3	30,0	1	10,0	-	-	10	100,0
9.4/9iv. Melhoria do acesso a serviços sustentáveis, de grande qualidade e a preços comportáveis, incluindo cuidados de saúde e serviços sociais de interesse geral	2	33,3	-	-	3	50,0	1	16,7	-	-	-	-	6	100,0
9.7/9a. Investimento na saúde e nas infraestruturas sociais que contribuam para o desenvolvimento nacional, regional e local, para a redução das desigualdades de saúde, para a promoção da inclusão social através da melhoria do acesso aos serviços sociais, culturais e de recreio, assim como para a transição dos serviços institucionais para os serviços de base comunitária	-	-	1	6,3	5	31,3	7	43,8	3	18,8	-	-	16	100,0
10.1/10.i Redução e prevenção do abandono escolar precoce e promoção da igualdade de acesso a um ensino infantil, primário e secundário de boa qualidade incluindo percursos de aprendizagem formais, não formais e informais para a reintegração no ensino e na formação	1	6,7	-	-	4	26,7	7	46,7	3	20,0	-	-	15	100,0
10.5/10a. Investimento na educação, na formação e na formação profissional para a aquisição de competências e a aprendizagem ao longo da vida através do desenvolvimento das infraestruturas educativas e formativas	-	-	2	12,5	5	31,3	6	37,5	3	18,8	-	-	16	100,0
4. Investimentos em ativos físicos	1	20,0	-	-	2	40,0	-	-	2	40,0	-	-	5	100,0

Fonte: Inquérito às Comunidades Intermunicipais/Áreas Metropolitanas - Avaliação da Operacionalização dos PDCT, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 81. Média da adequação dos calendários de abertura dos avisos para operações integradas nos PDCT e dos prazos de submissão de candidaturas relativamente ao Promoção de articulação entre os concursos/ projetos (Escala 1 – nada adequados a 6 - totalmente adequados)

	Norte		Centro		Lisboa		Alentejo		Total	
	Média	N	Média	N	Média	N	Média	N	Média	N
2.3/2c. O reforço das aplicações TIC na administração pública em linha, aprendizagem em linha, infoinclusão, cultura em linha e saúde em linha	3,00	6	3,20	5			4,00	2	3,23	13
4.3/4c. Apoio à eficiência energética, à gestão inteligente da energia e à utilização das energias renováveis nas infraestruturas públicas, nomeadamente nos edifícios públicos e no setor da habitação	2,83	6	2,00	5	1,00	1	2,67	3	2,40	15
5.1/5i. Apoio ao investimento para a adaptação às alterações climáticas, incluindo abordagens baseadas nos ecossistemas	2,75	4	3,50	2	4,00	1	4,00	1	3,25	8
5.2/5ii. Promoção de investimentos para abordar riscos específicos, assegurar a capacidade de resistência às catástrofes e desenvolver sistemas de gestão de catástrofes (medidas identificadas nos respetivos planos de emergência e de proteção civil)	2,75	4	3,25	4	4,00	1	4,00	2	3,27	11
6.1/6i. Investimento no setor dos resíduos para satisfazer os requisitos do acervo da União em matéria de ambiente e para satisfazer as necessidades de investimento que excedam esses requisitos, identificadas pelos Estados-Membros	3,00	2	1,00	1	-	-	4,00	1	2,75	4
6.3/6c. Conservação, proteção, promoção e desenvolvimento do património natural e cultural	2,50	2	3,83	6	4,00	1	3,67	3	3,58	12
8.3/8iii. Emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras	3,17	6	3,50	6	-	-	3,67	3	3,40	15
8.8/8a. Apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas e à atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas	3,17	6	3,50	6	-	-	3,67	3	3,40	15
9.1/9i. Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e melhoria da empregabilidade	3,83	6	1,00	2	1,00	1	3,00	1	2,90	10
9.4/9iv. Melhoria do acesso a serviços sustentáveis, de grande qualidade e a preços comportáveis, incluindo cuidados de saúde e serviços sociais de interesse geral	3,33	3	1,00	1	1,00	1	3,00	1	2,50	6
9.7/9a. Investimento na saúde e nas infraestruturas sociais que contribuam para o desenvolvimento nacional, regional e local, para a redução das desigualdades de saúde, para a promoção da inclusão social através da melhoria do acesso aos serviços sociais, culturais e de recreio, assim como para a transição dos serviços institucionais para os serviços de base comunitária	3,83	6	3,83	6	3,00	1	3,67	3	3,75	16
10.1/10.i Redução e prevenção do abandono escolar precoce e promoção da igualdade de acesso a um ensino infantil, primário e secundário de boa qualidade incluindo percursos de aprendizagem formais, não formais e informais para a reintegração no ensino e na formação	3,83	6	3,60	5	3,00	1	4,00	3	3,73	15
10.5/10a. Investimento na educação, na formação e na formação profissional para a aquisição de competências e a aprendizagem ao longo da vida através do desenvolvimento das infraestruturas educativas e formativas	3,50	6	3,83	6	3,00	1	3,67	3	3,63	16
4. Investimentos em ativos físicos	3,00	3	5,00	1	-	-	3,00	1	3,40	5

Fonte: Inquérito às Comunidades Intermunicipais/Áreas Metropolitanas - Avaliação da Operacionalização dos PDCT, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 82. Outro. Qual?

	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo
Avisos integrados nos Pactos deveriam ser em contínuo até esgotar as verbas.				1

Fonte: Inquérito às Comunidades Intermunicipais/Áreas Metropolitanas - Avaliação da Operacionalização dos PDCT, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 83. Adequação dos calendários de abertura dos avisos para operações integradas nos PDCT e dos prazos de submissão de candidaturas relativamente ao Objetivos da EIDT e PDCT

	1 – Nada Adequados		2		3		4		5		6 - Totalmente Adequados		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
2.3/2c. O reforço das aplicações TIC na administração pública em linha, aprendizagem em linha, infoinclusão, cultura em linha e saúde em linha	-	-	1	7,1	2	14,3	5	35,7	4	28,6	2	14,3	14	100,0
4.3/4c. Apoio à eficiência energética, à gestão inteligente da energia e à utilização das energias renováveis nas infraestruturas públicas, nomeadamente nos edifícios públicos e no setor da habitação	1	6,3	2	12,5	5	31,3	6	37,5	1	6,3	1	6,3	16	100,0
5.1/5i. Apoio ao investimento para a adaptação às alterações climáticas, incluindo abordagens baseadas nos ecossistemas	-	-	1	10,0	3	30,0	3	30,0	2	20,0	1	10,0	10	100,0
5.2/5ii. Promoção de investimentos para abordar riscos específicos, assegurar a capacidade de resistência às catástrofes e desenvolver sistemas de gestão de catástrofes (medidas identificadas nos respetivos planos de emergência e de proteção civil)	-	-	1	8,3	4	33,3	4	33,3	2	16,7	1	8,3	12	100,0
6.1/6i. Investimento no setor dos resíduos para satisfazer os requisitos do acervo da União em matéria de ambiente e para satisfazer as necessidades de investimento que excedam esses requisitos, identificadas pelos Estados-Membros	1	20,0	1	1	20,0	2	40,0	-	-	-	-	-	5	100,0
6.3/6c. Conservação, proteção, promoção e desenvolvimento do património natural e cultural	1	7,1	2	14,3	4	28,6	4	28,6	2	14,3	1	7,1	14	100,0
8.3/8iii. Emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras	1	6,3	2	12,5	3	18,8	6	37,5	3	18,8	1	6,3	16	100,0
8.8/8a. Apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas e à atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas	1	6,3	1	6,3	3	18,8	5	31,3	5	31,3	1	6,3	16	100,0
9.1/9i. Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e melhoria da empregabilidade	2	18,2	1	9,1	2	18,2	4	36,4	2	18,2	-	-	11	100,0
9.4/9iv. Melhoria do acesso a serviços sustentáveis, de grande qualidade e a preços comportáveis, incluindo cuidados de saúde e serviços sociais de interesse geral	1	12,5	1	12,5	2	25,0	3	37,5	1	12,5	-	-	8	100,0
9.7/9a. Investimento na saúde e nas infraestruturas sociais que contribuam para o desenvolvimento nacional, regional e local, para a redução das desigualdades de saúde, para a promoção da inclusão social através da melhoria do acesso aos serviços sociais, culturais e de recreio, assim como para a transição dos serviços institucionais para os serviços de base comunitária	-	-	1	5,9	7	41,2	4	23,5	1	5,9	4	23,5	17	100,0
10.1/10.i Redução e prevenção do abandono escolar precoce e promoção da igualdade de acesso a um ensino infantil, primário e secundário de boa qualidade incluindo percursos de aprendizagem formais, não formais e informais para a reintegração no ensino e na formação	-	-	-	-	5	31,3	6	37,5	3	18,8	2	12,5	16	100,0
10.5/10a. Investimento na educação, na formação e na formação profissional para a aquisição de competências e a aprendizagem ao longo da vida através do desenvolvimento das infraestruturas educativas e formativas	-	-	-	-	5	29,4	6	35,3	2	11,8	4	23,5	17	100,0
4. Investimentos em ativos físicos	1	20,0	-	-	2	40,0			1	20,0	1	20,0	5	100,0

Fonte: Inquérito às Comunidades Intermunicipais/Áreas Metropolitanas - Avaliação da Operacionalização dos PDCT, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 84. Média da adequação dos calendários de abertura dos avisos para operações integradas nos PDCT e dos prazos de submissão de candidaturas relativamente Objetivos da EIDT e PDCT (Escala 1 – nada adequados a 6 - totalmente adequados)

	Norte		Centro		Lisboa		Alentejo		Total	
	Média	N	Média	N	Média	N	Média	N	Média	N
2.3/2c. O reforço das aplicações TIC na administração pública em linha, aprendizagem em linha, infoinclusão, cultura em linha e saúde em linha	4,57	7	4,00	4	-	-	4,00	3	4,29	14
4.3/4c. Apoio à eficiência energética, à gestão inteligente da energia e à utilização das energias renováveis nas infraestruturas públicas, nomeadamente nos edifícios públicos e no setor da habitação	3,43	7	3,75	4	1,00	1	3,75	4	3,44	16
5.1/5i. Apoio ao investimento para a adaptação às alterações climáticas, incluindo abordagens baseadas nos ecossistemas	4,00	6	5,00	2	2,00	1	3,00	1	3,90	10
5.2/5ii. Promoção de investimentos para abordar riscos específicos, assegurar a capacidade de resistência às catástrofes e desenvolver sistemas de gestão de catástrofes (medidas identificadas nos respetivos planos de emergência e de proteção civil)	3,83	6	4,67	3	2,00	1	3,50	2	3,83	12
6.1/6i. Investimento no setor dos resíduos para satisfazer os requisitos do acervo da União em matéria de ambiente e para satisfazer as necessidades de investimento que excedam esses requisitos, identificadas pelos Estados-Membros	2,50	4	4,00	1	-	-	-	-	2,80	5
6.3/6c. Conservação, proteção, promoção e desenvolvimento do património natural e cultural	2,50	4	4,00	5	3,00	1	4,00	4	3,50	14
8.3/8iii. Emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras	3,14	7	4,20	5	-	-	4,00	4	3,69	16
8.8/8a. Apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas e à atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas	3,57	7	4,40	5	-	-	4,00	4	3,94	16
9.1/9i. Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e melhoria da empregabilidade	3,29	7	3,00	2	3,00	1	4,00	1	3,27	11
9.4/9iv. Melhoria do acesso a serviços sustentáveis, de grande qualidade e a preços comportáveis, incluindo cuidados de saúde e serviços sociais de interesse geral	2,80	5	5,00	1	3,00	1	4,00	1	3,25	8
9.7/9a. Investimento na saúde e nas infraestruturas sociais que contribuam para o desenvolvimento nacional, regional e local, para a redução das desigualdades de saúde, para a promoção da inclusão social através da melhoria do acesso aos serviços sociais, culturais e de recreio, assim como para a transição dos serviços institucionais para os serviços de base comunitária	4,14	7	4,00	5	3,00	1	4,00	4	4,00	17
10.1/10.i Redução e prevenção do abandono escolar precoce e promoção da igualdade de acesso a um ensino infantil, primário e secundário de boa qualidade incluindo percursos de aprendizagem formais, não formais e informais para a reintegração no ensino e na formação	4,14	7	4,50	4	3,00	1	4,00	4	4,13	16
10.5/10a. Investimento na educação, na formação e na formação profissional para a aquisição de competências e a aprendizagem ao longo da vida através do desenvolvimento das infraestruturas educativas e formativas	4,57	7	4,40	5	3,00	1	4,00	4	4,29	17
4. Investimentos em ativos físicos	3,00	3	4,50	2	-	-	-	-	3,60	5

Fonte: Inquérito às Comunidades Intermunicipais/Áreas Metropolitanas - Avaliação da Operacionalização dos PDCT, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 85. Adequação dos calendários de abertura dos avisos para operações integradas nos PDCT e dos prazos de submissão de candidaturas relativamente ao Indicadores de realização e resultados PDCT

	1 – Nada Adequados		2		3		4		5		6 - Totalmente Adequados		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
2.3/2c. O reforço das aplicações TIC na administração pública em linha, aprendizagem em linha, infoinclusão, cultura em linha e saúde em linha	1	7,1	1	7,1	3	21,4	6	42,9	2	14,3	1	7,1	14	100,0
4.3/4c. Apoio à eficiência energética, à gestão inteligente da energia e à utilização das energias renováveis nas infraestruturas públicas, nomeadamente nos edifícios públicos e no setor da habitação	2	12,5	3	18,8	5	31,3	4	25,0	2	12,5	-	-	16	100,0
5.1/5i. Apoio ao investimento para a adaptação às alterações climáticas, incluindo abordagens baseadas nos ecossistemas	1	10,0	1	10,0	4	40,0	1	10,0	2	20,0	1	10,0	10	100,0
5.2/5ii. Promoção de investimentos para abordar riscos específicos, assegurar capacidade de resistência às catástrofes e desenvolver sistemas de gestão de catástrofes (medidas identificadas nos respetivos planos de emergência e de proteção civil)	1	8,3	1	8,3	4	33,3	2	16,7	3	25,0	1	8,3	12	100,0
6.1/6i. Investimento no setor dos resíduos para satisfazer os requisitos do acervo da União em matéria de ambiente e para satisfazer as necessidades de investimento que excedam esses requisitos, identificadas pelos Estados-Membros	2	40,0	1	20,0	1	20,0	1	20,0	-	-	-	-	5	100,0
6.3/6c. Conservação, proteção, promoção e desenvolvimento do património natural e cultural	2	14,3	1	7,1	5	35,7	2	14,3	3	21,4	1	7,1	14	100,0
8.3/8iii. Emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras	-	-	2	12,5	4	25,0	7	43,8	2	12,5	1	6,3	16	100,0
8.8/8a. Apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas e à atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas	-	-	1	6,3	4	25,0	6	37,5	4	25,0	1	6,3	16	100,0
9.1/9i. Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e melhoria da empregabilidade	2	18,2	1	9,1	2	18,2	4	36,4	2	18,2	-	-	11	100,0
9.4/9iv. Melhoria do acesso a serviços sustentáveis, de grande qualidade e a preços comportáveis, incluindo cuidados de saúde e serviços sociais de interesse geral	1	12,5	1	12,5	2	25,0	3	37,5	1	12,5	-	-	8	100,0
9.7/9a. Investimento na saúde e nas infraestruturas sociais que contribuam para o desenvolvimento nacional, regional e local, para a redução das desigualdades de saúde, para a promoção da inclusão social através da melhoria do acesso aos serviços sociais, culturais e de recreio, assim como para a transição dos serviços institucionais para os serviços de base comunitária	-	-	-	-	5	29,4	6	35,3	2	11,8	4	23,5	17	100,0
10.1/10.i Redução e prevenção do abandono escolar precoce e promoção da igualdade de acesso a um ensino infantil, primário e secundário de boa qualidade incluindo percursos de aprendizagem formais, não formais e informais para a reintegração no ensino e na formação	-	-	-	-	5	31,3	5	31,3	4	25,0	2	12,5	16	100,0
10.5/10a. Investimento na educação, na formação e na formação profissional para a aquisição de competências e a aprendizagem ao longo da vida através do desenvolvimento das infraestruturas educativas e formativas	-	-	-	-	4	23,5	5	29,4	4	23,5	4	23,5	17	100,0
4. Investimentos em ativos físicos	1	20,0	1	20,0	2	40,0	-	-	-	-	1	20,0	5	100,0

Fonte: Inquérito às Comunidades Intermunicipais/Áreas Metropolitanas - Avaliação da Operacionalização dos PDCT, ISCTE/PPLL, 2021.

-Quadro 86. Média da adequação dos calendários de abertura dos avisos para operações integradas nos PDCT e dos prazos de submissão de candidaturas relativamente ao Indicadores de realização e resultados PDCT (Escala 1 – nada adequados a 6 – totalmente adequados)

	Norte		Centro		Lisboa		Alentejo		Total	
	Média	N	Média	N	Média	N	Média	N	Média	N
2.3/2c. O reforço das aplicações TIC na administração pública em linha, aprendizagem em linha, infoinclusão, cultura em linha e saúde em linha	4,14	7	2,75	4	-	-	4,00	3	3,71	14
4.3/4c. Apoio à eficiência energética, à gestão inteligente da energia e à utilização das energias renováveis nas infraestruturas públicas, nomeadamente nos edifícios públicos e no setor da habitação	3,14	7	2,50	4	1,00	1	4,00	4	3,06	16
5.1/5i. Apoio ao investimento para a adaptação às alterações climáticas, incluindo abordagens baseadas nos ecossistemas	3,50	6	4,50	2	2,00	1	3,00	1	3,50	10
5.2/5ii. Promoção de investimentos para abordar riscos específicos, assegurar a capacidade de resistência às catástrofes e desenvolver sistemas de gestão de catástrofes (medidas identificadas nos respetivos planos de emergência e de proteção civil)	3,50	6	4,33	3	2,00	1	4,00	2	3,67	12
6.1/6i. Investimento no setor dos resíduos para satisfazer os requisitos do acervo da União em matéria de ambiente e para satisfazer as necessidades de investimento que excedam esses requisitos, identificadas pelos Estados-Membros	1,75	4	4,00	1	-	-	-	-	2,20	5
6.3/6c. Conservação, proteção, promoção e desenvolvimento do património natural e cultural	1,75	4	4,20	5	3,00	1	4,25	4	3,43	14
8.3/8iii. Emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras	3,14	7	4,20	5			4,00	4	3,69	16
8.8/8a. Apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas e à atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas	3,71	7	4,20	5			4,25	4	4,00	16
9.1/9i. Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e melhoria da empregabilidade	3,29	7	3,00	2	3,00	1	4,00	1	3,27	11
9.4/9iv. Melhoria do acesso a serviços sustentáveis, de grande qualidade e a preços comportáveis, incluindo cuidados de saúde e serviços sociais de interesse geral	2,20	5	5,00	1	3,00	1	4,00	1	2,88	8
9.7/9a. Investimento na saúde e nas infraestruturas sociais que contribuam para o desenvolvimento nacional, regional e local, para a redução das desigualdades de saúde, para a promoção da inclusão social através da melhoria do acesso aos serviços sociais, culturais e de recreio, assim como para a transição dos serviços institucionais para os serviços de base comunitária	4,29	7	4,40	5	3,00	1	4,50	4	4,29	17
10.1/10.i Redução e prevenção do abandono escolar precoce e promoção da igualdade de acesso a um ensino infantil, primário e secundário de boa qualidade incluindo percursos de aprendizagem formais, não formais e informais para a reintegração no ensino e na formação	4,29	7	4,25	4	3,00	1	4,25	4	4,19	16
10.5/10a. Investimento na educação, na formação e na formação profissional para a aquisição de competências e a aprendizagem ao longo da vida através do desenvolvimento das infraestruturas educativas e formativas	4,71	7	4,40	5	3,00	1	4,50	4	4,47	17
4. Investimentos em ativos físicos	2,00	3	4,50	2	-	-	-	-	3,00	5

Fonte: Inquérito às Comunidades Intermunicipais/Áreas Metropolitanas - Avaliação da Operacionalização dos PDCT, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 87. Adequação dos calendários de abertura dos avisos para operações integradas nos PDCT e dos prazos de submissão de candidaturas relativamente ao Público-alvo

	1 – Nada Adequados		2		3		4		5		6 - Totalmente Adequados		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
2.3/2c. O reforço das aplicações TIC na administração pública em linha, aprendizagem em linha, infoinclusão, cultura em linha e saúde em linha	-	-	1	7,1	3	21,4	5	35,7	3	21,4	2	14,3	14	100,0
4.3/4c. Apoio à eficiência energética, à gestão inteligente da energia e à utilização das energias renováveis nas infraestruturas públicas, nomeadamente nos edifícios públicos e no setor da habitação	1	6,3	2	12,5	4	25,0	6	37,5	2	12,5	1	6,3	16	100,0
5.1/5i. Apoio ao investimento para a adaptação às alterações climáticas, incluindo abordagens baseadas nos ecossistemas	-	-	1	10,0	4	40,0	3	30,0	1	10,0	1	10,0	10	100,0
5.2/5ii. Promoção de investimentos para abordar riscos específicos, assegurar a capacidade de resistência às catástrofes e desenvolver sistemas de gestão de catástrofes (medidas identificadas nos respetivos planos de emergência e de proteção civil)	-	-	1	8,3	5	41,7	3	25,0	1	8,3	2	16,7	12	100,0
6.1/6i. Investimento no setor dos resíduos para satisfazer os requisitos do acervo da União em matéria de ambiente e para satisfazer as necessidades de investimento que excedam esses requisitos, identificadas pelos Estados-Membros	1	20,0	1	20,0	1	20,0	2	40,0	-	-	-	-	5	100,0
6.3/6c. Conservação, proteção, promoção e desenvolvimento do património natural e cultural	1	7,1	1	7,1	5	35,7	3	21,4	1	7,1	3	21,4	14	100,0
8.3/8iii. Emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras	-	-	2	12,5	3	18,8	4	25,0	3	18,8	4	25,0	16	100,0
8.8/8a. Apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas e à atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas	-	-	1	6,3	3	18,8	4	25,0	4	25,0	4	25,0	16	100,0
9.1/9i. Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e melhoria da empregabilidade	1	9,1	1	9,1	2	18,2	4	36,4	3	27,3	-	-	11	100,0
9.4/9iv. Melhoria do acesso a serviços sustentáveis, de grande qualidade e a preços comportáveis, incluindo cuidados de saúde e serviços sociais de interesse geral	1	12,5	1	12,5	2	25,0	3	37,5	1	12,5	-	-	8	100,0
9.7/9a. Investimento na saúde e nas infraestruturas sociais que contribuam para o desenvolvimento nacional, regional e local, para a redução das desigualdades de saúde, para a promoção da inclusão social através da melhoria do acesso aos serviços sociais, culturais e de recreio, assim como para a transição dos serviços institucionais para os serviços de base comunitária	-	-	-	-	6	35,3	4	23,5	1	5,9	6	35,3	17	100,0
10.1/10.i Redução e prevenção do abandono escolar precoce e promoção da igualdade de acesso a um ensino infantil, primário e secundário de boa qualidade incluindo percursos de aprendizagem formais, não formais e informais para a reintegração no ensino e na formação	-	-	-	-	5	31,3	4	25,0	4	25,0	3	18,8	16	100,0
10.5/10a. Investimento na educação, na formação e na formação profissional para a aquisição de competências e a aprendizagem ao longo da vida através do desenvolvimento das infraestruturas educativas e formativas	-	-	-	-	4	23,5	4	23,5	3	17,6	6	35,3	17	100,0
4. Investimentos em ativos físicos	1	20,0	-	-	2	40,0	1	20,0	-	-	1	20,0	5	100,0

Fonte: Inquérito às Comunidades Intermunicipais/Áreas Metropolitanas - Avaliação da Operacionalização dos PDCT, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 88. Média da adequação dos calendários de abertura dos avisos para operações integradas nos PDCT e dos prazos de submissão de candidaturas relativamente ao Público-alvo (Escala 1 – nada adequados a 6 - totalmente adequados)

	Norte		Centro		Lisboa		Alentejo		Total	
	Média	N	Média	N	Média	N	Média	N	Média	N
2.3/2c. O reforço das aplicações TIC na administração pública em linha, aprendizagem em linha, infoinclusão, cultura em linha e saúde em linha	4,29	7	4,00	4	-	-	4,00	3	4,14	14
4.3/4c. Apoio à eficiência energética, à gestão inteligente da energia e à utilização das energias renováveis nas infraestruturas públicas, nomeadamente nos edifícios públicos e no setor da habitação	3,71	7	3,25	4	1,00	1	4,25	4	3,56	16
5.1/5i. Apoio ao investimento para a adaptação às alterações climáticas, incluindo abordagens baseadas nos ecossistemas	3,67	6	5,00	2	2,00	1	3,00	1	3,70	10
5.2/5ii. Promoção de investimentos para abordar riscos específicos, assegurar a capacidade de resistência às catástrofes e desenvolver sistemas de gestão de catástrofes (medidas identificadas nos respetivos planos de emergência e de proteção civil)	3,50	6	4,67	3	2,00	1	4,50	2	3,83	12
6.1/6i. Investimento no setor dos resíduos para satisfazer os requisitos do acervo da União em matéria de ambiente e para satisfazer as necessidades de investimento que excedam esses requisitos, identificadas pelos Estados-Membros	2,50	4	4,00	1	-	-	-	-	2,80	5
6.3/6c. Conservação, proteção, promoção e desenvolvimento do património natural e cultural	2,50	4	4,40	5	3,00	1	4,50	4	3,79	14
8.3/8iii. Emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras	4,00	7	4,40	5	-	-	4,50	4	4,25	16
8.8/8a. Apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas e à atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas	4,43	7	4,40	5	-	-	4,50	4	4,44	16
9.1/9i. Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e melhoria da empregabilidade	3,86	7	3,00	2	3,00	1	4,00	1	3,64	11
9.4/9iv. Melhoria do acesso a serviços sustentáveis, de grande qualidade e a preços comportáveis, incluindo cuidados de saúde e serviços sociais de interesse geral	2,80	5	5,00	1	3,00	1	4,00	1	3,25	8
9.7/9a. Investimento na saúde e nas infraestruturas sociais que contribuam para o desenvolvimento nacional, regional e local, para a redução das desigualdades de saúde, para a promoção da inclusão social através da melhoria do acesso aos serviços sociais, culturais e de recreio, assim como para a transição dos serviços institucionais para os serviços de base comunitária	4,43	7	4,40	5	3,00	1	4,75	4	4,41	17
10.1/10.i Redução e prevenção do abandono escolar precoce e promoção da igualdade de acesso a um ensino infantil, primário e secundário de boa qualidade incluindo percursos de aprendizagem formais, não formais e informais para a reintegração no ensino e na formação	4,43	7	4,25	4	3,00	1	4,50	4	4,31	16
10.5/10a. Investimento na educação, na formação e na formação profissional para a aquisição de competências e a aprendizagem ao longo da vida através do desenvolvimento das infraestruturas educativas e formativas	4,71	7	4,80	5	3,00	1	4,75	4	4,65	17
4. Investimentos em ativos físicos	2,67	3	4,50	2	-	-	-	-	3,40	5

Fonte: Inquérito às Comunidades Intermunicipais/Áreas Metropolitanas - Avaliação da Operacionalização dos PDCT, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 89. Adequação dos calendários de abertura dos avisos para operações integradas nos PDCT e dos prazos de submissão de candidaturas relativamente à Necessidades do território

	1 – Nada Adequados		2		3		4		5		6 - Totalmente Adequados		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
2.3/2c. O reforço das aplicações TIC na administração pública em linha, aprendizagem em linha, infoinclusão, cultura em linha e saúde em linha	-	-	1	7,1	5	35,7	5	35,7	2	14,3	1	7,1	14	100,0
4.3/4c. Apoio à eficiência energética, à gestão inteligente da energia e à utilização das energias renováveis nas infraestruturas públicas, nomeadamente nos edifícios públicos e no setor da habitação	1	6,3	3	18,8	6	37,5	5	31,3	-	-	1	6,3	16	100,0
5.1/5i. Apoio ao investimento para a adaptação às alterações climáticas, incluindo abordagens baseadas nos ecossistemas	-	-	1	10,0	4	40,0	2	20,0	1	10,0	2	20,0	10	100,0
5.2/5ii. Promoção de investimentos para abordar riscos específicos, assegurar a capacidade de resistência às catástrofes e desenvolver sistemas de gestão de catástrofes (medidas identificadas nos respetivos planos de emergência e de proteção civil)	-	-	1	8,3	5	41,7	3	25,0	1	8,3	2	16,7	12	100,0
6.1/6i. Investimento no setor dos resíduos para satisfazer os requisitos do acervo da União em matéria de ambiente e para satisfazer as necessidades de investimento que excedam esses requisitos, identificadas pelos Estados-Membros	1	20,0	1	20,0	1	20,0	2	40,0	-	-	-	-	5	100,0
6.3/6c. Conservação, proteção, promoção e desenvolvimento do património natural e cultural	2	14,3	3	21,4	3	21,4	1	7,1	3	21,4	2	14,3	14	100,0
8.3/8iii. Emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras	-	-	2	12,5	3	18,8	4	25,0	3	18,8	4	25,0	16	100,0
8.8/8a. Apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas e à atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas	-	-	1	6,3	3	18,8	4	25,0	4	25,0	4	25,0	16	100,0
9.1/9i. Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e melhoria da empregabilidade	2	18,2	1	9,1	1	9,1	4	36,4	3	27,3	-	-	11	100,0
9.4/9iv. Melhoria do acesso a serviços sustentáveis, de grande qualidade e a preços comportáveis, incluindo cuidados de saúde e serviços sociais de interesse geral	2	25,0	1	12,5	1	12,5	3	37,5	1	12,5	-	-	8	100,0
9.7/9a. Investimento na saúde e nas infraestruturas sociais que contribuam para o desenvolvimento nacional, regional e local, para a redução das desigualdades de saúde, para a promoção da inclusão social através da melhoria do acesso aos serviços sociais, culturais e de recreio, assim como para a transição dos serviços institucionais para os serviços de base comunitária	1	5,9	1	5,9	5	29,4	4	23,5	1	5,9	5	29,4	17	100,0
10.1/10.i Redução e prevenção do abandono escolar precoce e promoção da igualdade de acesso a um ensino infantil, primário e secundário de boa qualidade incluindo percursos de aprendizagem formais, não formais e informais para a reintegração no ensino e na formação	1	6,3	-	-	4	25,0	6	37,5	2	12,5	3	18,8	16	100,0
10.5/10a. Investimento na educação, na formação e na formação profissional para a aquisição de competências e a aprendizagem ao longo da vida através do desenvolvimento das infraestruturas educativas e formativas	1	5,9	-	-	4	23,5	6	35,3	2	11,8	4	23,5	17	100,0
4. Investimentos em ativos físicos	1	20,0	-	-	2	40,0			1	20,0	1	20,0	5	100,0

Fonte: Inquérito às Comunidades Intermunicipais/Áreas Metropolitanas - Avaliação da Operacionalização dos PDCT, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 90. Média da adequação dos calendários de abertura dos avisos para operações integradas nos PDCT e dos prazos de submissão de candidaturas relativamente à Necessidades do território (Escala 1 – nada adequados a 6 - totalmente adequados)

	Norte		Centro		Lisboa		Alentejo		Total	
	Média	N	Média	N	Média	N	Média	N	Média	N
2.3/2c. O reforço das aplicações TIC na administração pública em linha, aprendizagem em linha, infoinclusão, cultura em linha e saúde em linha	3,71	7	3,75	4			4,00	3	3,79	14
4.3/4c. Apoio à eficiência energética, à gestão inteligente da energia e à utilização das energias renováveis nas infraestruturas públicas, nomeadamente nos edifícios públicos e no setor da habitação	3,00	7	3,00	4	1,00	1	4,25	4	3,19	16
5.1/5i. Apoio ao investimento para a adaptação às alterações climáticas, incluindo abordagens baseadas nos ecossistemas	4,17	6	4,50	2	2,00	1	3,00	1	3,90	10
5.2/5ii. Promoção de investimentos para abordar riscos específicos, assegurar a capacidade de resistência às catástrofes e desenvolver sistemas de gestão de catástrofes (medidas identificadas nos respetivos planos de emergência e de proteção civil)	4,17	6	4,33	3	2,00	1	4,33	3	4,08	13
6.1/6i. Investimento no setor dos resíduos para satisfazer os requisitos do acervo da União em matéria de ambiente e para satisfazer as necessidades de investimento que excedam esses requisitos, identificadas pelos Estados-Membros	2,50	4	4,00	1	-	-	-	-	2,80	5
6.3/6c. Conservação, proteção, promoção e desenvolvimento do património natural e cultural	2,75	4	3,60	5	1,00	1	4,50	4	3,43	14
8.3/8iii. Emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras	4,00	7	4,40	5	-	-	4,50	4	4,25	16
8.8/8a. Apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas e à atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas	4,57	7	4,40	5	-	-	4,25	4	4,44	16
9.1/9i. Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e melhoria da empregabilidade	3,86	7	3,00	2	1,00	1	4,00	1	3,45	11
9.4/9iv. Melhoria do acesso a serviços sustentáveis, de grande qualidade e a preços comportáveis, incluindo cuidados de saúde e serviços sociais de interesse geral	2,80	5	5,00	1	1,00	1	4,00	1	3,00	8
9.7/9a. Investimento na saúde e nas infraestruturas sociais que contribuam para o desenvolvimento nacional, regional e local, para a redução das desigualdades de saúde, para a promoção da inclusão social através da melhoria do acesso aos serviços sociais, culturais e de recreio, assim como para a transição dos serviços institucionais para os serviços de base comunitária	4,57	7	3,80	5	1,00	1	4,25	4	4,06	17
10.1/10.i Redução e prevenção do abandono escolar precoce e promoção da igualdade de acesso a um ensino infantil, primário e secundário de boa qualidade incluindo percursos de aprendizagem formais, não formais e informais para a reintegração no ensino e na formação	4,29	7	4,00	4	1,00	1	4,50	4	4,06	16
10.5/10a. Investimento na educação, na formação e na formação profissional para a aquisição de competências e a aprendizagem ao longo da vida através do desenvolvimento das infraestruturas educativas e formativas	4,57	7	4,20	5	1,00	1	4,25	4	4,18	17
4. Investimentos em ativos físicos	3,00	3	4,50	2	-	-	-	-	3,60	5

Fonte: Inquérito às Comunidades Intermunicipais/Áreas Metropolitanas - Avaliação da Operacionalização dos PDCT, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 91. Adequação dos procedimentos definidos para a análise e seleção das operações (check-list, manual de procedimentos, prazos) quanto ao processo de análise e seleção de operações

	1 – Nada Adequados		2		3		4		5		6 - Totalmente Adequados		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
2.3/2c. O reforço das aplicações TIC na administração pública em linha, aprendizagem em linha, infoinclusão, cultura em linha e saúde em linha	1	7,7	-	-	4	30,8	4	30,8	4	30,8	-	-	13	100,0
4.3/4c. Apoio à eficiência energética, à gestão inteligente da energia e à utilização das energias renováveis nas infraestruturas públicas, nomeadamente nos edifícios públicos e no setor da habitação	4	25,0	1	6,3	7	43,8	3	18,8	1	6,3	-	-	16	100,0
5.1/5i. Apoio ao investimento para a adaptação às alterações climáticas, incluindo abordagens baseadas nos ecossistemas	-	-	1	12,5	5	62,5	2	25,0			-	-	8	100,0
5.2/5ii. Promoção de investimentos para abordar riscos específicos, assegurar a capacidade de resistência às catástrofes e desenvolver sistemas de gestão de catástrofes (medidas identificadas nos respetivos planos de emergência e de proteção civil)	-	-	1	14,3	3	42,9	1	14,3	2	28,6	-	-	7	100,0
6.1/6i. Investimento no setor dos resíduos para satisfazer os requisitos do acervo da União em matéria de ambiente e para satisfazer as necessidades de investimento que excedam esses requisitos, identificadas pelos Estados-Membros	1	25,0	-	-	3	75,0					-	-	4	100,0
6.3/6c. Conservação, proteção, promoção e desenvolvimento do património natural e cultural	1	9,1	1	9,1	6	54,5	2	18,2	1	9,1	-	-	11	100,0
8.3/8iii. Emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras	-	-	3	18,8	9	56,3	3	18,8	1	6,3	-	-	16	100,0
8.8/8a. Apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas e à atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas	-	-	1	6,3	11	68,8	3	18,8	1	6,3	-	-	16	100,0
9.1/9i. Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e melhoria da empregabilidade	-	-	1	10,0	5	50,0	2	20,0	2	20,0	-	-	10	100,0
9.4/9iv. Melhoria do acesso a serviços sustentáveis, de grande qualidade e a preços comportáveis, incluindo cuidados de saúde e serviços sociais de interesse geral	1	20,0	1	20,0	3	60,0	-	-	-	-	-	-	5	100,0
9.7/9a. Investimento na saúde e nas infraestruturas sociais que contribuam para o desenvolvimento nacional, regional e local, para a redução das desigualdades de saúde, para a promoção da inclusão social através da melhoria do acesso aos serviços sociais, culturais e de recreio, assim como para a transição dos serviços institucionais para os serviços de base comunitária	-	-	-	-	9	52,9	5	29,4	2	11,8	1	5,9	17	100,0
10.1/10.i Redução e prevenção do abandono escolar precoce e promoção da igualdade de acesso a um ensino infantil, primário e secundário de boa qualidade incluindo percursos de aprendizagem formais, não formais e informais para a reintegração no ensino e na formação	1	6,7	1	6,7	6	40,0	5	33,3	1	6,7	1	6,7	15	100,0
10.5/10a. Investimento na educação, na formação e na formação profissional para a aquisição de competências e a aprendizagem ao longo da vida através do desenvolvimento das infraestruturas educativas e formativas	-	-	1	5,9	7	41,2	5	29,4	3	17,6	1	5,9	17	100,0
4. Investimentos em ativos físicos	1	20,0	-	-	4	80,0	-	-	-	-	-	-	5	100,0

Fonte: Inquérito às Comunidades Intermunicipais/Áreas Metropolitanas - Avaliação da Operacionalização dos PDCT, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 92. Média Adequação dos procedimentos definidos para a análise e seleção das operações (check-list, manual de procedimentos, prazos) quanto ao processo de análise e seleção de operações (Escala 1 – nada adequados a 6 - totalmente adequados)

	Norte		Centro		Lisboa		Alentejo		Total	
	Média	N	Média	N	Média	N	Média	N	Média	N
2.3/2c. O reforço das aplicações TIC na administração pública em linha, aprendizagem em linha, infoinclusão, cultura em linha e saúde em linha	4,17	6	3,00	4	-	-	4,00	3	3,77	13
4.3/4c. Apoio à eficiência energética, à gestão inteligente da energia e à utilização das energias renováveis nas infraestruturas públicas, nomeadamente nos edifícios públicos e no setor da habitação	3,43	7	2,00	4	1,00	1	2,75	4	2,75	16
5.1/5i. Apoio ao investimento para a adaptação às alterações climáticas, incluindo abordagens baseadas nos ecossistemas	3,20	5	3,00	2	-	-	3,00	1	3,13	8
5.2/5ii. Promoção de investimentos para abordar riscos específicos, assegurar a capacidade de resistência às catástrofes e desenvolver sistemas de gestão de catástrofes (medidas identificadas nos respetivos planos de emergência e de proteção civil)	3,67	3	3,67	3	-	-	3,00	1	3,57	7
6.1/6i. Investimento no setor dos resíduos para satisfazer os requisitos do acervo da União em matéria de ambiente e para satisfazer as necessidades de investimento que excedam esses requisitos, identificadas pelos Estados-Membros	2,33	3	3,00	1	-	-	-	-	2,50	4
6.3/6c. Conservação, proteção, promoção e desenvolvimento do património natural e cultural	2,33	3	2,67	3	3,00	1	4,00	4	3,09	11
8.3/8iii. Emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras	3,14	7	2,80	5	-	-	3,50	4	3,13	16
8.8/8a. Apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas e à atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas	3,29	7	3,00	5	-	-	3,50	4	3,25	16
9.1/9i. Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e melhoria da empregabilidade	4,00	6	3,00	1	2,00	1	3,00	2	3,50	10
9.4/9iv. Melhoria do acesso a serviços sustentáveis, de grande qualidade e a preços comportáveis, incluindo cuidados de saúde e serviços sociais de interesse geral	2,33	3	3,00	1	2,00	1	-	-	2,40	5
9.7/9a. Investimento na saúde e nas infraestruturas sociais que contribuam para o desenvolvimento nacional, regional e local, para a redução das desigualdades de saúde, para a promoção da inclusão social através da melhoria do acesso aos serviços sociais, culturais e de recreio, assim como para a transição dos serviços institucionais para os serviços de base comunitária	3,86	7	3,60	5	3,00	1	3,75	4	3,71	17
10.1/10.i Redução e prevenção do abandono escolar precoce e promoção da igualdade de acesso a um ensino infantil, primário e secundário de boa qualidade incluindo percursos de aprendizagem formais, não formais e informais para a reintegração no ensino e na formação	4,00	7	3,00	4	1,00	1	3,67	3	3,47	15
10.5/10a. Investimento na educação, na formação e na formação profissional para a aquisição de competências e a aprendizagem ao longo da vida através do desenvolvimento das infraestruturas educativas e formativas	4,14	7	3,60	5	2,00	1	3,75	4	3,76	17
4. Investimentos em ativos físicos	2,33	3	3,00	2	-	-	-	-	2,60	5

Fonte: Inquérito às Comunidades Intermunicipais/Áreas Metropolitanas - Avaliação da Operacionalização dos PDCT, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 93. Adequação dos Critérios de seleção quanto ao processo de análise e seleção de operações

	1 – Nada Adequados		2		3		4		5		6 - Totalmente Adequados		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
2.3/2c. O reforço das aplicações TIC na administração pública em linha, aprendizagem em linha, infoinclusão, cultura em linha e saúde em linha	1	7,1	2	14,3	2	14,3	6	42,9	3	21,4	-	-	14	100,0
4.3/4c. Apoio à eficiência energética, à gestão inteligente da energia e à utilização das energias renováveis nas infraestruturas públicas, nomeadamente nos edifícios públicos e no setor da habitação	2	12,5	4	25,0	5	31,3	3	18,8	2	12,5	-	-	16	100,0
5.1/5i. Apoio ao investimento para a adaptação às alterações climáticas, incluindo abordagens baseadas nos ecossistemas	1	14,3	1	14,3	2	28,6	2	28,6	1	14,3	-	-	7	100,0
5.2/5ii. Promoção de investimentos para abordar riscos específicos, assegurar a capacidade de resistência às catástrofes e desenvolver sistemas de gestão de catástrofes (medidas identificadas nos respetivos planos de emergência e de proteção civil)	-	-	2	28,6	2	28,6	2	28,6	1	14,3	-	-	7	100,0
6.1/6i. Investimento no setor dos resíduos para satisfazer os requisitos do acervo da União em matéria de ambiente e para satisfazer as necessidades de investimento que excedam esses requisitos, identificadas pelos Estados-Membros	1	20,0	2	40,0	2	40,0	-	-	-	-	-	-	5	100,0
6.3/6c. Conservação, proteção, promoção e desenvolvimento do património natural e cultural	1	9,1	3	27,3	4	36,4	2	18,2	1	9,1	-	-	11	100,0
8.3/8iii. Emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras	-	-	2	12,5	5	31,3	7	43,8	2	12,5	-	-	16	100,0
8.8/8a. Apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas e à atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas	1	6,3	1	6,3	7	43,8	5	31,3	2	12,5	-	-	16	100,0
9.1/9i. Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e melhoria da empregabilidade	1	10,0	1	10,0	3	30,0	2	20,0	3	30,0	-	-	10	100,0
9.4/9iv. Melhoria do acesso a serviços sustentáveis, de grande qualidade e a preços comportáveis, incluindo cuidados de saúde e serviços sociais de interesse geral	2	33,3	1	16,7	2	33,3	1	16,7	-	-	-	-	6	100,0
9.7/9a. Investimento na saúde e nas infraestruturas sociais que contribuam para o desenvolvimento nacional, regional e local, para a redução das desigualdades de saúde, para a promoção da inclusão social através da melhoria do acesso aos serviços sociais, culturais e de recreio, assim como para a transição dos serviços institucionais para os serviços de base comunitária	1	5,9	-	-	5	29,4	7	41,2	3	17,6	1	5,9	17	100,0
10.1/10.i Redução e prevenção do abandono escolar precoce e promoção da igualdade de acesso a um ensino infantil, primário e secundário de boa qualidade incluindo percursos de aprendizagem formais, não formais e informais para a reintegração no ensino e na formação	1	6,7	2	13,3	3	20,0	6	40,0	2	13,3	1	6,7	15	100,0
10.5/10a. Investimento na educação, na formação e na formação profissional para a aquisição de competências e a aprendizagem ao longo da vida através do desenvolvimento das infraestruturas educativas e formativas	1	5,9	1	5,9	3	17,6	8	47,1	3	17,6	1	5,9	17	100,0
4. Investimentos em ativos físicos	2	40,0	-	-	2	40,0	1	20,0	-	-	-	-	5	100,0

Fonte: Inquérito às Comunidades Intermunicipais/Áreas Metropolitanas - Avaliação da Operacionalização dos PDCT, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 94. Média Adequação dos Critérios de seleção quanto ao processo de análise e seleção de operações (Escala 1 – nada adequados a 6 - totalmente adequados)

	Norte		Centro		Lisboa		Alentejo		Total	
	Média	N	Média	N	Média	N	Média	N	Média	N
2.3/2c. O reforço das aplicações TIC na administração pública em linha, aprendizagem em linha, infoinclusão, cultura em linha e saúde em linha	4,00	7	2,75	4	-	-	3,67	3	3,57	14
4.3/4c. Apoio à eficiência energética, à gestão inteligente da energia e à utilização das energias renováveis nas infraestruturas públicas, nomeadamente nos edifícios públicos e no setor da habitação	3,71	7	2,25	4	1,00	1	2,75	4	2,94	16
5.1/5i. Apoio ao investimento para a adaptação às alterações climáticas, incluindo abordagens baseadas nos ecossistemas	3,50	4	2,50	2	-	-	3,00	1	3,14	7
5.2/5ii. Promoção de investimentos para abordar riscos específicos, assegurar a capacidade de resistência às catástrofes e desenvolver sistemas de gestão de catástrofes (medidas identificadas nos respetivos planos de emergência e de proteção civil)	3,33	3	3,33	3	-	-	3,00	1	3,29	7
6.1/6i. Investimento no setor dos resíduos para satisfazer os requisitos do acervo da União em matéria de ambiente e para satisfazer as necessidades de investimento que excedam esses requisitos, identificadas pelos Estados-Membros	2,00	3	2,00	1	-	-	3,00	1	2,20	5
6.3/6c. Conservação, proteção, promoção e desenvolvimento do património natural e cultural	2,00	3	2,33	3	3,00	1	4,00	4	2,91	11
8.3/8iii. Emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras	3,71	7	3,40	5	-	-	3,50	4	3,56	16
8.8/8a. Apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas e à atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas	3,57	7	3,00	5			3,50	4	3,38	16
9.1/9i. Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e melhoria da empregabilidade	4,33	6	1,00	1	2,00	1	3,00	2	3,50	10
9.4/9iv. Melhoria do acesso a serviços sustentáveis, de grande qualidade e a preços comportáveis, incluindo cuidados de saúde e serviços sociais de interesse geral	2,67	3	1,00	1	2,00	1	3,00	1	2,33	6
9.7/9a. Investimento na saúde e nas infraestruturas sociais que contribuam para o desenvolvimento nacional, regional e local, para a redução das desigualdades de saúde, para a promoção da inclusão social através da melhoria do acesso aos serviços sociais, culturais e de recreio, assim como para a transição dos serviços institucionais para os serviços de base comunitária	4,29	7	3,40	5	3,00	1	3,75	4	3,82	17
10.1/10.i Redução e prevenção do abandono escolar precoce e promoção da igualdade de acesso a um ensino infantil, primário e secundário de boa qualidade incluindo percursos de aprendizagem formais, não formais e informais para a reintegração no ensino e na formação	4,43	7	2,50	4	2,00	1	3,67	3	3,60	15
10.5/10a. Investimento na educação, na formação e na formação profissional para a aquisição de competências e a aprendizagem ao longo da vida através do desenvolvimento das infraestruturas educativas e formativas	4,43	7	3,40	5	2,00	1	3,75	4	3,82	17
4. Investimentos em ativos físicos	2,67	3	2,00	2					2,40	5

Fonte: Inquérito às Comunidades Intermunicipais/Áreas Metropolitanas - Avaliação da Operacionalização dos PDCT, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 95. Adequação da Metodologia de apuramento do mérito quanto ao processo de análise e seleção de operações

	1 – Nada Adequados		2		3		4		5		6 - Totalmente Adequados		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
2.3/2c. O reforço das aplicações TIC na administração pública em linha, aprendizagem em linha, infoinclusão, cultura em linha e saúde em linha	1	7,1	2	14,3	1	7,1	5	35,7	5	35,7	-	-	14	100,0
4.3/4c. Apoio à eficiência energética, à gestão inteligente da energia e à utilização das energias renováveis nas infraestruturas públicas, nomeadamente nos edifícios públicos e no setor da habitação	2	12,5	4	25,0	4	25,0	3	18,8	3	18,8	-	-	16	100,0
5.1/5i. Apoio ao investimento para a adaptação às alterações climáticas, incluindo abordagens baseadas nos ecossistemas	-	-	1	14,3	3	42,9	2	28,6	1	14,3	-	-	7	100,0
5.2/5ii. Promoção de investimentos para abordar riscos específicos, assegurar a capacidade de resistência às catástrofes e desenvolver sistemas de gestão de catástrofes (medidas identificadas nos respetivos planos de emergência e de proteção civil)	-	-	1	12,5	2	25,0	4	50,0	1	12,5	-	-	8	100,0
6.1/6i. Investimento no setor dos resíduos para satisfazer os requisitos do acervo da União em matéria de ambiente e para satisfazer as necessidades de investimento que excedam esses requisitos, identificadas pelos Estados-Membros	1	20,0	1	20,0	2	40,0	1	20,0	-	-	-	-	5	100,0
6.3/6c. Conservação, proteção, promoção e desenvolvimento do património natural e cultural	1	9,1	2	18,2	3	27,3	5	45,5			-	-	11	100,0
8.3/8iii. Emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras	-	-	1	6,3	5	31,3	8	50,0	2	12,5	-	-	16	100,0
8.8/8a. Apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas e à atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas			1	6,7	5	33,3	8	53,3	1	6,7			15	100,0
9.1/9i. Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e melhoria da empregabilidade			2	22,2	2	22,2	2	22,2	3	33,3			9	100,0
9.4/9iv. Melhoria do acesso a serviços sustentáveis, de grande qualidade e a preços comportáveis, incluindo cuidados de saúde e serviços sociais de interesse geral	1	20,0	2	40,0	1	20,0	1	20,0					5	100,0
9.7/9a. Investimento na saúde e nas infraestruturas sociais que contribuam para o desenvolvimento nacional, regional e local, para a redução das desigualdades de saúde, para a promoção da inclusão social através da melhoria do acesso aos serviços sociais, culturais e de recreio, assim como para a transição dos serviços institucionais para os serviços de base comunitária			1	6,3	4	25,0	7	43,8	3	18,8	1	6,3	16	100,0
10.1/10.i Redução e prevenção do abandono escolar precoce e promoção da igualdade de acesso a um ensino infantil, primário e secundário de boa qualidade incluindo percursos de aprendizagem formais, não formais e informais para a reintegração no ensino e na formação			4	28,6	2	14,3	6	42,9	1	7,1	1	7,1	14	100,0
10.5/10a. Investimento na educação, na formação e na formação profissional para a aquisição de competências e a aprendizagem ao longo da vida através do desenvolvimento das infraestruturas educativas e formativas			1	6,3	3	18,8	7	43,8	4	25,0	1	6,3	16	100,0
4. Investimentos em ativos físicos	1	20,0	1	20,0	2	40,0	1	20,0					5	100,0

Fonte: Inquérito às Comunidades Intermunicipais/Áreas Metropolitanas - Avaliação da Operacionalização dos PDCT, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 96. Média Adequação da Metodologia de apuramento do mérito quanto ao processo de análise e seleção de operações
(Escala 1 – nada adequados a 6 - totalmente adequados)

	Norte		Centro		Lisboa		Alentejo		Total	
	Média	N	Média	N	Média	N	Média	N	Média	N
2.3/2c. O reforço das aplicações TIC na administração pública em linha, aprendizagem em linha, infoinclusão, cultura em linha e saúde em linha	4,43	7	2,75	4	-	-	3,67	3	3,79	14
4.3/4c. Apoio à eficiência energética, à gestão inteligente da energia e à utilização das energias renováveis nas infraestruturas públicas, nomeadamente nos edifícios públicos e no setor da habitação	4,14	7	2,25	4	1,00	1	2,50	4	3,06	16
5.1/5i. Apoio ao investimento para a adaptação às alterações climáticas, incluindo abordagens baseadas nos ecossistemas	4,00	4	3,00	2	-	-	2,00	1	3,43	7
5.2/5ii. Promoção de investimentos para abordar riscos específicos, assegurar a capacidade de resistência às catástrofes e desenvolver sistemas de gestão de catástrofes (medidas identificadas nos respetivos planos de emergência e de proteção civil)	4,00	4	3,67	3	-	-	2,00	1	3,63	8
6.1/6i. Investimento no setor dos resíduos para satisfazer os requisitos do acervo da União em matéria de ambiente e para satisfazer as necessidades de investimento que excedam esses requisitos, identificadas pelos Estados-Membros	2,67	3	3,00	1	-	-	2,00	1	2,60	5
6.3/6c. Conservação, proteção, promoção e desenvolvimento do património natural e cultural	2,67	3	3,00	3	3,00	1	3,50	4	3,09	11
8.3/8iii. Emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras	4,00	7	3,60	5	-	-	3,25	4	3,69	16
8.8/8a. Apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas e à atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas	3,57	7	3,40	5	-	-	4,00	3	3,60	15
9.1/9i. Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e melhoria da empregabilidade	4,33	6	2,00	1	2,00	1	3,00	1	3,67	9
9.4/9iv. Melhoria do acesso a serviços sustentáveis, de grande qualidade e a preços comportáveis, incluindo cuidados de saúde e serviços sociais de interesse geral	2,67	3	2,00	1	2,00	1	-	-	2,40	5
9.7/9a. Investimento na saúde e nas infraestruturas sociais que contribuam para o desenvolvimento nacional, regional e local, para a redução das desigualdades de saúde, para a promoção da inclusão social através da melhoria do acesso aos serviços sociais, culturais e de recreio, assim como para a transição dos serviços institucionais para os serviços de base comunitária	4,29	7	3,60	5	3,00	1	4,00	3	3,94	16
10.1/10.i Redução e prevenção do abandono escolar precoce e promoção da igualdade de acesso a um ensino infantil, primário e secundário de boa qualidade incluindo percursos de aprendizagem formais, não formais e informais para a reintegração no ensino e na formação	4,00	7	2,75	4	2,00	1	4,00	2	3,50	14
10.5/10a. Investimento na educação, na formação e na formação profissional para a aquisição de competências e a aprendizagem ao longo da vida através do desenvolvimento das infraestruturas educativas e formativas	4,57	7	3,60	5	3,00	1	4,00	3	4,06	16
4. Investimentos em ativos físicos	2,67	3	2,50	2	-	-	-	-	2,60	5

Fonte: Inquérito às Comunidades Intermunicipais/Áreas Metropolitanas - Avaliação da Operacionalização dos PDCT, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 97. Adequação da Dimensão da equipa com funções de análise de candidaturas quanto ao processo de análise e seleção de operações

	1 – Nada Adequados		2		3		4		5		6 - Totalmente Adequados		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
2.3/2c. O reforço das aplicações TIC na administração pública em linha, aprendizagem em linha, infoinclusão, cultura em linha e saúde em linha	2	15,4	6	46,2	4	30,8	1	7,7	-	-	-	-	13	100,0
4.3/4c. Apoio à eficiência energética, à gestão inteligente da energia e à utilização das energias renováveis nas infraestruturas públicas, nomeadamente nos edifícios públicos e no setor da habitação	2	13,3	4	26,7	5	33,3	4	26,7	-	-	-	-	15	100,0
5.1/5i. Apoio ao investimento para a adaptação às alterações climáticas, incluindo abordagens baseadas nos ecossistemas	1	14,3	2	28,6	3	42,9	1	14,3	-	-	-	-	7	100,0
5.2/5ii. Promoção de investimentos para abordar riscos específicos, assegurar a capacidade de resistência às catástrofes e desenvolver sistemas de gestão de catástrofes (medidas identificadas nos respetivos planos de emergência e de proteção civil)	1	12,5	2	25,0	4	50,0	1	12,5	-	-	-	-	8	100,0
6.1/6i. Investimento no setor dos resíduos para satisfazer os requisitos do acervo da União em matéria de ambiente e para satisfazer as necessidades de investimento que excedam esses requisitos, identificadas pelos Estados-Membros	1	20,0	2	40,0	2	40,0	-	-	-	-	-	-	5	100,0
6.3/6c. Conservação, proteção, promoção e desenvolvimento do património natural e cultural	2	18,2	2	18,2	4	36,4	2	18,2	-	-	1	9,1	11	100,0
8.3/8iii. Emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras	1	6,3	5	31,3	6	37,5	3	18,8	-	-	1	6,3	16	100,0
8.8/8a. Apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas e à atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas	2	12,5	5	31,3	5	31,3	2	12,5	1	6,3	1	6,3	16	100,0
9.1/9i. Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e melhoria da empregabilidade	2	20,0	3	30,0	1	10,0	2	20,0	2	20,0	-	-	10	100,0
9.4/9iv. Melhoria do acesso a serviços sustentáveis, de grande qualidade e a preços comportáveis, incluindo cuidados de saúde e serviços sociais de interesse geral	3	50,0	1	16,7	1	16,7	1	16,7	-	-	-	-	6	100,0
9.7/9a. Investimento na saúde e nas infraestruturas sociais que contribuam para o desenvolvimento nacional, regional e local, para a redução das desigualdades de saúde, para a promoção da inclusão social através da melhoria do acesso aos serviços sociais, culturais e de recreio, assim como para a transição dos serviços institucionais para os serviços de base comunitária	3	17,6	2	11,8	5	29,4	3	17,6	3	17,6	1	5,9	17	100,0
10.1/10.i Redução e prevenção do abandono escolar precoce e promoção da igualdade de acesso a um ensino infantil, primário e secundário de boa qualidade incluindo percursos de aprendizagem formais, não formais e informais para a reintegração no ensino e na formação	2	13,3	2	13,3	7	46,7	3	20,0	-	-	1	6,7	15	100,0
10.5/10a. Investimento na educação, na formação e na formação profissional para a aquisição de competências e a aprendizagem ao longo da vida através do desenvolvimento das infraestruturas educativas e formativas	1	5,9	2	11,8	5	29,4	5	29,4	3	17,6	1	5,9	17	100,0
4. Investimentos em ativos físicos	1	20,0	1	20,0	2	40,0	1	20,0	-	-	-	-	5	100,0

Fonte: Inquérito às Comunidades Intermunicipais/Áreas Metropolitanas - Avaliação da Operacionalização dos PDCT, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 98. Média Adequação da Dimensão da equipa com funções de análise de candidaturas quanto ao processo de análise e seleção de operações (Escala 1 – nada adequados a 6 - totalmente adequados)

	Norte		Centro		Lisboa		Alentejo		Total	
	Média	N	Média	N	Média	N	Média	N	Média	N
2.3/2c. O reforço das aplicações TIC na administração pública em linha, aprendizagem em linha, infoinclusão, cultura em linha e saúde em linha	3,57	7	2,67	3	-	-	3,33	3	3,31	13
4.3/4c. Apoio à eficiência energética, à gestão inteligente da energia e à utilização das energias renováveis nas infraestruturas públicas, nomeadamente nos edifícios públicos e no setor da habitação	3,14	7	2,00	4	1,00	1	3,33	3	2,73	15
5.1/5i. Apoio ao investimento para a adaptação às alterações climáticas, incluindo abordagens baseadas nos ecossistemas	2,50	4	3,00	2	-	-	2,00	1	2,57	7
5.2/5ii. Promoção de investimentos para abordar riscos específicos, assegurar a capacidade de resistência às catástrofes e desenvolver sistemas de gestão de catástrofes (medidas identificadas nos respetivos planos de emergência e de proteção civil)	2,50	4	3,00	3	-	-	2,00	1	2,63	8
6.1/6i. Investimento no setor dos resíduos para satisfazer os requisitos do acervo da União em matéria de ambiente e para satisfazer as necessidades de investimento que excedam esses requisitos, identificadas pelos Estados-Membros	2,33	3	2,00	1	-	-	2,00	1	2,20	5
6.3/6c. Conservação, proteção, promoção e desenvolvimento do património natural e cultural	2,33	3	2,67	3	1,00	1	4,00	4	2,91	11
8.3/8iii. Emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras	2,43	7	2,80	5	-	-	4,00	4	2,94	16
8.8/8a. Apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas e à atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas	2,29	7	2,60	5	-	-	4,25	4	2,88	16
9.1/9i. Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e melhoria da empregabilidade	3,50	6	1,00	1	1,00	1	3,00	2	2,90	10
9.4/9iv. Melhoria do acesso a serviços sustentáveis, de grande qualidade e a preços comportáveis, incluindo cuidados de saúde e serviços sociais de interesse geral	2,67	3	1,00	1	1,00	1	2,00	1	2,00	6
9.7/9a. Investimento na saúde e nas infraestruturas sociais que contribuam para o desenvolvimento nacional, regional e local, para a redução das desigualdades de saúde, para a promoção da inclusão social através da melhoria do acesso aos serviços sociais, culturais e de recreio, assim como para a transição dos serviços institucionais para os serviços de base comunitária	3,14	7	3,00	5	1,00	1	4,25	4	3,24	17
10.1/10.i Redução e prevenção do abandono escolar precoce e promoção da igualdade de acesso a um ensino infantil, primário e secundário de boa qualidade incluindo percursos de aprendizagem formais, não formais e informais para a reintegração no ensino e na formação	3,14	7	2,50	4	1,00	1	4,00	3	3,00	15
10.5/10a. Investimento na educação, na formação e na formação profissional para a aquisição de competências e a aprendizagem ao longo da vida através do desenvolvimento das infraestruturas educativas e formativas	3,86	7	3,20	5	1,00	1	4,25	4	3,59	17
4. Investimentos em ativos físicos	2,67	3	2,50	2	-	-	-	-	2,60	5

Fonte: Inquérito às Comunidades Intermunicipais/Áreas Metropolitanas - Avaliação da Operacionalização dos PDCT, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 99. Adequação da Periodicidade das reuniões do Conselho intermunicipal/metropolitano quanto ao processo de análise e seleção de operações

	1 – Nada Adequados		2		3		4		5		6 - Totalmente Adequados		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
2.3/2c. O reforço das aplicações TIC na administração pública em linha, aprendizagem em linha, infoinclusão, cultura em linha e saúde em linha	-	-	-	-	1	10,0	3	30,0	4	40,0	2	20,0	10	100,0
4.3/4c. Apoio à eficiência energética, à gestão inteligente da energia e à utilização das energias renováveis nas infraestruturas públicas, nomeadamente nos edifícios públicos e no setor da habitação	-	-	-	-	1	9,1	4	36,4	4	36,4	2	18,2	11	100,0
5.1/5i. Apoio ao investimento para a adaptação às alterações climáticas, incluindo abordagens baseadas nos ecossistemas	-	-	-	-	1	16,7	2	33,3	2	33,3	1	16,7	6	100,0
5.2/5ii. Promoção de investimentos para abordar riscos específicos, assegurar a capacidade de resistência às catástrofes e desenvolver sistemas de gestão de catástrofes (medidas identificadas nos respetivos planos de emergência e de proteção civil)	-	-	-	-	1	16,7	2	33,3	1	16,7	2	33,3	6	100,0
6.1/6i. Investimento no setor dos resíduos para satisfazer os requisitos do acervo da União em matéria de ambiente e para satisfazer as necessidades de investimento que excedam esses requisitos, identificadas pelos Estados-Membros	-	-	-	-	1	20,0	2	40,0	-	-	2	40,0	5	100,0
6.3/6c. Conservação, proteção, promoção e desenvolvimento do património natural e cultural	-	-	-	-	1	12,5	4	50,0	1	12,5	2	25,0	8	100,0
8.3/8iii. Emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras	-	-	-	-	1	9,1	4	36,4	4	36,4	2	18,2	11	100,0
8.8/8a. Apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas e à atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas	-	-	-	-	2	18,2	3	27,3	5	45,5	1	9,1	11	100,0
9.1/9i. Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e melhoria da empregabilidade	-	-	-	-	2	28,6	2	28,6	3	42,9	-	-	7	100,0
9.4/9iv. Melhoria do acesso a serviços sustentáveis, de grande qualidade e a preços comportáveis, incluindo cuidados de saúde e serviços sociais de interesse geral	-	-	-	-	2	50,0	1	25,0	1	25,0	-	-	4	100,0
9.7/9a. Investimento na saúde e nas infraestruturas sociais que contribuam para o desenvolvimento nacional, regional e local, para a redução das desigualdades de saúde, para a promoção da inclusão social através da melhoria do acesso aos serviços sociais, culturais e de recreio, assim como para a transição dos serviços institucionais para os serviços de base comunitária	-	-	-	-	2	18,2	3	27,3	5	45,5	1	9,1	11	100,0
10.1/10.i Redução e prevenção do abandono escolar precoce e promoção da igualdade de acesso a um ensino infantil, primário e secundário de boa qualidade incluindo percursos de aprendizagem formais, não formais e informais para a reintegração no ensino e na formação	-	-	-	-	2	20,0	3	30,0	4	40,0	1	10,0	10	100,0
10.5/10a. Investimento na educação, na formação e na formação profissional para a aquisição de competências e a aprendizagem ao longo da vida através do desenvolvimento das infraestruturas educativas e formativas	-	-	-	-	2	18,2	3	27,3	5	45,5	1	9,1	11	100,0
4. Investimentos em ativos físicos	-	-	-	-	2	50,0	2	50,0	-	-	-	-	4	100,0

Fonte: Inquérito às Comunidades Intermunicipais/Áreas Metropolitanas - Avaliação da Operacionalização dos PDCT, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 100. Média Adequação da Periodicidade das reuniões do Conselho intermunicipal/metropolitano quanto ao processo de análise e seleção de operações (Escala 1 – nada adequados a 6 - totalmente adequados)

	Norte		Centro		Lisboa		Alentejo		Total	
	Média	N	Média	N	Média	N	Média	N	Média	N
2.3/2c. O reforço das aplicações TIC na administração pública em linha, aprendizagem em linha, infoinclusão, cultura em linha e saúde em linha	4,60	5	5,00	3	-	-	4,50	2	4,70	10
4.3/4c. Apoio à eficiência energética, à gestão inteligente da energia e à utilização das energias renováveis nas infraestruturas públicas, nomeadamente nos edifícios públicos e no setor da habitação	4,60	5	4,75	4	-	-	4,50	2	4,64	11
5.1/5i. Apoio ao investimento para a adaptação às alterações climáticas, incluindo abordagens baseadas nos ecossistemas	4,50	4	4,50	2	-	-	-	-	4,50	6
5.2/5ii. Promoção de investimentos para abordar riscos específicos, assegurar a capacidade de resistência às catástrofes e desenvolver sistemas de gestão de catástrofes (medidas identificadas nos respetivos planos de emergência e de proteção civil)	4,33	3	5,00	3	-	-	-	-	4,67	6
6.1/6i. Investimento no setor dos resíduos para satisfazer os requisitos do acervo da União em matéria de ambiente e para satisfazer as necessidades de investimento que excedam esses requisitos, identificadas pelos Estados-Membros	4,33	3	5,00	2	-	-	-	-	4,60	5
6.3/6c. Conservação, proteção, promoção e desenvolvimento do património natural e cultural	4,33	3	4,67	3	-	-	4,50	2	4,50	8
8.3/8iii. Emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras	4,60	5	4,75	4	-	-	4,50	2	4,64	11
8.8/8a. Apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas e à atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas	4,20	5	4,75	4	-	-	4,50	2	4,45	11
9.1/9i. Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e melhoria da empregabilidade	4,20	5	4,00	1	-	-	4,00	1	4,14	7
9.4/9iv. Melhoria do acesso a serviços sustentáveis, de grande qualidade e a preços comportáveis, incluindo cuidados de saúde e serviços sociais de interesse geral	3,67	3	4,00	1	-	-			3,75	4
9.7/9a. Investimento na saúde e nas infraestruturas sociais que contribuam para o desenvolvimento nacional, regional e local, para a redução das desigualdades de saúde, para a promoção da inclusão social através da melhoria do acesso aos serviços sociais, culturais e de recreio, assim como para a transição dos serviços institucionais para os serviços de base comunitária	4,20	5	4,75	4	-	-	4,50	2	4,45	11
10.1/10.i Redução e prevenção do abandono escolar precoce e promoção da igualdade de acesso a um ensino infantil, primário e secundário de boa qualidade incluindo percursos de aprendizagem formais, não formais e informais para a reintegração no ensino e na formação	4,20	5	4,75	4	-	-	4,00	1	4,40	10
10.5/10a. Investimento na educação, na formação e na formação profissional para a aquisição de competências e a aprendizagem ao longo da vida através do desenvolvimento das infraestruturas educativas e formativas	4,20	5	4,75	4	-	-	4,50	2	4,45	11
4. Investimentos em ativos físicos	3,00	2	4,00	2	-	-	-	-	3,50	4

Fonte: Inquérito às Comunidades Intermunicipais/Áreas Metropolitanas - Avaliação da Operacionalização dos PDCT, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 101. Adequação da Carga burocrática quanto ao processo de análise e seleção de operações

	1 – Nada Adequados		2		3		4		5		6 - Totalmente Adequados		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
2.3/2c. O reforço das aplicações TIC na administração pública em linha, aprendizagem em linha, infoinclusão, cultura em linha e saúde em linha	4	30,8	3	23,1	3	23,1	2	15,4	1	7,7	-	-	13	100,0
4.3/4c. Apoio à eficiência energética, à gestão inteligente da energia e à utilização das energias renováveis nas infraestruturas públicas, nomeadamente nos edifícios públicos e no setor da habitação	10	66,7	3	20,0	1	6,7	1	6,7	-	-	-	-	15	100,0
5.1/5i. Apoio ao investimento para a adaptação às alterações climáticas, incluindo abordagens baseadas nos ecossistemas	4	66,7	-	-	-	-	1	16,7	1	16,7	-	-	6	100,0
5.2/5ii. Promoção de investimentos para abordar riscos específicos, assegurar a capacidade de resistência às catástrofes e desenvolver sistemas de gestão de catástrofes (medidas identificadas nos respetivos planos de emergência e de proteção civil)	3	50,0	-	-	1	16,7	1	16,7	1	16,7	-	-	6	100,0
6.1/6i. Investimento no setor dos resíduos para satisfazer os requisitos do acervo da União em matéria de ambiente e para satisfazer as necessidades de investimento que excedam esses requisitos, identificadas pelos Estados-Membros	4	100,0	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4	100,0
6.3/6c. Conservação, proteção, promoção e desenvolvimento do património natural e cultural	6	60,0	1	10,0	-	-	2	20,0	1	10,0	-	-	10	100,0
8.3/8iii. Emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras	5	33,3	4	26,7	1	6,7	5	33,3	-	-	-	-	15	100,0
8.8/8a. Apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas e à atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas	5	33,3	4	26,7	2	13,3	4	26,7	-	-	-	-	15	100,0
9.1/9i. Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e melhoria da empregabilidade	5	50,0	1	10,0	2	20,0	2	20,0	-	-	-	-	10	100,0
9.4/9iv. Melhoria do acesso a serviços sustentáveis, de grande qualidade e a preços comportáveis, incluindo cuidados de saúde e serviços sociais de interesse geral	5	100,0	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5	100,0
9.7/9a. Investimento na saúde e nas infraestruturas sociais que contribuam para o desenvolvimento nacional, regional e local, para a redução das desigualdades de saúde, para a promoção da inclusão social através da melhoria do acesso aos serviços sociais, culturais e de recreio, assim como para a transição dos serviços institucionais para os serviços de base comunitária	6	37,5	3	18,8	2	12,5	4	25,0	1	6,3	-	-	16	100,0
10.1/10.i Redução e prevenção do abandono escolar precoce e promoção da igualdade de acesso a um ensino infantil, primário e secundário de boa qualidade incluindo percursos de aprendizagem formais, não formais e informais para a reintegração no ensino e na formação	6	42,9	4	28,6	2	14,3	2	14,3	-	-	-	-	14	100,0
10.5/10a. Investimento na educação, na formação e na formação profissional para a aquisição de competências e a aprendizagem ao longo da vida através do desenvolvimento das infraestruturas educativas e formativas	6	37,5	2	12,5	1	6,3	6	37,5	1	6,3	-	-	16	100,0
4. Investimentos em ativos físicos	3	75,0	1	25,0	-	-	-	-	-	-	-	-	4	100,0

Fonte: Inquérito às Comunidades Intermunicipais/Áreas Metropolitanas - Avaliação da Operacionalização dos PDCT, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 102. Média Adequação da Carga burocrática quanto ao processo de análise e seleção de operações (Escala 1 – nada adequados a 6 - totalmente adequados)

	Norte		Centro		Lisboa		Alentejo		Total	
	Média	N	Média	N	Média	N	Média	N	Média	N
2.3/2c. O reforço das aplicações TIC na administração pública em linha, aprendizagem em linha, infoinclusão, cultura em linha e saúde em linha	2,14	7	2,00	4	-	-	4,50	2	2,46	13
4.3/4c. Apoio à eficiência energética, à gestão inteligente da energia e à utilização das energias renováveis nas infraestruturas públicas, nomeadamente nos edifícios públicos e no setor da habitação	1,57	7	1,25	4	1,00	1	2,00	3	1,53	15
5.1/5i. Apoio ao investimento para a adaptação às alterações climáticas, incluindo abordagens baseadas nos ecossistemas	2,00	4	2,50	2	-	-	-	-	2,17	6
5.2/5ii. Promoção de investimentos para abordar riscos específicos, assegurar a capacidade de resistência às catástrofes e desenvolver sistemas de gestão de catástrofes (medidas identificadas nos respetivos planos de emergência e de proteção civil)	2,33	3	2,67	3	-	-	-	-	2,50	6
6.1/6i. Investimento no setor dos resíduos para satisfazer os requisitos do acervo da União em matéria de ambiente e para satisfazer as necessidades de investimento que excedam esses requisitos, identificadas pelos Estados-Membros	1,00	3	1,00	1	-	-	-	-	1,00	4
6.3/6c. Conservação, proteção, promoção e desenvolvimento do património natural e cultural	1,00	3	1,33	3	1,00	1	4,33	3	2,10	10
8.3/8iii. Emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras	1,71	7	2,40	5	-	-	4,00	3	2,40	15
8.8/8a. Apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas e à atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas	1,57	7	2,40	5			4,00	3	2,33	15
9.1/9i. Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e melhoria da empregabilidade	2,29	7	1,00	1	1,00	1	3,00	1	2,10	10
9.4/9iv. Melhoria do acesso a serviços sustentáveis, de grande qualidade e a preços comportáveis, incluindo cuidados de saúde e serviços sociais de interesse geral	1,00	3	1,00	1	1,00	1			1,00	5
9.7/9a. Investimento na saúde e nas infraestruturas sociais que contribuam para o desenvolvimento nacional, regional e local, para a redução das desigualdades de saúde, para a promoção da inclusão social através da melhoria do acesso aos serviços sociais, culturais e de recreio, assim como para a transição dos serviços institucionais para os serviços de base comunitária	2,14	7	2,20	5	1,00	1	4,00	3	2,44	16
10.1/10.i Redução e prevenção do abandono escolar precoce e promoção da igualdade de acesso a um ensino infantil, primário e secundário de boa qualidade incluindo percursos de aprendizagem formais, não formais e informais para a reintegração no ensino e na formação	2,00	7	1,75	4	1,00	1	3,00	2	2,00	14
10.5/10a. Investimento na educação, na formação e na formação profissional para a aquisição de competências e a aprendizagem ao longo da vida através do desenvolvimento das infraestruturas educativas e formativas	2,57	7	2,20	5	1,00	1	4,00	3	2,63	16
4. Investimentos em ativos físicos	1,00	2	1,50	2					1,25	4

Fonte: Inquérito às Comunidades Intermunicipais/Áreas Metropolitanas - Avaliação da Operacionalização dos PDCT, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 103. Adequação da Interação com o SI FSE quanto ao processo de análise e seleção de operações

	1 – Nada Adequados		2		3		4		5		6 - Totalmente Adequados		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
2.3/2c. O reforço das aplicações TIC na administração pública em linha, aprendizagem em linha, infoinclusão, cultura em linha e saúde em linha	4	66,7	2	33,3	-	-	-	-	-	-	-	-	6	100,0
4.3/4c. Apoio à eficiência energética, à gestão inteligente da energia e à utilização das energias renováveis nas infraestruturas públicas, nomeadamente nos edifícios públicos e no setor da habitação	5	71,4	1	14,3	1	14,3	-	-	-	-	-	-	7	100,0
5.1/5i. Apoio ao investimento para a adaptação às alterações climáticas, incluindo abordagens baseadas nos ecossistemas	3	60,0	1	20,0	1	20,0	-	-	-	-	-	-	5	100,0
5.2/5ii. Promoção de investimentos para abordar riscos específicos, assegurar a capacidade de resistência às catástrofes e desenvolver sistemas de gestão de catástrofes (medidas identificadas nos respetivos planos de emergência e de proteção civil)	3	75,0	-	-	1	25,0	-	-	-	-	-	-	4	100,0
6.1/6i. Investimento no setor dos resíduos para satisfazer os requisitos do acervo da União em matéria de ambiente e para satisfazer as necessidades de investimento que excedam esses requisitos, identificadas pelos Estados-Membros	3	75,0	-	-	1	25,0	-	-	-	-	-	-	4	100,0
6.3/6c. Conservação, proteção, promoção e desenvolvimento do património natural e cultural	4	80,0	-	-	1	20,0	-	-	-	-	-	-	5	100,0
8.3/8iii. Emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras	6	40,0	3	20,0	4	26,7	1	6,7	-	-	1	6,7	15	100,0
8.8/8a. Apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas e à atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas	2	20,0	3	30,0	4	40,0	-	-	-	-	1	10,0	10	100,0
9.1/9i. Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e melhoria da empregabilidade	2	25,0	4	50,0	1	12,5	1	12,5	-	-	-	-	8	100,0
9.4/9iv. Melhoria do acesso a serviços sustentáveis, de grande qualidade e a preços comportáveis, incluindo cuidados de saúde e serviços sociais de interesse geral	3	60,0	1	20,0	1	20,0	-	-	-	-	-	-	5	100,0
9.7/9a. Investimento na saúde e nas infraestruturas sociais que contribuam para o desenvolvimento nacional, regional e local, para a redução das desigualdades de saúde, para a promoção da inclusão social através da melhoria do acesso aos serviços sociais, culturais e de recreio, assim como para a transição dos serviços institucionais para os serviços de base comunitária	3	50,0	2	33,3	1	16,7	-	-	-	-	-	-	6	100,0
10.1/10.i Redução e prevenção do abandono escolar precoce e promoção da igualdade de acesso a um ensino infantil, primário e secundário de boa qualidade incluindo percursos de aprendizagem formais, não formais e informais para a reintegração no ensino e na formação	3	21,4	6	42,9	3	21,4	1	7,1	-	-	1	7,1	14	100,0
10.5/10a. Investimento na educação, na formação e na formação profissional para a aquisição de competências e a aprendizagem ao longo da vida através do desenvolvimento das infraestruturas educativas e formativas	2	33,3	2	33,3	1	16,7	1	16,7	-	-	-	-	6	100,0
4. Investimentos em ativos físicos	1	33,3	1	33,3	1	33,3	-	-	-	-	-	-	3	100,0

Fonte: Inquérito às Comunidades Intermunicipais/Áreas Metropolitanas - Avaliação da Operacionalização dos PDCT, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 104. Média Adequação da Interação com o SI FSE quanto ao processo de análise e seleção de operações (Escala 1 – nada adequados a 6 – totalmente adequados)

	Norte		Centro		Lisboa		Alentejo		Total	
	Média	N	Média	N	Média	N	Média	N	Média	N
2.3/2c. O reforço das aplicações TIC na administração pública em linha, aprendizagem em linha, infoinclusão, cultura em linha e saúde em linha	1,00	1	1,00	1	-	-	1,50	4	1,33	6
4.3/4c. Apoio à eficiência energética, à gestão inteligente da energia e à utilização das energias renováveis nas infraestruturas públicas, nomeadamente nos edifícios públicos e no setor da habitação	1,00	1	1,00	1	1,00	1	1,75	4	1,43	7
5.1/5i. Apoio ao investimento para a adaptação às alterações climáticas, incluindo abordagens baseadas nos ecossistemas	-	-	1,00	1	-	-	1,75	4	1,60	5
5.2/5ii. Promoção de investimentos para abordar riscos específicos, assegurar a capacidade de resistência às catástrofes e desenvolver sistemas de gestão de catástrofes (medidas identificadas nos respetivos planos de emergência e de proteção civil)	-	-	1,00	1	-	-	1,67	3	1,50	4
6.1/6i. Investimento no setor dos resíduos para satisfazer os requisitos do acervo da União em matéria de ambiente e para satisfazer as necessidades de investimento que excedam esses requisitos, identificadas pelos Estados-Membros	-	-	1,00	1	-	-	1,67	3	1,50	4
6.3/6c. Conservação, proteção, promoção e desenvolvimento do património natural e cultural	1,00	1	1,00	1	-	-	1,67	3	1,40	5
8.3/8iii. Emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras	3,00	4	2,25	4	-	-	1,86	7	2,27	15
8.8/8a. Apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas e à atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas	2,00	5	2,00	2	-	-	4,00	3	2,60	10
9.1/9i. Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e melhoria da empregabilidade	2,50	6	1,00	1	1,00	1	-	-	2,13	8
9.4/9iv. Melhoria do acesso a serviços sustentáveis, de grande qualidade e a preços comportáveis, incluindo cuidados de saúde e serviços sociais de interesse geral	2,00	3	1,00	1	1,00	1	-	-	1,60	5
9.7/9a. Investimento na saúde e nas infraestruturas sociais que contribuam para o desenvolvimento nacional, regional e local, para a redução das desigualdades de saúde, para a promoção da inclusão social através da melhoria do acesso aos serviços sociais, culturais e de recreio, assim como para a transição dos serviços institucionais para os serviços de base comunitária	2,00	4	1,00	1	-	-	1,00	1	1,67	6
10.1/10.i Redução e prevenção do abandono escolar precoce e promoção da igualdade de acesso a um ensino infantil, primário e secundário de boa qualidade incluindo percursos de aprendizagem formais, não formais e informais para a reintegração no ensino e na formação	2,17	6	2,25	4	1,00	1	3,67	3	2,43	14
10.5/10a. Investimento na educação, na formação e na formação profissional para a aquisição de competências e a aprendizagem ao longo da vida através do desenvolvimento das infraestruturas educativas e formativas	2,00	4	1,00	1	-	-	4,00	1	2,17	6
4. Investimentos em ativos físicos	2,50	2	1,00	1	-	-	-	-	2,00	3

Fonte: Inquérito às Comunidades Intermunicipais/Áreas Metropolitanas - Avaliação da Operacionalização dos PDCT, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 105. Adequação da Interação com o SI FEDER quanto ao processo de análise e seleção de operações

	1 – Nada Adequados		2		3		4		5		6 - Totalmente Adequados		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
2.3/2c. O reforço das aplicações TIC na administração pública em linha, aprendizagem em linha, infoinclusão, cultura em linha e saúde em linha	-	-	2	20,0	3	30,0	2	20,0	3	30,0	-	-	10	100,0
4.3/4c. Apoio à eficiência energética, à gestão inteligente da energia e à utilização das energias renováveis nas infraestruturas públicas, nomeadamente nos edifícios públicos e no setor da habitação	1	11,1	1	11,1	2	22,2	3	33,3	2	22,2	-	-	9	100,0
5.1/5i. Apoio ao investimento para a adaptação às alterações climáticas, incluindo abordagens baseadas nos ecossistemas	1	16,7	-	-	3	50,0	1	16,7	1	16,7	-	-	6	100,0
5.2/5ii. Promoção de investimentos para abordar riscos específicos, assegurar a capacidade de resistência às catástrofes e desenvolver sistemas de gestão de catástrofes (medidas identificadas nos respetivos planos de emergência e de proteção civil)	1	20,0	-	-	2	40,0	1	20,0	1	20,0	-	-	5	100,0
6.1/6i. Investimento no setor dos resíduos para satisfazer os requisitos do acervo da União em matéria de ambiente e para satisfazer as necessidades de investimento que excedam esses requisitos, identificadas pelos Estados-Membros	2	50,0	-	-	2	50,0	-	-	-	-	-	-	4	100,0
6.3/6c. Conservação, proteção, promoção e desenvolvimento do património natural e cultural	2	25,0	-	-	2	25,0	3	37,5	-	-	1	12,5	8	100,0
8.3/8iii. Emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras	2	20,0	1	10,0	3	30,0	3	30,0	-	-	1	10,0	10	100,0
8.8/8a. Apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas e à atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas	1	7,7	2	15,4	3	23,1	2	15,4	3	23,1	2	15,4	13	100,0
9.1/9i. Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e melhoria da empregabilidade	2	33,3	1	16,7	3	50,0	-	-	-	-	-	-	6	100,0
9.4/9iv. Melhoria do acesso a serviços sustentáveis, de grande qualidade e a preços comportáveis, incluindo cuidados de saúde e serviços sociais de interesse geral	2	50,0	-	-	2	50,0	-	-	-	-	-	-	4	100,0
9.7/9a. Investimento na saúde e nas infraestruturas sociais que contribuam para o desenvolvimento nacional, regional e local, para a redução das desigualdades de saúde, para a promoção da inclusão social através da melhoria do acesso aos serviços sociais, culturais e de recreio, assim como para a transição dos serviços institucionais para os serviços de base comunitária	1	7,1	2	14,3	4	28,6	2	14,3	3	21,4	2	14,3	14	100,0
10.1/10.i Redução e prevenção do abandono escolar precoce e promoção da igualdade de acesso a um ensino infantil, primário e secundário de boa qualidade incluindo percursos de aprendizagem formais, não formais e informais para a reintegração no ensino e na formação	2	28,6	1	14,3	3	42,9	1	14,3	-	-	-	-	7	100,0
10.5/10a. Investimento na educação, na formação e na formação profissional para a aquisição de competências e a aprendizagem ao longo da vida através do desenvolvimento das infraestruturas educativas e formativas	1	7,1	2	14,3	4	28,6	2	14,3	3	21,4	2	14,3	14	100,0
4. Investimentos em ativos físicos	1	25,0	-	-	2	50,0	1	25,0	-	-	-	-	4	100,0

Fonte: Inquérito às Comunidades Intermunicipais/Áreas Metropolitanas - Avaliação da Operacionalização dos PDCT, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 106. Média Adequação da Interação com o SI FEDER quanto ao processo de análise e seleção de operações (Escala 1 – nada adequados a 6 - totalmente adequados)

	Norte		Centro		Lisboa		Alentejo		Total	
	Média	N	Média	N	Média	N	Média	N	Média	N
2.3/2c. O reforço das aplicações TIC na administração pública em linha, aprendizagem em linha, infoinclusão, cultura em linha e saúde em linha	3,50	6	3,67	3	-	-	4,00	1	3,60	10
4.3/4c. Apoio à eficiência energética, à gestão inteligente da energia e à utilização das energias renováveis nas infraestruturas públicas, nomeadamente nos edifícios públicos e no setor da habitação	3,60	5	3,00	3	-	-	4,00	1	3,44	9
5.1/5i. Apoio ao investimento para a adaptação às alterações climáticas, incluindo abordagens baseadas nos ecossistemas	3,50	4	2,50	2	-	-	-	-	3,17	6
5.2/5ii. Promoção de investimentos para abordar riscos específicos, assegurar a capacidade de resistência às catástrofes e desenvolver sistemas de gestão de catástrofes (medidas identificadas nos respetivos planos de emergência e de proteção civil)	3,67	3	2,50	2	-	-	-	-	3,20	5
6.1/6i. Investimento no setor dos resíduos para satisfazer os requisitos do acervo da União em matéria de ambiente e para satisfazer as necessidades de investimento que excedam esses requisitos, identificadas pelos Estados-Membros	2,33	3	1,00	1	-	-	-	-	2,00	4
6.3/6c. Conservação, proteção, promoção e desenvolvimento do património natural e cultural	2,33	3	2,50	2	4,00	1	5,00	2	3,25	8
8.3/8iii. Emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras	2,67	6	3,00	3	-	-	6,00	1	3,10	10
8.8/8a. Apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas e à atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas	3,50	6	3,20	5	-	-	6,00	2	3,77	13
9.1/9i. Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e melhoria da empregabilidade	2,40	5	1,00	1	-	-	-	-	2,17	6
9.4/9iv. Melhoria do acesso a serviços sustentáveis, de grande qualidade e a preços comportáveis, incluindo cuidados de saúde e serviços sociais de interesse geral	2,33	3	1,00	1	-	-	-	-	2,00	4
9.7/9a. Investimento na saúde e nas infraestruturas sociais que contribuam para o desenvolvimento nacional, regional e local, para a redução das desigualdades de saúde, para a promoção da inclusão social através da melhoria do acesso aos serviços sociais, culturais e de recreio, assim como para a transição dos serviços institucionais para os serviços de base comunitária	3,50	6	3,20	5	3,00	1	6,00	2	3,71	14
10.1/10.i Redução e prevenção do abandono escolar precoce e promoção da igualdade de acesso a um ensino infantil, primário e secundário de boa qualidade incluindo percursos de aprendizagem formais, não formais e informais para a reintegração no ensino e na formação	2,40	5	1,00	1			4,00	1	2,43	7
10.5/10a. Investimento na educação, na formação e na formação profissional para a aquisição de competências e a aprendizagem ao longo da vida através do desenvolvimento das infraestruturas educativas e formativas	3,50	6	3,20	5	3,00	1	6,00	2	3,71	14
4. Investimentos em ativos físicos	3,00	2	2,50	2					2,75	4

Fonte: Inquérito às Comunidades Intermunicipais/Áreas Metropolitanas - Avaliação da Operacionalização dos PDCT, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 107. Adequação da Interação com o SI PDR quanto ao processo de análise e seleção de operações

	1 – Nada Adequados		2		3		4		5		6 - Totalmente Adequados		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
2.3/2c. O reforço das aplicações TIC na administração pública em linha, aprendizagem em linha, infoinclusão, cultura em linha e saúde em linha	4	80,0	-	-	1	20,0	-	-	-	-	-	-	5	100,0
4.3/4c. Apoio à eficiência energética, à gestão inteligente da energia e à utilização das energias renováveis nas infraestruturas públicas, nomeadamente nos edifícios públicos e no setor da habitação	4	80,0	-	-	1	20,0	-	-	-	-	-	-	5	100,0
5.1/5i. Apoio ao investimento para a adaptação às alterações climáticas, incluindo abordagens baseadas nos ecossistemas	3	75,0	-	-	1	25,0	-	-	-	-	-	-	4	100,0
5.2/5ii. Promoção de investimentos para abordar riscos específicos, assegurar a capacidade de resistência às catástrofes e desenvolver sistemas de gestão de catástrofes (medidas identificadas nos respetivos planos de emergência e de proteção civil)	3	75,0	-	-	1	25,0	-	-	-	-	-	-	4	100,0
6.1/6i. Investimento no setor dos resíduos para satisfazer os requisitos do acervo da União em matéria de ambiente e para satisfazer as necessidades de investimento que excedam esses requisitos, identificadas pelos Estados-Membros	3	75,0	-	-	1	25,0	-	-	-	-	-	-	4	100,0
6.3/6c. Conservação, proteção, promoção e desenvolvimento do património natural e cultural	4	80,0	-	-	1	20,0	-	-	-	-	-	-	5	100,0
8.3/8iii. Emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras	4	80,0	-	-	1	20,0	-	-	-	-	-	-	5	100,0
8.8/8a. Apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas e à atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas	3	75,0	-	-	1	25,0	-	-	-	-	-	-	4	100,0
9.1/9i. Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e melhoria da empregabilidade	2	66,7	-	-	1	33,3	-	-	-	-	-	-	3	100,0
9.4/9iv. Melhoria do acesso a serviços sustentáveis, de grande qualidade e a preços comportáveis, incluindo cuidados de saúde e serviços sociais de interesse geral	2	66,7	-	-	1	33,3	-	-	-	-	-	-	3	100,0
9.7/9a. Investimento na saúde e nas infraestruturas sociais que contribuam para o desenvolvimento nacional, regional e local, para a redução das desigualdades de saúde, para a promoção da inclusão social através da melhoria do acesso aos serviços sociais, culturais e de recreio, assim como para a transição dos serviços institucionais para os serviços de base comunitária	3	75,0	-	-	1	25,0	-	-	-	-	-	-	4	100,0
10.1/10.i Redução e prevenção do abandono escolar precoce e promoção da igualdade de acesso a um ensino infantil, primário e secundário de boa qualidade incluindo percursos de aprendizagem formais, não formais e informais para a reintegração no ensino e na formação	2	50,0	1	25,0	1	25,0	-	-	-	-	-	-	4	100,0
10.5/10a. Investimento na educação, na formação e na formação profissional para a aquisição de competências e a aprendizagem ao longo da vida através do desenvolvimento das infraestruturas educativas e formativas	3	75,0	-	-	1	25,0	-	-	-	-	-	-	4	100,0
4. Investimentos em ativos físicos	2	66,7	-	-	1	33,3	-	-	-	-	-	-	3	100,0

Fonte: Inquérito às Comunidades Intermunicipais/Áreas Metropolitanas - Avaliação da Operacionalização dos PDCT, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 108. Média Adequação da Interação com o SI PDR quanto ao processo de análise e seleção de operações (Escala 1 – nada adequados a 6 - totalmente adequados)

	Norte		Centro		Lisboa		Alentejo		Total	
	Média	N	Média	N	Média	N	Média	N	Média	N
2.3/2c. O reforço das aplicações TIC na administração pública em linha, aprendizagem em linha, infoinclusão, cultura em linha e saúde em linha	1,67	3	1,00	1	-	-	1,00	1	1,40	5
4.3/4c. Apoio à eficiência energética, à gestão inteligente da energia e à utilização das energias renováveis nas infraestruturas públicas, nomeadamente nos edifícios públicos e no setor da habitação	1,67	3	1,00	1	-	-	1,00	1	1,40	5
5.1/5i. Apoio ao investimento para a adaptação às alterações climáticas, incluindo abordagens baseadas nos ecossistemas	1,67	3	1,00	1	-	-	-	-	1,50	4
5.2/5ii. Promoção de investimentos para abordar riscos específicos, assegurar a capacidade de resistência às catástrofes e desenvolver sistemas de gestão de catástrofes (medidas identificadas nos respetivos planos de emergência e de proteção civil)	1,67	3	1,00	1	-	-	-	-	1,50	4
6.1/6i. Investimento no setor dos resíduos para satisfazer os requisitos do acervo da União em matéria de ambiente e para satisfazer as necessidades de investimento que excedam esses requisitos, identificadas pelos Estados-Membros	1,67	3	1,00	1	-	-	-	-	1,50	4
6.3/6c. Conservação, proteção, promoção e desenvolvimento do património natural e cultural	1,67	3	1,00	1	-	-	1,00	1	1,40	5
8.3/8iii. Emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras	1,67	3	1,00	1	-	-	1,00	1	1,40	5
8.8/8a. Apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas e à atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas	2,00	2	1,00	1	-	-	1,00	1	1,50	4
9.1/9i. Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e melhoria da empregabilidade	2,00	2	1,00	1	-	-	-	-	1,67	3
9.4/9iv. Melhoria do acesso a serviços sustentáveis, de grande qualidade e a preços comportáveis, incluindo cuidados de saúde e serviços sociais de interesse geral	2,00	2	1,00	1	-	-	-	-	1,67	3
9.7/9a. Investimento na saúde e nas infraestruturas sociais que contribuam para o desenvolvimento nacional, regional e local, para a redução das desigualdades de saúde, para a promoção da inclusão social através da melhoria do acesso aos serviços sociais, culturais e de recreio, assim como para a transição dos serviços institucionais para os serviços de base comunitária	2,00	2	1,00	1	-	-	1,00	1	1,50	4
10.1/10.i Redução e prevenção do abandono escolar precoce e promoção da igualdade de acesso a um ensino infantil, primário e secundário de boa qualidade incluindo percursos de aprendizagem formais, não formais e informais para a reintegração no ensino e na formação	2,00	2	2,00	1	-	-	1,00	1	1,75	4
10.5/10a. Investimento na educação, na formação e na formação profissional para a aquisição de competências e a aprendizagem ao longo da vida através do desenvolvimento das infraestruturas educativas e formativas	2,00	2	1,00	1	-	-	1,00	1	1,50	4
4. Investimentos em ativos físicos	2,00	2	1,00	1	-	-	-	-	1,67	3

Fonte: Inquérito às Comunidades Intermunicipais/Áreas Metropolitanas - Avaliação da Operacionalização dos PDCT, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 109. Adequação da interação com outros SI quanto ao processo de análise e seleção de operações

	1 – Nada Adequados		2		3		4		5		6 - Totalmente Adequados		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
2.3/2c. O reforço das aplicações TIC na administração pública em linha, aprendizagem em linha, infoinclusão, cultura em linha e saúde em linha	3	50,0	-	-	2	33,3	-	-	1	16,7	-	-	6	100,0
4.3/4c. Apoio à eficiência energética, à gestão inteligente da energia e à utilização das energias renováveis nas infraestruturas públicas, nomeadamente nos edifícios públicos e no setor da habitação	3	50,0	-	-	2	33,3	-	-	1	16,7	-	-	6	100,0
5.1/5i. Apoio ao investimento para a adaptação às alterações climáticas, incluindo abordagens baseadas nos ecossistemas	3	75,0	-	-	1	25,0	-	-	-	-	-	-	4	100,0
5.2/5ii. Promoção de investimentos para abordar riscos específicos, assegurar a capacidade de resistência às catástrofes e desenvolver sistemas de gestão de catástrofes (medidas identificadas nos respetivos planos de emergência e de proteção civil)	3	60,0	-	-	1	20,0	-	-	1	20,0	-	-	5	100,0
6.1/6i. Investimento no setor dos resíduos para satisfazer os requisitos do acervo da União em matéria de ambiente e para satisfazer as necessidades de investimento que excedam esses requisitos, identificadas pelos Estados-Membros	3	75,0	-	-	1	25,0	-	-	-	-	-	-	4	100,0
6.3/6c. Conservação, proteção, promoção e desenvolvimento do património natural e cultural	3	60,0	-	-	2	40,0	-	-	-	-	-	-	5	100,0
8.3/8iii. Emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras	3	60,0	-	-	2	40,0	-	-	-	-	-	-	5	100,0
8.8/8a. Apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas e à atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas	1	20,0	1	20,0	3	60,0	-	-	-	-	-	-	5	100,0
9.1/9i. Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e melhoria da empregabilidade	1	33,3	1	33,3	1	33,3	-	-	-	-	-	-	3	100,0
9.4/9iv. Melhoria do acesso a serviços sustentáveis, de grande qualidade e a preços comportáveis, incluindo cuidados de saúde e serviços sociais de interesse geral	1	33,3	1	33,3	1	33,3	-	-	-	-	-	-	3	100,0
9.7/9a. Investimento na saúde e nas infraestruturas sociais que contribuam para o desenvolvimento nacional, regional e local, para a redução das desigualdades de saúde, para a promoção da inclusão social através da melhoria do acesso aos serviços sociais, culturais e de recreio, assim como para a transição dos serviços institucionais para os serviços de base comunitária	1	20,0	1	20,0	2	40,0	1	20,0	-	-	-	-	5	100,0
10.1/10.i Redução e prevenção do abandono escolar precoce e promoção da igualdade de acesso a um ensino infantil, primário e secundário de boa qualidade incluindo percursos de aprendizagem formais, não formais e informais para a reintegração no ensino e na formação	1	25,0	1	25,0	2	50,0	-	-	-	-	-	-	4	100,0
10.5/10a. Investimento na educação, na formação e na formação profissional para a aquisição de competências e a aprendizagem ao longo da vida através do desenvolvimento das infraestruturas educativas e formativas	1	20,0	1	20,0	2	40,0	1	20,0	-	-	-	-	5	100,0
4. Investimentos em ativos físicos	1	33,3	1	33,3	1	33,3	-	-	-	-	-	-	3	100,0

Fonte: Inquérito às Comunidades Intermunicipais/Áreas Metropolitanas - Avaliação da Operacionalização dos PDCT, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 110. Média Adequação da interação com outros SI quanto ao processo de análise e seleção de operações (Escala 1 – nada adequados a 6 – totalmente adequados)

	Norte		Centro		Lisboa		Alentejo		Total	
	Média	N	Média	N	Média	N	Média	N	Média	N
2.3/2c. O reforço das aplicações TIC na administração pública em linha, aprendizagem em linha, infoinclusão, cultura em linha e saúde em linha	2,50	4	1,00	1	-	-	3,00	1	2,33	6
4.3/4c. Apoio à eficiência energética, à gestão inteligente da energia e à utilização das energias renováveis nas infraestruturas públicas, nomeadamente nos edifícios públicos e no setor da habitação	2,50	4	1,00	1	-	-	3,00	1	2,33	6
5.1/5i. Apoio ao investimento para a adaptação às alterações climáticas, incluindo abordagens baseadas nos ecossistemas	1,67	3	1,00	1	-	-	-	-	1,50	4
5.2/5ii. Promoção de investimentos para abordar riscos específicos, assegurar a capacidade de resistência às catástrofes e desenvolver sistemas de gestão de catástrofes (medidas identificadas nos respetivos planos de emergência e de proteção civil)	1,67	3	3,00	2	-	-	-	-	2,20	5
6.1/6i. Investimento no setor dos resíduos para satisfazer os requisitos do acervo da União em matéria de ambiente e para satisfazer as necessidades de investimento que excedam esses requisitos, identificadas pelos Estados-Membros	1,67	3	1,00	1	-	-	-	-	1,50	4
6.3/6c. Conservação, proteção, promoção e desenvolvimento do património natural e cultural	1,67	3	1,00	1	-	-	3,00	1	1,80	5
8.3/8iii. Emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras	1,67	3	1,00	1	-	-	3,00	1	1,80	5
8.8/8a. Apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas e à atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas	2,67	3	1,00	1	-	-	3,00	1	2,40	5
9.1/9i. Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e melhoria da empregabilidade	2,50	2	1,00	1	-	-	-	-	2,00	3
9.4/9iv. Melhoria do acesso a serviços sustentáveis, de grande qualidade e a preços comportáveis, incluindo cuidados de saúde e serviços sociais de interesse geral	2,50	2	1,00	1	-	-	-	-	2,00	3
9.7/9a. Investimento na saúde e nas infraestruturas sociais que contribuam para o desenvolvimento nacional, regional e local, para a redução das desigualdades de saúde, para a promoção da inclusão social através da melhoria do acesso aos serviços sociais, culturais e de recreio, assim como para a transição dos serviços institucionais para os serviços de base comunitária	3,00	3	1,00	1	-	-	3,00	1	2,60	5
10.1/10.i Redução e prevenção do abandono escolar precoce e promoção da igualdade de acesso a um ensino infantil, primário e secundário de boa qualidade incluindo percursos de aprendizagem formais, não formais e informais para a reintegração no ensino e na formação	2,50	2	1,00	1	-	-	3,00	1	2,25	4
10.5/10a. Investimento na educação, na formação e na formação profissional para a aquisição de competências e a aprendizagem ao longo da vida através do desenvolvimento das infraestruturas educativas e formativas	3,00	3	1,00	1	-	-	3,00	1	2,60	5
4. Investimentos em ativos físicos	2,50	2	1,00	1	-	-	-	-	2,00	3

Fonte: Inquérito às Comunidades Intermunicipais/Áreas Metropolitanas - Avaliação da Operacionalização dos PDCT, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 111. Adequação da Interação com o Balcão2020 quanto ao processo de análise e seleção de operações

	1 – Nada Adequados		2		3		4		5		6 - Totalmente Adequados		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
8.8/8a. Apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas e à atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas	2	20,0	1	10,0	5	50,0	1	10,0	-	-	1	10,0	10	100,0
9.1/9i. Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e melhoria da empregabilidade	2	33,3	1	16,7	3	50,0	-	-	-	-	-	-	6	100,0
9.4/9iv. Melhoria do acesso a serviços sustentáveis, de grande qualidade e a preços comportáveis, incluindo cuidados de saúde e serviços sociais de interesse geral	2	40,0	-	-	3	60,0	-	-	-	-	-	-	5	100,0
9.7/9a. Investimento na saúde e nas infraestruturas sociais que contribuam para o desenvolvimento nacional, regional e local, para a redução das desigualdades de saúde, para a promoção da inclusão social através da melhoria do acesso aos serviços sociais, culturais e de recreio, assim como para a transição dos serviços institucionais para os serviços de base comunitária	2	25,0	1	12,5	3	37,5	1	12,5	-	-	1	12,5	8	100,0
10.1/10.i Redução e prevenção do abandono escolar precoce e promoção da igualdade de acesso a um ensino infantil, primário e secundário de boa qualidade incluindo percursos de aprendizagem formais, não formais e informais para a reintegração no ensino e na formação	1	11,1	1	11,1	3	33,3	3	33,3	-	-	1	11,1	9	100,0
10.5/10a. Investimento na educação, na formação e na formação profissional para a aquisição de competências e a aprendizagem ao longo da vida através do desenvolvimento das infraestruturas educativas e formativas	2	25,0	1	12,5	3	37,5	1	12,5	-	-	1	12,5	8	100,0
4. Investimentos em ativos físicos	1	33,3	-	-	2	66,7	-	-	-	-	-	-	3	100,0

Fonte: Inquérito às Comunidades Intermunicipais/Áreas Metropolitanas - Avaliação da Operacionalização dos PDCT, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 112. Média Adequação da Interação com o Balcão2020 quanto ao processo de análise e seleção de operações (Escala 1 – nada adequados a 6 - totalmente adequados)

	Norte		Centro		Lisboa		Alentejo		Total	
	Média	N	Média	N	Média	N	Média	N	Média	N
8.8/8a. Apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas e à atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas	2,25	4	2,75	4	-	-	4,50	2	2,90	10
9.1/9i. Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e melhoria da empregabilidade	2,25	4	1,00	1	-	-	3,00	1	2,17	6
9.4/9iv. Melhoria do acesso a serviços sustentáveis, de grande qualidade e a preços comportáveis, incluindo cuidados de saúde e serviços sociais de interesse geral	2,33	3	1,00	1	-	-	3,00	1	2,20	5
9.7/9a. Investimento na saúde e nas infraestruturas sociais que contribuam para o desenvolvimento nacional, regional e local, para a redução das desigualdades de saúde, para a promoção da inclusão social através da melhoria do acesso aos serviços sociais, culturais e de recreio, assim como para a transição dos serviços institucionais para os serviços de base comunitária	2,25	4	2,50	2	-	-	4,50	2	2,88	8
10.1/10.i Redução e prevenção do abandono escolar precoce e promoção da igualdade de acesso a um ensino infantil, primário e secundário de boa qualidade incluindo percursos de aprendizagem formais, não formais e informais para a reintegração no ensino e na formação	3,00	4	3,00	3	-	-	4,50	2	3,33	9
10.5/10a. Investimento na educação, na formação e na formação profissional para a aquisição de competências e a aprendizagem ao longo da vida através do desenvolvimento das infraestruturas educativas e formativas	2,25	4	2,50	2	-	-	4,50	2	2,88	8
4. Investimentos em ativos físicos	3,00	2	1,00	1	-	-	-	-	2,33	3

Fonte: Inquérito às Comunidades Intermunicipais/Áreas Metropolitanas - Avaliação da Operacionalização dos PDCT, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 113. Prazos de análise das candidaturas têm sido cumpridos?

	Norte		Centro		Lisboa		Alentejo		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
2.3/2c. O reforço das aplicações TIC na administração pública em linha, aprendizagem em linha, infoinclusão, cultura em linha e saúde em linha										
Sim	5	83,3	-	-	-	-	3	100,0	8	61,5
Não	1	16,7	4	-	-	-	-	-	5	38,5
Total	6	100,0	4	100,0		100,0	3	100,0	13	100,0
4.3/4c. Apoio à eficiência energética, à gestão inteligente da energia e à utilização das energias renováveis nas infraestruturas públicas, nomeadamente nos edifícios públicos e no setor da habitação										
Sim	1	16,7	-	-	-	-	1	33,3	2	14,3
Não	5	83,3	4	100,0	1	100,0	2	66,7	12	85,7
Total	6	100,0	4	100,0	1	100,0	3	100,0	14	100,0
5.1/5i. Apoio ao investimento para a adaptação às alterações climáticas, incluindo abordagens baseadas nos ecossistemas										
Sim	2	100,0	1	50,0	-	-	1	100,0	4	80,0
Não	-	-	1	50,0	-	-	-	-	1	20,0
Total	2	100,0	2	100,0	-	-	1	100,0	5	100,0
5.2/5ii. Promoção de investimentos para abordar riscos específicos, assegurar a capacidade de resistência às catástrofes e desenvolver sistemas de gestão de catástrofes (medidas identificadas nos respetivos planos de emergência e de proteção civil)										
Sim	2	100,0	1	33,3	-	-	1	100,0	4	66,7
Não	-	-	2	66,7	-	-	-	-	2	33,3
Total	2	100,0	3	100,0	-	-	1	100,0	6	100,0
6.1/6i. Investimento no setor dos resíduos para satisfazer os requisitos do acervo da União em matéria de ambiente e para satisfazer as necessidades de investimento que excedam esses requisitos, identificadas pelos Estados-Membros										
Sim	-	-	1	100,0	-	-	-	-	1	50,0
Não	1	100,0	-	-	-	-	-	-	1	50,0
Total	1	100,0	1	100,0	-	-	-	-	2	100,0
6.3/6c. Conservação, proteção, promoção e desenvolvimento do património natural e cultural										
Sim	1	100,0	-	-	1	100,0	3	75,0	5	45,5
Não	-	-	5	100,0	-	-	1	25,0	6	54,5
Total	1	100,0	5	100,0	1	100,0	4	100,0	11	100,0
8.3/8iii. Emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras										
Sim	1	16,7	-	-	-	-	1	25,0	2	13,3
Não	5	83,3	5	100,0	-	-	3	75,0	13	86,7
Total	6	100,0	5	100,0	-	-	4	100,0	15	100,0
8.8/8a. Apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas e à atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas										
Sim	-	-	-	-	-	-	1	25,0	1	6,7
Não	6	100,0	5	100,0	-	-	3	75,0	14	93,3
Total	6	100,0	5	100,0	-	-	4	100,0	15	100,0
9.1/9i. Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e melhoria da empregabilidade										
Sim	3	60,0			1	100,0	1	100,0	5	62,5
Não	2	40,0	1	100,0					3	37,5
Total	5	100,0	1	100,0	1	100,0	1	100,0	8	100,0
9.4/9iv. Melhoria do acesso a serviços sustentáveis, de grande qualidade e a preços comportáveis s, incluindo cuidados de saúde e serviços sociais de interesse geral										
Sim	2	100,0	-	-	1	100,0	-	-	3	75,0
Não	-	-	1	100,0	-	-	-	-	1	25,0
Total	2	100,0	1	100,0	1	100,0	-	-	4	100,0
9.7/9a. Investimento na saúde e nas infraestruturas sociais que contribuam para o desenvolvimento nacional, regional e local, para a redução das desigualdades de saúde, para a promoção da inclusão social através da melhoria do acesso aos serviços sociais, culturais e de recreio, assim como para a transição dos serviços institucionais para os serviços de base comunitária										
Sim	2	33,3	-	-	1	100,0	4	100,0	7	43,8
Não	4	66,7	5	100,0	-	-	-	-	9	56,3
Total	6	100,0	5	100,0	1	100,0	4	100,0	16	100,0
10.1/10.i Redução e prevenção do abandono escolar precoce e promoção da igualdade de acesso a um ensino infantil, primário e secundário de boa qualidade incluindo percursos de aprendizagem formais, não formas e informais para a reintegração no ensino e na formação										
Sim	4	66,7	-	-	-	-	3	75,0	7	46,7
Não	2	33,3	4	100,0	1	100,0	1	25,0	8	53,3
Total	6	100,0	4	100,0	1	100,0	4	100,0	15	100,0
10.5/10a. Investimento na educação, na formação e na formação profissional para a aquisição de competências e a aprendizagem ao longo da vida através do desenvolvimento das infraestruturas educativas e formativas										
Sim	5	83,3	-	-	1	100,0	4	100,0	10	62,5
Não	1	16,7	5	100,0	-	-	-	-	6	37,5
Total	6	100,0	5	100,0	1	100,0	4	100,0	16	100,0
4. Investimentos em ativos físicos										
Sim	1	50,0	-	-	-	-	-	-	1	33,3
Não	1	50,0	1	100,0	-	-	-	-	2	66,7

Total	2	100,0	1	100,0	-	-	-	-	3	100,0
-------	---	-------	---	-------	---	---	---	---	---	-------

Fonte: Inquérito às Comunidades Intermunicipais/Áreas Metropolitanas - Avaliação da Operacionalização dos PDCT, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 114. Razões para o não cumprimento do prazo para análise de candidaturas, por região

	Norte (N=2)		Centro (N=3)		Lisboa		Alentejo		Total (N=5)	
	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos
2.3/2c. O reforço das aplicações TIC na administração pública em linha, aprendizagem em linha, infoinclusão, cultura em linha e saúde em linha										
Elevado nº de candidaturas	-	-	1	33,3	-	-	-	-	1	20,0
Reduzida dimensão	1	50,0	1	33,3	-	-	-	-	2	40,0
Articulação entre OI e AG	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Verificação das condições de admissibilidade	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Análise de mérito das candidaturas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Obtenção de parecer obrigatório por parte de outras entidades	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Atrasos da AG no processo de análise e decisão	-	-	3	100,0	-	-	-	-	3	60,0
Outras.	1	50,0	-	-	-	-	-	-	1	20,0
4.3/4c. Apoio à eficiência energética, à gestão inteligente da energia e à utilização das energias renováveis nas infraestruturas públicas, nomeadamente nos edifícios públicos e no setor da habitação										
	Norte (N=5)		Centro (N=3)		Lisboa (N=1)		Alentejo (N=3)		Total (N=12)	
Elevado nº de candidaturas	-	-	1	33,3	-	-	1	33,3	2	16,7
Reduzida dimensão	2	40,0	2	66,7	-	-	-	-	4	33,3
Articulação entre OI e AG	1	20,0	2	66,7	-	-	-	-	3	25,0
Verificação das condições de admissibilidade	2	40,0	2	66,7	1	100,0	-	-	5	41,7
Análise de mérito das candidaturas	1	20,0	1	33,3	1	100,0	-	-	3	25,0
Obtenção de parecer obrigatório por parte de outras entidades	4	80,0	3	100,0	1	100,0	2	66,7	10	83,3
Atrasos da AG no processo de análise e decisão	-	-	1	33,3	-	-	-	-	1	8,3
Outras.	1	20,0	-	-	-	-	-	-	1	8,3
5.1/5i. Apoio ao investimento para a adaptação às alterações climáticas, incluindo abordagens baseadas nos ecossistemas										
	Norte (N=1)		Centro (N=1)		Lisboa		Alentejo		Total (N=2)	
Elevado nº de candidaturas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reduzida dimensão	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Articulação entre OI e AG	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Verificação das condições de admissibilidade	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Análise de mérito das candidaturas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Obtenção de parecer obrigatório por parte de outras entidades	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Atrasos da AG no processo de análise e decisão	-	-	1	100,0	-	-	-	-	1	50,0
Outras.	1	100,0	-	-	-	-	-	-	1	50,0
5.2/5ii. Promoção de investimentos para abordar riscos específicos, assegurar a capacidade de resistência às catástrofes e desenvolver sistemas de gestão de catástrofes (medidas identificadas nos respetivos planos de emergência e de proteção civil)										
	Norte (N=1)		Centro (N=1)		Lisboa		Alentejo		Total (N=3)	
Elevado nº de candidaturas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reduzida dimensão	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Articulação entre OI e AG	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Verificação das condições de admissibilidade	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Análise de mérito das candidaturas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Obtenção de parecer obrigatório por parte de outras entidades	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Atrasos da AG no processo de análise e decisão	-	-	2	100,0	-	-	-	-	2	66,7
Outras.	1	100,0	-	-	-	-	-	-	1	33,3
6.1/6i. Investimento no setor dos resíduos para satisfazer os requisitos do acervo da União em matéria de ambiente e para satisfazer as necessidades de investimento que excedam esses requisitos, identificadas pelos Estados-Membros										
	Norte (N=1)		Centro (N=1)		Lisboa		Alentejo		Total (N=2)	
Elevado nº de candidaturas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reduzida dimensão	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Articulação entre OI e AG	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Verificação das condições de admissibilidade	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Análise de mérito das candidaturas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Obtenção de parecer obrigatório por parte de outras entidades	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Atrasos da AG no processo de análise e decisão	-	-	1	100,0	-	-	-	-	1	50,0
Outras.	1	100,0	-	-	-	-	-	-	1	50,0
6.3/6c. Conservação, proteção, promoção e desenvolvimento do património natural e cultural										
	Norte (N=1)		Centro (N=4)		Lisboa		Alentejo		Total (N=5)	
Elevado nº de candidaturas	-	-	3	75,0	-	-	-	-	3	60,0

	Norte (N=2)		Centro (N=3)		Lisboa		Alentejo		Total (N=5)	
	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos
Reduzida dimensão	-	-	2	50,0	-	-	-	-	2	40,0
Articulação entre OI e AG	-	-	1	25,0	-	-	-	-	1	20,0
Verificação das condições de admissibilidade	-	-	2	50,0	-	-	-	-	2	40,0
Análise de mérito das candidaturas	-	-	1	25,0	-	-	-	-	1	20,0
Obtenção de parecer obrigatório por parte de outras entidades	-	-	3	75,0	-	-	-	-	3	60,0
Atrasos da AG no processo de análise e decisão	-	-	2	50,0	-	-	-	-	2	40,0
Outras.	1	100,0	-	-	-	-	-	-	1	20,0
	Norte (N=6)		Centro (N=5)		Lisboa		Alentejo (N=3)		Total (N=14)	
	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos
8.3/8iii. Emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras										
	Norte		Centro		Lisboa		Alentejo		Total	
Elevado nº de candidaturas	5	83,3	4	80,0	-	-	3	100,0	12	85,7
Reduzida dimensão	5	83,3	4	80,0	-	-	-	-	9	64,3
Articulação entre OI e AG	3	50,0	2	40,0	-	-	1	33,3	6	42,9
Verificação das condições de admissibilidade	1	16,7	2	40,0	-	-	1	33,3	4	28,6
Análise de mérito das candidaturas	2	33,3	1	20,0	-	-	-	-	3	21,4
Obtenção de parecer obrigatório por parte de outras entidades	1	16,7	3	60,0	-	-	-	-	4	28,6
Atrasos da AG no processo de análise e decisão	2	33,3	2	40,0	-	-	2	66,7	6	42,9
Outras.	1	16,7	-	-	-	-	-	-	1	7,1
8.8/8a. Apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas e à atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas										
	Norte (N=7)		Centro (N=5)		Lisboa		Alentejo (N=3)		Total (N=15)	
Elevado nº de candidaturas	5	71,4	4	80,0	-	-	3	100,0	12	80,0
Reduzida dimensão	5	71,4	4	80,0	-	-	-	-	9	60,0
Articulação entre OI e AG	4	57,1	2	40,0	-	-	1	33,3	7	46,7
Verificação das condições de admissibilidade	2	28,6	2	40,0	-	-	1	33,3	5	33,3
Análise de mérito das candidaturas	2	28,6	1	20,0	-	-	-	-	3	20,0
Obtenção de parecer obrigatório por parte de outras entidades	1	14,3	3	60,0	-	-	-	-	4	26,7
Atrasos da AG no processo de análise e decisão	3	42,9	2	40,0	-	-	2	66,7	7	46,7
Outras.	1	14,3	-	-	-	-	-	-	1	6,7
9.1/9i. Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e melhoria da empregabilidade										
	Norte (N=2)		Centro (N=1)		Lisboa		Alentejo		Total (N=3)	
Elevado nº de candidaturas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reduzida dimensão	1	50,0	-	-	-	-	-	-	1	33,3
Articulação entre OI e AG	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Verificação das condições de admissibilidade	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Análise de mérito das candidaturas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Obtenção de parecer obrigatório por parte de outras entidades	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Atrasos da AG no processo de análise e decisão	1	50,0	1	100,0	-	-	-	-	1	33,3
Outras.	-	-	-	-	-	-	-	-	1	33,3
9.4/9iv. Melhoria do acesso a serviços sustentáveis, de grande qualidade e a preços comportáveis, incluindo cuidados de saúde e serviços sociais de interesse geral										
	Norte (N=1)		Centro (N=1)		Lisboa		Alentejo		Total (N=2)	
Elevado nº de candidaturas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reduzida dimensão	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Articulação entre OI e AG	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Verificação das condições de admissibilidade	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Análise de mérito das candidaturas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Obtenção de parecer obrigatório por parte de outras entidades	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Atrasos da AG no processo de análise e decisão	-	-	1	100,0	-	-	-	-	1	50,0
Outras.	1	100,0	-	-	-	-	-	-	1	50,0
9.7/9a. Investimento na saúde e nas infraestruturas sociais que contribuam para o desenvolvimento nacional, regional e local, para a redução das desigualdades de saúde, para a promoção da inclusão social através da melhoria do acesso aos serviços sociais, culturais e de recreio, assim como para a transição dos serviços institucionais para os serviços de base comunitária										
	Norte (N=5)		Centro (N=5)		Lisboa		Alentejo (N=2)		Total (N=12)	
Elevado nº de candidaturas	2	40,0	2	40,0	-	-	-	-	4	33,3
Reduzida dimensão	3	60,0	2	40,0	-	-	-	-	5	41,7
Articulação entre OI e AG	-	-	1	20,0	-	-	-	-	1	8,3
Verificação das condições de admissibilidade	-	-	2	40,0	-	-	-	-	2	16,7
Análise de mérito das candidaturas	-	-	1	20,0	-	-	1	50,0	2	16,7

Obtenção de parecer obrigatório por parte de outras entidades	4	80,0	4	80,0	-	-	1	50,0	9	75,0
Atrasos da AG no processo de análise e decisão	-	-	2	40,0	-	-	-	-	2	16,7
Outras.	1	20,0			-	-	-	-	1	8,3
10.1/10.i Redução e prevenção do abandono escolar precoce e promoção da igualdade de acesso a um ensino infantil, primário e secundário de boa qualidade incluindo percursos de aprendizagem formais, não formais e informais para a reintegração no ensino e na formação										
	Norte (N=3)		Centro (N=3)		Lisboa (N=1)		Alentejo (N=2)		Total (N=9)	
Elevado nº de candidaturas	-	-	1	33,3	1	100,0	-	-	2	22,2
Reduzida dimensão	2	66,7	1	33,3	-	-	-	-	3	33,3
Articulação entre OI e AG	-	-	-	-	-	-	1	50,0%	1	11,1
Verificação das condições de admissibilidade	-	-	-	-	1	100,0%	-	-	1	11,1
Análise de mérito das candidaturas	1	33,3	-	-	1	100,0%	-	-	2	22,2
Obtenção de parecer obrigatório por parte de outras entidades	-	-	-	-	1	100,0%	1	50,0%	2	22,2
Atrasos da AG no processo de análise e decisão	-	-	3	100,0	-	-	-	-	3	33,3
Outras.	1	33,3	-	-	-	-	-	-	1	11,1
	Norte (N=2)		Centro (N=5)		Lisboa		Alentejo (N=1)		Total (N=8)	
	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos
10.5/10a. Investimento na educação, na formação e na formação profissional para a aquisição de competências e a aprendizagem ao longo da vida através do desenvolvimento das infraestruturas educativas e formativas										
Elevado nº de candidaturas	-	-	2	40,0	-	-	-	-	2	25,0
Reduzida dimensão	-	-	2	40,0	-	-	-	-	2	25,0
Articulação entre OI e AG	-	-	1	20,0	-	-	1	100,0%	2	25,0
Verificação das condições de admissibilidade	-	-	2	40,0	-	-	-	-	2	25,0
Análise de mérito das candidaturas	-	-	1	20,0	-	-	-	-	1	12,5
Obtenção de parecer obrigatório por parte de outras entidades	-	-	4	80,0	-	-	-	-	4	50,0
Atrasos da AG no processo de análise e decisão	1	50,0	2	40,0	-	-	-	-	3	37,5
Outras.	1	50,0	-	-	-	-	-	-	1	12,5
4. Investimentos em ativos físicos										
	Norte (N=1)		Centro (N=1)		Lisboa		Alentejo		Total (N=2)	
Elevado nº de candidaturas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reduzida dimensão	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Articulação entre OI e AG	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Verificação das condições de admissibilidade	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Análise de mérito das candidaturas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Obtenção de parecer obrigatório por parte de outras entidades	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Atrasos da AG no processo de análise e decisão	-	-	1	100,0	-	-	-	-	1	50,0
Outras.	1	100,0	-	-	-	-	-	-	1	50,0

Fonte: Inquérito às Comunidades Intermunicipais/Áreas Metropolitanas - Avaliação da Operacionalização dos PDCT, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 115. Outras. Quais?

	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo
Carga burocrática excessiva, pandemia covid-19, poucos recursos humanos, número excessivo de candidaturas	1			
Sobreposição de funções entre os OI e a AG, a AG analisa os processos por cima da CIM de igual forma. Não há supervisão, mas sim revisão dos processos que a CIM analisa, o que causa elevados atrasos nas decisões. Também a subjectividade de algumas questões que a AG não concretiza, nem emite pareceres objectivos. Existem muitas dúvidas de promotores nunca esclarecidas.	1			

Fonte: Inquérito às Comunidades Intermunicipais/Áreas Metropolitanas - Avaliação da Operacionalização dos PDCT, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 116. Tipos de mecanismos de monitorização e acompanhamento implementados, por região

	Norte (N=6)		Centro (N=5)		Lisboa (N=1)		Alentejo (N=4)		Total (N=16)	
	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos
Resposta a solicitações dos PO Financiadores	5	83,3	4	80,0	1	100,0	3	75,0	13	81,3
Definição de indicadores de monitorização pela CIM/AM	3	50,0	2	40,0	-	-	2	50,0	7	43,8
Elaboração de relatórios de monitorização periódicos	3	50,0	3	60,0	1	100,0	2	50,0	9	56,3
Realização de reuniões da Equipa técnica de balanço	4	66,7	5	100,0	-	-	2	50,0	11	68,8
Realização de balanço com as AG	5	83,3	3	60,0	1	100,0	1	25,0	10	62,5
Reuniões/contactos regulares com os beneficiários	4	66,7	4	80,0	1	100,0	2	50,0	11	68,8

Fonte: Inquérito às Comunidades Intermunicipais/Áreas Metropolitanas - Avaliação da Operacionalização dos PDCT, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 117. Adequação dos mecanismos de monitorização e acompanhamento implementados

	1 – Nada Adequados		2		3		4		5		6 - Totalmente Adequados		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Resposta a solicitações dos PO Financiadores	-	-	-	-	6	46,2	4	30,8	3	23,1			13	100,0
Definição de indicadores de monitorização pela CIM/AM	-	-	-	-	5	55,6	1	11,1	2	22,2	1	11,1	9	100,0
Elaboração de relatórios de monitorização periódicos	1	9,1	-	-	4	36,4	2	18,2	3	27,3	1	9,1	11	100,0
Realização de reuniões da Equipa técnica de balanço	-	-	-	-	3	27,3	2	18,2	4	36,4	2	18,2	11	100,0
Realização de balanço com as AG	1	7,7	-	-	5	38,5	3	23,1	1	7,7	3	23,1	13	100,0
Reuniões/contactos regulares com os beneficiários	-	-	-	-	4	33,3	2	16,7	4	33,3	2	16,7	12	100,0
Outros.	-	-	-	-	-	-	-	-	1	100,0	-	-	1	100,0

Fonte: Inquérito às Comunidades Intermunicipais/Áreas Metropolitanas - Avaliação da Operacionalização dos PDCT, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 118. Média Adequação dos mecanismos de monitorização e acompanhamento implementados (Escala 1 – nada adequados a 6 – totalmente adequados)

	Norte		Centro		Lisboa		Alentejo		Total	
	Média	N	Média	N	Média	N	Média	N	Média	N
Resposta a solicitações dos PO Financiadores	4,00	4	4,00	4	3,00	1	3,50	4	3,77	13
Definição de indicadores de monitorização pela CIM/AM	4,25	4	3,50	2	-	-	3,67	3	3,89	9
Elaboração de relatórios de monitorização periódicos	4,50	4	3,25	4	3,00	1	4,00	2	3,82	11
Realização de reuniões da Equipa técnica de balanço	4,75	4	4,40	5	-	-	4,00	2	4,45	11
Realização de balanço com as AG	4,00	6	4,00	4	3,00	1	4,00	2	3,92	13
Reuniões/contactos regulares com os beneficiários	4,60	5	4,25	4	3,00	1	4,50	2	4,33	12
Outros.	-	-	-	-	-	-	5,00	1	5,00	1

Fonte: Inquérito às Comunidades Intermunicipais/Áreas Metropolitanas - Avaliação da Operacionalização dos PDCT, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 119. Outras. Quais?

	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo
A CIM tem implementado um conjunto de medidas que permitem melhorar a sua atividade e concretizar os objetivos do PO	1			

Fonte: Inquérito às Comunidades Intermunicipais/Áreas Metropolitanas - Avaliação da Operacionalização dos PDCT, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 120. Entidades envolvidas na monitorização e acompanhamento da execução do PDCT implementado, por região

	Norte (N=6)		Centro (N=6)		Lisboa (N=1)		Alentejo (N=2)		Total (N=15)	
	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos
Autarquias	5	83,3%	6	100,0	1	100,0	2	100,0	14	93,3
Conselho Intermunicipal	4	66,7%	6	100,0	-	-	2	100,0	12	80,0
Outros stakeholders	-	-	1	16,7	1	100,0	1	50,0	3	20,0

Fonte: Inquérito às Comunidades Intermunicipais/Áreas Metropolitanas - Avaliação da Operacionalização dos PDCT, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 121. Quais?

	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo
CEML, CM			1	
Empresas		1		

Fonte: Inquérito às Comunidades Intermunicipais/Áreas Metropolitanas - Avaliação da Operacionalização dos PDCT, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 122. Como é realizada a avaliação do PDCT, por região

	Norte (N=6)		Centro (N=5)		Lisboa (N=1)		Alentejo (N=4)		Total (N=16)	
	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos
Realiza avaliação contínua, com relatórios periódicos	4	66,7	4	80,0	1	100,0%	2	50,0	11	68,8
Realizou avaliação Intercalar	1	16,7	2	40,0	-	-	3	75,0	6	37,5
Pretende realizar avaliação final	2	33,3	4	80,0	-	-	2	50,0	8	50,0
Não realizou/pretende realizar	1	16,7	-	-	-	-	-	-	1	6,3

Fonte: Inquérito às Comunidades Intermunicipais/Áreas Metropolitanas - Avaliação da Operacionalização dos PDCT, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 123. Responsável pela Avaliação do PDCT, por região

	Norte		Centro		Lisboa		Alentejo		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Recursos internos da CIM/AM	4	100,0	3	75,0	1	100,0	1	25,0	9	69,2
Avaliação externa	-	-	-	-	-	-	3	75,0	3	23,1
Recursos da CIM/AM e peritos	-	-	1	25,0	-	-	-	-	1	7,7
Total	4	100,0	4	100,0	1	100,0	4	100,0	13	100,0

Fonte: Inquérito às Comunidades Intermunicipais/Áreas Metropolitanas - Avaliação da Operacionalização dos PDCT, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 124. Tipo de constrangimentos verificados na monitorização e avaliação, por região

	Norte (N=5)		Centro (N=5)		Lisboa (N=1)		Alentejo (N=1)		Total (N=12)	
	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos
Diversidade e complexidade de intervenções	4	80,0	2	40,0	1	100,0	1	100,0	8	66,7
Disponibilização de documentos de apoio, orientações pelos PO financiadores	2	40,0	1	20,0	-	-	-	-	3	25,0
Dimensão da equipa técnica	4	80,0	4	80,0	1	100,0	-	-	9	75,0
Competências da equipa técnica	1	20,0	1	20,0	-	-	-	-	2	16,7
Ausência de orientações do PO financiadores	4	80,0	2	40,0	-	-	-	-	6	50,0
Dificuldade de obtenção de informação para medição dos indicadores definidos	2	40,0	3	60,0	-	-	1	100,0	6	50,0
Indicadores constantes dos Avisos diferentes dos indicadores contratualizados	1	20,0	1	20,0	-	-	-	-	2	16,7

Fonte: Inquérito às Comunidades Intermunicipais/Áreas Metropolitanas - Avaliação da Operacionalização dos PDCT, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 125. Foram assegurados os mecanismos necessários para uma eventual necessidade de revisão e ajustamentos da EIDT e PDCT face a alterações de contexto e decorrentes dos exercícios de avaliação, por região

	Norte		Centro		Lisboa		Alentejo		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Sim	4	66,7	3	60,0	1	100,0	2	66,7	10	66,7
Não, mas considero necessário a existência	2	33,3	2	40,0	-	-	-	-	4	26,7
Não, mas não considero necessário a existência	-	-	-	-	-	-	1	33,3	1	6,7
Total	6	100,0	5	100,0	1	100,0	3	100,0	15	100,0

Fonte: Inquérito às Comunidades Intermunicipais/Áreas Metropolitanas - Avaliação da Operacionalização dos PDCT, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 126. Foi efetuada uma revisão e ajustamentos ao PDCT, por região

	Norte		Centro		Lisboa		Alentejo		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Não	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Sim foi um exercício da CIM/AM	1	16,7	2	33,3	-	-	1	25,0	4	23,5
Sim acompanhou os exercícios de reprogramação dos Programas Operacionais	5	83,3	4	66,7	1	100,0	3	75,0	13	76,5
Total	6	100,0	5	100,0	1	100,0	3	100,0	17	100,0

Fonte: Inquérito às Comunidades Intermunicipais/Áreas Metropolitanas - Avaliação da Operacionalização dos PDCT, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 127. Principais alterações que resultaram dos processos de monitorização e avaliação e das revisões efetuadas, por região

	Norte (N=6)		Centro (N=6)		Lisboa (N=1)		Alentejo (N=4)		Total (N=17)	
	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos
Reprogramação financeira anual	1	16,7	2	33,3	1	100,0	3	75,0	7	41,2%
Distribuição da alocação financeira por TI/PI/medida	6	100,0	6	100,0	1	100,0	4	100,0	17	100,0%
Redefinição de metas	-	-	3	50,0	-	-	3	75,0	6	35,3%
Reforço da equipa técnica	2	33,3	-	-	-	-	-	-	2	11,8%
Maior acompanhamento às entidades beneficiárias	1	16,7	-	-	-	-	-	-	1	5,9%
Outras alterações.	-	-	1	16,7	-	-	1	25,0	2	11,8%

Fonte: Inquérito às Comunidades Intermunicipais/Áreas Metropolitanas - Avaliação da Operacionalização dos PDCT, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 128. Quais?

	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo
Eliminação de P.I. por falta de operacionalização das mesmas por parte da AG		1		
Face aos constrangimentos na análise técnica de projectos da Eficiência Energética, os valores foram redistribuídos para outras PI	1			
reprogramação financeira global				1

Fonte: Inquérito às Comunidades Intermunicipais/Áreas Metropolitanas - Avaliação da Operacionalização dos PDCT, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 129 As alterações que resultaram da(s) revisão(ões) do PDCT permitiram melhorias no seu desempenho físico e financeiro?

	Norte		Centro		Lisboa		Alentejo		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Sim	6	100,0	5	83,3	1	100,0	4	100,0	16	94,1
Não	-	-	1	16,7	-	-	-	-	1	5,9
Total	6	100,0	6	100,0	1	100,0	4	100,0	17	100,0

Fonte: Inquérito às Comunidades Intermunicipais/Áreas Metropolitanas - Avaliação da Operacionalização dos PDCT, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 130 Existe uma estratégia de comunicação da EIDT/ PDCT?

	Norte		Centro		Lisboa		Alentejo		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Sim	3	50,0	4	66,7	1	100,0	4	100,0	12	70,6
Não	3	50,0	2	33,3	-	-	-	-	5	29,4
Total	6	100,0	6	100,0	1	100,0	4	100,0	17	100,0

Fonte: Inquérito às Comunidades Intermunicipais/Áreas Metropolitanas - Avaliação da Operacionalização dos PDCT, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 131 Número de ações de divulgação, informação, sensibilização e esclarecimentos realizadas junto dos potenciais beneficiários e da população

	Norte		Centro		Lisboa		Alentejo		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Reuniões/encontros com parceiros promovidos										
0	-	-	1	25,0	-	-	-	-	1	11,1
3	-	-	1	25,0	-	-	-	-	1	11,1
15	-	-	-	-	-	-	1	50,0	1	11,1
20	2	100,0	-	-	-	-	-	-	2	22,2
30	-	-	-	-	1	100,0	-	-	1	11,1
40	-	-	1	25,0	-	-	-	-	1	11,1
50	-	-	1	25,0	-	-	-	-	1	11,1
100	-	-	-	-	-	-	1	50,0	1	11,1
Total	2	100,0	4	100,0	-	-	2	100,0	9	100,0

	Norte		Centro		Lisboa		Alentejo		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Sessões de divulgação e sensibilização e esclarecimento										
1	-	-	-	-	-	-	1	33,3	1	10,0
11	-	-	1	25,0	-	-	-	-	1	10,0
14	-	-	1	25,0	-	-	-	-	1	10,0
15	-	-	1	25,0	-	-	1	33,3	1	10,0
16	-	-	-	-	-	-	-	-	1	10,0
18	-	-	-	-	-	-	1	33,3	1	10,0
20	1	50,0	-	-	-	-	-	-	1	10,0
30	1	50,0	-	-	1	100,0	-	-	2	20,0
40	-	-	1	25,0	-	-	-	-	1	10,0
Total	2	100,0	4	100,0	-	-	3	100,0	10	100,0
Reuniões, seminários, workshops públicos										
0	-	-	1	25,0	-	-	1	50,0	2	25,0
1	-	-	1	25,0	-	-	-	-	1	12,5
5	-	-	-	-	-	-	1	50,0	1	12,5
10	-	-	1	25,0	-	-	-	-	1	12,5
16	-	-	1	25,0	-	-	-	-	1	12,5
30	1	100,0	-	-	1	100,0	-	-	2	25,0
Total	1	100,0	4	100,0	-	-	2	100,0	8	100,0
Produtos de comunicação da CIM (newsletter, site)										
1	1	50,0	1	25,0	-	-	-	-	2	22,2
5	1	50,0	1	25,0	-	-	-	-	1	11,1
15	-	-	-	-	-	-	1	33,3	1	11,1
20	-	-	-	-	-	-	1	33,3	2	22,2
45	-	-	-	-	-	-	1	33,3	1	11,1
50	-	-	1	25,0	-	-	-	-	1	11,1
100	-	-	1	25,0	-	-	-	-	1	11,1
Total	2	100,0	4	100,0	-	-	3	100,0	9	100,0
Produtos de comunicação da CIM (páginas das redes sociais ...)										
1	-	-	1	25,0	-	-	-	-	1	11,1
2	1	50,0	1	25,0	-	-	-	-	2	22,2
3	-	-	-	-	-	-	1	33,3	1	11,1
15	-	-	-	-	-	-	1	33,3	1	11,1
20	1	50,0	-	-	-	-	1	33,3	2	22,2
50	-	-	1	25,0	-	-	-	-	1	11,1
100	-	-	1	25,0	-	-	-	-	1	11,1
Total	2	100,0	4	100,0	-	-	3	100,0	9	100,0
Grupos de trabalho temáticos										
0	-	-	-	-	-	-	1	50,0	1	14,3
1	-	-	2	50,0	-	-	-	-	2	28,6
2	-	-	-	-	-	-	1	50,0	1	14,3
4	-	-	2	50,0	-	-	-	-	2	28,6
50	1	100,0	-	-	-	-	-	-	1	14,3
Total	1	100,0	4	100,0	-	-	2	100,0	7	100,0
Visitas a projetos de investimento,...										
1	-	-	1	25,0	-	-	-	-	1	14,3
3	-	-	2	50,0	-	-	-	-	2	28,6
7	-	-	-	-	-	-	1	50,0	1	14,3
10	1	100,0	-	-	-	-	-	-	1	14,3
20	-	-	1	25,0	-	-	-	-	1	14,3
30	-	-	-	-	-	-	1	50,0	1	14,3
Total	1	100,0	4	100,0	-	-	2	100,0	7	100,0
Feiras, festas temáticas; mostras de produtos locais										
0	-	-	-	-	-	-	1	33,3	1	14,3
1	-	-	1	33,3	-	-	-	-	1	14,3
4	-	-	-	-	-	-	-	-	1	14,3
6	1	100,0	-	-	-	-	1	33,3	1	14,3
10	-	-	-	-	-	-	1	33,3	1	14,3
11	-	-	1	33,3	-	-	-	-	1	14,3
20	-	-	1	33,3	-	-	-	-	1	14,3
Total	1	100,0	3	100,0	-	-	3	100,0	7	100,0
Feiras, festas temáticas; mostras de produtos locais										

0	-	-	-	-	-	-	1	100,0	1	25,0
1	-	-	1	50,0	-	-	-	-	2	50,0
5	-	-	1	50,0	-	-	-	-	1	25,0
Total	-	-	2	100,0	-	-	1	100,0	4	100,0

Fonte: Inquérito às Comunidades Intermunicipais/Áreas Metropolitanas - Avaliação da Operacionalização dos PDCT, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 132 Número de participantes/abrangidos das ações de divulgação, informação, sensibilização e esclarecimentos realizadas junto dos potenciais beneficiários e da população

	Norte		Centro		Lisboa		Alentejo		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Reuniões/encontros com parceiros promovidos										
1	-	-	1	33,3	-	-	-	-	1	14,3
11	-	-	1	33,3	-	-	-	-	1	14,3
20	1	50,0	-	-	-	-	-	-	1	14,3
30	-	-	-	-	-	-	1	50,0	1	14,3
40	1	50,0	-	-	-	-	-	-	1	14,3
100	-	-	1	33,3	-	-	1	50,0	2	28,6
Total	2	100,0	3	100,0	-	-	2	100,0	7	100,0
Sessões de divulgação e sensibilização e esclarecimento										
30	-	-	-	-	-	-	1	50,0%	1	14,3
100	2	100,0%	2	66,7%	-	-	-	-	4	57,1
200	-	-	1	33,3%	-	-	-	-	1	14,3
250	-	-	-	-	-	-	1	50,0%	1	14,3
Total	2	100,0%	3	100,0%	-	-	2	100,0%	7	100,0
Reuniões, seminários, workshops públicos										
0	-	-	-	-	-	-	1	50,0%	1	16,7
1	-	-	1	33,3%	-	-	-	-	1	16,7
25	-	-	1	33,3%	-	-	-	-	1	16,7
100	1	100,0%	1	33,3%	-	-	-	-	2	33,3
250	-	-	-	-	-	-	1	50,0%	1	16,7
Total	1	100,0%	3	100,0%	-	-	2	100,0%	6	100,0
Produtos de comunicação da CIM (newsletter, site)										
0	-	-	-	-	-	-	1	50,0%	1	20,0
1	-	-	1	50,0%	-	-	-	-	1	20,0
1000	-	-	-	-	-	-	1	50,0%	1	20,0
6790	1	100,0%	-	-	-	-	-	-	1	20,0
100000	-	-	1	50,0%	-	-	-	-	1	20,0
Total	1	100,0%	2	100,0%	-	-	2	100,0%	5	100,0
Produtos de comunicação da CIM (páginas das redes sociais ...)										
0	-	-	-	-	-	-	1	50,0%	1	20,0
1	-	-	1	50,0%	-	-	-	-	1	20,0
1000	-	-	-	-	-	-	1	50,0%	1	20,0
5000	1	100,0%	-	-	-	-	-	-	1	20,0
100000	-	-	1	50,0%	-	-	-	-	1	20,0
Total	1	100,0%	2	100,0%	-	-	2	100,0%	5	100,0
Grupos de trabalho temáticos										
0	-	-	-	-	-	-	1	50,0%	1	16,7
1	-	-	1	33,3%	-	-	-	-	1	16,7
11	-	-	1	33,3%	-	-	-	-	1	16,7
20	-	-	-	-	-	-	1	50,0%	1	16,7
60	1	100,0%	-	-	-	-	-	-	1	16,7
100	-	-	1	33,3%	-	-	-	-	1	16,7
Total	1	100,0%	3	100,0%	-	-	2	100,0%	6	100,0
Visitas a projetos de investimento,...										
0	-	-	-	-	-	-	1	50,0%	1	20,0
1	-	-	1	50,0%	-	-	-	-	1	20,0
10	1	100,0%	-	-	-	-	-	-	1	20,0
30	-	-	-	-	-	-	1	50,0%	1	20,0
100	-	-	1	50,0%	-	-	-	-	1	20,0
Total	1	100,0%	2	100,0%	-	-	2	100,0%	5	100,0
Feiras, festas temáticas; mostras de produtos locais										
0	-	-	1	25,0%	-	-	1	50,0%	2	33,3
1	-	-	1	25,0%	-	-	-	-	1	16,7
100	-	-	1	25,0%	-	-	-	-	1	16,7
1100	-	-	1	25,0%	-	-	-	-	1	16,7
30000	-	-	-	-	-	-	1	50,0%	1	16,7

Total	-	-	4	100,0%	-	-	2	100,0%	6	100,0
Feiras, festas temáticas; mostras de produtos locais										
0	-	-	1	33,3%	-	-	1	100,0%	2	40,0
1	-	-	1	33,3%	-	-	-	-	1	20,0
20	1	100,0%	-	-	-	-	-	-	1	20,0
100	-	-	1	33,3%	-	-	-	-	1	20,0
Total	1	100,0%	3	100,0%	-	-	1	100,0%	5	100,0

Fonte: Inquérito às Comunidades Intermunicipais/Áreas Metropolitanas - Avaliação da Operacionalização dos PDCT, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 133. Balanço faz da adesão às ações de divulgação, informação, sensibilização e esclarecimentos realizadas junto dos potenciais beneficiários e da população

	1 – Fraca adesão		2		3		4		5		6 - Elevada adesão		N/A		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Reuniões/encontros com parceiros promovidos	-	-	-	-	2	18,2	1	9,1	6	54,5	1	9,1	1	9,1	11	100,0
Sessões de divulgação e sensibilização e esclarecimento	-	-	-	-	1	10,0	2	20,0	5	50,0	2	20,0	-	-	10	100,0
Reuniões, seminários, workshops públicos	-	-	-	-	1	12,5	3	37,5	1	12,5	2	25,0	1	12,5	8	100,0
Produtos de comunicação da CIM (newsletter, site)	-	-	-	-	3	27,3	3	27,3	2	18,2	1	9,1	2	18,2	11	100,0
Produtos de comunicação da CIM (páginas das redes sociais ...)	-	-	-	-	4	36,4	3	27,3	2	18,2	1	9,1	1	9,1	11	100,0
Grupos de trabalho temáticos	-	-	-	-	1	14,3	2	28,6	3	42,9	-	-	1	14,3	7	100,0
Visitas a projetos de investimento,...	-	-	-	-	1	14,3	3	42,9	2	28,6	1	14,3	-	-	7	100,0
Feiras, festas temáticas; mostras de produtos locais	1	14,3	-	-	1	14,3	4	57,1	-	-	-	-	1	14,3	7	100,0
Participação em projetos de cooperação	1	25,0	-	-	-	-	2	50,0	-	-	-	-	1	25,0	4	100,0

Fonte: Inquérito às Comunidades Intermunicipais/Áreas Metropolitanas - Avaliação da Operacionalização dos PDCT, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 134. Média Balanço faz da adesão às ações de divulgação, informação, sensibilização e esclarecimentos realizadas junto dos potenciais beneficiários e da população (Escala 1 – Fraca adesão a 6 - Elevada adesão)

	Norte		Centro		Lisboa		Alentejo		Total	
	Média	N	Média	N	Média	N	Média	N	Média	N
Reuniões/encontros com parceiros promovidos	5,00	3	4,33	3	5,00	1	4,33	3	4,60	10
Sessões de divulgação e sensibilização e esclarecimento	5,00	2	4,75	4	5,00	1	4,67	3	4,80	10
Reuniões, seminários, workshops públicos	6,00	1	3,67	3	5,00	1	5,00	1	4,57	7
Produtos de comunicação da CIM (newsletter, site)	3,33	3	4,50	4	5,00	1	4,00	1	4,11	9
Produtos de comunicação da CIM (páginas das redes sociais ...)	3,33	3	4,50	4	5,00	1	3,50	2	4,00	10
Grupos de trabalho temáticos	4,00	1	4,00	3	5,00	1	5,00	1	4,33	6
Visitas a projetos de investimento,...	4,00	2	4,00	3	-	-	5,50	2	4,43	7
Feiras, festas temáticas; mostras de produtos locais	4,00	1	3,00	3	-	-	3,50	2	3,33	6
Participação em projetos de cooperação	4,00	1	2,50	2	-	-	-	-	3,00	3

Fonte: Inquérito às Comunidades Intermunicipais/Áreas Metropolitanas - Avaliação da Operacionalização dos PDCT, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 135. Foram realizados processos de auscultação sobre o conhecimento que os potenciais beneficiários dos territórios têm da EIDT/PDCT?

	Norte		Centro		Lisboa		Alentejo		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Sim	1	14,3	2	40,0	-	-	1	25,0	4	23,5
Não	6	85,7	3	60,0	1	100,0	3	75,0	13	76,5
Total	7	100,0	5	100,0	1	100,0	4	100,0	17	100,0

Fonte: Inquérito às Comunidades Intermunicipais/Áreas Metropolitanas - Avaliação da Operacionalização dos PDCT, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 136. como foi feita essa auscultação (sondagem, inquérito presencial, inquérito nas redes sociais)

	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo
sondagem, inquérito presencial				1

Fonte: Inquérito às Comunidades Intermunicipais/Áreas Metropolitanas - Avaliação da Operacionalização dos PDCT, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 137. Boas práticas na implementação do PDCT, por região

	Norte (N=6)		Centro (N=5)		Lisboa (N=1)		Alentejo (N=4)		Total (N=16)	
	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos
Modelo de gestão do PDCT	1	16,7	2	40,0	-	-	2	50,0	5	31,3
Modelo de funcionamento da CIM/AM	2	33,3	4	80,0	1	100,0	3	75,0	10	62,5
Partilha de conhecimentos	4	66,7	4	80,0	-	-	2	50,0	10	62,5
Sinergias entre projetos e sectores de atividade económica	2	33,3	1	20,0	-	-	1	25,0	4	25,0

Cooperação entre beneficiários e stakeholders	1	16,7	2	40,0	-	-	1	25,0	4	25,0
Operações inovadoras para o território	3	50,0	2	40,0	1	100,0	-	-	5	31,3

Fonte: Inquérito às Comunidades Intermunicipais/Áreas Metropolitanas - Avaliação da Operacionalização dos PDCT, ISCTE/PPLL, 2021.

EFICÁCIA

Quadro 138. Principais motivos de reprovação de candidaturas, por região

	Norte (N=1)		Centro (N=1)		Lisboa		Alentejo		Total (N=3)	
	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos
2.3/2c. O reforço das aplicações TIC na administração pública em linha, aprendizagem em linha, infoinclusão, cultura em linha e saúde em linha										
Falta de dotação financeira disponível			2	100,0					2	66,7%
Cumprimento de critérios de elegibilidade dos beneficiários	1	100,0	2	100,0					1	33,3%
Cumprimento dos critérios de elegibilidade dos projetos										
Falta de documentos necessários à instrução da candidatura									2	66,7%
Crítérios de seleção das operações			2	100,0					2	66,7%
4.3/4c. Apoio à eficiência energética, à gestão inteligente da energia e à utilização das energias renováveis nas infraestruturas públicas, nomeadamente nos edifícios públicos e no setor da habitação										
	Norte (N=2)		Centro (N=3)		Lisboa		Alentejo		Total (N=5)	
	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos
Falta de dotação financeira disponível			1	33,3					1	20,0%
Cumprimento de critérios de elegibilidade dos beneficiários			1	33,3					1	20,0%
Cumprimento dos critérios de elegibilidade dos projetos	2	100,0	2	66,7					4	80,0%
Falta de documentos necessários à instrução da candidatura			2	66,7					2	40,0%
Crítérios de seleção das operações			1	33,3					1	20,0%
5.1/5i. Apoio ao investimento para a adaptação às alterações climáticas, incluindo abordagens baseadas nos ecossistemas										
	Norte		Centro (N=1)		Lisboa		Alentejo		Total (N=1)	
	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos
Falta de dotação financeira disponível	-	-	1	100,0	-	-	-	-	1	100,0
Cumprimento de critérios de elegibilidade dos beneficiários	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Cumprimento dos critérios de elegibilidade dos projetos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Falta de documentos necessários à instrução da candidatura	-	-	1	100,0	-	-	-	-	1	100,0
Crítérios de seleção das operações	-	-	1	100,0	-	-	-	-	1	100,0
5.2/5ii. Promoção de investimentos para abordar riscos específicos, assegurar a capacidade de resistência às catástrofes e desenvolver sistemas de gestão de catástrofes (medidas identificadas nos respetivos planos de emergência e de proteção civil)										
	Norte		Centro (N=1)		Lisboa		Alentejo		Total (N=1)	
	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos
Falta de dotação financeira disponível	-	-	1	100,0	-	-	-	-	1	100,0
Cumprimento de critérios de elegibilidade dos beneficiários	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Cumprimento dos critérios de elegibilidade dos projetos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Falta de documentos necessários à instrução da candidatura	-	-	1	100,0	-	-	-	-	1	100,0
Crítérios de seleção das operações	-	-	1	100,0	-	-	-	-	1	100,0
6.1/6i. Investimento no setor dos resíduos para satisfazer os requisitos do acervo da União em matéria de ambiente e para satisfazer as necessidades de investimento que excedam esses requisitos, identificadas pelos Estados-Membros										
	Norte		Centro (N=1)		Lisboa		Alentejo		Total (N=1)	
	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos
Falta de dotação financeira disponível	-	-	1	100,0	-	-	-	-	1	100,0
Cumprimento de critérios de elegibilidade dos beneficiários	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Cumprimento dos critérios de elegibilidade dos projetos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Falta de documentos necessários à instrução da candidatura	-	-	1	100,0	-	-	-	-	1	100,0
Crítérios de seleção das operações	-	-	1	100,0	-	-	-	-	1	100,0
6.3/6c. Conservação, proteção, promoção e desenvolvimento do património natural e cultural										
	Norte		Centro (N=1)		Lisboa		Alentejo		Total (N=1)	
	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos
Falta de dotação financeira disponível	-	-	1	100,0	-	-	-	-	1	100,0
Cumprimento de critérios de elegibilidade dos beneficiários	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Cumprimento dos critérios de elegibilidade dos projetos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Falta de documentos necessários à instrução da candidatura	-	-	1	100,0	-	-	-	-	1	100,0
Crítérios de seleção das operações	-	-	1	100,0	-	-	-	-	1	100,0
8.3/8iii. Emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras										
	Norte (N=4)		Centro (N=4)		Lisboa		Alentejo (N=4)		Total (N=12)	
	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos
Falta de dotação financeira disponível	2	50,0%	2	50,0%	-	-	2	50,0%	6	50,0
Cumprimento de critérios de elegibilidade dos beneficiários	3	75,0%	4	100,0%	-	-	2	50,0%	9	75,0
Cumprimento dos critérios de elegibilidade dos projetos	4	100,0%	4	100,0%	-	-	2	50,0%	10	83,3
Falta de documentos necessários à instrução da candidatura	3	75,0%	4	100,0%	-	-	-	-	7	58,3
Crítérios de seleção das operações	3	75,0%	4	100,0%	-	-	-	-	7	58,3

8.8/8a. Apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas e à atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas										
	Norte (N=6)		Centro (N=4)		Lisboa		Alentejo (N=4)		Total (N=14)	
Falta de dotação financeira disponível	4	66,7%	3	75,0%	-	-	2	50,0%	9	64,3%
Cumprimento de critérios de elegibilidade dos beneficiários	5	83,3%	4	100,0%	-	-	2	50,0%	11	78,6%
Cumprimento dos critérios de elegibilidade dos projetos	6	100,0%	4	100,0%	-	-	2	50,0%	12	85,7%
Falta de documentos necessários à instrução da candidatura	4	66,7%	4	100,0%	-	-	-	-	8	57,1%
Crítérios de seleção das operações	4	66,7%	4	100,0%	-	-	-	-	8	57,1%
9.1/9i. Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e melhoria da empregabilidade										
	Norte		Centro (N=1)		Lisboa		Alentejo		Total (N=1)	
Falta de dotação financeira disponível	-	-	1	100,0	-	-	-	-	1	100,0
Cumprimento de critérios de elegibilidade dos beneficiários	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Cumprimento dos critérios de elegibilidade dos projetos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Falta de documentos necessários à instrução da candidatura	-	-	1	100,0	-	-	-	-	1	100,0
Crítérios de seleção das operações	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
9.4/9iv. Melhoria do acesso a serviços sustentáveis, de grande qualidade e a preços comportáveis, incluindo cuidados de saúde e serviços sociais de interesse geral										
	Norte		Centro (N=1)		Lisboa		Alentejo		Total (N=1)	
Falta de dotação financeira disponível	-	-	1	100,0	-	-	-	-	1	100,0
Cumprimento de critérios de elegibilidade dos beneficiários	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Cumprimento dos critérios de elegibilidade dos projetos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Falta de documentos necessários à instrução da candidatura	-	-	1	100,0	-	-	-	-	1	100,0
Crítérios de seleção das operações	-	-	1	100,0	-	-	-	-	1	100,0
9.7/9a. Investimento na saúde e nas infraestruturas sociais que contribuam para o desenvolvimento nacional, regional e local, para a redução das desigualdades de saúde, para a promoção da inclusão social através da melhoria do acesso aos serviços sociais, culturais e de recreio, assim como para a transição dos serviços institucionais para os serviços de base comunitária										
	Norte (N=3)		Centro (N=1)		Lisboa		Alentejo		Total (N=4)	
Falta de dotação financeira disponível	1	33,3%	1	100,0	-	-	-	-	2	50,0
Cumprimento de critérios de elegibilidade dos beneficiários	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Cumprimento dos critérios de elegibilidade dos projetos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Falta de documentos necessários à instrução da candidatura	2	66,7%	1	100,0	-	-	-	-	3	75,0
Crítérios de seleção das operações	1	33,3%	1	100,0	-	-	-	-	2	50,0
10.1/10.i Redução e prevenção do abandono escolar precoce e promoção da igualdade de acesso a um ensino infantil, primário e secundário de boa qualidade incluindo percursos de aprendizagem formais, não formais e informais para a reintegração no ensino e na formação										
	Norte		Centro (N=1)		Lisboa		Alentejo		Total (N=1)	
Falta de dotação financeira disponível	-	-	1	100,0	-	-	-	-	1	100,0
Cumprimento de critérios de elegibilidade dos beneficiários	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Cumprimento dos critérios de elegibilidade dos projetos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Falta de documentos necessários à instrução da candidatura	-	-	1	100,0	-	-	-	-	1	100,0
Crítérios de seleção das operações	-	-	1	100,0	-	-	-	-	1	100,0
10.5/10a. Investimento na educação, na formação e na formação profissional para a aquisição de competências e a aprendizagem ao longo da vida através do desenvolvimento das infraestruturas educativas e formativas										
	Norte		Centro (N=2)		Lisboa		Alentejo		Total (N=2)	
Falta de dotação financeira disponível	-	-	1	50,0	-	-	-	-	1	50,0
Cumprimento de critérios de elegibilidade dos beneficiários	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Cumprimento dos critérios de elegibilidade dos projetos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Falta de documentos necessários à instrução da candidatura	-	-	1	50,0	-	-	-	-	1	50,0
Crítérios de seleção das operações	-	-	2	100,0	-	-	-	-	2	100,0
4. Investimentos em ativos físicos										
	Norte		Centro		Lisboa		Alentejo		Total	
Falta de dotação financeira disponível	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Cumprimento de critérios de elegibilidade dos beneficiários	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Cumprimento dos critérios de elegibilidade dos projetos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Falta de documentos necessários à instrução da candidatura	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Crítérios de seleção das operações	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: Inquérito às Comunidades Intermunicipais/Áreas Metropolitanas - Avaliação da Operacionalização dos PDCT, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 139. Outros. Quais?

	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo
Mérito, documentação em falta, não enquadramento no PDCT	1			
Não incluídas em PDCT				

falta de enquadramento nos AAC				1
--------------------------------	--	--	--	---

Fonte: Inquérito às Comunidades Intermunicipais/Áreas Metropolitanas - Avaliação da Operacionalização dos PDCT, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 140 A modalidade de processo concursal para a seleção de operações integradas (com listas indicativas de projetos previamente validadas) é adequada e tem correspondido às necessidades dos territórios e dos stakeholders?

	Norte		Centro		Lisboa		Alentejo		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Sim	6	85,7	3	60,0	-	-	1	33,3	10	62,5
Não	1	14,3	2	40,0	1	100,0	2	66,7	6	37,5
Total	7	100,0	5	100,0	1	100,0	3	100,0	16	100,0

Fonte: Inquérito às Comunidades Intermunicipais/Áreas Metropolitanas - Avaliação da Operacionalização dos PDCT, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 141 No caso específico dos PDCT (onde existem listas indicativas de projetos previamente validadas – exceção nas PI 8.3 e 8.8), os processos concursais para apresentação de candidaturas de operações são o procedimento mais eficiente para a aprovação das operações?

	Norte		Centro		Lisboa		Alentejo		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Sim	5	71,4	2	40,0	-	-	1	25,0	8	47,1
Não	2	28,6	3	60,0	1	100,0	3	75,0	9	52,9
Total	7	100,0	5	100,0	1	100,0	4	100,0	17	100,0

Fonte: Inquérito às Comunidades Intermunicipais/Áreas Metropolitanas - Avaliação da Operacionalização dos PDCT, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 142. Estrangulamentos que existiram ao bom funcionamento das tipologias de operação contratualizadas, por prioridade de investimento/tipologia de intervenção, por região

	Norte (N=2)		Centro (N=2)		Lisboa		Alentejo		Total (N=6)	
	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos
2.3/2c. O reforço das aplicações TIC na administração pública em linha, aprendizagem em linha, infoinclusão, cultura em linha e saúde em linha										
Condições de elegibilidade das operações	-	-	2	100,0	1	100,0	-	-	3	50,0
Tipo de despesas elegíveis	2	100,0	2	100,0	-	-	1	100,0	5	83,3
Taxa de incentivo	-	-	-	-	1	100,0	-	-	1	16,7
Contexto socioeconómico	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
4.3/4c. Apoio à eficiência energética, à gestão inteligente da energia e à utilização das energias renováveis nas infraestruturas públicas, nomeadamente nos edifícios públicos e no setor da habitação										
	Norte (N=6)		Centro (N=3)		Lisboa (N=1)		Alentejo (N=3)		Total (N=13)	
Condições de elegibilidade das operações	5	83,3	3	100,0	1	100,0	3	100,0	12	92,3
Tipo de despesas elegíveis	4	66,7	3	100,0	-	-	2	66,7	9	69,2
Taxa de incentivo	4	66,7	2	66,7	1	100,0	2	66,7	9	69,2
Contexto socioeconómico	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
5.1/5i. Apoio ao investimento para a adaptação às alterações climáticas, incluindo abordagens baseadas nos ecossistemas										
	Norte (N=1)		Centro (N=1)		Lisboa (N=1)		Alentejo		Total (N=3)	
Condições de elegibilidade das operações	-	-	1	100,0	1	100,0	-	-	2	66,7
Tipo de despesas elegíveis	-	-	1	100,0	-	-	-	-	1	33,3
Taxa de incentivo	-	-	-	-	1	100,0	-	-	1	33,3
Contexto socioeconómico	1	100,0	-	-	-	-	-	-	1	33,3
5.2/5ii. Promoção de investimentos para abordar riscos específicos, assegurar a capacidade de resistência às catástrofes e desenvolver sistemas de gestão de catástrofes (medidas identificadas nos respetivos planos de emergência e de proteção civil)										
	Norte (N=1)		Centro (N=1)		Lisboa (N=1)		Alentejo		Total (N=3)	
Condições de elegibilidade das operações	-	-	1	100,0	1	100,0	-	-	2	66,7
Tipo de despesas elegíveis	-	-	1	100,0	-	-	-	-	1	33,3
Taxa de incentivo	-	-	-	-	1	100,0	-	-	1	33,3
Contexto socioeconómico	1	100,0	-	-	-	-	-	-	1	33,3
6.1/6i. Investimento no setor dos resíduos para satisfazer os requisitos do acervo da União em matéria de ambiente e para satisfazer as necessidades de investimento que excedam esses requisitos, identificadas pelos Estados-Membros										
	Norte (N=1)		Centro (N=1)		Lisboa (N=1)		Alentejo		Total (N=3)	
Condições de elegibilidade das operações	-	-	1	100,0	1	100,0	-	-	2	66,7
Tipo de despesas elegíveis	-	-	1	100,0	-	-	-	-	1	33,3
Taxa de incentivo	-	-	-	-	-	-	-	-	1	33,3
Contexto socioeconómico	1	100,0%	-	-	1	100,0	-	-	1	33,3
6.3/6c. Conservação, proteção, promoção e desenvolvimento do património natural e cultural										
	Norte (N=1)		Centro (N=5)		Lisboa (N=1)		Alentejo		Total (N=3)	
Condições de elegibilidade das operações	1	100,0	4	80,0	1	100,0	-	-	6	75,0
Tipo de despesas elegíveis	-	-	2	40,0	-	-	1	100,0	3	37,5
Taxa de incentivo	-	-	-	-	-	-	-	-	1	12,5
Contexto socioeconómico	-	-	1	20,0	1	100,0	-	-	1	12,5
8.3/8iii. Emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras										
	Norte (N=5)		Centro (N=3)		Lisboa (N=3)		Alentejo (N=3)		Total (N=12)	
Condições de elegibilidade das operações	3	60,0	2	66,7	1	100,0	-	-	6	50,0
Tipo de despesas elegíveis	1	20,0	3	100,0	-	-	1	33,3	5	41,7
Taxa de incentivo	2	40,0	1	33,3	1	100,0	1	33,3	5	41,7
Contexto socioeconómico	2	40,0	1	33,3	-	-	2	66,7	5	41,7
8.8/8a. Apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas e à atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas										
	Norte (N=5)		Centro (N=4)		Lisboa (N=1)		Alentejo (N=3)		Total (N=13)	
Condições de elegibilidade das operações	4	80,0	4	100,0	1	100,0	1	33,3	9	69,2
Tipo de despesas elegíveis	1	20,0	3	75,0	-	-	-	-	5	38,5
Taxa de incentivo	3	60,0	1	25,0	-	-	1	33,3	6	46,2
Contexto socioeconómico	1	20,0	1	25,0	1	100,0	2	66,7	4	30,8
9.1/9i. Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e melhoria da empregabilidade										
	Norte (N=1)		Centro (N=1)		Lisboa (N=1)		Alentejo		Total (N=3)	
Condições de elegibilidade das operações	-	-	1	100,0	1	100,0	-	-	2	66,7%
Tipo de despesas elegíveis	1	100,0	1	100,0	-	-	-	-	2	66,7%
Taxa de incentivo	-	-	-	-	1	100,0	-	-	1	33,3%
Contexto socioeconómico	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
9.4/9iv. Melhoria do acesso a serviços sustentáveis, de grande qualidade e a preços comportáveis, incluindo cuidados de saúde e serviços sociais de interesse geral										
	Norte (N=1)		Centro (N=1)		Lisboa (N=1)		Alentejo		Total (N=3)	
Condições de elegibilidade das operações	-	-	1	100,0	1	100,0	-	-	2	66,7%
Tipo de despesas elegíveis	-	-	1	100,0	-	-	-	-	1	33,3%

Taxa de incentivo	-	-	-	-	1	100,0	-	-	1	33,3%
Contexto socioeconómico	1	100,0%	-	-	-	-	-	-	1	33,3%

9.7/9a. Investimento na saúde e nas infraestruturas sociais que contribuam para o desenvolvimento nacional, regional e local, para a redução das desigualdades de saúde, para a promoção da inclusão social através da melhoria do acesso aos serviços sociais, culturais e de recreio, assim como para a transição dos serviços institucionais para os serviços de base comunitária										
	Norte (N=2)		Centro (N=4)		Lisboa (N=1)		Alentejo (N=2)		Total (N=9)	
Condições de elegibilidade das operações	-	-	2	50,0	1	100,0	1	50,0	3	33,3%
Tipo de despesas elegíveis	-	-	4	100,0	-	-	-	-	5	55,6%
Taxa de incentivo	-	-	-	-	1	100,0	1	50,0	2	22,2%
Contexto socioeconómico	2	100,0	1	25,0	-	-	-	-	3	33,3%
10.1/10.i Redução e prevenção do abandono escolar precoce e promoção da igualdade de acesso a um ensino infantil, primário e secundário de boa qualidade incluindo percursos de aprendizagem formais, não formais e informais para a reintegração no ensino e na formação										
	Norte (N=1)		Centro (N=4)		Lisboa (N=1)		Alentejo		Total (N=6)	
Condições de elegibilidade das operações	-	-	2	50,0	1	100,0	-	-	3	50,0%
Tipo de despesas elegíveis	1	100,0	4	100,0	-	-	-	-	5	83,3%
Taxa de incentivo	-	-	-	-	1	100,0	-	-	1	16,7%
Contexto socioeconómico	-	-	1	25,0	-	-	-	-	1	16,7%
10.5/10a. Investimento na educação, na formação e na formação profissional para a aquisição de competências e a aprendizagem ao longo da vida através do desenvolvimento das infraestruturas educativas e formativas										
	Norte (N=1)		Centro (N=4)		Lisboa (N=1)		Alentejo (N=1)		Total (N=7)	
Condições de elegibilidade das operações	1	100,0	1	25,0	1	100,0	-	-	3	42,9%
Tipo de despesas elegíveis	-	-	4	100,0	-	-	-	-	4	57,1%
Taxa de incentivo	-	-	-	-	1	100,0	1	100,0	2	28,6%
Contexto socioeconómico	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
4. Investimentos em ativos físicos										
	Norte (N=2)		Centro (N=1)		Lisboa (N=1)		Alentejo		Total (N=4)	
Condições de elegibilidade das operações	1	50,0%	1	100,0%	1	100,0	-	-	3	75,0
Tipo de despesas elegíveis	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Taxa de incentivo	-	-	-	-	1	100,0%	-	-	1	25,0%
Contexto socioeconómico	1	50,0%	-	-	-	-	-	-	1	25,0%

Fonte: Inquérito às Comunidades Intermunicipais/Áreas Metropolitanas - Avaliação da Operacionalização dos PDCT, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 143. Fatores com maior influência no cumprimento dos tempos de execução das operações, por região

	Norte (N=5)		Centro (N=1)		Lisboa		Alentejo		Total (N=7)	
	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos
2.3/2c. O reforço das aplicações TIC na administração pública em linha, aprendizagem em linha, infoinclusão, cultura em linha e saúde em linha										
Dificuldades de liquidez e obtenção de financiamento para cobrir os custos não comparticipados	1	20,0	-	-	-	-	-	-	1	14,3
Estado de maturação do projeto apresentado em candidatura	2	40,0	1	50,0	-	-	-	-	3	42,9
Bloqueamentos institucionais ou administrativos (p.e., licenças)	2	40,0	1	50,0	-	-	-	-	3	42,9
Prazo de resposta a pedidos de esclarecimento, de alteração, ...	1	20,0	1	50,0	-	-	-	-	2	28,6
Problemas de gestão do projeto de ordem técnica (complexidade do projeto, exigências das normas técnicas, ...)	2	40,0	-	-	-	-	-	-	2	28,6
Atrasos no pagamento de pedidos de reembolso	3	60,0	1	50,0	-	-	-	-	4	57,1
4.3/4c. Apoio à eficiência energética, à gestão inteligente da energia e à utilização das energias renováveis nas infraestruturas públicas, nomeadamente nos edifícios públicos e no setor da habitação										
	Norte (N=5)		Centro (N=3)		Lisboa (N=1)		Alentejo (N=1)		Total (N=10)	
Dificuldades de liquidez e obtenção de financiamento para cobrir os custos não comparticipados	1	20,0	-	-	1	100,0	-	-	2	20,0
Estado de maturação do projeto apresentado em candidatura	2	40,0	2	66,7	1	100,0	-	-	5	50,0
Bloqueamentos institucionais ou administrativos (p.e., licenças)	3	60,0	2	66,7	1	100,0	1	100,0%	7	70,0
Prazo de resposta a pedidos de esclarecimento, de alteração, ...	1	20,0	2	66,7	-	-	-	-	3	30,0
Problemas de gestão do projeto de ordem técnica (complexidade do projeto, exigências das normas técnicas, ...)	5	100,0	2	66,7	1	100,0	-	-	8	80,0
Atrasos no pagamento de pedidos de reembolso	3	60,0	1	33,3	-	-	-	-	4	40,0
5.1/5i. Apoio ao investimento para a adaptação às alterações climáticas, incluindo abordagens baseadas nos ecossistemas										

	Norte (N=1)		Centro (N=1)		Lisboa (N=1)		Alentejo		Total (N=3)	
Dificuldades de liquidez e obtenção de financiamento para cobrir os custos não comparticipados	1	100,0	-	-	1	100,0	-	-	1	33,3%
Estado de maturação do projeto apresentado em candidatura	1	100,0	1	100,0	-	-	-	-	3	100,0%
Bloqueamentos institucionais ou administrativos (p.e., licenças)	1	100,0	1	100,0	-	-	-	-	2	66,7%
Prazo de resposta a pedidos de esclarecimento, de alteração, ...	1	100,0	1	100,0	-	-	-	-	2	66,7%
Problemas de gestão do projeto de ordem técnica (complexidade do projeto, exigências das normas técnicas, ...)	1	100,0	-	-	-	-	-	-	1	33,3%
Atrasos no pagamento de pedidos de reembolso	1	100,0	-	-	-	-	-	-	1	33,3%

5.2/5ii. Promoção de investimentos para abordar riscos específicos, assegurar a capacidade de resistência às catástrofes e desenvolver sistemas de gestão de catástrofes (medidas identificadas nos respetivos planos de emergência e de proteção civil)

	Norte (N=1)		Centro (N=2)		Lisboa (N=1)		Alentejo		Total (N=4)	
	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos
Dificuldades de liquidez e obtenção de financiamento para cobrir os custos não comparticipados	1	100,0	-	-	-	-	-	-	1	25,0
Estado de maturação do projeto apresentado em candidatura	1	100,0	1	50,0	1	100,0	-	-	3	75,0
Bloqueamentos institucionais ou administrativos (p.e., licenças)	1	100,0	2	100,0	-	-	-	-	3	75,0
Prazo de resposta a pedidos de esclarecimento, de alteração, ...	1	100,0	1	50,0	-	-	-	-	2	50,0
Problemas de gestão do projeto de ordem técnica (complexidade do projeto, exigências das normas técnicas, ...)	1	100,0	-	-	-	-	-	-	1	25,0
Atrasos no pagamento de pedidos de reembolso	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

6.1/6i. Investimento no setor dos resíduos para satisfazer os requisitos do acervo da União em matéria de ambiente e para satisfazer as necessidades de investimento que excedam esses requisitos, identificadas pelos Estados-Membros

	Norte (N=1)		Centro (N=1)		Lisboa		Alentejo		Total (N=2)	
Dificuldades de liquidez e obtenção de financiamento para cobrir os custos não comparticipados	1	100,0	-	-	-	-	-	-	1	50,0%
Estado de maturação do projeto apresentado em candidatura	1	100,0	1	100,0	-	-	-	-	2	100,0%
Bloqueamentos institucionais ou administrativos (p.e., licenças)	1	100,0	1	100,0	-	-	-	-	2	100,0%
Prazo de resposta a pedidos de esclarecimento, de alteração, ...	1	100,0	1	100,0	-	-	-	-	2	100,0%
Problemas de gestão do projeto de ordem técnica (complexidade do projeto, exigências das normas técnicas, ...)	1	100,0	-	-	-	-	-	-	1	50,0%
Atrasos no pagamento de pedidos de reembolso	1	100,0	-	-	-	-	-	-	1	50,0%

6.3/6c. Conservação, proteção, promoção e desenvolvimento do património natural e cultural

	Norte (N=1)		Centro (N=1)		Lisboa (N=1)		Alentejo (N=1)		Total (N=6)	
Dificuldades de liquidez e obtenção de financiamento para cobrir os custos não comparticipados	1	100,0	-	-	1	100,0	1	100,0	3	50,0
Estado de maturação do projeto apresentado em candidatura	1	100,0	3	100,0	1	100,0	-	-	5	83,3
Bloqueamentos institucionais ou administrativos (p.e., licenças)	1	100,0	3	100,0	-	-	-	-	4	66,7
Prazo de resposta a pedidos de esclarecimento, de alteração, ...	1	100,0	2	66,7	-	-	-	-	3	50,0
Problemas de gestão do projeto de ordem técnica (complexidade do projeto, exigências das normas técnicas, ...)	1	100,0	1	33,3	-	-	-	-	2	33,3
Atrasos no pagamento de pedidos de reembolso	1	100,0	1	33,3	-	-	-	-	2	33,3

8.3/8iii. Emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras

	Norte (N=4)		Centro (N=3)		Lisboa		Alentejo (N=1)		Total (N=8)	
Dificuldades de liquidez e obtenção de financiamento para cobrir os custos não comparticipados	4	100,0	2	66,7	-	-	1	100,0	7	87,5
Estado de maturação do projeto apresentado em candidatura	2	50,0	1	33,3	-	-	-	-	3	37,5
Bloqueamentos institucionais ou administrativos (p.e., licenças)	3	75,0	1	33,3	-	-	-	-	4	50,0
Prazo de resposta a pedidos de esclarecimento, de	2	50,0	1	33,3	-	-	-	-	3	37,5

alteração, ...										
Problemas de gestão do projeto de ordem técnica (complexidade do projeto, exigências das normas técnicas, ...)	2	50,0	-	-	-	-	-	-	2	25,0
Atrasos no pagamento de pedidos de reembolso	3	75,0	2	66,7	-	-	-	-	5	62,5
8.8/8a. Apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas e à atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas										
	Norte (N=6)		Centro (N=4)		Lisboa		Alentejo		Total (N=10)	
Dificuldades de liquidez e obtenção de financiamento para cobrir os custos não comparticipados	6	100,0	2	50,0	-	-	-	-	8	80,0
Estado de maturação do projeto apresentado em candidatura	3	50,0	1	25,0	-	-	-	-	4	40,0
Bloqueamentos institucionais ou administrativos (p.e., licenças)	4	66,7	1	25,0	-	-	-	-	5	50,0
Prazo de resposta a pedidos de esclarecimento, de alteração, ...	2	33,3	1	25,0	-	-	-	-	3	30,0
Problemas de gestão do projeto de ordem técnica (complexidade do projeto, exigências das normas técnicas, ...)	2	33,3	1	25,0	-	-	-	-	3	30,0
Atrasos no pagamento de pedidos de reembolso	3	50,0	2	50,0	-	-	-	-	5	50,0
9.1/9i. Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e melhoria da empregabilidade										
	Norte (N=1)		Centro (N=2)		Lisboa (N=1)		Alentejo		Total (N=4)	
Dificuldades de liquidez e obtenção de financiamento para cobrir os custos não comparticipados	1	100,0	-	-	1	100,0	-	-	2	50,0
Estado de maturação do projeto apresentado em candidatura	1	100,0	1	50,0	1	100,0	-	-	3	75,0
Bloqueamentos institucionais ou administrativos (p.e., licenças)	1	100,0	1	50,0	-	-	-	-	2	50,0
Prazo de resposta a pedidos de esclarecimento, de alteração, ...	1	100,0	1	50,0	-	-	-	-	2	50,0
9.1/9i. Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e melhoria da empregabilidade										
	Norte (N=1)		Centro (N=2)		Lisboa (N=1)		Alentejo		Total (N=4)	
	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos
Problemas de gestão do projeto de ordem técnica (complexidade do projeto, exigências das normas técnicas, ...)	1	100,0	1	50,0	-	-	-	-	2	50,0
Atrasos no pagamento de pedidos de reembolso	1	100,0	-	-	-	-	-	-	1	25,0
9.4/9iv. Melhoria do acesso a serviços sustentáveis, de grande qualidade e a preços comportáveis, incluindo cuidados de saúde e serviços sociais de interesse geral										
	Norte (N=1)		Centro (N=1)		Lisboa (N=1)		Alentejo		Total (N=3)	
Dificuldades de liquidez e obtenção de financiamento para cobrir os custos não comparticipados	1	100,0	-	-	1	100,0	-	-	2	66,7%
Estado de maturação do projeto apresentado em candidatura	1	100,0	1	100,0	1	100,0	-	-	3	100,0%
Bloqueamentos institucionais ou administrativos (p.e., licenças)	1	100,0	1	100,0	-	-	-	-	2	66,7%
Prazo de resposta a pedidos de esclarecimento, de alteração, ...	1	100,0	1	100,0	-	-	-	-	2	66,7%
Problemas de gestão do projeto de ordem técnica (complexidade do projeto, exigências das normas técnicas, ...)	1	100,0	-	-	-	-	-	-	1	33,3%
Atrasos no pagamento de pedidos de reembolso	1	100,0	-	-	-	-	-	-	1	33,3%
9.7/9a. Investimento na saúde e nas infraestruturas sociais que contribuam para o desenvolvimento nacional, regional e local, para a redução das desigualdades de saúde, para a promoção da inclusão social através da melhoria do acesso aos serviços sociais, culturais e de recreio, assim como para a transição dos serviços institucionais para os serviços de base comunitária										
	Norte (N=6)		Centro (N=4)		Lisboa (N=1)		Alentejo (N=1)		Total (N=12)	
Dificuldades de liquidez e obtenção de financiamento para cobrir os custos não comparticipados	4	66,7	-	-	1	100,0	-	-	5	41,7
Estado de maturação do projeto apresentado em candidatura	4	66,7	4	100,0	1	100,0	-	-	9	75,0
Bloqueamentos institucionais ou administrativos (p.e., licenças)	4	66,7	4	100,0	-	-	1	100,0	9	75,0
Prazo de resposta a pedidos de esclarecimento, de alteração, ...	1	16,7	2	50,0	-	-	-	-	3	25,0
Problemas de gestão do projeto de ordem técnica (complexidade do projeto, exigências das normas técnicas, ...)	3	50,0	1	25,0	1	100,0	-	-	5	41,7
Atrasos no pagamento de pedidos de reembolso	3	50,0	1	25,0	-	-	-	-	4	33,3
10.1/10.i Redução e prevenção do abandono escolar precoce e promoção da igualdade de acesso a um ensino infantil, primário e secundário de boa qualidade incluindo percursos de aprendizagem formais, não formais e informais para a reintegração no ensino e na formação										
	Norte (N=5)		Centro (N=1)		Lisboa (N=1)		Alentejo		Total (N=8)	

Dificuldades de liquidez e obtenção de financiamento para cobrir os custos não comparticipados	1	20,0	-	-	1	100,0	-	-	2	25,0
Estado de maturação do projeto apresentado em candidatura	2	40,0	1	50,0	1	100,0	-	-	4	50,0
Bloqueamentos institucionais ou administrativos (p.e., licenças)	1	20,0	1	50,0	-	-	-	-	2	25,0
Prazo de resposta a pedidos de esclarecimento, de alteração, ...	1	20,0	1	50,0	-	-	-	-	2	25,0
Problemas de gestão do projeto de ordem técnica (complexidade do projeto, exigências das normas técnicas, ...)	2	40,0	1	50,0	-	-	-	-	3	37,5
Atrasos no pagamento de pedidos de reembolso	4	80,0	1	50,0	-	-	-	-	5	62,5
10.5/10a. Investimento na educação, na formação e na formação profissional para a aquisição de competências e a aprendizagem ao longo da vida através do desenvolvimento das infraestruturas educativas e formativas										
	Norte (N=6)		Centro (N=4)		Lisboa (N=1)		Alentejo (N=1)		Total (N=12)	
Dificuldades de liquidez e obtenção de financiamento para cobrir os custos não comparticipados	1	16,7	-	-	1	100,0	1	100,0	3	25,0
Estado de maturação do projeto apresentado em candidatura	3	50,0	4	100,0	1	100,0	-	-	8	66,7
Bloqueamentos institucionais ou administrativos (p.e., licenças)	5	83,3	4	100,0	-	-	-	-	9	75,0
Prazo de resposta a pedidos de esclarecimento, de alteração, ...	1	16,7	2	50,0%	-	-	-	-	3	25,0
Problemas de gestão do projeto de ordem técnica (complexidade do projeto, exigências das normas técnicas, ...)	3	50,0	1	25,0%	1	100,0	-	-	5	41,7
Atrasos no pagamento de pedidos de reembolso	3	50,0	1	25,0%	-	-	-	-	4	33,3
4. Investimentos em ativos físicos										
	Norte (N=2)		Centro		Lisboa		Alentejo		Total (N=2)	
Dificuldades de liquidez e obtenção de financiamento para cobrir os custos não comparticipados	1	50,0	-	-	-	-	-	-	1	50,0
Estado de maturação do projeto apresentado em candidatura	2	100,0	-	-	-	-	-	-	2	100,0
Bloqueamentos institucionais ou administrativos (p.e., licenças)	1	50,0	-	-	-	-	-	-	1	50,0
Prazo de resposta a pedidos de esclarecimento, de alteração, ...	1	50,0	-	-	-	-	-	-	1	50,0
Problemas de gestão do projeto de ordem técnica (complexidade do projeto, exigências das normas técnicas, ...)	2	100,0	-	-	-	-	-	-	2	100,0
Atrasos no pagamento de pedidos de reembolso	1	50,0	-	-	-	-	-	-	1	50,0

Fonte: Inquérito às Comunidades Intermunicipais/Áreas Metropolitanas - Avaliação da Operacionalização dos PDCT, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 144. Outros. Quais?

	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo
nenhum destes factores negativos poderá influenciar o cumprimento dos tempos de execução				1

Fonte: Inquérito às Comunidades Intermunicipais/Áreas Metropolitanas - Avaliação da Operacionalização dos PDCT, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 145. Outras fontes de financiamento (para além do PT2020) foram utilizadas para assegurar a execução das operações

	Norte (N=6)		Centro (N=5)		Lisboa (N=1)		Alentejo (N=4)		Total (N=16)	
	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos
Fundos próprios	6	100,0%	5	100,0%	1	100,0%	4	100,0%	16	100,0
Orçamento de Estado	3	50,0%	3	60,0%	1	100,0%	1	25,0%	8	50,0
Orçamento da Segurança Social	1	16,7%	-	-	1	100,0%	-	-	2	12,5
Protocolos Adm. Central/Adm. Local	3	50,0%	1	20,0%	-	-	-	-	4	25,0
BEI	6	100,0%	-	-	-	-	1	25,0%	7	43,8
Outras.	1	16,7%	1	20,0%	-	-	-	-	2	12,5

Fonte: Inquérito às Comunidades Intermunicipais/Áreas Metropolitanas - Avaliação da Operacionalização dos PDCT, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 146. Outros. Quais?

	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo
Banca comercial	1			
Comparticipações Municipais	1			
Orçamento Municipal/ Financiamento bancário / capitais alheios		1		

Fonte: Inquérito às Comunidades Intermunicipais/Áreas Metropolitanas - Avaliação da Operacionalização dos PDCT, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 147 Existiram problemas de mobilização das contrapartidas?

	Norte		Centro		Lisboa		Alentejo		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Sim	1	16,7%	2	40,0%	1	100,0%	-	-	4	25,0
Não	5	83,3%	3	60,0%	-	-	4	100,0%	12	75,0

Total	6	100,0%	5	100,0%	1	100,0%	4	100,0%	16	100,0
--------------	---	--------	---	--------	---	--------	---	--------	----	-------

Fonte: Inquérito às Comunidades Intermunicipais/Áreas Metropolitanas - Avaliação da Operacionalização dos PDCT, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 148. Fatores explicativos dos desvios registados relativamente à capacidade de cumprimento das metas previstas para 2018

	Norte (N=7)		Centro (N=5)		Lisboa (N=1)		Alentejo (N=3)		Total (N=16)	
	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos
Atrasos da regulamentação de operacionalização das PI/TI	7	100,0%	4	80,0%	1	100,0%	3	100,0%	15	93,8%
Fracá adesão dos beneficiários	1	14,3%	-	-	-	-	1	33,3%	2	12,5%
Dificuldades de execução por parte dos beneficiários	6	85,7%	5	100,0%	1	100,0%	2	66,7%	14	87,5%
Outros	-	-	1	20,0%	-	-	-	-	1	6,3%

Fonte: Inquérito às Comunidades Intermunicipais/Áreas Metropolitanas - Avaliação da Operacionalização dos PDCT, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 149. Capacidade da CIM/AM vir a cumprir as metas globais definidas no PDCT, por Tipologias de Intervenção

	1 – Nada Provável		2		3		4		5		6 – Muito Provável		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
2.3/2c. O reforço das aplicações TIC na administração pública em linha, aprendizagem em linha, infoinclusão, cultura em linha e saúde em linha	-	-	-	-	1	7,7	-	-	1	7,7	11	84,6	13	100,0
4.3/4c. Apoio à eficiência energética, à gestão inteligente da energia e à utilização das energias renováveis nas infraestruturas públicas, nomeadamente nos edifícios públicos e no setor da habitação	1	7,1	3	21,4	3	21,4	3	21,4	3	21,4	1	7,1	14	100,0
5.1/5i. Apoio ao investimento para a adaptação às alterações climáticas, incluindo abordagens baseadas nos ecossistemas	-	-	-	-	1	12,5	-	-	3	37,5	4	50,0	8	100,0
5.2/5ii. Promoção de investimentos para abordar riscos específicos, assegurar a capacidade de resistência às catástrofes e desenvolver sistemas de gestão de catástrofes (medidas identificadas nos respetivos planos de emergência e de proteção civil)	-	-	-	-	1	9,1	-	-	5	45,5	5	45,5	11	100,0
6.1/6i. Investimento no setor dos resíduos para satisfazer os requisitos do acervo da União em matéria de ambiente e para satisfazer as necessidades de investimento que excedam esses requisitos, identificadas pelos Estados-Membros	-	-	-	-	1	33,3	-	-	2	66,7	-	-	3	100,0
6.3/6c. Conservação, proteção, promoção e desenvolvimento do património natural e cultural	-	-	-	-	2	18,2	-	-	5	45,5	4	36,4	11	100,0
8.3/8iii. Emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras	-	-	1	6,3	5	31,3	6	37,5	1	6,3	3	18,8	16	100,0
8.8/8a. Apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas e à atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas	-	-	1	6,7	4	26,7	4	26,7	3	20,0	3	20,0	15	100,0
9.1/9i. Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e melhoria da empregabilidade	1	11,1	-	-	2	22,2	1	11,1	4	44,4	1	11,1	9	100,0
9.4/9iv. Melhoria do acesso a serviços sustentáveis, de grande qualidade e a preços comportáveis, incluindo cuidados de saúde e serviços sociais de interesse geral	1	25,0	-	-	2	50,0	1	25,0	-	-	-	-	4	100,0
9.7/9a. Investimento na saúde e nas infraestruturas sociais que contribuam para o desenvolvimento nacional, regional e local, para a redução das desigualdades de saúde, para a promoção da inclusão social através da melhoria do acesso aos serviços sociais, culturais e de recreio, assim como para a transição dos serviços institucionais para os serviços de base comunitária	-	-	-	-	3	18,8	2	12,5	4	25,0	7	43,8	16	100,0
10.1/10i. Redução e prevenção do abandono escolar precoce e promoção da igualdade de acesso a um ensino infantil, primário e secundário de boa qualidade incluindo percursos de aprendizagem formais, não formais e informais para a reintegração no ensino e na formação	-	-	-	-	1	6,7	1	6,7	6	40,0	7	46,7	15	100,0
10.5/10a. Investimento na educação, na formação e na formação profissional para a aquisição de competências e a aprendizagem ao longo da vida através do desenvolvimento das infraestruturas educativas e formativas	-	-	-	-	1	6,3	2	12,5	3	18,8	10	62,5	16	100,0
4. Investimentos em ativos físicos	-	-	-	-	3	100,0	-	-	-	-	-	-	3	100,0

Fonte: Inquérito às Comunidades Intermunicipais/Áreas Metropolitanas - Avaliação da Operacionalização dos PDCT, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 150. Média Capacidade da CIM/AM vir a cumprir as metas globais definidas no PDCT, por Tipologias de Intervenção (Escala 1 – Nada Provável a 6 - Muito Provável)

	Norte		Centro		Lisboa		Alentejo		Total	
	Média	N	Média	N	Média	N	Média	N	Média	N
2.3/2c. O reforço das aplicações TIC na administração pública em linha, aprendizagem em linha, infoinclusão, cultura em linha e saúde em linha	5,43	7	6,00	3	-	-	6,00	3	5,69	13
4.3/4c. Apoio à eficiência energética, à gestão inteligente da energia e à utilização das energias renováveis nas infraestruturas públicas, nomeadamente nos edifícios públicos e no setor da habitação	3,57	7	2,67	3	2,00	1	4,67	3	3,50	14
5.1/5i. Apoio ao investimento para a adaptação às alterações climáticas, incluindo abordagens baseadas nos ecossistemas	5,00	5	6,00	1	5,00	1	6,00	1	5,25	8
5.2/5ii. Promoção de investimentos para abordar riscos específicos, assegurar a capacidade de resistência às catástrofes e desenvolver sistemas de gestão de catástrofes (medidas identificadas nos respetivos planos de emergência e de proteção civil)	5,00	5	5,67	3	5,00	1	5,50	2	5,27	11
6.1/6i. Investimento no setor dos resíduos para satisfazer os requisitos do acervo da União em matéria de ambiente e para satisfazer as necessidades de investimento que excedam esses requisitos, identificadas pelos Estados-Membros	4,33	3	-	-	-	-	-	-	4,33	3
6.3/6c. Conservação, proteção, promoção e desenvolvimento do património natural e cultural	4,00	2	5,00	4	5,00	1	5,50	4	5,00	11
8.3/8iii. Emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras	3,71	7	4,00	4	3,00	1	4,75	4	4,00	16
8.8/8a. Apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas e à atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas	3,86	7	4,50	4	3,00	1	5,00	3	4,20	15
9.1/9i. Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e melhoria da empregabilidade	4,83	6	1,00	1	3,00	1	4,00	1	4,11	9
9.4/9iv. Melhoria do acesso a serviços sustentáveis, de grande qualidade e a preços comportáveis, incluindo cuidados de saúde e serviços sociais de interesse geral	3,00	2	1,00	1	4,00	1	-	-	2,75	4
9.7/9a. Investimento na saúde e nas infraestruturas sociais que contribuam para o desenvolvimento nacional, regional e local, para a redução das desigualdades de saúde, para a promoção da inclusão social através da melhoria do acesso aos serviços sociais, culturais e de recreio, assim como para a transição dos serviços institucionais para os serviços de base comunitária	4,29	7	6,00	4	4,00	1	5,25	4	4,94	16
10.1/10.i Redução e prevenção do abandono escolar precoce e promoção da igualdade de acesso a um ensino infantil, primário e secundário de boa qualidade incluindo percursos de aprendizagem formais, não formais e informais para a reintegração no ensino e na formação	5,00	7	6,00	3	4,00	1	5,50	4	5,27	15
10.5/10a. Investimento na educação, na formação e na formação profissional para a aquisição de competências e a aprendizagem ao longo da vida através do desenvolvimento das infraestruturas educativas e formativas	5,29	7	6,00	4	4,00	1	5,25	4	5,38	16
4. Investimentos em ativos físicos	3,00	3	-	-	-	-	-	-	3,00	3

Fonte: Inquérito às Comunidades Intermunicipais/Áreas Metropolitanas - Avaliação da Operacionalização dos PDCT, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 151 Cumprimento dos critérios de atribuição da reserva de eficiência:

	Norte		Centro		Lisboa		Alentejo		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Sim	3	50,0%	3	100,0%	1	100,0%	3	75,0%	10	71,4
Não	3	50,0%					1	25,0%	4	28,6
Total	6	100,0%	3	100,0%	1	100,0%	4	100,0%	14	100,0

Fonte: Inquérito às Comunidades Intermunicipais/Áreas Metropolitanas - Avaliação da Operacionalização dos PDCT, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 152. Comentário

	Norte
Alguns aspectos para melhoria: 1- Menos duplicação do trabalho realizado pelo Organismo Intermédio (CIM Cávado), e pela Entidade Supervisora (NORTE 2020). Há, na nossa opinião, perda de produtividade nas duas equipas, atrasos na conclusão dos processos, e excesso de energia despendida com falta de eficácia no desenvolvimento e execução das operações. A nossa proposta é serem adotadas as medidas de supervisão por amostragem, tal como foram previstas e não estão a ser efetivadas. 2- Possibilidade de validação de despesa com alterações relativamente ao previsto em candidatura. Muitos promotores apresentam pedidos de pagamento que têm alterações físicas pouco relevantes no global da candidatura, nomeadamente um qualquer investimento que ficou ligeiramente mais caro do que inicialmente previsto, ou alterou por ex. uma máquina por outra dentro da mesma componente. 3-	1

	Norte
<p>Não solicitar evidências físicas em pedidos de pagamento. Quando o pedido de pagamento envolve despesas com Planos de Marketing ou com Estudos Estratégicos, é-nos solicitado muitas vezes pela entidade supervisora/Programas Operacional POSEUR a entrega da evidência física desse documento. Ora, sendo esta verificação tratada em sede de Verificações ao Local, não nos parece que este seja o momento para pedir estes documentos, nem sequer de os analisar e validar. Sugerimos, portanto, que esta solicitação seja invalidada nesta fase, passando a ser, tal como referem os Manuais de Normas, na fase de verificações ao local, ou de auditorias externas. 4- Simplificação de Pedidos de Reprogramação. Os Pedidos de Reprogramação, sobretudo de natureza temporal e física, deveriam ser analisados e aprovados pelos Organismos Intermédios, sempre que não impliquem alterações ao TA, e não a todos as Comissões Directivas do PO NORTE. 5- Permitir justificação de alteração de investimento em sede de Pedido de pagamento, quando for a mesma componente e não se alterem objetivos globais da operação. 6- Dificuldade em despachar processos (candidaturas e reprogramações) devido à imposição de pareceres de entidades externas: - Aviso Eficiência Energética (DGEG) - Aviso Equipamentos Sociais (Segurança Social) 7- Mapeamentos e Plano de Investimentos do PDCT. A alteração aos mapeamentos são atualmente uma fonte de grande atraso e burocracia na execução das operações. Estes mapeamentos, que inicialmente estavam previstos apenas para determinadas PIs, atualmente surgem com uma configuração completamente minuciosa da designação do projeto e valor de Fundo, para todas as PIS. O que acontece atualmente é que, quando algum projeto mapeado altera o valor do Fundo previsto no mapeamento, por força da análise da operação, essa alteração tem de ser solicitada e submetida para aprovação em Comissão Diretiva do NORTE 2020. Estes processos são longos e complexos, e não contribuem para comprometimento e aprovação das operações, nem para o aumento de execução do PO.</p>	
<p>Contributos desta Comunidade para a simplificação/ agilização dos procedimentos de gestão dos fundos comunitários: A. Regulamentos/Normas/Avisos Existência de regras/conceitos/prazos comuns a todos os Aviso. Por exemplo, o conceito de data de fim é, em regra, a data da última transferência bancária. Contudo nos Avisos da P.I.2.3 (TIC) ou P.I.8.8 (Si2E) é a data da última fatura. De igual modo, a data de início é, por norma, a data da 1ª fatura porém nos Avisos FSE é a data da 1ª atividade ou contrato. No mesmo sentido, em regra, os Termos de Aceitação determinam que o beneficiário no prazo de 45 dias a contar da data de conclusão da operação deve apresentar o Relatório Final, contudo nos Avisos da P.I.2.3 (TIC) são 30 dias e nos Avisos da P.I. 9.7 são 3 meses. B. Critérios de seleção A multiplicação de critérios de seleção é contraproducente relativamente aos tempos de análise, não aportando ganhos efetivos na seletividade da análise. Aliás, a correlação estatística entre vários critérios é muito elevada, tornando-os redundantes. Propõe-se uma matriz sintética com três pilares de análise I) Projeto, II) Promotor e III) Contexto, obviando-se à desmultiplicação nestes âmbitos. No caso de projetos de muito pequena dimensão de difícil comparabilidade entre si, dever-se-á optar por metodologias de análise ultra-simplificadas como “first come, first served” ou a lotaria (ex. Dutch Voucher), à semelhança do Programa Apoiar. As tradicionais metodologias de análise implicam processos de decisão demorados que põe em causa o propósito e eficácia do próprio instrumento, bem como geram custos de transação elevados nos organismos de avaliação, em alguns casos, superiores ao apoio concedido. C. Avisos Explicitação em cada Aviso das condições de elegibilidade do promotor, da operação, as despesas elegíveis, o período de elegibilidade, evitando as remissões para diferentes Portarias (com sucessivas alterações), Regulamentos (com sucessivas alterações), Decretos-Leis, Normas, entre outros. Anexação em cada Aviso do Guião de Preenchimento do Formulário de candidatura. Identificação clara em cada Aviso das componentes aplicáveis naquele Aviso. Articulação prévia à publicação dos Avisos com os Organismos Intermédios. D. Instrução das candidaturas Evitar a duplicação de informação entre os dados submetidos pelo promotor no Balcão 2020 e no ficheiro da Memória Descritiva (por exemplo, data de início, data de fim, indicadores, plano de comunicação, quadro da programação financeira por anos e fontes de financiamento, entre outros). E. Análise das candidaturas Despacho automático das candidaturas após a sua submissão para o Organismo Intermédio. Pré-preenchimento do Parecer Global no SINORTE ou possibilidade da sua extração do SINORTE com campos pré-preenchidos: Identificação do promotor, objetivos, data de início, data de fim Indicadores, componentes, investimentos, quadro da programação financeira por anos e fontes de financiamento, entre outros. Obrigatoriedade de emissão de pareceres por parte de entidades externas (AMA, DGEG, ISS, DGeTE,...) no prazo máximo de 1 mês após a submissão da candidatura, dado que algum pareceres demoram mais de 6 meses. Pré-preenchimento do Termo de Aceitação no SINORTE ou possibilidade da sua extração do SINORTE. A supervisão da AG das candidaturas deveria ser efetuada por amostragem de fato. F. Execução das candidaturas F.1 - Reprogramação de candidaturas As candidaturas, em regra, são instruídas com estimativas orçamentais e o período que medeia entre a submissão da candidatura e a sua aprovação/execução, por motivos não diretamente imputáveis ao promotor, pode ultrapassar 1 ano. Neste sentido, cumprindo os objetivos, indicadores da operação e o FEDER, deve haver flexibilidade de reprogramação dentro de cada componente e entre componentes. Eliminar a impossibilidade de submissão de pedidos de pagamento no decurso da análise de um pedido de reprogramação de uma candidatura FSE. Aprovação das candidaturas com o prazo máximo de execução definido no Aviso ou Regulamento evitando reprogramações temporais. Eliminar a obrigatoriedade de apresentação de reprogramação do 1º pedido de pagamento. A supervisão da AG das reprogramações deveria ser efetuada por amostragem de fato. As reprogramações, em regra, são instruídas de uma forma muito deficitária pelos promotores dado que não são obrigados a preencher nenhum modelo de pedido de reprogramação. Neste sentido, o promotor nos pedidos de reprogramação deveria preencher um questionário para automaticamente serem completados os campos da reprogramação. Por exemplo, 1. Indicação da data de início da operação, a qual deve corresponder à data da primeira fatura ou documento de valor probatório equivalente ou do primeiro auto de consignação, relativa ao investimento (cf. Guião de Apoio ao Preenchimento do Formulário de Candidatura - Operações Públicas FEDER e Norma de Gestão 6/NORTE2020/2018 (Revisão 3) - Metodologia de Alteração das Operações [Operações públicas FEDER e FSE] – preenchimento automático da data de início. 2. Indicação da data de conclusão da operação, a qual deve reportar-se à data da última transferência bancária efetuada pelo beneficiário relativo ao investimento e indicação do prazo de execução da empreitada previsto no caderno de encargos – preenchimento automático da data de conclusão. Ajuste automático do quadro da repartição anual do investimento por fonte de financiamento com a data de início e fim da candidatura. Ajuste automático do ano alvo dos indicadores à data de fim da operação. 3. Indicação do prazo de execução da empreitada previsto oc aderno de encargos. 4. Indicação da data de apresentação do 1º pagamento válido. 5. Confirmação que a reprogramação não tem impacto na avaliação do mérito efetuada à candidatura e nos objetivos do projeto e outras obrigações contratuais. F.2 - Execução financeira F.2.1 Em vários programas Europeus, adota-se o princípio de cash-flows positivos, isto é, os adiantamentos ocorrem ao longo do projeto em volume significativo de forma a facilitar a execução financeira. Assim, propõe-se a disponibilização de verdadeiros adiantamentos, por exemplo, às entidades sem fins lucrativos e IPSS, isto é, adiantamentos sem obrigatoriedade dos pedidos de pagamentos seguintes serem na modalidade de reembolso. “In H2020, the Commission provides pre-financing to the Consortium at the beginning of the project. The aim of pre-financing is to enable the Beneficiaries to have a positive cash-flow during (most of) the project life-cycle. These funds</p>	1

	Norte
<p>remain the property of the EU until the payment of the balance. The Commission makes the pre-financing payment within 30 days, either from the entry into force of the GA or from 10 days before the starting date of the action, whichever is the latest. There is only one pre-financing payment during the project lifetime. From the pre-financing funds, the amount corresponding to 5% of the maximum grant amount is transferred to the Guarantee Fund. There is no standard amount (or percentage) for the pre-financing payment; the specific amount is determined by each GA. Normally it would amount (depending on the availability of EU budget credits) to 100% of the average EU funding per period". (fonte: https://bestprac.eu/fileadmin/mediapool-bestprac/documents/Outputs/Learning_materials/Financial_Matters/1_Main_documents/2019-04-01_BESTPRAC_Financial_Management_of_H2020_projects_-_Guide_to_Best_Practice)</p> <p>F.2.2 Possibilidade dos Municípios abrirem os procedimentos de contratação pública, dos investimentos inscritos no PDCT, logo após a submissão da candidatura. Atualmente, apenas após a aprovação da candidatura é que algumas entidades públicas abrem os procedimentos por falta de dotação financeira. A supervisão da AG dos pedidos de pagamento deveria ser efetuada por amostragem de fato. G. Sistemas de informação As CIM'S deveriam ter acesso a back-office para fazer testes no Sistema de Informação (visualizar o Balcão 2020 na ótica do promotor e conseguir fazer simulações). Ainda ao nível dos Sistemas de Informação o mesmo deveria disponibilizar indicadores de monitorização – tempo médio de análise pedidos de pagamento, tempo médio de análise de candidaturas, tempo médio de análise de reprogramações,... Importa ainda referir que a existência de 2 Sistemas de Informação com regras completamente diferente para os promotores e Organismos Intermédio dificulta a execução (por exemplo, no FSE têm que reportar a execução física e no FEDER não; FSE têm que registar o IBAN no Balcão 2020 e no FEDER não; no FSE a submissão de reprogramação impede a submissão de pedidos de pagamento e no FEDER não; no FSE em cada ano o promotor tem que comunicar a data de reinício e no FEDER não,...). Qualquer alteração nos Sistemas de Informação (introdução de novos campos, novas ferramentas,...) deveria ser comunicada às CIM. As CIM apesar de não analisarem as candidaturas PARU, PEDU e PAMUS deveria ser acesso ao sistema de informação, apenas para consulta, para acompanhar a execução. H. Centralização de Fundos A gestão de operações para alguns promotores é difícil dada a necessidade de interlocução com diferentes entidades para investimentos semelhantes. Por exemplo, para os Municípios a entidades gestoras das suas operações é a CIM, pelo que colocam diversas questões à CIM acerca de candidaturas, pedidos de pagamento, reprogramações do PEDU, PAMUS, PARU, AAE, Património Natural, Património Cultural às quais a CIM não tem acesso. Adicionalmente, dado que a CIM é Organismo Intermédio para a tipologia dos equipamento sociais, cujo regulamento é o mesmo dos equipamentos de saúde, os Municípios também colocam várias questões acerca deste Aviso, cuja entidade gestora é o NORTE 2020 e não a CIM. As IPSS também colocaram várias questões à CIM acerca de Avisos aos quais podiam concorrer (Eficiência Energética, Recursos Humanos Altamente qualificados) mas que a entidade gestora era o NORTE 2020, dado que a CIM, no âmbito do PDCT, aprovou várias candidaturas de IPSS e existe uma articulação permanente. Ou seja, as IPSS em diferentes candidaturas do NORTE 2020 têm diferentes entidades interlocutoras. Dada a estabilização e aumento da dimensão das equipas técnicas das CIM's adstritas aos PDCT'S e o baixo nível de desconformidades (em nº e valor) na análise das candidaturas, pedidos de pagamento, reprogramações, detetadas pela AG, no próximo quadro comunitário as tipologias anteriormente mencionadas deveriam ser geridas pelas CIM's.</p>	
Questionário demasiado extenso, com questões ambíguas e subjetivas.	1

Fonte: Inquérito às Comunidades Intermunicipais/Áreas Metropolitanas - Avaliação da Operacionalização dos PDCT, ISCTE/PPLL, 2021.

Apuramentos Guião de Questões Fechadas para DLBC Rural

COERÊNCIA

Quadro 153. Adequabilidade das prioridades de investimento/domínios de intervenção que foram disponibilizadas para os DLBC RURAL

	1 - Nada ajustadas		2		3		4		5		6 - Muito ajustadas		N/A		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
10.2.1.1. Pequenos investimentos nas explorações agrícolas (FEADER)	-	-	2	4,0	4	8,0	6	12,0	15	30,0	23	46,0	-	-	50	100,0
10.2.1.2. Pequenos investimentos na transformação e comercialização (FEADER)	1	2,0	1	2,0	2	3,9	6	11,8	12	23,5	29	56,9	-	-	51	100,0
10.2.1.3. Diversificação de atividades na exploração agrícola (FEADER)	-	-	2	4,0	1	2,0	8	16,0	14	28,0	25	50,0	-	-	50	100,0
10.2.1.4. Cadeias curtas e mercados locais (FEADER)	1	2,0	3	6,0	10	20,0	18	36,0	10	20,0	8	16,0	-	-	50	100,0
10.2.1.5. Promoção de produtos de qualidade locais (FEADER)	30	58,8	8	15,7	4	7,8	4	7,8	4	7,8	1	2,0	-	-	51	100,0
10.2.1.6. Renovação de aldeias (territórios rurais) (FEADER)	1	2,0	3	5,9	6	11,8	7	13,7	10	19,6	23	45,1	1	2,0	51	100,0
8.8/8a. Apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas e à atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas e microempresas (FEDER)	-	-	4	7,8	7	13,7	7	13,7	12	23,5	19	37,3	2	3,9	51	100,0
6.3/6c. Conservação, proteção, promoção e desenvolvimento do património natural e cultural (FEDER)	1	2,0	5	9,8	2	3,9	9	17,6	15	29,4	12	23,5	7	13,7	51	100,0
8.3/8iii. Emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras (FSE)	-	-	5	9,8	4	7,8	7	13,7	15	29,4	18	35,3	2	3,9	51	100,0
9.1/9i. Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e a melhoria da empregabilidade (FSE)	-	-	6	12,5	3	6,3	7	14,6	10	20,8	13	27,1	9	18,8	48	100,0

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Rural) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 154. Média da Adequabilidade das prioridades de investimento/domínios de intervenção que foram disponibilizadas para os DLBC RURAL, por região (Escala de 1 – nada adequado a 6- muito adequado)

	Norte			Centro			Lisboa			Alentejo			Algarve			Total		
	Média	N	Desvio padrão	Média	N	Desvio padrão	Média	N	Desvio padrão	Média	N	Desvio padrão	Média	N	Desvio padrão	Média	N	Desvio padrão
10.2.1.1. Pequenos investimentos nas explorações agrícolas (FEADER)	5,38	13	,961	5,09	23	1,164	4,00	2	1,414	4,67	9	1,225	5,33	3	1,155	5,06	50	1,132
10.2.1.2. Pequenos investimentos na transformação e comercialização (FEADER)	5,57	14	,852	5,22	23	1,347	4,50	2	2,121	5,00	9	,866	5,00	3	1,000	5,24	51	1,142
10.2.1.3. Diversificação de atividades na exploração agrícola (FEADER)	5,57	14	,646	5,13	23	1,058	4,50	2	2,121	5,00	8	,756	4,67	3	2,309	5,18	50	1,044
10.2.1.4. Cadeias curtas e mercados locais (FEADER)	4,43	14	,938	4,23	22	1,232	3,50	2	,707	3,22	9	1,202	5,33	3	1,155	4,14	50	1,212
10.2.1.5. Promoção de produtos de qualidade locais (FEADER)	2,21	14	1,477	2,17	23	1,669	2,00	2	1,414	1,22	9	,441	1,33	3	,577	1,96	51	1,428
10.2.1.6. Renovação de aldeias (territórios rurais) (FEADER)	4,93	14	1,385	5,35	23	1,112	3,00	1	-	3,67	9	1,414	4,33	3	1,528	4,82	50	1,395
8.8/8a Apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas e à atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas e microempresas (FEDER)	4,83	12	1,337	4,78	23	1,380	4,00	2	1,414	4,67	9	1,225	4,33	3	2,082	4,71	49	1,339
6.3/6c. Conservação, proteção, promoção e desenvolvimento do património natural e cultural (FEDER)	3,73	11	1,679	4,87	23	1,254	-	-	-	4,56	9	,882	6,00	1	-	4,55	44	1,372

	Norte			Centro			Lisboa			Alentejo			Algarve			Total		
	Média	N	Desvio padrão	Média	N	Desvio padrão	Média	N	Desvio padrão	Média	N	Desvio padrão	Média	N	Desvio padrão	Média	N	Desvio padrão
8.3/8iii. Emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras (FSE)	4,92	12	1,443	4,78	23	1,278	4,00	2	1,414	4,78	9	1,202	4,33	3	2,082	4,76	49	1,315
9.1/9i. Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e a melhoria da empregabilidade (FSE)	4,80	10	1,549	4,76	17	1,348	3,00	1	-	4,11	9	1,269	4,00	2	2,828	4,54	39	1,430

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Rural) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 155. Existem áreas tradicionalmente apoiadas pela Abordagem LEADER que não foram contempladas no DLBC Rural

	Norte		Centro		Lisboa		Alentejo		Algarve		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Sim	11	78,6	22	95,7	2	100,0	8	88,9	1	33,3	44	86,3
Não	3	21,4	1	4,3			1	11,1	2	66,7	7	13,7
Total	14	100,0	23	100,0	2	100,0	9	100,0	3	100,0	51	100,0

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Rural) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 156. Indique quais:

	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo	Algarve
- Criação e Desenvolvimento de micro empresas de acordo com necessidades do território e estratégia definida, contribuindo para a revitalização económica e social das zonas rurais; - Melhoria da qualidade de vida (conservação e valorização do património rural e Serviços Básicos para a população rural)		1			
património; criação de empresas; eventos			1		
Apoio ao associativismo	7	12	1	4	
Apoio ao associativismo de base local		2			
Apoio à implementação e modernização das respostas sociais a nível local.		1		1	
Apoio aos serviços básicos para as populações locais; apoio às iniciativas de jovens; apoio ao empreendedorismo (incluindo agrícola), a montante da criação da atividade				1	
Apoio as e às IPSS	1	2		1	
Apoio à Intervenção Social		1			
Animação Territorial	2	4	1		
Apoio ao investimento das microempresas, independentemente da criação de postos de trabalho.		1			
Apoio ao investimento nas diversas áreas produtivas, apoio ao associativismo e à área social, apoio a iniciativas de		1			
Iniciativas locais de desenvolvimento cultural.				1	
Apoio ao setor social	1				
Apoio a projetos de inovação social		4			
apoio a projetos integrados		2			
Apoio ao terceiro sector		2			
Apoio às micro empresas instaladas ou a instalar em meio rural. Apoio às instituições de base local e serviços de apoio à população rural. Recuperação e preservação do património cultural fora das aldeias. Apoio à criação ou melhoramento de unidades Turismo no Espaço Rural fora da exploração agrícolas mas dentro do território de intervenção do GAL.	1				
Apoio às organizações da economia social, empreendedor rural (não agrícola)	1				
Património Rural	1				
Apoio social, desenvolvimento pessoas / formação, estudos, recuperação de património mantendo função	1				
Área social	1	4	1	1	
Área cultural	1	5			
área social no apoio às IPSS na sua componente infraestrutural; Património Cultural (material e imaterial) destinado a privados;	1				
Inovação, projetos que não tenham que se enquadrar diretamente nas medidas tipificadas...		1			
Requalificação ambiental		1			
Equipamentos sociais.				1	
Apoio Social e Animação do Território		1			
entidades de cariz social e educação integrada em meio rural.		1			
Empreendedorismo de Base Rural		1			

	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo	Algarve
Animação, Património Cultural e Arquitetónico	1				
PACA				1	0
Apoio à melhoria de serviços básicos para a população rural, na vertente da economia social solidária que teve grande impacto a nível da abordagem LEADER no PRODER SP 3		1			
Projectos fora da exploração agrícola e promoção do território	1				
Projetos estruturantes / âncora para desenvolvimento do território, para a capacitação dos atores locais, para o desenvolvimento de projetos de interesse coletivo			1		
Promoção do território; Organização de eventos; Investimentos de cariz social; Animação do território.	1				
Serviços básicos à população	1				
Serviços recreativos, desportivos, culturais e sociais		1			
Sociocultural;					1
Empreendedorismo dissociado da atividade agrícola					1
Tinha uma componente rural de empreendedorismo que não são só agrícola (p.x. ,pojeito de amdeira e resina,sem enquadramento) de proetos	1				
Todos os setores socioeconómicos fora da exploração agrícola (versus PRODER /PICLEADER)		1			
Ultrapassada a situação após revisão da portaria				1	

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Rural) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 157. Avaliação do financiamento contratualizado, por prioridade de investimento, face às prioridades do DLBC Rural

	1 Sub-financiamento		2 Financiamento ajustado		3 Sobre-financiamento		N/A		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
10.2.1.1. Pequenos investimentos nas explorações agrícolas (FEADER)	30	58,8	21	41,2	-		-		51	100,0
10.2.1.2. Pequenos investimentos na transformação e comercialização (FEADER)	29	56,9	21	41,2	1	2,0	-	-	51	100,0
10.2.1.3. Diversificação de atividades na exploração agrícola (FEADER)	26	51,0	25	49,0	-	-	-	-	51	100,0
10.2.1.4. Cadeias curtas e mercados locais (FEADER)	7	14,0	31	62,0	12	24,0	-	-	50	100,0
10.2.1.5. Promoção de produtos de qualidade locais (FEADER)	1	2,0	11	21,6	33	64,7	6	11,8	51	100,0
10.2.1.6. Renovação de aldeias (territórios rurais) (FEADER)	36	70,6	11	21,6	3	5,9	1	2,0	51	100,0
8.8/8ª Apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas e à atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas e microempresas (FEDER)	33	64,7	14	27,5	1	2,0	3	5,9	51	100,0
6.3/6c. Conservação, proteção, promoção e desenvolvimento do património natural e cultural (FEDER)	29	56,9	17	33,3	-	-	5	9,8	51	100,0
8.3/8iii. Emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras (FSE)	31	60,8	13	25,5	3	5,9	4	7,8	51	100,0
9.1/9i. Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e a melhoria da empregabilidade (FSE)	26	53,1	11	22,4	2	4,1	10	20,4	49	100,0

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Rural) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 158. Avaliação do financiamento contratualizado, por prioridade de investimento, face às prioridades do DLBC Rural, Norte

	1 Sub-financiamento		2 Financiamento ajustado		3 Sobre-financiamento		N/A		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
10.2.1.1. Pequenos investimentos nas explorações agrícolas (FEADER)	12	85,7	2	14,3	-	-	-	-	14	100,0
10.2.1.2. Pequenos investimentos na transformação e comercialização (FEADER)	12	85,7	2	14,3	-	-	-	-	14	100,0
10.2.1.3. Diversificação de atividades na exploração agrícola (FEADER)	14	100,0	-	-	-	-	-	-	14	100,0
10.2.1.4. Cadeias curtas e mercados locais (FEADER)	5	35,7	8	57,1	1	7,1			14	100,0
10.2.1.5. Promoção de produtos de qualidade locais (FEADER)	1	7,1	6	42,9	4	28,6	3	21,4	14	100,0
10.2.1.6. Renovação de aldeias (territórios rurais) (FEADER)	-	-	13	92,9%	1	7,1%			14	100,0
8.8/8ª Apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas e à atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas e microempresas (FEDER)	8	57,1%	3	21,4%	-	-	3	21,4%	14	100,0

	1 Sub-financiamento		2 Financiamento ajustado		3 Sobre-financiamento		N/A		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
6.3/6c. Conservação, proteção, promoção e desenvolvimento do património natural e cultural (FEDER)	10	71,4%	2	14,3%	-	-	2	14,3%	14	100,0
8.3/8iii. Emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras (FSE)	8	57,1%	3	21,4%	-	-	3	21,4%	14	100,0
9.1/9i. Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e a melhoria da empregabilidade (FSE)	7	50,0%	2	14,3%	-	-	5	35,7%	14	100,0

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Rural) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 159. Avaliação do financiamento contratualizado, por prioridade de investimento, face às prioridades do DLBC Rural, Centro

	1 Sub-financiamento		2 Financiamento ajustado		3 Sobre-financiamento		N/A		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
10.2.1.1. Pequenos investimentos nas explorações agrícolas (FEADER)	13	56,5	10	43,5	-	-	-	-	23	100,0
10.2.1.2. Pequenos investimentos na transformação e comercialização (FEADER)	11	47,8	11	47,8	1	4,3	-	-	23	100,0
10.2.1.3. Diversificação de atividades na exploração agrícola (FEADER)	6	26,1	17	73,9			-	-	23	100,0
10.2.1.4. Cadeias curtas e mercados locais (FEADER)	2	8,7	15	65,2	6	26,1	-	-	23	100,0
10.2.1.5. Promoção de produtos de qualidade locais (FEADER)			3	13,0	18	78,3	2	8,7	23	100,0
10.2.1.6. Renovação de aldeias (territórios rurais) (FEADER)	18	78,3	4	17,4	1	4,3			23	100,0
8.8/8ª Apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas e à atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas e microempresas (FEDER)	18	78,3	4	17,4	1	4,3	-	-	23	100,0
6.3/6c. Conservação, proteção, promoção e desenvolvimento do património natural e cultural (FEDER)	14	60,9	9	39,1	-	-	-	-	23	100,0
8.3/8iii. Emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras (FSE)	15	65,2	5	21,7	2	8,7	1	4,3%	23	100,0
9.1/9i. Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e a melhoria da empregabilidade (FSE)	15	71,4	2	9,5	1	4,8	3	14,3%	21	100,0

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Rural) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 160. Avaliação do financiamento contratualizado, por prioridade de investimento, face às prioridades do DLBC Rural, Lisboa

	1 Sub-financiamento		2 Financiamento ajustado		3 Sobre-financiamento		N/A		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
10.2.1.1. Pequenos investimentos nas explorações agrícolas (FEADER)	1	50,0	1	50,0	-	-	-	-	2	100,0
10.2.1.2. Pequenos investimentos na transformação e comercialização (FEADER)	1	50,0	1	50,0	-	-	-	-	2	100,0
10.2.1.3. Diversificação de atividades na exploração agrícola (FEADER)	1	50,0	1	50,0	-	-	-	-	2	100,0
10.2.1.4. Cadeias curtas e mercados locais (FEADER)	-	-	1	50,0	1	50,0	-	-	2	100,0
10.2.1.5. Promoção de produtos de qualidade locais (FEADER)	-	-	1	50,0	1	50,0	-	-	2	100,0
10.2.1.6. Renovação de aldeias (territórios rurais) (FEADER)	-	-	1	50,0	-	-	1	50,0	2	100,0
8.8/8ª Apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas e à atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas e microempresas (FEDER)	1	50,0	1	50,0	-	-	-	-	2	100,0
6.3/6c. Conservação, proteção, promoção e desenvolvimento do património natural e cultural (FEDER)	-	-	-	-	-	-	2	100,0	2	100,0

	1 Sub-financiamento		2 Financiamento ajustado		3 Sobre-financiamento		N/A		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
8.3/8iii. Emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras (FSE)	-	-	1	50,0	-	-	-	-	2	100,0
9.1/9i. Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e a melhoria da empregabilidade (FSE)	1	50,0	-	-	-	-	1	50,0	2	100,0

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Rural) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 161. Avaliação do financiamento contratualizado, por prioridade de investimento, face às prioridades do DLBC RURAL, Alentejo

	1 Sub-financiamento		2 Financiamento ajustado		3 Sobre-financiamento		N/A		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
10.2.1.1. Pequenos investimentos nas explorações agrícolas (FEADER)	3	33,3	6	66,7	-	-	-	-	9	100,0
10.2.1.2. Pequenos investimentos na transformação e comercialização (FEADER)	4	44,4	5	55,6	-	-	-	-	9	100,0
10.2.1.3. Diversificação de atividades na exploração agrícola (FEADER)	3	33,3	6	66,7	-	-	-	-	9	100,0
10.2.1.4. Cadeias curtas e mercados locais (FEADER)			5	55,6	4	44,4			9	100,0
10.2.1.5. Promoção de produtos de qualidade locais (FEADER)			1	11,1	7	77,8	1	11,1	9	100,0
10.2.1.6. Renovação de aldeias (territórios rurais) (FEADER)	2	22,2	5	55,6	2	22,2	-	-	9	100,0
8.8/8ª Apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas e à atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas e microempresas (FEDER)	4	44,4	5	55,6	-	-	-	-	9	100,0
6.3/6c. Conservação, proteção, promoção e desenvolvimento do património natural e cultural (FEDER)	4	44,4	5	55,6	-	-	-	-	9	100,0
8.3/8iii. Emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras (FSE)	6	66,7	3	33,3	-	-	-	-	9	100,0
9.1/9i. Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e a melhoria da empregabilidade (FSE)	3	33,3	5	55,6	1	11,1	-	-	9	100,0

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Rural) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 162. Avaliação do financiamento contratualizado, por prioridade de investimento, face às prioridades do DLBC RURAL, Algarve

	1 Sub-financiamento		2 Financiamento ajustado		3 Sobre-financiamento		N/A		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
10.2.1.1. Pequenos investimentos nas explorações agrícolas (FEADER)	1	33,3	2	66,7	-	-	-	-	3	100,0
10.2.1.2. Pequenos investimentos na transformação e comercialização (FEADER)	1	33,3	2	66,7	-	-	-	-	3	100,0
10.2.1.3. Diversificação de atividades na exploração agrícola (FEADER)	2	66,7	1	33,3	-	-	-	-	3	100,0
10.2.1.4. Cadeias curtas e mercados locais (FEADER)	-	-	2	100,0	-	-	-	-	2	100,0
10.2.1.5. Promoção de produtos de qualidade locais (FEADER)	-	-	-	-	3	100,0	-	-	3	100,0
10.2.1.6. Renovação de aldeias (territórios rurais) (FEADER)	3	100,0	-	-			-	-	3	100,0
8.8/8ª Apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas e à atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas e microempresas (FEDER)	2	66,7	1	33,3	-	-	-	-	3	100,0
6.3/6c. Conservação, proteção, promoção e desenvolvimento do património natural e cultural (FEDER)	1	33,3	1	33,3	-	-	1	33,3	3	100,0
8.3/8iii. Emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras (FSE)	2	66,7	1	33,3	-	-	-	-	3	100,0
9.1/9i. Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e a melhoria da empregabilidade (FSE)	1	33,3	1	33,3	-	-	1	33,3	3	100,0

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Rural) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 163. Na fase de programação promoveu-se a articulação da EDL/DLBC Rural com outros instrumentos com incidência nos mesmos territórios e outras políticas públicas com forte incidência territorial?

	Norte		Centro		Lisboa		Alentejo		Algarve		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Sim	11	78,6%	20	90,9%	2	100,0%	8	88,9%	3	100,0%	44	88,0
Não	3	21,4%	2	9,1%			1	11,1%			6	12,0
Total	14	100,0%	22	100,0%	2	100,0%	9	100,0%	3	100,0%	50	100,0

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Rural) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 164. Outros instrumentos o DLBC RURAL com que articula, por região

	Norte (N=14)		Centro (N=23)		Lisboa (N=2)		Alentejo (N=7)		Algarve (N=3)		Total (N=50)	
	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos
Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial	10	71,4	21	91,3	2	100,0	7	100,0	1	33,3	41	83,7
Planos Intermunicipais de Adaptação às alterações climáticas	2	14,3	3	13,0	-	-	2	28,6	-	-	7	14,3
Plano Intermunicipal de Mobilidade e Transporte	2	14,3	1	4,3	-	-	-	-	-	-	3	6,1
Planos de Desenvolvimento Social/Referencial Estratégico da Rede Social	7	50,0	12	52,2	-	-	6	85,7	1	33,3	26	53,1
Planos Municipais para a Igualdade	4	28,6	2	8,7	-	-	2	28,6	-	-	8	16,3
Planos de Defesa da Floresta contra Incêndios	4	28,6	1	4,3	-	-			-	-	5	10,2
Planos Municipais para a Integração de Migrantes	5	35,7	2	8,7	-	-	1	14,3	-	-	8	16,3
Planos Municipais de Saúde	3	21,4	-	-	-	-			-	-	3	6,1
Contrato Local de Desenvolvimento Social – CLDS	8	57,1	15	65,2	2	100,0	5	71,4	-	-	30	61,2
Gabinete de Inserção Profissional - GIP	5	35,7	11	47,8	1	50,0	4	57,1	-	-	21	42,9
Plano de Ação Integrado para as Comunidades Desfavorecidas - PAICD	1	7,1	2	8,7	-	-			-	-	3	6,1
Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano	4	28,6	2	8,7	-	-	1	14,3	-	-	7	14,3
Programa de Valorização Económica dos Recursos Endógenos - PROVERE	9	64,3	15	65,2	-	-	4	57,1	-	-	28	57,1
Mobilidade Urbana Sustentável - MUS	2	14,3	-	-	-	-			-	-	2	4,1
Plano de Ação de Regeneração Urbana – PARU	5	35,7	1	4,3	-	-	1	14,3	1	33,3	8	16,3
Rede Local de Intervenção Social - RLIS	5	35,7	4	17,4	-	-	1	14,3	-	-	10	20,4
Território Educativo de Intervenção Prioritária - TEIP	1	7,1	-	-	-	-	-	-	-	-	1	2,0
Outros	4	28,6	3	13,0	1	50,0	1	14,3	1	33,3	12	24,5

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Rural) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 165. Outros, quais:

	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo	Algarve
- Bioregiões, Centro de Competências para a Agricultura Biológica, Mediadores municipais interculturais, Programa da RRN				1	
Bolsa Nacional de Terras, os Planos de Comercialização e Venda da ERT-RL, os Grupos Operacionais para a inovação, o Centro de Informação Europe Direct da Área Metropolitana de Lisboa, o Fundo de Eficiência Energética, a articulação com os DLBC Costeiro e Urbano da Península de Setúbal e a participação do GAL na Plataforma Supraconcelhia da Península de Setúbal e no Conselho Estratégico do Parque Natural da Arrábida			1		
Formação para a Inclusão (PO ISE)		1			
Fundo Ambiental; Programa LIFE Ambiente; Rede de Estruturas de Apoio à Vítima de Violência Doméstica		1			
Pacto de Desenvolvimento Territorial da CIM BSE		1			
PADRE - Plano de Ação de Desenvolvimento Recurso Endógenos					3
Plano estratégico para a cultura de Faro					1
Plano Desenvolvimento Turístico; Plano regional de Inovação Social; Programa Operacional da Região Centro; Programa de Desenvolvimento Rural		1			
Plano Estratégico de Desenvolvimento Intermunicipal da Cim do Tâmega e Sousa; Plano de Ação para a Empregabilidade; Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial da AM Porto	1				
Plano estratégico da CIM Douro	1				
Planos Operacionais Regionais	2				
Projetos de cooperação (Interreg, EAgants, Horizonte) têm 24 proj de cooperação	1				

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Rural) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 166. Contributo do modelo de aprovação/negociação (processo concorrencial com pré-qualificação seguido de uma negociação) para a melhoria dos seguintes parâmetros

	1 - Nulo		2		3		4		5		6 - Muito elevado		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Relevância do instrumento para a estratégia	10	19,6	10	19,6	14	27,5	6	11,8	6	11,8	5	9,8	51	100,0
Coerência entre o instrumento e as prioridades da intervenção no território	10	19,6	8	15,7	16	31,4	9	17,6	3	5,9	5	9,8	51	100,0
Adequação da parceria aos objetivos, potencial de mobilização de recursos	7	13,7	7	13,7	13	25,5	6	11,8	12	23,5	6	11,8	51	100,0
Transparência do processo de seleção dos GAL	3	5,9	7	13,7	10	19,6	14	27,5	7	13,7	10	19,6	51	100,0
Simplificação do processo de seleção	15	29,4	9	17,6	5	9,8	8	15,7	7	13,7	7	13,7	51	100,0
Celeridade do processo de seleção	15	29,4	8	15,7	7	13,7	9	17,6	7	13,7	5	9,8	51	100,0
Aumento da qualidade das EDL	15	29,4	7	13,7	7	13,7	8	15,7	7	13,7	7	13,7	51	100,0
Criação de novas parcerias nos territórios	11	21,6	5	9,8	11	21,6	10	19,6	6	11,8	8	15,7	51	100,0
Envolvimento dos parceiros na EDL	7	13,7	4	7,8	15	29,4	11	21,6	6	11,8	8	15,7	51	100,0
Dotação financeira atribuída associada à qualidade e aos objetivos das EDL	17	33,3	11	21,6	7	13,7	6	11,8	7	13,7	3	5,9	51	100,0
Simplificação do processo de seleção e aprovação das EDL/DLBC	19	38,0	4	8,0	7	14,0	8	16,0	5	10,0	7	14,0	50	100,0

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Rural) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 167. Média do Contributo do modelo de aprovação/negociação (processo concorrencial com pré-qualificação seguido de uma negociação) para a melhoria dos seguintes parâmetros, por região (Escala de 1 – nulo a 6- muito elevado)

	Norte		Centro		Lisboa		Alentejo		Algarve		Total	
	Média	N	Média	N	Média	N	Média	N	Média	N	Média	N
Relevância do instrumento para a estratégia	3,07	14	3,13	23	1,50	2	3,22	9	3,00	3	3,06	51
Coerência entre o instrumento e as prioridades da intervenção no território	3,07	14	3,09	23	1,50	2	3,33	9	2,67	3	3,04	51
Adequação da parceria aos objetivos, potencial de mobilização de recursos	3,29	14	3,52	23	2,50	2	4,11	9	3,67	3	3,53	51
Transparência do processo de seleção dos GAL	3,71	14	3,91	23	3,50	2	4,44	9	3,00	3	3,88	51
Simplificação do processo de seleção	3,00	14	3,13	23	1,50	2	3,67	9	2,33	3	3,08	51
Celeridade do processo de seleção	2,86	14	3,13	23	1,00	2	3,56	9	2,33	3	3,00	51
Aumento da qualidade das EDL	3,00	14	3,26	23	1,50	2	3,33	9	3,00	3	3,12	51
Criação de novas parcerias nos territórios	3,21	14	3,52	23	3,50	2	3,22	9	3,33	3	3,37	51
Envolvimento dos parceiros na EDL	3,21	14	3,61	23	5,00	2	3,89	9	3,00	3	3,57	51
Dotação financeira atribuída associada à qualidade e aos objetivos das EDL	2,36	14	2,91	23	1,50	2	3,11	9	2,00	3	2,69	51
Simplificação do processo de seleção e aprovação das EDL/DLBC	2,86	14	3,09	23	1,00	2	3,50	8	2,00	3	2,94	50

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Rural) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 168. Outros. Quais?

	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo	Algarve
Governança				1	
O processo de reconhecimento e seleção deverá acontecer no mesmo momento e não em fases distintas, fomentando a celeridade e a operacionalidade no instrumento e sua adequação às necessidades do respetivo território.		1			
Os GAL estão no território à vários anos e com provas dadas, pelo que o reconhecimento deveria ser apenas para os novos GAL		1			

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Rural) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 169. Contributo do processo de negociação e das alterações introduzidas na fase de contratualização para as seguintes dimensões

	1 - Nulo		2		3		4		5		6 – Muito elevado		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Melhorar o alinhamento entre objetivos e medidas	14	27,5	8	15,7	14	27,5	5	9,8	7	13,7	3	5,9	51	100,0
Melhorar a coerência entre a alocação de verbas e as necessidades definidas	9	17,6	17	33,3	11	21,6	3	5,9	6	11,8	5	9,8	51	100,0
Melhorar o alinhamento entre medidas e resultados	9	17,6	11	21,6	13	25,5	7	13,7	9	17,6	2	3,9	51	100,0
Melhorar a adequação dos indicadores às tipologias de intervenção	9	17,6	11	21,6	16	31,4	6	11,8	6	11,8	3	5,9	51	100,0
Melhorar a adequação das metas aos resultados esperados	9	17,6	12	23,5	13	25,5	7	13,7	8	15,7	2	3,9	51	100,0
Aumentar a incorporação de princípios horizontais (inovação, parceria,...)	13	25,5	16	31,4	10	19,6	5	9,8	4	7,8	3	5,9	51	100,0

	1 - Nulo		2		3		4		5		6 – Muito elevado		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Assegurar o cumprimento dos requisitos de conteúdos definidos em sede de aviso de concurso	10	19,6	7	13,7	17	33,3	5	9,8	9	17,6	3	5,9	51	100,0
Assegurar o cumprimento de requisitos administrativos definidos em sede de concurso	10	19,6	7	13,7	16	31,4	7	13,7	7	13,7	4	7,8	51	100,0
Incrementar/clarificar os conteúdos da proposta	13	26,0	11	22,0	11	22,0	9	18,0	4	8,0	2	4,0	50	100,0
Outro.	1	33,3	-	-	-	-	-	-	-	-	2	66,7	3	100,0

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Rural) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 170. Média do Contributo do processo de negociação e das alterações introduzidas na fase de contratualização para as seguintes dimensões (Escala de 1 – nulo a 6- muito elevado)

	Norte		Centro		Lisboa		Alentejo		Algarve		Total	
	Média	N	Média	N	Média	N	Média	N	Média	N	Média	N
Melhorar o alinhamento entre objetivos e medidas	2,50	14	3,13	23	1,50	2	3,33	9	1,67	3	2,84	51
Melhorar a coerência entre a alocação de verbas e as necessidades definidas	2,64	14	3,13	23	1,50	2	3,44	9	1,67	3	2,90	51
Melhorar o alinhamento entre medidas e resultados	2,86	14	3,09	23	2,50	2	3,67	9	2,00	3	3,04	51
Melhorar a adequação dos indicadores às tipologias de intervenção	2,86	14	3,04	23	2,50	2	3,44	9	1,67	3	2,96	51
Melhorar a adequação das metas aos resultados esperados	2,86	14	3,00	23	2,50	2	3,67	9	1,67	3	2,98	51
Aumentar a incorporação de princípios horizontais (inovação, parceria,....)	2,71	14	2,57	23	1,50	2	3,00	9	2,00	3	2,61	51
Assegurar o cumprimento dos requisitos de conteúdos definidos em sede de aviso de concurso	2,93	14	3,26	23	2,00	2	3,56	9	2,00	3	3,10	51
Assegurar o cumprimento de requisitos administrativos definidos em sede de concurso	2,93	14	3,35	23	2,00	2	3,22	9	2,67	3	3,12	51
Incrementar/clarificar os conteúdos da proposta	2,36	14	2,87	23	1,50	2	3,33	9	2,00	2	2,72	50
Outro.	-		1,00	1	-	-	6,00	1	6,00	1	4,33	3

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Rural) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 171. Outros. Quais?

	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo	Algarve
Alterações impostas que servem a gestão do programa numa perspetiva nacional.					1
Negociação? Terá que se definir melhor o que é negociação!!!		1			
Reduzida margem de negociação, devido à imposição da tutela.	1				

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Rural) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 172. Em que medida as entidades representativas dos setores económico, social e ambiental e das agências públicas responsáveis pela implementação das políticas setoriais participaram na definição da EIDT?

	1 - Não participaram		2		3		4		5		6 – Participaram com muita frequência		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Municípios	-	-	-	-	3	5,9	3	5,9	10	19,6	35	68,6	51	100,0
Juntas de freguesia	5	10,0	6	12,0	8	16,0	6	12,0	10	20,0	15	30,0	50	100,0
CIM/AM	7	14,0	2	4,0	5	10,0	9	18,0	16	32,0	11	22,0	50	100,0
POR/CCPPOR/CCDR	18	35,3	5	9,8	10	19,6	10	19,6	4	7,8	4	7,8	51	100,0
Entidades representativas do Setor Económico (sem fins lucrativos)	2	3,9	-	-	1	2,0	4	7,8	13	25,5	31	60,8	51	100,0
Entidades representativas do Setor Ambiental (sem fins lucrativos)	2	3,9	5	9,8	4	7,8	10	19,6	15	29,4	15	29,4	51	100,0
Entidades representativas do Setor Social (sem fins lucrativos)	1	2,0	-	-	3	5,9	9	17,6	13	25,5	25	49,0	51	100,0
Agências públicas da administração Central	34	66,7	6	11,8	2	3,9	4	7,8	5	9,8			51	100,0
Agências públicas da administração Regional	22	43,1	7	13,7	7	13,7	7	13,7	5	9,8	3	5,9	51	100,0
Entidades privadas com fins lucrativos (empresas)	3	6,1	2	4,1	3	6,1	9	18,4	15	30,6	17	34,7	49	100,0
Outros	1	7,1	-	-	-	-	2	14,3	2	14,3	9	64,3	14	100,0

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Rural) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 173. Média da participação das entidades representativas dos setores económico, social e ambiental e das agências públicas responsáveis pela implementação das políticas setoriais na definição da EIDT (Escala de 1 – não participam a 6- participam com muita frequência)

	Norte		Centro		Lisboa		Alentejo		Algarve		Total	
	Média	N	Média	N	Média	N	Média	N	Média	N	Média	N
Municípios	5,64	14	5,83	23	6,00	2	5,00	9	3,67	3	5,51	51
Juntas de freguesia	4,21	14	4,55	22	5,00	2	3,11	9	2,67	3	4,10	50
CIM/AM	4,43	14	4,48	23	1,00	1	4,33	9	1,00	3	4,16	50
POR/CCPPOR/CCDR	2,36	14	3,30	23	1,00	2	2,33	9	3,33	3	2,78	51
Entidades representativas do Setor Económico (sem fins lucrativos)	5,29	14	5,35	23	6,00	2	5,44	9	4,67	3	5,33	51
Entidades representativas do Setor Ambiental (sem fins lucrativos)	4,57	14	4,30	23	4,00	2	5,00	9	4,33	3	4,49	51
Entidades representativas do Setor Social (sem fins lucrativos)	5,29	14	5,09	23	6,00	2	5,22	9	3,67	3	5,12	51
Agências públicas da administração Central.	1,43	14	2,22	23	1,00	2	1,89	9	1,00	3	1,82	51
Agências públicas da administração Regional.	1,86	14	2,96	23	3,50	2	1,89	9	3,33	3	2,51	51
Entidades privadas com fins lucrativos (empresas)	5,00	13	4,82	22	6,00	2	4,44	9	2,00	3	4,67	49
Outros	5,67	3	5,43	7	6,00	1	5,50	2	1,00	1	5,21	14

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Rural) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 174. Outros. Quais?

	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo	Algarve
Associações Recreativas e Culturais, Instituições de Crédito, instituições de ensino profissional.	1				
Banca, ensino, agricultura, cooperativas, turismo, património			1		
Cidadãos		1			
Cooperativas		1			
Ensino superior		1			
Entidades com atuação na área de investigação e desenvolvimento.	1				
Entidades do Sector da Educação (escolas, institutos, universidades); Centros de Investigação; Entidades do Sector da segurança e Protecção Civil, Entidades associativas e cooperativas do sector agropecuário e florestal, etc.		1			
Entidades sem fins lucrativos representantes do setor empresarial, entidades sem fins lucrativos representantes da Agricultura, entidades sem fins lucrativos representantes do comércio e serviços		1			
escolas superiores e profissionais				1	
Instituições do ensino politécnico e universidade		1			
Instituições Financeiras; Particulares; Entidades do Setor da Educação		1			
Instituto Politécnico de Beja; associações de agricultores/produtores/regantes				1	
Universidade; Banca					1

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Rural) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 175. Agências públicas que participaram na definição do EIDT: Agências públicas da administração Central

	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo	Algarve
AG PDR 2020		3		1	
Definição de agências		1			
GPP	1	1			
PDR2020/CCDR		1			
IAPMEI		1			
Municípios		1			
N/A			1		
Nenhuma	1				
Nenhuma por não quererem participar.	1				

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Rural) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 176. Agências públicas que participaram na definição do EIDT: Agências públicas da administração Central

	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo	Algarve
CCDR	1	1		1	
Ministério da Agricultura (GPP); CIM		1			
Definição de agências		1			
Dir Reg, Cultura; IEFAP Algarve; Escolas de Hotelaria e Turismo do Turismo de Portugal					1
DRAP Norte	1	1			
DRAPC Centro		4			
DRAPLVT		2		1	
DRAP		1			
Entidade Regional do Turismo		1			
Entidade Regional de Turismo da Região de Lisboa; União Distrital das IPSS Setúbal			1		

ERT Alentejo				1	
IEFP		5			
Turismo Centro Portugal		4			
Instituto Segurança Social Coimbra; Instituto Politécnico de Coimbra; Delegação Regional do Centro do IEPF; Entidade Regional de Turismo do Centro;		1			
IPP ESHT - Escola Superior de Hotelaria e Turismo, Politécnico do Porto; INIAV - Instituto Nacional de Investigação Agrária e Veterinária de Vairão	1				
ISFP, ERT				1	
Municípios; CIM; DRA		1			
N/A			1		
nenhuma	1				
Parque Nacional Peneda Gerês, Agência de Energia do Cávado, Direção Regional da Cultura do Norte, Banco Português de Germoplasma Vegetal e Entidade Regional de Turismo do Porto e Norte	1				
Região de Turismo do Algarve					2
Direção Regional da Segurança Social		1			

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Rural) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 177. Forma de mobilização para a participação, por região

	Norte (N=14)		Centro (N=22)		Lisboa (N=2)		Alentejo (N=9)		Algarve (N=3)		Total (N=50)	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Municípios												
Sessões Públicas de debate	12	85,7	14	63,6	2	100,0	6	66,7	2	66,7	36	72,0
Recolha formal de pareceres e contributos	8	57,1	16	72,7	1	50,0	5	55,6	1	33,3	31	62,0
Inclusão em grupos de trabalho	11	78,6	16	72,7	2	100,0	6	66,7	1	33,3	36	72,0
Resposta a questionário	1	7,1	9	40,9	-	-	4	44,4	-	-	14	28,0
	Norte (N=11)		Centro (N=21)		Lisboa (N=1)		Alentejo (N=7)		Algarve (N=2)		Total (N=42)	
Juntas de freguesia												
Sessões Públicas de debate	10	90,9	13	61,9	1	100,0	5	71,4	1	50,0	30	71,4
Recolha formal de pareceres e contributos	5	45,5	9	42,9	-	-	2	28,6	-	-	16	38,1
Inclusão em grupos de trabalho	7	63,6	11	52,4	1	100,0	3	42,9	1	50,0	23	54,8
Resposta a questionário	1	9,1	7	33,3	-	-	2	28,6	-	-	10	23,8
	Norte (N=11)		Centro (N=21)		Lisboa		Alentejo (N=8)		Algarve		Total (N=40)	
CIM/AM												
Sessões Públicas de debate	8	72,7	11	52,4	-	-	5	62,5	-	-	24	60,0
Recolha formal de pareceres e contributos	7	63,6	11	52,4	-	-	4	50,0	-	-	22	55,0
Inclusão em grupos de trabalho	6	54,5	10	47,6	-	-	5	62,5	-	-	21	52,5
Resposta a questionário	1	9,1	2	9,5	-	-	2	25,0	-	-	5	12,5
	Norte (N=5)		Centro (N=14)		Lisboa		Alentejo (N=5)		Algarve (N=1)		Total (N=25)	
POR/CCPPOR/CCDR												
Sessões Públicas de debate	4	80,0	10	71,4	-	-	3	60,0	-	-	17	68,0
Recolha formal de pareceres e contributos	1	20,0	5	35,7	-	-	3	60,0	1	100,0	10	40,0
Inclusão em grupos de trabalho	2	40,0	3	21,4	-	-	1	20,0	-	-	6	24,0
Resposta a questionário	-	-	1	7,1	-	-	-	-	-	-	1	4,0
	Norte (N=13)		Centro (N=22)		Lisboa (N=2)		Alentejo (N=9)		Algarve (N=2)		Total (N=48)	
Entidades representativas do Setor Económico (sem fins lucrativos)												
Sessões Públicas de debate	11	84,6	16	72,7	2	100,0	7	77,8	1	50,0	37	77,1
Recolha formal de pareceres e contributos	6	46,2	12	54,5	-	-	3	33,3	-	-	21	43,8
Inclusão em grupos de trabalho	11	84,6	15	68,2	2	100,0	6	66,7	2	100,0	36	75,0
Resposta a questionário	4	30,8	7	31,8	-	-	3	33,3	-	-	14	29,2
	Norte (N=11)		Centro (N=21)		Lisboa (N=2)		Alentejo (N=9)		Algarve (N=2)		Total (N=45)	
Entidades representativas do Setor Ambiental (sem fins lucrativos)												
Sessões Públicas de debate	9	81,8	16	76,2	2	100,0	6	66,7	1	50,0	34	75,6
Recolha formal de pareceres e contributos	5	45,5	9	42,9	-	-	2	22,2	-	-	16	35,6
Inclusão em grupos de trabalho	9	81,8	10	47,6	2	100,0	4	44,4	2	100,0	27	60,0
Resposta a questionário	2	18,2	7	33,3	-	-	2	22,2	-	-	11	24,4
	Norte (N=13)		Centro (N=22)		Lisboa (N=2)		Alentejo (N=9)		Algarve (N=3)		Total (N=49)	
Entidades representativas do Setor Social (sem fins lucrativos)												
Sessões Públicas de debate	11	84,6	16	72,7	2	100,0	6	66,7	1	33,3	36	73,5
Recolha formal de pareceres e contributos	6	46,2	10	45,5	-	-	3	33,3	-	-	19	38,8

Inclusão em grupos de trabalho	11	84,6	14	63,6	2	100,0	5	55,6	3	100,0	35	71,4
Resposta a questionário	4	30,8	8	36,4	-	-	3	33,3	-	-	15	30,6
	Norte (N=2)		Centro (N=8)		Lisboa		Alentejo (N=5)		Algarve (N=1)		Total (N=16)	
Agências públicas da administração Central												
Sessões Públicas de debate	2	100,0	4	50,0	-	-	4	80,0	1	100,0	11	68,8
Recolha formal de pareceres e contributos	1	50,0	3	37,5	-	-	2	40,0	-	-	6	37,5
Inclusão em grupos de trabalho	1	50,0	2	25,	-	-	1	20,0	-	-	4	25,0
Resposta a questionário	1	50,0	1	12,	-	-	-	-	-	-	2	12,5
	Norte (N=3)		Centro (N=14)		Lisboa (N=1)		Alentejo (N=6)		Algarve (N=2)		Total (N=26)	
Agências públicas da administração Regional												
Sessões Públicas de debate	3	100,0	10	71,4	1	100,0	5	83,3	1	50,0	20	76,9
Recolha formal de pareceres e contributos	1	33,3	6	42,9	-	-	3	50,0	-	-	10	38,5
Inclusão em grupos de trabalho	2	66,7	6	42,9	1	100,0	2	33,3	1	50,0	12	46,2
Resposta a questionário	1	33,3	2	14,3	-	-	-	-	-	-	3	11,5
	Norte (N=12)		Centro (N=19)		Lisboa (N=2)		Alentejo (N=9)		Algarve (N=2)		Total (N=44)	
Entidades privadas com fins lucrativos (empresas)												
Sessões Públicas de debate	10	83,3 %	14	73,7	2	100,0	6	66,7	2	100,0	34	77,3
Recolha formal de pareceres e contributos	6	50,0 %	10	52,6	-	-	2	22,2	-	-	18	40,9
Inclusão em grupos de trabalho	10	83,3 %	13	68,4	2	100,0	6	66,7	-	-	31	70,5
Resposta a questionário	4	33,3 %	8	42,1	-	-	3	33,3	-	-	15	34,1
	Norte (N=2)		Centro (N=2)		Lisboa		Alentejo (N=1)		Algarve		Total (N=5)	
Outros												
Sessões Públicas de debate	1	50,0	1	50,0	-	-	1	100,0	-	-	3	60,0
Recolha formal de pareceres e contributos	1	50,0	2	100,0	-	-	1	100,0	-	-	4	80,0
Inclusão em grupos de trabalho	1	50,0	2	100,0	-	-	1	100,0	-	-	4	80,0
Resposta a questionário	1	50,0	1	50,0	-	-	-	-	-	-	2	40,0

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Rural) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 178. Avaliação da participação dessas entidades: foi apenas formal (resposta formal a mecanismos estabelecidos de auscultação) ou substantiva com um envolvimento concreto do qual decorreu uma participação ativa na conceção da estratégia

	Norte		Centro		Lisboa		Alentejo		Algarve		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Municípios												
Formal	1	7,1	2	8,7	-	-	1	11,1	-	-	4	7,8
Substantiva	13	92,9	21	91,3	2	100,0	8	88,9	3	100,0	47	92,2
Total	14	100,0	23	100,0	2	100,0	9	100,0	3	100,0	51	100,0
Juntas de freguesia												
Formal	4	36,4	8	40,0	-	-	5	71,4%	-	-	17	41,5
Substantiva	7	63,6%	12	60,0	1	100,0	2	28,6	2	100,0	24	58,5
Total	11	100,0	20	100,0	1	100,0	7	100,0	2	100,0	41	100,0
CIM/AM												
Formal	5	41,7	12	60,0	-	-	4	44,4	-	-	21	51,2
Substantiva	7	58,3	8	40,0	-	-	5	55,6	-	-	20	48,8
Total	12	100,0	20	100,0	-	-	9	100,0	-	-	41	100,0
POR/CCPPOR/CCDR												
Formal	6	100,0	13	68,4	-	-	4	80,0	-	-	23	74,2
Substantiva			6	31,6	-	-	1	20,0	1	100,0	8	25,8
Total	6	100,0	19	100,0	-	-	5	100,0	1	100,0	31	100,0
Entidades representativas do Setor Económico (sem fins lucrativos)												
Formal	2	15,4	3	13,6	-	-	1	11,1	-	-	6	12,2
Substantiva	11	84,6	19	86,4	2	100,0	8	88,9	3	100,0	43	87,8
Total	13	100,0	22	100,0	2	100,0	9	100,0	3	100,0	49	100,0
Entidades representativas do Setor Ambiental (sem fins lucrativos)												
Formal	3	27,3	5	23,8			3	33,3			11	25,0
Substantiva	8	72,7	16	76,2	1	100,0	6	66,7	2	100,0	33	75,0
Total	11	100,0	21	100,0	1	100,0	9	100,0	2	100,0	44	100,0
Entidades representativas do Setor Social (sem fins lucrativos)												
Formal	1	7,7	1	4,5	-	-	2	22,2	-	-	4	8,2
Substantiva	12	92,3	21	95,5	2	100,0	7	77,8	3	100,0	45	91,8
Total	13	100,0	22	100,0	2	100,0	9	100,0	3	100,0	49	100,0
Agências públicas da administração central												
Formal	3	75,0	12	92,3	-	-	3	75,0	1	100,0	19	86,4

Substantiva	1	25,0	1	7,7	-	-	1	25,0	-	-	3	13,6
Total	4	100,0	13	100,0	-	-	4	100,0	1	100,0	22	100,0
Agências públicas da administração regional												
Formal	2	66,7	11	68,8	-	-	4	80,0	1	50,0	18	66,7
Substantiva	1	33,3	5	31,3	1	100,0	1	20,0	1	50,0	9	33,3
Total	3	100,0	16	100,0	1	100,0	5	100,0	2	100,0	27	100,0
Entidades privadas com fins lucrativos (empresas)												
Formal	-	-	2	10,0	1	50,0	2	22,2	-	-	5	11,4
Substantiva	11	100,0	18	90,0	1	50,0	7	77,8	2	100,0	39	88,6
Total	11	100,0	20	100,0	2	100,0	9	100,0	2	100,0	44	100,0
Entidades privadas com fins lucrativos (empresas)												
Formal	-	-	-	-	-	-	-	-	1	100,0	1	16,7
Substantiva	-	-	4	100,0	-	-	1	100,0	-	-	5	83,3
Total	-	-	4	100,0	-	-	1	100,0	1	100,0	6	100,0

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Rural) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 179. Outros. Quais?

	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo	Algarve
entidades sem fins lucrativos representantes do comércio e serviços, entidades sem fins lucrativos representantes da agricultura		1			
Instituições Financeiras; Particulares; Entidades do Setor da Educação		1			
Instituto Politécnico de Beja; associações de agricultores/produtores/regantes				1	
Universidade do Algarve, Instituto Politécnico de Beja					1

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Rural) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 180. Resultados da participação de diferentes entidades no desenho da estratégia

	Norte (N=14)		Centro (N=23)		Lisboa (N=1)		Alentejo (N=9)		Algarve (N=3)		Total (N=50)	
	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos
Nenhum resultado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Nenhum resultado, apenas atrasou os trabalhos de conceção estratégica	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Poucos resultados efetivos, mas produziu uma perceção de participação que é relevante no território	2	14,3	1	4,3	-	-	-	-	1	33,3	4	8,0
Produziu resultados em termos de alargamento de âmbito da estratégia (território, objetivos, metas, áreas de intervenção e atores na implementação)	10	71,4	21	91,3	1	100,0	8	88,9	2	66,7	42	84,0
Conduziu à identificação e consensualização de projetos estratégicos/prioritários	10	71,4	13	56,5	-	-	7	77,8	2	66,7	32	64,0
Conduziu ao alargamento das potenciais fontes de financiamento	3	21,4	7	30,4	-	-	-	-	-	-	10	20,0
Conduziu à identificação de atores para a conceção/ execução da estratégia	7	50,0	16	69,6	-	-	3	33,3	1	33,3	27	54,0
Conduziu à identificação de projetos complementares com os quais se estabeleceram articulações	8	57,1	14	60,9	-	-	4	44,4	3	100,0	29	58,0

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Rural) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 181. Parceiros do GAL participaram na conceção da estratégia

	Norte (N=14)		Centro (N=23)		Lisboa (N=2)		Alentejo (N=9)		Algarve (N=3)		Total (N=51)	
	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos
Todos os parceiros	11	78,6	14	60,9	2	100,0	4	44,4	2	66,7	33	53,2
Alguns parceiros	3	21,4	9	39,1	-	-	-	-	1	33,3	18	29,0
Outras entidades exteriores à parceria.	5	35,7	3	13,0	2	100,0	5	55,6	1	33,3	11	17,7

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Rural) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 182. Outros. Quais?

	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo	Algarve
Beneficiários de projetos apoiados nos anteriores períodos de programação, consultores e pessoas relevantes do território.	1				
CCDR ALG; JUNTAS DE FREGUESIA					1
CIM	1				
CIM; UNIVERSIDADE E POLITECNICO; OUTRAS ASSOCIAÇÕES LOCAIS.	1				
CIM's e Escolas Superiores Agrárias de Coimbra e Castelo Branco		1			
Consultor Oliveira das Neves		1			
Empresas, pessoas singulares, ADL, outras associações			1		
Entidades de Ensino Superior		1			
Entidades setoriais, beneficiários já apoiados, entidades regionais, agrupamentos de escolas, etc.		1			
IPSS do território de Intervenção, Associações de Agricultores, Escolas Profissionais, Associações Empresariais, Cooperativas, Empresas	1				
Municípios, Juntas Freguesia, NERBE, LPN, Misericórdias e IPSS, Associações de Agricultores/Produtores/Regantes				1	

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Rural) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 183. Como foram mobilizadas para essa participação?

	Norte (N=14)		Centro (N=23)		Lisboa (N=2)		Alentejo (N=9)		Algarve (N=3)		Total (N=51)	
	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos
Sessões públicas de debate	12	85,7	19	82,6	2	100,0	7	77,8	2	66,7	42	82,4
Recolha formal de pareceres e contributos	10	71,4	18	78,3	2	100,0	5	55,6	2	66,7	37	72,5
Inclusão em grupos de trabalho	11	78,6	18	78,3	2	100,0	6	66,7	3	100,0	40	78,4
Resposta a questionário	3	21,4	9	39,1	-	-	4	44,4	-	-	16	31,4

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Rural) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

EFICIÊNCIA OPERATIVA

Quadro 184. Stakeholders que se envolveram na implementação dos DLBC RURAL

	1 – Não se envolveram		2 – Sim, pontualmente		3 – Sim, de forma continuada		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Municípios			6	12,0	44	88,0	50	100,0
Juntas de freguesia	6	12,2	25	51,0	18	36,7	49	100,0
CIM/AM	6	13,0	26	56,5	14	30,4	46	100,0
POR/CCPPOR/CCDR	12	27,9	15	34,9	16	37,2	43	100,0
Entidades representativas do Setor Económico (sem fins lucrativos)	1	2,0	18	36,0	31	62,0	50	100,0
Entidades representativas do Setor Ambiental (sem fins lucrativos)	8	16,7	25	52,1	15	31,3	48	100,0
Entidades representativas do Setor Social (sem fins lucrativos)	4	8,0	19	38,0	27	54,0	50	100,0
Agências públicas da administração Central	15	40,5	14	37,8	8	21,6	37	100,0
Agências públicas da administração Regional	13	32,5	18	45,0	9	22,5	40	100,0
Entidades privadas com fins lucrativos (empresas)	3	6,3	19	39,6	26	54,2	48	100,0
Outros			1	20,0	4	80,0	5	100,0

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Rural) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 185. Stakeholders que se envolveram na implementação dos DLBC RURAL, por região

	Norte		Centro		Lisboa		Alentejo		Algarve	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Municípios										
1 – Não se envolveram	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2 – Sim, pontualmente	1	7,7	-	-	-	-	4	44,4	1	33,3
3 – Sim, de forma continuada	12	92,3	23	100,0	2	100,0	5	55,6	2	66,7
Total	13	100,0	23	100,0	2	100,0	9	100,0	3	100,0
Juntas de freguesia										
1 – Não se envolveram	1	8,3	3	13,0			2	22,2		
2 – Sim, pontualmente	6	50,0	10	43,5	1	50,0	6	66,7	2	66,7
3 – Sim, de forma continuada	5	41,7	10	43,5	1	50,0	1	11,1	1	33,3
Total	12	100,0	23	100,0	2	100,0	9	100,0	3	100,0
CIM/AM										
1 – Não se envolveram	2	16,7	2	9,1	1	100,0	-	-	1	50,0
2 – Sim, pontualmente	5	41,7	14	63,6	-	-	6	66,7	1	50,0
3 – Sim, de forma continuada	5	41,7	6	27,3	-	-	3	33,3		
Total	12	100,0	22	100,0	1	100,0	9	100,0	2	100,0
POR/CCPPOR/CCDR										
1 – Não se envolveram	4	36,4	5	21,7	-	-	2	33,3	1	50,0
2 – Sim, pontualmente	3	27,3	10	43,5	-	-	2	33,3	-	-
3 – Sim, de forma continuada	4	36,4	8	34,8	1	100,0	2	33,3	1	50,0
Total	11	100,0	23	100,0	1	100,0	6	100,0	2	100,0
Entidades representativas do Setor Económico (sem fins lucrativos)										
1 – Não se envolveram			1	4,3	-	-	-	-	-	-
2 – Sim, pontualmente	3	23,1	10	43,5	-	-	5	55,6	-	-
3 – Sim, de forma continuada	10	76,9	12	52,2	2	100,0	4	44,4	3	100,0
Total	13	100,0	23	100,0	2	100,0	9	100,0	3	100,0
Entidades representativas do Setor Ambiental (sem fins lucrativos)										
1 – Não se envolveram	1	8,3	5	22,7	1	50,0	1	11,1	-	-
2 – Sim, pontualmente	6	50,0	12	54,5	-	-	6	66,7	1	33,3
3 – Sim, de forma continuada	5	41,7	5	22,7	1	50,0	2	22,2	2	66,7
Total	12	100,0	22	100,0	2	100,0	9	100,0	3	100,0
Entidades representativas do Setor Social (sem fins lucrativos)										
1 – Não se envolveram			4	17,4	-	-	-	-	-	-
2 – Sim, pontualmente	4	30,8	9	39,1	1	50,0	4	44,4	1	33,3
3 – Sim, de forma continuada	9	69,2	10	43,5	1	50,0	5	55,6	2	66,7
Total	13	100,0	23	100,0	2	100,0	9	100,0	3	100,0
Agências públicas da administração Central										
1 – Não se envolveram	6	66,7	6	33,3	-	-	2	33,3	1	50,0
2 – Sim, pontualmente	1	11,1	10	55,6	-	-	3	50,0	-	-
3 – Sim, de forma continuada	2	22,2	2	11,1	2	100,0	1	16,7	1	50,0
Total	9	100,0	18	100,0	2	100,0	6	100,0	2	100,0
Agências públicas da administração Regional										
1 – Não se envolveram	4	44,4	4	21,1	1	50,0	4	57,1	-	-
2 – Sim, pontualmente	3	33,3	12	63,2	-	-	1	14,3	2	66,7

	Norte		Centro		Lisboa		Alentejo		Algarve	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
3 – Sim, de forma continuada	2	22,2	3	15,8	1	50,0	2	28,6	1	33,3
Total	9	100,0	19	100,0	2	100,0	7	100,0	3	100,0

	Norte		Centro		Lisboa		Alentejo		Algarve	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Entidades privadas com fins lucrativos (empresas)										
1 – Não se envolveram	-	-	1	4,8	1	50,0	1	11,1	-	-
2 – Sim, pontualmente	3	23,1	8	38,1	-	-	6	66,7	2	66,7
3 – Sim, de forma continuada	10	76,9	12	57,1	1	50,0	2	22,2	1	33,3
Total	13	100,0	21	100,0	2	100,0	9	100,0	3	100,0
Outras										
1 – Não se envolveram	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2 – Sim, pontualmente	1	50,0	-	-	-	-	-	-	-	-
3 – Sim, de forma continuada	1	50,0	3	100,0	-	-	-	-	-	-
Total	2	100,0	1	100,0	-	-	-	-	-	-

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Rural) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 186. Outros. Quais?

	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo	Algarve
Academia (entidades dos ensino superior)	1				
as anteriormente identificadas		1			
Associações Recreativas e Culturais, Instituições de Crédito, instituições de ensino profissional.	1				
entidades sem fins lucrativos representantes do comércio e serviços e da agricultura		1			
Instituições Financeiras; Particulares; Entidades do Setor da Educação		1			

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Rural) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 187. Forma de envolvimento dos stakeholders na implementação do DLBC Rural, por região

	Norte (N=13)		Centro (N=21)		Lisboa (N=2)		Alentejo (N=8)		Algarve (N=3)		Total (N=47)	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Municípios												
Sessões Públicas de debate	13	100,0	17	81,0	2	100,0	5	62,5	3	100,0	40	85,1
Recolha formal de pareceres e contributos	5	38,5	11	52,4	1	50,0	4	50,0	2	66,7	23	48,9
Inclusão em grupos de trabalho	9	69,2	14	66,7	1	50,0	2	25,0	1	33,3	27	57,4
Resposta a questionário	3	23,1	5	23,8	-	-	4	50,0	1	33,3	13	27,7
	Norte (N=12)		Centro (N=21)		Lisboa (N=2)		Alentejo (N=7)		Algarve (N=2)		Total (N=42)	
Juntas de freguesia												
Sessões Públicas de debate	12	100,0	15	83,3	2	100,0	4	57,1	2	66,7	35	83,3
Recolha formal de pareceres e contributos	2	16,7	7	38,9	-	-	2	28,6	1	33,3	12	28,6
Inclusão em grupos de trabalho	7	58,3	5	27,8	-	-			1	33,3	13	31,0
Resposta a questionário	3	25,0	4	22,2	-	-	2	28,6	1	33,3	10	23,8
	Norte (N=10)		Centro (N=19)		Lisboa (N=2)		Alentejo (N=8)		Algarve (N=1)		Total (N=38)	
CIM/AM												
Sessões Públicas de debate	9	90,0	14	73,7	-	-	4	50,0	1	100,0	28	73,7
Recolha formal de pareceres e contributos	3	30,0	6	31,6	-	-	3	37,5	-	-	12	31,6
Inclusão em grupos de trabalho	6	60,0	6	31,6	-	-	1	12,5	-	-	13	34,2
Resposta a questionário	1	10,0	1	5,3	-	-	2	25,0	-	-	4	10,5
	Norte (N=5)		Centro (N=15)		Lisboa (N=2)		Alentejo (N=5)		Algarve (N=1)		Total (N=26)	
POR/CCPPOR/CCDR												
Sessões Públicas de debate	4	80,0	11	73,3	-	-	3	60,0	-	-	18	69,2
Recolha formal de pareceres e contributos	2	40,0	7	46,7	-	-	2	40,0	-	-	11	42,3
Inclusão em grupos de trabalho	3	60,0	4	26,7	-	-	-	-	1	100,0	8	30,8
Resposta a questionário			1	6,7	-	-	1	20,0	1	100,0	3	11,5
	Norte (N=13)		Centro (N=20)		Lisboa (N=2)		Alentejo (N=8)		Algarve (N=3)		Total (N=46)	
Entidades representativas do Setor Económico (sem fins lucrativos)												
Sessões Públicas de debate	13	100,0	14	70,0	2	100,0	5	62,5	1	33,3	35	76,1
Recolha formal de pareceres e contributos	4	30,8	10	50,0	-	-	3	37,5	-	-	17	37,0
Inclusão em grupos de trabalho	8	61,5	9	45,0	1	50,0	4	50,0	3	100,0	25	54,3
Resposta a questionário	4	30,8	6	30,0	-	-	3	37,5	1	33,3	14	30,4
	Norte (N=11)		Centro (N=17)		Lisboa (N=2)		Alentejo (N=8)		Algarve (N=2)		Total (N=40)	
Entidades representativas do Setor Ambiental (sem fins lucrativos)												
Sessões Públicas de debate	11	100,0	13	76,5	2	100,0	5	62,5	-	-	31	77,5
Recolha formal de pareceres e contributos	2	18,2	7	41,2	-	-	1	12,5	-	-	10	25,0

Inclusão em grupos de trabalho	5	45,5	6	35,3	1	50,0	2	25,0	2	100,0	16	40,0
Resposta a questionário	2	18,2	6	35,3	-	-	2	25,0	1	50,0	11	27,5
	Norte (N=13)		Centro (N=19)		Lisboa (N=2)		Alentejo (N=8)		Algarve (N=3)		Total (N=45)	
Entidades representativas do Setor Social (sem fins lucrativos)												
Sessões Públicas de debate	13	100,0	11	57,9	2	100,0	4	50,0	1	33,3	31	68,9
Recolha formal de pareceres e contributos	5	38,5	8	42,1	-	-	3	37,5	-	-	16	35,6
Inclusão em grupos de trabalho	9	69,2	11	57,9	1	50,0	2	25,0	3	100,0	26	57,8
Resposta a questionário	3	23,1	8	42,1	-	-	2	25,0	1	33,3	14	31,1

	Norte (N=4)		Centro (N=11)		Lisboa		Alentejo (N=3)		Algarve (N=1)		Total (N=19)	
Agências públicas da administração Central												
Sessões Públicas de debate	3	75,0	10	90,9	-	-	2	66,7	1	100,0	16	84,2
Recolha formal de pareceres e contributos	1	25,0	2	18,2	-	-	1	33,3	-	-	4	21,1
Inclusão em grupos de trabalho			2	18,2	-	-	-	-	-	-	2	10,5
Resposta a questionário	1	25,0	1	9,1	-	-	-	-	-	-	2	10,5
	Norte (N=5)		Centro (N=13)		Lisboa (N=1)		Alentejo (N=4)		Algarve (N=3)		Total (N=26)	
Agências públicas da administração Regional												
Sessões Públicas de debate	4	80,0	11	84,6	1	100,0	3	75,0	2	66,7	21	80,8
Recolha formal de pareceres e contributos	2	40,0	6	46,2	-	-	1	25,0			9	34,6
Inclusão em grupos de trabalho	2	40,0	5	38,5	-	-			2	66,7	9	34,6
Resposta a questionário	1	20,0	3	23,1	-	-	1	25,0	1	33,3	6	23,1
	Norte (N=12)		Centro (N=19)		Lisboa (N=1)		Alentejo (N=8)		Algarve (N=3)		Total (N=43)	
Entidades privadas com fins lucrativos (empresas)												
Sessões Públicas de debate	12	100,0	12	63,2	1	100,0	4	50,0	2	66,7	31	72,1
Recolha formal de pareceres e contributos	3	25,0	9	47,4	-	-	3	37,5			15	34,9
Inclusão em grupos de trabalho	7	58,3	10	52,6	-	-	2	25,0	2	66,7	21	48,8
Resposta a questionário	4	33,3	9	47,4	-	-	3	37,5	1	33,3	17	39,5
	Norte (N=2)		Centro (N=3)		Lisboa		Alentejo		Algarve		Total (N=5)	
Outros												
Sessões Públicas de debate	2	100,0	2	66,7	-	-	-	-	-	-	4	80,0
Recolha formal de pareceres e contributos	1	50,0	2	66,7	-	-	-	-	-	-	3	60,0
Inclusão em grupos de trabalho	2	100,0	1	33,3	-	-	-	-	-	-	3	60,0
Resposta a questionário	-	-	2	66,7	-	-	-	-	-	-	2	40,0

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Rural) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 188. Outros. Quais?

	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo	Algarve
Academia (entidades dos ensino superior)	1				
Associações Recreativas e Culturais, Instituições de Crédito, instituições de ensino profissional.	1				
entidades sem fins lucrativos representativas do setor empresarial, agricultura, comércio e serviços		1			
Instituições Financeiras; Particulares; Entidades do Setor da Educação		1			
Participação no Órgão de Gestão do GAL		1			

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Rural) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 189. Contributo da participação de diferentes entidades na implementação do DLBC Rural para os seguintes resultados

	Norte (N=13)		Centro (N=23)		Lisboa (N=2)		Alentejo (N=9)		Algarve (N=3)		Total (N=50)	
	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos
Racionalização de recursos	7	53,8%	10	43,5%	1	50,0%	1	11,1%			19	38,0
Continuidade de intervenções	7	53,8%	12	52,2%	1	50,0%	4	44,4%	2	66,7%	26	52,0
Multidimensionalidade das intervenções	11	84,6%	17	73,9	1	50,0%	4	44,4%	2	66,7%	35	70,0
Complementariedade de intervenções	12	92,3%	19	82,6	1	50,0%	7	77,8%	2	66,7%	41	82,0
Aumento do alcance em termos do perfil dos beneficiários apoiados	6	46,2%	13	56,5	2	100,0 %	6	66,7%	1	33,3%	28	56,0
Construção de parcerias	12	92,3%	16	69,6	1	50,0%	7	77,8%	3	100,0%	39	78,0
Alargar o âmbito de atuação	13	100,0	15	65,2	1	50,0%	5	55,6%	1	33,3%	35	70,0
Outros	-	-	1	4,3%	-	-	-	-	-	-	1	2,0

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Rural) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 190. Outros. Quais?

	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo	Algarve
--	-------	--------	--------	----------	---------

Ajustamento na EDL resultado da evolução de crescimento e desenvolvimento do território.	1				
Disseminação da informação sobre avisos de concurso, elaboração de candidaturas, divulgação de resultados		1			
Divulgação da EDL		1			

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Rural) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 191. Pertinência/adequação das competências delegadas no GAL, no PDR

	1 – Nada Pertinente/adequadas		2		3		4		5		6 - totalmente pertinentes/adequadas		N/A		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Verificar a admissibilidade e elegibilidade do beneficiário e da operação e fazer a apreciação do mérito das candidaturas	-	-	-	-	-	-	-	-	8	15,7	43	84,3	-	-	51	100,0
Emitir parecer no âmbito do processo de apreciação da elegibilidade e do mérito das candidaturas, assegurando um processo de seleção em conformidade com os critérios aplicáveis ao PO	-	-	-	-	-	-	-	-	8	15,7	42	82,4	1	2,0	51	100,0
Assegurar a organização dos processos de candidaturas de operações ao financiamento pelo PO	-	-	1	2,0	-	-	4	7,8	10	19,6	31	60,8	5	9,8	51	100,0
Acompanhar a realização dos investimentos e a execução das ações e assegurar a interlocução privilegiada com os beneficiários, em todas as fases do ciclo de vida das operações sem prejuízo dos mecanismos de acompanhamento, controlo, supervisão e interação da Autoridade de Gestão do PO	-	-	-	-	-	-	2	3,9	4	7,8	45	88,2	-	-	51	100,0
Verificar a elegibilidade das despesas designadamente em sede de candidatura e de análise de pedidos de pagamentos	-	-	-	-	-	-	1	2,0	5	9,8	45	88,2	-	-	51	100,0
Verificar a realização efetiva dos produtos e serviços cofinanciados, a obtenção dos resultados definidos quando da aprovação da operação e o pagamento da despesa declarada pelo beneficiário, bem como a sua conformidade com a legislação aplicável, com o Programa Operacional e com as condições de apoio da operação, nos termos estabelecidos no Manual de Procedimento	-	-	-	-	1	2,0	1	2,0	6	11,8	42	82,4	1	2,0	51	100,0
Assegurar que os beneficiários mantêm um sistema contabilístico separado ou um código contabilístico adequado para as transações da operação	2	3,9	-	-	1	2,0	2	3,9	8	15,7	35	68,6	3	5,9	51	100,0
Realizar verificações administrativas relativamente a cada pedido de reembolso por parte dos beneficiários	-	-	-	-	-	-	1	2,0	6	11,8	44	86,3	-	-	51	100,0
Avaliar o cumprimento de objetivos e resultados e propor o encerramento financeiro das operações, nos termos definidos no Manual de Procedimentos e nas Orientações Técnicas e de Gestão	-	-	-	-	-	-	2	3,9	9	17,6	40	78,4	-	-	51	100,0
Manter atualizado o Sistema de Informação, com os dados de cada operação, que sejam necessários para o exercício de monitorização, avaliação, gestão financeira, verificação, acompanhamento de irregularidades e auditoria	-	-	-	-	1	2,0	5	9,8	6	11,8	39	76,5	-	-	51	100,0
Reportar, através dos mecanismos previstos pela Autoridade de Gestão, toda a informação física, financeira e estatística necessária para apoiar a elaboração de indicadores de acompanhamento e de estudos de avaliação	-	-	-	-	2	3,9	4	7,8	5	9,8	40	78,4	-	-	51	100,0

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Rural) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 192. Média da Pertinência/adequação das competências delegadas no GAL, no PDR (Escala de 1 – Nada Pertinente/adequadas a 6- totalmente pertinentes/ adequadas)

	Norte		Centro		Lisboa		Alentejo		Algarve		Total	
	Média	N	Média	N	Média	N	Média	N	Média	N	Média	N
Verificar a admissibilidade e elegibilidade do beneficiário e da operação e fazer a apreciação do mérito das candidaturas	5,86	14	5,83	23	6,00	2	5,78	9	6,00	3	5,84	51
Emitir parecer no âmbito do processo de apreciação da elegibilidade e do mérito das candidaturas, assegurando um processo de seleção em conformidade com os critérios aplicáveis ao PO	5,85	13	5,78	23	6,00	2	5,89	9	6,00	3	5,84	50
Assegurar a organização dos processos de candidaturas de operações ao financiamento pelo PO	5,75	12	5,27	22	-	-	5,89	9	5,33	3	5,52	46
Acompanhar a realização dos investimentos e a execução das ações e assegurar a interlocução privilegiada com os beneficiários, em todas as fases do ciclo de vida das operações sem prejuízo dos mecanismos de acompanhamento, controlo, supervisão e interação da Autoridade de Gestão do PO	6,00	14	5,70	23	6,00	2	5,89	9	6,00	3	5,84	51
Verificar a elegibilidade das despesas designadamente em sede de candidatura e de análise de pedidos de pagamentos	6,00	14	5,74	23	6,00	2	5,89	9	6,00	3	5,86	51
Verificar a realização efetiva dos produtos e serviços cofinanciados, a obtenção dos resultados definidos quando da aprovação da operação e o pagamento da despesa declarada pelo beneficiário, bem como a sua conformidade com a legislação aplicável, com o Programa Operacional e com as condições de apoio da operação, nos termos estabelecidos no Manual de Procedimento	6,00	13	5,61	23	6,00	2	5,78	9	6,00	3	5,78	50
Assegurar que os beneficiários mantêm um sistema contabilístico separado ou um código contabilístico adequado para as transações da operação	5,92	12	5,50	22	1,00	2	5,89	9	5,33	3	5,48	48
Realizar verificações administrativas relativamente a cada pedido de reembolso por parte dos beneficiários	5,93	14	5,74	23	6,00	2	5,89	9	6,00	3	5,84	51
Avaliar o cumprimento de objetivos e resultados e propor o encerramento financeiro das operações, nos termos definidos no Manual de Procedimentos e nas Orientações Técnicas e de Gestão	5,86	14	5,61	23	6,00	2	5,89	9	5,67	3	5,75	51
Manter atualizado o Sistema de Informação, com os dados de cada operação, que sejam necessários para o exercício de monitorização, avaliação, gestão financeira, verificação, acompanhamento de irregularidades e auditoria	5,71	14	5,52	23	6,00	2	5,89	9	5,00	3	5,63	51
Reportar, através dos mecanismos previstos pela Autoridade de Gestão, toda a informação física, financeira e estatística necessária para apoiar a elaboração de indicadores de acompanhamento e de estudos de avaliação	5,86	14	5,48	23	5,50	2	5,89	9	5,00	3	5,63	51

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Rural) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 193. Pertinência/adequação das competências delegadas no GAL, no POR

	1 – Nada Pertinente/adequadas		2		3		4		5		6 - totalmente pertinentes/adequadas		N/A		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Verificar a admissibilidade e elegibilidade do beneficiário e da operação e fazer a apreciação do mérito das candidaturas	-	-	3	6,0	6	12,0	6	12,0	3	6,0	32	64,0	-	-	50	100,0
Emitir parecer no âmbito do processo de apreciação da elegibilidade e do mérito das candidaturas, assegurando um processo de seleção em conformidade com os critérios aplicáveis ao PO	3	6,0	4	8,0	6	12,0	5	10,0	4	8,0	28	56,0	-	-	50	100,0
Assegurar a organização dos processos de candidaturas de operações ao financiamento pelo PO	5	10,0	7	14,0	6	12,0	8	16,0	4	8,0	16	32,0	4	8,0	50	100,0
Acompanhar a realização dos investimentos e a execução das ações e assegurar a interlocução privilegiada com os beneficiários, em todas as fases do ciclo de vida das operações sem prejuízo dos mecanismos de acompanhamento, controlo, supervisão e interação da Autoridade de Gestão do PO	17	34,0	5	10,0	4	8,0	3	6,0	-	-	13	26,0	8	16,0	50	100,0
Verificar a elegibilidade das despesas designadamente em sede de candidatura e de análise de pedidos de pagamentos	15	30,0	5	10,0	5	10,0	3	6,0	-	-	8	16,0	14	28,0	50	100,0
Verificar a realização efetiva dos produtos e serviços cofinanciados, a obtenção dos resultados definidos quando da aprovação da operação e o pagamento da despesa declarada pelo beneficiário, bem como a sua conformidade com a legislação aplicável, com o Programa Operacional e com as condições de apoio da operação, nos termos estabelecidos no Manual de Procedimento	18	36,0	5	10,0	3	6,0	1	2,0	-	-	8	16,0	15	30,0	50	100,0
Assegurar que os beneficiários mantêm um sistema contabilístico separado ou um código contabilístico adequado para as transações da operação	16	32,0	2	4,0	4	8,0	2	4,0	1	2,0	5	10,0	20	40,0	50	100,0
Realizar verificações administrativas relativamente a cada pedido de reembolso por parte dos beneficiários	17	34,0	2	4,0	2	4,0	2	4,0	-	-	4	8,0	23	46,0	50	100,0
Avaliar o cumprimento de objetivos e resultados e propor o encerramento financeiro das operações, nos termos definidos no Manual de Procedimentos e nas Orientações Técnicas e de Gestão	16	32,0	3	6,0	4	8,0	2	4,0	1	2,0	5	10,0	19	38,0	50	100,0
Manter atualizado o Sistema de Informação, com os dados de cada operação, que sejam necessários para o exercício de monitorização, avaliação, gestão financeira, verificação, acompanhamento de irregularidades e auditoria	16	32,0	1	2,0	7	14,0	4	8,0	-	-	5	10,0	17	34,0	50	100,0
Reportar, através dos mecanismos previstos pela Autoridade de Gestão, toda a informação física, financeira e estatística necessária para apoiar a elaboração de indicadores de acompanhamento e de estudos de avaliação	15	30,0	4	8,0	5	10,0	2	4,0	1	2,0	9	18,0	14	28,0	50	100,0

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Rural) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 194. Média da Pertinência/adequação das competências delegadas no GAL, no PDR (Escala de 1 – Nada Pertinente/adequadas a 6- totalmente pertinentes/ adequadas)

	Norte		Centro		Lisboa		Alentejo		Algarve		Total	
	Média	N	Média	N	Média	N	Média	N	Média	N	Média	N
Verificar a admissibilidade e elegibilidade do beneficiário e da operação e fazer a apreciação do mérito das candidaturas	5,69	13	5,17	23	6,00	2	3,89	9	5,00	3	5,10	50
Emitir parecer no âmbito do processo de apreciação da elegibilidade e do mérito das candidaturas, assegurando um processo de seleção em conformidade com os critérios aplicáveis ao PO	5,08	13	4,91	23	6,00	2	3,56	9	4,67	3	4,74	50
Assegurar a organização dos processos de candidaturas de operações ao financiamento pelo PO	4,00	12	4,27	22	-	-	3,67	9	3,33	3	4,02	46
Acompanhar a realização dos investimentos e a execução das ações e assegurar a interlocução privilegiada com os beneficiários, em todas as fases do ciclo de vida das operações sem prejuízo dos mecanismos de acompanhamento, controlo, supervisão e interação da Autoridade de Gestão do PO	3,00	10	3,00	21	6,00	2	2,00	6	4,00	3	3,07	42
Verificar a elegibilidade das despesas designadamente em sede de candidatura e de análise de pedidos de pagamentos	3,29	7	2,63	19	-	-	2,43	7	3,33	3	2,78	36
Verificar a realização efetiva dos produtos e serviços cofinanciados, a obtenção dos resultados definidos quando da aprovação da operação e o pagamento da despesa declarada pelo beneficiário, bem como a sua conformidade com a legislação aplicável, com o Programa Operacional e com as condições de apoio da operação, nos termos estabelecidos no Manual de Procedimento	3,29	7	2,25	20	-	-	2,20	5	3,33	3	2,54	35
Assegurar que os beneficiários mantêm um sistema contabilístico separado ou um código contabilístico adequado para as transações da operação	2,83	6	2,44	16	-	-	2,40	5	2,33	3	2,50	30
Realizar verificações administrativas relativamente a cada pedido de reembolso por parte dos beneficiários	2,83	6	1,71	14	-	-	2,20	5	3,50	2	2,19	27
Avaliar o cumprimento de objetivos e resultados e propor o encerramento financeiro das operações, nos termos definidos no Manual de Procedimentos e nas Orientações Técnicas e de Gestão	2,83	6	2,35	17	-	-	2,20	5	3,00	3	2,48	31
Manter atualizado o Sistema de Informação, com os dados de cada operação, que sejam necessários para o exercício de monitorização, avaliação, gestão financeira, verificação, acompanhamento de irregularidades e auditoria	2,78	9	2,56	16	-	-	2,40	5	2,33	3	2,58	33
Reportar, através dos mecanismos previstos pela Autoridade de Gestão, toda a informação física, financeira e estatística necessária para apoiar a elaboração de indicadores de acompanhamento e de estudos de avaliação	2,67	9	3,22	18	6,00	1	2,20	5	2,00	3	2,92	36

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Rural) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 195. Avaliação contributo do modelo de contratos de financiamento com delegação de competências (comparativamente com contratos de financiamento com gestão administrativa centralizada nas AG) para as seguintes dimensões:

	Contributo negativo		Neutro		Contributo Positivo		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Simplificação administrativa	6	13,0	16	34,8	24	52,2	46	100,0
Redução da carga administrativa	8	17,4	23	50,0	15	32,6	46	100,0
Celeridade de procedimentos	7	15,2	7	15,2	32	69,6	46	100,0
Proximidade aos beneficiários	4	8,3	4	8,3	40	83,3	48	100,0
Capacidade de ajustamento às necessidades do território	3	6,3	9	18,8	36	75,0	48	100,0
Resultados atingidos	2	4,2	7	14,6	39	81,3	48	100,0
Alcance das metas definidas	1	2,1	6	12,5	41	85,4	48	100,0
Participação dos atores locais na definição do processo de desenvolvimento local	1	2,1	7	14,6	40	83,3	48	100,0
Promoção da articulação e criação de sinergias entre beneficiários	1	2,1	11	22,9	36	75,0	48	100,0
Monitorização de resultados	1	2,1	10	20,8	37	77,1	48	100,0
Resposta a necessidades do território	2	4,2	4	8,3	42	87,5	48	100,0
Outras.			1	33,3	2	66,7	3	100,0

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Rural) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 196. Outras. Quais?

	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo	Algarve
Criação de escala e massa crítica para desenvolvimento de ações em cooperação territorial	1				
Necessidade de maior apoio financeiro e mais simplificação nos procedimentos administrativos. Demasiada dependência da Autoridade de Gestão com os consequentes atrasos que deveriam ser evitados. Melhor e maior articulação entre a A&DC e as Autoridades de Gestão e entre esta e os GAL.		1			

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Rural) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 197. Média do contributo do modelo de contratos de financiamento com delegação de competências (comparativamente com contratos de financiamento com gestão administrativa centralizada nas AG) para as seguintes dimensões (Escala de 1 – contributo negativo, 2 – neutro e 3 – Positivo)

	Norte		Centro		Lisboa		Alentejo		Algarve		Total	
	Média	N	Média	N	Média	N	Média	N	Média	N	Média	N
Simplificação administrativa	2,42	12	2,29	21	2,00	1	2,67	9	2,33	3	2,39	46
Redução da carga administrativa	2,33	12	1,95	21	2,00	1	2,44	9	2,00	3	2,15	46
Celeridade de procedimentos	2,50	12	2,43	21	3,00	1	2,78	9	2,67	3	2,54	46
Proximidade aos beneficiários	2,67	12	2,70	23	3,00	1	3,00	9	2,67	3	2,75	48
Capacidade de ajustamento às necessidades do território	2,75	12	2,70	23	2,00	1	2,78	9	2,33	3	2,69	48
Resultados atingidos	2,75	12	2,74	23	3,00	1	2,89	9	2,67	3	2,77	48
Alcance das metas definidas	2,92	12	2,74	23	3,00	1	3,00	9	2,67	3	2,83	48
Participação dos atores locais na definição do processo de desenvolvimento local	2,83	12	2,83	23	3,00	1	2,78	9	2,67	3	2,81	48
Promoção da articulação e criação de sinergias entre beneficiários	2,75	12	2,70	23	3,00	1	2,78	9	2,67	3	2,73	48
Monitorização de resultados	2,83	12	2,61	23	3,00	1	3,00	9	2,67	3	2,75	48
Resposta a necessidades do território	2,92	12	2,83	23	3,00	1	2,89	9	2,33	3	2,83	48
Outras.	3,00	1	2,00	1	-	-	3,00	1	-	-	2,67	3

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Rural) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 198. Competências que considera que poderiam ter sido delegadas, por PO, por região

	Norte (N=9)		Centro (N=15)		Lisboa (N=1)		Alentejo (N=7)		Algarve (N=3)		Total (N=35)	
	N	de casos	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos
PDR												
Definir os critérios de seleção a das operações	9	100,0	10	66,7	1	100,0	7	100,0	2	66,7	29	82,9
Definir o calendário de abertura dos AAC	5	55,6	6	40,0	1	100,0	2	28,6	2	66,7	16	45,7
Aprovar as candidaturas a financiamento	5	55,6	7	46,7	1	100,0	2	28,6	3	100,0	18	51,4
Formalizar a concessão dos apoios (envio do termo de aceitação para os beneficiários)	4	44,4	9	60,0	-	-	1	14,3	1	33,3	15	42,9
Determinar a categoria de intervenção a que são atribuídas as despesas da operação	6	66,7	10	66,7	1	100,0	4	57,1			21	60,0
Decidir sobre pedidos de alterações às operações	5	55,6	8	53,3	1	100,0	2	28,6	3	100,0	19	54,3
	Norte (N=11)		Centro (N=22)		Lisboa (N=2)		Alentejo (N=9)		Algarve (N=3)		Total (N=47)	
POR												
Definir os critérios de seleção a das operações	11	100,0	19	86,4	2	100,0	5	55,6	2	66,7	39	83,0
Definir o calendário de abertura dos AAC	10	90,9	20	90,9	2	100,0	8	88,9	2	66,7	42	89,4
Aprovar as candidaturas a financiamento	10	90,9	19	86,4	2	100,0	8	88,9	3	100,0	42	89,4
Formalizar a concessão dos apoios (envio do termo de aceitação para os beneficiários)	3	27,3	13	59,1	1	50,0	2	22,2	1	33,3	20	42,6
Determinar a categoria de intervenção a que são atribuídas as despesas da operação	7	63,6	15	68,2	2	100,0	4	44,4			28	59,6
Decidir sobre pedidos de alterações às operações	10	90,9	13	59,1	2	100,0	8	88,9	3	100,0	36	76,6

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Rural) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 199. Avaliação do funcionamento dos mecanismos de articulação entre as AG e as e as Equipas do GAL, por PO

	1 – não funcionam		2		3		4		5		6 - funcionam muito bem		N/A		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
PDR																
Reuniões periódicas	-	-	-	-	2	3,9	5	9,8	15	29,4	29	56,9	-	-	51	100,0
Emissão de pareceres	-	-	1	2,0	4	8,0	9	18,0	16	32,0	16	32,0	4	8,0	50	100,0
Reuniões de coordenação	-	-	1	2,0			6	12,0	16	32,0	25	50,0	2	4,0	50	100,0

	1 – não funcionam		2		3		4		5		6 - funcionam muito bem		N/A		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
PDR																
Ligação com um ponto focal	-	-	2	4,0	2	4,0	3	6,0	15	30,0	23	46,0	5	10,0	50	100,0
Outros	1	33,3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	66,7	3	100,0
POR																
Reuniões periódicas	1	7	2	10	3	10	4	7	5	10,0	6	12,0	5	10,0	50	100,0
Emissão de pareceres	9	18,0	11	22,0	9	18,0	8	16,0	5	10,0	5	10,0	3	6,0	50	100,0
Reuniões de coordenação	11	22,4	8	16,3	10	20,4	8	16,3	5	10,2	4	8,2	3	6,1	49	100,0
Ligação com um ponto focal	9	18,0	8	16,0	6	12,0	11	22,0	2	4,0	9	18,0	5	10,0	50	100,0
Outros	1	25,0	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	75,0	4	100,0

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Rural) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 200. Média da Avaliação do funcionamento dos mecanismos de articulação entre as AG e as e as Equipas do GAL, por PO e região

	Norte		Centro		Lisboa		Alentejo		Algarve		Total	
	Média	N	Média	N	Média	N	Média	N	Média	N	Média	N
PDR												
Reuniões periódicas	5,21	14	5,70	23	5,00	2	4,89	9	5,67	3	5,39	51
Emissão de pareceres	4,75	12	5,09	22	-	-	4,78	9	4,67	3	4,91	46
Reuniões de coordenação	5,31	13	5,57	23	-	-	5,00	9	4,67	3	5,33	48
Ligação com um ponto focal	4,92	13	5,45	22	5,00	1	5,14	7	5,00	2	5,22	45
Outros	1,00	1	-	-	-	-	7,00	2	-	-	5,00	3
POR												
Reuniões periódicas	2,10	10	3,70	23	5,00	1	2,63	8	4,67	3	3,24	45
Emissão de pareceres	2,42	12	3,43	23	-	-	2,67	9	4,33	3	3,09	47
Reuniões de coordenação	2,25	12	3,59	22	-	-	2,11	9	4,33	3	3,00	46
Ligação com um ponto focal	2,92	13	3,90	21	5,00	1	2,50	8	3,00	2	3,36	45
Outros	1,00	1	-	-	-	-	7,00	3	-	-	5,50	4

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Rural) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 201. Outras. Quais?

	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo	Algarve
A articulação com a CCDDR funcionou muito bem e com a AG do PDR também funcionou bem.					1
Há necessidade de maior articulação entre os GAL e as AG, principalmente no POR vem como realização de visitas aos GAL pelos coordenadores das AG, com visita a projetos, permitindo um conhecimento mais estreito da realidade dos projetos aprovados.	1				

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Rural) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 202. Peso do financiamento associado aos custos de financiamento da gestão do DLBC Rural no conjunto da atividade e financiamento da entidade gestora

	Norte		Centro		Lisboa		Alentejo		Algarve		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
≤10%	-	-	-	-	-	-	1	16,7	1	33,3	2	5,7
11 a 20%	2	22,2	4	23,5	-	-	2	33,3	-	-	8	22,9
21 a 30%	-	-	2	11,8	-	-	1	16,7	1	33,3	4	11,4
31 a 40%	-	-	-	-	-	-	1	16,7	-	-	1	2,9
41 a 50%	3	33,3	3	17,6	-	-	-	-	-	-	6	17,1
51 a 60%	-	-	2	11,8	-	-	-	-	-	-	2	5,7
61 a 70%	-	-	1	5,9	-	-	-	-	-	-	1	2,9
71 a 80%	1	11,1	3	17,6	-	-	1	16,7	-	-	5	14,3
81 a 90%	2	22,2	2	11,8	-	-	-	0,0	-	-	4	11,4
91 a 100%	1	11,1	-	-	-	-	-	-	1	33,3	2	5,7
Total	9	100,0	17	100,0	-	-	6	100,0	3	100,0	35	100,0

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Rural) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 203. Adequação dotação financeira afeta às funções de gestão do tendo em consideração as competências de gestão delegadas

1 - Nada adequada		2		3		4		5		6 – totalmente adequada		Total	
N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
9,8	5	33,3	17	21,6	11	19,6	10	9,8	5	5,9	3	100,0	51

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Rural) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 204. Média da adequação dotação financeira afeta às funções de gestão do tendo em consideração as competências de gestão delegadas. (Escala de 1 – nada adequada a 6 - totalmente adequada)

Norte		Centro		Lisboa		Alentejo		Algarve		Total	
Média	N	Média	N	Média	N	Média	N	Média	N	Média	N
2,79	14	3,00	23	4,00	2	3,33	9	3,00	3	3,04	51

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Rural) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 205. Nº de elementos da equipa técnica (internos e externos)

	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo	Algarve	Total	
	N	N	N	N	N	N	%
Internos							
2	2	-	-	-	-	2	4,1
3	-	-	-	2	-	3	6,1
4	2	4	1	2	1	10	20,4
5	2	8	1	3	1	15	30,6
6	1	4	-	1	-	6	12,2
7	2	1	-	1	-	4	8,2
8	3	3	-	-	-	6	12,2
10	1	-	-	-	-	1	2,0
12	1	-	-	-	-	1	2,0
44	-	-	-	-	-	1	2,0
Total	14	20	2	9	2	49	100,0
Externos							
0	3	9	1	2	1	16	59,3
1	4	1	-	2	-	7	25,9
2	1	-	-	-	-	1	3,7
4	-	-	-	-	1	1	3,7
5	1	1	-	-	-	2	7,4
Total	9	11	1	4	2	27	100,0

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Rural) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 206. Adequação da Equipa técnica afeta à gestão do DLBC RURAL

	1 – Nada Adequados		2		3		4		5		6 - Totalmente Adequados		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Dimensão da equipa técnica	-	-	4	7,8	18	35,3	7	13,7	14	27,5	8	15,7	51	100,0
Competências dos elementos da equipa técnica	-	-	-	-	-	-	5	10,0	28	56,0	17	34,0	50	100,0

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Rural) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 207. Média da adequação da Equipa técnica afeta à gestão do DLBC RURAL Escala 1 – nada adequados a 6 - totalmente adequados)

	Norte		Centro		Lisboa		Alentejo		Algarve		Total	
	Média	N	Média	N	Média	N	Média	N	Média	N	Média	N
Dimensão da equipa técnica	4,14	14	4,04	23	4,00	2	4,11	9	4,00	3	4,08	51
Competências dos elementos da equipa técnica	5,36	14	5,27	22	5,50	2	5,11	9	4,67	3	5,24	50

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Rural) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 208. Principais necessidades/problemas que sente em relação a atual Equipa Técnica, por região

	Norte (N=13)		Centro (N=20)		Lisboa (N=2)		Alentejo (N=8)		Algarve (N=3)		Total (N=46)	
	N	de casos	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos
Insuficiência no número de elementos da ETL	6	46,2	11	55,0	1	50,0	4	50,0	1	33,3	23	50,0
Excesso no número de elementos da ETL	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Desadequação da formação e conhecimentos face aos domínios de intervenção do GAL	1	7,7	2	10,0	-	-	-	-	-	-	3	6,5
Insuficiência de conhecimentos técnicos face aos domínios de intervenção do GAL	4	30,8	6	30,0	-	-	4	50,0	2	66,7	16	34,8
Excessiva especialização dos técnicos em determinada área/função	-	-	1	5,0	-	-	1	12,5	-	-	2	4,3

Excessiva polivalência dos técnicos	4	30,8	9	45,0	1	50,0	5	62,5	2	66,7	21	45,7
Outros	2	15,4	4	20,0	-	-	-	-	1	33,3	7	15,2

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Rural) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 209. Outros. Quais?

	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo	Algarve
Apoio Jurídico		1			
Ausência de técnicos em direito (pelo excessiva carga burocrática, análise reclamações, RGPD...)		1			
Dificuldade em recrutar novos técnicos					1
escassez de verbas para compensar os esforços da ETL dada a polivalência necessária, dada a exiguidade de recursos, uma vez que as despesas de funcionamento são limitadas e existem encargos financeiros derivados de Garantias Bancárias ao IFAP, IP que afetam o sistema de gestão financeira da entidade gestora na qualidade de associação sem fins lucrativos		1			
Excesso de Burocracia nos processos, levando os técnicos à exaustão; Falta de autonomia dos GAL para poderem responder às questões dos beneficiários		1			
Formação continua especializada		1			
Necessidade de existir uma equipa pluridisciplinar para fazer face às exigências territoriais, nos domínios agrícolas, florestais, do património, do marketing, da animação e da formação. Exemplo da extensão rural que tinha uma intervenção adequada às necessidades reais dos territórios rurais. A população do meio rural sente-se órfão do apoio técnico necessário e indispensável para a dinamização do tecido económico e social dos seus territórios.	1				
Necessidades pontuais de técnicos com conhecimento na área jurídica.	1				

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Rural) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 210. Ações de capacitação desenvolvidas para os técnicos no atual quadro programático, por região

	Norte (N=14)		Centro (N=23)		Lisboa (N=2)		Alentejo (N=9)		Algarve (N=3)		Total (N=51)	
	N	de casos	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos
Contratação Pública	13	92,9	19	82,6	2	100,0	8	88,9	3	100,0	45	88,2
Sistemas de Informação	13	92,9	22	95,7	2	100,0			3	100,0	45	88,2
Critérios de análise de projetos	12	85,7	16	69,6	1	50,0	5	55,6	2	66,7	39	76,5
Monitorização e Avaliação	9	64,3	16	69,6	1	50,0	8	88,9	1	33,3	31	60,8
Conceção de documentos estratégicos e de programação	3	21,4	7	30,4	1	50,0	4	44,4	-	-	13	25,5
Outras	-	-	5	21,7	-	-	2	22,2	1	33,3	6	11,8

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Rural) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 211. Outros. Quais?

	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo	Algarve
Análise financeira de projetos		2			
as ações foram promovidas pela ADL/GAL		1			
Identificação de Beneficiário - IB; Análise de pedidos de pagamento		1			
Participamos em todas as ações de formação de carácter menos formal (sessões de esclarecimento) promovidas pelas AG para cada um dos programas geridos o que faz com além dos critérios de análise nos tivesse sido clarificado o método de cálculo de mérito,, regras de admissibilidade de candidaturas, tipologia das operações elegíveis, validação de postos de trabalho e demais temáticas inerentes aos avisos de concurso com base na legislação em vigor e alterações		1			
RGPD		1			1
Parcelário (referimos ações realizadas pelas AG bem como outras dinamizadas pelo próprio GAL ou com apoio da Federação Minha Terra))		1			
TIC		1			

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Rural) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 212. Adequação das ações de capacitação desenvolvidas para os técnicos no atual quadro programático

	1 – Nada Adequados		2		3		4		5		6 - Totalmente Adequados		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Contratação Pública	-	-	6	12,8	11	23,4	11	23,4	11	23,4	8	17,0	47	100,0
Sistemas de Informação	-	-	6	12,5	8	16,7	11	22,9	15	31,3	8	16,7	48	100,0
Critérios de análise de projetos	-	-	2	4,4	10	22,2	12	26,7	12	26,7	9	20,0	45	100,0
Monitorização e Avaliação	-	-	6	16,7	10	27,8	6	16,7	9	25,0	5	13,9	36	100,0
Conceção de documentos estratégicos e de programação	1	4,3	8	34,8	5	21,7	1	4,3	4	17,4	4	17,4	23	100,0
Outras	-	-	-	-	-	-	1	16,7	3	50,0	2	33,3	6	100,0

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Rural) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 213. Adequação das ações de capacitação desenvolvidas para os técnicos no atual quadro Programático Escala 1 – nada adequados a 6 - totalmente adequados)

	Norte		Centro		Lisboa		Alentejo		Algarve		Total	
	Média	N	Média	N	Média	N	Média	N	Média	N	Média	N
Contratação Pública	4,23	13	4,00	21	6,00	1	3,56	9	5,00	3	4,09	47
Sistemas de Informação	3,86	14	4,61	23	6,00	1	3,43	7	4,33	3	4,23	48
Critérios de análise de projetos	4,17	12	4,57	21	6,00	1	3,89	9	4,50	2	4,36	45
Monitorização e Avaliação	3,73	11	4,17	18	6,00	1	3,20	5	3,00	1	3,92	36
Conceção de documentos estratégicos e de programação	2,75	4	3,83	12	6,00	1	3,00	5	2,00	1	3,48	23
Outras	6,00	1	5,00	5	-	-	-	-	-	-	5,17	6

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Rural) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 214. Outros. Quais?

	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo	Algarve
Análise financeira de projetos		2			
as identificadas		1			
estas ações foram promovidas pelo GAL		1			
Identificação de Beneficiário - IB; Análise de pedidos de pagamento		1			
QUASE A TOTALIDADE DAS FORMAÇÕES FORAM FINANCIADAS MAS RECORREMOS A ENTIDADES EXTERNAS	1				

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Rural) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 215. Áreas com maior necessidade de capacitação dos técnicos

	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo	Algarve
Análise de pedidos de pagamento e formação sobre animação territorial.	1				
Análise de pedidos de apoio (operações 10.2.1.1 e 10.2.1.2, em particular elegibilidades e licenciamentos); análise de pedidos de pagamento, verificações físicas no local / controlo in loco (neste âmbito, a nossa aprendizagem é feita com base nos relatórios dos controlos de qualidade aos pedidos de pagamento realizados pelo IFAP e pela DRAP				1	
Análise de projetos agrícolas		1			1
Análise financeira				1	
Avaliação e monitorização	2			1	
Conceção de documentos estratégicos de programação	3	1		2	1
Marketing Estratégico	1			1	
Comunicação	1	2	1		
Agrícola e Jurídica		1			
outras áreas transversais (programação, cooperação, animação territorial,...)			1		
Conceção de documentos de planeamento estratégico num contexto de investigação e diagnóstico aplicados ao terreno, sendo pertinente passar do planos de desenvolvimento territorial à concretização efetiva com mecanismos de financiamento associados à priori. Os técnicos são confrontados com legislação avulsa e programas à posteriori para executar a estratégia aprovada. A área jurídica é importante para compreender o alcance das decisões com base na correta aplicação da legislação		1			
aspectos específicos da atividade agrícola.					1
Contratação Pública	8	6		2	
Parcelário / Análise de Projectos e Pedidos de Pagamento		1			
Análise PA	1				
Código do procedimento administrativo		1		1	
Contabilidade			1	1	
Marketing territorial	1				
Análise financeira		1	1		
RGPD, análise económica-financeira	1				
Licenciamentos	1				
Critérios de análise de projetos		1			
Dinamização Territorial		1			
Direito; Análise projetos; Avaliação da EDL		1			
Especialização em SIG - Sistema de informação geográfica		1			
ferramentas office	1				
Isip, Cadeias Curtas de comercialização	1				
Licenciamento industrial		2			
Licenciamentos de investimentos				1	
Parcelário Agrícola; Licenciamentos		1			
SIG			1	1	
TECNOLOGIAS AGRÍCOLAS; LICENCIAMENTOS ATIVIDADE (SIR); ANÁLISE DE PEDIDOS DE PAGAMENTO; ANÁLISE DE PROJETOS	1				
Verificações físicas		1			
VIABILIDADE ECONÓMICA, CONCEÇÃO DE DOCUMENTOS DE ESTRATÉGIA, TÉCNICAS AGRÁRIAS					1

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Rural) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 216. Em que medida o GAL foi envolvido e participou na definição dos seguintes elementos dos Avisos, PDR

	1 – Não deram contributos		2 – Deram contributos, mas não foram integrados		3 – Deram contributos e foram parcialmente integrados		4 – Deram contributos e foram integrados		5 – Foram responsáveis pela definição		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Definição do calendário de abertura dos AAC	-	-	-	-	4	8,0	7	14,0	39	78,0	50	100,0
Dotação financeira	2	4,0	2	4,0	7	14,0	9	18,0	30	60,0	50	100,0
Definição das TO/medidas	15	30,6	5	10,2	11	22,4	6	12,2	12	24,5	49	100,0
Prazos de apresentação das candidaturas	1	2,0	-	-	4	8,0	7	14,0	38	76,0	50	100,0
Definição dos requisitos (formais e documentais)	11	22,0	3	6,0	20	40,0	12	24,0	4	8,0	50	100,0
Definição de Indicadores	10	20,0	4	8,0	22	44,0	8	16,0	6	12,0	50	100,0
Critérios de seleção das operações	7	14,0			22	44,0	12	24,0	9	18,0	50	100,0
Ações de divulgação, informação e publicidade realizadas	2	4,1	1	2,0	2	4,1	6	12,2	38	77,6	49	100,0
Adaptação dos avisos às especificidades territoriais	4	8,2	5	10,2	14	28,6	15	30,6	11	22,4	49	100,0

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Rural) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 217. Em que medida o GAL foi envolvido e participou na definição dos seguintes elementos dos Avisos, PDR (Norte)

	1 – Não deram contributos		2 – Deram contributos, mas não foram integrados		3 – Deram contributos e foram parcialmente integrados		4 – Deram contributos e foram integrados		5 – Foram responsáveis pela definição		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Definição do calendário de abertura dos AAC	-	-	-	-	1	7,7	2	15,4	10	76,9	13	100,0
Dotação financeira	1	7,7	1	7,7	-	-	1	7,7	10	76,9	13	100,0
Definição das TO/medidas	4	30,8	3	23,1	1	7,7	-	-	5	38,5	13	100,0
Prazos de apresentação das candidaturas	-	-	-	-	3	23,1	-	-	10	76,9	13	100,0
Definição dos requisitos (formais e documentais)	1	7,7	2	15,4	3	23,1	5	38,5	2	15,4	13	100,0
Definição de Indicadores	3	23,1	2	15,4	4	30,8	2	15,4	2	15,4	13	100,0
Critérios de seleção das operações	1	7,7	-	-	4	30,8	3	23,1	5	38,5	13	100,0
Ações de divulgação, informação e publicidade realizadas	-	-	-	-	1	7,7	1	7,7	11	84,6	13	100,0
Adaptação dos avisos às especificidades territoriais	1	7,7	1	7,7	4	30,8	3	23,1	4	30,8	13	100,0

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Rural) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 218. Em que medida o GAL foi envolvido e participou na definição dos seguintes elementos dos Avisos, PDR (Centro)

	1 – Não deram contributos		2 – Deram contributos, mas não foram integrados		3 – Deram contributos e foram parcialmente integrados		4 – Deram contributos e foram integrados		5 – Foram responsáveis pela definição		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Definição do calendário de abertura dos AAC	-	-	-	-	2	8,7	3	13,0	18	78,3	23	100,0
Dotação financeira	1	4,3	-	-	4	17,4	4	17,4	14	60,9	23	100,0
Definição das TO/medidas	5	21,7	2	8,7	5	21,7	5	21,7	6	26,1	23	100,0
Prazos de apresentação das candidaturas	1	4,3	-	-	-	-	4	17,4	18	78,3	23	100,0
Definição dos requisitos (formais e documentais)	5	21,7	1	4,3	10	43,5	5	21,7	2	8,7	23	100,0
Definição de Indicadores	2	8,7	2	8,7	9	39,1	6	26,1	4	17,4	23	100,0
Critérios de seleção das operações	5	21,7	-	-	9	39,1	6	26,1	3	13,0	23	100,0
Ações de divulgação, informação e publicidade realizadas	1	4,3	0	0,0	1	4,3	3	13,0	18	78,3	23	100,0
Adaptação dos avisos às especificidades territoriais	1	4,3	2	8,7	5	21,7	9	39,1	6	26,1	23	100,0

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Rural) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 219. Em que medida o GAL foi envolvido e participou na definição dos seguintes elementos dos Avisos, PDR (Lisboa)

	1 – Não deram contributos		2 – Deram contributos, mas não foram integrados		3 – Deram contributos e foram parcialmente integrados		4 – Deram contributos e foram integrados		5 – Foram responsáveis pela definição		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Definição do calendário de abertura dos AAC	-	-	-	-	-	-	-	-	2	100,0	2	100,0
Dotação financeira	-	-	-	-	-	-	-	-	2	100,0	2	100,0
Definição das TO/medidas	2	100,0	-	-	-	-	-	-	-	-	2	100,0
Prazos de apresentação das candidaturas	-	-	-	-	-	-	-	-	2	100,0	2	100,0
Definição dos requisitos (formais e documentais)	2	100,0	-	-	-	-	-	-	-	-	2	100,0
Definição de Indicadores	1	50,0	-	-	1	50,0	-	-	-	-	2	100,0
Critérios de seleção das operações	-	-	-	-	2	100,0	-	-	-	-	2	100,0
Ações de divulgação, informação e publicidade realizadas	-	-	-	-	-	-	-	-	1	100,0	1	100,0
Adaptação dos avisos às especificidades territoriais	-	-	-	-	1	100,0	-	-	-	-	1	100,0

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Rural) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 220. Em que medida o GAL foi envolvido e participou na definição dos seguintes elementos dos Avisos, PDR (Alentejo)

	1 – Não deram contributos		2 – Deram contributos, mas não foram integrados		3 – Deram contributos e foram parcialmente integrados		4 – Deram contributos e foram integrados		5 – Foram responsáveis pela definição		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Definição do calendário de abertura dos AAC	-	-	-	-	1	11,1	1	11,1	7	77,8	9	100,0
Dotação financeira	-	-	-	-	2	22,2	3	33,3	4	44,4	9	100,0
Definição das TO/medidas	3	37,5	-	-	4	50,0	1	12,5	-	-	8	100,0
Prazos de apresentação das candidaturas	-	-	-	-	1	11,1	2	22,2	6	66,7	9	100,0
Definição dos requisitos (formais e documentais)	2	22,2	-	-	5	55,6	2	22,2	-	-	9	100,0
Definição de Indicadores	4	44,4	-	-	5	55,6	-	-	-	-	9	100,0
Critérios de seleção das operações	1	11,1	-	-	4	44,4	3	33,3	1	11,1	9	100,0
Ações de divulgação, informação e publicidade realizadas	-	-	1	11,1	-	-	2	22,2	6	66,7	9	100,0
Adaptação dos avisos às especificidades territoriais	2	22,2	2	22,2	4	44,4	1	11,1	-	-	9	100,0

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Rural) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 221. Em que medida o GAL foi envolvido e participou na definição dos seguintes elementos dos Avisos, PDR (Algarve)

	1 – Não deram contributos		2 – Deram contributos, mas não foram integrados		3 – Deram contributos e foram parcialmente integrados		4 – Deram contributos e foram integrados		5 – Foram responsáveis pela definição		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Definição do calendário de abertura dos AAC	-	-	-	-	-	-	1	33,3	2	66,7	3	100,0
Dotação financeira	-	-	1	33,3	1	33,3	1	33,3	-	-	3	100,0
Definição das TO/medidas	1	33,3	-	-	1	33,3	-	-	1	33,3	3	100,0
Prazos de apresentação das candidaturas	-	-	-	-	-	-	1	33,3	2	66,7	3	100,0
Definição dos requisitos (formais e documentais)	1	33,3	-	-	2	66,7	-	-	-	-	3	100,0
Definição de Indicadores	-	-	-	-	3	100,0	-	-	-	-	3	100,0
Critérios de seleção das operações	-	-	-	-	3	100,0	-	-	-	-	3	100,0
Ações de divulgação, informação e publicidade realizadas	1	33,3	-	-	-	-	-	-	2	66,7	3	100,0
Adaptação dos avisos às especificidades territoriais	-	-	-	-	-	-	2	66,7	1	33,3	3	100,0

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Rural) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 222. Em que medida o GAL foi envolvido e participou na definição dos seguintes elementos dos Avisos, POR

	1 – Não deram contributos		2 – Deram contributos, mas não foram integrados		3 – Deram contributos e foram parcialmente integrados		4 – Deram contributos e foram integrados		5 – Foram responsáveis pela definição		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Definição do calendário de abertura dos AAC	15	30,0	13	26,0	12	24,0	4	8,0	6	12,0	50	100,0
Dotação financeira	11	22,0	10	20,0	10	20,0	6	12,0	13	26,0	50	100,0
Definição das TO/medidas	21	42,9	14	28,6	8	16,3	4	8,2	2	4,1	49	100,0
Prazos de apresentação das candidaturas	13	26,0	9	18,0	16	32,0	3	6,0	9	18,0	50	100,0
Definição dos requisitos (formais e documentais)	22	44,0	12	24,0	13	26,0	2	4,0	1	2,0	50	100,0
Definição de Indicadores	22	44,0	13	26,0	10	20,0	3	6,0	2	4,0	50	100,0
Critérios de seleção das operações	18	36,0	8	16,0	19	38,0	3	6,0	2	4,0	50	100,0
Ações de divulgação, informação e publicidade realizadas	7	14,3	2	4,1	3	6,1	6	12,2	31	63,3	49	100,0
Adaptação dos avisos às especificidades territoriais	14	28,6	9	18,4	20	40,8	1	2,0	5	10,2	49	100,0

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Rural) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 223. Em que medida o GAL foi envolvido e participou na definição dos seguintes elementos dos Avisos, POR (Norte)

	1 – Não deram contributos		2 – Deram contributos, mas não foram integrados		3 – Deram contributos e foram parcialmente integrados		4 – Deram contributos e foram integrados		5 – Foram responsáveis pela definição		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Definição do calendário de abertura dos AAC	2	15,4	4	30,8	3	23,1	1	7,7	3	23,1	13	100,0
Dotação financeira	4	30,8	-	-	1	7,7	4	30,8	4	30,8	13	100,0
Definição das TO/medidas	7	53,8	3	23,1	1	7,7	2	15,4	-	-	13	100,0
Prazos de apresentação das candidaturas	1	7,7	3	23,1	6	46,2	-	-	3	23,1	13	100,0
Definição dos requisitos (formais e documentais)	3	23,1	3	23,1	6	46,2	1	7,7	-	-	13	100,0
Definição de Indicadores	8	61,5	3	23,1	2	15,4	-	-	-	-	13	100,0
Critérios de seleção das operações	1	7,7	3	23,1	7	53,8	1	7,7	1	7,7	13	100,0
Ações de divulgação, informação e publicidade realizadas	-	-	-	-	2	15,4	-	-	11	84,6	13	100,0
Adaptação dos avisos às especificidades territoriais	4	30,8	2	15,4	4	30,8	1	7,7	2	15,4	13	100,0

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Rural) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 224. Em que medida o GAL foi envolvido e participou na definição dos seguintes elementos dos Avisos, POR (Centro)

	1 – Não deram contributos		2 – Deram contributos, mas não foram integrados		3 – Deram contributos e foram parcialmente integrados		4 – Deram contributos e foram integrados		5 – Foram responsáveis pela definição		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Definição do calendário de abertura dos AAC	8	34,8	7	30,4	4	17,4	2	8,7	2	8,7	23	100,0
Dotação financeira	5	21,7	6	26,1	6	26,1	1	4,3	5	21,7	23	100,0
Definição das TO/medidas	7	30,4	6	26,1	6	26,1	2	8,7	2	8,7	23	100,0
Prazos de apresentação das candidaturas	8	34,8	5	21,7	4	17,4	2	8,7	4	17,4	23	100,0
Definição dos requisitos (formais e documentais)	11	47,8	6	26,1	4	17,4	1	4,3	1	4,3	23	100,0
Definição de Indicadores	7	30,4	5	21,7	7	30,4	3	13,0	1	4,3	23	100,0
Critérios de seleção das operações	12	52,2	2	8,7	7	30,4	1	4,3	1	4,3	23	100,0
Ações de divulgação, informação e publicidade realizadas	2	8,7	1	4,3	1	4,3	4	17,4	15	65,2	23	100,0
Adaptação dos avisos às especificidades territoriais	6	26,1	4	17,4	12	52,2	-	-	1	4,3	23	100,0

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Rural) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 225. Em que medida o GAL foi envolvido e participou na definição dos seguintes elementos dos Avisos, POR (Lisboa)

	1 – Não deram contributos		2 – Deram contributos, mas não foram integrados		3 – Deram contributos e foram parcialmente integrados		4 – Deram contributos e foram integrados		5 – Foram responsáveis pela definição		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Definição do calendário de abertura dos AAC	-	-	-	-	-	-	1	50,0	1	50,0	2	100,0
Dotação financeira	-	-	-	-	-	-	2	100,0	2	100,0	-	-
Definição das TO/medidas	2	100,0	-	-	-	-	-	-	-	-	2	100,0
Prazos de apresentação das candidaturas	-	-	-	-	-	-	-	-	2	100,0	2	100,0
Definição dos requisitos (formais e documentais)	2	100,0	-	-	-	-	-	-	-	-	2	100,0
Definição de Indicadores	1	50,0	-	-	1	50,0	-	-	-	-	2	100,0
Critérios de seleção das operações	-	-	1	50,0	-	-	1	50,0	-	-	2	100,0
Ações de divulgação, informação e publicidade realizadas	-	-	-	-	-	-	-	-	1	100,0	1	100,0
Adaptação dos avisos às especificidades territoriais	-	-	-	-	-	-	-	-	1	100,0	1	100,0

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Rural) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 226. Em que medida o GAL foi envolvido e participou na definição dos seguintes elementos dos Avisos, POR (Alentejo)

	1 – Não deram contributos		2 – Deram contributos, mas não foram integrados		3 – Deram contributos e foram parcialmente integrados		4 – Deram contributos e foram integrados		5 – Foram responsáveis pela definição		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Definição do calendário de abertura dos AAC	4	44,4	1	11,1	4	44,4	-	-	-	-	9	100,0
Dotação financeira	2	22,2	2	22,2	3	33,3	1	11,1	1	11,1	9	100,0
Definição das TO/medidas	4	50,0	3	37,5	1	12,5	-	-	-	-	8	100,0
Prazos de apresentação das candidaturas	3	33,3	-	-	5	55,6	1	11,1	-	-	9	100,0
Definição dos requisitos (formais e documentais)	5	55,6	2	22,2	2	22,2	-	-	-	-	9	100,0
Definição de Indicadores	5	55,6	4	44,4	-	-	-	-	-	-	9	100,0
Critérios de seleção das operações	5	55,6	1	11,1	3	33,3	-	-	-	-	9	100,0
Ações de divulgação, informação e publicidade realizadas	3	33,3	1	11,1	-	-	1	11,1	4	44,4	9	100,0
Adaptação dos avisos às especificidades territoriais	3	33,3	3	33,3	3	33,3	-	-	-	-	9	100,0

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Rural) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 227. Em que medida o GAL foi envolvido e participou na definição dos seguintes elementos dos Avisos, POR (Algarve)

	1 – Não deram contributos		2 – Deram contributos, mas não foram integrados		3 – Deram contributos e foram parcialmente integrados		4 – Deram contributos e foram integrados		5 – Foram responsáveis pela definição		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Definição do calendário de abertura dos AAC	1	33,3	1	33,3	1	33,3	-	-	-	-	3	100,0
Dotação financeira	-	-	2	66,7	-	-	-	-	1	33,3	3	100,0
Definição das TO/medidas	1	33,3	2	66,7	-	-	-	-	-	-	3	100,0
Prazos de apresentação das candidaturas	1	33,3	1	33,3	1	33,3	-	-	-	-	3	100,0
Definição dos requisitos (formais e documentais)	1	33,3	1	33,3	1	33,3	-	-	-	-	3	100,0
Definição de Indicadores	1	33,3	1	33,3	-	-	-	-	1	33,3	3	100,0
Critérios de seleção das operações	-	-	1	33,3	2	66,7	-	-	-	-	3	100,0
Ações de divulgação, informação e publicidade realizadas	2	66,7	-	-	-	-	1	33,3	-	-	3	100,0
Adaptação dos avisos às especificidades territoriais	1	33,3	-	-	1	33,3	-	-	1	33,3	3	100,0

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Rural) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 228. Adequação dos calendários de abertura dos avisos para operações integradas nos DLBC RURAL e dos prazos de submissão de candidaturas relativamente ao Tempo entre a realização das ações de divulgação e o prazo para submissão das candidaturas

	1 - Nada adequadas		2		3		4		5		6 – Totalmente adequadas		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
10.2.1.1. Pequenos investimentos nas explorações agrícolas (FEADER)	-	-	1	2,2	2	4,3	4	8,7	15	32,6	24	52,2	46	100,0
10.2.1.2. Pequenos investimentos na transformação e comercialização (FEADER)	-	-	1	2,2	2	4,3	4	8,7	16	34,8	23	50,0	46	100,0
10.2.1.3. Diversificação de atividades na exploração agrícola (FEADER)	-	-	1	2,2	2	4,3	4	8,7	15	32,6	24	52,2	46	100,0
10.2.1.4. Cadeias curtas e mercados locais (FEADER)	-	-	1	2,3	1	2,3	6	13,6	13	29,5	23	52,3	44	100,0
10.2.1.5. Promoção de produtos de qualidade locais (FEADER)	7	18,9	1	2,7	2	5,4	3	8,1	10	27,0	14	37,8	37	100,0
10.2.1.6. Renovação de aldeias (territórios rurais) (FEADER)	-	-	1	2,3	1	2,3	5	11,4	13	29,5	24	54,5	44	100,0
8.8/8a. Apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas e à atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas e microempresas (FEDER)	3	6,7	-	-	7	15,6	9	20,0	9	20,0	17	37,8	45	100,0
6.3/6c. Conservação, proteção, promoção e desenvolvimento do património natural e cultural (FEDER)	6	16,7	1	2,8	7	19,4	7	19,4	4	11,1	11	30,6	36	100,0

	1 - Nada adequadas		2		3		4		5		6 – Totalmente adequadas		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
8.3/8iii. Emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras (FSE)	3	6,7	1	2,2	9	20,0	6	13,3	9	20,0	17	37,8	45	100,0
9.1/9i. Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e a melhoria da empregabilidade (FSE)	3	8,3	-	-	7	19,4	8	22,2	7	19,4	11	30,6	36	100,0

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Rural) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 229. Média da Adequação dos calendários de abertura dos avisos para operações integradas nos DLBC RURAL e dos prazos de submissão de candidaturas relativamente ao Tempo entre a realização das ações de divulgação e o prazo para submissão das candidaturas (escala 1- Nada Adequados a 6 Totalmente adequados), por Região

	Norte		Centro		Lisboa		Alentejo		Algarve		Total	
	Média	N	Média	N	Média	N	Média	N	Média	N	Média	N
10.2.1.1. Pequenos investimentos nas explorações agrícolas (FEADER)	5,69	13	5,14	22	6,00	1	5,43	7	4,00	3	5,28	46
10.2.1.2. Pequenos investimentos na transformação e comercialização (FEADER)	5,62	13	5,09	22	6,00	1	5,57	7	4,00	3	5,26	46
10.2.1.3. Diversificação de atividades na exploração agrícola (FEADER)	5,69	13	5,09	22	6,00	1	5,57	7	4,00	3	5,28	46
10.2.1.4. Cadeias curtas e mercados locais (FEADER)	5,69	13	5,05	21	6,00	1	5,67	6	4,00	3	5,27	44
10.2.1.5. Promoção de produtos de qualidade locais (FEADER)	4,60	10	4,22	18	6,00	1	4,33	6	3,50	2	4,35	37
10.2.1.6. Renovação de aldeias (territórios rurais) (FEADER)	5,75	12	5,14	22	6,00	1	5,67	6	4,00	3	5,32	44
8.8/8a. Apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas e à atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas e microempresas (FEDER)	4,92	13	4,41	22	6,00	1	5,00	6	3,33	3	4,60	45
6.3/6c. Conservação, proteção, promoção e desenvolvimento do património natural e cultural (FEDER)	3,89	9	3,95	19	-	-	4,83	6	2,00	2	3,97	36
8.3/8iii. Emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras (FSE)	4,85	13	4,36	22	6,00	1	4,83	6	3,00	3	4,51	45
9.1/9i. Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e a melhoria da empregabilidade (FSE)	4,75	12	4,07	15	6,00	1	4,83	6	2,00	2	4,36	36

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Rural) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 230. Adequação dos calendários de abertura dos avisos para operações integradas nos DLBC RURAL e dos prazos de submissão de candidaturas relativamente ao Tempo de duração do AAC (desde a abertura até ao encerramento)

	1 - Nada adequadas		2		3		4		5		6 – Totalmente adequadas		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
10.2.1.1. Pequenos investimentos nas explorações agrícolas (FEADER)	-	-	1	2,1	3	6,4	2	4,3	18	38,3	23	48,9	47	100,0
10.2.1.2. Pequenos investimentos na transformação e comercialização (FEADER)	-	-	1	2,1	3	6,4	3	6,4	15	31,9	25	53,2	47	100,0
10.2.1.3. Diversificação de atividades na exploração agrícola (FEADER)	-	-	1	2,2	4	8,7	2	4,3	15	32,6	24	52,2	46	100,0
10.2.1.4. Cadeias curtas e mercados locais (FEADER)	-	-	-	-	4	8,9	3	6,7	14	31,1	24	53,3	45	100,0
10.2.1.5. Promoção de produtos de qualidade locais (FEADER)	8	21,1	-	-	3	7,9	1	2,6	9	23,7	17	44,7	38	100,0
10.2.1.6. Renovação de aldeias (territórios rurais) (FEADER)	-	-	-	-	6	13,3	2	4,4	14	31,1	23	51,1	45	100,0
8.8/8a. Apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas e à atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas e microempresas (FEDER)	3	6,5	2	4,3	5	10,9	9	19,6	12	26,1	15	32,6	46	100,0
6.3/6c. Conservação, proteção, promoção e desenvolvimento do património natural e cultural (FEDER)	6	15,8	2	5,3	8	21,1	5	13,2	7	18,4	10	26,3	38	100,0
8.3/8iii. Emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras (FSE)	3	6,4	3	6,4	9	19,1	5	10,6	12	25,5	15	31,9	47	100,0

	1 - Nada adequadas		2		3		4		5		6 – Totalmente adequadas		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
9.1/9i. Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e a melhoria da empregabilidade (FSE)	3	7,9	3	7,9	10	26,3	4	10,5	10	26,3	8	21,1	38	100,0

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Rural) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 231. Média da Adequação dos calendários de abertura dos avisos para operações integradas nos DLBC RURAL e dos prazos de submissão de candidaturas relativamente ao Tempo de duração do AAC (desde a abertura até ao encerramento) (escala 1- Nada Adequados a 6 Totalmente adequados), por Região

	Norte		Centro		Lisboa		Alentejo		Algarve		Total	
	Média	N	Média	N	Média	N	Média	N	Média	N	Média	N
10.2.1.1. Pequenos investimentos nas explorações agrícolas (FEADER)	5,31	13	5,23	22	6,00	1	5,25	8	5,00	3	5,26	47
10.2.1.2. Pequenos investimentos na transformação e comercialização (FEADER)	5,31	13	5,27	22	6,00	1	5,25	8	5,00	3	5,28	47
10.2.1.3. Diversificação de atividades na exploração agrícola (FEADER)	5,31	13	5,19	21	6,00	1	5,25	8	5,00	3	5,24	46
10.2.1.4. Cadeias curtas e mercados locais (FEADER)	5,62	13	5,10	21	6,00	1	5,29	7	5,00	3	5,29	45
10.2.1.5. Promoção de produtos de qualidade locais (FEADER)	4,60	10	4,39	18	6,00	1	3,86	7	5,00	2	4,42	38
10.2.1.6. Renovação de aldeias (territórios rurais) (FEADER)	5,42	12	5,09	22	6,00	1	5,14	7	5,00	3	5,20	45
8.8/8a. Apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas e à atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas e microempresas (FEADER)	4,38	13	4,52	21	6,00	1	4,88	8	3,67	3	4,52	46
6.3/6c. Conservação, proteção, promoção e desenvolvimento do património natural e cultural (FEADER)	3,44	9	4,05	19	-	-	4,63	8	2,00	2	3,92	38
8.3/8iii. Emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras (FSE)	4,46	13	4,32	22	6,00	1	4,63	8	3,33	3	4,38	47
9.1/9i. Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e a melhoria da empregabilidade (FSE)	4,33	12	3,67	15	6,00	1	4,50	8	2,00	2	4,03	38

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Rural) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 232. Adequação dos calendários de abertura dos avisos para operações integradas nos DLBC RURAL e dos prazos de submissão de candidaturas relativamente ao Ritmo de lançamento dos concursos

	1 - Nada adequadas		2		3		4		5		6 - Totalmente adequadas		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
10.2.1.1. Pequenos investimentos nas explorações agrícolas (FEADER)	1	2,2	4	8,7	4	8,7	10	21,7	16	34,8	11	23,9	46	100,0
10.2.1.2. Pequenos investimentos na transformação e comercialização (FEADER)	2	4,3	3	6,5	5	10,9	10	21,7	15	32,6	11	23,9	46	100,0
10.2.1.3. Diversificação de atividades na exploração agrícola (FEADER)	2	4,4	3	6,7	6	13,3	11	24,4	12	26,7	11	24,4	45	100,0
10.2.1.4. Cadeias curtas e mercados locais (FEADER)	2	4,5	6	13,6	2	4,5	15	34,1	10	22,7	9	20,5	44	100,0
10.2.1.5. Promoção de produtos de qualidade locais (FEADER)	11	30,6	3	8,3	1	2,8	6	16,7	7	19,4	8	22,2	36	100,0
10.2.1.6. Renovação de aldeias (territórios rurais) (FEADER)	2	4,7	2	4,7	5	11,6	11	25,6	11	25,6	12	27,9	43	100,0
8.8/8a. Apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas e à atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas e microempresas (FEADER)	15	33,3	11	24,4	9	20,0	4	8,9	3	6,7	3	6,7	45	100,0
6.3/6c. Conservação, proteção, promoção e desenvolvimento do património natural e cultural (FEADER)	16	44,4	7	19,4	7	19,4	2	5,6	-	-	4	11,1	36	100,0
8.3/8iii. Emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras (FSE)	19	41,3	10	21,7	8	17,4	2	4,3	4	8,7	3	6,5	46	100,0
9.1/9i. Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e a melhoria da empregabilidade (FSE)	16	43,2	7	18,9	8	21,6	2	5,4	2	5,4	2	5,4	37	100,0

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Rural) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 233. Média da Adequação dos calendários de abertura dos avisos para operações integradas nos DLBC RURAL e dos prazos de submissão de candidaturas relativamente ao Ritmo de lançamento dos concursos (escala 1- Nada Adequados a 6 Totalmente adequados), por Região

	Norte		Centro		Lisboa		Alentejo		Algarve		Total	
	Média	N	Média	N	Média	N	Média	N	Média	N	Média	N
10.2.1.1. Pequenos investimentos nas explorações agrícolas (FEADER)	4,46	13	4,23	22	4,00	1	5,29	7	5,00	3	4,50	46
10.2.1.2. Pequenos investimentos na transformação e comercialização (FEADER)	4,46	13	4,09	22	4,00	1	5,29	7	5,00	3	4,43	46
10.2.1.3. Diversificação de atividades na exploração agrícola (FEADER)	4,31	13	4,05	21	4,00	1	5,14	7	5,00	3	4,36	45
10.2.1.4. Cadeias curtas e mercados locais (FEADER)	4,38	13	3,86	21	4,00	1	5,00	6	4,00	3	4,18	44
10.2.1.5. Promoção de produtos de qualidade locais (FEADER)	3,00	9	3,33	18	4,00	1	4,33	6	5,00	2	3,53	36
10.2.1.6. Renovação de aldeias (territórios rurais) (FEADER)	4,50	12	4,24	21	4,00	1	5,33	6	4,33	3	4,47	43
8.8/8a. Apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas e à atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas e microempresas (FEDER)	3,31	13	1,86	21	4,00	1	3,00	7	2,00	3	2,51	45
6.3/6c. Conservação, proteção, promoção e desenvolvimento do património natural e cultural (FEDER)	2,67	9	1,89	18	-	-	3,00	7	2,00	2	2,31	36
8.3/8iii. Emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras (FSE)	3,08	13	1,82	22	4,00	1	2,86	7	1,67	3	2,37	46
9.1/9i. Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e a melhoria da empregabilidade (FSE)	2,83	12	1,53	15	4,00	1	2,71	7	2,00	2	2,27	37

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Rural) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 234. Adequação dos calendários de abertura dos avisos para operações integradas nos DLBC RURAL e dos prazos de submissão de candidaturas relativamente ao Promoção de articulação entre os concursos/ projetos

	1 - Nada adequadas		2		3		4		5		6 – Totalmente adequadas		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
10.2.1.1. Pequenos investimentos nas explorações agrícolas (FEADER)	1	2,3	3	6,8	5	11,4	10	22,7	17	38,6	8	18,2	44	100,0
10.2.1.2. Pequenos investimentos na transformação e comercialização (FEADER)	2	4,5	2	4,5	7	15,9	8	18,2	17	38,6	8	18,2	44	100,0
10.2.1.3. Diversificação de atividades na exploração agrícola (FEADER)	2	4,7	2	4,7	6	14,0	9	20,9	16	37,2	8	18,6	43	100,0
10.2.1.4. Cadeias curtas e mercados locais (FEADER)	2	4,8	6	14,3	4	9,5	10	23,8	11	26,2	9	21,4	42	100,0
10.2.1.5. Promoção de produtos de qualidade locais (FEADER)	11	31,4	2	5,7	3	8,6	7	20,0	7	20,0	5	14,3	35	100,0
10.2.1.6. Renovação de aldeias (territórios rurais) (FEADER)	2	4,9	2	4,9	5	12,2	10	24,4	12	29,3	10	24,4	41	100,0
8.8/8a. Apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas e à atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas e microempresas (FEDER)	14	33,3	8	19,0	5	11,9	7	16,7	4	9,5	4	9,5	42	100,0
6.3/6c. Conservação, proteção, promoção e desenvolvimento do património natural e cultural (FEDER)	12	33,3	6	16,7	4	11,1	5	13,9	3	8,3	6	16,7	36	100,0
8.3/8iii. Emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras (FSE)	14	32,6	7	16,3	6	14,0	7	16,3	3	7,0	6	14,0	43	100,0
9.1/9i. Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e a melhoria da empregabilidade (FSE)	12	34,3	5	14,3	7	20,0	4	11,4	3	8,6	4	11,4	35	100,0

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Rural) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 235. Média da Adequação dos calendários de abertura dos avisos para operações integradas nos DLBC RURAL e dos prazos de submissão de candidaturas relativamente ao Promoção de articulação entre os concursos/ projetos (escala 1- Nada Adequados a 6 Totalmente adequados), por Região

	Norte		Centro		Lisboa		Alentejo		Algarve		Total	
	Média	N	Média	N	Média	N	Média	N	Média	N	Média	N
10.2.1.1. Pequenos investimentos nas explorações agrícolas (FEADER)	4,25	12	4,41	22	-	-	4,71	7	4,67	3	4,43	44
10.2.1.2. Pequenos investimentos na transformação e comercialização (FEADER)	4,17	12	4,41	22	-	-	4,43	7	4,67	3	4,36	44
10.2.1.3. Diversificação de atividades na exploração agrícola (FEADER)	4,33	12	4,33	21	-	-	4,43	7	4,67	3	4,37	43
10.2.1.4. Cadeias curtas e mercados locais (FEADER)	4,17	12	4,33	21	-	-	3,83	6	3,67	3	4,17	42
10.2.1.5. Promoção de produtos de qualidade locais (FEADER)	3,00	9	3,39	18	-	-	3,33	6	4,50	2	3,34	35
10.2.1.6. Renovação de aldeias (territórios rurais) (FEADER)	4,27	11	4,48	21	-	-	4,67	6	4,00	3	4,41	41
8.8/8a. Apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas e à atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas e microempresas (FEADER)	3,17	12	2,45	20	-	-	3,43	7	2,00	3	2,79	42
6.3/6c. Conservação, proteção, promoção e desenvolvimento do património natural e cultural (FEADER)	2,67	9	3,28	18	-	-	3,00	7	1,50	2	2,97	36
8.3/8iii. Emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras (FSE)	3,33	12	2,81	21	-	-	3,00	7	1,67	3	2,91	43
9.1/9i. Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e a melhoria da empregabilidade (FSE)	3,36	11	2,47	15	-	-	2,86	7	2,00	2	2,80	35

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Rural) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 236. Considera que as TI/medidas com concurso lançado incluíram as tipologias de operação que mais adequadas relativamente aos Objetivos da EDL e DLBC

	1 - Nada adequadas		2		3		4		5		6 – Totalmente adequadas		N/A		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
10.2.1.1. Pequenos investimentos nas explorações agrícolas (FEADER)	-	-	-	-	3	6,4	8	17,0	13	27,7	23	48,9	-	-	47	100,0
10.2.1.2. Pequenos investimentos na transformação e comercialização (FEADER)	-	-	1	2,1	3	6,4	4	8,5	12	25,5	27	57,4	-	-	47	100,0
10.2.1.3. Diversificação de atividades na exploração agrícola (FEADER)	1	2,1	-	-	2	4,3	7	14,9	12	25,5	25	53,2	-	-	47	100,0
10.2.1.4. Cadeias curtas e mercados locais (FEADER)	-	-	4	8,7	6	13,0	7	15,2	12	26,1	17	37,0	-	-	46	100,0
10.2.1.5. Promoção de produtos de qualidade locais (FEADER)	21	47,7	10	22,7	3	6,8	1	2,3	-	-	8	18,2	1	2,3	44	100,0
10.2.1.6. Renovação de aldeias (territórios rurais) (FEADER)	-	-	1	2,3	3	6,8	6	13,6	10	22,7	24	54,5	-	-	44	100,0
8.8/8a. Apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas e à atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas e microempresas (FEADER)	2	4,3	-	-	12	26,1	3	6,5	9	19,6	19	41,3	1	2,2	46	100,0
6.3/6c. Conservação, proteção, promoção e desenvolvimento do património natural e cultural (FEADER)	4	9,1	-	-	10	22,7	8	18,2	3	6,8	17	38,6	2	4,5	44	100,0
8.3/8iii. Emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras (FSE)	2	4,3	2	4,3	9	19,6	8	17,4	6	13,0	19	41,3	-	-	46	100,0
9.1/9i. Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e a melhoria da empregabilidade (FSE)	2	4,9	-	-	8	19,5	5	12,2	6	14,6	15	36,6	5	12,2	41	100,0

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Rural) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 237. Considera que as TI/medidas com concurso lançado incluíram as tipologias de operação que mais adequadas relativamente aos Objetivos da EDL e DLBC, por Região (Média)

	Norte		Centro		Lisboa		Alentejo		Algarve		Total	
	Média	N	Média	N	Média	N	Média	N	Média	N	Média	N
10.2.1.1. Pequenos investimentos nas explorações agrícolas (FEADER)	5,38	13	5,39	23	3,00	1	4,71	7	4,67	3	5,19	47
10.2.1.2. Pequenos investimentos na transformação e comercialização (FEADER)	5,46	13	5,48	23	5,00	1	4,71	7	4,67	3	5,30	47
10.2.1.3. Diversificação de atividades na exploração agrícola (FEADER)	5,46	13	5,30	23	5,00	1	5,00	7	4,00	3	5,21	47
10.2.1.4. Cadeias curtas e mercados locais (FEADER)	5,38	13	4,55	22	3,00	1	4,00	7	5,00	3	4,70	46
10.2.1.5. Promoção de produtos de qualidade locais (FEADER)	4,11	9	2,17	23	1,00	1	1,43	7	1,33	3	2,37	43
10.2.1.6. Renovação de aldeias (territórios rurais) (FEADER)	5,55	11	5,48	23	6,00	1	3,86	7	4,50	2	5,20	44
8.8/8a. Apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas e à atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas e microempresas (FEADER)	5,00	12	4,73	22	6,00	1	4,29	7	3,00	3	4,64	45
6.3/6c. Conservação, proteção, promoção e desenvolvimento do património natural e cultural (FEADER)	4,00	10	4,61	23	-	-	4,43	7	3,00	2	4,36	42
8.3/8iii. Emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras (FSE)	5,08	12	4,39	23	4,00	1	4,43	7	4,00	3	4,54	46
9.1/9i. Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e a melhoria da empregabilidade (FSE)	5,18	11	4,81	16	-	-	4,00	7	2,00	2	4,61	36

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Rural) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 238. Considera que as TI/medidas com concurso lançado incluíram as tipologias de operação que mais adequadas relativamente aos Indicadores de realização e resultados DLBC

	1 - Nada adequadas		2		3		4		5		6 - Totalmente adequadas		N/A		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
10.2.1.1. Pequenos investimentos nas explorações agrícolas (FEADER)	-	-	-	-	3	6,4	10	21,3	14	29,8	20	42,6	-	-	47	100,0
10.2.1.2. Pequenos investimentos na transformação e comercialização (FEADER)	-	-	1	2,1	2	4,3	7	14,9	16	34,0	21	44,7	-	-	47	100,0
10.2.1.3. Diversificação de atividades na exploração agrícola (FEADER)	1	2,1	-	-	5	10,6	7	14,9	16	34,0	18	38,3	-	-	47	100,0
10.2.1.4. Cadeias curtas e mercados locais (FEADER)	1	2,2	5	10,9	12	26,1	10	21,7	8	17,4	10	21,7	-	-	46	100,0
10.2.1.5. Promoção de produtos de qualidade locais (FEADER)	26	59,1	6	13,6	3	6,8	1	2,3	3	6,8	4	9,1	1	2,3	44	100,0
10.2.1.6. Renovação de aldeias (territórios rurais) (FEADER)	-	-	1	2,3	4	9,1	10	22,7	11	25,0	18	40,9	-	-	44	100,0
8.8/8a. Apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas e à atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas e microempresas (FEADER)	2	4,3	1	2,2	10	21,7	6	13,0	10	21,7	16	34,8	1	2,2	46	100,0
6.3/6c. Conservação, proteção, promoção e desenvolvimento do património natural e cultural (FEADER)	4	9,3	2	4,7	11	25,6	5	11,6	6	14,0	13	30,2	2	4,7	43	100,0
8.3/8iii. Emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras (FSE)	3	6,5	1	2,2	9	19,6	6	13,0	10	21,7	17	37,0	-	-	46	100,0
9.1/9i. Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e a melhoria da empregabilidade (FSE)	4	9,8	8	19,5	5	12,2	7	17,1	12	29,3	5	12,2	-	-	41	100,0

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Rural) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 239. Considera que as TI/medidas com concurso lançado incluíram as tipologias de operação que mais adequadas relativamente aos indicadores de realização e resultados DLBC (escala 1- Nada Adequados a 6 Totalmente adequados), por Região (Média)

	Norte		Centro		Lisboa		Alentejo		Algarve		Total	
	Média	N	Média	N	Média	N	Média	N	Média	N	Média	N
10.2.1.1. Pequenos investimentos nas explorações agrícolas (FEADER)	5,23	13	5,17	23	3,00	1	4,86	7	5,00	3	5,09	47
10.2.1.2. Pequenos investimentos na transformação e comercialização (FEADER)	5,23	13	5,22	23	5,00	1	5,00	7	4,67	3	5,15	47
10.2.1.3. Diversificação de atividades na exploração agrícola (FEADER)	5,23	13	4,83	23	4,00	1	5,14	7	4,33	3	4,94	47
10.2.1.4. Cadeias curtas e mercados locais (FEADER)	4,46	13	3,86	22	2,00	1	4,14	7	4,33	3	4,07	46
10.2.1.5. Promoção de produtos de qualidade locais (FEADER)	3,33	9	2,00	23	1,00	1	1,29	7	1,33	3	2,37	43
10.2.1.6. Renovação de aldeias (territórios rurais) (FEADER)	4,82	11	5,30	23	6,00	1	4,14	7	3,50	2	4,93	44
8.8/8a. Apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas e à atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas e microempresas (FEADER)	4,17	12	4,77	22	6,00	1	4,71	7	3,33	3	4,53	45
6.3/6c. Conservação, proteção, promoção e desenvolvimento do património natural e cultural (FEADER)	3,56	9	4,39	23	-	-	4,29	7	3,00	2	4,12	43
8.3/8iii. Emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras (FSE)	4,58	12	4,52	23	4,00	1	4,71	7	4,00	3	4,52	46
9.1/9i. Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e a melhoria da empregabilidade (FSE)	4,91	11	4,44	16	-	-	3,71	7	2,00	2	4,31	36

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Rural) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 240. Considera que as TI/medidas com concurso lançado incluíram as tipologias de operação que mais adequadas relativamente aos Público-alvo

	1 - Nada adequadas		2		3		4		5		6 - Totalmente adequadas		N/A		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
10.2.1.1. Pequenos investimentos nas explorações agrícolas (FEADER)	1	2,1	-	-	2	4,3	9	19,1	10	21,3	25	53,2	-	-	47	100,0
10.2.1.2. Pequenos investimentos na transformação e comercialização (FEADER)	-	-	2	4,3	5	10,6	5	10,6	13	27,7	22	46,8	-	-	47	100,0
10.2.1.3. Diversificação de atividades na exploração agrícola (FEADER)	1	2,1	3	6,4	4	8,5	5	10,6	10	21,3	24	51,1	-	-	47	100,0
10.2.1.4. Cadeias curtas e mercados locais (FEADER)	2	4,3	4	8,7	8	17,4	14	30,4	5	10,9	13	28,3	-	-	46	100,0
10.2.1.5. Promoção de produtos de qualidade locais (FEADER)	26	59,1	7	15,9	4	9,1	3	6,8	1	2,3	2	4,5	1	2,3	44	100,0
10.2.1.6. Renovação de aldeias (territórios rurais) (FEADER)	-	-	2	4,5	5	11,4	7	15,9	13	29,5	17	38,6	-	-	44	100,0
8.8/8a. Apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas e à atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas e microempresas (FEADER)	2	4,3	-	-	6	13,0	8	17,4	10	21,7	19	41,3	1	2,2	46	100,0
6.3/6c. Conservação, proteção, promoção e desenvolvimento do património natural e cultural (FEADER)	4	9,1	1	2,3	10	22,7	5	11,4	7	15,9	15	34,1	2	4,5	44	100,0
8.3/8iii. Emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras (FSE)	1	2,2	-	-	3	6,5	7	15,2	8	17,4	9	19,6	18	39,1	46	100,0
9.1/9i. Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e a melhoria da empregabilidade (FSE)	3	7,3	-	-	9	22,0	3	7,3	8	19,5	13	31,7	5	12,2	41	100,0

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Rural) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 241. Considera que as TI/medidas com concurso lançado incluíram as tipologias de operação que mais adequadas relativamente aos indicadores de realização e resultados DLBC (escala 1- Nada Adequados a 6 Totalmente adequados), por Região (Média)

	Norte		Centro		Lisboa		Alentejo		Algarve		Total	
	Média	N	Média	N	Média	N	Média	N	Média	N	Média	N
10.2.1.1. Pequenos investimentos nas explorações agrícolas (FEADER)	5,38	13	5,39	23	1,00	1	4,71	7	5,00	3	5,17	47
10.2.1.2. Pequenos investimentos na transformação e comercialização (FEADER)	5,31	13	5,17	23	2,00	1	4,86	7	4,00	3	5,02	47
10.2.1.3. Diversificação de atividades na exploração agrícola (FEADER)	5,38	13	4,96	23	2,00	1	4,86	7	4,33	3	4,96	47
10.2.1.4. Cadeias curtas e mercados locais (FEADER)	5,08	13	3,86	22	1,00	1	3,86	7	4,67	3	4,20	46
10.2.1.5. Promoção de produtos de qualidade locais (FEADER)	2,89	9	1,78	23	1,00	1	1,29	7	1,33	3	2,09	43
10.2.1.6. Renovação de aldeias (territórios rurais) (FEADER)	5,18	11	5,09	23	6,00	1	3,71	7	4,00	2	4,86	44
8.8/8a. Apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas e à atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas e microempresas (FEADER)	5,08	12	4,91	22	6,00	1	4,43	7	3,33	3	4,80	45
6.3/6c. Conservação, proteção, promoção e desenvolvimento do património natural e cultural (FEADER)	3,80	10	4,61	23	-	-	4,43	7	3,00	2	4,31	43
8.3/8iii. Emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras (FSE)	5,17	12	4,52	23	4,00	1	4,43	7	4,00	3	4,63	46
9.1/9i. Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e a melhoria da empregabilidade (FSE)	5,18	11	4,44	16	-	-	4,00	7	2,00	2	4,44	36

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Rural) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 242. Considera que as TI/medidas com concurso lançado incluíram as tipologias de operação que mais adequadas relativamente às Necessidades do território

	1 - Nada adequadas		2		3		4		5		6 - Totalmente adequadas		N/A		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
10.2.1.1. Pequenos investimentos nas explorações agrícolas (FEADER)	-	-	1	2,1	1	2,1	11	23,4	10	21,3	24	51,1	-	-	47	100,0
10.2.1.2. Pequenos investimentos na transformação e comercialização (FEADER)	-	-	3	6,4	2	4,3	6	12,8	14	29,8	22	46,8	-	-	47	100,0
10.2.1.3. Diversificação de atividades na exploração agrícola (FEADER)	1	2,1	2	4,3	3	6,4	7	14,9	12	25,5	22	46,8	-	-	47	100,0
10.2.1.4. Cadeias curtas e mercados locais (FEADER)	2	4,4	6	13,3	5	11,1	10	22,2	8	17,8	14	31,1	-	-	45	100,0
10.2.1.5. Promoção de produtos de qualidade locais (FEADER)	23	52,3	7	15,9	3	6,8	1	2,3	5	11,4	4	9,1	1	2,3	44	100,0
10.2.1.6. Renovação de aldeias (territórios rurais) (FEADER)	-	-	3	6,8	3	6,8	5	11,4	11	25,0	22	50,0	-	-	44	100,0
8.8/8a. Apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas e à atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas e microempresas (FEADER)	2	4,3	-	-	7	15,2	6	13,0	11	23,9	19	41,3	1	2,2	46	100,0
6.3/6c. Conservação, proteção, promoção e desenvolvimento do património natural e cultural (FEADER)	4	9,1	-	-	6	13,6	8	18,2	9	20,5	15	34,1	2	4,5	44	100,0
8.3/8iii. Emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras (FSE)	3	6,5	1	2,2	5	10,9	9	19,6	10	21,7	18	39,1	-	-	46	100,0
9.1/9i. Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e a melhoria da empregabilidade (FSE)	3	7,3	-	-	7	17,1	4	9,8	8	19,5	14	34,1	5	12,2	41	100,0

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Rural) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 243. Considera que as TI/medidas com concurso lançado incluíram as tipologias de operação que mais adequadas relativamente às Necessidades do território (escala 1- Nada Adequados a 6 Totalmente adequados), por Região (Média)

	Norte		Centro		Lisboa		Alentejo		Algarve		Total	
	Média	N	Média	N	Média	N	Média	N	Média	N	Média	N
10.2.1.1. Pequenos investimentos nas explorações agrícolas (FEADER)	5,54	13	5,22	23	5,00	1	4,43	7	5,00	3	5,17	47
10.2.1.2. Pequenos investimentos na transformação e comercialização (FEADER)	5,31	13	5,17	23	5,00	1	4,71	7	4,00	3	5,06	47
10.2.1.3. Diversificação de atividades na exploração agrícola (FEADER)	5,46	13	4,91	23	4,00	1	4,86	7	4,00	3	4,98	47
10.2.1.4. Cadeias curtas e mercados locais (FEADER)	5,33	12	3,91	22	1,00	1	3,71	7	5,33	3	4,29	45
10.2.1.5. Promoção de produtos de qualidade locais (FEADER)	3,89	9	2,13	23	1,00	1	1,43	7	1,33	3	1,88	43
10.2.1.6. Renovação de aldeias (territórios rurais) (FEADER)	5,55	11	5,39	23	2,00	1	3,71	7	4,50	2	5,05	44
8.8/8a. Apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas e à atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas e microempresas (FEDER)	5,00	12	5,00	22	6,00	1	4,29	7	3,33	3	4,85	45
6.3/6c. Conservação, proteção, promoção e desenvolvimento do património natural e cultural (FEDER)	4,30	10	4,74	23	-	-	4,43	7	3,00	2	4,50	43
8.3/8iii. Emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras (FSE)	5,17	12	4,61	23	4,00	1	4,43	7	3,67	3	4,65	46
9.1/9i. Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e a melhoria da empregabilidade (FSE)	5,36	11	4,56	16	-	-	4,00	7	2,00	2	4,56	36

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Rural) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 244. Outro. Qual?

	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo	Algarve
Considere na PI 8.3 o SI2E e na 9.1 o + CO3SO Emprego Pouca adequabilidade do perfil do PT a criar no âmbito do SI2E (PI 8.3)	1				
tipologias adequadas à EDL, contudo formatos e procedimentos nem sempre adequados		1			

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Rural) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 245. Adequação Procedimentos definidos para a análise e seleção das operações (checklist, manual de procedimentos, prazos) quanto ao processo de análise e seleção de operações

	1 – Nada Adequados		2		3		4		5		6 - Totalmente Adequados		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
10.2.1.1. Pequenos investimentos nas explorações agrícolas (FEADER)	-	-	1	2,2	5	10,9	6	13,0	16	34,8	18	39,1	46	100,0
10.2.1.2. Pequenos investimentos na transformação e comercialização (FEADER)	-	-	2	4,3	2	4,3	7	15,2	17	37,0	18	39,1	46	100,0
10.2.1.3. Diversificação de atividades na exploração agrícola (FEADER)	-	-	2	4,3	3	6,5	7	15,2	16	34,8	18	39,1	46	100,0
10.2.1.4. Cadeias curtas e mercados locais (FEADER)	-	-	2	4,3	5	10,9	6	13,0	15	32,6	18	39,1	46	100,0
10.2.1.5. Promoção de produtos de qualidade locais (FEADER)	4	10,5	4	10,5	3	7,9	1	2,6	11	28,9	15	39,5	38	100,0
10.2.1.6. Renovação de aldeias (territórios rurais) (FEADER)	-	-	1	2,2	3	6,7	7	15,6	16	35,6	18	40,0	45	100,0
8.8/8a. Apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas e à atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas e microempresas (FEDER)	3	6,7	11	24,4	18	40,0	8	17,8	3	6,7	2	4,4	45	100,0
6.3/6c. Conservação, proteção, promoção e desenvolvimento do património natural e cultural (FEDER)	3	7,9	11	28,9	11	28,9	6	15,8	3	7,9	4	10,5	38	100,0
8.3/8iii. Emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras (FSE)	3	6,7	11	24,4	17	37,8	8	17,8	4	8,9	2	4,4	45	100,0
9.1/9i. Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e a melhoria da empregabilidade (FSE)	1	2,9	9	26,5	12	35,3	7	20,6	4	11,8	1	2,9	34	100,0

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Rural) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 246. Média da Adequação Procedimentos definidos para a análise e seleção das operações (checklist, manual de procedimentos, prazos) quanto ao processo de análise e seleção de operações (escala 1- Nada Adequados a 6 Totalmente adequados), por Região

	Norte		Centro		Lisboa		Alentejo		Algarve		Total	
	Média	N	Média	N	Média	N	Média	N	Média	N	Média	N
10.2.1.1. Pequenos investimentos nas explorações agrícolas (FEADER)	5,33	12	4,96	23	3,00	1	5,14	7	4,00	3	4,98	46
10.2.1.2. Pequenos investimentos na transformação e comercialização (FEADER)	5,42	12	5,00	23	3,00	1	5,14	7	4,00	3	5,02	46
10.2.1.3. Diversificação de atividades na exploração agrícola (FEADER)	5,42	12	4,91	23	3,00	1	5,14	7	4,00	3	4,98	46
10.2.1.4. Cadeias curtas e mercados locais (FEADER)	5,33	12	4,87	23	3,00	1	5,00	7	4,00	3	4,91	46
10.2.1.5. Promoção de produtos de qualidade locais (FEADER)	5,00	9	4,42	19	2,00	1	4,57	7	3,50	2	4,47	38
10.2.1.6. Renovação de aldeias (territórios rurais) (FEADER)	5,36	11	5,09	23	3,00	1	5,14	7	4,00	3	5,04	45
8.8/8a. Apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas e à atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas e microempresas (FEDER)	3,00	10	3,04	23	2,00	1	3,13	8	3,67	3	3,07	45
6.3/6c. Conservação, proteção, promoção e desenvolvimento do património natural e cultural (FEDER)	2,88	8	3,35	20	-	-	3,13	8	3,00	2	3,18	38
8.3/8iii. Emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras (FSE)	3,00	10	3,09	23	2,00	1	3,25	8	3,67	3	3,11	45
9.1/9i. Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e a melhoria da empregabilidade (FSE)	3,11	9	3,33	15	-	-	3,13	8	3,00	2	3,21	34

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Rural) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 247. Adequação Critérios de seleção quanto ao processo de análise e seleção de operações

	1 – Nada Adequados		2		3		4		5		6 - Totalmente Adequados		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
10.2.1.1. Pequenos investimentos nas explorações agrícolas (FEADER)	-	-	1	2,2	4	8,9	9	20,0	17	37,8	14	31,1	45	100,0
10.2.1.2. Pequenos investimentos na transformação e comercialização (FEADER)	-	-	2	4,4	2	4,4	8	17,8	20	44,4	13	28,9	45	100,0
10.2.1.3. Diversificação de atividades na exploração agrícola (FEADER)	-	-	1	2,2	3	6,7	7	15,6	20	44,4	14	31,1	45	100,0
10.2.1.4. Cadeias curtas e mercados locais (FEADER)	-	-	3	6,8	5	11,4	10	22,7	14	31,8	12	27,3	44	100,0
10.2.1.5. Promoção de produtos de qualidade locais (FEADER)	5	13,5	6	16,2	7	18,9	2	5,4	8	21,6	9	24,3	37	100,0
10.2.1.6. Renovação de aldeias (territórios rurais) (FEADER)	-	-	1	2,3	4	9,3	10	23,3	15	34,9	13	30,2	43	100,0
8.8/8a. Apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas e à atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas e microempresas (FEDER)	2	4,7	6	14,0	22	51,2	5	11,6	4	9,3	4	9,3	43	100,0
6.3/6c. Conservação, proteção, promoção e desenvolvimento do património natural e cultural (FEDER)	3	8,1	6	16,2	17	45,9	3	8,1	3	8,1	5	13,5	37	100,0
8.3/8iii. Emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras (FSE)	3	6,8	7	15,9	21	47,7	5	11,4	4	9,1	4	9,1	44	100,0
9.1/9i. Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e a melhoria da empregabilidade (FSE)	2	6,1	4	12,1	15	45,5	5	15,2	4	12,1	3	9,1	33	100,0

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Rural) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 248. Média da Adequação Critérios de seleção quanto ao processo de análise e seleção de operações (escala 1- Nada Adequados a 6 Totalmente adequados), por Região

	Norte		Centro		Lisboa		Alentejo		Algarve		Total	
	Média	N	Média	N	Média	N	Média	N	Média	N	Média	N
10.2.1.1. Pequenos investimentos nas explorações agrícolas (FEADER)	5,42	12	4,68	22	2,00	1	5,00	7	4,67	3	4,87	45
10.2.1.2. Pequenos investimentos na transformação e comercialização (FEADER)	5,42	12	4,73	22	2,00	1	5,00	7	4,67	3	4,89	45
10.2.1.3. Diversificação de atividades na exploração agrícola (FEADER)	5,42	12	4,86	22	2,00	1	5,00	7	4,67	3	4,96	45
10.2.1.4. Cadeias curtas e mercados locais (FEADER)	5,25	12	4,29	21	2,00	1	4,86	7	4,67	3	4,61	44
10.2.1.5. Promoção de produtos de qualidade locais (FEADER)	4,33	9	3,67	18	2,00	1	3,57	7	4,00	2	3,78	37
10.2.1.6. Renovação de aldeias (territórios rurais) (FEADER)	5,36	11	4,62	21	2,00	1	5,00	7	4,67	3	4,81	43
8.8/8a. Apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas e à atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas e microempresas (FEDER)	3,40	10	3,29	21	3,00	1	3,38	8	3,67	3	3,35	43
6.3/6c. Conservação, proteção, promoção e desenvolvimento do património natural e cultural (FEDER)	3,25	8	3,37	19	-	-	3,38	8	3,00	2	3,32	37
8.3/8iii. Emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras (FSE)	3,40	10	3,23	22	3,00	1	3,13	8	3,67	3	3,27	44
9.1/9i. Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e a melhoria da empregabilidade (FSE)	3,67	9	3,50	14	-	-	3,13	8	3,00	2	3,42	33

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Rural) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 249. Adequação Metodologia de apuramento do mérito quanto ao processo de análise e seleção de operações

	1 – Nada Adequados		2		3		4		5		6 - Totalmente Adequados		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
10.2.1.1. Pequenos investimentos nas explorações agrícolas (FEADER)	-	-	3	6,7	1	2,2	9	20,0	18	40,0	14	31,1	45	100,0
10.2.1.2. Pequenos investimentos na transformação e comercialização (FEADER)	-	-	3	6,8	1	2,3	6	13,6	20	45,5	14	31,8	44	100,0
10.2.1.3. Diversificação de atividades na exploração agrícola (FEADER)	-	-	3	6,8	1	2,3	6	13,6	20	45,5	14	31,8	44	100,0
10.2.1.4. Cadeias curtas e mercados locais (FEADER)	-	-	2	4,5	3	6,8	8	18,2	17	38,6	14	31,8	44	100,0
10.2.1.5. Promoção de produtos de qualidade locais (FEADER)	4	10,8	3	8,1	2	5,4	5	13,5	13	35,1	10	27,0	37	100,0
10.2.1.6. Renovação de aldeias (territórios rurais) (FEADER)	-	-	1	2,3	3	7,0	7	16,3	19	44,2	13	30,2	43	100,0
8.8/8a. Apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas e à atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas e microempresas (FEDER)	3	6,8	7	15,9	21	47,7	6	13,6	4	9,1	3	6,8	44	100,0
6.3/6c. Conservação, proteção, promoção e desenvolvimento do património natural e cultural (FEDER)	3	7,9	8	21,1	16	42,1	4	10,5	3	7,9	4	10,5	38	100,0
8.3/8iii. Emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras (FSE)	4	8,9	7	15,6	21	46,7	6	13,3	4	8,9	3	6,7	45	100,0
9.1/9i. Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e a melhoria da empregabilidade (FSE)	3	8,8	4	11,8	17	50,0	5	14,7	3	8,8	2	5,9	34	100,0

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Rural) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 250. Média da Metodologia de apuramento do mérito quanto ao processo de análise e seleção de operações (escala 1- Nada Adequados a 6 Totalmente adequados), por Região

	Norte		Centro		Lisboa		Alentejo		Algarve		Total	
	Média	N	Média	N	Média	N	Média	N	Média	N	Média	N
10.2.1.1. Pequenos investimentos nas explorações agrícolas (FEADER)	5,25	12	4,82	22	2,00	1	5,00	7	4,33	3	4,87	45
10.2.1.2. Pequenos investimentos na transformação e comercialização (FEADER)	5,25	12	4,91	22	2,00	1	5,17	6	4,33	3	4,93	44
10.2.1.3. Diversificação de atividades na exploração agrícola (FEADER)	5,25	12	4,91	22	2,00	1	5,17	6	4,33	3	4,93	44
10.2.1.4. Cadeias curtas e mercados locais (FEADER)	5,42	12	4,73	22	2,00	1	5,00	6	4,33	3	4,86	44
10.2.1.5. Promoção de produtos de qualidade locais (FEADER)	5,00	9	4,44	18	2,00	1	3,83	6	3,67	3	4,35	37
10.2.1.6. Renovação de aldeias (territórios rurais) (FEADER)	5,55	11	4,77	22	2,00	1	5,17	6	4,33	3	4,93	43
8.8/8a. Apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas e à atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas e microempresas (FEDER)	3,10	10	3,23	22	4,00	1	3,13	8	3,67	3	3,23	44
6.3/6c. Conservação, proteção, promoção e desenvolvimento do património natural e cultural (FEDER)	3,38	8	3,20	20	-	-	3,13	8	3,00	2	3,21	38
8.3/8iii. Emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras (FSE)	3,10	10	3,13	23	4,00	1	3,13	8	3,67	3	3,18	45
9.1/9i. Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e a melhoria da empregabilidade (FSE)	3,44	9	3,13	15	-	-	3,13	8	3,00	2	3,21	34

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Rural) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 251. Adequação Dimensão da equipa com funções de análise de candidaturas quanto ao processo de análise e seleção de operações

	1 – Nada Adequados		2		3		4		5		6 - Totalmente Adequados		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
10.2.1.1. Pequenos investimentos nas explorações agrícolas (FEADER)	1	2,2	5	11,1	5	11,1	10	22,2	15	33,3	9	20,0	45	100,0
10.2.1.2. Pequenos investimentos na transformação e comercialização (FEADER)	1	2,2	4	8,7	5	10,9	11	23,9	15	32,6	10	21,7	46	100,0
10.2.1.3. Diversificação de atividades na exploração agrícola (FEADER)	1	2,2	4	8,7	5	10,9	10	21,7	14	30,4	12	26,1	46	100,0
10.2.1.4. Cadeias curtas e mercados locais (FEADER)	1	2,2	4	8,9	4	8,9	9	20,0	14	31,1	13	28,9	45	100,0
10.2.1.5. Promoção de produtos de qualidade locais (FEADER)	1	2,6	3	7,9	4	10,5	9	23,7	11	28,9	10	26,3	38	100,0
10.2.1.6. Renovação de aldeias (territórios rurais) (FEADER)	1	2,2	5	11,1	4	8,9	9	20,0	13	28,9	13	28,9	45	100,0
8.8/8a. Apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas e à atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas e microempresas (FEDER)	2	4,5	6	13,6	10	22,7	8	18,2	12	27,3	6	13,6	44	100
6.3/6c. Conservação, proteção, promoção e desenvolvimento do património natural e cultural (FEDER)	3	8,6	5	14,3	9	25,7	3	8,6	10	28,6	5	14,3	35	100
8.3/8iii. Emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras (FSE)	4	8,9	5	11,1	12	26,7	6	13,3	12	26,7	6	13,3	45	100
9.1/9i. Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e a melhoria da empregabilidade (FSE)	1	2,9	5	14,7	10	29,4	6	17,6	9	26,5	3	8,8	34	100

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Rural) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 252. Média da Dimensão da equipa com funções de análise de candidaturas quanto ao processo de análise e seleção de operações (escala 1- Nada Adequados a 6 Totalmente adequados), por Região

	Norte		Centro		Lisboa		Alentejo		Algarve		Total	
	Média	N	Média	N	Média	N	Média	N	Média	N	Média	N
10.2.1.1. Pequenos investimentos nas explorações agrícolas (FEADER)	4,33	12	4,13	23	6,00	1	5,00	6	4,00	3	4,33	45
10.2.1.2. Pequenos investimentos na transformação e comercialização (FEADER)	4,33	12	4,30	23	6,00	1	4,86	7	4,00	3	4,41	46
10.2.1.3. Diversificação de atividades na exploração agrícola (FEADER)	4,33	12	4,43	23	6,00	1	4,86	7	4,00	3	4,48	46
10.2.1.4. Cadeias curtas e mercados locais (FEADER)	4,75	12	4,36	22	6,00	1	4,86	7	4,00	3	4,56	45
10.2.1.5. Promoção de produtos de qualidade locais (FEADER)	4,38	8	4,45	20	6,00	1	4,67	6	4,00	3	4,47	38
10.2.1.6. Renovação de aldeias (territórios rurais) (FEADER)	4,73	11	4,26	23	6,00	1	4,86	7	4,00	3	4,49	45
8.8/8a. Apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas e à atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas e microempresas (FEDER)	3,70	10	3,95	22	6,00	1	4,00	8	3,33	3	3,91	44
6.3/6c. Conservação, proteção, promoção e desenvolvimento do património natural e cultural (FEDER)	3,63	8	3,76	17	-	-	4,13	8	3,00	2	3,77	35
8.3/8iii. Emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras (FSE)	3,70	10	3,83	23	6,00	1	4,00	8	2,33	3	3,78	45
9.1/9i. Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e a melhoria da empregabilidade (FSE)	4,00	9	3,53	15	-	-	4,13	8	3,00	2	3,76	34

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Rural) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 253. Adequação Periodicidade das reuniões do órgão de gestão quanto ao processo de análise e seleção de operações

	1 – Nada Adequados		2		3		4		5		6 - Totalmente Adequados		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
10.2.1.1. Pequenos investimentos nas explorações agrícolas (FEADER)	-	-	-	-	2	4,3	7	15,2	19	41,3	18	39,1	46	100,0
10.2.1.2. Pequenos investimentos na transformação e comercialização (FEADER)	-	-	-	-	2	4,3	8	17,4	18	39,1	18	39,1	46	100,0
10.2.1.3. Diversificação de atividades na exploração agrícola (FEADER)	-	-	-	-	2	4,3	7	15,2	19	41,3	18	39,1	46	100,0
10.2.1.4. Cadeias curtas e mercados locais (FEADER)	-	-	1	2,2	2	4,4	6	13,3	18	40,0	18	40,0	45	100,0
10.2.1.5. Promoção de produtos de qualidade locais (FEADER)	2	5,3	-	-	2	5,3	7	18,4	15	39,5	12	31,6	38	100,0
10.2.1.6. Renovação de aldeias (territórios rurais) (FEADER)	-	-	-	-	2	4,4	8	17,8	16	35,6	19	42,2	45	100,0
8.8/8a. Apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas e à atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas e microempresas (FEDER)	-	-	-	-	4	9,8	10	24,4	13	31,7	14	34,1	41	100
6.3/6c. Conservação, proteção, promoção e desenvolvimento do património natural e cultural (FEDER)	-	-	-	-	4	11,4	8	22,9	11	31,4	12	34,3	35	100
8.3/8iii. Emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras (FSE)	-	-	-	-	5	12,2	9	22	13	31,7	14	34,1	41	100
9.1/9i. Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e a melhoria da empregabilidade (FSE)	-	-	-	-	5	15,6	6	18,8	10	31,3	11	34,4	32	100

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Rural) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 254. Média da Periodicidade das reuniões do órgão de gestão quanto ao processo de análise e seleção de operações (escala 1- Nada Adequados a 6 Totalmente adequados), por Região

	Norte		Centro		Lisboa		Alentejo		Algarve		Total	
	Média	N	Média	N	Média	N	Média	N	Média	N	Média	N
10.2.1.1. Pequenos investimentos nas explorações agrícolas (FEADER)	5,58	12	5,00	23	6,00	1	5,14	7	4,33	3	5,15	46
10.2.1.2. Pequenos investimentos na transformação e comercialização (FEADER)	5,58	12	4,96	23	6,00	1	5,14	7	4,33	3	5,13	46
10.2.1.3. Diversificação de atividades na exploração agrícola (FEADER)	5,58	12	5,00	23	6,00	1	5,14	7	4,33	3	5,15	46
10.2.1.4. Cadeias curtas e mercados locais (FEADER)	5,58	12	4,91	22	6,00	1	5,14	7	4,33	3	5,11	45
10.2.1.5. Promoção de produtos de qualidade locais (FEADER)	4,88	8	4,80	20	6,00	1	4,83	6	4,33	3	4,82	38
10.2.1.6. Renovação de aldeias (territórios rurais) (FEADER)	5,64	11	5,04	23	6,00	1	5,00	7	4,33	3	5,16	45
8.8/8a. Apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas e à atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas e microempresas (FEDER)	5,25	8	5,09	22	6,00	1	4,14	7	4,00	3	4,90	41
6.3/6c. Conservação, proteção, promoção e desenvolvimento do património natural e cultural (FEDER)	5,29	7	5,11	19	-	-	4,14	7	4,00	2	4,89	35
8.3/8iii. Emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras (FSE)	5,25	8	5,05	22	6,00	1	4,14	7	4,00	3	4,88	41
9.1/9i. Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e a melhoria da empregabilidade (FSE)	5,25	8	5,07	15	-	-	4,14	7	4,00	2	4,84	32

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Rural) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 255. Adequação Carga burocrática quanto ao processo de análise e seleção de operações

	1 – Nada Adequados		2		3		4		5		6 - Totalmente Adequados		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
10.2.1.1. Pequenos investimentos nas explorações agrícolas (FEADER)	11	23,9	10	21,7	12	26,1	7	15,2	3	6,5	3	6,5	46	100,0
10.2.1.2. Pequenos investimentos na transformação e comercialização (FEADER)	9	19,6	6	13,0	13	28,3	11	23,9	4	8,7	3	6,5	46	100,0
10.2.1.3. Diversificação de atividades na exploração agrícola (FEADER)	9	19,6	8	17,4	13	28,3	10	21,7	3	6,5	3	6,5	46	100,0
10.2.1.4. Cadeias curtas e mercados locais (FEADER)	8	18,2	7	15,9	13	29,5	11	25,0	3	6,8	2	4,5	44	100,0
10.2.1.5. Promoção de produtos de qualidade locais (FEADER)	10	26,3	7	18,4	9	23,7	8	21,1	3	7,9	1	2,6	38	100,0
10.2.1.6. Renovação de aldeias (territórios rurais) (FEADER)	8	18,2	8	18,2	12	27,3	11	25,0	3	6,8	2	4,5	44	100,0
8.8/8a. Apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas e à atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas e microempresas (FEDER)	9	20,5	16	36,4	7	15,9	6	13,6	4	9,1	2	4,5	44	100
6.3/6c. Conservação, proteção, promoção e desenvolvimento do património natural e cultural (FEDER)	9	23,7	11	28,9	5	13,2	8	21,1	4	10,5	1	2,6	38	100
8.3/8iii. Emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras (FSE)	10	22,2	16	35,6	6	13,3	7	15,6	4	8,9	2	4,4	45	100
9.1/9i. Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e a melhoria da empregabilidade (FSE)	7	20,6	13	38,2	4	11,8	7	20,6	2	5,9	1	2,9	34	100

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Rural) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 256. Média da Carga burocrática quanto ao processo de análise e seleção de operações (escala 1- Nada Adequados a 6 Totalmente adequados), por Região

	Norte		Centro		Lisboa		Alentejo		Algarve		Total	
	Média	N	Média	N	Média	N	Média	N	Média	N	Média	N
10.2.1.1. Pequenos investimentos nas explorações agrícolas (FEADER)	3,17	12	2,43	23	1,00	1	3,57	7	2,67	3	2,78	46
10.2.1.2. Pequenos investimentos na transformação e comercialização (FEADER)	3,42	12	2,96	23	1,00	1	3,43	7	2,67	3	3,09	46
10.2.1.3. Diversificação de atividades na exploração agrícola (FEADER)	3,42	12	2,74	23	1,00	1	3,43	7	2,67	3	2,98	46
10.2.1.4. Cadeias curtas e mercados locais (FEADER)	3,33	12	2,95	22	1,00	1	3,00	6	2,67	3	3,00	44
10.2.1.5. Promoção de produtos de qualidade locais (FEADER)	2,88	8	2,75	20	1,00	1	2,83	6	2,67	3	2,74	38
10.2.1.6. Renovação de aldeias (territórios rurais) (FEADER)	3,36	11	2,91	23	1,00	1	3,00	6	2,67	3	2,98	44
8.8/8a. Apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas e à atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas e microempresas (FEDER)	2,30	10	2,59	22	2,00	1	3,00	8	4,00	3	2,68	44
6.3/6c. Conservação, proteção, promoção e desenvolvimento do património natural e cultural (FEDER)	2,13	8	2,70	20	-	-	3,13	8	4,00	2	2,74	38
8.3/8iii. Emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras (FSE)	2,30	10	2,52	23	2,00	1	3,13	8	4,00	3	2,67	45
9.1/9i. Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e a melhoria da empregabilidade (FSE)	2,44	9	2,27	15	-	-	3,13	8	4,00	2	2,62	34

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Rural) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 257. Adequação Interação com o SI FSE quanto ao processo de análise e seleção de operações

	1 – Nada Adequados		2		3		4		5		6 - Totalmente Adequados		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
10.2.1.1. Pequenos investimentos nas explorações agrícolas (FEADER)	12	54,5	5	22,7	4	18,2	1	4,5	-	-	-	-	22	100,0
10.2.1.2. Pequenos investimentos na transformação e comercialização (FEADER)	12	54,5	5	22,7	4	18,2	1	4,5	-	-	-	-	22	100,0
10.2.1.3. Diversificação de atividades na exploração agrícola (FEADER)	12	54,5	5	22,7	4	18,2	1	4,5	-	-	-	-	22	100,0
10.2.1.4. Cadeias curtas e mercados locais (FEADER)	12	54,5	5	22,7	4	18,2	1	4,5	-	-	-	-	22	100,0
10.2.1.5. Promoção de produtos de qualidade locais (FEADER)	10	50,0	5	25,0	4	20,0	1	5,0	-	-	-	-	20	100,0
10.2.1.6. Renovação de aldeias (territórios rurais) (FEADER)	12	54,5	5	22,7	4	18,2	1	4,5	-	-	-	-	22	100,0
8.8/8a. Apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas e à atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas e microempresas (FEDER)	5	13,5	8	21,6	9	24,3	8	21,6	4	10,8	3	8,1	37	100
6.3/6c. Conservação, proteção, promoção e desenvolvimento do património natural e cultural (FEDER)	5	16,7	8	26,7	7	23,3	5	16,7	2	6,7	3	10	30	100
8.3/8iii. Emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras (FSE)	8	17,8	11	24,4	9	20	8	17,8	6	13,3	3	6,7	45	100
9.1/9i. Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e a melhoria da empregabilidade (FSE)	6	18,2	8	24,2	8	24,2	5	15,2	3	9,1	3	9,1	33	100

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Rural) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 258. Média da Interação com o SI FSE quanto ao processo de análise e seleção de operações (escala 1- Nada Adequados a 6 Totalmente adequados), por Região

	Norte		Centro		Lisboa		Alentejo		Algarve		Total	
	Média	N	Média	N	Média	N	Média	N	Média	N	Média	N
10.2.1.1. Pequenos investimentos nas explorações agrícolas (FEADER)	2,00	5	1,50	12	-	-	2,00	3	2,00	2	1,73	22
10.2.1.2. Pequenos investimentos na transformação e comercialização (FEADER)	2,00	5	1,50	12	-	-	2,00	3	2,00	2	1,73	22
10.2.1.3. Diversificação de atividades na exploração agrícola (FEADER)	2,00	5	1,50	12	-	-	2,00	3	2,00	2	1,73	22
10.2.1.4. Cadeias curtas e mercados locais (FEADER)	2,00	5	1,50	12	-	-	2,00	3	2,00	2	1,73	22
10.2.1.5. Promoção de produtos de qualidade locais (FEADER)	2,25	4	1,55	11	-	-	2,00	3	2,00	2	1,80	20
10.2.1.6. Renovação de aldeias (territórios rurais) (FEADER)	2,00	5	1,50	12	-	-	2,00	3	2,00	2	1,73	22
8.8/8a. Apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas e à atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas e microempresas (FEDER)	2,33	9	3,45	20	-	-	3,00	5	4,33	3	3,19	37
6.3/6c. Conservação, proteção, promoção e desenvolvimento do património natural e cultural (FEDER)	2,43	7	3,13	16	-	-	3,00	5	4,00	2	3,00	30
8.3/8iii. Emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras (FSE)	2,30	10	3,48	23	2,00	1	2,38	8	4,33	3	3,04	45
9.1/9i. Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e a melhoria da empregabilidade (FSE)	2,50	8	3,47	15	-	-	2,38	8	4,00	2	3,00	33

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Rural) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 259. Adequação Interação com o SI FEDER quanto ao processo de análise e seleção de operações

	1 – Nada Adequados		2		3		4		5		6 - Totalmente Adequados		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
10.2.1.1. Pequenos investimentos nas explorações agrícolas (FEADER)	12	54,5	5	22,7	4	18,2	1	4,5	-	-	-	-	22	100,0
10.2.1.2. Pequenos investimentos na transformação e comercialização (FEADER)	12	54,5	5	22,7	4	18,2	1	4,5	-	-	-	-	22	100,0
10.2.1.3. Diversificação de atividades na exploração agrícola (FEADER)	12	52,2	5	21,7	4	17,4	-	-	1	4,3	1	4,3	23	100,0
10.2.1.4. Cadeias curtas e mercados locais (FEADER)	12	54,5	5	22,7	4	18,2	1	4,5	-	-	-	-	22	100,0
10.2.1.5. Promoção de produtos de qualidade locais (FEADER)	10	50,0	5	25,0	4	20,0	1	5,0	-	-	-	-	20	100,0
10.2.1.6. Renovação de aldeias (territórios rurais) (FEADER)	12	54,5	5	22,7	4	18,2	1	4,5	-	-	-	-	22	100,0
8.8/8a. Apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas e à atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas e microempresas (FEDER)	4	9,1	11	25	12	27,3	11	25	4	9,1	2	4,5	44	100
6.3/6c. Conservação, proteção, promoção e desenvolvimento do património natural e cultural (FEDER)	3	9,1	8	24,2	9	27,3	8	24,2	3	9,1	2	6,1	33	100
8.3/8iii. Emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras (FSE)	5	14,7	7	20,6	10	29,4	7	20,6	3	8,8	2	5,9	34	100
9.1/9i. Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e a melhoria da empregabilidade (FSE)	3	10,7	7	25	9	32,1	5	17,9	2	7,1	2	7,1	28	100

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Rural) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 260. Média da Interação com o SI FEDER quanto ao processo de análise e seleção de operações (escala 1- Nada Adequados a 6 Totalmente adequados), por Região

	Norte		Centro		Lisboa		Alentejo		Algarve		Total	
	Média	N	Média	N	Média	N	Média	N	Média	N	Média	N
10.2.1.1. Pequenos investimentos nas explorações agrícolas (FEADER)	2,00	5	1,50	12	-	-	2,00	3	2,00	2	1,73	22
10.2.1.2. Pequenos investimentos na transformação e comercialização (FEADER)	2,00	5	1,50	12	-	-	2,00	3	2,00	2	1,73	22
10.2.1.3. Diversificação de atividades na exploração agrícola (FEADER)	2,67	6	1,50	12	-	-	2,00	3	2,00	2	1,91	23
10.2.1.4. Cadeias curtas e mercados locais (FEADER)	2,00	5	1,50	12	-	-	2,00	3	2,00	2	1,73	22
10.2.1.5. Promoção de produtos de qualidade locais (FEADER)	2,25	4	1,55	11	-	-	2,00	3	2,00	2	1,80	20
10.2.1.6. Renovação de aldeias (territórios rurais) (FEADER)	2,00	5	1,50	12	-	-	2,00	3	2,00	2	1,73	22
8.8/8a. Apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas e à atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas e microempresas (FEDER)	2,10	10	3,27	22	5,00	1	3,50	8	4,00	3	3,14	44
6.3/6c. Conservação, proteção, promoção e desenvolvimento do património natural e cultural (FEDER)	2,14	7	3,31	16	-	-	3,50	8	4,50	2	3,18	33
8.3/8iii. Emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras (FSE)	2,00	7	3,21	19	-	-	3,40	5	4,00	3	3,06	34
9.1/9i. Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e a melhoria da empregabilidade (FSE)	2,17	6	3,13	15	-	-	3,40	5	4,50	2	3,07	28

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Rural) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 261. Adequação Interação com o SI PDR quanto ao processo de análise e seleção de operações

	1 – Nada Adequados		2		3		4		5		6 - Totalmente Adequados		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
10.2.1.1. Pequenos investimentos nas explorações agrícolas (FEADER)	-	-	-	-	2	4,4	9	20,0	18	40,0	16	35,6	45	100,0
10.2.1.2. Pequenos investimentos na transformação e comercialização (FEADER)	-	-	-	-	1	2,2	11	24,4	16	35,6	17	37,8	45	100,0
10.2.1.3. Diversificação de atividades na exploração agrícola (FEADER)	-	-	-	-	2	4,4	10	22,2	16	35,6	17	37,8	45	100,0
10.2.1.4. Cadeias curtas e mercados locais (FEADER)	-	-	1	2,3	1	2,3	10	22,7	16	36,4	16	36,4	44	100,0
10.2.1.5. Promoção de produtos de qualidade locais (FEADER)	-	-	-	-	1	2,6	10	26,3	13	34,2	14	36,8	38	100,0
10.2.1.6. Renovação de aldeias (territórios rurais) (FEADER)	-	-	-	-	2	4,5	11	25,0	15	34,1	16	36,4	44	100,0
8.8/8a. Apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas e à atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas e microempresas (FEDER)	7	43,8	2	12,5	2	12,5	5	31,3	-	-	-	-	16	100
6.3/6c. Conservação, proteção, promoção e desenvolvimento do património natural e cultural (FEDER)	5	38,5	2	15,4	3	23,1	3	23,1	-	-	-	-	13	100
8.3/8iii. Emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras (FSE)	7	43,8	2	12,5	2	12,5	5	31,3	-	-	-	-	16	100
9.1/9i. Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e a melhoria da empregabilidade (FSE)	6	42,9	2	14,3	2	14,3	4	28,6	-	-	-	-	14	100

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Rural) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 262. Média da Interação com o SI PDR quanto ao processo de análise e seleção de operações (escala 1- Nada Adequados a 6 Totalmente adequados), por Região

	Norte		Centro		Lisboa		Alentejo		Algarve		Total	
	Média	N	Média	N	Média	N	Média	N	Média	N	Média	N
10.2.1.1. Pequenos investimentos nas explorações agrícolas (FEADER)	5,33	12	4,91	22	5,00	1	5,00	7	5,33	3	5,07	45
10.2.1.2. Pequenos investimentos na transformação e comercialização (FEADER)	5,33	12	4,95	22	5,00	1	5,00	7	5,33	3	5,09	45
10.2.1.3. Diversificação de atividades na exploração agrícola (FEADER)	5,33	12	4,91	22	5,00	1	5,00	7	5,33	3	5,07	45
10.2.1.4. Cadeias curtas e mercados locais (FEADER)	5,33	12	4,81	21	5,00	1	5,00	7	5,33	3	5,02	44
10.2.1.5. Promoção de produtos de qualidade locais (FEADER)	5,33	9	4,95	19	5,00	1	4,83	6	5,33	3	5,05	38
10.2.1.6. Renovação de aldeias (territórios rurais) (FEADER)	5,36	11	4,82	22	5,00	1	5,00	7	5,33	3	5,02	44
8.8/8a. Apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas e à atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas e microempresas (FEDER)	3,00	3	2,00	7	-	-	2,50	4	2,00	2	2,31	16
6.3/6c. Conservação, proteção, promoção e desenvolvimento do património natural e cultural (FEDER)	3,50	2	1,67	6	-	-	2,50	4	3,00	1	2,31	13
8.3/8iii. Emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras (FSE)	3,00	3	2,00	7	-	-	2,50	4	2,00	2	2,31	16
9.1/9i. Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e a melhoria da empregabilidade (FSE)	3,00	3	1,67	6	-	-	2,50	4	3,00	1	2,29	14

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Rural) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 263. Adequação Interação com o SI IFAP quanto ao processo de análise e seleção de operações

	1 – Nada Adequados		2		3		4		5		6 - Totalmente Adequados		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
10.2.1.1. Pequenos investimentos nas explorações agrícolas (FEADER)	-	-	1	2,3	4	9,1	14	31,8	16	36,4	9	20,5	44	100,0
10.2.1.2. Pequenos investimentos na transformação e comercialização (FEADER)	-	-	1	2,3	5	11,4	13	29,5	16	36,4	9	20,5	44	100,0
10.2.1.3. Diversificação de atividades na exploração agrícola (FEADER)	-	-	1	2,3	5	11,4	13	29,5	16	36,4	9	20,5	44	100,0
10.2.1.4. Cadeias curtas e mercados locais (FEADER)	-	-	1	2,3	4	9,3	13	30,2	16	37,2	9	20,9	43	100,0
10.2.1.5. Promoção de produtos de qualidade locais (FEADER)	-	-			4	10,5	11	28,9	15	39,5	8	21,1	38	100,0
10.2.1.6. Renovação de aldeias (territórios rurais) (FEADER)	-	-	1	2,3	5	11,6	13	30,2	15	34,9	9	20,9	43	100,0
8.8/8a. Apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas e à atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas e microempresas (FEDER)	6	40	2	13,3	3	20	4	26,7	-	-	-	-	15	100
6.3/6c. Conservação, proteção, promoção e desenvolvimento do património natural e cultural (FEDER)	5	38,5	2	15,4	4	30,8	2	15,4	-	-	-	-	13	100
8.3/8iii. Emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras (FSE)	6	40	2	13,3	3	20	4	26,7	-	-	-	-	15	100
9.1/9i. Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e a melhoria da empregabilidade (FSE)	5	38,5	2	15,4	3	23,1	3	23,1	-	-	-	-	13	100

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Rural) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 264. Média da Interação com o SI IFAP quanto ao processo de análise e seleção de operações (escala 1- Nada Adequados a 6 Totalmente adequados), por Região

	Norte		Centro		Lisboa		Alentejo		Algarve		Total	
	Média	N	Média	N	Média	N	Média	N	Média	N	Média	N
10.2.1.1. Pequenos investimentos nas explorações agrícolas (FEADER)	4,82	11	4,50	22	4,00	1	5,00	7	4,33	3	4,64	44
10.2.1.2. Pequenos investimentos na transformação e comercialização (FEADER)	4,82	11	4,50	22	3,00	1	5,00	7	4,33	3	4,61	44
10.2.1.3. Diversificação de atividades na exploração agrícola (FEADER)	4,82	11	4,50	22	3,00	1	5,00	7	4,33	3	4,61	44
10.2.1.4. Cadeias curtas e mercados locais (FEADER)	4,82	11	4,57	21	3,00	1	5,00	7	4,33	3	4,65	43
10.2.1.5. Promoção de produtos de qualidade locais (FEADER)	4,89	9	4,74	19	3,00	1	4,83	6	4,33	3	4,71	38
10.2.1.6. Renovação de aldeias (territórios rurais) (FEADER)	4,80	10	4,50	22	3,00	1	5,00	7	4,33	3	4,60	43
8.8/8a. Apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas e à atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas e microempresas (FEDER)	3,50	2	2,00	7	-	-	2,50	4	2,00	2	2,33	15
6.3/6c. Conservação, proteção, promoção e desenvolvimento do património natural e cultural (FEDER)	3,00	2	1,67	6	-	-	2,50	4	3,00	1	2,23	13
8.3/8iii. Emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras (FSE)	3,50	2	2,00	7	-	-	2,50	4	2,00	2	2,33	15
9.1/9i. Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e a melhoria da empregabilidade (FSE)	3,50	2	1,67	6	-	-	2,50	4	3,00	1	2,31	13

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Rural) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 265. Adequação Interação com outros SI quanto ao processo de análise e seleção de operações

	1 – Nada Adequados		2		3		4		5		6 - Totalmente Adequados		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
10.2.1.1. Pequenos investimentos nas explorações agrícolas (FEADER)	10	71,4	-	-	2	14,3	1	7,1	1	7,1	-	-	14	100,0
10.2.1.2. Pequenos investimentos na transformação e comercialização (FEADER)	10	71,4	-	-	2	14,3	1	7,1	1	7,1	-	-	14	100,0
10.2.1.3. Diversificação de atividades na exploração agrícola (FEADER)	10	71,4	-	-	2	14,3	1	7,1	1	7,1	-	-	14	100,0
10.2.1.4. Cadeias curtas e mercados locais (FEADER)	10	71,4	-	-	2	14,3	1	7,1	1	7,1	-	-	14	100,0
10.2.1.5. Promoção de produtos de qualidade locais (FEADER)	9	69,2	-	-	2	15,4	1	7,7	1	7,7	-	-	13	100,0
10.2.1.6. Renovação de aldeias (territórios rurais) (FEADER)	10	71,4	-	-	2	14,3	1	7,1	1	7,1	-	-	14	100,0
8.8/8a. Apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas e à atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas e microempresas (FEDER)	5	50	3	30	1	10	-	-	1	10	-	-	10	100
6.3/6c. Conservação, proteção, promoção e desenvolvimento do património natural e cultural (FEDER)	6	66,7	2	22,2	1	11,1	-	-	-	-	-	-	9	100
8.3/8iii. Emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras (FSE)	6	60	2	20	1	10	-	-	1	10	-	-	10	100
9.1/9i. Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e a melhoria da empregabilidade (FSE)	6	66,7	2	22,2	1	11,1	-	-	-	-	-	-	9	100

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Rural) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 266. Média da Interação com outros SI quanto ao processo de análise e seleção de operações (escala 1- Nada Adequados a 6 Totalmente adequados), por Região

	Norte		Centro		Lisboa		Alentejo		Algarve		Total	
	Média	N	Média	N	Média	N	Média	N	Média	N	Média	N
10.2.1.1. Pequenos investimentos nas explorações agrícolas (FEADER)	1,67	3	1,43	7	-	-	1,00	2	4,00	2	1,79	14
10.2.1.2. Pequenos investimentos na transformação e comercialização (FEADER)	1,67	3	1,43	7	-	-	1,00	2	4,00	2	1,79	14
10.2.1.3. Diversificação de atividades na exploração agrícola (FEADER)	1,67	3	1,43	7	-	-	1,00	2	4,00	2	1,79	14
10.2.1.4. Cadeias curtas e mercados locais (FEADER)	1,67	3	1,43	7	-	-	1,00	2	4,00	2	1,79	14
10.2.1.5. Promoção de produtos de qualidade locais (FEADER)	1,67	3	1,50	6	-	-	1,00	2	4,00	2	1,85	13
10.2.1.6. Renovação de aldeias (territórios rurais) (FEADER)	1,67	3	1,43	7	-	-	1,00	2	4,00	2	1,79	14
8.8/8a. Apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas e à atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas e microempresas (FEDER)	1,50	2	1,25	4	-	-	1,50	2	4,00	2	1,90	10
6.3/6c. Conservação, proteção, promoção e desenvolvimento do património natural e cultural (FEDER)	1,50	2	1,00	4	-	-	1,50	2	3,00	1	1,44	9
8.3/8iii. Emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras (FSE)	1,50	2	1,00	4	-	-	1,50	2	4,00	2	1,80	10
9.1/9i. Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e a melhoria da empregabilidade (FSE)	1,50	2	1,00	4	-	-	1,50	2	3,00	1	1,44	9

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Rural) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 267. Adequação Interação com outros SI quanto ao processo de análise e seleção de operações

	1 – Nada Adequados		2		3		4		5		6 - Totalmente Adequados		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
10.2.1.1. Pequenos investimentos nas explorações agrícolas (FEADER)	1	100,0	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
10.2.1.2. Pequenos investimentos na transformação e comercialização (FEADER)	1	100,0	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
10.2.1.3. Diversificação de atividades na exploração agrícola (FEADER)	1	100,0	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
10.2.1.4. Cadeias curtas e mercados locais (FEADER)	1	100,0	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
10.2.1.5. Promoção de produtos de qualidade locais (FEADER)	1	100,0	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
10.2.1.6. Renovação de aldeias (territórios rurais) (FEADER)	1	100,0	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
8.8/8a. Apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas e à atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas e microempresas (FEDER)	1	100,0	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
6.3/6c. Conservação, proteção, promoção e desenvolvimento do património natural e cultural (FEDER)	1	100,0	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
8.3/8iii. Emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras (FSE)	1	100,0	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
9.1/9i. Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e a melhoria da empregabilidade (FSE)	1	100,0	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Rural) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 268. Média da Interação com outros SI quanto ao processo de análise e seleção de operações (escala 1- Nada Adequados a 6 Totalmente adequados), por Região

	Norte		Centro		Lisboa		Alentejo		Algarve		Total	
	Média	N	Média	N	Média	N	Média	N	Média	N	Média	N
10.2.1.1. Pequenos investimentos nas explorações agrícolas (FEADER)	1,00	1	-	-	-	-	-	-	-	-	1,00	1
10.2.1.2. Pequenos investimentos na transformação e comercialização (FEADER)	1,00	1	-	-	-	-	-	-	-	-	1,00	1
10.2.1.3. Diversificação de atividades na exploração agrícola (FEADER)	1,00	1	-	-	-	-	-	-	-	-	1,00	1
10.2.1.4. Cadeias curtas e mercados locais (FEADER)	1,00	1	-	-	-	-	-	-	-	-	1,00	1
10.2.1.5. Promoção de produtos de qualidade locais (FEADER)	1,00	1	-	-	-	-	-	-	-	-	1,00	1
10.2.1.6. Renovação de aldeias (territórios rurais) (FEADER)	1,00	1	-	-	-	-	-	-	-	-	1,00	1
8.8/8a. Apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas e à atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas e microempresas (FEDER)	1,00	1	-	-	-	-	-	-	-	-	1,00	1
6.3/6c. Conservação, proteção, promoção e desenvolvimento do património natural e cultural (FEDER)	1,00	1	-	-	-	-	-	-	-	-	1,00	1
8.3/8iii. Emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras (FSE)	1,00	1	-	-	-	-	-	-	-	-	1,00	1
9.1/9i. Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e a melhoria da empregabilidade (FSE)	1,00	1	-	-	-	-	-	-	-	-	1,00	1

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Rural) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 269. Outro. Qual?

	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo	Algarve
Caso existisse uma única AG para o plurifundo a articulação seria uma realidade, com AG distintas e dependes de entidades diferentes não existe qualquer articulação.	1				
Faz sentido avaliar medidas nas quais não houve qualquer papel dos GAL? Confirmam quais?		1			
Inexistência de articulação entre SI, devido às funções estanques de cada AG e a sua independência e protagonismo que isola e não inclui.	1				

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Rural) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 270. Prazos de análise das candidaturas têm sido cumpridos?

	Norte		Centro		Lisboa		Alentejo		Algarve		Algarve	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
10.2.1.1. Pequenos investimentos nas explorações agrícolas (FEADER)												
Sim	7	58,3	3	13,0	-	-	2	25,0	1	33,3	13	27,7
Não	5	41,7	20	87,0	1	100,0	6	75,0	2	66,7	34	72,3
Total	12	100,0	23	100,0	1	100,0	8	100,0	3	100,0	47	100,0
10.2.1.2. Pequenos investimentos na transformação e comercialização (FEADER)												
Sim	8	66,7	12	52,2	-	-	3	37,5	2	66,7	25	53,2
Não	4	33,3	11	47,8	1	100,0	5	62,5	1	33,3	22	46,8
Total	12	100,0	23	100,0	1	100,0	8	100,0	3	100,0	47	100,0
10.2.1.3. Diversificação de atividades na exploração agrícola (FEADER)												
Sim	8	66,7	12	54,5	-	-	4	50,0	2	66,7	26	56,5
Não	4	33,3	10	45,5	1	100,0	4	50,0	1	33,3	20	43,5
Total	12	100,0	22	100,0	1	100,0	8	100,0	3	100,0	46	100,0
10.2.1.4. Cadeias curtas e mercados locais (FEADER)												
Sim	11	91,7	12	54,5	-	-	5	62,5	3	100,0	31	67,4
Não	1	8,3	10	45,5	1	100,0	3	37,5			15	32,6
Total	12	100,0	22	100,0	1	100,0	8	100,0	3	100,0	46	100,0
10.2.1.5. Promoção de produtos de qualidade locais (FEADER)												
Sim	6	100,0	7	46,7	-	-	3	100,0	2	60,0	18	62,1
Não	-	-	8	53,3	1	100,0	2	40,0			11	37,9
Total	6	100,0	15	100,0	1	100,0	5	100,0	2	100,0	29	100,0
10.2.1.6. Renovação de aldeias (territórios rurais) (FEADER)												
Sim	10	90,9	11	47,8			4	50,0	2	66,7	27	58,7
Não	1	9,1	12	52,2	1	100,0	4	50,0	1	33,3	19	41,3
Total	11	100,0	23	100,0	1	100,0	8	100,0	3	100,0	46	100,0
8.8/8a Apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas e à atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas e microempresas (FEDER)												
Sim	3	27,3	7	31,8	-	-	1	12,5	2	66,7	13	28,9
Não	8	72,7	15	68,2	1	100,0	7	87,5	1	33,3	32	71,1
Total	11	100,0	23	100,0	1	100,0	8	100,0	3	100,0	45	100,0
6.3/6c. Conservação, proteção, promoção e desenvolvimento do património natural e cultural (FEDER)												
Sim	4	66,7	7	46,7	-	-	3	37,5	1	50,0	15	48,4
Não	2	33,3	8	53,3	-	-	5	62,5	1	50,0	16	51,6
Total	6	100,0	15	100,0	-	-	8	100,0	2	100,0	31	100,0
8.3/8iii. Emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras (FSE)												
Sim	3	27,3	9	39,1			2	25,0	2	66,7	16	34,8
Não	8	72,7	14	60,9	1	100,0	6	75,0	1	33,3	30	65,2
Total	11	100,0	23	100,0	1	100,0	8	100,0	3	100,0	46	100,0
9.1/9i. Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e a melhoria da empregabilidade (FSE)												
Sim	4	40,0	7	46,7	-	-	2	25,0	1	50,0	14	40,0
Não	6	60,0	8	53,3	-	-	6	75,0	1	50,0	21	60,0
Total	10	100,0	15	100,0	-	-	8	100,0	2	100,0	35	100,0

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Rural) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 271. Razões para o não cumprimento do prazo para análise de candidaturas, por região

	Norte (N=6)		Centro (N=21)		Lisboa (N=1)		Alentejo (N=6)		Algarve (N=2)		Total (N=36)	
	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos
10.2.1.1. Pequenos investimentos nas explorações agrícolas (FEADER)												
Elevado nº de candidaturas	6	100,0	16	76,2			6	100,0	1	50,0	29	80,6
Reduzida dimensão da equipa com funções de análise de candidaturas	3	50,0	7	33,3			2	33,3	2	100,0	14	38,9
Necessidade de articulação entre OI e AG	1	16,7	2	9,5	1	100,0	3	50,0	1	50,0	8	22,2
Complexidade dos procedimentos de verificação das condições de admissibilidade e análise de mérito das candidaturas	2	33,3	17	81,0			3	50,0	1	50,0	23	63,9
Necessidade de obtenção de parecer obrigatório por parte de outras entidades	1	16,7	14	66,7			4	66,7	1	50,0	20	55,6
Atrasos da AG no processo de análise e decisão			5	23,8	1	100,0	1	16,7			7	19,4
Outras.			1	4,8			1	16,7	1	50,0	3	8,3
	Norte (N=5)		Centro (N=14)		Lisboa (N=1)		Alentejo (N=5)		Algarve (N=1)		Total (N=26)	
10.2.1.2. Pequenos investimentos na transformação e comercialização (FEADER)												
Elevado nº de candidaturas	5	100,0	5	35,7			4	80,0			14	53,8
Reduzida dimensão da equipa com funções de análise de candidaturas	3	60,0	3	21,4			2	40,0			8	30,8
Necessidade de articulação entre OI e AG	1	20,0	1	7,1	1	100,0	3	60,0			6	23,1
Complexidade dos procedimentos de verificação das condições de admissibilidade e análise de mérito das candidaturas	1	20,0	9	64,3			4	80,0	1	100,0	15	57,7
Necessidade de obtenção de parecer obrigatório por parte de outras entidades	1	20,0	7	50,0	1	100,0	3	60,0	1	100,0	12	46,2
Atrasos da AG no processo de análise e decisão			5	35,7			1	20,0			7	26,9
Outras.							1	20,0			1	3,8
	Norte (N=5)		Centro (N=13)		Lisboa (N=1)		Alentejo (N=5)		Algarve (N=1)		Total (N=25)	
10.2.1.3. Diversificação de atividades na exploração agrícola (FEADER)												
Elevado nº de candidaturas	4	80,0	2	15,4			4	80,0			10	40,0
Reduzida dimensão da equipa com funções de análise de candidaturas	3	60,0	3	23,1			2	40,0			8	32,0
Necessidade de articulação entre OI e AG	1	20,0	1	7,7			3	60,0			6	24,0
Complexidade dos procedimentos de verificação das condições de admissibilidade e análise de mérito das candidaturas	1	20,0	8	61,5	1	100,0	4	80,0	1	100,0	14	56,0
Necessidade de obtenção de parecer obrigatório por parte de outras entidades	1	20,0	6	46,2			3	60,0	1	100,0	11	44,0
Atrasos da AG no processo de análise e decisão			5	38,5	1	100,0	1	20,0			7	28,0
Outras.							1	20,0			1	4,0
	Norte (N=1)		Centro (N=12)		Lisboa (N=1)		Alentejo (N=3)		Algarve		Total (N=17)	
10.2.1.4. Cadeias curtas e mercados locais (FEADER)												
Elevado nº de candidaturas	1	100,0					2	66,7			3	17,6
Reduzida dimensão da equipa com funções de análise de candidaturas	1	100,0	3	25,0			1	33,3			5	29,4
Necessidade de articulação entre OI e AG	1	100,0	2	16,7	1	100,0	2	66,7			6	35,3
Complexidade dos procedimentos de verificação das condições de admissibilidade e análise de mérito das candidaturas			7	58,3			3	100,0			10	58,8
Necessidade de obtenção de parecer obrigatório por parte de outras entidades			4	33,3	1	100,0	1	33,3			5	29,4
Atrasos da AG no processo de análise e decisão			5	41,7			1	33,3			7	41,2
Outras.							1	33,3			1	5,9
	Norte (N=1)		Centro (N=10)		Lisboa (N=1)		Alentejo (N=2)		Algarve		Total (N=14)	
10.2.1.5. Promoção de produtos de qualidade locais (FEADER)												
Elevado nº de candidaturas							1	50,0			1	7,1
Reduzida dimensão da equipa com funções de análise de candidaturas			2	20,0			1	50,0			3	21,4
Necessidade de articulação entre OI e AG	1	100,0	1	10,0	1	100,0	1	50,0			4	28,6

Complexidade dos procedimentos de verificação das condições de admissibilidade e análise de mérito das candidaturas			6	60,0			1	50,0			7	50,0
Necessidade de obtenção de parecer obrigatório por parte de outras entidades			1	10,0							1	7,1
Atrasos da AG no processo de análise e decisão			3	30,0	1	100,0	1	50,0			5	35,7
Outras.							1	50,0			1	7,1

	Norte (N=1)		Centro (N=14)		Lisboa (N=1)		Alentejo (N=3)		Algarve (N=1)		Total (N=20)	
	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos
10.2.1.6. Renovação de aldeias (territórios rurais) (FEADER)												
Elevado nº de candidaturas			6	42,9			2	66,7			8	40,0
Reduzida dimensão da equipa com funções de análise de candidaturas	1	100,0	4	28,6			1	33,3			6	30,0
Necessidade de articulação entre OI e AG	1	100,0	2	14,3	1	100,0	2	66,7			6	30,0
Complexidade dos procedimentos de verificação das condições de admissibilidade e análise de mérito das candidaturas			9	64,3			3	100,0			12	60,0
Necessidade de obtenção de parecer obrigatório por parte de outras entidades	1	100,0	7	50,0			1	33,3			9	45,0
Atrasos da AG no processo de análise e decisão			4	28,6	1	100,0	1	33,3	1	100,0	7	35,0
Outras.							1	33,3			1	5,0
	Norte (N=10)		Centro (N=16)		Lisboa (N=1)		Alentejo (N=7)		Algarve (N=1)		Total (N=35)	
8.8/8a Apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas e à atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas e microempresas (FEDER)												
Elevado nº de candidaturas	5	50,0	8	50,0			4	57,1			17	48,6
Reduzida dimensão da equipa com funções de análise de candidaturas	3	30,0	6	37,5			2	28,6	1	100,0	12	34,3
Necessidade de articulação entre OI e AG	7	70,0	14	87,5	1	100,0	5	71,4			27	77,1
Complexidade dos procedimentos de verificação das condições de admissibilidade e análise de mérito das candidaturas	6	60,0	11	68,8			4	57,1			21	60,0
Necessidade de obtenção de parecer obrigatório por parte de outras entidades			3	18,8			1	14,3			4	11,4
Atrasos da AG no processo de análise e decisão	7	70,0	14	87,5	1	100,0	4	57,1			26	74,3
Outras.			1	6,3							1	2,9
	Norte (N=4)		Centro (N=9)		Lisboa		Alentejo (N=6)		Algarve (N=1)		Total (N=20)	
6.3/6c. Conservação, proteção, promoção e desenvolvimento do património natural e cultural (FEDER)												
Elevado nº de candidaturas	1	25,0	1	11,1			4	66,7			6	30,0
Reduzida dimensão da equipa com funções de análise de candidaturas			2	22,2			2	33,3	1	100,0	5	25,0
Necessidade de articulação entre OI e AG	2	50,0	4	44,4			4	66,7			10	50,0
Complexidade dos procedimentos de verificação das condições de admissibilidade e análise de mérito das candidaturas	2	50,0	4	44,4			4	66,7			10	50,0
Necessidade de obtenção de parecer obrigatório por parte de outras entidades			1	11,1			1	16,7			2	10,0
Atrasos da AG no processo de análise e decisão	3	75,0	7	77,8			3	50,0			13	65,0
Outras.												
	Norte (N=10)		Centro (N=15)		Lisboa (N=1)		Alentejo (N=6)		Algarve (N=1)		Total (N=33)	
8.3/8iii. Emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras (FSE)												
Elevado nº de candidaturas	7	70,0	11	73,3			4	66,7			22	66,7
Reduzida dimensão da equipa com funções de análise de candidaturas	4	40,0	6	40,0			2	33,3	1	100,0	13	39,4
Necessidade de articulação entre OI e AG	7	70,0			1	100,0	5	83,3			27	81,8
Complexidade dos procedimentos de verificação das condições de admissibilidade e análise de mérito das candidaturas	6	60,0	14	93,3			3	50,0			19	57,6
Necessidade de obtenção de parecer obrigatório por parte de outras entidades	1	10,0	10	66,7			1	16,7			5	15,2
Atrasos da AG no processo de análise e decisão	7	70,0	3	20,0	1	100,0	4	66,7			24	72,7
Outras.			12	80,0								

	Norte (N=8)		Centro (N=9)		Lisboa		Alentejo (N=5)		Algarve (N=1)		Total (N=23)	
9.1/9i. Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e a melhoria da empregabilidade (FSE)												
Elevado nº de candidaturas	5	62,5	6	66,7			4	80,0			15	65,2
Reduzida dimensão da equipa com funções de análise de candidaturas	2	25,0	4	44,4			2	40,0	1	100,0	9	39,1
Necessidade de articulação entre OI e AG	6	75,0	7	77,8			4	80,0			17	73,9
Complexidade dos procedimentos de verificação das condições de admissibilidade e análise de mérito das candidaturas	3	37,5	6	66,7			3	60,0			12	52,2
Necessidade de obtenção de parecer obrigatório por parte de outras entidades							1	20,0			1	4,3
Atrasos da AG no processo de análise e decisão	5	62,5	8	88,9			3	60,0			16	69,6
Outras.												

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Rural) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 272. Outro. Qual?

	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo	Algarve
Era uma Medida nova para os GAL e trouxe diversas dúvidas na análise		1			
Nas medidas PDR2020: atrasos na resposta a dúvidas colocadas pela ETL, por parte da AG; atrasos na homologação dos projetos por parte da AG; atrasos nos controlos de qualidade à análise por parte do STAC				1	
Necessidade de fechar todas as candidaturas do aviso para a decisão (1os concursos)					1

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Rural) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 273. A composição do Órgão de Gestão foi alterada ao longo da implementação do DLBC Rural?

	Norte		Centro		Lisboa		Alentejo		Algarve		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Sim	4	28,6	11	47,8	1	50,0	1	12,5	2	66,7	19	38,0
Não	10	71,4	12	52,2	1	50,0	7	87,5	1	33,3	31	62,0
Total	14	100,0	23	100,0	2	100,0	8	100,0	3	100,0	50	100,0

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Rural) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 274. Por que motivos?

	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo	Algarve
Eleição	2	2		1	
A complexidade dos processos associados ao DLBC implica um conhecimento que não se constrói em 3 anos (duração prevista para os mandatos do OG)				1	
Alteração de entidades de forma rotativa		1			2
Demissão de um associado			1		
Alteração de membros da Direção, e substituição de membros com menor disponibilidade de participação.	1				
Eventual Conflito de interesses		2			
Foram integradas 2 entidades enquanto membros suplentes, por forma a suprir faltas ou questões de conflito de interesses		1			
Incompatibilidades/conflito de interesses	1				
Insolvência de uma entidade		2			
Recusa de um dos elementos		1			
Reforçar o poder de decisão da componente privada		1			
São 7 elementos: 4 privados e três públicos	1				

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Rural) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 275. tipo de envolvimento do Órgão de Gestão análise e seleção de operações

	Norte (N=14)		Centro (N=23)		Lisboa (N=2)		Alentejo (N=8)		Algarve (N=3)		Total (N=50)	
	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos
Reuniões presenciais/on-line	13	92,9	23	100,0	2	100,0	7	87,5	3	100,0	48	96,0
Emissão de pareceres escritos	11	78,6	14	60,9			4	50,0	2	66,7	31	62,0
Outro	1	7,1	3	13,0							4	8,0

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Rural) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 276. Outro. Qual?

	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo	Algarve
Aprovação de Avisos	1				
Consulta Escrita	2	3			1
Presença em eventos da Associação com maior significado		1			

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Rural) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 277. Adequação do modelo de envolvimento do Órgão de gestão no processo de análise e seleção de operações, por PO

	1 – Nada Adequados		2		3		4		5		6 - Totalmente Adequados		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
PDR	1	2,0	1	2,0	2	4,1	3	6,1	19	38,8	23	46,9	49	100,0
POR	11	22,4	9	18,4	5	10,2	4	8,2	8	16,3	12	24,5	49	100,0

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Rural) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 278. Adequação do modelo de envolvimento do Órgão de gestão no processo de análise e seleção de operações, por PO, por Região

	Norte		Centro		Lisboa		Alentejo		Algarve		Total	
	Média	N	Média	N	Média	N	Média	N	Média	N	Média	N
PDR	5,38	13	5,30	23	3,50	2	5,25	8	4,33	3	5,18	49
POR	3,46	13	4,30	23	3,50	2	1,63	8	2,67	3	3,51	49

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Rural) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 279. Tipos de mecanismos de monitorização e acompanhamento implementados

	Norte (N=13)		Centro (N=23)		Lisboa (N=2)		Alentejo (N=8)		Algarve (N=3)		Total (N=50)	
	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos
Resposta a solicitações dos PO Financiadores	12	92,3	21	91,3	2	100,0	6	75,0	2	66,7	43	87,8
Definição de indicadores de monitorização pelo GAL	11	84,6	16	69,6	-	-	3	37,5	2	66,7	32	65,3
Elaboração de relatórios de monitorização periódicos	11	84,6	22	95,7	2	100,0	7	87,5	3	100,0	45	91,8
Realização de reuniões da Equipa técnica de balanço	12	92,3	23	100,0	2	100,0	7	87,5	3	100,0	47	95,9
Realização de balanço com as AG	10	76,9	18	78,3	2	100,0	6	75,0	2	66,7	38	77,6
Reuniões/contactos regulares com os beneficiários	13	100,0	18	78,3	2	100,0	7	87,5	3	100,0	43	87,8
Outros	2	15,4	2	8,7	-	-	-	-	-	-	4	8,2

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Rural) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 280. Outro. Qual?

	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo	Algarve
As reuniões de balanço com a AG é exclusivamente com a AG PDR				1	
Avaliação Intercalar		1			
Inquéritos aos Beneficiários	1	1			
Reuniões com a Assembleia de parceiros					1
Visitas físicas locais às operações.	1				

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Rural) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 281. Adequação dos mecanismos de monitorização e acompanhamento implementados

	1 – Nada Adequados		2		3		4		5		6 - Totalmente Adequados		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Resposta a solicitações dos PO Financiadores	-	-	-	-	10	22,2	13	28,9	13	28,9	9	20,0	45	100,0
Definição de indicadores de monitorização pelo GAL	-	-	1	2,9	5	14,3	13	37,1	12	34,3	4	11,4	35	100,0
Elaboração de relatórios de monitorização periódicos	-	-	-	-	2	4,5	21	47,7	13	29,5	8	18,2	44	100,0
Realização de reuniões da Equipa técnica de balanço	-	-	1	2,1	3	6,4	6	12,8	19	40,4	18	38,3	47	100,0
Realização de balanço com as AG	-	-	4	9,1	4	9,1	13	29,5	14	31,8	9	20,5	44	100,0
Reuniões/contactos regulares com os beneficiários	-	-	1	2,2	3	6,7	5	11,1	22	48,9	14	31,1	45	100,0
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	100,0	1	100,0

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Rural) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 282. Média da Adequação dos mecanismos de monitorização e acompanhamento implementados (escala 1- Nada Adequados a 6 Totalmente adequados), por Região

	Norte		Centro		Lisboa		Alentejo		Algarve		Total	
	Média	N	Média	N	Média	N	Média	N	Média	N	Média	N
Resposta a solicitações dos PO Financiadores	4,58	12	4,35	23	6,00	1	4,17	6	5,00	3	4,47	45
Definição de indicadores de monitorização pelo GAL	4,50	10	4,50	18			4,20	5	3,00	2	4,37	35
Elaboração de relatórios de monitorização periódicos	4,82	11	4,50	22	3,00	1	4,43	7	5,67	3	4,61	44
Realização de reuniões da Equipa técnica de balanço	5,08	12	5,00	23	6,00	1	5,00	8	5,33	3	5,06	47

	Norte		Centro		Lisboa		Alentejo		Algarve		Total	
	Média	N	Média	N	Média	N	Média	N	Média	N	Média	N
Realização de balanço com as AG	4,73	11	4,41	22	6,00	1	4,00	8	4,50	2	4,45	44
Reuniões/contactos regulares com os beneficiários	5,50	12	5,00	21	6,00	1	4,38	8	4,33	3	5,00	45
Outros	6,00	1									6,00	1

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Rural) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 283. Entidades envolvidas na monitorização e acompanhamento da execução do DLBC Rural implementado

	Norte (N=14)		Centro (N=23)		Lisboa (N=2)		Alentejo (N=8)		Algarve (N=3)		Total (N=50)	
	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos
Órgão de Gestão	14	100,0	23	100,0	2	100,0	8	100,0	3	100,0	50	100,0
Parceiros do GAL	12	85,7	21	91,3	2	100,0	5	62,5	3	100,0	43	86,0
Outros stakeholders.	2	14,3	8	34,8	1	50,0			1	33,3	12	24,0

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Rural) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 284. Outro. Qual?

	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo	Algarve
Assembleia de Parceiros do GAL		2			
Conjunto dos associados da Entidade Gestora e os parceiros da Estratégia		1			
Avaliador externo		2			1
CIM; DRAPN;	1				
Empresas especializadas	1				
Grupo de Peritos convidados		1			
IFAP, AG					1
Organizações diversas no território e outras de âmbito nacional		1			

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Rural) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 285. como é realizada a avaliação do DLBC Rural.

	Norte (N=13)		Centro (N=23)		Lisboa (N=2)		Alentejo (N=8)		Algarve (N=3)		Total (N=49)	
	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos
Realiza avaliação contínua, com relatórios periódicos	9	69,2	15	65,2	1	50,0	4	50,0	1	33,3	30	61,2
Realizou avaliação Intercalar	13	100,0	22	95,7	2	100,0	8	100,0	3	100,0	48	98,0
Pretende realizar avaliação final	13	100,0	23	100,0	2	100,0	7	87,5	3	100,0	48	98,0

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Rural) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 286. Responsável pela Avaliação do DLBC Rural

	Norte		Centro		Lisboa		Alentejo		Algarve		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Recursos internos do GAL	2	14,3	15	65,2	1	50,0	2	25,0	1	33,3	21	42,0
Avaliação externa	6	42,9	4	17,4	-	-	5	62,5	2	66,7	17	34,0
Recursos do GAL e peritos	6	42,9	4	17,4	1	50,0	-	-	-	-	11	22,0
Outro	-	-	-	-	-	-	1	12,5	-	-	1	2,0
Total	14	100,0	23	100,0	2	100,0	8	100,0	3	100,0	50	100,0

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Rural) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 287. Outro. Qual?

	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo	Algarve
Modelo combinado entre avaliação externa e autoavaliação				1	
Avaliação Contínua: Recursos Internos do GAL		1			

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Rural) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 288. Constrangimentos verificados na monitorização e avaliação

	Norte (N=12)		Centro (N=22)		Lisboa (N=2)		Alentejo (N=8)		Algarve (N=3)		Total (N=47)	
	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos
Diversidade e complexidade de intervenções	10	83,3	17	77,3	1	50,0	3	37,5	1	33,3	32	68,1
Disponibilização de documentos de apoio, orientações pelos PO financiadores	2	16,7	3	13,6	1	50,0	4	50,0			10	21,3
Dimensão da equipa técnica	2	16,7	10	45,5					1	33,3	17	36,2
Competências da equipa técnica	3	25,0	4	18,2	1	50,0	4	50,0	1	33,3	9	19,1

Ausência de orientações do PO financiadores	3	25,0	3	13,6	2	100,0	1	12,5			9	19,1
Dificuldade de obtenção de informação para medição dos indicadores definidos	5	41,7	13	59,1	1	50,0	4	50,0	1	33,3	24	51,1
Indicadores constantes dos Avisos diferentes dos indicadores contratualizados	3	25,0	7	31,8	1	50,0	1	12,5	1	33,3	13	27,7
Outros			1	4,5					1	33,3	2	4,3

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Rural) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 289. Outro. Qual?

	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo	Algarve
A avaliação do POR é mais difícil dado que o GAL não acompanha a execução dos projetos	1				
Avaliação independente					1
O SI PDR tem a informação toda, pelo que os relatórios deveriam ser simplificados, apenas comentar os quadros na globalidade e dentro do próprio SI PDR.		1			

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Rural) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 290. Foram assegurados os mecanismos necessários para uma eventual necessidade de revisão e ajustamentos da EDL e DLBC Rural face a alterações de contexto e decorrentes dos exercícios de avaliação.

	Norte		Centro		Lisboa		Alentejo		Algarve		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Sim	7	53,8	18	78,3			4	50,0	3	100,0	32	65,3
Não, mas considero necessário a existência	6	46,2	4	17,4	2	100,0	4	50,0			16	32,7
Não, mas não considero necessário a existência			1	4,3							1	2,0
Total	13	100,0	23	100,0	2	100,0	8	100,0	3	100,0	49	100,0

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Rural) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 291. Indique se foi efetuada uma revisão e ajustamentos à EDL?

	Norte		Centro		Lisboa		Alentejo		Algarve		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Não	2	15,4	2	8,7					1	33,3	5	10,4
Sim foi um exercício do GAL	8	61,5	17	73,9	2	100,0	5	71,4	2	66,7	34	70,8
Sim acompanhou os exercícios de reprogramação dos Programas Operacionais	3	23,1	4	17,4			2	28,6			9	18,8
Total	13	100,0	23	100,0	2	100,0	7	100,0	3	100,0	48	100,0

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Rural) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 292. Principais alterações que resultaram dos processos de monitorização e avaliação e das revisões efetuadas

	Norte (N=12)		Centro (N=23)		Lisboa (N=2)		Alentejo (N=8)		Algarve (N=3)		Total (N=47)	
	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos
Reprogramação financeira anual	7	58,3	11	47,8	1	50,0	2	28,6	1	33,3	22	46,8
Distribuição da alocação financeira por TI/PI/medida	10	83,3	18	78,3	2	100,0	5	71,4	3	100,0	38	80,9
Redefinição de metas	7	58,3	21	91,3	1	50,0	7	100,0	2	66,7	38	80,9
Reforço da equipa técnica	3	25,0	5	21,7			2	28,6	1	33,3	11	23,4
Maior acompanhamento às entidades beneficiárias	4	33,3	4	17,4			3	42,9	2	66,7	13	27,7
Outras Alterações	2	16,7	2	8,7							4	8,5

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Rural) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 293. Outro. Qual?

	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo	Algarve
Alteração do coordenador	1				
Alterações financeiras com consequente alteração de metas decorrente da atribuição da reserva de eficiência ao GAL ADRUSE.		1			
Alterações provenientes da introdução do +CO3SO.	1				
Redefinição/Supressão de objetivos específicos		1			

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Rural) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 294. As alterações que resultaram da(s) revisão(ões) do DLBC Rural permitiram melhorias no seu desempenho físico e financeiro?

	Norte		Centro		Lisboa		Alentejo		Algarve		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Sim	12	92,3	23	100,0	2	100,0	5	71,4	3	100,0	45	93,8
Não	1	7,7					2	28,6			3	6,3
Total	13	100,0	23	100,0	2	100,0	7	100,0	3	100,0	48	100,0

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Rural) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 295. Existe uma estratégia de comunicação da DLBC Rural?

	Norte		Centro		Lisboa		Alentejo		Algarve		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Sim	11	84,6	20	87,0	1	50,0	5	62,5	3	100,0	40	81,6
Não	2	15,4	3	13,0%	1	50,0	3	37,5			9	18,4
Total	13	100,0	23	100,0	2	100,0	8	100,0	3	100,0	49	100,0

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Rural) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 296. Nº de Reuniões/encontros com parceiros promovidos

	Norte		Centro		Lisboa		Alentejo		Algarve		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
1 a 10	5	45,5	6	31,6			3	37,5	2	66,7	13	30,2
11 a 20	2	18,2	5	26,3			2	25,0			12	27,9
21 a 30	2	18,2	1	5,3			1	12,5	1	33,3	5	11,6
31 a 40			1	5,3							1	2,3
41 a 50			1	5,3			1	12,5			2	4,7
51 a 100	1	9,1	3	15,8							4	9,3
101 a 500	1	9,1	1	5,3	2	100,0					4	9,3
501 a 1000			1	5,3							1	2,3
mais de 1000							1	12,5			1	2,3
Total	11	100,0	19	100,0	2	100,0	8	100,0	3	100,0	43	100,0

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Rural) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 297. Nº Sessões de divulgação e sensibilização e esclarecimento

	Norte		Centro		Lisboa		Alentejo		Algarve		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
0			1	5,0							1	2,3
1 a 10	2	18,2	3	15,0			2	25,0	1	33,3	8	18,2
11 a 20	5	45,5	2	10,0			1	12,5			8	18,2
21 a 30	4	36,4	4	20,0			2	25,0			11	25,0
31 a 40			6	30,0			2	25,0	1	33,3	9	20,5
41 a 50							1	12,5	1	33,3	2	4,5
51 a 100			2	10,0							2	4,5
101 a 500			1	5,0							1	2,3
mais 500			1	5,0	1	50,0					2	4,5
Total	11	100,0	20	100,0	2	100,0	8	100,0	3	100,0	44	100,0

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Rural) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 298. Nº Reuniões, seminários, workshops públicos

	Norte		Centro		Lisboa		Alentejo		Algarve		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
0			1	5,0							1	2,4
1 a 10	7	77,8	12	60,0			5	62,5	2	66,7	26	61,9
11 a 20	1	11,1			1	50,0	3	37,5	1	33,3	6	14,3
21 a 50			3	15,0							3	7,1
51 a 100			1	5,0							1	2,4
101 a 200	1	11,1	2	10,0							3	7,1
201 a 350			1	5,0	1	50,0					2	4,8
Tota	9	100,0	20	100,0	2	100,0	8	100,0	3	100,0	42	100,0

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Rural) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 299. Nº Produtos de comunicação do GAL/Entidade Gestora (newsletter, site)

	Norte		Centro		Lisboa		Alentejo		Algarve		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
1 a 10	3	33,3	7	35,0	1	50,0	3	42,9	3	100,0	17	41,5
11 a 20	3	33,3	3	15,0			2	28,6			8	19,5
21 a 50	2	22,2	2	10,0			1	14,3			5	12,2
51 a 75			5	25,0							5	12,2
76 a 100	1	11,1	1	5,0							2	4,9
101 a 200					1	50,0					1	2,4
201 a 2000			2	10,0			1	14,3			3	7,3
Total	9	100,0	20	100,0	2	100,0	7	100,0	3	100,0	41	100,0

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Rural) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 300. Nº Produtos de comunicação do GAL/Entidade Gestora (páginas das redes sociais...)

	Norte		Centro		Lisboa		Alentejo		Algarve		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
0							1	14,3			1	2,5
1 a 10	5	55,6	14	73,7	2	100,0	2	28,6	3	100,0	26	65,0

	Norte		Centro		Lisboa		Alentejo		Algarve		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
11 a 20	2	22,2					2	28,6			4	10,0
21 a 50	2	22,2	1	5,3			2	28,6			5	12,5
51 a 100			2	10,5							2	5,0
101 a 250			2	10,5							2	5,0
Total	9	100,0	19	100,0	2	100,0	7	100,0	3	100,0	40	100,0

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Rural) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 301. Nº Grupos de trabalho temáticos

	Norte		Centro		Lisboa		Alentejo		Algarve		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
0			3	21,4							3	10,0
1 a 10	5	71,4	10	71,4	1	50,0	5	100,0	2	100,0	23	76,7
11 a 20	2	28,6	1	7,1							3	10,0
21 a 50					1	50,0					1	3,3
Total	7	100,0	14	100,0	2	100,0	5	100,0	2	100,0	30	100,0

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Rural) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 302. Nº Visitas a projetos de investimento,...

	Norte		Centro		Lisboa		Alentejo		Algarve		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
1 a 10	1	16,7	3	15,8					1	33,3	5	13,5
11 a 20			2	10,5			1	14,3			3	8,1
21 a 50			5	26,3	1	50,0	1	14,3	1	33,3	8	21,6
51 a 75			3	15,8	1	50,0	3	42,9			7	18,9
76 a 100			2	10,5			1	14,3	1	33,3	4	10,8
101 a 200	3	50,0	2	10,5							5	13,5
201 a 350	2	33,3	2	10,5			1	14,3			5	13,5
Total	6	100,0	19	100,0	2	100,0	7	100,0	3	100,0	37	100,0

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Rural) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 303. Nº Feiras, festas temáticas; mostras de produtos locais

	Norte		Centro		Lisboa		Alentejo		Algarve		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
0	0	0,0	2	10,5	0	0,0	0	0,0	0	0,0	2	4,9
1 a 10	3	33,3	9	47,4	0	0,0	5	62,5	3	100,0	20	48,8
11 a 20	2	22,2	4	21,1	2	100,0	2	25,0	0	0,0	10	24,4
21 a 30	3	33,3	2	10,5	0	0,0	0	0,0	0	0,0	5	12,2
31 a 40	1	11,1	1	5,3	0	0,0	1	12,5	0	0,0	3	7,3
41 a 50	0	0,0	1	5,3	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1	2,4
Total	9	100,0	19	100,0	2	100,0	8	100,0	3	100,0	41	100,0

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Rural) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 304. Nº Participação em projetos de cooperação

	Norte		Centro		Lisboa		Alentejo		Algarve		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
1 a 10	8	88,9	20	100,0	1	50,0	7	100,0	3	100,0	39	95,1
11 a 25	1	11,1	0	0,0	1	50,0	0	0,0	0	0,0	2	4,9
Total	9	100,0	20	100,0	2	100,0	7	100,0	3	100,0	41	100

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Rural) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 305. Nº Outros

	Norte		Centro		Lisboa		Alentejo		Algarve		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
1									1	100,0	1	50,0
7	1	100,0									1	50,0
Total	1	100,0							1	100,0	2	100

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Rural) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 306. Nº de participante em Reuniões/encontros com parceiros promovidos

	Norte		Centro		Lisboa		Alentejo		Algarve		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
0							1	16,7			1	2,6
1 a 25	3	30,0	2	10,5					1	50,0	6	15,8
26 a 50			1	5,3			1	16,7			2	5,3
51 a 75	1	10,0	4	21,1			1	16,7			6	15,8
76 a 100	2	20,0	3	15,8			1	16,7	1	50,0	7	18,4
101 a 250	3	30,0	4	21,1							7	18,4
251 a 500			3	15,8			1	16,7			4	10,5

	Norte		Centro		Lisboa		Alentejo		Algarve		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
501 a 1000	1	10,0	2	10,5	1	100,0					4	10,5
mais de 1000							1	16,7			1	2,6
Total	10	100,0	19	100,0	1	100,0	6	100,0	2	100,0	38	100,0

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Rural) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 307. Nº participante em Sessões de divulgação e sensibilização e esclarecimento

	Norte		Centro		Lisboa		Alentejo		Algarve		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
0	0	0,0	1	5,3	0	0,0	1	16,7	0	0,0	2	5,4
1 a 50	3	33,3	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1	50,0	4	10,8
51 a 100	1	11,1	5	26,3	0	0,0	1	16,7	0	0,0	7	18,9
101 a 250	3	33,3	1	5,3	0	0,0	2	33,3	0	0,0	6	16,2
251 a 500	1	11,1	5	26,3	0	0,0	1	16,7	0	0,0	7	18,9
501 a 1000	0	0,0	5	26,3	0	0,0	1	16,7	1	50,0	7	18,9
mais de 1000	1	11,1	2	10,5	1	100,0	0	0,0	0	0,0	4	10,8
Total	9	100,0	19	100,0	1	100,0	6	100,0	2	100,0	37	100,0

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Rural) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 308. Nº participante em Reuniões, seminários, workshops públicos

	Norte		Centro		Lisboa		Alentejo		Algarve		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
0			1	6,7			1	16,7			2	6,5
1 a 50	2	28,6	1	6,7			1	16,7	1	50,0	5	16,1
51 a 100	1	14,3	4	26,7			1	16,7			6	19,4
101 a 250	1	14,3	4	26,7			3	50,0	1	50,0	9	29,0
251 a 500	2	28,6	3	20,0							5	16,1
501 a 1000			1	6,7	1	100,0					2	6,5
mais de 1000	1	14,3	1	6,7							2	6,5
Total	7	100,0	15	100,0	1	100,0	6	100,0	2	100,0	31	100,0

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Rural) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 309. Nº participante em Produtos de comunicação do GAL/Entidade Gestora (newsletter, site)

	Norte		Centro		Lisboa		Alentejo		Algarve		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
0			1	6,7			1	25,0			2	7,1
1 a 100	4	66,7	1	6,7					1	50,0	6	21,4
101 a 250			1	6,7			1	25,0			2	7,1
251 a 500	1	16,7	2	13,3					1	50,0	4	14,3
501 a 1000							1	25,0			1	3,6
1000 a 10000			4	26,7	1	100,0					5	17,9
10000 a 100000			3	20,0			1	25,0			4	14,3
100000 a 500000	1	16,7	3	20,0							4	14,3
Total	6	100,0	15	100,0	1	100,0	4	100,0	2	100,0	28	100,0

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Rural) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 310. Nº participante em Produtos de comunicação do GAL/Entidade Gestora (páginas das redes sociais...)

	Norte		Centro		Lisboa		Alentejo		Algarve		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
0			1	8,3			2	50,0			3	13,0
1 a 100	3	60,0							1	50,0	4	17,4
101 a 250							1	25,0			1	4,3
251 a 1000			1	8,3							1	4,3
1000 a 10000			5	41,7					1	50,0	6	26,1
10001 a 25000	2	40,0	2	16,7							4	17,4
25001 a 50000			1	8,3			1	25,0			2	8,7
mais 50000			2	16,7							2	8,7
Total	5	100,0	12	100,0			4	100,0	2	100,0	23	100,0

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Rural) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 311. Nº participante em Grupos de trabalho temáticos

	Norte		Centro		Lisboa		Alentejo		Algarve		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
0			3	23,1			1	33,3			4	16,7
1 a 25	4	66,7	3	23,1			1	33,3	1	100,0	9	37,5
26 a 50			3	23,1							3	12,5
51 a 100	1	16,7	1	7,7	1	100,0	1	33,3			4	16,7
101 a 250	1	16,7	2	15,4							3	12,5
mais 250			1	7,7							1	4,2

	Norte		Centro		Lisboa		Alentejo		Algarve		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Total	6	100,0	13	100,0	1	100,0	3	100,0	1	100,0	24	100,0

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Rural) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 312. Nº participante em Visitas a projetos de investimento,...

	Norte		Centro		Lisboa		Alentejo		Algarve		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
1 a 25	3	50,0	3	20,0					1	50,0	7	24,1
26 a 50			1	6,7			1	20,0			2	6,9
51 a 100			5	33,3	1	100,0	4	80,0			10	34,5
101 a 250	3	50,0	4	26,7					1	50,0	8	27,6
251 a 750			2	13,3							2	6,9
Total	6	100,0	15	100,0	1	100,0	5	100,0	2	100,0	29	100,0

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Rural) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 313. Nº participante em Feiras, festas temáticas; mostras de produtos locais

	Norte		Centro		Lisboa		Alentejo		Algarve		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
0			2	15,4			1	20,0			3	10,7
1 a 100	5	71,4					1	20,0	1	50,0	7	25,0
101 a 250							1	20,0			1	3,6
251 a 1000	1	14,3	5	38,5					1	50,0	7	25,0
1001 a 10000			4	30,8							4	14,3
10001 a 100000	1	14,3	1	7,7			2	40,0			4	14,3
100001 a 500000			1	7,7	1	100,0					2	7,1
Total	7	100,0	13	100,0	1	100,0	5	100,0	2	100,0	28	100,0

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Rural) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 314. Nº participante em Participação em projetos de cooperação

	Norte		Centro		Lisboa		Alentejo		Algarve		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
0			1	7,1			1	20,0			2	7,1
1 a 25	5	83,3	3	21,4			3	60,0	1	50,0	12	42,9
26 a 50			1	7,1					1	50,0	2	7,1
51 a 100			4	28,6	1	100,0	1	20,0			6	21,4
101 a 250			4	28,6							4	14,3
251 a 750	1	16,7	1	7,1							2	7,1
Total	6	100,0	14	100,0	1	100,0	5	100,0	2	100,0	28	100,0

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Rural) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 315. Nº participante Outros

	Norte		Centro		Lisboa		Alentejo		Algarve		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
1									1	100,0	1	100,0
Total									1	100,0	1	100,0

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Rural) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 316. Balanço da adesão às ações de divulgação, informação, sensibilização e esclarecimentos realizadas junto dos potenciais beneficiários e da população

	1 – Fraca adesão		2		3		4		5		6 – Muita adesão		N/A		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%			N	%
Reuniões/encontros com parceiros promovidos			1	2,1	8	17,0	11	23,4	15	31,9	12	25,5			47	100,0
Sessões de divulgação e sensibilização e esclarecimento					7	15,2	11	23,9	17	37,0	11	23,9			46	100,0
Reuniões, seminários, workshops públicos			2	5,0	4	10,0	17	42,5	9	22,5	6	15,0	2	5,0	40	100,0
Produtos de comunicação do GAL/Entidade Gestora (newsletter, site)					4	8,9	14	31,1	16	35,6	10	22,2	1	2,2	45	100,0
Produtos de comunicação do GAL/Entidade Gestora (páginas das redes sociais ...)			1	2,2	3	6,7	11	24,4	15	33,3	11	24,4	4	8,9	45	100,0
Grupos de trabalho temáticos	1	2,9	2	5,7	2	5,7	13	37,1	7	20,0	5	14,3	5	14,3	35	100,0
Visitas a projetos de investimento,...	1	2,3	1	2,3	2	4,7	7	16,3	17	39,5	11	25,6	4	9,3	43	100,0
Feiras, festas temáticas; mostras de produtos locais	1	2,4	2	4,9	4	9,8	11	26,8	10	24,4	11	26,8	2	4,9	41	100,0

	1 – Fraca adesão		2		3		4		5		6 – Muita adesão		N/A		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%			N	%
Participação em projetos de cooperação			1	2,4	5	11,9	12	28,6	13	31,0	8	19,0	3	7,1	42	100,0
Outra	1	20,0							1	20,0	1	20,0	2	40,0	5	100,0

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Rural) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 317. Média do Balanço da adesão às ações de divulgação, informação, sensibilização e esclarecimentos realizadas junto dos potenciais beneficiários e da população (escala 1- – fraca adesão a 6 – muita adesão), por Região

	Norte		Centro		Lisboa		Alentejo		Algarve		Total	
	Média	N	Média	N	Média	N	Média	N	Média	N	Média	N
Reuniões/encontros com parceiros promovidos	4,75	12	4,87	23	6,00	2	3,57	7	3,67	3	4,62	47
Sessões de divulgação e sensibilização e esclarecimento	4,50	12	5,05	22	5,00	2	4,00	7	4,33	3	4,70	46
Reuniões, seminários, workshops públicos	4,50	10	4,44	16	5,00	2	3,57	7	4,67	3	4,34	38
Produtos de comunicação do GAL/Entidade Gestora (newsletter, site)	4,91	11	4,86	22	4,50	2	3,83	6	5,00	3	4,73	44
Produtos de comunicação do GAL/Entidade Gestora (páginas das redes sociais ...)	4,91	11	4,95	20	4,50	2	3,80	5	5,00	3	4,78	41
Grupos de trabalho temáticos	5,00	8	4,14	14	5,50	2	3,40	5	2,00	1	4,27	30
Visitas a projetos de investimento,...	5,13	8	4,67	21	6,00	2	4,40	5	5,00	3	4,82	39
Feiras, festas temáticas; mostras de produtos locais	4,50	10	4,56	18	6,00	2	4,00	6	4,67	3	4,54	39
Participação em projetos de cooperação	4,44	9	4,61	18	5,50	2	4,14	7	5,00	3	4,56	39
Outra	3,00	2	6,00	1							4,00	3

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Rural) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 318. Foram realizados processos de auscultação sobre o conhecimento que os potenciais beneficiários dos territórios têm da EDL/DLBC Rural?

	Norte		Centro		Lisboa		Alentejo		Algarve		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Sim	11	84,6	12	52,2	1	100,0	2	28,6	3	100,0	29	61,7
Não	2	15,4	11	47,8			5	71,4			18	38,3
Total	13	100,0	23	100,0	1	100,0	7	100,0	3	100,0	47	100,0

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Rural) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 319. Outro. Qual?

	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo	Algarve
Avaliação externa intermédia		1			
Avaliação intermédia		2			
avaliação presencial	1				
Contacto direto com agentes locais, com agricultores, com autarquias locais, com industriais.	1				
Inquerito	3	3		1	2
inquerito nas redes sociais	1	2			1
Inquerito online	1	1	1		
inquerito presencial	4	2		1	
inqueritos nas reuniões		1			
já elaborado o formato, prevista a aplicação para breve		1			
Entrevistas presenciais					1
Reuniões		1			1

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Rural) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 320. Boas práticas na implementação do DLBC Rural nomeadamente nas seguintes dimensões:

	Norte (N=13)		Centro (N=23)		Lisboa (N=1)		Alentejo (N=7)		Algarve (N=3)		Total (N=47)	
	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos
Modelo de funcionamento do GAL	10	76,9	22	95,7			5	71,4	1	33,3	38	80,9
Modelo de gestão do DLBC	10	76,9	13	56,5			4	57,1	2	66,7	29	61,7
Partilha de conhecimentos	10	76,9	16	69,6	1	100,0	6	85,7	2	66,7	35	74,5
Sinergias entre projetos e sectores de atividade económica	10	76,9	16	69,6	1	100,0	3	42,9	2	66,7	32	68,1
Cooperação entre beneficiários e stakeholders	7	53,8	10	43,5	1	100,0	2	28,6	1	33,3	21	44,7
Operações inovadoras para o território	10	76,9	11	47,8	1	100,0	5	71,4	3	100,0	30	63,8
Outras	1	7,7									1	2,1

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Rural) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 321. Outro. Qual?

	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo	Algarve
Atuação de Proximidade	1				
Projetos únicos e inovadores no território: criação de adegas, fabricas de cerveja artesanal, produtos locais					1
Transferência de conhecimento através da cooperação, e de troca de experiências entre agricultores.	1				

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Rural) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

EFICÁCIA**Quadro 322. Adesão dos promotores a cada uma das tipologias de intervenção contempladas no DLBC face às expectativas iniciais**

	1 – Muito Fraca		2		3		4		5		6 – Muito Forte		N/A		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
10.2.1.1. Pequenos investimentos nas explorações agrícolas (FEADER)			1	2,0	1	2,0	5	10,2	5	10,2	37	75,5			49	100,0
10.2.1.2. Pequenos investimentos na transformação e comercialização (FEADER)			6	12,2	6	12,2	7	14,3	13	26,5	17	34,7			49	100,0
10.2.1.3. Diversificação de atividades na exploração agrícola (FEADER)	1	2,0	6	12,2	8	16,3	11	22,4	12	24,5	11	22,4			49	100,0
10.2.1.4. Cadeias curtas e mercados locais (FEADER)	6	12,2	11	22,4	19	38,8	7	14,3	3	6,1	3	6,1			49	100,0
10.2.1.5. Promoção de produtos de qualidade locais (FEADER)	37	77,1	3	6,3	5	10,4							3	6,3	48	100,0
10.2.1.6. Renovação de aldeias (territórios rurais) (FEADER)	1	2,1	4	8,3	4	8,3	8	16,7	12	25,0	18	37,5	1	2,1	48	100,0
8.8/8a. Apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas e à atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas e microempresas (FEDER)			1	2,1	2	4,3	5	10,6	11	23,4	27	57,4	1	2,1	47	100,0
6.3/6c. Conservação, proteção, promoção e desenvolvimento do património natural e cultural (FEDER)	2	4,7	4	9,3	7	16,3	4	9,3	10	23,3	9	20,9	7	16,3	43	100,0
8.3/8iii. Emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras (FSE)			1	2,1	2	4,2	8	16,7	8	16,7	29	60,4			48	100,0
9.1/9i. Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e a melhoria da empregabilidade (FSE)					2	4,9	7	17,1	7	17,1	18	43,9	7	17,1	41	100,0

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Rural) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 323. Média da Adesão dos promotores a cada uma das tipologias de intervenção contempladas no DLBC face às expectativas iniciais (escala 1- Muito fraca a 6 Muito forte), por Região

	Norte		Centro		Lisboa		Alentejo		Algarve		Total	
	Média	N	Média	N	Média	N	Média	N	Média	N	Média	N
10.2.1.1. Pequenos investimentos nas explorações agrícolas (FEADER)	5,85	13	5,35	23	5,00	2	5,63	8	6,00	3	5,55	49
10.2.1.2. Pequenos investimentos na transformação e comercialização (FEADER)	5,00	13	4,61	23	5,50	2	4,50	8	2,33	3	4,59	49
10.2.1.3. Diversificação de atividades na exploração agrícola (FEADER)	5,46	13	3,70	23	2,00	2	4,50	8	3,67	3	4,22	49
10.2.1.4. Cadeias curtas e mercados locais (FEADER)	3,15	13	2,96	23	2,00	2	2,75	8	3,67	3	2,98	49
10.2.1.5. Promoção de produtos de qualidade locais (FEADER)	1,33	12	1,24	21	1,00	2	1,50	8	1,00	2	1,29	45
10.2.1.6. Renovação de aldeias (territórios rurais) (FEADER)	4,58	12	5,13	23	5,00	1	4,13	8	3,33	3	4,70	47
8.8/8a. Apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas e à atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas e microempresas (FEDER)	5,62	13	5,05	21	5,50	2	5,50	8	5,50	2	5,33	46
6.3/6c. Conservação, proteção, promoção e desenvolvimento do património natural e cultural (FEDER)	4,25	8	4,16	19			4,38	8	3,00	1	4,19	36
8.3/8iii. Emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras (FSE)	5,38	13	5,13	23	5,50	2	5,38	8	6,00	2	5,29	48
9.1/9i. Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e a melhoria da empregabilidade (FSE)	5,58	12	5,67	12	5,00	1	4,00	8	5,00	1	5,21	34

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Rural) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 324. Fatores que considera terem condicionado uma maior adesão por parte dos promotores ao DLBC Rural

	Norte (N=13)		Centro (N=22)		Lisboa (N=2)		Alentejo (N=8)		Algarve (N=3)		Total (N=48)	
	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos
Capacidade de incitativa do território	2	15,4	7	31,8			3	37,5	1	33,3	13	27,1
Crise económica	5	38,5	9	40,9	1	50,0	5	62,5	1	33,3	21	43,8
Condições de elegibilidade dos promotores	10	76,9	17	77,3	1	50,0	5	62,5	2	66,7	35	72,9
Condições de elegibilidade das operações	9	69,2	17	77,3	1	50,0	3	37,5	2	66,7	32	66,7
Critérios de seleção das operações	7	53,8	3	13,6	1	50,0	4	50,0			15	31,3
Outros	3	23,1	2	9,1			1	12,5	2	66,7	8	16,7

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Rural) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 325. Principais motivos de reprovação de candidaturas, por região

	Norte (N=11)		Centro (N=22)		Lisboa (N=2)		Alentejo (N=7)		Algarve (N=3)		Total (N=45)	
	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos
10.2.1.1. Pequenos investimentos nas explorações agrícolas (FEADER)												
Falta de dotação financeira disponível	4	36,4	1	4,5			1	14,3			6	13,3
Cumprimento de critérios de elegibilidade dos beneficiários	6	54,5	18	81,8	2	100,0	6	85,7	3	100,0	35	77,8
Cumprimento dos critérios de elegibilidade dos projetos	5	45,5	17	77,3	2	100,0	2	28,6	2	66,7	28	62,2
Falta de documentos necessários à instrução da candidatura	3	27,3	11	50,0			1	14,3			15	33,3
Critérios de seleção das operações	5	45,5	6	27,3	1	50,0	1	14,3			13	28,9
Outros			1	4,5							1	2,2
	Norte (N=9)		Centro (N=19)		Lisboa (N=2)		Alentejo (N=8)		Algarve (N=2)		Total (N=40)	
	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos
10.2.1.2. Pequenos investimentos na transformação e comercialização (FEADER)												
Falta de dotação financeira disponível	4	44,4	1	5,3							5	12,5
Cumprimento de critérios de elegibilidade dos beneficiários	5	55,6	11	57,9	1	50,0	3	37,5			20	50,0
Cumprimento dos critérios de elegibilidade dos projetos	5	55,6	16	84,2	2	100,0	6	75,0	2	100,0	31	77,5
Falta de documentos necessários à instrução da candidatura	4	44,4	5	26,3			1	12,5	1	50,0	11	27,5
Critérios de seleção das operações	4	44,4	3	15,8	1	50,0	1	12,5			9	22,5
Outros	0	0,0	1	5,3							1	2,5

	Norte (N=11)		Centro (N=21)		Lisboa (N=2)		Alentejo (N=7)		Algarve (N=2)		Total (N=43)	
10.2.1.3. Diversificação de atividades na exploração agrícola (FEADER)												
Falta de dotação financeira disponível	4	36,4	2	9,5							6	14,0
Cumprimento de critérios de elegibilidade dos beneficiários	9	81,8	15	71,4	2	100,0	2	28,6			28	65,1
Cumprimento dos critérios de elegibilidade dos projetos	7	63,6	16	76,2	2	100,0	6	85,7	2	100,0	33	76,7
Falta de documentos necessários à instrução da candidatura	4	36,4	5	23,8			1	14,3			10	23,3
Crítérios de seleção das operações	4	36,4	3	14,3	1	50,0	1	14,3	1	50,0	10	23,3
Outros			1	4,8							1	2,3

	Norte (N=7)		Centro (N=15)		Lisboa (N=2)		Alentejo (N=5)		Algarve		Total (N=29)	
	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos
10.2.1.4. Cadeias curtas e mercados locais (FEADER)												
Falta de dotação financeira disponível	2	28,6									2	6,9
Cumprimento de critérios de elegibilidade dos beneficiários	3	42,9	7	46,7	1	50,0	3	60,0			14	48,3
Cumprimento dos critérios de elegibilidade dos projetos	3	42,9	9	60,0	2	100,0	2	40,0			16	55,2
Falta de documentos necessários à instrução da candidatura	1	14,3	3	20,0			2	40,0			6	20,7
Crítérios de seleção das operações	2	28,6	6	40,0	1	50,0	1	20,0			10	34,5
Outros			1	6,7							1	3,4

	Norte (N=4)		Centro (N=7)		Lisboa (N=1)		Alentejo (N=5)		Algarve (N=1)		Total (N=18)	
10.2.1.5. Promoção de produtos de qualidade locais (FEADER)												
Falta de dotação financeira disponível												
Cumprimento de critérios de elegibilidade dos beneficiários	2	50,0	5	71,4	1	100,0	5	100,0	1	100,0	14	77,8
Cumprimento dos critérios de elegibilidade dos projetos	1	25,0	3	42,9	1	100,0	1	20,0	1	100,0	7	38,9
Falta de documentos necessários à instrução da candidatura	1	25,0	1	14,3							2	11,1
Crítérios de seleção das operações	1	25,0	4	57,1			1	20,0			6	33,3
Outros												

	Norte (N=6)		Centro (N=13)		Lisboa		Alentejo (N=5)		Algarve (N=1)		Total (N=18)	
10.2.1.6. Renovação de aldeias (territórios rurais) (FEADER)												
Falta de dotação financeira disponível	4	66,7	3	23,1							7	28,0
Cumprimento de critérios de elegibilidade dos beneficiários	2	33,3	6	46,2			3	60,0			11	44,0
Cumprimento dos critérios de elegibilidade dos projetos	2	33,3	9	69,2			1	20,0			12	48,0
Falta de documentos necessários à instrução da candidatura	2	33,3	4	30,8			2	40,0			8	32,0
Crítérios de seleção das operações	1	16,7	2	15,4			1	20,0	1	100,0	5	20,0
Outros	1	16,7	1	7,7							2	8,0

	Norte (N=10)		Centro (N=20)		Lisboa (N=2)		Alentejo (N=5)		Algarve (N=3)		Total (N=40)	
8.8/8a. Apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas e à atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas e microempresas (FEDER)												
Falta de dotação financeira disponível	5	50,0	7	35,0			1	20,0	1	33,3	14	35,0
Cumprimento de critérios de elegibilidade dos beneficiários	7	70,0	13	65,0	1	50,0	2	40,0			23	57,5
Cumprimento dos critérios de elegibilidade dos projetos	5	50,0	16	80,0	2	100,0	1	20,0	1	33,3	25	62,5
Falta de documentos necessários à instrução da candidatura	6	60,0	7	35,0			2	40,0	2	66,7	17	42,5
Crítérios de seleção das operações	6	60,0	10	50,0			2	40,0			18	45,0
Outros			1	5,0			1	20,0			2	5,0
	Norte (N=5)		Centro (N=6)		Lisboa		Alentejo (N=3)		Algarve (N=3)		Total (N=15)	

6.3/6c. Conservação, proteção, promoção e desenvolvimento do património natural e cultural (FEDER)												
Falta de dotação financeira disponível	2	40,0	3	50,0			1	33,3			5	33,3

Cumprimento de critérios de elegibilidade dos beneficiários	1	20,0	3	50,0			1	33,3			5	33,3
Cumprimento dos critérios de elegibilidade dos projetos	1	20,0	2	33,3			1	33,3	1	100,0	5	33,3
Falta de documentos necessários à instrução da candidatura	3	60,0					2	66,7	1	100,0	5	33,3
Críticos de seleção das operações	2	40,0	1	16,7							5	33,3
Outros			1	16,7							1	6,7
	Norte (N=10)		Centro (N=21)		Lisboa (N=2)		Alentejo (N=7)		Algarve (N=3)		Total (N=43)	
8.3/8iii. Emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras (FSE)												
Falta de dotação financeira disponível	3	30,0	17	81,0			4	57,1	1	33,3	25	58,1
Cumprimento de critérios de elegibilidade dos beneficiários	5	50,0	11	52,4	1	50,0	1	14,3			18	41,9
Cumprimento dos critérios de elegibilidade dos projetos	4	40,0	14	66,7	2	100,0	1	14,3	1	33,3	22	51,2
Falta de documentos necessários à instrução da candidatura	5	50,0	7	33,3			2	28,6	2	66,7	16	37,2
Críticos de seleção das operações	6	60,0	11	52,4			4	57,1			21	48,8
Outros			1	4,8			1	14,3			2	4,7
	Norte (N=9)		Centro (N=12)		Lisboa (N=1)		Alentejo (N=6)		Algarve (N=1)		Total (N=29)	
9.1/9i. Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e a melhoria da empregabilidade (FSE)												
Falta de dotação financeira disponível	2	22,2	12	100,0			1	16,7			15	51,7
Cumprimento de critérios de elegibilidade dos beneficiários	5	55,6	4	33,3	1	100,0	2	33,3			12	41,4
Cumprimento dos critérios de elegibilidade dos projetos	4	44,4	5	41,7	1	100,0	2	33,3	1	100,0	13	44,8
Falta de documentos necessários à instrução da candidatura	5	55,6	5	41,7			1	16,7	1	100,0	12	41,4
Críticos de seleção das operações	6	66,7	4	33,3			2	33,3			12	41,4
Outros							1	16,7			1	3,4

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Rural) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 326. Outro. Qual?

	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo	Algarve
Candidatura mal defendida	1				
Candidaturas mal formuladas		1			
Falta de conhecimentos do beneficiário, consultores pouco ortodoxos na sua forma de atuação, sobretudo nos projetos de pequena dimensão em que o público alvo é mais vulnerável.		1			
Falta de normativo público para a avaliação das candidaturas				1	
Incumprimento de critérios definidos no aviso de candidatura.				1	
Má instrução das candidaturas			1		
Muitas aldeias não foram abrangidas porque não faziam parte do mapa rural, mesmo que inserida em território rural.	1				

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Rural) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 327. Estrangulamentos que existiram ao bom funcionamento das tipologias de operação contratualizadas, por Prioridade de investimento/tipologia de intervenção

	Norte (N=10)		Centro (N=19)		Lisboa (N=2)		Alentejo (N=7)		Algarve (N=3)		Total (N=41)	
	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos
10.2.1.1. Pequenos investimentos nas explorações agrícolas (FEADER)												
Condições de elegibilidade das operações	7	70,0	15	78,9	2	100,0	7	100,0	1	33,3	32	78,0
Tipo de despesas elegíveis	3	30,0	6	31,6	1	50,0			1	33,3	11	26,8
Taxa de incentivo	3	30,0	2	10,5							5	12,2
Contexto socioeconómico	3	30,0	10	52,6			3	42,9	2	66,7	18	43,9
	Norte (N=12)		Centro (N=18)		Lisboa (N=1)		Alentejo (N=6)		Algarve (N=3)		Total (N=41)	
10.2.1.2. Pequenos investimentos na transformação e comercialização (FEADER)												
Condições de elegibilidade das operações	5	41,7	11	61,1	1	100,0	4	66,7	2	66,7	23	57,5
Tipo de despesas elegíveis	3	25,0	6	33,3							9	22,5
Taxa de incentivo	6	50,0	4	22,2							10	25,0
Contexto socioeconómico	4	33,3	11	61,1			5	83,3	1	33,3	21	52,5
	Norte (N=10)		Centro (N=18)		Lisboa (N=2)		Alentejo (N=6)		Algarve (N=3)		Total (N=39)	
10.2.1.3. Diversificação de atividades na exploração agrícola (FEADER)												
Condições de elegibilidade das operações	6	60,0	14	77,8	2	100,0	4	66,7	2	66,7	28	71,8
Tipo de despesas elegíveis	3	30,0	4	22,2	1	50,0	1	16,7			9	23,1
Taxa de incentivo	4	40,0	4	22,2							8	20,5
Contexto socioeconómico	5	50,0	14	77,8			5	83,3	1	33,3	25	64,1
	Norte (N=8)		Centro (N=20)		Lisboa (N=2)		Alentejo (N=7)		Algarve (N=2)		Total (N=39)	
10.2.1.4. Cadeias curtas e mercados locais (FEADER)												
Condições de elegibilidade das operações	6	75,0	14	70,0	2	100,0	6	85,7	1	50,0	29	74,4
Tipo de despesas elegíveis	4	50,0	9	45,0	2	100,0	3	42,9	2	100,0	20	51,3
Taxa de incentivo	3	37,5	3	15,0			1	14,3			7	17,9
Contexto socioeconómico	2	25,0	8	40,0			2	28,6	1	50,0	13	33,3
	Norte (N=9)		Centro (N=19)		Lisboa (N=2)		Alentejo (N=7)		Algarve (N=3)		Total (N=40)	
10.2.1.5. Promoção de produtos de qualidade locais (FEADER)												
Condições de elegibilidade das operações	6	66,7	17	89,5	2	100,0	6	85,7	3	100,0	34	85,0
Tipo de despesas elegíveis	2	22,2	7	36,8	1	50,0	1	14,3	1	33,3	12	30,0
Taxa de incentivo	4	44,4	3	15,8			1	14,3			8	20,0
Contexto socioeconómico	3	33,3	6	31,6			1	14,3	1	33,3	11	27,5
	Norte (N=5)		Centro (N=18)		Lisboa (N=1)		Alentejo (N=7)		Algarve (N=3)		Total (N=34)	
10.2.1.6. Renovação de aldeias (territórios rurais) (FEADER)												
Condições de elegibilidade das operações	4	80,0	9	50,0	1	100,0	7	100,0	2	66,7	23	67,6
Tipo de despesas elegíveis	2	40,0	10	55,6					3	100,0	15	44,1
Taxa de incentivo	2	40,0	3	16,7			2	28,6			7	20,6
Contexto socioeconómico	1	20,0	6	33,3			1	14,3			8	23,5
	Norte (N=11)		Centro (N=18)		Lisboa		Alentejo (N=8)		Algarve (N=3)		Total (N=40)	
8.8/8a. Apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas e à atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas e microempresas (FEDER)												
Condições de elegibilidade das operações	7	63,6	14	77,8			6	75,0	2	66,7	29	72,5
Tipo de despesas elegíveis	4	36,4	8	44,4							12	30,0
Taxa de incentivo	3	27,3	4	22,2			1	12,5			8	20,0
Contexto socioeconómico	5	45,5	9	50,0			4	50,0	1	33,3	19	47,5
	Norte (N=5)		Centro (N=9)		Lisboa		Alentejo (N=7)		Algarve (N=1)		Total (N=22)	
6.3/6c. Conservação, proteção, promoção e desenvolvimento do património natural e cultural (FEDER)												
Condições de elegibilidade das operações	3	60,0	2	22,2			4	57,1			9	40,9
Tipo de despesas elegíveis	1	20,0	3	33,3			1	14,3			5	22,7
Taxa de incentivo	3	60,0	2	22,2			1	14,3			6	27,3
Contexto socioeconómico	3	60,0	4	44,4			3	42,9	1	100,0	11	50,0
	Norte (N=11)		Centro (N=19)		Lisboa		Alentejo (N=8)		Algarve (N=2)		Total (N=40)	
8.3/8iii. Emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras (FSE)												

Condições de elegibilidade das operações	7	63,6	16	84,2			6	75,0	2	100,0	31	77,5
Tipo de despesas elegíveis	3	27,3	7	36,8			1	12,5			11	27,5
Taxa de incentivo	3	27,3	1	5,3							4	10,0
Contexto socioeconómico	4	36,4	10	52,6			4	50,0	1	50,0	19	47,5
	Norte (N=8)		Centro (N=10)		Lisboa (N=1)		Alentejo (N=7)		Algarve (N=1)		Total (N=27)	
	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos
9.1/9i. Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e a melhoria da empregabilidade (FSE)												
Condições de elegibilidade das operações	6	75,0	7	70,0			4	57,1			17	63,0
Tipo de despesas elegíveis	1	12,5	2	20,0			2	28,6			5	18,5
Taxa de incentivo	1	12,5	2	20,0							3	11,1
Contexto socioeconómico	3	37,5	5	50,0	1	100,0	4	57,1	1	100,0	14	51,9

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Rural) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 328. Outro. Qual?

	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo	Algarve
10216 - Território (apenas freguesias rurais)			1		

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Rural) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 329. Fatores com maior influência no cumprimento dos tempos de execução das operações, por região

	Norte (N=11)		Centro (N=22)		Lisboa (N=1)		Alentejo (N=7)		Algarve (N=3)		Total (N=44)	
	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos
10.2.1.1. Pequenos investimentos nas explorações agrícolas (FEADER)												
Dificuldades de liquidez e obtenção de financiamento para cobrir os custos não comparticipados	5	45,5	6	27,3			3	42,9	2	66,7	16	36,4
Estado de maturação do projeto apresentado em candidatura	2	18,2	4	18,2			2	28,6	1	33,3	9	20,5
Bloqueamentos institucionais ou administrativos (p.e., licenças)	9	81,8	20	90,9	1	100,0	6	85,7	3	100,0	39	88,6
Prazo de resposta a pedidos de esclarecimento, de alteração, ...	2	18,2	9	40,9			2	28,6			13	29,5
Problemas de gestão do projeto de ordem técnica (complexidade do projeto, exigências das normas técnicas, ...)	2	18,2	8	36,4			1	14,3			11	25,0
Atrasos no pagamento de pedidos de reembolso			2	9,1			1	14,3			3	6,8
	Norte (N=11)		Centro (N=22)		Lisboa (N=1)		Alentejo (N=8)		Algarve (N=3)		Total (N=45)	
10.2.1.2. Pequenos investimentos na transformação e comercialização (FEADER)												
Dificuldades de liquidez e obtenção de financiamento para cobrir os custos não comparticipados	7	63,6	11	50,0			6	75,0	2	66,7	26	57,8
Estado de maturação do projeto apresentado em candidatura	7	63,6	8	36,4			5	62,5	1	33,3	21	46,7
Bloqueamentos institucionais ou administrativos (p.e., licenças)	9	81,8	17	77,3	1	100,0	7	87,5	2	66,7	36	80,0
Prazo de resposta a pedidos de esclarecimento, de alteração, ...	2	18,2	5	22,7			2	25,0			9	20,0
Problemas de gestão do projeto de ordem técnica (complexidade do projeto, exigências das normas técnicas, ...)	3	27,3	7	31,8			4	50,0			14	31,1
Atrasos no pagamento de pedidos de reembolso			1	4,5			1	12,5			2	4,4
	Norte (N=11)		Centro (N=23)		Lisboa (N=1)		Alentejo (N=8)		Algarve (N=3)		Total (N=46)	
10.2.1.3. Diversificação de atividades na exploração agrícola (FEADER)												
Dificuldades de liquidez e obtenção de financiamento para cobrir os custos não comparticipados	8	72,7	12	52,2			6	75,0	2	66,7	28	60,9
Estado de maturação do projeto apresentado em candidatura	6	54,5	11	47,8			6	75,0	1	33,3	24	52,2
Bloqueamentos institucionais ou administrativos (p.e., licenças)	8	72,7	18	78,3	1	100,0	8	100,0	2	66,7	37	80,4
Prazo de resposta a pedidos de esclarecimento, de alteração, ...	2	18,2	4	17,4			1	12,5			7	15,2
Problemas de gestão do projeto de ordem técnica (complexidade do projeto, exigências das normas técnicas, ...)	2	18,2	12	52,2			4	50,0			18	39,1
Atrasos no pagamento de pedidos de reembolso			1	4,3			1	12,5			2	4,3

	Norte (N=4)		Centro (N=14)		Lisboa		Alentejo (N=4)		Algarve (N=1)		Total (N=23)	
10.2.1.4. Cadeias curtas e mercados locais (FEADER)												
Dificuldades de liquidez e obtenção de financiamento para cobrir os custos não comparticipados	2	50,0	1	7,1			1	25,0	1	100,0	5	21,7
Estado de maturação do projeto apresentado em candidatura	1	25,0	6	42,9			2	50,0			9	39,1
Bloqueamentos institucionais ou administrativos (p.e., licenças)	3	75,0	6	42,9			1	25,0			10	43,5
Prazo de resposta a pedidos de esclarecimento, de alteração, ...	2	50,0	4	28,6			1	25,0			7	30,4
Problemas de gestão do projeto de ordem técnica (complexidade do projeto, exigências das normas técnicas, ...)			2	14,3			1	25,0			3	13,0
Atrasos no pagamento de pedidos de reembolso			1	7,1							1	4,3

	Norte (N=2)		Centro (N=8)		Lisboa		Alentejo (N=1)		Algarve		Total (N=11)	
	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos
10.2.1.5. Promoção de produtos de qualidade locais (FEADER)												
Dificuldades de liquidez e obtenção de financiamento para cobrir os custos não comparticipados	2	100,0	1	12,5			1	100,0			4	36,4
Estado de maturação do projeto apresentado em candidatura			2	25,0							2	18,3
Bloqueamentos institucionais ou administrativos (p.e., licenças)	1	50,0	2	25,0							3	27,3
Prazo de resposta a pedidos de esclarecimento, de alteração, ...	2	100,0	4	50,0							6	54,5
Problemas de gestão do projeto de ordem técnica (complexidade do projeto, exigências das normas técnicas, ...)			2	25,0							2	18,2
Atrasos no pagamento de pedidos de reembolso			1	12,5							1	9,1
	Norte (N=7)		Centro (N=20)		Lisboa		Alentejo (N=6)		Algarve (N=2)		Total (N=35)	
10.2.1.6. Renovação de aldeias (territórios rurais) (FEADER)												
Dificuldades de liquidez e obtenção de financiamento para cobrir os custos não comparticipados	2	28,6	5	25,0			1	16,7	1	50,0	9	25,7
Estado de maturação do projeto apresentado em candidatura	3	42,9	11	55,0			6	100,0			20	57,1
Bloqueamentos institucionais ou administrativos (p.e., licenças)	5	71,4	12	60,0			3	50,0			20	57,1
Prazo de resposta a pedidos de esclarecimento, de alteração, ...	2	28,6	6	30,0			1	16,7			9	25,7
Problemas de gestão do projeto de ordem técnica (complexidade do projeto, exigências das normas técnicas, ...)	1	14,3	11	55,0			1	16,7	1	50,0	14	40,0
Atrasos no pagamento de pedidos de reembolso			1	5,0							1	2,9
	Norte (N=11)		Centro (N=19)		Lisboa (N=1)		Alentejo (N=5)		Algarve (N=2)		Total (N=38)	
8.8/8a. Apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas e à atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas e microempresas (FEDER)												
Dificuldades de liquidez e obtenção de financiamento para cobrir os custos não comparticipados	6	54,5	8	42,1					1	50,0	15	39,5
Estado de maturação do projeto apresentado em candidatura	3	27,3	9	47,4			2	40,0	1	50,0	15	39,5
Bloqueamentos institucionais ou administrativos (p.e., licenças)	5	45,5	8	42,1	1	100,0	1	20,0			15	39,5
Prazo de resposta a pedidos de esclarecimento, de alteração, ...	4	36,4	8	42,1			1	20,0	1	50,0	14	36,8
Problemas de gestão do projeto de ordem técnica (complexidade do projeto, exigências das normas técnicas, ...)	2	18,2	3	15,8			2	40,0			7	18,4
Atrasos no pagamento de pedidos de reembolso	2	18,2	17	89,5			3	60,0			22	57,9
	Norte (N=4)		Centro (N=10)		Lisboa		Alentejo (N=3)		Algarve (N=1)		Total (N=18)	

6.3/6c. Conservação, proteção, promoção e desenvolvimento do património natural e cultural (FEDER)												
Dificuldades de liquidez e obtenção de financiamento para cobrir os custos não comparticipados	1	25,0	2	20,0					1	100,0	4	22,2
Estado de maturação do projeto apresentado em candidatura	1	25,0	3	30,0			2	66,7	1	100,0	7	38,9
Bloqueamentos institucionais ou administrativos (p.e., licenças)	2	50,0	1	10,0							3	16,7
Prazo de resposta a pedidos de esclarecimento, de alteração, ...	1	25,0	4	40,0			1	33,3			6	33,3
Problemas de gestão do projeto de ordem técnica (complexidade do projeto, exigências das normas técnicas, ...)	1	25,0	1	10,0			1	33,3			3	16,7
Atrasos no pagamento de pedidos de reembolso	1	25,0	7	70,0			1	33,3			9	50,0
	Norte (N=9)		Centro (N=19)		Lisboa		Alentejo (N=4)		Algarve (N=2)		Total (N=34)	
8.3/8iii. Emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras (FSE)												
Dificuldades de liquidez e obtenção de financiamento para cobrir os custos não comparticipados	5	55,6	2	10,5					1	50,0	8	23,5
Estado de maturação do projeto apresentado em candidatura	3	33,3	4	21,1			2	50,0	1	50,0	10	29,4
Bloqueamentos institucionais ou administrativos (p.e., licenças)	3	33,3	2	10,5			1	25,0			6	17,6
Prazo de resposta a pedidos de esclarecimento, de alteração, ...	4	44,4	7	36,8			1	25,0	1	50,0	13	38,2
Problemas de gestão do projeto de ordem técnica (complexidade do projeto, exigências das normas técnicas, ...)	2	22,2	3	15,8			1	25,0			6	17,6
Atrasos no pagamento de pedidos de reembolso	2	22,2	17	89,5			3	75,0			22	64,7

	Norte (N=7)		Centro (N=11)		Lisboa (N=1)		Alentejo (N=2)		Algarve (N=1)		Total (N=22)	
	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos
9.1/9i. Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e a melhoria da empregabilidade (FSE)												
Dificuldades de liquidez e obtenção de financiamento para cobrir os custos não comparticipados	3	42,9	1	9,1					1	100,0	5	22,7
Estado de maturação do projeto apresentado em candidatura	2	28,6	3	27,3			1	50,0	1	100,0	7	31,8
Bloqueamentos institucionais ou administrativos (p.e., licenças)	2	28,6	2	18,2	1	100,0					5	22,7
Prazo de resposta a pedidos de esclarecimento, de alteração, ...	2	28,6	5	45,5			1	50,0			8	36,4
Problemas de gestão do projeto de ordem técnica (complexidade do projeto, exigências das normas técnicas, ...)	3	42,9	2	18,2			1	50,0			6	27,3
Atrasos no pagamento de pedidos de reembolso	2	28,6	9	81,8	1	100,0	1	50,0			13	59,1

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Rural) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 330. Outro. Qual?

	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo	Algarve
Condicionalismos decorrentes da Pandemia SARS- COV 2		2			
Estado Pandémico; Dificuldades de arranjar postos de trabalho que cumpram os requisitos da Portaria		1			
Falta de acompanhamento aos beneficiários durante a execução das candidaturas por parte do PO				1	
Necessidade de maior articulação/cooperação entre os GAL e os PO Regionais					1
O PO atrasa-se demasiado no pagamento das despesas apresentadas o que origina estrangulamento financeiro aos beneficiários	1				

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Rural) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 331. fatores explicativos dos desvios registados relativamente à capacidade de cumprimento das metas previstas para 2018., por região

	Norte (N=13)	Centro (N=21)	Lisboa	Alentejo (N=8)	Algarve (N=3)	Total (N=44)
--	--------------	---------------	--------	----------------	---------------	--------------

	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos
Atrasos da regulamentação de operacionalização das PI/TI	10	76,9	12	57,1			6	75,0	2	66,7	30	66,7
Frac adesão dos beneficiários	1	7,7	3	14,3			2	25,0	2	66,7	8	17,8
Dificuldades de execução por parte dos beneficiários	7	53,8	17	81,0			5	62,5	1	33,3	30	66,7
Outros	2	15,4	3	14,3					1	33,3	6	13,3

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Rural) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 332. Outro. Qual?

	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo	Algarve
Arranque tardio do DLBC		1			
As metas para 2018 foram cumpridas com exceção Operações 10.214 e 10.215		1			
atraso no lançamento dos avisos e dado o elevado numero de candidaturas submetidas o atraso que se verificou na analise e decisão	1				
Elegibilidade dos Beneficiários		1			
Escassez de mão de obra especializada para executar as operações, originou atraso sucessivos na execução dos projetos. Cada vez existe menos mão de obra nos territórios rurais, devido à elevada taxa de despovoamento e ao envelhecimento da população residente.	1				
Existência de medida totalmente nova para os GAL; Plataforma nova para os GAL; Atraso na formação/capacitação dos técnicos dos GAL		1			
Foram cumpridos		1			0
Frac adesão aos primeiros concurso, exeto o da 211		0			1

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Rural) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 333. Capacidade para o GAL vir a cumprir as metas globais definidas no DLBC por PI

	1 – Nada provável		2		3		4		5		6 – Muito provável		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
10.2.1.1. Pequenos investimentos nas explorações agrícolas (FEADER)					3	6,3	4	8,3	7	14,6	34	70,8	48	100,0
10.2.1.2. Pequenos investimentos na transformação e comercialização (FEADER)					2	4,2	5	10,4	9	18,8	32	66,7	48	100,0
10.2.1.3. Diversificação de atividades na exploração agrícola (FEADER)	1	2,1	1	2,1	4	8,3	7	14,6	11	22,9	24	50,0	48	100,0
10.2.1.4. Cadeias curtas e mercados locais (FEADER)	6	12,5	2	4,2	6	12,5	8	16,7	10	20,8	16	33,3	48	100,0
10.2.1.5. Promoção de produtos de qualidade locais (FEADER)	31	70,5	3	6,8	2	4,5	1	2,3	3	6,8	4	9,1	44	100,0
10.2.1.6. Renovação de aldeias (territórios rurais) (FEADER)	1	2,2			2	4,3	6	13,0	11	23,9	26	56,5	46	100,0
8.8/8a. Apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas e à atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas e microempresas (FEDER)	2	4,2	1	2,1	2	4,2	6	12,5	11	22,9	26	54,2	48	100,0
6.3/6c. Conservação, proteção, promoção e desenvolvimento do património natural e cultural (FEDER)	2	5,0	2	5,0	3	7,5	6	15,0	7	17,5	20	50,0	40	100,0
8.3/8iii. Emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras (FSE)	1	2,1	2	4,2	4	8,3	6	12,5	8	16,7	27	56,3	48	100,0
9.1/9i. Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e a melhoria da empregabilidade (FSE)	4	11,4	1	2,9	1	2,9	5	14,3	4	11,4	20	57,1	35	100,0

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Rural) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 334. Média da Capacidade para o GAL vir a cumprir as metas globais definidas no DLBC por PI (1 Nada provável; 6 – muito provável), por Região

	Norte		Centro		Lisboa		Alentejo		Algarve		Total	
	Média	N	Média	N	Média	N	Média	N	Média	N	Média	N
10.2.1.1. Pequenos investimentos nas explorações agrícolas (FEADER)	6,00	12	5,35	23	5,00	2	5,13	8	6,00	3	5,50	48
10.2.1.2. Pequenos investimentos na transformação e comercialização (FEADER)	5,92	12	5,39	23	6,00	2	5,13	8	5,00	3	5,48	48
10.2.1.3. Diversificação de atividades na exploração agrícola (FEADER)	5,83	12	4,74	23	4,50	2	4,88	8	5,00	3	5,04	48
10.2.1.4. Cadeias curtas e mercados locais (FEADER)	4,75	12	4,04	23	3,50	2	4,25	8	5,00	3	4,29	48
10.2.1.5. Promoção de produtos de qualidade locais (FEADER)	1,67	9	2,00	23	6,00	1	2,00	8	1,00	3	1,95	44
10.2.1.6. Renovação de aldeias (territórios rurais) (FEADER)	5,18	11	5,65	23	6,00	1	4,38	8	4,67	3	5,26	46
8.8/8a. Apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas e à atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas e microempresas (FEDER)	5,50	12	4,78	23	6,00	2	5,13	8	5,33	3	5,10	48
6.3/6c. Conservação, proteção, promoção e desenvolvimento do património natural e cultural (FEDER)	3,89	9	5,29	21			5,13	8	3,50	2	4,85	40
8.3/8iii. Emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras (FSE)	5,33	12	4,91	23	4,00	2	5,25	8	5,33	3	5,06	48
9.1/9i. Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e a melhoria da empregabilidade (FSE)	5,45	11	5,07	14			4,13	8	2,50	2	4,83	35

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Rural) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 335. Indique se existiu o cumprimento dos critérios de atribuição da reserva de eficiência?

	Norte		Centro		Lisboa		Alentejo		Algarve		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Sim	8	61,5	8	36,4	1	100,0	5	62,5			22	46,8
Não	5	38,5	14	63,6			3	37,5	3	100,0	25	53,2
Total	13	100,0	22	100,0	1	100,0	8	100,0	3	100,0	47	100,0

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Rural) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 336. Contributo do DLBC Rural para as seguintes dimensões

	1 – Nada provável		2		3		4		5		6 – Muito provável		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Valorização do capital social e humano dos territórios			1	2,1	6	12,5	7	14,6	14	29,2	20	41,7	48	100,0
Promoção da proximidade com a comunidade local (pessoas, empresas, organizações)			1	2,0			7	14,3	6	12,2	35	71,4	49	100,0
Maior conhecimento das necessidades e potencialidades do território					1	2,0	6	12,2	9	18,4	33	67,3	49	100,0
Estímulo ao trabalho em rede entre os atores do desenvolvimento do território			1	2,0	2	4,1	8	16,3	18	36,7	20	40,8	49	100,0
Densidade e qualidade das interações entre os parceiros (p.e., no âmbito da análise, da discussão e das tomadas de decisão sobre a estratégia atual e futura)					8	16,3	13	26,5	13	26,5	15	30,6	49	100,0
Densidade e qualidade das interações entre as entidades institucionais no sentido do desenvolvimento do território (p.e., novas oportunidades de interação, atitude proactiva, aprendizagem coletiva)			1	2,0	8	16,3	14	28,6	12	24,5	14	28,6	49	100,0
Confiança mútua (entre parceiros, entre ETL e parceiros, entre beneficiários/potenciais beneficiários e GAL, entre GAL e RRN, OP, Ags, ...)					3	6,1	6	12,2	16	32,7	24	49,0	49	100,0
Envolvimento da geração mais jovem e outros grupos específicos relevantes e a incorporação das suas perspetivas de futuro relativamente ao território onde vivem	4	8,2	2	4,1	9	18,4	19	38,8	6	12,2	9	18,4	49	100,0
Coesão territorial (novas ligações em rede, melhor aproveitamento dos recursos locais, desenvolvimento endógeno)			2	4,1	4	8,2	9	18,4	19	38,8	15	30,6	49	100,0
Reforço da governança local			4	8,2	8	16,3	4	8,2	11	22,4	22	44,9	49	100,0
Participação dos atores locais na definição do processo de desenvolvimento local			3	6,1	6	12,2	7	14,3	15	30,6	18	36,7	49	100,0
Desenvolvimento de práticas inovadoras de governação			6	12,2	7	14,3	8	16,3	15	30,6	13	26,5	49	100,0
Coordenação entre os diferentes níveis de governação (qualidade das interações/comunicação entre as entidades competentes)			4	8,2	6	12,2	11	22,4	16	32,7	12	24,5	49	100,0
Trabalho em rede/colaboração no território					6	12,2	8	16,3	16	32,7	19	38,8	49	100,0
Capacidade de criação de sinergias entre parceiros e envolvimento em torno de objetivos/interesses comuns			2	4,1	5	10,2	11	22,4	14	28,6	17	34,7	49	100,0
Capacidade de interagir/discutir e negociar nos vários níveis do sistema de governação			3	6,1	10	20,4	12	24,5	14	28,6	10	20,4	49	100,0
Capacidade para gerir vários fundos					3	6,1	7	14,3	16	32,7	23	46,9	49	100,0
Relevância do GAL enquanto promotor do desenvolvimento do território					2	4,1	2	4,1	15	30,6	30	61,2	49	100,0
Cooperação com outros territórios					3	6,1	4	8,2	16	32,7	26	53,1	49	100,0
Mobilização da comunidade local comunidade local			1	2,1	3	6,3	13	27,1	19	39,6	12	25,0	48	100,0
Melhoria do sistema de governança (p.e., coordenação entre os níveis de governação local e regional)	1	2,0	2	4,1	8	16,3	14	28,6	14	28,6	10	20,4	49	100,0
Confiança mútua entre a ETL e os parceiros; entre a ETL e os beneficiários e potenciais beneficiários; e entre os parceiros					2	4,1	10	20,4	15	30,6	22	44,9	49	100,0
Potenciar os resultados e impactos decorrentes das intervenções apoiadas no âmbito da EDL					5	10,2	4	8,2	23	46,9	17	34,7	49	100,0
Acompanhamento /proximidade com as entidades beneficiárias e potenciais promotores					2	4,1	4	8,2	14	28,6	29	59,2	49	100,0
Estímulo ao investimento/ Identificação de oportunidades de investimento			1	2,0	2	4,1	12	24,5	16	32,7	18	36,7	49	100,0
Inovação dos projetos apoiados			5	10,2	6	12,2	17	34,7	12	24,5	9	18,4	49	100,0
Qualidade dos projetos apoiados					3	6,1	14	28,6	16	32,7	16	32,7	49	100,0
Sustentabilidade dos projetos apoiados					4	8,2	13	26,5	19	38,8	13	26,5	49	100,0
Alargamento da tipologia de potenciais beneficiários	1	2,1	4	8,3	2	4,2	14	29,2	14	29,2	13	27,1	48	100,0
Capacidade dos projetos apoiados gerarem efeitos multiplicadores					5	10,2	15	30,6	15	30,6	14	28,6	49	100,0
Alavancagem financeira dos projetos apoiados	1	2,0	1	2,0	3	6,1	16	32,7	14	28,6	14	28,6	49	100,0
Divulgação dos produtos/serviços criados pelos projetos apoiados			2	4,1	5	10,2	13	26,5	12	24,5	17	34,7	49	100,0
Disseminação de conhecimentos, conhecer novas experiências e boas práticas			3	6,3	2	4,2	11	22,9	14	29,2	18	37,5	48	100,0

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Rural) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 337. Média do Contributo do DLBC Rural para as seguintes dimensões (1 - sem contributo a 6 - contributo elevado), por Região

	Norte		Centro		Lisboa		Alentejo		Algarve		Total	
	Média	N	Média	N	Média	N	Média	N	Média	N	Média	N
Valorização do capital social e humano dos territórios	5,38	13	5,00	22	4,00	2	4,38	8	5,00	3	4,96	48
Promoção da proximidade com a comunidade local (pessoas, empresas, organizações)	5,85	13	5,39	23	6,00	2	5,13	8	5,67	3	5,51	49
Maior conhecimento das necessidades e potencialidades do território	5,85	13	5,48	23	6,00	2	5,00	8	5,33	3	5,51	49
Estímulo ao trabalho em rede entre os atores do desenvolvimento do território	5,77	13	4,87	23	5,00	2	4,75	8	5,00	3	5,10	49
Densidade e qualidade das interações entre os parceiros (p.e., no âmbito da análise, da discussão e das tomadas de decisão sobre a estratégia atual e futura)	5,38	13	4,39	23	5,00	2	4,38	8	5,00	3	4,71	49
Densidade e qualidade das interações entre as entidades institucionais no sentido do desenvolvimento do território (p.e., novas oportunidades de interação, atitude proactiva, aprendizagem coletiva)	5,31	13	4,17	23	5,50	2	4,38	8	5,00	3	4,61	49
Confiança mútua (entre parceiros, entre ETL e parceiros, entre beneficiários/potenciais beneficiários e GAL, entre GAL e RRN, OP, Ags, ...)	5,77	13	5,09	23	5,00	2	4,88	8	5,33	3	5,24	49
Envolvimento da geração mais jovem e outros grupos específicos relevantes e a incorporação das suas perspetivas de futuro relativamente ao território onde vivem	4,54	13	3,91	23	2,00	2	3,75	8	4,00	3	3,98	49
Coesão territorial (novas ligações em rede, melhor aproveitamento dos recursos locais, desenvolvimento endógeno)	5,54	13	4,61	23	4,50	2	4,38	8	5,00	3	4,84	49
Reforço da governança local	5,54	13	4,57	23	4,00	2	4,63	8	4,33	3	4,80	49
Participação dos atores locais na definição do processo de desenvolvimento local	5,69	13	4,61	23	3,50	2	4,50	8	4,00	3	4,80	49
Desenvolvimento de práticas inovadoras de governação	5,31	13	4,17	23	3,50	2	4,25	8	4,00	3	4,45	49
Coordenação entre os diferentes níveis de governação (qualidade das interações/comunicação entre as entidades competentes)	5,31	13	4,22	23	3,50	2	4,38	8	4,67	3	4,53	49
Trabalho em rede/colaboração no território	5,69	13	4,74	23	4,50	2	4,63	8	5,00	3	4,98	49
Capacidade de criação de sinergias entre parceiros e envolvimento em torno de objetivos/interesses comuns	5,31	13	4,48	23	4,50	2	4,75	8	5,33	3	4,80	49
Capacidade de interagir/discutir e negociar nos vários níveis do sistema de governação	5,08	13	4,13	23	3,00	2	3,88	8	5,33	3	4,37	49
Capacidade para gerir vários fundos	5,77	13	5,09	23	6,00	2	4,50	8	5,00	3	5,20	49
Relevância do GAL enquanto promotor do desenvolvimento do território	5,85	13	5,43	23	5,50	2	5,13	8	5,33	3	5,49	49
Cooperação com outros territórios	5,77	13	5,17	23	5,50	2	4,88	8	5,67	3	5,33	49
Mobilização da comunidade local comunidade local	5,31	13	4,59	22	5,00	2	4,50	8	4,67	3	4,79	48
Melhoria do sistema de governança (p.e., coordenação entre os níveis de governação local e regional)	5,00	13	4,35	23	2,00	2	3,88	8	5,00	3	4,39	49
Confiança mútua entre a ETL e os parceiros; entre a ETL e os beneficiários e potenciais beneficiários; e entre os parceiros	5,69	13	4,91	23	5,00	2	5,00	8	5,33	3	5,16	49
Potenciar os resultados e impactos decorrentes das intervenções apoiadas no âmbito da EDL	5,62	13	4,87	23	5,50	2	4,75	8	4,67	3	5,06	49
Acompanhamento /proximidade com as entidades beneficiárias e potenciais promotores	5,85	13	5,17	23	6,00	2	5,25	8	5,67	3	5,43	49
Estímulo ao investimento/ Identificação de oportunidades de investimento	5,62	13	4,83	23	5,00	2	4,75	8	4,00	3	4,98	49
Inovação dos projetos apoiados	5,15	13	4,13	23	2,00	2	4,13	8	3,67	3	4,29	49
Qualidade dos projetos apoiados	5,54	13	4,74	23	4,50	2	4,50	8	5,00	3	4,92	49
Sustentabilidade dos projetos apoiados	5,38	13	4,57	23	4,50	2	4,63	8	5,33	3	4,84	49
Alargamento da tipologia de potenciais beneficiários	5,08	13	4,41	22	5,50	2	4,13	8	4,00	3	4,56	48
Capacidade dos projetos apoiados gerarem efeitos multiplicadores	5,31	13	4,52	23	5,00	2	4,38	8	5,33	3	4,78	49
Alavancagem financeira dos projetos apoiados	5,23	13	4,43	23	4,50	2	4,38	8	5,33	3	4,69	49
Divulgação dos produtos/serviços criados pelos projetos apoiados	5,15	13	4,52	23	6,00	2	4,38	8	5,00	3	4,76	49

	Norte		Centro		Lisboa		Alentejo		Algarve		Total	
	Média	N	Média	N	Média	N	Média	N	Média	N	Média	N
Disseminação de conhecimentos, conhecer novas experiências e boas práticas	5,31	13	4,74	23	6,00	2	4,29	7	4,67	3	4,88	48

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Rural) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 338. Na fase de implementação existiu uma preocupação do GAL em articular o DLBC com outros instrumentos de financiamento do PT2020 ou de outras fontes de financiamento?

	Norte		Centro		Lisboa		Alentejo		Algarve		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Não	1	7,7	3	13,0							4	8,2
Sim, exclusivamente do PT2020	3	23,1	8	34,8			6	75,0			17	34,7
Sim, do PT2020 e de outras fontes de financiamento	9	69,2	12	52,2	2	100,0	2	25,0	3	100,0	28	57,1
Total	13	100,0	23	100,0	2	100,0	8	100,0	3	100,0	49	100,0

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Rural) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 339. Considera que as fontes de financiamento mobilizadas foram as mais adequadas?

	Norte		Centro		Lisboa		Alentejo		Algarve		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Sim	7	53,8	11	47,8	1	50,0	4	50,0	3	100,0	26	53,1
Não	6	46,2	12	52,2	1	50,0	4	50,0			23	46,9
Total	13	100,0	23	100,0	2	100,0	8	100,0	3	100,0	49	100,0

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Rural) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 340. Como foi efetuada essa articulação?

	Norte		Centro		Lisboa		Alentejo		Algarve		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
A priori: com a conceção de projetos, com ações com execução atribuída a fontes de financiamento diversificadas,	7	63,6	12	63,2			6	75,0	2	66,7	27	65,9
A posteriori: com a busca de fontes de financiamento para projetos não abrangidos pelos financiamentos atribuídos no	4	36,	7	36,8			2	25,0	1	33,3	14	34,1
Total	11	100,0	19	100,0			8	100,0	3	100,0	41	100,0

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Rural) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 341. Outro. Qual?

	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo	Algarve
A abordagem plurifundo foi essencial no atual período de programação, mas a sua operacionalização regulamentar foi um forte constrangimento ao seu sucesso com prejuízo para os territórios e beneficiários. Lamentamos que por isso se queira concluir que a intervenção num sistema plurifundos não é adequada e que os GAL não são competentes para o efeito. A abordagem mais adequada é plurifundos, devidamente operacionalizada.					1
A equipa técnica não está afeta a 100% à implementação da EDL. O Órgão de Gestão é composto por 7 entidades; para além das 5 identificadas na questão 37, integram ainda o Órgão de Gestão a Associação de Criadores do Raça Marinhoa e a Associação Florestal do Baixo Vouga		1			
A equipa técnica não está afeta a 100% à implementação da Estratégia de Desenvolvimento Local do GAL. O Órgão de Gestão é constituído por 7 elementos; para além dos identificados na questão 37, também integram o Órgão de Gestão a Associação de Criadores do Raça Marinhoa e a Associação Florestal do Baixo Vouga		1			
Algum menor sucesso na implementação do DLBC teve origem no facto de os GAL não serem OI nos POR (fomos gabinetes de análise sem muita articulação com a AG)				1	
Alto oeste		1			
Baixo Oeste		1			
Comentários sobre a abordagem DLBC: Quando as autoridades prepararam o processo de seleção das EDL e de reconhecimento dos GAL, nos avisos, poderiam à priori identificar áreas de intervenção genéricas (áreas chapéu) a aplicar no âmbito do DLBC, mas não tipologias de intervenção/medidas específicas e iguais para todos os territórios. Em nossa opinião, para que o DLBC seja implementado adequadamente, a abordagem não poderá ser uma prioridade igual às outras sendo que, a partir do momento que envolve mais intervenientes sem autonomia, dependentes, controlados e supervisionados pelas AG torna-se necessariamente uma prioridade/medida menos eficaz e eficiente e com um maior risco de taxa de erro. Todo			1		

	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo	Algarve
<p>o tipo de apoio que deveria ser atribuído neste DLBC deveria servir para dar resposta às soluções apresentadas pelas parcerias e para as empoderar de modo a implementarem ações imprescindíveis para os territórios, sustentáveis e com impactos no médio-longo prazo. As EDL a selecionar deveriam ser exclusivas e adequadas a cada território e esse deveria de ser um dos critérios para a sua seleção. A definirem-se áreas de intervenção (não tipologias de operações) deveriam ser o mais genéricas e amplas possível, ainda que obrigatoriamente alinhadas com as políticas, orientações e tendências europeias e nacionais. Em alternativa, poder-se-á identificar à priori o que não pode ser apoiado por este tipo de abordagem. Com áreas temáticas genéricas – ex: Património cultural e natural; Ambiente e Alterações Climáticas; Inovação e Desenvolvimento; Empreendedorismo e Emprego, etc; ou mesmo sem áreas temáticas pré-definidas (apenas as proibidas/excluídas) é possível construir EDL com base nas reais necessidades do território, e consequentemente a parceria ter um papel relevante na implementação da sua EDL no seu território. Os GAL deveriam ser encarados como parceiros, agentes de desenvolvimento local orgânicos, que nascem da vontade das comunidades e não deveriam ser delegações das AG em que todo o seu trabalho é escrutinado de forma redundante e consequentemente ineficaz e dispendiosa. Pistas para o futuro com base na experiência do passado: Sendo a EDL devidamente avaliada, pontuada e selecionada seria essa EDL que deveria ser implementada e a sua execução avaliada. A parceria/OG deveria ter autonomia para definir livremente o modelo para a implementação da sua EDL. Sendo previamente aprovada as parcerias poderiam ter liberdade e autonomia de decisão para definir as áreas de intervenção, objetivos, os critérios de seleção, os investimentos máximos, despesas, e taxas de financiamento, etc. Do mesmo modo, deveria ser possível que a parceria e a comunidade local implementassem projetos próprios sem recurso a avisos, desde que estivesse enquadrado na EDL. Também deveriam poder ser integrados na EDL projetos concebidos pela parceria e de interesse coletivo. O modelo de governação é uma componente da EDL pelo que deve ser definido e aprovado aquando da seleção da EDL. Uma vez aprovada a EDL o modelo de governação proposto deveria permitir que o GAL a implemente em sede de execução tal como concebida e aprovada. A candidatura da EDL deve à priori identificar de forma genérica os recursos que pretende utilizar. Exemplo: Avisos concorrenciais versus Avisos convite; Projetos da parceria versus projetos da comunidade; Concursos de ideias; Projetos-piloto; Cooperação Animação, outros. Exemplos: Projetos do GAL/parceria Projetos para as comunidades (de investimento ou de interesse coletivo Ex: Classificação de Aldeias, Percursos, rotas turísticas apoio ao património, apoio técnico e aconselhamento, apoio à certificação de produtos, laboratórios prévios à criação de empresas, apoio aos associados para dinamizarem determinadas atividades,... Estes poderiam estar associados a avisos para projetos privados/empresas financiados pelos diferentes fundos – ex: empresa animação turística pelo FEDER; Alojamento local de um pescador – FEAMP, criação de PT – FSE). AVISOS - DLBC Tendo em conta os termos regulamentares das disposições comuns considera-se mais favorável para os territórios e para as comunidades que o convite para elaboração das estratégias seja multifundo, apontando um fundo principal. A adotar-se a opção multifundos, seria importante que a gestão do DLBC fosse atribuída a uma única AG (a do fundo principal), através da delegação de competências e da transferência de verbas das AG dos restantes fundos financiadores. Também a fórmula/percentagem para a atribuição para os custos de funcionamento deveria incidir no somatório de todos os fundos. Seleção das EDL O regulamento das disposições comuns não remete para a existência de duas fases de candidatura para a seleção das EDL, mas determina que após a primeira ronda (leia-se prazo limite) os GAL devem estar a funcionar num prazo máximo de 12 após a aprovação do programa. Assim propõe-se: a) Criação de uma comissão de avaliação responsável pela elaboração do aviso e pela concessão dos critérios de admissibilidade para reconhecimento dos GAL/EDL e definição dos critérios de seleção para financiamento das EDL b) Processo de seleção numa única fase, que inclua eventuais negociações (para casos particulares/excecionais: ex: sobreposições totais ou parciais, necessidade de ajustes, revisão de metas, etc.); No aviso para as candidaturas DLBC (reconhecimento dos GAL e financiamento das EDL), devem ser definidos à priori não só a dotação disponível, mas os critérios e respetivas ponderações para a atribuição da dotação da EDL (todos os fundos), assim como também a dotação para a preparação das EDL. Note-se que é de extrema importância ser do conhecimento geral e prévio a fórmula de distribuição da dotação, de forma a construir EDL com alcance coerente com a dotação disponível. Seria eventualmente útil que se fixassem montantes mínimos e máximos de dotação para as EDL. AVISO EDL DEFINIÇÃO DE CRITÉRIOS DE ADMISSIBILIDADE INEQUÍVOCOS Território: Incidir em zonas sub-regionais (art.º 31º ponto 2 alínea a) Parceria: Seja conduzido por grupos de ação local compostos por representantes de interesses socioeconómicos locais públicos e privados, em que nenhum grupo de interesse controle, por si só, a tomada de decisões; (art.º 31º ponto 2 alínea b) DEFINIÇÃO DE CRITÉRIOS DE SELEÇÃO CLAROS E OBJETIVOS PARA AVALIAR AS EDL (artigo 32º) 1. A zona geográfica e a população abrangida pela estratégia; 2. O processo de envolvimento das comunidades no desenvolvimento da estratégia; 3. Uma análise das necessidades de desenvolvimento e das potencialidades da zona; 4. Os objetivos da estratégia, incluindo metas mensuráveis em termos de resultados, e as ações planeadas correspondentes; 5. Os mecanismos de gestão, acompanhamento e avaliação, demonstrando a capacidade do grupo</p>					

	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo	Algarve
de ação local para executar a estratégia; 6. Um plano financeiro, incluindo a dotação prevista de cada um dos Fundos e os programas em causa. 7. É propício ao trabalho em rede, às inovações em contexto local e, se for caso disso, à cooperação com outros intervenientes territoriais em conformidade com o artigo 26.º; MODELO DE GOVERNAÇÃO Propõe-se que na definição do modelo de governação do instrumento DLBC sejam implementadas mudanças estruturais, designadamente, a definição clara das responsabilidades de cada organismo interveniente, evitando redundâncias, reduzindo a burocracia, respeitando os princípios LEADER. Sugere-se também que a regulamentação do instrumento DLBC seja simples, inequívoca e com flexibilidade suficiente para responder às necessidades e especificidades territoriais. De acordo com os regulamentos, para implementar as EDL os GAL não precisam de ser reconhecidos como Organismo Intermédio. As funções acima descritas (constantes no RDC) não são da responsabilidade da AG. Contudo, como a análise de pedidos de pagamento é uma função da AG e ou do Organismo Pagador e apenas para esse efeito, os GAL devem ser designados como OI. Essa competência deve ser estendida aos restantes fundos, no caso das EDL multifundo, pois a experiência do atual quadro demonstrou, que a concretização das EDL pelos GAL sem essa competência limita a capacidade de promover um acompanhamento adequado das operações. Por outro, do ponto de vista dos beneficiários torna-se pouco claro quem são os interlocutores nas diferentes fases do processo (candidatura, pedidos de alteração, pedidos de reembolso, etc.). METAS As metas a contratuizar devem ser por fundo, e no menor número possível de indicadores.					
Difficilmente faria melhor, mas a densidade do inquérito pode conduzir a resultados menos fiáveis, pois o cansaço leva à construção de respostas menos ponderadas		1			
É necessário atribuir mais competências aos GAL, porque tem sido demonstrado durante os 30 anos do LEADER da capacidade de resiliência e vontade de querer fazer da ETL de cada GAL e de cada EDL. O montante financeiro atribuído a cada GAL é reduzido para as necessidades existentes em cada território, havendo necessidade de se reforçar esses valores de modo a responder-se a todas as solicitações e intenções de candidaturas. O multifundo demonstrou ser muito vantajoso, mas é necessário desburocratizar e existir apenas uma AG para os diversos fundos, de forma a garantir tratamento iguais e velocidades de decisão semelhantes. Desburocratizar e simplificar a forma de análise das candidaturas e da sua aprovação (FEDER e FSE) é necessário para que todo o processo seja mais célere. Os pequenos investimento na exploração agrícola são extremamente importantes manterem-se com os GAL, porque a ETL está mais próxima dos agricultores e poderá fazer trabalho de extensionismo rural que mais ninguém faz para além dos GAL. Os serviços básicos à comunidade que existiram no PRODER resultaram em sucesso, pelo que há necessidade de se pensar na sua inclusão no futuro. Os territórios rurais do interior deixaram de ter serviços de proximidade, deixaram de ter estruturas do 3º setor, podendo esta medida incentivar à manutenção de quem ainda resta e de permitir a criação de serviços indispensáveis às dinâmicas locais, de modo a garantir igualmente de tratamento entre cidadãos do mesmo país. O mundo rural do interior está esquecido, está cada vez mais isolado, cada vez mais envelhecido, cada vez mais pobre, cada vez menos atrativo para novos investidores (Inexistência de rede de internet/fibra, má cobertura da rede móvel de telefones). Não se pode fazer agricultura de precisão sem uma boa cobertura de rede de internet/fibra, o interior não pode ter agricultura de precisão por inexistência desses serviços. A mobilidade no meio rural é escassa, não satisfaz as necessidades da população residente. O meio rural é visto apenas como um jardim, com alguns agricultores que ainda resistem a manter esse jardim, mas se esses agricultores não tiveram nível de vida rapidamente abandonam e de seguida teremos um amontoado de silvas e giesta para arder num incêndio. A agro-silvo-pastorícia deveria ser incentivada nos territórios rurais, porque ajudaria a prevenir incêndios e contribuiria para a manutenção da biodiversidade e dos ecossistemas. O mundo rural sem população deixará de ter interesse turístico, porque não existirá quem conta a história daquela localidade, deixará de ter vida humanizada, deixará de ter identidade, passará a ser um espaço de interesse "arqueológico" e não de um espaço com vida e com pessoas. Os GAL têm feito um excelente trabalho, que poucos reconheceram e outros nunca quererão reconhecer, porque foram capazes de fazer diferente, de fazer acontecer de trazer nova esperança aos que ainda residem e resistem. Sem o trabalho da ETL dos GAL muitas dos nossos lugares (aldeias) de freguesias mais isoladas já não teriam nenhum residente nem nenhuma atividade económica. Os GAL conseguiram, em muitos casos, atrair novos residentes fizeram deslocar pessoas do mundo urbano para o rural, ajudaram a que alguns não saíssem da freguesia onde nasceram e viviam, motivaram e apontaram alguns caminhos. Tudo foi possível com muita generosidade dos técnicos do GAL, com muito trabalho para além das horas normais do emprego, com muita vontade, porque acreditaram e acreditam que é possível se o poder político quiser. Para isso é necessário o reforço financeiro do funcionamento que garanta uma equipa técnica multidisciplinar capaz de responder às necessidades identificadas em cada território. É igualmente necessário que os Ministérios da Agricultura, Coesão Territorial e do Ambiente, vejam nos GAL uns verdadeiros parceiros, o mesmo deverá acontecer com as CCDR, que devem olhar os GAL como verdadeiros parceiros e não como uns prestadores de serviço. É necessário dinamizar os Conselhos Regionais de Desenvolvimento Rural, retomar as Comissões de Acompanhamento do LEADER, colocar os GAL e as entidades com poder de decisão estratégico e financeiro a falarem ao	1				

	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo	Algarve
mesmo nível, a sentarem-se à mesma mesa, a encontrarem convergências, caso contrário os territórios rurais continuarão no esquecimento votados ao abandono e tratados como "enteados". É necessário viver no meio rural, sentir o pulsar do meio rural, conhecer e viver as angústias de quem lá vive, discutir e interagir com a população local, conhecer as potencialidades de cada território, conhecer e viver a cultura local, valorizar os produtos endógenos, ouvir o sino da igreja e conhecer a orientação do vento, conhecer os cantos e recantos de cada freguesia, conhecer os mitos e os ritos, por só assim se poderá falar em defesa de quem por lá vive e quer continuar a viver. Caso assim não seja dentro de vinte anos muitas freguesias do nosso interior não terão população, serão lugares despovoamentos, abandonados e descaracterizados.					
esclarecer que a ETL é composta por 10 elementos imputados a vários programas mas que como equipa se articulam e apoiam também o dlbc que apenas é composto por 3 técnicos	1				
Inquérito demasiadamente extenso Questões subjetivas Respostas efetuadas pela equipa técnica (ausência de coordenador)		1			
Inquérito muito extenso com questões redundantes.	1				
Não existem comentários a acrescentar				1	
No caso do nosso Orgão de Gestão é constituído por 7 entidades e o questionário só nos permite indicar 5. As entidades em falta são: Turismo do Alentejo, ERT e Terras Dentro - Associação para o Desenvolvimento Integrado.				1	
O que deveria alterar: Mudar para um "verdadeiro" LEADER, cumprindo os 7 princípios basilares do LEADER (Os GAL definem as tipologias a apoiar consoante as necessidades do território); O financiamento/funcionamento deveria estar concentrado numa AG, mesmo que se trate de plurifundo; O desenvolvimento rural não é só Agricultura, devemos apoiar de forma integrada as áreas do comércio, indústria, área social, associativa/recreativa; Não deveriam existir tantas medidas, num único projeto o beneficiário deveria poder candidatar os investimentos 10211, 10212, 10213, 10214, 10215, no limite de todas apenas a 10213 estaria autónoma. Todas as outras deveriam ser integradas numa medida enquanto investimentos elegíveis. Aumentava-se a robustez das operações e eliminavam-se fronteiras; A AG do PDR faz auditorias aos projetos que quer, pelo que não se entende parte do processo de Homologação que é uma segunda análise/auditoria, este processo atrasa muito a execução, é uma duplicação de trabalho e tira credibilidade aos GAL, na medida em que os beneficiários vêm por vezes a receber uma segunda audiência prévia, contrariando o anteriormente dito pelo GAL; Introdução de custos simplificados; Alargamento dos limiares de investimento; A medida 10212 deveria apoiar para além da primeira transformação e o comércio a retalho, bem como viaturas necessárias às atividades; A medida 10215 não deveria ser apenas para os "produtos de qualidade"		1			
Os dados das questões nº 52 e 53 serão fornecidos na entrevista					1

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Rural) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Apuramentos Guião de Questões Fechadas para DLBC Rural Açores e Madeira

COERÊNCIA

Quadro 342. Adequabilidade das prioridades de investimento/domínios de intervenção que foram disponibilizadas para os DLBC RURAL AÇORES E MADEIRA

	1 - Nada ajustadas		2		3		4		5		6 - Muito ajustadas		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
6.4 – Investimento na criação e no desenvolvimento de atividades não agrícolas									2	50,0	2	50,0	4	100,0
7.2 – Investimento em infraestruturas de pequena escala, incluindo energias renováveis e economia de energia	1	25,0			1	25,0	1	25,0	1	25,0			4	100,0
7.4 - Investimento em serviços básicos locais									2	50,0	2	50,0	4	100,0
7.5 - Investimentos em infraestruturas de lazer e turísticas e informações turísticas									3	75,0	1	25,0	4	100,0
7.6 – Investimentos associados ao património cultural e natural e ações de sensibilização ambiental							1	25,0	2	50,0	1	25,0	4	100,0
19.2.1- Atividades não agrícolas em zonas rurais									2	100,0			2	100,0
19.2.2- Serviços Básicos para a População Rural									2	100,0			2	100,0

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Rural Açores e Madeira) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 343. Média da Adequabilidade das prioridades de investimento/domínios de intervenção que foram disponibilizadas para os DLBC RURAL AÇORES E MADEIRA, por região (Escala de 1 – nada adequado a 6- muito adequado)

	Açores			Madeira			Total		
	Média	N	Desvio padrão	Média	N	Desvio padrão	Média	N	Desvio padrão
6.4 – Investimento na criação e no desenvolvimento de atividades não agrícolas	5,50	4	,577				5,50	4	,577
7.2 – Investimento em infraestruturas de pequena escala, incluindo energias renováveis e economia de energia	3,25	4	1,708				3,25	4	1,708
7.4 - Investimento em serviços básicos locais	5,50	4	,577				5,50	4	,577
7.5 - Investimentos em infraestruturas de lazer e turísticas e informações turísticas	5,25	4	,500				5,25	4	,500
7.6 – Investimentos associados ao património cultural e natural e ações de sensibilização ambiental	5,00	4	,816				5,00	4	,816
19.2.1- Atividades não agrícolas em zonas rurais				5,00	2	0,000	5,00	2	0,000
19.2.2- Serviços Básicos para a População Rural				5,00	2	0,000	5,00	2	0,000

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Rural Açores e Madeira) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 344. Existem áreas tradicionalmente apoiadas pela Abordagem LEADER que não foram contempladas no DLBC Rural Açores e Madeira

	Açores		Madeira		Total	
	N	%	N	%	N	%
Sim	2	50,0			2	33,3
Não	2	50,0	2	100,0	4	66,7
Total	4	100,0	2	100,0	6	100,0

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Rural Açores e Madeira) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 345. Indique quais:

	Açores	Madeira
Apoio às ASNL, no que respeita aos serviços que prestam à economia, agricultor,...	1	
Formação	1	

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Rural Açores e Madeira) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 346. Avaliação do financiamento contratualizado, por prioridade de investimento, face às prioridades do DLBC Rural Açores e Madeira, Açores

	1 Sub-financiamento		2 Financiamento ajustado		3 Sobre-financiamento		N/A		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
6.4 – Investimento na criação e no desenvolvimento de atividades não agrícolas	1	25,0	3	75,0					4	100,0

	1 Sub-financiamento		2 Financiamento ajustado		3 Sobre-financiamento		N/A		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
7.2 – Investimento em infraestruturas de pequena escala, incluindo energias renováveis e economia de energia			4	100,0					4	100,0
7.4 - Investimento em serviços básicos locais	1	25,0	3	75,0					4	100,0
7.5 - Investimentos em infraestruturas de lazer e turísticas e informações turísticas			4	100,0					4	100,0
7.6 – Investimentos associados ao património cultural e natural e ações de sensibilização ambiental			4	100,0					4	100,0

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Rural Açores e Madeira) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 347. Avaliação do financiamento contratualizado, por prioridade de investimento, face às prioridades do DLBC Rural Açores e Madeira, Madeira

	1 Sub-financiamento		2 Financiamento ajustado		3 Sobre-financiamento		N/A		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
19.2.1- Atividades não agrícolas em zonas rurais	2	100,0							2	100,0
19.2.2- Serviços Básicos para a População Rural	1	50,0	1	50,0					2	100,0

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Rural Açores e Madeira) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 348. Na fase de programação promoveu-se a articulação da EDL/DLBC Rural Açores e Madeira com outros instrumentos com incidência nos mesmos territórios e outras políticas públicas com forte incidência territorial?

	Açores		Madeira		Total	
	N	%	N	%	N	%
Sim	2	50,0%	1	50,0%	3	50,0
Não	2	50,0%	1	50,0%	3	50,0
Total	4	100,0%	2	100,0%	6	100,0

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Rural Açores e Madeira) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 349. Outros instrumentos o DLBC RURAL AÇORES E MADEIRA com que articula, por região

	Açores (N=3)		Madeira (N=2)		Total (N=5)	
	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos
Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial	1	33,3%	2	100,0%	3	60,0%
Planos Intermunicipais de Adaptação às alterações climáticas						
Plano Intermunicipal de Mobilidade e Transporte						
Planos de Desenvolvimento Social/Referencial Estratégico da Rede Social	1	33,3%			1	20,0%
Planos Municipais para a Igualdade						
Planos de Defesa da Floresta contra Incêndios						
Planos Municipais para a Integração de Migrantes						
Planos Municipais de Saúde						
Contrato Local de Desenvolvimento Social – CLDS						
Gabinete de Inserção Profissional - GIP						
Plano de Ação Integrado para as Comunidades Desfavorecidas - PAICD	1	33,3%			1	20,0%
Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano						
Programa de Valorização Económica dos Recursos Endógenos - PROVERE	1	33,3%			1	20,0%
Mobilidade Urbana Sustentável - MUS						
Plano de Ação de Regeneração Urbana – PARU						
Rede Local de Intervenção Social - RLIS						
Território Educativo de Intervenção Prioritária - TEIP						
Outros	2	66,7%	1	50,0%	3	60,0%

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Rural Açores e Madeira) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 350. Outros, quais:

	Açores	Madeira
Planos Diretores Municipais, dos Municípios da Zona de Intervenção		1
PO Açores	1	
PO Açores 2020	1	

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Rural Açores e Madeira) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 351. Contributo do modelo de aprovação/negociação (processo concorrencial com pré-qualificação seguido de uma negociação) para a melhoria dos seguintes parâmetros

	1 - Nulo		2		3		4		5		6 - Muito elevado		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Relevância do instrumento para a estratégia	1	16,7			1	16,7	2	33,3	1	16,7	1	16,7	6	100,0
Coerência entre o instrumento e as prioridades da intervenção no território			1	16,7	2	33,3	2	33,3			1	16,7	6	100,0
Adequação da parceria aos objetivos, potencial de mobilização de recursos	1	16,7			1	16,7	2	33,3	1	16,7	1	16,7	6	100,0
Transparência do processo de seleção dos GAL					1	16,7			4	66,7	1	16,7	6	100,0
Simplificação do processo de seleção	2	33,3					2	33,3	1	16,7	1	16,7	6	100,0
Celeridade do processo de seleção	2	33,3					1	16,7	2	33,3	1	16,7	6	100,0
Aumento da qualidade das EDL			1	16,7	1	16,7	2	33,3	1	16,7	1	16,7	6	100,0
Criação de novas parcerias nos territórios					2	33,3	1	16,7	2	33,3	1	16,7	6	100,0
Envolvimento dos parceiros na EDL					2	33,3	1	16,7	2	33,3	1	16,7	6	100,0
Dotação financeira atribuída associada à qualidade e aos objetivos das EDL	1	16,7	2	33,3	2	33,3					1	16,7	6	100,0
Simplificação do processo de seleção e aprovação das EDL/DLBC	3	50,0			1	16,7			1	16,7	1	16,7	6	100,0

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Rural Açores e Madeira) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 352. Média do Contributo do modelo de aprovação/negociação (processo concorrencial com pré-qualificação seguido de uma negociação) para a melhoria dos seguintes parâmetros, por região (Escala de 1 – nulo a 6- muito elevado)

	Açores		Madeira		Total	
	Média	N	Média	N	Média	N
Relevância do instrumento para a estratégia	3,75	4	4,00	2	3,83	6
Coerência entre o instrumento e as prioridades da intervenção no território	3,75	4	3,50	2	3,67	6
Adequação da parceria aos objetivos, potencial de mobilização de recursos	3,50	4	4,50	2	3,83	6
Transparência do processo de seleção dos GAL	4,75	4	5,00	2	4,83	6
Simplificação do processo de seleção	3,00	4	4,50	2	3,50	6
Celeridade do processo de seleção	3,00	4	5,00	2	3,67	6
Aumento da qualidade das EDL	3,75	4	4,50	2	4,00	6
Criação de novas parcerias nos territórios	4,25	4	4,50	2	4,33	6
Envolvimento dos parceiros na EDL	4,50	4	4,00	2	4,33	6
Dotação financeira atribuída associada à qualidade e aos objetivos das EDL	3,25	4	2,00	2	2,83	6
Simplificação do processo de seleção e aprovação das EDL/DLBC	2,75	4	3,00	2	2,83	6

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Rural Açores e Madeira) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 353. Contributo do processo de negociação e das alterações introduzidas na fase de contratualização para as seguintes dimensões

	1 - Nulo		2		3		4		5		6 – Muito elevado		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Melhorar o alinhamento entre objetivos e medidas					4	80,0					1	20,0	5	100,0
Melhorar a coerência entre a alocação de verbas e as necessidades definidas					2	40,0	1	20,0	1	20,0	1	20,0	5	100,0
Melhorar o alinhamento entre medidas e resultados					3	60,0			1	20,0	1	20,0	5	100,0
Melhorar a adequação dos indicadores às tipologias de intervenção					2	40,0	1	20,0	1	20,0	1	20,0	5	100,0
Melhorar a adequação das metas aos resultados esperados					2	40,0	1	20,0	1	20,0	1	20,0	5	100,0
Aumentar a incorporação de princípios horizontais (inovação, parceria,...)					3	60,0			1	20,0	1	20,0	5	100,0
Assegurar o cumprimento dos requisitos de conteúdos definidos em sede de aviso de concurso					2	40,0	1	20,0	1	20,0	1	20,0	5	100,0
Assegurar o cumprimento de requisitos administrativos definidos em sede de concurso					2	40,0	1	20,0	1	20,0	1	20,0	5	100,0
Incrementar/clarificar os conteúdos da proposta					3	60,0			1	20,0	1	20,0	5	100,0
Outro.									1	100,0			1	100,0

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Rural Açores e Madeira) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 354. Média do Contributo do processo de negociação e das alterações introduzidas na fase de contratualização para as seguintes dimensões (Escala de 1 – nulo a 6- muito elevado)

	Açores		Madeira		Total	
	Média	N	Média	N	Média	N
Melhorar o alinhamento entre objetivos e medidas	4,00	3	3,00	2	3,60	5

	Açores		Madeira		Total	
	Média	N	Média	N	Média	N
Melhorar a coerência entre a alocação de verbas e as necessidades definidas	4,33	3	4,00	2	4,20	5
Melhorar o alinhamento entre medidas e resultados	4,00	3	4,00	2	4,00	5
Melhorar a adequação dos indicadores às tipologias de intervenção	4,33	3	4,00	2	4,20	5
Melhorar a adequação das metas aos resultados esperados	4,33	3	4,00	2	4,20	5
Aumentar a incorporação de princípios horizontais (inovação, parceria,....)	4,00	3	4,00	2	4,00	5
Assegurar o cumprimento dos requisitos de conteúdos definidos em sede de aviso de concurso	4,33	3	4,00	2	4,20	5
Assegurar o cumprimento de requisitos administrativos definidos em sede de concurso	4,33	3	4,00	2	4,20	5
Incrementar/clarificar os conteúdos da proposta	4,00	3	4,00	2	4,00	5
Outro.			5,00	1	5,00	1

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Rural Açores e Madeira) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 355. Em que medida as entidades representativas dos setores económico, social e ambiental e das agências públicas responsáveis pela implementação das políticas setoriais participaram na definição da EIDT?

	1 - Não participaram		2		3		4		5		6 – Participaram com muita frequência		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Municípios					1	16,7	1	16,7	2	33,3	2	33,3	6	100,0
Juntas de freguesia					1	16,7	2	33,3	2	33,3	1	16,7	6	100,0
CIM/AM	4	80,0									1	20,0	5	100,0
POR/CCPPOR/CCDR	4	80,0							1	20,0			5	100,0
Entidades representativas do Setor Económico (sem fins lucrativos)					1	16,7	2	33,3	3	50,0			6	100,0
Entidades representativas do Setor Ambiental (sem fins lucrativos)	3	50,0			2	33,3			1	16,7			6	100,0
Entidades representativas do Setor Social (sem fins lucrativos)					1	16,7	3	50,0	2	33,3			6	100,0
Agências públicas da administração Central	5	83,3					1	16,7					6	100,0
Agências públicas da administração Regional	4	66,7	1	16,7					1	16,7			6	100,0
Entidades privadas com fins lucrativos (empresas)			1	16,7	3	50,0			2	33,3			6	100,0
Outros														

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Rural Açores e Madeira) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 356. Média da participação das entidades representativas dos setores económico, social e ambiental e das agências públicas responsáveis pela implementação das políticas setoriais na definição da EIDT (Escala de 1 – não participam a 6 – participam com muita frequência)

	Açores		Madeira		Total	
	Média	N	Média	N	Média	N
Municípios	5,00	4	4,50	2	4,83	6
Juntas de freguesia	4,50	4	4,50	2	4,50	6
CIM/AM	1,00	3	3,00	2	1,80	5
POR/CCPPOR/CCDR	1,00	3	3,00	2	1,80	5
Entidades representativas do Setor Económico (sem fins lucrativos)	4,25	4	4,50	2	4,33	6
Entidades representativas do Setor Ambiental (sem fins lucrativos)	2,00	4	3,00	2	2,33	6
Entidades representativas do Setor Social (sem fins lucrativos)	4,00	4	4,50	2	4,17	6
Agências públicas da administração Central	1,00	4	2,50	2	1,50	6
Agências públicas da administração Regional	1,25	4	3,00	2	1,83	6
Entidades privadas com fins lucrativos (empresas)	3,25	4	4,00	2	3,50	6
Outros						

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Rural Açores e Madeira) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 357. Agências públicas que participaram na definição do EIDT: Agências públicas da administração Central

	Açores	Madeira
Não aplicável	1	

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Rural Açores e Madeira) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 358. Agências públicas que participaram na definição do EIDT: Agências públicas da administração Regional

	Açores	Madeira
Não aplicável		1
Secretarias e Direções Regionais	1	

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Rural Açores e Madeira) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 359. Forma de mobilização para a participação, por região

	Açores (N=4)		Madeira (N=2)		Total (N=6)	
	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos
Municípios						
Sessões Públicas de debate	1	25,0%	2	100,0%	3	50,0%
Recolha formal de pareceres e contributos	3	75,0%			3	50,0%
Inclusão em grupos de trabalho	1	25,0%	2	100,0%	3	50,0%
Resposta a questionário	3	75,0%			3	50,0%
	Açores (N=4)		Madeira (N=2)		Total (N=6)	
Juntas de freguesia						
Sessões Públicas de debate	1	25,0%	2	100,0%	3	50,0%
Recolha formal de pareceres e contributos	3	75,0%			3	50,0%
Inclusão em grupos de trabalho	1	25,0%	2	100,0%	3	50,0%
Resposta a questionário	3	75,0%			3	50,0%
	Açores		Madeira (N=1)		Total (N=1)	
CIM/AM						
Sessões Públicas de debate			1	100,0	1	100,0
Recolha formal de pareceres e contributos						
Inclusão em grupos de trabalho			1	100,0	1	100,0
Resposta a questionário						
	Açores		Madeira (N=1)		Total (N=1)	
POR/CCPPOR/CCDR						
Sessões Públicas de debate			1	100,0	1	100,0
Recolha formal de pareceres e contributos						
Inclusão em grupos de trabalho			1	100,0	1	100,0
Resposta a questionário						
	Açores (N=4)		Madeira (N=2)		Total (N=6)	
Entidades representativas do Setor Económico (sem fins lucrativos)						
Sessões Públicas de debate			2	100,0%	2	33,3%
Recolha formal de pareceres e contributos	2	50,0%			2	33,3%
Inclusão em grupos de trabalho	1	25,0%	2	100,0%	3	50,0%
Resposta a questionário	3	75,0%			3	50,0%
	Açores (N=2)		Madeira (N=1)		Total (N=3)	
Entidades representativas do Setor Ambiental (sem fins lucrativos)						
Sessões Públicas de debate			1	100,0%	1	33,3%
Recolha formal de pareceres e contributos	2	100,0%			2	66,7%
Inclusão em grupos de trabalho			1	100,0%	1	33,3%
Resposta a questionário	1	50,0%			1	33,3%
	Açores (N=4)		Madeira (N=2)		Total (N=6)	
Entidades representativas do Setor Social (sem fins lucrativos)						
Sessões Públicas de debate			2	100,0%	2	33,3%
Recolha formal de pareceres e contributos	3	75,0%			3	50,0%
Inclusão em grupos de trabalho	1	25,0%	2	100,0%	3	50,0%
Resposta a questionário	3	75,0%			3	50,0%
	Açores		Madeira (N=1)		Total (N=1)	
Agências públicas da administração Central						
Sessões Públicas de debate			1	100,0	1	100,0
Recolha formal de pareceres e contributos						
Inclusão em grupos de trabalho			1	100,0	1	100,0
Resposta a questionário						
	Açores (N=1)		Madeira (N=1)		Total (N=2)	
Agências públicas da administração Regional						
Sessões Públicas de debate			1	100,0%	1	50,0%
Recolha formal de pareceres e contributos	1	100,0%			1	50,0%
Inclusão em grupos de trabalho			1	100,0%	1	50,0%
Resposta a questionário						
	Açores (N=4)		Madeira (N=2)		Total (N=6)	
Entidades privadas com fins lucrativos (empresas)						
Sessões Públicas de debate			2	100,0%	2	33,3%
Recolha formal de pareceres e contributos	2	50,0%			2	33,3%
Inclusão em grupos de trabalho	1	25,0%	2	100,0%	3	50,0%
Resposta a questionário	3	75,0%			3	50,0%
	Açores (N=3)		Madeira (N=2)		Total (N=5)	
Outros						
Sessões Públicas de debate						
Recolha formal de pareceres e contributos						

Inclusão em grupos de trabalho						
Resposta a questionário						

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Rural Açores e Madeira) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 360. Avaliação da participação dessas entidades: foi apenas formal (resposta formal a mecanismos estabelecidos de auscultação) ou substantiva com um envolvimento concreto do qual decorreu uma participação ativa na conceção da estratégia

	Açores		Madeira		Total	
	N	%	N	%	N	%
Municípios						
Formal			1	50,0%	1	16,7
Substantiva	4	100,0	1	50,0%	5	83,3
Total	4	100,0	2	100,0	6	100,0
Juntas de freguesia						
Formal						
Substantiva	4	100,0	2	100,0	6	100,0
Total	4	100,0	2	100,0	6	100,0
CIM/AM						
Formal						
Substantiva			1	100,0	1	100,0
Total			1	100,0	1	100,0
POR/CCPPOR/CCDR						
Formal						
Substantiva			1	100,0	1	100,0
Total			1	100,0	1	100,0
Entidades representativas do Setor Económico (sem fins lucrativos)						
Formal			1	50,0%	1	20,0
Substantiva	3	100,0	1	50,0%	4	80,0
Total	3	100,0	2	100,0	5	100,0
Entidades representativas do Setor Ambiental (sem fins lucrativos)						
Formal						
Substantiva	1	100,0	1	100,0	2	100,0
Total	1	100,0	1	100,0	2	100,0
Entidades representativas do Setor Social (sem fins lucrativos)						
Formal						
Substantiva	4	100,0	2	100,0	6	100,0
Total	4	100,0	2	100,0	6	100,0
Agências públicas da administração central						
Formal						
Substantiva			1	100,0	1	100,0
Total			1	100,0	1	100,0
Agências públicas da administração regional						
Formal	1	100,0			1	50,0
Substantiva			1	100,0	1	50,0
Total	1	100,0	1	100,0	2	100,0
Entidades privadas com fins lucrativos (empresas)						
Formal	2	50,0%			2	33,3
Substantiva	2	50,0%	2	100,0	4	66,7
Total	4	100,0	2	100,0	6	100,0
Entidades privadas com fins lucrativos (empresas)						
Formal	-	-	-	-	-	-
Substantiva	-	-	-	-	-	-
Total	-	-	-	-	-	-

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Rural Açores e Madeira) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 361. Resultados da participação de diferentes entidades no desenho da estratégia

	Açores (N=4)		Madeira (N=2)		Total (N=6)	
	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos
Nenhum resultado						
Nenhum resultado, apenas atrasou os trabalhos de conceção estratégica						
Poucos resultados efetivos, mas produziu uma perceção de participação que é relevante no território	2	50,0%			2	33,3%
Produziu resultados em termos de alargamento de âmbito da estratégia (território, objetivos, metas, áreas de intervenção e atores na implementação)	3	75,0%	2	100,0%	5	83,3%
Conduziu à identificação e consensualização de projetos estratégicos/prioritários	3	75,0%	1	50,0%	4	66,7%

Conduziu ao alargamento das potenciais fontes de financiamento			1	50,0%	1	16,7%
Conduziu à identificação de atores para a conceção/ execução da estratégia			1	50,0%	1	16,7%
Conduziu à identificação de projetos complementares com os quais se estabeleceram articulações			1	50,0%	1	16,7%

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Rural Açores e Madeira) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 362. Parceiros do GAL participaram na conceção da estratégia

	Açores (N=4)		Madeira (N=2)		Total (N=6)	
	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos
Todos os parceiros			1	50,0%	1	16,7%
Alguns parceiros	4	100,0%	1	50,0%	5	83,3%
Outras entidades exteriores à parceria.						

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Rural Açores e Madeira) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 363. Outros. Quais?

	Açores	Madeira
Câmaras Municipais, Juntas de Freguesia e ESNL.	1	

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Rural Açores e Madeira) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 364. Como foram mobilizadas para essa participação?

	Açores (N=4)		Madeira (N=2)		Total (N=6)	
	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos
Sessões públicas de debate	1	25,0%	2	100,0%	3	50,0%
Recolha formal de pareceres e contributos	3	75,0%			3	50,0%
Inclusão em grupos de trabalho	1	25,0%	2	100,0%	3	50,0%
Resposta a questionário	3	75,0%			3	50,0%
Outras	1	25,0%			1	16,7%

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Rural Açores e Madeira) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

EFICIÊNCIA OPERATIVA

Quadro 365. Stakeholders que se envolveram na implementação dos DLBC RURAL AÇORES E MADEIRA

	1 – Não se envolveram		2 – Sim, pontualmente		3 – Sim, de forma continuada		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Municípios			2	33,3	4	66,7	6	100,0
Juntas de freguesia			4	66,7	2	33,3	6	100,0
CIM/AM	2	100,0					2	100,0
POR/CCPPOR/CCDR	2	66,7			1	33,3	3	100,0
Entidades representativas do Setor Económico (sem fins lucrativos)			5	83,3	1	16,7	6	100,0
Entidades representativas do Setor Ambiental (sem fins lucrativos)			2	66,7	1	33,3	3	100,0
Entidades representativas do Setor Social (sem fins lucrativos)			4	66,7	2	33,3	6	100,0
Agências públicas da administração Central	2	100,0					2	100,0
Agências públicas da administração Regional	1	33,3	2	66,7			3	100,0
Entidades privadas com fins lucrativos (empresas)	1	20,0	4	80,0			5	100,0
Outros								

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Rural Açores e Madeira) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 366. Stakeholders que se envolveram na implementação dos DLBC RURAL AÇORES

	1 – Não se envolveram		2 – Sim, pontualmente		3 – Sim, de forma continuada		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Municípios			1	25,0	3	75,0	4	100,0
Juntas de freguesia			2	50,0	2	50,0	4	100,0
CIM/AM	2	100,0					2	100,0
POR/CCPPOR/CCDR	2	100,0					2	100,0
Entidades representativas do Setor Económico (sem fins lucrativos)			4	100,0			4	100,0
Entidades representativas do Setor Ambiental (sem fins lucrativos)			2	100,0			2	100,0
Entidades representativas do Setor Social (sem fins lucrativos)			3	75,0	1	25,0	4	100,0
Agências públicas da administração Central	2	100,0					2	100,0
Agências públicas da administração Regional	1	50,0	1	50,0			2	100,0
Entidades privadas com fins lucrativos (empresas)	1	25,0	3	75,0			4	100,0
Outros								

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Rural Açores e Madeira) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 367. Stakeholders que se envolveram na implementação dos DLBC RURAL MADEIRA

	1 – Não se envolveram		2 – Sim, pontualmente		3 – Sim, de forma continuada		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Municípios			1	50,0	1	50,0	2	100,0
Juntas de freguesia			2	100,0			2	100,0
CIM/AM								
POR/CCPPOR/CCDR					1	100,0	1	100,0
Entidades representativas do Setor Económico (sem fins lucrativos)			1	50,0	1	50,0	2	100,0
Entidades representativas do Setor Ambiental (sem fins lucrativos)					1	100,0	1	100,0
Entidades representativas do Setor Social (sem fins lucrativos)			1	50,0	1	50,0	2	100,0
Agências públicas da administração Central								
Agências públicas da administração Regional			1	100,0			1	100,0
Entidades privadas com fins lucrativos (empresas)			1	100,0			1	100,0
Outros								

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Rural Açores e Madeira) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 368. Forma de envolvimento dos stakeholders na implementação do DLBC Rural Açores e Madeira , por região

	Açores (N=4)		Madeira (N=2)		Total (N=6)	
	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos
Municípios						
Sessões Públicas de debate			2	100,0%	2	33,3%
Recolha formal de pareceres e contributos	3	75,0%			3	50,0%
Inclusão em grupos de trabalho	1	25,0%	2	100,0%	3	50,0%
Resposta a questionário	1	25,0%			1	16,7%
	Açores (N=4)		Madeira (N=2)		Total (N=6)	
Juntas de freguesia						
Sessões Públicas de debate			2	100,0%	2	33,3%
Recolha formal de pareceres e contributos	3	75,0%			3	50,0%
Inclusão em grupos de trabalho	1	25,0%	2	100,0%	3	50,0%
Resposta a questionário	1	25,0%			1	16,7%
	Açores		Madeira (N=1)		Total (N=1)	
CIM/AM						
Sessões Públicas de debate			1	100,0	1	100,0
Recolha formal de pareceres e contributos						
Inclusão em grupos de trabalho			1	100,0	1	100,0
Resposta a questionário						
	Açores		Madeira (N=1)		Total (N=1)	
POR/CCPPOR/CCDR						
Sessões Públicas de debate			1	100,0	1	100,0
Recolha formal de pareceres e contributos						
Inclusão em grupos de trabalho			1	100,0	1	100,0
Resposta a questionário						
	Açores (N=4)		Madeira (N=2)		Total (N=6)	
Entidades representativas do Setor Económico (sem fins lucrativos)						
Sessões Públicas de debate			2	100,0%	2	33,3%
Recolha formal de pareceres e contributos	3	75,0%			3	50,0%
Inclusão em grupos de trabalho	1	25,0%	2	100,0%	3	50,0%
Resposta a questionário	1	25,0%			1	16,7%
	Açores (N=2)		Madeira (N=1)		Total (N=3)	
Entidades representativas do Setor Ambiental (sem fins lucrativos)						
Sessões Públicas de debate			1	100,0%	1	33,3%
Recolha formal de pareceres e contributos	2	100,0%			2	66,7%
Inclusão em grupos de trabalho			1	100,0%	1	33,3%
Resposta a questionário	1	50,0%			1	33,3%
	Açores (N=4)		Madeira (N=2)		Total (N=6)	
Entidades representativas do Setor Social (sem fins lucrativos)						
Sessões Públicas de debate			2	100,0%	2	33,3%
Recolha formal de pareceres e contributos	3	75,0%			3	50,0%
Inclusão em grupos de trabalho	1	25,0%	2	100,0%	3	50,0%
Resposta a questionário	1	25,0%			1	16,7%
	Açores		Madeira		Total	
Agências públicas da administração Central						
Sessões Públicas de debate	-	-	-	-	-	-
Recolha formal de pareceres e contributos	-	-	-	-	-	-
Inclusão em grupos de trabalho	-	-	-	-	-	-
Resposta a questionário	-	-	-	-	-	-
	Açores (N=1)		Madeira (N=1)		Total (N=2)	
Agências públicas da administração Regional						
Sessões Públicas de debate			1	100,0%	1	50,0%
Recolha formal de pareceres e contributos	1	100,0%			1	50,0%
Inclusão em grupos de trabalho			1	100,0%	1	50,0%
Resposta a questionário						
	Açores (N=3)		Madeira (N=2)		Total (N=6)	
Entidades privadas com fins lucrativos (empresas)						
Sessões Públicas de debate			2	100,0%	2	40,0%
Recolha formal de pareceres e contributos	2	50,0%			2	40,0%
Inclusão em grupos de trabalho	1	25,0%	2	100,0%	3	60,0%
Resposta a questionário	1	25,0%			1	20,0%
	Açores (N=4)		Madeira (N=2)		Total (N=6)	
Outros						
Sessões Públicas de debate	-	-	-	-	-	-
Recolha formal de pareceres e contributos	-	-	-	-	-	-

Inclusão em grupos de trabalho	-	-	-	-	-	-
Resposta a questionário	-	-	-	-	-	-

Quadro 369. Contributo da participação de diferentes entidades na implementação do DLBC Rural Açores e Madeira para os seguintes resultados

	Açores (N=4)		Madeira (N=2)		Total (N=6)	
	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos
Racionalização de recursos	2	50,0%	1	50,0%	3	50,0%
Continuidade de intervenções	2	50,0%	1	50,0%	3	50,0%
Multidimensionalidade das intervenções	1	25,0%			1	16,7%
Complementariedade de intervenções	2	50,0%			2	33,3%
Aumento do alcance em termos do perfil dos beneficiários apoiados	1	25,0%	2	100,0%	3	50,0%
Construção de parcerias	1	25,0%	2	100,0%	3	50,0%
Alargar o âmbito de atuação			1	50,0%	1	16,7%
Outros						

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Rural Açores e Madeira) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 370. Pertinência/adequação das competências delegadas no GAL

	1 – Nada Pertinente/adequadas		2		3		4		5		6 - totalmente pertinentes/adequadas		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Verificar a admissibilidade e elegibilidade do beneficiário e da operação e fazer a apreciação do mérito das candidaturas									1	16,7	5	83,3	6	100,0
Emitir parecer no âmbito do processo de apreciação da elegibilidade e do mérito das candidaturas, assegurando um processo de seleção em conformidade com os critérios aplicáveis ao PO									2	33,3	4	66,7	6	100,0
Assegurar a organização dos processos de candidaturas de operações ao financiamento pelo PO									2	33,3	4	66,7	6	100,0
Acompanhar a realização dos investimentos e a execução das ações e assegurar a interlocução privilegiada com os beneficiários, em todas as fases do ciclo de vida das operações sem prejuízo dos mecanismos de acompanhamento, controlo, supervisão e interação da Autoridade de Gestão do PO									2	33,3	4	66,7	6	100,0
Verificar a elegibilidade das despesas designadamente em sede de candidatura e de análise de pedidos de pagamentos									2	33,3	4	66,7	6	100,0
Verificar a realização efetiva dos produtos e serviços cofinanciados, a obtenção dos resultados definidos quando da aprovação da operação e o pagamento da despesa declarada pelo beneficiário, bem como a sua conformidade com a legislação aplicável, com o Programa Operacional e com as condições de apoio da operação, nos termos estabelecidos no Manual de Procedimento									2	33,3	4	66,7	6	100,0
Assegurar que os beneficiários mantêm um sistema contabilístico separado ou um código contabilístico adequado para as transações da operação									3	50,0	3	50,0	6	100,0
Realizar verificações administrativas relativamente a cada pedido de reembolso por parte dos beneficiários									2	33,3	4	66,7	6	100,0
Avaliar o cumprimento de objetivos e resultados e propor o encerramento financeiro das operações, nos termos definidos no Manual de Procedimentos e nas Orientações Técnicas e de Gestão									2	33,3	4	66,7	6	100,0
Manter atualizado o Sistema de Informação, com os dados de cada operação, que sejam necessários para o exercício de monitorização, avaliação, gestão financeira, verificação, acompanhamento de irregularidades e auditoria									2	33,3	4	66,7	6	100,0
Reportar, através dos mecanismos previstos pela Autoridade de Gestão, toda a informação física, financeira e estatística necessária para apoiar a elaboração de indicadores de acompanhamento e de estudos de avaliação									2	33,3	4	66,7	6	100,0

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Rural Açores e Madeira) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 371. Média da Pertinência/adequação das competências delegadas no GAL (Escala de 1 – Nada Pertinente/ adequadas a 6- totalmente pertinentes/ adequadas)

	Açores		Madeira		Total	
	Média	N	Média	N	Média	N
Verificar a admissibilidade e elegibilidade do beneficiário e da operação e fazer a apreciação do mérito das candidaturas	5,75	4	6,00	2	5,83	6
Emitir parecer no âmbito do processo de apreciação da elegibilidade e do mérito das candidaturas, assegurando um processo de seleção em conformidade com os critérios aplicáveis ao PO	5,75	4	5,50	2	5,67	6
Assegurar a organização dos processos de candidaturas de operações ao financiamento pelo PO	5,75	4	5,50	2	5,67	6
Acompanhar a realização dos investimentos e a execução das ações e assegurar a interlocução privilegiada com os beneficiários, em todas as fases do ciclo de vida das operações sem prejuízo dos mecanismos de acompanhamento, controlo, supervisão e interação da Autoridade de Gestão do PO	5,75	4	5,50	2	5,67	6
Verificar a elegibilidade das despesas designadamente em sede de candidatura e de análise de pedidos de pagamentos	5,75	4	5,50	2	5,67	6
Verificar a realização efetiva dos produtos e serviços cofinanciados, a obtenção dos resultados definidos quando da aprovação da operação e o pagamento da despesa declarada pelo beneficiário, bem como a sua conformidade com a legislação aplicável, com o Programa Operacional e com as condições de apoio da operação, nos termos estabelecidos no Manual de Procedimento	5,75	4	5,50	2	5,67	6
Assegurar que os beneficiários mantêm um sistema contabilístico separado ou um código contabilístico adequado para as transações da operação	5,50	4	5,50	2	5,50	6
Realizar verificações administrativas relativamente a cada pedido de reembolso por parte dos beneficiários	5,75	4	5,50	2	5,67	6
Avaliar o cumprimento de objetivos e resultados e propor o encerramento financeiro das operações, nos termos definidos no Manual de Procedimentos e nas Orientações Técnicas e de Gestão	5,75	4	5,50	2	5,67	6
Manter atualizado o Sistema de Informação, com os dados de cada operação, que sejam necessários para o exercício de monitorização, avaliação, gestão financeira, verificação, acompanhamento de irregularidades e auditoria	5,75	4	5,50	2	5,67	6
Reportar, através dos mecanismos previstos pela Autoridade de Gestão, toda a informação física, financeira e estatística necessária para apoiar a elaboração de indicadores de acompanhamento e de estudos de avaliação	5,50	4	6,00	2	5,67	6

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Rural Açores e Madeira) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 372. Avaliação contributo do modelo de contratos de financiamento com delegação de competências (comparativamente com contratos de financiamento com gestão administrativa centralizada nas AG) para as seguintes dimensões:

	Contributo negativo		Neutro		Contributo Positivo		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Simplificação administrativa			2	33,3	4	66,7	6	100,0
Redução da carga administrativa			3	50,0	3	50,0	6	100,0
Celeridade de procedimentos			3	50,0	3	50,0	6	100,0
Proximidade aos beneficiários					6	100,0	6	100,0
Capacidade de ajustamento às necessidades do território	1	16,7			5	83,3	6	100,0
Resultados atingidos					6	100,0	6	100,0
Alcance das metas definidas			1	16,7	5	83,3	6	100,0
Participação dos atores locais na definição do processo de desenvolvimento local					6	100,0	6	100,0
Promoção da articulação e criação de sinergias entre beneficiários			1	16,7	5	83,3	6	100,0
Monitorização de resultados			1	16,7	5	83,3	6	100,0
Resposta a necessidades do território					5	100,0	5	100,0
Outra								

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Rural Açores e Madeira) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 373. Média do contributo do modelo de contratos de financiamento com delegação de competências (comparativamente com contratos de financiamento com gestão administrativa centralizada nas AG) para as seguintes dimensões (Escala de 1 – contributo negativo, 2 – neutro e 3 – Positivo)

	Açores		Madeira		Total	
	Média	N	Média	N	Média	N
Simplificação administrativa	2,50	4	3,00	2	2,67	6
Redução da carga administrativa	2,25	4	3,00	2	2,50	6
Celeridade de procedimentos	2,50	4	2,50	2	2,50	6
Proximidade aos beneficiários	3,00	4	3,00	2	3,00	6
Capacidade de ajustamento às necessidades do território	2,50	4	3,00	2	2,67	6
Resultados atingidos	3,00	4	3,00	2	3,00	6
Alcance das metas definidas	2,75	4	3,00	2	2,83	6

	Açores		Madeira		Total	
	Média	N	Média	N	Média	N
Participação dos atores locais na definição do processo de desenvolvimento local	3,00	4	3,00	2	3,00	6
Promoção da articulação e criação de sinergias entre beneficiários	2,75	4	3,00	2	2,83	6
Monitorização de resultados	2,50	4	3,00	2	2,67	6
Resposta a necessidades do território	3,00	3	3,00	2	3,00	5
Outra						

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Rural Açores e Madeira) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 374. Competências que considera que poderiam ter sido delegadas, por região

	Açores (N=3)		Madeira (N=2)		Total (N=5)	
	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos
Definir os critérios de seleção a das operações						
Definir o calendário de abertura dos AAC	2	66,7%	1	50,0%	3	60,0%
Aprovar as candidaturas a financiamento	2	66,7%			2	40,0%
Formalizar a concessão dos apoios (envio do termo de aceitação para os beneficiários)						
Determinar a categoria de intervenção a que são atribuídas as despesas da operação						
Decidir sobre pedidos de alterações às operações	1	33,3%	1	50,0%	2	40,0%

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Rural Açores e Madeira) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 375. Avaliação do funcionamento dos mecanismos de articulação entre as AG e as Equipas do GAL

	1 – não funcionam		2		3		4		5		6 - funcionam muito bem		N/A		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Reuniões periódicas	1	16,7	2	33,3			2	33,3	1	16,7					6	100,0
Emissão de pareceres			2	33,3			2	33,3	2	33,3					6	100,0
Reuniões de coordenação	1	16,7	1	16,7	1	16,7	2	33,3					1	16,7	6	100,0
Ligação com um ponto focal	1	16,7	1	16,7			1	16,7	1	16,7			2	33,3	6	100,0
Outros																

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Rural Açores e Madeira) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 376. Média da Avaliação do funcionamento dos mecanismos de articulação entre as AG e as Equipas do GAL, por região

	Açores		Madeira		Total	
	Média	N	Média	N	Média	N
Reuniões periódicas	2,25	4	4,50	2	3,00	6
Emissão de pareceres	3,00	4	5,00	2	3,67	6
Reuniões de coordenação	2,33	3	5,00	2	3,40	5
Ligação com um ponto focal	1,50	2	4,50	2	3,00	4
Outros						

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Rural Açores e Madeira) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 377. Peso do financiamento associado aos custos de financiamento da gestão do DLBC Rural Açores e Madeira no conjunto da atividade e financiamento da entidade gestora

	Açores		Madeira		Total	
	N	%	N	%	N	%
5			1	50,0	1	20,0
50			1	50,0	1	20,0
65	1	33,3			1	20,0
85	1	33,3			1	20,0
95	1	33,3			1	20,0
Total	3	100,0	2	100,0	5	100,0

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Rural Açores e Madeira) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 378. Adequação dotação financeira afeta às funções de gestão do tendo em consideração as competências de gestão delegadas

1 - Nada adequada	2		3		4		5		6 – totalmente adequada		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
			2	33,3	1	16,7	1	16,7	2	33,3	6	100,0

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Rural Açores e Madeira) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 379. Média da adequação dotação financeira afeta às funções de gestão do tendo em consideração as competências de gestão delegadas. (Escala de 1 – nada adequada a 6 – totalmente adequada)

Açores		Madeira		Total	
Média	N	Média	N	Média	N
3,50	4	3,50	2	3,50	6

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Rural Açores e Madeira) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 380. Nº de elementos da equipa técnica (internos e externos)

	Açores	Madeira	Total	
	N	N	N	%
Internos				
3		1	1	16,7
4		1	1	16,7
5	4		4	66,7
Total	4	2	6	100,0
Externos				
1	1	1	2	100,0
Total	1	1	2	100,0

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Rural Açores e Madeira) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 381. Adequação da Equipa técnica afeta à gestão do DLBC RURAL AÇORES E MADEIRA

	1 – Nada Adequados		2		3		4		5		6 - Totalmente Adequados		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Dimensão da equipa técnica					2	33,3	3	50,0	1	16,7			6	100,0
Competências dos elementos da equipa técnica							1	16,7	5	83,3			6	100,0

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Rural Açores e Madeira) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 382. Média da adequação da Equipa técnica afeta à gestão do DLBC RURAL AÇORES E MADEIRA Escala 1 – nada adequados a 6 – totalmente adequados)

	Açores		Madeira		Total	
	Média	N	Média	N	Média	N
Dimensão da equipa técnica	3,75	4	4,00	2	3,83	6
Competências dos elementos da equipa técnica	4,75	4	5,00	2	4,83	6

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Rural Açores e Madeira) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 383. Principais necessidades/problemas que sente em relação a atual Equipa Técnica, por região

	Açores (N=4)		Madeira (N=2)		Total (N=6)	
	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos
Insuficiência no número de elementos da ETL	4	100,0%	1	50,0%	5	83,3%
Excesso no número de elementos da ETL						
Desadequação da formação e conhecimentos face aos domínios de intervenção do GAL	1	25,0%			1	16,7%
Insuficiência de conhecimentos técnicos face aos domínios de intervenção do GAL	1	25,0%			1	16,7%
Excessiva especialização dos técnicos em determinada área/função						
Excessiva polivalência dos técnicos	2	50,0%	1	50,0%	3	50,0%
Outros	1	25,0%	1	50,0%	2	33,3%

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Rural Açores e Madeira) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 384. Outros. Quais?

	Açores	Madeira
Dada a renovação total e integral da ETL, incluindo o seu Coordenador, após a criação da EDL, sente-se alguma in experiência em alguns questões relacionadas com a execução e acompanhamento das operações		1
Necessidades de competências em determinadas áreas	1	

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Rural Açores e Madeira) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 385. Ações de capacitação desenvolvidas para os técnicos no atual quadro programático, por região

	Açores (N=4)		Madeira (N=2)		Total (N=6)	
	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos
Contratação Pública	3	75,0%	2	100,0%	5	83,3%
Sistemas de Informação	4	100,0%	1	50,0%	5	83,3%
Critérios de análise de projetos	1	25,0%			1	16,7%
Monitorização e Avaliação	2	50,0%	2	100,0%	4	66,7%
Conceção de documentos estratégicos e de programação						
Outras	1	25,0%			1	16,7%

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Rural Açores e Madeira) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 386. Outros. Quais?

	Açores	Madeira
Análise de pedidos de pagamento e módulo de sanções	1	

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Rural Açores e Madeira) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 387. Adequação das ações de capacitação desenvolvidas para os técnicos no atual quadro programático

	1 – Nada Adequados		2		3		4		5		6 - Totalmente Adequados		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Contratação Pública			1	16,7	3	50,0	1	16,7	1	16,7			6	100,0
Sistemas de Informação			1	20,0	1	20,0	1	20,0	1	20,0	1	20,0	5	100,0
Critérios de análise de projetos	1	50,0									1	50,0	2	100,0
Monitorização e Avaliação	1	20,0			1	20,0	1	20,0	1	20,0			5	100,0
Conceção de documentos estratégicos e de programação	1	100,0											1	100,0
Outras														

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Rural Açores e Madeira) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 388. Adequação das ações de capacitação desenvolvidas para os técnicos no atual quadro Programático Escala 1 – nada adequados a 6 - totalmente adequados)

	Açores		Madeira		Total	
	Média	N	Média	N	Média	N
Contratação Pública	3,00	4	4,00	2	3,33	6
Sistemas de Informação	4,50	4	2,00	1	4,00	5
Critérios de análise de projetos	3,50	2			3,50	2
Monitorização e Avaliação	3,33	3	4,00	2	3,60	5
Conceção de documentos estratégicos e de programação	1,00	1			1,00	1
Outras						

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Rural Açores e Madeira) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 389. Áreas com maior necessidade de capacitação dos técnicos

	Açores	Madeira
Análise de controlo administrativo	1	
Conceção de documentos estratégicos e de programação e Monitorização e Avaliação		1
Contratação pública	2	1
Critérios de análise de projetos		1
contabilidade pública, licenciamentos	1	

Quadro 390. Em que medida o GAL foi envolvido e participou na definição dos seguintes elementos dos Avisos

	1 – Não deram contributos		2 – Deram contributos, mas não foram integrados		3 – Deram contributos e foram parcialmente integrados		4 – Deram contributos e foram integrados		5 – Foram responsáveis pela definição		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Definição do calendário de abertura dos AAC									5	100,0	5	100,0
Dotação financeira									5	100,0	5	100,0
Definição das TO/medidas			1	20,0					4	80,0	5	100,0
Prazos de apresentação das candidaturas									5	100,0	5	100,0
Definição dos requisitos (formais e documentais)	1	20,0					1	20,0	3	60,0	5	100,0
Definição de Indicadores	1	20,0							4	80,0	5	100,0
Critérios de seleção das operações									5	100,0	5	100,0
Ações de divulgação, informação e publicidade realizadas							1	20,0	4	80,0	5	100,0
Adaptação dos avisos às especificidades territoriais	1	20,0	1	20,0					3	60,0	5	100,0

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Rural Açores e Madeira) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 391. Em que medida o GAL foi envolvido e participou na definição dos seguintes elementos dos Avisos, Açores

	1 – Não deram contributos		2 – Deram contributos, mas não foram integrados		3 – Deram contributos e foram parcialmente integrados		4 – Deram contributos e foram integrados		5 – Foram responsáveis pela definição		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Definição do calendário de abertura dos AAC							4	100,0			4	100,0
Dotação financeira							4	100,0			4	100,0
Definição das TO/medidas			1	25,0					3	75,0	4	100,0

	1 – Não deram contributos		2 – Deram contributos, mas não foram integrados		3 – Deram contributos e foram parcialmente integrados		4 – Deram contributos e foram integrados		5 – Foram responsáveis pela definição		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Prazos de apresentação das candidaturas									4	100,0	4	100,0
Definição dos requisitos (formais e documentais)					1	25,0	1	25,0	2	50,0	4	100,0
Definição de Indicadores	1	25,0							3	75,0	4	100,0
Critérios de seleção das operações									4	100,0	4	100,0
Ações de divulgação, informação e publicidade realizadas							1	25,0	3	75,0	4	100,0
Adaptação dos avisos às especificidades territoriais	1	25,0	1	25,0					2	50,0	4	100,0

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Rural Açores e Madeira) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 392. Em que medida o GAL foi envolvido e participou na definição dos seguintes elementos dos Avisos, Madeira

	1 – Não deram contributos		2 – Deram contributos, mas não foram integrados		3 – Deram contributos e foram parcialmente integrados		4 – Deram contributos e foram integrados		5 – Foram responsáveis pela definição		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Definição do calendário de abertura dos AAC									1	100,0	1	100,0
Dotação financeira									1	100,0	1	100,0
Definição das TO/medidas									1	100,0	1	100,0
Prazos de apresentação das candidaturas									1	100,0	1	100,0
Definição dos requisitos (formais e documentais)									1	100,0	1	100,0
Definição de Indicadores									1	100,0	1	100,0
CrITÉrios de seleção das operações									1	100,0	1	100,0
Ações de divulgação, informação e publicidade realizadas									1	100,0	1	100,0
Adaptação dos avisos às especificidades territoriais									1	100,0	1	100,0

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Rural Açores e Madeira) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 393. Adequação dos calendários de abertura dos avisos para operações integradas nos DLBC RURAL AÇORES E MADEIRA e dos prazos de submissão de candidaturas relativamente ao Tempo entre a realização das ações de divulgação e o prazo para submissão das candidaturas

	1 - Nada adequadas		2		3		4		5		6 – Totalmente adequadas		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
6.4 – Investimento na criação e no desenvolvimento de atividades não agrícolas							1	33,3	2	66,7			3	100,0
7.2 – Investimento em infraestruturas de pequena escala, incluindo energias renováveis e economia de energia							1	33,3	2	66,7			3	100,0
7.4 - Investimento em serviços básicos locais							1	33,3	2	66,7			3	100,0
7.5 - Investimentos em infraestruturas de lazer e turísticas e informações turísticas							1	33,3	2	66,7			3	100,0
7.6 – Investimentos associados ao património cultural e natural e ações de sensibilização ambiental							1	33,3	2	66,7			3	100,0
19.2.1- Atividades não agrícolas em zonas rurais							1	100,0					1	100,0
19.2.2- Serviços Básicos para a População Rural							1	100,0					1	100,0

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Rural Açores e Madeira) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 394. Média da Adequação dos calendários de abertura dos avisos para operações integradas nos DLBC RURAL AÇORES E MADEIRA e dos prazos de submissão de candidaturas relativamente ao Tempo entre a realização das ações de divulgação e o prazo para submissão das candidaturas (escala 1- Nada Adequados a 6 Totalmente adequados), por Região

	Açores		Madeira		Total	
	Média	N	Média	N	Média	N
6.4 – Investimento na criação e no desenvolvimento de atividades não agrícolas	4,67	3			4,67	3
7.2 – Investimento em infraestruturas de pequena escala, incluindo energias renováveis e economia de energia	4,67	3			4,67	3
7.4 - Investimento em serviços básicos locais	4,67	3			4,67	3
7.5 - Investimentos em infraestruturas de lazer e turísticas e informações turísticas	4,67	3			4,67	3
7.6 – Investimentos associados ao património cultural e natural e ações de sensibilização ambiental	4,67	3			4,67	3
19.2.1- Atividades não agrícolas em zonas rurais			4,00	1	4,00	1
19.2.2- Serviços Básicos para a População Rural			4,00	1	4,00	1

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Rural Açores e Madeira) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 395. Adequação dos calendários de abertura dos avisos para operações integradas nos DLBC RURAL AÇORES E MADEIRA e dos prazos de submissão de candidaturas relativamente ao Tempo de duração do AAC (desde a abertura até ao encerramento)

	1 - Nada adequadas		2		3		4		5		6 – Totalmente adequadas		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
6.4 – Investimento na criação e no desenvolvimento de atividades não agrícolas							1	33,3	2	66,7			3	100,0
7.2 – Investimento em infraestruturas de pequena escala, incluindo energias renováveis e economia de energia							1	33,3	2	66,7			3	100,0
7.4 - Investimento em serviços básicos locais							1	33,3	2	66,7			3	100,0
7.5 - Investimentos em infraestruturas de lazer e turísticas e informações turísticas							1	33,3	2	66,7			3	100,0
7.6 – Investimentos associados ao património cultural e natural e ações de sensibilização ambiental							1	33,3	2	66,7			3	100,0
19.2.1- Atividades não agrícolas em zonas rurais							1	100,0					1	100,0
19.2.2- Serviços Básicos para a População Rural							1	100,0					1	100,0

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Rural Açores e Madeira) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 396. Média da Adequação dos calendários de abertura dos avisos para operações integradas nos DLBC RURAL AÇORES E MADEIRA e dos prazos de submissão de candidaturas relativamente ao Tempo de duração do AAC (desde a abertura até ao encerramento) (escala 1- Nada Adequados a 6 Totalmente adequados), por Região

	Açores		Madeira		Total	
	Média	N	Média	N	Média	N
6.4 – Investimento na criação e no desenvolvimento de atividades não agrícolas	4,67	3			4,67	3
7.2 – Investimento em infraestruturas de pequena escala, incluindo energias renováveis e economia de energia	4,67	3			4,67	3
7.4 - Investimento em serviços básicos locais	4,67	3			4,67	3
7.5 - Investimentos em infraestruturas de lazer e turísticas e informações turísticas	4,67	3			4,67	3
7.6 – Investimentos associados ao património cultural e natural e ações de sensibilização ambiental	4,67	3			4,67	3
19.2.1- Atividades não agrícolas em zonas rurais			4,00	1	4,00	1
19.2.2- Serviços Básicos para a População Rural			4,00	1	4,00	1

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Rural Açores e Madeira) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 397. Adequação dos calendários de abertura dos avisos para operações integradas nos DLBC RURAL AÇORES E MADEIRA e dos prazos de submissão de candidaturas relativamente ao Ritmo de lançamento dos concursos

	1 - Nada adequadas		2		3		4		5		6 – Totalmente adequadas		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
6.4 – Investimento na criação e no desenvolvimento de atividades não agrícolas							3	100,0					3	100,0
7.2 – Investimento em infraestruturas de pequena escala, incluindo energias renováveis e economia de energia							1	33,3	2	66,7			3	100,0
7.4 - Investimento em serviços básicos locais							3	100,0					3	100,0
7.5 - Investimentos em infraestruturas de lazer e turísticas e informações turísticas							1	33,3	2	66,7			3	100,0
7.6 – Investimentos associados ao património cultural e natural e ações de sensibilização ambiental							1	33,3	2	66,7			3	100,0
19.2.1- Atividades não agrícolas em zonas rurais							1	100,0					1	100,0
19.2.2- Serviços Básicos para a População Rural							1	100,0					1	100,0

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Rural Açores e Madeira) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

6.4 – Investimento na criação e no desenvolvimento de atividades não agrícolas - Ritmo de lançamento dos concursos

Quadro 398. Média da Adequação dos calendários de abertura dos avisos para operações integradas nos DLBC RURAL AÇORES E MADEIRA e dos prazos de submissão de candidaturas relativamente ao Ritmo de lançamento dos concursos (escala 1- Nada Adequados a 6 Totalmente adequados), por Região

	Açores		Madeira		Total	
	Média	N	Média	N	Média	N
6.4 – Investimento na criação e no desenvolvimento de atividades não agrícolas	3,00	3			3,00	3
7.2 – Investimento em infraestruturas de pequena escala, incluindo energias renováveis e economia de energia	4,67	3			4,67	3
7.4 - Investimento em serviços básicos locais	3,00	3			3,00	3
7.5 - Investimentos em infraestruturas de lazer e turísticas e informações turísticas	4,67	3			4,67	3

	Açores		Madeira		Total	
	Média	N	Média	N	Média	N
7.6 – Investimentos associados ao património cultural e natural e ações de sensibilização ambiental	4,67	3			4,67	3
19.2.1- Atividades não agrícolas em zonas rurais			4,00	1	4,00	1
19.2.2- Serviços Básicos para a População Rural			4,00	1	4,00	1

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Rural Açores e Madeira) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 399. Adequação dos calendários de abertura dos avisos para operações integradas nos DLBC RURAL AÇORES E MADEIRA e dos prazos de submissão de candidaturas relativamente ao Promoção de articulação entre os concursos/ projetos

	1 - Nada adequadas		2		3		4		5		6 – Totalmente adequadas		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
6.4 – Investimento na criação e no desenvolvimento de atividades não agrícolas							3	100,0					3	100,0
7.2 – Investimento em infraestruturas de pequena escala, incluindo energias renováveis e economia de energia							3	100,0					3	100,0
7.4 - Investimento em serviços básicos locais							3	100,0					3	100,0
7.5 - Investimentos em infraestruturas de lazer e turísticas e informações turísticas							3	100,0					3	100,0
7.6 – Investimentos associados ao património cultural e natural e ações de sensibilização ambiental							3	100,0					3	100,0
19.2.1- Atividades não agrícolas em zonas rurais									1	100,0			1	100,0
19.2.2- Serviços Básicos para a População Rural									1	100,0			1	100,0

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Rural Açores e Madeira) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 400. Média da Adequação dos calendários de abertura dos avisos para operações integradas nos DLBC RURAL AÇORES E MADEIRA e dos prazos de submissão de candidaturas relativamente ao Promoção de articulação entre os concursos/ projetos (escala 1- Nada Adequados a 6 Totalmente adequados), por Região

	Açores		Madeira		Total	
	Média	N	Média	N	Média	N
6.4 – Investimento na criação e no desenvolvimento de atividades não agrícolas	4,00	3			4,00	3
7.2 – Investimento em infraestruturas de pequena escala, incluindo energias renováveis e economia de energia	4,00	3			4,00	3
7.4 - Investimento em serviços básicos locais	4,00	3			4,00	3
7.5 - Investimentos em infraestruturas de lazer e turísticas e informações turísticas	4,00	3			4,00	3
7.6 – Investimentos associados ao património cultural e natural e ações de sensibilização ambiental	4,00	3			4,00	3
19.2.1- Atividades não agrícolas em zonas rurais			5,00	1	5,00	1
19.2.2- Serviços Básicos para a População Rural			5,00	1	5,00	1

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Rural Açores e Madeira) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 401. Considera que as TI/medidas com concurso lançado incluíram as tipologias de operação que mais adequadas relativamente aos Objetivos da EDL e DLBC

	1 - Nada adequadas		2		3		4		5		6 – Totalmente adequadas		N/A		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
6.4 – Investimento na criação e no desenvolvimento de atividades não agrícolas							2	66,7			1	33,3			3	100,0
7.2 – Investimento em infraestruturas de pequena escala, incluindo energias renováveis e economia de energia					2	66,7	1	33,3							3	100,0
7.4 - Investimento em serviços básicos locais							2	66,7			1	33,3			3	100,0
7.5 - Investimentos em infraestruturas de lazer e turísticas e informações turísticas							2	66,7	1	33,3					3	100,0
7.6 – Investimentos associados ao património cultural e natural e ações de sensibilização ambiental					1	33,3	1	33,3	1	33,3					3	100,0
19.2.1- Atividades não agrícolas em zonas rurais									1	50,0	1	50,0			2	100,0
19.2.2- Serviços Básicos para a População Rural									1	50,0	1	50,0			2	100,0

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Rural Açores e Madeira) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 402. Considera que as TI/medidas com concurso lançado incluíram as tipologias de operação que mais adequadas relativamente aos Objetivos da EDL e DLBC, por Região (Média)

	Açores		Madeira		Total	
	Média	N	Média	N	Média	N
6.4 – Investimento na criação e no desenvolvimento de atividades não agrícolas	4,67	3			4,67	3
7.2 – Investimento em infraestruturas de pequena escala, incluindo energias renováveis e economia de energia	3,33	3			3,33	3
7.4 - Investimento em serviços básicos locais	4,67	3			4,67	3
7.5 - Investimentos em infraestruturas de lazer e turísticas e informações turísticas	4,33	3			4,33	3
7.6 – Investimentos associados ao património cultural e natural e ações de sensibilização ambiental	4,00	3			4,00	3
19.2.1- Atividades não agrícolas em zonas rurais			5,50	2	5,50	2
19.2.2- Serviços Básicos para a População Rural			5,50	2	5,50	2

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Rural Açores e Madeira) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 403. Considera que as TI/medidas com concurso lançado incluíram as tipologias de operação que mais adequadas relativamente aos Indicadores de realização e resultados DLBC

	1 - Nada adequadas		2		3		4		5		6 – Totalmente adequadas		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
6.4 – Investimento na criação e no desenvolvimento de atividades não agrícolas					1	33,3	1	33,3	1	33,3			3	100,0
7.2 – Investimento em infraestruturas de pequena escala, incluindo energias renováveis e economia de energia			1	33,3			1	33,3	1	33,3			3	100,0
7.4 - Investimento em serviços básicos locais							2	66,7	1	33,3			3	100,0
7.5 - Investimentos em infraestruturas de lazer e turísticas e informações turísticas					1	33,3	1	33,3	1	33,3			3	100,0
7.6 – Investimentos associados ao património cultural e natural e ações de sensibilização ambiental			1	33,3			1	33,3	1	33,3			3	100,0
19.2.1- Atividades não agrícolas em zonas rurais									2	100,0			2	100,0
19.2.2- Serviços Básicos para a População Rural									2	100,0			2	100,0

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Rural Açores e Madeira) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 404. Considera que as TI/medidas com concurso lançado incluíram as tipologias de operação que mais adequadas relativamente aos Indicadores de realização e resultados DLBC (escala 1- Nada Adequados a 6 Totalmente adequados), por Região (Média)

	Açores		Madeira		Total	
	Média	N	Média	N	Média	N
6.4 – Investimento na criação e no desenvolvimento de atividades não agrícolas	4,00	3			4,00	3
7.2 – Investimento em infraestruturas de pequena escala, incluindo energias renováveis e economia de energia	3,67	3			3,67	3
7.4 - Investimento em serviços básicos locais	4,33	3			4,33	3
7.5 - Investimentos em infraestruturas de lazer e turísticas e informações turísticas	4,00	3			4,00	3
7.6 – Investimentos associados ao património cultural e natural e ações de sensibilização ambiental	3,67	3			3,67	3
19.2.1- Atividades não agrícolas em zonas rurais			5,00	2	5,00	2
19.2.2- Serviços Básicos para a População Rural			5,00	2	5,00	2

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Rural Açores e Madeira) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 405. Considera que as TI/medidas com concurso lançado incluíram as tipologias de operação que mais adequadas relativamente aos Público-alvo

	1 - Nada adequadas		2		3		4		5		6 – Totalmente adequadas		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
6.4 – Investimento na criação e no desenvolvimento de atividades não agrícolas							2	66,7			1	33,3	3	100,0
7.2 – Investimento em infraestruturas de pequena escala, incluindo energias renováveis e economia de energia			1	33,3	1	33,3	1	33,3					3	100,0
7.4 - Investimento em serviços básicos locais					1	33,3	2	66,7					3	100,0
7.5 - Investimentos em infraestruturas de lazer e turísticas e informações turísticas							2	66,7	1	33,3			3	100,0

	1 - Nada adequadas		2		3		4		5		6 – Totalmente adequadas		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
7.6 – Investimentos associados ao património cultural e natural e ações de sensibilização ambiental					1	33,3	2	66,7					3	100,0
19.2.1- Atividades não agrícolas em zonas rurais									1	50,0	1	50,0	2	100,0
19.2.2- Serviços Básicos para a População Rural									1	50,0	1	50,0	2	100,0

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Rural Açores e Madeira) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 406. Considera que as TI/medidas com concurso lançado incluíram as tipologias de operação que mais adequadas relativamente aos Indicadores de realização e resultados DLBC (escala 1- Nada Adequados a 6 Totalmente adequados), por Região (Média)

	Açores		Madeira		Total	
	Média	N	Média	N	Média	N
6.4 – Investimento na criação e no desenvolvimento de atividades não agrícolas	4,67	3			4,67	3
7.2 – Investimento em infraestruturas de pequena escala, incluindo energias renováveis e economia de energia	3,00	3			3,00	3
7.4 - Investimento em serviços básicos locais	3,67	3			3,67	3
7.5 - Investimentos em infraestruturas de lazer e turísticas e informações turísticas	4,33	3			4,33	3
7.6 – Investimentos associados ao património cultural e natural e ações de sensibilização ambiental	3,67	3			3,67	3
19.2.1- Atividades não agrícolas em zonas rurais			5,50	2	5,50	2
19.2.2- Serviços Básicos para a População Rural			5,50	2	5,50	2

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Rural Açores e Madeira) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 407. Considera que as TI/medidas com concurso lançado incluíram as tipologias de operação que mais adequadas relativamente às Necessidades do território

	1 - Nada adequadas		2		3		4		5		6 – Totalmente adequadas		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
6.4 – Investimento na criação e no desenvolvimento de atividades não agrícolas							2	66,7			1	33,3	3	100,0
7.2 – Investimento em infraestruturas de pequena escala, incluindo energias renováveis e economia de energia					1	33,3	2	66,7					3	100,0
7.4 - Investimento em serviços básicos locais					1	33,3	1	33,3	1	33,3			3	100,0
7.5 - Investimentos em infraestruturas de lazer e turísticas e informações turísticas							1	33,3	2	66,7			3	100,0
7.6 – Investimentos associados ao património cultural e natural e ações de sensibilização ambiental							3	100,0					3	100,0
19.2.1- Atividades não agrícolas em zonas rurais									2	100,0			2	100,0
19.2.2- Serviços Básicos para a População Rural									2	100,0			2	100,0

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Rural Açores e Madeira) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 408. Considera que as TI/medidas com concurso lançado incluíram as tipologias de operação que mais adequadas relativamente às Necessidades do território (escala 1- Nada Adequados a 6 Totalmente adequados), por Região (Média)

	Açores		Madeira		Total	
	Média	N	Média	N	Média	N
6.4 – Investimento na criação e no desenvolvimento de atividades não agrícolas	4,67	3			4,67	3
7.2 – Investimento em infraestruturas de pequena escala, incluindo energias renováveis e economia de energia	3,67	3			3,67	3
7.4 - Investimento em serviços básicos locais	4,00	3			4,00	3
7.5 - Investimentos em infraestruturas de lazer e turísticas e informações turísticas	4,67	3			4,67	3
7.6 – Investimentos associados ao património cultural e natural e ações de sensibilização ambiental	4,00	3			4,00	3
19.2.1- Atividades não agrícolas em zonas rurais			5,00	2	5,00	2
19.2.2- Serviços Básicos para a População Rural			5,00	2	5,00	2

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Rural Açores e Madeira) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 409. Adequação Procedimentos definidos para a análise e seleção das operações (checklist, manual de procedimentos, prazos) quanto ao processo de análise e seleção de operações

	1 - Nada adequadas		2		3		4		5		6 – Totalmente adequadas		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
6.4 – Investimento na criação e no desenvolvimento de atividades não agrícolas							2	66,7	1	33,3			3	100,0
7.2 – Investimento em infraestruturas de pequena escala, incluindo energias renováveis e economia de energia							3	100,0					3	100,0
7.4 - Investimento em serviços básicos locais							2	66,7	1	33,3			3	100,0
7.5 - Investimentos em infraestruturas de lazer e turísticas e informações turísticas							2	66,7	1	33,3			3	100,0
7.6 – Investimentos associados ao património cultural e natural e ações de sensibilização ambiental							2	66,7	1	33,3			3	100,0
19.2.1- Atividades não agrícolas em zonas rurais							1	50,0	1	50,0			2	100,0
19.2.2- Serviços Básicos para a População Rural							1	50,0	1	50,0			2	100,0

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Rural Açores e Madeira) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 410. Média da Adequação Procedimentos definidos para a análise e seleção das operações (checklist, manual de procedimentos, prazos) quanto ao processo de análise e seleção de operações (escala 1- Nada Adequados a 6 Totalmente adequados), por Região

	Açores		Madeira		Total	
	Média	N	Média	N	Média	N
6.4 – Investimento na criação e no desenvolvimento de atividades não agrícolas	4,33	3			4,33	3
7.2 – Investimento em infraestruturas de pequena escala, incluindo energias renováveis e economia de energia	4,00	3			4,00	3
7.4 - Investimento em serviços básicos locais	4,33	3			4,33	3
7.5 - Investimentos em infraestruturas de lazer e turísticas e informações turísticas	4,33	3			4,33	3
7.6 – Investimentos associados ao património cultural e natural e ações de sensibilização ambiental	4,33	3			4,33	3
19.2.1- Atividades não agrícolas em zonas rurais			4,50	2	4,50	2
19.2.2- Serviços Básicos para a População Rural			4,50	2	4,50	2

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Rural Açores e Madeira) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 411. Adequação Critérios de seleção quanto ao processo de análise e seleção de operações

	1 - Nada adequadas		2		3		4		5		6 – Totalmente adequadas		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
6.4 – Investimento na criação e no desenvolvimento de atividades não agrícolas							3	100,0					3	100,0
7.2 – Investimento em infraestruturas de pequena escala, incluindo energias renováveis e economia de energia							2	100,0					2	100,0
7.4 - Investimento em serviços básicos locais							2	100,0					2	100,0
7.5 - Investimentos em infraestruturas de lazer e turísticas e informações turísticas							2	100,0					2	100,0
7.6 – Investimentos associados ao património cultural e natural e ações de sensibilização ambiental							2	100,0					2	100,0
19.2.1- Atividades não agrícolas em zonas rurais					1	50,0			1	50,0			2	100,0
19.2.2- Serviços Básicos para a População Rural					1	50,0			1	50,0			2	100,0

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Rural Açores e Madeira) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 412. Média da Adequação Critérios de seleção quanto ao processo de análise e seleção de operações (escala 1- Nada Adequados a 6 Totalmente adequados), por Região

	Açores		Madeira		Total	
	Média	N	Média	N	Média	N
6.4 – Investimento na criação e no desenvolvimento de atividades não agrícolas	4,00	3			4,00	3
7.2 – Investimento em infraestruturas de pequena escala, incluindo energias renováveis e economia de energia	4,00	2			4,00	2
7.4 - Investimento em serviços básicos locais	4,00	2			4,00	2
7.5 - Investimentos em infraestruturas de lazer e turísticas e informações turísticas	4,00	2			4,00	2
7.6 – Investimentos associados ao património cultural e natural e ações de sensibilização ambiental	4,00	2			4,00	2
19.2.1- Atividades não agrícolas em zonas rurais			4,00	2	4,00	2

	Açores		Madeira		Total	
	Média	N	Média	N	Média	N
19.2.2- Serviços Básicos para a População Rural			4,00	2	4,00	2

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Rural Açores e Madeira) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 413. Adequação Metodologia de apuramento do mérito quanto ao processo de análise e seleção de operações

	1 - Nada adequadas		2		3		4		5		6 – Totalmente adequadas		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
6.4 – Investimento na criação e no desenvolvimento de atividades não agrícolas							2	100,0					2	100,0
7.2 – Investimento em infraestruturas de pequena escala, incluindo energias renováveis e economia de energia							3	100,0					3	100,0
7.4 - Investimento em serviços básicos locais							3	100,0					3	100,0
7.5 - Investimentos em infraestruturas de lazer e turísticas e informações turísticas							3	100,0					3	100,0
7.6 – Investimentos associados ao património cultural e natural e ações de sensibilização ambiental							3	100,0					3	100,0
19.2.1- Atividades não agrícolas em zonas rurais					1	50,0			1	50,0			2	100,0
19.2.2- Serviços Básicos para a População Rural					1	50,0			1	50,0			2	100,0

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Rural Açores e Madeira) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 414. Média da Metodologia de apuramento do mérito quanto ao processo de análise e seleção de operações (escala 1- Nada Adequados a 6 Totalmente adequados), por Região

	Açores		Madeira		Total	
	Média	N	Média	N	Média	N
6.4 – Investimento na criação e no desenvolvimento de atividades não agrícolas	4,00	2			4,00	2
7.2 – Investimento em infraestruturas de pequena escala, incluindo energias renováveis e economia de energia	4,00	3			4,00	3
7.4 - Investimento em serviços básicos locais	4,00	3			4,00	3
7.5 - Investimentos em infraestruturas de lazer e turísticas e informações turísticas	4,00	3			4,00	3
7.6 – Investimentos associados ao património cultural e natural e ações de sensibilização ambiental	4,00	3			4,00	3
19.2.1- Atividades não agrícolas em zonas rurais			4,00	2	4,00	2
19.2.2- Serviços Básicos para a População Rural			4,00	2	4,00	2

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Rural Açores e Madeira) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 415. Adequação Dimensão da equipa com funções de análise de candidaturas quanto ao processo de análise e seleção de operações

	1 - Nada adequadas		2		3		4		5		6 – Totalmente adequadas		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
6.4 – Investimento na criação e no desenvolvimento de atividades não agrícolas					1	33,3	2	66,7					3	100,0
7.2 – Investimento em infraestruturas de pequena escala, incluindo energias renováveis e economia de energia					1	33,3	2	66,7					3	100,0
7.4 - Investimento em serviços básicos locais							3	100,0					3	100,0
7.5 - Investimentos em infraestruturas de lazer e turísticas e informações turísticas					1	33,3	2	66,7					3	100,0
7.6 – Investimentos associados ao património cultural e natural e ações de sensibilização ambiental					1	33,3	2	66,7					3	100,0
19.2.1- Atividades não agrícolas em zonas rurais			1	50,0					1	50,0			2	100,0
19.2.2- Serviços Básicos para a População Rural			1	50,0					1	50,0			2	100,0

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Rural Açores e Madeira) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 416. Média da Dimensão da equipa com funções de análise de candidaturas quanto ao processo de análise e seleção de operações (escala 1- Nada Adequados a 6 Totalmente adequados), por Região

	Açores		Madeira		Total	
	Média	N	Média	N	Média	N
6.4 – Investimento na criação e no desenvolvimento de atividades não agrícolas	3,67	3			3,67	3
7.2 – Investimento em infraestruturas de pequena escala, incluindo energias renováveis e economia de energia	3,67	3			3,67	3
7.4 - Investimento em serviços básicos locais	4,00	3			4,00	3
7.5 - Investimentos em infraestruturas de lazer e turísticas e informações turísticas	3,67	3			3,67	3
7.6 – Investimentos associados ao património cultural e natural e ações de sensibilização ambiental	3,67	3			3,67	3
19.2.1- Atividades não agrícolas em zonas rurais			3,50	2	3,50	2
19.2.2- Serviços Básicos para a População Rural			3,50	2	3,50	2

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Rural Açores e Madeira) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 417. Adequação Periodicidade das reuniões do órgão de gestão quanto ao processo de análise e seleção de operações

	1 - Nada adequadas		2		3		4		5		6 – Totalmente adequadas		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
6.4 – Investimento na criação e no desenvolvimento de atividades não agrícolas					1	33,3			2	66,7			3	100,0
7.2 – Investimento em infraestruturas de pequena escala, incluindo energias renováveis e economia de energia					1	33,3			2	66,7			3	100,0
7.4 - Investimento em serviços básicos locais					1	33,3			2	66,7			3	100,0
7.5 - Investimentos em infraestruturas de lazer e turísticas e informações turísticas					1	33,3			2	66,7			3	100,0
7.6 – Investimentos associados ao património cultural e natural e ações de sensibilização ambiental					1	33,3			2	66,7			3	100,0
19.2.1- Atividades não agrícolas em zonas rurais							1	50,0			1	50,0	2	100,0
19.2.2- Serviços Básicos para a População Rural							1	50,0			1	50,0	2	100,0

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Rural Açores e Madeira) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 418. Média da Periodicidade das reuniões do órgão de gestão quanto ao processo de análise e seleção de operações (escala 1- Nada Adequados a 6 Totalmente adequados), por Região

	Açores		Madeira		Total	
	Média	N	Média	N	Média	N
6.4 – Investimento na criação e no desenvolvimento de atividades não agrícolas	4,33	3			4,33	3
7.2 – Investimento em infraestruturas de pequena escala, incluindo energias renováveis e economia de energia	4,33	3			4,33	3
7.4 - Investimento em serviços básicos locais	4,33	3			4,33	3
7.5 - Investimentos em infraestruturas de lazer e turísticas e informações turísticas	4,33	3			4,33	3
7.6 – Investimentos associados ao património cultural e natural e ações de sensibilização ambiental	4,33	3			4,33	3
19.2.1- Atividades não agrícolas em zonas rurais			5,00	2	5,00	2
19.2.2- Serviços Básicos para a População Rural			5,00	2	5,00	2

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Rural Açores e Madeira) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 419. Adequação Carga burocrática quanto ao processo de análise e seleção de operações

	1 - Nada adequadas		2		3		4		5		6 – Totalmente adequadas		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
6.4 – Investimento na criação e no desenvolvimento de atividades não agrícolas			1	33,3	1	33,3	1	33,3					3	100,0
7.2 – Investimento em infraestruturas de pequena escala, incluindo energias renováveis e economia de energia			2	66,7	1	33,3							3	100,0
7.4 - Investimento em serviços básicos locais			2	66,7	1	33,3							3	100,0
7.5 - Investimentos em infraestruturas de lazer e turísticas e informações turísticas			2	66,7	1	33,3							3	100,0
7.6 – Investimentos associados ao património cultural e natural e ações de sensibilização ambiental			2	66,7	1	33,3							3	100,0
19.2.1- Atividades não agrícolas em zonas rurais	1	50,0					1	50,0					2	100,0
19.2.2- Serviços Básicos para a População Rural	1	50,0					1	50,0					2	100,0

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Rural Açores e Madeira) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 420. Média da Carga burocrática quanto ao processo de análise e seleção de operações (escala 1- Nada Adequados a 6 Totalmente adequados), por Região

	Açores		Madeira		Total	
	Média	N	Média	N	Média	N
6.4 – Investimento na criação e no desenvolvimento de atividades não agrícolas	3,00	3			3,00	3
7.2 – Investimento em infraestruturas de pequena escala, incluindo energias renováveis e economia de energia	2,33	3			2,33	3
7.4 - Investimento em serviços básicos locais	2,33	3			2,33	3
7.5 - Investimentos em infraestruturas de lazer e turísticas e informações turísticas	2,33	3			2,33	3
7.6 – Investimentos associados ao património cultural e natural e ações de sensibilização ambiental	2,33	3			2,33	3
19.2.1- Atividades não agrícolas em zonas rurais			2,50	2	2,50	2
19.2.2- Serviços Básicos para a População Rural			2,50	2	2,50	2

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Rural Açores e Madeira) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 421. Adequação Interação com o SI FSE quanto ao processo de análise e seleção de operações

	1 - Nada adequadas		2		3		4		5		6 – Totalmente adequadas		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
6.4 – Investimento na criação e no desenvolvimento de atividades não agrícolas														
7.2 – Investimento em infraestruturas de pequena escala, incluindo energias renováveis e economia de energia														
7.4 - Investimento em serviços básicos locais														
7.5 - Investimentos em infraestruturas de lazer e turísticas e informações turísticas														
7.6 – Investimentos associados ao património cultural e natural e ações de sensibilização ambiental														
19.2.1- Atividades não agrícolas em zonas rurais					1	100,0							1	100,0
19.2.2- Serviços Básicos para a População Rural					1	100,0							1	100,0

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Rural Açores e Madeira) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 422. Média da Interação com o SI FSE quanto ao processo de análise e seleção de operações (escala 1- Nada Adequados a 6 Totalmente adequados), por Região

	Açores		Madeira		Total	
	Média	N	Média	N	Média	N
6.4 – Investimento na criação e no desenvolvimento de atividades não agrícolas						
7.2 – Investimento em infraestruturas de pequena escala, incluindo energias renováveis e economia de energia						
7.4 - Investimento em serviços básicos locais						
7.5 - Investimentos em infraestruturas de lazer e turísticas e informações turísticas						
7.6 – Investimentos associados ao património cultural e natural e ações de sensibilização ambiental						
19.2.1- Atividades não agrícolas em zonas rurais			3,00	1	3,00	1
19.2.2- Serviços Básicos para a População Rural			3,00	1	3,00	1

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Rural Açores e Madeira) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 423. Adequação Interação com o SI FEDER quanto ao processo de análise e seleção de operações

	1 - Nada adequadas		2		3		4		5		6 – Totalmente adequadas		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
6.4 – Investimento na criação e no desenvolvimento de atividades não agrícolas							1	100,0					1	100,0
7.2 – Investimento em infraestruturas de pequena escala, incluindo energias renováveis e economia de energia							1	100,0					1	100,0
7.4 - Investimento em serviços básicos locais							1	100,0					1	100,0
7.5 - Investimentos em infraestruturas de lazer e turísticas e informações turísticas							1	100,0					1	100,0
7.6 – Investimentos associados ao património cultural e natural e ações de sensibilização ambiental							1	100,0					1	100,0
19.2.1- Atividades não agrícolas em zonas rurais	1	100,0											1	100,0
19.2.2- Serviços Básicos para a População Rural	1	100,0											1	100,0

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Rural Açores e Madeira) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 424. Média da Interação com o SI FEDER quanto ao processo de análise e seleção de operações (escala 1- Nada Adequados a 6 Totalmente adequados), por Região

	Açores		Madeira		Total	
	Média	N	Média	N	Média	N
6.4 – Investimento na criação e no desenvolvimento de atividades não agrícolas	4,00	1			4,00	1
7.2 – Investimento em infraestruturas de pequena escala, incluindo energias renováveis e economia de energia	4,00	1			4,00	1
7.4 - Investimento em serviços básicos locais	4,00	1			4,00	1
7.5 - Investimentos em infraestruturas de lazer e turísticas e informações turísticas	4,00	1			4,00	1
7.6 – Investimentos associados ao património cultural e natural e ações de sensibilização ambiental	4,00	1			4,00	1
19.2.1- Atividades não agrícolas em zonas rurais			1,00	1	1,00	1
19.2.2- Serviços Básicos para a População Rural			1,00	1	1,00	1

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Rural Açores e Madeira) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 425. Adequação Interação com o SI PDR quanto ao processo de análise e seleção de operações

	1 - Nada adequadas		2		3		4		5		6 – Totalmente adequadas		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
6.4 – Investimento na criação e no desenvolvimento de atividades não agrícolas							1	100,0					1	100,0
7.2 – Investimento em infraestruturas de pequena escala, incluindo energias renováveis e economia de energia							1	100,0					1	100,0
7.4 - Investimento em serviços básicos locais							1	100,0					1	100,0
7.5 - Investimentos em infraestruturas de lazer e turísticas e informações turísticas							1	100,0					1	100,0
7.6 – Investimentos associados ao património cultural e natural e ações de sensibilização ambiental							1	100,0					1	100,0
19.2.1- Atividades não agrícolas em zonas rurais									1	100,0			1	100,0
19.2.2- Serviços Básicos para a População Rural									1	100,0			1	100,0

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Rural Açores e Madeira) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 426. Média da Interação com o SI PDR quanto ao processo de análise e seleção de operações (escala 1- Nada Adequados a 6 Totalmente adequados), por Região

	Açores		Madeira		Total	
	Média	N	Média	N	Média	N
6.4 – Investimento na criação e no desenvolvimento de atividades não agrícolas	4,00	1			4,00	1
7.2 – Investimento em infraestruturas de pequena escala, incluindo energias renováveis e economia de energia	4,00	1			4,00	1
7.4 - Investimento em serviços básicos locais	4,00	1			4,00	1
7.5 - Investimentos em infraestruturas de lazer e turísticas e informações turísticas	4,00	1			4,00	1
7.6 – Investimentos associados ao património cultural e natural e ações de sensibilização ambiental	4,00	1			4,00	1
19.2.1- Atividades não agrícolas em zonas rurais			5,00	1	5,00	1

	Açores		Madeira		Total	
	Média	N	Média	N	Média	N
19.2.2- Serviços Básicos para a População Rural			5,00	1	5,00	1

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Rural Açores e Madeira) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 427. Adequação Interação com o SI IFAP quanto ao processo de análise e seleção de operações

	1 - Nada adequadas		2		3		4		5		6 – Totalmente adequadas		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
6.4 – Investimento na criação e no desenvolvimento de atividades não agrícolas					1	33,3	2	66,7					3	100,0
7.2 – Investimento em infraestruturas de pequena escala, incluindo energias renováveis e economia de energia					1	33,3	2	66,7					3	100,0
7.4 - Investimento em serviços básicos locais					1	33,3	2	66,7					3	100,0
7.5 - Investimentos em infraestruturas de lazer e turísticas e informações turísticas					1	33,3	2	66,7					3	100,0
7.6 – Investimentos associados ao património cultural e natural e ações de sensibilização ambiental					1	33,3	2	66,7					3	100,0
19.2.1- Atividades não agrícolas em zonas rurais									2	100,0			2	100,0
19.2.2- Serviços Básicos para a População Rural									2	100,0			2	100,0

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Rural Açores e Madeira) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 428. Média da Interação com o SI IFAP quanto ao processo de análise e seleção de operações (escala 1- Nada Adequados a 6 Totalmente adequados), por Região

	Açores		Madeira		Total	
	Média	N	Média	N	Média	N
6.4 – Investimento na criação e no desenvolvimento de atividades não agrícolas	3,67	3			3,67	3
7.2 – Investimento em infraestruturas de pequena escala, incluindo energias renováveis e economia de energia	3,67	3			3,67	3
7.4 - Investimento em serviços básicos locais	3,67	3			3,67	3
7.5 - Investimentos em infraestruturas de lazer e turísticas e informações turísticas	3,67	3			3,67	3
7.6 – Investimentos associados ao património cultural e natural e ações de sensibilização ambiental	3,67	3			3,67	3
19.2.1- Atividades não agrícolas em zonas rurais			5,00	2	5,00	2
19.2.2- Serviços Básicos para a População Rural			5,00	2	5,00	2

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Rural Açores e Madeira) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 429. Adequação Interação com outros SI quanto ao processo de análise e seleção de operações

	1 - Nada adequadas		2		3		4		5		6 – Totalmente adequadas		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
6.4 – Investimento na criação e no desenvolvimento de atividades não agrícolas							1	100,0					1	100,0
7.2 – Investimento em infraestruturas de pequena escala, incluindo energias renováveis e economia de energia							1	100,0					1	100,0
7.4 - Investimento em serviços básicos locais							1	100,0					1	100,0
7.5 - Investimentos em infraestruturas de lazer e turísticas e informações turísticas							1	100,0					1	100,0
7.6 – Investimentos associados ao património cultural e natural e ações de sensibilização ambiental							1	100,0					1	100,0
19.2.1- Atividades não agrícolas em zonas rurais	2	100,0											2	100,0
19.2.2- Serviços Básicos para a População Rural	2	100,0											2	100,0

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Rural Açores e Madeira) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 430. Média da Interação com outros SI quanto ao processo de análise e seleção de operações (escala 1- Nada Adequados a 6 Totalmente adequados), por Região

	Açores		Madeira		Total	
	Média	N	Média	N	Média	N
6.4 – Investimento na criação e no desenvolvimento de atividades não agrícolas	4,00	1			4,00	1
7.2 – Investimento em infraestruturas de pequena escala, incluindo energias renováveis e economia de energia	4,00	1			4,00	1
7.4 - Investimento em serviços básicos locais	4,00	1			4,00	1
7.5 - Investimentos em infraestruturas de lazer e turísticas e informações turísticas	4,00	1			4,00	1

	Açores		Madeira		Total	
	Média	N	Média	N	Média	N
7.6 – Investimentos associados ao património cultural e natural e ações de sensibilização ambiental	4,00	1			4,00	1
19.2.1- Atividades não agrícolas em zonas rurais			1,00	2	1,00	2
19.2.2- Serviços Básicos para a População Rural			1,00	2	1,00	2

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Rural Açores e Madeira) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 431. Prazos de análise das candidaturas têm sido cumpridos?

	Açores		Madeira		Total	
	N	%	N	%	N	%
6.4 – Investimento na criação e no desenvolvimento de atividades não agrícolas						
Sim						
Não	4	100,0			4	100,0
Total	4	100,0			4	100,0
7.2 – Investimento em infraestruturas de pequena escala, incluindo energias renováveis e economia de energia						
Sim	1	25,0			1	25,0
Não	3	75,0			3	75,0
Total	4	100,0			4	100,0
7.4 - Investimento em serviços básicos locais						
Sim						
Não	4	100,0			4	100,0
Total	4	100,0			4	100,0
7.5 - Investimentos em infraestruturas de lazer e turísticas e informações turísticas						
Sim	1	25,0			1	25,0
Não	3	75,0			3	75,0
Total	4	100,0			4	100,0
7.6 – Investimentos associados ao património cultural e natural e ações de sensibilização ambiental						
Sim	1	25,0			1	25,0
Não	3	75,0			3	75,0
Total	4	100,0			4	100,0
19.2.1- Atividades não agrícolas em zonas rurais						
Sim						
Não			2	100,0	2	100,0
Total			2	100,0	2	100,0
19.2.2- Serviços Básicos para a População Rural						
Sim						
Não			2	100,0	2	100,0
Total			2	100,0	2	100,0

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Rural Açores e Madeira) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 432. Razões para o não cumprimento do prazo para análise de candidaturas, Açores

	Total (N=4)	
	N	% de casos
6.4 – Investimento na criação e no desenvolvimento de atividades não agrícolas		
Elevado nº de candidaturas	4	100,0%
Reduzida dimensão da equipa com funções de análise de candidaturas	2	50,0%
Necessidade de articulação entre OI e AG	3	75,0%
Complexidade dos procedimentos de verificação das condições de admissibilidade e análise de mérito das candidaturas	3	75,0%
Necessidade de obtenção de parecer obrigatório por parte de outras entidades	1	25,0%
Atrasos da AG no processo de análise e decisão		
Outras.	1	25,0%
7.2 – Investimento em infraestruturas de pequena escala, incluindo energias renováveis e economia de energia		
Elevado nº de candidaturas	2	50,0%
Reduzida dimensão da equipa com funções de análise de candidaturas	2	50,0%
Necessidade de articulação entre OI e AG	3	75,0%
Complexidade dos procedimentos de verificação das condições de admissibilidade e análise de mérito das candidaturas	1	25,0%
Necessidade de obtenção de parecer obrigatório por parte de outras entidades		
Atrasos da AG no processo de análise e decisão		
Outras.	1	25,0%
7.4 - Investimento em serviços básicos locais		
Elevado nº de candidaturas	4	100,0%
Reduzida dimensão da equipa com funções de análise de candidaturas	2	50,0%
Necessidade de articulação entre OI e AG	3	75,0%
Complexidade dos procedimentos de verificação das condições de admissibilidade e análise de mérito das candidaturas	1	25,0%
Necessidade de obtenção de parecer obrigatório por parte de outras entidades	1	25,0%
Atrasos da AG no processo de análise e decisão		
Outras.	1	25,0%
7.5 - Investimentos em infraestruturas de lazer e turísticas e informações turísticas		
Elevado nº de candidaturas	3	75,0%
Reduzida dimensão da equipa com funções de análise de candidaturas	2	50,0%
Necessidade de articulação entre OI e AG	3	75,0%
Complexidade dos procedimentos de verificação das condições de admissibilidade e análise de mérito das candidaturas	1	25,0%
Necessidade de obtenção de parecer obrigatório por parte de outras entidades	1	25,0%

	Total (N=4)	
	N	% de casos
Atrasos da AG no processo de análise e decisão		
Outras.	1	25,0%

	Total (N=4)	
	N	% de casos
7.6 – Investimentos associados ao património cultural e natural e ações de sensibilização ambiental		
Elevado nº de candidaturas	3	75,0%
Reduzida dimensão da equipa com funções de análise de candidaturas	2	50,0%
Necessidade de articulação entre OI e AG	3	75,0%
Complexidade dos procedimentos de verificação das condições de admissibilidade e análise de mérito das candidaturas	1	25,0%
Necessidade de obtenção de parecer obrigatório por parte de outras entidades		
Atrasos da AG no processo de análise e decisão		
Outras.	1	25,0%

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Rural Açores e Madeira) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 433. Razões para o não cumprimento do prazo para análise de candidaturas, Madeira

	Total (N=2)	
	N	% de casos
19.2.1- Atividades não agrícolas em zonas rurais		
Elevado nº de candidaturas	2	100,0%
Reduzida dimensão da equipa com funções de análise de candidaturas	1	50,0%
Necessidade de articulação entre OI e AG		
Complexidade dos procedimentos de verificação das condições de admissibilidade e análise de mérito das candidaturas	1	50,0%
Necessidade de obtenção de parecer obrigatório por parte de outras entidades	2	100,0%
Atrasos da AG no processo de análise e decisão		
Outras.	1	50,0%
19.2.2- Serviços Básicos para a População Rural		
Elevado nº de candidaturas	2	100,0%
Reduzida dimensão da equipa com funções de análise de candidaturas	1	50,0%
Necessidade de articulação entre OI e AG	2	100,0%
Complexidade dos procedimentos de verificação das condições de admissibilidade e análise de mérito das candidaturas		
Necessidade de obtenção de parecer obrigatório por parte de outras entidades		
Atrasos da AG no processo de análise e decisão		
Outras.	1	50,0%

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Rural Açores e Madeira) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 434. Outro. Qual?

	Açores	Madeira
candidaturas mal instruídas por parte dos beneficiários que obrigam a várias reanálises.	1	
Inexperiência e desconhecimento dos promotores relativamente aos procedimentos		1

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Rural Açores e Madeira) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 435. A composição do Órgão de Gestão foi alterada ao longo da implementação do DLBC Rural Açores e Madeira?

	Açores		Madeira		Total	
	N	%	N	%	N	%
Sim	1	25,0%			1	16,7
Não	3	75,0%	2	100,0%	5	83,3
Total	4	100,0%	2	100,0%	6	100,0

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Rural Açores e Madeira) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 436. Por que motivos?

	Açores	Madeira
ACORDO DOS PARCEIROS		1
Os membros do Órgão de Gestão têm mandato de 2 anos.	1	

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Rural Açores e Madeira) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 437. tipo de envolvimento do Órgão de Gestão análise e seleção de operações

	Açores (N=4)		Madeira (N=2)		Total (N=6)	
	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos
Reuniões presenciais/on-line	4	100,0%	2	100,0%	6	100,0%
Emissão de pareceres escritos			1	50,0%	1	16,7%
Outro	1	25,0%			1	16,7%

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Rural Açores e Madeira) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 438. Outro. Qual?

	Açores	Madeira
Consulta escrita, emissão de despachos	1	

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Rural Açores e Madeira) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 439. Adequação do modelo de envolvimento do Órgão de gestão no processo de análise e seleção de operações

1 – Nada Adequados		2		3		4		5		6 - Totalmente Adequados		Total	
N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
				1	16,7	3	50,0	2	33,3			6	100,0

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Rural Açores e Madeira) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 440. Adequação do modelo de envolvimento do Órgão de gestão no processo de análise e seleção de operações, por Região

Açores		Madeira		Total	
Média	N	Média	N	Média	N
4,25	4	4,00	2	4,17	6

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Rural Açores e Madeira) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 441. Tipos de mecanismos de monitorização e acompanhamento implementados

	Açores (N=4)		Madeira (N=2)		Total (N=6)	
	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos
Resposta a solicitações dos PO Financiadores	3	75,0%	1	50,0%	4	66,7%
Definição de indicadores de monitorização pelo GAL	3	75,0%	1	50,0%	4	66,7%
Elaboração de relatórios de monitorização periódicos	2	50,0%			2	33,3%
Realização de reuniões da Equipa técnica de balanço	4	100,0%	1	50,0%	5	83,3%
Realização de balanço com as AG	1	25,0%	2	100,0%	3	50,0%
Reuniões/contactos regulares com os beneficiários	4	100,0%	2	100,0%	6	100,0%
Outros						

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Rural Açores e Madeira) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 442. Adequação dos mecanismos de monitorização e acompanhamento implementados

	1 – Nada Adequados		2		3		4		5		6 - Totalmente Adequados		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Resposta a solicitações dos PO Financiadores			1	20,0			2	40,0	1	20,0	1	20,0	5	100,0
Definição de indicadores de monitorização pelo GAL					1	25,0	1	25,0	1	25,0	1	25,0	4	100,0
Elaboração de relatórios de monitorização periódicos	1	33,3					1	33,3			1	33,3	3	100,0
Realização de reuniões da Equipa técnica de balanço					1	20,0	1	20,0	2	40,0	1	20,0	5	100,0
Realização de balanço com as AG	1	25,0					1	25,0	2	50,0			4	100,0
Reuniões/contactos regulares com os beneficiários					1	16,7	1	16,7	3	50,0	1	16,7	6	100,0
Outros														

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Rural Açores e Madeira) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 443. Média da Adequação dos mecanismos de monitorização e acompanhamento implementados (escala 1- Nada Adequados a 6 Totalmente adequados), por Região

	Açores		Madeira		Total	
	Média	N	Média	N	Média	N
Resposta a solicitações dos PO Financiadores	4,25	4	4,00	1	4,20	5
Definição de indicadores de monitorização pelo GAL	4,33	3	5,00	1	4,50	4
Elaboração de relatórios de monitorização periódicos	3,67	3			3,67	3
Realização de reuniões da Equipa técnica de balanço	4,50	4	5,00	1	4,60	5
Realização de balanço com as AG	2,50	2	5,00	2	3,75	4
Reuniões/contactos regulares com os beneficiários	4,50	4	5,00	2	4,67	6
Outros						

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Rural Açores e Madeira) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 444. Entidades envolvidas na monitorização e acompanhamento da execução do DLBC Rural Açores e Madeira implementado

	Açores (N=4)		Madeira (N=2)		Total (N=6)	
	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos
Órgão de Gestão	4	100,0%	2	100,0%	6	100,0%
Parceiros do GAL	4	100,0%	2	100,0%	6	100,0%
Outros stakeholders.						

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Rural Açores e Madeira) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 445. como é realizada a avaliação do DLBC Rural Açores e Madeira

	Açores (N=4)		Madeira (N=2)		Total (N=6)	
	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos
Realiza avaliação contínua, com relatórios periódicos	1	25,0%			1	16,7%
Realizou avaliação Intercalar	4	100,0%	2	100,0%	6	100,0%
Pretende realizar avaliação final	3	75,0%	2	100,0%	5	83,3%

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Rural Açores e Madeira) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 446. Responsável pela Avaliação do DLBC Rural Açores e Madeira

	Açores		Madeira		Total	
	N	%	N	%	N	%
Recursos internos do GAL						
Avaliação externa	3	75,0%	1	50,0%	4	66,7
Recursos do GAL e peritos	1	25,0%	1	50,0%	2	33,3
Outro						
Total	4	100,0%	2	100,0%	6	100,0

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Rural Açores e Madeira) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 447. Constrangimentos verificados na monitorização e avaliação

	Açores (N=3)		Madeira (N=2)		Total (N=5)	
	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos
Diversidade e complexidade de intervenções	1	33,3%	1	50,0%	2	40,0%
Disponibilização de documentos de apoio, orientações pelos PO financiadores	2	66,7%	1	50,0%	3	60,0%
Dimensão da equipa técnica	3	100,0%	1	50,0%	4	80,0%
Competências da equipa técnica	1	33,3%	1	50,0%	2	40,0%
Ausência de orientações do PO financiadores	1	33,3%			1	20,0%
Dificuldade de obtenção de informação para medição dos indicadores definidos	1	33,3%	1	50,0%	2	40,0%
Indicadores constantes dos Avisos diferentes dos indicadores contratualizados						
Outros						

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Rural Açores e Madeira) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 448. Foram assegurados os mecanismos necessários para uma eventual necessidade de revisão e ajustamentos da EDL e DLBC Rural Açores e Madeira face a alterações de contexto e decorrentes dos exercícios de avaliação.

	Açores		Madeira		Total	
	N	%	N	%	N	%
Sim	3	75,0%	2	100,0%	5	83,3
Não, mas considero necessário a existência	1	25,0%			1	16,7
Não, mas não considero necessário a existência						
Total	4	100,0%	2	100,0%	6	100,0

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Rural Açores e Madeira) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 449. Indique se foi efetuada uma revisão e ajustamentos à EDL?

	Açores		Madeira		Total	
	N	%	N	%	N	%
Não						
Sim foi um exercício do GAL	4	100,0%	1	50,0%	5	83,3
Sim acompanhou os exercícios de reprogramação dos Programas Operacionais			1	50,0%	1	16,7
Total	4	100,0%	2	100,0%	6	100,0

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Rural Açores e Madeira) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 450. Principais alterações que resultaram dos processos de monitorização e avaliação e das revisões efetuadas

	Açores (N=4)		Madeira (N=2)		Total (N=6)	
	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos
Reprogramação financeira anual	3	75,0%	2	100,0%	5	83,3%
Distribuição da alocação financeira por TI/PI/medida	4	100,0%	1	50,0%	5	83,3%
Redefinição de metas	2	50,0%			2	33,3%
Reforço da equipa técnica			1	50,0%	1	16,7%
Maior acompanhamento às entidades beneficiárias	2	50,0%	1	50,0%	3	50,0%

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Rural Açores e Madeira) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 451. As alterações que resultaram da(s) revisão(ões) do DLBC Rural Açores e Madeira permitiram melhorias no seu desempenho físico e financeiro?

	Açores		Madeira		Total	
	N	%	N	%	N	%
Sim	4	100,0	2	100,0	6	100,0
Não						
Total	4	100,0	2	100,0	6	100,0

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Rural Açores e Madeira) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 452. Existe uma estratégia de comunicação da DLBC Rural Açores e Madeira ?

	Açores		Madeira		Total	
	N	%	N	%	N	%
Sim	3	75,0%			3	50,0

Não	1	25,0%	2	100,0%	3	50,0
Total	4	100,0%	2	100,0%	6	100,0

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Rural Açores e Madeira) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 453. Nº de Reuniões/encontros com parceiros promovidos

	Açores		Madeira		Total	
	N	%	N	%	N	%
10	1	50,0%			1	33,3
20			1	100,0%	1	33,3
50	1	50,0%			1	33,3
Total	2	100,0%	1	100,0%	3	100,0

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Rural Açores e Madeira) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 454. Nº Sessões de divulgação e sensibilização e esclarecimento

	Açores		Madeira		Total	
	N	%	N	%	N	%
5	1	50,0%			1	33,3
6	1	50,0%			1	33,3
245			1	100,0%	1	33,3
Total	2	100,0%	1	100,0%	3	100,0

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Rural Açores e Madeira) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 455. Nº Reuniões, seminários, workshops públicos

	Açores		Madeira		Total	
	N	%	N	%	N	%
3	1	100,0%			1	50,0
12			1	100,0%	1	50,0
Total	1	100,0%	1	100,0%	2	100,0

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Rural Açores e Madeira) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 456. Nº Produtos de comunicação do GAL/Entidade Gestora (newsletter, site)

	Açores		Madeira		Total	
	N	%	N	%	N	%
1	1	50,0%	1	100,0%	2	66,7
3	1	50,0%			1	33,3
Total	2	100,0%	1	100,0%	3	100,0

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Rural Açores e Madeira) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 457. Nº Produtos de comunicação do GAL/Entidade Gestora (páginas das redes sociais...)

	Açores		Madeira		Total	
	N	%	N	%	N	%
1	2	100,0%			2	66,7
8			1	100,0%	1	33,3
Total	2	100,0%	1	100,0%	3	100,0

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Rural Açores e Madeira) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 458. Nº Grupos de trabalho temáticos

	Açores		Madeira		Total	
	N	%	N	%	N	%
1			1	100,0%	1	100,0
Total			1	100,0%	1	100,0

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Rural Açores e Madeira) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 459. Nº Visitas a projetos de investimento,...

	Açores		Madeira		Total	
	N	%	N	%	N	%
50			1	100,0%	1	50,0
82	1	100,0%			1	50,0
Total	1	100,0%	1	100,0%	2	100,0

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Rural Açores e Madeira) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 460. Nº Feiras, festas temáticas; mostras de produtos locais

	Açores		Madeira		Total	
	N	%	N	%	N	%
3	1	100,0%			1	50,0
6			1	100,0%	1	50,0
Total	1	100,0%	1	100,0%	2	100,0

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Rural Açores e Madeira) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 461. Nº Participação em projetos de cooperação

	Açores		Madeira		Total	
	N	%	N	%	N	%
2	1	33,3%	1	100,0%	2	50,0

4	2	66,7%			2	50,0
Total	3	100,0%	1	100,0%	4	100,0

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Rural Açores e Madeira) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 462. Nº de participante em Reuniões/encontros com parceiros promovidos

	Açores		Madeira		Total	
	N	%	N	%	N	%
20	1	50,0%			1	33,3
50	1	50,0%			1	33,3
200			1	100,0%	1	33,3
Total	2	100,0%	1	100,0%	3	100,0

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Rural Açores e Madeira) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 463. Nº participante em Sessões de divulgação e sensibilização e esclarecimento

	Açores		Madeira		Total	
	N	%	N	%	N	%
18	1	50,0%			1	33,3
100	1	50,0%			1	33,3
410			1	100,0%	1	33,3
Total	2	100,0%	1	100,0%	3	100,0

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Rural Açores e Madeira) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 464. Nº participante em Reuniões, seminários, workshops públicos

	Açores		Madeira		Total	
	N	%	N	%	N	%
120			1	100,0	1	100,0
Total			1	100,0	1	100,0

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Rural Açores e Madeira) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 465. Nº participante em Produtos de comunicação do GAL/Entidade Gestora (newsletter, site)

	Açores		Madeira		Total	
	N	%	N	%	N	%
100000	1	100,0			1	100,0
Total	1	100,0			1	100,0

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Rural Açores e Madeira) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 466. Nº participante em Produtos de comunicação do GAL/Entidade Gestora (páginas das redes sociais...)

	Açores		Madeira		Total	
	N	%	N	%	N	%
100000	1	100,0			1	100,0
Total	1	100,0			1	100,0

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Rural Açores e Madeira) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 467. Nº participante em Grupos de trabalho temáticos

	Açores		Madeira		Total	
	N	%	N	%	N	%
20			1	100,0	1	100,0
Total			1	100,0	1	100,0

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Rural Açores e Madeira) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 468. Nº participante em Visitas a projetos de investimento,...

	Açores		Madeira		Total	
	N	%	N	%	N	%
50			1	100,0%	1	50,0
82	1	100,0%			1	50,0
Total	1	100,0%	1	100,0%	2	100,0

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Rural Açores e Madeira) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 469. Nº participante em Feiras, festas temáticas; mostras de produtos locais

	Açores		Madeira		Total	
	N	%	N	%	N	%
1200			1	100,0	1	100,0
Total			1	100,0	1	100,0

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Rural Açores e Madeira) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 470. Nº participante em Participação em projetos de cooperação

	Açores		Madeira		Total	
	N	%	N	%	N	%
26			1	100,0%	1	33,3
28	1	50,0%			1	33,3

30	1	50,0%			1	33,3
Total	2	100,0%	1	100,0%	3	100,0

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Rural Açores e Madeira) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 471. Balanço da adesão às ações de divulgação, informação, sensibilização e esclarecimentos realizadas junto dos potenciais beneficiários e da população

	1 – Fraca adesão		2		3		4		5		6 – Muita adesão		N/A		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%			N	%
Reuniões/encontros com parceiros promovidos							3	75,0	1	25,0					4	100,0
Sessões de divulgação e sensibilização e esclarecimento					1	25,0	2	50,0	1	25,0					4	100,0
Reuniões, seminários, workshops públicos							2	100,0							2	100,0
Produtos de comunicação do GAL/Entidade Gestora (newsletter, site)					1	25,0	2	50,0	1	25,0					4	100,0
Produtos de comunicação do GAL/Entidade Gestora (páginas das redes sociais ...)					1	25,0	2	50,0	1	25,0					4	100,0
Grupos de trabalho temáticos									1	50,0			1	50,0	2	100,0
Visitas a projetos de investimento,...							2	50,0	2	50,0					4	100,0
Feiras, festas temáticas; mostras de produtos locais							1	33,3	2	66,7					3	100,0
Participação em projetos de cooperação					1	25,0	2	50,0	1	25,0					4	100,0
Outra																

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Rural Açores e Madeira) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 472. Média do Balanço da adesão às ações de divulgação, informação, sensibilização e esclarecimentos realizadas junto dos potenciais beneficiários e da população (escala 1- – fraca adesão a 6 – muita adesão), por Região

	Açores		Madeira		Total	
	Média	N	Média	N	Média	N
Reuniões/encontros com parceiros promovidos	4,33	3	4,00	1	4,25	4
Sessões de divulgação e sensibilização e esclarecimento	4,33	3	3,00	1	4,00	4
Reuniões, seminários, workshops públicos	4,00	1	4,00	1	4,00	2
Produtos de comunicação do GAL/Entidade Gestora (newsletter, site)	4,33	3	3,00	1	4,00	4
Produtos de comunicação do GAL/Entidade Gestora (páginas das redes sociais ...)	4,33	3	3,00	1	4,00	4
Grupos de trabalho temáticos			5,00	1	5,00	1
Visitas a projetos de investimento,...	4,67	3	4,00	1	4,50	4
Feiras, festas temáticas; mostras de produtos locais	4,50	2	5,00	1	4,67	3
Participação em projetos de cooperação	4,33	3	3,00	1	4,00	4
Outra						

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Rural Açores e Madeira) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 473. Foram realizados processos de auscultação sobre o conhecimento que os potenciais beneficiários dos territórios têm da EDL/DLBC Rural Açores e Madeira ?

	Açores		Madeira		Total	
	N	%	N	%	N	%
Sim	3	75,0%			3	50,0
Não	1	25,0%	2	100,0%	3	50,0
Total	4	100,0%	2	100,0%	6	100,0

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Rural Açores e Madeira) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 474. Indique como foi feita essa auscultação (sondagem, inquérito presencial, inquérito nas redes sociais)

	Açores	Madeira
Inquéritos	3	

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Rural Açores e Madeira) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 475. Boas práticas na implementação do DLBC Rural Açores e Madeira nomeadamente nas seguintes dimensões:

	Açores (N=4)		Madeira (N=2)		Total (N=6)	
	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos
Modelo de funcionamento do GAL	4	100,0%	1	50,0%	5	83,3%
Modelo de gestão do DLBC	1	25,0%	1	50,0%	2	33,3%
Partilha de conhecimentos	2	50,0%	1	50,0%	3	50,0%
Sinergias entre projetos e sectores de atividade económica	2	50,0%	1	50,0%	3	50,0%
Cooperação entre beneficiários e stakeholders	3	75,0%			3	50,0%
Operações inovadoras para o território	1	25,0%	1	50,0%	2	33,3%
Outras						

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Rural Açores e Madeira) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

EFICÁCIA

Quadro 476. Adesão dos promotores a cada uma das tipologias de intervenção contempladas no DLBC face às expectativas iniciais

	1 – Muito Fraca		2		3		4		5		6 – Muito Forte		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
6.4 – Investimento na criação e no desenvolvimento de atividades não agrícolas					1	25,0	1	25,0	1	25,0	1	25,0	4	100,0
7.2 – Investimento em infraestruturas de pequena escala, incluindo energias renováveis e economia de energia	1	25,0			1	25,0	1	25,0	1	25,0			4	100,0
7.4 - Investimento em serviços básicos locais							1	25,0			3	75,0	4	100,0
7.5 - Investimentos em infraestruturas de lazer e turísticas e informações turísticas					1	25,0	2	50,0			1	25,0	4	100,0
7.6 – Investimentos associados ao património cultural e natural e ações de sensibilização ambiental					3	75,0			1	25,0			4	100,0
19.2.1- Atividades não agrícolas em zonas rurais									1	50,0	1	50,0	2	100,0
19.2.2- Serviços Básicos para a População Rural									2	100,0			2	100,0

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Rural Açores e Madeira) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 477. Média da Adesão dos promotores a cada uma das tipologias de intervenção contempladas no DLBC face às expectativas iniciais (escala 1- Muito fraca a 6 Muito forte), por Região

	Açores		Madeira		Total	
	Média	N	Média	N	Média	N
6.4 – Investimento na criação e no desenvolvimento de atividades não agrícolas	4,50	4			4,50	4
7.2 – Investimento em infraestruturas de pequena escala, incluindo energias renováveis e economia de energia	2,75	4			2,75	4
7.4 - Investimento em serviços básicos locais	5,50	4			5,50	4
7.5 - Investimentos em infraestruturas de lazer e turísticas e informações turísticas	4,25	4			4,25	4
7.6 – Investimentos associados ao património cultural e natural e ações de sensibilização ambiental	3,50	4			3,50	4
19.2.1- Atividades não agrícolas em zonas rurais			5,50	2	5,50	2
19.2.2- Serviços Básicos para a População Rural			5,00	2	5,00	2

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Rural Açores e Madeira) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 478. Fatores que considera terem condicionado uma maior adesão por parte dos promotores ao DLBC Rural Açores e Madeira

	Açores (N=4)		Madeira (N=2)		Total (N=6)	
	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos
Capacidade de incitativa do território	3	75,0%	2	100,0%	5	83,3%
Crise económica	1	25,0%			1	16,7%
Condições de elegibilidade dos promotores	2	50,0%	1	50,0%	3	50,0%
Condições de elegibilidade das operações	3	75,0%	2	100,0%	5	83,3%
Crítérios de seleção das operações	1	25,0%			1	16,7%
Outros			1	50,0%	1	16,7%

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Rural Açores e Madeira) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 479. Principais motivos de reprovação de candidaturas, Açores

	Total (N=4)	
	N	% de casos
6.4 – Investimento na criação e no desenvolvimento de atividades não agrícolas		
Falta de dotação financeira disponível		
Cumprimento de critérios de elegibilidade dos beneficiários		
Cumprimento dos critérios de elegibilidade dos projetos		
Falta de documentos necessários à instrução da candidatura		
Crítérios de seleção das operações		
Outros		
7.2 – Investimento em infraestruturas de pequena escala, incluindo energias renováveis e economia de energia		
Falta de dotação financeira disponível		
Cumprimento de critérios de elegibilidade dos beneficiários		
Cumprimento dos critérios de elegibilidade dos projetos		
Falta de documentos necessários à instrução da candidatura		

	Total (N=4)	
	N	% de casos
Critérios de seleção das operações		
Outros		
7.4 - Investimento em serviços básicos locais		
Falta de dotação financeira disponível		
Cumprimento de critérios de elegibilidade dos beneficiários		
Cumprimento dos critérios de elegibilidade dos projetos		
Falta de documentos necessários à instrução da candidatura		
Critérios de seleção das operações		
Outros		
7.5 - Investimentos em infraestruturas de lazer e turísticas e informações turísticas		
Falta de dotação financeira disponível		
Cumprimento de critérios de elegibilidade dos beneficiários		
Cumprimento dos critérios de elegibilidade dos projetos		
Falta de documentos necessários à instrução da candidatura		
Critérios de seleção das operações		
Outros		
	N	% de casos
7.6 – Investimentos associados ao património cultural e natural e ações de sensibilização ambiental		
Falta de dotação financeira disponível		
Cumprimento de critérios de elegibilidade dos beneficiários		
Cumprimento dos critérios de elegibilidade dos projetos		
Falta de documentos necessários à instrução da candidatura		
Critérios de seleção das operações		
Outros		

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Rural Açores e Madeira) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 480. Principais motivos de reprovação de candidaturas, Madeira

	Total (N=2)	
	N	% de casos
19.2.1- Atividades não agrícolas em zonas rurais		
Falta de dotação financeira disponível		
Cumprimento de critérios de elegibilidade dos beneficiários		
Cumprimento dos critérios de elegibilidade dos projetos		
Falta de documentos necessários à instrução da candidatura		
Critérios de seleção das operações		
Outros		
19.2.2- Serviços Básicos para a População Rural		
Falta de dotação financeira disponível		
Cumprimento de critérios de elegibilidade dos beneficiários		
Cumprimento dos critérios de elegibilidade dos projetos		
Falta de documentos necessários à instrução da candidatura		
Critérios de seleção das operações		
Outros		

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Rural Açores e Madeira) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 481. Outro. Qual?

	Norte	Centro	Lisboa	Algarve	Açores

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Rural Açores e Madeira) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 482. Estrangulamentos que existiram ao bom funcionamento das tipologias de operação contratualizadas, por Prioridade de investimento/tipologia de intervenção, Açores

	Total (N=4)	
	N	% de casos
6.4 – Investimento na criação e no desenvolvimento de atividades não agrícolas		
Condições de elegibilidade das operações		
Tipo de despesas elegíveis		
Taxa de incentivo		
Contexto socioeconómico		
7.2 – Investimento em infraestruturas de pequena escala, incluindo energias renováveis e economia de energia		
Condições de elegibilidade das operações		
Tipo de despesas elegíveis		
Taxa de incentivo		
Contexto socioeconómico		
7.4 - Investimento em serviços básicos locais		
Condições de elegibilidade das operações		
Tipo de despesas elegíveis		

	Total (N=4)	
	N	% de casos
Taxa de incentivo		
Contexto socioeconómico		
7.5 - Investimentos em infraestruturas de lazer e turísticas e informações turísticas		
Condições de elegibilidade das operações		
Tipo de despesas elegíveis		
Taxa de incentivo		
Contexto socioeconómico		
7.6 – Investimentos associados ao património cultural e natural e ações de sensibilização ambiental		
Condições de elegibilidade das operações		
Tipo de despesas elegíveis		
Taxa de incentivo		
Contexto socioeconómico		

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Rural Açores e Madeira) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 483. Estrangulamentos que existiram ao bom funcionamento das tipologias de operação contratualizadas, por Prioridade de investimento/tipologia de intervenção, Madeira

	Total (N=2)	
	N	% de casos
19.2.1- Atividades não agrícolas em zonas rurais		
Falta de dotação financeira disponível		
Cumprimento de critérios de elegibilidade dos beneficiários		
Cumprimento dos critérios de elegibilidade dos projetos		
Falta de documentos necessários à instrução da candidatura		
Crítérios de seleção das operações		
Outros		
19.2.2- Serviços Básicos para a População Rural		
Falta de dotação financeira disponível		
Cumprimento de critérios de elegibilidade dos beneficiários		
Cumprimento dos critérios de elegibilidade dos projetos		
Falta de documentos necessários à instrução da candidatura		
Crítérios de seleção das operações		
Outros		

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Rural Açores e Madeira) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 484. Fatores com maior influência no cumprimento dos tempos de execução das operações, Açores

	Total (N=4)	
	N	% de casos
6.4 – Investimento na criação e no desenvolvimento de atividades não agrícolas		
Dificuldades de liquidez e obtenção de financiamento para cobrir os custos não comparticipados		
Estado de maturação do projeto apresentado em candidatura		
Bloqueamentos institucionais ou administrativos (p.e., licenças)		
Prazo de resposta a pedidos de esclarecimento, de alteração, ...		
Problemas de gestão do projeto de ordem técnica (complexidade do projeto, exigências das normas técnicas, ...)		
Atrasos no pagamento de pedidos de reembolso		
7.2 – Investimento em infraestruturas de pequena escala, incluindo energias renováveis e economia de energia		
Dificuldades de liquidez e obtenção de financiamento para cobrir os custos não comparticipados		
Estado de maturação do projeto apresentado em candidatura		
Bloqueamentos institucionais ou administrativos (p.e., licenças)		
Prazo de resposta a pedidos de esclarecimento, de alteração, ...		
Problemas de gestão do projeto de ordem técnica (complexidade do projeto, exigências das normas técnicas, ...)		
Atrasos no pagamento de pedidos de reembolso		
7.4 - Investimento em serviços básicos locais		
Dificuldades de liquidez e obtenção de financiamento para cobrir os custos não comparticipados		
Estado de maturação do projeto apresentado em candidatura		
Bloqueamentos institucionais ou administrativos (p.e., licenças)		
Prazo de resposta a pedidos de esclarecimento, de alteração, ...		
Problemas de gestão do projeto de ordem técnica (complexidade do projeto, exigências das normas técnicas, ...)		
Atrasos no pagamento de pedidos de reembolso		
7.5 - Investimentos em infraestruturas de lazer e turísticas e informações turísticas		
Dificuldades de liquidez e obtenção de financiamento para cobrir os custos não comparticipados		
Estado de maturação do projeto apresentado em candidatura		
Bloqueamentos institucionais ou administrativos (p.e., licenças)		
Prazo de resposta a pedidos de esclarecimento, de alteração, ...		
Problemas de gestão do projeto de ordem técnica (complexidade do projeto, exigências das normas técnicas, ...)		
Atrasos no pagamento de pedidos de reembolso		
7.6 – Investimentos associados ao património cultural e natural e ações de sensibilização ambiental		

	Total (N=4)	
	N	% de casos
Dificuldades de liquidez e obtenção de financiamento para cobrir os custos não comparticipados		
Estado de maturação do projeto apresentado em candidatura		
Bloqueamentos institucionais ou administrativos (p.e., licenças)		
Prazo de resposta a pedidos de esclarecimento, de alteração, ...		
Problemas de gestão do projeto de ordem técnica (complexidade do projeto, exigências das normas técnicas, ...)		
Atrasos no pagamento de pedidos de reembolso		

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Rural Açores e Madeira) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 485. Fatores com maior influência no cumprimento dos tempos de execução das operações, Madeira

	Total (N=2)	
	N	% de casos
19.2.1- Atividades não agrícolas em zonas rurais		
Falta de dotação financeira disponível		
Cumprimento de critérios de elegibilidade dos beneficiários		
Cumprimento dos critérios de elegibilidade dos projetos		
Falta de documentos necessários à instrução da candidatura		
Crítérios de seleção das operações		
Outros		
19.2.2- Serviços Básicos para a População Rural		
Falta de dotação financeira disponível		
Cumprimento de critérios de elegibilidade dos beneficiários		
Cumprimento dos critérios de elegibilidade dos projetos		
Falta de documentos necessários à instrução da candidatura		
Crítérios de seleção das operações		
Outros		

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Rural Açores e Madeira) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 486. Outros fatores. Quais?

	Açores	Madeira

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Rural Açores e Madeira) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 487. fatores explicativos dos desvios registados relativamente à capacidade de cumprimento das metas previstas para 2018, por região

	Açores (N=4)		Madeira (N=2)		Total (N=6)	
	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos
Atrasos da regulamentação de operacionalização das PI/TI			2	100,0%	2	33,3%
Fracá adesão dos beneficiários	1	25,0%			1	16,7%
Dificuldades de execução por parte dos beneficiários	4	100,0%			4	66,7%
Outros						

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Rural Açores e Madeira) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 488. Capacidade para o GAL vir a cumprir as metas globais definidas no DLBC por PI

	1 – Nada provável		2		3		4		5		6 – Muito provável		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
6.4 – Investimento na criação e no desenvolvimento de atividades não agrícolas					2	50,0			1	25,0	1	25,0	4	100,0
7.2 – Investimento em infraestruturas de pequena escala, incluindo energias renováveis e economia de energia					2	50,0	1	25,0	1	25,0			4	100,0
7.4 - Investimento em serviços básicos locais					1	25,0			1	25,0	2	50,0	4	100,0
7.5 - Investimentos em infraestruturas de lazer e turísticas e informações turísticas					1	25,0	1	25,0	1	25,0	1	25,0	4	100,0
7.6 – Investimentos associados ao património cultural e natural e ações de sensibilização ambiental					2	50,0			1	25,0	1	25,0	4	100,0
19.2.1- Atividades não agrícolas em zonas rurais									1	50,0	1	50,0	2	100,0
19.2.2- Serviços Básicos para a População Rural									1	50,0	1	50,0	2	100,0

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Rural Açores e Madeira) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 489. Média da Capacidade para o GAL vir a cumprir as metas globais definidas no DLBC por PI (1 Nada provável; 6 – muito provável), por Região

	Açores		Madeira		Total	
	Média	N	Média	N	Média	N
6.4 – Investimento na criação e no desenvolvimento de atividades não agrícolas	4,25	4			4,25	4
7.2 – Investimento em infraestruturas de pequena escala, incluindo energias renováveis e economia de energia	3,75	4			3,75	4
7.4 - Investimento em serviços básicos locais	5,00	4			5,00	4

	Açores		Madeira		Total	
	Média	N	Média	N	Média	N
7.5 - Investimentos em infraestruturas de lazer e turísticas e informações turísticas	4,50	4			4,50	4
7.6 – Investimentos associados ao património cultural e natural e ações de sensibilização ambiental	4,25	4			4,25	4
19.2.1- Atividades não agrícolas em zonas rurais			5,50	2	5,50	2
19.2.2- Serviços Básicos para a População Rural			5,50	2	5,50	2

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Rural Açores e Madeira) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 490. Indique se existiu o cumprimento dos critérios de atribuição da reserva de eficiência?

	Açores		Madeira		Total	
	N	%	N	%	N	%
Sim	4	100,0%			4	80,0
Não			1	100,0%	1	20,0
Total	4	100,0%	1	100,0%	5	100,0

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Rural Açores e Madeira) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 491. Contributo do DLBC Rural Açores e Madeira para as seguintes dimensões

	1 – Nada provável		2		3		4		5		6 – Muito provável		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Valorização do capital social e humano dos territórios							3	50,0	3	50,0			6	100,0
Promoção da proximidade com a comunidade local (pessoas, empresas, organizações)					3	50,0	1	16,7	2	33,3			6	100,0
Maior conhecimento das necessidades e potencialidades do território					1	16,7	1	16,7	2	33,3	2	33,3	6	100,0
Estímulo ao trabalho em rede entre os atores do desenvolvimento do território					3	50,0	1	16,7	2	33,3			6	100,0
Densidade e qualidade das interações entre os parceiros (p.e., no âmbito da análise, da discussão e das tomadas de decisão sobre a estratégia atual e futura)					2	33,3	4	66,7					6	100,0
Densidade e qualidade das interações entre as entidades institucionais no sentido do desenvolvimento do território (p.e., novas oportunidades de interação, atitude proactiva, aprendizagem coletiva)			1	16,7	2	33,3	3	50,0					6	100,0
Confiança mútua (entre parceiros, entre ETL e parceiros, entre beneficiários/potenciais beneficiários e GAL, entre GAL e RRN, OP, Ags, ...)					2	33,3	1	16,7	2	33,3	1	16,7	6	100,0
Envolvimento da geração mais jovem e outros grupos específicos relevantes e a incorporação das suas perspetivas de futuro relativamente ao território onde vivem			2	33,3	2	33,3	1	16,7	1	16,7			6	100,0
Coesão territorial (novas ligações em rede, melhor aproveitamento dos recursos locais, desenvolvimento endógeno)					4	66,7	1	16,7			1	16,7	6	100,0
Reforço da governança local					2	33,3	2	33,3	1	16,7	1	16,7	6	100,0
Participação dos atores locais na definição do processo de desenvolvimento local					3	50,0	1	16,7	1	16,7	1	16,7	6	100,0
Desenvolvimento de práticas inovadoras de governação					4	66,7	2	33,3					6	100,0
Coordenação entre os diferentes níveis de governação (qualidade das interações/comunicação entre as entidades competentes)					4	66,7	2	33,3					6	100,0
Trabalho em rede/colaboração no território			1	16,7	3	50,0	2	33,3					6	100,0
Capacidade de criação de sinergias entre parceiros e envolvimento em torno de objetivos/interesses comuns			1	16,7	2	33,3	3	50,0					6	100,0
Capacidade de interagir/discutir e negociar nos vários níveis do sistema de governação			1	16,7	4	66,7	1	16,7					6	100,0
Capacidade para gerir vários fundos					2	50,0					2	50,0	4	100,0
Relevância do GAL enquanto promotor do desenvolvimento do território					1	16,7	1	16,7	3	50,0	1	16,7	6	100,0
Cooperação com outros territórios					1	16,7	4	66,7			1	16,7	6	100,0
Mobilização da comunidade local comunidade local					2	40,0	2	40,0			1	20,0	5	100,0
Melhoria do sistema de governança (p.e., coordenação entre os níveis de governação local e regional)					4	66,7	1	16,7	1	16,7			6	100,0
Confiança mútua entre a ETL e os parceiros; entre a ETL e os beneficiários e potenciais beneficiários; e entre os parceiros					1	16,7	2	33,3	1	16,7	2	33,3	6	100,0
Potenciar os resultados e impactos decorrentes das intervenções apoiadas no âmbito da EDL					1	16,7	3	50,0	1	16,7	1	16,7	6	100,0
Acompanhamento /proximidade com as entidades beneficiárias e potenciais promotores					1	16,7	1	16,7	3	50,0	1	16,7	6	100,0
Estímulo ao investimento/ Identificação de oportunidades de investimento					2	33,3	1	16,7	3	50,0			6	100,0
Inovação dos projetos apoiados			1	16,7	1	16,7	3	50,0	1	16,7			6	100,0
Qualidade dos projetos apoiados					2	33,3	2	33,3	2	33,3			6	100,0
Sustentabilidade dos projetos apoiados							5	83,3	1	16,7			6	100,0
Alargamento da tipologia de potenciais beneficiários			1	16,7	2	33,3	1	16,7	2	33,3			6	100,0
Capacidade dos projetos apoiados gerarem efeitos multiplicadores					1	16,7	3	50,0	1	16,7	1	16,7	6	100,0
Alavancagem financeira dos projetos apoiados					2	33,3	1	16,7	3	50,0			6	100,0
Divulgação dos produtos/serviços criados pelos projetos apoiados							4	66,7	1	16,7	1	16,7	6	100,0
Disseminação de conhecimentos, conhecer novas experiências e boas práticas					3	50,0	2	33,3			1	16,7	6	100,0

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Rural Açores e Madeira) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 492. Média do Contributo do DLBC Rural Açores e Madeira para as seguintes dimensões (1 - sem contributo a 6 - contributo elevado), por Região

	Açores		Madeira		Total	
	Média	N	Média	N	Média	N
Valorização do capital social e humano dos territórios	4,25	4	5,00	2	4,50	6
Promoção da proximidade com a comunidade local (pessoas, empresas, organizações)	4,50	4	5,50	2	4,83	6
Maior conhecimento das necessidades e potencialidades do território	4,50	4	5,50	2	4,83	6
Estímulo ao trabalho em rede entre os atores do desenvolvimento do território	3,50	4	4,50	2	3,83	6
Densidade e qualidade das interações entre os parceiros (p.e., no âmbito da análise, da discussão e das tomadas de decisão sobre a estratégia atual e futura)	3,50	4	4,00	2	3,67	6
Densidade e qualidade das interações entre as entidades institucionais no sentido do desenvolvimento do território (p.e., novas oportunidades de interação, atitude proactiva, aprendizagem coletiva)	3,00	4	4,00	2	3,33	6
Confiança mútua (entre parceiros, entre ETL e parceiros, entre beneficiários/potenciais beneficiários e GAL, entre GAL e RRN, OP, Afs, ...)	4,00	4	5,00	2	4,33	6
Envolvimento da geração mais jovem e outros grupos específicos relevantes e a incorporação das suas perspetivas de futuro relativamente ao território onde vivem	2,50	4	4,50	2	3,17	6
Coesão territorial (novas ligações em rede, melhor aproveitamento dos recursos locais, desenvolvimento endógeno)	3,75	4	3,50	2	3,67	6
Reforço da governança local	4,00	4	4,50	2	4,17	6
Participação dos atores locais na definição do processo de desenvolvimento local	4,00	4	4,00	2	4,00	6
Desenvolvimento de práticas inovadoras de governação	3,25	4	3,50	2	3,33	6
Coordenação entre os diferentes níveis de governação (qualidade das interações/comunicação entre as entidades competentes)	3,25	4	3,50	2	3,33	6
Trabalho em rede/colaboração no território	3,00	4	3,50	2	3,17	6
Capacidade de criação de sinergias entre parceiros e envolvimento em torno de objetivos/interesses comuns	3,00	4	4,00	2	3,33	6
Capacidade de interagir/discutir e negociar nos vários níveis do sistema de governação	2,75	4	3,50	2	3,00	6
Capacidade para gerir vários fundos	5,00	3	3,00	1	4,50	4
Relevância do GAL enquanto promotor do desenvolvimento do território	4,50	4	5,00	2	4,67	6
Cooperação com outros territórios	4,25	4	4,00	2	4,17	6
Mobilização da comunidade local comunidade local	4,00	3	4,00	2	4,00	5
Melhoraria do sistema de governança (p.e., coordenação entre os níveis de governação local e regional)	3,25	4	4,00	2	3,50	6
Confiança mútua entre a ETL e os parceiros; entre a ETL e os beneficiários e potenciais beneficiários; e entre os parceiros	4,75	4	4,50	2	4,67	6
Potenciar os resultados e impactos decorrentes das intervenções apoiadas no âmbito da EDL	4,25	4	4,50	2	4,33	6
Acompanhamento /proximidade com as entidades beneficiárias e potenciais promotores	4,50	4	5,00	2	4,67	6
Estímulo ao investimento/ Identificação de oportunidades de investimento	3,75	4	5,00	2	4,17	6
Inovação dos projetos apoiados	3,50	4	4,00	2	3,67	6
Qualidade dos projetos apoiados	3,50	4	5,00	2	4,00	6
Sustentabilidade dos projetos apoiados	4,00	4	4,50	2	4,17	6
Alargamento da tipologia de potenciais beneficiários	3,25	4	4,50	2	3,67	6
Capacidade dos projetos apoiados gerarem efeitos multiplicadores	4,25	4	4,50	2	4,33	6
Alavancagem financeira dos projetos apoiados	3,75	4	5,00	2	4,17	6
Divulgação dos produtos/serviços criados pelos projetos apoiados	4,50	4	4,50	2	4,50	6
Disseminação de conhecimentos, conhecer novas experiências e boas práticas	3,75	4	4,00	2	3,83	6

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Rural Açores e Madeira) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 493. Na fase de implementação existiu uma preocupação do GAL em articular o DLBC com outros instrumentos de financiamento do PT2020 ou de outras fontes de financiamento?

	Açores		Madeira		Total	
	N	%	N	%	N	%
Não	2	50,0%	1	50,0%	3	50,0
Sim, exclusivamente do PT2020			1	50,0%	1	16,7
Sim, do PT2020 e de outras fontes de financiamento	2	50,0%			2	33,3
Total	4	100,0%	2	100,0%	6	100,0

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Rural Açores e Madeira) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 494. Considera que as fontes de financiamento mobilizadas foram as mais adequadas?

	Açores		Madeira		Total	
	N	%	N	%	N	%
Sim	1	50,0%	2	100,0%	3	75,0
Não	1	50,0%			1	25,0
Total	2	100,0%	2	100,0%	4	100,0

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Rural Açores e Madeira) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 495. Como foi efetuada essa articulação?

	Açores		Madeira		Total	
	N	%	N	%	N	%

A priori: com a conceção de projetos, com ações com execução atribuída a fontes de financiamento diversificadas, assumindo uma lógica de complementaridade de investimentos	2	100,0%	1	100,0%	3	100,0%
A posteriori: com a busca de fontes de financiamento para projetos não abrangidos pelos financiamentos atribuídos no âmbito do PDCT, assumindo uma lógica de compensação						
Total	2	100,0%	1	100,0%	3	100,0%

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Rural Açores e Madeira) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 496. Outro. Qual?

	Açores	Madeira
O formulário é extenso e algumas questões são de difícil enquadramento no que diz respeito à implementação do DLBC na RAA	1	

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Rural Açores e Madeira) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Apuramentos Guião de Questões Fechadas para DLBC Costeiro

COERÊNCIA

Quadro 497. Adequabilidade das prioridades de investimento/domínios de intervenção que foram disponibilizadas para os DLBC COSTEIRO

	1 - Nada ajustadas		2		3		4		5		6 - Muito ajustadas		N/A		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
1- Inovação em espaço marítimo (FEAMP)							5	41,7	3	25,0	4	33,3	1	8,3	12	100,0
2. Qualificação escolar e profissional (FEAMP)			5	41,7			1	8,3	4	33,3	1	8,3				
3. Promoção de Planos de Mar (FEAMP)	2	16,7	1	8,3	2	16,7	1	8,3	1	8,3	2	16,7	3	25,0	12	100,0
4. Reforço da competitividade da pesca (FEAMP)	1	8,3			4	33,3	1	8,3	1	8,3	5	41,7			12	100,0
5 Desenvolvimento de turismo em espaço aquático (FEAMP)							1	8,3	5	41,7	6	50,0			12	100,0
6. Promoção dos produtos locais e da sua qualidade (FEAMP)					1	8,3	4	33,3	3	25,0	4	33,3			12	100,0
7. Circuitos curtos de bens alimentares e mercados locais (FEAMP)					1	8,3	4	33,3	4	33,3	3	25,0			12	100,0
8. Preservação, conservação e valorização dos elementos patrimoniais, recursos naturais e paisagísticos (FEAMP)					1	8,3	2	16,7	2	16,7	7	58,3			12	100,0
8.8/8a. Apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas e à atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas e microempresas (FEDER)					2	18,2			4	36,4	2	18,2	3	27,3	11	100,0
6.3/6c. Conservação, proteção, promoção e desenvolvimento do património natural e cultural (FEDER)							1	10,0	3	30,0	2	20,0	4	40,0	10	100,0
8.3/8iii. Emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras (FSE)									5	50,0	2	20,0	3	30,0	10	100,0
9.1/9i. Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e a melhoria da empregabilidade (FSE)							1	9,1	3	27,3	2	18,2	5	45,5	11	100,0

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Costeiro) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 498. Média da Adequabilidade das prioridades de investimento/domínios de intervenção que foram disponibilizadas para os DLBC COSTEIRO, por região (Escala de 1 – nada adequado a 6- muito adequado)

	Norte			Centro			Lisboa			Algarve			Açores			Total		
	Média	N	Desvio padrão	Média	N	Desvio padrão	Média	N	Desvio padrão	Média	N	Desvio padrão	Média	N	Desvio padrão	Média	N	Desvio padrão
1- Inovação em espaço marítimo (FEAMP)	4,00	2	0,000	5,33	3	1,155	5,00	2	1,414	5,50	2	,707	4,67	3	,577	4,92	12	,900
2. Qualificação escolar e profissional (FEAMP)	2,00	1		4,67	3	,577	2,00	2	0,000	5,50	2	,707	3,00	3	1,732	3,64	11	1,629
3. Promoção de Planos de Mar (FEAMP)	4,50	2	2,121	3,67	3	2,517	1,50	2	,707	4,00	2	1,414				3,44	9	1,944
4. Reforço da competitividade da pesca (FEAMP)	4,50	2	2,121	5,33	3	1,155	4,50	2	2,121	5,50	2	,707	2,33	3	1,155	4,33	12	1,723
5 Desenvolvimento de turismo em espaço aquático (FEAMP)	5,50	2	,707	6,00	3	0,000	5,50	2	,707	5,50	2	,707	4,67	3	,577	5,42	12	,669
6. Promoção dos produtos locais e da sua qualidade (FEAMP)	5,50	2	,707	5,33	3	1,155	5,00	2	1,414	4,00	2	1,414	4,33	3	,577	4,83	12	1,030
7. Circuitos curtos de bens alimentares e mercados locais (FEAMP)	5,00	2	1,414	5,33	3	1,155	4,50	2	,707	4,00	2	1,414	4,67	3	,577	4,75	12	,965
8. Preservação, conservação e valorização dos elementos patrimoniais, recursos naturais e paisagísticos (FEAMP)	5,00	2	1,414	6,00	3	0,000	6,00	2	0,000	5,50	2	,707	4,00	3	1,000	5,25	12	1,055
8.8/8a. Apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas e à atividade	3,00	2	0,000	5,67	3	,577	5,00	2	0,000	5,00	1					4,75	8	1,165

	Norte			Centro			Lisboa			Algarve			Açores			Total		
	Média	N	Desvio padrão	Média	N	Desvio padrão	Média	N	Desvio padrão	Média	N	Desvio padrão	Média	N	Desvio padrão	Média	N	Desvio padrão
por conta própria, às microempresas e à criação de empresas e microempresas (FEDER)																		
6.3/6c. Conservação, proteção, promoção e desenvolvimento do património natural e cultural (FEDER)	4,50	2	,707	5,67	3	,577				5,00	1					5,17	6	,753
8.3/8iii. Emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras (FSE)	5,00	2	0,000	5,67	3	,577	5,00	1		5,00	1					5,29	7	,488
9.1/9i. Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e a melhoria da empregabilidade (FSE)	4,00	1		5,67	3	,577	5,00	1		5,00	1					5,17	6	,753

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Costeiro) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 499. Existem áreas tradicionalmente apoiadas pela Abordagem LEADER que não foram contempladas no DLBC Costeiro

	Norte		Centro		Lisboa		Algarve		Açores		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Sim	2	100,0	2	66,7			2	100,0	1	50,0	7	63,6
Não			1	33,3	2	100,0			1	50,0	4	36,4
Total	2	100,0	3	100,0	2	100,0	2	100,0	2	100,0	11	100,0

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Costeiro) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 500. Indique quais:

	Norte	Centro	Lisboa	Algarve	Açores
A AMP é só Gal Costeiro	1				
Animação territorial; social; associativismo; património, criação de empresas; eventos			1		
apoio à modernização de empresas sem obrigação do caráter inovador					1
O apoio à salicultura carece de clarificação.		1			
projetos de interesse coletivo, património, apoio às comunidades piscatórias			1		
sem conhecimento				1	

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Costeiro) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 501. Avaliação do financiamento contratualizado, por prioridade de investimento, face às prioridades do DLBC Costeiro

	1 Sub-financiamento		2 Financiamento ajustado		3 Sobre-financiamento		N/A		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
1- Inovação em espaço marítimo (FEAMP)	3	25,0	9	75,0					12	100,0
2. Qualificação escolar e profissional (FEAMP)	2	16,7	8	66,7	1	8,3	1	8,3	12	100,0
3. Promoção de Planos de Mar (FEAMP)	2	18,2	1	9,1	5	45,5	3	27,3	11	100,0
4. Reforço da competitividade da pesca (FEAMP)	2	16,7	6	50,0	4	33,3			12	100,0
5 Desenvolvimento de turismo em espaço aquático (FEAMP)	3	25,0	9	75,0					12	100,0
6. Promoção dos produtos locais e da sua qualidade (FEAMP)	3	25,0	7	58,3	2	16,7			12	100,0
7. Circuitos curtos de bens alimentares e mercados locais (FEAMP)	2	16,7	8	66,7	2	16,7			12	100,0
8. Preservação, conservação e valorização dos elementos patrimoniais, recursos naturais e paisagísticos (FEAMP)	6	50,0	6	50,0					12	100,0
8.8/8a. Apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas e à atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas e microempresas (FEDER)	1	9,1	6	54,5	1	9,1	3	27,3	11	100,0
6.3/6c. Conservação, proteção, promoção e desenvolvimento do património natural e cultural (FEDER)	3	30,0	3	30,0			4	40,0	10	100,0
8.3/8iii. Emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras (FSE)	3	27,3	5	45,5			3	27,3	11	100,0
9.1/9i. Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e a melhoria da empregabilidade (FSE)	2	18,2	3	27,3			6	54,5	11	100,0

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Costeiro) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 502. Avaliação do financiamento contratualizado, por prioridade de investimento, face às prioridades do DLBC Costeiro , Norte

	1 Sub-financiamento		2 Financiamento ajustado		3 Sobre-financiamento		N/A		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
1- Inovação em espaço marítimo (FEAMP)			2	100,0					2	100,0
2. Qualificação escolar e profissional (FEAMP)			1	50,0			1	50,0	2	100,0
3. Promoção de Planos de Mar (FEAMP)	1	50,0			1	50,0			2	100,0
4. Reforço da competitividade da pesca (FEAMP)			1	50,0	1	50,0			2	100,0
5 Desenvolvimento de turismo em espaço aquático (FEAMP)			2	100,0					2	100,0
6. Promoção dos produtos locais e da sua qualidade (FEAMP)			2	100,0					2	100,0
7. Circuitos curtos de bens alimentares e mercados locais (FEAMP)			2	100,0					2	100,0
8. Preservação, conservação e valorização dos elementos patrimoniais, recursos naturais e paisagísticos (FEAMP)			2	100,0					2	100,0
8.8/8a. Apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas e à atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas e microempresas (FEDER)			1	50,0	1	50,0			2	100,0
6.3/6c. Conservação, proteção, promoção e desenvolvimento do património natural e cultural (FEDER)			2	100,0					2	100,0
8.3/8iii. Emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras (FSE)	1	50,0	1	50,0					2	100,0
9.1/9i. Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e a melhoria da empregabilidade (FSE)			1	50,0			1	50,0	2	100,0

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Costeiro) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 503. Avaliação do financiamento contratualizado, por prioridade de investimento, face às prioridades do DLBC Costeiro, Centro

	1 Sub-financiamento		2 Financiamento ajustado		3 Sobre-financiamento		N/A		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
1- Inovação em espaço marítimo (FEAMP)	1	33,3	2	66,7					3	100,0
2. Qualificação escolar e profissional (FEAMP)			3	100,0					3	100,0
3. Promoção de Planos de Mar (FEAMP)			1	33,3	2	66,7			3	100,0
4. Reforço da competitividade da pesca (FEAMP)			1	33,3	2	66,7			3	100,0
5 Desenvolvimento de turismo em espaço aquático (FEAMP)	1	33,3	2	66,7					3	100,0
6. Promoção dos produtos locais e da sua qualidade (FEAMP)			2	66,7	1	33,3			3	100,0
7. Circuitos curtos de bens alimentares e mercados locais (FEAMP)			2	66,7	1	33,3			3	100,0
8. Preservação, conservação e valorização dos elementos patrimoniais, recursos naturais e paisagísticos (FEAMP)	1	33,3	2	66,7					3	100,0
8.8/8a. Apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas e à atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas e microempresas (FEDER)			3	100,0					3	100,0
6.3/6c. Conservação, proteção, promoção e desenvolvimento do património natural e cultural (FEDER)			2	66,7	1	33,3			3	100,0
8.3/8iii. Emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras (FSE)	1	33,3	2	66,7					3	100,0
9.1/9i. Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e a melhoria da empregabilidade (FSE)			2	66,7			1	33,3	3	100,0

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Costeiro) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 504. Avaliação do financiamento contratualizado, por prioridade de investimento, face às prioridades do DLBC Costeiro, Lisboa

	1 Sub-financiamento		2 Financiamento ajustado		3 Sobre-financiamento		N/A		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
1- Inovação em espaço marítimo (FEAMP)			2	100,0					2	100,0
2. Qualificação escolar e profissional (FEAMP)	1	50,0	1	50,0					2	100,0
3. Promoção de Planos de Mar (FEAMP)					1	50,0	1	50,0	2	100,0
4. Reforço da competitividade da pesca (FEAMP)			2	100,0					2	100,0
5 Desenvolvimento de turismo em espaço aquático (FEAMP)			2	100,0					2	100,0
6. Promoção dos produtos locais e da sua qualidade (FEAMP)			1	50,0	1	50,0			2	100,0
7. Circuitos curtos de bens alimentares e mercados locais (FEAMP)			1	50,0	1	50,0			2	100,0

	1 Sub-financiamento		2 Financiamento ajustado		3 Sobre-financiamento		N/A		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
8. Preservação, conservação e valorização dos elementos patrimoniais, recursos naturais e paisagísticos (FEAMP)			2	100,0					2	100,0
8.8/8a. Apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas e à atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas e microempresas (FEDER)			2	100,0					2	100,0
6.3/6c. Conservação, proteção, promoção e desenvolvimento do património natural e cultural (FEDER)							1	100,0	1	100,0
8.3/8iii. Emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras (FSE)			1	100,0					1	100,0
9.1/9i. Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e a melhoria da empregabilidade (FSE)										

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Costeiro) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 505. Avaliação do financiamento contratualizado, por prioridade de investimento, face às prioridades do DLBC COSTEIRO, Algarve

	1 Sub-financiamento		2 Financiamento ajustado		3 Sobre-financiamento		N/A		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
1- Inovação em espaço marítimo (FEAMP)	1	50,0	1	50,0					2	100,0
2. Qualificação escolar e profissional (FEAMP)	1	50,0			1	50,0			2	100,0
3. Promoção de Planos de Mar (FEAMP)	1	50,0			1	50,0			2	100,0
4. Reforço da competitividade da pesca (FEAMP)	1	50,0			1	50,0			2	100,0
5 Desenvolvimento de turismo em espaço aquático (FEAMP)	1	50,0	1	50,0					2	100,0
6. Promoção dos produtos locais e da sua qualidade (FEAMP)	1	50,0	1	50,0					2	100,0
7. Circuitos curtos de bens alimentares e mercados locais (FEAMP)	1	50,0	1	50,0					2	100,0
8. Preservação, conservação e valorização dos elementos patrimoniais, recursos naturais e paisagísticos (FEAMP)	2	100,0							2	100,0
8.8/8a. Apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas e à atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas e microempresas (FEDER)	1	100,0							1	100,0
6.3/6c. Conservação, proteção, promoção e desenvolvimento do património natural e cultural (FEDER)	1	100,0							1	100,0
8.3/8iii. Emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras (FSE)			1	50,0			1	50,0	1	100,0
9.1/9i. Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e a melhoria da empregabilidade (FSE)	1	100,0							1	100,0

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Costeiro) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 506. Avaliação do financiamento contratualizado, por prioridade de investimento, face às prioridades do DLBC COSTEIRO, Açores

	1 Sub-financiamento		2 Financiamento ajustado		3 Sobre-financiamento		N/A		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
1- Inovação em espaço marítimo (FEAMP)	1	33,3	2	66,7					3	100,0
2. Qualificação escolar e profissional (FEAMP)					3	100,0			3	100,0
3. Promoção de Planos de Mar (FEAMP)							2	100,0	2	100,0
4. Reforço da competitividade da pesca (FEAMP)	1	33,3	1	33,3	1	33,3			3	100,0
5 Desenvolvimento de turismo em espaço aquático (FEAMP)	1	33,3	2	66,7					3	100,0
6. Promoção dos produtos locais e da sua qualidade (FEAMP)	2	66,7	1	33,3					3	100,0
7. Circuitos curtos de bens alimentares e mercados locais (FEAMP)	1	33,3	2	66,7					3	100,0
8. Preservação, conservação e valorização dos elementos patrimoniais, recursos naturais e paisagísticos (FEAMP)	2	66,7	1	33,3					3	100,0
8.8/8a. Apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas e à atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas e microempresas (FEDER)							3	100,0	3	100,0
6.3/6c. Conservação, proteção, promoção e desenvolvimento do património natural e cultural (FEDER)							3	100,0	3	100,0

	1 Sub-financiamento		2 Financiamento ajustado		3 Sobre-financiamento		N/A		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
8.3/8iii. Emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras (FSE)							3	100,0	3	100,0
9.1/9i. Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e a melhoria da empregabilidade (FSE)							3	100,0	3	100,0

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Costeiro) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 507. Na fase de programação promoveu-se a articulação da EDL/DLBC Costeiro com outros instrumentos com incidência nos mesmos territórios e outras políticas públicas com forte incidência territorial?

	Norte		Centro		Lisboa		Algarve		Açores		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Sim	2	100,0	1	33,3			1	100,0	2	66,7	6	54,5
Não			2	66,7	2	100,0			1	33,3	5	45,5
Total	2	100,0	3	100,0	2	100,0	1	100,0	3	100,0	11	100,0

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Costeiro) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 508. Outros instrumentos o DLBC COSTEIRO com que articula, por região

	Norte (N=2)		Centro (N=3)		Lisboa (N=2)		Algarve (N=2)		Açores (N=1)		Total (N=10)	
	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos
Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial	2	100,0	3	100,0	2	100,0	2	100,0			9	90,0
Planos Intermunicipais de Adaptação às alterações climáticas			1	33,3							1	10,0
Plano Intermunicipal de Mobilidade e Transporte												
Planos de Desenvolvimento Social/Referencial Estratégico da Rede Social	1	50,0	1	33,3							2	20,0
Planos Municipais para a Igualdade												
Planos de Defesa da Floresta contra Incêndios												
Planos Municipais para a Integração de Migrantes	1	50,0									1	10,0
Planos Municipais de Saúde												
Contrato Local de Desenvolvimento Social – CLDS	1	50,0	1	33,3	1	50,0					3	30,0
Gabinete de Inserção Profissional - GIP					1	50,0					1	10,0
Plano de Ação Integrado para as Comunidades Desfavorecidas - PAICD												
Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano												
Programa de Valorização Económica dos Recursos Endógenos - PROVERE												
Mobilidade Urbana Sustentável - MUS												
Plano de Ação de Regeneração Urbana – PARU												
Rede Local de Intervenção Social - RLIS												
Território Educativo de Intervenção Prioritária - TEIP												
Outros					1	50,0			1	100,0	2	20,0

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Costeiro) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 509. Outros, quais:

	Norte	Centro	Lisboa	Algarve	Açores
dos Planos de Comercialização e Venda de Produtos Turísticos da ERT-RL; da Rede Europeia de GAC'S (FARNET); do Fundo de Eficiência Energética; do Centro de Informação Europe Direct da Península de Setúbal, dos DLBC Rural e Urbano da Península de Setúbal e da participação no Conselho Estratégico do Parque Natural da Arrábida.			1		
Estratégia Regional de Especialização Inteligente dos Açores					1
medidas do MAR2020 Açores					1

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Costeiro) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 510. Contributo do modelo de aprovação/negociação (processo concorrencial com pré-qualificação seguido de uma negociação) para a melhoria dos seguintes parâmetros

	1 - Nulo		2		3		4		5		6 - Muito elevado		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Relevância do instrumento para a estratégia	3	25,0	2	16,7	4	33,3	1	8,3	2	16,7			12	100,0

	1 - Nulo		2		3		4		5		6 - Muito elevado		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Coerência entre o instrumento e as prioridades da intervenção no território	2	16,7	2	16,7	5	41,7	1	8,3	1	8,3	1	8,3	12	100,0
Adequação da parceria aos objetivos, potencial de mobilização de recursos	1	8,3	3	25,0	3	25,0	2	16,7	1	8,3	2	16,7	12	100,0
Transparência do processo de seleção dos GAL	2	16,7	1	8,3			7	58,3	1	8,3	1	8,3	12	100,0
Simplificação do processo de seleção	5	41,7	3	25,0	2	16,7	1	8,3			1	8,3	12	100,0
Celeridade do processo de seleção	5	41,7	4	33,3	1	8,3			1	8,3	1	8,3	12	100,0
Aumento da qualidade das EDL	2	16,7	2	16,7	5	41,7	1	8,3	2	16,7			12	100,0
Criação de novas parcerias nos territórios	2	16,7	2	16,7	3	25,0			3	25,0	2	16,7	12	100,0
Envolvimento dos parceiros na EDL	1	8,3	2	16,7	1	8,3	4	33,3	2	16,7	2	16,7	12	100,0
Dotação financeira atribuída associada à qualidade e aos objetivos das EDL	2	16,7	5	41,7	2	16,7			1	8,3	2	16,7	12	100,0
Simplificação do processo de seleção e aprovação das EDL/DLBC	5	50,0	1	10,0	2	20,0			2	20,0			10	100,0

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Costeiro) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 511. Média do Contributo do modelo de aprovação/negociação (processo concorrencial com pré-qualificação seguido de uma negociação) para a melhoria dos seguintes parâmetros, por região (Escala de 1 – nulo a 6- muito elevado)

	Norte		Centro		Lisboa		Algarve		Açores		Total	
	Média	N	Média	N	Média	N	Média	N	Média	N	Média	N
Relevância do instrumento para a estratégia	3,50	2	1,67	3	3,50	2	4,00	2	2,00	3	2,75	12
Coerência entre o instrumento e as prioridades da intervenção no território	3,50	2	2,33	3	4,00	2	4,00	2	2,00	3	3,00	12
Adequação da parceria aos objetivos, potencial de mobilização de recursos	4,00	2	3,33	3	4,00	2	3,50	2	2,67	3	3,42	12
Transparência do processo de seleção dos GAL	4,00	2	3,33	3	4,00	2	5,00	2	2,33	3	3,58	12
Simplificação do processo de seleção	2,50	2	3,00	3	1,00	2	3,50	2	1,33	3	2,25	12
Celeridade do processo de seleção	2,50	2	3,00	3	1,00	2	3,50	2	1,33	3	2,25	12
Aumento da qualidade das EDL	3,00	2	3,33	3	2,50	2	4,00	2	2,00	3	2,92	12
Criação de novas parcerias nos territórios	3,00	2	4,00	3	4,00	2	3,50	2	3,00	3	3,50	12
Envolvimento dos parceiros na EDL	4,50	2	4,00	3	5,00	2	3,00	2	3,00	3	3,83	12
Dotação financeira atribuída associada à qualidade e aos objetivos das EDL	4,00	2	3,33	3	4,00	2	2,00	2	1,67	3	2,92	12
Simplificação do processo de seleção e aprovação das EDL/DLBC	3,00	2	2,33	3	1,00	1	5,00	1	1,33	3	2,30	10

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Costeiro) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 512. Outros. Quais?

	Norte	Centro	Lisboa	Algarve	Açores
O processo de aprovação do BLBC deveria ter ocorrido numa única fase		1			

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Costeiro) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 513. Contributo do processo de negociação e das alterações introduzidas na fase de contratualização para as seguintes dimensões

	1 - Nulo		2		3		4		5		6 – Muito elevado		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Melhorar o alinhamento entre objetivos e medidas	3	25,0	2	16,7	5	41,7	1	8,3	1	8,3			12	100,0
Melhorar a coerência entre a alocação de verbas e as necessidades definidas	2	16,7	2	16,7	4	33,3	1	8,3	2	16,7	1	8,3	12	100,0
Melhorar o alinhamento entre medidas e resultados	1	8,3	3	25,0	5	41,7	1	8,3	2	16,7			12	100,0
Melhorar a adequação dos indicadores às tipologias de intervenção	1	8,3	3	25,0	5	41,7	3	25,0					12	100,0
Melhorar a adequação das metas aos resultados esperados	1	8,3	2	16,7	6	50,0	2	16,7			1	8,3	12	100,0
Aumentar a incorporação de princípios horizontais (inovação, parceria,...)	3	25,0	2	16,7	5	41,7	2	16,7					12	100,0
Assegurar o cumprimento dos requisitos de conteúdos definidos em sede de aviso de concurso	2	16,7	3	25,0	5	41,7	1	8,3			1	8,3	12	100,0
Assegurar o cumprimento de requisitos administrativos definidos em sede de concurso	3	25,0	1	8,3	6	50,0	1	8,3	1	8,3			12	100,0
Incrementar/clarificar os conteúdos da proposta	2	16,7	3	25,0	5	41,7	1	8,3	1	8,3			12	100,0
Outro.					1	100,0							1	100,0

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Costeiro) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 514. Média do Contributo do processo de negociação e das alterações introduzidas na fase de contratualização para as seguintes dimensões (Escala de 1 – nulo a 6- muito elevado)

	Norte		Centro		Lisboa		Algarve		Açores		Total	
	Média	N	Média	N	Média	N	Média	N	Média	N	Média	N
Melhorar o alinhamento entre objetivos e medidas	3,00	2	3,00	3	2,50	2	4,00	2	1,67	3	2,75	12
Melhorar a coerência entre a alocação de verbas e as necessidades definidas	4,00	2	4,00	3	2,50	2	4,00	2	1,67	3	3,17	12
Melhorar o alinhamento entre medidas e resultados	2,50	2	3,67	3	3,00	2	4,00	2	2,00	3	3,00	12
Melhorar a adequação dos indicadores às tipologias de intervenção	2,50	2	3,33	3	3,00	2	3,50	2	2,00	3	2,83	12
Melhorar a adequação das metas aos resultados esperados	3,00	2	4,00	3	3,00	2	3,50	2	2,00	3	3,08	12
Aumentar a incorporação de princípios horizontais (inovação, parceria,....)	3,00	2	2,33	3	2,50	2	3,50	2	1,67	3	2,50	12
Assegurar o cumprimento dos requisitos de conteúdos definidos em sede de aviso de concurso	2,50	2	3,00	3	3,00	2	3,50	2	2,00	3	2,75	12
Assegurar o cumprimento de requisitos administrativos definidos em sede de concurso	3,00	2	2,67	3	3,00	2	3,50	2	1,67	3	2,67	12
Incrementar/clarificar os conteúdos da proposta	3,00	2	2,67	3	2,50	2	3,50	2	2,00	3	2,67	12
Outro.					3,00	1					3,00	1

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Costeiro) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 515. Outros. Quais?

	Norte	Centro	Lisboa	Algarve	Açores
O processo de aprovação do DLBC deveria ter ocorrido numa única fase		1			

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Costeiro) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 516. Em que medida as entidades representativas dos setores económico, social e ambiental e das agências públicas responsáveis pela implementação das políticas setoriais participaram na definição da EIDT?

	1 - Não participaram		2		3		4		5		6 – Participaram com muita frequência		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Municípios					2	16,7			4	33,3	6	50,0	12	100,0
Juntas de freguesia	1	11,1	2	22,2	1	11,1	2	22,2	1	11,1	2	22,2	9	100,0
CIM/AM	3	33,3	2	22,2	2	22,2					2	22,2	9	100,0
POR/CCPPOR/CCDR	5	55,6			1	11,1	1	11,1	1	11,1	1	11,1	9	100,0
Entidades representativas do Setor Económico (sem fins lucrativos)					2	18,2	2	18,2	2	18,2	5	45,5	11	100,0
Entidades representativas do Setor Ambiental (sem fins lucrativos)	1	10,0	1	10,0	4	40,0	2	20,0	1	10,0	1	10,0	10	100,0
Entidades representativas do Setor Social (sem fins lucrativos)	1	10,0	1	10,0	4	40,0	1	10,0	1	10,0	2	20,0	10	100,0
Agências públicas da administração Central	5	55,6			4	44,4							9	100,0
Agências públicas da administração Regional	4	44,4			2	22,2	1	11,1	1	11,1	1	11,1	9	100,0
Entidades privadas com fins lucrativos (empresas)					3	30,0	2	20,0	4	40,0	1	10,0	10	100,0
Outros									1	50,0	1	50,0	2	100,0

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Costeiro) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 517. Média da participação das entidades representativas dos setores económico, social e ambiental e das agências públicas responsáveis pela implementação das políticas setoriais na definição da EIDT (Escala de 1 – não participam a 6- participam com muita frequência)

	Norte		Centro		Lisboa		Algarve		Açores		Total	
	Média	N	Média	N	Média	N	Média	N	Média	N	Média	N
Municípios	5,50	2	6,00	3	5,50	2	4,00	2	4,67	3	5,17	12
Juntas de freguesia	4,00	1	3,00	3	4,00	2	2,00	1	5,00	2	3,67	9
CIM/AM	6,00	2	2,33	3	1,00	2	3,00	1	1,00	1	2,78	9
POR/CCPPOR/CCDR	5,00	2	1,67	3	1,00	2	5,00	1	1,00	1	2,56	9
Entidades representativas do Setor Económico (sem fins lucrativos)	4,50	2	6,00	2	5,50	2	4,50	2	4,33	3	4,91	11
Entidades representativas do Setor Ambiental (sem fins lucrativos)	3,00	1	3,00	3	3,00	2	3,00	2	5,00	2	3,40	10

	Norte		Centro		Lisboa		Algarve		Açores		Total	
	Média	N	Média	N	Média	N	Média	N	Média	N	Média	N
Entidades representativas do Setor Social (sem fins lucrativos)	4,00	1	2,67	3	5,50	2	3,00	2	3,50	2	3,60	10
Agências públicas da administração Central.	3,00	1	1,67	3	1,00	2	3,00	2	1,00	1	1,89	9
Agências públicas da administração Regional.	4,00	1	1,67	3	3,00	2	2,00	2	6,00	1	2,78	9
Entidades privadas com fins lucrativos (empresas)	3,50	2	4,67	3	5,00	1	5,00	1	4,00	3	4,30	10
Outros			6,00	1					5,00	1	5,50	2

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Costeiro) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 518. Outros. Quais?

	Norte	Centro	Lisboa	Algarve	Açores
Entidades dos setores: bancário, seguros, ccoperativo, ...		1			
Associações desportivas e recreativas ligadas ao mar					1

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Costeiro) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 519. Agências públicas que participaram na definição do EIDT: Agências públicas da administração Central

	Norte	Centro	Lisboa	Algarve	Açores
AG MAR 2020		1			
Agência para o Desenvolvimento e Coesão				1	
Autoridade de Gestão do Mar 2020, DGPM	1				
IPMA, IEFP, FOR-MAR, Docapesca				1	

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Costeiro) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 520. Agências públicas que participaram na definição do EIDT: Agências públicas da administração Regional

	Norte	Centro	Lisboa	Algarve	Açores
CCDR-N, DRAPN	1				
CCDR		1			
Entidade Regional de Turismo da Região de Lisboa; União Distrital das IPSS Setúbal			1		
Municípios de Alcoutim, Castro Marim, VRSA, Tavira, Olhão, Faro e Loulé, Universidade do Algarve				1	

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Costeiro) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 521. Forma de mobilização para a participação, por região

	Norte (N=2)		Centro (N=3)		Lisboa (N=2)		Algarve (N=2)		Açores (N=3)		Total (N=12)	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Municípios												
Sessões Públicas de debate	1	50,0	2	66,7	1	50,0	1	50,0	1	33,3	6	50,0
Recolha formal de pareceres e contributos	1	50,0	1	33,3			1	50,0			3	25,0
Inclusão em grupos de trabalho	2	100,0	3	100,0	2	100,0	1	50,0	2	66,7	10	83,3
Resposta a questionário							1	50,0	1	33,3	2	16,7
	Norte (N=1)		Centro (N=2)		Lisboa (N=2)		Algarve (N=1)		Açores (N=2)		Total (N=8)	
Juntas de freguesia												
Sessões Públicas de debate			2	100,0	1	100,0	1	100,0			4	50,0
Recolha formal de pareceres e contributos												
Inclusão em grupos de trabalho	1	100,0	1	50,0	2	100,0			2	100,0	6	75,0
Resposta a questionário									1	50,0	1	12,5
	Norte (N=2)		Centro (N=2)		Lisboa		Algarve		Açores		Total (N=4)	
CIM/AM												
Sessões Públicas de debate	2	100,0									2	50,0
Recolha formal de pareceres e contributos	1	50,0	2	100,0							3	75,0
Inclusão em grupos de trabalho	2	100,0									2	50,0
Resposta a questionário												
	Norte (N=2)		Centro (N=1)		Lisboa		Algarve (N=1)		Açores		Total (N=4)	
POR/CCPPOR/CCDR												
Sessões Públicas de debate	1	50,0	1	100,0			1	100,0			3	75,0
Recolha formal de pareceres e contributos	1	50,0									1	25,0
Inclusão em grupos de trabalho	1	50,0									1	25,0
Resposta a questionário												
	Norte (N=2)		Centro (N=3)		Lisboa (N=2)		Algarve (N=2)		Açores (N=3)		Total (N=12)	
Entidades representativas do Setor Económico (sem fins lucrativos)												
Sessões Públicas de debate			2	66,7	1	50,0			1	33,3	5	41,7
Recolha formal de pareceres e contributos			1	33,3			1	50,0			2	16,7
Inclusão em grupos de trabalho	2	100,0	3	100,0	2	100,0	1	50,0	2	66,7	9	75,0
Resposta a questionário							2	100,0	1	33,3	3	25,0

	Norte (N=1)		Centro (N=3)		Lisboa (N=1)		Algarve (N=2)		Açores (N=2)		Total (N=9)	
Entidades representativas do Setor Ambiental (sem fins lucrativos)												
Sessões Públicas de debate			2	66,7	1	100,0	1	50,0			4	44,4
Recolha formal de pareceres e contributos	1	100,0					1	50,0			2	22,2
Inclusão em grupos de trabalho			2	66,7	1	100,0			2	100,0	5	55,6
Resposta a questionário							2	100,0	1	50,0	3	33,3
	Norte (N=1)		Centro (N=3)		Lisboa (N=2)		Algarve (N=2)		Açores (N=1)		Total (N=9)	
Entidades representativas do Setor Social (sem fins lucrativos)												
Sessões Públicas de debate			2	66,7	1	50,0	1	50,0			4	44,4
Recolha formal de pareceres e contributos	1	100,0	1	33,3			1	50,0			3	33,3
Inclusão em grupos de trabalho	1	100,0	3	100,0	2	100,0			1	100,0	7	77,8
Resposta a questionário							2	100,0			2	22,2

	Norte (N=1)		Centro (N18)		Lisboa		Algarve (N=2)		Açores		Total (N=4)	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Agências públicas da administração Central												
Sessões Públicas de debate			1	100,0			1	50,0			2	50,0
Recolha formal de pareceres e contributos	1	100,0					2	100,0			3	75,0
Inclusão em grupos de trabalho												
Resposta a questionário							1	50,0			1	25,0
	Norte (N=1)		Centro (N=1)		Lisboa (N=1)		Algarve (N=1)		Açores (N=1)		Total (N=5)	
Agências públicas da administração Regional												
Sessões Públicas de debate			1	100,0	1	100,0	1	100,0	1	100,0	3	60,0
Recolha formal de pareceres e contributos	1	100,0					1	100,0			3	60,0
Inclusão em grupos de trabalho					1	100,0					1	20,0
Resposta a questionário							1	100,0			1	20,0
	Norte (N=2)		Centro (N=3)		Lisboa (N=2)		Algarve (N=1)		Açores (N=3)		Total (N=11)	
Entidades privadas com fins lucrativos (empresas)												
Sessões Públicas de debate	1	50,0	2	66,7	1	50,0	1	100,0	1	33,3	5	45,5
Recolha formal de pareceres e contributos	1	50,0	1	33,3							2	18,2
Inclusão em grupos de trabalho	2	100,0	3	100,0	2	100,0			2	66,7	9	81,8
Resposta a questionário			1	33,3					1	33,3	3	27,3
	Norte (N=2)		Centro (N=2)		Lisboa		Algarve (N=2)		Açores (N=1)		Total (N=5)	
Outros												
Sessões Públicas de debate			1	100,0							1	100,0
Recolha formal de pareceres e contributos												
Inclusão em grupos de trabalho												
Resposta a questionário												

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Costeiro) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 522. Outra forma. Qual?

	Norte	Centro	Lisboa	Algarve	Açores
Os contributos das diversas entidades realizou-se de forma intensa e frequentemente com carácter não formal.		1			

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Costeiro) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 523. Avaliação da participação dessas entidades: foi apenas formal (resposta formal a mecanismos estabelecidos de consulta) ou substantiva com um envolvimento concreto do qual decorreu uma participação ativa na conceção da estratégia

	Norte		Centro		Lisboa		Algarve		Açores		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Municípios												
Formal							1	50,0	1	33,3	2	16,7
Substantiva	2	100,0	3	100,0	2	100,0	1	50,0	2	66,7	10	83,3
Total	2	100,0	3	100,0	2	100,0	2	100,0	3	100,0	12	100,0
Juntas de freguesia												
Formal	1	100,0	1	50,0			1	100,0	1	50,0	4	57,1
Substantiva			1	50,0	1	100,0			1	50,0	3	42,9
Total	1	100,0	2	100,0	1	100,0	1	100,0	2	100,0	7	100,0
CIM/AM												
Formal			2	100,0			1	100,0			3	60,0
Substantiva	2	100,0									2	40,0
Total	2	100,0	2	100,0			1	100,0			5	100,0

	Norte		Centro		Lisboa		Algarve		Açores		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
POR/CCPPOR/CCDR												
Formal	1	50,0	2	100,0							3	60,0
Substantiva	1	50,0					1	100,0			2	40,0
Total	2	100,0	2	100,0			1	100,0			5	100,0
Entidades representativas do Setor Económico (sem fins lucrativos)												
Formal			1	33,3			1	50,0			2	16,7
Substantiva	2	100,0	2	66,7	2	100,0	1	50,0	3	100,0	10	83,3
Total	2	100,0	3	100,0	2	100,0	2	100,0	3	100,0	12	100,0
Entidades representativas do Setor Ambiental (sem fins lucrativos)												
Formal			1	33,3			2	100,0	1	50,0	4	44,4
Substantiva	1	100,0	2	66,7	1	100,0			1	50,0	5	55,6
Total	1	100,0	3	100,0	1	100,0	2	100,0	2	100,0	9	100,0
Entidades representativas do Setor Social (sem fins lucrativos)												
Formal			1	33,3			1	50,0			2	22,2
Substantiva	1	100,0	2	66,7	2	100,0	1	50,0	1	100,0	7	77,8
Total	1	100,0	3	100,0	2	100,0	2	100,0	1	100,0	9	100,0
Agências públicas da administração central												
Formal	1	100,0			2	100,0			1	100,0	4	80,0
Substantiva			1	100,0							1	20,0
Total	1	100,0	1	100,0	2	100,0			1	100,0	5	100,0
Agências públicas da administração regional												
Formal	1	100,0					1	100,0	1	100,0	3	60,0
Substantiva			1	100,0	1	100,0					2	40,0
Total	1	100,0	1	100,0	1	100,0	1	100,0	1	100,0	5	100,0
Entidades privadas com fins lucrativos (empresas)												
Formal	1	50,0									1	10,0
Substantiva	1	50,0	3	100,0	1	100,0	1	100,0	3	100,0	9	90,0
Total	2	100,0	3	100,0	1	100,0	1	100,0	3	100,0	10	100,0
Entidades privadas com fins lucrativos (empresas)												
Formal			1	100,0							1	100,0
Substantiva												
Total			1	100,0							1	100,0

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Costeiro) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 524. Outros. Quais?

	Norte	Centro	Lisboa	Algarve	Açores
A participação envolveu, na maioria dos casos, um misto de participação formal e substantiva.		1			

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Costeiro) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 525. Resultados da participação de diferentes entidades no desenho da estratégia

	Norte (N=2)		Centro (N=3)		Lisboa (N=2)		Algarve (N=2)		Açores (N=3)		Total (N=12)	
	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos
Nenhum resultado												
Nenhum resultado, apenas atrasou os trabalhos de conceção estratégica												
Poucos resultados efetivos, mas produziu uma perceção de participação que é relevante no território									1	33,3	1	8,3
Produziu resultados em termos de alargamento de âmbito da estratégia (território, objetivos, metas, áreas de intervenção e atores na implementação)	1	50,0	2	66,7	2	100,0	2	100,0	1	33,3	8	66,7
Conduziu à identificação e consensualização de projetos estratégicos/prioritários	2	100,0	3	100,0	1	50,0	1	50,0	2	66,7	9	75,0
Conduziu ao alargamento das potenciais fontes de financiamento	1	50,0									1	8,3
Conduziu à identificação de atores para a conceção/ execução da estratégia	2	100,0	2	66,7	1	50,0	1	50,0	1	33,3	7	58,3
Conduziu à identificação de projetos complementares com os quais se estabeleceram articulações					1	50,0			1	33,3	2	16,7

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Costeiro) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 526. Parceiros do GAL participaram na conceção da estratégia

	Norte (N=2)		Centro (N=3)		Lisboa (N=2)		Algarve (N=2)		Açores (N=3)		Total (N=12)	
	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos
Todos os parceiros	1	50,0%	2	66,7%	2	100,0%	2	100,0%	1	33,3%	8	66,7%
Alguns parceiros	1	50,0%	1	33,3%					2	66,7%	4	33,3%
Outras entidades exteriores à parceria.												

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Costeiro) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 527. Outros. Quais?

	Norte	Centro	Lisboa	Algarve	Açores
Municípios, associações de pescadores, pescadores, indústria transformadora da pesca					1

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Costeiro) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 528. Como foram mobilizadas para essa participação?

	Norte (N=2)		Centro (N=3)		Lisboa (N=2)		Algarve (N=2)		Açores (N=3)		Total (N=12)	
	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos
Sessões públicas de debate	2	100,0	2	66,7	2	100,0	2	100,0	1	33,3	9	75,0
Recolha formal de pareceres e contributos	1	50,0	3	100,0	1	50,0	2	100,0	2	66,7	9	75,0
Inclusão em grupos de trabalho	2	100,0	2	66,7	2	100,0			2	66,7	8	66,7
Resposta a questionário							2	100,0	1	33,3	3	25,0
Outras			1	33,3							1	8,3

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Costeiro) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 529. Outros. Quais?

	Norte	Centro	Lisboa	Algarve	Açores
O processo de trabalho foi continuamente aberto a participações.		1			

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Costeiro) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

EFICIÊNCIA OPERATIVA

Quadro 530. Stakeholders que se envolveram na implementação dos DLBC COSTEIRO

	1 – Não se envolveram		2 – Sim, pontualmente		3 – Sim, de forma continuada		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Municípios			3	25,0	9	75,0	12	100,0
Juntas de freguesia	2	22,2	4	44,4	3	33,3	9	100,0
CIM/AM	3	42,9	2	28,6	2	28,6	7	100,0
POR/CCPPOR/CCDR	2	28,6	4	57,1	1	14,3	7	100,0
Entidades representativas do Setor Económico (sem fins lucrativos)	1	8,3	6	50,0	5	41,7	12	100,0
Entidades representativas do Setor Ambiental (sem fins lucrativos)	2	20,0	6	60,0	2	20,0	10	100,0
Entidades representativas do Setor Social (sem fins lucrativos)	4	36,4	4	36,4	3	27,3	11	100,0
Agências públicas da administração Central	2	25,0	4	50,0	2	25,0	8	100,0
Agências públicas da administração Regional	1	14,3	4	57,1	2	28,6	7	100,0
Entidades privadas com fins lucrativos (empresas)	1	9,1	5	45,5	5	45,5	11	100,0
Outros					1	100,0	1	100,0

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Costeiro) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 531. Stakeholders que se envolveram na implementação dos DLBC COSTEIRO, por região

	Norte		Centro		Lisboa		Algarve		Açores	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Municípios										
1 – Não se envolveram										
2 – Sim, pontualmente	2	100,0	1	33,3			1	50,0	1	33,3
3 – Sim, de forma continuada			2	66,7	2	100,0	1	50,0	2	66,7
Total	2	100,0	3	100,0	2	100,0	2	100,0	3	100,0
Juntas de freguesia										
1 – Não se envolveram			1	33,3					1	33,3
2 – Sim, pontualmente	1	100,0	1	33,3			1	100,0	1	33,3
3 – Sim, de forma continuada			1	33,3	1	100,0			1	33,3
Total	1	100,0	3	100,0	1	100,0	1	100,0	3	100,0
CIM/AM										
1 – Não se envolveram			2	66,7					1	100,0
2 – Sim, pontualmente			1	33,3			1	100,0		
3 – Sim, de forma continuada	2	100,0								

	Norte		Centro		Lisboa		Algarve		Açores	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Total	2	100,0	3	100,0			1	100,0	1	100,0
POR/CCPPOR/CCDR										
1 – Não se envolveram			1	33,3					1	100,0
2 – Sim, pontualmente	1	50,0	2	66,7			1	100,0		
3 – Sim, de forma continuada	1	50,0								
Total	2	100,0	3	100,0			1	100,0	1	100,0
Entidades representativas do Setor Económico (sem fins lucrativos)										
1 – Não se envolveram			1	33,3						
2 – Sim, pontualmente	2	100,0	1	33,3			1	50,0	2	66,7
3 – Sim, de forma continuada			1	33,3	2	100,0	1	50,0	1	33,3
Total	2	100,0	3	100,0	2	100,0	2	100,0	3	100,0
Entidades representativas do Setor Ambiental (sem fins lucrativos)										
1 – Não se envolveram									2	66,7
2 – Sim, pontualmente	1	100,0	3	100,0			2	100,0		
3 – Sim, de forma continuada					1	100,0			1	33,3
Total	1	100,0	3	100,0	1	100,0	2	100,0	3	100,0
Entidades representativas do Setor Social (sem fins lucrativos)										
1 – Não se envolveram			1	33,3			1	50,0	2	66,7
2 – Sim, pontualmente	1	100,0	1	33,3	1	50,0	1	50,0		
3 – Sim, de forma continuada			1	33,3	1	50,0			1	33,3
Total	1	100,0	3	100,0	2	100,0	2	100,0	3	100,0
Agências públicas da administração Central										
1 – Não se envolveram			1	50,0					1	50,0
2 – Sim, pontualmente	1	100,0	1	50,0			2	100,0		
3 – Sim, de forma continuada					1	100,0			1	50,0
Total	1	100,0	2	100,0	1	100,0	2	100,0	2	100,0
Agências públicas da administração Regional										
1 – Não se envolveram									1	50,0
2 – Sim, pontualmente	1	100,0	2	100,0			1	100,0		
3 – Sim, de forma continuada					1	100,0			1	50,0
Total	1	100,0	2	100,0	1	100,0	1	100,0	2	100,0

	Norte		Centro		Lisboa		Algarve		Açores	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Entidades privadas com fins lucrativos (empresas)										
1 – Não se envolveram									1	33,3
2 – Sim, pontualmente	2	100,0	1	33,3	1	50,0			1	33,3
3 – Sim, de forma continuada			2	66,7	1	50,0	1	100,0	1	33,3
Total	2	100,0	3	100,0	2	100,0	1	100,0	3	100,0
Outras										
1 – Não se envolveram										
2 – Sim, pontualmente										
3 – Sim, de forma continuada			1	100,0						
Total										

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Costeiro) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 532. Outros. Quais?

	Norte	Centro	Lisboa	Algarve	Açores
Setor bancário, cooperativo e seguros		1			

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Costeiro) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 533. Forma de envolvimento dos stakeholders na implementação do DLBC Costeiro, por região

	Norte (N=2)		Centro (N=3)		Lisboa (N=2)		Algarve (N=2)		Açores (N=3)		Total (N=12)	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Municípios												
Sessões Públicas de debate	1	50,0	2	66,7	2	100,0	1	50,0			6	50,0
Recolha formal de pareceres e contributos			2	66,7	1	50,0			1	33,3	4	33,3
Inclusão em grupos de trabalho	2	100,0	3	100,0	1	50,0	1	50,0			9	75,0
Resposta a questionário			1	33,3					2	66,7	1	8,3
	Norte		Centro (N=2)		Lisboa (N=1)		Algarve (N=1)		Açores (N=2)		Total (N=6)	
Juntas de freguesia												
Sessões Públicas de debate			2	100,0	1	100,0	1	100,0			4	66,7
Recolha formal de pareceres e contributos												

Inclusão em grupos de trabalho			1	50,0					2	100,0	3	50,0
Resposta a questionário												
	Norte (N=2)		Centro (N=2)		Lisboa		Algarve		Açores		Total (N=4)	
CIM/AM												
Sessões Públicas de debate	1	50,0	1	50,0							2	50,0
Recolha formal de pareceres e contributos			1	50,0							1	25,0
Inclusão em grupos de trabalho	2	100,0									2	50,0
Resposta a questionário												
	Norte (N=2)		Centro (N=2)		Lisboa		Algarve (N=1)		Açores		Total (N=5)	
POR/CCPPOR/CCDR												
Sessões Públicas de debate	1	50,0	1	50,0							2	40,0
Recolha formal de pareceres e contributos	1	50,0	2	100,0			1	100,0			4	80,0
Inclusão em grupos de trabalho	1	50,0									1	20,0
Resposta a questionário												
	Norte (N=2)		Centro (N=3)		Lisboa (N=2)		Algarve (N=2)		Açores (N=3)		Total (N=12)	
Entidades representativas do Setor Económico (sem fins lucrativos)												
Sessões Públicas de debate	1	50,0	3	100,0	2	100,0	1	50,0			7	58,3
Recolha formal de pareceres e contributos	1	50,0	1	33,3					1	33,3	3	25,0
Inclusão em grupos de trabalho	1	50,0	2	66,7	1	50,0			2	66,7	6	50,0
Resposta a questionário			1	33,3			1	50,0			2	16,7
	Norte (N=1)		Centro (N=3)		Lisboa (N=1)		Algarve (N=2)		Açores (N=1)		Total (N=8)	
Entidades representativas do Setor Ambiental (sem fins lucrativos)												
Sessões Públicas de debate			3	100,0	1	100,0	1	50,0			5	62,5
Recolha formal de pareceres e contributos	1	100,0					1	50,0			2	25,0
Inclusão em grupos de trabalho			1	33,3					1	100,0	2	25,0
Resposta a questionário												
	Norte (N=1)		Centro (N=3)		Lisboa (N=2)		Algarve (N=2)		Açores (N=1)		Total (N=9)	
Entidades representativas do Setor Social (sem fins lucrativos)												
Sessões Públicas de debate			3	100,0	2	100,0	1	50,0			6	66,7
Recolha formal de pareceres e contributos	1	100,0									1	11,1
Inclusão em grupos de trabalho			1	33,3	1	50,0			1	100,0	3	33,3
Resposta a questionário							1	50,0			1	11,1
	Norte (N=1)		Centro (N=1)		Lisboa		Algarve (N=2)		Açores		Total (N=4)	
Agências públicas da administração Central												
Sessões Públicas de debate			1	100,0			1	50,0			2	50,0
Recolha formal de pareceres e contributos	1	100,0					1	50,0			2	50,0
Inclusão em grupos de trabalho												
Resposta a questionário												

	Norte (N=1)		Centro (N=1)		Lisboa (N=1)		Algarve (N=1)		Açores (N=1)		Total (N=5)	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Agências públicas da administração Regional												
Sessões Públicas de debate			1	100,0	1	100,0	1	100,0			3	60,0
Recolha formal de pareceres e contributos	1	100,0							1	100,0	2	40,0
Inclusão em grupos de trabalho												
Resposta a questionário												
	Norte (N=2)		Centro (N=3)		Lisboa (N=1)		Algarve (N=1)		Açores (N=3)		Total (N=10)	
Entidades privadas com fins lucrativos (empresas)												
Sessões Públicas de debate	1	50,0	3	100,0	1	100,0					5	50,0
Recolha formal de pareceres e contributos	1	50,0	1	33,3					1	33,3	3	30,0
Inclusão em grupos de trabalho	1	50,0	2	66,7					2	66,7	5	50,0
Resposta a questionário			1	33,3			1	100,0			2	20,0
	Norte (N=1)		Centro (N=3)		Lisboa (N=1)		Algarve (N=2)		Açores (N=1)		Total (N=12)	
Outros												
Sessões Públicas de debate	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Recolha formal de pareceres e contributos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Inclusão em grupos de trabalho	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resposta a questionário	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Costeiro) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 534. Outros. Quais?

	Norte	Centro	Lisboa	Algarve	Açores
Todos os parceiros participaram com envolvimento diferenciados.		1			

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Costeiro) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 535. Contributo da participação de diferentes entidades na implementação do DLBC Costeiro para os seguintes resultados

	Norte (N=2)		Centro (N=3)		Lisboa (N=2)		Algarve (N=2)		Açores (N=3)		Total (N=12)	
	N	de casos	N	de casos	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos
Racionalização de recursos			1	33,3	1	50,0			1	33,3	3	25,0
Continuidade de intervenções	1	50,0	2	66,7			1	50,0			4	33,3
Multidimensionalidade das intervenções			2	66,7	1	50,0	1	50,0	1	33,3	5	41,7
Complementariedade de intervenções	1	50,0	2	66,7	1	50,0			2	66,7	6	50,0
Aumento do alcance em termos do perfil dos beneficiários apoiados	1	50,0	2	66,7	2	100,0	1	50,0	1	33,3	7	58,3
Construção de parcerias	2	100,0	2	66,7	1	50,0	2	100,0	2	66,7	9	75,0
Alargar o âmbito de atuação	1	50,0	1	33,3	1	50,0	2	100,0	1	33,3	6	50,0
Outros												

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Costeiro) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 536. Pertinência/adequação das competências delegadas no GAL, no MAR 2010

	1 – Nada Pertinente/adequadas		2		3		4		5		6 - totalmente pertinentes/adequadas		N/A		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Verificar a admissibilidade e elegibilidade do beneficiário e da operação e fazer a apreciação do mérito das candidaturas							2	16,7	3	25,0	7	58,3			12	100,0
Emitir parecer no âmbito do processo de apreciação da elegibilidade e do mérito das candidaturas, assegurando um processo de seleção em conformidade com os critérios aplicáveis ao PO							2	16,7	3	25,0	7	58,3			12	100,0
Assegurar a organização dos processos de candidaturas de operações ao financiamento pelo PO					1	8,3	3	25,0	3	25,0	4	33,3	1	8,3	12	100,0
Acompanhar a realização dos investimentos e a execução das ações e assegurar a interlocução privilegiada com os beneficiários, em todas as fases do ciclo de vida das operações sem prejuízo dos mecanismos de acompanhamento, controlo, supervisão e interação da Autoridade de Gestão do PO			2	16,7			1	8,3	3	25,0	6	50,0			12	100,0
Verificar a elegibilidade das despesas designadamente em sede de candidatura e de análise de pedidos de pagamentos					1	8,3	1	8,3	4	33,3	6	50,0			12	100,0
Verificar a realização efetiva dos produtos e serviços cofinanciados, a obtenção dos resultados definidos quando da aprovação da operação e o pagamento da despesa declarada pelo beneficiário, bem como a sua conformidade com a legislação aplicável, com o Programa Operacional e com as condições de apoio da operação, nos termos estabelecidos no Manual de Procedimento					1	8,3	1	8,3	4	33,3	6	50,0			12	100,0
Assegurar que os beneficiários mantêm um sistema contabilístico separado ou um código contabilístico adequado para as transações da operação	1	8,3			1	8,3	3	25,0	4	33,3	3	25,0			12	100,0
Realizar verificações administrativas relativamente a cada pedido de reembolso por parte dos beneficiários					1	8,3	2	16,7	3	25,0	6	50,0			12	100,0
Avaliar o cumprimento de objetivos e resultados e propor o encerramento financeiro das operações, nos termos definidos no Manual de Procedimentos e nas Orientações Técnicas e de Gestão					1	8,3	2	16,7	4	33,3	5	41,7			12	100,0
Manter atualizado o Sistema de Informação, com os dados de cada operação, que sejam necessários para o exercício de monitorização, avaliação, gestão financeira, verificação, acompanhamento de irregularidades e auditoria					2	16,7	3	25,0	1	8,3	6	50,0			12	100,0
Reportar, através dos mecanismos previstos pela Autoridade de Gestão, toda a informação física, financeira e estatística necessária para apoiar a elaboração de indicadores de acompanhamento e de estudos de avaliação	1	8,3	1	8,3	1	8,3	4	33,3	2	16,7	3	25,0			12	100,0

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Costeiro) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 537. Média da Pertinência/adequação das competências delegadas no GAL, no MAR 2020 (Escala de 1 – Nada Pertinente/adequadas a 6- totalmente pertinentes/ adequadas)

	Norte		Centro		Lisboa		Algarve		Açores		Total	
	Média	N	Média	N	Média	N	Média	N	Média	N	Média	N
Verificar a admissibilidade e elegibilidade do beneficiário e da operação e fazer a apreciação do mérito das candidaturas	4,50	2	5,67	3	6,00	2	5,50	2	5,33	3	5,42	12
Emitir parecer no âmbito do processo de apreciação da elegibilidade e do mérito das candidaturas, assegurando um processo de seleção em conformidade com os critérios aplicáveis ao PO	4,50	2	5,67	3	6,00	2	5,50	2	5,33	3	5,42	12
Assegurar a organização dos processos de candidaturas de operações ao financiamento pelo PO	4,00	2	5,67	3	3,00	1	5,50	2	5,00	3	4,91	11
Acompanhar a realização dos investimentos e a execução das ações e assegurar a interlocução privilegiada com os beneficiários, em todas as fases do ciclo de vida das operações sem prejuízo dos mecanismos de acompanhamento, controlo, supervisão e interação da Autoridade de Gestão do PO	3,50	2	5,67	3	6,00	2	5,50	2	4,00	3	4,92	12
Verificar a elegibilidade das despesas designadamente em sede de candidatura e de análise de pedidos de pagamentos	4,00	2	5,67	3	6,00	2	5,50	2	5,00	3	5,25	12
Verificar a realização efetiva dos produtos e serviços cofinanciados, a obtenção dos resultados definidos quando da aprovação da operação e o pagamento da despesa declarada pelo beneficiário, bem como a sua conformidade com a legislação aplicável, com o Programa Operacional e com as condições de apoio da operação, nos termos estabelecidos no Manual de Procedimento	4,00	2	5,67	3	6,00	2	5,50	2	5,00	3	5,25	12
Assegurar que os beneficiários mantêm um sistema contabilístico separado ou um código contabilístico adequado para as transações da operação	4,00	2	5,00	3	2,50	2	5,50	2	5,00	3	4,50	12
Realizar verificações administrativas relativamente a cada pedido de reembolso por parte dos beneficiários	4,00	2	5,00	3	6,00	2	5,50	2	5,33	3	5,17	12
Avaliar o cumprimento de objetivos e resultados e propor o encerramento financeiro das operações, nos termos definidos no Manual de Procedimentos e nas Orientações Técnicas e de Gestão	4,00	2	5,00	3	6,00	2	5,50	2	5,00	3	5,08	12
Manter atualizado o Sistema de Informação, com os dados de cada operação, que sejam necessários para o exercício de monitorização, avaliação, gestão financeira, verificação, acompanhamento de irregularidades e auditoria	3,50	2	4,33	3	6,00	2	5,50	2	5,33	3	4,92	12
Reportar, através dos mecanismos previstos pela Autoridade de Gestão, toda a informação física, financeira e estatística necessária para apoiar a elaboração de indicadores de acompanhamento e de estudos de avaliação	3,00	2	2,67	3	5,50	2	5,50	2	4,67	3	4,17	12

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Costeiro) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 538. Pertinência/adequação das competências delegadas no GAL, no POR

	1 – Nada Pertinente/adequadas		2		3		4		5		6 - totalmente pertinentes/adequadas		N/A		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Verificar a admissibilidade e elegibilidade do beneficiário e da operação e fazer a apreciação do mérito das candidaturas									2	22,2	6	66,7	1	11,1	9	100,0
Emitir parecer no âmbito do processo de apreciação da elegibilidade e do mérito das candidaturas, assegurando um processo de seleção em conformidade com os critérios aplicáveis ao PO									2	22,2	6	66,7	1	11,1	9	100,0
Assegurar a organização dos processos de candidaturas de operações ao financiamento pelo PO					1	12,5	2	25,0	1	12,5	3	37,5	1	12,5	8	100,0
Acompanhar a realização dos investimentos e a execução das ações e assegurar a interlocução privilegiada com os beneficiários, em todas as fases do ciclo de vida das operações sem prejuízo dos mecanismos de acompanhamento, controlo, supervisão e interação da Autoridade de Gestão do PO	1	11,1	2	22,2			1	11,1			3	33,3	2	22,2	9	100,0
Verificar a elegibilidade das despesas designadamente em sede de candidatura e de análise de pedidos de pagamentos	2	22,2	1	11,1			1	11,1			1	11,1	4	44,4	9	100,0
Verificar a realização efetiva dos produtos e serviços cofinanciados, a obtenção dos resultados definidos quando da aprovação da operação e o pagamento da despesa declarada pelo beneficiário, bem como a sua conformidade com a legislação aplicável, com o Programa Operacional e com as condições de apoio da operação, nos termos estabelecidos no Manual de Procedimento	1	11,1	2	22,2			1	11,1			1	11,1	4	44,4	9	100,0
Assegurar que os beneficiários mantêm um sistema contabilístico separado ou um código contabilístico adequado para as transações da operação	2	22,2	1	11,1			1	11,1			1	11,1	4	44,4	9	100,0
Realizar verificações administrativas relativamente a cada pedido de reembolso por parte dos beneficiários	2	22,2	1	11,1			1	11,1			1	11,1	4	44,4	9	100,0
Avaliar o cumprimento de objetivos e resultados e propor o encerramento financeiro das operações, nos termos definidos no Manual de Procedimentos e nas Orientações Técnicas e de Gestão	2	22,2	1	11,1			1	11,1			1	11,1	4	44,4	9	100,0
Manter atualizado o Sistema de Informação, com os dados de cada operação, que sejam necessários para o exercício de monitorização, avaliação, gestão financeira, verificação, acompanhamento de irregularidades e auditoria	2	22,2	1	11,1			1	11,1			2	22,2	3	33,3	9	100,0
Reportar, através dos mecanismos previstos pela Autoridade de Gestão, toda a informação física, financeira e estatística necessária para apoiar a elaboração de indicadores de acompanhamento e de estudos de avaliação	2	22,2	1	11,1			2	22,2			2	22,2	2	22,2	9	100,0

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Costeiro) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 539. Média da Pertinência/adequação das competências delegadas no GAL, no POR (Escala de 1 – Nada Pertinente/ adequadas a 6- totalmente pertinentes/ adequadas)

	Norte		Centro		Lisboa		Algarve		Açores		Total	
	Média	N	Média	N	Média	N	Média	N	Média	N	Média	N
Verificar a admissibilidade e elegibilidade do beneficiário e da operação e fazer a apreciação do mérito das candidaturas	5,50	2	5,67	3	6,00	2	6,00	1			5,75	8
Emitir parecer no âmbito do processo de apreciação da elegibilidade e do mérito das candidaturas, assegurando um processo de seleção em conformidade com os critérios aplicáveis ao PO	5,50	2	5,67	3	6,00	2	6,00	1			5,75	8
Assegurar a organização dos processos de candidaturas de operações ao financiamento pelo PO	5,00	2	5,67	3	3,00	1	4,00	1			4,86	7
Acompanhar a realização dos investimentos e a execução das ações e assegurar a interlocução privilegiada com os beneficiários, em todas as fases do ciclo de vida das operações sem prejuízo dos mecanismos de acompanhamento, controlo, supervisão e interação da Autoridade de Gestão do PO	5,00	2	3,33	3	6,00	1	1,00	1			3,86	7
Verificar a elegibilidade das despesas designadamente em sede de candidatura e de análise de pedidos de pagamentos	5,00	2	1,50	2			1,00	1			2,80	5
Verificar a realização efetiva dos produtos e serviços cofinanciados, a obtenção dos resultados definidos quando da aprovação da operação e o pagamento da despesa declarada pelo beneficiário, bem como a sua conformidade com a legislação aplicável, com o Programa Operacional e com as condições de apoio da operação, nos termos estabelecidos no Manual de Procedimento	5,00	2	2,00	2			1,00	1			3,00	5
Assegurar que os beneficiários mantêm um sistema contabilístico separado ou um código contabilístico adequado para as transações da operação	5,00	2	1,50	2			1,00	1			2,80	5
Realizar verificações administrativas relativamente a cada pedido de reembolso por parte dos beneficiários	5,00	2	1,50	2			1,00	1			2,80	5
Avaliar o cumprimento de objetivos e resultados e propor o encerramento financeiro das operações, nos termos definidos no Manual de Procedimentos e nas Orientações Técnicas e de Gestão	5,00	2	1,50	2			1,00	1			2,80	5
Manter atualizado o Sistema de Informação, com os dados de cada operação, que sejam necessários para o exercício de monitorização, avaliação, gestão financeira, verificação, acompanhamento de irregularidades e auditoria	5,00	2	1,50	2	6,00	1	1,00	1			3,33	6
Reportar, através dos mecanismos previstos pela Autoridade de Gestão, toda a informação física, financeira e estatística necessária para apoiar a elaboração de indicadores de acompanhamento e de estudos de avaliação	5,00	2	2,33	3	6,00	1	1,00	1			3,43	7

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Costeiro) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 540. Avaliação contributo do modelo de contratos de financiamento com delegação de competências (comparativamente com contratos de financiamento com gestão administrativa centralizada nas AG) para as seguintes dimensões:

	Contributo negativo		Neutro		Contributo Positivo		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Simplificação administrativa	3	25,0	5	41,7	4	33,3	12	100,0
Redução da carga administrativa	4	33,3	6	50,0	2	16,7	12	100,0
Celeridade de procedimentos	3	25,0	3	25,0	6	50,0	12	100,0
Proximidade aos beneficiários			1	8,3	11	91,7	12	100,0
Capacidade de ajustamento às necessidades do território	2	18,2	1	9,1	8	72,7	11	100,0
Resultados atingidos			4	36,4	7	63,6	11	100,0
Alcance das metas definidas			5	45,5	6	54,5	11	100,0
Participação dos atores locais na definição do processo de desenvolvimento local			1	8,3	11	91,7	12	100,0
Promoção da articulação e criação de sinergias entre beneficiários			3	25,0	9	75,0	12	100,0
Monitorização de resultados			2	18,2	9	81,8	11	100,0
Resposta a necessidades do território	2	18,2			9	81,8	11	100,0
Outras.								

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Costeiro) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 541. Média do contributo do modelo de contratos de financiamento com delegação de competências (comparativamente com contratos de financiamento com gestão administrativa centralizada nas AG) para as seguintes dimensões (Escala de 1 – contributo negativo, 2 – neutro e 3 – Positivo)

	Norte		Centro		Lisboa		Algarve		Açores		Total	
	Média	N	Média	N	Média	N	Média	N	Média	N	Média	N
Simplificação administrativa	2,50	2	2,00	3	1,00	2	3,00	2	2,00	3	2,08	12
Redução da carga administrativa	1,50	2	2,00	3	1,00	2	2,50	2	2,00	3	1,83	12
Celeridade de procedimentos	2,50	2	2,33	3	1,00	2	3,00	2	2,33	3	2,25	12
Proximidade aos beneficiários	3,00	2	3,00	3	3,00	2	2,50	2	3,00	3	2,92	12
Capacidade de ajustamento às necessidades do território	2,00	2	3,00	3	3,00	1	2,50	2	2,33	3	2,55	11
Resultados atingidos	2,50	2	3,00	3	2,00	1	2,50	2	2,67	3	2,64	11
Alcance das metas definidas	2,50	2	2,67	3	2,00	1	2,50	2	2,67	3	2,55	11
Participação dos atores locais na definição do processo de desenvolvimento local	3,00	2	3,00	3	3,00	2	2,50	2	3,00	3	2,92	12
Promoção da articulação e criação de sinergias entre beneficiários	2,50	2	3,00	3	3,00	2	2,50	2	2,67	3	2,75	12
Monitorização de resultados	2,50	2	2,67	3	3,00	1	3,00	2	3,00	3	2,82	11
Resposta a necessidades do território	2,00	2	3,00	3	3,00	1	3,00	2	2,33	3	2,64	11
Outras.												

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Costeiro) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 542. Competências que considera que poderiam ter sido delegadas, por PO, por região

	Norte (N=1)		Centro (N=2)		Lisboa (N=1)		Algarve (N=1)		Açores		Total (N=5)	
	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos
PDR												
Definir os critérios de seleção a das operações	1	100,0	2	100,0			1	100,0			4	80,0
Definir o calendário de abertura dos AAC	1	100,0	1	50,0	1	100,0	1	100,0			4	80,0
Aprovar as candidaturas a financiamento	1	100,0			1	100,0	1	100,0			3	60,0
Formalizar a concessão dos apoios (envio do termo de aceitação para os beneficiários)	1	100,0	1	50,0			1	100,0			3	60,0
Determinar a categoria de intervenção a que são atribuídas as despesas da operação	1	100,0			1	100,0	1	100,0			3	60,0
Decidir sobre pedidos de alterações às operações	1	100,0					1	100,0			2	40,0
	Norte (N=2)		Centro (N=3)		Lisboa (N=2)		Algarve		Açores (N=1)		Total (N=8)	
	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos
POR												
Definir os critérios de seleção a das operações	2	100,0	1	33,3	1	50,0			1	100,0	5	62,5
Definir o calendário de abertura dos AAC	2	100,0	2	66,7	2	100,0			1	100,0	7	87,5
Aprovar as candidaturas a financiamento	2	100,0	2	66,7	2	100,0			1	100,0	7	87,5
Formalizar a concessão dos apoios (envio do termo de aceitação para os beneficiários)	2	100,0	1	33,3	1	50,0					4	50,0
Determinar a categoria de intervenção a que são atribuídas as despesas da operação	2	100,0	1	33,3	2	100,0					5	62,5
Decidir sobre pedidos de alterações às operações	2	100,0	1	33,3	1	50,0			1	100,0	5	62,5

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Costeiro) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 543. Avaliação do funcionamento dos mecanismos de articulação entre as AG e as e as Equipas do GAL, por PO

	1 – não funcionam		2		3		4		5		6 - funcionam muito bem		N/A		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Mar 2020																
Reuniões periódicas			1	8,3	1	8,3	2	16,7	7	58,3	1	8,3			12	100,0
Emissão de pareceres			1	9,1	1	9,1	6	54,5	2	18,2	1	9,1			11	100,0
Reuniões de coordenação			1	9,1	1	9,1	3	27,3	6	54,5					11	100,0
Ligação com um ponto focal			1	10,0	1	10,0			5	50,0	3	30,0			10	100,0
Outros													1	100,0	1	100,0
POR																
Reuniões periódicas	1	12,5			3	37,5	1	12,5	1	12,5	1	12,5	1	12,5	8	100,0
Emissão de pareceres			1	12,5	2	25,0	3	37,5			1	12,5	1	12,5	8	100,0
Reuniões de coordenação			2	25,0	3	37,5	1	12,5	1	12,5			1	12,5	8	100,0
Ligação com um ponto focal			1	12,5	1	12,5	1	12,5	2	25,0	2	25,0	1	12,5	8	100,0
Outros													1	100,0	1	100,0

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Costeiro) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 544. Média da Avaliação do funcionamento dos mecanismos de articulação entre as AG e as e as Equipas do GAL, por PO e região

	Norte		Centro		Lisboa		Algarve		Açores		Total	
	Média	N	Média	N	Média	N	Média	N	Média	N	Média	N
Mar 2020												
Reuniões periódicas	5,00	2	4,67	3	5,50	2	3,50	2	4,00	3	4,50	12
Emissão de pareceres	4,00	2	4,33	3	4,00	1	3,00	2	4,67	3	4,09	11
Reuniões de coordenação	4,50	2	4,67	3	5,00	1	3,50	2	4,00	3	4,27	11
Ligação com um ponto focal	5,50	2	5,33	3	3,00	1	4,00	2	5,00	2	4,80	10
Outros												
POR												
Reuniões periódicas	5,00	2	3,67	3	3,00	1	1,00	1			3,57	7
Emissão de pareceres	4,00	2	4,33	3	3,00	1	2,00	1			3,71	7
Reuniões de coordenação	4,00	2	3,00	3	3,00	1	2,00	1			3,14	7
Ligação com um ponto focal	5,00	2	4,33	3	3,00	1	5,00	1			4,43	7
Outros												

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Costeiro) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 545. Peso do financiamento associado aos custos de financiamento da gestão do DLBC Costeiro no conjunto da atividade e financiamento da entidade gestora

	Norte		Centro		Lisboa		Algarve		Açores		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%			N	%
5%	1	100,0									1	14,3
15%			1	100,0					1	33,3	2	28,6
35%					1	100,0			1	33,3	2	28,6
60%							1	100,0			1	14,3
100%									1	33,3	1	14,3
Total	1	100,0	1	100,0	1	100,0	1	100,0	3	100,0	7	100,0

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Costeiro) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 546. Adequação dotação financeira afeta às funções de gestão do tendo em consideração as competências de gestão delegadas

1 - Nada adequada		2		3		4		5		6 – totalmente adequada		Total	
N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
1	8,3	2	16,7	4	33,3	2	16,7	1	8,3	2	16,7	12	100,0

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Costeiro) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 547. Média da adequação dotação financeira afeta às funções de gestão do tendo em consideração as competências de gestão delegadas. (Escala de 1 – nada adequada a 6 – totalmente adequada)

Norte		Centro		Lisboa		Algarve		Açores		Total	
Média	N	Média	N	Média	N	Média	N	Média	N	Média	N
4,50	2	1,67	3	5,00	2	3,50	2	3,67	3	3,50	12

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Costeiro) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 548. Nº de elementos da equipa técnica (internos e externos)

	Norte		Centro		Lisboa		Algarve		Açores		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Internos												
3	1		1				2		1		5	41,7
4					1				1		2	16,7
5			1		1				1		3	25,0
7			1								1	8,3
9	1										1	8,3
Total	2		3		2		2		3		12	100,0
Externos												
0	1										1	20,0
1			1						1		2	40,0
2			1						1		2	40,0
Total	1		2						2		5	100,0

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Costeiro) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 549. Adequação da Equipa técnica afeta à gestão do DLBC COSTEIRO

	1 – Nada Adequados		2		3		4		5		6 - Totalmente Adequados		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Dimensão da equipa técnica			1	8,3	1	8,3	4	33,3	3	25,0	3	25,0	12	100,0
Competências dos elementos da equipa técnica							3	25,0	6	50,0	3	25,0	12	100,0

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Costeiro) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 550. Média da adequação da Equipa técnica afeta à gestão do DLBC COSTEIRO Escala 1 – nada adequados a 6 – totalmente adequados)

	Norte		Centro		Lisboa		Algarve		Açores		Total	
	Média	N	Média	N	Média	N	Média	N	Média	N	Média	N
Dimensão da equipa técnica	5,00	2	4,00	3	4,00	2	5,50	2	4,33	3	4,50	12
Competências dos elementos da equipa técnica	4,50	2	5,00	3	5,50	2	5,50	2	4,67	3	5,00	12

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Costeiro) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 551. Principais necessidades/problemas que sente em relação a atual Equipa Técnica, por região

	Norte (N=1)		Centro (N=3)		Lisboa (N=2)		Algarve (N=1)		Açores (N=2)		Total (N=9)	
	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos
Insuficiência no número de elementos da ETL			2	66,7	1	50,0			2	100,0	5	55,6
Excesso no número de elementos da ETL												
Desadequação da formação e conhecimentos face aos domínios de intervenção do GAL												
Insuficiência de conhecimentos técnicos face aos domínios de intervenção do GAL			1	33,3							1	11,1
Excessiva especialização dos técnicos em determinada área/função							1	100,0			1	11,1
Excessiva polivalência dos técnicos	1	100,0	3	100,0	1	50,0	1	100,0			6	66,7
Outros												

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Costeiro) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 552. Outros. Quais?

	Norte	Centro	Lisboa	Algarve	Açores
A grande diversidade de projetos e as áreas temáticas associadas implicam uma elevada polivalência		1			
ausência de formação específica	1				
excesso de burocracia diária que impossibilita, por vezes, tempo disponível para a animação territorial		1			

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Costeiro) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 553. Ações de capacitação desenvolvidas para os técnicos no atual quadro programático, por região

	Norte (N=2)		Centro (N=3)		Lisboa (N=2)		Algarve (N=2)		Açores (N=3)		Total (N=12)	
	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos
Contratação Pública	1	50,0	3	100,0	2	100,0	1	50,0	1	33,3	8	66,7
Sistemas de Informação	2	100,0	3	100,0	2	100,0	1	50,0	1	33,3	9	75,0
Crítérios de análise de projetos	1	50,0	2	66,7	1	50,0	1	50,0	1	33,3	6	50,0
Monitorização e Avaliação			1	33,3	1	50,0	1	50,0			3	25,0
Conceção de documentos estratégicos e de programação			1	33,3			1	50,0			2	16,7
Outras			1	33,3			1	50,0	1	33,3	3	25,0

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Costeiro) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 554. Outros. Quais?

	Norte	Centro	Lisboa	Algarve	Açores
Ações de formação IFAP e da AG MAR2020				1	
Plataformas informáticas de apreciação de candidaturas e CAD		1			
Sessão de informação sobre matéria diversa em conjunto com IFAP em fev. 2019					1

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Costeiro) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 555. Adequação das ações de capacitação desenvolvidas para os técnicos no atual quadro programático

	1 – Nada Adequados		2		3		4		5		6 - Totalmente Adequados		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Contratação Pública	2	18,2	1	9,1	3	27,3	1	9,1	3	27,3	1	9,1	11	100,0
Sistemas de Informação	1	9,1			4	36,4	3	27,3	2	18,2	1	9,1	11	100,0
Crítérios de análise de projetos	2	25,0	1	12,5	2	25,0	1	12,5	1	12,5	1	12,5	8	100,0
Monitorização e Avaliação	3	42,9			2	28,6	1	14,3	1	14,3			7	100,0

	1 – Nada Adequados		2		3		4		5		6 - Totalmente Adequados		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Conceção de documentos estratégicos e de programação	3	50,0			2	33,3			1	16,7			6	100,0
Outras					1	100,0							1	100,0

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Costeiro) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 556. Adequação das ações de capacitação desenvolvidas para os técnicos no atual quadro Programático Escala 1 – nada adequados a 6 - totalmente adequados)

	Norte		Centro		Lisboa		Algarve		Açores		Total	
	Média	N	Média	N	Média	N	Média	N	Média	N	Média	N
Contratação Pública	4,00	1	3,00	3	5,50	2	4,00	2	2,00	3	3,45	11
Sistemas de Informação	4,00	2	3,00	3	5,50	2	5,00	1	2,67	3	3,73	11
Crítérios de análise de projetos	3,00	1	2,33	3	6,00	1	5,00	1	2,00	2	3,13	8
Monitorização e Avaliação			1,67	3	6,00	1	5,00	1	2,00	2	2,86	7
Conceção de documentos estratégicos e de programação			1,67	3			5,00	1	2,00	2	2,33	6
Outras							3,00	1			3,00	1

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Costeiro) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 557. Áreas com maior necessidade de capacitação dos técnicos

	Norte	Centro	Lisboa	Algarve	Açores
análise das candidaturas e dos pedidos de pagamento	1				
Contratação pública		1		1	1
Económica					1
controlo administrativo					1
Monitorização e Avaliação, Conceção de documentos estratégicos e de programação, Sis		1			
SIG			1		
Sistemas de informação		1			
todas as anteriores em falta e ainda: acompanhamento de auditorias e soft skills (Gestão de stress, gestão de conflitos, gestão do tempo, conciliação família/trabalho, inglês)	1				

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Costeiro) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 558. Em que medida o GAL foi envolvido e participou na definição dos seguintes elementos dos Avisos, Mar 2020

	1 – Não deram contributos		2 – Deram contributos, mas não foram integrados		3 – Deram contributos e foram parcialmente integrados		4 – Deram contributos e foram integrados		5 – Foram responsáveis pela definição		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Definição do calendário de abertura dos AAC	1	8,3	1	8,3	3	25,0	2	16,7	5	41,7	12	100,0
Dotação financeira	1	8,3	1	8,3			3	25,0	7	58,3	12	100,0
Definição das TO/medidas	1	8,3	1	8,3	5	41,7	2	16,7	3	25,0	12	100,0
Prazos de apresentação das candidaturas					2	16,7	2	16,7	8	66,7	12	100,0
Definição dos requisitos (formais e documentais)	4	33,3			4	33,3			4	33,3	12	100,0
Definição de Indicadores	3	25,0	1	8,3	3	25,0	2	16,7	3	25,0	12	100,0
Crítérios de seleção das operações	2	16,7			5	41,7	3	25,0	2	16,7	12	100,0
Ações de divulgação, informação e publicidade realizadas					1	9,1	2	18,2	8	72,7	11	100,0
Adaptação dos avisos às especificidades territoriais					2	18,2	6	54,5	3	27,3	11	100,0

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Costeiro) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 559. Em que medida o GAL foi envolvido e participou na definição dos seguintes elementos dos Avisos, Mar 2020 (Norte)

	1 – Não deram contributos		2 – Deram contributos, mas não foram integrados		3 – Deram contributos e foram parcialmente integrados		4 – Deram contributos e foram integrados		5 – Foram responsáveis pela definição		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Definição do calendário de abertura dos AAC							1	50,0	1	50,0	2	100,0
Dotação financeira							1	50,0	1	50,0	2	100,0
Definição das TO/medidas					1	50,0			1	50,0	2	100,0
Prazos de apresentação das candidaturas									2	100,0	2	100,0
Definição dos requisitos (formais e documentais)					1	50,0			1	50,0	2	100,0
Definição de Indicadores	0	0,0	1	50,0	0	0,0	0	0,0	1	50,0	2	100,0
Crítérios de seleção das operações					1	50,0	1	50,0	0	0,0	2	100,0
Ações de divulgação, informação e publicidade realizadas					0	0,0	1	50,0	1	50,0	2	100,0

	1 – Não deram contributos		2 – Deram contributos, mas não foram integrados		3 – Deram contributos e foram parcialmente integrados		4 – Deram contributos e foram integrados		5 – Foram responsáveis pela definição		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Adaptação dos avisos às especificidades territoriais					1	50,0	1	50,0	0	0,0	2	100,0

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Costeiro) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 560. Em que medida o GAL foi envolvido e participou na definição dos seguintes elementos dos Avisos, Mar 2020 (Centro)

	1 – Não deram contributos		2 – Deram contributos, mas não foram integrados		3 – Deram contributos e foram parcialmente integrados		4 – Deram contributos e foram integrados		5 – Foram responsáveis pela definição		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Definição do calendário de abertura dos AAC	1	33,3			1	33,3	1	33,3			3	100,0
Dotação financeira							2	66,7	1	33,3	3	100,0
Definição das TO/medidas					2	66,7	1	33,3			3	100,0
Prazos de apresentação das candidaturas							2	66,7	1	33,3	3	100,0
Definição dos requisitos (formais e documentais)	1	33,3			1	33,3			1	33,3	3	100,0
Definição de Indicadores	1	33,3			1	33,3	1	33,3			3	100,0
Critérios de seleção das operações	1	33,3			2	66,7					3	100,0
Ações de divulgação, informação e publicidade realizadas									3	100,0	3	100,0
Adaptação dos avisos às especificidades territoriais					1	33,3	1	33,3	1	33,3	3	100,0

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Costeiro) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 561. Em que medida o GAL foi envolvido e participou na definição dos seguintes elementos dos Avisos, Mar 2020 (Lisboa)

	1 – Não deram contributos		2 – Deram contributos, mas não foram integrados		3 – Deram contributos e foram parcialmente integrados		4 – Deram contributos e foram integrados		5 – Foram responsáveis pela definição		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Definição do calendário de abertura dos AAC					1	50,0			1	50,0	2	100,0
Dotação financeira	1	50,0							1	50,0	2	100,0
Definição das TO/medidas					1	50,0			1	50,0	2	100,0
Prazos de apresentação das candidaturas					1	50,0			1	50,0	2	100,0
Definição dos requisitos (formais e documentais)	2	100,0									2	100,0
Definição de Indicadores	1	50,0			1	50,0					2	100,0
Critérios de seleção das operações	1	50,0			1	50,0					2	100,0
Ações de divulgação, informação e publicidade realizadas					1	100,0					1	100,0
Adaptação dos avisos às especificidades territoriais							1	100,0			1	100,0

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Costeiro) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 562. Em que medida o GAL foi envolvido e participou na definição dos seguintes elementos dos Avisos, Mar 2020 (Algarve)

	1 – Não deram contributos		2 – Deram contributos, mas não foram integrados		3 – Deram contributos e foram parcialmente integrados		4 – Deram contributos e foram integrados		5 – Foram responsáveis pela definição		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Definição do calendário de abertura dos AAC					1	50,0			1	50,0	2	100,0
Dotação financeira			1	50,0					1	50,0	2	100,0
Definição das TO/medidas	1	50,0			1	50,0			0	0,0	2	100,0

	1 – Não deram contributos		2 – Deram contributos, mas não foram integrados		3 – Deram contributos e foram parcialmente integrados		4 – Deram contributos e foram integrados		5 – Foram responsáveis pela definição		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Prazos de apresentação das candidaturas					1	50,0			1	50,0	2	100,0
Definição dos requisitos (formais e documentais)					1	50,0			1	50,0	2	100,0
Definição de Indicadores	1	50,0							1	50,0	2	100,0
CrITÉrios de seleção das operações							1	50,0	1	50,0	2	100,0
Ações de divulgação, informação e publicidade realizadas							1	50,0	1	50,0	2	100,0
Adaptação dos avisos às especificidades territoriais							1	50,0	1	50,0	2	100,0

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Costeiro) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 563. Em que medida o GAL foi envolvido e participou na definição dos seguintes elementos dos Avisos, Mar 2020 (Açores)

	1 – Não deram contributos		2 – Deram contributos, mas não foram integrados		3 – Deram contributos e foram parcialmente integrados		4 – Deram contributos e foram integrados		5 – Foram responsáveis pela definição		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Definição do calendário de abertura dos AAC			1	33,3					2	66,7	3	100,0
Dotação financeira									3	100,0	3	100,0
Definição das TO/medidas			1	33,3			1	33,3	1	33,3	3	100,0
Prazos de apresentação das candidaturas									3	100,0	3	100,0
Definição dos requisitos (formais e documentais)	1	33,3			1	33,3			1	33,3	3	100,0
Definição de Indicadores					1	33,3	1	33,3	1	33,3	3	100,0
Critérios de seleção das operações					1	33,3	1	33,3	1	33,3	3	100,0
Ações de divulgação, informação e publicidade realizadas									3	100,0	3	100,0
Adaptação dos avisos às especificidades territoriais							2	66,7	1	33,3	3	100,0

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Costeiro) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 564. Em que medida o GAL foi envolvido e participou na definição dos seguintes elementos dos Avisos, POR

	1 – Não deram contributos		2 – Deram contributos, mas não foram integrados		3 – Deram contributos e foram parcialmente integrados		4 – Deram contributos e foram integrados		5 – Foram responsáveis pela definição		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Definição do calendário de abertura dos AAC	2	25,0	1	12,5	3	37,5	2	25,0			8	100,0
Dotação financeira	2	25,0	1	12,5	2	25,0			3	37,5	8	100,0
Definição das TO/medidas	4	50,0	1	12,5	2	25,0			1	12,5	8	100,0
Prazos de apresentação das candidaturas	2	25,0	1	12,5	3	37,5	1	12,5	1	12,5	8	100,0
Definição dos requisitos (formais e documentais)	4	50,0	1	12,5	2	25,0			1	12,5	8	100,0
Definição de Indicadores	2	25,0	2	25,0	3	37,5	1	12,5			8	100,0
Critérios de seleção das operações	2	25,0	1	12,5	4	50,0			1	12,5	8	100,0
Ações de divulgação, informação e publicidade realizadas					2	28,6	1	14,3	4	57,1	7	100,0
Adaptação dos avisos às especificidades territoriais	1	14,3	1	14,3	2	28,6	2	28,6	1	14,3	7	100,0

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Costeiro) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 565. Em que medida o GAL foi envolvido e participou na definição dos seguintes elementos dos Avisos, POR (Norte)

	1 – Não deram contributos		2 – Deram contributos, mas não foram integrados		3 – Deram contributos e foram parcialmente integrados		4 – Deram contributos e foram integrados		5 – Foram responsáveis pela definição		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Definição do calendário de abertura dos AAC					2	100,0					2	100,0
Dotação financeira					2	100,0					2	100,0
Definição das TO/medidas					1	50,0			1	50,0	2	100,0
Prazos de apresentação das candidaturas					2	100,0					2	100,0
Definição dos requisitos (formais e documentais)					2	100,0					2	100,0
Definição de Indicadores			1	50,0	1	50,0					2	100,0
Critérios de seleção das operações					2	100,0					2	100,0
Ações de divulgação, informação e publicidade realizadas					1	50,0			1	50,0	2	100,0
Adaptação dos avisos às especificidades territoriais					2	100,0					2	100,0

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Costeiro) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 566. Em que medida o GAL foi envolvido e participou na definição dos seguintes elementos dos Avisos, POR (Centro)

	1 – Não deram contributos		2 – Deram contributos, mas não foram integrados		3 – Deram contributos e foram parcialmente integrados		4 – Deram contributos e foram integrados		5 – Foram responsáveis pela definição		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Definição do calendário de abertura dos AAC	2	66,7	1	33,3							3	100,0
Dotação financeira	1	33,3	1	33,3					1	33,3	3	100,0
Definição das TO/medidas	1	33,3	1	33,3	1	33,3					3	100,0
Prazos de apresentação das candidaturas	1	33,3	1	33,3	1	33,3					3	100,0
Definição dos requisitos (formais e documentais)	1	33,3	1	33,3					1	33,3	3	100,0
Definição de Indicadores	1	33,3	1	33,3			1	33,3			3	100,0
Critérios de seleção das operações	1	33,3			2	66,7					3	100,0
Ações de divulgação, informação e publicidade realizadas	1	33,3	1	33,3					3	100,0	3	100,0
Adaptação dos avisos às especificidades territoriais									1	33,3	3	100,0

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Costeiro) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 567. Em que medida o GAL foi envolvido e participou na definição dos seguintes elementos dos Avisos, POR (Lisboa)

	1 – Não deram contributos		2 – Deram contributos, mas não foram integrados		3 – Deram contributos e foram parcialmente integrados		4 – Deram contributos e foram integrados		5 – Foram responsáveis pela definição		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Definição do calendário de abertura dos AAC					1	50,0	1	50,0			2	100,0
Dotação financeira	1	50,0							1	50,0	2	100,0
Definição das TO/medidas	2	100,0									2	100,0
Prazos de apresentação das candidaturas	1	50,0							1	50,0	2	100,0
Definição dos requisitos (formais e documentais)	2	100,0									2	100,0
Definição de Indicadores	1	50,0			1	50,0					2	100,0
Critérios de seleção das operações	1	50,0	1	50,0							2	100,0
Ações de divulgação, informação e publicidade realizadas	1	100,0									1	100,0
Adaptação dos avisos às especificidades territoriais							1	100,0			1	100,0

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Costeiro) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 568. Em que medida o GAL foi envolvido e participou na definição dos seguintes elementos dos Avisos, POR (Algarve)

	1 – Não deram contributos		2 – Deram contributos, mas não foram integrados		3 – Deram contributos e foram parcialmente integrados		4 – Deram contributos e foram integrados		5 – Foram responsáveis pela definição		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Definição do calendário de abertura dos AAC							1	100,0			1	100,0
Dotação financeira									1	100,0	1	100,0
Definição das TO/medidas	1	100,0									1	100,0
Prazos de apresentação das candidaturas							1	100,0			1	100,0
Definição dos requisitos (formais e documentais)	1	100,0									1	100,0
Definição de Indicadores					1	100,0					1	100,0
Critérios de seleção das operações									1	100,0	1	100,0
Ações de divulgação, informação e publicidade realizadas							1	100,0			1	100,0
Adaptação dos avisos às especificidades territoriais							1	100,0			1	100,0

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Costeiro) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 569. Adequação dos calendários de abertura dos avisos para operações integradas nos DLBC COSTEIRO e dos prazos de submissão de candidaturas relativamente ao Tempo entre a realização das ações de divulgação e o prazo para submissão das candidaturas

	1 - Nada adequadas		2		3		4		5		6 – Totalmente adequadas		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
1- Inovação em espaço marítimo (FEAMP)	1	10,0					4	40,0	2	20,0	3	30,0	10	100,0
2. Qualificação escolar e profissional (FEAMP)			1	10,0			4	40,0	3	30,0	2	20,0	10	100,0
3. Promoção de Planos de Mar (FEAMP)							3	42,9	2	28,6	2	28,6	7	100,0
4. Reforço da competitividade da pesca (FEAMP)			1	10,0			5	50,0	2	20,0	2	20,0	10	100,0
5 Desenvolvimento de turismo em espaço aquático (FEAMP)			1	9,1			5	45,5	2	18,2	3	27,3	11	100,0
6. Promoção dos produtos locais e da sua qualidade (FEAMP)			1	9,1			6	54,5	2	18,2	2	18,2	11	100,0
7. Circuitos curtos de bens alimentares e mercados locais (FEAMP)			1	9,1			6	54,5	2	18,2	2	18,2	11	100,0
8. Preservação, conservação e valorização dos elementos patrimoniais, recursos naturais e paisagísticos (FEAMP)			1	9,1			5	45,5	2	18,2	3	27,3	11	100,0
8.8/8a. Apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas e à atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas e microempresas (FEDER)					1	16,7	4	66,7	1	16,7			6	100,0
6.3/6c. Conservação, proteção, promoção e desenvolvimento do património natural e cultural (FEDER)	1	20,0			1	20,0	2	40,0	1	20,0			5	100,0
8.3/8iii. Emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras (FSE)					1	16,7	3	50,0	1	16,7	1	16,7	6	100,0
9.1/9i. Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e a melhoria da empregabilidade (FSE)					1	25,0	3	75,0					4	100,0

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Costeiro) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 570. Média da Adequação dos calendários de abertura dos avisos para operações integradas nos DLBC COSTEIRO e dos prazos de submissão de candidaturas relativamente ao Tempo entre a realização das ações de divulgação e o prazo para submissão das candidaturas (escala 1- Nada Adequados a 6 Totalmente adequados), por Região

	Norte		Centro		Lisboa		Algarve		Açores		Total	
	Média	N	Média	N	Média	N	Média	N	Média	N	Média	N
1- Inovação em espaço marítimo (FEAMP)	4,00	1	5,67	3	4,00	1	5,50	2	3,33	3	4,60	10
2. Qualificação escolar e profissional (FEAMP)	4,00	1	5,33	3	4,00	1	5,50	2	3,33	3	4,50	10
3. Promoção de Planos de Mar (FEAMP)	4,00	1	5,00	3	4,00	1	5,50	2			4,86	7
4. Reforço da competitividade da pesca (FEAMP)	4,00	2	5,00	3	4,00	1	5,50	2	3,00	2	4,40	10
5 Desenvolvimento de turismo em espaço aquático (FEAMP)	4,00	2	5,67	3	4,00	1	5,50	2	3,33	3	4,55	11
6. Promoção dos produtos locais e da sua qualidade (FEAMP)	4,00	2	5,00	3	4,00	1	5,50	2	3,33	3	4,36	11
7. Circuitos curtos de bens alimentares e mercados locais (FEAMP)	4,00	2	5,00	3	4,00	1	5,50	2	3,33	3	4,36	11
8. Preservação, conservação e valorização dos elementos patrimoniais, recursos naturais e paisagísticos (FEAMP)	4,00	2	5,67	3	4,00	1	5,50	2	3,33	3	4,55	11
8.8/8a. Apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas e à atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas e microempresas (FEDER)	3,50	2	4,33	3	4,00	1					4,00	6
6.3/6c. Conservação, proteção, promoção e desenvolvimento do património natural e cultural (FEDER)	3,50	2	3,33	3							3,40	5
8.3/8iii. Emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras (FSE)	3,50	2	4,33	3			6,00	1			4,33	6
9.1/9i. Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e a melhoria da empregabilidade (FSE)	3,00	1	4,00	2	4,00	1					3,75	4

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Costeiro) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 571. Adequação dos calendários de abertura dos avisos para operações integradas nos DLBC COSTEIRO e dos prazos de submissão de candidaturas relativamente ao Tempo de duração do AAC (desde a abertura até ao encerramento)

	1 - Nada adequadas		2		3		4		5		6 – Totalmente adequadas		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
1- Inovação em espaço marítimo (FEAMP)	1	10,0					2	20,0	3	30,0	4	40,0	10	100,0
2. Qualificação escolar e profissional (FEAMP)	1	10,0					3	30,0	2	20,0	4	40,0	10	100,0
3. Promoção de Planos de Mar (FEAMP)	1	14,3					1	14,3	1	14,3	4	57,1	7	100,0
4. Reforço da competitividade da pesca (FEAMP)	1	10,0					3	30,0	2	20,0	4	40,0	10	100,0
5 Desenvolvimento de turismo em espaço aquático (FEAMP)	1	9,1					4	36,4	2	18,2	4	36,4	11	100,0
6. Promoção dos produtos locais e da sua qualidade (FEAMP)	1	9,1					4	36,4	2	18,2	4	36,4	11	100,0
7. Circuitos curtos de bens alimentares e mercados locais (FEAMP)	1	9,1					4	36,4	2	18,2	4	36,4	11	100,0
8. Preservação, conservação e valorização dos elementos patrimoniais, recursos naturais e paisagísticos (FEAMP)	1	9,1					4	36,4	2	18,2	4	36,4	11	100,0
8.8/8a. Apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas e à atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas e microempresas (FEDER)	1	16,7			1	16,7			2	33,3	2	33,3	6	100,0
6.3/6c. Conservação, proteção, promoção e desenvolvimento do património natural e cultural (FEDER)					1	20,0			2	40,0	2	40,0	5	100,0
8.3/8iii. Emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras (FSE)					1	16,7			2	33,3	3	50,0	6	100,0
9.1/9i. Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e a melhoria da empregabilidade (FSE)	1	25,0			1	25,0			1	25,0	1	25,0	4	100,0

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Costeiro) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 572. Média da Adequação dos calendários de abertura dos avisos para operações integradas nos DLBC COSTEIRO e dos prazos de submissão de candidaturas relativamente ao Tempo de duração do AAC (desde a abertura até ao encerramento) (escala 1- Nada Adequados a 6 Totalmente adequados), por Região

	Norte		Centro		Lisboa		Algarve		Açores		Total	
	Média	N	Média	N	Média	N	Média	N	Média	N	Média	N
1- Inovação em espaço marítimo (FEAMP)	6,00	1	5,67	3	1,00	1	5,50	2	4,33	3	4,80	10
2. Qualificação escolar e profissional (FEAMP)	6,00	1	5,67	3	1,00	1	5,50	2	4,00	3	4,70	10
3. Promoção de Planos de Mar (FEAMP)	5,00	2	6,00	2	1,00	1	5,50	2			4,86	7
4. Reforço da competitividade da pesca (FEAMP)	5,00	2	5,67	3	1,00	1	5,50	2	4,00	2	4,70	10
5 Desenvolvimento de turismo em espaço aquático (FEAMP)	5,00	2	5,67	3	1,00	1	5,50	2	4,00	3	4,64	11
6. Promoção dos produtos locais e da sua qualidade (FEAMP)	5,00	2	5,67	3	1,00	1	5,50	2	4,00	3	4,64	11
7. Circuitos curtos de bens alimentares e mercados locais (FEAMP)	5,00	2	5,67	3	1,00	1	5,50	2	4,00	3	4,64	11
8. Preservação, conservação e valorização dos elementos patrimoniais, recursos naturais e paisagísticos (FEAMP)	5,00	2	5,67	3	1,00	1	5,50	2	4,00	3	4,64	11
8.8/8a. Apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas e à atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas e microempresas (FEDER)	4,50	2	5,33	3	1,00	1					4,33	6
6.3/6c. Conservação, proteção, promoção e desenvolvimento do património natural e cultural (FEDER)	4,50	2	5,33	3							5,00	5
8.3/8iii. Emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras (FSE)	4,50	2	5,33	3			6,00	1			5,17	6
9.1/9i. Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e a melhoria da empregabilidade (FSE)	3,00	1	5,50	2	1,00	1					3,75	4

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Costeiro) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 573. Adequação dos calendários de abertura dos avisos para operações integradas nos DLBC COSTEIRO e dos prazos de submissão de candidaturas relativamente ao Ritmo de lançamento dos concursos

	1 - Nada adequadas		2		3		4		5		6 – Totalmente adequadas		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
1- Inovação em espaço marítimo (FEAMP)			1	10,0	2	20,0	4	40,0	1	10,0	2	20,0	10	100,0
2. Qualificação escolar e profissional (FEAMP)			1	11,1	2	22,2	4	44,4	1	11,1	1	11,1	9	100,0
3. Promoção de Planos de Mar (FEAMP)					2	28,6	2	28,6	1	14,3	2	28,6	7	100,0
4. Reforço da competitividade da pesca (FEAMP)					2	20,0	4	40,0	2	20,0	2	20,0	10	100,0
5 Desenvolvimento de turismo em espaço aquático (FEAMP)			1	9,1	2	18,2	4	36,4	2	18,2	2	18,2	11	100,0
6. Promoção dos produtos locais e da sua qualidade (FEAMP)			1	9,1	2	18,2	5	45,5	1	9,1	2	18,2	11	100,0
7. Circuitos curtos de bens alimentares e mercados locais (FEAMP)			1	9,1	2	18,2	4	36,4	2	18,2	2	18,2	11	100,0
8. Preservação, conservação e valorização dos elementos patrimoniais, recursos naturais e paisagísticos (FEAMP)			1	9,1	2	18,2	4	36,4	2	18,2	2	18,2	11	100,0
8.8/8a. Apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas e à atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas e microempresas (FEDER)			2	33,3	2	33,3	1	16,7	1	16,7			6	100,0
6.3/6c. Conservação, proteção, promoção e desenvolvimento do património natural e cultural (FEDER)	1	20,0	1	20,0	1	20,0	1	20,0	1	20,0			5	100,0
8.3/8iii. Emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras (FSE)	2	33,3	1	16,7	1	16,7	1	16,7	1	16,7			6	100,0
9.1/9i. Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e a melhoria da empregabilidade (FSE)			2	50,0	2	50,0							4	100,0

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Costeiro) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 574. Média da Adequação dos calendários de abertura dos avisos para operações integradas nos DLBC COSTEIRO e dos prazos de submissão de candidaturas relativamente ao Ritmo de lançamento dos concursos (escala 1- Nada Adequados a 6 Totalmente adequados), por Região

	Norte		Centro		Lisboa		Algarve		Açores		Total	
	Média	N	Média	N	Média	N	Média	N	Média	N	Média	N
1- Inovação em espaço marítimo (FEAMP)	4,00	1	5,00	3	3,00	1	4,50	2	3,33	3	4,10	10
2. Qualificação escolar e profissional (FEAMP)	4,00	1	4,50	2	3,00	1	4,50	2	3,33	3	3,89	9
3. Promoção de Planos de Mar (FEAMP)	4,50	2	5,00	2	3,00	1	4,50	2			4,43	7
4. Reforço da competitividade da pesca (FEAMP)	4,50	2	5,00	3	3,00	1	4,50	2	4,00	2	4,40	10
5 Desenvolvimento de turismo em espaço aquático (FEAMP)	4,50	2	5,00	3	3,00	1	4,50	2	3,33	3	4,18	11
6. Promoção dos produtos locais e da sua qualidade (FEAMP)	4,00	2	5,00	3	3,00	1	4,50	2	3,33	3	4,09	11
7. Circuitos curtos de bens alimentares e mercados locais (FEAMP)	4,50	2	5,00	3	3,00	1	4,50	2	3,33	3	4,18	11
8. Preservação, conservação e valorização dos elementos patrimoniais, recursos naturais e paisagísticos (FEAMP)	4,50	2	5,00	3	3,00	1	4,50	2	3,33	3	4,18	11
8.8/8a. Apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas e à atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas e microempresas (FEDER)	3,50	2	3,00	3	3,00	1					3,17	6
6.3/6c. Conservação, proteção, promoção e desenvolvimento do património natural e cultural (FEDER)	3,50	2	2,67	3							3,00	5
8.3/8iii. Emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras (FSE)	3,50	2	3,00	3			6,00	1			3,67	6
9.1/9i. Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e a melhoria da empregabilidade (FSE)	3,00	1	2,00	2	3,00	1					2,50	4

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Costeiro) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 575. Adequação dos calendários de abertura dos avisos para operações integradas nos DLBC COSTEIRO e dos prazos de submissão de candidaturas relativamente ao Promoção de articulação entre os concursos/ projetos

	1 - Nada adequadas		2		3		4		5		6 – Totalmente adequadas		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
1- Inovação em espaço marítimo (FEAMP)					1	11,1	4	44,4	2	22,2	2	22,2	9	100,0
2. Qualificação escolar e profissional (FEAMP)					1	12,5	4	50,0	2	25,0	1	12,5	8	100,0
3. Promoção de Planos de Mar (FEAMP)	1	16,7					1	16,7	2	33,3	2	33,3	6	100,0
4. Reforço da competitividade da pesca (FEAMP)	2	20,0					3	30,0	3	30,0	2	20,0	10	100,0
5 Desenvolvimento de turismo em espaço aquático (FEAMP)					1	10,0	3	30,0	3	30,0	3	30,0	10	100,0
6. Promoção dos produtos locais e da sua qualidade (FEAMP)			1	10,0	1	10,0	4	40,0	2	20,0	2	20,0	10	100,0
7. Circuitos curtos de bens alimentares e mercados locais (FEAMP)			1	10,0	1	10,0	3	30,0	3	30,0	2	20,0	10	100,0
8. Preservação, conservação e valorização dos elementos patrimoniais, recursos naturais e paisagísticos (FEAMP)					1	11,1	2	22,2	4	44,4	2	22,2	9	100,0
8.8/8a. Apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas e à atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas e microempresas (FEDER)					1	20,0	2	40,0	2	40,0			5	100,0
6.3/6c. Conservação, proteção, promoção e desenvolvimento do património natural e cultural (FEDER)					1	20,0			4	80,0			5	100,0
8.3/8iii. Emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras (FSE)					1	16,7	1	16,7	3	50,0	1	16,7	6	100,0
9.1/9i. Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e a melhoria da empregabilidade (FSE)			1	33,3	1	33,3	1	33,3					3	100,0

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Costeiro) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 576. Média da Adequação dos calendários de abertura dos avisos para operações integradas nos DLBC COSTEIRO e dos prazos de submissão de candidaturas relativamente ao Promoção de articulação entre os concursos/ projetos (escala 1- Nada Adequados a 6 Totalmente adequados), por Região

	Norte		Centro		Lisboa		Algarve		Açores		Total	
	Média	N	Média	N	Média	N	Média	N	Média	N	Média	N
1- Inovação em espaço marítimo (FEAMP)	5,00	1	5,00	3			5,00	2	3,67	3	4,56	9
2. Qualificação escolar e profissional (FEAMP)	5,00	1	4,50	2			5,00	2	3,67	3	4,38	8
3. Promoção de Planos de Mar (FEAMP)	5,00	2	3,50	2			5,00	2			4,50	6
4. Reforço da competitividade da pesca (FEAMP)	5,00	2	4,00	3			5,00	2	3,00	3	4,10	10
5 Desenvolvimento de turismo em espaço aquático (FEAMP)	5,00	2	5,67	3			5,00	2	3,67	3	4,80	10
6. Promoção dos produtos locais e da sua qualidade (FEAMP)	4,50	2	4,33	3			5,00	2	3,67	3	4,30	10
7. Circuitos curtos de bens alimentares e mercados locais (FEAMP)	5,00	2	4,33	3			5,00	2	3,67	3	4,40	10
8. Preservação, conservação e valorização dos elementos patrimoniais, recursos naturais e paisagísticos (FEAMP)	5,00	2	5,33	3			5,00	2	3,50	2	4,78	9
8.8/8a. Apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas e à atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas e microempresas (FEDER)	4,00	2	4,33	3							4,20	5
6.3/6c. Conservação, proteção, promoção e desenvolvimento do património natural e cultural (FEDER)	4,00	2	5,00	3							4,60	5
8.3/8iii. Emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras (FSE)	4,00	2	4,67	3			6,00	1			4,67	6
9.1/9i. Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e a melhoria da empregabilidade (FSE)	3,00	1	3,00	2							3,00	3

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Costeiro) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 577. Considera que as TI/medidas com concurso lançado incluíram as tipologias de operação que mais adequadas relativamente aos Objetivos da EDL e DLBC

	1 - Nada adequadas		2		3		4		5		6 – Totalmente adequadas		N/A		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
1- Inovação em espaço marítimo (FEAMP)					3	30,0			3	30,0	4	40,0			10	100,0
2. Qualificação escolar e profissional (FEAMP)	1	10,0			3	30,0	1	10,0	3	30,0	2	20,0			10	100,0
3. Promoção de Planos de Mar (FEAMP)	1	11,1			2	22,2			2	22,2	2	22,2	2	22,2	9	100,0
4. Reforço da competitividade da pesca (FEAMP)	1	10,0	1	10,0	2	20,0	1	10,0	2	20,0	3	30,0			10	100,0
5 Desenvolvimento de turismo em espaço aquático (FEAMP)					2	18,2	1	9,1	2	18,2	6	54,5			11	100,0
6. Promoção dos produtos locais e da sua qualidade (FEAMP)					2	18,2	1	9,1	4	36,4	4	36,4			11	100,0
7. Circuitos curtos de bens alimentares e mercados locais (FEAMP)					2	18,2	1	9,1	3	27,3	5	45,5			11	100,0
8. Preservação, conservação e valorização dos elementos patrimoniais, recursos naturais e paisagísticos (FEAMP)					1	9,1	1	9,1	3	27,3	6	54,5			11	100,0
8.8/8a. Apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas e à atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas e microempresas (FEDER)							1	16,7	1	16,7	4	66,7			6	100,0
6.3/6c. Conservação, proteção, promoção e desenvolvimento do património natural e cultural (FEDER)							1	20,0	2	40,0	2	40,0			5	100,0
8.3/8iii. Emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras (FSE)							1	16,7			5	83,3			6	100,0
9.1/9i. Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e a melhoria da empregabilidade (FSE)							1	20,0			2	40,0	2	40,0	5	100,0

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Costeiro) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 578. Considera que as TI/medidas com concurso lançado incluíram as tipologias de operação que mais adequadas relativamente aos Objetivos da EDL e DLBC, por Região (Média)

	Norte		Centro		Lisboa		Algarve		Açores		Total	
	Média	N	Média	N	Média	N	Média	N	Média	N	Média	N
1- Inovação em espaço marítimo (FEAMP)	5,00	1	5,00	3	6,00	1	5,50	2	3,67	3	4,80	10
2. Qualificação escolar e profissional (FEAMP)	4,00	1	4,33	3	1,00	1	5,50	2	4,00	3	4,10	10
3. Promoção de Planos de Mar (FEAMP)	5,00	1	4,00	3	1,00	1	5,50	2			4,14	7
4. Reforço da competitividade da pesca (FEAMP)	4,00	2	5,00	3	1,00	1	5,50	2	3,00	2	4,10	10
5 Desenvolvimento de turismo em espaço aquático (FEAMP)	5,00	2	6,00	3	6,00	1	4,50	2	4,33	3	5,09	11
6. Promoção dos produtos locais e da sua qualidade (FEAMP)	5,00	2	4,67	3	6,00	1	5,50	2	4,33	3	4,91	11
7. Circuitos curtos de bens alimentares e mercados locais (FEAMP)	5,00	2	5,00	3	6,00	1	5,50	2	4,33	3	5,00	11
8. Preservação, conservação e valorização dos elementos patrimoniais, recursos naturais e paisagísticos (FEAMP)	5,00	2	6,00	3	6,00	1	5,50	2	4,33	3	5,27	11
8.8/8a. Apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas e à atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas e microempresas (FEDER)	4,50	2	6,00	3	6,00	1					5,50	6
6.3/6c. Conservação, proteção, promoção e desenvolvimento do património natural e cultural (FEDER)	4,50	2	5,67	3							5,20	5
8.3/8iii. Emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras (FSE)	5,00	2	6,00	3			6,00	1			5,67	6

	Norte		Centro		Lisboa		Algarve		Açores		Total	
	Média	N	Média	N	Média	N	Média	N	Média	N	Média	N
9.1/9i. Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e a melhoria da empregabilidade (FSE)	4,00	1	6,00	1	6,00	1					5,33	3

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Costeiro) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 579. Considera que as TI/medidas com concurso lançado incluíram as tipologias de operação que mais adequadas relativamente aos Indicadores de realização e resultados DLBC

	1 - Nada adequadas		2		3		4		5		6 – Totalmente adequadas		N/A		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
1- Inovação em espaço marítimo (FEAMP)			1	11,1	3	33,3			2	22,2	3	33,3			9	100,0
2. Qualificação escolar e profissional (FEAMP)			1	11,1	3	33,3			3	33,3	2	22,2			9	100,0
3. Promoção de Planos de Mar (FEAMP)					2	25,0			2	25,0	2	25,0	2	25,0	8	100,0
4. Reforço da competitividade da pesca (FEAMP)			2	22,2	1	11,1	1	11,1	2	22,2	3	33,3			9	100,0
5 Desenvolvimento de turismo em espaço aquático (FEAMP)			1	10,0	2	20,0	1	10,0	1	10,0	5	50,0			10	100,0
6. Promoção dos produtos locais e da sua qualidade (FEAMP)			1	10,0	2	20,0	1	10,0	3	30,0	3	30,0			10	100,0
7. Circuitos curtos de bens alimentares e mercados locais (FEAMP)			1	10,0	3	30,0	1	10,0	2	20,0	3	30,0			10	100,0
8. Preservação, conservação e valorização dos elementos patrimoniais, recursos naturais e paisagísticos (FEAMP)			1	10,0	1	10,0	1	10,0	2	20,0	5	50,0			10	100,0
8.8/8a. Apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas e à atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas e microempresas (FEDER)							1	20,0	2	40,0	2	40,0			5	100,0
6.3/6c. Conservação, proteção, promoção e desenvolvimento do património natural e cultural (FEDER)							2	40,0	1	20,0	2	40,0			5	100,0
8.3/8iii. Emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras (FSE)							1	16,7	1	16,7	4	66,7			6	100,0
9.1/9i. Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e a melhoria da empregabilidade (FSE)							1	25,0			1	25,0	2	50,0	4	100,0

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Costeiro) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 580. Considera que as TI/medidas com concurso lançado incluíram as tipologias de operação que mais adequadas relativamente aos Indicadores de realização e resultados DLBC (escala 1- Nada Adequados a 6 Totalmente adequados), por Região (Média)

	Norte		Centro		Lisboa		Algarve		Açores		Total	
	Média	N	Média	N	Média	N	Média	N	Média	N	Média	N
1- Inovação em espaço marítimo (FEAMP)	2,00	1	5,00	3			5,50	2	3,67	3	4,33	9
2. Qualificação escolar e profissional (FEAMP)	2,00	1	4,67	3			5,50	2	3,67	3	4,22	9
3. Promoção de Planos de Mar (FEAMP)	5,00	1	4,00	3			5,50	2			4,67	6
4. Reforço da competitividade da pesca (FEAMP)	3,50	2	5,00	3			5,50	2	3,00	2	4,33	9
5 Desenvolvimento de turismo em espaço aquático (FEAMP)	3,50	2	6,00	3			4,50	2	4,33	3	4,70	10
6. Promoção dos produtos locais e da sua qualidade (FEAMP)	3,50	2	4,67	3			5,50	2	4,33	3	4,50	10
7. Circuitos curtos de bens alimentares e mercados locais (FEAMP)	3,50	2	5,00	3			5,50	2	3,33	3	4,30	10
8. Preservação, conservação e valorização dos elementos patrimoniais, recursos naturais e paisagísticos (FEAMP)	3,50	2	6,00	3			5,50	2	4,33	3	4,90	10
8.8/8a. Apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas e à atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas e microempresas (FEDER)	4,50	2	5,67	3							5,20	5
6.3/6c. Conservação, proteção, promoção e desenvolvimento do património natural e cultural (FEDER)	4,00	2	5,67	3							5,00	5
8.3/8iii. Emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras (FSE)	5,00	2	5,67	3			6,00	1			5,50	6

	Norte		Centro		Lisboa		Algarve		Açores		Total	
	Média	N	Média	N	Média	N	Média	N	Média	N	Média	N
9.1/9i. Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e a melhoria da empregabilidade (FSE)	4,00	1	6,00	1							5,00	2

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Costeiro) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 581. Considera que as TI/medidas com concurso lançado incluíram as tipologias de operação que mais adequadas relativamente aos Público-alvo

	1 - Nada adequadas		2		3		4		5		6 – Totalmente adequadas		N/A		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
1- Inovação em espaço marítimo (FEAMP)			1	10,0	1	10,0			4	40,0	4	40,0			10	100,0
2. Qualificação escolar e profissional (FEAMP)	1	10,0			2	20,0	1	10,0	3	30,0	3	30,0			10	100,0
3. Promoção de Planos de Mar (FEAMP)	2	22,2	1	11,1					2	22,2	2	22,2	2	22,2	9	100,0
4. Reforço da competitividade da pesca (FEAMP)	1	10,0	3	30,0	1	10,0			3	30,0	2	20,0			10	100,0
5 Desenvolvimento de turismo em espaço aquático (FEAMP)			1	9,1	1	9,1			3	27,3	6	54,5			11	100,0
6. Promoção dos produtos locais e da sua qualidade (FEAMP)			2	18,2					6	54,5	3	27,3			11	100,0
7. Circuitos curtos de bens alimentares e mercados locais (FEAMP)			2	18,2					4	36,4	5	45,5			11	100,0
8. Preservação, conservação e valorização dos elementos patrimoniais, recursos naturais e paisagísticos (FEAMP)			1	10,0					4	40,0	5	50,0			10	100,0
8.8/8a. Apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas e à atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas e microempresas (FEDER)							1	16,7	1	16,7	4	66,7			6	100,0
6.3/6c. Conservação, proteção, promoção e desenvolvimento do património natural e cultural (FEDER)							2	40,0	1	20,0	2	40,0			5	100,0
8.3/8iii. Emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras (FSE)							1	16,7			5	83,3			6	100,0
9.1/9i. Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e a melhoria da empregabilidade (FSE)							1	20,0			2	40,0	2	40,0	5	100,0

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Costeiro) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 582. Considera que as TI/medidas com concurso lançado incluíram as tipologias de operação que mais adequadas relativamente aos Indicadores de realização e resultados DLBC (escala 1- Nada Adequados a 6 Totalmente adequados), por Região (Média)

	Norte		Centro		Lisboa		Algarve		Açores		Total	
	Média	N	Média	N	Média	N	Média	N	Média	N	Média	N
1- Inovação em espaço marítimo (FEAMP)	5,00	1	4,67	3	6,00	1	5,50	2	4,33	3	4,90	10
2. Qualificação escolar e profissional (FEAMP)	5,00	1	4,67	3	1,00	1	5,50	2	4,33	3	4,40	10
3. Promoção de Planos de Mar (FEAMP)	5,00	1	3,00	3	1,00	1	5,50	2			3,71	7
4. Reforço da competitividade da pesca (FEAMP)	3,50	2	3,67	3	1,00	1	5,50	2	3,50	2	3,70	10
5 Desenvolvimento de turismo em espaço aquático (FEAMP)	5,00	2	6,00	3	6,00	1	4,50	2	4,33	3	5,09	11
6. Promoção dos produtos locais e da sua qualidade (FEAMP)	5,00	2	4,33	3	6,00	1	5,50	2	4,00	3	4,73	11
7. Circuitos curtos de bens alimentares e mercados locais (FEAMP)	5,00	2	4,67	3	6,00	1	5,50	2	4,33	3	4,91	11
8. Preservação, conservação e valorização dos elementos patrimoniais, recursos naturais e paisagísticos (FEAMP)	5,00	2	6,00	3			5,50	2	4,33	3	5,20	10

	Norte		Centro		Lisboa		Algarve		Açores		Total	
	Média	N	Média	N	Média	N	Média	N	Média	N	Média	N
8.8/8a. Apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas e à atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas e microempresas (FEDER)	4,50	2	6,00	3	6,00	1					5,50	6
6.3/6c. Conservação, proteção, promoção e desenvolvimento do património natural e cultural (FEDER)	4,50	2	5,33	3							5,00	5
8.3/8iii. Emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras (FSE)	5,00	2	6,00	3			6,00	1			5,67	6
9.1/9i. Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e a melhoria da empregabilidade (FSE)	4,00	1	6,00	1	6,00	1					5,33	3

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Costeiro) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 583. Considera que as TI/medidas com concurso lançado incluíram as tipologias de operação que mais adequadas relativamente às Necessidades do território

	1 - Nada adequadas		2		3		4		5		6 – Totalmente adequadas		N/A		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
1- Inovação em espaço marítimo (FEAMP)					2	20,0	1	10,0	3	30,0	4	40,0			10	100,0
2. Qualificação escolar e profissional (FEAMP)			1	10,0	2	20,0	1	10,0	4	40,0	2	20,0			10	100,0
3. Promoção de Planos de Mar (FEAMP)	2	22,2	1	11,1					2	22,2	2	22,2	2	22,2	9	100,0
4. Reforço da competitividade da pesca (FEAMP)			2	20,0	1	10,0	1	10,0	2	20,0	4	40,0			10	100,0
5 Desenvolvimento de turismo em espaço aquático (FEAMP)					2	18,2	1	9,1	2	18,2	6	54,5			11	100,0
6. Promoção dos produtos locais e da sua qualidade (FEAMP)					2	18,2	1	9,1	4	36,4	4	36,4			11	100,0
7. Circuitos curtos de bens alimentares e mercados locais (FEAMP)					2	18,2	1	9,1	4	36,4	4	36,4			11	100,0
8. Preservação, conservação e valorização dos elementos patrimoniais, recursos naturais e paisagísticos (FEAMP)					2	20,0			3	30,0	5	50,0			10	100,0
8.8/8a. Apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas e à atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas e microempresas (FEDER)							1	16,7	1	16,7	4	66,7			6	100,0
6.3/6c. Conservação, proteção, promoção e desenvolvimento do património natural e cultural (FEDER)							1	20,0	1	20,0	3	60,0			5	100,0
8.3/8iii. Emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras (FSE)							1	16,7			5	83,3			6	100,0
9.1/9i. Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e a melhoria da empregabilidade (FSE)							1	20,0			2	40,0	2	40,0	5	100,0

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Costeiro) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 584. Considera que as TI/medidas com concurso lançado incluíram as tipologias de operação que mais adequadas relativamente às Necessidades do território (escala 1- Nada Adequados a 6 Totalmente adequados), por Região (Média)

	Norte		Centro		Lisboa		Algarve		Açores		Total	
	Média	N	Média	N	Média	N	Média	N	Média	N	Média	N
1- Inovação em espaço marítimo (FEAMP)	5,00	1	5,33	3	6,00	1	5,50	2	3,67	3	4,90	10
2. Qualificação escolar e profissional (FEAMP)	5,00	1	4,67	3	3,00	1	5,50	2	3,67	3	4,40	10
3. Promoção de Planos de Mar (FEAMP)	5,00	1	3,00	3	1,00	1	5,50	2			3,71	7
4. Reforço da competitividade da pesca (FEAMP)	3,50	2	5,00	3	6,00	1	5,50	2	3,00	2	4,50	10
5 Desenvolvimento de turismo em espaço aquático (FEAMP)	5,00	2	6,00	3	6,00	1	4,50	2	4,33	3	5,09	11
6. Promoção dos produtos locais e da sua qualidade (FEAMP)	5,00	2	4,67	3	6,00	1	5,50	2	4,33	3	4,91	11
7. Circuitos curtos de bens alimentares e mercados locais (FEAMP)	5,00	2	5,00	3	6,00	1	5,50	2	4,00	3	4,91	11
8. Preservação, conservação e valorização dos elementos patrimoniais, recursos naturais e paisagísticos (FEAMP)	5,00	2	6,00	3			5,50	2	4,00	3	5,10	10
8.8/8a. Apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas e à atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas e microempresas (FEDER)	4,50	2	6,00	3	6,00	1					5,50	6
6.3/6c. Conservação, proteção, promoção e desenvolvimento do património natural e cultural (FEDER)	4,50	2	6,00	3							5,40	5
8.3/8iii. Emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras (FSE)	5,00	2	6,00	3			6,00	1			5,67	6
9.1/9i. Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e a melhoria da empregabilidade (FSE)	4,00	1	6,00	1	6,00	1					5,33	5

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Costeiro) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 585. Outro. Qual?

	Norte	Centro	Lisboa	Algarve	Açores
O GAL está impedido, por parte das AG, de proceder à abertura de AAC sobre as verbas atribuídas e não comprometidas					

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Costeiro) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 586. Adequação Procedimentos definidos para a análise e seleção das operações (checklist, manual de procedimentos, prazos) quanto ao processo de análise e seleção de operações

	1 – Nada Adequados		2		3		4		5		6 - Totalmente Adequados		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
1- Inovação em espaço marítimo (FEAMP)					3	37,5	2	25,0	3	37,5			8	100,0
2. Qualificação escolar e profissional (FEAMP)					3	37,5	2	25,0	3	37,5			8	100,0
3. Promoção de Planos de Mar (FEAMP)					2	28,6	2	28,6	3	42,9			7	100,0
4. Reforço da competitividade da pesca (FEAMP)					3	33,3	3	33,3	3	33,3			9	100,0
5 Desenvolvimento de turismo em espaço aquático (FEAMP)					3	30,0	3	30,0	4	40,0			10	100,0
6. Promoção dos produtos locais e da sua qualidade (FEAMP)					3	33,3	3	33,3	3	33,3			9	100,0
7. Circuitos curtos de bens alimentares e mercados locais (FEAMP)					3	30,0	3	30,0	3	30,0	1	10,0	10	100,0
8. Preservação, conservação e valorização dos elementos patrimoniais, recursos naturais e paisagísticos (FEAMP)					3	33,3	3	33,3	3	33,3			9	100,0
8.8/8a. Apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas e à atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas e microempresas (FEDER)			1	14,3	1	14,3	4	57,1	1	14,3			7	100,0
6.3/6c. Conservação, proteção, promoção e desenvolvimento do património natural e cultural (FEDER)			1	16,7	1	16,7	4	66,7					6	100,0
8.3/8iii. Emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras (FSE)			1	12,5	2	25,0	4	50,0	1	12,5			8	100,0
9.1/9i. Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e a melhoria da empregabilidade (FSE)	1	25,0	1	25,0	1	25,0	1	25,0					4	100,0

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Costeiro) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 587. Média da Adequação Procedimentos definidos para a análise e seleção das operações (checklist, manual de procedimentos, prazos) quanto ao processo de análise e seleção de operações (escala 1- Nada Adequados a 6 Totalmente adequados), por Região

	Norte		Centro		Lisboa		Algarve		Açores		Total	
	Média	N	Média	N	Média	N	Média	N	Média	N	Média	N
1- Inovação em espaço marítimo (FEAMP)	3,00	1	4,67	3	3,00	1	5,00	1	3,50	2	4,00	8
2. Qualificação escolar e profissional (FEAMP)	3,00	1	4,67	3	3,00	1	5,00	1	3,50	2	4,00	8
3. Promoção de Planos de Mar (FEAMP)	3,50	2	4,67	3	3,00	1	5,00	1			4,14	7
4. Reforço da competitividade da pesca (FEAMP)	3,50	2	4,67	3	3,00	1	5,00	1	3,50	2	4,00	9
5 Desenvolvimento de turismo em espaço aquático (FEAMP)	3,50	2	4,67	3	3,00	1	5,00	1	4,00	3	4,10	10
6. Promoção dos produtos locais e da sua qualidade (FEAMP)	3,50	2	4,67	3	3,00	1	5,00	1	3,50	2	4,00	9
7. Circuitos curtos de bens alimentares e mercados locais (FEAMP)	3,50	2	4,67	3	3,00	1	5,50	2	3,50	2	4,20	10
8. Preservação, conservação e valorização dos elementos patrimoniais, recursos naturais e paisagísticos (FEAMP)	3,50	2	4,67	3	3,00	1	5,00	1	3,50	2	4,00	9
8.8/8a. Apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas e à atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas e microempresas (FEDER)	4,50	2	4,00	3	3,00	1	2,00	1			3,71	7
6.3/6c. Conservação, proteção, promoção e desenvolvimento do património natural e cultural (FEDER)	3,50	2	4,00	3			2,00	1			3,50	6
8.3/8iii. Emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras (FSE)	4,50	2	4,00	3	3,00	1	2,50	2			3,63	8
9.1/9i. Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e a melhoria da empregabilidade (FSE)	4,00	1	2,00	2			2,00	1			2,50	4

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Costeiro) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 588. Adequação Critérios de seleção quanto ao processo de análise e seleção de operações

	1 – Nada Adequados		2		3		4		5		6 - Totalmente Adequados		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
1- Inovação em espaço marítimo (FEAMP)			1	12,5	2	25,0	2	25,0	3	37,5			8	100,0
2. Qualificação escolar e profissional (FEAMP)			1	12,5	2	25,0	2	25,0	3	37,5			8	100,0
3. Promoção de Planos de Mar (FEAMP)			1	14,3	1	14,3	2	28,6	3	42,9			7	100,0
4. Reforço da competitividade da pesca (FEAMP)			1	11,1	2	22,2	3	33,3	3	33,3			9	100,0
5 Desenvolvimento de turismo em espaço aquático (FEAMP)			1	10,0	2	20,0	3	30,0	4	40,0			10	100,0
6. Promoção dos produtos locais e da sua qualidade (FEAMP)			1	11,1	2	22,2	3	33,3	3	33,3			9	100,0
7. Circuitos curtos de bens alimentares e mercados locais (FEAMP)			1	10,0	2	20,0	3	30,0	3	30,0	1	10,0	10	100,0
8. Preservação, conservação e valorização dos elementos patrimoniais, recursos naturais e paisagísticos (FEAMP)			1	11,1	2	22,2	3	33,3	3	33,3			9	100,0
8.8/8a. Apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas e à atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas e microempresas (FEDER)			1	14,3	1	14,3	2	28,6	3	42,9			7	100,0
6.3/6c. Conservação, proteção, promoção e desenvolvimento do património natural e cultural (FEDER)			1	16,7	1	16,7	2	33,3	2	33,3			6	100,0
8.3/8iii. Emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras (FSE)			1	12,5	2	25,0	2	25,0	3	37,5			8	100,0
9.1/9i. Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e a melhoria da empregabilidade (FSE)			1	25,0	1	25,0	1	25,0	1	25,0			4	100,0

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Costeiro) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 589. Média da Adequação Critérios de seleção quanto ao processo de análise e seleção de operações (escala 1- Nada Adequados a 6 Totalmente adequados), por Região

	Norte		Centro		Lisboa		Algarve		Açores		Total	
	Média	N	Média	N	Média	N	Média	N	Média	N	Média	N
1- Inovação em espaço marítimo (FEAMP)	3,00	1	4,67	3	2,00	1	5,00	1	3,50	2	3,88	8
2. Qualificação escolar e profissional (FEAMP)	3,00	1	4,67	3	2,00	1	5,00	1	3,50	2	3,88	8
3. Promoção de Planos de Mar (FEAMP)	3,50	2	4,67	3	2,00	1	5,00	1			4,00	7
4. Reforço da competitividade da pesca (FEAMP)	3,50	2	4,67	3	2,00	1	5,00	1	3,50	2	3,89	9
5 Desenvolvimento de turismo em espaço aquático (FEAMP)	3,50	2	4,67	3	2,00	1	5,00	1	4,00	3	4,00	10
6. Promoção dos produtos locais e da sua qualidade (FEAMP)	3,50	2	4,67	3	2,00	1	5,00	1	3,50	2	3,89	9
7. Circuitos curtos de bens alimentares e mercados locais (FEAMP)	3,50	2	4,67	3	2,00	1	5,50	2	3,50	2	4,10	10
8. Preservação, conservação e valorização dos elementos patrimoniais, recursos naturais e paisagísticos (FEAMP)	3,50	2	4,67	3	2,00	1	5,00	1	3,50	2	3,89	9
8.8/8a. Apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas e à atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas e microempresas (FEDER)	4,50	2	4,67	3	3,00	1	2,00	1			4,00	7
6.3/6c. Conservação, proteção, promoção e desenvolvimento do património natural e cultural (FEDER)	3,50	2	4,67	3			2,00	1			3,83	6
8.3/8iii. Emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras (FSE)	4,50	2	4,67	3	3,00	1	2,50	2			3,88	8
9.1/9i. Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e a melhoria da empregabilidade (FSE)	4,00	1	2,00	2			2,00	1			2,50	4

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Costeiro) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 590. Adequação Metodologia de apuramento do mérito quanto ao processo de análise e seleção de operações

	1 – Nada Adequados		2		3		4		5		6 - Totalmente Adequados		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
1- Inovação em espaço marítimo (FEAMP)			1	12,5	2	25,0	1	12,5	3	37,5	1	12,5	8	100,0
2. Qualificação escolar e profissional (FEAMP)			1	12,5	2	25,0	1	12,5	3	37,5	1	12,5	8	100,0
3. Promoção de Planos de Mar (FEAMP)			1	14,3	1	14,3	1	14,3	3	42,9	1	14,3	7	100,0
4. Reforço da competitividade da pesca (FEAMP)			1	11,1	2	22,2	2	22,2	3	33,3	1	11,1	9	100,0
5 Desenvolvimento de turismo em espaço aquático (FEAMP)			1	10,0	2	20,0	2	20,0	4	40,0	1	10,0	10	100,0
6. Promoção dos produtos locais e da sua qualidade (FEAMP)			1	11,1	2	22,2	2	22,2	3	33,3	1	11,1	9	100,0
7. Circuitos curtos de bens alimentares e mercados locais (FEAMP)			1	10,0	2	20,0	2	20,0	3	30,0	2	20,0	10	100,0
8. Preservação, conservação e valorização dos elementos patrimoniais, recursos naturais e paisagísticos (FEAMP)			1	11,1	2	22,2	2	22,2	3	33,3	1	11,1	9	100,0
8.8/8a. Apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas e à atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas e microempresas (FEDER)			1	14,3	1	14,3	3	42,9	2	28,6			7	100,0
6.3/6c. Conservação, proteção, promoção e desenvolvimento do património natural e cultural (FEDER)			1	16,7	1	16,7	3	50,0	1	16,7			6	100,0
8.3/8iii. Emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras (FSE)			1	12,5	1	12,5	3	37,5	2	25,0	1	12,5	8	100,0
9.1/9i. Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e a melhoria da empregabilidade (FSE)	1	25,0	1	25,0			2	50,0					4	100,0

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Costeiro) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 591. Média da Metodologia de apuramento do mérito quanto ao processo de análise e seleção de operações (escala 1- Nada Adequados a 6 Totalmente adequados), por Região

	Norte		Centro		Lisboa		Algarve		Açores		Total	
	Média	N	Média	N	Média	N	Média	N	Média	N	Média	N
1- Inovação em espaço marítimo (FEAMP)	3,00	1	5,33	3	2,00	1	5,00	1	3,50	2	4,13	8
2. Qualificação escolar e profissional (FEAMP)	3,00	1	5,33	3	2,00	1	5,00	1	3,50	2	4,13	8
3. Promoção de Planos de Mar (FEAMP)	3,50	2	5,33	3	2,00	1	5,00	1			4,29	7
4. Reforço da competitividade da pesca (FEAMP)	3,50	2	5,33	3	2,00	1	5,00	1	3,50	2	4,11	9
5 Desenvolvimento de turismo em espaço aquático (FEAMP)	3,50	2	5,33	3	2,00	1	5,00	1	4,00	3	4,20	10
6. Promoção dos produtos locais e da sua qualidade (FEAMP)	3,50	2	5,33	3	2,00	1	5,00	1	3,50	2	4,11	9
7. Circuitos curtos de bens alimentares e mercados locais (FEAMP)	3,50	2	5,33	3	2,00	1	5,50	2	3,50	2	4,30	10
8. Preservação, conservação e valorização dos elementos patrimoniais, recursos naturais e paisagísticos (FEAMP)	3,50	2	5,33	3	2,00	1	5,00	1	3,50	2	4,11	9
8.8/8a. Apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas e à atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas e microempresas (FEDER)	4,50	2	4,33	3	3,00	1	2,00	1			3,86	7
6.3/6c. Conservação, proteção, promoção e desenvolvimento do património natural e cultural (FEDER)	3,50	2	4,33	3			2,00	1			3,67	6
8.3/8iii. Emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras (FSE)	4,50	2	4,33	3	3,00	1	4,00	2			4,13	8
9.1/9i. Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e a melhoria da empregabilidade (FSE)	4,00	1	2,50	2			2,00	1			2,75	4

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Costeiro) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 592. Adequação Dimensão da equipa com funções de análise de candidaturas quanto ao processo de análise e seleção de operações

	1 – Nada Adequados		2		3		4		5		6 - Totalmente Adequados		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
1- Inovação em espaço marítimo (FEAMP)					2	25,0			3	37,5	3	37,5	8	100,0
2. Qualificação escolar e profissional (FEAMP)					2	25,0			4	50,0	2	25,0	8	100,0
3. Promoção de Planos de Mar (FEAMP)					1	14,3			3	42,9	3	42,9	7	100,0
4. Reforço da competitividade da pesca (FEAMP)					3	30,0	2	20,0	3	30,0	2	20,0	10	100,0
5 Desenvolvimento de turismo em espaço aquático (FEAMP)					3	30,0			4	40,0	3	30,0	10	100,0
6. Promoção dos produtos locais e da sua qualidade (FEAMP)					3	33,3	1	11,1	3	33,3	2	22,2	9	100,0
7. Circuitos curtos de bens alimentares e mercados locais (FEAMP)					3	33,3			3	33,3	3	33,3	9	100,0
8. Preservação, conservação e valorização dos elementos patrimoniais, recursos naturais e paisagísticos (FEAMP)					3	33,3			3	33,3	3	33,3	9	100,0
8.8/8a. Apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas e à atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas e microempresas (FEDER)			1	14,3	1	14,3	1	14,3	2	28,6	2	28,6	7	100,0
6.3/6c. Conservação, proteção, promoção e desenvolvimento do património natural e cultural (FEDER)			1	16,7	1	16,7	1	16,7	2	33,3	1	16,7	6	100,0
8.3/8iii. Emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras (FSE)			1	12,5	2	25,0	1	12,5	2	25,0	2	25,0	8	100,0
9.1/9i. Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e a melhoria da empregabilidade (FSE)	1	25,0	1	25,0	1	25,0			1	25,0			4	100,0

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Costeiro) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 593. Média da Dimensão da equipa com funções de análise de candidaturas quanto ao processo de análise e seleção de operações (escala 1- Nada Adequados a 6 Totalmente adequados), por Região

	Norte		Centro		Lisboa		Algarve		Açores		Total	
	Média	N	Média	N	Média	N	Média	N	Média	N	Média	N
1- Inovação em espaço marítimo (FEAMP)	6,00	1	5,33	3	6,00	1	5,00	1	3,00	2	4,88	8
2. Qualificação escolar e profissional (FEAMP)	6,00	1	5,00	3	6,00	1	5,00	1	3,00	2	4,75	8
3. Promoção de Planos de Mar (FEAMP)	4,50	2	5,33	3	6,00	1	5,00	1			5,14	7
4. Reforço da competitividade da pesca (FEAMP)	4,50	2	4,67	3	6,00	1	5,00	1	3,33	3	4,40	10
5 Desenvolvimento de turismo em espaço aquático (FEAMP)	4,50	2	5,00	3	6,00	1	5,50	2	3,00	2	4,70	10
6. Promoção dos produtos locais e da sua qualidade (FEAMP)	4,50	2	4,67	3	6,00	1	5,00	1	3,00	2	4,44	9
7. Circuitos curtos de bens alimentares e mercados locais (FEAMP)	4,50	2	5,33	3	6,00	1	5,00	1	3,00	2	4,67	9
8. Preservação, conservação e valorização dos elementos patrimoniais, recursos naturais e paisagísticos (FEAMP)	4,50	2	5,33	3	6,00	1	5,00	1	3,00	2	4,67	9
8.8/8a. Apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas e à atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas e microempresas (FEDER)	4,50	2	4,67	3	6,00	1	2,00	1			4,43	7
6.3/6c. Conservação, proteção, promoção e desenvolvimento do património natural e cultural (FEDER)	4,50	2	4,67	3			2,00	1			4,17	6
8.3/8iii. Emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras (FSE)	4,50	2	4,67	3	6,00	1	2,50	2			4,25	8
9.1/9i. Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e a melhoria da empregabilidade (FSE)	3,00	1	3,00	2			2,00	1			2,75	4

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Costeiro) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 594. Adequação Periodicidade das reuniões do órgão de gestão quanto ao processo de análise e seleção de operações

	1 – Nada Adequados		2		3		4		5		6 - Totalmente Adequados		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
1- Inovação em espaço marítimo (FEAMP)					3	37,5			3	37,5	2	25,0	8	100,0
2. Qualificação escolar e profissional (FEAMP)					3	37,5			3	37,5	2	25,0	8	100,0
3. Promoção de Planos de Mar (FEAMP)					2	28,6	1	14,3	2	28,6	2	28,6	7	100,0
4. Reforço da competitividade da pesca (FEAMP)					3	33,3	1	11,1	3	33,3	2	22,2	9	100,0
5 Desenvolvimento de turismo em espaço aquático (FEAMP)					3	30,0	1	10,0	3	30,0	3	30,0	10	100,0
6. Promoção dos produtos locais e da sua qualidade (FEAMP)					3	33,3	1	11,1	3	33,3	2	22,2	9	100,0
7. Circuitos curtos de bens alimentares e mercados locais (FEAMP)					3	30,0	1	10,0	3	30,0	3	30,0	10	100,0
8. Preservação, conservação e valorização dos elementos patrimoniais, recursos naturais e paisagísticos (FEAMP)					3	33,3	1	11,1	3	33,3	2	22,2	9	100,0
8.8/8a. Apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas e à atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas e microempresas (FEDER)			1	14,3	2	28,6			2	28,6	2	28,6	7	100,0
6.3/6c. Conservação, proteção, promoção e desenvolvimento do património natural e cultural (FEDER)			1	16,7	2	33,3			2	33,3	1	16,7	6	100,0
8.3/8iii. Emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras (FSE)	1	12,5	1	12,5	2	25,0			2	25,0	2	25,0	8	100,0
9.1/9i. Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e a melhoria da empregabilidade (FSE)	1	25,0	1	25,0	1	25,0					1	25,0	4	100,0

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Costeiro) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 595. Média da Periodicidade das reuniões do órgão de gestão quanto ao processo de análise e seleção de operações (escala 1- Nada Adequados a 6 Totalmente adequados), por Região

	Norte		Centro		Lisboa		Algarve		Açores		Total	
	Média	N	Média	N	Média	N	Média	N	Média	N	Média	N
1- Inovação em espaço marítimo (FEAMP)	3,00	1	5,33	3	6,00	1	3,00	1	4,00	2	4,50	8
2. Qualificação escolar e profissional (FEAMP)	3,00	1	5,33	3	6,00	1	3,00	1	4,00	2	4,50	8
3. Promoção de Planos de Mar (FEAMP)	3,50	2	5,33	3	6,00	1	3,00	1			4,57	7
4. Reforço da competitividade da pesca (FEAMP)	3,50	2	5,33	3	6,00	1	3,00	1	4,00	2	4,44	9
5 Desenvolvimento de turismo em espaço aquático (FEAMP)	3,50	2	5,33	3	6,00	1	3,00	1	4,67	3	4,60	10
6. Promoção dos produtos locais e da sua qualidade (FEAMP)	3,50	2	5,33	3	6,00	1	3,00	1	4,00	2	4,44	9
7. Circuitos curtos de bens alimentares e mercados locais (FEAMP)	3,50	2	5,33	3	6,00	1	4,50	2	4,00	2	4,60	10
8. Preservação, conservação e valorização dos elementos patrimoniais, recursos naturais e paisagísticos (FEAMP)	3,50	2	5,33	3	6,00	1	3,00	1	4,00	2	4,44	9
8.8/8a. Apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas e à atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas e microempresas (FEDER)	2,50	2	5,33	3	6,00	1	3,00	1			4,29	7
6.3/6c. Conservação, proteção, promoção e desenvolvimento do património natural e cultural (FEDER)	2,50	2	5,33	3			3,00	1			4,00	6
8.3/8iii. Emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras (FSE)	2,50	2	5,33	3	6,00	1	2,00	2			3,88	8
9.1/9i. Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e a melhoria da empregabilidade (FSE)	2,00	1	3,50	2			3,00	1			3,00	4

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Costeiro) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 596. Adequação Carga burocrática quanto ao processo de análise e seleção de operações

	1 – Nada Adequados		2		3		4		5		6 - Totalmente Adequados		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
1- Inovação em espaço marítimo (FEAMP)	2	25,0	3	37,5	3	37,5							8	100,0
2. Qualificação escolar e profissional (FEAMP)	2	25,0	3	37,5	3	37,5							8	100,0
3. Promoção de Planos de Mar (FEAMP)	3	37,5	2	25,0	2	25,0					1	12,5	8	100,0
4. Reforço da competitividade da pesca (FEAMP)	3	33,3	3	33,3	3	33,3							9	100,0
5 Desenvolvimento de turismo em espaço aquático (FEAMP)	3	30,0	4	40,0	3	30,0							10	100,0
6. Promoção dos produtos locais e da sua qualidade (FEAMP)	3	33,3	3	33,3	3	33,3							9	100,0
7. Circuitos curtos de bens alimentares e mercados locais (FEAMP)	3	33,3	3	33,3	3	33,3							9	100,0
8. Preservação, conservação e valorização dos elementos patrimoniais, recursos naturais e paisagísticos (FEAMP)	3	33,3	3	33,3	3	33,3							9	100,0
8.8/8a. Apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas e à atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas e microempresas (FEDER)	2	28,6	4	57,1	1	14,3							7	100,0
6.3/6c. Conservação, proteção, promoção e desenvolvimento do património natural e cultural (FEDER)	2	33,3	3	50,0	1	16,7							6	100,0
8.3/8iii. Emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras (FSE)	2	25,0	4	50,0	1	12,5	1	12,5					8	100,0
9.1/9i. Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e a melhoria da empregabilidade (FSE)	2	50,0	2	50,0									4	100,0

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Costeiro) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 597. Média da Carga burocrática quanto ao processo de análise e seleção de operações (escala 1- Nada Adequados a 6 Totalmente adequados), por Região

	Norte		Centro		Lisboa		Algarve		Açores		Total	
	Média	N	Média	N	Média	N	Média	N	Média	N	Média	N
1- Inovação em espaço marítimo (FEAMP)	1,00	1	2,67	3	1,00	1	2,00	1	2,50	2	2,13	8
2. Qualificação escolar e profissional (FEAMP)	1,00	1	2,67	3	1,00	1	2,00	1	2,50	2	2,13	8
3. Promoção de Planos de Mar (FEAMP)	1,00	2	2,67	3	1,00	1	4,00	2			2,38	8
4. Reforço da competitividade da pesca (FEAMP)	1,00	2	2,67	3	1,00	1	2,00	1	2,50	2	2,00	9
5 Desenvolvimento de turismo em espaço aquático (FEAMP)	1,00	2	2,67	3	1,00	1	2,00	1	2,33	3	2,00	10
6. Promoção dos produtos locais e da sua qualidade (FEAMP)	1,00	2	2,67	3	1,00	1	2,00	1	2,50	2	2,00	9
7. Circuitos curtos de bens alimentares e mercados locais (FEAMP)	1,00	2	2,67	3	1,00	1	2,00	1	2,50	2	2,00	9
8. Preservação, conservação e valorização dos elementos patrimoniais, recursos naturais e paisagísticos (FEAMP)	1,00	2	2,67	3	1,00	1	2,00	1	2,50	2	2,00	9
8.8/8a. Apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas e à atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas e microempresas (FEDER)	1,50	2	2,00	3	2,00	1	2,00	1			1,86	7
6.3/6c. Conservação, proteção, promoção e desenvolvimento do património natural e cultural (FEDER)	1,50	2	2,00	3			2,00	1			1,83	6
8.3/8iii. Emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras (FSE)	1,50	2	2,00	3	2,00	1	3,00	2			2,13	8
9.1/9i. Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e a melhoria da empregabilidade (FSE)	2,00	1	1,00	2			2,00	1			1,50	4

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Costeiro) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 598. Adequação Interação com o SI FSE quanto ao processo de análise e seleção de operações

	1 – Nada Adequados		2		3		4		5		6 - Totalmente Adequados		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
1- Inovação em espaço marítimo (FEAMP)	1	20,0	1	20,0	1	20,0	1	20,0			1	20,0	5	100,0
2. Qualificação escolar e profissional (FEAMP)	1	50,0	1	50,0									2	100,0
3. Promoção de Planos de Mar (FEAMP)	1	33,3	2	66,7									3	100,0
4. Reforço da competitividade da pesca (FEAMP)	1	33,3	2	66,7									3	100,0
5 Desenvolvimento de turismo em espaço aquático (FEAMP)	1	33,3	2	66,7									3	100,0
6. Promoção dos produtos locais e da sua qualidade (FEAMP)	1	33,3	2	66,7									3	100,0
7. Circuitos curtos de bens alimentares e mercados locais (FEAMP)	1	33,3	2	66,7									3	100,0
8. Preservação, conservação e valorização dos elementos patrimoniais, recursos naturais e paisagísticos (FEAMP)	2	66,7	1	33,3									3	100,0
8.8/8a. Apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas e à atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas e microempresas (FEDER)	1	16,7	3	50,0	2	33,3							6	100,0
6.3/6c. Conservação, proteção, promoção e desenvolvimento do património natural e cultural (FEDER)	1	25,0	2	50,0	1	25,0							4	100,0
8.3/8iii. Emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras (FSE)			3	42,9	1	14,3	1	14,3	1	14,3	1	14,3	7	100,0
9.1/9i. Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e a melhoria da empregabilidade (FSE)	1	25,0	2	50,0	1	25,0							4	100,0

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Costeiro) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 599. Média da Interação com o SI FSE quanto ao processo de análise e seleção de operações (escala 1- Nada Adequados a 6 Totalmente adequados), por Região

	Norte		Centro		Lisboa		Algarve		Açores		Total	
	Média	N	Média	N	Média	N	Média	N	Média	N	Média	N
1- Inovação em espaço marítimo (FEAMP)	4,00	1	2,00	2			4,00	2			3,20	5
2. Qualificação escolar e profissional (FEAMP)			1,00	1			2,00	1			1,50	2
3. Promoção de Planos de Mar (FEAMP)	2,00	1	1,00	1			2,00	1			1,67	3
4. Reforço da competitividade da pesca (FEAMP)	2,00	1	1,00	1			2,00	1			1,67	3
5 Desenvolvimento de turismo em espaço aquático (FEAMP)	2,00	1	1,00	1			2,00	1			1,67	3
6. Promoção dos produtos locais e da sua qualidade (FEAMP)	2,00	1	1,00	1			2,00	1			1,67	3
7. Circuitos curtos de bens alimentares e mercados locais (FEAMP)	2,00	1	1,00	1			2,00	1			1,67	3
8. Preservação, conservação e valorização dos elementos patrimoniais, recursos naturais e paisagísticos (FEAMP)	2,00	1	6,00	1			2,00	1			3,33	3
8.8/8a. Apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas e à atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas e microempresas (FEDER)	2,00	1	2,33	3	2,00	1	2,00	1			2,17	6
6.3/6c. Conservação, proteção, promoção e desenvolvimento do património natural e cultural (FEDER)	2,00	1	2,00	2			2,00	1			2,00	4
8.3/8iii. Emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras (FSE)	3,50	2	4,50	2	2,00	1	3,00	2			3,43	7
9.1/9i. Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e a melhoria da empregabilidade (FSE)	2,00	1	2,00	2			2,00	1			2,00	4

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Costeiro) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 600. Adequação Interação com o SI FEDER quanto ao processo de análise e seleção de operações

	1 – Nada Adequados		2		3		4		5		6 - Totalmente Adequados		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
1- Inovação em espaço marítimo (FEAMP)	1	20,0	1	20,0	1	20,0	1	20,0			1	20,0	5	100,0
2. Qualificação escolar e profissional (FEAMP)	1	33,3	1	33,3	1	33,3							3	100,0
3. Promoção de Planos de Mar (FEAMP)	1	25,0	1	25,0	2	50,0							4	100,0
4. Reforço da competitividade da pesca (FEAMP)	1	25,0	1	25,0	2	50,0							4	100,0
5 Desenvolvimento de turismo em espaço aquático (FEAMP)	1	25,0	1	25,0	2	50,0							4	100,0
6. Promoção dos produtos locais e da sua qualidade (FEAMP)	1	25,0	1	25,0	2	50,0							4	100,0
7. Circuitos curtos de bens alimentares e mercados locais (FEAMP)	1	25,0	1	25,0	2	50,0							4	100,0
8. Preservação, conservação e valorização dos elementos patrimoniais, recursos naturais e paisagísticos (FEAMP)			1	25,0	2	50,0					1	25,0	4	100,0
8.8/8a. Apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas e à atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas e microempresas (FEDER)			2	33,3	1	16,7	1	16,7	2	33,3			6	100,0
6.3/6c. Conservação, proteção, promoção e desenvolvimento do património natural e cultural (FEDER)	1	20,0	2	40,0	2	40,0							5	100,0
8.3/8iii. Emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras (FSE)	1	14,3	2	28,6	2	28,6	2	28,6					7	100,0
9.1/9i. Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e a melhoria da empregabilidade (FSE)	1	25,0	2	50,0	1	25,0							4	100,0

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Costeiro) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 601. Média da Interação com o SI FEDER quanto ao processo de análise e seleção de operações (escala 1- Nada Adequados a 6 Totalmente adequados), por Região

	Norte		Centro		Lisboa		Algarve		Açores		Total	
	Média	N	Média	N	Média	N	Média	N	Média	N	Média	N
1- Inovação em espaço marítimo (FEAMP)			2,50	2	3,00	1	4,00	2			3,20	5
2. Qualificação escolar e profissional (FEAMP)			1,00	1	3,00	1	2,00	1			2,00	3
3. Promoção de Planos de Mar (FEAMP)	3,00	1	1,00	1	3,00	1	2,00	1			2,25	4
4. Reforço da competitividade da pesca (FEAMP)	3,00	1	1,00	1	3,00	1	2,00	1			2,25	4
5 Desenvolvimento de turismo em espaço aquático (FEAMP)	3,00	1	1,00	1	3,00	1	2,00	1			2,25	4
6. Promoção dos produtos locais e da sua qualidade (FEAMP)	3,00	1	1,00	1	3,00	1	2,00	1			2,25	4
7. Circuitos curtos de bens alimentares e mercados locais (FEAMP)	3,00	1	1,00	1	3,00	1	2,00	1			2,25	4
8. Preservação, conservação e valorização dos elementos patrimoniais, recursos naturais e paisagísticos (FEAMP)	3,00	1	6,00	1	3,00	1	2,00	1			3,50	4
8.8/8a. Apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas e à atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas e microempresas (FEDER)	4,00	2	3,50	2	4,00	1	2,00	1			3,50	6
6.3/6c. Conservação, proteção, promoção e desenvolvimento do património natural e cultural (FEDER)	3,00	1	2,00	3			2,00	1			2,20	5
8.3/8iii. Emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras (FSE)	3,00	1	2,00	3	4,00	1	3,00	2			2,71	7
9.1/9i. Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e a melhoria da empregabilidade (FSE)	3,00	1	1,50	2			2,00	1			2,00	4

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Costeiro) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 602. Adequação Interação com o SI PDR quanto ao processo de análise e seleção de operações

	1 – Nada Adequados		2		3		4		5		6 - Totalmente Adequados		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
1- Inovação em espaço marítimo (FEAMP)					1	50,0					1	50,0	2	100,0
2. Qualificação escolar e profissional (FEAMP)					1	50,0					1	50,0	2	100,0
3. Promoção de Planos de Mar (FEAMP)					1	50,0					1	50,0	2	100,0
4. Reforço da competitividade da pesca (FEAMP)					1	50,0					1	50,0	2	100,0
5 Desenvolvimento de turismo em espaço aquático (FEAMP)					1	50,0					1	50,0	2	100,0
6. Promoção dos produtos locais e da sua qualidade (FEAMP)					1	50,0					1	50,0	2	100,0
7. Circuitos curtos de bens alimentares e mercados locais (FEAMP)					1	50,0					1	50,0	2	100,0
8. Preservação, conservação e valorização dos elementos patrimoniais, recursos naturais e paisagísticos (FEAMP)	1	50,0			1	50,0							2	100,0

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Costeiro) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 603. Média da Interação com o SI PDR quanto ao processo de análise e seleção de operações (escala 1- Nada Adequados a 6 Totalmente adequados), por Região

	Norte		Centro		Lisboa		Algarve		Açores		Total	
	Média	N	Média	N	Média	N	Média	N	Média	N	Média	N
1- Inovação em espaço marítimo (FEAMP)			6,00	1			3,00	1			4,50	2
2. Qualificação escolar e profissional (FEAMP)			6,00	1			3,00	1			4,50	2
3. Promoção de Planos de Mar (FEAMP)			6,00	1			3,00	1			4,50	2
4. Reforço da competitividade da pesca (FEAMP)			6,00	1			3,00	1			4,50	2
5 Desenvolvimento de turismo em espaço aquático (FEAMP)			6,00	1			3,00	1			4,50	2
6. Promoção dos produtos locais e da sua qualidade (FEAMP)			6,00	1			3,00	1			4,50	2
7. Circuitos curtos de bens alimentares e mercados locais (FEAMP)			6,00	1			3,00	1			4,50	2
8. Preservação, conservação e valorização dos elementos patrimoniais, recursos naturais e paisagísticos (FEAMP)			1,00	1			3,00	1			2,00	2

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Costeiro) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 604. Adequação Interação com o SI MAR2020 quanto ao processo de análise e seleção de operações

	1 – Nada Adequados		2		3		4		5		6 - Totalmente Adequados		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
8.8/8a. Apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas e à atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas e microempresas (FEDER)	1	50,0	1	50,0									2	100,0
6.3/6c. Conservação, proteção, promoção e desenvolvimento do património natural e cultural (FEDER)	1	33,3	2	66,7									3	100,0
8.3/8iii. Emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras (FSE)	1	33,3	1	33,3							1	33,3	3	100,0
9.1/9i. Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e a melhoria da empregabilidade (FSE)	1	50,0	1	50,0									2	100,0

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Costeiro) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 605. Média da Interação com o SI MAR2020 quanto ao processo de análise e seleção de operações (escala 1- Nada Adequados a 6 Totalmente adequados), por Região

	Norte		Centro		Lisboa		Algarve		Açores		Total	
	Média	N	Média	N	Média	N	Média	N	Média	N	Média	N
8.8/8a. Apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas e à atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas e microempresas (FEDER)			1,00	1			2,00	1			1,50	2
6.3/6c. Conservação, proteção, promoção e desenvolvimento do património natural e cultural (FEDER)	2,00	1	1,00	1			2,00	1			1,67	3

	Norte		Centro		Lisboa		Algarve		Açores		Total	
	Média	N	Média	N	Média	N	Média	N	Média	N	Média	N
8.3/8iii. Emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras (FSE)			1,00	1			4,00	2			3,00	3
9.1/9i. Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e a melhoria da empregabilidade (FSE)			1,00	1			2,00	1			1,50	2

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Costeiro) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 606. Adequação Interação com o SI IFAP quanto ao processo de análise e seleção de operações

	1 – Nada Adequados		2		3		4		5		6 - Totalmente Adequados		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
1- Inovação em espaço marítimo (FEAMP)			2	25,0			4	50,0	1	12,5	1	12,5	8	100,0
2. Qualificação escolar e profissional (FEAMP)			2	28,6	1	14,3	2	28,6	1	14,3	1	14,3	7	100,0
3. Promoção de Planos de Mar (FEAMP)			2	33,3	1	16,7	1	16,7	1	16,7	1	16,7	6	100,0
4. Reforço da competitividade da pesca (FEAMP)			2	25,0	1	12,5	3	37,5	1	12,5	1	12,5	8	100,0
5 Desenvolvimento de turismo em espaço aquático (FEAMP)			2	22,2	1	11,1	3	33,3	1	11,1	2	22,2	9	100,0
6. Promoção dos produtos locais e da sua qualidade (FEAMP)			2	25,0	1	12,5	3	37,5	1	12,5	1	12,5	8	100,0
7. Circuitos curtos de bens alimentares e mercados locais (FEAMP)			2	25,0	1	12,5	3	37,5	1	12,5	1	12,5	8	100,0
8. Preservação, conservação e valorização dos elementos patrimoniais, recursos naturais e paisagísticos (FEAMP)			1	12,5	2	25,0	1	12,5	3	37,5	1	12,5	8	100,0
8.8/8a. Apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas e à atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas e microempresas (FEDER)	1	50,0	1	50,0									2	100,0
6.3/6c. Conservação, proteção, promoção e desenvolvimento do património natural e cultural (FEDER)	1	33,3	2	66,7									3	100,0
8.3/8iii. Emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras (FSE)	1	33,3	1	33,3			1	33,3					3	100,0
9.1/9i. Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e a melhoria da empregabilidade (FSE)	1	50,0	1	50,0									2	100,0

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Costeiro) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 607. Média da Interação com o SI IFAP quanto ao processo de análise e seleção de operações (escala 1- Nada Adequados a 6 Totalmente adequados), por Região

	Norte		Centro		Lisboa		Algarve		Açores		Total	
	Média	N	Média	N	Média	N	Média	N	Média	N	Média	N
1- Inovação em espaço marítimo (FEAMP)	2,00	1	4,00	3	5,00	1	4,00	1	4,00	2	3,88	8
2. Qualificação escolar e profissional (FEAMP)	2,00	1	4,00	2	5,00	1	3,00	1	4,00	2	3,71	7
3. Promoção de Planos de Mar (FEAMP)	3,00	2	4,00	2	5,00	1	3,00	1			3,67	6
4. Reforço da competitividade da pesca (FEAMP)	3,00	2	4,00	2	5,00	1	3,00	1	4,00	2	3,75	8
5 Desenvolvimento de turismo em espaço aquático (FEAMP)	3,00	2	4,00	2	5,00	1	4,50	2	4,00	2	4,00	9
6. Promoção dos produtos locais e da sua qualidade (FEAMP)	3,00	2	4,00	2	5,00	1	3,00	1	4,00	2	3,75	8
7. Circuitos curtos de bens alimentares e mercados locais (FEAMP)	3,00	2	4,00	2	5,00	1	3,00	1	4,00	2	3,75	8
8. Preservação, conservação e valorização dos elementos patrimoniais, recursos naturais e paisagísticos (FEAMP)	3,00	2	1,50	2	5,00	1	3,00	1	4,00	2	3,13	8
8.8/8a. Apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas e à atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas e microempresas (FEDER)			1,00	1			2,00	1			1,50	2
6.3/6c. Conservação, proteção, promoção e desenvolvimento do património natural e cultural (FEDER)	2,00	1	1,00	1			2,00	1			1,67	3

	Norte		Centro		Lisboa		Algarve		Açores		Total	
	Média	N	Média	N	Média	N	Média	N	Média	N	Média	N
8.3/8iii. Emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras (FSE)			1,00	1			3,00	2			2,33	3
9.1/9i. Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e a melhoria da empregabilidade (FSE)			1,00	1			2,00	1			1,50	2

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Costeiro) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 608. Adequação Interação com outros SI quanto ao processo de análise e seleção de operações

	1 – Nada Adequados		2		3		4		5		6 - Totalmente Adequados		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
1- Inovação em espaço marítimo (FEAMP)					2	66,7	1	33,3					3	100,0
2. Qualificação escolar e profissional (FEAMP)					2	100,0							2	100,0
3. Promoção de Planos de Mar (FEAMP)					2	100,0							2	100,0
4. Reforço da competitividade da pesca (FEAMP)					2	66,7					1	33,3	3	100,0
5 Desenvolvimento de turismo em espaço aquático (FEAMP)					2	100,0							2	100,0
6. Promoção dos produtos locais e da sua qualidade (FEAMP)					2	100,0							2	100,0
7. Circuitos curtos de bens alimentares e mercados locais (FEAMP)					2	100,0							2	100,0
8. Preservação, conservação e valorização dos elementos patrimoniais, recursos naturais e paisagísticos (FEAMP)					2	100,0							2	100,0
8.8/8a. Apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas e à atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas e microempresas (FEDER)			1	100,0									1	100,0
6.3/6c. Conservação, proteção, promoção e desenvolvimento do património natural e cultural (FEDER)			1	100,0									1	100,0
8.3/8iii. Emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras (FSE)			1	100,0									1	100,0
9.1/9i. Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e a melhoria da empregabilidade (FSE)			1	100,0									1	100,0

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Costeiro) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 609. Média da Interação com outros SI quanto ao processo de análise e seleção de operações (escala 1- Nada Adequados a 6 Totalmente adequados), por Região

	Norte		Centro		Lisboa		Algarve		Açores		Total	
	Média	N	Média	N	Média	N	Média	N	Média	N	Média	N
1- Inovação em espaço marítimo (FEAMP)			3,50	2			3,00	1			3,33	3
2. Qualificação escolar e profissional (FEAMP)			3,00	1			3,00	1			3,00	2
3. Promoção de Planos de Mar (FEAMP)			3,00	1			3,00	1			3,00	2
4. Reforço da competitividade da pesca (FEAMP)			3,00	1			4,50	2			4,00	3
5 Desenvolvimento de turismo em espaço aquático (FEAMP)			3,00	1			3,00	1			3,00	2
6. Promoção dos produtos locais e da sua qualidade (FEAMP)			3,00	1			3,00	1			3,00	2
7. Circuitos curtos de bens alimentares e mercados locais (FEAMP)			3,00	1			3,00	1			3,00	2
8. Preservação, conservação e valorização dos elementos patrimoniais, recursos naturais e paisagísticos (FEAMP)			3,00	1			3,00	1			3,00	2
8.8/8a. Apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas e à atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas e microempresas (FEDER)							2,00	1			2,00	1
6.3/6c. Conservação, proteção, promoção e desenvolvimento do património natural e cultural (FEDER)							2,00	1			2,00	1
8.3/8iii. Emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras (FSE)							2,00	1			2,00	1
9.1/9i. Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e a melhoria da empregabilidade (FSE)							2,00	1			2,00	1

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Costeiro) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 610. Outro. Qual?

	Norte	Centro	Lisboa	Algarve	Açores
SIMAR		1			

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Costeiro) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 611. Prazos de análise das candidaturas têm sido cumpridos?

	Norte		Centro		Lisboa		Alentejo		Algarve		Açores	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
1- Inovação em espaço marítimo (FEAMP)												
Sim			2	66,7			2	100,0	1	33,3	5	50,0
Não	1	100,0	1	33,3	1	100,0			2	66,7	5	50,0
Total	1	100,0	3	100,0	1	100,0	2	100,0	3	100,0	10	100,0
2. Qualificação escolar e profissional (FEAMP)												
Sim			2	100,0			2	100,0	1	33,3	5	55,6
Não	1	100,0			1	100,0			2	66,7	4	44,4
Total	1	100,0	2	100,0	1	100,0	2	100,0	3	100,0	9	100,0
3. Promoção de Planos de Mar												
Sim			1	50,0			2	100,0			3	60,0
Não	1	100,0	1	50,0							2	40,0
Total	1	100,0	2	100,0			2	100,0			5	100,0
4. Reforço da competitividade da pesca (FEAMP)												
Sim			2	66,7			2	100,0	1	33,3	5	45,5
Não	2	100,0	1	33,3	1	100,0			2	66,7	6	54,5
Total	2	100,0	3	100,0	1	100,0	2	100,0	3	100,0	11	100,0
5 Desenvolvimento de turismo em espaço aquático (FEAMP)												
Sim			1	33,3			2	100,0	1	33,3	4	36,4
Não	2	100,0	2	66,7	1	100,0			2	66,7	7	63,6
Total	2	100,0	3	100,0	1	100,0	2	100,0	3	100,0	11	100,0
6. Promoção dos produtos locais e da sua qualidade (FEAMP)												
Sim			2	100,0			2	100,0	1	33,3	5	50,0
Não	2	100,0			1	100,0			2	66,7	5	50,0
Total	2	100,0	2	100,0	1	100,0	2	100,0	3	100,0	10	100,0
7. Circuitos curtos de bens alimentares e mercados locais (FEAMP)												
Sim			2	66,7			2	100,0	1	33,3	5	45,5
Não	2	100,0	1	33,3	1	100,0			2	66,7	6	54,5
Total	2	100,0	3	100,0	1	100,0	2	100,0	3	100,0	11	100,0
8. Preservação, conservação e valorização dos elementos patrimoniais, recursos naturais e paisagísticos (FEAMP)												
Sim			2	66,7			2	100,0	1	33,3	5	45,5
Não	2	100,0	1	33,3	1	100,0			2	66,7	6	54,5
Total	2	100,0	3	100,0	1	100,0	2	100,0	3	100,0	11	100,0
8.8/8a Apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas e à atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas e microempresas (FEDER)												
Sim												
Não	2	100,0	3	100,0	1	100,0					6	100,0
Total	2	100,0	3	100,0	1	100,0					6	100,0
6.3/6c. Conservação, proteção, promoção e desenvolvimento do património natural e cultural (FEDER)												
Sim												
Não	2	100,0	3	100,0							5	100,0
Total	2	100,0	3	100,0							5	100,0
8.3/8iii. Emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras (FSE)												
Sim							1	100,0			1	14,3
Não	2	100,0	3	100,0	1	100,0					6	85,7
Total	2	100,0	3	100,0	1	100,0	1	100,0			7	100,0
9.1/9i. Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e a melhoria da empregabilidade (FSE)												
Sim												
Não	1	100,0	2	100,0							3	100,0
Total	1	100,0	2	100,0							3	100,0

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Costeiro) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 612. Razões para o não cumprimento do prazo para análise de candidaturas, por região

	Norte (N=1)		Centro (N=1)		Lisboa (N=1)		Algarve		Açores (N=2)		Total (N=5)	
	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos
1- Inovação em espaço marítimo (FEAMP)												
Elevado nº de candidaturas												
Reduzida dimensão da equipa com funções de análise de candidaturas									1	50,0	1	20,0
Necessidade de articulação entre OI e AG	1	100,0	1	100,0	1	100,0			1	50,0	4	80,0
Complexidade dos procedimentos de verificação das condições de admissibilidade e análise de mérito das candidaturas	1	100,0	1	100,0					2	100,0	4	80,0
Necessidade de obtenção de parecer obrigatório por parte de outras entidades	1	100,0										
Atrasos da AG no processo de análise e decisão											1	20,0
Outras.									1	50,0	1	20,0
	Norte (N=1)		Centro		Lisboa (N=1)		Algarve		Açores (N=2)		Total (N=4)	
2. Qualificação escolar e profissional (FEAMP)												
Elevado nº de candidaturas												
Reduzida dimensão da equipa com funções de análise de candidaturas									1	50,0	1	25,0
Necessidade de articulação entre OI e AG	1	100,0			1	100,0			1	50,0	3	75,0
Complexidade dos procedimentos de verificação das condições de admissibilidade e análise de mérito das candidaturas	1	100,0							2	100,0	3	75,0
Necessidade de obtenção de parecer obrigatório por parte de outras entidades												
Atrasos da AG no processo de análise e decisão	1	100,0									1	25,0
Outras.									1	50,0	1	25,0
	Norte (N=1)		Centro (N=1)		Lisboa		Algarve		Açores		Total (N=2)	
3. Promoção de Planos de Mar												
Elevado nº de candidaturas												
Reduzida dimensão da equipa com funções de análise de candidaturas												
Necessidade de articulação entre OI e AG	1	100,0	1	100,0							2	100,0
Complexidade dos procedimentos de verificação das condições de admissibilidade e análise de mérito das candidaturas	1	100,0	1	100,0							2	100,0
Necessidade de obtenção de parecer obrigatório por parte de outras entidades												
Atrasos da AG no processo de análise e decisão	1	100,0									1	50,0
Outras.												
	Norte (N=1)		Centro (N=1)		Lisboa (N=1)		Algarve		Açores (N=2)		Total (N=4)	
4. Reforço da competitividade da pesca (FEAMP)												
Elevado nº de candidaturas												
Reduzida dimensão da equipa com funções de análise de candidaturas									1	50,0	1	20,0
Necessidade de articulação entre OI e AG	1	100,0	1	100,0	1	100,0			1	50,0	4	80,0
Complexidade dos procedimentos de verificação das condições de admissibilidade e análise de mérito das candidaturas	1	100,0	1	100,0					2	100,0	4	80,0
Necessidade de obtenção de parecer obrigatório por parte de outras entidades	1	100,0										
Atrasos da AG no processo de análise e decisão											1	20,0
Outras.									1	50,0	1	20,0
	Norte (N=2)		Centro (N=2)		Lisboa (N=1)		Algarve		Açores (N=3)		Total (N=8)	
5 Desenvolvimento de turismo em espaço aquático (FEAMP)												
Elevado nº de candidaturas			1	50,0					1	33,3	2	25,0
Reduzida dimensão da equipa com funções de análise de candidaturas	1	50,0	1	50,0					1	33,3	3	37,5
Necessidade de articulação entre OI e AG	1	50,0	2	100,0	1	100,0			2	66,7	6	75,0
Complexidade dos procedimentos de verificação das condições de admissibilidade e análise de mérito das candidaturas	2	100,0	2	100,0					2	66,7	6	75,0
Necessidade de obtenção de parecer obrigatório por parte de outras entidades									1	33,3	1	12,5

Atrasos da AG no processo de análise e decisão	1	50,0	1	50,0						2	25,0
Outras.								1	33,3	1	12,5

	Norte (N=1)		Centro		Lisboa (N=1)		Algarve		Açores (N=2)		Total (N=4)	
	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos
6. Promoção dos produtos locais e da sua qualidade (FEAMP)												
Elevado nº de candidaturas												
Reduzida dimensão da equipa com funções de análise de candidaturas									1	50,0	1	25,0
Necessidade de articulação entre OI e AG	1	100,0			1	100,0			1	50,0	3	75,0
Complexidade dos procedimentos de verificação das condições de admissibilidade e análise de mérito das candidaturas	1	100,0							2	100,0	3	75,0
Necessidade de obtenção de parecer obrigatório por parte de outras entidades												
Atrasos da AG no processo de análise e decisão	1	100,0									1	25,0
Outras.									1	50,0	1	25,0
	Norte (N=1)		Centro (N=1)		Lisboa (N=1)		Algarve		Açores (N=2)		Total (N=5)	
7. Circuitos curtos de bens alimentares e mercados locais (FEAMP)												
Elevado nº de candidaturas												
Reduzida dimensão da equipa com funções de análise de candidaturas									1	50,0	1	20,0
Necessidade de articulação entre OI e AG	1	100,0	1	100,0	1	100,0			1	50,0	4	80,0
Complexidade dos procedimentos de verificação das condições de admissibilidade e análise de mérito das candidaturas	1	100,0	1	100,0					2	100,0	4	80,0
Necessidade de obtenção de parecer obrigatório por parte de outras entidades												
Atrasos da AG no processo de análise e decisão	1	100,0									1	20,0
Outras.									1	50,0	1	20,0
	Norte (N=1)		Centro (N=1)		Lisboa (N=1)		Algarve		Açores (N=2)		Total (N=5)	
8. Preservação, conservação e valorização dos elementos patrimoniais, recursos naturais e paisagísticos (FEAMP)												
Elevado nº de candidaturas												
Reduzida dimensão da equipa com funções de análise de candidaturas									1	50,0	1	20,0
Necessidade de articulação entre OI e AG	1	100,0	1	100,0	1	100,0			1	50,0	4	80,0
Complexidade dos procedimentos de verificação das condições de admissibilidade e análise de mérito das candidaturas	1	100,0	1	100,0					2	100,0	4	80,0
Necessidade de obtenção de parecer obrigatório por parte de outras entidades												
Atrasos da AG no processo de análise e decisão	1	100,0									1	20,0
Outras.									1	50,0	1	20,0
	Norte (N=1)		Centro (N=3)		Lisboa (N=1)		Algarve		Açores		Total (N=5)	
8.8/8a Apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas e à atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas e microempresas (FEDER)												
Elevado nº de candidaturas			3	100,0							3	60,0
Reduzida dimensão da equipa com funções de análise de candidaturas			2	66,7							2	40,0
Necessidade de articulação entre OI e AG			2	66,7	1	100,0					3	60,0
Complexidade dos procedimentos de verificação das condições de admissibilidade e análise de mérito das candidaturas	1	100,0	1	33,3							2	40,0
Necessidade de obtenção de parecer obrigatório por parte de outras entidades												
Atrasos da AG no processo de análise e decisão	1	100,0	3	100,0							4	80,0
Outras.												
	Norte (N=1)		Centro (N=3)		Lisboa		Algarve		Açores		Total (N=4)	
6.3/6c. Conservação, proteção, promoção e desenvolvimento do património natural e cultural (FEDER)												
Elevado nº de candidaturas			3	100,0							3	75,0
Reduzida dimensão da equipa com funções de análise de candidaturas			2	66,7							2	50,0
Necessidade de articulação entre OI e AG	1	100,0	1	33,3							2	50,0

Complexidade dos procedimentos de verificação das condições de admissibilidade e análise de mérito das candidaturas	1	100,0	1	33,3							2	50,0
Necessidade de obtenção de parecer obrigatório por parte de outras entidades												
Atrasos da AG no processo de análise e decisão	1	100,0	3	100,0							4	100,0
Outras.												

	Norte (N=1)		Centro (N=3)		Lisboa (N=1)		Algarve		Açores		Total (N=5)	
	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos
8.3/8iii. Emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras (FSE)												
Elevado nº de candidaturas	1	100,0	3	100,0							4	80,0
Reduzida dimensão da equipa com funções de análise de candidaturas	1	100,0	2	66,7							3	60,0
Necessidade de articulação entre OI e AG			2	66,7	1	100,0					3	60,0
Complexidade dos procedimentos de verificação das condições de admissibilidade e análise de mérito das candidaturas	1	100,0	1	33,3							2	40,0
Necessidade de obtenção de parecer obrigatório por parte de outras entidades												
Atrasos da AG no processo de análise e decisão	1	100,0	3	100,0							4	80,0
Outras.												
	Norte		Centro (N=2)		Lisboa)		Algarve		Açores		Total (N=2)	
9.1/9i. Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e a melhoria da empregabilidade (FSE)												
Elevado nº de candidaturas			1	50,0							1	50,0
Reduzida dimensão da equipa com funções de análise de candidaturas			2	100,0							2	100,0
Necessidade de articulação entre OI e AG			1	50,0							1	50,0
Complexidade dos procedimentos de verificação das condições de admissibilidade e análise de mérito das candidaturas												
Necessidade de obtenção de parecer obrigatório por parte de outras entidades												
Atrasos da AG no processo de análise e decisão			2	100,0							2	100,0
Outras.												

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Costeiro) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 613. Outro. Qual?

	Norte	Centro	Lisboa	Algarve	Açores
A região Centro tem uma dimensão enorme (imensos GAL, um território enorme com as consequências de gestão que tal implica) face à dimensão das equipas de análise de candidaturas e análises de pedidos de pagamento, o que vai condicionar os tempos de resposta em todos os avisos/concursos que estão afetos ao PO e demais instrumentos.		1			
Processos de candidatura mal instruídos de forma recorrente.					1

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Costeiro) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 614. A composição do Órgão de Gestão foi alterada ao longo da implementação do DLBC Costeiro ?

	Norte		Centro		Lisboa		Algarve		Açores		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Sim	1	50,0	1	33,3			2	100,0			4	33,3
Não	1	50,0	2	66,7	2	100,0			3	100,0	8	66,7
Total	2	100,0	3	100,0	2	100,0	2	100,0	3	100,0	12	100,0

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Costeiro) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 615. Por que motivos?

	Norte	Centro	Lisboa	Algarve	Açores
Alteração das pessoas responsáveis pelas entidades	1				
Houve necessidade de ter um número impar de entidades.		1			
O CCMAR (Centro de Ciências do Mar da Universidade do Algarve) solicitou por razões operacionais a sua saída.				1	
O OG tem sido reeleito em virtude do bom desempenho exercido.		1			
Rotatividade		1		1	

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Costeiro) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 616. tipo de envolvimento do Órgão de Gestão análise e seleção de operações

	Norte (N=2)		Centro (N=3)		Lisboa (N=2)		Algarve (N=2)		Açores (N=3)		Total (N=12)	
	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos
Reuniões presenciais/on-line	2	100,0	3	100,0	2	100,0 %	2	100,0	3	100,0%	12	100,0
Emissão de pareceres escritos	2	100,0	2	66,7%	1	50,0%	2	100,0	1	33,3%	8	66,7
Outro												

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Costeiro) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 617. Adequação do modelo de envolvimento do Órgão de gestão no processo de análise e seleção de operações, por PO

	1 – Nada Adequados		2		3		4		5		6 - Totalmente Adequados		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Mar2020					2	16,7	3	25,0	2	16,7	5	41,7	12	100,0
POR					3	33,3	2	22,2	1	11,1	3	33,3	9	100,0

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Costeiro) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 618. Adequação do modelo de envolvimento do Órgão de gestão no processo de análise e seleção de operações, por PO, por Região

	Norte		Centro		Lisboa		Algarve		Açores		Total	
	Média	N	Média	N	Média	N	Média	N	Média	N	Média	N
Mar2020	4,50	2	5,33	3	4,50	2	4,00	2	5,33	3	4,83	12
POR	4,50	2	5,33	3	4,50	2	3,00	2			4,44	9

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Costeiro) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 619. Tipos de mecanismos de monitorização e acompanhamento implementados

	Norte (N=2)		Centro (N=3)		Lisboa (N=2)		Algarve (N=2)		Açores (N=3)		Total (N=12)	
	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos
Resposta a solicitações dos PO Financiadores	1	50,0	3	100,0	2	100,0	1	50,0	3	100,0	10	83,3
Definição de indicadores de monitorização pelo GAL	1	50,0	1	33,3	1	50,0			2	66,7	5	41,7
Elaboração de relatórios de monitorização periódicos	1	50,0	3	100,0	2	100,0	1	50,0	1	33,3	8	66,7
Realização de reuniões da Equipa técnica de balanço	2	100,0	3	100,0	2	100,0	2	100,0	2	66,7	11	91,7
Realização de balanço com as AG	2	100,0	3	100,0	2	100,0	2	100,0	3	100,0	12	100,0
Reuniões/contactos regulares com os beneficiários	2	100,0	3	100,0	2	100,0	2	100,0	3	100,0	12	100,0
Outros												

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Costeiro) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 620. Adequação dos mecanismos de monitorização e acompanhamento implementados

	1 – Nada Adequados		2		3		4		5		6 - Totalmente Adequados		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Resposta a solicitações dos PO Financiadores					3	27,3	2	18,2	4	36,4	2	18,2	11	100,0
Definição de indicadores de monitorização pelo GAL					3	37,5	1	12,5	4	50,0			8	100,0
Elaboração de relatórios de monitorização periódicos					2	25,0	1	12,5	5	62,5			8	100,0
Realização de reuniões da Equipa técnica de balanço					2	20,0	3	30,0	4	40,0	1	10,0	10	100,0
Realização de balanço com as AG					2	18,2	4	36,4	4	36,4	1	9,1	11	100,0
Reuniões/contactos regulares com os beneficiários					2	18,2	3	27,3	3	27,3	3	27,3	11	100,0
Outros														

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Costeiro) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 621. Média da Adequação dos mecanismos de monitorização e acompanhamento implementados (escala 1- Nada Adequados a 6 Totalmente adequados), por Região

	Norte		Centro		Lisboa		Algarve		Açores		Total	
	Média	N	Média	N	Média	N	Média	N	Média	N	Média	N
Resposta a solicitações dos PO Financiadores	4,50	2	5,33	3	3,00	1	3,50	2	4,67	3	4,45	11
Definição de indicadores de monitorização pelo GAL	4,50	2	5,00	2	3,00	1	3,00	1	4,00	2	4,13	8
Elaboração de relatórios de monitorização periódicos	4,50	2	4,33	3	3,00	1	5,00	1	5,00	1	4,38	8
Realização de reuniões da Equipa técnica de balanço	4,50	2	5,00	3	3,00	1	4,50	2	4,00	2	4,40	10
Realização de balanço com as AG	4,50	2	4,67	3	3,00	1	4,50	2	4,33	3	4,36	11
Reuniões/contactos regulares com os beneficiários	4,50	2	5,33	3	3,00	1	4,50	2	4,67	3	4,64	11
Outros												

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Costeiro) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 622. Entidades envolvidas na monitorização e acompanhamento da execução do DLBC Costeiro implementado

	Norte (N=2)		Centro (N=3)		Lisboa (N=2)		Algarve (N=2)		Açores (N=3)		Total (N=12)	
	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos
Órgão de Gestão	2	100,0	3	100,0	2	100,0	2	100,0	3	100,0	12	100,0
Parceiros do GAL	2	100,0	3	100,0	2	100,0	2	100,0	2	66,7	11	91,7
Outros stakeholders.												

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Costeiro) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 623. como é realizada a avaliação do DLBC Costeiro .

	Norte (N=2)		Centro (N=3)		Lisboa (N=2)		Algarve (N=2)		Açores (N=3)		Total (N=12)	
	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos
Realiza avaliação contínua, com relatórios periódicos	1	50,0	2	66,7	2	100,0	1	50,0			6	50,0
Realizou avaliação Intercalar	2	100,0	2	66,7	2	100,0	1	50,0			7	58,3
Pretende realizar avaliação final	1	50,0	1	33,3	2	100,0	1	50,0	3	100,0	8	66,7

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Costeiro) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 624. Responsável pela Avaliação do DLBC Costeiro

	Norte		Centro		Lisboa		Algarve		Açores		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Recursos internos do GAL			3	100,0	1	50,0	1	50,0	1	100,0	6	60,0
Avaliação externa												
Recursos do GAL e peritos	2	100,0			1	50,0	1	50,0			4	40,0
Outro												
Total	2	100,0	3	100,0	2	100,0	2	100,0	1	100,0	10	100,0

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Costeiro) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 625. Constrangimentos verificados na monitorização e avaliação

	Norte (N=2)		Centro (N=3)		Lisboa (N=2)		Algarve (N=2)		Açores (N=1)		Total (N=10)	
	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos
Diversidade e complexidade de intervenções			3	100,0	1	50,0	1	50,0			5	50,0
Disponibilização de documentos de apoio, orientações pelos PO financiadores	1	50,0	1	33,3	1	50,0	1	50,0			4	40,0
Dimensão da equipa técnica	1	50,0	2	66,7			1	50,0	1	100,0	5	50,0
Competências da equipa técnica									1	100,0	1	10,0
Ausência de orientações do PO financiadores					2	100,0					2	20,0
Dificuldade de obtenção de informação para medição dos indicadores definidos	2	100,0	1	33,3	1	50,0					4	40,0
Indicadores constantes dos Avisos diferentes dos indicadores contratualizados	2	100,0			1	50,0	1	50,0			4	40,0
Outros			1	33,3							1	10,0

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Costeiro) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 626. Outro. Qual?

	Norte	Centro	Lisboa	Algarve	Açores
Ausência de verba disponível do funcionamento por forma a poder contratar uma equipa externa.		1			

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Costeiro) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 627. Foram assegurados os mecanismos necessários para uma eventual necessidade de revisões ajustamentos da EDL e DLBC Costeiro face a alterações de contexto e decorrentes dos exercícios de avaliação.

	Norte		Centro		Lisboa		Algarve		Açores		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Sim	2	100,0	2	66,7	1	50,0	2	100,0	1	50,0	8	72,7
Não, mas considero necessário a existência			1	33,3	1	50,0			1	50,0	3	27,3
Não, mas não considero necessário a existência												
Total	2	100,0	3	100,0	2	100,0	2	100,0	2	100,0	11	100,0

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Costeiro) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 628. Indique se foi efetuada uma revisão e ajustamentos à EDL?

	Norte		Centro		Lisboa		Algarve		Açores		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Não	1	50,0									1	8,3
Sim foi um exercício do GAL	1	50,0	1	33,3	2	100,0	1	50,0	3	100,0	8	66,7
Sim acompanhou os exercícios de reprogramação dos Programas Operacionais			2	66,7			1	50,0	3	100,0	3	25,0
Total	2	100,0	3	100,0	2	100,0	2	100,0			12	100,0

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Costeiro) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 629. Principais alterações que resultaram dos processos de monitorização e avaliação e das revisões efetuadas

	Norte (N=2)		Centro (N=3)		Lisboa (N=2)		Algarve (N=2)		Açores (N=3)		Total (N=12)	
	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos
Reprogramação financeira anual	1	50,0	2	66,7	1	50,0			1	33,3	5	41,7
Distribuição da alocação financeira por TI/PI/medida	2	100,0	3	100,0	2	100,0	2	100,0	3	100,0	12	100,0
Redefinição de metas					1	50,0	1	50,0	1	33,3	3	25,0
Reforço da equipa técnica												
Maior acompanhamento às entidades beneficiárias		2	66,7				1	50,0			3	25,0
Outras Alterações												

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Costeiro) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 630. As alterações que resultaram da(s) revisão(ões) do DLBC Costeiro permitiram melhorias no seu desempenho físico e financeiro?

	Norte		Centro		Lisboa		Algarve		Açores		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Sim	2	100,0	3	100,0	2	100,0	2	100,0	1	33,3	10	83,3
Não									2	66,7	2	16,7
Total	2	100,0	3	100,0	2	100,0	2	100,0	3	100,0	12	100,0

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Costeiro) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 631. Existe uma estratégia de comunicação da DLBC Costeiro ?

	Norte		Centro		Lisboa		Algarve		Açores		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Sim	2	100,0	3	100,0	1	50,0	2	100,0	3	100,0	11	91,7
Não					1	50,0					1	8,3
Total	2	100,0	3	100,0	2	100,0	2	100,0	3	100,0	12	100,0

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Costeiro) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 632. Nº de Reuniões/encontros com parceiros promovidos

	Norte		Centro		Lisboa		Algarve		Açores		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
5	1	50,0									1	10,0
6	1	50,0							1	33,3	2	20,0
15									1	33,3	1	10,0
25									1	33,3	1	10,0
50			1	33,3							1	10,0
70			1	33,3							1	10,0
73					1	100,0					1	10,0
200							1	100,0			1	10,0
241			1	33,3							1	10,0
Total	2	100,0	3	100,0	1	100,0	1	100,0	3	100,0	10	100,0

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Costeiro) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 633. Nº Sessões de divulgação e sensibilização e esclarecimento

	Norte		Centro		Lisboa		Algarve		Açores		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
4									1	33,3	1	10,0
5									1	33,3	1	10,0
6	1	50,0									1	10,0
10	1	50,0							1	33,3	2	20,0
11					1	100,0					1	10,0
18			1	33,3							1	10,0
20			1	33,3							1	10,0
30			1	33,3			1	100,0			2	20,0
Total	2	100,0	3	100,0	1	100,0	1	100,0			10	100,0

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Costeiro) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 634. Nº Reuniões, seminários, workshops públicos

	Norte		Centro		Lisboa		Algarve		Açores		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
1									1	50,0	1	12,5
2			2	66,7					1	50,0	3	37,5
5	1	100,0									1	12,5
9					1	100,0					1	12,5
20							1	100,0			1	12,5

	Norte		Centro		Lisboa		Algarve		Açores		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
30			1	33,3							1	12,5
Total	1	100,0	3	100,0	1	100,0	1	100,0	2	100,0	8	100,0

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Costeiro) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 635. Nº Produtos de comunicação do GAL/Entidade Gestora (newsletter, site)

	Norte		Centro		Lisboa		Algarve		Açores		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
0			1	33,3							1	12,5
1	1	50,0							1	100,0	2	25,0
4					1	100,0					1	12,5
6	1	50,0									1	12,5
15							1	100,0			1	12,5
25			1	33,3							1	12,5
50			1	33,3							1	12,5
Total	2	100,0	3	100,0	1	100,0	1	100,0	1	100,0	8	100,0

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Costeiro) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 636. Nº Produtos de comunicação do GAL/Entidade Gestora (páginas das redes sociais...)

	Norte		Centro		Lisboa		Algarve		Açores		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
1	1	50,0							1	50,0	2	28,6
2			1	50,0							1	14,3
4									1	50,0	1	14,3
6											1	14,3
25			1	50,0							1	14,3
50							1	100,0			1	14,3
Total			2	100,0			1	100,0	2	100,0	7	100,0

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Costeiro) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 637. Nº Grupos de trabalho temáticos

	Norte		Centro		Lisboa		Algarve		Açores		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
0			1	50,0							1	33,3
1			1	50,0							1	33,3
2					1	100,0					1	33,3
Total			2	100,0	1	100,0					3	100,0

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Costeiro) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 638. Nº Visitas a projetos de investimento,...

	Norte		Centro		Lisboa		Algarve		Açores		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
6			1	100,0							1	20,0
11	1	33,3									1	20,0
19	1	33,3									1	20,0
35	1	33,3					1	100,0			2	40,0
Total	3	100,0	1	100,0			1	100,0			5	100,0

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Costeiro) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 639. Nº Feiras, festas temáticas; mostras de produtos locais

	Norte		Centro		Lisboa		Algarve		Açores		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
0			1	33,3							1	12,5
1									2	100,0	2	25,0
2	1	100,0									1	12,5
6			1	33,3							1	12,5
8					1	100,0					1	12,5
10							1	100,0			1	12,5
15			1	33,3							1	12,5
Total	1	100,0	3	100,0	1	100,0	1	100,0	2	100,0	8	100,0

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Costeiro) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 640. Nº Participação em projetos de cooperação

	Norte		Centro		Lisboa		Algarve		Açores		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
0	1	50,0	2	66,7							2	33,3
1	1	50,0	1	33,3							3	50,0
3									1	100,0	1	16,7
Total	2	100,0	3	100,0					1	100,0	6	100,0

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Costeiro) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 641. Nº de participante em Reuniões/encontros com parceiros promovidos

	Norte		Centro		Lisboa		Algarve		Açores		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
15									1	50,0	1	11,1
20	1	50,0							1	50,0	2	22,2
60	1	50,0									1	11,1
70			1	33,3							1	11,1
145					1	100,0					1	11,1
150			1	33,3							1	11,1
250							1	100,0			1	11,1
361			1	33,3							1	11,1
Total	2	100,0	3	100,0	1	100,0	1	100,0	2	100,0	9	100,0

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Costeiro) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 642. Nº participante em Sessões de divulgação e sensibilização e esclarecimento

	Norte		Centro		Lisboa		Algarve		Açores		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
40									1	50,0	1	11,1
60	1	50,0									1	11,1
70									1	50,0	1	11,1
100	1	50,0									1	11,1
150			1	33,3			1	100,0			2	22,2
216			1	33,3							1	11,1
550					1	100,0					1	11,1
1500			1	33,3							1	11,1
Total	2	100,0	3	100,0	1	100,0	1	100,0	2	100,0	9	100,0

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Costeiro) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 643. Nº participante em Reuniões, seminários, workshops públicos

	Norte		Centro		Lisboa		Algarve		Açores		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
20	1	100,0							1	50,0	2	28,6
30									1	50,0	1	14,3
43			1	50,0							1	14,3
50			1	50,0							1	14,3
450					1	100,0					1	14,3
1500							1	100,0			1	14,3
Total	1	100,0	2	100,0	1	100,0	1	100,0	2	100,0	7	100,0

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Costeiro) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 644. Nº participante em Produtos de comunicação do GAL/Entidade Gestora (newsletter, site)

	Norte		Centro		Lisboa		Algarve		Açores		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
0			1	33,3							1	16,7
100	1	100,0									1	16,7
400			1	33,3							1	16,7
1990					1	100,0					1	16,7
2000							1	100,0			1	16,7
20000			1	33,3							1	16,7
Total	1	100,0	3	100,0	1	100,0	1	100,0			6	100,0

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Costeiro) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 645. Nº participante em Produtos de comunicação do GAL/Entidade Gestora (páginas das redes sociais...)

	Norte		Centro		Lisboa		Algarve		Açores		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
100	1	100,0									1	25,0
400			1	50,0							1	25,0
502			1	50,0							1	25,0
4000							1	100,0			1	25,0
Total	1	100,0	2	100,0			1	100,0			4	100,0

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Costeiro) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 646. Nº participante em Grupos de trabalho temáticos

	Norte		Centro		Lisboa		Algarve		Açores		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
31			1	100,0							1	50,0
80					1	100,0					1	50,0
Total			1	100,0	1	100,0					2	100,0

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Costeiro) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 647. Nº participante em Visitas a projetos de investimento,...

	Norte		Centro		Lisboa		Algarve		Açores		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
12					1	100,0					1	25,0
20			1	50,0							1	25,0
40							1	100,0			1	25,0
100			1	50,0							1	25,0
Total			2	100,0	1	100,0	1	100,0				100,0

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Costeiro) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 648. Nº participante em Feiras, festas temáticas; mostras de produtos locais

	Norte		Centro		Lisboa		Algarve		Açores		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
0			1	50,0							1	20,0
200	1	100,0									1	20,0
1500							1	100,0			1	20,0
160000					1	100,0					1	20,0
1000000			1	50,0							1	20,0
Total	1	100,0	2	100,0	1	100,0	1	100,0			5	100,0

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Costeiro) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 649. Nº participante em Participação em projetos de cooperação

	Norte		Centro		Lisboa		Algarve		Açores		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
0			1	100,0							1	50,0
2	1	100,0									1	50,0
Total	1	100,0	1	100,0							2	100,0

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Costeiro) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 650. Balanço da adesão às ações de divulgação, informação, sensibilização e esclarecimentos realizadas junto dos potenciais beneficiários e da população

	1 – Fraca adesão		2		3		4		5		6 – Muita adesão		N/A		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Reuniões/encontros com parceiros promovidos			1	8,3	1	8,3	1	8,3	6	50,0	3	25,0			12	100,0
Sessões de divulgação e sensibilização e esclarecimento					3	25,0	4	33,3	2	16,7	3	25,0			12	100,0
Reuniões, seminários, workshops públicos					2	20,0	4	40,0	2	20,0	2	20,0			10	100,0
Produtos de comunicação do GAL/Entidade Gestora (newsletter, site)					2	20,0	1	10,0	4	40,0	2	20,0	1	10,0	10	100,0
Produtos de comunicação do GAL/Entidade Gestora (páginas das redes sociais ...)					2	22,2	1	11,1	3	33,3	2	22,2	1	11,1	9	100,0
Grupos de trabalho temáticos									1	20,0	1	20,0	3	60,0	5	100,0
Visitas a projetos de investimento,...					1	14,3	3	42,9	2	28,6			1	14,3	7	100,0
Feiras, festas temáticas; mostras de produtos locais					1	10,0	5	50,0	2	20,0	1	10,0	1	10,0	10	100,0
Participação em projetos de cooperação	1	14,3			2	28,6			1	14,3	1	14,3	2	28,6	7	100,0
Outra																

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Costeiro) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 651. Média do Balanço da adesão às ações de divulgação, informação, sensibilização e esclarecimentos realizadas junto dos potenciais beneficiários e da população (escala 1- – fraca adesão a 6 – muita adesão), por Região

	Norte		Centro		Lisboa		Algarve		Açores		Total	
	Média	N	Média	N	Média	N	Média	N	Média	N	Média	N
Reuniões/encontros com parceiros promovidos	3,50	2	5,00	3	5,50	2	5,50	2	4,33	3	4,75	12
Sessões de divulgação e sensibilização e esclarecimento	4,50	2	5,00	3	5,00	2	3,50	2	4,00	3	4,42	12
Reuniões, seminários, workshops públicos	3,00	1	5,00	3	5,00	2	3,50	2	4,50	2	4,40	10
Produtos de comunicação do GAL/Entidade Gestora (newsletter, site)	3,50	2	5,33	3	5,50	2	4,00	2			4,67	9
Produtos de comunicação do GAL/Entidade Gestora (páginas das redes sociais ...)	3,50	2	5,50	2	6,00	1	4,00	2	5,00	1	4,63	8
Grupos de trabalho temáticos					5,50	2					5,50	2
Visitas a projetos de investimento,...			5,33	3	5,50	2	3,00	1			5,00	6

	Norte		Centro		Lisboa		Algarve		Açores		Total	
	Média	N	Média	N	Média	N	Média	N	Média	N	Média	N
Feiras, festas temáticas; mostras de produtos locais	3,00	1	5,50	2	4,50	2	4,00	2	4,00	2	4,33	9
Participação em projetos de cooperação	4,00	2	6,00	1	1,00	1			3,00	1	3,60	5
Outra												

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Costeiro) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 652. Foram realizados processos de auscultação sobre o conhecimento que os potenciais beneficiários dos territórios têm da EDL/DLBC Costeiro ?

	Norte		Centro		Lisboa		Algarve		Açores		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Sim					1	50,0%	1	50,0%			5	41,7
Não	2	100,0%			1	50,0%	1	50,0%	3	100,0%	7	58,3
Total	2	100,0%			2	100,0%	2	100,0%	3	100,0%	12	100,0

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Costeiro) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 653. Indique como foi feita essa auscultação (sondagem, inquérito presencial, inquérito nas redes sociais)

	Norte	Centro	Lisboa	Algarve	Açores
inquerito nas redes sociais		1			
Questionário		1			
Questionário online		1	1		
Reuniões Presenciais				1	

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Costeiro) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 654. Boas práticas na implementação do DLBC Costeiro nomeadamente nas seguintes dimensões:

	Norte (N=1)		Centro (N=3)		Lisboa (N=1)		Algarve (N=2)		Açores (N=3)		Total (N=10)	
	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos
Modelo de funcionamento do GAL			2	66,7			2	100,0	3	100,0	7	70,0
Modelo de gestão do DLBC			1	33,3			2	100,0	1	33,3	4	40,0
Partilha de conhecimentos			3	100,0	1	100,0	1	50,0	2	66,7	7	70,0
Sinergias entre projetos e sectores de atividade económica	1	100,0	1	33,3	1	100,0			2	66,7	5	50,0
Cooperação entre beneficiários e stakeholders							1	50,0	1	33,3	2	20,0
Operações inovadoras para o território			3	100,0	1	100,0	1	50,0	2	66,7	7	70,0
Outras												

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Costeiro) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 655. Outro. Qual?

	Norte	Centro	Lisboa	Algarve	Açores
Gestão com abordagem bottom-up e de proximidade: apoiamos os promotores nas suas dificuldades, por poderem ter como consequência maus resultados na execução o que se repercute na execução da EDL de acordo com os seus objetivos		1			

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Costeiro) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

EFICÁCIA

Quadro 656. Adesão dos promotores a cada uma das tipologias de intervenção contempladas no DLBC face às expectativas iniciais

	1 – Muito Fraca		2		3		4		5		6 – Muito Forte		N/A		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%			N	%
1- Inovação em espaço marítimo (FEAMP)			4	36,4	4	36,4			2	18,2	1	9,1			11	100,0
2. Qualificação escolar e profissional (FEAMP)	2	20,0	5	50,0	1	10,0			1	10,0			1	10,0	10	100,0
3. Promoção de Planos de Mar	3	27,3			1	9,1			1	9,1	1	9,1	5	45,5	11	100,0
4. Reforço da competitividade da pesca (FEAMP)	3	25,0	3	25,0	3	25,0	1	8,3	2	16,7					12	100,0
5 Desenvolvimento de turismo em espaço aquático (FEAMP)					2	16,7	1	8,3	2	16,7	6	50,0	1	8,3	12	100,0
6. Promoção dos produtos locais e da sua qualidade (FEAMP)	3	25,0	3	25,0	2	16,7	3	25,0	1	8,3					12	100,0
7. Circuitos curtos de bens alimentares e mercados locais (FEAMP)	3	25,0	2	16,7	4	33,3	3	25,0							12	100,0
8. Preservação, conservação e valorização dos elementos patrimoniais, recursos naturais e paisagísticos (FEAMP)					2	16,7	2	16,7	3	25,0	5	41,7			12	100,0
8.8/8a. Apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas e à atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas e microempresas (FEDER)	1	11,1			1	11,1	3	33,3	1	11,1			3	33,3	9	100,0
6.3/6c. Conservação, proteção, promoção e desenvolvimento do património natural e cultural (FEDER)							1	16,7	1	16,7	1	16,7	3	50,0	6	100,0
8.3/8iii. Emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras (FSE)					2	20,0	3	30,0			3	30,0	2	20,0	10	100,0
9.1/9i. Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e a melhoria da empregabilidade (FSE)							1	20,0					4	80,0	5	100,0

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Costeiro) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 657. Média da Adesão dos promotores a cada uma das tipologias de intervenção contempladas no DLBC face às expectativas iniciais (escala 1- Muito fraca a 6 Muito forte), por Região

	Norte		Centro		Lisboa		Algarve		Açores		Total	
	Média	N	Média	N	Média	N	Média	N	Média	N	Média	N
1- Inovação em espaço marítimo (FEAMP)	2,00	1	4,33	3	3,00	2	3,50	2	2,67	3	3,27	11
2. Qualificação escolar e profissional (FEAMP)	2,00	1	1,67	3			2,50	2	2,67	3	2,22	9
3. Promoção de Planos de Mar	3,50	2	2,00	2			3,00	2			2,83	6
4. Reforço da competitividade da pesca (FEAMP)	3,00	2	2,33	3	4,00	2	2,50	2	2,00	3	2,67	12
5 Desenvolvimento de turismo em espaço aquático (FEAMP)	4,50	2	5,00	3	6,00	1	6,00	2	4,67	3	5,09	11
6. Promoção dos produtos locais e da sua qualidade (FEAMP)	4,00	2	1,67	3	2,50	2	2,00	2	3,33	3	2,67	12
7. Circuitos curtos de bens alimentares e mercados locais (FEAMP)	4,00	2	2,33	3	1,00	2	2,00	2	3,33	3	2,58	12
8. Preservação, conservação e valorização dos elementos patrimoniais, recursos naturais e paisagísticos (FEAMP)	5,50	2	5,33	3	4,00	2	6,00	2	4,00	3	4,92	12
8.8/8a Apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas e à atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas e microempresas (FEDER)	2,00	2	4,67	3	4,00	1					3,67	6
6.3/6c Conservação, proteção, promoção e desenvolvimento do património natural e cultural (FEDER)	6,00	1	4,50	2							5,00	3
8.3/8iii. Emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras (FSE)	5,00	2	5,33	3	3,50	2	3,00	1			4,50	8
9.1/9i. Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e a melhoria da empregabilidade (FSE)	4,00	1									4,00	1

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Costeiro) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 658. Fatores que considera terem condicionado uma maior adesão por parte dos promotores ao DLBC Costeiro

	Norte (N=2)		Centro (N=3)		Lisboa (N=2)		Algarve (N=2)		Açores (N=3)		Total (N=12)	
	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos
Capacidade de incitativa do território	1	50,0	1	33,3			2	100,0	1	33,3	5	41,7
Crise económica	1	50,0			1	50,0	1	50,0	1	33,3	4	33,3
Condições de elegibilidade dos promotores	1	50,0	2	66,7	1	50,0	1	50,0			5	41,7
Condições de elegibilidade das operações	1	50,0	2	66,7	1	50,0	2	100,0	1	33,3	7	58,3
Critérios de seleção das operações	1	50,0	1	33,3							2	16,7
Outros			1	33,3					1	33,3	2	16,7

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Costeiro) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 659. Principais motivos de reprovação de candidaturas, por região

	Norte (N=1)		Centro		Lisboa (N=1)		Algarve		Açores (N=2)		Total (N=4)	
	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos
1- Inovação em espaço marítimo (FEAMP)												
Falta de dotação financeira disponível									1	50,0	1	25,0
Cumprimento de critérios de elegibilidade dos beneficiários									2	100,0	2	50,0
Cumprimento dos critérios de elegibilidade dos projetos					1	100,0			2	100,0	3	75,0
Falta de documentos necessários à instrução da candidatura									1	50,0	1	25,0
Critérios de seleção das operações												
Outros	1	100,0									1	25,0
	Norte (N=1)		Centro (N=1)		Lisboa		Algarve		Açores (N=1)		Total (N=3)	
2. Qualificação escolar e profissional (FEAMP)												
Falta de dotação financeira disponível												
Cumprimento de critérios de elegibilidade dos beneficiários			1	100,0					1	100,0	1	33,3
Cumprimento dos critérios de elegibilidade dos projetos									1	100,0	2	66,7
Falta de documentos necessários à instrução da candidatura									1	100,0	1	33,3
Critérios de seleção das operações												
Outros	1	100,0									1	33,3
	Norte (N=2)		Centro		Lisboa		Algarve (N=2)		Açores (N=3)		Total (N=5)	
3. Promoção de Planos de Mar												
Falta de dotação financeira disponível												
Cumprimento de critérios de elegibilidade dos beneficiários	1	50,0									1	20,0
Cumprimento dos critérios de elegibilidade dos projetos	1	50,0					1	50,0			2	40,0
Falta de documentos necessários à instrução da candidatura	1	50,0					1	50,0	1	100,0	3	60,0
Critérios de seleção das operações									1	100,0	1	20,0
Outros	1	50,0									1	20,0
	Norte (N=2)		Centro (N=2)		Lisboa		Algarve (N=1)		Açores (N=1)		Total (N=6)	
4. Reforço da competitividade da pesca (FEAMP)												
Falta de dotação financeira disponível							1	50,0			1	14,3
Cumprimento de critérios de elegibilidade dos beneficiários	1	50,0	2	100,0			1	50,0	1	100,0	5	71,4
Cumprimento dos critérios de elegibilidade dos projetos	1	50,0	2	100,0			1	50,0	1	100,0	5	71,4
Falta de documentos necessários à instrução da candidatura	1	50,0							1	100,0	2	28,6
Critérios de seleção das operações												
Outros	1	50,0									1	14,3
	Norte (N=1)		Centro (N=2)		Lisboa (N=1)		Algarve (N=1)		Açores (N=2)		Total (N=7)	
5 Desenvolvimento de turismo em espaço aquático (FEAMP)												
Falta de dotação financeira disponível												
Cumprimento de critérios de elegibilidade dos beneficiários	1	50,0	1	50,0	1	100,0			2	100,0	5	62,5
Cumprimento dos critérios de elegibilidade dos projetos	1	50,0	2	100,0			1	100,0	2	100,0	6	75,0

Falta de documentos necessários à instrução da candidatura	1	50,0							1	50,0	2	25,0
CrITÉrios de seleção das operações			1	50,0					1	50,0	2	25,0
Outros	1	50,0									1	12,5
	Norte (N=2)		Centro (N=1)		Lisboa (N=2)		Algarve (N=2)		Açores (N=1)		Total (N=6)	
6. Promoção dos produtos locais e da sua qualidade (FEAMP)												
Falta de dotação financeira disponível												
Cumprimento de critérios de elegibilidade dos beneficiários	1	50,0							1	100,0	2	33,3
Cumprimento dos critérios de elegibilidade dos projetos	1	50,0	1	100,0			2	100,0	1	100,0	5	83,3
Falta de documentos necessários à instrução da candidatura	1	50,0	1	100,0					1	100,0	3	50,0
CrITÉrios de seleção das operações												
Outros	1	50,0									1	16,7

	Norte (N=1)		Centro		Lisboa		Algarve (N=1)		Açores (N=1)		Total (N=3)	
	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos
7. Circuitos curtos de bens alimentares e mercados locais (FEAMP)												
Falta de dotação financeira disponível												
Cumprimento de critérios de elegibilidade dos beneficiários	1	50,0							1	100,0	2	40,0
Cumprimento dos critérios de elegibilidade dos projetos	1	50,0					1	50,0	1	100,0	3	60,0
Falta de documentos necessários à instrução da candidatura	1	50,0							1	100,0	2	40,0
Critérios de seleção das operações							1	50,0			1	20,0
Outros	1	50,0									1	20,0
	Norte (N=2)		Centro		Lisboa		Algarve (N=1)		Açores		Total (N=3)	
8. Preservação, conservação e valorização dos elementos patrimoniais, recursos naturais e paisagísticos (FEAMP)												
Falta de dotação financeira disponível												
Cumprimento de critérios de elegibilidade dos beneficiários	1	50,0									1	33,3
Cumprimento dos critérios de elegibilidade dos projetos	1	50,0					1	100,0			2	66,7
Falta de documentos necessários à instrução da candidatura	1	50,0									1	33,3
Critérios de seleção das operações	1	50,0										
Outros											1	33,3
	Norte (N=2)		Centro (N=3)		Lisboa (N=1)		Algarve		Açores		Total (N=6)	
8.8/8a. Apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas e à atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas e microempresas (FEDER)												
Falta de dotação financeira disponível												
Cumprimento de critérios de elegibilidade dos beneficiários	1	50,0	1	33,3	1	100,0					3	50,0
Cumprimento dos critérios de elegibilidade dos projetos	2	100,0	3	100,0	1	100,0					6	100,0
Falta de documentos necessários à instrução da candidatura	1	50,0	1	33,3							2	33,3
Critérios de seleção das operações	1	50,0	1	33,3							2	33,3
Outros	1	50,0									1	16,7
	Norte (N=2)		Centro (N=1)		Lisboa		Algarve		Açores		Total (N=3)	
6.3/6c. Conservação, proteção, promoção e desenvolvimento do património natural e cultural (FEDER)												
Falta de dotação financeira disponível												
Cumprimento de critérios de elegibilidade dos beneficiários												
Cumprimento dos critérios de elegibilidade dos projetos	1	50,0	1	100,0							2	66,7
Falta de documentos necessários à instrução da candidatura												
Critérios de seleção das operações												
Outros	1	50,0									1	33,3
	Norte (N=2)		Centro (N=2)		Lisboa (N=2)		Algarve		Açores		Total (N=5)	
8.3/8iii. Emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras (FSE)												

Falta de dotação financeira disponível			1	50,0						1	20,0
Cumprimento de critérios de elegibilidade dos beneficiários	1	50,0	2	100,0	1	100,0				4	80,0
Cumprimento dos critérios de elegibilidade dos projetos	2	100,0	2	100,0	1	100,0				5	100,0
Falta de documentos necessários à instrução da candidatura	1	50,0	1	50,0						2	40,0
Crítérios de seleção das operações	1	50,0	1	50,0						2	40,0
Outros	1	50,0								1	20,0
	Norte (N=1)		Centro		Lisboa		Algarve		Açores		Total (N=1)
9.1/9i. Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e a melhoria da empregabilidade (FSE)											
Falta de dotação financeira disponível											
Cumprimento de critérios de elegibilidade dos beneficiários											
Cumprimento dos critérios de elegibilidade dos projetos	1	100,0								1	100,0
Falta de documentos necessários à instrução da candidatura											
Crítérios de seleção das operações											
Outros											

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Costeiro) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 660. Outro. Qual?

	Norte	Centro	Lisboa	Algarve	Açores
Frac adesão dos beneficiários, burocracia, tempo de aprovação e excessiva formalidade	1				

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Costeiro) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 661. Estrangulamentos que existiram ao bom funcionamento das tipologias de operação contratualizadas, por Prioridade de investimento/tipologia de intervenção

	Norte (N=1)		Centro (N=2)		Lisboa (N=1)		Algarve (N=2)		Açores (N=3)		Total (N=9)	
	N	de casos	N	de casos	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos
1- Inovação em espaço marítimo (FEAMP)												
Condições de elegibilidade das operações			1	50,0	1	100,0	2	100,0	3	100,0	7	77,8
Tipo de despesas elegíveis	1	100,0	1	50,0	1	100,0	2	100,0	1	33,3	6	66,7
Taxa de incentivo												
Contexto socioeconómico									1	33,3	1	11,1
	Norte (N=1)		Centro (N=3)		Lisboa		Algarve (N=1)		Açores (N=3)		Total (N=8)	
	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos
2. Qualificação escolar e profissional (FEAMP)												
Condições de elegibilidade das operações	1	100,0	2	66,7			1	100,0	2	66,7	6	75,0
Tipo de despesas elegíveis	1	100,0	1	33,3			1	100,0	3	100,0	6	75,0
Taxa de incentivo												
Contexto socioeconómico			1	33,3							1	12,5
	Norte		Centro (N=1)		Lisboa (N=1)		Algarve		Açores		Total (N=2)	
3. Promoção de Planos de Mar												
Condições de elegibilidade das operações			1	100,0	1	100,0					2	100,0
Tipo de despesas elegíveis			1	100,0	1	100,0					2	100,0
Taxa de incentivo												
Contexto socioeconómico			1	100,0							1	50,0
	Norte		Centro (N=3)		Lisboa (N=1)		Algarve (N=1)		Açores (N=3)		Total (N=8)	
4. Reforço da competitividade da pesca (FEAMP)												
Condições de elegibilidade das operações			3	100,0	1	100,0	1	100,0	2	66,7	7	87,5
Tipo de despesas elegíveis			2	66,7	1	100,0	1	100,0	3	100,0	7	87,5
Taxa de incentivo					1	100,0					1	12,5
Contexto socioeconómico			1	33,3	1	100,0					2	25,0
	Norte		Centro (N=1)		Lisboa		Algarve (N=1)		Açores (N=2)		Total (N=4)	
5 Desenvolvimento de turismo em espaço aquático (FEAMP)												
Condições de elegibilidade das operações			1	100,0			1	100,0	2	100,0	4	100,0
Tipo de despesas elegíveis							1	100,0	1	50,0	2	50,0
Taxa de incentivo												
Contexto socioeconómico												
	Norte		Centro (N=3)		Lisboa		Algarve (N=2)		Açores (N=2)		Total (N=7)	
6. Promoção dos produtos locais e da sua qualidade (FEAMP)												
Condições de elegibilidade das operações			2	66,7			2	100,0	2	100,0	6	85,7
Tipo de despesas elegíveis			1	33,3			1	50,0	2	100,0	4	57,1
Taxa de incentivo			1	33,3					1	50,0		
Contexto socioeconómico											2	28,6

	Norte		Centro (N=2)		Lisboa (N=1)		Algarve (N=2)		Açores (N=3)		Total (N=8)	
7. Circuitos curtos de bens alimentares e mercados locais (FEAMP)												
Condições de elegibilidade das operações			1	50,0	1	100,0	2	100,0	2	66,7	6	75,0
Tipo de despesas elegíveis			1	50,0	1	100,0	2	100,0	3	100,0	7	87,5
Taxa de incentivo			1	50,0								
Contexto socioeconómico											1	12,5
	Norte		Centro (N=1)		Lisboa		Algarve (N=1)		Açores (N=2)		Total (N=4)	
8. Preservação, conservação e valorização dos elementos patrimoniais, recursos naturais e paisagísticos (FEAMP)												
Condições de elegibilidade das operações							1	100,0	2	100,0	3	75,0
Tipo de despesas elegíveis							1	100,0	2	100,0	3	75,0
Taxa de incentivo												
Contexto socioeconómico			1	100,0							1	25,0
	Norte (N=1)		Centro (N=2)		Lisboa		Algarve		Açores		Total (N=3)	
8.8/8a. Apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas e à atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas e microempresas (FEDER)												
Condições de elegibilidade das operações	1	100,0									1	33,3
Tipo de despesas elegíveis	1	100,0	1	50,0							2	66,7
Taxa de incentivo			1	50,0							1	33,3
Contexto socioeconómico	1	100,0	1	50,0							2	66,7
	Norte		Centro (N=1)		Lisboa		Algarve		Açores		Total (N=1)	
6.3/6c. Conservação, proteção, promoção e desenvolvimento do património natural e cultural (FEDER)												
Condições de elegibilidade das operações												
Tipo de despesas elegíveis												
Taxa de incentivo			1	100,0							1	100,0
Contexto socioeconómico			1	100,0							1	100,0
	Norte (N=1)		Centro (N=2)		Lisboa		Algarve		Açores		Total (N=3)	
8.3/8iii. Emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras (FSE)												
Condições de elegibilidade das operações	1	100,0									1	33,3
Tipo de despesas elegíveis	1	100,0	1	50,0							2	66,7
Taxa de incentivo			2	100,0							2	66,7
Contexto socioeconómico	1	100,0	1	50,0							2	66,7
	Norte (N=2)		Centro (N=3)		Lisboa (N=2)		Algarve (N=2)		Açores (N=3)		Total (N=12)	
9.1/9i. Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e a melhoria da empregabilidade (FSE)												
Condições de elegibilidade das operações												
Tipo de despesas elegíveis												
Taxa de incentivo												
Contexto socioeconómico												

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Costeiro) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 662. Fatores com maior influência no cumprimento dos tempos de execução das operações, por região

	Norte (N=1)		Centro		Lisboa		Algarve (N=1)		Açores (N=1)		Total (N=4)	
	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos
1- Inovação em espaço marítimo (FEAMP)												
Dificuldades de liquidez e obtenção de financiamento para cobrir os custos não comparticipados									1	50,0	1	25,0
Estado de maturação do projeto apresentado em candidatura							1	100,0	1	50,0	2	50,0
Bloqueamentos institucionais ou administrativos (p.e., licenças)									1	50,0	1	25,0
Prazo de resposta a pedidos de esclarecimento, de alteração, ...												
Problemas de gestão do projeto de ordem técnica (complexidade do projeto, exigências das normas técnicas, ...)	1	100,0									2	50,0
Atrasos no pagamento de pedidos de reembolso	1	100,0									1	25,0
	Norte (N=1)		Centro (N=1)		Lisboa (N=2)		Algarve (N=1)		Açores (N=2)		Total (N=5)	
2. Qualificação escolar e profissional (FEAMP)												
Dificuldades de liquidez e obtenção de financiamento para cobrir os custos não comparticipados												
Estado de maturação do projeto apresentado em candidatura							1	100,0	1	50,0	2	40,0
Bloqueamentos institucionais ou administrativos (p.e., licenças)			1	100,0							1	20,0

Prazo de resposta a pedidos de esclarecimento, de alteração, ...													
Problemas de gestão do projeto de ordem técnica (complexidade do projeto, exigências das normas técnicas, ...)	1	100,0									1	20,0	
Atrasos no pagamento de pedidos de reembolso	1	100,0								1	50,0	2	40,0
	Norte (N=1)		Centro		Lisboa		Algarve (N=2)		Açores (N=1)		Total (N=4)		
3. Promoção de Planos de Mar													
Dificuldades de liquidez e obtenção de financiamento para cobrir os custos não comparticipados							1	50,0			1	25,0	
Estado de maturação do projeto apresentado em candidatura							1	50,0	1	100,0	2	50,0	
Bloqueamentos institucionais ou administrativos (p.e., licenças)													
Prazo de resposta a pedidos de esclarecimento, de alteração, ...									1	100,0	1	25,0	
Problemas de gestão do projeto de ordem técnica (complexidade do projeto, exigências das normas técnicas, ...)	1	100,0							1	100,0	2	50,0	
Atrasos no pagamento de pedidos de reembolso	1	100,0									1	25,0	
	Norte (N=1)		Centro (N=3)		Lisboa (N=2)		Algarve (N=1)		Açores (N=1)		Total (N=4)		
4. Reforço da competitividade da pesca (FEAMP)													
Dificuldades de liquidez e obtenção de financiamento para cobrir os custos não comparticipados													
Estado de maturação do projeto apresentado em candidatura							1	100,0	1	50,0%	2	50,0	
Bloqueamentos institucionais ou administrativos (p.e., licenças)									1	50,0%	1	25,0	
Prazo de resposta a pedidos de esclarecimento, de alteração, ...													
Problemas de gestão do projeto de ordem técnica (complexidade do projeto, exigências das normas técnicas, ...)	1	100,0									1	25,0	
Atrasos no pagamento de pedidos de reembolso	1	100,									1	25,0	
	Norte (N=1)		Centro (N=3)		Lisboa (N=1)		Algarve (N=2)		Açores (N=1)		Total (N=8)		
5 Desenvolvimento de turismo em espaço aquático (FEAMP)													
Dificuldades de liquidez e obtenção de financiamento para cobrir os custos não comparticipados			2	66,7%	1	100,0 %					3	37,5	
Estado de maturação do projeto apresentado em candidatura			2	66,7%			1	50,0%	1	100,0%	4	50,0	
Bloqueamentos institucionais ou administrativos (p.e., licenças)			1	33,3%							1	12,5	
Prazo de resposta a pedidos de esclarecimento, de alteração, ...													
Problemas de gestão do projeto de ordem técnica (complexidade do projeto, exigências das normas técnicas, ...)	1	100,0			1	100,0 %					2	25,0	
Atrasos no pagamento de pedidos de reembolso	1	100,0			1	100,0 %	1	50,0%			3	37,5	

	Norte (N=1)		Centro		Lisboa		Algarve (N=2)		Açores (N=1)		Total (N=5)	
	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos
6. Promoção dos produtos locais e da sua qualidade (FEAMP)												
Dificuldades de liquidez e obtenção de financiamento para cobrir os custos não comparticipados									1	50,0	1	20,0
Estado de maturação do projeto apresentado em candidatura							1	50,0	1	50,0	2	40,0
Bloqueamentos institucionais ou administrativos (p.e., licenças)							1	50,0			1	20,0
Prazo de resposta a pedidos de esclarecimento, de alteração, ...												
Problemas de gestão do projeto de ordem técnica (complexidade do projeto, exigências das normas técnicas, ...)	1	100,0									1	20,0

Atrasos no pagamento de pedidos de reembolso	1	100,0									1	20,0
	Norte (N=1)		Centro		Lisboa		Algarve (N=2)		Açores (N=2)		Total (N=5)	
7. Circuitos curtos de bens alimentares e mercados locais (FEAMP)												
Dificuldades de liquidez e obtenção de financiamento para cobrir os custos não comparticipados									1	50,0	1	20,0
Estado de maturação do projeto apresentado em candidatura							1	50,0	1	50,0	2	40,0
Bloqueamentos institucionais ou administrativos (p.e., licenças)												
Prazo de resposta a pedidos de esclarecimento, de alteração, ...							1	50,0	1	50,0	1	20,0
Problemas de gestão do projeto de ordem técnica (complexidade do projeto, exigências das normas técnicas, ...)	1	100,0					1	50,0			3	60,0
Atrasos no pagamento de pedidos de reembolso	1	100,0									1	20,0
	Norte (N=1)		Centro (N=1)		Lisboa		Algarve (N=1)		Açores (N=1)		Total (N=4)	
8. Preservação, conservação e valorização dos elementos patrimoniais, recursos naturais e paisagísticos (FEAMP)												
Dificuldades de liquidez e obtenção de financiamento para cobrir os custos não comparticipados												
Estado de maturação do projeto apresentado em candidatura							1	100,0	1	100,0	2	50,0
Bloqueamentos institucionais ou administrativos (p.e., licenças)			1	100,0							1	25,0
Prazo de resposta a pedidos de esclarecimento, de alteração, ...			1	100,0							1	25,0
Problemas de gestão do projeto de ordem técnica (complexidade do projeto, exigências das normas técnicas, ...)	1	100,0									1	25,0
Atrasos no pagamento de pedidos de reembolso	1	100,0	1	100,0							2	50,0
	Norte (N=1)		Centro (N=3)		Lisboa		Algarve		Açores (N=3)		Total (N=4)	
8.8/8a. Apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas e à atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas e microempresas (FEDER)												
Dificuldades de liquidez e obtenção de financiamento para cobrir os custos não comparticipados	1	100,0	2	66,7							3	75,0
Estado de maturação do projeto apresentado em candidatura												
Bloqueamentos institucionais ou administrativos (p.e., licenças)			1	33,3							1	25,0
Prazo de resposta a pedidos de esclarecimento, de alteração, ...			1	33,3							1	25,0
Problemas de gestão do projeto de ordem técnica (complexidade do projeto, exigências das normas técnicas, ...)	1	100,0	1	33,3							2	50,0
Atrasos no pagamento de pedidos de reembolso	1	100,0	3	100,0							4	100,0
	Norte (N=1)		Centro		Lisboa		Algarve		Açores		Total (N=3)	
6.3/6c. Conservação, proteção, promoção e desenvolvimento do património natural e cultural (FEDER)												
Dificuldades de liquidez e obtenção de financiamento para cobrir os custos não comparticipados												
Estado de maturação do projeto apresentado em candidatura												
Bloqueamentos institucionais ou administrativos (p.e., licenças)												
Prazo de resposta a pedidos de esclarecimento, de alteração, ...												
Problemas de gestão do projeto de ordem técnica (complexidade do projeto, exigências das normas técnicas, ...)	1	100,0	1	50,0							2	66,7
Atrasos no pagamento de pedidos de reembolso	1	100,0	1	50,0							2	66,7

	Norte (N=1)		Centro (N=3)		Lisboa		Algarve		Açores		Total (N=4)	
	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos
8.3/8iii. Emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras (FSE)												
Dificuldades de liquidez e obtenção de financiamento para cobrir os custos não comparticipados	1	100,0	1	33,3							2	50,0

Estado de maturação do projeto apresentado em candidatura												
Bloqueamentos institucionais ou administrativos (p.e., licenças)			1	33,3							1	25,0
Prazo de resposta a pedidos de esclarecimento, de alteração, ...			1	33,3							1	25,0
Problemas de gestão do projeto de ordem técnica (complexidade do projeto, exigências das normas técnicas, ...)	1	100,0	1	33,3							2	50,0
Atrasos no pagamento de pedidos de reembolso	1	100,0	3	100,0							4	100,0
	Norte		Centro		Lisboa			Algarve		Açores		Total
9.1/9i. Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e a melhoria da empregabilidade (FSE)												
Dificuldades de liquidez e obtenção de financiamento para cobrir os custos não comparticipados	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Estado de maturação do projeto apresentado em candidatura	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Bloqueamentos institucionais ou administrativos (p.e., licenças)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Prazo de resposta a pedidos de esclarecimento, de alteração, ...	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Problemas de gestão do projeto de ordem técnica (complexidade do projeto, exigências das normas técnicas, ...)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Atrasos no pagamento de pedidos de reembolso	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Costeiro) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 663. Outros fatores. Quais?

	Norte	Centro	Lisboa	Algarve	Açores
O GAL não tem competências delegadas, no caso das TI 8.8/8a,6.3/6c.,8.3/8iii. 9.1/9i, para além da análise da candidatura e proposta de decisão		1			

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Costeiro) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 664. fatores explicativos dos desvios registados relativamente à capacidade de cumprimento das metas previstas para 2018, por região

	Norte (N=1)		Centro (N=3)		Lisboa (N=1)		Algarve (N=2)		Açores (N=3)		Total (N=10)	
	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos
Atrasos da regulamentação de operacionalização das PI/TI			3	100,0	1	100,0	2	100,0	1	33,3	7	70,0
Frac adesão dos beneficiários	1	100,0	1	33,3			2	100,0			4	40,0
Dificuldades de execução por parte dos beneficiários	1	100,0	1	33,3					1	33,3	3	30,0
Outros									1	33,3	1	10,0

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Costeiro) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 665. Outro. Qual?

	Norte	Centro	Lisboa	Algarve	Açores
EM 2018 O Gal ainda não estava em funcionamento					1

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Costeiro) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 666. Capacidade para o GAL vir a cumprir as metas globais definidas no DLBC por PI

	1 – Nada provável		2		3		4		5		6 – Muito provável		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
1- Inovação em espaço marítimo (FEAMP)	1	11,1	2	22,2	2	22,2	1	11,1	1	11,1	2	22,2	9	100,0
2. Qualificação escolar e profissional (FEAMP)	1	11,1	4	44,4					2	22,2	2	22,2	9	100,0
3. Promoção de Planos de Mar	4	66,7	1	16,7							1	16,7	6	100,0
4. Reforço da competitividade da pesca (FEAMP)	1	12,5	3	37,5	1	12,5			2	25,0	1	12,5	8	100,0
5 Desenvolvimento de turismo em espaço aquático (FEAMP)			2	22,2			1	11,1	3	33,3	3	33,3	9	100,0
6. Promoção dos produtos locais e da sua qualidade (FEAMP)	2	25,0	1	12,5	2	25,0	1	12,5	1	12,5	1	12,5	8	100,0
7. Circuitos curtos de bens alimentares e mercados locais (FEAMP)	1	11,1	3	33,3	1	11,1	1	11,1	2	22,2	1	11,1	9	100,0
8. Preservação, conservação e valorização dos elementos patrimoniais, recursos naturais e paisagísticos (FEAMP)					1	11,1	1	11,1	3	33,3	4	44,4	9	100,0
8.8/8a Apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas e à atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas e microempresas (FEDER)	1	25,0			1	25,0	2	50,0					4	100,0

	1 – Nada provável		2		3		4		5		6 – Muito provável		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
6.3/6c Conservação, proteção, promoção e desenvolvimento do património natural e cultural (FEDER)					1	25,0	1	25,0			2	50,0	4	100,0
8.3/8iii. Emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras (FSE)	1	20,0			1	20,0	1	20,0			2	40,0	5	100,0
9.1/9i. Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e a melhoria da empregabilidade (FSE)	1	50,0	1	50,0									2	100,0

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Costeiro) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 667. Média da Capacidade para o GAL vir a cumprir as metas globais definidas no DLBC por PI (1 Nada provável; 6 – muito provável), por Região

	Norte		Centro		Lisboa		Algarve		Açores		Total	
	Média	N	Média	N	Média	N	Média	N	Média	N	Média	N
1- Inovação em espaço marítimo (FEAMP)	4,00	1	3,00	3			4,00	2	3,67	3	3,56	9
2. Qualificação escolar e profissional (FEAMP)	2,00	1	3,00	3			4,00	2	4,00	3	3,44	9
3. Promoção de Planos de Mar	1,00	1	1,33	3			3,50	2			2,00	6
4. Reforço da competitividade da pesca (FEAMP)	2,00	1	2,67	3			4,00	2	4,00	2	3,25	8
5 Desenvolvimento de turismo em espaço aquático (FEAMP)	4,00	1	4,33	3			6,00	2	4,00	3	4,56	9
6. Promoção dos produtos locais e da sua qualidade (FEAMP)	4,00	1	1,67	3			4,00	2	4,00	2	3,13	8
7. Circuitos curtos de bens alimentares e mercados locais (FEAMP)	4,00	1	1,67	3			4,00	2	4,33	3	3,33	9
8. Preservação, conservação e valorização dos elementos patrimoniais, recursos naturais e paisagísticos (FEAMP)	4,00	1	6,00	3			5,50	2	4,33	3	5,11	9
8.8/8a Apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas e à atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas e microempresas (FEDER)	1,00	1	3,67	3							3,00	4
6.3/6c Conservação, proteção, promoção e desenvolvimento do património natural e cultural (FEDER)	4,00	1	5,00	3							4,75	4
8.3/8iii. Emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras (FSE)	6,00	1	4,33	3			1,00	1			4,00	5
9.1/9i. Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e a melhoria da empregabilidade (FSE)			1,50	2							1,50	2

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Costeiro) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 668. Indique se existiu o cumprimento dos critérios de atribuição da reserva de eficiência?

	Norte		Centro		Lisboa		Algarve		Açores		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Sim			2	66,7					1	33,3	3	30,0
Não	1	100,0	1	33,3	1	100,0	2	100,0	2	66,7	7	70,0
Total	1	100,0	3	100,0	1	100,0	2	100,0	3	100,0	10	100,0

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Costeiro) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 669. Contributo do DLBC Costeiro para as seguintes dimensões

	1 – Nada provável		2		3		4		5		6 – Muito provável		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Valorização do capital social e humano dos territórios			2	18,2	3	27,3	3	27,3			3	27,3	11	100,0
Promoção da proximidade com a comunidade local (pessoas, empresas, organizações)					2	18,2	1	9,1	2	18,2	6	54,5	11	100,0
Maior conhecimento das necessidades e potencialidades do território					1	9,1	3	27,3	2	18,2	5	45,5	11	100,0
Estímulo ao trabalho em rede entre os atores do desenvolvimento do território					4	36,4	1	9,1	3	27,3	3	27,3	11	100,0
Densidade e qualidade das interações entre os parceiros (p.e., no âmbito da análise, da discussão e das tomadas de decisão sobre a estratégia atual e futura)					3	27,3	2	18,2	4	36,4	2	18,2	11	100,0
Densidade e qualidade das interações entre as entidades institucionais no sentido do desenvolvimento do território (p.e., novas oportunidades de interação, atitude proactiva, aprendizagem coletiva)					4	36,4	2	18,2	3	27,3	2	18,2	11	100,0
Confiança mútua (entre parceiros, entre ETL e parceiros, entre beneficiários/potenciais beneficiários e GAL, entre GAL e RRN, OP, Ags, ...)					3	27,3			4	36,4	4	36,4	11	100,0
Envolvimento da geração mais jovem e outros grupos específicos relevantes e a incorporação das suas perspetivas de futuro relativamente ao território onde vivem	1	9,1	1	9,1	5	45,5	3	27,3	1	9,1			11	100,0
Coesão territorial (novas ligações em rede, melhor aproveitamento dos recursos locais, desenvolvimento endógeno)			1	9,1	3	27,3	2	18,2	2	18,2	3	27,3	11	100,0
Reforço da governança local					4	36,4	1	9,1	2	18,2	4	36,4	11	100,0
Participação dos atores locais na definição do processo de desenvolvimento local					3	27,3	1	9,1	3	27,3	4	36,4	11	100,0
Desenvolvimento de práticas inovadoras de governação			1	9,1	3	27,3	3	27,3	2	18,2	2	18,2	11	100,0
Coordenação entre os diferentes níveis de governação (qualidade das interações/comunicação entre as entidades competentes)					4	36,4	4	36,4	1	9,1	2	18,2	11	100,0
Trabalho em rede/colaboração no território			1	9,1	3	27,3	2	18,2	3	27,3	2	18,2	11	100,0
Capacidade de criação de sinergias entre parceiros e envolvimento em torno de objetivos/interesses comuns					4	36,4	2	18,2	2	18,2	3	27,3	11	100,0
Capacidade de interagir/discutir e negociar nos vários níveis do sistema de governação					5	45,5	2	18,2	3	27,3	1	9,1	11	100,0
Capacidade para gerir vários fundos					1	9,1	3	27,3	3	27,3	4	36,4	11	100,0
Relevância do GAL enquanto promotor do desenvolvimento do território					1	9,1	1	9,1	3	27,3	6	54,5	11	100,0
Cooperação com outros territórios					3	27,3	4	36,4	2	18,2	2	18,2	11	100,0
Mobilização da comunidade local comunidade local					3	27,3			5	45,5	3	27,3	11	100,0
Melhoria do sistema de governança (p.e., coordenação entre os níveis de governação local e regional)			1	10,0	4	40,0	1	10,0	3	30,0	1	10,0	10	100,0
Confiança mútua entre a ETL e os parceiros; entre a ETL e os beneficiários e potenciais beneficiários; e entre os parceiros					2	20,0			2	20,0	6	60,0	10	100,0
Potenciar os resultados e impactos decorrentes das intervenções apoiadas no âmbito da EDL					2	18,2	2	18,2	4	36,4	3	27,3	11	100,0
Acompanhamento /proximidade com as entidades beneficiárias e potenciais promotores					1	9,1	1	9,1	4	36,4	5	45,5	11	100,0
Estímulo ao investimento/ Identificação de oportunidades de investimento					1	9,1	2	18,2	4	36,4	4	36,4	11	100,0
Inovação dos projetos apoiados			1	9,1	1	9,1	3	27,3	4	36,4	2	18,2	11	100,0
Qualidade dos projetos apoiados							5	45,5	3	27,3	3	27,3	11	100,0
Sustentabilidade dos projetos apoiados							7	63,6	3	27,3	1	9,1	11	100,0
Alargamento da tipologia de potenciais beneficiários					2	18,2	3	27,3	5	45,5	1	9,1	11	100,0
Capacidade dos projetos apoiados gerarem efeitos multiplicadores							4	36,4	7	63,6			11	100,0
Alavancagem financeira dos projetos apoiados					2	18,2	4	36,4	4	36,4	1	9,1	11	100,0
Divulgação dos produtos/serviços criados pelos projetos apoiados					3	27,3	3	27,3	5	45,5			11	100,0
Disseminação de conhecimentos, conhecer novas experiências e boas práticas					2	18,2	3	27,3	4	36,4	2	18,2	11	100,0

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Costeiro) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 670. Média do Contributo do DLBC Costeiro para as seguintes dimensões (1 - sem contributo a 6 - contributo elevado), por Região

	Norte		Centro		Lisboa		Algarve		Açores		Total	
	Média	N	Média	N	Média	N	Média	N	Média	N	Média	N
Valorização do capital social e humano dos territórios	6,00	1	3,67	3	4,50	2	3,00	2	3,67	3	3,91	11
Promoção da proximidade com a comunidade local (pessoas, empresas, organizações)	6,00	1	5,67	3	6,00	2	4,50	2	4,00	3	5,09	11
Maior conhecimento das necessidades e potencialidades do território	6,00	1	5,67	3	5,00	2	4,00	2	4,67	3	5,00	11
Estímulo ao trabalho em rede entre os atores do desenvolvimento do território	6,00	1	4,33	3	4,50	2	3,50	2	4,67	3	4,45	11
Densidade e qualidade das interações entre os parceiros (p.e., no âmbito da análise, da discussão e das tomadas de decisão sobre a estratégia atual e futura)	6,00	1	5,00	3	4,00	2	3,00	2	4,67	3	4,45	11
Densidade e qualidade das interações entre as entidades institucionais no sentido do desenvolvimento do território (p.e., novas oportunidades de interação, atitude proactiva, aprendizagem coletiva)	6,00	1	4,67	3	3,50	2	3,00	2	4,67	3	4,27	11
Confiança mútua (entre parceiros, entre ETL e parceiros, entre beneficiários/potenciais beneficiários e GAL, entre GAL e RRN, OP, Ags, ...)	6,00	1	5,33	3	4,50	2	4,00	2	4,67	3	4,82	11
Envolvimento da geração mais jovem e outros grupos específicos relevantes e a incorporação das suas perspetivas de futuro relativamente ao território onde vivem	4,00	1	3,33	3	2,00	2	3,50	2	3,33	3	3,18	11
Coesão territorial (novas ligações em rede, melhor aproveitamento dos recursos locais, desenvolvimento endógeno)	6,00	1	5,00	3	4,50	2	3,50	2	3,33	3	4,27	11
Reforço da governança local	6,00	1	5,67	3	4,50	2	3,50	2	3,67	3	4,55	11
Participação dos atores locais na definição do processo de desenvolvimento local	6,00	1	5,67	3	4,50	2	4,00	2	4,00	3	4,73	11
Desenvolvimento de práticas inovadoras de governação	4,00	1	5,33	3	4,50	2	3,50	2	3,00	3	4,09	11
Coordenação entre os diferentes níveis de governação (qualidade das interações/comunicação entre as entidades competentes)	4,00	1	5,00	3	4,50	2	3,50	2	3,33	3	4,09	11
Trabalho em rede/colaboração no território	4,00	1	5,33	3	4,50	2	3,50	2	3,33	3	4,18	11
Capacidade de criação de sinergias entre parceiros e envolvimento em torno de objetivos/interesses comuns	6,00	1	5,00	3	4,50	2	3,50	2	3,67	3	4,36	11
Capacidade de interagir/discutir e negociar nos vários níveis do sistema de governação	5,00	1	5,33	3	3,00	2	3,50	2	3,33	3	4,00	11
Capacidade para gerir vários fundos	6,00	1	5,67	3	5,50	2	2,50	2	3,67	3	4,55	11
Relevância do GAL enquanto promotor do desenvolvimento do território	6,00	1	5,67	3	6,00	2	4,50	2	4,67	3	5,27	11
Cooperação com outros territórios	6,00	1	5,00	3	4,00	2	4,00	2	3,33	3	4,27	11
Mobilização da comunidade local comunidade local	6,00	1	5,33	3	5,50	2	3,00	2	4,33	3	4,73	11
Melhoria do sistema de governança (p.e., coordenação entre os níveis de governação local e regional)	5,00	1	5,33	3	2,50	2	3,00	1	3,33	3	3,90	10
Confiança mútua entre a ETL e os parceiros; entre a ETL e os beneficiários e potenciais beneficiários; e entre os parceiros	6,00	1	5,67	3	6,00	2	3,00	1	4,67	3	5,20	10
Potenciar os resultados e impactos decorrentes das intervenções apoiadas no âmbito da EDL	6,00	1	5,33	3	5,50	2	3,50	2	4,00	3	4,73	11
Acompanhamento /proximidade com as entidades beneficiárias e potenciais promotores	6,00	1	5,67	3	5,50	2	4,50	2	4,67	3	5,18	11
Estímulo ao investimento/ Identificação de oportunidades de investimento	6,00	1	5,33	3	5,50	2	4,00	2	4,67	3	5,00	11
Inovação dos projetos apoiados	5,00	1	5,33	3	4,00	2	3,50	2	4,33	3	4,45	11
Qualidade dos projetos apoiados	5,00	1	5,33	3	6,00	2	4,00	2	4,00	3	4,82	11
Sustentabilidade dos projetos apoiados	5,00	1	4,33	3	5,50	2	4,00	2	4,00	3	4,45	11
Alargamento da tipologia de potenciais beneficiários	5,00	1	5,00	3	4,00	2	4,00	2	4,33	3	4,45	11
Capacidade dos projetos apoiados gerarem efeitos multiplicadores	5,00	1	5,00	3	5,00	2	4,00	2	4,33	3	4,64	11
Alavancagem financeira dos projetos apoiados	4,00	1	5,33	3	4,00	2	4,00	2	4,00	3	4,36	11
Divulgação dos produtos/serviços criados pelos projetos apoiados	5,00	1	4,33	3	4,50	2	3,50	2	4,00	3	4,18	11

	Norte		Centro		Lisboa		Algarve		Açores		Total	
	Média	N	Média	N	Média	N	Média	N	Média	N	Média	N
Disseminação de conhecimentos, conhecer novas experiências e boas práticas	6,00	1	5,33	3	4,50	2	3,50	2	4,00	3	4,55	11

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Costeiro) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 671. Na fase de implementação existiu uma preocupação do GAL em articular o DLBC com outros instrumentos de financiamento do PT2020 ou de outras fontes de financiamento?

	Norte		Centro		Lisboa		Algarve		Açores		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Não									3	100,0	3	30,0
Sim, exclusivamente do PT2020	1	100,0	2	66,7	1	100,0	2	100,0			6	60,0
Sim, do PT2020 e de outras fontes de financiamento			1	33,3							1	10,0
Total	1	100,0	3	100,0	1	100,0	2	100,0	3	100,0	10	100,0

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Costeiro) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 672. Considera que as fontes de financiamento mobilizadas foram as mais adequadas?

	Norte		Centro		Lisboa		Algarve		Açores		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Sim	1	100,0	1	33,3			1	50,0	1	50,0	4	44,4
Não			2	66,7	1	100,0	1	50,0	1	50,0	5	55,6
Total	1	100,0	3	100,0	1	100,0	2	100,0	2	100,0	9	100,0

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Costeiro) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 673. Como foi efetuada essa articulação?

	Norte		Centro		Lisboa		Algarve		Açores		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
A priori: com a conceção de projetos, com ações com execução atribuída a fontes de financiamento diversificadas,	1	100,0	2	66,7	1	100,0	2	100,0			6	85,7
A posteriori: com a busca de fontes de financiamento para projetos não abrangidos pelos financiamentos atribuídos no			1	33,3							1	14,3
Total	1	100,0%	3	100,0	1	100,0	2	100,0%			7	100,0

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Costeiro) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 674. Outro. Qual?

	Norte	Centro	Lisboa	Algarve	Açores
1. O GAL não tem competências delegadas, no caso das TI 8.8/8a,6.3/6c.,8.3/8iii.,9.1/9i, para além da análise da candidatura e proposta de decisão, cabendo o acompanhamento dos projetos às CCDR. Esta situação tem impactos negativos na boa execução das operações e na relação que se pretende de proximidade e de acompanhamento permanente da execução dos projetos. 2. O facto de as TI associadas ao FEAMP poderem ser "espelho" de PI do próprio PO resulta em dificuldades na validação do enquadramento/validade de determinadas candidaturas nas EDL e, consequentemente, na perda de bons projetos (e também compromisso/execução). 3. A dotação prevista para o funcionamento dos GAL deve ser revista em alta, na medida em que não é possível a existência de equipas multidisciplinares e que assegurem a segregação de funções, durante 7 anos, com o valor reduzido que tem sido atribuído; 4. Ainda associado ao ponto anterior, a morosidade do processo de seleção dos GAL consubstancia períodos de transição entre quadros comunitários penosos para as EG e Equipas técnicas considerando a dificuldade em manter, financeiramente, as estruturas. Esta situação tem como consequência alterações nas ETL com perda de RH qualificados e já devidamente conhecedores da abordagem DLBC e, em última análise, os territórios e seus stakeholders também absorvem impacto negativo deste facto; 5. O facto de os GAL não poderem analisar projetos em situações de potencial conflito de interesses, sendo esses projetos transitados para as DRAP (no caso do FEAMP,) promove morosidade na sua apreciação/execução e algum desalinhamento face às linhas orientadoras da EDL		1			
Comentários sobre a abordagem DLBC: Quando as autoridades prepararam o processo de seleção das EDL e de reconhecimento dos GAL, nos avisos, poderiam à priori identificar áreas de intervenção genéricas (áreas chapéu) a aplicar no âmbito do DLBC, mas não tipologias de intervenção/medidas específicas e iguais para todos os territórios. Em nossa opinião, para que o DLBC seja implementado adequadamente, a abordagem não poderá ser uma prioridade igual às outras sendo que, a partir do momento que envolve mais intervenientes sem autonomia, dependentes, controlados e supervisionados pelas AG torna-se necessariamente uma prioridade/medida menos eficaz e eficiente e com um maior risco de taxa de erro. Todo o tipo			1		

	Norte	Centro	Lisboa	Algarve	Açores
<p>de apoio que deveria ser atribuído neste DLBC deveria servir para dar resposta às soluções apresentadas pelas parcerias e para as empoderar de modo a implementarem ações imprescindíveis para os territórios, sustentáveis e com impactos no médio-longo prazo. As EDL a selecionar deveriam ser exclusivas e adequadas a cada território e esse deveria de ser um dos critérios para a sua seleção. A definirem-se áreas de intervenção (não tipologias de operações) deveriam ser o mais genéricas e amplas possível, ainda que obrigatoriamente alinhadas com as políticas, orientações e tendências europeias e nacionais. Em alternativa, poder-se-á identificar à priori o que não pode ser apoiado por este tipo de abordagem. Com áreas temáticas genéricas – ex: Património cultural e natural; Ambiente e Alterações Climáticas; Inovação e Desenvolvimento; Empreendedorismo e Emprego, etc; ou mesmo sem áreas temáticas pré-definidas (apenas as proibidas/excluídas) é possível construir EDL com base nas reais necessidades do território, e consequentemente a parceria ter um papel relevante na implementação da sua EDL no seu território. Os GAL deveriam ser encarados como parceiros, agentes de desenvolvimento local orgânicos, que nascem da vontade das comunidades e não deveriam ser delegações das AG em que todo o seu trabalho é escrutinado de forma redundante e consequentemente ineficaz e dispendiosa. Pistas para o futuro com base na experiência do passado: Sendo a EDL devidamente avaliada, pontuada e selecionada seria essa EDL que deveria ser implementada e a sua execução avaliada. A parceria/OG deveria ter autonomia para definir livremente o modelo para a implementação da sua EDL. Sendo previamente aprovada as parcerias poderiam ter liberdade e autonomia de decisão para definir as áreas de intervenção, objetivos, os critérios de seleção, os investimentos máximos, despesas, e taxas de financiamento, etc. Do mesmo modo, deveria ser possível que a parceria e a comunidade local implementassem projetos próprios sem recurso a avisos, desde que estivesse enquadrado na EDL. Também deveriam poder ser integrados na EDL projetos concebidos pela parceria e de interesse coletivo. O modelo de governação é uma componente da EDL pelo que deve ser definido e aprovado aquando da seleção da EDL. Uma vez aprovada a EDL o modelo de governação proposto deveria permitir que o GAL a implemente em sede de execução tal como concebida e aprovada. A candidatura da EDL deve à priori identificar de forma genérica os recursos que pretende utilizar. Exemplo: Avisos concorrenciais versus Avisos convite; Projetos da parceria versus projetos da comunidade; Concursos de ideias; Projetos-piloto Cooperação Animação, outros. Exemplos: Projetos do GAL/parceria Projetos para as comunidades (de investimento ou de interesse coletivo Ex: Classificação de Aldeias, Percursos, rotas turísticas apoio ao património, apoio técnico e aconselhamento, apoio à certificação de produtos, laboratórios prévios à criação de empresas, apoio aos associados para dinamizarem determinadas atividades,... Estes poderiam estar associados a avisos para projetos privados/empresas financiados pelos diferentes fundos – ex: empresa animação turística pelo FEDER; Alojamento local de um pescador – FEAMP, criação de PT – FSE). AVISOS - DLBC Tendo em conta os termos regulamentares das disposições comuns considera-se mais favorável para os territórios e para as comunidades que o convite para elaboração das estratégias seja multifundo, apontando um fundo principal. A adotar-se a opção multifundos, seria importante que a gestão do DLBC fosse atribuída a uma única AG (a do fundo principal), através da delegação de competências e da transferência de verbas das AG dos restantes fundos financiadores. Também a fórmula/percentagem para a atribuição para os custos de funcionamento deveria incidir no somatório de todos os fundos. Seleção das EDL O regulamento das disposições comuns não remete para a existência de duas fases de candidatura para a seleção das EDL, mas determina que após a primeira ronda (leia-se prazo limite) os GAL devem estar a funcionar num prazo máximo de 12 após a aprovação do programa. Assim propõe-se: a) Criação de uma comissão de avaliação responsável pela elaboração do aviso e pela conceção dos critérios de admissibilidade para reconhecimento dos GAL/EDL e definição dos critérios de seleção para financiamento das EDL b) Processo de seleção numa única fase, que inclua eventuais negociações (para casos particulares/excecionais: ex: sobreposições totais ou parciais, necessidade de ajustes, revisão de metas, etc.); No aviso para as candidaturas DLBC (reconhecimento dos GAL e financiamento das EDL), devem ser definidos à priori não só a dotação disponível, mas os critérios e respetivas ponderações para a atribuição da dotação da EDL (todos os fundos), assim como também a dotação para a preparação das EDL. Note-se que é de extrema importância ser do conhecimento geral e prévio a fórmula de distribuição da dotação, de forma a construir EDL com alcance coerente com a dotação disponível. Seria eventualmente útil que se fixassem montantes mínimos e máximos de dotação para as EDL. AVISO EDL DEFINIÇÃO DE CRITÉRIOS DE ADMISSIBILIDADE INEQUÍVOCOS Território: Incidir em zonas sub-regionais (art.º 31º ponto 2 alínea a) Parceria: Seja conduzido por grupos de ação local compostos por representantes de interesses socioeconómicos locais públicos e privados, em que nenhum grupo de interesse controle, por si só, a tomada de decisões; (art.º 31º ponto 2 alínea b) DEFINIÇÃO DE CRITÉRIOS DE SELEÇÃO CLAROS E OBJETIVOS PARA AVALIAR AS EDL (artigo 32º) 1. A zona geográfica e a população abrangida pela estratégia; 2. O processo de envolvimento das comunidades no desenvolvimento da estratégia; 3. Uma análise das necessidades de desenvolvimento e das potencialidades da zona; 4. Os objetivos da estratégia, incluindo metas mensuráveis em termos de resultados, e as ações planeadas correspondentes; 5. Os mecanismos de gestão, acompanhamento e avaliação, demonstrando a capacidade do grupo de ação local para executar a estratégia; 6. Um plano financeiro, incluindo a dotação prevista de cada um dos</p>					

	Norte	Centro	Lisboa	Algarve	Açores
Fundos e os programas em causa. 7. É propício ao trabalho em rede, às inovações em contexto local e, se for caso disso, à cooperação com outros intervenientes territoriais em conformidade com o artigo 26.º; MODELO DE GOVERNAÇÃO Propõe-se que na definição do modelo de governação do instrumento DLBC sejam implementadas mudanças estruturais Propõe se que na definição do modelo de governação do instrumento DLBC sejam implementadas mudanças estruturais, designadamente, a definição clara das responsabilidades de cada organismo interveniente, evitando redundâncias, reduzindo a burocracia, respeitando os princípios LEADER. Sugere-se também que a regulamentação do instrumento DLBC seja simples, inequívoca e com flexibilidade suficiente para responde às necessidades e especificidades territoriais. De acordo com os regulamentos, para implementar as EDL os GAL não precisam de ser reconhecidos como Organismo Intermédio. As funções acima descritas (constantes no RDC) não são da responsabilidade da AG. Contudo, como a análise de pedidos de pagamento é uma função da AG e ou do Organismo Pagador e apenas para esse efeito, os GAL devem ser designados como OI. Essa competência deve ser estendida aos restantes fundos, no caso das EDL multifundo, pois a experiência do atual quadro demonstrou, que a concretização das EDL pelos GAL sem essa competência limita a capacidade de promover um acompanhamento adequado das operações. Por outro, do ponto de vista dos beneficiários torna-se pouco claro quem são os interlocutores nas diferentes fases do processo (candidatura, pedidos de alteração, pedidos de reembolso, etc.). METAS As metas a contratualizar devem ser por fundo, e no menor número possível de indicadores.					
Demasiado extenso.	1				
O alcance das metas previstas para o DLBC apresenta-se condicionado pelo facto das AG não permitirem AAC. Este DLBC dispõe de dotação atribuída que não pode comprometer.		1			

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Costeiro) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Apuramentos Guião de Questões Fechadas para DLBC Urbano

COERÊNCIA

Quadro 675. Adequabilidade das prioridades de investimento/domínios de intervenção que foram disponibilizadas para os DLBC Urbano

	1 - Nada adequadas		2		3		4		5		6 – Muito adequadas		N/A		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
8.8/8a. Apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas e à atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas e microempresas (FEDER)	-	-	2	14,3	1	7,1	3	21,4	2	14,3	5	35,7	1	7,1	14	100,0
8.3/8iii. Emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras (FSE)	1	7,1	1	7,1	1	7,1	2	14,3	2	14,3	7	50,0	-	-	14	100,0
10.1/10.i Redução e prevenção do abandono escolar precoce e promoção da igualdade de acesso a um ensino infantil, primário e secundário de boa qualidade, incluindo percursos de aprendizagem formais, não formais e informais para a reintegração no ensino e na formação (FSE)	1	7,1	1	7,1	1	7,1	2	14,3	2	14,3	5	35,7	2	14,3	14	100,0
9.1/9i. Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e a melhoria da empregabilidade (FSE)	-	-	-	-	5	35,7	1	7,1	3	21,4	4	28,6	1	7,1	14	100,0

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Urbano) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 676. Média da Adequabilidade das prioridades de investimento/domínios de intervenção que foram disponibilizadas para os DLBC URBANO, por região (Escala de 1 – nada adequado a 6- muito adequado)

	Norte			Lisboa			Algarve			Total		
	Média	N	Desvio padrão	Média	N	Desvio padrão	Média	N	Desvio padrão	Média	N	Desvio padrão
8.8/8a. Apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas e à atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas e microempresas (FEDER)	5,00	3	1,000	4,29	7	1,799	4,67	3	1,528	4,54	13	1,506
8.3/8iii. Emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras (FSE)	5,00	3	1,000	4,29	7	2,215	5,25	4	,957	4,71	14	1,684
10.1/10.i Redução e prevenção do abandono escolar precoce e promoção da igualdade de acesso a um ensino infantil, primário e secundário de boa qualidade, incluindo percursos de aprendizagem formais, não formais e informais para a reintegração no ensino e na formação (FSE)	6,00	3	0,000	3,60	5	1,817	4,50	4	1,732	4,50	12	1,732
9.1/9i. Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e a melhoria da empregabilidade (FSE)	4,50	2	,707	4,29	7	1,604	4,75	4	1,258	4,46	13	1,330

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Urbano) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 677. Avaliação do financiamento contratualizado, por prioridade de investimento, face às prioridades do DLBC Urbano

	1 Sub-financiamento		2 Financiamento ajustado		3 Sobre-financiamento		N/A		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
8.8/8a. Apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas e à atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas e microempresas (FEDER)	9	64,3	2	14,3	1	7,1	2	14,3	14	100,0
8.3/8iii. Emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras (FSE)	7	50,0	7	50,0	-	-	-	-	14	100,0

	1 Sub-financiamento		2 Financiamento ajustado		3 Sobre-financiamento		N/A		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
10.1/10.i Redução e prevenção do abandono escolar precoce e promoção da igualdade de acesso a um ensino infantil, primário e secundário de boa qualidade, incluindo percursos de aprendizagem formais, não formais e informais para a reintegração no ensino e na formação (FSE)	4	28,6	7	50,0	-	-	3	21,4	14	100,0
9.1/9i. Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e a melhoria da empregabilidade (FSE)	5	35,7	7	50,0	-	-	2	14,3	14	100,0

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Urbano) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 678. Avaliação do financiamento contratualizado, por prioridade de investimento, face às prioridades do DLBC Urbano, Norte

	1 Sub-financiamento		2 Financiamento ajustado		3 Sobre-financiamento		N/A		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
8.8/8a. Apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas e à atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas e microempresas (FEDER)	-	-	1	33,3	1	33,3	1	33,3	3	100,0
8.3/8iii. Emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras (FSE)	1	33,3	2	66,7	-	-	-	-	3	100,0
10.1/10.i Redução e prevenção do abandono escolar precoce e promoção da igualdade de acesso a um ensino infantil, primário e secundário de boa qualidade, incluindo percursos de aprendizagem formais, não formais e informais para a reintegração no ensino e na formação (FSE)	-	-	3	100,0	-	-	-	-	3	100,0
9.1/9i. Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e a melhoria da empregabilidade (FSE)	-	-	2	66,7	-	-	1	33,3	3	100,0

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Urbano) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 679. Avaliação do financiamento contratualizado, por prioridade de investimento, face às prioridades do DLBC Urbano, Lisboa

	1 Sub-financiamento		2 Financiamento ajustado		3 Sobre-financiamento		N/A		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
8.8/8a. Apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas e à atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas e microempresas (FEDER)	7	100,0	-	-	-	-	-	-	7	100,0
8.3/8iii. Emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras (FSE)	4	57,1	3	42,9	-	-	-	-	7	100,0
10.1/10.i Redução e prevenção do abandono escolar precoce e promoção da igualdade de acesso a um ensino infantil, primário e secundário de boa qualidade, incluindo percursos de aprendizagem formais, não formais e informais para a reintegração no ensino e na formação (FSE)	3	42,9	2	28,6	-	-	2	28,6	7	100,0
9.1/9i. Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e a melhoria da empregabilidade (FSE)	4	57,1	3	42,9	-	-	-	-	7	100,0

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Urbano) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 680. Avaliação do financiamento contratualizado, por prioridade de investimento, face às prioridades do DLBC URBANO, Algarve

	1 Sub-financiamento		2 Financiamento ajustado		3 Sobre-financiamento		N/A		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
8.8/8a. Apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas e à atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas e microempresas (FEDER)	2	50,0	1	25,0	-	-	1	25,0	4	100,0
8.3/8iii. Emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras (FSE)	2	50,0	2	50,0	-	-			4	100,0
10.1/10.i Redução e prevenção do abandono escolar precoce e promoção da igualdade de acesso a um ensino infantil, primário e secundário de boa qualidade, incluindo percursos de aprendizagem formais, não formais e informais para a reintegração no ensino e na formação (FSE)	1	25,0	2	50,0	-	-	1	25,0	4	100,0
9.1/9i. Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e a melhoria da empregabilidade (FSE)	1	25,0	2	50,0	-	-	1	25,0	4	100,0

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Urbano) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 681. Na fase de programação promoveu-se a articulação da EDL/DLBC urbano com outros instrumentos com incidência nos mesmos territórios e outras políticas públicas com forte incidência territorial?

	Norte		Lisboa		Algarve		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Sim	2	66,7%	7	87,5%	3	75,0%	12	80,0
Não	1	33,3%	1	12,5%	1	25,0%	3	20,0
Total	3	100,0%	8	100,0%	4	100,0%	15	100,0

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Urbano) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 682. Outros instrumentos o DLBC URBANO com que articula, por região

	Norte (N=3)		Lisboa (N=8)		Algarve (N=4)		Total (N=15)	
	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos
Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial	-	-	6	75,0	2	50,0	8	53,3
Plano Intermunicipal de Mobilidade e Transporte	-	-	1	12,5	-	-	1	6,7
Planos de Desenvolvimento Social/Referencial Estratégico da Rede Social	-	-	4	50,0	1	25,0	5	33,3
Planos Municipais para a Igualdade	-	-	4	50,0	-	-	4	26,7
Planos Municipais para a Integração de Migrantes	-	-	5	62,5	-	-	5	33,3
Contrato Local de Desenvolvimento Social – CLDS	1	33,3	7	87,5	-	-	8	53,3
Gabinete de Inserção Profissional - GIP	2	66,7	5	62,5	2	50,0	9	60,0
Plano de Ação Integrado para as Comunidades Desfavorecidas - PAICD	-	-	3	37,5	-	-	3	20,0
Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano	-	-	4	50,0	1	25,0	5	33,3
Programa de Valorização Económica dos Recursos Endógenos - PROVERE	-	-	-	-	1	25,0	1	6,7
Mobilidade Urbana Sustentável - MUS	-	-	2	25,0	-	-	2	13,3
Plano de Ação de Regeneração Urbana – PARU	-	-	2	25,0	4	100,0	6	40,0
Rede Local de Intervenção Social - RLIS	1	33,3	3	37,5	-	-	4	26,7
Território Educativo de Intervenção Prioritária - TEIP	2	66,7	3	37,5	-	-	5	33,3
Outros	-	-	2	25,0	-	-	2	13,3

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Urbano) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 683. Outras. Quais:

	Norte	Lisboa	Algarve
Programa Escolhas		1	

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Urbano) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 684. Contributo do modelo de aprovação/negociação (processo concorrencial com pré-qualificação seguido de uma negociação) para a melhoria dos seguintes parâmetros

	1 - Nulo		2		3		4		5		6 - Muito elevado		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Relevância do instrumento para a estratégia	2	16,7	1	8,3	4	33,3	2	16,7	1	8,3	2	16,7	12	100,0
Coerência entre o instrumento e as prioridades da intervenção no território	-	-	4	33,3	4	33,3	2	16,7	1	8,3	1	8,3	12	100,0
Adequação da parceria aos objetivos, potencial de mobilização de recursos	-	-	1	8,3	4	33,3	4	33,3	1	8,3	2	16,7	12	100,0
Transparência do processo de seleção dos GAL	-	-			2	16,7	6	50,0	1	8,3	3	25,0	12	100,0
Simplificação do processo de seleção	3	25,0	1	8,3	3	25,0	1	8,3	2	16,7	2	16,7	12	100,0
Celeridade do processo de seleção	1	8,3	4	33,3	2	16,7	3	25,0			2	16,7	12	100,0
Aumento da qualidade das EDL	-	-	1	8,3	6	50,0	3	25,0	1	8,3	1	8,3	12	100,0
Criação de novas parcerias nos territórios	-	-	1	8,3	5	41,7	3	25,0	3	25,0	-	-	12	100,0
Envolvimento dos parceiros na EDL	-	-	3	25,0			4	33,3	4	33,3	1	8,3	12	100,0
Dotação financeira atribuída associada à qualidade e aos objetivos das EDL	4	30,8	2	15,4	5	38,5	1	7,7	1	7,7	-	-	13	100,0
Simplificação do processo de seleção e aprovação das EDL/DLBC	5	41,7	2	16,7	3	25,0	-	-	2	16,7	-	-	12	100,0
Outra	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	100,0	1	100,0

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Urbano) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 685. Média da Adequabilidade das prioridades de investimento/domínios de intervenção que foram disponibilizadas para os DLBC URBANO, por região (Escala de 1 –nulo a 6- muito elevado)

	Norte		Lisboa		Algarve		Total	
	Média	N	Média	N	Média	N	Média	N
Relevância do instrumento para a estratégia	6,00	1	2,71	7	4,00	4	3,42	12
Coerência entre o instrumento e as prioridades da intervenção no território	5,00	1	2,86	7	3,50	4	3,25	12
Adequação da parceria aos objetivos, potencial de mobilização de recursos	5,00	1	3,86	7	3,75	4	3,92	12
Transparência do processo de seleção dos GAL	6,00	1	4,71	7	3,50	4	4,42	12
Simplificação do processo de seleção	6,00	1	3,00	7	3,25	4	3,33	12
Celeridade do processo de seleção	6,00	1	3,00	7	3,00	4	3,25	12
Aumento da qualidade das EDL	6,00	1	3,00	7	4,00	4	3,58	12
Criação de novas parcerias nos territórios	5,00	1	3,57	7	3,50	4	3,67	12
Envolvimento dos parceiros na EDL	5,00	1	3,86	7	4,00	4	4,00	12
Dotação financeira atribuída associada à qualidade e aos objetivos das EDL	5,00	1	2,00	8	2,75	4	2,46	13
Simplificação do processo de seleção e aprovação das EDL/DLBC	5,00	1	1,71	7	2,75	4	2,33	12
Outra			6,00	1			6,00	1

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Urbano) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 686. Outras. Quais:

	Norte	Lisboa	Algarve
O procedimento adotado, sem negociação real nem aberta, não contribuiu para a constituição, melhoria da qualidade nem à adequação das dotações, das metas e objetivos relevantes para o território nem ao aproveitamento das capacidades instaladas.		1	

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Urbano) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 687. Contributo do processo de negociação e das alterações introduzidas na fase de contratualização para as seguintes dimensões

	1 - Nulo		2		3		4		5		6 – Muito elevado		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Melhorar o alinhamento entre objetivos e medidas	2	15,4	3	23,1	5	38,5	2	15,4	1	7,7	-	-	13	100,0
Melhorar a coerência entre a alocação de verbas e as necessidades definidas	2	15,4	2	15,4	6	46,2	2	15,4	1	7,7	-	-	13	100,0
Melhorar o alinhamento entre medidas e resultados	2	15,4	2	15,4	5	38,5	3	23,1	1	7,7	-	-	13	100,0
Melhorar a adequação dos indicadores às tipologias de intervenção	2	16,7	2	16,7	5	41,7	2	16,7	-	-	1	8,3	12	100,0
Melhorar a adequação das metas aos resultados esperados	2	15,4	1	7,7	6	46,2	3	23,1	1	7,7	-	-	13	100,0
Aumentar a incorporação de princípios horizontais (inovação, parceria,...)	2	16,7	1	8,3	8	66,7	-	-	1	8,3	-	-	12	100,0
Assegurar o cumprimento dos requisitos de conteúdos definidos em sede de aviso de concurso	1	8,3	1	8,3	8	66,7	-	-	1	8,3	1	8,3	12	100,0
Assegurar o cumprimento de requisitos administrativos definidos em sede de concurso	1	8,3	1	8,3	7	58,3	1	8,3	2	16,7	-	-	12	100,0
Incrementar/clarificar os conteúdos da proposta	1	8,3	2	16,7	6	50,0	2	16,7	1	8,3	-	-	12	100,0
Outro					1	50,0					1	50,0	2	100,0

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Urbano) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 688. Média da Contributo do processo de negociação e das alterações introduzidas na fase de contratualização para as seguintes dimensões, por região (Escala de 1 – nulo a 6- muito elevado)

	Norte		Lisboa		Algarve		Total	
	Média	N	Média	N	Média	N	Média	N
Melhorar o alinhamento entre objetivos e medidas	5,00	1	2,38	8	3,00	4	2,77	13
Melhorar a coerência entre a alocação de verbas e as necessidades definidas	5,00	1	2,25	8	3,50	4	2,85	13
Melhorar o alinhamento entre medidas e resultados	5,00	1	2,50	8	3,25	4	2,92	13
Melhorar a adequação dos indicadores às tipologias de intervenção	6,00	1	2,14	7	3,50	4	2,92	12
Melhorar a adequação das metas aos resultados esperados	5,00	1	2,50	8	3,50	4	3,00	13
Aumentar a incorporação de princípios horizontais (inovação, parceria,...)	5,00	1	2,29	7	3,00	4	2,75	12
Assegurar o cumprimento dos requisitos de conteúdos definidos em sede de aviso de concurso	6,00	1	2,86	7	3,00	4	3,17	12
Assegurar o cumprimento de requisitos administrativos definidos em sede de concurso	5,00	1	2,86	7	3,25	4	3,17	12
Incrementar/clarificar os conteúdos da proposta	5,00	1	2,57	7	3,25	4	3,00	12
Outro			6,00	1	3,00	1	4,50	2

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Urbano) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 689. Outros. Quais:

	Norte	Lisboa	Algarve
A ausência de negociação prejudicou a constituição, melhoria da qualidade nem à adequação das dotações, das metas e objetivos relevantes para o território nem ao aproveitamento das capacidades instaladas.		1	
Criou algum desajustamento.			1

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Urbano) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 690. Em que medida as entidades representativas dos setores económico, social e ambiental e das agências públicas responsáveis pela implementação das políticas setoriais participaram na definição da EIDT?

	1 - Não participaram		2		3		4		5		6 – Participaram com muita frequência		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Municípios	1	6,7	2	13,3	1	6,7	2	13,3	2	13,3	7	46,7	15	100,0
Juntas de freguesia	1	6,7	1	6,7	2	13,3	2	13,3	4	26,7	5	33,3	15	100,0
CIM/AM	13	86,7	1	6,7					1	6,7	-	-	15	100,0

	1 - Não participaram		2		3		4		5		6 – Participaram com muita frequência		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
POR/CCPPOR/CCDR	3	20,0	1	6,7	2	13,3	4	26,7	3	20,0	2	13,3	15	100,0
Entidades representativas do Setor Económico (sem fins lucrativos)	3	20,0	2	13,3	-	-	2	13,3	5	33,3	3	20,0	15	100,0
Entidades representativas do Setor Ambiental (sem fins lucrativos)	7	46,7			1	6,7			5	33,3	2	13,3	15	100,0
Entidades representativas do Setor Social (sem fins lucrativos)	-	-	-	-	-	-	3	20,0	7	46,7	5	33,3	15	100,0
Agências públicas da administração Central.	11	73,3	4	26,7	-	-	-	-	-	-	-	-	15	100,0
Agências públicas da administração Regional.	6	40,0	5	33,3	1	6,7	1	6,7	1	6,7	1	6,7	15	100,0
Entidades privadas com fins lucrativos (empresas)	4	26,7	2	13,3	3	20,0	1	6,7	2	13,3	3	20,0	15	100,0
Outros	-	-	-	-	-	-	2	50,0	2	50,0	-	-	4	100,0

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Urbano) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 691. Média da Contributo do processo de negociação e das alterações introduzidas na fase de contratualização para as seguintes dimensões, por região (1 – Não participaram a 6 – Participaram com muita frequência)

	Norte		Lisboa		Algarve		Total	
	Média	N	Média	N	Média	N	Média	N
Municípios	3,00	3	5,25	8	4,25	4	4,53	15
Juntas de freguesia	5,00	3	5,25	8	2,50	4	4,47	15
CIM/AM	2,33	3	1,13	8	1,00	4	1,33	15
POR/CCPPOR/CCDR	3,67	3	3,00	8	4,75	4	3,60	15
Entidades representativas do Setor Económico (sem fins lucrativos)	2,33	3	5,25	8	2,25	4	3,87	15
Entidades representativas do Setor Ambiental (sem fins lucrativos)	2,33	3	4,25	8	1,50	4	3,13	15
Entidades representativas do Setor Social (sem fins lucrativos)	5,00	3	5,50	8	4,50	4	5,13	15
Agências públicas da administração Central.	1,33	3	1,25	8	1,25	4	1,27	15
Agências públicas da administração Regional.	1,67	3	2,38	8	2,50	4	2,27	15
Entidades privadas com fins lucrativos (empresas)	2,67	3	3,50	8	3,25	4	3,27	15
Outros			4,33	3	5,00	1	4,50	4

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Urbano) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 692. Outros. Quais:

	Norte	Lisboa	Algarve
consultores - Trabalho com elevada tecnicidade que dificulta a participação de alguns parceiros e exige apoio técnico.			1
municípios de cascais, agrupamentos de escolas públicas		1	
Pessoas da Comunidade em Geral; Escolas		1	
Universidades, Organizações especializadas de âmbito suprarregional e um número muitíssimo elevado de Organizações Locais de Base Comunitária como associações de moradores, pais, coletividades culturais e desportivas, entre outras.		1	

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Urbano) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 693. Agências públicas da Administração Central participaram na definição do EDL

	Norte	Lisboa	Algarve
IEFP			1

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Urbano) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 694. Agências públicas da Administração Regional participaram na definição do EDL

	Norte	Lisboa	Algarve
Câmaras Municipais	1		
IEFP	1		2
CPCJ			
Direção Regional Cultura		1	1
ISS		1	

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Urbano) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 695. Forma de mobilização para a participação, por região

	Norte (N=2)		Lisboa (N=8)		Algarve (N=4)		Total (N=14)	
	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos
Municípios								
Sessões Públicas de debate	1	50,0	6	75,0	1	25,0	8	57,1
Recolha formal de pareceres e contributos	1	50,0	6	75,0	1	25,0	8	57,1
Inclusão em grupos de trabalho	2	100,0	8	100,0	3	75,0	13	92,9
Resposta a questionário	-	-	1	12,5	-	-	1	7,1
	Norte (N=2)		Lisboa (N=8)		Algarve (N=3)		Total (N=13)	
Juntas de freguesia								
Sessões Públicas de debate	1	50,0	6	75,0	1	33,3	8	61,5
Recolha formal de pareceres e contributos	1	50,0	6	75,0	-	-	7	53,8
Inclusão em grupos de trabalho	2	100,0	8	100,0	2	66,7	12	92,3
Resposta a questionário	-	-	1	12,5	-	-	1	7,7
	Norte (N=1)		Lisboa (N=1)		Algarve		Total (N=2)	
CIM/AM								
Sessões Públicas de debate	-	-			-	-	-	-
Recolha formal de pareceres e contributos	-	-	1	100,0	-	-	1	50,0
Inclusão em grupos de trabalho	1	100,0	-	-	-	-	1	50,0
Resposta a questionário	-	-	-	-	-	-	-	-
	Norte (N=1)		Lisboa (N=5)		Algarve (N=1)		Total (N=7)	
POR/CCPPOR/CCDR								
Sessões Públicas de debate	-	-	2	40,0	-	-	3	42,9
Recolha formal de pareceres e contributos	-	-	2	40,0	-	-	2	28,6
Inclusão em grupos de trabalho	1	100,0	3	60,0	1	100,0	4	57,1
Resposta a questionário	-	-	-	-	-	-	-	-
	Norte (N=1)		Lisboa (N=7)		Algarve (N=2)		Total (N=10)	
Entidades representativas do Setor Económico (sem fins lucrativos)								
Sessões Públicas de debate	-	-	6	85,7	2	100,0	8	80,0
Recolha formal de pareceres e contributos	-	-	7	100,0	-	-	7	70,0
Inclusão em grupos de trabalho	1	100,0	6	85,7	-	-	7	70,0
Resposta a questionário	-	-	1	14,3	-	-	1	10,0
	Norte (N=1)		Lisboa (N=5)		Algarve (N=1)		Total (N=7)	
Entidades representativas do Setor Ambiental (sem fins lucrativos)								
Sessões Públicas de debate	-	-	4	80,0	1	100,0	5	71,4
Recolha formal de pareceres e contributos	-	-	4	80,0	-	-	4	57,1
Inclusão em grupos de trabalho	1	100,0	5	100,0	-	-	6	85,7
Resposta a questionário	-	-	1	20,0	-	-	1	14,3
	Norte (N=3)		Lisboa (N=7)		Algarve (N=4)		Total (N=14)	
Entidades representativas do Setor Social (sem fins lucrativos)								
Sessões Públicas de debate	-	-	6	85,7	3	75,0	9	64,3
Recolha formal de pareceres e contributos	2	66,7	5	71,4	1	25,0	8	57,1
Inclusão em grupos de trabalho	3	100,0	7	100,0	2	50,0	12	85,7
Resposta a questionário	-	-	2	28,6	-	-	2	14,3
	Norte		Lisboa (N=1)		Algarve (N=2)		Total (N=3)	
Agências públicas da administração Central								
Sessões Públicas de debate	-	-	1	100,0	2	100,0	3	100,0
Recolha formal de pareceres e contributos	-	-	1	100,0	-	-	1	33,3
Inclusão em grupos de trabalho	-	-	-	-	1	50,0	1	33,3
Resposta a questionário	-	-	1	100,0	-	-	1	33,3
	Norte (N=2)		Lisboa (N=3)		Algarve (N=3)		Total (N=8)	
Agências públicas da administração Regional								
Sessões Públicas de debate	-	-	3	100,0	2	66,7	5	62,5
Recolha formal de pareceres e contributos	1	50,0	3	100,0	-	-	4	50,0
Inclusão em grupos de trabalho	1	50,0	2	66,7	2	66,7	5	62,5
Resposta a questionário	-	-	1	33,3	-	-	1	12,5
	Norte (N=2)		Lisboa (N=5)		Algarve (N=1)		Total (N=8)	
Entidades privadas com fins lucrativos (empresas)								
Sessões Públicas de debate	1	50,0	4	80,0	1	100,0	6	75,0
Recolha formal de pareceres e contributos	2	100,0	5	100,0	-	-	7	87,5
Inclusão em grupos de trabalho	1	50,0	4	80,0	-	-	5	62,5
Resposta a questionário	-	-	1	20,0	-	-	1	12,5
	Norte		Lisboa (N=3)		Algarve		Total (N=3)	
Entidades privadas com fins lucrativos (empresas)								
Sessões Públicas de debate	-	-	3	100,0	-	-	3	100,0
Recolha formal de pareceres e contributos	-	-	2	66,7	-	-	2	66,7

Inclusão em grupos de trabalho	-	-	3	100,0	-	-	3	100,0
Resposta a questionário	-	-	1	33,3	-	-	1	33,3

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Urbano) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 696. Outra forma. Qual?

	Norte	Lisboa	Algarve
colaboração e participação em redes específicas regionais, nacionais e europeias e iniciativas da Comissão Europeia		1	
Comunidade em Geral; Escolas		1	
municípios de cascais, agrupamentos de escolas públicas		1	

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Urbano) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 697. Avaliação da participação dessas entidades: foi apenas formal (resposta formal a mecanismos estabelecidos de auscultação) ou substantiva com um envolvimento concreto do qual decorreu uma participação ativa na conceção da estratégia

	Norte		Lisboa		Algarve		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Municípios								
Formal	1	50,0	-	-	1	25,0	2	15,4
Substantiva	1	50,0	7	100,0	3	75,0	11	84,6
Total	2	100,0	7	100,0	4	100,0	13	100,0
Juntas de freguesia								
Formal	-	-	1	12,5	2	66,7	3	23,1
Substantiva	2	100,0	7	87,5	1	33,3	10	76,9
Total	2	100,0	8	100,0	3	100,0	13	100,0
CIM/AM								
Formal	-	-	1	50,0	1	100,0	2	50,0
Substantiva	1	100,0	1	50,0	-	-	2	50,0
Total	1	100,0	2	100,0	1	100,0	4	100,0
POR/CCPPOR/CCDR								
Formal	1	50,0	5	83,3	-	-	6	54,5
Substantiva	1	50,0	1	16,7	3	100,0	5	45,5
Total	2	100,0	6	100,0	3	100,0	11	100,0
Entidades representativas do Setor Económico (sem fins lucrativos)								
Formal	-	-	1	12,5	2	100,0	3	27,3
Substantiva	1	100,0	7	87,5	-	-	8	72,7
Total	1	100,0	8	100,0	2	100,0	11	100,0
Entidades representativas do Setor Ambiental (sem fins lucrativos)								
Formal	-	-	1	16,7	1	100,0	2	25,0
Substantiva	1	100,0	5	83,3	-	-	6	75,0
Total	1	100,0	6	100,0	1	100,0	8	100,0
Entidades representativas do Setor Social (sem fins lucrativos)								
Formal	1	33,3	1	12,5	2	50,0	4	26,7
Substantiva	2	66,7	7	87,5	2	50,0	11	73,3
Total	3	100,0	8	100,0	4	100,0	15	100,0
Agências públicas da administração central								
Formal	1	100,0	1	50,0	1	50,0	3	60,0
Substantiva	-	-	1	50,0	1	50,0	2	40,0
Total	1	100,0	2	100,0	2	100,0	5	100,0
Agências públicas da administração Regional								
Formal	-	-	1	25,0	3	100,0	4	44,4
Substantiva	2	100,0	3	75,0	-	-	5	55,6
Total	2	100,0	4	100,0	3	100,0	9	100,0
Entidades privadas com fins lucrativos (empresas)								
Formal	2	100,0	2	33,3	-	-	4	44,4
Substantiva	-	-	4	66,7	1	100,0	5	55,6
Total	2	100,0	6	100,0	1	100,0	9	100,0
Formal	-	-	-	-	-	-	-	-
Substantiva	-	-	3	100,0	-	-	3	100,0
Total	-	-	3	100,0	-	-	3	100,0

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Urbano) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 698. Outra forma. Qual?

	Norte	Lisboa	Algarve
Pessoas da Comunidade em Geral; Escolas		1	

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Urbano) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 699. Resultados da participação de diferentes entidades no desenho da estratégia, por região

	Norte (N=3)		Lisboa (N=8)		Algarve (N=4)		Total (N=15)	
	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos
Poucos resultados efetivos, mas produziu uma perceção de participação que é relevante no território	2	66,7	-	-	2	50,0	4	26,7
Produziu resultados em termos de alargamento de âmbito da estratégia (território, objetivos, metas, áreas de intervenção e atores na implementação)	-	-	6	75,0	3	75,0	9	60,0
Conduziu à identificação e consensualização de projetos estratégicos/prioritários	1	33,3	7	87,5	1	25,0	9	60,0
Conduziu ao alargamento das potenciais fontes de financiamento	-	-	4	50,0	-	-	4	26,7
Conduziu à identificação de atores para a conceção/execução da estratégia	1	33,3	6	75,0	2	50,0	9	60,0
Conduziu à identificação de projetos complementares com os quais se estabeleceram articulações	-	-	2	25,0	1	25,0	3	20,0

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Urbano) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 700. Parceiros do GAL participaram na conceção da estratégia, por região

	Norte (N=3)		Lisboa (N=8)		Algarve (N=4)		Total (N=15)	
	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos
Todos os parceiros	-	-	6	75,0	-	-	6	40,0
Alguns parceiros	3	100,0	2	25,0	4	100,0	9	60,0
Outras entidades exteriores à parceria.	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Urbano) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 701. Outras entidades. Quais?

	Norte	Lisboa	Algarve
Município de Lagos, Junta Freguesia, Centro Assistência Social Lucinda aninho dos Santos			1

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Urbano) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 702. Como foram mobilizadas para essa participação, por região

	Norte (N=3)		Lisboa (N=7)		Algarve (N=4)		Total (N=14)	
	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos
Sessões públicas de debate	1	33,3	6	85,7	2	50,0	9	64,3
Recolha formal de pareceres e contributos	2	66,7	5	71,4	2	50,0	9	64,3
Inclusão em grupos de trabalho	3	100,0	7	100,0	3	75,0	13	92,9
Resposta a questionário	-	-	2	28,6	-	-	2	14,3
Outras	-	-	1	14,3	-	-	1	7,1

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Urbano) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 703. Outras. Qual?

	Norte	Lisboa	Algarve
A Autarquia estabeleceu o 1º contacto via email		1	
através da constituição da parceria em associação, Rede DLBC Lisboa, integrada por todos parceiros		1	

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Urbano) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 704. Stakeholders que se envolveram na implementação dos DLBC URBANO

	1 – Não se envolveram		2 – Sim, pontualmente		3 – Sim, de forma continuada		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Municípios	5	33,3	1	6,7	9	60,0	15	100,0
Juntas de freguesia	2	14,3	6	42,9	6	42,9	14	100,0
CIM/AM	6	85,7	1	14,3	-	-	7	100,0
POR/CCPPOR/CCDR	1	8,3	4	33,3	7	58,3	12	100,0
Entidades representativas do Setor Económico (sem fins lucrativos)	3	21,4	5	35,7	6	42,9	14	100,0
Entidades representativas do Setor Ambiental (sem fins lucrativos)	2	20,0	4	40,0	4	40,0	10	100,0
Entidades representativas do Setor Social (sem fins lucrativos)	-	-	7	46,7	8	53,3	15	100,0
Agências públicas da administração Central	4	50,0	3	37,5	1	12,5	8	100,0
Agências públicas da administração Regional	4	36,4	4	36,4	3	27,3	11	100,0
Entidades privadas com fins lucrativos (empresas)	1	11,1	3	33,3	5	55,6	9	100,0
Outros	-	-	1	50,0	1	50,0	2	100,0

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Urbano) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 705. Stakeholders que se envolveram na implementação dos DLBC URBANO, por região

	Norte		Lisboa		Algarve	
	N	%	N	%	N	%
Municípios						
1 – Não se envolveram	2	66,7	3	37,5	-	-
2 – Sim, pontualmente	-	-	-	-	1	25,0
3 – Sim, de forma continuada	1	33,3	5	62,5	3	75,0
Total	3	100,0	8	100,0	4	100,0
Juntas de freguesia						
1 – Não se envolveram	1	33,3	-	-	1	33,3
2 – Sim, pontualmente	2	66,7	2	25,0	2	66,7
3 – Sim, de forma continuada	-	-	6	75,0	-	-
Total	3	100,0	8	100,0	3	100,0
CIM/AM						
1 – Não se envolveram	2	66,7	3	100,0	1	100,0
2 – Sim, pontualmente	1	33,3	-	-	-	-
3 – Sim, de forma continuada	-	-	-	-	-	-
Total	3	100,0	3	100,0	1	100,0
POR/CCPPOR/CCDR						
1 – Não se envolveram	-	-	1	16,7	-	-
2 – Sim, pontualmente	-	-	3	50,0	1	33,3
3 – Sim, de forma continuada	3	100,0	2	33,3	2	66,7
Total	3	100,0	6	100,0	3	100,0
Entidades representativas do Setor Económico (sem fins lucrativos)						
1 – Não se envolveram	2	66,7	-	-	1	33,3
2 – Sim, pontualmente	-	-	3	37,5	-	-
3 – Sim, de forma continuada	1	33,3	5	62,5	2	66,7
Total	3	100,0	8	100,0	3	100,0
Entidades representativas do Setor Ambiental (sem fins lucrativos)						
1 – Não se envolveram	2	66,7	-	-	-	-
2 – Sim, pontualmente	1	33,3	2	33,3	1	100,0
3 – Sim, de forma continuada	-	-	4	66,7	-	-
Total	3	100,0	6	100,0	1	100,0
Entidades representativas do Setor Social (sem fins lucrativos)						
1 – Não se envolveram	-	-	-	-	4	100,0
2 – Sim, pontualmente	1	33,3	2	25,0	-	-
3 – Sim, de forma continuada	2	66,7	6	75,0	-	-
Total	3	100,0	8	100,0	4	100,0
Agências públicas da administração central						
1 – Não se envolveram	3	100,0	1	33,3	-	-
2 – Sim, pontualmente	-	-	1	33,3	2	100,0
3 – Sim, de forma continuada	-	-	1	33,3	-	-
Total	3	100,0	3	100,0	2	100,0
Agências públicas da administração Regional						
1 – Não se envolveram	1	33,3	2	40,0	1	33,3
2 – Sim, pontualmente	2	66,7	1	20,0	1	33,3
3 – Sim, de forma continuada	-	-	2	40,0	1	33,3
Total	3	100,0	5	100,0	3	100,0
Entidades privadas com fins lucrativos (empresas)						
1 – Não se envolveram	1	100,0	-	-	-	-
2 – Sim, pontualmente	-	-	3	42,9	-	-
3 – Sim, de forma continuada	-	-	4	57,1	1	100,0
Total	1	100,0	7	100,0	1	100,0
Outras						
1 – Não se envolveram	-	-	-	-	-	-
2 – Sim, pontualmente	1	100,0	-	-	-	-
3 – Sim, de forma continuada	-	-	1	100,0	-	-
Total	1	100,0	1	100,0	-	-

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Urbano) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 706. Outro. Qual?

	Norte	Lisboa	Algarve
Escolas		1	

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Urbano) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

EFICIÊNCIA OPERATIVA

Quadro 707. Forma de envolvimento dos stakeholders na implementação do DLBC Urbano, por região

	Norte (N=1)		Lisboa (N=5)		Algarve (N=4)		Total (N=11)	
	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos
Municípios								
Sessões públicas de debate	-	-	4	66,7	3	75,0	7	63,6
Recolha formal de pareceres e contributos	-	-	3	50,0	1	25,0	4	36,4
Inclusão em grupos de trabalho	1	100,0	5	83,3	3	75,0	9	81,8
Resposta a questionário	-	-	1	16,7	-	-	1	9,1
Juntas de freguesia								
	Norte (N=2)		Lisboa (N=8)		Algarve (N=3)		Total (N=13)	
Sessões públicas de debate	-	-	5	62,5	1	33,3	6	46,2
Recolha formal de pareceres e contributos	2	100,0	5	62,5	2	66,7	9	69,2
Inclusão em grupos de trabalho	2	100,0	6	75,0	-	-	8	61,5
Resposta a questionário	-	-	1	12,5	-	-	1	7,7
CIM/AM								
	Norte (N=1)		Lisboa (N=1)		Algarve		Total (N=13)	
Sessões públicas de debate	-	-	1	100,0	-	-	1	50,0
Recolha formal de pareceres e contributos	-	-	-	-	-	-	-	-
Inclusão em grupos de trabalho	1	100,0	-	-	-	-	1	50,0
Resposta a questionário	-	-	-	-	-	-	-	-
POR/CCPPOR/CCDR								
	Norte (N=3)		Lisboa (N=5)		Algarve (N=2)		Total (N=10)	
Sessões públicas de debate	1	33,3	4	80,0	1	50,0	6	60,0
Recolha formal de pareceres e contributos	2	66,7	4	80,0	1	50,0	7	70,0
Inclusão em grupos de trabalho	3	100,0	-	-	1	50,0	4	40,0
Resposta a questionário	-	-	-	-	-	-	-	-
Entidades representativas do Setor Económico (sem fins lucrativos)								
	Norte (N=1)		Lisboa (N=8)		Algarve (N=3)		Total (N=12)	
Sessões públicas de debate	-	-	4	50,0	2	66,7	6	50,0
Recolha formal de pareceres e contributos	-	-	5	62,5	-	-	5	41,7
Inclusão em grupos de trabalho	1	100,0	6	75,0	1	33,3	8	66,7
Resposta a questionário	-	-	1	12,5	-	-	1	8,3
Entidades representativas do Setor Ambiental (sem fins lucrativos)								
	Norte		Lisboa (N=6)		Algarve (N=2)		Total (N=8)	
Sessões públicas de debate	-	-	4	66,7	2	100,0	6	75,0
Recolha formal de pareceres e contributos	-	-	4	66,7	-	-	4	50,0
Inclusão em grupos de trabalho	-	-	4	66,7	-	-	4	50,0
Resposta a questionário	-	-	1	16,7	-	-	1	12,5
Entidades representativas do Setor Social (sem fins lucrativos)								
	Norte (N=3)		Lisboa (N=8)		Algarve (N=4)		Total (N=15)	
Sessões públicas de debate	1	33,3	5	62,5	2	50,0	8	53,3
Recolha formal de pareceres e contributos	2	66,7	5	62,5	1	25,0	8	53,3
Inclusão em grupos de trabalho	3	100,0	6	75,0	1	25,0	10	66,7
Resposta a questionário	-	-	2	25,0	-	-	2	13,3
Agências públicas da administração central								
	Norte		Lisboa (N=2)		Algarve (N=1)		Total (N=3)	
Sessões públicas de debate	-	-	1	50,0	1	100,0	2	66,7
Recolha formal de pareceres e contributos	-	-	2	100,0	-	-	2	66,7
Inclusão em grupos de trabalho	-	-	1	50,0	-	-	1	33,3
Resposta a questionário	-	-	1	50,0	-	-	1	33,3
Agências públicas da administração regional								
	Norte (N=1)		Lisboa (N=4)		Algarve (N=2)		Total (N=7)	
Sessões públicas de debate	-	-	3	75,0	1	50,0	4	57,1
Recolha formal de pareceres e contributos	1	100,0	4	100,0	1	50,0	6	85,7
Inclusão em grupos de trabalho	1	100,0	2	50,0	-	-	3	42,9
Resposta a questionário	-	-	2	50,0	-	-	2	28,6
Entidades privadas com fins lucrativos (empresas)								
	Norte (N=2)		Lisboa (N=6)		Algarve (N=1)		Total (N=9)	
Sessões públicas de debate	1	50,0	5	83,3	1	100,0	7	77,8
Recolha formal de pareceres e contributos	1	50,0	5	83,3	1	100,0	7	77,8
Inclusão em grupos de trabalho	1	50,0	3	50,0	1	100,0	5	55,6
Resposta a questionário	-	-	2	33,3	-	-	2	22,2
Outras								
	Norte (N=2)		Lisboa (N=6)		Algarve (N=1)		Total (N=9)	

Sessões públicas de debate	-	-	1	50,0	-	-	1	50,0
Recolha formal de pareceres e contributos	-	-	1	50,0	-	-	1	50,0
Inclusão em grupos de trabalho	-	-	2	100,0	-	-	2	100,0
Resposta a questionário	-	-	1	50,0	-	-	1	50,0

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Urbano) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 708. Outra forma. Qual?

	Norte	Lisboa	Algarve
Escolas		1	

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Urbano) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 709. Contributo da participação de diferentes entidades na implementação do DLBC Urbano para os seguintes resultados

	Norte (N=3)		Lisboa (N=7)		Algarve (N=4)		Total (N=14)	
	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos
Racionalização de recursos	-	-	4	57,1	1	25,0	5	35,7
Continuidade de intervenções	1	33,3	2	28,6	1	25,0	4	28,6
Multidimensionalidade das intervenções	2	66,7	3	42,9	1	25,0	6	42,9
Complementariedade de intervenções	3	100,0	4	57,1	3	75,0	10	71,4
Aumento do alcance em termos do perfil dos beneficiários apoiados	2	66,7	6	85,7	-	-	8	57,1
Construção de parcerias	1	33,3	5	71,4	3	75,0	9	64,3
Alargar o âmbito de atuação	-	-	3	42,9	1	25,0	4	28,6

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Urbano) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 710. Pertinência/adequação das competências delegadas no GAL, no PDR

	1 – Nada Pertinente/adequadas		2		3		4		5		6 - totalmente pertinentes/adequadas		N/A		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Verificar a admissibilidade e elegibilidade do beneficiário e da operação e fazer a apreciação do mérito das candidaturas	1	6,7	-	-	1	6,7	1	6,7	1	6,7	11	73,3	-	-	15	100,0
Emitir parecer no âmbito do processo de apreciação da elegibilidade e do mérito das candidaturas, assegurando um processo de seleção em conformidade com os critérios aplicáveis ao PO	-	-	-	-	-	-	2	13,3	1	6,7	12	80,0	-	-	15	100,0
Assegurar a organização dos processos de candidaturas de operações ao financiamento pelo PO	-	-	-	-	-	-	2	14,3	3	21,4	7	50,0	2	14,3	14	100,0
Acompanhar a realização dos investimentos e a execução das ações e assegurar a interlocução privilegiada com os beneficiários, em todas as fases do ciclo de vida das operações sem prejuízo dos mecanismos de acompanhamento, controlo, supervisão e interação da Autoridade de Gestão do PO	-	-	-	-	-	-	1	6,7	2	13,3	12	80,0	-	-	15	100,0
Verificar a elegibilidade das despesas designadamente em sede de candidatura e de análise de pedidos de pagamentos	1	7,1	1	7,1	2	14,3	2	14,3	1	7,1	6	42,9	1	7,1	14	100,0
Verificar a realização efetiva dos produtos e serviços cofinanciados, a obtenção dos resultados definidos quando da aprovação da operação e o pagamento da despesa declarada pelo beneficiário, bem como a sua conformidade com a legislação aplicável, com o Programa Operacional e com as condições de apoio da operação, nos termos estabelecidos no Manual de Procedimento	1	6,7	-	-	2	13,3	3	20,0	1	6,7	4	26,7	4	26,7	15	100,0
Assegurar que os beneficiários mantêm um sistema contabilístico separado ou um código contabilístico adequado para as transações da operação	1	6,7	3	20,0	-	-	2	13,3	1	6,7	4	26,7	4	26,7	15	100,0
Realizar verificações administrativas relativamente a cada pedido de reembolso por parte dos beneficiários	2	13,3	2	13,3	1	6,7	2	13,3	-	-	4	26,7	4	26,7	15	100,0
Avaliar o cumprimento de objetivos e resultados e propor o encerramento financeiro das operações, nos termos definidos no Manual de Procedimentos e nas Orientações Técnicas e de Gestão	1	6,7	2	13,3	3	20,0	1	6,7	1	6,7	3	20,0	4	26,7	15	100,0

	1 – Nada Pertinente/adequadas		2		3		4		5		6 - totalmente pertinentes/adequadas		N/A		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Manter atualizado o Sistema de Informação, com os dados de cada operação, que sejam necessários para o exercício de monitorização, avaliação, gestão financeira, verificação, acompanhamento de irregularidades e auditoria	1	6,7	2	13,3	1	6,7	1	6,7	2	13,3	3	20,0	5	33,3	15	100,0
Reportar, através dos mecanismos previstos pela Autoridade de Gestão, toda a informação física, financeira e estatística necessária para apoiar a elaboração de indicadores de acompanhamento e de estudos de avaliação	-	-	1	6,7	3	20,0	3	20,0	-	-	4	26,7	4	26,7	15	100,0

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Urbano) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 711. Média da Pertinência/adequação das competências delegadas no GAL, no PDR (Escala de 1 – Nada Pertinente/adequadas a 6- totalmente pertinentes/adequadas)

	Norte		Lisboa		Algarve		Total	
	Média	N	Média	N	Média	N	Média	N
Verificar a admissibilidade e elegibilidade do beneficiário e da operação e fazer a apreciação do mérito das candidaturas	6,00	3	5,25	8	4,75	4	5,27	15
Emitir parecer no âmbito do processo de apreciação da elegibilidade e do mérito das candidaturas, assegurando um processo de seleção em conformidade com os critérios aplicáveis ao PO	6,00	3	5,75	8	5,25	4	5,67	15
Assegurar a organização dos processos de candidaturas de operações ao financiamento pelo PO	5,67	3	5,60	5	5,00	4	5,42	12
Acompanhar a realização dos investimentos e a execução das ações e assegurar a interlocução privilegiada com os beneficiários, em todas as fases do ciclo de vida das operações sem prejuízo dos mecanismos de acompanhamento, controlo, supervisão e interação da Autoridade de Gestão do PO	5,67	3	5,88	8	5,50	4	5,73	15
Verificar a elegibilidade das despesas designadamente em sede de candidatura e de análise de pedidos de pagamentos	5,00	3	4,67	6	3,75	4	4,46	13
Verificar a realização efetiva dos produtos e serviços cofinanciados, a obtenção dos resultados definidos quando da aprovação da operação e o pagamento da despesa declarada pelo beneficiário, bem como a sua conformidade com a legislação aplicável, com o Programa Operacional e com as condições de apoio da operação, nos termos estabelecidos no Manual de Procedimento	4,00	1	4,33	6	4,50	4	4,36	11
Assegurar que os beneficiários mantêm um sistema contabilístico separado ou um código contabilístico adequado para as transações da operação	2,00	1	4,33	6	4,00	4	4,00	11
Realizar verificações administrativas relativamente a cada pedido de reembolso por parte dos beneficiários	2,00	1	4,00	6	3,75	4	3,73	11
Avaliar o cumprimento de objetivos e resultados e propor o encerramento financeiro das operações, nos termos definidos no Manual de Procedimentos e nas Orientações Técnicas e de Gestão	3,00	1	4,67	6	2,50	4	3,73	11
Manter atualizado o Sistema de Informação, com os dados de cada operação, que sejam necessários para o exercício de monitorização, avaliação, gestão financeira, verificação, acompanhamento de irregularidades e auditoria	5,00	1	4,60	5	3,00	4	4,00	10
Reportar, através dos mecanismos previstos pela Autoridade de Gestão, toda a informação física, financeira e estatística necessária para apoiar a elaboração de indicadores de acompanhamento e de estudos de avaliação	4,00	1	4,50	6	4,00	4	4,27	11

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Urbano) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 712. Avaliação contributo do modelo de contratos de financiamento com delegação de competências (comparativamente com contratos de financiamento com gestão administrativa centralizada nas AG) para as seguintes dimensões:

	Contributo negativo		Neutro		Contributo Positivo		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Simplificação administrativa	4	28,6	5	35,7	5	35,7	14	100,0
Redução da carga administrativa	3	21,4	3	21,4	8	57,1	14	100,0
Celeridade de procedimentos	4	28,6	4	28,6	6	42,9	14	100,0
Proximidade aos beneficiários	1	6,7	-	-	14	93,3	15	100,0
Capacidade de ajustamento às necessidades do território	-	-	5	35,7	9	64,3	14	100,0
Resultados atingidos	1	7,1	4	28,6	9	64,3	14	100,0
Alcance das metas definidas	1	7,1	4	28,6	9	64,3	14	100,0
Participação dos atores locais na definição do processo de desenvolvimento local	-	-	3	20,0	12	80,0	15	100,0
Promoção da articulação e criação de sinergias entre beneficiários	-	-	2	13,3	13	86,7	15	100,0
Monitorização de resultados	-	-	6	42,9	8	57,1	14	100,0

	Contributo negativo		Neutro		Contributo Positivo		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Resposta a necessidades do território	1	7,1	3	21,4	10	71,4	14	100,0
Outras.	-	-	-	-	1	100,0	1	100,0

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Urbano) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 713. Média do contributo do modelo de contratos de financiamento com delegação de competências (comparativamente com contratos de financiamento com gestão administrativa centralizada nas AG) para as seguintes dimensões (Escala de 1 – contributo negativo, 2 – neutro e 3 – Positivo)

	Norte		Lisboa		Algarve		Total	
	Média	N	Média	N	Média	N	Média	N
Simplificação administrativa	3,00	3	1,71	7	2,00	4	2,07	14
Redução da carga administrativa	3,00	3	2,00	7	2,50	4	2,36	14
Celeridade de procedimentos	2,67	3	2,00	7	2,00	4	2,14	14
Proximidade aos beneficiários	3,00	3	3,00	8	2,50	4	2,87	15
Capacidade de ajustamento às necessidades do território	2,67	3	2,71	7	2,50	4	2,64	14
Resultados atingidos	3,00	3	2,57	7	2,25	4	2,57	14
Alcance das metas definidas	3,00	3	2,57	7	2,25	4	2,57	14
Participação dos atores locais na definição do processo de desenvolvimento local	2,67	3	2,75	8	3,00	4	2,80	15
Promoção da articulação e criação de sinergias entre beneficiários	2,67	3	3,00	8	2,75	4	2,87	15
Monitorização de resultados	2,67	3	2,43	7	2,75	4	2,57	14
Resposta a necessidades do território	3,00	3	2,43	7	2,75	4	2,64	14
Outras.	3,00	1					3,00	1

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Urbano) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 714. Competências que considera que poderiam ter sido delegadas, por região

	Norte (N=3)		Lisboa (N=8)		Algarve (N=4)		Total (N=15)	
	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos
Definir os critérios de seleção a das operações	-	-	4	50,0	2	50,0	6	40,0
Definir o calendário de abertura dos AAC	2	66,7	5	62,5	4	100,0	11	73,3
Aprovar as candidaturas a financiamento	-	-	3	37,5	2	50,0	5	33,3
Formalizar a concessão dos apoios (envio do termo de aceitação para os beneficiários)	-	-	6	75,0	-	-	6	40,0
Determinar a categoria de intervenção a que são atribuídas as despesas da operação	1	33,3	3	37,5	1	25,0	5	33,3
Decidir sobre pedidos de alterações às operações	1	33,3	2	25,0	1	25,0	4	26,7

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Urbano) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 715. Avaliação do funcionamento dos mecanismos de articulação entre as AG e as e as Equipas do GAL

	1 – não funcionam		2		3		4		5		6 - funcionam muito bem		N/A		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Reuniões periódicas	1	6,7	2	13,3	5	33,3	1	6,7	-	-	5	33,3	1	6,7	15	100,0
Emissão de pareceres	1	6,7	-	-	2	13,3	2	13,3	6	40,0	3	20,0	1	6,7	15	100,0
Reuniões de coordenação	1	6,7	1	6,7	5	33,3			2	13,3	4	26,7	2	13,3	15	100,0
Ligação com um ponto focal	-	-	-	-	4	28,6	1	7,1	7	50,0	-	-	2	14,3	14	100,0
Outros	-	-	1	33,3	-	-	-	-	-	-	2	66,7	-	-	3	100,0

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Urbano) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 716. Média da Avaliação do funcionamento dos mecanismos de articulação entre as AG e as e as Equipas do GAL (1- Não funcionam a 6 – Funcionam muito bem), por região

	Norte		Lisboa		Algarve		Total	
	Média	N	Média	N	Média	N	Média	N
Reuniões periódicas	6,00	3	2,43	7	4,75	4	3,86	14
Emissão de pareceres	5,67	3	3,71	7	5,00	4	4,50	14
Reuniões de coordenação	6,00	3	2,83	6	4,25	4	4,00	13
Ligação com um ponto focal	4,67	3	4,33	6	3,67	3	4,25	12
Outros	-	-	2,00	1	6,00	2	4,67	3

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Urbano) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 717. Outros. Quais

	Norte	Lisboa	Algarve
Canais de comunicação que permitam obter resposta/esclarecimento de dúvidas céleres		1	
Trabalho em cooperação técnica			2

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Urbano) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 718. Peso do financiamento associado aos custos de financiamento da gestão do DLBC Urbano no conjunto da atividade e financiamento da entidade gestora

	Norte		Lisboa		Algarve		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%
12	-	-	-	-	2	100,0	2	28,6
14	1	100,0	-	-	-	-	1	14,3
47	-	-	2	50,0	-	-	2	28,6

60	-	-	1	25,0	-	-	1	14,3
85	-	-	1	25,0	-	-	1	14,3
Total	1	100,0	4	100,0	2	100,0	7	100,0

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Urbano) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 719. Adequação dotação financeira afeta às funções de gestão do tendo em consideração as competências de gestão delegadas

1 - Nada adequada		2		3		4		5		6 – totalmente adequada		Total	
N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
2	13,3	3	20,0	2	13,3	3	20,0	4	26,7	1	6,7	15	100,0

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Urbano) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 720. Média da adequação dotação financeira afeta às funções de gestão do tendo em consideração as competências de gestão delegadas. (Escala de 1 – nada adequada a 6 – totalmente adequada)

Norte		Lisboa		Algarve		Total	
Média	N	Média	N	Média	N	Média	N
5,00	3	3,50	8	2,25	4	3,47	15

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Urbano) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 721. Nº de elementos da equipa técnica (internos e externos)

	Norte	Lisboa	Algarve	Total	
	N	N	N	N	%
Internos					
2	1	2	1	4	26,7
3	1	3	-	4	26,7
4	1	1	3	5	33,3
5	-	1	-	1	6,7
10	-	1	-	1	6,7
Total	3	8	4	15	100,0
Externos					
1	1	1	-	2	66,7
15	-	1	-	1	33,3
Total	1	2	-	3	100,0

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Urbano) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 722. Adequação da Equipa técnica afeta à gestão do DLBC URBANO

	1 – Nada Adequados		2		3		4		5		6 - Totalmente Adequados		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Dimensão da equipa técnica	-	-	1	6,7	3	20,0	4	26,7	1	6,7	6	40,0	15	100,0
Competências dos elementos da equipa técnica	-	-	-	-	1	6,7	1	6,7	6	40,0	7	46,7	15	100,0

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Urbano) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 723. Média de Adequação da Equipa técnica afeta à gestão do DLBC URBANO (Escala de 1 – nada adequada a 6 – totalmente adequada), por região

	Norte		Lisboa		Algarve		Total	
	Média	N	Média	N	Média	N	Média	N
Dimensão da equipa técnica	5,67	3	4,13	8	4,50	4	4,53	15
Competências dos elementos da equipa técnica	5,67	3	5,25	8	5,00	4	5,27	15

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Urbano) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 724. Principais necessidades/problemas que sente em relação a atual Equipa Técnica, por região

	Norte (N=3)		Lisboa (N=8)		Algarve (N=3)		Total (N=14)	
	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos
Insuficiência no número de elementos da ETL	-	-	3	37,5	-	-	3	21,4
Desadequação da formação e conhecimentos face aos domínios de intervenção do GAL	2	66,7	-	-	-	-	2	14,3
Insuficiência de conhecimentos técnicos face aos domínios de intervenção do GAL	1	33,3	3	37,5	-	-	4	28,6
Excessiva polivalência dos técnicos	-	-	3	37,5	3	100,0	6	42,9
Outro (s)	-	-	2	25,0	-	-	2	14,3

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Urbano) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 725. Outra. Qual?

	Norte	Lisboa	Algarve
Dificuldade da retenção de talentos no local da sede, elevada rotatividade dos técnicos e a dificuldade na identificação no território da sede de recursos humanos com a experiência adequada/necessária.		1	

	Norte	Lisboa	Algarve
Dificuldade da retenção de talentos, elevada rotatividade dos técnicos e a dificuldade na identificação no território da sede, de recursos humanos com a experiência adequada/necessária.		1	
Seria importante haver mais momentos de formação dos técnicos administrados pela CCDR.		1	

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Urbano) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 726. Ações de capacitação desenvolvidas para os técnicos no atual quadro programático, por região

	Norte (N=3)		Lisboa (N=5)		Algarve (N=4)		Total (N=12)	
	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos
Contratação Pública	2	66,7	3	60,0	2	50,0	7	58,3
Sistemas de Informação	3	100,0	3	60,0	2	50,0	8	66,7
Crítérios de análise de projetos	-	-	1	20,0	2	50,0	3	25,0
Monitorização e Avaliação	-	-	1	20,0	1	25,0	2	16,7
Conceção de documentos estratégicos e de programação	-	-	2	40,0	1	25,0	3	25,0

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Urbano) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 727. Outra. Qual?

	Norte	Lisboa	Algarve
Todas as ações de capacitação foram desenvolvidas pelo GAL		1	

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Urbano) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 728. Adequação das ações de capacitação desenvolvidas para os técnicos no atual quadro programático

	1 – Nada Adequados		2		3		4		5		6 - Totalmente Adequados		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Contratação Pública	1	10,0	2	20,0	-	-	-	-	3	30,0	4	40,0	10	100,0
Sistemas de Informação	-	-	3	27,3	2	18,2	3	27,3	1	9,1	2	18,2	11	100,0
Crítérios de análise de projetos	-	-	1	20,0	1	20,0	2	40,0	-	-	1	20,0	5	100,0
Monitorização e Avaliação	1	16,7	1	16,7	2	33,3	-	-	-	-	2	33,3	6	100,0
Conceção de documentos estratégicos e de programação	1	16,7	2	33,3	1	16,7	-	-	-	-	2	33,3	6	100,0
Outras	-	-	1	100,0	-	-	-	-	-	-	-	-	1	100,0

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Urbano) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 729. Média de Adequação das ações de capacitação desenvolvidas para os técnicos no atual quadro programático (Escala de 1 – nada adequada a 6 - totalmente adequada), por região

	Norte		Lisboa		Algarve		Total	
	Média	N	Média	N	Média	N	Média	N
Contratação Pública	5,33	3	4,33	3	3,75	4	4,40	10
Sistemas de Informação	5,00	3	3,50	4	3,00	4	3,73	11
Crítérios de análise de projetos	-	-	5,00	2	3,00	3	3,80	5
Monitorização e Avaliação	-	-	5,00	3	2,00	3	3,50	6
Conceção de documentos estratégicos e de programação	-	-	5,00	3	1,67	3	3,33	6
Outras	-	-	-	-	2,00	1	2,00	1

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Urbano) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 730. Outra. Qual?

	Norte	Lisboa	Algarve
Todas as ações de capacitação foram desenvolvidas pelo GAL		1	

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Urbano) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 731. Áreas com maior necessidade de capacitação dos técnicos

	Norte	Lisboa	Algarve
Conceção documentos estratégicos de programação	1		2
Monitorização e avaliação	1	3	2
Contratação pública		3	1
Sistemas de informação	1	3	
uniformização de procedimentos de análise.		2	
Crítérios de análise dos projetos	1		
Inicialmente foi feita uma formação sobre o Balcão 2020 pela CCDR. Contudo, não houve nova formação sobre o tema (necessário). Não foram propostas outras formações pela CCDR/AD&C, o que teria sido importante para os técnicos garantirem um maior acompanhamento.		1	
instrumentos para planeamento e diagnóstico de desenvolvimento económico local;	1		
análise de pedidos de reembolso.		1	
SIG		1	
Todas as restantes, não selecionadas acima.		1	

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Urbano) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 732. Em que medida o GAL foi envolvido e participou na definição dos seguintes elementos dos Avisos

	1 – Não deram contributos		2 – Deram contributos, mas não foram integrados		3 – Deram contributos e foram parcialmente integrados		4 – Deram contributos e foram integrados		5 – Foram responsáveis pela definição		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Definição do calendário de abertura dos AAC	6	40,0	1	6,7	5	33,3	2	13,3	1	6,7	15	100,0
Dotação financeira	5	33,3	1	6,7	2	13,3	3	20,0	4	26,7	15	100,0
Definição das TO/medidas	7	46,7	3	20,0	2	13,3	1	6,7	2	13,3	15	100,0
Prazos de apresentação das candidaturas	3	20,0	2	13,3	2	13,3	3	20,0	5	33,3	15	100,0
Definição dos requisitos (formais e documentais)	6	40,0	2	13,3	2	13,3	3	20,0	2	13,3	15	100,0
Definição de Indicadores	2	13,3	2	13,3	5	33,3	5	33,3	1	6,7	15	100,0
Critérios de seleção das operações	1	6,7	2	13,3	7	46,7	4	26,7	1	6,7	15	100,0
Ações de divulgação, informação e publicidade realizadas	1	7,1	1	7,1	4	28,6	-	-	8	57,1	14	100,0
Adaptação dos avisos às especificidades territoriais	1	7,1	2	14,3	6	42,9	4	28,6	1	7,1	14	100,0

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Urbano) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 733. Em que medida o GAL foi envolvido e participou na definição dos seguintes elementos dos Avisos (Norte)

	1 – Não deram contributos		2 – Deram contributos, mas não foram integrados		3 – Deram contributos e foram parcialmente integrados		4 – Deram contributos e foram integrados		5 – Foram responsáveis pela definição		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Definição do calendário de abertura dos AAC	-	-	-	-	2	66,7	1	33,3	-	-	3	100,0
Dotação financeira	1	33,3	-	-	-	-	1	33,3	1	33,3	3	100,0
Definição das TO/medidas	2	66,7	-	-	-	-	-	-	1	33,3	3	100,0
Prazos de apresentação das candidaturas	1	33,3	-	-	-	-	1	33,3	1	33,3	3	100,0
Definição dos requisitos (formais e documentais)	2	66,7	-	-	-	-	-	-	1	33,3	3	100,0
Definição de Indicadores	1	33,3	-	-	-	-	2	66,7	-	-	3	100,0
Critérios de seleção das operações	1	33,3	-	-	1	33,3	1	33,3	-	-	3	100,0
Ações de divulgação, informação e publicidade realizadas	1	33,3	-	-	2	66,7	-	-	-	-	3	100,0
Adaptação dos avisos às especificidades territoriais	-	-	-	-	1	33,3	2	66,7	-	-	3	100,0

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Urbano) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 734. Em que medida o GAL foi envolvido e participou na definição dos seguintes elementos dos Avisos (Lisboa)

	1 – Não deram contributos		2 – Deram contributos, mas não foram integrados		3 – Deram contributos e foram parcialmente integrados		4 – Deram contributos e foram integrados		5 – Foram responsáveis pela definição		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Definição do calendário de abertura dos AAC	3	37,5	1	12,5	2	25,0	1	12,5	1	12,5	8	100,0
Dotação financeira	2	25,0	1	12,5	2	25,0	1	12,5	2	25,0	8	100,0
Definição das TO/medidas	3	37,5	3	37,5	1	12,5	0	0,0	1	12,5	8	100,0
Prazos de apresentação das candidaturas	1	12,5	1	12,5	1	12,5	1	12,5	4	50,0	8	100,0
Definição dos requisitos (formais e documentais)	2	25,0	1	12,5	2	25,0	2	25,0	1	12,5	8	100,0
Definição de Indicadores	-	-	1	12,5	4	50,0	2	25,0	1	12,5	8	100,0
Critérios de seleção das operações	-	-	1	12,5	4	50,0	2	25,0	1	12,5	8	100,0
Ações de divulgação, informação e publicidade realizadas	-	-	1	14,3	-	-	6	85,7	-	-	7	100,0
Adaptação dos avisos às especificidades territoriais	-	-	1	14,3	4	57,1	1	14,3	1	14,3	7	100,0

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Urbano) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 735. Em que medida o GAL foi envolvido e participou na definição dos seguintes elementos dos Avisos (Algarve)

	1 – Não deram contributos		2 – Deram contributos, mas não foram integrados		3 – Deram contributos e foram parcialmente integrados		4 – Deram contributos e foram integrados		5 – Foram responsáveis pela definição		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Definição do calendário de abertura dos AAC	3	75,0	-	-	1	25,0	-	-	-	-	4	100,0
Dotação financeira	2	50,0	-	-	-	-	1	25,0	1	25,0	4	100,0
Definição das TO/medidas	2	50,0	-	-	1	25,0	1	25,0	-	-	4	100,0
Prazos de apresentação das candidaturas	1	25,0	1	25,0	1	25,0	1	25,0	-	-	4	100,0
Definição dos requisitos (formais e documentais)	2	50,0	1	25,0	-	-	1	25,0	-	-	4	100,0
Definição de Indicadores	1	25,0	1	25,0	1	25,0	1	25,0	-	-	4	100,0
Critérios de seleção das operações	-	-	1	25,0	2	50,0	1	25,0	-	-	4	100,0
Ações de divulgação, informação e publicidade realizadas	-	-	-	-	2	50,0	-	-	2	50,0	4	100,0
Adaptação dos avisos às especificidades territoriais	-	-	1	25,0	1	25,0	1	25,0	-	-	4	100,0

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Urbano) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 736. Adequação dos calendários de abertura dos avisos para operações integradas nos DLBC URBANO e dos prazos de submissão de candidaturas relativamente ao Tempo entre a realização das ações de divulgação e o prazo para submissão das candidaturas

	1 - Nada adequadas		2		3		4		5		6 – Totalment e adequadas		N/A		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
8.8/8a. Apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas e à atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas e microempresas (FEDER)	1	9,1	1	9,1	3	27,3	1	9,1	2	18,2	2	18,2	1	9,1	11	100,0
8.3/8iii. Emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras (FSE)	1	7,1	1	7,1	4	28,6	1	7,1	3	21,4	4	28,6	-	-	14	100,0
10.1/10.i Redução e prevenção do abandono escolar precoce e promoção da igualdade de acesso a um ensino infantil, primário e secundário de boa qualidade, incluindo percursos de aprendizagem formais, não formais e informais para a reintegração no ensino e na formação (FSE)	1	7,7	1	7,7	1	7,7	2	15,4	2	15,4	5	38,5	3	23,1	13	100,0
9.1/9i. Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e a melhoria da empregabilidade (FSE)	1	9,1	-	-	3	27,3	2	18,2	1	9,1	2	18,2	2	18,2	11	100,0

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Urbano) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 737. Média da Adequação dos calendários de abertura dos avisos para operações integradas nos DLBC URBANO e dos prazos de submissão de candidaturas relativamente ao Tempo entre a realização das ações de divulgação e o prazo para submissão das candidaturas (escala 1- Nada Adequados a 6 Totalmente adequados), por Região

	Norte		Lisboa		Algarve		Total	
	Média	N	Média	N	Média	N	Média	N
8.8/8a. Apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas e à atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas e microempresas (FEDER)	5,00	3	3,50	4	3,00	3	3,80	10
8.3/8iii. Emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras (FSE)	4,67	3	4,57	7	3,00	4	4,14	14
10.1/10.i Redução e prevenção do abandono escolar precoce e promoção da igualdade de acesso a um ensino infantil, primário e secundário de boa qualidade, incluindo percursos de aprendizagem formais, não formais e informais para a reintegração no ensino e na formação (FSE)	5,67	3	5,00	4	3,00	3	4,60	10

	Norte		Lisboa		Algarve		Total	
	Média	N	Média	N	Média	N	Média	N
9.1/9i. Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e a melhoria da empregabilidade (FSE)	4,00	1	4,40	5	3,00	3	3,89	9

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Urbano) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 738. Adequação dos calendários de abertura dos avisos para operações integradas nos DLBC URBANO e dos prazos de submissão de candidaturas relativamente ao Tempo de duração do AAC (desde a abertura até ao encerramento)

	1 - Nada adequadas		2		3		4		5		6 – Totalment e adequadas		N/A		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
8.8/8a. Apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas e à atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas e microempresas (FEDER)	2	18,2	-	-	3	27,3	-	-	2	18,2	3	27,3	1	9,1	11	100,0
8.3/8iii. Emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras (FSE)	2	14,3	1	7,1	3	21,4	1	7,1	2	14,3	5	35,7	-	-	14	100,0
10.1/10.i Redução e prevenção do abandono escolar precoce e promoção da igualdade de acesso a um ensino infantil, primário e secundário de boa qualidade, incluindo percursos de aprendizagem formais, não formais e informais para a reintegração no ensino e na formação (FSE)	2	15,4	-	-	1	7,7	-	-	1	7,7	6	46,2	3	23,1	13	100,0
9.1/9i. Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e a melhoria da empregabilidade (FSE)	2	18,2	-	-	2	18,2	1	9,1	1	9,1	3	27,3	2	18,2	11	100,0

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Urbano) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 739. Média da Adequação dos calendários de abertura dos avisos para operações integradas nos DLBC URBANO e dos prazos de submissão de candidaturas relativamente ao Tempo de duração do AAC (desde a abertura até ao encerramento) (escala 1- Nada Adequados a 6 Totalmente adequados), por Região

	Norte		Lisboa		Algarve		Total	
	Média	N	Média	N	Média	N	Média	N
8.8/8a. Apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas e à atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas e microempresas (FEDER)	5,67	3	3,75	4	2,33	3	3,90	10
8.3/8iii. Emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras (FSE)	5,00	3	4,57	7	2,50	4	4,07	14
10.1/10.i Redução e prevenção do abandono escolar precoce e promoção da igualdade de acesso a um ensino infantil, primário e secundário de boa qualidade, incluindo percursos de aprendizagem formais, não formais e informais para a reintegração no ensino e na formação (FSE)	6,00	3	5,25	4	2,33	3	4,60	10
9.1/9i. Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e a melhoria da empregabilidade (FSE)	6,00	1	4,40	5	2,33	3	3,89	9

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Urbano) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 740. Adequação dos calendários de abertura dos avisos para operações integradas nos DLBC URBANO e dos prazos de submissão de candidaturas relativamente ao Ritmo de lançamento dos concursos

	1 - Nada adequadas		2		3		4		5		6 – Totalment e adequadas		N/A		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
8.8/8a. Apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas e à atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas e microempresas (FEDER)	4	36,4	2	18,2	1	9,1	1	9,1	1	9,1	-	-	2	18,2	11	100,0

	1 - Nada adequadas		2		3		4		5		6 – Totalment e adequadas		N/A		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
8.3/8iii. Emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras (FSE)	5	35,7	2	14,3	2	14,3	3	21,4	-	-	-	-	2	14,3	14	100,0
10.1/10.i Redução e prevenção do abandono escolar precoce e promoção da igualdade de acesso a um ensino infantil, primário e secundário de boa qualidade, incluindo percursos de aprendizagem formais, não formais e informais para a reintegração no ensino e na formação (FSE)	3	23,1	2	15,4	-	-	2	15,4	-	-	1	7,7	5	38,5	13	100,0
9.1/9i. Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e a melhoria da empregabilidade (FSE)	6	54,5	2	18,2	-	-	-	-	1	9,1	-	-	2	18,2	11	100,0

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Urbano) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 741. Média da Adequação dos calendários de abertura dos avisos para operações integradas nos DLBC URBANO e dos prazos de submissão de candidaturas relativamente ao Ritmo de lançamento dos concursos (escala 1- Nada Adequados a 6 Totalmente adequados), por Região

	Norte		Lisboa		Algarve		Total	
	Média	N	Média	N	Média	N	Média	N
8.8/8a. Apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas e à atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas e microempresas (FEDER)	4,50	2	2,00	4	1,00	3	2,22	9
8.3/8iii. Emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras (FSE)	4,00	1	2,57	7	1,25	4	2,25	12
10.1/10.i Redução e prevenção do abandono escolar precoce e promoção da igualdade de acesso a um ensino infantil, primário e secundário de boa qualidade, incluindo percursos de aprendizagem formais, não formais e informais para a reintegração no ensino e na formação (FSE)	6,00	1	3,00	4	1,00	3	2,63	8
9.1/9i. Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e a melhoria da empregabilidade (FSE)	4,00	1	1,40	5	1,00	3	1,56	9

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Urbano) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 742. Adequação dos calendários de abertura dos avisos para operações integradas nos DLBC URBANO e dos prazos de submissão de candidaturas relativamente ao Promoção de articulação entre os concursos/ projetos

	1 - Nada adequadas		2		3		4		5		6 – Totalment e adequadas		N/A		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
8.8/8a. Apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas e à atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas e microempresas (FEDER)	3	30,0	-	-	2	20,0	1	10,0	1	10,0	-	-	3	30,0	10	100,0
8.3/8iii. Emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras (FSE)	3	21,4	-	-	4	28,6	1	7,1	3	21,4	-	-	3	21,4	14	100,0
10.1/10.i Redução e prevenção do abandono escolar precoce e promoção da igualdade de acesso a um ensino infantil, primário e secundário de boa qualidade, incluindo percursos de aprendizagem formais, não formais e informais para a reintegração no ensino e na formação (FSE)	2	15,4	-	-	2	15,4	1	7,7	3	23,1	-	-	5	38,5	13	100,0
9.1/9i. Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e a melhoria da empregabilidade (FSE)	3	21,4	-	-	4	28,6	1	7,1	3	21,4	-	-	3	21,4	14	100,0

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Urbano) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 743. Média da Adequação dos calendários de abertura dos avisos para operações integradas nos DLBC URBANO e dos prazos de submissão de candidaturas relativamente ao Promoção de articulação entre os concursos/ projetos (escala 1- Nada Adequados a 6 Totalmente adequados), por Região

	Norte		Lisboa		Algarve		Total	
	Média	N	Média	N	Média	N	Média	N
8.8/8a. Apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas e à atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas e microempresas (FEDER)	5,00	1	2,33	3	2,00	3	2,57	7
8.3/8iii. Emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras (FSE)	5,00	1	3,33	6	2,25	4	3,09	11
10.1/10.i Redução e prevenção do abandono escolar precoce e promoção da igualdade de acesso a um ensino infantil, primário e secundário de boa qualidade, incluindo percursos de aprendizagem formais, não formais e informais para a reintegração no ensino e na formação (FSE)	5,00	1	4,00	4	2,00	3	3,38	8
9.1/9i. Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e a melhoria da empregabilidade (FSE)	5,00	1	3,00	5	2,00	3	2,89	9

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Urbano) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 744. Considera que as TI/medidas com concurso lançado incluíram as tipologias de operação que mais adequadas relativamente aos Objetivos da EDL e DLBC

	1 - Nada adequadas		2		3		4		5		6 – Totalmente adequadas		N/A		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
8.8/8a. Apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas e à atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas e microempresas (FEDER)	1	9,1	3	27,3	4	36,4	2	18,2	1	9,1	-	-	-	-	11	100,0
8.3/8iii. Emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras (FSE)	1	7,1	2	14,3	4	28,6	1	7,1	4	28,6	2	14,3	-	-	14	100,0
10.1/10.i Redução e prevenção do abandono escolar precoce e promoção da igualdade de acesso a um ensino infantil, primário e secundário de boa qualidade, incluindo percursos de aprendizagem formais, não formais e informais para a reintegração no ensino e na formação (FSE)	1	7,7	3	23,1	1	7,7	5	38,5	-	-	-	-	3	23,1	13	100,0
9.1/9i. Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e a melhoria da empregabilidade (FSE)	1	9,1	1	9,1	2	18,2	3	27,3	1	9,1	1	9,1	2	18,2	11	100,0

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Urbano) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 745. Considera que as TI/medidas com concurso lançado incluíram as tipologias de operação que mais adequadas relativamente aos Objetivos da EDL e DLBC, por Região (Escala 1 - Nada adequadas a 6 – totalmente adequadas) (Média)

	Norte		Lisboa		Algarve		Total	
	Média	N	Média	N	Média	N	Média	N
8.8/8a. Apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas e à atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas e microempresas (FEDER)	3,67	3	2,60	5	2,67	3	2,91	11
8.3/8iii. Emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras (FSE)	5,00	3	3,86	7	2,75	4	3,79	14
10.1/10.i Redução e prevenção do abandono escolar precoce e promoção da igualdade de acesso a um ensino infantil, primário e secundário de boa qualidade, incluindo percursos de aprendizagem formais, não formais e informais para a reintegração no ensino e na formação (FSE)	6,00	3	4,25	4	1,67	3	4,00	10
9.1/9i. Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e a melhoria da empregabilidade (FSE)	5,00	1	4,00	5	2,33	3	3,56	9

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Urbano) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 746. Considera que as TI/medidas com concurso lançado incluíram as tipologias de operação que mais adequadas relativamente aos Indicadores de realização e resultados DLBC

	1 - Nada adequadas		2		3		4		5		6 – Totalmente adequadas		N/A		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
8.8/8a. Apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas e à atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas e microempresas (FEDER)	2	18,2	1	9,1	4	36,4	1	9,1	2	18,2	1	9,1	-	-	11	100,0
8.3/8iii. Emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras (FSE)	2	14,3	2	14,3	-	-	2	14,3	2	14,3	-	-	6	42,9	14	100,0
10.1/10.i Redução e prevenção do abandono escolar precoce e promoção da igualdade de acesso a um ensino infantil, primário e secundário de boa qualidade, incluindo percursos de aprendizagem formais, não formais e informais para a reintegração no ensino e na formação (FSE)	2	16,7	3	25,0	-	-	-	-	-	-	4	33,3	3	25,0	12	100,0
9.1/9i. Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e a melhoria da empregabilidade (FSE)	1	9,1	1	9,1	3	27,3	2	18,2	2	18,2	-	-	2	18,2	11	100,0

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Urbano) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 747. Considera que as TI/medidas com concurso lançado incluíram as tipologias de operação que mais adequadas relativamente aos Indicadores de realização e resultados DLBC (Escala 1 - Nada adequadas a 6 – totalmente adequadas) por Região, (Média)

	Norte		Lisboa		Algarve		Total	
	Média	N	Média	N	Média	N	Média	N
8.8/8a. Apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas e à atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas e microempresas (FEDER)	4,67	3	3,00	5	2,33	3	3,27	11
8.3/8iii. Emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras (FSE)	6,00	3	4,29	7	2,50	4	4,14	14
10.1/10.i Redução e prevenção do abandono escolar precoce e promoção da igualdade de acesso a um ensino infantil, primário e secundário de boa qualidade, incluindo percursos de aprendizagem formais, não formais e informais para a reintegração no ensino e na formação (FSE)	6,00	3	3,00	3	1,67	3	3,56	9
9.1/9i. Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e a melhoria da empregabilidade (FSE)	5,00	1	3,80	5	2,00	3	3,33	9

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Urbano) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 748. Considera que as TI/medidas com concurso lançado incluíram as tipologias de operação que mais adequadas relativamente aos Público-alvo

	1 - Nada adequadas		2		3		4		5		6 – Totalmente adequadas		N/A		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
8.8/8a. Apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas e à atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas e microempresas (FEDER)	2	18,2	2	18,2	4	36,4	1	9,1	2	18,2	-	-	-	-	11	100,0
8.3/8iii. Emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras (FSE)	2	14,3	2	14,3	3	21,4	-	-	3	21,4	4	28,6	-	-	14	100,0
10.1/10.i Redução e prevenção do abandono escolar precoce e promoção da igualdade de acesso a um ensino infantil, primário e secundário de boa qualidade, incluindo percursos de aprendizagem formais, não formais e informais para a reintegração no ensino e na formação (FSE)	1	7,7	3	23,1	1	7,7	-	-	-	-	5	38,5	3	23,1	13	100,0
9.1/9i. Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e a melhoria da empregabilidade (FSE)	1	9,1	2	18,2	1	9,1	2	18,2	2	18,2	1	9,1	2	18,2	11	100,0

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Urbano) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 749. Considera que as TI/medidas com concurso lançado incluíram as tipologias de operação que mais adequadas relativamente aos Público-alvo (Escala 1 - Nada adequadas a 6 – totalmente adequadas), por Região (Média)

	Norte		Lisboa		Algarve		Total	
	Média	N	Média	N	Média	N	Média	N
8.8/8a. Apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas e à atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas e microempresas (FEDER)	3,67	3	2,60	5	2,67	3	2,91	11
8.3/8iii. Emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras (FSE)	5,67	3	3,71	7	2,75	4	3,86	14
10.1/10.i Redução e prevenção do abandono escolar precoce e promoção da igualdade de acesso a um ensino infantil, primário e secundário de boa qualidade, incluindo percursos de aprendizagem formais, não formais e informais para a reintegração no ensino e na formação (FSE)	6,00	3	4,25	4	1,67	3	4,00	10
9.1/9i. Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e a melhoria da empregabilidade (FSE)	5,00	1	4,00	5	2,33	3	3,56	9

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Urbano) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 750. Considera que as TI/medidas com concurso lançado incluíram as tipologias de operação que mais adequadas relativamente aos Necessidades do território

	1 - Nada adequadas		2		3		4		5		6 – Totalmente adequadas		N/A		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
8.8/8a. Apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas e à atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas e microempresas (FEDER)	2	18,2	2	18,2	3	27,3	-	-	3	27,3	1	9,1	-	-	11	100,0
8.3/8iii. Emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras (FSE)	2	14,3	1	7,1	4	28,6	-	-	-	-	2	14,3	5	35,7	14	100,0
10.1/10.i Redução e prevenção do abandono escolar precoce e promoção da igualdade de acesso a um ensino infantil, primário e secundário de boa qualidade, incluindo percursos de aprendizagem formais, não formais e informais para a reintegração no ensino e na formação (FSE)	2	15,4	3	23,1	-	-	-	-	1	7,7	4	30,8	3	23,1	13	100,0
9.1/9i. Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e a melhoria da empregabilidade (FSE)	1	9,1	2	18,2	-	-	3	27,3	3	27,3	-	-	2	18,2	11	100,0

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Urbano) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 751. Considera que as TI/medidas com concurso lançado incluíram as tipologias de operação que mais adequadas relativamente aos Necessidades do território (Escala 1 - Nada adequadas a 6 – totalmente adequadas), por Região (Média)

	Norte		Lisboa		Algarve		Total	
	Média	N	Média	N	Média	N	Média	N
8.8/8a. Apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas e à atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas e microempresas (FEDER)	3,67	3	3,40	5	2,67	3	3,27	11
8.3/8iii. Emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras (FSE)	5,67	3	4,00	7	2,75	4	4,00	14
10.1/10.i Redução e prevenção do abandono escolar precoce e promoção da igualdade de acesso a um ensino infantil, primário e secundário de boa qualidade, incluindo percursos de aprendizagem formais, não formais e informais para a reintegração no ensino e na formação (FSE)	6,00	3	3,50	4	1,67	3	3,70	10
9.1/9i. Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e a melhoria da empregabilidade (FSE)	5,00	1	4,00	5	2,33	3	3,56	9

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Urbano) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 752. Adequação Procedimentos definidos para a análise e seleção das operações (checklist, manual de procedimentos, prazos) quanto ao processo de análise e seleção de operações

	1 – Nada Adequados		2		3		4		5		6 - Totalmente Adequados		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
8.8/8a. Apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas e à atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas e microempresas (FEDER)	-	-	1	12,5	2	25,0	3	37,5	2	25,0	-	-	8	100,0
8.3/8iii. Emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras (FSE)	-	-	1	10,0	3	30,0	1	10,0	4	40,0	1	10,0	10	100,0
10.1/10.i Redução e prevenção do abandono escolar precoce e promoção da igualdade de acesso a um ensino infantil, primário e secundário de boa qualidade, incluindo percursos de aprendizagem formais, não formais e informais para a reintegração no ensino e na formação (FSE)	-	-	1	14,3	2	28,6	1	14,3	1	14,3	2	28,6	7	100,0

	1 – Nada Adequados		2		3		4		5		6 - Totalmente Adequados		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
9.1/9i. Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e a melhoria da empregabilidade (FSE)	1	12,5	1	12,5	2	25,0	1	12,5	3	37,5	-	-	8	100,0

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Urbano) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 753. Média da Procedimentos definidos para a análise e seleção das operações (checklist, manual de procedimentos, prazos) quanto ao processo de análise e seleção de operações (escala 1- Nada Adequados a 6 Totalmente adequados), por Região

	Norte		Lisboa		Algarve		Total	
	Média	N	Média	N	Média	N	Média	N
8.8/8a. Apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas e à atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas e microempresas (FEDER)	4,33	3	3,67	3	3,00	2	3,75	8
8.3/8iii. Emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras (FSE)	5,00	3	4,25	4	3,00	3	4,10	10
10.1/10.i Redução e prevenção do abandono escolar precoce e promoção da igualdade de acesso a um ensino infantil, primário e secundário de boa qualidade, incluindo percursos de aprendizagem formais, não formais e informais para a reintegração no ensino e na formação (FSE)	5,00	3	4,00	2	3,00	2	4,14	7
9.1/9i. Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e a melhoria da empregabilidade (FSE)	5,00	1	3,40	5	3,00	2	3,50	8

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Urbano) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 754. Adequação Critérios de seleção quanto ao processo de análise e seleção de operações

	1 – Nada Adequados		2		3		4		5		6 - Totalmente Adequados		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
8.8/8a. Apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas e à atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas e microempresas (FEDER)	-	-	-	-	4	44,4	2	22,2	3	33,3	-	-	9	100,0
8.3/8iii. Emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras (FSE)	-	-	-	-	5	41,7	1	8,3	3	25,0	3	25,0	12	100,0
10.1/10.i Redução e prevenção do abandono escolar precoce e promoção da igualdade de acesso a um ensino infantil, primário e secundário de boa qualidade, incluindo percursos de aprendizagem formais, não formais e informais para a reintegração no ensino e na formação (FSE)	-	-	-	-	2	22,2	2	22,2	2	22,2	3	33,3	9	100,0
9.1/9i. Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e a melhoria da empregabilidade (FSE)	-	-	1	11,1	3	33,3	2	22,2	3	33,3	-	-	9	100,0

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Urbano) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 755. Média da Critérios de seleção quanto ao processo de análise e seleção de operações (escala 1- Nada Adequados a 6 Totalmente adequados), por Região

	Norte		Lisboa		Algarve		Total	
	Média	N	Média	N	Média	N	Média	N
8.8/8a. Apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas e à atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas e microempresas (FEDER)	4,33	3	3,67	3	3,67	3	3,89	9
8.3/8iii. Emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras (FSE)	5,00	3	4,60	5	3,50	4	4,33	12
10.1/10.i Redução e prevenção do abandono escolar precoce e promoção da igualdade de acesso a um ensino infantil, primário e secundário de boa qualidade, incluindo percursos de aprendizagem formais, não formais e informais para a reintegração no ensino e na formação (FSE)	5,00	3	5,33	3	3,67	3	4,67	9
9.1/9i. Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e a melhoria da empregabilidade (FSE)	4,00	1	3,80	5	3,67	3	3,78	9

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Urbano) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 756. Adequação Metodologia de apuramento do mérito quanto ao processo de análise e seleção de operações

	1 – Nada Adequados		2		3		4		5		6 - Totalmente Adequados		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
8.8/8a. Apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas e à atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas e microempresas (FEDER)	-	-	-	-	1	12,5	3	37,5	4	50,0	-	-	8	100,0

	1 – Nada Adequados		2		3		4		5		6 - Totalmente Adequados		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
8.3/8iii. Emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras (FSE)	-	-	-	-	2	18,2	2	18,2	5	45,5	2	18,2	11	100,0
10.1/10.i Redução e prevenção do abandono escolar precoce e promoção da igualdade de acesso a um ensino infantil, primário e secundário de boa qualidade, incluindo percursos de aprendizagem formais, não formais e informais para a reintegração no ensino e na formação (FSE)	-	-	-	-	1	12,5	2	25,0	3	37,5	2	25,0	8	100,0
9.1/9i. Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e a melhoria da empregabilidade (FSE)	-	-	-	-	1	12,5	3	37,5	4	50,0	-	-	8	100,0

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Urbano) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 757. Média da Metodologia de apuramento do mérito quanto ao processo de análise e seleção de operações (escala 1- Nada Adequados a 6 Totalmente adequados), por Região

	Norte		Lisboa		Algarve		Total	
	Média	N	Média	N	Média	N	Média	N
8.8/8a. Apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas e à atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas e microempresas (FEDER)	4,67	3	4,00	3	4,50	2	4,38	8
8.3/8iii. Emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras (FSE)	5,00	3	4,80	5	4,00	3	4,64	11
10.1/10.i Redução e prevenção do abandono escolar precoce e promoção da igualdade de acesso a um ensino infantil, primário e secundário de boa qualidade, incluindo percursos de aprendizagem formais, não formais e informais para a reintegração no ensino e na formação (FSE)	4,67	3	5,00	3	4,50	2	4,75	8
9.1/9i. Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e a melhoria da empregabilidade (FSE)	5,00	1	4,20	5	4,50	2	4,38	8

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Urbano) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 758. Adequação Dimensão da equipa com funções de análise de candidaturas quanto ao processo de análise e seleção de operações

	1 – Nada Adequados		2		3		4		5		6 - Totalmente Adequados		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
8.8/8a. Apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas e à atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas e microempresas (FEDER)	-	-	1	11,1	4	44,4	1	11,1	1	11,1	2	22,2	9	100,0
8.3/8iii. Emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras (FSE)	-	-	1	8,3	4	33,3	1	8,3	1	8,3	5	41,7	12	100,0
10.1/10.i Redução e prevenção do abandono escolar precoce e promoção da igualdade de acesso a um ensino infantil, primário e secundário de boa qualidade, incluindo percursos de aprendizagem formais, não formais e informais para a reintegração no ensino e na formação (FSE)	-	-	1	10,0	4	40,0	-	-	2	20,0	3	30,0	10	100,0
9.1/9i. Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e a melhoria da empregabilidade (FSE)	-	-	1	11,1	-	-	4	44,4	2	22,2	2	22,2	9	100,0

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Urbano) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 759. Média da Dimensão da equipa com funções de análise de candidaturas quanto ao processo de análise e seleção de operações (escala 1- Nada Adequados a 6 Totalmente adequados), por Região

	Norte		Lisboa		Algarve		Total	
	Média	N	Média	N	Média	N	Média	N
8.8/8a. Apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas e à atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas e microempresas (FEDER)	4,00	3	3,67	3	4,00	3	3,89	9
8.3/8iii. Emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras (FSE)	5,00	3	4,60	5	3,75	4	4,42	12
10.1/10.i Redução e prevenção do abandono escolar precoce e promoção da igualdade de acesso a um ensino infantil, primário e secundário de boa qualidade, incluindo percursos de aprendizagem formais, não formais e informais para a reintegração no ensino e na formação (FSE)	4,33	3	4,25	4	4,00	3	4,20	10
9.1/9i. Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e a melhoria da empregabilidade (FSE)	5,00	1	3,80	5	4,00	3	4,00	9

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Urbano) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 760. Adequação Periodicidade das reuniões do órgão de gestão quanto ao processo de análise e seleção de operações

	1 – Nada Adequados		2		3		4		5		6 - Totalmente Adequados		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
8.8/8a. Apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas e à atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas e microempresas (FEDER)	1	12,5	1	12,5	2	25,0	1	12,5	2	25,0	1	12,5	8	100,0
8.3/8iii. Emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras (FSE)	1	9,1	3	27,3	3	27,3	1	9,1	2	18,2	1	9,1	11	100,0
10.1/10.i Redução e prevenção do abandono escolar precoce e promoção da igualdade de acesso a um ensino infantil, primário e secundário de boa qualidade, incluindo percursos de aprendizagem formais, não formais e informais para a reintegração no ensino e na formação (FSE)	1	12,5	3	37,5	2	25,0	-	-	2	25,0	-	-	8	100,0
9.1/9i. Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e a melhoria da empregabilidade (FSE)	1	12,5	1	12,5	1	12,5	1	12,5	3	37,5	1	12,5	8	100,0

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Urbano) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 761. Média da Periodicidade das reuniões do órgão de gestão quanto ao processo de análise e seleção de operações (escala 1- Nada Adequados a 6 Totalmente adequados), por Região

	Norte		Lisboa		Algarve		Total	
	Média	N	Média	N	Média	N	Média	N
8.8/8a. Apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas e à atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas e microempresas (FEDER)	4,33	3	5,00	2	2,00	3	3,63	8
8.3/8iii. Emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras (FSE)	4,33	3	3,50	4	2,25	4	3,27	11
10.1/10.i Redução e prevenção do abandono escolar precoce e promoção da igualdade de acesso a um ensino infantil, primário e secundário de boa qualidade, incluindo percursos de aprendizagem formais, não formais e informais para a reintegração no ensino e na formação (FSE)	4,33	3	2,00	2	2,00	3	2,88	8
9.1/9i. Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e a melhoria da empregabilidade (FSE)	5,00	1	5,00	4	2,00	3	3,88	8

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Urbano) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 762. Adequação Carga burocrática quanto ao processo de análise e seleção de operações

	1 – Nada Adequados		2		3		4		5		6 - Totalmente Adequados		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
8.8/8a. Apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas e à atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas e microempresas (FEDER)	2	22,2	1	11,1	3	33,3	3	33,3	-	-	-	-	9	100,0
8.3/8iii. Emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras (FSE)	2	16,7	2	16,7	2	16,7	4	33,3	2	16,7	-	-	12	100,0
10.1/10.i Redução e prevenção do abandono escolar precoce e promoção da igualdade de acesso a um ensino infantil, primário e secundário de boa qualidade, incluindo percursos de aprendizagem formais, não formais e informais para a reintegração no ensino e na formação (FSE)	1	11,1	-	-	3	33,3	2	22,2	3	33,3	-	-	9	100,0
9.1/9i. Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e a melhoria da empregabilidade (FSE)	3	33,3	1	11,1	2	22,2	2	22,2	1	11,1	-	-	9	100,0

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Urbano) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 763. Média da Carga burocrática quanto ao processo de análise e seleção de operações (escala 1- Nada Adequados a 6 Totalmente adequados), por Região

	Norte		Lisboa		Algarve		Total	
	Média	N	Média	N	Média	N	Média	N
8.8/8a. Apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas e à atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas e microempresas (FEDER)	3,67	3	1,33	3	3,33	3	2,78	9
8.3/8iii. Emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras (FSE)	4,00	3	2,80	5	3,00	4	3,17	12
10.1/10.i Redução e prevenção do abandono escolar precoce e promoção da igualdade de acesso a um ensino infantil, primário e secundário de boa qualidade, incluindo percursos de aprendizagem formais, não formais e informais para a reintegração no ensino e na formação (FSE)	4,00	3	3,67	3	3,33	3	3,67	9

	Norte		Lisboa		Algarve		Total	
	Média	N	Média	N	Média	N	Média	N
9.1/9i. Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e a melhoria da empregabilidade (FSE)	4,00	1	2,00	5	3,33	3	2,67	9

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Urbano) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 764. Adequação Interação com o SI FSE quanto ao processo de análise e seleção de operações

	1 – Nada Adequados		2		3		4		5		6 - Totalmente Adequados		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
8.8/8a. Apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas e à atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas e microempresas (FEDER)	-	-	3	42,9	1	14,3	1	14,3	2	28,6	-	-	7	100,0
8.3/8iii. Emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras (FSE)	-	-	3	25,0	2	16,7	1	8,3	4	33,3	2	16,7	12	100,0
10.1/10.i Redução e prevenção do abandono escolar precoce e promoção da igualdade de acesso a um ensino infantil, primário e secundário de boa qualidade, incluindo percursos de aprendizagem formais, não formais e informais para a reintegração no ensino e na formação (FSE)	-	-	3	37,5	1	12,5	2	25,0	2	25,0	-	-	8	100,0
9.1/9i. Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e a melhoria da empregabilidade (FSE)	1	11,1	3	33,3	1	11,1	1	11,1	2	22,2	1	11,1	9	100,0

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Urbano) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 765. Média da Interação com o SI FSE quanto ao processo de análise e seleção de operações (escala 1- Nada Adequados a 6 Totalmente adequados), por Região

	Norte		Lisboa		Algarve		Total	
	Média	N	Média	N	Média	N	Média	N
8.8/8a. Apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas e à atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas e microempresas (FEDER)	4,50	2	2,50	2	3,00	3	3,29	7
8.3/8iii. Emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras (FSE)	5,00	3	4,20	5	3,00	4	4,00	12
10.1/10.i Redução e prevenção do abandono escolar precoce e promoção da igualdade de acesso a um ensino infantil, primário e secundário de boa qualidade, incluindo percursos de aprendizagem formais, não formais e informais para a reintegração no ensino e na formação (FSE)	4,50	2	4,67	3	3,00	3	4,00	8
9.1/9i. Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e a melhoria da empregabilidade (FSE)	5,00	1	3,20	5	3,00	3	3,33	9

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Urbano) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 766. Adequação Interação com o SI FEDER quanto ao processo de análise e seleção de operações

	1 – Nada Adequados		2		3		4		5		6 - Totalmente Adequados		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
8.8/8a. Apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas e à atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas e microempresas (FEDER)	-	-	-	-	5	55,6	2	22,2	2	22,2	-	-	9	100,0
8.3/8iii. Emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras (FSE)	-	-	-	-	5	55,6	1	11,1	1	11,1	2	22,2	9	100,0
10.1/10.i Redução e prevenção do abandono escolar precoce e promoção da igualdade de acesso a um ensino infantil, primário e secundário de boa qualidade, incluindo percursos de aprendizagem formais, não formais e informais para a reintegração no ensino e na formação (FSE)	-	-	-	-	3	50,0	1	16,7	-	-	2	33,3	6	100,0
9.1/9i. Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e a melhoria da empregabilidade (FSE)	-	-	-	-	4	57,1	1	14,3	1	14,3	1	14,3	7	100,0

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Urbano) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 767. Média da Interação com o SI FEDER quanto ao processo de análise e seleção de operações (escala 1- Nada Adequados a 6 Totalmente adequados), por Região

	Norte		Lisboa		Algarve		Total	
	Média	N	Média	N	Média	N	Média	N
8.8/8a. Apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas e à atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas e microempresas (FEDER)	4,00	3	3,67	3	3,33	3	3,67	9

	Norte		Lisboa		Algarve		Total	
	Média	N	Média	N	Média	N	Média	N
8.3/8iii. Emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras (FSE)	5,00	1	4,50	4	3,25	4	4,00	9
10.1/10.i Redução e prevenção do abandono escolar precoce e promoção da igualdade de acesso a um ensino infantil, primário e secundário de boa qualidade, incluindo percursos de aprendizagem formais, não formais e informais para a reintegração no ensino e na formação (FSE)	-	-	5,00	3	3,33	3	4,17	6
9.1/9i. Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e a melhoria da empregabilidade (FSE)	5,00	1	4,00	3	3,33	3	3,86	7

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Urbano) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 768. Adequação Interação com o SI PDR quanto ao processo de análise e seleção de operações

	1 – Nada Adequados		2		3		4		5		6 - Totalmente Adequados		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
8.8/8a. Apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas e à atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas e microempresas (FEDER)	-	-	-	-	-	-	1	100,0	-	-	-	-	1	100,0
8.3/8iii. Emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras (FSE)	-	-	-	-	-	-	1	100,0	-	-	-	-	1	100,0
10.1/10.i Redução e prevenção do abandono escolar precoce e promoção da igualdade de acesso a um ensino infantil, primário e secundário de boa qualidade, incluindo percursos de aprendizagem formais, não formais e informais para a reintegração no ensino e na formação (FSE)	-	-	-	-	-	-	1	100,0	-	-	-	-	1	100,0
9.1/9i. Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e a melhoria da empregabilidade (FSE)	-	-	-	-	-	-	1	100,0	-	-	-	-	1	100,0

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Urbano) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 769. Média da Interação com o SI PDR quanto ao processo de análise e seleção de operações (escala 1- Nada Adequados a 6 Totalmente adequados), por Região

	Norte		Lisboa		Algarve		Total	
	Média	N	Média	N	Média	N	Média	N
8.8/8a. Apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas e à atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas e microempresas (FEDER)	-	-	-	-	4,00	1	4,00	1
8.3/8iii. Emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras (FSE)	-	-	-	-	4,00	1	4,00	1
10.1/10.i Redução e prevenção do abandono escolar precoce e promoção da igualdade de acesso a um ensino infantil, primário e secundário de boa qualidade, incluindo percursos de aprendizagem formais, não formais e informais para a reintegração no ensino e na formação (FSE)	-	-	-	-	4,00	1	4,00	1
9.1/9i. Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e a melhoria da empregabilidade (FSE)	-	-	-	-	4,00	1	4,00	1

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Urbano) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 770. Adequação Interação com o SI IFAP quanto ao processo de análise e seleção de operações

	1 – Nada Adequados		2		3		4		5		6 - Totalmente Adequados		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
8.8/8a. Apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas e à atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas e microempresas (FEDER)	-	-	-	-	-	-	1	100,0	-	-	-	-	1	100,0
8.3/8iii. Emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras (FSE)	-	-	-	-	-	-	1	100,0	-	-	-	-	1	100,0
10.1/10.i Redução e prevenção do abandono escolar precoce e promoção da igualdade de acesso a um ensino infantil, primário e secundário de boa qualidade, incluindo percursos de aprendizagem formais, não formais e informais para a reintegração no ensino e na formação (FSE)	-	-	-	-	-	-	1	100,0	-	-	-	-	1	100,0
9.1/9i. Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e a melhoria da empregabilidade (FSE)	-	-	-	-	-	-	1	100,0	-	-	-	-	1	100,0

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Urbano) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 771. Média da Interação com o SI IFAP quanto ao processo de análise e seleção de operações (escala 1- Nada Adequados a 6 Totalmente adequados), por Região

	Norte		Lisboa		Algarve		Total	
	Média	N	Média	N	Média	N	Média	N
8.8/8a. Apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas e à atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas e microempresas (FEDER)	-	-	-	-	4,00	1	4,00	1
8.3/8iii. Emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras (FSE)	-	-	-	-	4,00	1	4,00	1
10.1/10.i Redução e prevenção do abandono escolar precoce e promoção da igualdade de acesso a um ensino infantil, primário e secundário de boa qualidade, incluindo percursos de aprendizagem formais, não formais e informais para a reintegração no ensino e na formação (FSE)	-	-	-	-	4,00	1	4,00	1
9.1/9i. Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e a melhoria da empregabilidade (FSE)	-	-	-	-	4,00	1	4,00	1

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Urbano) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 772. Adequação Interação com outros SI quanto ao processo de análise e seleção de operações

	1 – Nada Adequados		2		3		4		5		6 - Totalmente Adequados		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
8.8/8a. Apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas e à atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas e microempresas (FEDER)	-	-	-	-	-	-	1	100,0	-	-	-	-	1	100,0
8.3/8iii. Emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras (FSE)	-	-	-	-	-	-	1	100,0	-	-	-	-	1	100,0
10.1/10.i Redução e prevenção do abandono escolar precoce e promoção da igualdade de acesso a um ensino infantil, primário e secundário de boa qualidade, incluindo percursos de aprendizagem formais, não formais e informais para a reintegração no ensino e na formação (FSE)	-	-	-	-	-	-	1	100,0	-	-	-	-	1	100,0
9.1/9i. Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e a melhoria da empregabilidade (FSE)	-	-	-	-	-	-	1	100,0	-	-	-	-	1	100,0

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Urbano) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 773. Média da Interação com outros SI quanto ao processo de análise e seleção de operações (escala 1- Nada Adequados a 6 Totalmente adequados), por Região

	Norte		Lisboa		Algarve		Total	
	Média	N	Média	N	Média	N	Média	N
8.8/8a. Apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas e à atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas e microempresas (FEDER)	-	-	-	-	4,00	1	4,00	1
8.3/8iii. Emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras (FSE)	-	-	-	-	4,00	1	4,00	1
10.1/10.i Redução e prevenção do abandono escolar precoce e promoção da igualdade de acesso a um ensino infantil, primário e secundário de boa qualidade, incluindo percursos de aprendizagem formais, não formais e informais para a reintegração no ensino e na formação (FSE)	-	-	-	-	4,00	1	4,00	1
9.1/9i. Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e a melhoria da empregabilidade (FSE)	-	-	-	-	4,00	1	4,00	1

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Urbano) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 774. Prazos de análise das candidaturas têm sido cumpridos?

	Norte		Lisboa		Algarve		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%
8.8/8a. Apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas e à atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas e microempresas (FEDER)								
Sim	-	-	2	66,7	2	66,7	4	44,4
Não	3	100,0	1	33,3	1	33,3	5	55,6
Total	3	100,0	3	100,0	3	100,0	9	100,0
8.3/8iii. Emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras (FSE)								
Sim	1	33,3	4	80,0	3	75,0	8	66,7
Não	2	66,7	1	20,0	1	25,0	4	33,3
Total	3	100,0	5	100,0	4	100,0	12	100,0
10.1/10.i Redução e prevenção do abandono escolar precoce e promoção da igualdade de acesso a um ensino infantil, primário e secundário de boa qualidade, incluindo percursos de aprendizagem formais, não formais e informais para a reintegração no ensino e na formação (FSE)								
Sim	2	66,7	2	100,0	1	50,0	5	71,4
Não	1	33,3			1	50,0	2	28,6

Total	3	100,0	2	100,0	2	100,0	7	100,0
9.1/9i. Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e a melhoria da empregabilidade (FSE)								
Sim	-	-	4	80,0	2	66,7	6	66,7
Não	1	100,0	1	20,0	1	33,3	3	33,3
Total	1	100,0	5	100,0	3	100,0	9	100,0

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Urbano) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 775. Nos casos em que não foi cumprido, indique por favor a(s) razão(ões), por região

	Norte		Lisboa		Algarve		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Elevado nº de candidaturas								
8.8/8a. Apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas e à atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas e microempresas (FEDER)							1	33,3
8.3/8iii. Emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras (FSE)							1	33,3
10.1/10.i Redução e prevenção do abandono escolar precoce e promoção da igualdade de acesso a um ensino infantil, primário e secundário de boa qualidade, incluindo percursos de aprendizagem formais, não formais e informais para a reintegração no ensino e na formação (FSE)								
9.1/9i. Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e a melhoria da empregabilidade (FSE)							1	33,3
Total							3	100,0
Reduzida dimensão da equipa com funções de análise de candidaturas								
8.8/8a. Apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas e à atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas e microempresas (FEDER)							1	33,3
8.3/8iii. Emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras (FSE)							1	33,3
10.1/10.i Redução e prevenção do abandono escolar precoce e promoção da igualdade de acesso a um ensino infantil, primário e secundário de boa qualidade, incluindo percursos de aprendizagem formais, não formais e informais para a reintegração no ensino e na formação (FSE)								
9.1/9i. Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e a melhoria da empregabilidade (FSE)							1	33,3
Total							3	100,0

	Norte		Lisboa		Algarve		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Necessidade de articulação entre OI e AG								
8.8/8a. Apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas e à atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas e microempresas (FEDER)							1	100,0
8.3/8iii. Emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras (FSE)								
10.1/10.i Redução e prevenção do abandono escolar precoce e promoção da igualdade de acesso a um ensino infantil, primário e secundário de boa qualidade, incluindo percursos de aprendizagem formais, não formais e informais para a reintegração no ensino e na formação (FSE)								
9.1/9i. Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e a melhoria da empregabilidade (FSE)								
Total							1	100,0
Complexidade dos procedimentos de verificação das condições de admissibilidade e análise de mérito das candidaturas								
8.8/8a. Apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas e à atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas e microempresas (FEDER)							1	50,0
8.3/8iii. Emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras (FSE)								
10.1/10.i Redução e prevenção do abandono escolar precoce e promoção da igualdade de acesso a um ensino infantil, primário e							1	50,0

secundário de boa qualidade, incluindo percursos de aprendizagem formais, não formais e informais para a reintegração no ensino e na formação (FSE)								
9.1/9i. Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e a melhoria da empregabilidade (FSE)								
Total							2	100,0
Atrasos da AG no processo de análise e decisão								
8.8/8a. Apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas e à atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas e microempresas (FEDER)							1	50,0
8.3/8iii. Emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras (FSE)							1	50,0
10.1/10.i Redução e prevenção do abandono escolar precoce e promoção da igualdade de acesso a um ensino infantil, primário e secundário de boa qualidade, incluindo percursos de aprendizagem formais, não formais e informais para a reintegração no ensino e na formação (FSE)								
9.1/9i. Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e a melhoria da empregabilidade (FSE)								
Total							2	100,0

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Urbano) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 776. Outro. Qual?

	Norte	Lisboa	Algarve
As opções de resposta para PI 8.8, são iguais para as PI 10.1 e 09.1		1	

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Urbano) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 777. A composição do Órgão de Gestão foi alterada ao longo da implementação do DLBC Urbano?

	Norte		Lisboa		Algarve		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Sim	-	-	4	50,0	1	25,0	5	33,3
Não	3	100,0	4	50,0	3	75,0	10	66,7
Total	3	100,0	8	100,0	4	100,0	15	100,0

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Urbano) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 778. Por que motivos?

	Norte	Lisboa	Algarve
Eleições		2	
Em período de novo mandato, houve a substituição de 2 entidades.		1	
Foi alargada. Convite a outras entidades no território		1	
Não houve dinâmica que o justificasse			1

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Urbano) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 779. Tipo de envolvimento do Órgão de Gestão análise e seleção de operações

	Norte (N=2)		Lisboa (N=7)		Algarve (N=4)		Total (N=13)	
	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos
Reuniões presenciais/on-line	1	50,0	7	100,0	4	100,0	12	92,3
Emissão de pareceres escritos	1	50,0	1	14,3	1	25,0	3	23,1
Outro	-	-	1	14,3	-	-	1	7,7

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Urbano) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 780. Outro. Qual?

	Norte	Lisboa	Algarve
Discussão e validação da análise feita pela Equipa Técnica		1	
Por motivos de imparcialidade, nos termos da EDL aprovada o GAL recorreu a um júri externo para a avaliação das candidaturas		1	

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Urbano) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 781. Adequação do modelo de envolvimento do Órgão de gestão no processo de análise e seleção de operações:

1 – Nada Adequados		2		3		4		5		6 - Totalmente Adequados		Total	
N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
3	23,1			3	23,1	1	7,7	3	23,1	3	23,1	13	100,0

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Urbano) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 782. Média da Adequação do modelo de envolvimento do Órgão de gestão no processo de análise e seleção de operações (escala 1- Nada Adequados a 6 Totalmente adequados), por Região

Norte		Lisboa		Algarve		Total	
Média	N	Média	N	Média	N	Média	N
4,00	2	3,71	7	3,75	4	3,77	13

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Urbano) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 783. Tipos de mecanismos de monitorização e acompanhamento implementados

	Norte (N=3)		Lisboa (N=8)		Algarve (N=4)		Total (N=15)	
	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos
Resposta a solicitações dos PO Financiadores	1	33,3	5	62,5	3	75,0	9	60,0
Definição de indicadores de monitorização pelo GAL	1	33,3	2	25,0	1	25,0	4	26,7
Elaboração de relatórios de monitorização periódicos	-	-	5	62,5	3	75,0	8	53,3
Realização de reuniões da Equipa técnica de balanço	3	100,0	7	87,5	3	75,0	13	86,7
Realização de balanço com as AG	2	66,7	5	62,5	2	50,0	9	60,0
Reuniões/contactos regulares com os beneficiários	3	100,0	8	100,0	2	50,0	13	86,7

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Urbano) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 784. Por que motivos?

	Norte	Lisboa	Algarve
Produção de materiais de apoio à instrução de candidaturas e para a implementação		1	

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Urbano) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 785. Adequação dos mecanismos de monitorização e acompanhamento implementados

	1 - Nada Adequados		2		3		4		5		6 - Totalmente Adequados		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Resposta a solicitações dos PO Financiadores	-	-	1	8,3	3	25,0	2	16,7	4	33,3	2	16,7	12	100,0
Definição de indicadores de monitorização pelo GAL	-	-	-	-	3	33,3	2	22,2	3	33,3	1	11,1	9	100,0
Elaboração de relatórios de monitorização periódicos	-	-	-	-	3	30,0	2	20,0	4	40,0	1	10,0	10	100,0
Realização de reuniões da Equipa técnica de balanço	-	-	-	-	2	14,3	3	21,4	3	21,4	6	42,9	14	100,0
Realização de balanço com as AG	-	-	-	-	2	18,2	2	18,2	3	27,3	4	36,4	11	100,0
Reuniões/contactos regulares com os beneficiários	-	-	-	-	2	15,4	1	7,7	5	38,5	5	38,5	13	100,0
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	1	100,0	-	-	-	-

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Urbano) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 786. Média da Adequação dos mecanismos de monitorização e acompanhamento implementados (escala 1- Nada Adequados a 6 Totalmente adequados), por Região

	Norte		Lisboa		Algarve		Total	
	Média	N	Média	N	Média	N	Média	N
Resposta a solicitações dos PO Financiadores	5,33	3	4,20	5	3,50	4	4,25	12
Definição de indicadores de monitorização pelo GAL	5,00	2	4,40	5	3,00	2	4,22	9
Elaboração de relatórios de monitorização periódicos	4,00	1	4,80	5	3,75	4	4,30	10
Realização de reuniões da Equipa técnica de balanço	5,33	3	5,57	7	3,50	4	4,93	14
Realização de balanço com as AG	5,67	3	5,25	4	3,75	4	4,82	11
Reuniões/contactos regulares com os beneficiários	5,33	3	5,43	7	3,67	3	5,00	13
Outros	-	-	-	-	5,00	1	5,00	1

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Urbano) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 787. Entidades envolvidas na monitorização e acompanhamento da execução do DLBC Urbano implementado

	Norte (N=3)		Lisboa (N=8)		Algarve (N=4)		Total (N=15)	
	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos
Órgão de Gestão	2	66,7	6	75,0	4	100,0	12	80,0
Parceiros do GAL	1	33,3	5	62,5	2	50,0	8	53,3
Outros stakeholders.	-	-	2	25,0	-	-	2	13,3

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Urbano) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 788. Quais?

	Norte	Lisboa	Algarve
associados do GAL - Rede DLBC Lisboa		1	
Outras Organizações da Economia Social;		1	

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Urbano) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 789. como é realizada a avaliação do DLBC Urbano.

	Norte (N=3)	Lisboa (N=8)	Algarve (N=4)	Total (N=15)
--	-------------	--------------	---------------	--------------

	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos
Realiza avaliação contínua, com relatórios periódicos	1	33,3	6	75,0	2	50,0	9	60,0
Realizou avaliação Intercalar	-	-	4	50,0	4	100,0	8	53,3
Pretende realizar avaliação final	3	100,0	4	50,0	2	50,0	9	60,0

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Urbano) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 790. Responsável pela Avaliação do DLBC Urbano

	Norte		Lisboa		Algarve		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Recursos internos do GAL	2	100,0	4	50,0	4	100,0	10	71,4
Avaliação externa	-	-	1	12,5	-	-	1	7,1
Recursos do GAL e peritos	-	-	3	37,5	-	-	3	21,4
Total	2	100,0	8	100,0	4	100,0	14	100,0

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Urbano) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 791. Tipo de constrangimentos verificados na monitorização e avaliação

	Norte (N=3)		Lisboa (N=7)		Algarve (N=4)		Total (N=14)	
	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos
Diversidade e complexidade de intervenções	1	33,3	3	42,9	2	50,0	6	42,9
Disponibilização de documentos de apoio, orientações pelos PO financiadores	1	33,3	1	14,3	2	50,0	4	28,6
Dimensão da equipa técnica	-	-	1	14,3	1	25,0	2	14,3
Competências da equipa técnica	-	-	1	14,3	1	25,0	2	14,3
Ausência de orientações do PO financiadores	1	33,3	5	71,4	-	-	6	42,9
Dificuldade de obtenção de informação para medição dos indicadores definidos	-	-	2	28,6	1	25,0	3	21,4
Indicadores constantes dos Avisos diferentes dos indicadores contratualizados	1	33,3	1	14,3	2	50,0	4	28,6
Outros	1	33,3	-	-	-	-	1	7,1

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Urbano) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 792. Quais?

	Norte	Lisboa	Algarve
pouco espaço para o envolvimento dos parceiros e da comunidade; avisos e TO predefinidos	1		

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Urbano) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 793. Identifique se foram assegurados os mecanismos necessários para uma eventual necessidade de revisão e ajustamentos da EDL e DLBC Urbano face a alterações de contexto e decorrentes dos exercícios de avaliação.

	Norte		Lisboa		Algarve		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Sim	2	66,7	1	12,5	1	25,0	4	26,7
Não, mas considero necessário a existência	1	33,3	3	37,5	2	50,0	6	40,0
Não, mas não considero necessário a existência	-	-	4	50,0	1	25,0	5	33,3
Total	3	100,0	8	100,0	4	100,0	15	100,0

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Urbano) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 794. Indique se foi efetuada uma revisão e ajustamentos à EDL?

	Norte		Lisboa		Algarve		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Não	1	50,0	4	50,0	4	100,0	9	64,3
Sim foi um exercício do GAL	1	50,0	4	50,0	-	-	5	35,7
Sim acompanhou os exercícios de reprogramação dos Programas Operacionais	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	2	100,0	8	100,0	4	100,0	14	100,0

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Urbano) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 795. Tipo de constrangimentos verificados na monitorização e avaliação

	Norte (N=2)		Lisboa (N=5)		Algarve (N=2)		Total (N=9)	
	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos
Reprogramação financeira anual	-	-	1	20,0	-	-	1	11,1
Distribuição da alocação financeira por TI/PI/medida	-	-	2	40,0	1	50,0	3	33,3
Redefinição de metas	-	-	1	20,0	-	-	1	11,1
Reforço da equipa técnica	1	50,0	1	20,0	-	-	2	22,2
Maior acompanhamento às entidades beneficiárias	1	50,0	2	40,0	-	-	3	33,3
Outras Alterações	1	50,0	3	60,0	1	50,0	5	55,6

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Urbano) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 796. Quais?

	Norte	Lisboa	Algarve
Adaptação e afinamento aos SI criados para responder a todas as medidas simultaneamente.			1
condições de elegibilidade territorial nos Avisos + Co3SO Pi 8iii	1		
Redefinição das medidas não financiadas pelo PO		1	
Reforço da divulgação dos avisos.		1	
Transferência de orçamento entre DLBC		1	

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Urbano) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 797. As alterações que resultaram da(s) revisão(ões) do DLBC Urbano permitiram melhorias no seu desempenho físico e financeiro?

	Norte		Lisboa		Algarve		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Sim	2	100,0	3	75,0	1	33,3	6	66,7
Não	-	-	1	25,0	2	66,7	3	33,3
Total	2	100,0	4	100,0	3	100,0	9	100,0

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Urbano) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 798. Existe uma estratégia de comunicação da DLBC Urbano?

	Norte		Lisboa		Algarve		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Sim	3	100,0	7	87,5	4	100,0	14	93,3
Não	-	-	1	12,5	-	-	1	6,7
Total	3	100,0	8	100,0	4	100,0	15	100,0

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Urbano) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 799. Nº de Reuniões/encontros com parceiros promovidos

	Norte		Lisboa		Algarve		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%
5	-	-	-	-	2	66,7%	2	16,7
7	1	33,3	-	-	-	-	1	8,3
10	-	-	1	33,3	-	-	1	8,3
13	-	-	1	16,7	-	-	1	8,3
20	-	-	1	16,7	-	-	1	8,3
34	-	-	1	16,7	-	-	1	8,3
47	1	33,3	-	-	-	-	1	8,3
57	-	-	1	16,7	-	-	1	8,3
66	-	-	1	16,7	-	-	1	8,3
300	-	-	-	-	1	33,3	1	8,3
1000	-	-	1	16,7	-	-	1	8,3
Total	3	100,0	6	100,0	3	100,0	12	100,0

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Urbano) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 800. Nº Sessões de divulgação e sensibilização e esclarecimento

	Norte		Lisboa		Algarve		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%
5	-	-	-	-	3	75,0%	3	23,1
8	1	33,3	-	-	-	-	1	7,7
10	-	-	1	16,7	-	-	1	7,7
12	-	-	-	-	1	25,0	1	7,7
14	-	-	1	16,7	-	-	1	7,7
25	-	-	1	16,7	-	-	1	7,7
33	1	33,3	-	-	-	-	1	7,7
40	-	-	1	16,7	-	-	1	7,7
45	1	33,3	-	-	-	-	1	7,7
170	-	-	1	16,7	-	-	1	7,7
200	-	-	1	16,7	-	-	1	7,7
Total	3	100,0	6	100,0	4	100,0	13	100,0

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Urbano) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 801. Nº Reuniões, seminários, workshops públicos

	Norte		Lisboa		Algarve		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%
0	-	-	1	16,7	-	-	1	9,1
2	-	-	2	33,3	-	-	2	18,2
3	-	-	-	-	3	100,0	3	27,3
8	1	50,0	-	-	-	-	1	9,1
20	1	50,0	-	-	-	-	1	9,1
30	-	-	1	16,7	-	-	1	9,1
139	-	-	1	16,7	-	-	1	9,1
500	-	-	1	16,7	-	-	1	9,1

Total	2	100,0	6	100,0	3	100,0	11	100,0
--------------	----------	--------------	----------	--------------	----------	--------------	-----------	--------------

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Urbano) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 802. Nº Produtos de comunicação do GAL/Entidade Gestora (newsletter, site)

	Norte		Lisboa		Algarve		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%
1	-	-	-	-	2	66,7	2	18,2
2	1	50,0	1	16,7	1	33,3	3	27,3
4	1	50,0	2	33,3	-	-	3	27,3
19	-	-	1	16,7	-	-	1	9,1
45	-	-	1	16,7	-	-	1	9,1
1000	-	-	1	16,7	-	-	1	9,1
Total	2	100,0	6	100,0	3	100,0	11	100,0

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Urbano) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 803. Nº Produtos de comunicação do GAL/Entidade Gestora (páginas das redes sociais...)

	Norte		Lisboa		Algarve		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%
0	-	-	-	-	2	50,0	2	20,0
1	1	100,0	-	-	2	50,0	3	30,0
2	-	-	1	20,0	-	-	1	10,0
4	-	-	1	20,0	-	-	1	10,0
24	-	-	1	20,0	-	-	1	10,0
401	-	-	1	20,0	-	-	1	10,0
1000	-	-	1	20,0	-	-	1	10,0
Total	1	100,0	5	100,0	4	100,0	10	100,0

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Urbano) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 804. Nº Grupos de trabalho temáticos

	Norte		Lisboa		Algarve		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%
0	-	-	2	40,0	2	100,0	4	50,0
1	1	100,0	-	-	-	-	1	12,5
2	-	-	1	20,0	-	-	1	12,5
3	-	-	1	20,0	-	-	1	12,5
9	-	-	1	20,0	-	-	1	12,5
Total	1	100,0	5	100,0	2	100,0	8	100,0

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Urbano) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 805. Nº Visitas a projetos de investimento,...

	Norte		Lisboa		Algarve		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%
1	-	-	1	25,0	-	-	1	12,5
4	-	-	-	-	2	66,7	2	25,0
8	1	100,0	-	-	1	33,3	2	25,0
13	-	-	1	25,0	-	-	1	12,5
50	-	-	1	25,0	-	-	1	12,5
187	-	-	1	25,0	-	-	1	12,5
Total	1	100,0	4	100,0	3	100,0	8	100,0

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Urbano) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 806. Nº Feiras, festas temáticas; mostras de produtos locais

	Norte		Lisboa		Algarve		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%
0	-	-	1	25,0	1	33,3	2	25,0
1	-	-	1	25,0	-	-	1	12,5
2	-	-	1	25,0	2	66,7	3	37,5
3	1	100,0	-	-	-	-	1	12,5
6	-	-	1	25,0	-	-	1	12,5
Total	1	100,0	4	100,0	3	100,0	8	100,0

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Urbano) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 807. Nº Participação em projetos de cooperação

	Norte		Lisboa		Algarve		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%
0	-	-	3	60,0	2	100,0	5	71,4
2	-	-	1	20,0	-	-	1	14,3
10	-	-	1	20,0	-	-	1	14,3
Total	-	-	5	100,0	2	100,0	7	100,0

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Urbano) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 808. Nº de participante em Reuniões/encontros com parceiros promovidos

	Norte		Lisboa		Algarve		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%
0	-	-	-	-	1	25,0	1	8,3
14	-	-	-	-	1	25,0	1	8,3
21	-	-	-	-	1	25,0	1	8,3
35	1	50,0	-	-	-	-	1	8,3
36	-	-	1	16,7	-	-	1	8,3
50	1	50,0	-	-	-	-	1	8,3
100	-	-	1	16,7	-	-	1	8,3
132	-	-	1	16,7	-	-	1	8,3
150	-	-	1	16,7	-	-	1	8,3
177	-	-	1	16,7	-	-	1	8,3
268	-	-	1	16,7	-	-	1	8,3
300	-	-	-	-	1	25,0	1	8,3
Total	2	100,0	6	100,0	4	100,0	12	100,0

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Urbano) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 809. Nº de participante em Nº Sessões de divulgação e sensibilização e esclarecimento

	Norte		Lisboa		Algarve		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%
14	-	-	-	-	1	25,0	1	7,7
18	-	-	-	-	2	50,0	2	15,4
20	1	33,3	-	-	-	-	1	7,7
40	-	-	1	16,7	-	-	1	7,7
50	-	-	-	-	1	25,0	1	7,7
72	1	33,3	-	-	-	-	1	7,7
131	-	-	1	16,7	-	-	1	7,7
350	-	-	1	16,7	-	-	1	7,7
700	-	-	1	16,7	-	-	1	7,7
706	-	-	1	16,7	-	-	1	7,7
800	-	-	1	16,7	-	-	1	7,7
936	1	33,3	-	-	-	-	1	7,7
Total	3	100,0	6	100,0	4	100,0	13	100,0

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Urbano) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 810. Nº de participante em Nº Reuniões, seminários, workshops públicos

	Norte		Lisboa		Algarve		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%
10	-	-	-	-	2	100,0%	2	22,2
20	1	50,0	-	-	-	-	1	11,1
30	-	-	1	20,0	-	-	1	11,1
100	-	-	1	20,0	-	-	1	11,1
150	-	-	1	20,0	-	-	1	11,1
446	1	50,0	-	-	-	-	1	11,1
600	-	-	1	20,0	-	-	1	11,1
1705	-	-	1	20,0	-	-	1	11,1
Total	2	100,0	5	100,0	2	100,0	9	100,0

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Urbano) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 811. Nº de participante em Nº Produtos de comunicação do GAL/Entidade Gestora (newsletter, site)

	Norte		Lisboa		Algarve		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%
1	-	-	-	-	2	66,7	2	22,2
100	-	-	1	20,0	-	-	1	11,1
155	1	100,0	-	-	-	-	1	11,1
1000	-	-	2	40,0	1	33,3	3	33,3
1990	-	-	1	20,0	-	-	1	11,1
40626	-	-	1	20,0	-	-	1	11,1
Total	1	100,0	5	100,0	3	100,0	9	100,0

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Urbano) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 812. Nº de participante em Nº Produtos de comunicação do GAL/Entidade Gestora (páginas das redes sociais...)

	Norte		Lisboa		Algarve		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%
0	-	-	-	-	2	66,7%	2	28,6
500	-	-	1	25,0%	-	-	1	14,3
1000	-	-	1	25,0%	1	33,3%	2	28,6

10000	-	-	1	25,0%	-	-	1	14,3
240917	-	-	1	25,0%	-	-	1	14,3
Total	-	-	4	100,0%	3	100,0%	7	100,0

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Urbano) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 813. Nº de participante em Nº Grupos de trabalho temáticos

	Norte		Lisboa		Algarve		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%
0	-	-	1	25,0	1	50,0	2	33,3
5	-	-	-	-	1	50,0	1	16,7
30	-	-	1	25,0	-	-	1	16,7
70	-	-	1	25,0	-	-	1	16,7
80	-	-	1	25,0	-	-	1	16,7
Total	-	-	4	100,0	2	100,0	6	100,0

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Urbano) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 814. Nº de participante em Nº Visitas a projetos de investimento,...

	Norte		Lisboa		Algarve		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%
0	-	-	-	-	1	50,0	1	20,0
3	-	-	-	-	1	50,0	1	20,0
4	-	-	1	33,3	-	-	1	20,0
60	-	-	1	33,3	-	-	1	20,0
366	-	-	1	33,3	-	-	1	20,0
Total	-	-	3	100,0	2	100,0	5	100,0

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Urbano) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 815. Nº de participante em Nº Feiras, festas temáticas; mostras de produtos locais

	Norte		Lisboa		Algarve		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%
0	-	-	-	-	2	100,0	2	40,0
200	-	-	1	33,3	-	-	1	20,0
315	-	-	1	33,3	-	-	1	20,0
3000	-	-	1	33,3	-	-	1	20,0
Total	-	-	3	100,0	2	100,0	5	100,0

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Urbano) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 816. Nº de participante em Nº Participação em projetos de cooperação

	Norte		Lisboa		Algarve		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%
0	-	-	1	33,3	2	100,0	3	60,0
30	-	-	1	33,3	-	-	1	20,0
100	-	-	1	33,3	-	-	1	20,0
Total	-	-	3	100,0	2	100,0	5	100,0

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Urbano) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 817. Balanço da adesão às ações de divulgação, informação, sensibilização e esclarecimentos realizadas junto dos potenciais beneficiários e da população

	1 – Fraca adesão		2		3		4		5		6 – Muita adesão		N/A		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Reuniões/encontros com parceiros promovidos	2	14,3	-	-	3	21,4	2	14,3	3	21,4	4	28,6	-	-	14	100,0
Sessões de divulgação e sensibilização e esclarecimento	-	-	-	-	2	14,3	4	28,6	2	14,3	5	35,7	1	7,1	14	100,0
Reuniões, seminários, workshops públicos	1	8,3	-	-	1	8,3	4	33,3	3	25,0	2	16,7	1	8,3	12	100,0
Produtos de comunicação do GAL/Entidade Gestora (newsletter, site)	-	-	-	-	2	18,2	2	18,2	4	36,4	3	27,3	-	-	11	100,0
Produtos de comunicação do GAL/Entidade Gestora (páginas das redes sociais ...)	-	-	-	-	2	18,2	2	18,2	-	-	7	63,6	-	-	11	100,0
Grupos de trabalho temáticos	2	25,0	1	12,5	-	-	-	-	1	12,5	3	37,5	1	12,5	8	100,0
Visitas a projetos de investimento,...	-	-	-	-	1	12,5	-	-	2	25,0	4	50,0	1	12,5	8	100,0
Feiras, festas temáticas; mostras de produtos locais	1	12,5	1	12,5	1	12,5	-	-	2	25,0	1	12,5	2	25,0	8	100,0
Participação em projetos de cooperação	1	12,5	-	-	-	-	-	-	1	12,5	1	12,5	5	62,5	8	100,0

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Urbano) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 818. Média do Balanço da adesão às ações de divulgação, informação, sensibilização e esclarecimentos realizadas junto dos potenciais beneficiários e da população (escala 1- – fraca adesão a 6 – muita adesão), por Região

	Norte		Lisboa		Algarve		Total	
	Média	N	Média	N	Média	N	Média	N
Reuniões/encontros com parceiros promovidos	4,33	3	4,43	7	3,50	4	4,14	14
Sessões de divulgação e sensibilização e esclarecimento	4,67	3	5,50	6	3,75	4	4,77	13
Reuniões, seminários, workshops públicos	4,50	2	4,86	7	2,00	2	4,27	11
Produtos de comunicação do GAL/Entidade Gestora (newsletter, site)	5,00	1	5,14	7	3,67	3	4,73	11
Produtos de comunicação do GAL/Entidade Gestora (páginas das redes sociais ...)	4,00	1	5,71	7	4,00	3	5,09	11
Grupos de trabalho temáticos	-	-	4,17	6	2,00	1	3,86	7
Visitas a projetos de investimento,...	-	-	6,00	4	4,33	3	5,29	7
Feiras, festas temáticas; mostras de produtos locais	-	-	4,75	4	1,50	2	3,67	6
Participação em projetos de cooperação	-	-	5,50	2	1,00	1	4,00	3

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Urbano) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 819. Foram realizados processos de auscultação sobre o conhecimento que os potenciais beneficiários dos territórios têm da EDL/DLBC Urbano?

	Norte		Lisboa		Algarve		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Sim	2	66,7	2	25,0	2	50,0	6	40,0
Não	1	33,3	6	75,0	2	50,0	9	60,0
Total	3	100,0	8	100,0	4	100,0	15	100,0

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Urbano) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 820. Indique como foi feita essa auscultação (sondagem, inquérito presencial, inquérito nas redes sociais)

	Norte	Lisboa	Algarve
A EDL foi sempre abordada nas sessões com os potenciais beneficiários.		1	
Inquérito enviado aos beneficiários no âmbito de um projeto de avaliação.			2
Inquérito presencial	1		
na realização das sessões de animação territorial.		2	
sondagem, inquérito online		1	
Votação pelos residentes dos territórios dos projetos a concurso, participação em reuniões comunitárias e em Assembleias-Gerais		1	

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Urbano) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 821. Boas práticas na implementação do DLBC Urbano nomeadamente nas seguintes dimensões:

	Norte (N=3)		Lisboa (N=7)		Algarve (N=4)		Total (N=14)	
	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos
Modelo de funcionamento do GAL	1	33,3	3	42,9	3	75,0	7	50,0
Modelo de gestão do DLBC	1	33,3	5	71,4	2	50,0	8	57,1
Partilha de conhecimentos	2	66,7	4	57,1	4	100,0	10	71,4
Sinergias entre projetos e sectores de atividade económica	-	-	5	71,4	3	75,0	8	57,1
Cooperação entre beneficiários e stakeholders	1	33,3	4	57,1	-	-	5	35,7
Operações inovadoras para o território	3	100,0	3	42,9	1	25,0	7	50,0
Outras	-	-	1	14,3	-	-	1	7,1

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Urbano) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 822. Outro. Qual?

	Norte	Lisboa	Algarve
Votação pelos residentes dos territórios dos projetos a concurso integrada nos critérios de avaliação		1	

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Urbano) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

EFICÁCIA

Quadro 823. Adesão dos promotores a cada uma das tipologias de intervenção contempladas no DLBC face às expectativas iniciais

	1 – Muito Fraca		2		3		4		5		6 – Muito Forte		N/A		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%			N	%
Apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas e à atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas e microempresas (FEDER)	1	7,7	2	15,4	2	15,4	-	-	5	38,5	1	7,7	2	15,4	13	100,0
Emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras (FSE)	1	7,1	1	7,1	4	28,6	1	7,1	4	28,6	3	21,4	-	-	14	100,0
Redução e prevenção do abandono escolar precoce e promoção da igualdade de acesso a um ensino infantil, primário e secundário de boa qualidade, incluindo percursos de aprendizagem formais, não formais e informais para a reintegração no ensino e na formação (FSE)	2	20,0	1	10,0	2	20,0	1	10,0	-	-	2	20,0	2	20,0	10	100,0
Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e a melhoria da empregabilidade (FSE)	2	18,2	1	9,1	1	9,1	2	18,2	2	18,2	1	9,1	2	18,2	11	100,0

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Urbano) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 824. Média da Adesão dos promotores a cada uma das tipologias de intervenção contempladas no DLBC face às expectativas iniciais (escala 1- Muito fraca a 6 Muito forte), por Região

	Norte		Lisboa		Algarve		Total	
	Média	N	Média	N	Média	N	Média	N
Apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas e à atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas e microempresas (FEDER)	3,33	3	4,40	5	3,33	3	3,82	11
Emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras (FSE)	6,00	3	3,71	7	3,25	4	4,07	14
Redução e prevenção do abandono escolar precoce e promoção da igualdade de acesso a um ensino infantil, primário e secundário de boa qualidade, incluindo percursos de aprendizagem formais, não formais e informais para a reintegração no ensino e na formação (FSE)	4,67	3	3,33	3	1,00	2	3,25	8
Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e a melhoria da empregabilidade (FSE)	5,00	1	4,00	5	2,00	3	3,44	9

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Urbano) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 825. Fatores que considera terem condicionado uma maior adesão por parte dos promotores ao DLBC Urbano

	Norte (N=3)		Lisboa (N=7)		Algarve (N=4)		Total (N=14)	
	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos
Capacidade de incitativa do território	1	33,3	2	28,6	3	75,0	6	42,9
Crise económica	1	33,3	1	14,3	4	100,0	6	42,9
Condições de elegibilidade dos promotores	1	33,3	4	57,1	1	25,0	6	42,9
Condições de elegibilidade das operações	2	66,7	5	71,4	3	75,0	10	71,4
Crítérios de seleção das operações	2	66,7	1	14,3			3	21,4
Outros	-	-	1	14,3	1	25,0	2	14,3

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Urbano) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 826. Principais motivos de reprovação de candidaturas, por região

	Norte (N=1)		Lisboa (N=2)		Algarve (N=1)		Total (N=4)	
	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos
8.8/8a. Apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas e à atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas e microempresas (FEDER)								
Falta de dotação financeira disponível	-	-	2	100,0	-	-	2	50,0
Cumprimento de critérios de elegibilidade dos beneficiários	1	100,0	2	100,0	-	-	2	50,0
Cumprimento dos critérios de elegibilidade dos projetos	-	-	1	50,0	1	100,0	3	75,0
Falta de documentos necessários à instrução da candidatura	-	-	1	50,0	1	100,0	2	50,0
Crítérios de seleção das operações	-	-			1	100,0	1	25,0
8.3/8iii. Emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras (FSE)								
Falta de dotação financeira disponível	-	-	-	-	-	-	-	-
Cumprimento de critérios de elegibilidade dos beneficiários	-	-	3	75,0	-	-	3	42,9

Cumprimento dos critérios de elegibilidade dos projetos	2	100,0	2	50,0	1	100,0	5	71,4
Falta de documentos necessários à instrução da candidatura	-	-	1	25,0	1	100,0	2	28,6
Crítérios de seleção das operações	-	-	-	-	1	100,0	1	14,3

	Norte (N=1)		Lisboa (N=2)		Algarve (N=1)		Total (N=4)	
	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos
10.1/10.i Redução e prevenção do abandono escolar precoce e promoção da igualdade de acesso a um ensino infantil, primário e secundário de boa qualidade, incluindo percursos de aprendizagem formais, não formais e informais para a reintegração no ensino e na formação (FSE)								
Falta de dotação financeira disponível	-	-	2	100,0	-	-	-	-
Cumprimento de critérios de elegibilidade dos beneficiários	-	-	2	100,0	1	100,0	2	50,0
Cumprimento dos critérios de elegibilidade dos projetos	1	100,0	-	-	1	100,0	4	100,0
Falta de documentos necessários à instrução da candidatura	-	-	-	-	1	100,0	1	25,0
Critérios de seleção das operações	1	100,0	-	-	-	-	2	50,0
	Norte		Lisboa (N=3)		Algarve (N=1)		Total (N=4)	
9.1/9i. Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e a melhoria da empregabilidade (FSE)								
Falta de dotação financeira disponível	-	-	-	-	-	-	-	-
Cumprimento de critérios de elegibilidade dos beneficiários	-	-	-	-	-	-	-	-
Cumprimento dos critérios de elegibilidade dos projetos	-	-	2	66,7	1	100,0	3	75,0
Falta de documentos necessários à instrução da candidatura	-	-	-	-	1	100,0	1	25,0
Critérios de seleção das operações	-	-	1	33,3	1	100,0	2	50,0

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Urbano) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 827. Outros. Quais?

	Norte	Lisboa	Algarve
Falta de qualidade na instrução dos processos de candidatura			1
Não houve projetos reprovados		1	
Território de intervenção, uniformização de procedimentos para as mesmas PI e avisos, pelas AG.		1	
território de intervenção, uniformização de procedimentos para as mesmos PI e avisos, pelas AG.		1	

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Urbano) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 828. Estrangulamentos que existiram ao bom funcionamento das tipologias de operação contratualizadas, por Prioridade de investimento/tipologia de intervenção

	Norte (N=3)		Lisboa (N=2)		Algarve (N=3)		Total (N=8)	
	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos
8.8/8a. Apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas e à atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas e microempresas (FEDER)								
Condições de elegibilidade das operações	3	100,0	1	50,0	1	33,3	5	62,5
Tipo de despesas elegíveis	-	-	-	-	1	33,3	-	-
Taxa de incentivo	-	-	-	-	-	-	1	12,5
Contexto socioeconómico	-	-	2	100,0	2	66,7	4	50,0
	Norte (N=3)		Lisboa (N=4)		Algarve (N=3)		Total (N=10)	
8.3/8iii. Emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras (FSE)								
Condições de elegibilidade das operações	3	100,0	2	50,0	1	33,3	6	60,0
Tipo de despesas elegíveis	-	-	1	25,0	-	-	1	10,0
Taxa de incentivo	-	-	1	25,0	1	33,3	2	20,0
Contexto socioeconómico	-	-	2	50,0	3	100,0	5	50,0
	Norte (N=1)		Lisboa (N=2)		Algarve (N=1)		Total (N=4)	
10.1/10.i Redução e prevenção do abandono escolar precoce e promoção da igualdade de acesso a um ensino infantil, primário e secundário de boa qualidade, incluindo percursos de aprendizagem formais, não formais e informais para a reintegração no ensino e na formação (FSE)								
Condições de elegibilidade das operações	1	100,0	2	100,0	-	-	3	75,0
Tipo de despesas elegíveis	-	-	-	-	-	-	-	-
Taxa de incentivo	-	-	-	-	-	-	-	-
Contexto socioeconómico	-	-	-	-	1	100,0	1	25,0
	Norte (N=1)		Lisboa (N=2)		Algarve (N=1)		Total (N=2)	
9.1/9i. Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e a melhoria da empregabilidade (FSE)								
Condições de elegibilidade das operações	1	100,0	1	50,0	-	-	2	50,0
Tipo de despesas elegíveis	-	-	1	50,0	-	-	1	25,0
Taxa de incentivo	-	-	-	-	-	-	-	-
Contexto socioeconómico	-	-	1	50,0	1	100,0	2	50,0

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Urbano) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 829. Outros. Quais?

	Norte	Lisboa	Algarve
Cumprimento da elegibilidade territorial- "Local de realização do Projeto"	1		
Esta subdivisão por tipologia não existiu, não sei o que responder.			2

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Urbano) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 830. Motivos para o não cumprimento dos tempos de execução das operações, por região

	Norte (N=3)		Lisboa (N=2)		Algarve		Total (N=5)	
	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos
8.8/8a. Apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas e à atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas e microempresas (FEDER)								
Dificuldades de liquidez e obtenção de financiamento para cobrir os custos não comparticipados	2	66,7	1	50,0	-	-	3	60,0
Estado de maturação do projeto apresentado em candidatura	1	33,3			-	-	1	20,0
Bloqueamentos institucionais ou administrativos (p.e., licenças)	-	-	1	50,0	-	-	1	20,0
Prazo de resposta a pedidos de esclarecimento, de alteração, ...	-	-	2	100,0	-	-	2	40,0
Problemas de gestão do projeto de ordem técnica (complexidade do projeto, exigências das normas técnicas, ...)	-	-	1	50,0	-	-	1	20,0
Atrasos no pagamento de pedidos de reembolso	1	33,3	2	100,0	-	-	3	60,0
	Norte (N=1)		Lisboa (N=4)		Algarve (N=1)		Total (N=6)	
8.3/8iii. Emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras (FSE)								
Dificuldades de liquidez e obtenção de financiamento para cobrir os custos não comparticipados	1	100,0	1	25,0	-	-	2	33,3
Estado de maturação do projeto apresentado em candidatura	-	-	-	-	-	-	-	-
Bloqueamentos institucionais ou administrativos (p.e., licenças)	-	-	1	25,0	1	100,0	2	33,3
Prazo de resposta a pedidos de esclarecimento, de alteração, ...	-	-	2	50,0	-	-	2	33,3
Problemas de gestão do projeto de ordem técnica (complexidade do projeto, exigências das normas técnicas, ...)	-	-	4	100,0	-	-	4	66,7
Atrasos no pagamento de pedidos de reembolso	1	100,0	4	100,0	-	-	5	83,3
	Norte (N=1)		Lisboa (N=2)		Algarve		Total (N=3)	
10.1/10.i Redução e prevenção do abandono escolar precoce e promoção da igualdade de acesso a um ensino infantil, primário e secundário de boa qualidade, incluindo percursos de aprendizagem formais, não formais e informais para a reintegração no ensino e na formação (FSE)								
Dificuldades de liquidez e obtenção de financiamento para cobrir os custos não comparticipados	1	100,0	-	-	-	-	1	33,3
Estado de maturação do projeto apresentado em candidatura	-	-	-	-	-	-	-	-
Bloqueamentos institucionais ou administrativos (p.e., licenças)	-	-	-	-	-	-	-	-
Prazo de resposta a pedidos de esclarecimento, de alteração, ...	-	-	-	-	-	-	-	-
Problemas de gestão do projeto de ordem técnica (complexidade do projeto, exigências das normas técnicas, ...)	-	-	2	100,0	-	-	2	66,7
Atrasos no pagamento de pedidos de reembolso	-	-	2	100,0	-	-	2	66,7
	Norte		Lisboa (N=3)		Algarve		Total (N=3)	
9.1/9i. Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e a melhoria da empregabilidade (FSE)								
Dificuldades de liquidez e obtenção de financiamento para cobrir os custos não comparticipados	-	-	2	66,7	-	-	2	66,7
Estado de maturação do projeto apresentado em candidatura	-	-	1	33,3	-	-	1	33,3
Bloqueamentos institucionais ou administrativos (p.e., licenças)	-	-	3	100,0	-	-	3	100,0
Prazo de resposta a pedidos de esclarecimento, de alteração, ...	-	-	3	100,0	-	-	3	100,0
Problemas de gestão do projeto de ordem técnica (complexidade do projeto, exigências das normas técnicas, ...)	-	-	2	66,7	-	-	2	66,7
Atrasos no pagamento de pedidos de reembolso	-	-	3	100,0	-	-	3	100,0

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Urbano) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 831. Outros. Quais?

	Norte	Lisboa	Algarve
Atraso na implementação por falta de regulamentação			1
Atraso na implementação, abertura de avisos, por falta de regulamentação. Não há atraso na execução.			1
Dificuldade de recrutamento de rec. humanos, com base nos critérios das PI.		2	
Restrições devido à prevenção do Covid 19		1	

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Urbano) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 832. fatores explicativos dos desvios registados relativamente à capacidade de cumprimento das metas previstas para 2018, por região

	Norte (N=1)		Lisboa (N=6)		Algarve (N=4)		Total (N=11)	
	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos
Atrasos da regulamentação de operacionalização das PI/TI	-	-	2	33,3	4	100,0	6	54,5
Fraca adesão dos beneficiários	1	100,0	1	16,7	-	-	2	18,2
Dificuldades de execução por parte dos beneficiários	-	-	2	33,3	-	-	2	18,2
Outros	-	-	3	50,0	-	-	3	27,3

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Urbano) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 833. Outros. Quais?

	Norte	Lisboa	Algarve
Até 2018 a AG não permitiu abertura de concursos, apesar das propostas apresentadas pelo GAL		1	

	Norte	Lisboa	Algarve
Atraso inexplicável na regulamentação que permitisse a implementação.			1
Avisos não adequados às necessidades do território.		1	
Entendimento redutor da elegibilidade geográfica. território com muito poucas possibilidades para viabilizar operações	1		
Problemas na operacionalização do DLBC urbano.		2	

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Urbano) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 834. Capacidade para o GAL vir a cumprir as metas globais definidas no DLBC por PI

	1 – Nada provável		2		3		4		5		6 – Muito provável		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
8.8/8a. Apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas e à atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas e microempresas (FEDER)	2	18,2	2	18,2	2	18,2	-	-	1	9,1	4	36,4	11	100,0
8.3/8iii. Emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras (FSE)	1	8,3	2	16,7	1	8,3	2	16,7	3	25,0	3	25,0	12	100,0
10.1/10.i Redução e prevenção do abandono escolar precoce e promoção da igualdade de acesso a um ensino infantil, primário e secundário de boa qualidade, incluindo percursos de aprendizagem formais, não formais e informais para a reintegração no ensino e na formação (FSE)	2	28,6	-	-	-	-	3	42,9	-	-	2	28,6	7	100,0
9.1/9i. Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e a melhoria da empregabilidade (FSE)	1	9,1	1	9,1	3	27,3	1	9,1	3	27,3	2	18,2	11	100,0

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Urbano) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 835. Média da Capacidade para o GAL vir a cumprir as metas globais definidas no DLBC por PI (1 Nada provável; 6 – muito provável), por Região

	Norte		Lisboa		Algarve		Total	
	Média	N	Média	N	Média	N	Média	N
8.8/8a. Apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas e à atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas e microempresas (FEDER)	2,67	3	4,60	5	3,33	3	3,73	11
8.3/8iii. Emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras (FSE)	5,33	3	4,40	5	2,75	4	4,08	12
10.1/10.i Redução e prevenção do abandono escolar precoce e promoção da igualdade de acesso a um ensino infantil, primário e secundário de boa qualidade, incluindo percursos de aprendizagem formais, não formais e informais para a reintegração no ensino e na formação (FSE)	5,33	3	4,00	2	1,00	2	3,71	7
9.1/9i. Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e a melhoria da empregabilidade (FSE)	5,00	1	4,14	7	3,00	3	3,91	11

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Urbano) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 836. Indique se existiu o cumprimento dos critérios de atribuição da reserva de eficiência?

	Norte		Lisboa		Algarve		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Sim	1	50,0	-	-	-	-	1	14,3
Não	1	50,0	2	100,0	3	100,0	6	85,7
Total	2	100,0	2	100,0	3	100,0	7	100,0

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Urbano) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 837. Contributo do DLBC Urbano para as seguintes dimensões

	1 – sem contributo		2		3		4		5		6 – contributo elevado		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Valorização do capital social e humano dos territórios	-	-	2	15,4	1	7,7	6	46,2	1	7,7	3	23,1	13	100,0
Promoção da proximidade com a comunidade local (pessoas, empresas, organizações)	-	-	3	23,1	1	7,7	1	7,7	4	30,8	4	30,8	13	100,0
Maior conhecimento das necessidades e potencialidades do território	-	-	1	7,7	1	7,7	2	15,4	6	46,2	3	23,1	13	100,0
Estímulo ao trabalho em rede entre os atores do desenvolvimento do território	-	-	2	15,4	1	7,7	3	23,1	2	15,4	5	38,5	13	100,0
Densidade e qualidade das interações entre os parceiros (p.e., no âmbito da análise, da discussão e das tomadas de decisão sobre a estratégia atual e futura)	-	-	3	21,4	4	28,6	3	21,4	1	7,1	3	21,4	14	100,0
Densidade e qualidade das interações entre as entidades institucionais no sentido do desenvolvimento do território (p.e., novas oportunidades de interação, atitude proactiva, aprendizagem coletiva)	-	-	2	14,3	5	35,7	2	14,3	2	14,3	3	21,4	14	100,0
Confiança mútua (entre parceiros, entre ETL e parceiros, entre beneficiários/potenciais beneficiários e GAL, entre GAL e RRN, OP, Ags, ...)	-	-	3	21,4	-	-	5	35,7	4	28,6	2	14,3	14	100,0
Envolvimento da geração mais jovem e outros grupos específicos relevantes e a incorporação das suas perspetivas de futuro relativamente ao território onde vivem	3	23,1	3	23,1	5	38,5	1	7,7	-	-	1	7,7	13	100,0
Coesão territorial (novas ligações em rede, melhor aproveitamento dos recursos locais, desenvolvimento endógeno)	-	-	3	23,1	3	23,1	3	23,1	3	23,1	1	7,7	13	100,0
Reforço da governança local	-	-	3	25,0	4	33,3	1	8,3	3	25,0	1	8,3	12	100,0
Participação dos atores locais na definição do processo de desenvolvimento local	-	-	3	23,1	3	23,1	2	15,4	3	23,1	2	15,4	13	100,0
Desenvolvimento de práticas inovadoras de governação	-	-	3	23,1	4	30,8	5	38,5			1	7,7	13	100,0
Coordenação entre os diferentes níveis de governação (qualidade das interações/comunicação entre as entidades competentes)	-	-	3	23,1	3	23,1	4	30,8	2	15,4	1	7,7	13	100,0
Trabalho em rede/colaboração no território	-	-	2	14,3	2	14,3	6	42,9	2	14,3	2	14,3	14	100,0
Capacidade de criação de sinergias entre parceiros e envolvimento em torno de objetivos/interesses comuns	-	-	2	14,3	2	14,3	4	28,6	4	28,6	2	14,3	14	100,0
Capacidade de interagir/discutir e negociar nos vários níveis do sistema de governação	-	-	4	30,8	3	23,1	3	23,1	1	7,7	2	15,4	13	100,0
Capacidade para gerir vários fundos	-	-	1	7,7	1	7,7	2	15,4	5	38,5	4	30,8	13	100,0
Relevância do GAL enquanto promotor do desenvolvimento do território	-	-	2	15,4	1	7,7	2	15,4	3	23,1	5	38,5	13	100,0
Cooperação com outros territórios	1	7,1	2	14,3	4	28,6	2	14,3	3	21,4	2	14,3	14	100,0
Mobilização da comunidade local comunidade local	-	-	4	28,6			4	28,6	4	28,6	2	14,3	14	100,0
Melhoria do sistema de governança (p.e., coordenação entre os níveis de governação local e regional)	-	-	4	33,3	3	25,0	2	16,7	2	16,7	1	8,3	12	100,0
Confiança mútua entre a ETL e os parceiros; entre a ETL e os beneficiários e potenciais beneficiários; e entre os parceiros	-	-	2	16,7	2	16,7	1	8,3	4	33,3	3	25,0	12	100,0
Potenciar os resultados e impactos decorrentes das intervenções apoiadas no âmbito da EDL	-	-	1	8,3	2	16,7	2	16,7	5	41,7	2	16,7	12	100,0
Acompanhamento /proximidade com as entidades beneficiárias e potenciais promotores	-	-	-	-	3	23,1	2	15,4	2	15,4	6	46,2	13	100,0
Estímulo ao investimento/ Identificação de oportunidades de investimento	-	-	-	-	4	33,3	4	33,3	2	16,7	2	16,7	12	100,0
Inovação dos projetos apoiados	-	-	3	21,4	4	28,6	4	28,6	2	14,3	1	7,1	14	100,0
Qualidade dos projetos apoiados	-	-	1	7,1	3	21,4	3	21,4	5	35,7	2	14,3	14	100,0

	1 – sem contributo		2		3		4		5		6 – contributo elevado		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Sustentabilidade dos projetos apoiados	-	-	2	14,3	3	21,4	5	35,7	2	14,3	2	14,3	14	100,0
Alargamento da tipologia de potenciais beneficiários	-	-	2	15,4	4	30,8	2	15,4	3	23,1	2	15,4	13	100,0
Capacidade dos projetos apoiados gerarem efeitos multiplicadores	-	-	3	21,4	2	14,3	3	21,4	5	35,7	1	7,1	14	100,0
Alavancagem financeira dos projetos apoiados	-	-	1	7,7	2	15,4	3	23,1	4	30,8	3	23,1	13	100,0
Divulgação dos produtos/serviços criados pelos projetos apoiados	-	-	2	16,7	4	33,3	2	16,7	2	16,7	2	16,7	12	100,0
Disseminação de conhecimentos, conhecer novas experiências e boas práticas	-	-	3	23,1	2	15,4	5	38,5	2	15,4	1	7,7	13	100,0

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Urbano) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 838. Média do Contributo do DLBC Urbano para as seguintes dimensões (1 - sem contributo a 6 - contributo elevado), por Região

	Norte		Lisboa		Algarve		Total	
	Média	N	Média	N	Média	N	Média	N
Valorização do capital social e humano dos territórios	4,33	3	5,00	6	2,75	4	4,15	13
Promoção da proximidade com a comunidade local (pessoas, empresas, organizações)	4,00	3	5,67	6	2,75	4	4,38	13
Maior conhecimento das necessidades e potencialidades do território	5,00	3	5,33	6	3,50	4	4,69	13
Estímulo ao trabalho em rede entre os atores do desenvolvimento do território	4,00	3	5,50	6	3,50	4	4,54	13
Densidade e qualidade das interações entre os parceiros (p.e., no âmbito da análise, da discussão e das tomadas de decisão sobre a estratégia atual e futura)	3,00	3	4,71	7	2,75	4	3,79	14
Densidade e qualidade das interações entre as entidades institucionais no sentido do desenvolvimento do território (p.e., novas oportunidades de interação, atitude proactiva, aprendizagem coletiva)	3,67	3	4,57	7	3,00	4	3,93	14
Confiança mútua (entre parceiros, entre ETL e parceiros, entre beneficiários/potenciais beneficiários e GAL, entre GAL e RRN, OP, Ags, ...)	4,00	3	4,86	7	3,00	4	4,14	14
Envolvimento da geração mais jovem e outros grupos específicos relevantes e a incorporação das suas perspetivas de futuro relativamente ao território onde vivem	1,50	2	3,57	7	1,50	4	2,62	13
Coesão territorial (novas ligações em rede, melhor aproveitamento dos recursos locais, desenvolvimento endógeno)	4,00	2	4,43	7	2,25	4	3,69	13
Reforço da governança local	4,00	2	3,83	6	3,00	4	3,58	12
Participação dos atores locais na definição do processo de desenvolvimento local	3,67	3	4,33	6	3,25	4	3,85	13
Desenvolvimento de práticas inovadoras de governação	3,50	2	3,57	7	3,00	4	3,38	13
Coordenação entre os diferentes níveis de governação (qualidade das interações/comunicação entre as entidades competentes)	3,00	2	4,14	7	3,00	4	3,62	13
Trabalho em rede/colaboração no território	4,67	3	4,29	7	3,00	4	4,00	14
Capacidade de criação de sinergias entre parceiros e envolvimento em torno de objetivos/interesses comuns	5,00	3	4,43	7	3,00	4	4,14	14
Capacidade de interagir/discutir e negociar nos vários níveis do sistema de governação	2,50	2	4,14	7	3,00	4	3,54	13
Capacidade para gerir vários fundos	5,00	2	5,14	7	4,00	4	4,77	13
Relevância do GAL enquanto promotor do desenvolvimento do território	4,67	3	5,29	7	3,00	3	4,62	13
Cooperação com outros territórios	3,00	3	4,43	7	3,00	4	3,71	14
Mobilização da comunidade local comunidade local	3,67	3	5,00	7	2,50	4	4,00	14
Melhoria do sistema de governança (p.e., coordenação entre os níveis de governação local e regional)	5,00	2	3,50	6	2,50	4	3,42	12
Confiança mútua entre a ETL e os parceiros; entre a ETL e os beneficiários e potenciais beneficiários; e entre os parceiros	5,00	2	5,33	6	2,50	4	4,33	12
Potenciar os resultados e impactos decorrentes das intervenções apoiadas no âmbito da EDL	4,50	2	5,33	6	3,00	4	4,42	12
Acompanhamento /proximidade com as entidades beneficiárias e potenciais promotores	5,00	3	5,83	6	3,25	4	4,85	13
Estímulo ao investimento/ Identificação de oportunidades de investimento	4,50	2	4,83	6	3,00	4	4,17	12
Inovação dos projetos apoiados	4,00	3	3,86	7	2,75	4	3,57	14
Qualidade dos projetos apoiados	4,33	3	5,00	7	3,00	4	4,29	14
Sustentabilidade dos projetos apoiados	3,67	3	4,57	7	3,00	4	3,93	14
Alargamento da tipologia de potenciais beneficiários	4,50	2	4,57	7	2,50	4	3,92	13
Capacidade dos projetos apoiados gerarem efeitos multiplicadores	4,33	3	4,71	7	2,25	4	3,93	14
Alavancagem financeira dos projetos apoiados	5,00	3	4,71	7	3,33	3	4,46	13
Divulgação dos produtos/serviços criados pelos projetos apoiados	3,33	3	4,83	6	2,33	3	3,83	12
Disseminação de conhecimentos, conhecer novas experiências e boas práticas	4,00	3	4,50	6	2,25	4	3,69	13

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Urbano) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 839. Na fase de implementação existiu uma preocupação do GAL em articular o DLBC com outros instrumentos de financiamento do PT2020 ou de outras fontes de financiamento?

	Norte		Lisboa		Algarve		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Não	-	-	-	-	-	-	-	-
Sim, exclusivamente do PT2020	3	100,0	1	16,7	1	25,0	5	38,5
Sim, do PT2020 e de outras fontes de financiamento	-	-	5	83,3	3	75,0	8	61,5
Total	3	100,0	6	100,0	4	100,0	13	100,0

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Urbano) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 840. Considera que as fontes de financiamento mobilizadas foram as mais adequadas?

	Norte		Lisboa		Algarve		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Sim	2	66,7	3	60,0	2	50,0	7	58,3
Não	1	33,3	2	40,0	2	50,0	5	41,7

Total	3	100,0	5	100,0	4	100,0	12	100,0
--------------	---	-------	---	-------	---	-------	----	-------

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Urbano) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 841. Como foi efetuada essa articulação?

	Norte		Lisboa		Algarve		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%
A priori: com a conceção de projetos, com ações com execução atribuída a fontes de financiamento diversificadas,	3	100,0	3	50,0	3	75,0	9	69,2
A posteriori: com a busca de fontes de financiamento para projetos não abrangidos pelos financiamentos atribuídos no	-	-	3	50,0	1	25,0	4	30,8
Total	3	100,0	6	100,0	4	100,0	13	100,0

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Urbano) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 842. Outro. Qual?

	Norte	Lisboa	Algarve
A falta de adequação e de impacto teve apenas a ver com a forma como as entidades gestoras foram obrigadas a implementar a DLBC, isto é, da operacionalização regulamentar que descurou as características intrínsecas do DLBC. A DLBC foi transformada num sistema de incentivos não aplicável ao modelo DLBC urbano, ignorando territórios, parcerias, modelo de governança, condições de implementação e público alvo. Assim se destrói o que poderia ter sido uma excelente intervenção para públicos desfavorecidos das cidades.			1
A forma como foi implementado e regulamentado pela administração central não permitiu a sua implementação à luz da EDL. Uma pena! Frustrante mesmo.			1
Há várias circunstâncias que comprometem as respostas, nomeadamente na fase de prequalificação da parceria.	1		
O instrumento DLBC Urbano tornou acessível os Fundos de Coesão às Capacidades das Organizações Locais de Base Comunitária instaladas e promoveu a adequação e atomização destes em inúmeras intervenções de pequena escala e de muito maior eficácia face aos modelos tradicionais Top-Down. A experiência, até esta data, no presente PT2020 demonstrou a necessidade de ampliar largamente a autonomia de decisão e funcionamento dos GAL, do reforço substancial das Dotações das EDL, bem como da necessidade de simplificação administrativa - em cumprimento pleno do Reg. Eu. 1303/2013 e do reconhecimento do estatuto de Organismo de Gestão Intermédia aos GAL. Referimos ainda a enorme melhoria e reforço da confiança neste modelo e nos GAL pelo POR Lisboa desde a nomeação e eleição da atual Presidente da Comissão Diretiva do POR Lisboa.		1	
Para o DLBC Frente Atlântica este programa tem sido de forma geral bastante positivo, sendo um processo contínuo de aprendizagem e de evolução na implementação das diversas atividades, acompanhamento dos diversos avisos emitidos e dos projetos financiados. Até agora os resultados são francamente positivos, com impactos importantes nos projetos financiados. Se existe algo que poderia ser melhorado será a falta de alinhamento em alguns casos das plataformas de suporte do financiamento (Balcão 2020, SIIFSE, SINORTE) para as tipologias de financiamento disponibilizadas pelo GAL. No entanto este desalinhamento não invalida a correta tramitação dos projetos financiados e de todo o processo de avaliação e acompanhamento.	1		

Fonte: Inquérito aos GAL (DLBC Urbano) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Inquérito aos Municípios beneficiários dos PDCT

PLANEAMENTO/CONFIGURAÇÃO DOS PDCT

Quadro 843. Grau de adequação de cada uma das prioridades de investimento/domínios de intervenção que foram disponibilizados para contratualização com as CIM/AM através dos Pactos para o Desenvolvimento e Coesão Territorial (PDCT), face às necessidades do território.

	1 - Nada adequados		2		3		4		5		6 - Muito Adequados		Total		Média
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	
2.3/2c. O reforço das aplicações TIC na administração pública em linha, aprendizagem em linha, infoinclusão, cultura em linha e saúde em linha	3	3,8	4	5,1	11	13,9	28	35,4	19	24,1	14	17,7	79	100,0	4,24
4.3/4c. Apoio à eficiência energética, à gestão inteligente da energia e à utilização das energias renováveis nas infraestruturas públicas, nomeadamente nos edifícios públicos e no setor da habitação	6	7,5	10	12,5	13	16,3	21	26,3	18	22,5	12	15,0	80	100,0	3,89
5.1/5i. Apoio ao investimento para a adaptação às alterações climáticas, incluindo abordagens baseadas nos ecossistemas	8	11,0	7	9,6	14	19,2	28	38,4	8	11,0	8	11,0	73	100,0	3,62
5.2/5ii. Promoção de investimentos para abordar riscos específicos, assegurar a capacidade de resistência às catástrofes e desenvolver sistemas de gestão de catástrofes (medidas identificadas nos respetivos planos de emergência e de proteção civ	7	9,6	7	9,6	13	17,8	31	42,5	8	11,0	7	9,6	73	100,0	3,64
6.1/6i. Investimento no setor dos resíduos para satisfazer os requisitos do acervo da União em matéria de ambiente e para satisfazer as necessidades de investimento que excedam esses requisitos, identificadas pelos Estados-Membros	10	13,7	11	15,1	12	16,4	26	35,6	8	11,0	6	8,2	73	100,0	3,40
6.3/6c. Conservação, proteção, promoção e desenvolvimento do património natural e cultural	5	6,3	3	3,8	9	11,3	22	27,5	21	26,3	20	25,0	80	100,0	4,39
8.3/8iii. Emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras (p.ex., SI2E))	5	6,6	7	9,2	10	13,2	27	35,5	17	22,4	10	13,2	76	100,0	3,97
8.8/8a. Apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas e à atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas (p.ex, SI2E)	7	9,2	10	13,2	8	10,5	27	35,5	13	17,1	11	14,5	76	100,0	3,82
9.1/9i. Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e melhoria da empregabilidade	6	7,8	7	9,1	9	11,7	31	40,3	15	19,5	9	11,7	77	100,0	3,90
9.4/9iv. Melhoria do acesso a serviços sustentáveis, de grande qualidade e a preços comportáveis, incluindo cuidados de saúde e serviços sociais de interesse geral	3	4,1	8	11,0	10	13,7	26	35,6	19	26,0	7	9,6	73	100,0	3,97
9.7/9a. Investimento na saúde e nas infraestruturas sociais que contribuam para o desenvolvimento nacional, regional e local, para a redução das desigualdades de saúde, para a promoção da inclusão social através da melhoria do acesso aos serviços	1	1,3	6	7,8	11	14,3	31	40,3	12	15,6	16	20,8	77	100,0	4,23
10.1/10.i Redução e prevenção do abandono escolar precoce e promoção da igualdade de acesso a um ensino infantil, primário e secundário de boa qualidade incluindo percursos de aprendizagem formais, não formais e informais para a reintegração no	-	-	1	1,3	9	11,3	23	28,8	26	32,5	21	26,3	80	100,0	4,71
10.5/10a. Investimento na educação, na formação e na formação profissional para a aquisição de competências e a aprendizagem ao	1	1,3	2	2,5	5	6,3	31	38,8	21	26,3	20	25,0	80	100,0	4,61

	1 - Nada adequados		2		3		4		5		6 - Muito Adequados		Total		Média
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	
longo da vida através do desenvolvimento das infraestruturas educativas e formativas															
4. Investimentos em ativos físicos	5	7,6	2	3,0	17	25,8	26	39,4	10	15,2	6	9,1	66	100,0	3,79

Fonte: Inquérito aos Municípios beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 844. Média Grau de adequação de cada uma das prioridades de investimento/domínios de intervenção que foram disponibilizados para contratualização com as CIM/AM através dos Pactos para o Desenvolvimento e Coesão Territorial (PDCT), face às necessidades do território (escala 1- Nada Adequados a 6 Muito adequados):

	Norte		Centro		Lisboa		Alentejo	
	Média	N	Média	N	Média	N	Média	N
2.3/2c. O reforço das aplicações TIC na administração pública em linha, aprendizagem em linha, infoinclusão, cultura em linha e saúde em linha	4,62	21	4,39	31	2,50	8	4,32	19
4.3/4c. Apoio à eficiência energética, à gestão inteligente da energia e à utilização das energias renováveis nas infraestruturas públicas, nomeadamente nos edifícios públicos e no setor da habitação	3,71	21	3,83	30	4,11	9	4,05	20
5.1/5i. Apoio ao investimento para a adaptação às alterações climáticas, incluindo abordagens baseadas nos ecossistemas	3,52	21	3,92	26	2,88	8	3,61	18
5.2/5ii. Promoção de investimentos para abordar riscos específicos, assegurar a capacidade de resistência às catástrofes e desenvolver sistemas de gestão de catástrofes (medidas identificadas nos respetivos planos de emergência e de proteção civ	3,48	21	3,85	26	2,75	8	3,94	18
6.1/6i. Investimento no setor dos resíduos para satisfazer os requisitos do acervo da União em matéria de ambiente e para satisfazer as necessidades de investimento que excedam esses requisitos, identificadas pelos Estados-Membros	3,10	21	3,69	26	2,63	8	3,67	18
6.3/6c. Conservação, proteção, promoção e desenvolvimento do património natural e cultural	3,57	21	4,48	31	5,44	9	4,63	19
8.3/8iii. Emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras (p.ex., SI2E))	3,52	21	4,21	28	3,11	9	4,56	18
8.8/8a. Apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas e à atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas (p.ex, SI2E)	3,38	21	4,14	28	2,56	9	4,44	18
9.1/9i. Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e melhoria da empregabilidade	3,67	21	3,82	28	4,10	10	4,17	18
9.4/9iv. Melhoria do acesso a serviços sustentáveis, de grande qualidade e a preços comportáveis, incluindo cuidados de saúde e serviços sociais de interesse geral	3,70	20	4,04	26	4,44	9	3,94	18
9.7/9a. Investimento na saúde e nas infraestruturas sociais que contribuam para o desenvolvimento nacional, regional e local, para a redução das desigualdades de saúde, para a promoção da inclusão social através da melhoria do acesso aos serviços	4,30	20	4,13	30	4,56	9	4,17	18
10.1/10.i Redução e prevenção do abandono escolar precoce e promoção da igualdade de acesso a um ensino infantil, primário e secundário de boa qualidade incluindo percursos de aprendizagem formais, não formais e informais para a reintegração no	4,67	21	4,65	31	5,44	9	4,53	19
10.5/10a. Investimento na educação, na formação e na formação profissional para a aquisição de competências e a aprendizagem ao longo da vida através do desenvolvimento das infraestruturas educativas e formativas	4,81	21	4,33	30	5,11	9	4,60	20
4. Investimentos em ativos físicos	3,67	18	4,00	24	2,67	6	4,00	18

Fonte: Inquérito aos Municípios beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 845. Nos casos onde respondeu 1, 2 ou 3, justifique a sua resposta.

	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo
Prioridades inexistentes no PDCT da AML			1	
4.3/4c. - Apesar de estar contemplados, o modelo de implementação e a burocracia e confusão associadas às candidatura acabou por limitar os investimentos, não tendo qualquer impacto na maioria dos municípios. 6.1/6i.-A maior parte dos municípios tem um poder de intervenção, nesta área, muito limitado, não podendo realizar os investimentos considerados necessários mas que dependem das concessionárias. 8.3/8iii., 8.8/8a. e 9.1/9i. - Apesar de, através deste mecanismo, se garantir um montante de investimento para o território, o modelo está condicionado pela limitada capacidade dos organismos intermédios que se deparam com um elevado número de processos, dificultando a agilização em tempo útil/oportuno. 10.1/10.i - apesar de se reconhecer algum mérito no modelo de gestão supra-municipal, com ganhos de economia de escala, grande parte destes acaba diluído pela complexidade burocrática decorrente da dimensão das ações, nomeadamente pelas dificuldades nos mecanismos de contratação pública.	1			
A importância da gestão dos resíduos apenas teve apoio no programa nacional temático POSEUR				1
Apesar de terem sido contratualizados em PDCT investimentos nas diferentes PI, em algumas delas os Municípios deixaram de ter acesso às mesma, sendo canalizadas para outras entidades beneficiárias ou, por vezes, desconhecendo o destino das verbas constantes no PDCT. Relativamente à PI 4.3. a adequação das tipologias/valores máximos de referência/verbas foram manifestamente insuficientes.	1			
As áreas mencionadas não foram consideradas no âmbito do PDCT, ou foram-no apenas de forma indireta		1		
As verbas atribuídas em algumas áreas de investimento não foram suficientes	1			
Burocracia excessiva, avisos pouco claros ou adaptados ao território, e interpretações pouco claras por parte das equipas técnicas de análise de candidaturas nem sempre contribui para a execução dos investimentos propostos.		1		
Crítérios definidos exigentes/certificações, etc.	1			
Decorre de limitações previstas pelo PT 2020 quanto às prioridades temáticas para a região			1	
Deveria ter sido dada mais atenção às especificidades própria de cada território		1		
Essencialmente falta de montantes razoáveis que permitam aprovação de projetos, prazos excessivos na análise de candidaturas		1		
Estas áreas de investimento não foram consideradas no PDCT do Alto Minho.	1			
Estas questões devem ser resolvidas numa lógica de melhoria contínua pelos Recursos Humanos envolvidos nas organizações, através de criatividade e dedicação. O investimento financeiro não acrescenta valor.		1		
Face aos avisos existentes não foi possível implementar nem executar grande parte do previsto		1		
Julgamos que se verificou um défice nas áreas da recuperação do Património Cultural e do Ambiente, as quais devem ser objeto de reforço num próximo período de programação.				1
Justificam as notações 1, 2 e 3, atribuídas as seguintes razões: dotações financeiras que impossibilitam a realização de projectos, os exercícios de mapeamento condicionados pela tutela, o quadro regulamentar imposto pela tutela e a assunção do PDCT como barriga de aluguer para projectos de entidades que não os municípios.	1			
Má escolha de prioridades face ao contexto económico do concelho, nomeadamente a dependência face ao setor do turismo e a sua pouca relevância nos programas de apoio e dificuldades de elegibilidade.	1			
Não houve contratualização nestas prioridades de investimento/domínios de intervenção disponibilizados para contratualização com as CIM/AM através dos Pactos para o Desenvolvimento e Coesão Territorial (PDCT)		1		
Não se encontram no nosso PDCT			1	
Não se verificaram investimentos nestas áreas		1		
Nas candidaturas da Eficiência energética o valor elegível e a taxa de financiamento são insuficientes para responder às necessidades do município. Também o custo com os documentos obrigatórios (certificados energéticos e auditorias energéticas) é também um fator que prejudica financeiramente os municípios.	1			
O valor contratualizado não foi suficiente para satisfazer as necessidades.	1			
Os incentivos não se mostrarem adequados aos objetivos definidos		1		
Os investimentos foram muito abaixo das necessidades	1			
Prioridades de investimento não contratualizados				1
Prioridades de investimento/domínios de intervenção que não foram disponibilizadas os recursos necessários para contratualização com as CIM.				1
Tipologias não incluídas no PDCT.	1			
Verbas insuficientes	1			

Fonte: Inquérito aos Municípios beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 846. Prioridades/áreas de intervenção não foram contempladas na contratualização com as CIM/AM (não constavam das prioridades pré-definidas que estavam no Convite), mas que poderiam ter sido.

	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo
2.3/2c			1	
5.1/5i; 5.2/5ii; 6.1/6i; 8.8/8a; 10.5/10a		1		
5.2			1	
6.3/6c. Conservação, proteção, promoção e desenvolvimento do património natural e cultural		1		
6.5	1			
A construção, requalificação, modernização e conservação de infraestruturas desportivas	1			
A remodelação da Rede de Abastecimento de Águas				1
Acessibilidades				1
Alterações climáticas		1		
As áreas contratualizadas são, na sua maioria, as corretas.				1
As assinaladas anteriormente com 1, 2 ou 3.	1			
As indicadas no ponto anterior.	1			
Catástrofes, Resíduos e Eficiência energética.			1	
Ciclo Urbano da água aplicável ao municípios de baixa densidade.	1			
Conservação, proteção, promoção e desenvolvimento do património natural e cultural	1			
Considera-se mais importante realçar a completa desvirtuação das EIDT na metamorfose em PDCT a que foram obrigadas.	1			
Desporto		1		
Desporto , apoio ao movimento associativo				1
Fecho de vias internas				1
Na área do saneamento/abastecimento de água; valçorização de recursos na administração pública			1	
PARU		1		
Património cultural classificado de interesse público		1		
Património cultural e natural	1			
Património cultural não classificado que necessita de intervenções, que não são feitas pelas entidades competentes e que poderiam ser feitas através dos PDCT.		1		
Património natural e cultural.	1			
Património natural, Sustentabilidade e Eficiência no Uso dos Recursos	1			
Planeamento urbanístico (Organização dos territórios) e os Transportes públicos		1		
Prioridades 5.1, 6.1				1
Prioridades na área da ação social.	1			
Reabilitação Urbana, Investimentos em Património Cultural/Natural	1			
Recuperação de património não classificado		1		
saude	1			

Fonte: Inquérito aos Municípios beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 847. Indique de que forma a vinculação dos Pactos para o Desenvolvimento e Coesão Territorial (PDCT) à Estratégia Integrada e Desenvolvimento Territorial (EIDT) limitou ou potenciou a sua eficácia.

	Norte		Centro		Lisboa		Alentejo		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
A vinculação dos Pactos para o Desenvolvimento e Coesão Territorial (PDCT) à EIDT limitou a sua eficácia	4	19,0	2	6,7	-	-	2	10,0	8	10,0
A vinculação dos Pactos para o Desenvolvimento e Coesão Territorial (PDCT) à EIDT potenciou a sua eficácia	9	42,9	17	56,7	7	77,8	13	65,0	46	57,5
A vinculação dos Pactos para o Desenvolvimento e Coesão Territorial (PDCT) à EIDT não limitou nem potenciou a sua eficácia	8	38,1	11	36,7	2	22,2	5	25,0	26	32,5
Total	21	100,0	30	100,0	9	100,0	20	100,0	80	100,0

Fonte: Inquérito aos Municípios beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 848. Justifique a sua resposta

	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo
A contratualização de investimentos específicos potencia um melhor planeamento das ações e dos recursos adstritos e, consequentemente eficácia e eficiência dos investimentos levados a cabo.	1			
A EIDT define um conjunto de investimentos prioritários. No entanto, alguns investimentos de menor escala poderiam beneficiar de financiamento no âmbito do PDCT, aproveitando dotações residuais e que poderiam contribuir, ainda que em menor escala, para os objetivos gerais da EIDT.	1			
A EIDT é abrangente e considera as principais áreas de intervenção para o desenvolvimento territorial da AML pelo que a vinculação do PDCT à Estratégia contribuiu para potenciar a sua eficácia			1	
a EIDT era bastante abrangente e transversal permitindo que o Pacto fosse adequado, contudo, os Pactos, não por causa das EIDT, são demasiados estáticos ao serem demasiado específicos na identificação das acções		1		
A interligação da estratégia com os pactos permitiu criar sinergias que potenciaram a sua eficácia		1		

	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo
A possibilidade de acolher projetos estruturantes não só para o concelho como para toda a região				1
A vinculação dos PDCT à EIDT julga-se ter potenciado a sua eficácia, com as linhas orientadoras da estratégia foi possível aos beneficiários cativar as verbas afetas àquelas PI's. Nas demais PI os beneficiários acediam de forma mais concorrencial.	1			
a vinculação dos PDCT à EIDT potenciou a sua eficácia no sentido em que objetivou e impôs metas o que se refletiu no cumprimento da estratégia	1			
A vinculação permitiu uma maior concretização dos projetos previstos, garantindo uma maior eficácia na utilização dos recursos financeiros disponíveis.			1	
A vinculação torna-se um dado adquirido o que leva por vezes a deixar a sua execução para segundo plan.		1		
As prioridades nem sempre estão refletidas na EIDT				1
Ausência de uma efetiva abordagem bottom-up		1		
Com o PDCT conseguiu-se a concretização de investimentos fundamentais para o desenvolvimento da região.		1		
Criou mais um nível de decisão que não agilizou o processo, pelo contrário condicionou o tempo da execução. No entanto o princípio da afetação de recursos financeiros a nível subregional continua a ser importante para garantir uma distribuição equitativa e influenciar a efetiva implementação das estratégias a nível local.		1		
E conveniente aumentar a possibilidade de definição de estratégias locais				1
Existe uma melhor e mais eficaz articulação entre estratégias		1		
Foi articulada		1		
Foi positivo a vinculação dos PDCT				1
Há uma maior proximidade e maior eficácia na operacionalização dos investimentos, seja desde a submissão das Operações à execução das mesmas pelo planeamento atempado e previsibilidade relativamente às oportunidades de investimentos que pode ser realizado pelas autarquias e que dão corpo às prioridades locais no contexto da estratégia para a região.	1			
Motivou a realização de investimentos pela Autarquia		1		
Na perspetiva de uma visão integradora do território, a dos Fundos que permite a conjugação de investimentos de diversos eixos prioritários e de diversos programas operacionais para fins de intervenção multidimensional ou intersectorial.				1
Não faz sentido uma vinculação ao PDCT se não estiver subjacente uma estratégia de desenvolvimento territorial		1		
não houve articulação entre a a EIDT e as PI contratualizadas			1	
Não se considera ter existido qualquer vinculação dos PDCT às EIDT. Estas tiveram sim que ser transformadas em PDCT (cuja matriz e orçamentação foi definida de forma cega pela tutela). Tentar procurar vinculações entre os dois documentos não pode ser considerado um exercício intelectualmente sério.	1			
o município foi prejudicado uma vez que teve um grande valor afeto às estruturas escolares desadequado à realidade concelhia o que gerou um excesso de financiamento desaproveitado por falta de alternativa para permutar o valor.	1			
O PDCT é um instrumento de referência territorial para a concretização de investimentos territoriais integrados a escala NUTS III e essa vinculação é um compromisso de execução.				1
O PDCT estava devidamente articulado com a EIDT.	1			
O PDCT teve por objetivo dar resposta às necessidades identificadas na EIDT.				1
O valor atribuído não foi suficiente para dar cumprimento em algumas áreas de investimento tais como na eficiência energética	1			
Pela relação de proximidade com os Municípios facilitou a operacionalização das operações inseridas no PDCT	1			
Pelas razões acima descritas, os valores disponíveis foram exíguos face às necessidades.		1		
permitiu o desenvolvimento de algumas áreas	1			
Permitiu tecer uma estratégia que, acabou mesmo por ter sido construída em governança com os vários Municípios da região			1	
Porque os PDCT cabem na EIDT assente num diagnóstico real e concreto de necessidades.				1
Potencia no sentido da concretização da estratégia delimitada para o território	1			
Potenciou a sua eficácia, uma vez que foi possível implementar a EIDT (diagnóstico das necessidades de investimento) através de ITI, mobilizando entidades municipais e um conjunto de outros co-promotores para a operacionalização de ações concertadas no quadro das prioridades de investimento identificadas.				1
Protegeu a maioria dos municípios, com pouca capacidade técnica, da concorrência com os de grande dimensão e capacidade.			1	
Síntese da análise e do diagnóstico da situação territorial prévia à formalização do PDCT		1		
Tendo em conta que a EIDT definiu os pontos estratégicos para o desenvolvimento da Região, a vinculação dos PDCT, ajuda a implementação das estratégias definidas.		1		
Todas as PI's tiveram de ser mapeadas/listadas o que obrigava a fazer alterações ao mapa do PDCT levando a alguns atrasos na execução.	1			

Fonte: Inquérito aos Municípios beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 849. Que balanço faz das ações de natureza intermunicipal previstas nos PDCT?

	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo
As ações de natureza intermunicipal no PDCT da AML foram residuais e sem impacto significativo			1	
Adequadas à realidade do território		1		
Adequado		1		
As ações de carácter intermunicipal são sempre uma mais valia para o território, quando bem desempenhadas e com a colaboração de todos os associados. Desenvolveram-se ações importantes para o desenvolvimento/capacitação do território.				1
Aumentam o grau de qualidade e criatividade dos resultados, assim como o nível de qualificação dos recursos humanos envolvidos. No entanto, a coordenação subregional, ao criar mais um nível de decisão/coordenação atrasou o recebimento dos fundos localmente.		1		
Balanço positivo	8	11	1	10
Constituem uma evolução positiva, embora careçam de maior envolvimento, perspetiva sinérgia e visão de conjunto		1		
Contribuíram para a promoção do território		1		
Deverá haver uma maior compromisso e um maior envolvimento por parte das CIM na concretização de investimentos e projetos de natureza supramunicipal não delegando essa responsabilidade nos Municípios.	1			
Embrionárias com necessidade de densificar os objetivos estratégicos conjugados com resultados de curto prazo		1		
Extremamente positivas				1
Houve acções que foram positivas, outras não.	1			
limitativas		1		
Muito positivo, onde medidas transversais e agregadoras em algumas áreas são uma necessidade inquestionável.				1
não houve, apenas ingformalmente com exceção do mural 18			1	
No geral, foram atingidos os objetivos. No entanto, e salvo melhor opinião, a taxa de execução e implementação no território podia ser mais elevada. Na generalidade, julgo que os municípios não percebem o papel da CIM e das atividades intermunicipais.		1		
No Património Cultural... o balanço é muito negativo. Nas restantes, foi muito positivo, com destaque para os processos de modernização administrativa.				1
O balanço é positivo, pela forma coo foi construído e aplicado. O negativo refere-se apenas à dotação orçamental.		1		
O balanço não é negativo mas poderia ter sido bem melhor caso a a autarquia tivesse sido contemplada com mais verbas noutras prioridades	1			
Os projetos intermunicipais viabilizam a utilização de recursos dos varios municipio permitindo ganhos de escala, e continuidade da estratégia na continuidade dos territórios		1		
Permitiram a execução de ações de forma articulada com vista ao desenvolvimento do território.				1
Poderiam ter sido desenvolvidas mais ações de natureza intermunicipal.	1			
Positiva, mas carecem de melhor articulação na sua definição.	1			
Positivo com eficácia nos territórios beneficiários		1		
Positivo mas insuficiente		1		
Razoável	2	2		
Sendo tido à partida como relevantes, dever-se-ia ter apostado mais na concretização das mesmas, pese embora este Município as tenha dinamizado em várias PI's			1	
Traduzem-se num balanço positivo, que em muito contribuem, designadamente, para a requalificação das infraestruturas, para a realizações de ações de promoção da ação educativa, combatendo o insucesso escolar e para a realizações de ações de promoção de uma vida social mais ativa.			1	
Verificou-se que, nos casos possíveis, as ações inicialmente previstas como sendo de natureza intermunicipal acabaram por beneficiar com a execução municipal uma vez que se torna mais fácil e eficaz a execução numa escala inferior. As ações de natureza intermunicipal devem cingir-se a grandes projetos, não se verificando qualquer vantagem em promover candidaturas intermunicipais para investimentos fragmentados pelos diferentes municípios. Parece muito mais eficaz a aplicação a nível municipal, devendo a CIM cingir-se às grandes ações.	1			

Fonte: Inquérito aos Municípios beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 850. Contributo do modelo de aprovação/negociação do PDCT (processo concorrencial com pré-qualificação seguido de uma negociação) para a melhoria dos seguintes parâmetros:

	1 - Nulo		2		3		4		5		6 - Muito Elevado		Total		Média
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	
Relevância do PDCT para a Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial (EIDT)	2	2,5	1	1,3	4	5,0	30	37,5	30	37,5	13	16,3	80	100,0	4,55
Coerência entre o PDCT e as prioridades da intervenção diagnosticadas para o território	1	1,3	1	1,3	8	10,0	34	42,5	28	35,0	8	10,0	80	100,0	4,39
Adequação dos processos de implementação do PDCT face aos objetivos, metas e natureza intermunicipal dos investimentos definidos	1	1,3	1	1,3	12	15,0	30	37,5	30	37,5	6	7,5	80	100,0	4,31
Simplificação do processo de seleção e contratualização dos PDCT com as CIM/AM	1	1,3	3	3,8	11	13,8	38	47,5	19	23,8	8	10,0	80	100,0	4,19
Celeridade do processo de seleção e contratualização dos PDCT com as CIM/AM	3	3,8	4	5,1	9	11,4	36	45,6	23	29,1	4	5,1	79	100,0	4,06
Aumento da qualidade dos PDCT	1	1,3	3	3,8	9	11,3	33	41,3	27	33,8	7	8,8	80	100,0	4,29
Criação de novas parcerias nos territórios	2	2,5	4	5,0	12	15,0	36	45,0	21	26,3	5	6,3	80	100,0	4,06
Envolvimento de parceiros na EIDT	2	2,5	4	5,0	12	15,0	37	46,3	21	26,3	4	5,0	80	100,0	4,04
Envolvimento de parceiros nos PDCT	2	2,5	3	3,8	11	13,8	37	46,3	20	25,0	7	8,8	80	100,0	4,14
Adequação da dotação financeira atribuída ao PDCT à sua qualidade e aos seus objetivos	4	5,0	7	8,8	21	26,3	28	35,0	12	15,0	8	10,0	80	100,0	3,76
Outro	-	-	1	11,1	1	11,1	5	55,6	2	22,2	-	-	9	100,0	3,89

Fonte: Inquérito aos Municípios beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 851. Média Contributo do modelo de aprovação/negociação do PDCT (processo concorrencial com pré-qualificação seguido de uma negociação) para a melhoria dos seguintes parâmetros: (escala 1- Nulo a 6 Muito elevado):

	Norte		Centro		Lisboa		Alentejo	
	Média	N	Média	N	Média	N	Média	N
Relevância do PDCT para a Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial (EIDT)	4,43	21	4,70	30	4,33	9	4,55	20
Coerência entre o PDCT e as prioridades da intervenção diagnosticadas para o território	4,29	21	4,50	30	4,22	9	4,40	20
Adequação dos processos de implementação do PDCT face aos objetivos, metas e natureza intermunicipal dos investimentos definidos	4,24	21	4,47	30	4,00	9	4,30	20
Simplificação do processo de seleção e contratualização dos PDCT com as CIM/AM	4,05	21	4,13	30	4,67	9	4,20	20
Celeridade do processo de seleção e contratualização dos PDCT com as CIM/AM	3,90	21	4,00	30	4,44	9	4,16	19
Aumento da qualidade dos PDCT	3,90	21	4,37	30	4,44	9	4,50	20
Criação de novas parcerias nos territórios	3,95	21	4,17	30	3,78	9	4,15	20
Envolvimento de parceiros na EIDT	4,05	21	4,10	30	3,56	9	4,15	20
Envolvimento de parceiros nos PDCT	4,10	21	4,27	30	3,78	9	4,15	20
Adequação da dotação financeira atribuída ao PDCT à sua qualidade e aos seus objetivos	3,52	21	4,03	30	3,33	9	3,80	20
Outro	3,67	3	4,33	3	-	-	3,67	3

Fonte: Inquérito aos Municípios beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 852. Principais vantagens do modelo de aprovação/negociação do PDCT

	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo
A celeridade do processo.	1			
A garantia de uma dotação mínima de investimento, quer público, quer privado, no território.	1			
A maior vantagem é que permite a mobilização das entidades municipais na região com o intuito de realizar as ações no quadro das prioridades de investimento.	1			
A operacionalização torna-se mais célere por ser tratada entre entidades próximas	1			
A possibilidade de os Municípios poderem ter voz interventiva no processo			1	
Abrangência territorial				1
Ágil		1		
baseia-se numa estratégia integrada para o território/região que se pretende coeso		1		
Conhecimento atempado da estrutura e dotação do pacote financeiro; tentativa de orientação estratégica face às prioridades territoriais previamente identificadas		1		
conhecimento prévio dos projetos a apresentar				1
Descentralização do PO		1		
Distribuição mais equitativa de verbas. Investimentos já mapeados	1			
Esclarecimento das políticas públicas e das metas a atingir. Maior adaptação às prioridades de cada subregião.		1		
estratégia comum	1			
Estratégia conjunta e articulada territorial		1		
fazerem uma distribuição de verbas e de encaminhamento das mesmas para as prioridades identificadas		1		
Maior envolvimento entre os intervenientes e tomada de conhecimento por todos.	1			
Maior flexibilidade a capacidade de execução pelos municípios de baixa densidade	1			
Maior flexibilidade na gestão dos fundos				1
Maior proximidade e conhecimento do território		1		
Maior rapidez nas decisões; Maior conhecimento da realidade alvo de intervenção	1			
Mais agilização n processo de execução e perspetiva intermunicipal		1		
Melhor adequação do financiamento às necessidades do território e, consequentemente, melhor alocação de recursos às necessidades.	1			
O facto de se encontrar pré-definido o apoio a determinados projetos que se encontrem no PDCT.		1		
O ser uma estratégia definida no sentido "bottom-up", escutando os territórios.				1
Oportunidades.			1	
Para o período temporal 10 anos permitir que a região das BSE contribua para a liderança de crescimento do interior do País, sendo reconhecida como uma região atractiva para novas actividades económicas, uma origem de marcas diferenciadas, um destino turístico de qualidade, e como tal, uma referência nacional na valorização de recursos endógenos. Contributo para que os seus cidadãos alcancem níveis de qualificação, oportunidades de desenvolvimento profissional e acesso a cuidados de saúde alinhados com a média nacional. Os patrimónios histórico, cultural e natural, bem como a cooperação transfronteiriça, continuarão a ser centrais para a diferenciação e para o crescimento sustentável da Região, resultando numa evolução demográfica mais favorável que a do País.		1		
permite uma execução de projetos municipais	1			
Permitiu definir à priori as intervenções a realizar para o desenvolvimento do território.		1		
Permitiu uma maior concretização dos projetos.			1	
Poder inscrever obras fundamentais ao desenvolvimento do município		1		
Pré definição das prioridades de investimento e respetivo pacote financeiro	1			
Pré qualificação dos projetos a desenvolver		1		
Preparação dos projetos em tempo útil		1		
Prioridades de intervenção diagnosticadas para o território.				1
Processo que envolve racional		1		
Responder de forma efetiva às necessidades identificadas na EIDT.				1
Simplificação do processo				1

Fonte: Inquérito aos Municípios beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 853. Principais desvantagens do modelo de aprovação/negociação do PDCT

	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo
A desvantagem é estarmos sujeitos a regras que nem sempre todos os promotores estão de acordo e por vezes existe uma distribuição de verbas que não são suficientes para a execução de um determinado projeto	1			
A dificuldade de alteração dos montantes ou projetos inseridos no PDCT		1		
A falta de autonomia regional em gerir os tempos de abertura dos diferentes avisos, ficando tais decisões sujeitos a critérios nacionais.				1
A imposição de determinadas prioridades de investimento, quando o território perspetiva outras.	1			
A limitação de recursos, sendo o PDCT claramente deficitário face às necessidades do território	1			
A necessidade de se concorrer a avisos de concursos com projetos devidamente sinalizados no PDCT		1		
A rigidez das prioridades de investimento negociadas no PDCT que não sofrem alteração ao longo da execução.	1			
A rigidez na alteração das dotações aprovadas por fundos.		1		
Alguma limitação as necessidades municipais		1		
As alterações/questões/reprogramações têm de ser aprovadas superiormente.	1			
As enormes discrepâncias entre os diversos territórios dentro dos abrangidos		1		
As limitações de tempo para maior ponderação das decisões a tomar, considerando os atrasos no desenvolvimento do PT 2020			1	
Atraso nas aprovações e reprogramações. Necessidade de reforço de dotações.	1			
demasiados estáticos por serem demasiados específicos		1		
Depende da capacidade negocial da região (tende a ser menor nas regiões mais desfavorecidas)		1		
desadequação de prioridades a alguns municípios, não podendo alcançar uma estratégia conjunta		1		
Deve haver maior atenção à planificação tendo em conta a realidade da baixa densidade.	1			
difícil implementação e atrasos na execução	1			
Distribuição da verba desproporcional.			1	
Dotação financeira insuficiente.			1	
Entre o modelo de aprovação/negociação e execução no terreno os investimentos ficaram desatualizados		1		
Impossibilidade de transitar verbas do FSE para operações FEDER				1
limitação da novos projetos	1			
Limitação de dotações financeiras		1		
Mais moroso.	1	1		1
melhor articulação entre os intervenientes.	1			
Não atualização dos valores de referência		1		
O enquadramento financeiro rígido pré-definido para cada NUTS III não permite corroborar a tese da existência de negociação.	1			
Processo moroso e complexo, dadas as diversas fases e burocracias associadas		1		
redundância nos projetos a apresentar				1
Uma vez aceite pelos município o modelo não poderão existir desvantagens				1

Fonte: Inquérito aos Municípios beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 854. Soluções de aprovação/negociação do PDCT alternativas poderiam ter sido adotadas

	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo
A definição da estratégia ter sido mais célere, ganhando tempo para a dinamização dos projetos no território			1	
A definição das PI deveriam ter ido mais de encontro às necessidades dos Municípios e haver a possibilidade de as alterar durante a execução do Quadro Comunitário.	1			
Alteração das prioridades de investimento				1
As soluções adotadas foram as adequadas		1		
Celeridade no processo de negociação				1
Definir critérios na distribuição de verbas aos promotores	1			
Descriminação positiva de regiões de baixa densidade; Valor global composto por um valor base e um valor variável		1		
Flexibilização, Desburocratização		1		
identificação de necessidades mais concretas para aplicar a avisos		1		
Maior atenção à fase de negociação dos PDCT.	1			
Maior flexibilidade na alteração das operações.		1		
Maior transparência da aprovação/negociação; Possibilidade de acompanhamento em "tempo real" das aprovações/negociações.	1			
Melhor distribuição de verba e taxa de comparticipação.			1	
Percebe-se que tenham de forçosamente existir critérios de territorialização das verbas disponíveis. Sugere-se no entanto um aumento da flexibilidade da aplicação das mesmas dentro do quadro estratégico de cada território.	1			
possibilitar a autonomia de execução de projetos não previstos em sede de aprovação/autonomia do PDCT	1			
Procedimento simplificado de apresentação e aprovação das candidaturas.	1			
Reserva de verbas e prioridades de investimento para territórios de baixa densidade e com características específicas		1		
Simplificação de todo o processo, face às diversas etapas: estratégia; PDCT; avisos; candidaturas, eliminado aspetos repetitivos e pouco úteis.		1		
Soluções que permitissem uma maior autonomia regional na adaptabilidade das medidas em função da execução verificada a meio do período de programação.				1
Transferência de verbas entre PI				1
Uma dotação global com alocação por PI de acordo com os interesses dos território e não balizados por prioridades regionais e/ou regionais.	1			
Uma maior adequação dos valores do PDCT às tipologias que se pretendem definir e uma maior liberdade dos Municípios na gestão/imputação desses fundos às suas prioridades.	1			

Fonte: Inquérito aos Municípios beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

PI.2/3C. REFORÇO DAS APLICAÇÕES TIC NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA EM LINHA, APRENDIZAGEM EM LINHA, INFOINCLUSÃO, CULTURA EM LINHA E SAÚDE EM LINHA

Quadro 855. Projetos aprovados no âmbito da PI.2/3c. Reforço das aplicações TIC na administração pública em linha, aprendizagem em linha, infoinclusão, cultura em linha e saúde em linha

	Norte		Centro		Lisboa		Alentejo		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Sim	17	81,0	16	51,6			7	35,0	40	48,8%
Não	4	19,0	15	48,4	10	100,0	13	65,0	42	51,2%
Total	21	100,0	31	100,0	10	100,0	20	100,0	82	100,0

Fonte: Inquérito aos Municípios beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

CANDIDATURA DE PROJETOS

Quadro 856. Grau de adequação dos calendários de abertura dos avisos e dos prazos de submissão de candidaturas nesta PI/Medida

	1 – Nada adequado		2		3		4		5		6 - Muito adequado		Total		Média
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	
Tempo de duração do Aviso de Abertura de Candidaturas (desde a abertura até ao encerramento)	1	2,5	3	7,5	3	7,5	20	50,0	9	22,5	4	10,0	40	100,0	4,13
Intervalo de tempo entre a realização das ações de divulgação e o prazo para submissão das candidaturas	2	5,0	1	2,5	5	12,5	19	47,5	8	20,0	5	12,5	40	100,0	4,13
Ritmo de lançamento dos concursos para a mesma Tipologia/tipo de operações)	1	2,6	2	5,1	4	10,3	21	53,8	8	20,5	3	7,7	39	100,0	4,08
Articulação entre concursos para várias tipologias de operação	1	2,6	1	2,6	3	7,9	23	60,5	8	21,1	2	5,3	38	100,0	4,11
Outro.	-	-	-	-	-	-	3	75,0	1	25,0	-	-	4	100,0	4,25

Fonte: Inquérito aos Municípios beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 857. Média Grau de adequação dos calendários de abertura dos avisos e dos prazos de submissão de candidaturas nesta PI/Medida (escala 1- Nada adequado a 6 Muito adequado):

	Norte		Centro		Lisboa		Alentejo	
	Média	N	Média	N	Média	N	Média	N
Tempo de duração do Aviso de Abertura de Candidaturas (desde a abertura até ao encerramento)	4,06	17	4,19	16	-	-	4,14	7
Intervalo de tempo entre a realização das ações de divulgação e o prazo para submissão das candidaturas	3,88	17	4,31	16	-	-	4,29	7
Ritmo de lançamento dos concursos para a mesma Tipologia/tipo de operações)	3,94	17	4,13	15	-	-	4,29	7
Articulação entre concursos para várias tipologias de operação	4,00	17	4,07	14	-	-	4,43	7
Outro.	4,50	2	4,00	1	-	-	4,00	1

Fonte: Inquérito aos Municípios beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 858. Nos casos onde respondeu 1, 2 ou 3, justifique a sua resposta.

	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo
Atendendo aos prazos inicialmente definidos para apresentação de candidaturas (não obstante à posteriori poderem existir prorrogações) que são curtos, poderiam haver ações de divulgação ad initio para que os município pudessem preparar bons projetos.	1			
Crê-se que no caso de investimentos contratualizados, a solução mais adequada seria a da existência de avisos abertos em contínuo. Assim, cada entidade poderia planejar os seus projectos e apresentar a(s) sua(s) candidatura(s) até esgotar a verba alocada.	1			
Dado que esta tipologia foi inscrita numa fase muito avançada da execução do PDCT, a avaliação encontra-se influenciada por este facto.		1		
Deveria haver uma divulgação com maior antecedência relativamente à data de publicação do Aviso.	1			
Na maioria das vezes os prazos revelam-se demasiado curtos. Facto que tem levado à prorrogação do mesmo.		1		
O planeamento da abertura dos AAC deve ser um processo melhor conhecido por todos os intervenientes, com vista a melhorar o planeamento e maturidade das atividades.	1			
O prazo de duração na maioria dos avisos é muito curto				1
Poucos avisos abertos para esta PI.	1			

Fonte: Inquérito aos Municípios beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 859. Principais dificuldades sentidas no processo de elaboração e de aprovação da Candidatura nesta PI.

	Norte (N=17)		Centro (N=15)		Lisboa		Alentejo (N=7)		Total (N=39)	
	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos
Não sabe, a candidatura foi elaborada por consultores	2	11,8	3	20,0	-	-	1	14,3	6	15,4
Não teve dificuldades	9	52,9	2	13,3	-	-	4	57,1	15	38,5
Interpretação da legislação	2	11,8			-	-	-	-	2	5,1
Aconselhamento técnico insuficiente por parte dos consultores	1	5,9	1	6,7	-	-	-	-	2	5,1
Aconselhamento técnico insuficiente por parte da CIM/AM	2	11,8	1	6,7	-	-	-	-	3	7,7
Dificuldade na adequação do projeto às condições de elegibilidade	4	23,5	5	33,3	-	-	1	14,3	10	25,6
Requisitos formais e burocracia para a instrução da candidatura	5	29,4	7	46,7	-	-	1	14,3	13	33,3
Dificuldade em obter financiamento para a parte não comparticipada	1	5,9	2	13,3	-	-	2	28,6	5	12,8
Cumprimento de requisitos técnicos/administrativos (pareceres, licenciamentos,...)	3	17,6	3	20,0	-	-	1	14,3	7	17,9
Prazo de resposta a pedidos de esclarecimento			1	6,7	-	-	-	-	1	2,6
Prazos de decisão	2	11,8	5	33,3	-	-	-	-	7	17,9
Outra			2	13,3	-	-	-	-	2	5,1

Fonte: Inquérito aos Municípios beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 860. Outra. Qual?

	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo
candidatura elaborada pela CIMT e apoio e aconselhamento técnico		1		
Prazo longo de análise de admissibilidade da candidatura		1		

Fonte: Inquérito aos Municípios beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 861. Descreva as dificuldades sentidas

	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo
A articulação entre a CIM e a CCDR acaba por corresponder a duas análises da mesma operação		1		
Adequar o projeto pretendido às exigências do aviso e no cumprimentos dos indicadores de realização e resultado	1			
Pareceres tardios que podiam inviabilizar candidaturas		1		
Realizou-se despesas convictos que seriam elegíveis, de após submissão foram consideradas inelegíveis.		1		

Fonte: Inquérito aos Municípios beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 862. Adequação do concurso a que concorreu às necessidades da sua entidade e do território onde se insere

	1 – Nada adequado		2		3		4		5		6 - Muito adequado		Total		Média
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	
Necessidades da entidade	1	2,5	-	-	1	2,5	19	47,5	11	27,5	8	20,0	40	100,0	4,58
Necessidades do território	1	2,6	-	-	2	5,1	19	48,7	10	25,6	7	17,9	39	100,0	4,49

Fonte: Inquérito aos Municípios beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 863. Média Adequação do concurso a que concorreu às necessidades da sua entidade e do território onde se insere (escala 1- Nada adequado a 6 Muito adequado):

	Norte		Centro		Lisboa		Alentejo	
	Média	N	Média	N	Média	N	Média	N
Necessidades da entidade	4,65	17	4,31	16	-	-	5,00	7
Necessidades do território	4,50	16	4,25	16	-	-	5,00	7

Fonte: Inquérito aos Municípios beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 864. Nos casos onde respondeu 1, 2 ou 3, justifique a sua resposta.

	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo
Apenas pelo baixo montante atribuído		1		
As nossas necessidades reais não foram enquadráveis		1		
O montante atribuído para Espaços do Cidadão é manifestamente muito reduzido.	1			

Fonte: Inquérito aos Municípios beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 865. Adequação dos seguintes elementos quanto ao processo de análise e seleção do seu projeto:

	1 – Nada adequado		2		3		4		5		6 - Muito adequado		Total		Média
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	
Condições de elegibilidade da entidade beneficiária	-	-	-	-	1	2,5	13	32,5	13	32,5	13	32,5	40	100,0	4,95
Condições de elegibilidade do projeto	-	-	-	-	1	2,5	19	47,5	15	37,5	5	12,5	40	100,0	4,60
Critérios de seleção	-	-	-	-	1	2,6	23	60,5	11	28,9	3	7,9	38	100,0	4,42
Metodologia de apuramento do mérito	-	-	-	-	1	2,6	23	59,0	13	33,3	2	5,1	39	100,0	4,41
Tipo de despesas elegíveis	-	-	2	5,1	4	10,3	22	56,4	9	23,1	2	5,1	39	100,0	4,13
Taxa de incentivo	-	-	-	-	2	5,1	19	48,7	14	35,9	4	10,3	39	100,0	4,51
Carga burocrática	1	2,6	4	10,3	5	12,8	22	56,4	5	12,8	2	5,1	39	100,0	3,82
Interação com o Sistema de Informação do FSE	2	5,9	5	14,7	6	17,6	18	52,9	2	5,9	1	2,9	34	100,0	3,47
Interação com o Sistema de Informação do FEDER	-	-	-	-	4	10,0	19	47,5	14	35,0	3	7,5	40	100,0	4,40
Interação com o Sistema de Informação do PDR	-	-	3	9,7	7	22,6	16	51,6	4	12,9	1	3,2	31	100,0	3,77
Interação com o Balcão2020	-	-	1	2,5	1	2,5	16	40,0	18	45,0	4	10,0	40	100,0	4,58
Interação com outros Sistemas de informação	-	-	1	3,6	3	10,7	18	64,3	5	17,9	1	3,6	28	100,0	4,07
Tempo de análise/aprovação da candidatura	2	5,1	3	7,7	6	15,4	19	48,7	7	17,9	2	5,1	39	100,0	3,82
Pedidos de esclarecimentos e/ou elementos adicionais solicitados	1	2,6	2	5,1	4	10,3	19	48,7	10	25,6	3	7,7	39	100,0	4,13
Outro	-	-	-	-	-	-	2	50,0	1	25,0	1	25,0	4	100,0	4,75

Fonte: Inquérito aos Municípios beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 866. Média Adequação dos seguintes elementos quanto ao processo de análise e seleção do seu projeto: (escala 1- Nada adequado a 6 Muito adequado):

	Norte		Centro		Lisboa		Alentejo	
	Média	N	Média	N	Média	N	Média	N
Condições de elegibilidade da entidade beneficiária	5,00	17	5,00	16	-	-	4,71	7
Condições de elegibilidade do projeto	4,5882	17	4,56	16	-	-	4,71	7
Critérios de seleção	4,2353	17	4,47	15	-	-	4,83	6
Metodologia de apuramento do mérito	4,35	17	4,33	15	-	-	4,71	7
Tipo de despesas elegíveis	4,00	17	4,00	15	-	-	4,71	7
Taxa de incentivo	4,41	17	4,53	15	-	-	4,71	7
Carga burocrática	3,59	17	3,87	15	-	-	4,29	7
Interação com o Sistema de Informação do FSE	3,14	14	3,93	14	-	-	3,17	6
Interação com o Sistema de Informação do FEDER	4,24	17	4,56	16	-	-	4,43	7
Interação com o Sistema de Informação do PDR	3,38	13	4,08	13	-	-	4,00	5
Interação com o Balcão2020	4,35	17	4,75	16	-	-	4,71	7
Interação com outros Sistemas de informação	3,69	13	4,30	10	-	-	4,60	5
Tempo de análise/aprovação da candidatura	3,76	17	3,60	15	-	-	4,43	7
Pedidos de esclarecimentos e/ou elementos adicionais solicitados	4,00	17	4,00	15	-	-	4,71	7
Outro	4,00	1	4,00	1	-	-	5,50	2

Fonte: Inquérito aos Municípios beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 867. Nos casos onde respondeu 1, 2 ou 3, justifique a sua resposta.

	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo
Na sua maioria os prazos previstos de análise/aprovação das candidaturas previstas no Aviso nunca são cumpridos.		1		
A elaboração e apresentação de pedidos de reembolso em candidaturas ao FSE é pouco intuitiva, não existe um manual que explicita bem os vários campos.	1			
A maioria das despesas não foram consideradas elegíveis		1		
A plataforma do FSE deveria ser revista, porque é complicada em todas as fases de um processo de candidatura				1
Carga burocrática		1		
Carga burocrática excessiva e quanto os sistemas de interação são demasiado complexos				1
Conforme já respondido uma análise dupla da mesma candidatura origina atrasos na implementação da mesma		1		
Desconhece-se interação com os sistemas de informação FSE, PDR e FEDER. A interação foi apenas efetuada via Balcão2020.	1			
É urgente a reformulação do SIIFSE.				1
No caso concreto do FSE no sistema de informação é muito pouco intuitivo. Muito pouco claro a nível das orientações a adotar.	1			
No caso das TIC a diversidade constatada ao nível dos territórios é premente, pelo que a limitação dos tipos de despesas elegíveis por vezes cria constrangimentos e nem sempre os concursos assumem o papel de facilitador do desenvolvimento. A simplificação de processos é importante para a eficácia e eficiência das tarefas inerentes à análise e decisão das operações.		1		
O Balcão 2020 sofreu melhorias ao longo do período de programação, contribuindo para o seu melhor funcionamento. Exceptua-se no entanto o sistema de gestão do FSE que continua péssimo. No caso das prioridades de investimento em que as CIM assumem papel de órgão intermédio, não se percebe a necessidade da redundância de procedimentos por parte da CCDR.	1	0		
O FSE, PDR e respetivos sistemas são claramente desajustados, com uma metodologia demasiado complexo e terminologia diferenciada, que não se justifica	1			
Os sistemas de informação por vezes são confusos, especialmente FSE e FEADER/PDR/IFAP. Também os tempos de análise/aprovação da candidatura são longos o que acaba por prejudicar o cronograma das operações. A carga burocrática das candidaturas continua a ser um custo de contexto importante, sendo que muitas vezes a informação tem de ser produzida em duplicado.	1			
Tempo excessivo para análise e complexidade nos pedidos de esclarecimentos		1		

Fonte: Inquérito aos Municípios beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

EXECUÇÃO DOS PROJETOS

Quadro 868. Principais dificuldades sentidas na execução do seu projeto.

	Norte (N=16)		Centro (N=16)		Lisboa		Alentejo (N=7)		Total (N=39)	
	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos
Não teve dificuldades	8	50,0	7	43,8	-	-	4	57,1	19	48,7
Interpretação da legislação	2	12,5	1	6,3	-	-	-	-	3	7,7
Aconselhamento técnico insuficiente por parte dos consultores	1	6,3	1	6,3	-	-	-	-	2	5,1
Aconselhamento técnico insuficiente por parte da CIM/AM	1	6,3			-	-	-	-	1	2,6
Dificuldade na adequação do projeto às condições de elegibilidade	3	18,8	1	6,3	-	-	2	28,6	6	15,4
Requisitos formais e burocracia para a instrução de pedidos de pagamento	3	18,8	4	25,0	-	-	1	14,3	8	20,5
Requisitos formais e burocracia para a instrução de pedidos de alteração	4	25,0	1	6,3	-	-	-	-	5	12,8
Dificuldade em obter financiamento para a parte não comparticipada	1	6,3	2	12,5	-	-	-	-	3	7,7
Cumprimento de requisitos técnicos/administrativos (pareceres, licenciamentos,...)	3	18,8	3	18,8	-	-	1	14,3	7	17,9
Prazo de resposta a pedidos de esclarecimento	2	12,5	1	6,3	-	-	-	-	3	7,7
Prazos de decisão	2	12,5	2	12,5	-	-	-	-	4	10,3
Outra.	1	6,3	-	-	-	-	1	14,3	2	5,1

Fonte: Inquérito aos Municípios beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 869. Outra. Qual?

	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo
Capacidade de resposta do mercado às solicitações no âmbito do CCP. Prazos e formalidades do CCP.	1			
manuseamento da plataforma do FSE				1

Fonte: Inquérito aos Municípios beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 870. Descreva as dificuldades sentidas

	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo
Demasiada burocracia principalmente na abertura de conta de fornecedor	1			
Dificuldade nas empenhadas nomeadamente nos valores		1		
Nos casos em que a comparticipação foi claramente inferior pela existência de investimentos elegíveis não comparticipados, obrigou à procura de outras alternativas de financiamento que apenas podia ser ponderadas e tramitadas após a outorga do Termo de Aceitação, levando a atrasos significativos. A exigência de alguns pareceres não está fundamentada pelo atual estado dos processos, e o prazo de decisão, nomeadamente do PDR são claramente desajustados e promotores de atrasos na execução o que prejudica as taxas de execução do país.	1			
Orientações pouco claras sobre os procedimentos a adotar.	1			

Fonte: Inquérito aos Municípios beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

EFICÁCIA: RESULTADOS DOS PROJETOS

Quadro 871. Dos fatores seguintes assinale aqueles que criaram maiores dificuldades na execução do seu projeto

	Cumprimento dos tempos de execução (N=35)		Execução integral do financiamento aprovado (N=52)		Cumprimento dos indicadores Contratualizados (N=26)	
	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos
Não existiram dificuldades	13	37,1	19	76,0	18	69,2
Insuficiente estado de maturação do projeto apresentado em candidatura	9	25,7	3	12,0	4	15,4
Bloqueamentos institucionais ou administrativos (p.e., falta de flexibilidade para aceitar alterações, licenças)	8	22,9	5	20,0	3	11,5
Dificuldades na gestão administrativa do projeto (p.e., preparação dos pedidos de reembolso)	10	28,6	2	8,0		
Atrasos no reembolso das despesas	3	8,6	5	20,0	1	3,8
Elevado prazo de resposta a pedidos de esclarecimento, de alteração, ...	7	20,0	5	20,0	2	7,7
Dificuldades de liquidez e obtenção de financiamento para cobrir os custos não comparticipados	5	14,3	5	20,0	1	3,8
Problemas de gestão do projeto de ordem técnica (complexidade do projeto, exigências das normas técnicas, ...)	8	22,9	5	20,0	4	15,4
Desvio nos custos inicialmente previstos	8	22,9	6	24,0	1	3,8
Dificuldades na articulação com parceiros	2	5,7	2	8,0	-	-
Outros fatores.			1	4,0	-	-

Fonte: Inquérito aos beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 872. Dos fatores seguintes assinale aqueles que criaram maiores dificuldades na execução do seu projeto, Norte

	Cumprimento dos tempos de execução (N=14)		Execução integral do financiamento aprovado (N=12)		Cumprimento dos indicadores Contratualizados (N=12)	
	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos
Não existiram dificuldades	3	21,4	9	75,0	8	66,7
Insuficiente estado de maturação do projeto apresentado em candidatura	4	28,6	-	-	3	25,0
Bloqueamentos institucionais ou administrativos (p.e., falta de flexibilidade para aceitar alterações, licenças)	5	35,7	1	8,3	1	8,3
Dificuldades na gestão administrativa do projeto (p.e., preparação dos pedidos de reembolso)	5	35,7	1	8,3	-	-
Atrasos no reembolso das despesas	1	7,1	3	25,0	-	-
Elevado prazo de resposta a pedidos de esclarecimento, de alteração, ...	3	21,4	2	16,7	-	-
Dificuldades de liquidez e obtenção de financiamento para cobrir os custos não comparticipados	2	14,3	3	25,0	-	-
Problemas de gestão do projeto de ordem técnica (complexidade do projeto, exigências das normas técnicas, ...)	4	28,6	2	16,7	1	8,3
Desvio nos custos inicialmente previstos	4	28,6	2	16,7	-	-
Dificuldades na articulação com parceiros	2	14,3	1	8,3	-	-
Outros fatores.	-	-	1	8,3	-	-

Fonte: Inquérito aos beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 873. Dos fatores seguintes assinale aqueles que criaram maiores dificuldades na execução do seu projeto, Centro

	Cumprimento dos tempos de execução (N=15)		Execução integral do financiamento aprovado (N=11)		Cumprimento dos indicadores Contratualizados (N=10)	
	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos
Não existiram dificuldades	7	46,7	8	72,7	8	80,0
Insuficiente estado de maturação do projeto apresentado em candidatura	4	26,7	3	27,3	1	10,0
Bloqueamentos institucionais ou administrativos (p.e., falta de flexibilidade para aceitar alterações, licenças)	3	20,0	4	36,4	2	20,0
Dificuldades na gestão administrativa do projeto (p.e., preparação dos pedidos de reembolso)	3	20,0	1	9,1	-	-
Atrasos no reembolso das despesas	2	13,3	2	18,2	1	10,0
Elevado prazo de resposta a pedidos de esclarecimento, de alteração, ...	4	26,7	3	27,3	1	10,0
Dificuldades de liquidez e obtenção de financiamento para cobrir os custos não comparticipados	3	20,0	2	18,2	1	10,0
Problemas de gestão do projeto de ordem técnica (complexidade do projeto, exigências das normas técnicas, ...)	3	20,0	3	27,3	2	20,0
Desvio nos custos inicialmente previstos	3	20,0	4	36,4	1	10,0
Dificuldades na articulação com parceiros	-	-	1	9,1	-	-
Outros fatores.	-	-	-	-	-	-

Fonte: Inquérito aos beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 874. Dos fatores seguintes assinale aqueles que criaram maiores dificuldades na execução do seu projeto, Alentejo

	Cumprimento dos tempos de execução (N=6)		Execução integral do financiamento aprovado (N=2)		Cumprimento dos indicadores Contratualizados (N=4)	
	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos
Não existiram dificuldades	3	50,0	2	100,0	2	50,0
Insuficiente estado de maturação do projeto apresentado em candidatura	1	16,7	-	-	-	-
Bloqueamentos institucionais ou administrativos (p.e., falta de flexibilidade para aceitar alterações, licenças)	-	-	-	-	-	-
Dificuldades na gestão administrativa do projeto (p.e., preparação dos pedidos de reembolso)	2	33,3	-	-	-	-
Atrasos no reembolso das despesas	-	-	-	-	-	-
Elevado prazo de resposta a pedidos de esclarecimento, de alteração, ...	-	-	-	-	1	25,0
Dificuldades de liquidez e obtenção de financiamento para cobrir os custos não comparticipados	-	-	-	-	-	-
Problemas de gestão do projeto de ordem técnica (complexidade do projeto, exigências das normas técnicas, ...)	1	16,7	-	-	1	25,0
Desvio nos custos inicialmente previstos	1	16,7	-	-	-	-
Dificuldades na articulação com parceiros	-	-	-	-	-	-
Outros fatores.	-	-	-	-	-	-

Fonte: Inquérito aos beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 875. Descreva as dificuldades sentidas

	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo
A possibilidade de submeter candidaturas em fase de anteprojecto origina a que face aos pareceres das entidades entretanto recebidos exista necessidade de fazer alterações já na fase de projeto que faz com que parte do mesmo não seja elegível. Também face à rápida subida dos preços das empreitadas face à pandemia origina atrasos na execução das operações uma vez que terão de ser aprovados trabalhos a mais, complementares prorrogações de prazo por escassez de materiais e de pessoal		1		
As dificuldades sentidas prenderam-se com atrasos na aprovação de alterações do projeto, bem como, a contabilização dos indicadores contratualizados.	1			
Dificuldade de adequação das despesas elegíveis face às necessidades.		1		
Em virtude da pandemia, houve um atraso significativo na implementação do projeto, na sua vertente de disponibilização ao público dos formulários eletrónicos.				1
Face à situação de pandemia, a execução não decorreu com o ritmo e no prazo inicialmente previsto.				1
Respeito pelos prazos acordados por parte das empreitadas		1		

Fonte: Inquérito aos Municípios beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 876. Aspetos inovadores do projeto

	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo
A inovação do projeto municipal prende-se com a disponibilização de novos serviços aos munícipes/empresas que até então não existiam.	1			
Conforme projeto		1		
Disponibilização de novas formas de interação e prestação de melhor serviço ao munícipe, em conformidade com o desenvolvimento tecnológico e requisitos de funcionalidade e segurança.		1		
Foco colocado na qualidade do serviço prestado ao munícipe.				1
Inexistência da oferta/coertura no município	1			
Permitir a disponibilização de serviços mais acessíveis ao cidadãos	1			
Permitiu disponibilizar serviços de proximidade.	1			
Preocupação ambiental		1		
Tornar os serviços municipais mais digitais e eficientes	1			

Fonte: Inquérito aos Municípios beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 877. Aspetos em que considera que o seu projeto poderá influenciar positivamente o território onde se encontra inserido

	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo
Através da modernização e desenvolvimento da atratividade do mesmo para quem interage com os serviços disponíveis no território.		1		
Celeridade na resolução dos processos.				1
Estimula a oferta de serviços públicos digitais	1			
Maior acesso aos serviços, por parte de todos os munícipes, sem que estes tenham necessariamente de se deslocar à sede do concelho.				1
Maior facilidade de comunicação com cidadãos/empresas, informação de importância elevada facultada e tratada em tempo real.	1			
Maior proximidade por parte cidadãos aos serviços públicos.	1			
Melhoria da eficiência da administração; simplificação no contacto da população com a administração.				1
Melhoria da qualidade de vida dos munícipes		1		
O projecto poderá ser territorialmente impactante já que permitiu aumentar a gama de serviços prestados em linha pela Autarquia.	1			
Permitiu disponibilizar serviços de proximidade.	1			

Fonte: Inquérito aos Municípios beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 878. O projeto teria sido executado sem este financiamento?

	Norte (N=17)		Centro (N=16)		Lisboa		Alentejo (N=7)		Total (N=40)	
	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos
Sim, com o mesmo formato	-	-	1	6,3	-	-	-	-	1	2,5
Sim, mas com um investimento menor	5	29,4	3	18,8	-	-	2	28,6	10	25,0
Sim, mas com um prazo de realização mais elevado	2	11,8	4	25,0	-	-	2	28,6	8	20,0
Não	11	64,7	9	56,3	-	-	4	57,1	24	60,0

Fonte: Inquérito aos Municípios beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 879. O projeto pode considerar-se complementar de outros projetos desenvolvidos pela entidade?

	Norte		Centro		Lisboa		Alentejo		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Sim	13	81,3	13	81,3	-	-	2	28,6	28	71,8
Não	3	18,8	3	18,8	-	-	5	71,4	11	28,2
Total	16	100,0	16	100,0	-	-	7	100,0	39	100,0

Fonte: Inquérito aos Municípios beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 880. Indique o tipo de projeto e a sua fonte de financiamento

	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo
Balcão Único - Secretaria e Expediente/Obras Particulares (Programa B.E.M.); Almodôvar + Digital (Alentejo 2020)				1
Criação de Espaços de Cidadão	2			
Oeste Digital 3.0		1		
Orçamento Municipal		2		
Outros projectos na área da modernização administrativa, financiamento FEDER				1
Planos Integrados e Inovadores de Combate ao Insucesso Escolar		1		
programa regional do norte	1			
Projectos de modernização administrativa financiados no âmbito do QREN.	1			
Projectos no âmbito de turismo e projetos de capacitação dos funcionários da administração pública, financiados pelo FEDER no âmbito do Portugal 2020.	1			

Fonte: Inquérito aos Municípios beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 881. Ponderou apresentar candidatura a outro Programa/Medida?

	Norte		Centro		Lisboa		Alentejo		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Sim	-	-	1	6,3	-	-	-	-	1	2,6
Não	17	100,0	15	93,8	-	-	6	100,0	38	97,4
Total	17	100,0	16	100,0	-	-	6	100,0	39	100,0

Fonte: Inquérito aos Municípios beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 882. Identifique o outro Programa a que ponderou apresentar candidatura e porque é que optou pelo apoio da CIM/AM.

	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo
	-	-	-	-

Fonte: Inquérito aos Municípios beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 883. outras fontes de financiamento (para além do PT2020) foram utilizadas para assegurar a execução do projeto(contrapartida nacional)

	Norte (N=17)		Centro (N=16)		Lisboa		Alentejo (N=6)		Total (N=39)	
	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos
Fundos próprios	16	94,1	16	100,0	-	-	5	83,3	37	94,9
Orçamento da Segurança Social	-	-	1	6,3	-	-	-	-	1	2,6
Protocolos Adm. Central/Adm. Local	2	11,8	2	12,5	-	-	1	16,7	5	12,8
Banco Europeu de Investimentos	2	11,8	-	-	-	-	-	-	2	5,1

Fonte: Inquérito aos Municípios beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 884. Existiram problemas de mobilização da contrapartida nacional?

	Norte		Centro		Lisboa		Alentejo		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Sim	2	11,8	1	6,7	-	-	-	-	3	7,9
Não	15	88,2	14	93,3	-	-	6	100,0	35	92,1
Total	17	100,0	15	100,0	-	-	6	100,0	38	100,0

Fonte: Inquérito aos Municípios beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 885. Especifique as dificuldades sentidas

	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo
Orçamental		1		

Fonte: Inquérito aos Municípios beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

PI 4.3/4c. APOIO À EFICIÊNCIA ENERGÉTICA, À GESTÃO INTELIGENTE DA ENERGIA E À UTILIZAÇÃO DAS ENERGIAS RENOVÁVEIS NAS INFRAESTRUTURAS PÚBLICAS, NOMEADAMENTE NOS EDIFÍCIOS PÚBLICOS E NO SETOR DA HABITAÇÃO

Quadro 886. Projetos aprovados no âmbito da PI 4.3/4c. Apoio à eficiência energética, à gestão inteligente da energia e à utilização das energias renováveis nas infraestruturas públicas, nomeadamente nos edifícios públicos e no setor da habitação

	Norte		Centro		Lisboa		Alentejo		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Sim	16	76,2	18	58,1	8	80,0	11	55,0	53	64,6
Não	5	23,8	13	41,9	2	20,0	9	45,0	29	35,4
Total	21	100,0	31	100,0	10	100,0	20	100,0	82	100,0

Fonte: Inquérito aos Municípios beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

CANDIDATURA DE PROJETOS

Quadro 887. Grau de adequação dos calendários de abertura dos avisos e dos prazos de submissão de candidaturas nesta PI/Medida

	1 – Nada adequado		2		3		4		5		6 - Muito adequado		Total		Média
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	
Tempo de duração do Aviso de Abertura de Candidaturas (desde a abertura até ao encerramento)	3	5,9	2	3,9	4	7,8	27	52,9	10	19,6	5	9,8	51	100,0	4,06
Intervalo de tempo entre a realização das ações de divulgação e o prazo para submissão das candidaturas	2	3,9	2	3,9	6	11,8	29	56,9	10	19,6	2	3,9	51	100,0	3,96
Ritmo de lançamento dos concursos para a mesma Tipologia/tipo de operações)	2	4,1	6	12,2	3	6,1	29	59,2	9	18,4	-	-	49	100,0	3,76
Articulação entre concursos para várias tipologias de operação	2	4,0	5	10,0	5	10,0	31	62,0	7	14,0	-	-	50	100,0	3,72
Outro.	-	-	-	-	-	-	4	100,0	-	-	-	-	4	100,0	4,00

Fonte: Inquérito aos Municípios beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 888. Média Grau de adequação dos calendários de abertura dos avisos e dos prazos de submissão de candidaturas nesta PI/Medida (escala 1- Nada adequado a 6 Muito adequado):

	Norte		Centro		Lisboa		Alentejo	
	Média	N	Média	N	Média	N	Média	N
Tempo de duração do Aviso de Abertura de Candidaturas (desde a abertura até ao encerramento)	4,07	15	4,00	17	4,13	8	4,09	11
Intervalo de tempo entre a realização das ações de divulgação e o prazo para submissão das candidaturas	3,80	15	3,94	17	4,25	8	4,00	11
Ritmo de lançamento dos concursos para a mesma Tipologia/tipo de operações)	3,77	13	3,53	17	3,88	8	4,00	11
Articulação entre concursos para várias tipologias de operação	3,86	14	3,59	17	3,50	8	3,91	11
Outro.	4,00	2	4,00	2	-	-	-	-

Fonte: Inquérito aos Municípios beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 889. Nos casos onde respondeu 1, 2 ou 3, justifique a sua resposta.

	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo
A divulgação da abertura dos avisos poderia ser feita com maior antecedência.	1			
avisos muitos próximos uns dos outros			1	
Dificuldade em garantir a maturidade da operação.		1		
O tempo dispendido entre os vários avisos é longo.		1		
Os prazos em alguns avisos são muito curtos		1		
OS primeiros avisos tiveram um tempo curto entre a abertura e encerramento do aviso. O Ritmo de lançamento também foi prolongado no tempo.				1
Pese embora a complementariedade de Avisos, os termos dos mesmos continuavam em muito não plenamente inclusivos à candidatura dos Municípios			1	
Poderia haver uma maior complementariedade/articulação entre concursos para um mesmo objetivo.			1	
Prazos curtos, desconhecimento de ações de divulgação	1			
Só houve 1 avisos para esta tipologia, deveria haver mais. Falta de articulação entre as várias tipologias, havendo períodos de concentração de avisos para várias áreas temáticas		1		

Fonte: Inquérito aos Municípios beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 890. Principais dificuldades sentidas no processo de elaboração e de aprovação da Candidatura nesta PI.

	Norte (N=16)		Centro (N=17)		Lisboa (N=8)		Alentejo (N=11)		Total (N=52)	
	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos
Não sabe, a candidatura foi elaborada por consultores	1	6,3	3	17,6	-	-	4	36,4	8	15,4
Não teve dificuldades	3	18,8	2	11,8	-	-	2	18,2	7	13,5
Interpretação da legislação	6	37,5	2	11,8	-	-	2	18,2	10	19,2
Aconselhamento técnico insuficiente por parte dos consultores	-	-	3	17,6	-	-	1	9,1	4	7,7
Aconselhamento técnico insuficiente por parte da CIM/AM	1	6,3	1	5,9	2	25,0	1	9,1	5	9,6
Dificuldade na adequação do projeto às condições de elegibilidade	7	43,8	7	41,2	5	62,5	2	18,2	21	40,4
Requisitos formais e burocracia para a instrução da candidatura	9	56,3	9	52,9	3	37,5	2	18,2	23	44,2
Dificuldade em obter financiamento para a parte não comparticipada	4	25,0	3	17,6	1	12,5	-	-	8	15,4
Cumprimento de requisitos técnicos/administrativos (pareceres, licenciamentos,...)	6	37,5	9	52,9	3	37,5	2	18,2	20	38,5
Prazo de resposta a pedidos de esclarecimento	2	12,5	3	17,6	1	12,5	-	-	6	11,5
Prazos de decisão	3	18,8	6	35,3	5	62,5	1	9,1	15	28,8
Outra	-	-	-	-	1	12,5	1	9,1	2	3,8

Fonte: Inquérito aos Municípios beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 891. Outra. Qual?

	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo
Pareceres sectoriais				1
Pareceres técnicos de avaliação das candidaturas em que as regras de ponderação não eram totalmente percetíveis			1	

Fonte: Inquérito aos Municípios beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 892. Descreva as dificuldades sentidas

	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo
A principal dificuldade sentida teve a ver com o papel negativo da DGEG no processo de avaliação das candidaturas e a manifesta desarticulação que existiu entre essa entidade, a CCDR e a CIM.	1			
As candidaturas submetidas em 2018, continuam sem decisão, após resposta a vários pedidos de esclarecimento.		1		
As condições de elegibilidade consoante as tipologias. Um grande número de condições, tornando-se confuso.				1
Dificuldade na adequação do projeto às condições de elegibilidade/valores máximos de referência.			1	
Elaboração das componentes técnicas das candidaturas de acordo com os termos técnicos da entidade/perita de avaliação às mesmas			1	
Extraordinária complexidade e inerente morosidade de todo o processo		1		
Legislação e avisos de complexa interpretação, baixos custos padrão e taxas de comparticipação, refletindo-se posteriormente em dificuldades na obtenção da CPN.	1			
Morosidade				1
Morosidade e rigidez dos pareceres técnicos de entidade externa - DGEG			1	
Por vezes existe demora na obtenção de pareceres necessários à execução do projeto.		1	0	

Fonte: Inquérito aos Municípios beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 893. Adequação do concurso a que concorreu às necessidades da sua entidade e do território onde se insere

	1 – Nada adequado		2		3		4		5		6 - Muito adequado		Total		Média
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	
Necessidades da entidade	-	-	5	9,8	4	7,8	20	39,2	12	23,5	10	19,6	51	100,0	4,35
Necessidades do território	-	-	5	10,0	4	8,0	19	38,0	12	24,0	10	20,0	50	100,0	4,36

Fonte: Inquérito aos Municípios beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 894. Média Adequação do concurso a que concorreu às necessidades da sua entidade e do território onde se insere (escala 1- Nada adequado a 6 Muito adequado):

	Norte		Centro		Lisboa		Alentejo	
	Média	N	Média	N	Média	N	Média	N
Necessidades da entidade	4,63	16	4,44	16	3,50	8	4,45	11
Necessidades do território	4,63	16	4,44	16	3,43	7	4,45	11

Fonte: Inquérito aos Municípios beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 895. Nos casos onde respondeu 1, 2 ou 3, justifique a sua resposta.

	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo
a dotação financeira é insuficiente face às necessidades de intervenção.		1		
Fraca adequação das condições de elegibilidade do concurso/valores máximos de referência face às necessidades neste domínio.			1	
Limitação das potencialidades de apresentação de candidaturas pelas tipologias previstas nos Avisos face às necessidades/interesses de intervenção do Município			1	
O Aviso não considerava as especificidades dos equipamentos a intervir.			1	
O concurso deveria conseguir responder melhor às necessidades quer da entidade, quer do território. Os custos padrão estarem mais alinhados com os custos atuais e maiores taxas de financiamento.	1			
Taxa de participação bastante baixa tendo em conta as necessidades que as entidades apresentam nesta área.				1

Fonte: Inquérito aos Municípios beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 896. Adequação dos seguintes elementos quanto ao processo de análise e seleção do seu projeto:

	1 – Nada adequado		2		3		4		5		6 - Muito adequado		Total		Média
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	
Condições de elegibilidade da entidade beneficiária	-	-	1	2,0	-	-	18	35,3	23	45,1	9	17,6	51	100,0	4,76
Condições de elegibilidade do projeto	-	-	3	5,9	9	17,6	17	33,3	19	37,3	3	5,9	51	100,0	4,20
Crítérios de seleção	-	-	3	5,9	10	19,6	20	39,2	17	33,3	1	2,0	51	100,0	4,06
Metodologia de apuramento do mérito	-	-	6	12,0	8	16,0	19	38,0	15	30,0	2	4,0	50	100,0	3,98
Tipo de despesas elegíveis	2	3,9	6	11,8	8	15,7	20	39,2	14	27,5	1	2,0	51	100,0	3,80
Taxa de incentivo	5	9,8	8	15,7	9	17,6	17	33,3	12	23,5	-	-	51	100,0	3,45
Carga burocrática	6	12,5	7	14,6	11	22,9	18	37,5	6	12,5	-	-	48	100,0	3,23
Interação com o Sistema de Informação do FSE	1	2,9	5	14,3	4	11,4	17	48,6	8	22,9	-	-	35	100,0	3,74
Interação com o Sistema de Informação do FEDER	-	-	1	2,0	4	8,2	22	44,9	19	38,8	3	6,1	49	100,0	4,39
Interação com o Sistema de Informação do PDR	-	-	4	11,4	6	17,1	20	57,1	5	14,3	-	-	35	100,0	3,74
Interação com o Balcão2020	-	-	1	2,0	2	4,1	21	42,9	21	42,9	4	8,2	49	100,0	4,51
Interação com outros Sistemas de informação	-	-	3	8,3	1	2,8	23	63,9	9	25,0	-	-	36	100,0	4,06
Tempo de análise/aprovação da candidatura	10	20,0	8	16,0	4	8,0	18	36,0	9	18,0	1	2,0	50	100,0	3,22
Pedidos de esclarecimentos e/ou elementos adicionais solicitados	5	10,6	5	10,6	6	12,8	20	42,6	10	21,3	1	2,1	47	100,0	3,60
Outro	-	-	-	-	-	-	3	100,0	-	-	-	-	-	-	4,00

Fonte: Inquérito aos Municípios beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 897. Média Adequação dos seguintes elementos quanto ao processo de análise e seleção do seu projeto: (escala 1- Nada adequado a 6 Muito adequado):

	Norte		Centro		Lisboa		Alentejo	
	Média	N	Média	N	Média	N	Média	N
Condições de elegibilidade da entidade beneficiária	4,56	16	4,75	16	5,13	8	4,82	11
Condições de elegibilidade do projeto	3,88	16	4,25	16	4,25	8	4,55	11
Crítérios de seleção	3,75	16	4,19	16	4,13	8	4,27	11
Metodologia de apuramento do mérito	3,63	16	4,20	15	3,88	8	4,27	11
Tipo de despesas elegíveis	3,69	16	3,88	16	3,50	8	4,09	11
Taxa de incentivo	3,25	16	3,88	16	2,75	8	3,64	11
Carga burocrática	3,07	14	3,20	15	3,25	8	3,45	11
Interação com o Sistema de Informação do FSE	3,27	11	4,33	12	2,67	3	3,89	9
Interação com o Sistema de Informação do FEDER	4,29	14	4,44	16	5,00	8	4,00	11
Interação com o Sistema de Informação do PDR	3,42	12	4,08	12	3,67	3	3,75	8
Interação com o Balcão2020	4,33	15	4,50	16	5,29	7	4,27	11
Interação com outros Sistemas de informação	3,85	13	4,33	12	4,33	3	3,88	8
Tempo de análise/aprovação da candidatura	3,40	15	2,88	16	2,50	8	4,00	11
Pedidos de esclarecimentos e/ou elementos adicionais solicitados	3,53	15	3,67	15	2,83	6	4,00	11
Outro	4,00	3	-	-	-	-	-	-

Fonte: Inquérito aos Municípios beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 898. Nos casos onde respondeu 1, 2 ou 3, justifique a sua resposta.

	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo
A plataforma do FSE é demasiadamente complicada e burocrática	1			
A rigidez da entidade externa - DGEG - revelou-se inultrapassável.			1	
As condições de elegibilidade do projeto e das despesas deviam ser mais amplas. O tempo de análise das candidaturas foram demoradas.	1			
As taxas de comparticipação atribuídas inicialmente a projectos em edifícios era manifestamente insuficiente. A classificação de projectos desta natureza como projectos geradores de receita é aliás de difícil compreensão.	1			
Candidaturas difíceis de elaborar	1			
Carga burocrática e taxa de incentivo baixa. O tempo de análise bastante moroso uma vez que envolve uma entidade exterior				1
Condições demasiado restritivas de acesso ao financiamento com metas de poupança energética sobredimensionadas e fundo reembolsável.	1			
demasiados pedidos de esclarecimentos e demasiado tempo de análise.		1		
Desadequação em termos de exigências no cumprimento dos critérios de mérito, taxas de apoio e complexidade da normas e regras.	1			
Fraca adequação das condições de elegibilidade do concurso/valores máximos de referência face às necessidades neste domínio. Tempo excessivo para análise/aprovação da candidatura.			1	
Morosidade na análise; Baixa taxa de incentivo.		1		
muita documentação, demasiado tempo na apreciação			1	
No caso da tipologia de Eficiência Energética as taxas de cofinanciamento não foram suficientes para investimentos numa área tão crítica como é a energia e sua transição face às alterações climáticas. Deveria ter sido mais ambiciosa no apoio.				1
Processos extremamente complexos do ponto de vista técnico e processual que redundam numa morosidade desproporcionada.		1		
Taxa de financiamento mais baixas uma vez que esta tipologia reveste fundo reembolsável. O tipo de despesas elegíveis eram muito limitativas	1			
Tempo excessivo na análise da candidatura	1			
Todo o processo de avaliação das candidaturas foi muito demorado e suscetível de várias dúvidas quanto aos termos de referência e aos conteúdos de caráter técnico a considerar nas candidaturas			1	
Uma taxa de financiamento muito baixa. E uma demora excessiva para analisarem e aprovarem a candidatura.		1		

Fonte: Inquérito aos Municípios beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

EXECUÇÃO DOS PROJETOS

Quadro 899. Principais dificuldades sentidas na execução do seu projeto.

	Norte (N=15)		Centro (N=16)		Lisboa (N=8)		Alentejo (N=11)		Total (N=50)	
	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos
Não teve dificuldades	3	20,0	3	18,8	1	12,5	6	54,5	13	26,0
Interpretação da legislação	2	13,3	-	-	-	-	1	9,1	3	6,0
Aconselhamento técnico insuficiente por parte dos consultores	-	-	1	6,3	1	12,5	-	-	2	4,0
Aconselhamento técnico insuficiente por parte da CIM/AM	-	-	1	6,3	-	-	-	-	1	2,0
Dificuldade na adequação do projeto às condições de elegibilidade	6	40,0	5	31,3	4	50,0	3	27,3	18	36,0
Requisitos formais e burocracia para a instrução de pedidos de pagamento	4	26,7	5	31,3	1	12,5	2	18,2	12	24,0
Requisitos formais e burocracia para a instrução de pedidos de alteração	3	20,0	3	18,8	-	-	1	9,1	7	14,0
Dificuldade em obter financiamento para a parte não comparticipada	4	26,7	3	18,8	1	12,5	-	-	8	16,0
Cumprimento de requisitos técnicos/administrativos (pareceres, licenciamentos,...)	5	33,3	5	31,3	2	25,0	2	18,2	14	28,0
Prazo de resposta a pedidos de esclarecimento	2	13,3	1	6,3	-	-	-	-	3	6,0
Prazos de decisão	2	13,3	5	31,3	4	50,0	-	-	11	22,0
Outra.	1	6,7	1	6,3	-	-	-	-	-	-

Fonte: Inquérito aos Municípios beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 900. Outra. Qual?

	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo
Contratação Pública		1		
Dificuldades ao nível do procedimento contratual.	1			
Projetos sem execução	1			

Fonte: Inquérito aos Municípios beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 901. Descreva as dificuldades sentidas

	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo
A maior dificuldade de execução prendem-se com toda a complexidade e morosidade inerente à candidatura e que atrasa e condiciona o alavancar da execução.		1		
A maior dificuldade traduziu-se em obter financiamento da parte não comparticipada (de valores avultados), tendo que recorrer a empréstimos BEI.	1			
Atendendo aos termos de aprovação técnicos da candidatura e considerando as realidades efetivas nos equipamentos e as limitações de financiamento, foram situações que se uniram enquanto dificuldade global			1	
Burocráticas.	1			
dar cumprimento às condições de elegibilidade exigidas				1
Insuficiente comparticipação financeira decorrente de desadequadas condições de elegibilidade financeira.			1	
Legislação pouco esclarecedora.				1
não foi executado porque ainda aguardamos pela decisão.		1		
O acompanhamento técnico da DGEG nunca foi obtido.			1	
O Sistema do FSE é pouco intuitivo e muito burocrático	1			
Para quem tem projetos em carteira, importante para a maturidade das operações, confronta-se com Avisos que não apoiam a totalidade de um projeto. Leva à inversão da estratégia, desenhar projetos à medida do Aviso, pois a disponibilidade para a Contrapartida pública nacional é limitada, logo perda na eficácia e eficiência na execução. Quanto aos pedidos de pagamento, existem burocracias contabilísticas que constroem a velocidade de execução financeira, como o caso das empreitadas na apresentação dos comprovativos do pagamento do imposto de selo da garantia das obrigações no mês seguinte a que respeita o pagamento da fatura.				1

Fonte: Inquérito aos Municípios beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

EFICÁCIA: RESULTADOS DOS PROJETOS

Quadro 902. Dos fatores seguintes assinale aqueles que criaram maiores dificuldades na execução do seu projeto

	Cumprimento dos tempos de execução (N=34)		Execução integral do financiamento aprovado (N=24)		Cumprimento dos indicadores Contratualizados (N=24)	
	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos
Não existiram dificuldades	11	32,4	13	54,2	13	54,2
Insuficiente estado de maturação do projeto apresentado em candidatura	15	44,1	2	8,3	2	8,3
Bloqueamentos institucionais ou administrativos (p.e., falta de flexibilidade para aceitar alterações, licenças)	9	26,5	4	16,7	4	16,7
Dificuldades na gestão administrativa do projeto (p.e., preparação dos pedidos de reembolso)	6	17,6	3	12,5	3	12,5
Atrasos no reembolso das despesas	6	17,6	2	8,3	2	8,3
Elevado prazo de resposta a pedidos de esclarecimento, de alteração, ...	7	20,6	2	8,3	2	8,3
Dificuldades de liquidez e obtenção de financiamento para cobrir os custos não comparticipados	8	23,5	4	16,7	4	16,7
Problemas de gestão do projeto de ordem técnica (complexidade do projeto, exigências das normas técnicas, ...)	19	55,9	8	33,3	8	33,3
Desvio nos custos inicialmente previstos	12	35,3	4	16,7	4	16,7
Dificuldades na articulação com parceiros	3	8,8	2	8,3	2	8,3
Outros fatores.	-	-	1	4,2	1	4,2

Fonte: Inquérito aos beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 903. Dos fatores seguintes assinale aqueles que criaram maiores dificuldades na execução do seu projeto, Norte

	Cumprimento dos tempos de execução (N=14)		Execução integral do financiamento aprovado (N=7)		Cumprimento dos indicadores Contratualizados (N=7)	
	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos
Não existiram dificuldades	4	28,6	3	42,9	3	42,9
Insuficiente estado de maturação do projeto apresentado em candidatura	6	42,9	1	14,3	1	14,3
Bloqueamentos institucionais ou administrativos (p.e., falta de flexibilidade para aceitar alterações, licenças)	4	28,6	2	28,6	2	28,6
Dificuldades na gestão administrativa do projeto (p.e., preparação dos pedidos de reembolso)	4	28,6	2	28,6	2	28,6
Atrasos no reembolso das despesas	3	21,4	1	14,3	1	14,3
Elevado prazo de resposta a pedidos de esclarecimento, de alteração, ...	4	28,6	1	14,3	1	14,3
Dificuldades de liquidez e obtenção de financiamento para cobrir os custos não comparticipados	5	35,7	2	28,6	2	28,6
Problemas de gestão do projeto de ordem técnica (complexidade do projeto, exigências das normas técnicas, ...)	8	57,1	3	42,9	3	42,9
Desvio nos custos inicialmente previstos	5	35,7	2	28,6	2	28,6

Dificuldades na articulação com parceiros	2	14,3	2	28,6	2	28,6
Outros fatores.	-	-	1	14,3	1	14,3

Fonte: Inquérito aos beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 904. Dos fatores seguintes assinale aqueles que criaram maiores dificuldades na execução do seu projeto, Centro

	Cumprimento dos tempos de execução (N=11)		Execução integral do financiamento aprovado (N=7)		Cumprimento dos indicadores Contratualizados (N=7)	
	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos
Não existiram dificuldades	3	27,3	3	42,9	3	42,9
Insuficiente estado de maturação do projeto apresentado em candidatura	5	45,5	-	-	-	-
Bloqueamentos institucionais ou administrativos (p.e., falta de flexibilidade para aceitar alterações, licenças)	2	18,2	1	14,3	1	14,3
Dificuldades na gestão administrativa do projeto (p.e., preparação dos pedidos de reembolso)	-	-	1	14,3	-	-
Atrasos no reembolso das despesas	2	18,2	1	14,3	1	14,3
Elevado prazo de resposta a pedidos de esclarecimento, de alteração, ...	2	18,2	2	28,6	1	14,3
Dificuldades de liquidez e obtenção de financiamento para cobrir os custos não comparticipados	2	18,2	2	28,6	2	28,6
Problemas de gestão do projeto de ordem técnica (complexidade do projeto, exigências das normas técnicas, ...)	6	54,5	-	-	2	28,6
Desvio nos custos inicialmente previstos	3	27,3	2	28,6	2	28,6
Dificuldades na articulação com parceiros	-	-	-	-	-	-
Outros fatores.	-	-	-	-	-	-

Fonte: Inquérito aos beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 905. Dos fatores seguintes assinale aqueles que criaram maiores dificuldades na execução do seu projeto, Lisboa

	Cumprimento dos tempos de execução (N=4)		Execução integral do financiamento aprovado (N=3)		Cumprimento dos indicadores Contratualizados (N=3)	
	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos
Não existiram dificuldades	2	50,0	2	66,7	2	66,7
Insuficiente estado de maturação do projeto apresentado em candidatura	2	50,0	1	33,3	1	33,3
Bloqueamentos institucionais ou administrativos (p.e., falta de flexibilidade para aceitar alterações, licenças)	2	50,0	1	33,3	1	33,3
Dificuldades na gestão administrativa do projeto (p.e., preparação dos pedidos de reembolso)	-	-	-	-	-	-
Atrasos no reembolso das despesas	-	-	-	-	-	-
Elevado prazo de resposta a pedidos de esclarecimento, de alteração, ...	-	-	-	-	-	-
Dificuldades de liquidez e obtenção de financiamento para cobrir os custos não comparticipados	-	-	1	33,3	-	-
Problemas de gestão do projeto de ordem técnica (complexidade do projeto, exigências das normas técnicas, ...)	3	75,0	-	-	1	33,3
Desvio nos custos inicialmente previstos	2	50,0	-	-	-	-
Dificuldades na articulação com parceiros	-	-	-	-	-	-
Outros fatores.	-	-	-	-	-	-

Fonte: Inquérito aos beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 906. Dos fatores seguintes assinale aqueles que criaram maiores dificuldades na execução do seu projeto, Alentejo

	Cumprimento dos tempos de execução (N=5)		Execução integral do financiamento aprovado (N=7)		Cumprimento dos indicadores Contratualizados (N=7)	
	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos
Não existiram dificuldades	2	40,0	5	71,4	5	71,4
Insuficiente estado de maturação do projeto apresentado em candidatura	2	40,0	-	-	-	-
Bloqueamentos institucionais ou administrativos (p.e., falta de flexibilidade para aceitar alterações, licenças)	1	20,0	-	-	-	-
Dificuldades na gestão administrativa do projeto (p.e., preparação dos pedidos de reembolso)	2	40,0	-	-	-	-
Atrasos no reembolso das despesas	1	20,0	-	-	-	-
Elevado prazo de resposta a pedidos de esclarecimento, de alteração, ...	1	20,0	-	-	-	-
Dificuldades de liquidez e obtenção de financiamento para cobrir os custos não comparticipados	1	20,0	2	28,6	-	-
Problemas de gestão do projeto de ordem técnica (complexidade do projeto, exigências das normas técnicas, ...)	2	40,0	-	-	2	28,6
Desvio nos custos inicialmente previstos	2	40,0	-	-	-	-

Dificuldades na articulação com parceiros	1	20,0	-	-	-	-
Outros fatores.	-	-	-	-	-	-

Fonte: Inquérito aos beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 907. Descreva as dificuldades sentidas

	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo
cumprimento das metas				1
De ordem técnica, face à rigidez dos requisitos.			1	
Demora na aprovação da candidatura	1			
dificuldade em cumprir prazos de execução devido ao efeito COVID	1			
Dificuldade em ter em carteira projetos já elaborados para submeter com as candidaturas	1			
Maior dificuldade na decisão sobre pedidos de alteração	1			
não foi executado porque ainda aguardamos pela decisão.		1		
Processos extremamente complexos do ponto de vista técnico e processual que redundam numa morosidade desproporcionada.		1		

Fonte: Inquérito aos Municípios beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 908. Aspetos inovadores do projeto

	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo
redução do consumo de energia do edifício, a diminuição das emissões de CO2 associadas, a redução dos custos de exploração da infraestrutura e a promoção de boas práticas energético-ambientais.				1
São projetos que promovem sistemas energéticos mais seguros, mais sustentáveis e mais competitivos, e que coloquem a proteção ambiental e a segurança energética no topo das prioridades.	1			
Adequação de edifícios face aos requisitos de eficiência energética e sustentabilidade ambiental		1		
diminuição dos consumos de energia				1
Dispõe de soluções que ainda não tinha disponível	1			
Eficiência energética em espaço público.				1
Inovador na medida em que promoveu a utilização da iluminação pública mais eficiente	1			
Pretende responder a crescentes preocupações de racionalização dos consumos energéticos da rede de iluminação pública.	1			

Fonte: Inquérito aos Municípios beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 909. Aspetos em que considera que o seu projeto poderá influenciar positivamente o território onde se encontra inserido

	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo
Contribuindo para a sua sustentabilidade, bem como permitindo canalizar poupanças para outras áreas de intervenção		1		
Contribuirá para a redução de 54,6% do consumo de energia primária.	1			
Diminuição do consumo energético.				1
diminuição dos custos com iluminação pública	1			
Exemplo a replicar noutros edifícios públicos ou privados de utilização pública			1	
Ganhos de eficiência energética e racionalização de consumos.			1	
Menores consumos e melhor desempenho ecológico.	1			
Na saúde, no desenvolvimento físico e no bem estar dos utilizadores do equipamento.			1	
Os resultados obtidos ao nível das poupanças energéticas (consumos vs custos) e da redução das emissões de gases com efeito de estufa (GEE) têm um papel fulcral para o Município ao nível da melhoria da eficiência energética e aumento do desempenho energético do seu parque edificado, sendo igualmente relevante para a disseminação e sensibilização para a utilização de tecnologias inovadoras na melhoria da eficiência energética e uso racional de energia junto do público em geral.				1
Permitiu uma redução substancial no consumo de energia elétrica	1			
Poupança energética no âmbito da iluminação pública, em virtude da utilização de uma tecnologia de iluminação mais eficiente.				1
redução consumo energia			1	
será um exemplo para os atores privados e públicos. Irá contribuir para reduzir os custos energéticos e par a sustentabilidade do planeta.		1		
Utilização de energia renovável				1

Fonte: Inquérito aos Municípios beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 910. O projeto teria sido executado sem este financiamento?

	Norte (N=15)		Centro (N=16)		Lisboa (N=6)		Alentejo (N=11)		Total (N=448)	
	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos
Sim, com o mesmo formato	-	-	1	6,3	2	33,3	1	9,1	4	8,3
Sim, mas com um investimento menor	2	13,3	4	25,0	1	16,7	4	36,4	11	22,9
Sim, mas com um prazo de realização mais elevado	4	26,7	1	6,3	2	33,3	2	18,2	9	18,8
Não	11	73,3	11	68,8	2	33,3	5	45,5	29	60,4

Fonte: Inquérito aos Municípios beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 911. O projeto pode considerar-se complementar de outros projetos desenvolvidos pela entidade?

	Norte		Centro		Lisboa		Alentejo		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Sim	6	40,0	9	75,0	5	83,3	5	50,0	25	58,1
Não	9	60,0	3	25,0	1	16,7	5	50,0	18	41,9

Total	15	100,0	12	100,0	6	100,0	10	100,0	43	100,0
--------------	----	-------	----	-------	---	-------	----	-------	----	-------

Fonte: Inquérito aos Municípios beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 912. Indique o tipo de projeto e a sua fonte de financiamento

	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo
Eficiência energética em equipamentos municipais, para redução de custos de contexto e sustentabilidade ambiental, sendo a fonte de financiamento municipal			1	
FEDER		1		
Iluminação pública - FEDER				1
Mais eficiência na iluminação pública - POVT	1			
Pab-Livinglab; Valorio; Eagrants e FEDER			1	
Projetos de âmbito da eficiência energética aprovados pelo Norte2020.	1			
Saúde + --> Centro 2020		1		

Fonte: Inquérito aos Municípios beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 913. Ponderou apresentar candidatura a outro Programa/Medida?

	Norte		Centro		Lisboa		Alentejo		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Sim	2	12,5	2	12,5	1	16,7	2	18,2	7	14,3
Não	14	87,5	14	87,5	5	83,3	9	81,8	42	85,7
Total	16	100,0	16	100,0	6	100,0	11	100,0	49	100,0

Fonte: Inquérito aos Municípios beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 914. Identifique o outro Programa a que ponderou apresentar candidatura e porque é que optou pelo apoio da CIM/AM.

	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo
Aviso 21 do FEE			1	
European City Facility	1			
Iniciativas Comunitárias				1
Valorizar	1			

Fonte: Inquérito aos Municípios beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 915. outras fontes de financiamento (para além do PT2020) foram utilizadas para assegurar a execução do projeto(contrapartida nacional)

	Norte (N=16)		Centro (N=15)		Lisboa (N=6)		Alentejo (N=11)		Total (N=48)	
	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos
Fundos próprios	15	93,8	14	93,3	6	100,0	8	72,7	43	89,6
Orçamento de Estado	2	12,5	-	-	-	-	1	9,1	3	6,3
Protocolos Adm. Central/Adm. Local	-	-	-	-	-	-	2	18,2	2	4,2
Banco Europeu de Investimentos	2	12,5	-	-	-	-	-	-	2	4,2
Outras.	-	-	1	6,7	-	-	-	-	1	2,1

Fonte: Inquérito aos Municípios beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 916. Outras. Quais.

	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo
Financiamento Bancário		1		
Orçamento Municipal			1	

Fonte: Inquérito aos Municípios beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 917. Existiram problemas de mobilização da contrapartida nacional?

	Norte		Centro		Lisboa		Alentejo		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Sim	3	20,0	3	21,4	1	14,3	1	9,1	8	17,0
Não	12	80,0	11	78,6	6	85,7	10	90,9	39	83,0
Total	15	100,0	14	100,0	7	100,0	11	100,0	47	100,0

Fonte: Inquérito aos Municípios beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 918. Especifique as dificuldades sentidas

	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo
Dificuldade inerente à contratação de financiamento bancário, e respetiva obtenção de visto pelo Tribunal de Contas ao contrato de financiamento.		1		
Lei dos Compromissos				1
Taxa de cofinanciamento baixa		1		

Fonte: Inquérito aos Municípios beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

PI. 5.2/5ii. PROMOÇÃO DE INVESTIMENTOS PARA ABORDAR RISCOS ESPECÍFICOS, ASSEGURAR A CAPACIDADE DE RESISTÊNCIA ÀS CATÁSTROFES E DESENVOLVER SISTEMAS DE GESTÃO DE CATÁSTROFES (MEDIDAS IDENTIFICADAS NOS RESPECTIVOS PLANOS DE EMERGÊNCIA E DE PROTEÇÃO CIVIL)

Quadro 919. Projetos aprovados no âmbito da PI 5.2/5ii. Promoção de investimentos para abordar riscos específicos, assegurar a capacidade de resistência às catástrofes e desenvolver sistemas de gestão de catástrofes (medidas identificadas nos respectivos planos de emergência e de proteção civil)

	Norte		Centro		Lisboa		Alentejo		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Sim	3	14,3	5	17,9			5	25,0	13	16,5
Não	18	85,7	23	82,1	10	100,0	15	75,0	66	83,5
Total	21	100,0	28	100,0	10	100,0	20	100,0	79	100,0

Fonte: Inquérito aos Municípios beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

CANDIDATURA DE PROJETOS

Quadro 920. Grau de adequação dos calendários de abertura dos avisos e dos prazos de submissão de candidaturas nesta PI/Medida

	1 – Nada adequado		2		3		4		5		6 - Muito adequado		Total		Média
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	
Tempo de duração do Aviso de Abertura de Candidaturas (desde a abertura até ao encerramento)	-	-	-	-	1	9,1	4	36,4	4	36,4	2	18,2	11	100,0	4,64
Intervalo de tempo entre a realização das ações de divulgação e o prazo para submissão das candidaturas	-	-	1	9,1	-	-	5	45,5	4	36,4	1	9,1	11	100,0	4,36
Ritmo de lançamento dos concursos para a mesma Tipologia/tipo de operações)	-	-	2	18,2	1	9,1	3	27,3	3	27,3	2	18,2	11	100,0	4,18
Articulação entre concursos para várias tipologias de operação	-	-	1	9,1	2	18,2	3	27,3	4	36,4	1	9,1	11	100,0	4,18
Outro.	-	-	-	-	-	-	1	100,0	-	-	-	-	1	100,0	4,00

Fonte: Inquérito aos Municípios beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 921. Média Grau de adequação dos calendários de abertura dos avisos e dos prazos de submissão de candidaturas nesta PI/Medida (escala 1- Nada adequado a 6 Muito adequado):

	Norte		Centro		Lisboa		Alentejo	
	Média	N	Média	N	Média	N	Média	N
Tempo de duração do Aviso de Abertura de Candidaturas (desde a abertura até ao encerramento)	5,33	3	4,67	3	-	-	4,20	5
Intervalo de tempo entre a realização das ações de divulgação e o prazo para submissão das candidaturas	5,33	3	4,33	3	-	-	3,80	5
Ritmo de lançamento dos concursos para a mesma Tipologia/tipo de operações)	5,33	3	3,33	3	-	-	4,00	5
Articulação entre concursos para várias tipologias de operação	5,33	3	3,67	3	-	-	3,80	5
Outro.	-	-	-	-	-	-	4,00	1

Fonte: Inquérito aos Municípios beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 922. Nos casos onde respondeu 1, 2 ou 3, justifique a sua resposta.

	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo
Pouco tempo entre os avisos de concursos e a submissão das candidaturas				1

Fonte: Inquérito aos Municípios beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 923. Principais dificuldades sentidas no processo de elaboração e de aprovação da Candidatura nesta PI.

	Norte (N=3)		Centro (N=3)		Lisboa		Alentejo (N=5)		Total (N=11)	
	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos
Não sabe, a candidatura foi elaborada por consultores	-	-	1	33,3	-	-	-	-	1	9,1
Não teve dificuldades	1	33,3	1	33,3	-	-	3	60,0	5	45,5
Interpretação da legislação	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aconselhamento técnico insuficiente por parte dos consultores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aconselhamento técnico insuficiente por parte da CIM/AM	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dificuldade na adequação do projeto às condições de elegibilidade	1	33,3	1	33,3	-	-	1	20,0	3	27,3
Requisitos formais e burocracia para a instrução da candidatura	2	66,7	-	-	-	-	1	20,0	3	27,3
Dificuldade em obter financiamento para a parte não comparticipada	1	33,3	-	-	-	-	-	-	1	9,1
Cumprimento de requisitos técnicos/administrativos (pareceres, licenciamentos,...)	2	66,7	1	33,3	-	-	1	20,0	4	36,4
Prazo de resposta a pedidos de esclarecimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Prazos de decisão	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outra	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: Inquérito aos Municípios beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 924. Descreva as dificuldades sentidas

	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo
O suporte documental de formalização de candidaturas				1

Fonte: Inquérito aos Municípios beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 925. Adequação do concurso a que concorreu às necessidades da sua entidade e do território onde se insere

	1 – Nada adequado		2		3		4		5		6 - Muito adequado		Total		Média
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	
Necessidades da entidade							5	45,5	4	36,4	2	18,2	11	100,0	4,73
Necessidades do território							5	45,5	4	36,4	2	18,2	11	100,0	4,73

Fonte: Inquérito aos Municípios beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 926. Média Adequação do concurso a que concorreu às necessidades da sua entidade e do território onde se insere (escala 1- Nada adequado a 6 Muito adequado):

	Norte		Centro		Lisboa		Alentejo	
	Média	N	Média	N	Média	N	Média	N
Necessidades da entidade	5,33	3	4,33	3	-	-	4,60	5
Necessidades do território	5,33	3	4,33	3	-	-	4,60	5

Fonte: Inquérito aos Municípios beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 927. Adequação dos seguintes elementos quanto ao processo de análise e seleção do seu projeto:

	1 – Nada adequado		2		3		4		5		6 - Muito adequado		Total		Média
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	
Condições de elegibilidade da entidade beneficiária	-	-	-	-	-	-	6	54,5	4	36,4	1	9,1	11	100,0	4,55
Condições de elegibilidade do projeto	-	-	-	-	1	9,1	5	45,5	4	36,4	1	9,1	11	100,0	4,45
Crítérios de seleção	-	-	-	-	1	9,1	6	54,5	4	36,4	-	-	11	100,0	4,27
Metodologia de apuramento do mérito	-	-	-	-	1	9,1	6	54,5	3	27,3	1	9,1	11	100,0	4,36
Tipo de despesas elegíveis	-	-	1	9,1	-	-	5	45,5	4	36,4	1	9,1	11	100,0	4,36
Taxa de incentivo	-	-	-	-	1	9,1	5	45,5	3	27,3	2	18,2	11	100,0	4,45
Carga burocrática	-	-	1	9,1	3	27,3	5	45,5	2	18,2	-	-	11	100,0	3,73
Interação com o Sistema de Informação do FSE	-	-	1	10,0	4	40,0	3	30,0	1	10,0	1	10,0	10	100,0	3,70
Interação com o Sistema de Informação do FEDER	-	-	-	-	-	-	6	54,5	4	36,4	1	9,1	11	100,0	4,55
Interação com o Sistema de Informação do PDR	-	-	2	18,2	3	27,3	2	18,2	3	27,3	1	9,1	11	100,0	3,82
Interação com o Balcão2020	-	-	-	-	1	9,1	4	36,4	4	36,4	2	18,2	11	100,0	4,64
Interação com outros Sistemas de informação	-	-	-	-	1	9,1	6	54,5	3	27,3	1	9,1	11	100,0	4,36
Tempo de análise/aprovação da candidatura	-	-	1	9,1	2	18,2	5	45,5	1	9,1	2	18,2	11	100,0	4,09
Pedidos de esclarecimentos e/ou elementos adicionais solicitados	-	-	-	-	1	9,1	7	63,6	2	18,2	1	9,1	11	100,0	4,27

	1 – Nada adequado		2		3		4		5		6 - Muito adequado		Total		Média
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	
Outro	-	-	-	-	-	-	1	100,0	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: Inquérito aos Municípios beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 928. Média Adequação dos seguintes elementos quanto ao processo de análise e seleção do seu projeto: (escala 1- Nada adequado a 6 Muito adequado):

	Norte		Centro		Lisboa		Alentejo	
	Média	N	Média	N	Média	N	Média	N
Condições de elegibilidade da entidade beneficiária	4,67	3	4,67	3	-	-	4,40	5
Condições de elegibilidade do projeto	4,67	3	4,67	3	-	-	4,20	5
CrITÉrios de seleção	4,67	3	4,33	3	-	-	4,00	5
Metodologia de apuramento do mérito	4,67	3	4,33	3	-	-	4,20	5
Tipo de despesas elegíveis	5,00	3	4,00	3	-	-	4,20	5
Taxa de incentivo	5,00	3	4,33	3	-	-	4,20	5
Carga burocrática	4,33	3	3,33	3	-	-	3,60	5
Interação com o Sistema de Informação do FSE	4,50	2	3,00	3	-	-	3,80	5
Interação com o Sistema de Informação do FEDER	5,33	3	4,33	3	-	-	4,20	5
Interação com o Sistema de Informação do PDR	5,33	3	2,67	3	-	-	3,60	5
Interação com o Balcão2020	5,33	3	4,00	3	-	-	4,60	5
Interação com outros Sistemas de informação	5,33	3	3,67	3	-	-	4,20	5
Tempo de análise/aprovação da candidatura	5,00	3	3,00	3	-	-	4,20	5
Pedidos de esclarecimentos e/ou elementos adicionais solicitados	5,00	3	4,00	3	-	-	4,00	5
Outro	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: Inquérito aos Municípios beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 929. Nos casos onde respondeu 1, 2 ou 3, justifique a sua resposta.

	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo
Carga burocrática excessiva, e sistema FSE de difícil utilização				1
Por vezes o critério quanto à elegibilidade das despesas não se cruzam com a realidade das despesas efetuadas pelos beneficiários, muita documentação de suporte sem o mínimo interesse e plataformas nada intuitivas para trabalhar				1

Fonte: Inquérito aos Municípios beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

EXECUÇÃO DOS PROJETOS

Quadro 930. Principais dificuldades sentidas na execução do seu projeto.

	Norte (N=16)		Centro (N=3)		Lisboa		Alentejo (N=5)		Total (N=11)	
	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos
Não teve dificuldades	-	-	2	66,7	-	-	-	-	5	45,5
Interpretação da legislação	1	33,3	1	33,3	-	-	3	60,0	2	18,2
Aconselhamento técnico insuficiente por parte dos consultores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aconselhamento técnico insuficiente por parte da CIM/AM	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dificuldade na adequação do projeto às condições de elegibilidade	2	66,7	-	-	-	-	-	-	2	18,2
Requisitos formais e burocracia para a instrução de pedidos de pagamento	1	33,3	-	-	-	-	-	-	1	9,1
Requisitos formais e burocracia para a instrução de pedidos de alteração	1	33,3	-	-	-	-	-	-	1	9,1
Dificuldade em obter financiamento para a parte não comparticipada	2	66,7	-	-	-	-	1	20,0	3	27,3
Cumprimento de requisitos técnicos/administrativos (pareceres, licenciamentos,...)	1	33,3	-	-	-	-	1	20,0	2	18,2
Prazo de resposta a pedidos de esclarecimento	1	33,3	-	-	-	-	-	-	1	9,1
Prazos de decisão	1	33,3	-	-	-	-	1	20,0	2	18,2
Outra.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: Inquérito aos Municípios beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 931. Descreva as dificuldades sentidas

	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo
A dificuldade em obter pareceres de entidades externas				1

Fonte: Inquérito aos Municípios beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

EFICÁCIA: RESULTADOS DOS PROJETOS

Quadro 932. Dos fatores seguintes assinale aqueles que criaram maiores dificuldades na execução do seu projeto

	Cumprimento dos tempos de execução (N=7)		Execução integral do financiamento aprovado (N=9)		Cumprimento dos indicadores Contratualizados (N=26)	
	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos
Não existiram dificuldades	3	42,9	5	55,6	4	50,0
Insuficiente estado de maturação do projeto apresentado em candidatura	2	28,6	1	11,1	1	12,5
Bloqueamentos institucionais ou administrativos (p.e., falta de flexibilidade para aceitar alterações, licenças)	2	28,6	2	22,2	-	-
Dificuldades na gestão administrativa do projeto (p.e., preparação dos pedidos de reembolso)	1	14,3	2	22,2	2	25,0
Atrasos no reembolso das despesas	1	14,3	2	22,2	1	12,5
Elevado prazo de resposta a pedidos de esclarecimento, de alteração, ...	1	14,3	1	11,1	-	-
Dificuldades de liquidez e obtenção de financiamento para cobrir os custos não compartilhados	1	14,3	3	33,3	1	12,5
Problemas de gestão do projeto de ordem técnica (complexidade do projeto, exigências das normas técnicas, ...)	2	28,6	3	33,3	3	37,5
Desvio nos custos inicialmente previstos	1	14,3	2	22,2	1	12,5
Dificuldades na articulação com parceiros	1	14,3	1	11,1	-	-
Outros fatores.	-	-	-	-	-	-

Fonte: Inquérito aos beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 933. Dos fatores seguintes assinale aqueles que criaram maiores dificuldades na execução do seu projeto, Norte

	Cumprimento dos tempos de execução (N=3)		Execução integral do financiamento aprovado (N=3)		Cumprimento dos indicadores Contratualizados (N=3)	
	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos
Não existiram dificuldades	-	-	-	-	1	33,3%
Insuficiente estado de maturação do projeto apresentado em candidatura	2	66,7	-	-	-	-
Bloqueamentos institucionais ou administrativos (p.e., falta de flexibilidade para aceitar alterações, licenças)	1	33,3	2	66,7	-	-
Dificuldades na gestão administrativa do projeto (p.e., preparação dos pedidos de reembolso)	1	33,3	-	-	1	33,3
Atrasos no reembolso das despesas	1	33,3	2	66,7	-	-
Elevado prazo de resposta a pedidos de esclarecimento, de alteração, ...	1	33,3	-	-	-	-
Dificuldades de liquidez e obtenção de financiamento para cobrir os custos não compartilhados	1	33,3	2	66,7	1	33,3
Problemas de gestão do projeto de ordem técnica (complexidade do projeto, exigências das normas técnicas, ...)	2	66,7	2	66,7	3	100,0
Desvio nos custos inicialmente previstos	1	33,3	-	-	1	33,3
Dificuldades na articulação com parceiros	1	33,3	-	-	-	-
Outros fatores.	-	-	-	-	-	-

Fonte: Inquérito aos beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 934. Dos fatores seguintes assinale aqueles que criaram maiores dificuldades na execução do seu projeto, Centro

	Cumprimento dos tempos de execução (N=1)		Execução integral do financiamento aprovado (N=2)		Cumprimento dos indicadores Contratualizados (N=2)	
	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos
Não existiram dificuldades	1	100,0	1	50,0	1	50,0
Insuficiente estado de maturação do projeto apresentado em candidatura	-	-	-	-	1	50,0
Bloqueamentos institucionais ou administrativos (p.e., falta de flexibilidade para aceitar alterações, licenças)	-	-	-	-	-	-
Dificuldades na gestão administrativa do projeto (p.e., preparação dos pedidos de reembolso)	-	-	-	-	-	-
Atrasos no reembolso das despesas	-	-	-	-	-	-
Elevado prazo de resposta a pedidos de esclarecimento, de alteração, ...	-	-	-	-	-	-
Dificuldades de liquidez e obtenção de financiamento para cobrir os custos não compartilhados	-	-	-	-	-	-
Problemas de gestão do projeto de ordem técnica (complexidade do projeto, exigências das normas técnicas, ...)	-	-	-	-	-	-
Desvio nos custos inicialmente previstos	-	-	1	50,0	-	-
Dificuldades na articulação com parceiros	-	-	-	-	-	-
Outros fatores.	-	-	-	-	-	-

Fonte: Inquérito aos beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 935. Dos fatores seguintes assinale aqueles que criaram maiores dificuldades na execução do seu projeto, Alentejo

	Cumprimento dos tempos de execução (N=3)		Execução integral do financiamento aprovado (N=4)		Cumprimento dos indicadores Contratualizados (N=3)	
	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos
Não existiram dificuldades	2	66,7	4	100,0	2	66,7
Insuficiente estado de maturação do projeto apresentado em candidatura	1	33,3	1	25,0	-	-
Bloqueamentos institucionais ou administrativos (p.e., falta de flexibilidade para aceitar alterações, licenças)	-	-	-	-	-	-
Dificuldades na gestão administrativa do projeto (p.e., preparação dos pedidos de reembolso)	-	-	-	-	1	33,3
Atrasos no reembolso das despesas	-	-	-	-	1	33,3
Elevado prazo de resposta a pedidos de esclarecimento, de alteração, ...	-	-	1	25,0	-	-
Dificuldades de liquidez e obtenção de financiamento para cobrir os custos não comparticipados	-	-	1	25,0	-	-
Problemas de gestão do projeto de ordem técnica (complexidade do projeto, exigências das normas técnicas, ...)	-	-	1	25,0	-	-
Desvio nos custos inicialmente previstos	-	-	1	25,0	-	-
Dificuldades na articulação com parceiros	-	-	1	25,0	-	-
Outros fatores.	-	-	-	-	-	-

Fonte: Inquérito aos beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 936. Descreva as dificuldades sentidas

	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo
A justificação financeira da operação não responder aos montantes aprovados				1

Fonte: Inquérito aos Municípios beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 937. Aspetos inovadores do projeto

	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo
Este tipo de projetos vai permitir a redução do impacto de acidentes graves ou catástrofes	1			
A utilização de novos processos que vão de encontro à transparência na função pública				1

Fonte: Inquérito aos Municípios beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 938. Aspetos em que considera que o seu projeto poderá influenciar positivamente o território onde se encontra inserido

	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo
Na medida em que vai permitir atuar de forma concertada e eficiente na prevenção de catástrofes e acidentes naturais.	1			
Valorização territorial				1

Fonte: Inquérito aos Municípios beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 939. O projeto teria sido executado sem este financiamento?

	Norte (N=3)		Centro (N=3)		Lisboa		Alentejo (N=4)		Total (N=10)	
	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos
Sim, com o mesmo formato	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Sim, mas com um investimento menor	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Sim, mas com um prazo de realização mais elevado	1	33,3	-	-	-	-	1	25,0	2	20,0
Não	2	66,7	3	100,0	-	-	3	75,0	8	80,0

Fonte: Inquérito aos Municípios beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 940. O projeto pode considerar-se complementar de outros projetos desenvolvidos pela entidade?

	Norte		Centro		Lisboa		Alentejo		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Sim	1	33,3	1	50,0	-	-	1	25,0	3	33,3
Não	2	66,7	1	50,0	-	-	3	75,0	6	66,7
Total	3	100,0	2	100,0	-	-	4	100,0	9	100,0

Fonte: Inquérito aos Municípios beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 941. Indique o tipo de projeto e a sua fonte de financiamento

	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo
Modernização Administrativa, financiamento autarquico				1
Planos Municipais - FEDER				1

Fonte: Inquérito aos Municípios beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 942. Ponderou apresentar candidatura a outro Programa/Medida?

	Norte		Centro		Lisboa		Alentejo		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Sim	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Não	3	100,0	3	100,0	-	-	4	100,0	10	100,0
Total	3	100,0	3	100,0	-	-	4	100,0	10	100,0

Fonte: Inquérito aos Municípios beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 943. Identifique o outro Programa a que ponderou apresentar candidatura e porque é que optou pelo apoio da CIM/AM.

	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo
	-	-	-	-

Fonte: Inquérito aos Municípios beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 944. outras fontes de financiamento (para além do PT2020) foram utilizadas para assegurar a execução do projeto(contrapartida nacional)

	Norte (N=3)		Centro (N=3)		Lisboa		Alentejo (N=4)		Total (N=10)	
	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos
Fundos próprios	3	100,0%	3	100,0%	-	-	3	75,0%	9	90,0%
Orçamento de Estado	1	33,3%	-	-	-	-	-	-	1	10,0%
Protocolos Adm. Central/Adm. Local	-	-	-	-	-	-	1	25,0%	1	10,0%
Outras	-	-	-	-	1	33,3%	-	-	1	10,0%

Fonte: Inquérito aos Municípios beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 945. Outro. Qual.

	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo
Empréstimo bancário		1		

Fonte: Inquérito aos Municípios beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 946. Existiram problemas de mobilização da contrapartida nacional?

	Norte		Centro		Lisboa		Alentejo		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Sim	-	-	1	33,3	-	-	1	25,0	2	22,2
Não	2	100,0	2	66,7	-	-	3	75,0	7	77,8
Total	2	100,0	3	100,0	-	-	4	100,0	9	100,0

Fonte: Inquérito aos Municípios beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

PI PI6.3/6c. CONSERVAÇÃO, PROTEÇÃO, PROMOÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO PATRIMÓNIO NATURAL E CULTURAL
Quadro 947. Projetos aprovados no âmbito da PI PI6.3/6c. Conservação, proteção, promoção e desenvolvimento do património natural e cultural

	Norte		Centro		Lisboa		Alentejo		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Sim	8	38,1%	21	80,8	9	90,0	16	84,2	54	71,1
Não	13	61,9%	5	19,2	1	10,0	3	15,8	22	28,9
Total	21	100,0	26	100,0	10	100,0	19	100,0	76	100,0

Fonte: Inquérito aos Municípios beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

CANDIDATURA DE PROJETOS
Quadro 948. Grau de adequação dos calendários de abertura dos avisos e dos prazos de submissão de candidaturas nesta PI/Medida

	1 – Nada adequado		2		3		4		5		6 - Muito adequado		Total		Média
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	
Tempo de duração do Aviso de Abertura de Candidaturas (desde a abertura até ao encerramento)	1	1,9	3	5,8	3	5,8	24	46,2	13	25,0	8	15,4	52	100,0	4,33
Intervalo de tempo entre a realização das ações de divulgação e o prazo para submissão das candidaturas	1	2,0	2	3,9	5	9,8	22	43,1	13	25,5	8	15,7	51	100,0	4,33
Ritmo de lançamento dos concursos para a mesma Tipologia/tipo de operações)	1	2,0	3	5,9	5	9,8	24	47,1	11	21,6	7	13,7	51	100,0	4,22
Articulação entre concursos para várias tipologias de operação	1	2,0	1	2,0	5	10,0	25	50,0	14	28,0	4	8,0	50	100,0	4,24
Outro.	-	-	1	11,1	6	66,7	-	-	-	-	2	22,2	9	100,0	4,22

Fonte: Inquérito aos Municípios beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 949. Média Grau de adequação dos calendários de abertura dos avisos e dos prazos de submissão de candidaturas nesta PI/Medida (escala 1- Nada adequado a 6 Muito adequado):

	Norte		Centro		Lisboa		Alentejo	
	Média	N	Média	N	Média	N	Média	N
Tempo de duração do Aviso de Abertura de Candidaturas (desde a abertura até ao encerramento)	4,71	7	4,19	21	4,38	8	4,31	16
Intervalo de tempo entre a realização das ações de divulgação e o prazo para submissão das candidaturas	4,71	7	4,20	20	4,25	8	4,38	16
Ritmo de lançamento dos concursos para a mesma Tipologia/tipo de operações)	4,29	7	4,05	20	4,13	8	4,44	16
Articulação entre concursos para várias tipologias de operação	4,29	7	4,00	19	4,50	8	4,38	16
Outro.	4,00	2	4,00	2	-	-	4,40	5

Fonte: Inquérito aos Municípios beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 950. Nos casos onde respondeu 1, 2 ou 3, justifique a sua resposta.

	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo
Aumentar o tempo de abertura do Aviso				1
Custo espaço de tempo para apresentação da candidaturas				1
Poucos avisos abertos para estas tipologias e dificuldade no cumprimento dos critérios	1			
Só houve 1 aviso de concurso, o que limita o nível de investimento		1		
Tempo curto.			1	

Fonte: Inquérito aos Municípios beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 951. Principais dificuldades sentidas no processo de elaboração e de aprovação da Candidatura nesta PI.

	Norte (N=7)		Centro (N=21)		Lisboa (N=8)		Alentejo (N=26)		Total (N=52)	
	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos
Não sabe, a candidatura foi elaborada por consultores	-	-	1	4,8	-	-	-	-	1	1,9
Não teve dificuldades	3	42,9	3	14,3	3	37,5	12	75,0	21	40,4
Interpretação da legislação	1	14,3	3	14,3					4	7,7
Aconselhamento técnico insuficiente por parte dos consultores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aconselhamento técnico insuficiente por parte da CIM/AM	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dificuldade na adequação do projeto às condições de elegibilidade	2	28,6	8	38,1	3	37,5	2	12,5	15	28,8
Requisitos formais e burocracia para a instrução da candidatura	3	42,9	13	61,9	2	25,0	3	18,8	21	40,4
Dificuldade em obter financiamento para a parte não comparticipada	1	14,3	2	9,5	-	-	-	-	3	5,8
Cumprimento de requisitos técnicos/administrativos (pareceres, licenciamentos,...)	1	14,3	10	47,6	3	37,5	2	12,5	16	30,8
Prazo de resposta a pedidos de esclarecimento	1	14,3	4	19,0	1	12,5	-	-	6	11,5
Prazos de decisão	1	14,3	7	33,3	1	12,5	-	-	9	17,3
Outra	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: Inquérito aos Municípios beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 952. Descreva as dificuldades sentidas

	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo
Algumas ambiguidades relativamente ao enquadramento no âmbito do património natural		1		
Demasiado administrativos que aumentaram a complexidade da candidatura, desajustada face ao volume do investimento.		1		
Prazos de resposta muito curtas para prestar esclarecimentos em sede de avaliação da candidatura			1	
Recusa inicial, por exigência de classificação patrimonial de interesse público.			1	
subida de custos de mercado		1		
Tempo e complexidade na análise da candidatura		1		

Fonte: Inquérito aos Municípios beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 953. Adequação do concurso a que concorreu às necessidades da sua entidade e do território onde se insere

	1 – Nada adequado		2		3		4		5		6 - Muito adequado		Total		Média
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	
Necessidades da entidade	-	-	2	3,9	3	5,9	17	33,3	18	35,3	11	21,6	51	100,0	4,65
Necessidades do território	-	-	2	4,2	2	4,2	14	29,2	19	39,6	11	22,9	48	100,0	4,73

Fonte: Inquérito aos Municípios beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 954. Média Adequação do concurso a que concorreu às necessidades da sua entidade e do território onde se insere (escala 1- Nada adequado a 6 Muito adequado):

	Norte		Centro		Lisboa		Alentejo	
	Média	N	Média	N	Média	N	Média	N
Necessidades da entidade	5,00	7	4,43	21	5,00	7	4,63	16
Necessidades do território	5,17	6	4,55	20	5,00	6	4,69	16

Fonte: Inquérito aos Municípios beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 955. Nos casos onde respondeu 1, 2 ou 3, justifique a sua resposta.

	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo
As medidas de conservação e valorização do património Natural e arqueológico é aquém das necessidades.		1		
O facto de no património cultural só poderem ser candidatados projetos de obras em edifícios que fossem património nacional, originando que mesmo edifícios em processo de classificação não pudessem ser contemplados		1		

Fonte: Inquérito aos Municípios beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 956. Adequação dos seguintes elementos quanto ao processo de análise e seleção do seu projeto:

	1 – Nada adequado		2		3		4		5		6 - Muito adequado		Total		Média
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	
Condições de elegibilidade da entidade beneficiária	-	-	1	2,0	2	4,0	14	28,0	22	44,0	11	22,0	50	100,0	4,80
Condições de elegibilidade do projeto	-	-	2	4,1	4	8,2	15	30,6	23	46,9	5	10,2	49	100,0	4,51
CrITÉrios de seleção	-	-	1	2,0	5	10,0	18	36,0	21	42,0	5	10,0	50	100,0	4,48
Metodologia de apuramento do mérito	-	-	2	4,0	5	10,0	17	34,0	22	44,0	4	8,0	50	100,0	4,42
Tipo de despesas elegíveis	-	-	3	6,0	1	2,0	20	40,0	21	42,0	5	10,0	50	100,0	4,48
Taxa de incentivo	-	-	3	6,0	3	6,0	18	36,0	21	42,0	5	10,0	50	100,0	4,44
Carga burocrática	-	-	7	14,0	7	14,0	23	46,0	11	22,0	2	4,0	50	100,0	3,88
Interação com o Sistema de Informação do FSE	1	2,8	4	11,1	4	11,1	14	38,9	8	22,2	5	13,9	36	100,0	4,08
Interação com o Sistema de Informação do FEDER	-	-	1	2,0	2	4,1	17	34,7	21	42,9	8	16,3	49	100,0	4,67
Interação com o Sistema de Informação do PDR	-	-	4	11,1	3	8,3	17	47,2	8	22,2	4	11,1	36	100,0	4,14
Interação com o Balcão2020	-	-	1	2,0	1	2,0	17	34,0	20	40,0	11	22,0	50	100,0	4,78
Interação com outros Sistemas de informação	-	-	3	8,6	3	8,6	13	37,1	11	31,4	5	14,3	35	100,0	4,34
Tempo de análise/aprovação da candidatura	3	6,0	5	10,0	5	10,0	19	38,0	14	28,0	4	8,0	50	100,0	3,96
Pedidos de esclarecimentos e/ou elementos adicionais solicitados	2	4,3	5	10,9	4	8,7	17	37,0	14	30,4	4	8,7	46	100,0	4,04
Outro	-	-	1	14,3			3	42,9	2	28,6	1	14,3	7	100,0	4,29

Fonte: Inquérito aos Municípios beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 957. Média Adequação dos seguintes elementos quanto ao processo de análise e seleção do seu projeto: (escala 1- Nada adequado a 6 Muito adequado):

	Norte		Centro		Lisboa		Alentejo	
	Média	N	Média	N	Média	N	Média	N
Condições de elegibilidade da entidade beneficiária	4,57	7	4,95	21	4,83	6	4,69	16
Condições de elegibilidade do projeto	4,67	6	4,48	21	4,33	6	4,56	16
CrITÉrios de seleção	4,43	7	4,43	21	4,50	6	4,56	16
Metodologia de apuramento do mérito	4,29	7	4,33	21	4,50	6	4,56	16
Tipo de despesas elegíveis	4,57	7	4,38	21	4,83	6	4,44	16
Taxa de incentivo	5,00	7	4,67	21	3,00	6	4,44	16
Carga burocrática	4,14	7	3,76	21	3,67	6	4,00	16
Interação com o Sistema de Informação do FSE	4,17	6	4,00	16	3,00	2	4,33	12
Interação com o Sistema de Informação do FEDER	4,71	7	4,55	20	5,17	6	4,63	16
Interação com o Sistema de Informação do PDR	4,33	6	4,00	16	3,50	2	4,33	12
Interação com o Balcão2020	4,86	7	4,71	21	5,33	6	4,63	16
Interação com outros Sistemas de informação	4,17	6	4,43	14	3,50	2	4,46	13
Tempo de análise/aprovação da candidatura	4,14	7	3,33	21	4,50	6	4,50	16
Pedidos de esclarecimentos e/ou elementos adicionais solicitados	4,17	6	3,53	19	4,33	6	4,53	15
Outro	4,50	2	4,50	2	-	-	4,00	3

Fonte: Inquérito aos Municípios beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 958. Nos casos onde respondeu 1, 2 ou 3, justifique a sua resposta.

	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo
A comparticipação financeira do FEDER devia ser superior.			1	
Considerando que somos entidades públicas, a carga burocrática é exagerada				1
Demora excessiva para analisarem e aprovarem a candidatura.		1		
Demora na resposta e análise até à aprovação da candidatura.	1			
Exigência de classificação patrimonial de interesse público.			1	
Não houve projetos nas áreas.			1	
o património é propriedade de vários tipos de entidades, pelo que os avisos deveriam ser alargados a outros tipos de beneficiários. Demasiado tempo de análise e decisão.		1		
O processo de candidatura e análise poderia ser simplificado, conduzindo a decisões menos demoradas.		1		
Optar por um único Balcão				1
Reduzida taxa de incentivo comunitário e tempos muito curtos para resposta a pedidos de esclarecimentos			1	
Tempo excessivo para análise e complexidade nos pedidos de esclarecimentos		1		

Fonte: Inquérito aos Municípios beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

EXECUÇÃO DOS PROJETOS

Quadro 959. Principais dificuldades sentidas na execução do seu projeto.

	Norte (N=7)		Centro (N=18)		Lisboa (N=7)		Alentejo (N=16)		Total (N=48)	
	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos
Não teve dificuldades	3	42,9	5	27,8	3	42,9	14	87,5	25	52,1
Interpretação da legislação	1	14,3	1	5,6	-	-	-	-	2	4,2
Aconselhamento técnico insuficiente por parte dos consultores	-	-	1	5,6	-	-	1	6,3	2	4,2
Aconselhamento técnico insuficiente por parte da CIM/AM	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dificuldade na adequação do projeto às condições de elegibilidade	1	14,3	4	22,2	1	14,3	-	-	6	12,5
Requisitos formais e burocracia para a instrução de pedidos de pagamento	1	14,3	4	22,2	1	14,3	-	-	6	12,5
Requisitos formais e burocracia para a instrução de pedidos de alteração	1	14,3	3	16,7	1	14,3	1	6,3	6	12,5
Dificuldade em obter financiamento para a parte não comparticipada	1	14,3	2	11,1	-	-	1	6,3	4	8,3
Cumprimento de requisitos técnicos/administrativos (pareceres, licenciamentos,...)	3	42,9	8	44,4	4	57,1	1	6,3	16	33,3
Prazo de resposta a pedidos de esclarecimento	1	14,3	4	22,2	-	-	-	-	5	10,4
Prazos de decisão	2	28,6	2	11,1	-	-	-	-	4	8,3
Outra.	-	-	1	5,6	-	-	-	-	1	2,1

Fonte: Inquérito aos Municípios beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 960. Outra. Qual?

	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo
impossibilidade de reprogramação financeira.		1		

Fonte: Inquérito aos Municípios beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 961. Descreva as dificuldades sentidas

	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo
A delimitação imperiosa dos termos técnicos/materiais para as intervenções, face às questões de limitados prazos de realização e limitativa capacidade de execução financeira na contratação e dinamização das ações no terreno			1	
Pareceres APA e DGPC		1		
Proposta de reprogramação financeira não foi acolhida, face à necessidade de adequação dos trabalho no final da execução		1		

Fonte: Inquérito aos Municípios beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

EFICÁCIA: RESULTADOS DOS PROJETOS

Quadro 962. Dos fatores seguintes assinale aqueles que criaram maiores dificuldades na execução do seu projeto

	Cumprimento dos tempos de execução (N=40)		Execução integral do financiamento aprovado (N=28)		Cumprimento dos indicadores Contratualizados (N=27)	
	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos
Não existiram dificuldades	16	40,0%	18	64,3%	19	70,4%
Insuficiente estado de maturação do projeto apresentado em candidatura	17	42,5%	5	17,9%	5	18,5%
Bloqueamentos institucionais ou administrativos (p.e., falta de flexibilidade para aceitar alterações, licenças)	14	35,0%	8	28,6%	3	11,1%
Dificuldades na gestão administrativa do projeto (p.e., preparação dos pedidos de reembolso)	5	12,5%	7	25,0%	2	7,4%
Atrasos no reembolso das despesas	4	10,0%	6	21,4%	3	11,1%
Elevado prazo de resposta a pedidos de esclarecimento, de alteração, ...	5	12,5%	8	28,6%	3	11,1%
Dificuldades de liquidez e obtenção de financiamento para cobrir os custos não comparticipados	4	10,0%	7	25,0%	2	7,4%
Problemas de gestão do projeto de ordem técnica (complexidade do projeto, exigências das normas técnicas, ...)	15	37,5%	11	39,3%	6	22,2%
Desvio nos custos inicialmente previstos	8	20,0%	9	32,1%	5	18,5%
Dificuldades na articulação com parceiros	6	15,0%	4	14,3%	3	11,1%
Outros fatores.	1	2,5%	1	3,6%	1	3,7%

Fonte: Inquérito aos beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 963. Dos fatores seguintes assinale aqueles que criaram maiores dificuldades na execução do seu projeto, Norte

	Cumprimento dos tempos de execução (N=6)		Execução integral do financiamento aprovado (N=5)		Cumprimento dos indicadores Contratualizados (N=3)	
	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos
Não existiram dificuldades	4	66,7	2	40,0	2	66,7
Insuficiente estado de maturação do projeto apresentado em candidatura	5	83,3	1	20,0	1	33,3
Bloqueamentos institucionais ou administrativos (p.e., falta de flexibilidade para aceitar alterações, licenças)	3	50,0	2	40,0	1	33,3
Dificuldades na gestão administrativa do projeto (p.e., preparação dos pedidos de reembolso)	2	33,3	3	60,0	1	33,3
Atrasos no reembolso das despesas	3	50,0	2	40,0	1	33,3
Elevado prazo de resposta a pedidos de esclarecimento, de alteração, ...	2	33,3	2	40,0	1	33,3
Dificuldades de liquidez e obtenção de financiamento para cobrir os custos não comparticipados	1	16,7	2	40,0	1	33,3
Problemas de gestão do projeto de ordem técnica (complexidade do projeto, exigências das normas técnicas, ...)	4	66,7	4	80,0	2	66,7
Desvio nos custos inicialmente previstos	2	33,3	2	40,0	2	66,7
Dificuldades na articulação com parceiros	2	33,3	1	20,0	1	33,3
Outros fatores.	1	16,7	1	20,0	1	33,3

Fonte: Inquérito aos beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 964. Dos fatores seguintes assinale aqueles que criaram maiores dificuldades na execução do seu projeto, Centro

	Cumprimento dos tempos de execução (N=18)		Execução integral do financiamento aprovado (N=10)		Cumprimento dos indicadores Contratualizados (N=10)	
	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos
Não existiram dificuldades	4	22,2	4	40,0	6	60,0
Insuficiente estado de maturação do projeto apresentado em candidatura	8	44,4	1	10,0	2	20,0
Bloqueamentos institucionais ou administrativos (p.e., falta de flexibilidade para aceitar alterações, licenças)	8	44,4	3	30,0	1	10,0
Dificuldades na gestão administrativa do projeto (p.e., preparação dos pedidos de reembolso)	1	5,6	3	30,0	-	-
Atrasos no reembolso das despesas	3	16,7	3	30,0	1	10,0
Elevado prazo de resposta a pedidos de esclarecimento, de alteração, ...	3	16,7	4	40,0	2	20,0
Dificuldades de liquidez e obtenção de financiamento para cobrir os custos não comparticipados	6	33,3	3	30,0	-	-
Problemas de gestão do projeto de ordem técnica (complexidade do projeto, exigências das normas técnicas, ...)	6	33,3	4	40,0	-	-
Desvio nos custos inicialmente previstos	3	16,7	4	40,0	2	20,0
Dificuldades na articulação com parceiros	-	-	1	10,0	-	-
Outros fatores.	-	-	-	-	-	-

Fonte: Inquérito aos beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 965. Dos fatores seguintes assinale aqueles que criaram maiores dificuldades na execução do seu projeto, Lisboa

	Cumprimento dos tempos de execução (N=6)		Execução integral do financiamento aprovado (N=4)		Cumprimento dos indicadores Contratualizados (N=5)	
	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos
Não existiram dificuldades	2	33,3	3	75,0	3	60,0
Insuficiente estado de maturação do projeto apresentado em candidatura	2	33,3	2	50,0	1	20,0
Bloqueamentos institucionais ou administrativos (p.e., falta de flexibilidade para aceitar alterações, licenças)	2	33,3	2	50,0	-	-
Dificuldades na gestão administrativa do projeto (p.e., preparação dos pedidos de reembolso)	1	16,7	-	-	-	-
Atrasos no reembolso das despesas	-	-	-	-	1	20,0
Elevado prazo de resposta a pedidos de esclarecimento, de alteração, ...	-	-	1	25,0	-	-
Dificuldades de liquidez e obtenção de financiamento para cobrir os custos não comparticipados	-	-	1	25,0	-	-
Problemas de gestão do projeto de ordem técnica (complexidade do projeto, exigências das normas técnicas, ...)	2	33,3	2	50,0	-	-
Desvio nos custos inicialmente previstos	-	-	2	50,0	-	-
Dificuldades na articulação com parceiros	-	-	1	25,0	1	20,0
Outros fatores.	-	-	-	-	-	-

Fonte: Inquérito aos beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 966. Dos fatores seguintes assinale aqueles que criaram maiores dificuldades na execução do seu projeto, Alentejo

	Cumprimento dos tempos de execução (N=10)		Execução integral do financiamento aprovado (N=9)		Cumprimento dos indicadores Contratualizados (N=9)	
	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos
Não existiram dificuldades	6	60,0	9	100,0	8	88,9
Insuficiente estado de maturação do projeto apresentado em candidatura	2	20,0	1	11,1	1	11,1
Bloqueamentos institucionais ou administrativos (p.e., falta de flexibilidade para aceitar alterações, licenças)	1	10,0	1	11,1	1	11,1
Dificuldades na gestão administrativa do projeto (p.e., preparação dos pedidos de reembolso)	-	-	1	11,1	1	11,1
Atrasos no reembolso das despesas	-	-	1	11,1	1	11,1
Elevado prazo de resposta a pedidos de esclarecimento, de alteração, ...	-	-	1	11,1	1	11,1
Dificuldades de liquidez e obtenção de financiamento para cobrir os custos não comparticipados	-	-	1	11,1	1	11,1
Problemas de gestão do projeto de ordem técnica (complexidade do projeto, exigências das normas técnicas, ...)	3	30,0	1	11,1	2	22,2
Desvio nos custos inicialmente previstos	-	-	1	11,1	1	11,1
Dificuldades na articulação com parceiros	1	10,0	1	11,1	1	11,1
Outros fatores.	-	-	-	-	-	-

Fonte: Inquérito aos beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 967. Descreva as dificuldades sentidas

	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo
A execução de empreitadas pode levar a atrasos na conclusão dos trabalhos, e por conseguinte, a atrasos na conclusão das operações, o que leva a uma constante realização de pedidos de reprogramação/alteração.		1		
Demora na obtenção, para o contrato, do Visto do Tribunal de Contas.			1	
Dinamização dos procedimentos de contratação pública face aos prazos de execução da candidatura aprovada e custos adicionais decorrentes de trabalhos a mais não previstos			1	

Fonte: Inquérito aos Municípios beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 968. Aspetos inovadores do projeto

	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo
ALMARTE - O projeto de artes e cultura denominado ALMARTE — FESTIVAL INTERNACIONAL DE ARTES NA RUA, é um evento inovador, que conta este ano a sua 2.ª Edição, tendo já sido distinguido com a “distinção Inovação” pela Turismo Alentejo e Ribatejo, ERT e que é dirigido ao público em geral e com entradas gratuitas que, ao longo de três dias, junta em Almodôvar, no centro histórico, num espaço enquadrado pelo Convento da Nossa Senhora da Conceição e pela Praça da República, as mais diversas disciplinas artísticas tais como artes circenses, magia, teatro de rua, marionetas, homens estátua, danças, arruadas, entre outros. ESCRITAS DO SUL - é um evento inédito, pelo qual o Município de Almodôvar procura incentivar os diferentes públicos a aprofundar o seu conhecimento e a valorizar não só a língua, como a escrita, através de uma demonstração que abranja também o que ela nos conta e de onde provém.				1
Desenvolvimento do território local.			1	
Integração de componente digital no projeto, como por exemplo a realidade aumentada e realidade virtual.				1
manter a qualidade dos equipamentos, inovar, criar novos polos de atração, reforçar a informação a publicidade, por forma a garantir uma evolução positiva da procura.				1
Na medida que este projetos contribuem para o conhecimento e Proteção do Património em todas as suas vertentes, enquanto elemento agregador da identidade regional.	1			
Nas soluções preconizadas para o desenvolvimento do território e para a atração de visitantes.		1		
Novas tecnologias de desenvolvimento cultural e patrimonial				1
projetos assentes numa base de articulação intermunicipal centrada na temática da PI			1	0

Fonte: Inquérito aos Municípios beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 969. Aspetos em que considera que o seu projeto poderá influenciar positivamente o território onde se encontra inserido

	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo
A intervenção ao nível do património cultural contribui para o aumento da atratividade turística			1	
A manutenção do contexto de parceria intermunicipal			1	
Ambiental, social, coesão territorial.			1	
aumenta a oferta turística no Concelho				1
Contribuir para a coesão territorial e atração e fixação de população		1		
Desenvolvimento económico enquanto atração turística cultural		1		
Desenvolvimento económico/social local.			1	
Disponibilização de conteúdos e ferramentas a utilizar no âmbito da promoção do território.				1
Impulso do setor turístico.		1		
Maior atratividade turística		1		
Maior oferta cultural para os residentes e visitantes do concelho.				1
Na medida em que vai permitir conhecer todos o património cultural e patrimonial do território.	1			
promover o potencial turístico do concelho, o qual constitui um dos principais factores de desenvolvimento económico				1
Reabilitação do património municipal.				1
requalificação, valorização do território para melhor fruição da população			1	
Tornar um território de excelência				1

Fonte: Inquérito aos Municípios beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 970. O projeto teria sido executado sem este financiamento?

	Norte (N=6)		Centro (N=20)		Lisboa (N=6)		Alentejo (N=16)		Total (N=40)	
	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos
Sim, com o mesmo formato	-	-	1	5,0	-	-	1	6,3	2	4,2
Sim, mas com um investimento menor	2	33,3	4	20,0	1	16,7	6	37,5	13	27,1
Sim, mas com um prazo de realização mais elevado	1	16,7	5	25,0	3	50,0	3	18,8	12	25,0
Não	4	66,7	12	60,0	2	33,3	6	37,5	24	50,0

Fonte: Inquérito aos Municípios beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 971. O projeto pode considerar-se complementar de outros projetos desenvolvidos pela entidade?

	Norte		Centro		Lisboa		Alentejo		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Sim	2	40,0	12	66,7	3	60,0	9	60,0	26	60,5
Não	3	60,0	6	33,3	2	40,0	6	40,0	17	39,5
Total	5	100,0	18	100,0	5	100,0	15	100,0	43	100,0

Fonte: Inquérito aos Municípios beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 972. Indique o tipo de projeto e a sua fonte de financiamento

	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo
controlo de cheias na Ribeira da Póvoa e Regularização fluvial da ribeira do Prior Velho - POSEUR			1	
Escolas/Património - FEDER			1	
Nesta PI o município executou vários projectos				1
Percurso de birdwatching, pedestres e de BTT, projetos realizados no âmbito do Tejo Internacional e da Serra da Gardunha. O financiamento foi com recurso a fundos próprios.		1		
Projetos de reabilitação urbana desenvolvidos no âmbito do PEDU financiados pelo Alentejo 2020 e anteriores projetos de reabilitação do património executados nos anteriores quadros comunitários.				1
PROVERE Aldeias Históricas - Centro 2020		1		
Recuperação do património termal - FEDER - PEDU		1		
Requalificação urbana da zona envolvente, com recursos próprios		1		
Turismo - FEDER				1
Valorização das apetências naturais/históricas e turísticas do território, considerando que se trataou de projeto intermunicipal			1	
Valorização patrimonial e cultural - Portugal 2020				1

Fonte: Inquérito aos Municípios beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 973. Ponderou apresentar candidatura a outro Programa/Medida?

	Norte		Centro		Lisboa		Alentejo		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Sim	2	28,6	1	5,0	-	-	-	-	3	6,0
Não	5	71,4	19	95,0	7	100,0	16	100,0	47	94,0
Total	7	100,0	20	100,0	7	100,0	16	100,0	50	100,0

Fonte: Inquérito aos Municípios beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 974. Identifique o outro Programa a que ponderou apresentar candidatura e porque é que optou pelo apoio da CIM/AM.

	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo
Turismo de Portugal	1			
Turismo de Portugal - Valorizar		1		
Valorizar	1			

Fonte: Inquérito aos Municípios beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 975. outras fontes de financiamento (para além do PT2020) foram utilizadas para assegurar a execução do projeto(contrapartida nacional)

	Norte (N=7)		Centro (N=19)		Lisboa (N=7)		Alentejo (N=16)		Total (N=39)	
	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos
Fundos próprios	7	100,0	19	100,0	7	100,0	14	87,5	47	95,9
Orçamento de Estado	-	-	-	-	-	-	1	6,3	1	2,0
Protocolos Adm. Central/Adm. Local	-	-	-	-	1	14,3	1	6,3	2	4,1
Banco Europeu de Investimentos	1	14,3	-	-	2	28,6	-	-	3	6,1
Outras	-	-	-	-	1	14,3	-	-	1	2,0

Fonte: Inquérito aos Municípios beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 976. Outro. Qual?

	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo
Fundo Ambiental/Turismo de Portugal/ProMuseus/ACM/PEC/Fundo UE			1	
Orçamento municipal			1	

Fonte: Inquérito aos Municípios beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 977. Existiram problemas de mobilização da contrapartida nacional?

	Norte		Centro		Lisboa		Alentejo		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Sim	1	16,7	2	10,5			2	12,5	5	10,4
Não	5	83,3	17	89,5	7	100,0	14	87,5	43	89,6
Total	6	100,0	19	100,0	7	100,0	16	100,0	48	100,0

Fonte: Inquérito aos Municípios beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 978. Especifique as dificuldades sentidas

	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo
Lei dos Compromissos				1

Fonte: Inquérito aos Municípios beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

PI 8.8/8a. APOIO AO DESENVOLVIMENTO DOS VIVEIROS DE EMPRESAS E À ATIVIDADE POR CONTA PRÓPRIA, ÀS MICROEMPRESAS E À CRIAÇÃO DE EMPRESAS

Quadro 979. Projetos aprovados no âmbito da PI 8.8/8a. Apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas e à atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas

	Norte		Centro		Lisboa		Alentejo		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Sim	2	9,5	-	-	-	-	4	22,2	6	8,1
Não	19	90,5	25	100,0	10	100,0	14	77,8	68	91,9
Total	21	100,0	25	100,0	10	100,0	18	100,0	74	100,0

Fonte: Inquérito aos Municípios beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

CANDIDATURA DE PROJETOS

Quadro 980. Grau de adequação dos calendários de abertura dos avisos e dos prazos de submissão de candidaturas nesta PI/Medida

	1 – Nada adequado		2		3		4		5		6 - Muito adequado		Total		Média
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	
Tempo de duração do Aviso de Abertura de Candidaturas (desde a abertura até ao encerramento)	-	-	1	20,0	-	-	3	60,0	-	-	1	20,0	5	100,0	4,00
Intervalo de tempo entre a realização das ações de divulgação e o prazo para submissão das candidaturas	-	-	1	20,0	1	20,0	2	40,0	-	-	1	20,0	5	100,0	3,80
Ritmo de lançamento dos concursos para a mesma Tipologia/tipo de operações)	-	-	-	-	1	20,0	3	60,0	-	-	1	20,0	5	100,0	4,20
Articulação entre concursos para várias tipologias de operação	-	-	-	-	1	20,0	2	40,0	1	20,0	1	20,0	5	100,0	4,40
Outro.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: Inquérito aos Municípios beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 981. Média Grau de adequação dos calendários de abertura dos avisos e dos prazos de submissão de candidaturas nesta PI/Medida (escala 1- Nada adequado a 6 Muito adequado):

	Norte		Centro		Lisboa		Alentejo	
	Média	N	Média	N	Média	N	Média	N
Tempo de duração do Aviso de Abertura de Candidaturas (desde a abertura até ao encerramento)	4,00	1	-	-	-	-	4,00	4
Intervalo de tempo entre a realização das ações de divulgação e o prazo para submissão das candidaturas	3,00	1	-	-	-	-	4,00	4
Ritmo de lançamento dos concursos para a mesma Tipologia/tipo de operações)	4,00	1	-	-	-	-	4,25	4
Articulação entre concursos para várias tipologias de operação	5,00	1	-	-	-	-	4,25	4
Outro.	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: Inquérito aos Municípios beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 982. Principais dificuldades sentidas no processo de elaboração e de aprovação da Candidatura nesta PI.

	Norte (N=1)		Centro		Lisboa		Alentejo (N=4)		Total (N=5)	
	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos
Não sabe, a candidatura foi elaborada por consultores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Não teve dificuldades	1	100,0	-	-	-	-	3	75,0	4	80,0
Interpretação da legislação	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aconselhamento técnico insuficiente por parte dos consultores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aconselhamento técnico insuficiente por parte da CIM/AM	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dificuldade na adequação do projeto às condições de elegibilidade	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Requisitos formais e burocracia para a instrução da candidatura	-	-	-	-	-	-	1	25,0	1	20,0
Dificuldade em obter financiamento para a parte não comparticipada	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Cumprimento de requisitos técnicos/administrativos (pareceres, licenciamentos,...)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Prazo de resposta a pedidos de esclarecimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Prazos de decisão	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outra	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: Inquérito aos Municípios beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 983. Adequação do concurso a que concorreu às necessidades da sua entidade e do território onde se insere

	1 – Nada adequado		2		3		4		5		6 - Muito adequado		Total		Média
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	
Necessidades da entidade	-	-	-	-	1	20,0	2	40,0	2	40,0	-	-	5	100,0	5,00
Necessidades do território	-	-	-	-	1	20,0	2	40,0	2	40,0	-	-	5	100,0	5,00

Fonte: Inquérito aos Municípios beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 984. Média Adequação do concurso a que concorreu às necessidades da sua entidade e do território onde se insere (escala 1- Nada adequado a 6 Muito adequado):

	Norte		Centro		Lisboa		Alentejo	
	Média	N	Média	N	Média	N	Média	N
Necessidades da entidade	6,00	1	-	-	-	-	4,75	4
Necessidades do território	6,00	1	-	-	-	-	4,75	4

Fonte: Inquérito aos Municípios beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 985. Adequação dos seguintes elementos quanto ao processo de análise e seleção do seu projeto:

	1 – Nada adequado		2		3		4		5		6 - Muito adequado		Total		Média
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	
Condições de elegibilidade da entidade beneficiária	-	-	-	-	1	20,0	1	20,0	1	20,0	2	40,0	5	100,0	4,80
Condições de elegibilidade do projeto	-	-	-	-	1	20,0	1	20,0	2	40,0	1	20,0	5	100,0	4,60
Critérios de seleção	-	-	-	-	1	20,0	1	20,0	2	40,0	1	20,0	5	100,0	4,60
Metodologia de apuramento do mérito	-	-	-	-	1	20,0	1	20,0	2	40,0	1	20,0	5	100,0	4,60
Tipo de despesas elegíveis	-	-	-	-	1	20,0	1	20,0	2	40,0	1	20,0	5	100,0	4,60
Taxa de incentivo	-	-	-	-	1	20,0	1	20,0	1	20,0	2	40,0	5	100,0	4,80
Carga burocrática	-	-	-	-	1	20,0	3	60,0	-	-	1	20,0	5	100,0	4,20
Interação com o Sistema de Informação do FSE	-	-	1	25,0	1	25,0	1	25,0	-	-	1	25,0	4	100,0	3,75
Interação com o Sistema de Informação do FEDER	-	-	-	-	1	20,0	1	20,0	2	40,0	1	20,0	5	100,0	4,60
Interação com o Sistema de Informação do PDR	-	-	1	25,0	1	25,0	1	25,0	-	-	1	25,0	4	100,0	4,00
Interação com o Balcão2020	-	-	-	-	1	20,0	1	20,0	2	40,0	1	20,0	5	100,0	4,60
Interação com outros Sistemas de informação	-	-	-	-	2	50,0	-	-	1	25,0	1	25,0	4	100,0	4,25
Tempo de análise/aprovação da candidatura	-	-	-	-	1	20,0	3	60,0	-	-	1	20,0	5	100,0	4,20
Pedidos de esclarecimentos e/ou elementos adicionais solicitados	-	-	-	-	1	20,0	2	40,0	1	20,0	1	20,0	5	100,0	4,40
Outro	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: Inquérito aos Municípios beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 986. Média Adequação dos seguintes elementos quanto ao processo de análise e seleção do seu projeto: (escala 1- Nada adequado a 6 Muito adequado):

	Norte		Centro		Lisboa		Alentejo	
	Média	N	Média	N	Média	N	Média	N
Condições de elegibilidade da entidade beneficiária	6,00	1	-	-	-	-	4,50	4
Condições de elegibilidade do projeto	5,00	1	-	-	-	-	4,50	4
Critérios de seleção	5,00	1	-	-	-	-	4,50	4
Metodologia de apuramento do mérito	5,00	1	-	-	-	-	4,50	4
Tipo de despesas elegíveis	5,00	1	-	-	-	-	4,50	4
Taxa de incentivo	6,00	1	-	-	-	-	4,50	4
Carga burocrática	4,00	1	-	-	-	-	4,25	4
Interação com o Sistema de Informação do FSE	3,00	1	-	-	-	-	4,00	3
Interação com o Sistema de Informação do FEDER	5,00	1	-	-	-	-	4,50	4
Interação com o Sistema de Informação do PDR	3,00	1	-	-	-	-	4,33	3
Interação com o Balcão2020	5,00	1	-	-	-	-	4,50	4
Interação com outros Sistemas de informação	3,00	1	-	-	-	-	4,67	3
Tempo de análise/aprovação da candidatura	4,00	1	-	-	-	-	4,25	4
Pedidos de esclarecimentos e/ou elementos adicionais solicitados	4,00	1	-	-	-	-	4,50	4
Outro	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: Inquérito aos Municípios beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

EXECUÇÃO DOS PROJETOS

Quadro 987. Principais dificuldades sentidas na execução do seu projeto.

	Norte (N=1)		Centro		Lisboa		Alentejo (N=4)		Total (N=5)	
	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos
Não teve dificuldades	1	100,0	-	-	-	-	2	50,0	3	60,0
Interpretação da legislação	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aconselhamento técnico insuficiente por parte dos consultores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aconselhamento técnico insuficiente por parte da CIM/AM	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dificuldade na adequação do projeto às condições de elegibilidade	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Requisitos formais e burocracia para a instrução de pedidos de pagamento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Requisitos formais e burocracia para a instrução de pedidos de alteração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dificuldade em obter financiamento para a parte não comparticipada	-	-	-	-	-	-	1	25,0	1	20,0
Cumprimento de requisitos técnicos/administrativos (pareceres, licenciamentos,...)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Prazo de resposta a pedidos de esclarecimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Prazos de decisão	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outra.	-	-	-	-	-	-	1	25,0	1	20,0

Fonte: Inquérito aos Municípios beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 988. Outra. Qual?

	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo
Concurso da empreitada vazio + necessidade de ajustamento ao projeto inicial				1

Fonte: Inquérito aos Municípios beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

EFICÁCIA: RESULTADOS DOS PROJETOS

Quadro 989. Dos fatores seguintes assinale aqueles que criaram maiores dificuldades na execução do seu projeto

	Cumprimento dos tempos de execução (N=3)		Execução integral do financiamento aprovado		Cumprimento dos indicadores Contratualizados (N=3)	
	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos
Não existiram dificuldades	-	-	-	-	2	66,7
Insuficiente estado de maturação do projeto apresentado em candidatura	2	66,7	-	-	2	66,7
Bloqueamentos institucionais ou administrativos (p.e., falta de flexibilidade para aceitar alterações, licenças)	-	-	-	-	1	33,3
Dificuldades na gestão administrativa do projeto (p.e., preparação dos pedidos de reembolso)	-	-	-	-	1	33,3
Atrasos no reembolso das despesas	-	-	-	-	1	33,3
Elevado prazo de resposta a pedidos de esclarecimento, de alteração, ...	-	-	-	-	1	33,3
Dificuldades de liquidez e obtenção de financiamento para cobrir os custos não comparticipados	-	-	-	-	1	33,3
Problemas de gestão do projeto de ordem técnica (complexidade do projeto, exigências das normas técnicas, ...)	2	66,7	-	-	1	33,3
Desvio nos custos inicialmente previstos	-	-	-	-	1	33,3
Dificuldades na articulação com parceiros	-	-	-	-	1	33,3
Outros fatores.	-	-	-	-	-	-

Fonte: Inquérito aos beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 990. Dos fatores seguintes assinale aqueles que criaram maiores dificuldades na execução do seu projeto, Norte

	Cumprimento dos tempos de execução (N=1)		Execução integral do financiamento aprovado		Cumprimento dos indicadores Contratualizados	
	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos
Não existiram dificuldades	-	-	-	-	-	-
Insuficiente estado de maturação do projeto apresentado em candidatura	-	-	-	-	-	-
Bloqueamentos institucionais ou administrativos (p.e., falta de flexibilidade para aceitar alterações, licenças)	-	-	-	-	-	-
Dificuldades na gestão administrativa do projeto (p.e., preparação dos pedidos de reembolso)	-	-	-	-	-	-
Atrasos no reembolso das despesas	-	-	-	-	-	-
Elevado prazo de resposta a pedidos de esclarecimento, de alteração, ...	-	-	-	-	-	-
Dificuldades de liquidez e obtenção de financiamento para cobrir os custos não comparticipados	-	-	-	-	-	-
Problemas de gestão do projeto de ordem técnica (complexidade do projeto, exigências das normas técnicas, ...)	1	100,0	-	-	-	-
Desvio nos custos inicialmente previstos	-	-	-	-	-	-
Dificuldades na articulação com parceiros	-	-	-	-	-	-
Outros fatores.	-	-	-	-	-	-

Fonte: Inquérito aos beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 991. Dos fatores seguintes assinale aqueles que criaram maiores dificuldades na execução do seu projeto, Alentejo

	Cumprimento dos tempos de execução (N=1)		Execução integral do financiamento aprovado		Cumprimento dos indicadores Contratualizados (N=4)	
	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos
Não existiram dificuldades	-	-	-	-	2	66,7
Insuficiente estado de maturação do projeto apresentado em candidatura	2	100,0	-	-	2	66,7
Bloqueamentos institucionais ou administrativos (p.e., falta de flexibilidade para aceitar alterações, licenças)	-	-	-	-	1	33,3
Dificuldades na gestão administrativa do projeto (p.e., preparação dos pedidos de reembolso)	-	-	-	-	1	33,3
Atrasos no reembolso das despesas	-	-	-	-	1	33,3
Elevado prazo de resposta a pedidos de esclarecimento, de alteração, ...	-	-	-	-	1	33,3
Dificuldades de liquidez e obtenção de financiamento para cobrir os custos não comparticipados	-	-	-	-	1	33,3
Problemas de gestão do projeto de ordem técnica (complexidade do projeto, exigências das normas técnicas, ...)	1	50,0	-	-	1	33,3
Desvio nos custos inicialmente previstos	-	-	-	-	1	33,3
Dificuldades na articulação com parceiros	-	-	-	-	1	33,3
Outros fatores.	-	-	-	-	-	-

Fonte: Inquérito aos beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 992. Aspetos inovadores do projeto

	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo
Criação de condições infraestruturais ao empreendedorismo				1

Fonte: Inquérito aos Municípios beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 993. O projeto teria sido executado sem este financiamento?

	Norte (N=1)		Centro		Lisboa		Alentejo (N=4)		Total (N=5)	
	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos
Sim, com o mesmo formato	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Sim, mas com um investimento menor	1	100,0	-	-	-	-	1	25,0	2	40,0
Sim, mas com um prazo de realização mais elevado	1	100,0	-	-	-	-	-	-	1	20,0
Não	-	-	-	-	-	-	3	75,0	3	60,0

Fonte: Inquérito aos Municípios beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 994. O projeto pode considerar-se complementar de outros projetos desenvolvidos pela entidade?

	Norte		Centro		Lisboa		Alentejo		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Sim	1	100,0	-	-	-	-	3	75,0	4	80,0
Não	-	-	-	-	-	-	1	25,0	1	20,0
Total	1	100,0	-	-	-	-	4	100,0	5	100,0

Fonte: Inquérito aos Municípios beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 995. Indique o tipo de projeto e a sua fonte de financiamento

	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo
Incubadora de Novas empresas - Portugal 2020				1

Fonte: Inquérito aos Municípios beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 996. Ponderou apresentar candidatura a outro Programa/Medida?

	Norte		Centro		Lisboa		Alentejo		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Sim	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Não	1	100,0	-	-	-	-	4	100,0	5	100,0
Total	1	100,0	-	-	-	-	4	100,0	5	100,0

Fonte: Inquérito aos Municípios beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 997. outras fontes de financiamento (para além do PT2020) foram utilizadas para assegurar a execução do projeto(contrapartida nacional)

	Norte (N=1)		Centro		Lisboa		Alentejo (N=4)		Total (N=5)	
	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos
Fundos próprios	1	100,0	-	-	-	-	4	100,0	5	100,0

Fonte: Inquérito aos Municípios beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 998. Existiram problemas de mobilização da contrapartida nacional?

	Norte		Centro		Lisboa		Alentejo		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Sim	-	-	-	-	-	-	1	25,0	1	20,0
Não	1	100,0	-	-	-	-	3	75,0	4	80,0
Total	1	100,0	-	-	-	-	4	100,0	5	100,0

Fonte: Inquérito aos Municípios beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

PI 9.1/9i. INCLUSÃO ATIVA, INCLUINDO COM VISTA À PROMOÇÃO DA IGUALDADE DE OPORTUNIDADES E DA PARTICIPAÇÃO ATIVA E MELHORIA DA EMPREGABILIDADE

Quadro 999. Projetos aprovados no âmbito da PI9.1/9i. Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e melhoria da empregabilidade

	Norte		Centro		Lisboa		Alentejo		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Sim	7	35,0	1	4,2	7	70,0	2	10,5	17	23,3
Não	13	65,0	23	95,8	3	30,0	17	89,5	56	76,7
Total	20	100,0	24	100,0	10	100,0	19	100,0	73	100,0

Fonte: Inquérito aos Municípios beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

CANDIDATURA DE PROJETOS

Quadro 1000. Grau de adequação dos calendários de abertura dos avisos e dos prazos de submissão de candidaturas nesta PI/Medida

	1 – Nada adequado		2		3		4		5		6 - Muito adequado		Total		Média
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	
Tempo de duração do Aviso de Abertura de Candidaturas (desde a abertura até ao encerramento)	-	-	2	14,3	1	7,1	5	35,7	6	42,9	-	-	14	100,0	4,07
Intervalo de tempo entre a realização das ações de divulgação e o prazo para submissão das candidaturas	-	-	2	14,3	1	7,1	5	35,7	6	42,9	-	-	14	100,0	4,07
Ritmo de lançamento dos concursos para a mesma Tipologia/tipo de operações)	-	-	3	23,1	6	46,2	4	30,8	-	-	-	-	13	100,0	3,85
Articulação entre concursos para várias tipologias de operação	-	-	2	16,7	2	16,7	4	33,3	4	33,3	-	-	12	100,0	3,83
Outro.	-	-	-	-	-	-	-	-	2	100,0	-	-	2	100,0	5,00

Fonte: Inquérito aos Municípios beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1001. Média Grau de adequação dos calendários de abertura dos avisos e dos prazos de submissão de candidaturas nesta PI/Medida (escala 1- Nada adequado a 6 Muito adequado):

	Norte		Centro		Lisboa		Alentejo	
	Média	N	Média	N	Média	N	Média	N
Tempo de duração do Aviso de Abertura de Candidaturas (desde a abertura até ao encerramento)	3,83	6	5,00	1	4,60	5	3,00	2
Intervalo de tempo entre a realização das ações de divulgação e o prazo para submissão das candidaturas	3,83	6	5,00	1	4,60	5	3,00	2
Ritmo de lançamento dos concursos para a mesma Tipologia/tipo de operações)	3,80	5	4,00	1	4,20	5	3,00	2
Articulação entre concursos para várias tipologias de operação	3,60	5	5,00	1	4,25	4	3,00	2
Outro.	5,00	1	5,00	1	-	-	-	-

Fonte: Inquérito aos Municípios beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1002. Nos casos onde respondeu 1, 2 ou 3, justifique a sua resposta.

	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo
Demora na publicação do Aviso.			1	
Tempo curto.			1	

Fonte: Inquérito aos Municípios beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1003. Principais dificuldades sentidas no processo de elaboração e de aprovação da Candidatura nesta PI.

	Norte (N=6)		Centro (N=1)		Lisboa (N=5)		Alentejo (N=2)		Total (N=14)	
	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos
Não sabe, a candidatura foi elaborada por consultores	1	16,7	-	-	-	-	-	-	1	7,1
Não teve dificuldades	2	33,3	-	-	3	60,0	1	50,0	6	42,9
Interpretação da legislação	2	33,3	-	-	-	-	-	-	2	14,3
Aconselhamento técnico insuficiente por parte dos consultores	1	16,7	-	-	-	-	-	-	1	7,1
Aconselhamento técnico insuficiente por parte da CIM/AM	1	16,7	-	-	-	-	-	-	1	7,1
Dificuldade na adequação do projeto às condições de elegibilidade	3	50,0	-	-	2	40,0	-	-	5	35,7
Requisitos formais e burocracia para a instrução da candidatura	2	33,3	1	100,0	1	20,0	-	-	4	28,6
Dificuldade em obter financiamento para a parte não comparticipada	-	-	-	-	-	-	-	-	1	7,1

	Norte (N=6)		Centro (N=1)		Lisboa (N=5)		Alentejo (N=2)		Total (N=14)	
	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos
Cumprimento de requisitos técnicos/administrativos (pareceres, licenciamentos,...)	-	-	-	-	2	40,0	-	-	3	21,4
Prazo de resposta a pedidos de esclarecimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Prazos de decisão	-	-	-	-	1	20,0	-	-	1	7,1
Outra	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: Inquérito aos Municípios beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1004. Adequação do concurso a que concorreu às necessidades da sua entidade e do território onde se insere

	1 – Nada adequado		2		3		4		5		6 - Muito adequado		Total		Média
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	
Necessidades da entidade	-	-	1	7,7	1	7,7	3	23,1	8	61,5	-	-	13	100,0	4,38
Necessidades do território	-	-	1	7,7	1	7,7	2	15,4	9	69,2	-	-	13	100,0	4,46

Fonte: Inquérito aos Municípios beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1005. Média Adequação do concurso a que concorreu às necessidades da sua entidade e do território onde se insere (escala 1- Nada adequado a 6 Muito adequado):

	Norte		Centro		Lisboa		Alentejo	
	Média	N	Média	N	Média	N	Média	N
Necessidades da entidade	4,40	5	5,00	1	4,60	5	3,50	2
Necessidades do território	4,60	5	5,00	1	4,60	5	3,50	2

Fonte: Inquérito aos Municípios beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1006. Adequação dos seguintes elementos quanto ao processo de análise e seleção do seu projeto:

	1 – Nada adequado		2		3		4		5		6 - Muito adequado		Total		Média
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	
Condições de elegibilidade da entidade beneficiária	-	-	2	15,4	-	-	2	15,4	8	61,5	1	7,7	13	100,0	4,46
Condições de elegibilidade do projeto	-	-	2	15,4	-	-	2	15,4	8	61,5	1	7,7	13	100,0	4,46
Crítérios de seleção	-	-	1	7,7	3	23,1	1	7,7	8	61,5	-	-	13	100,0	4,23
Metodologia de apuramento do mérito	-	-	1	7,7	3	23,1	1	7,7	8	61,5	-	-	13	100,0	4,23
Tipo de despesas elegíveis	-	-	2	15,4	1	7,7	4	30,8	5	38,5	1	7,7	13	100,0	4,15
Taxa de incentivo	-	-	3	23,1	2	15,4	2	15,4	6	46,2	-	-	13	100,0	3,85
Carga burocrática	1	7,7	2	15,4	2	15,4	4	30,8	4	30,8	-	-	13	100,0	3,62
Interação com o Sistema de Informação do FSE	2	15,4	2	15,4	3	23,1	4	30,8	2	15,4	-	-	13	100,0	3,15
Interação com o Sistema de Informação do FEDER	-	-	1	11,1	1	11,1	2	22,2	5	55,6	-	-	9	100,0	4,22
Interação com o Sistema de Informação do PDR	-	-	3	37,5	1	12,5	1	12,5	3	37,5	-	-	8	100,0	3,50
Interação com o Balcão2020	-	-	2	15,4	1	7,7	3	23,1	4	30,8	3	23,1	13	100,0	4,38
Interação com outros Sistemas de informação	-	-	4	50,0	-	-	2	25,0	2	25,0	-	-	8	100,0	3,25
Tempo de análise/aprovação da candidatura	-	-	3	23,1	1	7,7	3	23,1	6	46,2	-	-	13	100,0	3,92
Pedidos de esclarecimentos e/ou elementos adicionais solicitados	-	-	2	18,2	1	9,1	3	27,3	4	36,4	1	9,1	11	100,0	4,09
Outro	-	-	1	33,3	1	33,3	-	-	1	33,3	-	-	3	100,0	3,33

Fonte: Inquérito aos Municípios beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1007. Média Adequação dos seguintes elementos quanto ao processo de análise e seleção do seu projeto: (escala 1- Nada adequado a 6 Muito adequado):

	Norte		Centro		Lisboa		Alentejo	
	Média	N	Média	N	Média	N	Média	N
Condições de elegibilidade da entidade beneficiária	4,20	5	5,00	1	5,00	5	3,50	2
Condições de elegibilidade do projeto	4,40	5	5,00	1	4,80	5	3,50	2
Crítérios de seleção	4,20	5	4,00	1	4,60	5	3,50	2
Metodologia de apuramento do mérito	4,20	5	5,00	1	4,60	5	3,00	2
Tipo de despesas elegíveis	4,00	5	4,00	1	4,80	5	3,00	2
Taxa de incentivo	4,60	5	5,00	1	3,00	5	3,50	2
Carga burocrática	3,40	5	5,00	1	4,00	5	2,50	2
Interação com o Sistema de Informação do FSE	3,20	5	4,00	1	3,20	5	2,50	2
Interação com o Sistema de Informação do FEDER	4,25	4	5,00	1	5,00	2	3,00	2
Interação com o Sistema de Informação do PDR	3,50	4	5,00	1	3,50	2	2,00	1
Interação com o Balcão2020	3,80	5	5,00	1	5,40	5	3,00	2
Interação com outros Sistemas de informação	3,25	4	4,00	1	3,50	2	2,00	1
Tempo de análise/aprovação da candidatura	3,60	5	5,00	1	4,40	5	3,00	2

	Norte		Centro		Lisboa		Alentejo	
	Média	N	Média	N	Média	N	Média	N
Pedidos de esclarecimentos e/ou elementos adicionais solicitados	3,50	4	5,00	1	5,00	4	3,00	2
Outro	3,00	1	5,00	1	-	-	2,00	1

Fonte: Inquérito aos Municípios beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1008. Nos casos onde respondeu 1, 2 ou 3, justifique a sua resposta.

	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo
A comparticipação financeira do FSE devia ser superior.			1	
Baixa taxa de incentivo Comunitário e plataforma do FSE pouco assertiva para o utilizador e muito demorada no tempo de resposta			1	
Não houve projetos nas áreas.			1	
O SIIFSE é uma plataforma menos intuitiva.	1			

Fonte: Inquérito aos Municípios beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

EXECUÇÃO DOS PROJETOS

Quadro 1009. Principais dificuldades sentidas na execução do seu projeto.

	Norte (N=6)		Centro (N=1)		Lisboa (N=5)		Alentejo (N=2)		Total (N=14)	
	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos
Não teve dificuldades	2	33,3	-	-	2	40,0	-	-	4	28,6
Interpretação da legislação	3	50,0	-	-	-	-	-	-	3	21,4
Aconselhamento técnico insuficiente por parte dos consultores	1	16,7	-	-	-	-	-	-	1	7,1
Aconselhamento técnico insuficiente por parte da CIM/AM	1	16,7	-	-	-	-	-	-	1	7,1
Dificuldade na adequação do projeto às condições de elegibilidade	3	50,0	-	-	1	20,0	-	-	4	28,6
Requisitos formais e burocracia para a instrução de pedidos de pagamento	2	33,3	1	100,0	2	40,0	1	50,0	6	42,9
Requisitos formais e burocracia para a instrução de pedidos de alteração	2	33,3	-	-	-	-	-	-	2	14,3
Dificuldade em obter financiamento para a parte não comparticipada	1	16,7	-	-	-	-	-	-	1	7,1
Cumprimento de requisitos técnicos/administrativos (pareceres, licenciamentos,...)	1	16,7	-	-	2	40,0	1	50,0	4	28,6
Prazo de resposta a pedidos de esclarecimento	1	16,7	-	-	-	-	-	-	1	7,1
Prazos de decisão	1	16,7	-	-	1	20,0	-	-	2	14,3
Outra.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: Inquérito aos Municípios beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1010. Descreva as dificuldades sentidas

	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo
funcionamento do sistema FSE no balcão 2020				1
Processo de elaboração dos pedidos de pagamento muito complexo			1	

Fonte: Inquérito aos Municípios beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

EFICÁCIA: RESULTADOS DOS PROJETOS

Quadro 1011. Dos fatores seguintes assinale aqueles que criaram maiores dificuldades na execução do seu projeto

	Cumprimento dos tempos de execução (N=11)		Execução integral do financiamento aprovado (N=8)		Cumprimento dos indicadores Contratualizados (N=4)	
	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos
Não existiram dificuldades	3	27,3	2	25,0	1	25,0
Insuficiente estado de maturação do projeto apresentado em candidatura	6	54,5	3	37,5	1	25,0
Bloqueamentos institucionais ou administrativos (p.e., falta de flexibilidade para aceitar alterações, licenças)	3	27,3	3	37,5	-	-
Dificuldades na gestão administrativa do projeto (p.e., preparação dos pedidos de reembolso)	6	54,5	4	50,0	-	-
Atrasos no reembolso das despesas	1	9,1	4	50,0	1	25,0
Elevado prazo de resposta a pedidos de esclarecimento, de alteração, ...	4	36,4	3	37,5	-	-
Dificuldades de liquidez e obtenção de financiamento para cobrir os custos não comparticipados	2	18,2	2	25,0	-	-

Problemas de gestão do projeto de ordem técnica (complexidade do projeto, exigências das normas técnicas, ...)	4	36,4	3	37,5	1	25,0
Desvio nos custos inicialmente previstos	1	9,1	3	37,5	1	25,0
Dificuldades na articulação com parceiros	2	18,2	1	12,5	-	-
Outros fatores.	1	9,1	1	12,5	-	-

Fonte: Inquérito aos beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1012. Dos fatores seguintes assinale aqueles que criaram maiores dificuldades na execução do seu projeto, Norte

	Cumprimento dos tempos de execução (N=4)		Execução integral do financiamento aprovado (N=3)		Cumprimento dos indicadores Contratualizados (N=1)	
	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos
Não existiram dificuldades	-	-	-	-	-	-
Insuficiente estado de maturação do projeto apresentado em candidatura	3	75,0	-	-	-	-
Bloqueamentos institucionais ou administrativos (p.e., falta de flexibilidade para aceitar alterações, licenças)	2	50,0	1	33,3	-	-
Dificuldades na gestão administrativa do projeto (p.e., preparação dos pedidos de reembolso)	2	50,0	1	33,3	-	-
Atrasos no reembolso das despesas	1	25,0	2	66,7	-	-
Elevado prazo de resposta a pedidos de esclarecimento, de alteração, ...	3	75,0	2	66,7	-	-
Dificuldades de liquidez e obtenção de financiamento para cobrir os custos não comparticipados	2	50,0	1	33,3	-	-
Problemas de gestão do projeto de ordem técnica (complexidade do projeto, exigências das normas técnicas, ...)	1	25,0	2	66,7	-	-
Desvio nos custos inicialmente previstos	1	25,0	1	33,3	1	100,0
Dificuldades na articulação com parceiros	2	50,0	-	-	-	-
Outros fatores.	1	25,0	-	-	-	-

Fonte: Inquérito aos beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1013. Dos fatores seguintes assinale aqueles que criaram maiores dificuldades na execução do seu projeto, Centro

	Cumprimento dos tempos de execução (N=1)		Execução integral do financiamento aprovado (N=1)		Cumprimento dos indicadores Contratualizados	
	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos
Não existiram dificuldades	1	100,0	-	-	-	-
Insuficiente estado de maturação do projeto apresentado em candidatura	-	-	1	100,0	-	-
Bloqueamentos institucionais ou administrativos (p.e., falta de flexibilidade para aceitar alterações, licenças)	-	-	1	100,0	-	-
Dificuldades na gestão administrativa do projeto (p.e., preparação dos pedidos de reembolso)	1	100,0	-	-	-	-
Atrasos no reembolso das despesas	-	-	1	100,0	-	-
Elevado prazo de resposta a pedidos de esclarecimento, de alteração, ...	-	-	1	100,0	-	-
Dificuldades de liquidez e obtenção de financiamento para cobrir os custos não comparticipados	-	-	-	-	-	-
Problemas de gestão do projeto de ordem técnica (complexidade do projeto, exigências das normas técnicas, ...)	-	-	-	-	-	-
Desvio nos custos inicialmente previstos	-	-	-	-	-	-
Dificuldades na articulação com parceiros	-	-	-	-	-	-
Outros fatores.	-	-	-	-	-	-

Fonte: Inquérito aos beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1014. Dos fatores seguintes assinale aqueles que criaram maiores dificuldades na execução do seu projeto, Lisboa

	Cumprimento dos tempos de execução (N=5)		Execução integral do financiamento aprovado (N=3)		Cumprimento dos indicadores Contratualizados (N=3)	
	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos
Não existiram dificuldades	2	40,0	2	66,7	1	33,3
Insuficiente estado de maturação do projeto apresentado em candidatura	2	40,0	1	33,3	1	33,3
Bloqueamentos institucionais ou administrativos (p.e., falta de flexibilidade para aceitar alterações, licenças)	-	-	1	33,3	-	-
Dificuldades na gestão administrativa do projeto (p.e., preparação dos pedidos de reembolso)	2	40,0	2	66,7	-	-
Atrasos no reembolso das despesas	-	-	1	33,3	1	33,3
Elevado prazo de resposta a pedidos de esclarecimento, de alteração, ...	-	-	-	-	-	-
Dificuldades de liquidez e obtenção de financiamento para cobrir os custos não comparticipados	-	-	1	33,3	-	-
Problemas de gestão do projeto de ordem técnica (complexidade do projeto, exigências das normas técnicas, ...)	2	40,0	1	33,3	1	33,3
Desvio nos custos inicialmente previstos	-	-	1	33,3	-	-
Dificuldades na articulação com parceiros	-	-	1	33,3	-	-
Outros fatores.	-	-	1	33,3	-	-

Fonte: Inquérito aos beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1015. Dos fatores seguintes assinale aqueles que criaram maiores dificuldades na execução do seu projeto, Alentejo

	Cumprimento dos tempos de execução (N=1)		Execução integral do financiamento aprovado (N=1)		Cumprimento dos indicadores Contratualizados	
	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos
Não existiram dificuldades	-	-	-	-	-	-
Insuficiente estado de maturação do projeto apresentado em candidatura	1	100,0	1	100,0	-	-
Bloqueamentos institucionais ou administrativos (p.e., falta de flexibilidade para aceitar alterações, licenças)	1	100,0	-	-	-	-
Dificuldades na gestão administrativa do projeto (p.e., preparação dos pedidos de reembolso)	1	100,0	1	100,0	-	-
Atrasos no reembolso das despesas	-	-	-	-	-	-
Elevado prazo de resposta a pedidos de esclarecimento, de alteração, ...	1	100,0	-	-	-	-
Dificuldades de liquidez e obtenção de financiamento para cobrir os custos não comparticipados	-	-	-	-	-	-
Problemas de gestão do projeto de ordem técnica (complexidade do projeto, exigências das normas técnicas, ...)	1	100,0	-	-	-	-
Desvio nos custos inicialmente previstos	-	-	1	100,0	-	-
Dificuldades na articulação com parceiros	-	-	-	-	-	-
Outros fatores.	-	-	-	-	-	-

Fonte: Inquérito aos beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1016. Descreva as dificuldades sentidas

	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo
Demora na análise dos pedidos de alteração.	1			
Escassez de recursos humanos próprios.			1	
Preparação dos pedidos de pagamento e execução técnica no terreno, considerando quer os públicos-alvo quer as próprias atividades face aos recursos previamente alocados, situação que a pandemia Covid 19 agravou			1	

Fonte: Inquérito aos Municípios beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1017. Aspetos inovadores do projeto

	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo
Desenvolvimento do território local.			1	
Foram desenvolvidos projetos que contribuíram decisivamente para um maior reforço da inclusão social e uma maior participação cívica em todas as vertentes da vida comunitária por parte de todas as pessoas.	1			
Promoção da igualdade de oportunidades na fruição da cultura	1			

Fonte: Inquérito aos Municípios beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1018. Aspetos em que considera que o seu projeto poderá influenciar positivamente o território onde se encontra inserido

	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo
Desenvolvimento económico/social local.			1	
Fomentar o acesso de novos públicos à cultura	1			
inserção social, coesão territorial.			1	
Permitiram o desenvolvimento de projetos de promoção da inclusão social através da melhoria do acesso aos serviços sociais, culturais e recreativos, e da transição dos serviços institucionais para os serviços de base comunitária	1			
Promove a inclusão social, especialmente, no domínio cultural.			1	

Fonte: Inquérito aos Municípios beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1019. O projeto teria sido executado sem este financiamento?

	Norte (N=6)		Centro (N=1)		Lisboa (N=4)		Alentejo (N=2)		Total (N=13)	
	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos
Sim, com o mesmo formato	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Sim, mas com um investimento menor	2	33,3	-	-	-	-	2	100,0	4	30,8
Sim, mas com um prazo de realização mais elevado	-	-	-	-	1	25,0	-	-	1	7,7
Não	4	66,7	1	100,0	3	75,0	-	-	8	61,5

Fonte: Inquérito aos Municípios beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1020. O projeto pode considerar-se complementar de outros projetos desenvolvidos pela entidade?

	Norte		Centro		Lisboa		Alentejo		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Sim	3	50,0	1	100,0	3	75,0	2	100,0	9	69,2
Não	3	50,0			1	25,0			4	30,8
Total	6	100,0	1	100,0	4	100,0	2	100,0	13	100,0

Fonte: Inquérito aos Municípios beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1021. Indique o tipo de projeto e a sua fonte de financiamento

	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo
Escolas/Património - FEDER			1	
Projetos de integração de comunidades desfavorecidas e de populações Idade+, sendo que a fonte de financiamento é municipal			1	

Fonte: Inquérito aos Municípios beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1022. Ponderou apresentar candidatura a outro Programa/Medida?

	Norte		Centro		Lisboa		Alentejo		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Sim	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Não	6	100,0	1	100,0	5	100,0	2	100,0	14	100,0
Total	6	100,0	1	100,0	5	100,0	2	100,0	14	100,0

Fonte: Inquérito aos Municípios beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1023. outras fontes de financiamento (para além do PT2020) foram utilizadas para assegurar a execução do projeto(contrapartida nacional)

	Norte (N=6)		Centro (N=1)		Lisboa (N=5)		Alentejo (N=2)		Total (N=14)	
	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos
Fundos próprios	5	83,3	1	100,0	5	100,0	2	100,0	13	92,9
Protocolos Adm. Central/Adm. Local	1	16,7	-	-	1	20,0	-	-	2	14,3
Banco Europeu de Investimentos	-	-	-	-	1	20,0	-	-	1	7,1
Outras.	-	-	-	-	1	20,0	-	-	1	7,1

Fonte: Inquérito aos Municípios beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1024. Outras. Quais.

	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo
Fundo Ambiental/Turismo de Portugal/ProMuseus/ACM/Fundos UE			1	
Orçamento municipal			1	

Fonte: Inquérito aos Municípios beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1025. Existiram problemas de mobilização da contrapartida nacional?

	Norte		Centro		Lisboa		Alentejo		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Sim	-	-	-	-	-	-	1	100,0	1	8,3
Não	5	100,0	1	100,0	5	100,0	-	-	11	91,7
Total	5	100,0	1	100,0	5	100,0	1	100,0	12	100,0

Fonte: Inquérito aos Municípios beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1026. Especifique as dificuldades sentidas

	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo
Lei dos Compromissos				1

Fonte: Inquérito aos Municípios beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

PI 9.4/9iv. MELHORIA DO ACESSO A SERVIÇOS SUSTENTÁVEIS, DE GRANDE QUALIDADE E A PREÇOS COMPORTÁVEIS, INCLUINDO CUIDADOS DE SAÚDE E SERVIÇOS SOCIAIS DE INTERESSE GERAL

Quadro 1027. Projetos aprovados no âmbito da PI 9.4/9iv. Melhoria do acesso a serviços sustentáveis, de grande qualidade e a preços comportáveis, incluindo cuidados de saúde e serviços sociais de interesse geral

	Norte		Centro		Lisboa		Alentejo		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Sim	1	4,8	1	4,0	8	80,0	1	5,3	11	14,7
Não	20	95,2	24	96,0	2	20,0	18	94,7	64	85,3
Total	21	100,0	25	100,0	10	100,0	19	100,0	75	100,0

Fonte: Inquérito aos Municípios beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

CANDIDATURA DE PROJETOS

Quadro 1028. Grau de adequação dos calendários de abertura dos avisos e dos prazos de submissão de candidaturas nesta PI/Medida

	1 – Nada adequado		2		3		4		5		6 - Muito adequado		Total		Média
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	
Tempo de duração do Aviso de Abertura de Candidaturas (desde a abertura até ao encerramento)	-	-	-	-	1	11,1	2	22,2	3	33,3	3	33,3	9	100,0	4,89
Intervalo de tempo entre a realização das ações de divulgação e o prazo para submissão das candidaturas	-	-	-	-	1	11,1	2	22,2	5	55,6	1	11,1	9	100,0	4,67
Ritmo de lançamento dos concursos para a mesma Tipologia/tipo de operações)	-	-	1	11,1	1	11,1	1	11,1	4	44,4	2	22,2	9	100,0	4,56
Articulação entre concursos para várias tipologias de operação	-	-	-	-	1	14,3	3	42,9	3	42,9	-	-	7	100,0	4,29
Outro.	-	-	-	-	-	-	-	-	1	100,0	-	-	1	100,0	5,00

Fonte: Inquérito aos Municípios beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1029. Média Grau de adequação dos calendários de abertura dos avisos e dos prazos de submissão de candidaturas nesta PI/Medida (escala 1- Nada adequado a 6 Muito adequado):

	Norte		Centro		Lisboa		Alentejo	
	Média	N	Média	N	Média	N	Média	N
Tempo de duração do Aviso de Abertura de Candidaturas (desde a abertura até ao encerramento)	5,00	1	4,00	1	5,17	6	4,00	1
Intervalo de tempo entre a realização das ações de divulgação e o prazo para submissão das candidaturas	5,00	1	4,00	1	4,83	6	4,00	1
Ritmo de lançamento dos concursos para a mesma Tipologia/tipo de operações)	5,00	1	3,00	1	4,83	6	4,00	1
Articulação entre concursos para várias tipologias de operação	5,00	1	4,00	1	4,25	4	4,00	1
Outro.	5,00	1	-	-	-	-	-	-

Fonte: Inquérito aos Municípios beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1030. Nos casos onde respondeu 1, 2 ou 3, justifique a sua resposta.

	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo
Tempo curto.			1	

Fonte: Inquérito aos Municípios beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1031. Principais dificuldades sentidas no processo de elaboração e de aprovação da Candidatura nesta PI.

	Norte (N=1)		Centro (N=1)		Lisboa (N=6)		Alentejo (N=1)		Total (N=9)	
	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos
Não sabe, a candidatura foi elaborada por consultores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Não teve dificuldades	1	100,0	-	-	3	50,0	1	100,0	5	55,6
Interpretação da legislação	-	-	1	100,0	-	-	-	-	1	11,1
Aconselhamento técnico insuficiente por parte dos consultores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aconselhamento técnico insuficiente por parte da CIM/AM	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dificuldade na adequação do projeto às condições de elegibilidade	-	-	-	-	3	50,0	-	-	3	33,3
Requisitos formais e burocracia para a instrução da candidatura	-	-	-	-	1	16,7	-	-	1	11,1
Dificuldade em obter financiamento para a parte não participada	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Cumprimento de requisitos técnicos/administrativos (pareceres, licenciamentos,...)	-	-	-	-	2	33,3	-	-	2	22,2
Prazo de resposta a pedidos de esclarecimento	-	-	-	-	1	16,7	-	-	1	11,1
Prazos de decisão	-	-	-	-	1	16,7	-	-	1	11,1
Outra	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: Inquérito aos Municípios beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1032. Descreva as dificuldades sentidas

	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo
Integração das necessidades da comunidade local e da capacidade de ação do Município face aos termos do Aviso			1	

Fonte: Inquérito aos Municípios beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1033. Adequação do concurso a que concorreu às necessidades da sua entidade e do território onde se insere

	1 – Nada adequado		2		3		4		5		6 - Muito adequado		Total		Média
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	
Necessidades da entidade	-	-	-	-	-	-	3	30,0	4	40,0	3	30,0	10	100,0	5,00
Necessidades do território	-	-	-	-	-	-	2	20,0	5	50,0	3	30,0	10	100,0	5,10

Fonte: Inquérito aos Municípios beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1034. Média Adequação do concurso a que concorreu às necessidades da sua entidade e do território onde se insere (escala 1- Nada adequado a 6 Muito adequado):

	Norte		Centro		Lisboa		Alentejo	
	Média	N	Média	N	Média	N	Média	N
Necessidades da entidade	6,00	1	5,00	1	5,00	7	4,00	1
Necessidades do território	6,00	1	5,00	1	5,14	7	4,00	1

Fonte: Inquérito aos Municípios beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1035. Adequação dos seguintes elementos quanto ao processo de análise e seleção do seu projeto:

	1 – Nada adequado		2		3		4		5		6 - Muito adequado		Total		Média
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	
Condições de elegibilidade da entidade beneficiária	-	-	-	-	-	-	4	44,4	3	33,3	2	22,2	9	100,0	4,78
Condições de elegibilidade do projeto	-	-	-	-	-	-	4	44,4	4	44,4	1	11,1	9	100,0	4,67
Critérios de seleção	-	-	-	-	1	11,1	4	44,4	3	33,3	1	11,1	9	100,0	4,44
Metodologia de apuramento do mérito	-	-	-	-	1	11,1	5	55,6	2	22,2	1	11,1	9	100,0	4,33
Tipo de despesas elegíveis	-	-	-	-	-	-	6	66,7	1	11,1	2	22,2	9	100,0	4,56
Taxa de incentivo	-	-	-	-	-	-	5	55,6	-	-	1	11,1	9	100,0	3,56
Carga burocrática	-	-	3	33,3	1	11,1	1	11,1	4	44,4	3	33,3	9	100,0	4,00
Interação com o Sistema de Informação do FSE	2	22,2	1	11,1	-	-	3	33,3	2	22,2	1	11,1	9	100,0	3,56
Interação com o Sistema de Informação do FEDER	-	-	-	-	-	-	2	40,0	2	40,0	1	20,0	5	100,0	4,80
Interação com o Sistema de Informação do PDR	-	-	2	40,0	-	-	1	20,0	1	20,0	1	20,0	5	100,0	3,80
Interação com o Balcão2020	-	-	-	-	1	11,1	3	33,3	1	11,1	4	44,4	9	100,0	4,89
Interação com outros Sistemas de informação	-	-	2	40,0	-	-	1	20,0	1	20,0	1	20,0	5	100,0	3,80
Tempo de análise/aprovação da candidatura	-	-	-	-	2	22,2	3	33,3	3	33,3	1	11,1	9	100,0	4,33
Pedidos de esclarecimentos e/ou elementos adicionais solicitados	-	-	-	-	-	-	4	50,0	3	37,5	1	12,5	8	100,0	4,63
Outro	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	100,0	1	100,0	6,00

Fonte: Inquérito aos Municípios beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1036. Média Adequação dos seguintes elementos quanto ao processo de análise e seleção do seu projeto: (escala 1- Nada adequado a 6 Muito adequado):

	Norte		Centro		Lisboa		Alentejo	
	Média	N	Média	N	Média	N	Média	N
Condições de elegibilidade da entidade beneficiária	6,00	1	4,00	1	4,83	6	4,00	1
Condições de elegibilidade do projeto	6,00	1	4,00	1	4,67	6	4,00	1
CrITÉrios de seleção	6,00	1	4,00	1	4,33	6	4,00	1
Metodologia de apuramento do mérito	6,00	1	4,00	1	4,17	6	4,00	1
Tipo de despesas elegíveis	6,00	1	4,00	1	4,50	6	4,00	1
Taxa de incentivo	6,00	1	4,00	1	3,00	6	4,00	1
Carga burocrática	4,00	1	3,00	1	4,17	6	4,00	1
Interação com o Sistema de Informação do FSE	6,00	1	2,00	1	3,33	6	4,00	1
Interação com o Sistema de Informação do FEDER	6,00	1	4,00	1	5,00	2	4,00	1
Interação com o Sistema de Informação do PDR	6,00	1	2,00	1	3,50	2	4,00	1
Interação com o Balcão2020	6,00	1	3,00	1	5,17	6	4,00	1
Interação com outros Sistemas de informação	6,00	1	2,00	1	3,50	2	4,00	1
Tempo de análise/aprovação da candidatura	6,00	1	4,00	1	4,17	6	4,00	1
Pedidos de esclarecimentos e/ou elementos adicionais solicitados	6,00	1	4,00	1	4,60	5	4,00	1
Outro	6,00	1						

Fonte: Inquérito aos Municípios beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1037. Nos casos onde respondeu 1, 2 ou 3, justifique a sua resposta.

	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo
A comparticipação financeira do FSE devia ser superior.			1	
A reduzida taxa de incentivo Comunitário e as dificuldade de trabalho na plataforma do FSE, pouco assertiva para o utilizador			1	
Não houve projetos nas áreas.			1	
O tempo decorrido entre a submissão e aprovação da candidatura foi demasiado extenso			1	

Fonte: Inquérito aos Municípios beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

EXECUÇÃO DOS PROJETOS

Quadro 1038. Principais dificuldades sentidas na execução do seu projeto.

	Norte (N=1)		Centro (N=1)		Lisboa (N=6)		Alentejo (N=1)		Total (N=9)	
	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos
Não teve dificuldades	1	100,0	-	-	3	50,0	1	100,0	5	55,6
Interpretação da legislação	-	-	1	100,0	-	-	-	-	1	11,1
Aconselhamento técnico insuficiente por parte dos consultores	-	-	-	-	3	50,0	-	-	3	33,3
Aconselhamento técnico insuficiente por parte da CIM/AM	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dificuldade na adequação do projeto às condições de elegibilidade	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Requisitos formais e burocracia para a instrução de pedidos de pagamento	-	-	-	-	1	16,7	-	-	1	11,1
Requisitos formais e burocracia para a instrução de pedidos de alteração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dificuldade em obter financiamento para a parte não comparticipada	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Cumprimento de requisitos técnicos/administrativos (pareceres, licenciamentos,...)	-	-	-	-	3	50,0	-	-	3	33,3
Prazo de resposta a pedidos de esclarecimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Prazos de decisão	-	-	-	-	1	16,7	-	-	1	11,1
Outra.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: Inquérito aos Municípios beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1039. Descreva as dificuldades sentidas

	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo
Considerando que se trataram de projetos com forte ação na comunidade e nos contextos humanos, por vezes a adequação das realidades soeietárias em dinâmicas de alteração face ao inicialmente previsto acabou por suceder, sobretudo, quando suscitadas pela pandemia do Covid 19			1	

Fonte: Inquérito aos Municípios beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

EFICÁCIA: RESULTADOS DOS PROJETOS

Quadro 1040. Dos fatores seguintes assinale aqueles que criaram maiores dificuldades na execução do seu projeto

	Cumprimento dos tempos de execução (N=8)		Execução integral do financiamento aprovado (N=5)		Cumprimento dos indicadores Contratualizados (N=6)	
	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos
Não existiram dificuldades	5	62,5	3	60,0	3	50,0
Insuficiente estado de maturação do projeto apresentado em candidatura	1	12,5	2	40,0	-	-
Bloqueamentos institucionais ou administrativos (p.e., falta de flexibilidade para aceitar alterações, licenças)	1	12,5	1	20,0	1	16,7
Dificuldades na gestão administrativa do projeto (p.e., preparação dos pedidos de reembolso)	3	37,5	1	20,0	-	-
Atrasos no reembolso das despesas	1	12,5	1	20,0	1	16,7
Elevado prazo de resposta a pedidos de esclarecimento, de alteração, ...	1	12,5	1	20,0	-	-
Dificuldades de liquidez e obtenção de financiamento para cobrir os custos não compartilhados	1	12,5	1	20,0	-	-
Problemas de gestão do projeto de ordem técnica (complexidade do projeto, exigências das normas técnicas, ...)	3	37,5	2	40,0	1	16,7
Desvio nos custos inicialmente previstos	2	25,0	2	40,0	-	-
Dificuldades na articulação com parceiros	1	12,5	2	40,0	1	16,7
Outros fatores.	-	-	-	-	-	-

Fonte: Inquérito aos beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1041. Dos fatores seguintes assinale aqueles que criaram maiores dificuldades na execução do seu projeto, Norte

	Cumprimento dos tempos de execução (N=1)		Execução integral do financiamento aprovado		Cumprimento dos indicadores Contratualizados	
	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos
Não existiram dificuldades	1	100,0	-	-	-	-
Insuficiente estado de maturação do projeto apresentado em candidatura	1	100,0	-	-	-	-
Bloqueamentos institucionais ou administrativos (p.e., falta de flexibilidade para aceitar alterações, licenças)	1	100,0	-	-	-	-
Dificuldades na gestão administrativa do projeto (p.e., preparação dos pedidos de reembolso)	1	100,0	-	-	-	-
Atrasos no reembolso das despesas	1	100,0	-	-	-	-
Elevado prazo de resposta a pedidos de esclarecimento, de alteração, ...	1	100,0	-	-	-	-
Dificuldades de liquidez e obtenção de financiamento para cobrir os custos não compartilhados	1	100,0	-	-	-	-
Problemas de gestão do projeto de ordem técnica (complexidade do projeto, exigências das normas técnicas, ...)	1	100,0	-	-	-	-
Desvio nos custos inicialmente previstos	1	100,0	-	-	-	-
Dificuldades na articulação com parceiros	1	100,0	-	-	-	-
Outros fatores.	-	-	-	-	-	-

Fonte: Inquérito aos beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1042. Dos fatores seguintes assinale aqueles que criaram maiores dificuldades na execução do seu projeto, Norte

	Cumprimento dos tempos de execução		Execução integral do financiamento aprovado		Cumprimento dos indicadores Contratualizados (N=1)	
	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos
Não existiram dificuldades	-	-	-	-	-	-
Insuficiente estado de maturação do projeto apresentado em candidatura	-	-	-	-	-	-
Bloqueamentos institucionais ou administrativos (p.e., falta de flexibilidade para aceitar alterações, licenças)	-	-	-	-	1	100,0
Dificuldades na gestão administrativa do projeto (p.e., preparação dos pedidos de reembolso)	-	-	-	-	-	-
Atrasos no reembolso das despesas	-	-	-	-	-	-
Elevado prazo de resposta a pedidos de esclarecimento, de alteração, ...	-	-	-	-	-	-
Dificuldades de liquidez e obtenção de financiamento para cobrir os custos não compartilhados	-	-	-	-	-	-
Problemas de gestão do projeto de ordem técnica (complexidade do projeto, exigências das normas técnicas, ...)	-	-	-	-	-	-
Desvio nos custos inicialmente previstos	-	-	-	-	-	-
Dificuldades na articulação com parceiros	-	-	-	-	-	-
Outros fatores.	-	-	-	-	-	-

Fonte: Inquérito aos beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1043. Dos fatores seguintes assinale aqueles que criaram maiores dificuldades na execução do seu projeto, Lisboa

	Cumprimento dos tempos de execução (N=6)		Execução integral do financiamento aprovado (N=4)		Cumprimento dos indicadores Contratualizados (N=5)	
	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos
Não existiram dificuldades	3	50,0	3	75,0	3	60,0
Insuficiente estado de maturação do projeto apresentado em candidatura	-	-	2	50,0	-	-
Bloqueamentos institucionais ou administrativos (p.e., falta de flexibilidade para aceitar alterações, licenças)	-	-	1	25,0	-	-
Dificuldades na gestão administrativa do projeto (p.e., preparação dos pedidos de reembolso)	2	33,3	1	25,0	-	-
Atrasos no reembolso das despesas	-	-	1	25,0	1	20,0
Elevado prazo de resposta a pedidos de esclarecimento, de alteração, ...	-	-	1	25,0	-	-
Dificuldades de liquidez e obtenção de financiamento para cobrir os custos não comparticipados	-	-	1	25,0	-	-
Problemas de gestão do projeto de ordem técnica (complexidade do projeto, exigências das normas técnicas, ...)	2	33,3	1	25,0	1	20,0
Desvio nos custos inicialmente previstos	1	16,7	2	50,0	-	-
Dificuldades na articulação com parceiros	-	-	2	50,0	1	20,0
Outros fatores.	-	-	-	-	-	-

Fonte: Inquérito aos beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1044. Dos fatores seguintes assinale aqueles que criaram maiores dificuldades na execução do seu projeto, Alentejo

	Cumprimento dos tempos de execução (N=1)		Execução integral do financiamento aprovado (N=1)		Cumprimento dos indicadores Contratualizados	
	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos
Não existiram dificuldades	1	100,0	-	-	-	-
Insuficiente estado de maturação do projeto apresentado em candidatura	-	-	-	-	-	-
Bloqueamentos institucionais ou administrativos (p.e., falta de flexibilidade para aceitar alterações, licenças)	-	-	-	-	-	-
Dificuldades na gestão administrativa do projeto (p.e., preparação dos pedidos de reembolso)	-	-	-	-	-	-
Atrasos no reembolso das despesas	-	-	-	-	-	-
Elevado prazo de resposta a pedidos de esclarecimento, de alteração, ...	-	-	-	-	-	-
Dificuldades de liquidez e obtenção de financiamento para cobrir os custos não comparticipados	-	-	-	-	-	-
Problemas de gestão do projeto de ordem técnica (complexidade do projeto, exigências das normas técnicas, ...)	-	-	1	100,0	-	-
Desvio nos custos inicialmente previstos	-	-	-	-	-	-
Dificuldades na articulação com parceiros	-	-	-	-	-	-
Outros fatores.	-	-	-	-	-	-

Fonte: Inquérito aos beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1045. Descreva as dificuldades sentidas

	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo
Adequação da execução da candidatura face a alterações que acabaram por surgir, sejam nos contextos societários seja nos custos financeiros de execução			1	
Adiamento de atividades e redefinição de outras, devido à pandemia.			1	

Fonte: Inquérito aos Municípios beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1046. Aspetos inovadores do projeto

	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo
Desenvolvimento do território local.			1	
Por se tratar de projeto intermunicipal, permitiu nova plataforma de trabalho supraterritorial e de integração de diferentes comunidades			1	

Fonte: Inquérito aos Municípios beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1047. Aspetos em que considera que o seu projeto poderá influenciar positivamente o território onde se encontra inserido

	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo
Assegura a pertinência de projetos supramunicipais com diferentes comunidades			1	
Desenvolvimento económico/social local.			1	
Promove a inclusão social e contribui para uma maior participação cívica e envelhecimento ativo.			1	
Saúde, intervenção social, coesão territorial.			1	

Fonte: Inquérito aos Municípios beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1048. O projeto teria sido executado sem este financiamento?

	Norte (N=1)		Centro (N=1)		Lisboa (N=6)		Alentejo (N=1)		Total (N=9)	
	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos
Sim, com o mesmo formato	-	-	-	-	-	-	1	100,0	1	11,1
Sim, mas com um investimento menor	-	-	-	-	1	16,7	-	-	1	11,1
Sim, mas com um prazo de realização mais elevado	-	-	-	-	1	16,7	-	-	1	11,1
Não	1	100,0	1	100,0	4	66,7	-	-	6	66,7

Fonte: Inquérito aos Municípios beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1049. O projeto pode considerar-se complementar de outros projetos desenvolvidos pela entidade?

	Norte		Centro		Lisboa		Alentejo		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Sim	-	-	-	-	4	66,7	-	-	4	50,0
Não	-	-	1	100,0	2	33,3	1	100,0	4	50,0
Total	-	-	1	100,0	6	100,0	1	100,0	8	100,0

Fonte: Inquérito aos Municípios beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1050. Indique o tipo de projeto e a sua fonte de financiamento

	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo
Escolas/Património - FEDER			1	
Integração de comunidades desfavorecidas e valorização da inclusão ativa da comunidade face aos contextos societários, culturais e económicos			1	

Fonte: Inquérito aos Municípios beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1051. Ponderou apresentar candidatura a outro Programa/Medida?

	Norte		Centro		Lisboa		Alentejo		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Sim	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Não	1	100,0	1	100,0	6	100,0	1	100,0	9	100,0
Total	1	100,0	1	100,0	6	100,0	1	100,0	9	100,0

Fonte: Inquérito aos Municípios beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1052. outras fontes de financiamento (para além do PT2020) foram utilizadas para assegurar a execução do projeto(contrapartida nacional)

	Norte (N=1)		Centro (N=1)		Lisboa (N=6)		Alentejo (N=1)		Total (N=9)	
	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos
Fundos próprios	1	100,0	1	100,0	6	100,0	1	100,0	9	100,0
Protocolos Adm. Central/Adm. Local	-	-	-	-	1	16,7	-	-	1	11,1
Banco Europeu de Investimentos	-	-	-	-	1	16,7	-	-	1	11,1
Outra	-	-	-	-	1	16,7	-	-	1	11,1

Fonte: Inquérito aos Municípios beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1053. Existiram problemas de mobilização da contrapartida nacional?

	Norte		Centro		Lisboa		Alentejo		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Sim	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Não	1	100,0	1	100,0	6	100,0	1	100,0	9	100,0
Total	1	100,0	1	100,0	6	100,0	1	100,0	9	100,0

Fonte: Inquérito aos Municípios beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

PI 9.7/9A. INVESTIMENTO NA SAÚDE E NAS INFRAESTRUTURAS SOCIAIS QUE CONTRIBUAM PARA O DESENVOLVIMENTO NACIONAL, REGIONAL E LOCAL, PARA A REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES DE SAÚDE, PARA A PROMOÇÃO DA INCLUSÃO SOCIAL ATRAVÉS DA MELHORIA DO ACESSO AOS SERVIÇOS SOCIAIS, CULTURAIS E DE RECREIO, ASSIM COMO PARA A TRANSIÇÃO DOS SERVIÇOS INSTITUCIONAIS PARA OS SERVIÇOS DE BASE COMUNITÁRIA

Quadro 1054. Projetos aprovados no âmbito da PI9.7/9a. Investimento na saúde e nas infraestruturas sociais que contribuem para o desenvolvimento nacional, regional e local, para a redução das desigualdades de saúde, para a promoção da inclusão social através da melhoria do acesso aos serviços sociais, culturais e de recreio, assim como para a transição dos serviços institucionais para os serviços de base comunitária

	Norte		Centro		Lisboa		Alentejo		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Sim	4	20,0	10	40,0	5	50,0	7	36,8	26	35,1
Não	16	80,0	15	60,0	5	50,0	12	63,2	48	64,9
Total	20	100,0	25	100,0	10	100,0	19	100,0	74	100,0

Fonte: Inquérito aos Municípios beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

CANDIDATURA DE PROJETOS

Quadro 1055. Grau de adequação dos calendários de abertura dos avisos e dos prazos de submissão de candidaturas nesta PI/Medida

	1 – Nada adequado		2		3		4		5		6 - Muito adequado		Total		Média
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	
Tempo de duração do Aviso de Abertura de Candidaturas (desde a abertura até ao encerramento)	-	-	-	-	1	4,0	13	52,0	6	24,0	5	20,0	25	100,0	4,60
Intervalo de tempo entre a realização das ações de divulgação e o prazo para submissão das candidaturas	-	-	-	-	-	-	14	56,0	7	28,0	4	16,0	25	100,0	4,60
Ritmo de lançamento dos concursos para a mesma Tipologia/tipo de operações)	-	-	-	-	3	12,5	11	45,8	6	25,0	4	16,7	24	100,0	4,46
Articulação entre concursos para várias tipologias de operação	-	-	-	-	2	10,0	11	55,0	4	20,0	3	15,0	20	100,0	4,40
Outro.	-	-	-	-	1	33,3			1	33,3	1	33,3	3	100,0	4,67

Fonte: Inquérito aos Municípios beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1056. Média Grau de adequação dos calendários de abertura dos avisos e dos prazos de submissão de candidaturas nesta PI/Medida (escala 1- Nada adequado a 6 Muito adequado):

	Norte		Centro		Lisboa		Alentejo	
	Média	N	Média	N	Média	N	Média	N
Tempo de duração do Aviso de Abertura de Candidaturas (desde a abertura até ao encerramento)	4,25	4	4,60	10	4,50	4	4,86	7
Intervalo de tempo entre a realização das ações de divulgação e o prazo para submissão das candidaturas	4,25	4	4,60	10	4,50	4	4,86	7
Ritmo de lançamento dos concursos para a mesma Tipologia/tipo de operações)	3,75	4	4,44	9	4,50	4	4,86	7
Articulação entre concursos para várias tipologias de operação	3,75	4	4,50	6	4,33	3	4,71	7
Outro.	5,00	1	3,00	1	-	-	6,00	1

Fonte: Inquérito aos Municípios beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1057. Nos casos onde respondeu 1, 2 ou 3, justifique a sua resposta.

	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo
Poucos avisos para esta P.I	1			

Fonte: Inquérito aos Municípios beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1058. Principais dificuldades sentidas no processo de elaboração e de aprovação da Candidatura nesta PI.

	Norte (N=4)		Centro (N=10)		Lisboa (N=4)		Alentejo (N=7)		Total (N=25)	
	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos
Não sabe, a candidatura foi elaborada por consultores	2	50,0	4	40,0	2	50,0	6	85,7	14	56,0
Não teve dificuldades	-	-	3	30,0	-	-	-	-	3	12,0
Interpretação da legislação	-	-	1	10,0	-	-	-	-	1	4,0
Aconselhamento técnico insuficiente por parte dos consultores	-	-	2	20,0	-	-	-	-	2	8,0
Aconselhamento técnico insuficiente por parte da CIM/AM	1	25,0	2	20,0	-	-	-	-	4	16,0
Dificuldade na adequação do projeto às condições de elegibilidade	1	25,0	4	40,0	1	25,0	-	-	7	28,0
Requisitos formais e burocracia para a instrução da candidatura	1	25,0	1	10,0	1	25,0	1	14,3	3	12,0
Dificuldade em obter financiamento para a parte não comparticipada	1	25,0	3	30,0	1	25,0	-	-	5	20,0
Cumprimento de requisitos técnicos/administrativos (pareceres, licenciamentos,...)	-	-	-	-	1	25,0	-	-	2	8,0
Prazo de resposta a pedidos de esclarecimento	1	25,0	-	-	1	10,0	-	-	3	12,0
Prazos de decisão	1	25,0	-	-	2	20,0	-	-	1	4,0
Outra	-	-	-	-	1	10,0	-	-	-	-

Fonte: Inquérito aos Municípios beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1059. Outra. Qual?

	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo
dotação orçamental insuficiente		1		

Fonte: Inquérito aos Municípios beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1060. Descreva as dificuldades sentidas

	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo
candidatura submetida em Março de 2021, e ainda aguardamos decisão.		1		

Fonte: Inquérito aos Municípios beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1061. Adequação do concurso a que concorreu às necessidades da sua entidade e do território onde se insere

	1 – Nada adequado		2		3		4		5		6 - Muito adequado		Total		Média
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	
Necessidades da entidade			1	4,0			7	28,0	8	32,0	9	36,0	25	100,0	4,96
Necessidades do território			1	4,0			6	24,0	7	28,0	11	44,0	25	100,0	5,08

Fonte: Inquérito aos Municípios beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1062. Média Adequação do concurso a que concorreu às necessidades da sua entidade e do território onde se insere (escala 1- Nada adequado a 6 Muito adequado):

	Norte		Centro		Lisboa		Alentejo	
	Média	N	Média	N	Média	N	Média	N
Necessidades da entidade	4,75	4	4,90	10	5,25	4	5,00	7
Necessidades do território	4,75	4	4,90	10	5,50	4	5,29	7

Fonte: Inquérito aos Municípios beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1063. Nos casos onde respondeu 1, 2 ou 3, justifique a sua resposta.

	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo
Dotação financeira insuficiente face às necessidades de modernização da rede de cuidados primários.		1		

Fonte: Inquérito aos Municípios beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1064. Adequação dos seguintes elementos quanto ao processo de análise e seleção do seu projeto:

	1 – Nada adequado		2		3		4		5		6 - Muito adequado		Total		Média
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	
Condições de elegibilidade da entidade beneficiária	-	-	-	-	-	-	7	28,0	12	48,0	6	24,0	25	100,0	4,96
Condições de elegibilidade do projeto	-	-	-	-	1	4,0	8	32,0	10	40,0	6	24,0	25	100,0	4,84
Critérios de seleção	-	-	-	-	1	4,0	9	36,0	11	44,0	4	16,0	25	100,0	4,72
Metodologia de apuramento do mérito	-	-	-	-	1	4,0	9	36,0	11	44,0	4	16,0	25	100,0	4,72
Tipo de despesas elegíveis	-	-	-	-	1	4,0	10	40,0	11	44,0	3	12,0	25	100,0	4,64
Taxa de incentivo	-	-	-	-	2	8,3	10	41,7	8	33,3	4	16,7	24	100,0	4,58
Carga burocrática	-	-	2	8,0	5	20,0	13	52,0	3	12,0	2	8,0	25	100,0	3,92
Interação com o Sistema de Informação do FSE	-	-	2	12,5	1	6,3	6	37,5	5	31,3	2	12,5	16	100,0	4,25
Interação com o Sistema de Informação do FEDER	-	-	-	-	-	-	8	32,0	12	48,0	5	20,0	25	100,0	4,88
Interação com o Sistema de Informação do PDR	-	-	-	-	2	12,5	7	43,8	5	31,3	2	12,5	16	100,0	4,44
Interação com o Balcão2020	-	-	-	-	-	-	7	28,0	13	52,0	5	20,0	25	100,0	4,92
Interação com outros Sistemas de informação	-	-	-	-	1	7,1	6	42,9	5	35,7	2	14,3	14	100,0	4,57
Tempo de análise/aprovação da candidatura	-	-	4	16,0	2	8,0	7	28,0	10	40,0	2	8,0	25	100,0	4,16
Pedidos de esclarecimentos e/ou elementos adicionais solicitados	-	-	3	13,0	2	8,7	6	26,1	9	39,1	3	13,0	23	100,0	4,30
Outro	-	-	-	-	-	-	1	33,3	1	33,3	1	33,3	3	100,0	5,00

Fonte: Inquérito aos Municípios beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1065. Média Adequação dos seguintes elementos quanto ao processo de análise e seleção do seu projeto: (escala 1- Nada adequado a 6 Muito adequado):

	Norte		Centro		Lisboa		Alentejo	
	Média	N	Média	N	Média	N	Média	N
Condições de elegibilidade da entidade beneficiária	4,75	4	5,00	10	5,00	4	5,00	7
Condições de elegibilidade do projeto	4,50	4	4,90	10	4,75	4	5,00	7
Critérios de seleção	4,25	4	4,80	10	4,75	4	4,86	7
Metodologia de apuramento do mérito	4,25	4	4,80	10	4,75	4	4,86	7
Tipo de despesas elegíveis	4,50	4	4,70	10	4,50	4	4,71	7
Taxa de incentivo	4,25	4	4,90	10	3,75	4	4,83	6
Carga burocrática	3,50	4	3,70	10	3,75	4	4,57	7
Interação com o Sistema de Informação do FSE	3,67	3	4,00	5	4,00	2	4,83	6
Interação com o Sistema de Informação do FEDER	4,75	4	4,80	10	5,50	4	4,71	7
Interação com o Sistema de Informação do PDR	4,00	3	4,20	5	4,50	2	4,83	6
Interação com o Balcão2020	4,75	4	4,90	10	5,25	4	4,86	7
Interação com outros Sistemas de informação	4,00	3	4,67	3	4,50	2	4,83	6
Tempo de análise/aprovação da candidatura	3,75	4	3,40	10	5,00	4	5,00	7
Pedidos de esclarecimentos e/ou elementos adicionais solicitados	3,75	4	3,78	9	5,00	4	5,00	6
Outro	5,00	1	4,00	1	-	-	6,00	1

Fonte: Inquérito aos Municípios beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1066. Nos casos onde respondeu 1, 2 ou 3, justifique a sua resposta.

	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo
A interação com o SIFSE é pouco "amigável". Aparenta ser mais fácil que o FEDER, mas é precisamente o contrário. Deveria estar melhor identificada, ter modalidade de resposta rápida e notificações via e-mail.			1	
As condições de elegibilidade de despesas deveriam ser mais flexíveis, desde que demonstrada a pertinência das mesmas. O processo deveria ser simplificado.		1		
Demasiado tempo de análise. Exige articulação com entidades externas (ARS) que aumentam a carga burocrática.		1		
Demora excessiva para analisarem e aprovarem a candidatura.		1		
Morosidade na análise de pedidos; Condicionantes colocadas para verificação.		1		

Fonte: Inquérito aos Municípios beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

EXECUÇÃO DOS PROJETOS

Quadro 1067. Principais dificuldades sentidas na execução do seu projeto.

	Norte (N=4)		Centro (N=10)		Lisboa (N=4)		Alentejo (N=7)		Total (N=25)	
	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos
Não teve dificuldades	3	75,0	5	50,0	2	50,0	7	100,0	17	68,0
Interpretação da legislação	1	25,0	1	10,0	-	-	-	-	2	8,0
Aconselhamento técnico insuficiente por parte dos consultores	-	-	1	10,0	-	-	-	-	1	4,0
Aconselhamento técnico insuficiente por parte da CIM/AM	-	-	2	20,0	-	-	-	-	2	8,0
Dificuldade na adequação do projeto às condições de elegibilidade	-	-	1	10,0	-	-	-	-	1	4,0
Requisitos formais e burocracia para a instrução de pedidos de pagamento	-	-	1	10,0	-	-	-	-	1	4,0
Requisitos formais e burocracia para a instrução de pedidos de alteração	-	-	1	10,0	-	-	-	-	1	4,0
Dificuldade em obter financiamento para a parte não comparticipada	1	25,0	-	-	1	25,0	-	-	2	8,0%
Cumprimento de requisitos técnicos/administrativos (pareceres, licenciamentos,...)	1	25,0	2	20,0	2	50,0	-	-	5	20,0
Prazo de resposta a pedidos de esclarecimento	1	25,0	-	-	-	-	-	-	1	4,0
Prazos de decisão	1	25,0	2	20,0	-	-	-	-	3	12,0
Outra.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: Inquérito aos Municípios beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1068. Descreva as dificuldades sentidas

	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo
A emissão de pareceres por parte de organismos terceiros, nomeadamente para as questões da eficiência energética foram muito morosas e de difícil interpretação.			1	

Fonte: Inquérito aos Municípios beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

EFICÁCIA: RESULTADOS DOS PROJETOS

Quadro 1069. Dos fatores seguintes assinale aqueles que criaram maiores dificuldades na execução do seu projeto

	Cumprimento dos tempos de execução (N=20)		Execução integral do financiamento aprovado (N=15)		Cumprimento dos indicadores Contratualizados (N=16)	
	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos
Não existiram dificuldades	9	45,0	11	73,3	11	68,8
Insuficiente estado de maturação do projeto apresentado em candidatura	8	40,0	2	13,3	3	18,8
Bloqueamentos institucionais ou administrativos (p.e., falta de flexibilidade para aceitar alterações, licenças)	4	20,0	1	6,7	1	6,3
Dificuldades na gestão administrativa do projeto (p.e., preparação dos pedidos de reembolso)	2	10,0	3	20,0	1	6,3
Atrasos no reembolso das despesas	3	15,0	2	13,3	1	6,3
Elevado prazo de resposta a pedidos de esclarecimento, de alteração, ...	5	25,0	2	13,3	2	12,5
Dificuldades de liquidez e obtenção de financiamento para cobrir os custos não comparticipados	3	15,0	2	13,3	2	12,5
Problemas de gestão do projeto de ordem técnica (complexidade do projeto, exigências das normas técnicas, ...)	8	40,0	4	26,7	3	18,8
Desvio nos custos inicialmente previstos	7	35,0	3	20,0	3	18,8
Dificuldades na articulação com parceiros	2	10,0	1	6,7	1	6,3
Outros fatores.	1	5,0	-	-	-	-

Fonte: Inquérito aos beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1070. Dos fatores seguintes assinale aqueles que criaram maiores dificuldades na execução do seu projeto, Norte

	Cumprimento dos tempos de execução (N=4)		Execução integral do financiamento aprovado (N=3)		Cumprimento dos indicadores Contratualizados (N=3)	
	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos
Não existiram dificuldades	2	50,0	2	66,7	2	66,7
Insuficiente estado de maturação do projeto apresentado em candidatura	2	50,0	-	-	-	-
Bloqueamentos institucionais ou administrativos (p.e., falta de flexibilidade para aceitar alterações, licenças)	2	50,0	-	-	-	-
Dificuldades na gestão administrativa do projeto (p.e., preparação dos pedidos de reembolso)	2	50,0	-	-	-	-
Atrasos no reembolso das despesas	2	50,0	-	-	-	-
Elevado prazo de resposta a pedidos de esclarecimento, de alteração, ...	3	75,0	1	33,3	1	33,3
Dificuldades de liquidez e obtenção de financiamento para cobrir os custos não comparticipados	2	50,0	-	-	-	-
Problemas de gestão do projeto de ordem técnica (complexidade do projeto, exigências das normas técnicas, ...)	2	50,0	-	-	-	-
Desvio nos custos inicialmente previstos	2	50,0	-	-	-	-
Dificuldades na articulação com parceiros	1	25,0	-	-	-	-
Outros fatores.	1	25,0	-	-	-	-

Fonte: Inquérito aos beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1071. Dos fatores seguintes assinale aqueles que criaram maiores dificuldades na execução do seu projeto, Centro

	Cumprimento dos tempos de execução (N=9)		Execução integral do financiamento aprovado (N=6)		Cumprimento dos indicadores Contratualizados (N=6)	
	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos
Não existiram dificuldades	3	33,3	4	66,7	3	50,0
Insuficiente estado de maturação do projeto apresentado em candidatura	3	33,3	1	16,7	1	16,7
Bloqueamentos institucionais ou administrativos (p.e., falta de flexibilidade para aceitar alterações, licenças)	1	11,1	-	-	-	-
Dificuldades na gestão administrativa do projeto (p.e., preparação dos pedidos de reembolso)	1	11,1	1	16,7	-	-
Atrasos no reembolso das despesas	2	22,2	1	16,7	-	-
Elevado prazo de resposta a pedidos de esclarecimento, de alteração, ...	1	11,1	-	-	-	-
Dificuldades de liquidez e obtenção de financiamento para cobrir os custos não comparticipados	5	55,6	1	16,7	1	16,7
Problemas de gestão do projeto de ordem técnica (complexidade do projeto, exigências das normas técnicas, ...)	4	44,4	3	50,0	2	33,3
Desvio nos custos inicialmente previstos	1	11,1	2	33,3	2	33,3
Dificuldades na articulação com parceiros	-	-	-	-	-	-
Outros fatores.	-	-	-	-	-	-

Fonte: Inquérito aos beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1072. Dos fatores seguintes assinale aqueles que criaram maiores dificuldades na execução do seu projeto, Lisboa

	Cumprimento dos tempos de execução (N=4)		Execução integral do financiamento aprovado (N=2)		Cumprimento dos indicadores Contratualizados (N=2)	
	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos
Não existiram dificuldades	1	25,0	1	50,0	1	50,0
Insuficiente estado de maturação do projeto apresentado em candidatura	3	75,0	-	-	1	50,0
Bloqueamentos institucionais ou administrativos (p.e., falta de flexibilidade para aceitar alterações, licenças)	1	25,0	-	-	-	-
Dificuldades na gestão administrativa do projeto (p.e., preparação dos pedidos de reembolso)	-	-	1	50,0	-	-
Atrasos no reembolso das despesas	-	-	-	-	-	-
Elevado prazo de resposta a pedidos de esclarecimento, de alteração, ...	-	-	-	-	-	-
Dificuldades de liquidez e obtenção de financiamento para cobrir os custos não comparticipados	-	-	-	-	-	-
Problemas de gestão do projeto de ordem técnica (complexidade do projeto, exigências das normas técnicas, ...)	1	25,0	-	-	-	-
Desvio nos custos inicialmente previstos	1	25,0	-	-	-	-
Dificuldades na articulação com parceiros	-	-	-	-	-	-
Outros fatores.	-	-	-	-	-	-

Fonte: Inquérito aos beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1073. Dos fatores seguintes assinale aqueles que criaram maiores dificuldades na execução do seu projeto, Alentejo

	Cumprimento dos tempos de execução (N=3)		Execução integral do financiamento aprovado (N=4)		Cumprimento dos indicadores Contratualizados (N=5)	
	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos
Não existiram dificuldades	3	100,0%	4	100,0	5	100,0
Insuficiente estado de maturação do projeto apresentado em candidatura	-	-	1	25,0%	1	20,0
Bloqueamentos institucionais ou administrativos (p.e., falta de flexibilidade para aceitar alterações, licenças)	-	-	1	25,0	1	20,0
Dificuldades na gestão administrativa do projeto (p.e., preparação dos pedidos de reembolso)	-	-	1	25,0	1	20,0
Atrasos no reembolso das despesas	-	-	1	25,0	1	20,0
Elevado prazo de resposta a pedidos de esclarecimento, de alteração, ...	-	-	1	25,0	1	20,0
Dificuldades de liquidez e obtenção de financiamento para cobrir os custos não comparticipados	-	-	1	25,0	1	20,0
Problemas de gestão do projeto de ordem técnica (complexidade do projeto, exigências das normas técnicas, ...)	-	-	1	25,0	1	20,0
Desvio nos custos inicialmente previstos	-	-	1	25,0	1	20,0
Dificuldades na articulação com parceiros	-	-	1	25,0	1	20,0
Outros fatores.	-	-	-	-	-	-

Fonte: Inquérito aos beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1074. Descreva as dificuldades sentidas

	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo
A subida dos preços de materiais e escassez de pessoal habilitado		1		
Atrasos na aprovação das candidaturas	1			
Escassez de recursos humanos próprios.			1	

Fonte: Inquérito aos Municípios beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1075. Aspetos inovadores do projeto

	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo
Aproximação da saúde em territórios de baixa densidade				1
Edifício energeticamente eficiente.				1
redução das desigualdades ,apoio social a população idosa e mais carenciada				1

Fonte: Inquérito aos Municípios beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1076. Aspetos em que considera que o seu projeto poderá influenciar positivamente o território onde se encontra inserido

	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo
Aproximação da saúde em territórios de baixa densidade				1
Aumento de condições sociais dignas.				1
benefício da população ao nível da Saúde			1	
Melhor prestação de cuidados de saúde no município e na região		1		
melhorar o apoio a uma parte da população que tem maior fragilidade económica, mais desamparada				1
Melhoria do acesso e das condições da prestação dos cuidados de saúde.		1		

Fonte: Inquérito aos Municípios beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1077. O projeto teria sido executado sem este financiamento?

	Norte (N=4)		Centro (N=10)		Lisboa (N=4)		Alentejo (N=7)		Total (N=25)	
	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos
Sim, com o mesmo formato	-	-	2	20,0	-	-	1	14,3	3	12,0
Sim, mas com um investimento menor	-	-	4	40,0	-	-	2	28,6	6	24,0
Sim, mas com um prazo de realização mais elevado	2	50,0	3	30,0	3	75,0	1	14,3	9	36,0
Não	2	50,0	3	30,0	2	50,0	3	42,9	10	40,0

Fonte: Inquérito aos Municípios beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1078. O projeto pode considerar-se complementar de outros projetos desenvolvidos pela entidade?

	Norte		Centro		Lisboa		Alentejo		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Sim	2	50,0	3	30,0	2	50,0	5	71,4	16	64,0
Não	2	50,0	7	70,0	2	50,0	2	28,6	9	36,0
Total	4	100,0	10	100,0	4	100,0	7	100,0	25	100,0

Fonte: Inquérito aos Municípios beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1079. Indique o tipo de projeto e a sua fonte de financiamento

	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo
ALENT-09-0341-FEDER-002243 / Reabilitação do edifício do Centro de Dia - Centro de Bem Estar Social de Santo Estêvão				1
Eficiência energética - Centro 2020		1		
Unidade de saúde familiar FEDER		1		

Fonte: Inquérito aos Municípios beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1080. Ponderou apresentar candidatura a outro Programa/Medida?

	Norte		Centro		Lisboa		Alentejo		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Sim	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Não	4	100,0	9	100,0	4	100,0	7	100,0	24	100,0
Total	4	100,0	9	100,0	4	100,0	7	100,0	24	100,0

Fonte: Inquérito aos Municípios beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1081. outras fontes de financiamento (para além do PT2020) foram utilizadas para assegurar a execução do projeto(contrapartida nacional)

	Norte (N=4)		Centro (N=9)		Lisboa (N=4)		Alentejo (N=7)		Total (N=39)	
	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos
Fundos próprios	4	100,0	9	100,0	4	100,0	6	85,7	23	95,8
Orçamento de Estado	-	-	-	-	-	-	1	14,3	1	4,2
Orçamento da Segurança Social	-	-	1	11,1	-	-	-	-	1	4,2
Protocolos Adm. Central/Adm. Local	-	-	2	22,2	1	25,0	-	-	3	12,5

Fonte: Inquérito aos Municípios beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1082. Existiram problemas de mobilização da contrapartida nacional?

	Norte		Centro		Lisboa		Alentejo		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Sim	1	33,3	-	-	1	25,0	-	-	2	8,7
Não	2	66,7	9	100,0	3	75,0	7	100,0	21	91,3
Total	3	100,0	9	100,0	4	100,0	7	100,0	23	100,0

Fonte: Inquérito aos Municípios beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1083. Especifique as dificuldades sentidas

	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo
A identificação e cabimentação prévia nas Grandes Opções do Plano e Orçamento do Município.			1	

Fonte: Inquérito aos Municípios beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

PI10.1/10.I REDUÇÃO E PREVENÇÃO DO ABANDONO ESCOLAR PRECOCE E PROMOÇÃO DA IGUALDADE DE ACESSO A UM ENSINO INFANTIL, PRIMÁRIO E SECUNDÁRIO DE BOA QUALIDADE INCLUINDO PERCURSOS DE APRENDIZAGEM FORMAIS, NÃO FORMAIS E INFORMAIS PARA A REINTEGRAÇÃO NO ENSINO E NA FORMAÇÃO

Quadro 1084. Projetos aprovados no âmbito da PI PI10.1/10.i Redução e prevenção do abandono escolar precoce e promoção da igualdade de acesso a um ensino infantil, primário e secundário de boa qualidade incluindo percursos de aprendizagem formais, não formais e informais para a reintegração no ensino e na formação

	Norte		Centro		Lisboa		Alentejo		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Sim	15	75,0	20	80,0	10	100,0	16	84,2	61	82,4
Não	5	25,0	5	20,0	-	-	3	15,8	13	17,6
Total	20	100,0	25	100,0	10	100,0	19	100,0	74	100,0

Fonte: Inquérito aos Municípios beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

CANDIDATURA DE PROJETOS

Quadro 1085. Grau de adequação dos calendários de abertura dos avisos e dos prazos de submissão de candidaturas nesta PI/Medida

	1 – Nada adequado		2		3		4		5		6 - Muito adequado		Total		Média
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	
Tempo de duração do Aviso de Abertura de Candidaturas (desde a abertura até ao encerramento)	2	3,4	6	10,2	4	6,8	17	28,8	19	32,2	11	18,6	59	100,0	4,32
Intervalo de tempo entre a realização das ações de divulgação e o prazo para submissão das candidaturas	3	5,2	3	5,2	5	8,6	21	36,2	17	29,3	9	15,5	58	100,0	4,26
Ritmo de lançamento dos concursos para a mesma Tipologia/tipo de operações)	2	3,5	3	5,3	3	5,3	22	38,6	20	35,1	7	12,3	57	100,0	4,33
Articulação entre concursos para várias tipologias de operação	2	3,7	2	3,7	3	5,6	23	42,6	17	31,5	7	13,0	54	100,0	4,33
Outro.					1	16,7	2	33,3	2	33,3	1	16,7	6	100,0	4,50

Fonte: Inquérito aos Municípios beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1086. Média Grau de adequação dos calendários de abertura dos avisos e dos prazos de submissão de candidaturas nesta PI/Medida (escala 1- Nada adequado a 6 Muito adequado):

	Norte		Centro		Lisboa		Alentejo	
	Média	N	Média	N	Média	N	Média	N
Tempo de duração do Aviso de Abertura de Candidaturas (desde a abertura até ao encerramento)	4,07	14	4,10	20	4,67	9	4,63	16
Intervalo de tempo entre a realização das ações de divulgação e o prazo para submissão das candidaturas	3,86	14	4,25	20	4,50	8	4,50	16
Ritmo de lançamento dos concursos para a mesma Tipologia/tipo de operações)	4,08	13	4,10	20	4,63	8	4,69	16
Articulação entre concursos para várias tipologias de operação	4,00	12	4,25	20	4,50	6	4,63	16
Outro.	4,50	2	4,00	1			4,67	3

Fonte: Inquérito aos Municípios beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1087. Nos casos onde respondeu 1, 2 ou 3, justifique a sua resposta.

	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo
curto espaço de tempo de apresentação das candidaturas				1
Necessidade de apoio e de reorganização interna		1		
Neste caso, como nos outros em que existiu contratualização do investimento, os concursos deveriam decorrer em contínuo.	1			
Prazos curtos.	1			
Tempo curto.			1	

Fonte: Inquérito aos Municípios beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1088. Principais dificuldades sentidas no processo de elaboração e de aprovação da Candidatura nesta PI.

	Norte (N=14)		Centro (N=20)		Lisboa (N=9)		Alentejo (N=16)		Total (N=59)	
	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos
Não sabe, a candidatura foi elaborada por consultores	1	7,1	4	20,0	-	-	4	25,0	9	15,3
Não teve dificuldades	4	28,6	3	15,0	3	33,3	11	68,8	21	35,6
Interpretação da legislação	1	7,1	1	5,0%	2	22,2	-	-	4	6,8
Aconselhamento técnico insuficiente por parte dos consultores	1	7,1	3	15,0	1	11,1	-	-	5	8,5
Aconselhamento técnico insuficiente por parte da CIM/AM	1	7,1	1	5,0	-	-	-	-	2	3,4
Dificuldade na adequação do projeto às condições de elegibilidade	6	42,9	4	20,0	3	33,3%	-	-	13	22,0
Requisitos formais e burocracia para a instrução da candidatura	8	57,1	9	45,0	2	22,2	-	-	19	32,2
Dificuldade em obter financiamento para a parte não participada	1	7,1	2	10,0	-	-	-	-	3	5,1
Cumprimento de requisitos técnicos/administrativos (pareceres, licenciamentos,...)	4	28,6	6	30,0	2	22,2	1	6,3	13	22,0
Prazo de resposta a pedidos de esclarecimento	1	7,1	3	15,0	2	22,2	-	-	6	10,2
Prazos de decisão	2	14,3	4	20,0	2	22,2	-	-	8	13,6
Outra	1	7,1	2	10,0	-	-	-	-	3	5,1

Fonte: Inquérito aos Municípios beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1089. Outra. Qual?

	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo
candidatura submetida pela CIM		1		
Plataforma SIIFSE demasiado complexa, nada intuitiva e com crash's frequentes.	1			
Prazos de liquidação dos pedidos dado que se trataram de projectos intermunicipais com um elevado montante de documentação associada.		1		

Fonte: Inquérito aos Municípios beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1090. Descreva as dificuldades sentidas

	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo
A verba destinada à intervenção foi determinada de forma cega, e por um lado não permitiu a realização da totalidade da intervenção e por outro onerou a Autarquia em bem mais do que os 7.5% da componente nacional inicialmente prevista.	1			
Adequação da candidatura face às realidades que se tornaram mutáveis entre diferentes anos escolares e diferentes públicos-alvo			1	
Complexidade de todo o processo, desde planos prévios à elaboração da candidatura até à sua monitorização.		1		
Conjugar o projeto pretendido com a elegibilidade, demasiada documentação e obrigação de cumprimento de requisitos definidos nos avisos; prazos de decisão extremamente demorados.	1			
Demasiada documentação exigida na fase de instrução.	1			
Dificuldade na definição de despesas elegíveis imputadas à candidatura			1	
Limite imposto à aquisição de equipamentos.	1			
Tempo e complexidade na análise da candidatura		1		

Fonte: Inquérito aos Municípios beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1091. Adequação do concurso a que concorreu às necessidades da sua entidade e do território onde se insere

	1 – Nada adequado		2		3		4		5		6 - Muito adequado		Total		Média
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	
Necessidades da entidade	1	1,8	1	1,8			14	24,6	22	38,6	19	33,3	57	100,0	4,96
Necessidades do território			1	1,8	1	1,8	13	23,2	20	35,7	21	37,5	56	100,0	5,05

Fonte: Inquérito aos Municípios beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1092. Média Adequação do concurso a que concorreu às necessidades da sua entidade e do território onde se insere (escala 1- Nada adequado a 6 Muito adequado):

	Norte		Centro		Lisboa		Alentejo	
	Média	N	Média	N	Média	N	Média	N
Necessidades da entidade	4,79	14	4,95	19	5,33	9	4,93	15
Necessidades do território	5,31	13	4,95	19	5,38	8	4,81	16

Fonte: Inquérito aos Municípios beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1093. Nos casos onde respondeu 1, 2 ou 3, justifique a sua resposta.

	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo
Sendo a escola intervencionada uma EB, tutelada pelo Ministério da Educação, não se percebe o racional de alocar ao Município um investimento que em bom rigor está fora da sua esfera de competências.	1			

Fonte: Inquérito aos Municípios beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1094. Adequação dos seguintes elementos quanto ao processo de análise e seleção do seu projeto:

	1 – Nada adequado		2		3		4		5		6 - Muito adequado		Total		Média
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	
Condições de elegibilidade da entidade beneficiária	1	1,7	1	1,7	-	-	18	31,0	23	39,7	15	25,9	58	100,0	4,83
Condições de elegibilidade do projeto	1	1,7	2	3,4	2	3,4	17	29,3	24	41,4	12	20,7	58	100,0	4,67
CrITÉrios de seleção	1	1,7	2	3,4	3	5,2	22	37,9	22	37,9	8	13,8	58	100,0	4,48
Metodologia de apuramento do mérito	1	1,7	2	3,4	3	5,2	23	39,7	23	39,7	6	10,3	58	100,0	4,43
Tipo de despesas elegíveis	-	-	4	7,0	3	5,3	27	47,4	17	29,8	6	10,5	57	100,0	4,32
Taxa de incentivo	1	1,8	3	5,3	3	5,3	27	47,4	15	26,3	8	14,0	57	100,0	4,33
Carga burocrática	1	1,7	8	13,8	9	15,5	30	51,7	7	12,1	3	5,2	58	100,0	3,74
Interação com o Sistema de Informação do FSE	5	8,9	5	8,9	10	17,9	19	33,9	13	23,2	4	7,1	56	100,0	3,75
Interação com o Sistema de Informação do FEDER	-	-	1	2,3	5	11,4	13	29,5	20	45,5	5	11,4	44	100,0	4,52
Interação com o Sistema de Informação do PDR	-	-	5	12,2	5	12,2	17	41,5	10	24,4	4	9,8	41	100,0	4,07
Interação com o Balcão2020	-	-	4	6,9	5	8,6	18	31,0	20	34,5	11	19,0	58	100,0	4,50
Interação com outros Sistemas de informação	-	-	7	17,1	3	7,3	14	34,1	14	34,1	3	7,3	41	100,0	4,07
Tempo de análise/aprovação da candidatura	1	1,9	5	9,4	6	11,3	18	34,0	19	35,8	4	7,5	53	100,0	4,15
Pedidos de esclarecimentos e/ou elementos adicionais solicitados	-	-	5	9,6	3	5,8	21	40,4	17	32,7	6	11,5	52	100,0	4,31
Outro	-	-	-	-	1	33,3	-	-	1	33,3	1	33,3	3	100,0	4,67

Fonte: Inquérito aos Municípios beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1095. Média Adequação dos seguintes elementos quanto ao processo de análise e seleção do seu projeto: (escala 1- Nada adequado a 6 Muito adequado):

	Norte		Centro		Lisboa		Alentejo	
	Média	N	Média	N	Média	N	Média	N
Condições de elegibilidade da entidade beneficiária	4,50	14	5,05	20	5,00	8	4,75	16
Condições de elegibilidade do projeto	4,14	14	4,85	20	5,13	8	4,69	16
CrITÉrios de seleção	4,00	14	4,60	20	4,63	8	4,69	16
Metodologia de apuramento do mérito	4,00	14	4,45	20	4,63	8	4,69	16
Tipo de despesas elegíveis	3,92	13	4,40	20	4,50	8	4,44	16
Taxa de incentivo	4,50	14	4,55	20	2,86	7	4,56	16
Carga burocrática	3,36	14	3,70	20	3,63	8	4,19	16
Interação com o Sistema de Informação do FSE	3,23	13	3,95	19	3,13	8	4,25	16
Interação com o Sistema de Informação do FEDER	4,30	10	4,53	17	5,00	3	4,57	14
Interação com o Sistema de Informação do PDR	4,00	10	3,87	15	3,67	3	4,46	13
Interação com o Balcão2020	4,21	14	4,55	20	4,75	8	4,56	16
Interação com outros Sistemas de informação	3,64	11	4,21	14	3,67	3	4,38	13
Tempo de análise/aprovação da candidatura	3,83	12	3,94	18	4,29	7	4,56	16
Pedidos de esclarecimentos e/ou elementos adicionais solicitados	4,18	11	4,00	17	4,50	8	4,63	16
Outro	4,00	2					6,00	1

Fonte: Inquérito aos Municípios beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1096. Nos casos onde respondeu 1, 2 ou 3, justifique a sua resposta.

	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo
A comparticipação financeira do FSE devia ser superior.			1	
A plataforma do FSE não é intuitiva, nem adequada à informação exigida			1	
A plataforma SIFSE não é funcional nem retém os conteúdos necessários para consulta, após aprovação da operação.			1	
Baixa taxa de incentivo Comunitário e dificuldades de operacionalização com a plataforma do FSE			1	
Dificuldade na definição das despesas elegíveis			1	
Limitação de despesas elegíveis em determinadas componentes, demasiada documentação exigida, plataforma SIFSE complexa que julga-se refletir nos tempos excessivos de análise de candidaturas, alterações e pedidos de pagamento.	1			
Não houve projetos nas áreas.			1	
O processo deveria ser simplificado, bem assim como a plataforma FSE.		1		
O Sistema de Informação FSE pouco intuitivo e demasiadamente burocrático	1			
Projeto com grande componente de custos com pessoal, pelo que a quantidade de documentação exigida é demasiada.	1			

	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo
Tempo excessivo para análise e complexidade nos pedidos de esclarecimentos		1		

Fonte: Inquérito aos Municípios beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

EXECUÇÃO DOS PROJETOS

Quadro 1097. Principais dificuldades sentidas na execução do seu projeto.

	Norte (N=14)		Centro (N=19)		Lisboa (N=8)		Alentejo (N=16)		Total (N=57)	
	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos
Não teve dificuldades	4	28,6	5	26,3	3	37,5	13	81,3	25	43,9
Interpretação da legislação	2	14,3	1	5,3	-	-	-	-	3	5,3
Aconselhamento técnico insuficiente por parte dos consultores	1	7,1	2	10,5	-	-	-	-	3	5,3
Aconselhamento técnico insuficiente por parte da CIM/AM	1	7,1	1	5,3	-	-	-	-	2	3,5
Dificuldade na adequação do projeto às condições de elegibilidade	4	28,6	4	21,1	1	12,5	-	-	9	15,8
Requisitos formais e burocracia para a instrução de pedidos de pagamento	7	50,0	5	26,3	2	25,0	2	12,5	16	28,1
Requisitos formais e burocracia para a instrução de pedidos de alteração	6	42,9	3	15,8	-	-	1	6,3	12	21,1
Dificuldade em obter financiamento para a parte não comparticipada	3	21,4	3	15,8	2	25,0	-	-	6	10,5
Cumprimento de requisitos técnicos/administrativos (pareceres, licenciamentos,...)	3	21,4	7	36,8	2	25,0	1	6,3	13	22,8
Prazo de resposta a pedidos de esclarecimento	1	7,1	4	21,1	1	12,5	-	-	6	10,5
Prazos de decisão	4	28,6	5	26,3	-	-	-	-	9	15,8
Outra.	1	7,1	-	-	1	12,5	-	-	2	3,5

Fonte: Inquérito aos Municípios beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1098. Outra. Qual?

	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo
Dotação orçamental destinada ao projecto insuficiente.	1			
plataforma do Balcão 2020 \ FSE			1	
prazos de liquidação dos pedidos de pagamento		1		

Fonte: Inquérito aos Municípios beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1099. Descreva as dificuldades sentidas

	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo
A preparação dos pedidos de pagamento foi um processo muito complexo e com várias alterações/correções de procedimentos adotados			1	
As mencionadas.			1	
Demasiada documentação solicitada (especialmente relatórios)	1			
Demora na aprovação de pedidos de alteração	1			
Insuficiente acesso à informação sobre esta operação, no Balcão 2020.			1	
Já referidas no ponto anterior		1		
Nada a referir.	1			
o sistema é pouco intuitivo e demasiadamente burocrático, o SIIFSE é muito complexo	1			

Fonte: Inquérito aos Municípios beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

EFICÁCIA: RESULTADOS DOS PROJETOS

Quadro 1100. Dos fatores seguintes assinale aqueles que criaram maiores dificuldades na execução do seu projeto

	Cumprimento dos tempos de execução (N=45)		Execução integral do financiamento aprovado (N=32)		Cumprimento dos indicadores Contratualizados (N=32)	
	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos
Não existiram dificuldades	20	44,4	19	59,4	22	68,8
Insuficiente estado de maturação do projeto apresentado em candidatura	11	24,4	6	18,8	4	12,5
Bloqueamentos institucionais ou administrativos (p.e., falta de flexibilidade para aceitar alterações, licenças)	11	24,4	6	18,8	5	15,6
Dificuldades na gestão administrativa do projeto (p.e., preparação dos pedidos de reembolso)	19	42,2	11	34,4	5	15,6
Atrasos no reembolso das despesas	11	24,4	8	25,0	3	9,4
Elevado prazo de resposta a pedidos de esclarecimento, de alteração, ...	8	17,8	9	28,1	3	9,4
Dificuldades de liquidez e obtenção de financiamento para cobrir os custos não comparticipados	3	6,7	7	21,9	2	6,3
Problemas de gestão do projeto de ordem técnica (complexidade do projeto, exigências das normas técnicas, ...)	11	24,4	8	25,0	6	18,8
Desvio nos custos inicialmente previstos	4	8,9	9	28,1	4	12,5
Dificuldades na articulação com parceiros	5	11,1	5	15,6	2	6,3

Outros fatores.	2	4,4	1	3,1%	-	-
-----------------	---	-----	---	------	---	---

Fonte: Inquérito aos beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1101. Dos fatores seguintes assinale aqueles que criaram maiores dificuldades na execução do seu projeto, Norte

	Cumprimento dos tempos de execução (N=13)		Execução integral do financiamento aprovado (N=7)		Cumprimento dos indicadores Contratualizados (N=6)	
	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos
Não existiram dificuldades	4	30,8	2	28,6	3	50,0
Insuficiente estado de maturação do projeto apresentado em candidatura	5	38,5	-	-	-	-
Bloqueamentos institucionais ou administrativos (p.e., falta de flexibilidade para aceitar alterações, licenças)	5	38,5	2	28,6	1	16,7
Dificuldades na gestão administrativa do projeto (p.e., preparação dos pedidos de reembolso)	7	53,8	3	42,9	1	16,7
Atrasos no reembolso das despesas	5	38,5	2	28,6	-	-
Elevado prazo de resposta a pedidos de esclarecimento, de alteração, ...	6	46,2	3	42,9	1	16,7
Dificuldades de liquidez e obtenção de financiamento para cobrir os custos não comparticipados	2	15,4	2	28,6	-	-
Problemas de gestão do projeto de ordem técnica (complexidade do projeto, exigências das normas técnicas, ...)	5	38,5	3	42,9	1	16,7
Desvio nos custos inicialmente previstos	1	7,7	2	28,6	1	16,7
Dificuldades na articulação com parceiros	3	23,1	2	28,6	-	-
Outros fatores.	2	15,4	1	14,3	-	-

Fonte: Inquérito aos beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1102. Dos fatores seguintes assinale aqueles que criaram maiores dificuldades na execução do seu projeto, Centro

	Cumprimento dos tempos de execução (N=15)		Execução integral do financiamento aprovado (N=11)		Cumprimento dos indicadores Contratualizados (N=12)	
	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos
Não existiram dificuldades	6	40,0	6	54,5	8	66,7
Insuficiente estado de maturação do projeto apresentado em candidatura	4	26,7	2	18,2	2	16,7
Bloqueamentos institucionais ou administrativos (p.e., falta de flexibilidade para aceitar alterações, licenças)	4	26,7	2	18,2	2	16,7
Dificuldades na gestão administrativa do projeto (p.e., preparação dos pedidos de reembolso)	8	53,3	5	45,5	2	16,7
Atrasos no reembolso das despesas	6	40,0	4	36,4	1	8,3
Elevado prazo de resposta a pedidos de esclarecimento, de alteração, ...	2	13,3	4	36,4	1	8,3
Dificuldades de liquidez e obtenção de financiamento para cobrir os custos não comparticipados	1	6,7	3	27,3	1	8,3
Problemas de gestão do projeto de ordem técnica (complexidade do projeto, exigências das normas técnicas, ...)	2	13,3	2	18,2	2	16,7
Desvio nos custos inicialmente previstos	2	13,3	4	36,4	2	16,7
Dificuldades na articulação com parceiros	2	13,3	1	9,1	-	-
Outros fatores.	-	-	-	-	-	-

Fonte: Inquérito aos beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1103. Dos fatores seguintes assinale aqueles que criaram maiores dificuldades na execução do seu projeto, Lisboa

	Cumprimento dos tempos de execução (N=7)		Execução integral do financiamento aprovado (N=5)		Cumprimento dos indicadores Contratualizados (N=4)	
	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos
Não existiram dificuldades	3	42,9	3	60,0	2	50,0
Insuficiente estado de maturação do projeto apresentado em candidatura	1	14,3	3	60,0	1	25,0
Bloqueamentos institucionais ou administrativos (p.e., falta de flexibilidade para aceitar alterações, licenças)	1	14,3	1	20,0	1	25,0
Dificuldades na gestão administrativa do projeto (p.e., preparação dos pedidos de reembolso)	3	42,9	1	20,0	1	25,0
Atrasos no reembolso das despesas	-	-	1	20,0	1	25,0
Elevado prazo de resposta a pedidos de esclarecimento, de alteração, ...	-	-	1	20,0	-	-
Dificuldades de liquidez e obtenção de financiamento para cobrir os custos não comparticipados	-	-	1	20,0	-	-
Problemas de gestão do projeto de ordem técnica (complexidade do projeto, exigências das normas técnicas, ...)	2	28,6	2	40,0	1	25,0
Desvio nos custos inicialmente previstos	1	14,3	2	40,0	-	-
Dificuldades na articulação com parceiros	-	-	1	20,0	1	25,0
Outros fatores.	-	-	-	-	-	-

Fonte: Inquérito aos beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1104. Dos fatores seguintes assinale aqueles que criaram maiores dificuldades na execução do seu projeto, Alentejo

	Cumprimento dos tempos de execução (N=10)		Execução integral do financiamento aprovado (N=9)		Cumprimento dos indicadores Contratualizados (N=10)	
	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos
Não existiram dificuldades	7	70,0	8	88,9	9	90,0
Insuficiente estado de maturação do projeto apresentado em candidatura	1	10,0	1	11,1	1	10,0
Bloqueamentos institucionais ou administrativos (p.e., falta de flexibilidade para aceitar alterações, licenças)	1	10,0	1	11,1	1	10,0
Dificuldades na gestão administrativa do projeto (p.e., preparação dos pedidos de reembolso)	1	10,0	2	22,2	1	10,0
Atrasos no reembolso das despesas	-	-	1	11,1	1	10,0
Elevado prazo de resposta a pedidos de esclarecimento, de alteração, ...	-	-	1	11,1	1	10,0
Dificuldades de liquidez e obtenção de financiamento para cobrir os custos não comparticipados	-	-	1	11,1	1	10,0
Problemas de gestão do projeto de ordem técnica (complexidade do projeto, exigências das normas técnicas, ...)	2	20,0	1	11,1	2	20,0
Desvio nos custos inicialmente previstos	-	-	1	11,1	1	10,0
Dificuldades na articulação com parceiros	-	-	1	11,1	1	10,0
Outros fatores.	-	-	-	-	-	-

Fonte: Inquérito aos beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1105. Outra. Qual?

	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo
Existência da pandemia COVID 19	1			

Fonte: Inquérito aos Municípios beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1106. Descreva as dificuldades sentidas

	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo
As dificuldades de trabalhar com comunidades educativas que eram alteradas de ano letivo para ano letivo, situação que se agravou com a pandemia do Covid 19 e com as aulas online que fez afastar os diretos públicos-alvo dos próprios recursos técnicos associados à dinamização da candidatura no terreno			1	
Dificuldades iniciais devidas à ausência de manuais para o FSE.			1	
O SIIFSE é demasiadamente complexo nos pedidos de pagamento	1			
Pouca flexibilidade para aceitar alterações, atrasos na validação de pedidos de pagamento e pedidos de alteração que se julgam dever à plataforma.	1			
Verificou-se muita demora na validação dos pedidos de pagamento e simultaneamente em receber os reembolsos	1			

Fonte: Inquérito aos Municípios beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1107. Aspetos inovadores do projeto

	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo
Aporta como mais-valia o trabalho de convergência entre Agrupamentos de Escolas e Escolas Não Agrupadas, Município e serviços/entidades institucionais locais (reforço do trabalho comunitário de articulação com outros serviços locais) para o desenvolvimento de abordagem sistémica e holística nos fatores de risco de insucesso escolar	1			
Combate ao insucesso escolar com recurso a novas tecnologias.				1
Conceção e sustentabilidade de novos modos de ação pedagógica não se compadecem com visões unilaterais e espartilhadas da realidade mas requerem antes uma visão sistémica e integradora de culturas organizacionais e profissionais	1			
Criação e instalação do Centro de Recursos Interativos e Educativos de Almodôvar, onde se alia as novas tecnologias às terapias individualizadas ou de grupo, num trabalho em parceria com o Agrupamento de escolas de Almodôvar				1
Desenvolvimento do território local.			1	
Forma como disponibiliza recursos humanos e materiais para combate ao insucesso escolar.	1			
Inovador uma vez que é a 1ª vez que tivemos candidaturas direccionadas para o combate ao insucesso escolar icesse	1			
o projeto é inovador pela utilização de plataforma de apoio ao pré-escolar e 1º ciclo	1			
Tratam-se de projetos com impacto em competências educativas até agora não abrangidas.		1		
Uma maior e mais assertiva complementariedade de trabalhos com os agrupamentos escolares			1	
Utilização de nova metodologia nas aprendizagens				1

Fonte: Inquérito aos Municípios beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1108. Aspetos em que considera que o seu projeto poderá influenciar positivamente o território onde se encontra inserido

	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo
Com este Projetos vão permitir promover um ensino de qualidade para todos, combater o insucesso escolar, num quadro de valorização da igualdade de oportunidades e do aumento da eficiência e qualidade da escola pública	1			
Desenvolvimento económico/social local.			1	
Diminuição do insucesso escolar, contribuindo para uma melhoria no ensino e consequentemente na qualificação de crianças e jovens.				1
Diminuir taxa de abandono e insucesso escolar	1			
melhora o aproveitamento letivo da comunidade escolar abrangida		1		
melhoria da qualidade do serviço prestado à comunidade escolar			1	
O plano de promoção do sucesso escolar tem como objectivos gerais a promoção do sucesso escolar, a recuperação de jovens em situação de abandono escolar precoce, a promoção da disciplina, a promoção da leitura, da literacia e da inclusão digital, e a melhoria dos processos de monitorização do sucesso escolar.			1	
o projeto influencia o territorio no uso de novas tecnologias	1			
Os projetos que se implementaram no âmbito dos planos integrados contribuíram muito positivamente no combate ao insucesso escolar	1			
Promover as aprendizagens juntos dos mais novos, promovendo todo o território onde estão inseridos				1

Fonte: Inquérito aos Municípios beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1109. O projeto teria sido executado sem este financiamento?

	Norte (N=14)		Centro (N=20)		Lisboa (N=6)		Alentejo (N=15)		Total (N=55)	
	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos
Sim, com o mesmo formato	-	-	1	5,0	1	16,7	3	20,0	5	9,1
Sim, mas com um investimento menor	4	28,6	4	20,0	1	16,7	4	26,7	13	23,6
Sim, mas com um prazo de realização mais elevado	3	21,4	5	25,0	4	66,7	1	6,7	13	23,6
Não	10	71,4	12	60,0	1	16,7	7	46,7	30	54,5

Fonte: Inquérito aos Municípios beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1110. O projeto pode considerar-se complementar de outros projetos desenvolvidos pela entidade?

	Norte		Centro		Lisboa		Alentejo		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Sim	4	30,8	12	63,2	5	83,3	6	37,5	27	50,0
Não	9	69,2	7	36,8	1	16,7	10	62,5	27	50,0
Total	13	100,0	19	100,0	6	100,0	16	100,0	54	100,0

Fonte: Inquérito aos Municípios beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1111. Indique o tipo de projeto e a sua fonte de financiamento

	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo
Em articulação com o Projeto Promoção da Cultura Terras de Miranda cuja fonte de financiamento estava prevista na CIM na prioridade 10.01	1			
Ensinar é Voar II - Portugal Inovação Social		1		
Escolas/Património - FEDER			1	
Integração de comunidades desfavorecidas, sendo a fonte de financiamento municipal			1	
Muitos outros equipamentos escolares construídos ou remodelados com financiamento comunitário - FEDER		1		
projetos de melhoria dos centros escolares, financiados por recursos próprios e fundos comunitários.		1		
Projetos de reabilitação de equipamentos escolares financiados pelo ALENTEJO 2020				1
Promoção do sucesso educativo - FSE				1
Recuperação do Parque Escolar - FEDER			1	
Requalificação de infraestruturas escolares		1		

Fonte: Inquérito aos Municípios beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1112. Ponderou apresentar candidatura a outro Programa/Medida?

	Norte		Centro		Lisboa		Alentejo		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Sim	-	-	2	10,0	-	-	-	-	2	3,4
Não	14	100,0	18	90,0	8	100,0	16	100,0	56	96,6
Total	14	100,0	20	100,0	8	100,0	16	100,0	58	100,0

Fonte: Inquérito aos Municípios beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1113. Identifique o outro Programa a que ponderou apresentar candidatura e porque é que optou pelo apoio da CIM/AM.

	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo
	-	-	-	-

Fonte: Inquérito aos Municípios beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1114. outras fontes de financiamento (para além do PT2020) foram utilizadas para assegurar a execução do projeto(contrapartida nacional)

	Norte (N=14)		Centro (N=19)		Lisboa (N=8)		Alentejo (N=15)		Total (N=56)	
	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos
Fundos próprios	11	78,6	19	100,0	8	100,0	14	93,3	52	92,9
Orçamento de Estado	1	7,1	-	-	-	-	1	6,7	2	3,6
Protocolos Adm. Central/Adm. Local	2	14,3	-	-	2	25,0	-	-	4	7,1
Banco Europeu de Investimentos	1	7,1	-	-	1	12,5	-	-	2	3,6
Outras.	-	-	-	-	1	12,5	-	-	1	1,8

Fonte: Inquérito aos Municípios beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1115. Outras. Quais.

	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo
Fundo Ambiental/Turismo de Portugal/ProMuseus/ACM/PEC/Fundos UE	-	-	1	-
Orçamento municipal	-	-	1	-

Fonte: Inquérito aos Municípios beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1116. Existiram problemas de mobilização da contrapartida nacional?

	Norte		Centro		Lisboa		Alentejo		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Sim	3	23,1	2	10,5	-	-	2	12,5	7	12,7
Não	10	76,9	17	89,5	7	100,0	14	87,5	48	87,3
Total	13	100,0	19	100,0	7	100,0	16	100,0	55	100,0

Fonte: Inquérito aos Municípios beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1117. Especifique as dificuldades sentidas

	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo
A DGEstE ainda não procedeu à transferência da totalidade da verba protocolada.	1	-	-	-
Lei dos Cpmprmissos	-	-	-	1

Fonte: Inquérito aos Municípios beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

P.I. 10.5/10A. INVESTIMENTO NA EDUCAÇÃO, NA FORMAÇÃO E NA FORMAÇÃO PROFISSIONAL PARA A AQUISIÇÃO DE COMPETÊNCIAS E A APRENDIZAGEM AO LONGO DA VIDA ATRAVÉS DO DESENVOLVIMENTO DAS INFRAESTRUTURAS EDUCATIVAS E FORMATIVAS

Quadro 1118. Projetos aprovados no âmbito da PI 10.5/10A. Investimento na educação, na formação e na formação profissional para a aquisição de competências e a aprendizagem ao longo da vida através do desenvolvimento das infraestruturas educativas e formativas

	Norte		Centro		Lisboa		Alentejo		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Sim	14	73,7	14	56,0	10	100,0	10	52,6	48	65,8
Não	5	26,3	11	44,0	-	-	9	47,4	25	34,2
Total	19	100,0	25	100,0	10	100,0	19	100,0	73	100,0

Fonte: Inquérito aos Municípios beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

CANDIDATURA DE PROJETOS

Quadro 1119. Grau de adequação dos calendários de abertura dos avisos e dos prazos de submissão de candidaturas nesta PI/Medida

	1 – Nada adequado		2		3		4		5		6 - Muito adequado		Total		Média
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	
Tempo de duração do Aviso de Abertura de Candidaturas (desde a abertura até ao encerramento)	2	4,5	-	-	6	13,6	14	31,8	14	31,8	8	18,2	44	100,0	4,41
Intervalo de tempo entre a realização das ações de divulgação e o prazo para submissão das candidaturas	2	4,7	-	-	4	9,3	17	39,5	14	32,6	6	14,0	43	100,0	4,37
Ritmo de lançamento dos concursos para a mesma Tipologia/tipo de operações)	2	4,8	1	2,4	3	7,1	21	50,0	10	23,8	5	11,9	42	100,0	4,21
Articulação entre concursos para várias tipologias de operação	2	5,3	-	-	2	5,3	20	52,6	11	28,9	3	7,9	38	100,0	4,24
Outro.	-	-	1	20,0	-	-	2	40,0	1	20,0	1	20,0	5	100,0	4,20

Fonte: Inquérito aos Municípios beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1120. Média Grau de adequação dos calendários de abertura dos avisos e dos prazos de submissão de candidaturas nesta PI/Medida (escala 1- Nada adequado a 6 Muito adequado):

	Norte		Centro		Lisboa		Alentejo	
	Média	N	Média	N	Média	N	Média	N
Tempo de duração do Aviso de Abertura de Candidaturas (desde a abertura até ao encerramento)	4,31	13	4,31	13	4,50	8	4,60	10
Intervalo de tempo entre a realização das ações de divulgação e o prazo para submissão das candidaturas	4,31	13	4,31	13	4,43	7	4,50	10
Ritmo de lançamento dos concursos para a mesma Tipologia/tipo de operações)	4,42	12	3,62	13	4,43	7	4,60	10
Articulação entre concursos para várias tipologias de operação	4,27	11	4,00	12	4,40	5	4,40	10
Outro.	4,00	1	3,67	3	-	-	6,00	1

Fonte: Inquérito aos Municípios beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1121. Outra. Qual.

	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo
dotação financeira		1		

Fonte: Inquérito aos Municípios beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1122. Nos casos onde respondeu 1, 2 ou 3, justifique a sua resposta.

	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo
alargado prazo das candidaturas			1	
deveria haver mais avisos de concurso e mais dotação financeira		1		
Para prioridades de investimento contratualizadas, os avisos deveriam estar abertos em contínuo.	1			
Pouco tempo para apresentar candidaturas	1			
Prazos curtos	1		1	

Fonte: Inquérito aos Municípios beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1123. Principais dificuldades sentidas no processo de elaboração e de aprovação da Candidatura nesta PI.

	Norte (N=13)		Centro (N=13)		Lisboa (N=8)		Alentejo (N=10)		Total (N=44)	
	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos
Não sabe, a candidatura foi elaborada por consultores	1	7,7	1	7,7	-	-	-	-	2	4,5
Não teve dificuldades	6	46,2	2	15,4	4	50,0	8	80,0	20	45,5
Interpretação da legislação	3	23,1	3	23,1	1	12,5			7	15,9
Aconselhamento técnico insuficiente por parte dos consultores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aconselhamento técnico insuficiente por parte da CIM/AM	1	7,7	1	7,7	-	-	-	-	2	4,5
Dificuldade na adequação do projeto às condições de elegibilidade	3	23,1	6	46,2	3	37,5	2	20,0	14	31,8
Requisitos formais e burocracia para a instrução da candidatura	5	38,5	8	61,5	2	25,0	1	10,0	16	36,4
Dificuldade em obter financiamento para a parte não comparticipada	1	7,7	2	15,4	-	-	-	-	3	6,8
Cumprimento de requisitos técnicos/administrativos (pareceres, licenciamentos,...)	3	23,1	5	38,5	4	50,0	1	10,0	13	29,5
Prazo de resposta a pedidos de esclarecimento	1	7,7	2	15,4	1	12,5	-	-	4	9,1
Prazos de decisão	1	7,7	5	38,5	2	25,0	-	-	8	18,2
Outra	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: Inquérito aos Municípios beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1124. Descreva as dificuldades sentidas

	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo
Dificuldade de adequação do projeto de candidatura face aos termos dos Avisos, mesmo considerando a existência de limites máximos de referência para a elegibilidade do financiamento comunitário			1	
Dificuldades burocráticas sentidas na instrução da candidatura.	1			
Maior dificuldade foi a interpretação e conjugação de interpretações entre o aviso Norte 2020 e DGESTE	1			
Os prazos de resposta da AG para pedidos de reprogramação e para a validação de pedidos de pagamento é pura e simplesmente inadmissível.	1			
Projetos totalmente executados que ainda aguardam decisão.		1		
Tempo e complexidade na análise da candidatura		1		

Fonte: Inquérito aos Municípios beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1125. Adequação do concurso a que concorreu às necessidades da sua entidade e do território onde se insere

	1 – Nada adequado		2		3		4		5		6 - Muito adequado		Total		Média
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	
Necessidades da entidade	1	2,3					5	11,6	15	34,9	22	51,2	43	100,0	5,30
Necessidades do território			1	2,3	1	2,3	8	18,6	9	20,9	24	55,8	43	100,0	5,26

Fonte: Inquérito aos Municípios beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1126. Média Adequação do concurso a que concorreu às necessidades da sua entidade e do território onde se insere (escala 1- Nada adequado a 6 Muito adequado):

	Norte		Centro		Lisboa		Alentejo	
	Média	N	Média	N	Média	N	Média	N
Necessidades da entidade	5,08	13	5,31	13	5,63	8	5,33	9
Necessidades do território	5,25	12	5,23	13	5,75	8	4,90	10

Fonte: Inquérito aos Municípios beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1127. Nos casos onde respondeu 1, 2 ou 3, justifique a sua resposta.

	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo
A nível do território as verbas disponíveis não se adequaram às suas necessidades.				1
As intervenções de combate ao insucesso escolar não deveriam ser responsabilidade das Autarquias.	1			
Verba insuficiente para a renovação pretendida do parque escolar	1			

Fonte: Inquérito aos Municípios beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1128. Adequação dos seguintes elementos quanto ao processo de análise e seleção do seu projeto:

	1 – Nada adequado		2		3		4		5		6 - Muito adequado		Total		Média
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	
Condições de elegibilidade da entidade beneficiária	-	-	-	-	1	2,4	11	26,2	16	38,1	14	33,3	42	100,0	5,02
Condições de elegibilidade do projeto	-	-	-	-	1	2,4	15	35,7	18	42,9	8	19,0	42	100,0	4,79
Critérios de seleção	-	-	-	-	5	11,6	19	44,2	17	39,5	2	4,7	43	100,0	4,37
Metodologia de apuramento do mérito	-	-	-	-	6	14,3	17	40,5	17	40,5	2	4,8	42	100,0	4,36
Tipo de despesas elegíveis	1	2,3	3	7,0	4	9,3	17	39,5	12	27,9	6	14,0	43	100,0	4,26
Taxa de incentivo	1	2,4	3	7,1	4	9,5	16	38,1	13	31,0	5	11,9	42	100,0	4,24
Carga burocrática	1	2,4	3	7,3	7	17,1	22	53,7	7	17,1	1	2,4	41	100,0	3,83
Interação com o Sistema de Informação do FSE	2	8,0	2	8,0	4	16,0	10	40,0	6	24,0	1	4,0	25	100,0	3,76
Interação com o Sistema de Informação do FEDER	-	-	-	-	3	7,7	15	38,5	17	43,6	4	10,3	39	100,0	4,56
Interação com o Sistema de Informação do PDR	-	-	3	13,0	2	8,7	10	43,5	7	30,4	1	4,3	23	100,0	4,04
Interação com o Balcão2020	1	2,3	1	2,3	2	4,7	16	37,2	15	34,9	8	18,6	43	100,0	4,56
Interação com outros Sistemas de informação			2	8,7	3	13,0	10	43,5	7	30,4	1	4,3	23	100,0	4,09
Tempo de análise/aprovação da candidatura	2	5,0	4	10,0	5	12,5	11	27,5	15	37,5	3	7,5	40	100,0	4,05
Pedidos de esclarecimentos e/ou elementos adicionais solicitados	2	5,6	3	8,3	1	2,8	12	33,3	15	41,7	3	8,3	36	100,0	4,22
Outro	-	-	-	-	-	-	1	33,3	1	33,3	1	33,3	3	100,0	5,00

Fonte: Inquérito aos Municípios beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1129. Média Adequação dos seguintes elementos quanto ao processo de análise e seleção do seu projeto: (escala 1- Nada adequado a 6 Muito adequado):

	Norte		Centro		Lisboa		Alentejo	
	Média	N	Média	N	Média	N	Média	N
Condições de elegibilidade da entidade beneficiária	4,92	13	5,00	12	5,14	7	5,10	10
Condições de elegibilidade do projeto	4,85	13	4,58	12	4,86	7	4,90	10
Critérios de seleção	4,54	13	4,23	13	4,14	7	4,50	10
Metodologia de apuramento do mérito	4,46	13	4,25	12	4,14	7	4,50	10
Tipo de despesas elegíveis	5,08	13	4,00	13	3,86	7	3,80	10
Taxa de incentivo	4,62	13	4,42	12	2,71	7	4,60	10
Carga burocrática	4,00	13	3,54	13	3,50	6	4,22	9
Interação com o Sistema de Informação do FSE	3,50	8	3,89	9	3,00	2	4,17	6
Interação com o Sistema de Informação do FEDER	4,70	10	4,17	12	5,29	7	4,40	10
Interação com o Sistema de Informação do PDR	4,17	6	4,00	8	3,67	3	4,17	6
Interação com o Balcão2020	4,31	13	4,38	13	5,43	7	4,50	10
Interação com outros Sistemas de informação	4,33	6	3,86	7	3,75	4	4,33	6
Tempo de análise/aprovação da candidatura	4,33	12	3,17	12	4,50	6	4,50	10
Pedidos de esclarecimentos e/ou elementos adicionais solicitados	4,40	10	3,55	11	4,50	6	4,67	9
Outro	-	-	4,50	2	-	-	6,00	1

Fonte: Inquérito aos Municípios beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1130. Nos casos onde respondeu 1, 2 ou 3, justifique a sua resposta.

	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo
A gestão processual de projectos financiados pelo FSE é um calvário.	1			
A imposição de Valores Máximos de Referência (VMR) considera-se desadequada.			1	
Carga burocrática e demora na análise tanto das candidaturas como a articulação com o sistema de informação do FSE		1		
Deveria haver maior flexibilidade ao nível das tipologias de despesas elegíveis, bem como simplificação do processo de candidatura.		1		
Inadequação dos valores de referência aplicáveis ao cálculo do investimento elegível, no que respeita à reabilitação das infraestruturas educativas.				1
Insuficiente comparticipação financeira decorrente de desadequadas condições de elegibilidade financeira/valores máximos de referência.			1	
Morosidade na análise da candidatura e pedidos.		1		
Não houve projetos na área.			1	
O montante previsto no PDCT revelou-se claramente insuficiente face às necessidades do território, obrigando a um elevado esforço dos municípios, com taxas, muitas vezes inferiores a 30% de financiamento	1			
O SIIFSE é demasiadamente complexo	1			
O Tempo de análise /aprovação da candidatura foi moroso				1
Pedidos de pareceres e articulação com DGESTE	1			
Reduzida taxa de incentivo do apoio Comunitário			1	

	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo
solicita-se demasiados detalhes quanto ao equipamento que aumentam a carga burocrática (por exemplo, mapa de distribuição por espaço do equipamento)		1		
Tempo excessivo para análise e complexidades nos pedidos de esclarecimentos		1		

Fonte: Inquérito aos Municípios beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

EXECUÇÃO DOS PROJETOS

Quadro 1131. Principais dificuldades sentidas na execução do seu projeto.

	Norte (N=13)		Centro (N=13)		Lisboa (N=8)		Alentejo (N=10)		Total (N=44)	
	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos
Não teve dificuldades	6	46,2	5	38,5	3	37,5	8	80,0	22	50,0
Interpretação da legislação	2	15,4	1	7,7	-	-	-	-	3	6,8
Aconselhamento técnico insuficiente por parte dos consultores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aconselhamento técnico insuficiente por parte da CIM/AM	1	7,7	1	7,7	-	-	-	-	2	4,5
Dificuldade na adequação do projeto às condições de elegibilidade	1	7,7	4	30,8	3	37,5	1	10,0	9	20,5
Requisitos formais e burocracia para a instrução de pedidos de pagamento	4	30,8	4	30,8	1	12,5	-	-	9	20,5
Requisitos formais e burocracia para a instrução de pedidos de alteração	2	15,4	2	15,4	-	-	1	10,0	5	11,4
Dificuldade em obter financiamento para a parte não comparticipada	1	7,7	3	23,1	-	-	-	-	4	9,1
Cumprimento de requisitos técnicos/administrativos (pareceres, licenciamentos,...)	2	15,4	2	15,4	3	37,5	2	20,0	9	20,5
Prazo de resposta a pedidos de esclarecimento	-	-	2	15,4	1	12,5	-	-	3	6,8
Prazos de decisão	1	7,7	3	23,1	-	-	-	-	4	9,1
Outra.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: Inquérito aos Municípios beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1132. Descreva as dificuldades sentidas

	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo
A falta de apoio técnico por parte da AG e as incompreensíveis morosidade e carga burocrática associadas ao processamento de pedidos de pagamento e pedidos de reprogramação.	1			
A imposição de Valores Máximos de Referência (VMR) considera-se desadequada.			1	
Dificuldades burocráticas no que diz respeito à abertura de contas de fornecedor, instrução dos pedidos de pagamento e relatório final.	1			
Dificuldades na conclusão dos projetos de execução, em virtude da Pandemia, e na obtenção dos pareceres favoráveis/cumprimento das condicionantes impostas pelas entidades competentes para dar parecer favorável ao projeto.				1
Já referidas no ponto anterior		1		
O SIIFSE é demasiadamente complexo	1			
Obtenção de pareceres	1			
tempos muito restritos para resposta a pedidos de esclarecimentos e várias limitações de análise ao investimento financeiro suscitados pelos valores máximos de referência dos Avisos			1	

Fonte: Inquérito aos Municípios beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

EFICÁCIA: RESULTADOS DOS PROJETOS

Quadro 1133. Dos fatores seguintes assinale aqueles que criaram maiores dificuldades na execução do seu projeto

	Cumprimento dos tempos de execução (N=35)		Execução integral do financiamento aprovado (N=25)		Cumprimento dos indicadores Contratualizados (N=23)	
	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos
Não existiram dificuldades	14	40,0	15	60,0	12	52,2
Insuficiente estado de maturação do projeto apresentado em candidatura	11	31,4	6	24,0	3	13,0
Bloqueamentos institucionais ou administrativos (p.e., falta de flexibilidade para aceitar alterações, licenças)	9	25,7	6	24,0	3	13,0
Dificuldades na gestão administrativa do projeto (p.e., preparação dos pedidos de reembolso)	9	25,7	7	28,0	2	8,7
Atrasos no reembolso das despesas	2	5,7	7	28,0	-	-
Elevado prazo de resposta a pedidos de esclarecimento, de alteração, ...	5	14,3	6	24,0	1	4,3
Dificuldades de liquidez e obtenção de financiamento para cobrir os custos não comparticipados	3	8,6	3	12,0	3	13,0

Problemas de gestão do projeto de ordem técnica (complexidade do projeto, exigências das normas técnicas, ...)	9	25,7	9	36,0	5	21,7
Desvio nos custos inicialmente previstos	4	11,4	8	32,0	3	13,0
Dificuldades na articulação com parceiros	2	5,7	3	12,0	-	-
Outros fatores.	-	-	1	4,0	-	-

Fonte: Inquérito aos beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1134. Dos fatores seguintes assinale aqueles que criaram maiores dificuldades na execução do seu projeto, Norte

	Cumprimento dos tempos de execução (N=12)		Execução integral do financiamento aprovado (N=9)		Cumprimento dos indicadores Contratualizados (N=8)	
	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos
Não existiram dificuldades	5	41,7	3	33,3	4	50,0
Insuficiente estado de maturação do projeto apresentado em candidatura	2	16,7	-	-	-	-
Bloqueamentos institucionais ou administrativos (p.e., falta de flexibilidade para aceitar alterações, licenças)	2	16,7	-	-	-	-
Dificuldades na gestão administrativa do projeto (p.e., preparação dos pedidos de reembolso)	2	16,7	3	33,3	1	12,5
Atrasos no reembolso das despesas	2	16,7	3	33,3	-	-
Elevado prazo de resposta a pedidos de esclarecimento, de alteração, ...	2	16,7	2	22,2	-	-
Dificuldades de liquidez e obtenção de financiamento para cobrir os custos não comparticipados	1	8,3	1	11,1	2	25,0
Problemas de gestão do projeto de ordem técnica (complexidade do projeto, exigências das normas técnicas, ...)	3	25,0	2	22,2	2	25,0
Desvio nos custos inicialmente previstos	1	8,3	2	22,2	1	12,5
Dificuldades na articulação com parceiros	2	16,7	-	-	-	-
Outros fatores.	-	-	-	-	-	-

Fonte: Inquérito aos beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1135. Dos fatores seguintes assinale aqueles que criaram maiores dificuldades na execução do seu projeto, Centro

	Cumprimento dos tempos de execução (N=10)		Execução integral do financiamento aprovado (N=6)		Cumprimento dos indicadores Contratualizados (N=6)	
	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos
Não existiram dificuldades	3	30,0	3	50,0	3	50,0
Insuficiente estado de maturação do projeto apresentado em candidatura	5	50,0	3	50,0	2	33,3
Bloqueamentos institucionais ou administrativos (p.e., falta de flexibilidade para aceitar alterações, licenças)	5	50,0	3	50,0	1	16,7
Dificuldades na gestão administrativa do projeto (p.e., preparação dos pedidos de reembolso)	5	50,0	1	16,7	1	16,7
Atrasos no reembolso das despesas	-	-	2	33,3	-	-
Elevado prazo de resposta a pedidos de esclarecimento, de alteração, ...	2	20,0	3	50,0	1	16,7
Dificuldades de liquidez e obtenção de financiamento para cobrir os custos não comparticipados	2	20,0	1	16,7	-	-
Problemas de gestão do projeto de ordem técnica (complexidade do projeto, exigências das normas técnicas, ...)	2	20,0	4	66,7	1	16,7
Desvio nos custos inicialmente previstos	2	20,0	4	66,7	2	33,3
Dificuldades na articulação com parceiros	-	-	1	16,7	-	-
Outros fatores.	-	-	1	16,7	-	-

Fonte: Inquérito aos beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1136. Dos fatores seguintes assinale aqueles que criaram maiores dificuldades na execução do seu projeto, Lisboa

	Cumprimento dos tempos de execução (N=7)		Execução integral do financiamento aprovado (N=5)		Cumprimento dos indicadores Contratualizados (N=4)	
	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos
Não existiram dificuldades	3	42,9	4	80,0	2	50,0
Insuficiente estado de maturação do projeto apresentado em candidatura	3	42,9	2	40,0	1	25,0
Bloqueamentos institucionais ou administrativos (p.e., falta de flexibilidade para aceitar alterações, licenças)	1	14,3	2	40,0	-	-
Dificuldades na gestão administrativa do projeto (p.e., preparação dos pedidos de reembolso)	2	28,6	2	40,0	-	-
Atrasos no reembolso das despesas	-	-	-	-	-	-
Elevado prazo de resposta a pedidos de esclarecimento, de alteração, ...	1	14,3	-	-	-	-
Dificuldades de liquidez e obtenção de financiamento para cobrir os custos não comparticipados	-	-	-	-	1	25,0

Problemas de gestão do projeto de ordem técnica (complexidade do projeto, exigências das normas técnicas, ...)	2	28,6	2	40,0	1	25,0
Desvio nos custos inicialmente previstos	-	-	1	20,0	-	-
Dificuldades na articulação com parceiros	-	-	1	20,0	-	-
Outros fatores.	-	-	-	-	-	-

Fonte: Inquérito aos beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1137. Dos fatores seguintes assinale aqueles que criaram maiores dificuldades na execução do seu projeto, Alentejo

	Cumprimento dos tempos de execução (N=6)		Execução integral do financiamento aprovado (N=5)		Cumprimento dos indicadores Contratualizados (N=5)	
	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos
Não existiram dificuldades	3	50,0	5	100,0	3	60,0
Insuficiente estado de maturação do projeto apresentado em candidatura	1	16,7	1	20,0	-	-
Bloqueamentos institucionais ou administrativos (p.e., falta de flexibilidade para aceitar alterações, licenças)	1	16,7	1	20,0	2	40,0
Dificuldades na gestão administrativa do projeto (p.e., preparação dos pedidos de reembolso)	-	-	1	20,0	-	-
Atrasos no reembolso das despesas	-	-	1	20,0	-	-
Elevado prazo de resposta a pedidos de esclarecimento, de alteração, ...	-	-	1	20,0	-	-
Dificuldades de liquidez e obtenção de financiamento para cobrir os custos não comparticipados	-	-	1	20,0	-	-
Problemas de gestão do projeto de ordem técnica (complexidade do projeto, exigências das normas técnicas, ...)	2	33,3	1	20,0	1	20,0
Desvio nos custos inicialmente previstos	1	16,7	1	20,0	-	-
Dificuldades na articulação com parceiros	-	-	1	20,0	-	-
Outros fatores.	-	-	-	-	-	-

Fonte: Inquérito aos beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1138. Descreva as dificuldades sentidas

	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo
Atraso na conclusão dos projetos, por escassez de recursos técnicos próprios.			1	
atraso na obra			1	
Desvios referem-se a valores contratados inferiores aos previstos nos projetos de execução	1			
Do que decorre da evolução da dinamização dos procedimentos de contratação pública e das consequentes execuções em obra face ao limite temporal definido pelos Avisos para as candidaturas			1	
O cumprimento dos indicadores de resultado desta medida é um constrangimento para os beneficiários, porque o número de alunos inscritos nos estabelecimentos de ensino decresce todos os anos. Este é um problema nacional e decorre do decréscimo da taxa de natalidade.				1
O SIIFSE é demasiado complexo	1			
Processo de execução do projeto na globalidade complexo, designadamente ao nível da maturidade do projeto, dificuldades de contratação das empreitadas, pedidos de pagamento e reprogramações demoradas, correta articulação com PDCT e Ministério da Educação.	1			

Fonte: Inquérito aos Municípios beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1139. Aspetos inovadores do projeto

	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo
Aumento da segurança, da funcionalidade e do conforto térmico e acústico do edifício.	1			
Construção de uma nova escola adaptada às necessidades da comunidade escolar e preparada para receber equipamentos tecnológicos de última geração.				1
Desenvolvimento do território local.			1	
Mais que um projeto inovador o projeto pretendia dar condições dignas de ensino e aprendizagem. Ao nível da inovação residirá no facto de disponibilização de equipamento e software informático que acompanhe a tendência nacional.	1			
Melhoria das condições físicas para a comunidade escolar.	1			
Sistemas de ensino mais modernos e inclusivos.	1			

Fonte: Inquérito aos Municípios beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1140. Aspetos em que considera que o seu projeto poderá influenciar positivamente o território onde se encontra inserido

	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo
Este tipo de projeto permite colmatar situações deficitárias e melhorando as condições para a educação, o ensino e a formação profissional, em complemento das ações de melhoria da qualidade do sistema	1			
A requalificação dos estabelecimentos de ensino contribui para o aumento do nível de qualificações e competências da população.			1	
Aposta nas infraestruturas educativas, essenciais para melhoria das condições de ensino e aprendizagem dos alunos dos vários graus de ensino (1.º ciclo até ao secundário)				1
Criação de melhores condições de aprendizagem, o que irá contribuir para a fixação da população.		1		
Desenvolvimento económico/social local.			1	
Elevação da qualidade e do nível de cobertura da rede de infraestruturas de educação e ensino	1			
Ensino, formação, formação profissional, competências e aprendizagem ao longo da vida através da requalificação das infraestruturas.			1	
Melhores condições de aprendizagem, assegurar a coesão territorial.	1			
Melhores condições e experiências de aprendizagem, potenciando o sucesso escolar		1		
Melhoria das condições de ensino para toda a comunidade escolar.				1
Melhoria das condições físicas para a comunidade escolar.	1			
Melhoria do parque escolar e da vida dos alunos			1	
O projeto consistiu na substituição de fibrocimento no estabelecimento de ensino. Contribuiu para a saúde pública.				1

Fonte: Inquérito aos Municípios beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1141. O projeto teria sido executado sem este financiamento?

	Norte (N=13)		Centro (N=13)		Lisboa (N=7)		Alentejo (N=10)		Total (N=43)	
	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos
Sim, com o mesmo formato	-	-	2	15,4			1	10,0	3	7,0
Sim, mas com um investimento menor	2	15,4	4	30,8	1	14,3	3	30,0	10	23,3
Sim, mas com um prazo de realização mais elevado	4	30,8	6	46,2	4	57,1	3	30,0	17	39,5
Não	8	61,5	3	23,1	3	42,9	4	40,0	18	41,9

Fonte: Inquérito aos Municípios beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1142. O projeto pode considerar-se complementar de outros projetos desenvolvidos pela entidade?

	Norte		Centro		Lisboa		Alentejo		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Sim	3	23,1%	8	72,7	5	83,3	1	10,0	17	42,5
Não	10	76,9%	3	27,3	1	16,7	9	90,0	23	57,5
Total	13	100,0	11	100,0	6	100,0	10	100,0	40	100,0

Fonte: Inquérito aos Municípios beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1143. Indique o tipo de projeto e a sua fonte de financiamento

	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo
As ações realizadas no âmbito do combate ao insucesso escolar.		1		
Com a prioridade 10.1 através do FSE.	1			
Escolas/património - FEDER			1	
Investimento próprio e fundos comunitários para a rede escolar já existente		1		
PICIE - FSE			1	
PIICIE - Centro 2020		1		
Promoção das infraestruturas escolares, sendo a fonte de financiamento municipal			1	

Fonte: Inquérito aos Municípios beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1144. Ponderou apresentar candidatura a outro Programa/Medida?

	Norte		Centro		Lisboa		Alentejo		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Sim	1	7,7	-	-	-	-	-	-	1	2,3
Não	12	92,3	13	100,0	8	100,0	10	100,0	43	97,7
Total	13	100,0	13	100,0	8	100,0	10	100,0	44	100,0

Fonte: Inquérito aos Municípios beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1145. Identifique o outro Programa a que ponderou apresentar candidatura e porque é que optou pelo apoio da CIM/AM.

	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo
	-	-	-	-

Fonte: Inquérito aos Municípios beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1146. outras fontes de financiamento (para além do PT2020) foram utilizadas para assegurar a execução do projeto(contrapartida nacional)

	Norte (N=13)		Centro (N=12)		Lisboa (N=8)		Alentejo (N=10)		Total (N=43)	
	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos
Fundos próprios	12	92,3	11	91,7	8	100,0%	8	80,0	39	90,7
Orçamento de Estado	4	30,8	-	-	-	-	1	10,0	5	11,6
Protocolos Adm. Central/Adm. Local	2	15,4	-	-	2	25,0	1	10,0	5	11,6
Banco Europeu de Investimentos	2	15,4	1	8,3	1	12,5	-	-	4	9,3
Outras.	-	-	-	-	1	12,5	-	-	1	2,3

Fonte: Inquérito aos Municípios beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1147. Outras. Quais.

	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo
Fundo Ambiental/Turismo de Portugal/ProMuseus/PEC/Fundo UE			1	
Orçamento municipal			1	

Fonte: Inquérito aos Municípios beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1148. Existiram problemas de mobilização da contrapartida nacional?

	Norte		Centro		Lisboa		Alentejo		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Sim	3	27,3	2	15,4	-	-	-	-	5	11,9
Não	8	72,7	11	84,6	8	100,0	10	100,0	37	88,1
Total	11	100,0	13	100,0	8	100,0	10	100,0	42	100,0

Fonte: Inquérito aos Municípios beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1149. Especifique as dificuldades sentidas

	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo
Ao nível da mobilização de despesas diferentes das da empreitada (projeto, fiscalização, mobiliário, equipamento e software informático) que até à data a informação de que dispomos a DGESTE não irá assegurar a respetiva parte.	1			
Atraso no reembolso das despesas.	1			

Fonte: Inquérito aos Municípios beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

RELACIONAMENTO COM A CIM/AM

Quadro 1150. Contactou a CIM/AM na fase de elaboração da candidatura?

	Norte		Centro		Lisboa		Alentejo		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Sim	17	89,5	21	87,5	7	87,5	17	89,5	62	88,6
Não	2	10,5	3	12,5	1	12,5	2	10,5	8	11,4
Total	19	100,0	24	100,0	8	100,0	19	100,0	70	100,0

Fonte: Inquérito aos Municípios beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1151. Se contactou a CIM/AM, como avalia o apoio prestado pela CIM/AM na fase de preparação da candidatura relativamente às seguintes dimensões ?

	1 – Nulo		2		3		4		5		6 - Elevado		Total		Média
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	
Utilidade do apoio prestado	1	1,6	1	1,6	2	3,1	15	23,4	21	32,8	24	37,5	64	100,0	4,97
Clareza do apoio prestado	1	1,6	2	3,2	3	4,8	14	22,2	21	33,3	22	34,9	63	100,0	4,87
Contributo do apoio para aumentar a qualidade da candidatura	2	3,2			5	7,9	14	22,2	19	30,2	23	36,5	63	100,0	4,86

Fonte: Inquérito aos Municípios beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1152. Média avaliação do apoio prestado pela CIM/AM na fase de preparação da candidatura relativamente às seguintes dimensões a (escala 1- Nulo a 6 Elevado):

	Norte		Centro		Lisboa		Alentejo	
	Média	N	Média	N	Média	N	Média	N
Utilidade do apoio prestado	4,50	18	4,95	21	5,13	8	5,41	17
Clareza do apoio prestado	4,39	18	4,95	21	4,71	7	5,35	17
Contributo do apoio para aumentar a qualidade da candidatura	4,39	18	4,81	21	4,86	7	5,41	17

Fonte: Inquérito aos Municípios beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1153. Principais dificuldades que existiram com a CIM/AM na fase de Candidatura

	Norte (N=19)		Centro (N=21)		Lisboa (N=8)		Alentejo (N=17)		Total (N=65)	
	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos
Não existiram dificuldades	12	63,2	17	81,0	6	75,0	16	94,1	51	78,5%
Dificuldade de contacto telefónico	-	-	-	-	1	12,5	-	-	1	1,5%
Ausência/demora de resposta a emails	4	21,1	-	-	-	-	-	-	4	6,2%
Dificuldade/impossibilidade de atendimento presencial	1	5,3	1	4,8	-	-	-	-	2	3,1%
Demora nos esclarecimentos	4	21,1	1	4,8	1	12,5	-	-	6	9,2%
Esclarecimentos pouco claros	6	31,6	3	14,3	1	12,5	-	-	10	15,4%
Falta de capacidade técnica para responder às questões colocadas	4	21,1	2	9,5	-	-	1	5,9	7	10,8%
Outras	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: Inquérito aos Municípios beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1154. Considera que a CIM/AM assegurou a capacitação dos beneficiários e potenciais beneficiários para a elaboração da candidatura

	Norte (N=19)		Centro (N=22)		Lisboa (N=8)		Alentejo (N=18)		Total (N=67)	
	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos
Não	6	31,6	4	18,2	-	-	2	11,1	12	17,9
Sim, através de sessões de esclarecimento	6	31,6	9	40,9	5	62,5	7	38,9	27	40,3
Sim, através de atendimentos pré-projeto	5	26,3	9	40,9	4	50,0	10	55,6	28	41,8
Sim, através de documentação de apoio (orientações técnicas)	7	36,8	11	50,0	5	62,5	9	50,0	32	47,8
Sim, através de outras ações	5	26,3	3	13,6	4	50,0	1	5,6	13	19,4

Fonte: Inquérito aos Municípios beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1155. Outra. Qual?

	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo
Apoio técnico	1			
Atendimento telefónico, emails.			1	
Atendimento telefónico, individualizado e reuniões mensais com todos os gabinetes municipais de gestão de fundos comunitários para esclarecimento de dúvidas.	1			
contacto direto			1	
O conjunto das referidas e esclarecimentos individualizados		1		
Respostas a pedidos de esclarecimento específicos.			1	
Reuniões de Grupo de trabalho dos Fundos Comunitários			1	
Reuniões presenciais e via telefone	1			

Fonte: Inquérito aos Municípios beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1156. Em que áreas/domínios considera que era importante os potenciais beneficiários terem ações de capacitação para apoiar a elaboração de melhores candidaturas?

	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo
Ações de capacitação relacionadas com o funcionamento do Balcão 2020, a nível de pedidos de pagamento.				1
CÁLCULO DE INDICADORES DE MONITORIZAÇÃO/REALIZAÇÃO/RESULTADO: Proposta e cálculo de indicadores de monitorização, realização e resultado das candidaturas. APOIO NA ELABORAÇÃO DE PROJETOS A LINHAS DE FINANCIAMENTO: Elaboração das peças técnicas das candidaturas	1			
Candidaturas a apresentar ao FSE	1			
Formação Balcão 2020 / Legislação / Elaboração Candidaturas FSE			1	
Contratação Pública.			2	
Eficiência energética, Ambiente.			1	1
Em todas elas, em especial nas que envolvem a articulação com o FSE				1
Em todo o processo de gestão processual das operações.	1			
Melhores esclarecimentos sobre o aviso e condições de acesso.	1	1		
Na adequação de cada projeto a candidatar às especificidades/regras dos avisos de concurso.	1			
Na elaboração da própria candidatura, na elaboração dos documentos anexos				1
Nas ações imateriais		1		
Nas candidaturas do FSE.	1			
Regras ambientais, ordenamento do território e licenciamentos.		1		
Sessões de esclarecimento / Ações de formação		1		
sim, para esclarecimento dos requisitos técnicos e administrativos.		1		
Tipologias de despesas, condições de elegibilidade e uniformização de instrumentos processuais comuns.		1		
Todas as áreas da vida pública				1

Fonte: Inquérito aos Municípios beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1157. Avaliação do apoio prestado pela CIM/AM no acompanhamento da execução do projeto

1 – Nada adequado		2		3		4		5		6 – Totalmente adequado		Não procurou apoio		Total	
N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
1	1,4	1	1,4	4	5,7	12	17,1	19	27,1	31	44,3	2	2,9	70	100,0

Fonte: Inquérito aos Municípios beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1158. Média Avaliação do apoio prestado pela CIM/AM no acompanhamento da execução do projeto (escala 1- Nada adequado a 6 Totalmente adequado):

Norte		Centro		Lisboa		Alentejo		Total	
Média	N	Média	N	Média	N	Média	N	Média	N
4,42	19	5,05	22	5,38	8	5,58	19	5,06	68

Fonte: Inquérito aos Municípios beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1159. Nos casos onde respondeu 1, 2 ou 3, quais os elementos que justificam a sua resposta.

	Norte (N=4)		Centro (N=2)		Lisboa		Alentejo		Total (N=6)	
	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos
Dificuldade de contacto telefónico	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ausência/demora de resposta a emails	3	75,0%	-	-	-	-	-	-	3	50,0
Dificuldade/impossibilidade de atendimento presencial	1	25,0%	-	-	-	-	-	-	1	16,7
Demora nos esclarecimentos	3	75,0%	1	50,0%	-	-	-	-	4	66,7
Esclarecimentos pouco claros	3	75,0%	2	100,0%	-	-	-	-	5	83,3
Falta de capacidade técnica para responder às questões colocadas	2	50,0%	1	50,0%	-	-	-	-	3	50,0
Outras	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: Inquérito aos Municípios beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1160. Sente a necessidade de um maior acompanhamento pela CIM/AM aos promotores?

	Norte		Centro		Lisboa		Alentejo		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Sim	9	47,4	7	31,8	2	25,0	4	22,2	22	32,8
Não	10	52,6	15	68,2	6	75,0	14	77,8	45	67,2
Total	19	100,0	22	100,0	8	100,0	18	100,0	67	100,0

Fonte: Inquérito aos Municípios beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1161. Indique o tipo de apoio que sente necessidade

	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo
Antes, durante e após a execução das operações				1
Apoio na gestão processual das operações.	1			
Balcão 2020 - FSE			1	
Clarificação do aviso de articulação com demais instituições.	1			
Disponibilização de sessões de esclarecimentos para elaboração de candidaturas				1
Na verificação física dos projetos.	1			
O apoio da CIM está limitado pelas dificuldades sentidas, na fase inicial, no domínio dos regulamentos	1			
Sessões de esclarecimento				1

Fonte: Inquérito aos Municípios beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1162. Considera que a CIM/AM assegurou a capacitação dos beneficiários e potenciais beneficiários para a execução dos projetos?

	Norte (N=19)		Centro (N=23)		Lisboa (N=7)		Alentejo (N=19)		Total (N=69)	
	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos
Não	7	36,8	3	13,0			2	10,5	12	17,4
Sim, através de sessões de esclarecimento	3	15,8	8	34,8	4	50,0	5	26,3	20	29,0
Sim, através de atendimentos durante a execução dos projetos	10	52,6	12	52,2	6	75,0	12	63,2	40	58,0
Sim, através de documentação de apoio (orientações técnicas)	6	31,6	10	43,5	6	75,0	10	52,6	32	46,4
Sim, através de outras ações	2	10,5	2	8,7	1	12,5	1	5,3	6	8,7

Fonte: Inquérito aos Municípios beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1163. Indique quais

	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo
ação de verificação no local		1		
Reuniões de Grupo de trabalho dos fundos comunitários			1	

Fonte: Inquérito aos Municípios beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1164. Avaliação da utilidade das ações de capacitação

1 – Nada úteis		2		3		4		5		6 – Muito úteis		Não participou		Total	
N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
						9	18,0	12	24,0	18	36,0	11	22,0	50	100,0

Fonte: Inquérito aos Municípios beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1165. Média Avaliação da utilidade das ações de capacitação (escala 1- Nada úteis a 6 Muito úteis)

Norte		Centro		Lisboa		Alentejo		Total	
Média	N	Média	N	Média	N	Média	N	Média	N
5,13	8	5,15	13	5,17	6	5,42	12	5,23	39

Fonte: Inquérito aos Municípios beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1166. Que ações de capacitação considera que poderiam ser úteis para apoiar a implementação dos projetos?

	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo
Ação acerca de custos com pessoal, avaliação do impacto de projetos e iniciativas	1			
Acompanhamento mais próximo na elaboração e execução dos projetos.	1			
Contratação pública.			1	
Maior conhecimento de todo o processo e domínio perfeito das plataformas.	1			
Na apresentação dos avisos de concurso				1
Nas candidaturas ao FSE (instrução de candidaturas; pedidos de reembolsos; relatórios de execução; pedidos de alteração)	1			
Regras de publicitação dos apoios comunitários, no encerramento das candidaturas.				1
Relacionadas com os pedidos de pagamento no Balcão 2020.				1
Sessões de esclarecimento.	1			

Fonte: Inquérito aos Municípios beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1167. Principais necessidades/problemas que sente em relação à Equipa Técnica da CIM/AM.

	Norte (N=15)		Centro (N=22)		Lisboa (N=7)		Alentejo (N=18)		Total (N=62)	
	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos
Insuficiência no número de elementos da Equipa Técnica da CIM/AM	12	80,0	9	40,9	4	57,1	4	22,2	29	46,8
Excesso no número de elementos da Equipa Técnica da CIM/AM	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Desadequação da formação e conhecimentos técnicos da CIM/AM	2	13,3	-	-	-	-	-	-	2	3,2
Insuficiência de conhecimentos técnicos da CIM/AM	1	6,7	2	9,1	1	14,3			4	6,5
Excessiva especialização dos técnicos em determinada área/função	-	-	1	4,5	-	-	-	-	1	1,6
Excessiva polivalência dos técnicos da CIM/AM	2	13,3	2	9,1	-	-	-	-	4	6,5
Não sente necessidades/problemas em relação à Equipa Técnica da CIM/AM	4	26,7	12	54,5	3	42,9	15	83,3	34	54,8
Outros	-	-	1	4,5%	-	-	-	-	1	1,6

Fonte: Inquérito aos Municípios beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1168. Outros. Quais.

	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo
desadequada articulação entre a estrutura de supervisão da CCDR e a estrutura técnica da CIM		1		

Fonte: Inquérito aos Municípios beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1169. Se mencionou desadequação/insuficiência do conhecimento, explicita em que aspetos?

	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo
A maioria dos colaboradores iniciaram funções à relativamente pouco tempo, não revelando grandes domínio das temáticas	1			
Maiores valências técnicas/temáticas face à diferenciação temática associada ao conjunto de PI's contratualizadas			1	
Para as funções que a CIM serem insuficientes em número, acabando por desempenhar muitas funções, o que por vezes faz com que não consigam dar o devido acompanhamento em todas as fases/projetos.	1			

Fonte: Inquérito aos Municípios beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1170. Contributo do modelo de apresentação de candidaturas à CIM/AM comparativamente com o modelo de apresentação de candidaturas diretamente ao PO para as seguintes dimensões

	Contributo negativo		Contributo neutro		Contributo positivo		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Redução da carga administrativa	5	7,4	42	61,8	21	30,9	68	100,0
Celeridade de procedimentos	9	13,2	28	41,2	31	45,6	68	100,0
Proximidade aos beneficiários	-	-	9	13,2	59	86,8	68	100,0
Capacidade de ajustamento às necessidades do território	-	-	16	23,9	51	76,1	67	100,0
Participação dos atores locais na definição do processo de desenvolvimento local	-	-	20	29,9	47	70,1	67	100,0
Promoção da articulação e criação de sinergias entre beneficiários	-	-	16	23,9	51	76,1	67	100,0
Monitorização de resultados	1	1,5	39	58,2	27	40,3	67	100,0
Resultados atingidos com os projetos	-	-	34	50,7	33	49,3	67	100,0
Alcance das metas definidas nos projetos	-	-	35	52,2	32	47,8	67	100,0
Outras.	-	-	1	50,0	1	50,0	2	100,0

Fonte: Inquérito aos beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1171. Contributo do modelo de apresentação de candidaturas à CIM/AM comparativamente com o modelo de apresentação de candidaturas diretamente ao PO para as seguintes dimensões, Norte

	Contributo negativo		Contributo neutro		Contributo positivo		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Redução da carga administrativa	1	5,6	11	61,1	6	33,3	18	100,0
Celeridade de procedimentos	3	16,7	5	27,8	10	55,6	18	100,0
Proximidade aos beneficiários	-	-	1	5,6	17	94,4	18	100,0
Capacidade de ajustamento às necessidades do território	-	-	6	33,3	12	66,7	18	100,0
Participação dos atores locais na definição do processo de desenvolvimento local	-	-	4	22,2	14	77,8	18	100,0
Promoção da articulação e criação de sinergias entre beneficiários	-	-	4	22,2	14	77,8	18	100,0
Monitorização de resultados	-	-	12	66,7	6	33,3	18	100,0
Resultados atingidos com os projetos	-	-	12	66,7	6	33,3	18	100,0
Alcance das metas definidas nos projetos	-	-	12	66,7	6	33,3	18	100,0
Outras.	-	-	1	100,0	-	-	1	100,0

Fonte: Inquérito aos beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1172. Contributo do modelo de apresentação de candidaturas à CIM/AM comparativamente com o modelo de apresentação de candidaturas diretamente ao PO para as seguintes dimensões, Centro

	Contributo negativo		Contributo neutro		Contributo positivo		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Redução da carga administrativa	3	13,0	14	60,9	6	26,1	23	100,0
Celeridade de procedimentos	4	17,4	11	47,8	8	34,8	23	100,0
Proximidade aos beneficiários	-	-	5	21,7	18	78,3	23	100,0
Capacidade de ajustamento às necessidades do território	-	-	5	22,7	17	77,3	22	100,0
Participação dos atores locais na definição do processo de desenvolvimento local	-	-	8	36,4	14	63,6	22	100,0
Promoção da articulação e criação de sinergias entre beneficiários	-	-	6	27,3	16	72,7	22	100,0
Monitorização de resultados	-	-	15	68,2	7	31,8	22	100,0
Resultados atingidos com os projetos	-	-	9	40,9	13	59,1	22	100,0
Alcance das metas definidas nos projetos	-	-	11	50,0	11	50,0	22	100,0
Outras.	-	-	-	-	1	100,0	1	100,0

Fonte: Inquérito aos beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1173. Contributo do modelo de apresentação de candidaturas à CIM/AM comparativamente com o modelo de apresentação de candidaturas diretamente ao PO para as seguintes dimensões, Lisboa

	Contributo negativo		Contributo neutro		Contributo positivo		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Redução da carga administrativa	1	12,5	5	62,5	2	25,0	8	100,0
Celeridade de procedimentos	2	25,0	5	62,5	1	12,5	8	100,0
Proximidade aos beneficiários	-	-	1	12,5	7	87,5	8	100,0
Capacidade de ajustamento às necessidades do território	-	-	1	12,5	7	87,5	8	100,0
Participação dos atores locais na definição do processo de desenvolvimento local	-	-	4	50,0	4	50,0	8	100,0
Promoção da articulação e criação de sinergias entre beneficiários	-	-	-	-	8	100,0	8	100,0
Monitorização de resultados	1	12,5	4	50,0	3	37,5	8	100,0
Resultados atingidos com os projetos	-	-	4	50,0	4	50,0	8	100,0
Alcance das metas definidas nos projetos	-	-	5	62,5	3	37,5	8	100,0
Outras.	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: Inquérito aos beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1174. Contributo do modelo de apresentação de candidaturas à CIM/AM comparativamente com o modelo de apresentação de candidaturas diretamente ao PO para as seguintes dimensões, Alentejo

	Contributo negativo		Contributo neutro		Contributo positivo		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Redução da carga administrativa			12	63,2	7	36,8	19	100,0
Celeridade de procedimentos			7	36,8	12	63,2	19	100,0
Proximidade aos beneficiários	-	-	2	10,5	17	89,5	19	100,0
Capacidade de ajustamento às necessidades do território	-	-	4	21,1	15	78,9	19	100,0
Participação dos atores locais na definição do processo de desenvolvimento local	-	-	4	21,1	15	78,9	19	100,0
Promoção da articulação e criação de sinergias entre beneficiários	-	-	6	31,6	13	68,4	19	100,0
Monitorização de resultados			8	42,1	11	57,9	19	100,0
Resultados atingidos com os projetos	-	-	9	47,4	10	52,6	19	100,0
Alcance das metas definidas nos projetos	-	-	7	36,8	12	63,2	19	100,0
Outras.	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: Inquérito aos beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1175. Indique as principais vantagens de apresentar candidaturas à CIM/AM

	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo
A facilidade de comunicação e agilização dos procedimentos.	1			
A perspetiva de poder integrar uma estratégia territorial participada e partilhada			1	
A pré preparação das candidaturas/projetos face à interação com a elaboração da EIDT		1		
Facilidade na obtenção de esclarecimentos.	1			
Conhecimento do interlocutor.	1			
Apoio e acompanhamento		1		
Contato e apoio mais célere e proximidade	1			
Facilidade de contacto.	1	1		
Maior apoio e facilidade de comunicação	1			1
Maior celeridade	1			1
Maior interligação com os demais Municípios.			1	
Maior proximidade ao território			2	
Melhor articulação	1			
Melhor conhecimento do território, das suas necessidades/vulnerabilidades e a sua proximidade.		1		2
Permite que as entidades municipais da região tenham mais força na mobilização verbas de investimento.	1			
Maior Proximidade	5	1		2
Proximidade aos beneficiários		1	1	4
Fácil articulação dos processos.				1
Rapidez nas decisões.	1			

Fonte: Inquérito aos Municípios beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1176. Indique as principais desvantagens de apresentar candidaturas à CIM/AM

A falta de autonomia em alguns processo para a tomada de decisão.	1	1		
A pouca autonomia da CIM face à AG, que em certas situações cria redundâncias desnecessárias.	1			
Aumenta os níveis de análise prévia à decisão e, consequentemente, os prazos da mesma.		1		
celeridade nas respostas	1			
Criação de mais um patamar de avaliação e logo de delonga na dinamização dos processos			1	
Duplicação de procedimentos CIM /programa financiador		1		
Maior morosidade	1			1
Nos projetos interterritoriais, aumentam todos os prazos		1		
O facto de terem de recorrer a outros organismos para esclarecimentos de certas questões	1			
Tempo de análise até decisão	1			

Fonte: Inquérito aos Municípios beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

DEFINIÇÃO DA EIDT E DO PDCT

Quadro 1177. Forma de participação na definição da Estratégia Integrada e Desenvolvimento Territorial (EIDT) e do Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial (PDCT)

	EIDC (N=64)		PDCT (N=67)	
	N	% de casos	N	% de casos
Não participou	20	31,3	23	34,3%
Sessões Públicas de debate	26	40,6	27	40,3%
Recolha formal de pareceres e contributos	35	54,7	33	49,3%
Inclusão em grupos de trabalho	29	45,3	29	43,3%
Resposta a questionário	17	26,6	18	26,9%

Fonte: Inquérito aos beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1178. Forma de participação na definição da Estratégia Integrada e Desenvolvimento Territorial (EIDT) e do Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial (PDCT), Norte

	EIDC (N=18)		PDCT (N=19)	
	N	% de casos	N	% de casos
Não participou	7	38,9	7	36,8
Sessões Públicas de debate	8	44,4	8	42,1
Recolha formal de pareceres e contributos	10	55,6	10	52,6
Inclusão em grupos de trabalho	8	44,4	8	42,1
Resposta a questionário	2	11,1	3	15,8

Fonte: Inquérito aos beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1179. Forma de participação na definição da Estratégia Integrada e Desenvolvimento Territorial (EIDT) e do Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial (PDCT), Centro

	EIDC (N=21)		PDCT (N=23)	
	N	% de casos	N	% de casos
Não participou	7	33,3	9	39,1
Sessões Públicas de debate	8	38,1	10	43,5
Recolha formal de pareceres e contributos	9	42,9	9	39,1
Inclusão em grupos de trabalho	10	47,6	10	43,5
Resposta a questionário	7	33,3	8	34,8

Fonte: Inquérito aos beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1180. Forma de participação na definição da Estratégia Integrada e Desenvolvimento Territorial (EIDT) e do Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial (PDCT), Lisboa

	EIDC (N=8)		PDCT (N=8)	
	N	% de casos	N	% de casos
Não participou	1	12,5	-	-
Sessões Públicas de debate	6	75,0	7	87,5
Recolha formal de pareceres e contributos	6	75,0	7	87,5
Inclusão em grupos de trabalho	4	50,0	4	50,0
Resposta a questionário	5	62,5	5	62,5

Fonte: Inquérito aos beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1181. Forma de participação na definição da Estratégia Integrada e Desenvolvimento Territorial (EIDT) e do Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial (PDCT), Alentejo

	EIDC (N=17)		PDCT (N=17)	
	N	% de casos	N	% de casos
Não participou	5	29,4	7	41,2
Sessões Públicas de debate	4	23,5	2	11,8
Recolha formal de pareceres e contributos	10	58,8	7	41,2
Inclusão em grupos de trabalho	7	41,2	7	41,2
Resposta a questionário	3	17,6	2	11,8

Fonte: Inquérito aos beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1182. Considera que a mobilização para a sua participação foi apenas formal (resposta formal a mecanismos estabelecidos de auscultação) ou substantiva (envolvimento concreto do qual decorreu uma participação ativa na conceção da estratégia)

	EIDC (N=49)		PDCT (N=53)	
	N	% de casos	N	% de casos
Formal	24	49,0	24	45,3
Substantiva	27	55,1	31	58,5

Fonte: Inquérito aos beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1183. Considera que a mobilização para a sua participação foi apenas formal (resposta formal a mecanismos estabelecidos de auscultação) ou substantiva (envolvimento concreto do qual decorreu uma participação ativa na conceção da estratégia), Norte

	EIDC (N=12)		PDCT (N=14)	
	N	% de casos	N	% de casos
Formal	7	58,3	6	42,9
Substantiva	6	50,0	9	64,3

Fonte: Inquérito aos beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1184. Considera que a mobilização para a sua participação foi apenas formal (resposta formal a mecanismos estabelecidos de auscultação) ou substantiva (envolvimento concreto do qual decorreu uma participação ativa na conceção da estratégia), Centro

	EIDC (N=18)		PDCT (N=20)	
	N	% de casos	N	% de casos
Formal	8	44,4	10	50,0
Substantiva	11	61,1	11	55,0

Fonte: Inquérito aos beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1185. Considera que a mobilização para a sua participação foi apenas formal (resposta formal a mecanismos estabelecidos de auscultação) ou substantiva (envolvimento concreto do qual decorreu uma participação ativa na conceção da estratégia), Lisboa

	EIDC (N=8)		PDCT (N=8)	
	N	% de casos	N	% de casos
Formal	3	37,5	2	25,0
Substantiva	5	62,5	6	75,0

Fonte: Inquérito aos beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1186. Considera que a mobilização para a sua participação foi apenas formal (resposta formal a mecanismos estabelecidos de auscultação) ou substantiva (envolvimento concreto do qual decorreu uma participação ativa na conceção da estratégia), Alentejo

	EIDC (N=11)		PDCT (N=11)	
	N	% de casos	N	% de casos
Formal	6	54,5	6	54,5
Substantiva	5	45,5	5	45,5

Fonte: Inquérito aos beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1187. Resultados produzidos pela participação no desenho da Estratégia Integrada e Desenvolvimento Territorial

	EIDC (N=48)		PDCT (N=47)	
	N	% de casos	N	% de casos
Nenhum resultado	7	14,6	6	12,8
Poucos resultados efetivos, mas produziu uma perceção de participação que é relevante no território	9	18,8	8	17,0
Produziu resultados em termos de alargamento de âmbito da estratégia (território, objetivos, metas, áreas de intervenção e atores na implementação)	19	39,6	17	36,2
Conduziu à identificação e consensualização de projetos estratégicos/prioritários	25	52,1	25	53,2
Conduziu ao alargamento das potenciais fontes de financiamento	11	22,9	10	21,3
Conduziu à identificação de atores para a conceção/execução da estratégia	13	27,1	13	27,7
Conduziu à identificação de projetos complementares com os quais se estabeleceram articulações	20	41,7	21	44,7

Fonte: Inquérito aos beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1188. Resultados produzidos pela participação no desenho da Estratégia Integrada e Desenvolvimento Territorial, Norte

	EIDC (N=13)		PDCT (N=13)	
	N	% de casos	N	% de casos
Nenhum resultado	3	23,1	1	7,7
Poucos resultados efetivos, mas produziu uma perceção de participação que é relevante no território	5	38,5	3	23,1
Produziu resultados em termos de alargamento de âmbito da estratégia (território, objetivos, metas, áreas de intervenção e atores na implementação)	5	38,5	4	30,8
Conduziu à identificação e consensualização de projetos estratégicos/prioritários	6	46,2	7	53,8
Conduziu ao alargamento das potenciais fontes de financiamento	3	23,1	3	23,1
Conduziu à identificação de atores para a conceção/execução da estratégia	5	38,5	6	46,2
Conduziu à identificação de projetos complementares com os quais se estabeleceram articulações	6	46,2	7	53,8

Fonte: Inquérito aos beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1189. Resultados produzidos pela participação no desenho da Estratégia Integrada e Desenvolvimento Territorial, Centro

	EIDC (N=15)		PDCT (N=14)	
	N	% de casos	N	% de casos
Nenhum resultado	2	13,3	2	14,3
Poucos resultados efetivos, mas produziu uma perceção de participação que é relevante no território	-	-	-	-
Produziu resultados em termos de alargamento de âmbito da estratégia (território, objetivos, metas, áreas de intervenção e atores na implementação)	8	53,3	7	50,0
Conduziu à identificação e consensualização de projetos estratégicos/prioritários	10	66,7	9	64,3
Conduziu ao alargamento das potenciais fontes de financiamento	5	33,3	5	35,7
Conduziu à identificação de atores para a conceção/execução da estratégia	4	26,7	4	28,6
Conduziu à identificação de projetos complementares com os quais se estabeleceram articulações	7	46,7	8	57,1

Fonte: Inquérito aos beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1190. Resultados produzidos pela participação no desenho da Estratégia Integrada e Desenvolvimento Territorial, Lisboa

	EIDC (N=6)		PDCT (N=7)	
	N	% de casos	N	% de casos
Nenhum resultado	-	-	-	-
Poucos resultados efetivos, mas produziu uma perceção de participação que é relevante no território	1	16,7	2	28,6
Produziu resultados em termos de alargamento de âmbito da estratégia (território, objetivos, metas, áreas de intervenção e atores na implementação)	3	50,0	3	42,9
Conduziu à identificação e consensualização de projetos estratégicos/prioritários	4	66,7	5	71,4
Conduziu ao alargamento das potenciais fontes de financiamento	1	16,7	1	14,3
Conduziu à identificação de atores para a conceção/execução da estratégia	1	16,7	1	14,3
Conduziu à identificação de projetos complementares com os quais se estabeleceram articulações	3	50,0	4	57,1

Fonte: Inquérito aos beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1191. Resultados produzidos pela participação no desenho da Estratégia Integrada e Desenvolvimento Territorial, Alentejo

	EIDC (N=14)		PDCT (N=13)	
	N	% de casos	N	% de casos
Nenhum resultado	2	14,3	3	23,1
Poucos resultados efetivos, mas produziu uma perceção de participação que é relevante no território	3	21,4	3	23,1
Produziu resultados em termos de alargamento de âmbito da estratégia (território, objetivos, metas, áreas de intervenção e atores na implementação)	3	21,4	3	23,1
Conduziu à identificação e consensualização de projetos estratégicos/prioritários	5	35,7	4	30,8
Conduziu ao alargamento das potenciais fontes de financiamento	2	14,3	1	7,7
Conduziu à identificação de atores para a conceção/execução da estratégia	3	21,4	2	15,4
Conduziu à identificação de projetos complementares com os quais se estabeleceram articulações	4	28,6	2	15,4

Fonte: Inquérito aos beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

IMPLEMENTAÇÃO DOS PDCT

Quadro 1192. outras fontes de financiamento (para além do PT2020) foram utilizadas para assegurar a execução do projeto(contrapartida nacional)

	Norte (N=17)		Centro (N=20)		Lisboa (N=8)		Alentejo (N=17)		Total (N=62)	
	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos
Racionalização de recursos	6	35,3	11	55,0	3	37,5	8	47,1	28	45,2
Continuidade de intervenções	8	47,1	10	50,0	5	62,5	8	47,1	31	50,0
Multidimensionalidade das intervenções	6	35,3	9	45,0	3	37,5	2	11,8	20	32,3
Complementaridade de intervenções	12	70,6	15	75,0	4	50,0	8	47,1	39	62,9
Aumento do alcance em termos do perfil dos beneficiários apoiados	5	29,4	2	10,0	1	12,5	3	17,6	11	17,7
Construção de parcerias	11	64,7	11	55,0	3	37,5	7	41,2	32	51,6
Alargar o âmbito de atuação	6	35,3	7	35,0	4	50,0	4	23,5	21	33,9

Fonte: Inquérito aos Municípios beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1193. Tipo de atividades que têm sido desenvolvidas para promover o envolvimento e participação dos atores locais na implementação dos apoios da CIM/AM e indique o seu nível de participação nas mesmas

	1 – Nulo/ muito reduzido		2		3		4		5		6 - Muito elevado		Não participou		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Reuniões/encontros com parceiros promovidos	1	1,6	2	3,1	4	6,3	19	29,7	25	39,1	9	14,1	4	6,3	64	100,0
Sessões de divulgação e sensibilização e esclarecimento	-	-	2	3,1	4	6,3	25	39,1	26	40,6	4	6,3	3	4,7	64	100,0
Reuniões, seminários, workshops públicos	-	-	3	5,3	4	7,0	20	35,1	23	40,4	6	10,5	1	1,8	57	100,0
Produtos de comunicação da CIM/AM (newsletter, site)	2	3,3	1	1,7	7	11,7	24	40,0	19	31,7	5	8,3	2	3,3	60	100,0
Produtos de comunicação da CIM/AM (páginas das redes sociais)	1	1,7	2	3,4	5	8,6	24	41,4	19	32,8	5	8,6	2	3,4	58	100,0
Grupos de trabalho temáticos	-	-	2	3,4	6	10,3	17	29,3	22	37,9	8	13,8	3	5,2	58	100,0
Visitas a projetos de investimento,...	2	3,9	6	11,8	5	9,8	15	29,4	12	23,5	5	9,8	6	11,8	51	100,0
Feiras, festas temáticas; mostras de produtos locais	2	3,7	6	11,1	5	9,3	19	35,2	14	25,9	4	7,4	4	7,4	54	100,0
Participação em projetos de cooperação	1	1,9	2	3,8	7	13,5	16	30,8	17	32,7	4	7,7	5	9,6	52	100,0

Fonte: Inquérito aos Municípios beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1194. Média Tipo de atividades que têm sido desenvolvidas para promover o envolvimento e participação dos atores locais na implementação dos apoios da CIM/AM e indique o seu nível de participação nas mesmas: (escala de 1 Nulo/muito reduzido a 6 muito elevado)

	Norte		Centro		Lisboa		Alentejo			
	Média	N	Média	N	Média	N	Média	N		N
Reuniões/encontros com parceiros promovidos	4,36	14	4,48	21	4,43	7	4,78	18	4,53	60
Sessões de divulgação e sensibilização e esclarecimento	4,13	15	4,33	21	4,63	8	4,71	17	4,43	61
Reuniões, seminários, workshops públicos	4,29	14	4,45	20	4,40	5	4,59	17	4,45	56
Produtos de comunicação da CIM/AM (newsletter, site)	3,77	13	4,43	21	4,25	8	4,38	16	4,24	58
Produtos de comunicação da CIM/AM (páginas das redes sociais)	4,00	13	4,43	21	4,00	6	4,50	16	4,30	56
Grupos de trabalho temáticos	4,31	13	4,50	20	4,33	6	4,75	16	4,51	55
Visitas a projetos de investimento,...	4,09	11	4,13	15	2,60	5	4,21	14	3,98	45
Feiras, festas temáticas; mostras de produtos locais	4,55	11	4,20	20	1,80	5	4,00	14	3,98	50
Participação em projetos de cooperação	4,36	11	4,39	18	2,50	4	4,43	14	4,23	47

Fonte: Inquérito aos Municípios beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1195. Considera que os atores locais poderiam envolver-se mais na implementação dos Pactos para o Desenvolvimento e Coesão Territorial

	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo
Sim. Quais atores?				
Áreas Metropolitanas			1	
Associações e empresários locais	1			1
Associações locais/regionais.			1	
Escolas			1	
IPSS, Misericórdias, autarquias locais e entidades públicas				1
Os atores responsáveis pela implementação de determinadas tipologias para além das autarquias/municípios.	1			
Parceiros da Sociedade Civil				1
Setor empresarial, entidades do setor social		1		
Autarquias, empresas, educação, IPSS, etc	1			
Os membros dos executivos municipais.				1
Tecido económico e social; instituições de ensino; setor associativo		1		
Técnicos superiores Municipais	1			
todos	1			
turísticos, ação social e a nível empresarial				1
Universidade do Minho	1			
Sim. De que forma?				
Através da participação no conselho intermunicipal.				1
Através de sugestões, inquéritos	1			
Através do contacto direto feito pelas CIM para participação nos respetivos processo EIDT e PDCT.	1			
Convidados para debates e opiniões.	1			
Definir estratégias de investimento numa lógica territorial, à escala da CIM	1			
Divulgação e estabelecimento de parcerias.			1	

	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo
Em projetos de parceria, de experimentação ou teste, em que a autarquia se assumiria como um "living lab" à semelhança do que sucede nos projetos do H2020.	1			
grupos de trabalho				1
Identificando oportunidades e apresentando propostas em forums		1		
Maior divulgação	1			
Participação nas reuniões	1			
Participar na execução das candidaturas		1		
Reuniões			1	
Não. Justifique:				
Acho que já tem uma participação muito activa				1
Consideramos que os atores locais já são envolvidos.	1			
Envolvem-se o suficiente				1
Existe já envolvimento de outros atores				1
Os actores locais estiveram envolvidos na elaboração da EIDT. No PDCT não, pela natureza do processo que lhes deu origem.	1			
Os atores locais já apresentam um razoável envolvimento na implementação dos Pactos para o Desenvolvimento e Coesão Territorial.				1
Os municípios já são representantes dos atores locais, tendo inerente às suas atribuições auscultar e acompanhar as necessidades do território		1		

Fonte: Inquérito aos Municípios beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1196. Na fase de programação e implementação considera que existiu uma preocupação da CIM/AM em articular o PDCT com outros instrumentos de financiamento do PT2020 ou de outras fontes de financiamento?

	Norte		Centro		Lisboa		Alentejo		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Na fase de programação										
Não	3	21,4	1	5,3%	-	-	-	-	4	7,3
Sim, exclusivamente do PT2020	8	57,1	7	36,8	3	50,0	7	43,8	25	45,5
Sim, do PT2020 e de outras fontes de financiamento	3	21,4	11	57,9	3	50,0	9	56,3	26	47,3
Total	14	100,0	19	100,0	6	100,0	16	100,0	55	100,0
Na fase de implementação										
Não	3	23,1	1	5,3	-	-	1	6,3	5	9,3
Sim, exclusivamente do PT2020	7	53,8	7	36,8	2	33,3	6	37,5	22	40,7
Sim, do PT2020 e de outras fontes de financiamento	3	23,1	11	57,9	4	66,7	9	56,3	27	50,0
Total	13	100,0	19	100,0	6	100,0	16	100,0	54	100,0

Fonte: Inquérito aos Municípios beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1197. Outros instrumentos de financiamento do PT2020 e/ou de outras fontes de financiamento foram mobilizados

	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo
Administração central.			1	
Alentejo 2020				1
FEDER - FC			1	
FSE			1	1
No âmbito do Fundo de Coesão e do Mar 2020			1	
PDR 2020			1	3
PDR	2			1
Interreg				1
POSEUR	2	1		2
Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano (PEDU)				1
PO ISE		1		
Programa Operacional da Região Norte (NORTE 2020)	1			

Fonte: Inquérito aos Municípios beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1198. Considera que as fontes de financiamento mobilizadas foram as mais adequadas?

	Norte		Centro		Lisboa		Alentejo		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Na fase de programação										
Sim	9	75,0	16	88,9			15	83,3	45	84,9
Não	3	25,0	2	11,1	5	100,0	3	16,7	8	15,1
Total	12	100,0	18	100,0	5	100,0	18	100,0	53	100,0
Na fase de implementação										
Sim	9	75,0	16	88,9			15	83,3	45	84,9
Não	3	25,0	2	11,1	5	100,0	3	16,7	8	15,1
Total	12	100,0	18	100,0	5	100,0	18	100,0	53	100,0

Fonte: Inquérito aos Municípios beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1199. E no caso da sua entidade existiu uma preocupação em articular o PDCT com outros instrumentos de financiamento do PT2020 ou de outras fontes de financiamento?

	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo
Não	1			1
Sim, PT2020. Indique os instrumentos de financiamento foram mobilizados				
Banco Europeu de Investimento				1
Centro 2020		1		
POSEUR	4	2	1	2
FEDER			1	1
FSE		1	1	
Fundo de Coesão		1	2	1
PRD2020	2	1		2
Há articulação com o Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano e com o Programa Operacional da Região do Alentejo (PORA).				1
PARU	1		1	
PAMUS	1		1	
PAICD, DLBC			1	
PO ISE	1	1		
POAMC, BEI, FSUE,	1			
Alentejo 2020				2
Programa Operacional da Região Norte (NORTE 2020)	2			
Programa temáticos nacionais, contratos programa				1
Interreg,				2
Turismo Portugal				1
Sim, outras fontes. Indique os instrumentos de financiamento foram mobilizados				
BEI	1			
Contratos programa e acordos de colaboração		1		
Cooperação técnica e Financeira - municípios/programa BEM				1
Empréstimo Bancário; Fundo Ambiental; EEA GRANTS; Turismo de Portugal; Programa B.E.M.				1
Fundos Nacionais e BEI.	1			
Programas Valorizar e 1º Direito, Fundo Ambiental e INTERREG SUDOE	1			
Reabilitar Para Arrendar		1		
OE numa das escolas	1			
Programa Valorizar				1
Turismo de Portugal; Fundo Ambiental		1		1
INTERREG		1		
URBACT, BEI	1			
Valorização Turística do Interior - Turismo de Portugal	1			

Fonte: Inquérito aos Municípios beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1200. Perceção sobre o contributo do financiamento comunitário no seu território, relativamente às dimensões seguintes

	1 – Contributo nulo		2		3		4		5		6 – Contributo muito elevado		Não participou		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Modernização das administrações e dos serviços públicos	1	1,5	3	4,6	5	7,7	18	27,7	18	27,7	20	30,8	-	-	65	100,0
Aumento da oferta de serviços públicos partilhados	1	1,6	1	1,6	7	10,9	19	29,7	22	34,4	12	18,8	2	3,1	64	100,0
Facilitar a interação do Estado com os cidadãos e com os agentes económicos	-	-	1	1,6	10	15,6	17	26,6	24	37,5	11	17,2	1	1,6	64	100,0
Aumento da eficiência energética nas infraestruturas públicas	1	1,5	3	4,6	15	23,1	17	26,2	16	24,6	13	20,0	-	-	65	100,0
Reforço das capacidades de adaptação às alterações climáticas	1	1,6	4	6,3	14	21,9	19	29,7	15	23,4	10	15,6	1	1,6	64	100,0
Reforço da gestão face aos riscos, numa perspetiva de resiliência e de capacitação das instituições	2	3,2	1	1,6	13	20,6	23	36,5	20	31,7	4	6,3	-	-	63	100,0
Valorização dos resíduos, reduzindo a produção e deposição em aterro, aumentando a recolha seletiva e a reciclagem	1	1,6	4	6,5	13	21,0	19	30,6	17	27,4	8	12,9	-	-	62	100,0
Promoção da valorização do património cultural e natural, afirmando a região como destino turístico de excelência	-	-	-	-	5	7,7	18	27,7	16	24,6	26	40,0	-	-	65	100,0
Criação de emprego sustentável, designadamente para desempregados e outras pessoas desfavorecidas ou inativas	-	-	2	3,3	14	23,3	17	28,3	16	26,7	8	13,3	3	5,0	60	100,0
Promoção da criação do emprego por conta própria	-	-	5	8,3	13	21,7	16	26,7	13	21,7	7	11,7	6	10,0	60	100,0
Promoção da criação de empresas	-	-	6	10,0	11	18,3	16	26,7	14	23,3	7	11,7	6	10,0	60	100,0
Promoção do empreendedorismo social	-	-	2	3,3	12	19,7	19	31,1	16	26,2	8	13,1	4	6,6	61	100,0
Desenvolvimento de iniciativas para a inovação e a experimentação social que facilitem a dinamização de estratégias de inclusão social	1	1,6	1	1,6	7	11,3	23	37,1	20	32,3	8	12,9	2	3,2	62	100,0
Aumento da qualidade de serviços e de respostas sociais e de saúde	1	1,7	-	-	12	20,0	16	26,7	17	28,3	11	18,3	3	5,0	60	100,0
Alargamento da oferta de serviços sociais e de saúde	2	3,3	-	-	10	16,4	18	29,5	19	31,1	11	18,0	1	1,6	61	100,0
Reforço das infraestruturas de saúde	4	6,6	3	4,9	17	27,9	12	19,7	12	19,7	11	18,0	2	3,3	61	100,0
Aumento das taxas de cobertura da oferta de equipamentos de cuidados continuados integrados	6	9,7	4	6,5	16	25,8	12	19,4	14	22,6	7	11,3	3	4,8	62	100,0
Promoção da igualdade no acesso ao ensino, a melhoria do sucesso educativo dos alunos e a qualidade e eficiência do sistema de educação	-	-	-	-	4	6,3	23	35,9	17	26,6	19	29,7	1	1,6	64	100,0
Qualificação e modernização das instalações escolares e de formação	-	-	-	-	3	4,6	12	18,5	24	36,9	25	38,5	1	1,5	65	100,0

Fonte: Inquérito aos Municípios beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1201. Média Perceção sobre o contributo do financiamento comunitário no seu território, relativamente às dimensões seguintes (1 – Contributo nulo, a 6 – Contributo muito elevado)

	Norte		Centro		Lisboa		Alentejo		Total	
	Média	N	Média	N	Média	N	Média	N	Média	N
Modernização das administrações e dos serviços públicos	4,94	17	5,00	22	2,71	7	4,79	19	4,68	65
Aumento da oferta de serviços públicos partilhados	4,94	17	4,75	20	3,50	6	4,32	19	4,55	62
Facilitar a interação do Estado com os cidadãos e com os agentes económicos	4,88	17	4,64	22	3,60	5	4,37	19	4,54	63
Aumento da eficiência energética nas infraestruturas públicas	4,06	17	4,50	22	4,14	7	4,26	19	4,28	65
Reforço das capacidades de adaptação às alterações climáticas	4,00	17	4,40	20	3,86	7	4,16	19	4,16	63
Reforço da gestão face aos riscos, numa perspetiva de resiliência e de capacitação das instituições	4,12	17	4,32	22	3,60	5	4,00	19	4,11	63
Valorização dos resíduos, reduzindo a produção e deposição em aterro, aumentando a recolha seletiva e a reciclagem	3,94	17	4,48	21	3,60	5	4,11	19	4,15	62
Promoção da valorização do património cultural e natural, afirmando a região como destino turístico de excelência	4,59	17	5,09	22	5,14	7	5,11	19	4,97	65
Criação de emprego sustentável, designadamente para desempregados e outras pessoas desfavorecidas ou inativas	4,33	15	4,26	19	3,50	4	4,32	19	4,25	57
Promoção da criação do emprego por conta própria	4,14	14	4,06	17	2,75	4	4,32	19	4,07	54
Promoção da criação de empresas	4,07	14	4,24	17	2,75	4	4,26	19	4,09	54
Promoção do empreendedorismo social	4,33	15	4,32	19	3,75	4	4,32	19	4,28	57
Desenvolvimento de iniciativas para a inovação e a experimentação social que facilitem a dinamização de estratégias de inclusão social	4,50	16	4,28	18	4,43	7	4,42	19	4,40	60
Aumento da qualidade de serviços e de respostas sociais e de saúde	4,47	15	4,39	18	4,33	6	4,44	18	4,42	57
Alargamento da oferta de serviços sociais e de saúde	4,64	14	4,42	19	4,50	8	4,21	19	4,42	60
Reforço das infraestruturas de saúde	3,93	14	4,40	20	3,00	6	3,89	19	3,98	59
Aumento das taxas de cobertura da oferta de equipamentos de cuidados continuados integrados	4,00	13	4,05	20	2,00	7	3,95	19	3,76	59
Promoção da igualdade no acesso ao ensino, a melhoria do sucesso educativo dos alunos e a qualidade e eficiência do sistema de educação	4,94	16	4,67	21	5,00	7	4,79	19	4,81	63
Qualificação e modernização das instalações escolares e de formação	5,20	15	4,91	22	5,50	8	5,11	19	5,11	64

Fonte: Inquérito aos Municípios beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1202. Caso queira acrescentar algum comentário utilize o espaço seguinte:

	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo
As respostas dadas para um PI são válidas para todas as PI.	1			
Inquérito excessivamente longo, embora se aceitem e entendam as razões.		1		
Questionários muito extensos				1
Será espetante que os novos Pactos venham contribuir de uma forma mais equitativa na criação de projetos que permitam a criação de emprego, constituir uma rede de parcerias par futuros projetos nos diversos eixos prioritários, que os mesmos contribuam para modernizar os serviços da administração local	1			

Fonte: Inquérito aos Municípios beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Inquérito aos beneficiários dos PDCT

CANDIDATURA DE PROJETOS

Quadro 1203. Como soube da existência dos apoios da Comunidade Intermunicipal (CIM)/Área Metropolitana (AM) para financiar o seu projeto?

	Norte (N=72)		Centro (N=47)		Lisboa (N=5)		Alentejo (N=22)		Total (N=146)	
	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos
Contacto direto da CIM/AM	7	9,7	5	10,6	-	-	4	18,2	16	11,0
Contato direto do município	30	41,7	2	4,3	3	60,0	1	4,5	36	24,7
Sessões de divulgação e sensibilização e esclarecimento	7	9,7	10	21,3	2	40,0	1	4,5	20	13,7
Reuniões, seminários, workshops públicos	2	2,8	2	4,3	2	40,0	-	-	6	4,1
Produtos de comunicação da CIM/AM (newsletter, site)	1	1,4	2	4,3	1	20,0	2	9,1	6	4,1
Produtos de comunicação da CIM/AM (páginas das redes sociais ...)	1	1,4	3	6,4	1	20,0	-	-	5	3,4
Organizações Locais	6	8,3	6	12,8	-	-	3	13,6	15	10,3
Comunicação social	6	8,3	6	12,8	-	-	4	18,2	16	11,0
Pesquisa na internet	11	15,3	10	21,3	-	-	7	31,8	28	19,2
Consultores	23	31,9	21	44,7	1	20,0	11	50,0	56	38,4
Outra via	5	6,9	2	4,3	-	-	1	4,5	8	5,5

Fonte: Inquérito aos beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1204. Outros, quais:

	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo
AEP	1			
Através do aviso nº Norte-42-221-14	1			
Balcão 2020	1			
BPI		1		
câmara municipal de baião	1			
Candidatura de terceiros	1			
Consultor particular		1		
contabilista		1		
email	1			
Instituto Pedro Nunes		1		
Mais Incentivo		1		
Por intermédio de um amigo	1			
Site do norte 2020	1			
SPA- Vila Real	1			
UDIPSS	1			
Varios	1			

Fonte: Inquérito aos beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1205. Grau de adequação do calendário de abertura do aviso e dos prazos de submissão de candidatura em termos de:

	1 - Nada adequados		2		3		4		5		6 - Muito Adequados		Total		Média
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	
Tempo de duração do Aviso de Abertura de Candidaturas (desde a abertura até ao encerramento)	8	5,4	14	9,5	28	19,0	51	34,7	29	19,7	17	11,6	147	100,0	3,88
Intervalo de tempo entre a realização das ações de divulgação e o prazo para submissão das candidaturas	9	6,1	20	13,6	23	15,6	52	35,4	30	20,4	13	8,8	147	100,0	3,77
Ritmo de lançamento dos concursos para a mesma Tipologia/tipo de operações	12	8,3	19	13,1	25	17,2	56	38,6	19	13,1	14	9,7	145	100,0	3,64
Articulação entre concursos para várias tipologias de operação	11	7,7	19	13,3	21	14,7	59	41,3	19	13,3	14	9,8	143	100,0	3,69
Outro.	1	6,7	-	-	2	13,3	8	53,3	3	20,0	1	6,7	15	100,0	4,00

Fonte: Inquérito aos beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1206. Média Grau de adequação do calendário de abertura do aviso e dos prazos de submissão de candidatura em termos de (escala 1- Nada Adequados a 6 Totalmente adequados):

	Norte		Centro		Lisboa		Alentejo	
	Média	N	Média	N	Média	N	Média	N
Tempo de duração do Aviso de Abertura de Candidaturas (desde a abertura até ao encerramento)	3,93	73	3,72	47	4,40	5	3,95	22
Intervalo de tempo entre a realização das ações de divulgação e o prazo para submissão das candidaturas	3,92	73	3,45	47	4,20	5	3,86	22
Ritmo de lançamento dos concursos para a mesma Tipologia/tipo de operações	3,83	71	3,23	47	4,20	5	3,77	22
Articulação entre concursos para várias tipologias de operação	3,83	72	3,41	44	4,40	5	3,59	22
Outro.	4,00	6	3,83	6	-		4,33	3

Fonte: Inquérito aos beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1207. Outro, qual:

	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo
Prazo de aprovação das candidaturas pela CIM Terra de Trás os Montes	1			

Fonte: Inquérito aos beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1208. Nos casos onde respondeu 1, 2 ou 3, justifique a sua resposta.

	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo
(1) Os tempos de Abertura são muito variados dependendo do tipo de candidaturas, dificultando a perceção dos timings de submissão em função dos timings de avaliação e decisão sobre as mesmas. (2) Os tempos entre a divulgação dos apoios e a submissão das mesmas, são demasiado díspares, estando as ações de divulgação públicas mais relacionadas com fins políticos publicitários do que com a realização de interesse no público-alvo dos avisos. (3) Ritmos pouco adequados ao quotidiano das empresas alvo dos avisos, com periodicidades que não encaixam com os timings de decisão das empresas. (4) Difícil perceção da existência de tal articulação.	1			
A demora na abertura dos concursos em Sever do Vouga em relação a outros municípios foi uma vergonha!		1		
Abertura insuficiente de candidaturas		1		
As ações de divulgação foram desenvolvidas durante o período de abertura de concurso, ora o prazo não foi exclusivamente para a elaboração e submissão das candidaturas, mas para toda a apropriação do AAC, o que encurta o prazo de si adequado, não fora esta particularidade. O ritmo no que respeita ao SI2E foi de um em todo o PT2020 e outro no âmbito do PAPN. Em seis anos de execução do PT 2020, é ridículo! Não existiu qualquer articulação entre concursos, por exemplo, o PROVERE da minha área geográfica nunca chegou a ser aprovado, a mais valia deste para, por exemplo o último AAC SI para o turismo não se aplicava pois era inexistente, apesar de a minha empresa ter integrado esse mesmo PROVERE.	1			
As candidaturas aos apoios deviam estar permanente abertos até esgotarem os respectivos orçamentos.		1		
AS candidaturas deveriam ser em contínuo.		1		
Existem poucos concursos para microempresas e não há articulação entre concursos (só para eventualmente penalizar a candidatura)				1
Falta de tempo para decidir e reunir toda a documentação necessária.		1		
Inexistência de calendarização Ao nível das CIM os concursos são insuficientes e pouco regulares (ex. SI2E)		1		
Intervalo de Tempo - Não tive conhecimento das ações de divulgação. Não existindo a hipótese "não sei", coloquei a escala 3. Ritmo - Candidatura apresentada ao programa SI2E que não teve uma gestão racional nem adequada às expectativas criadas, evidenciando a fraca capacidade e competência por parte das CCDR em gerir o programa e dar resposta aos OI e às Entidades Beneficiárias, sendo esta incapacidade ainda hoje visível. Articulação - Não existe articulação entre a gestão dos vários fundos, e dentro dos próprios fundos, das medidas e da sua complementaridade quando são AG diferentes.	2			1
Morosidade de respostas em tempo útil	1	2		
Não ha qualquer planificação. Os fundos sao recorrentemente publicitados nos meios de comunicação social, mas as candidaturas abrem meses depois.		1		
Não satisfatórios		1		
Não tive conhecimento de nenhum projeto	1			
Não tive uma boa experiência.				1
No nosso projeto, o tempo de espera foi e 2 anos.		1		
O SI2E é o que mais se adequa ao nosso tecido empresarial e só abriu em 2017 e 2018. Os outros concursos também não têm aberto de forma ajustada às necessidades da região.		1		
O tempo que medeia a abertura e encerramento das candidaturas é muito limitado, o que dificulta a preparação de projetos devidamente fundamentados.	1			
Os prazos anunciados não foram cumpridos..	1	1		
Os prazos só funciona para quem concorre aos planos ,depois as entidades avaliadoras nunca cumprem os prazos e estes para as empresas são fundamentais	1			
Penso que deveria haver um enquadramento mais específico no anuncio de agendamento de abertura de medidas.		1		

	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo
Poucos concursos		1		
Prazo curto entre a publicação do aviso e o encerramento do mesmo, nomeadamente quando implicava a existência de processos de licenciamento de obras	1			
Prazo justo, tendo em conta a necessidade de desenvolver um projeto e orçamentá-lo (processo iterativo, face aos requisitos e necessidade de o enquadrar num montante limite e demais condições de elegibilidade, conjuntamente com o planeamento de todas as atividades a jusante e respetiva orçamentação)	1			
Prazos de análise e aprovação de candidaturas pela CIM de Tras os Montes superior a 18 meses. Praticamente inviabiliza à partida a execução de projetos	1			
Prazos muito curtos	2			
Desconhecimento de ocorrência de ações de divulgação e demora elevada no lançamento de concursos...	1			
Quando as candidaturas são efetuadas pela própria instituição e não por consultores externos, torna-se complicado gerir a candidatura e os "a fazeres" correntes da instituição.	1			
Soubemos da aprovação praticamente no final do prazo de projeto.				1
tem de haver mais tempo de divulgação	1			
Tempo insuficiente para elaboração e aprovação de projetos e obtenção documentos organismos oficiais	1			
Tempos curtos para preparação de candidaturas	2	1	1	1

Fonte: Inquérito aos beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1209. Principais dificuldades sentidas no processo de elaboração e de aprovação da Candidatura.

	Norte (N=73)		Centro (N=47)		Lisboa (N=5)		Alentejo (N=21)		Total (N=146)	
	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos
Não sabe, a candidatura foi elaborada por consultores	14	19,2	19	40,4	1	20,0	7	33,3	41	28,1
Não teve dificuldades	21	28,8	4	8,5	1	20,0	4	19,0	30	20,5
Interpretação da legislação	13	17,8	8	17,0	1	20,0	3	14,3	25	17,1
Aconselhamento técnico insuficiente por parte dos consultores	3	4,1	4	8,5	-	-	1	4,8	8	5,5
Aconselhamento técnico insuficiente por parte da CIM/AM	10	13,7	6	12,8	-	-	3	14,3	19	13,0
Dificuldade na adequação do projeto às condições de elegibilidade	10	13,7	7	14,9	1	20,0	3	14,3	21	14,4
Requisitos formais e burocracia para a instrução da candidatura	19	26,0	17	36,2	2	40,0	6	28,6	44	30,1
Dificuldade em obter financiamento para a parte não participada	6	8,2	4	8,5	1	20,0	-	-	11	7,5
Cumprimento de requisitos técnicos/administrativos (pareceres, licenciamentos,...)	12	16,4	9	19,1	-	-	2	9,5	23	15,8
Prazo de resposta a pedidos de esclarecimento	7	9,6	11	23,4	2	40,0	4	19,0	24	16,4
Prazos de decisão	20	27,4	24	51,1	2	40,0	4	19,0	50	34,2
Outra	2	2,7	1	2,1	-	-	-	-	3	2,1

Fonte: Inquérito aos beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1210. Outros, quais:

	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo
Da minha experiência, a aprovação da minha candidatura ao SI2E chegou no mês em que esta devia estar a ser encerrada. Foi submetida no dia 23/07/2017, a data da primeira fatura foi em 22-09-2017 (ou seja teve início nesta data), foi aprovada em 31-01-2019 e hoje é o dia em que ainda não está encerrada. Como é uma candidatura plurifundo (com componente FSE), a parte do FEDER aguarda a conclusão do FSE. Neste caso, esta candidatura iniciou em 17-02-2020 e foi concluída em 16-02-2021 estando neste momento o 1.º PP no estado "Com Análise Financeira iniciada" e estando mais um PP e o saldo no estado "submetido". Relativamente, à candidatura ao PAPN, a minha empresa submeteu candidatura em 27-02-2021 e até agora, tirando um pedido de esclarecimentos de junho/2021, não há qualquer notícia de aprovações.	1			
É incomportável tomar decisão de gestão associada a um projeto contando com a sua análise e aprovação quando uma Candidatura é submetida em Novembro de 2017, a Audiência arévia da decisão de Aprovação é realizada em Maio de 2019 e o termo de aceitação é enviado em Setembro de 2020.	1			
Grande distanciamento temporal entre a decisão e a efectivação. Grande dificuldade nos pedidos de pagamento.		1		
Não conheço os projetos para candidatura	1			
Técnicos da CIM sem competência para gerir esta tipologia de candidaturas; desorganizados; sem capacidade de interpretação de legislação e recomendações do Portugal 2020 a propósito da dilatação de prazos devido à situação de pandemia.....	1			

Fonte: Inquérito aos beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1211. Contactou a CIM/AM na fase de elaboração da candidatura?

	Norte		Centro		Lisboa		Alentejo		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Sim	43	58,9	22	46,8	2	40,0	13	59,1	80	54,4
Não	30	41,1	25	53,2	3	60,0	9	40,9	67	45,6
Total	73	100,0	47	100,0	5	100,0	22	100,0	147	100,0

Fonte: Inquérito aos beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1212. Se contactou a CIM/AM na fase de preparação da candidatura, como avalia o apoio prestado relativamente às seguintes dimensões:

	1 - Nulo		2		3		4		5		6 - Elevado		Total		Média
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	
Utilidade do apoio prestado	3	3,5	4	4,7	14	16,5	12	14,1	27	31,8	25	29,4	85	100,0	4,54
Clareza do apoio prestado	3	3,6	6	7,1	10	11,9	11	13,1	28	33,3	26	31,0	84	100,0	4,58
Contributo do apoio para aumentar a qualidade da candidatura	11	13,1	7	8,3	9	10,7	11	13,1	23	27,4	23	27,4	84	100,0	4,15

Fonte: Inquérito aos beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1213. Média Apoio prestado relativamente às seguintes dimensões (Escala 1- Nulo a 6 Elevado):

	Norte		Centro		Lisboa		Alentejo	
	Média	N	Média	N	Média	N	Média	N
Utilidade do apoio prestado	4,74	46	4,00	23	5,00	2	4,71	14
Clareza do apoio prestado	4,76	45	4,13	23	5,50	2	4,64	14
Contributo do apoio para aumentar a qualidade da candidatura	4,33	46	3,59	22	5,00	2	4,36	14

Fonte: Inquérito aos beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1214. Principais dificuldades que existiram no contacto com a CIM/AM na fase de Candidatura

	Norte (N=53)		Centro (N=30)		Lisboa (N=2)		Alentejo (N=14)		Total (N=146)	
	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos
Não existiram dificuldades	40	75,5	16	53,3	1	50,0	11	78,6	68	68,7
Dificuldade de contacto telefónico	5	9,4	2	6,7	-	-	1	7,1	8	8,1
Ausência/demora de resposta a emails	3	5,7	4	13,3	-	-	-	-	7	7,1
Dificuldade/impossibilidade de atendimento presencial	5	9,4	4	13,3	1	50,0	-	-	10	10,1
Demora nos esclarecimentos	4	7,5	7	23,3	-	-	1	7,1	12	12,1
Esclarecimentos pouco claros	5	9,4	7	23,3	-	-	1	7,1	13	13,1
Falta de capacidade técnica para responder às questões colocadas	5	9,4	1	3,3	-	-	1	7,1	7	7,1
Outras	3	5,7	1	3,3	-	-	-	-	4	4,0

Fonte: Inquérito aos beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1215. Outros, quais:

	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo
Em ambos os AAC a que a minha empresa se candidatou os esclarecimentos (regulamentos, normas técnicas) saíram muito tempo após a entrada das candidaturas, pelo que foi um trabalho de navegação à vista, com as consequências previsíveis, ou seja, na fase de execução (do S12E) foi muito difícil validar os PP na parte FEDER, sobretudo porque o meu projeto teve início e desenrolou-se na sua totalidade antes da aprovação da candidatura, o que teve como consequência um corte de cerca de 3700€ num apoio previsto de 21700€ o que para uma micro empresa é muito dinheiro. Acresce que ainda estão pendentes de recebimento cerca de 4600€.	1			
Falta de apoio no melhoramento das candidaturas	1			
Grande parte da informação não eram claras, porque era tudo novo!		1		
Não tive qualquer contacto com a CIM na fase de candidatura				1
Os contatos com a CIM/AM foram efetuados pelos consultores.		1		
Por vezes linguagem técnica utilizada nos esclarecimentos, não é clara/esclarecedora para quem não domina os assuntos/termos técnicos.	1			

Fonte: Inquérito aos beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1216. Considera que a CIM/AM assegurou a capacitação dos beneficiários e potenciais beneficiários para a elaboração da candidatura?

	Norte (N=68)		Centro (N=37)		Lisboa (N=4)		Alentejo (N=20)		Total (N=129)	
	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos
Não	17	25,0	10	27,0	1	25,0	5	25,0	33	25,6
Sim, através de sessões de esclarecimento	14	20,6	14	37,8	2	50,0	1	5,0	31	24,0
Sim, através de atendimentos pré-projeto	22	32,4	4	10,8	1	25,0	8	40,0	35	27,1
Sim, através de documentação de apoio (orientações técnicas)	29	42,6	13	35,1			11	55,0	53	41,1
Sim, através de outras ações	4	5,9	1	2,7					5	3,9

Fonte: Inquérito aos beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1217. Identifique quais:

	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo
Atendimentos antes, durante e após, assim como o cuidado em prestar alertas úteis aos beneficiários.	1			
Câmara municipal	1			
disponibilidade para o escalrecimento de dúvidas	1			
Escalrecimentos telefonicos		1		
Não há qualquer esclarecimento, depous da canditura ,que pudesse melhorar a mesma	1			

Fonte: Inquérito aos beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1218. Áreas/domínios considera que era importante os potenciais beneficiários terem ações de capacitação para apoiar a elaboração de melhores candidaturas

	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo
A maior insuficiência dos beneficiários prende-se com competências ao nível da gestão, transversais a toda a sua actividade, e que se refletem também na incapacidade de apresentar candidaturas. Sendo certo, que não deve competir aos potenciais beneficiários elaborar as candidaturas, sendo esse o papel dos consultores – garantir a apresentação de boas candidaturas. Devendo os potenciais Beneficiários ter competências para avaliar o adequado acompanhamento por parte dos consultores. O nível de competência das entidades consultoras, em muitos casos é baixo, existindo ainda problemas ao nível ético e de seriedade na relação comercial estabelecida entre os consultores e os potenciais beneficiários. Facto que é mais evidente ao nível do acompanhamento da execução. Contudo não foi essa a minha experiência pessoal em que o acompanhamento pela entidade consultora foi adequado às necessidades.	2			1
Ajuda na elaboração do projeto em todas as áreas	1			
Apesar da candidatura ser acompanhada por um consultor, verifiquei dificuldades no acompanhamento de quem supervisionou documentos enviados, assim como referência a incorreções nos mesmos, para que esses pudessem em tempo oportuno ser corrigidos, e não acontecer situações de não conformidade, sem prazo para alterar.		1		
Apoio na documentação			1	
Apoios Sociais / IPSS	1			
Após aprovação da candidatura deveriam ter promovido uma reunião para aconselhar o modo de proceder.		1		
Área Financeira	2	4		
ÁREA JURÍDICA	2			
Capacitação contabilístico-financeira para atender ao controlo, monitorização e comunicação das despesas alvo de apoio. Capacitação procedimental da candidatura.	1			
Contratação pública	2			
registos/consultas plataforma PT2020	1			
Documentação de Apoio		1		
é difícil responder, tendo em conta a difícil elaboração de um documento deste género. Penso que seria mais fácil existir uma menira dos fundos terem algum financiamento para fazer face à elaboração de candidaturas				1
Elaboração de candidaturas	1			
Elaboração do projeto de viabilidade financeira.				1
Elegibilidade de despesas	1	1		
Em todas as áreas, desde sessões para esclarecimentos acerca dos AAC, até ao preenchimento dos PP, documentos necessários, investimento elegível, formas de comprovar a despesa, nomeadamente na componente "obras" e toda a burocracia conexa.	1			
Embora reconheça que os termos d comunicação fundamentam-se sempre na legislação, a terminologia técnica utilizada é a área importante a considerar e o esclarecimento clarificado das etapas dos concursos/candidaturas.	1			
Emprego e formação			1	
Era importante um tecnico das empresas beneficiarias terem formação sobre como preencher candidaturas e interpretar avisos, de forma a não estar dependentes de empresas consultoras externas				1
Esclarecimento concreto às questões legais e administrativas que suscitam dúvidas de interpretação		1		
Esclarecimento da regulamentação. Existe muitas situações omissas e cuja regulamentação surge depois da submissão.		1		
Estratégia para a região		1		
Gestão administrativa e comercial.		1		
Gestão da implementação dos projetos	1			
Interligação entre as diferentes entidades. A CIM demonstra limitação de escalrecimento e de acção por inacção e indisponibilidade de outras entidades envolvidas.		1		
Legislação	3			
Maior conhecimento das regras/metodologias, carga burocrática, itens de características técnicas		1		
Melhor suporte no enquadramento legal		1		
Não elegíveis e burocracia		1		
No inicio deveriam esclarecer desde logo as dotações orçamentais, pois torna muito difícil gastar-se dinheiro para candidaturas potencialmente reprovados	1			
Orientações técnicas sobre os requisitos procedimentos na elaboração da candidatura	1			1
Realização do orçamento	1			0

	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo
Reunião com consultores, Capacitação dos mesmos, visto que são eles que tratam sempre de tudo, e muito raramente os empresários.				1
Sessões de esclarecimento, que possibilitassem aquando do início das candidaturas, darem uma visão geral dos procedimentos/passos a desenvolver, com exemplos práticos.	1			
Sessões de esclarecimento.	1			
Técnica	2			
Todas		1		
turismo	1			

Fonte: Inquérito aos beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1219. Adequação do concurso a que concorreu às necessidades da sua entidade e do território onde se insere?

	1 – Nada adequadas		2		3		4		5		6 – Muito adequadas		Total		Média
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	
Necessidades da entidade	1	0,7	3	2,1	4	2,8	32	22,5	40	28,2	62	43,7	142	100,0	5,06
Necessidades do território	1	0,7	2	1,4	3	2,1	30	21,4	46	32,9	58	41,4	140	100,0	5,09

Fonte: Inquérito aos beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1220. Média Adequação do concurso a que concorreu às necessidades da sua entidade e do território onde se insere (escala 1- Nada Adequados a 6 Totalmente adequados):

	Norte		Centro		Lisboa		Alentejo	
	Média	N	Média	N	Média	N	Média	N
Necessidades da entidade	5,05	73	5,13	46	6,00	4	4,74	19
Necessidades do território	5,10	68	5,09	47	6,00	4	4,86	21

Fonte: Inquérito aos beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1221. Nos casos onde respondeu 1, 2 ou 3, justifique a sua resposta.

	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo
Há uma falta de racionalidade na tomada de decisão. Investimentos que deixaram de fazer sentido, por força do COVID, como acções comerciais no estrangeiro, não poderam ser reconduzidas para acções digitais...		1		
verbas insuficientes	1			

Fonte: Inquérito aos beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1222. Avaliação da adequação dos seguintes elementos quanto ao processo de análise e seleção do seu projeto:

	1 – Nada adequadas		2		3		4		5		6 – Muito adequadas		Total		Média
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	
Condições de elegibilidade da entidade beneficiária	2	1,4	2	1,4	10	6,9	36	25,0	56	38,9	38	26,4	144	100,0	4,78
Condições de elegibilidade do projeto	1	0,7	3	2,1	9	6,3	37	25,7	56	38,9	38	26,4	144	100,0	4,79
Crítérios de seleção	1	0,7	3	2,1	13	9,2	38	27,0	57	40,4	29	20,6	141	100,0	4,66
Metodologia de apuramento do mérito	1	0,7	3	2,1	13	9,1	44	30,8	56	39,2	26	18,2	143	100,0	4,60
Tipo de despesas elegíveis	4	2,8	7	4,9	21	14,7	47	32,9	37	25,9	27	18,9	143	100,0	4,31
Taxa de incentivo	3	2,1	12	8,5	17	12,1	47	33,3	41	29,1	21	14,9	141	100,0	4,23
Carga burocrática	11	7,7	16	11,2	28	19,6	57	39,9	21	14,7	10	7,0	143	100,0	3,64
Interação com o Sistema de Informação do FSE	12	9,1	10	7,6	20	15,2	44	33,3	34	25,8	12	9,1	132	100,0	3,86
Interação com o Sistema de Informação do FEDER	10	7,5	11	8,3	18	13,5	44	33,1	33	24,8	17	12,8	133	100,0	3,98
Interação com o Sistema de Informação do PDR	9	7,3	4	3,2	20	16,1	48	38,7	30	24,2	13	10,5	124	100,0	4,01
Interação com o Balcão2020	7	5,0	8	5,8	25	18,0	37	26,6	47	33,8	15	10,8	139	100,0	4,11
Interação com outros Sistemas de informação	5	4,0	6	4,8	22	17,5	46	36,5	34	27,0	13	10,3	126	100,0	4,09
Tempo de análise/aprovação da candidatura	30	20,8	17	11,8	21	14,6	44	30,6	23	16,0	9	6,3	144	100,0	3,28
Pedidos de esclarecimentos e/ou elementos adicionais solicitados	10	7,2	13	9,4	18	12,9	48	34,5	33	23,7	17	12,2	139	100,0	3,95
Outro	1	5,3	1	5,3	2	10,5	9	47,4	4	21,1	2	10,5	19	100,0	4,05

Fonte: Inquérito aos beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1223. Média da adequação dos seguintes elementos quanto ao processo de análise e seleção do seu projeto (escala 1- Nada Adequados a 6 Totalmente adequados):

	Norte		Centro		Lisboa		Alentejo	
	Média	N	Média	N	Média	N	Média	N
Condições de elegibilidade da entidade beneficiária	4,88	73	4,59	46	5,75	4	4,67	21
Condições de elegibilidade do projeto	4,92	73	4,59	46	5,75	4	4,62	21
Crítérios de seleção	4,71	72	4,45	44	5,75	4	4,71	21
Metodologia de apuramento do mérito	4,67	72	4,37	46	5,50	4	4,71	21

	Norte		Centro		Lisboa		Alentejo	
	Média	N	Média	N	Média	N	Média	N
Tipo de despesas elegíveis	4,46	72	4,02	46	5,00	4	4,29	21
Taxa de incentivo	4,44	70	3,98	46	4,75	4	4,00	21
Carga burocrática	3,69	72	3,33	46	4,75	4	3,90	21
Interação com o Sistema de Informação do FSE	4,00	69	3,76	42	4,67	3	3,44	18
Interação com o Sistema de Informação do FEDER	4,01	69	3,74	42	4,75	4	4,22	18
Interação com o Sistema de Informação do PDR	4,14	64	3,70	40	5,00	3	4,06	17
Interação com o Balcão 2020	4,21	73	3,78	41	5,00	4	4,24	21
Interação com outros Sistemas de informação	4,19	63	3,73	40	5,00	4	4,32	19
Tempo de análise/aprovação da candidatura	3,48	73	2,52	46	4,75	4	3,95	21
Pedidos de esclarecimentos e/ou elementos adicionais solicitados	4,04	70	3,48	44	4,75	4	4,48	21
Outro	4,58	12	3,00	5	-	-	3,50	2

Fonte: Inquérito aos beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1224. Outro. Qual?

	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo
ESTIVE QUASE TRES ANO A ESPERA DA DECISÃO	1			

Fonte: Inquérito aos beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1225. Nos casos onde respondeu 1, 2 ou 3, justifique a sua resposta.

	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo
17 meses para decidir a candidatura, 3 meses d cada vez para pedir esclarecimento ou documentos	1			
A análise de candidatura ultrapassou todos os prazos previstos. Esclarecimentos que estão na jursdição da CIM, correram bem, o que estava fora, demonstra uma enorme desarticulação.		1		
A carga burocrática necessita de simplificação ao nível do que é solicitado nos projetos horizonte da UE. A interação com os sistemas de informação é confusa, em especial no Balcão 2020, onde a navegabilidade não é amigável, os "i" informativos, na sua maioria não está preenchida, e a terminologia usada no sistema de informação não é igual à da legislação e/ou dos documentos de apoio. Os tempos de análise e de aprovação de candidatura ultrapassam sempre, e em larga medida, os tempos estipulados na legislação o que provoca claros constrangimentos nos cronogramas de implementação dos projetos alvo de apoio. Os mesmo atrasos se verificam sempre que se comunica para esclarecimentos.	1			
A cim pediu documentos à consultora da candidata e voltou a contactar a pedir os mesmos dados várias vezes. Demoraram mais de 18 meses a analisar e aprovar a candidatura;	1			
A nossa aprovação ultrapassou todos os prazos previstas! Meses!		1		
A obra está finalizada desde Junho, e ainda não foi financiada.		1		
A taxa de incentivo foi de 35% no SI2E o que não justifica a carga burocrática, o trabalho e as responsabilidades assumidas perante o Fundo. A carga burocrática é extensíssima e complexa para um apoio tão reduzido. Os sistemas de informação - FEDER, FSE e Balcao2020 são complexos e a informação e o modo de apresentação que estão visíveis para os promotores são (aparentemente) diferente da informação e do modo de apresentação que é apresentada aos técnicos da CIM, razão pela qual os técnicos alegaram ter dificuldades na análise dos PP. O tempo de análise da candidatura excedeu largamente o previsto legalmente, assim como o de todas as análises de PP apresentados, o que é ridículo tendo em conta que de vez em quando recebemos emails da CIM com alertas para a necessidade de apresentar execução sob pena de redução do financiamento ou exclusão de candidaturas.	1			
As limitações associadas as despesas em Obras condiciona a execução de projetos na área do Turismo.		1		
Considero apenas que a taxa de incentivo para o território e tipo de projeto deveria ser mais mais elevada, mesmo que fosse majorada por outros itens. Em relação á aprovação da candidatura, os timings deveriam ser menores, ou então (que foi o nosso caso) o facto de sermos alvos de uma segunda avaliação não deveria comprometer prazos.				1
Demasiado tempo na resposta as questões colocadas, na análise e decisão do projeto.	1			
Despesas elegíveis: não previstos e cobertos custos diretos e acessórios relacionados com a construção, como taxas e licenças, apoio de topografia,...; Taxa de incentivo: na prática entendo que baixa face à realidade dos custos e à instabilidade dos preços de mercado, sobretudo em projetos com alguma duração, que envolvem concepção, construção e correspondente tramitação legal.	1			
Estivemos 2 anos a aguardar análise / aprovação da nossa candidatura.		1		
Inadmissível o tempo para aprovação de candidaturas...	1			
mais de 24 meses para deferimento		1		
Morosidade de aprovação da candidatura		1		
Muita Burocracia; para os sistemas de informação fse, feder, pdr é quase preciso tirar uma licenciatura para entender o seu funcionamento; no PT2020 perdemos em tantos concursos redundantes; a análise e aprovação raramente dentro estipulado; não há capacidade de resposta aos pedidos de esclarecimento. Não há concursos que abarquem a generalidade das microempresas que são 96% do nosso tecido empresarial e que também precisam de crescer.		1		
Muita documentação e muitas vezes quase que duplicada	1			
Muitas horas no computador a preencher, como aqui neste questionario				1

	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo
Muito tempo espera para decisões e respostas		1		
Muito Tempo para aprovação da candidatura	1			
Não cumprem os prazos	1			
Não cumprimento dos prazos de análise e aprovação da candidatura		1		
Não utilizados	1			
O sistema de interação do FSE foi muito demorado, o que fez que a nossa candidatura tivesse atrasos.				1
O sistema do FSE funciona muito mal				1
O tempo de aprovação foi excessivo, a candidatura foi Fevereiro e só houve aprovação em Agosto.				1
O tempo de resposta foi demasiado longo ,a burocracia demasiada ,as despesas elegíveis foram algumas anuladas e que seriam óptimas para o ambiente ,como por exemplo painéis solares	1			
Os técnicos que analisam as candidaturas nunca tiveram uma empresa e não sabem o que é importante para lançar uma empresa, por isso não consideram importante despesas com marketing digital que geram receita. Isto é apenas um exemplo. O tempo de análise foi excessivamente longo, mais de ano. Tudo muito lento e burocrático. Não são transparentes, não são disponíveis, não tiram dúvidas, no período do covid nem era possível falar com ninguém. São arrogantes. Não respeitam as empresas nem as pessoas que com espírito de empreendedorismo se lançam a criar empresas num país de burocratas e pessoas que pensam saber tudo de algo que nunca fizeram.	1			
Os tipos de despesas elegíveis foram desvirtuados e o tempo de análise / aprovação ultrapassou todos os limites		1		
Prazos completamente ultrapassados		1		
Prazos de análise da candidatura demasiado prolongados		1		
Projeto com despesas não elegíveis			1	
Regras inflexíveis para um processo de investimento que tem, inevitavelmente, adequações durante o tempo de execução. Incumprimento de prazos de análise da candidatura.		1		
Sem interação direta		1		
submetido em novembro de 2017 e aprovado em Fevereiro de 2019		1		
Taxa de incentivo reduzida, tempo de análise longo, plataforma Balcão 2020 nada amigável e software retrogrado		1		
Taxas de incentivo deveriam considerar as especificidades do promotor, pois instituições pequenas (sem dimensão empresarial) têm dificuldades acrescidas para executar os projetos por via da componente de capitais próprios	1			
Temos de resposta dos organismos superiores a 6 meses, exigência de resposta da minha parte de uma semana. Processos excessivamente burocráticos, e redundantes.		1		
Tempo de análise /aprovação da candidatura muito muito elevado para o tipo de candidatura apresentada; Taxa de incentivo não muito atrativa; Sistema de informação do FEDER e FSE muito complexos...	1			
Tempo de análise excessivo. Termo de aceitação assinado por ambas as partes! Candidatura de 2017 ainda se encontra por concluir. O projeto foi executado na íntegra, prazos de pagamento e envio de toda a documentação(faturas, recibos e comprovativos de pagamento) atempadamente. Depois de algum tempo, após ter recebido já 3 pagamentos, somos notificados que há despesas não elegíveis, ou não irão ser pagas por questões referentes a IVA e IVA de auto liquidação, no âmbito de enquadramento de despesas, (equipamento básico e construção civil) não se enquadrar na rubrica correta. O IVA foi pago, não está em dívida, qual o motivo para não serem aceites essas despesas? Não há forma de entender! Em termos contabilísticos está tudo correto! A empresa que vende os painéis é a mesma que os instala!		1		
Tempo demasiado prolongado de espera		1		
Tipo de Despesas Elegíveis – O tipo de despesas elegíveis é inadequado face à realidade do território não se compreendendo a possibilidade de comparticipação de salários com vista à criação de emprego no contexto deste tipo de apoios. A realidade dos territórios reflete as enormes dificuldades em conseguir contratação de trabalhadores qualificados e com as competências adequadas às atividades e ainda maior dificuldade na manutenção da ocupação dos postos de trabalho. A existência de apoios com base na criação de postos de trabalho leva à apresentação de candidaturas que preveem essa criação com o mero objetivo de aumentar o incentivo a receber, sendo que em sede de execução é muitas vezes difícil, recorrendo a verdadeiros contratos de trabalho, manter as obrigações inerentes. Interação com o FSE – Não foi apresentada nenhuma candidatura ao FSE pelo que não é possível avaliar. Interação com o FEDER – Como a candidatura apresentada foi ao SI2E o sistema de informação do FEDER não é o sistema de informação dos sistemas de incentivo, mas sim o utilizado pelos CCDR que não está adequado às necessidades de informação mínimas para uma correta análise de um pedido de apoio. O preenchimento do formulário é de tal forma insuficiente que obrigada à apresentação de documentação avulsa para evidenciar todas as condições de acesso do beneficiário, do projeto e avaliar os critérios de seleção apresentados campos insuficientes para uma análise técnica adequada. Não é um sistema “user friendly”. Interação com o PDR – É adequado podendo haver lugar a melhorias particularmente nas questões técnicas de recolha de informação para a análise de viabilidade dos projetos. Interação com o Balcão 2020 – O balcão 2020, que deveria ser uma plataforma de acesso único a todos os fundos, na prática não o é, veja-se o caso do PDR. A utilização nem sempre é fácil, existindo condicionalismos do browser a utilizar e a assistência técnica e esclarecimento de dúvidas, via email, não funciona sendo que é a única forma de apoio disponível.	1			1

	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo
Tipo de Despesas Elegíveis – O tipo de despesas elegíveis é inadequado face à realidade do território não se compreendendo a possibilidade de comparticipação de salários com vista à criação de emprego no contexto deste tipo de apoios. A realidade dos territórios reflete as enormes dificuldades em conseguir contratação de trabalhadores qualificados e com as competências adequadas às atividades e ainda maior dificuldade na manutenção da ocupação dos postos de trabalho. A existência de apoios com base na criação de postos de trabalho leva à apresentação de candidaturas que preveem essa criação com o mero objetivo de aumentar o incentivo a receber, sendo que em sede de execução é muitas vezes difícil, recorrendo a verdadeiros contratos de trabalho, manter as obrigações inerentes. Interação com o FSE – Não foi apresentada nenhuma candidatura ao FSE pelo que não é possível avaliar. Interação com o FEDER – Como a candidatura apresentada foi ao SI2E o sistema de informação do FEDER não é o sistema de informação dos sistemas de incentivo, mas sim o utilizado pelos CCDR que não está adequado às necessidades de informação mínimas para uma correta análise de um pedido de apoio. O preenchimento do formulário é de tal forma insuficiente que obrigada à apresentação de documentação avulsa para evidenciar todas as condições de acesso do beneficiário, do projeto e avaliar os critérios de seleção apresentado campos insuficientes para uma análise técnica adequada. Não é um sistema “user friendly”. Interação com o PDR – É adequado podendo haver lugar a melhorias particularmente nas questões técnicas de recolha de informação para a análise de viabilidade dos projetos. Interação com o Balcão 2020 – O balcão 2020, que deveria ser uma plataforma de acesso único a todos os fundos, na prática não o é, veja-se o caso do PDR. A utilização nem sempre é fácil, existindo condicionalismos do browser a utilizar e a assistência técnica e esclarecimento de dúvidas, via email, não funciona sendo que é a única forma de apoio disponível. Tempo de análise/aprovação - É incomportável tomar decisão de gestão associada a um projeto contando com a sua análise e aprovação quando uma Candidatura é submetida em Novembro de 2017, a Audiência Prévia da decisão de Aprovação é realizada em Maio de 2019 e o termo de aceitação é enviado em Setembro de 2020.	1			
Toda a burocracia associada e os tempos dos processos dificultam a tomada de decisões e celeridade da economia.		1		
Um projecto que serve para apoiar as empresas acaba por não ser eficiente devido aos atrasos/demoras que existem na análise inicial e no pagamento final. Quando se trata de projectos ligados a áreas tecnológicas, percebe-se que os técnicos não têm formação nem knowhow para efetuar uma análise clara.		1		

Fonte: Inquérito aos beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

EXECUÇÃO DOS PROJETOS

Quadro 1226. Adequação apoio prestado pelo AM/CIM no acompanhamento da execução do projeto?

1 – Nada adequadas		2		3		4		5		6 – Totalmente adequadas		Não procurou apoio		Total	
N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
9	6,3	5	3,5	15	10,6	25	17,6	35	24,6	40	28,2	13	9,2	142	100,0

Fonte: Inquérito aos beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1227. Média da adequação dos seguintes elementos quanto ao processo de análise e seleção do seu projeto (escala 1- Nada Adequados a 6 Totalmente adequados):

Norte		Centro		Lisboa		Alentejo		Total	
Média	N	Média	N	Média	N	Média	N	Média	N
4,55	66	3,98	41	5,67	3	5,21	19	4,49	129

Fonte: Inquérito aos beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1228. Se respondeu 1, 2 ou 3, quais os elementos que justificam a sua resposta (p.ex., demora, com muitas dúvidas, com entraves)

	Norte (N=18)		Centro (N=37)		Lisboa		Alentejo (N=2)		Total (N=37)	
	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos
Dificuldade de contacto telefónico	8	44,4	7	41,2	-	-	2	100,0	17	45,9
Ausência/demora de resposta a emails	10	55,6	9	52,9	-	-	1	50,0	20	54,1
Dificuldade/impossibilidade de atendimento presencial	3	16,7	5	29,4	-	-	1	50,0	9	24,3
Demora nos esclarecimentos	8	44,4	10	58,8	-	-	-	-	18	48,6
Esclarecimentos pouco claros	9	50,0	5	29,4	-	-	1	50,0	15	40,5
Falta de capacidade técnica para responder às questões colocadas	7	38,9	4	23,5	-	-	1	50,0	12	32,4
Outras	2	11,1	1	5,9	-	-	-	-	3	8,1

Fonte: Inquérito aos beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1229. Outro. Qual?

	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo
A CIM, simplesmente não respondia, encaminhava para a CCDR		1		
Ainda não foi concluído	1			
Alteração de calendarização pouco celere e clara, chegando mesmo obter respostas depois do prazo limite de acção do promotor...		1		

	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo
Técnico incompetente para gerir as questões apresentadas e analisar condições elegíveis para dilatação dos prazos de execução do projeto permitidos legalmente devido à pandemia. Lento na resposta e articulação com a consultora, distraído a ler emails e encontrar documentos pedidos que iam anexados aos emails de resposta.	1			

Fonte: Inquérito aos beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1230. Principais dificuldades sentidas na execução do seu projeto

	Norte (N=70)		Centro (N=45)		Lisboa (N=4)		Alentejo (N=21)		Total (N=140)	
	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos
Não teve dificuldades	31	44,3	8	17,8	-	-	11	52,4	50	35,7
Interpretação da legislação	8	11,4	7	15,6	2	50,0	3	14,3	20	14,3
Aconselhamento técnico insuficiente por parte dos consultores	5	7,1	2	4,4	-	-	-	-	7	5,0
Aconselhamento técnico insuficiente por parte da CIM/AM	8	11,4	4	8,9	-	-	1	4,8	13	9,3
Dificuldade na adequação do projeto às condições de elegibilidade	6	8,6	4	8,9	1	25,0	1	4,8	12	8,6
Requisitos formais e burocracia para a instrução de pedidos de pagamento	18	25,7	25	55,6	3	75,0	3	14,3	49	35,0
Requisitos formais e burocracia para a instrução de pedidos de alteração	10	14,3	17	37,8	-	-	3	14,3	30	21,4
Dificuldade em obter financiamento para a parte não participada	8	11,4	4	8,9	-	-	1	4,8	13	9,3
Cumprimento de requisitos técnicos/administrativos (pareceres, licenciamentos,...)	6	8,6	7	15,6	2	50,0	2	9,5	17	12,1
Prazo de resposta a pedidos de esclarecimento	3	4,3	14	31,1	2	50,0	1	4,8	20	14,3
Prazos de decisão	15	21,4	25	55,6	1	25,0	3	14,3	44	31,4
Qual?	7	10,0	5	11,1	-	-	2	9,5	14	10,0

Fonte: Inquérito aos beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1231. Outro. Qual?

	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo
Algumas dificuldades técnicas com o balcão 2020				1
Aprovação de alterações concretas durante a execução		1		
Burocracia. Incompreensão. Desconfiança. Falta de comunicação. Falta de acompanhamento real do projeto.	1			
Contexto da pandemia impediu circulação entre concelhos e abastecimento em fornecedores no estrangeiro e a parte de reconstrução do empreendimento ficou parada largos meses. Falecimento de trabalhador em obra que implicou paragem dos trabalhos pela ACT. Não aprovação pela CIM do pedido de prorrogação de prazo para execução do projeto.	1			
Covid	2	1		
Faltas de materiais no mercado Dificuldade de	1			
Dificuldade em obter respostas por parte da CCDR do Centro		2		
Falta de fornecedores dos bens/serviços devido à pandemia				1
Gerir os recursos financeiros entre os pagamentos ao empreiteiro e a garantia de obtermos a parte provada para suprir a parte não elegível do projeto, em ano de pandemia que alterou todos os planos e orçamentos aprovados previamente.	1			
O Projeto "Aquisição de Acelerador Linear e atualização tecnológica do serviço de Radioncologia do CHTMAD", iniciou a sua execução física no dia 04-01-2022.	1			
Prazos de pagamento		1		
Tempo para entrega da candidatura	1			

Fonte: Inquérito aos beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1232. Descreva as dificuldades sentidas

	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo
A CIM é o interlocutor, mas quem decide é a CCDR.		1		
A CIM não teve capacidade de resposta em tempo útil e "enganou" quem realizou o seu projeto e em consonância com o que foi transmitido em reunião pomposa para o efeito.		1		
A principal dificuldade prendeu-se com o facto de as normas de execução da minha candidatura terem saído quando a maioria do investimento já estava executado. Sobre tudo na componente "obras", realizadas por administração direta e por um pequeno empreiteiro, foi muito difícil corresponder aos mapas de trabalhos exigidos. Acresce que a criação de uma expectativa de financiamento fez com que a promotora constituísse dívida junto da banca que se pretendia pagar dentro de determinado prazo e de determinado valor, o que não se veio a verificar. Isto, para uma micro empresa tem um efeito muito pernicioso, além de que os prazos de um negócio não se compadessem dos prazos das análises das candidaturas e dos PP.	1			
Aceitação do projeto mais que um ano civil após submissão da candidatura. Ainda não recebemos os últimos apoios para encerrar o projeto, estando submetidos há cerca de 1 ano, e projeto aceite em 2019.		1		
Algumas ações não foram elegíveis, embora sejam efetuadas			1	0
Ausência de resposta, atraso nos pedidos efetuados		1		
Avançar com o projeto para cumprir calendarização, sem saber da decisão. Parar a meio por não saber se vou acesso a participação. Retomar o projeto com a decisão, atrasando processos e ultrapassando todos os prazos	1			
Covid		1		

	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo
Coisas menores como a data de uma fatura podem ser um peso grande em algo que devia de ser simplificado		1		
Com a Pandemia COVID-19 existiu necessidade de várias alterações ao projeto, com demoras consideráveis na aprovação das mesmas	1			
Com o COVID a incerteza foi tanta que a demora em algumas decisões pode influenciar a execução do projecto.	1			
Complexidade do CCP	1			
demora encerramentos projectos		1		
DEMORA NA PARTE DO REEMBOLÇO DO CAPITAL FINANCIADO		1		
Dificuldade em receber o último pagamento apos envio de relatório final		1		
Dificuldades em receber os pagamentos . Estou há mais de um ano à espera dos pagamentos !	1			
Dificuldades relacionadas com a carga burocrática			1	
Falta de apoio e análise atempada da candidatura e alertas para corrigir erros atempadamente, evitando desfecho e conclusões negativas sobre a mesma candidatura.		1		
Falta de interligação interna, entre CIM CCDR... Pedidos de pagamento atrasaram, com respostas a pedidos de pagamento sempre tardias e a ultrapassar prazos		1		
Falta de poder resposta		1		
Impacto da pandemia na execução do projecto				1
Incumprimento de prazos	1			
licenciamentos mutio difficil		1		
Morosidade no reembolso do financiamento participado		1		
Muita burocracia, pouca ajuda e esclarecimentos	1			
Muito tempo para a aprovação do projeto e demasiado tempo para conclusão.		1		
Muito tempo para receber o incentivo	1			
Na análise do relatório de execução, para concluir o investimento, o técnico considerou o relatório válido indevidamente. O relatório foi apresentado em Dezembro de 2019 mas em sede de análise verificou-se ser necessário efectuar alterações, no entanto por causa do estado validado é necessária a intervenção do departamento de informática para permitir a alteração, o que até hoje não aconteceu.	1			
Não foi concluído, por não ter tido empreiteiro disponível para fazer o trabalho mantendo o preço. O prazo de dilação entre candidatura e decisão fez com que não fosse possível encontrar fornecedores disponíveis a cumprir os valores iniciais.		1		
No decorrer de um projecto, e tendo em conta as mudanças drásticas e repentinas nos mercados, não me parece normal não podermos alterar tópicos durante a execução. Exemplo: tenho verbas aprovadas para desenvolvimento do negócio em Africa do Sul. Com a pandemia, investimentos em AS estão comprometidos e descabidos. No entanto, surgem oportunidades noutros mercados. Neste caso Canadá. Mas que implicam outro tipo de investimento. Arrisco-me a não conseguir apoio para desenvolvimento das exportações para o Canadá, que quer um investimento enorme mas de alto retorno, só porque não estava planeado no projecto.		1		
No geral, o processo decorreu bem mas é muito técnico e burocrático o que dificulta a vida das Direções compostas por elementos que são de áreas distintas das que envolvem este tipo de projetos. Por essa razão, o apoio das entidades como a CIM/AM é fundamental.	1			
Nunca sabemos se está todo realmente resolvido, aparece sempre mais alguma coisa	1			
O meu projeto está concluído, e a funcionar, não houve uma única visita da com, nem de qualquer outra entidade. Apesar de ter o projeto concluído, ainda só recebi cerca de 25% da verba aprovada, a desculpa dada é que a aplicação informática não aceita a submissão das faturas. A realidade é que há cerca de 20 meses que não recebo um cêntimo.		1		
O projeto não foi financiado a tempo. Tivemos inumeras dificuldades, e ultrapassamos, mas não considero que em qualquer momento tenhamos sido apoiados. O apoio dado foi a participação do valor do investimento. Mas de resto, o apoio foi reduzido e de baixa qualidade. Lançamos uma empresa, existem tantos modos como nos poderiam ter tentado ajudar, mas só havia cepticismo, desconfiança e até um certo desprezo.	1			
O sistema de informação do SI2E de recolha do pedido de pagamento é totalmente desadequado às necessidades de apresentação dos pedidos de pagamento. A utilização de um sistema pensado para entidades públicas com beneficiários de natureza privada leva a situações ridículas e de trabalho desnecessário como é o caso do introduzir contratos previamente à apresentação do pedido de pagamento de forma a possibilitar a apresentação da despesa. O sistema não é "user frendly" a forma sequencial de apresentação da informação e a existência de passos que não permitem voltar a trás para retificar eventuais lapsos criam, como é evidente, entropia no sistema.	1			
Plataforma com demasiados bugs e erros, muito burocrática, desconhecimento dos técnicos para ultrapassar os erros e instruções para pedidos de alterações		1		
Poucas.		1		
prazos elevados em resposta a pedidos de esclarecimentos que inviabilizam inserção de pedidos de pagamento			1	
Sobre a execução do projeto e alterações que se tornaram uteis à atividade com o decorrer do tempo.	1			

Fonte: Inquérito aos beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1233. Sente a necessidade de um maior acompanhamento pela CIM/AM aos promotores?

	Norte		Centro		Lisboa		Alentejo		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Sim	30	42,9	27	61,4	2	50,0	4	20,0	63	45,7
Não	40	57,1	17	38,6	2	50,0	16	80,0	75	54,3
Total	70	100,0	44	100,0	4	100,0	20	100,0	138	100,0

Fonte: Inquérito aos beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1234. Indique o tipo de apoio que sente necessidade

	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo
A CIM é um caos.		1		
A CIM Tâmega e Sousa tem estado sempre disponível! No entanto quanto maior o apoio mais fácil a execução burocrática	1			
Acompanhamento construtivo, só tive avisos derrotistas.		1		
Acompanhamento mais próximo e capacitação dos agentes com menor experiência (como por exemplo associações)	1			
Ao nível financeiro	1			
apoio a esclarecimentos varios		1		
Apoio nas alterações durante a execução		1		
Apoio para melhoramento da candidatura depous de ser entregue há sempre algo a melhorar	1			
Atender a todos os requisitos formais e burocráticos.	1			
Desisti do projeto e faz mais de 8 meses que aguardo indicação de conta bancária para devolver o adiantamento recebido para início de obras de construção do projeto. Não se entende está demora até para pagar o que nos adiantaram?!... As CIM funcionam politizadas e aprovam as candidaturas que querem conforme as cores de quem la está nos gabinetes. Precisamos que estás candidaturas sejam aprovadas por entidades não ligadas à administração local mas sim que sejam geridas por serviços criados pela administração central, de forma autónoma e independente, com disponibilização de apoio em termos de consultoria e preparação de candidaturas, com equipas competentes para acompanhamento dos projetos.	1			
Dotar as CIMs de capacidade de decisão e não ficar dependente das CCDRs		1		
ELEGÍVEL / NÃO ELEGÍVEL		1		
Em que medida é que podem apoiar se não entendem, a não ser teoricamente, o que é e como funciona uma empresa? Quando se faz um projeto ambicioso, muitas vezes nao sabemos precisamente como vamos conseguir que funcione, existe muita diversidade, muitos fatores e muitas mudanças por isso os projetos tem de ser flexiveis para se adequarem a uma realidade em constante mudança e ainda mais agora, com a revolução digital acelerada pelo covid-19 e todas as limitacoes e condicionalismos que vivemos. Isso é incompativel com pessoas com uma mentalidade fechada que só estão para fiscalizar e para falar do que não sabem. No nosso caso o valor da comparticipação veio tarde. E sugeriram que nos endividássemos para fazer mais investimento. Se o tivéssemos feito agora a empresa estaria fechada e cheia de dividas. Dá para ver porque é que Portugal está falido. Acho que não é necessário mais acompanhamento a não ser que seja feito por pessoas com mais formação e verdadeiros conhecimentos.	1			
Esclarecimento sobre o ponto de situação dos projetos.		1		
Feedback acerca dos PP de pagamento submetidos, reuniões presenciais para explicação dos documentos e suas formas de apresentação no Balcão2020. Estas duas ações permitiriam diminuir os prazos das análises e os erros. Além disto, era útil que os técnicos chegassem a acordo acerca dos documentos a apresentar e da forma como querem que sejam submetidos no B2020, pois muitas vezes os próprios técnicos não têm opiniões coincidentes. Acresce que seria muito importante que os técnicos tivessem bem claros esses próprios procedimentos e conhecimento acerca dos mesmos, de forma a poderem ajudar os promotores em vez de lhes causarem ainda mais dúvidas.	1			
Financeiro		1		
Formação aos promotores e disponibilização de acompanhamento técnico na própria elaboração das candidaturas, que garantisse maior articulação entre as diferentes entidades envolvidas.	1			
Gestão da implementação do projeto	1			
in(formação) sobre procedimentos de contratação pública	1			
Inserir os consultores de forma a dar-lhes maior capacitação, para evitar submissão de projetos pouco credíveis, que encham as estruturas de trabalho administrativo e técnico desnecessário.				1
Libertação de fundos		1		
Libertar de carga demasiado burocrática.	1			
MAIOR PROXIMIDADE	1			
Maior proximidade durante a execução da operação e maior capacidade de resposta nos prazos para aprovação e processamento dos pedidos de pagamento.	1			
Na resolução dos problemas para pagamentos	1			

	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo
Não é tanto no sentido de ter mais apoio, porque sempre que o solicitamos foi prestado, mas no sentido de, sempre que possível, ser prestado numa linguagem menos técnica.	1			
No início da candidatura, esclarecendo todos os passos e regras e dando timings para a decisão, fiáveis	1			
Os pedidos de ajustamento do projeto têm um tratamento lento e muito penalizador. Numa fase de grande turbulência, o ajustamento é fundamental, desde que não descaracterize o projecto e a natureza da acção. Os pedidos de pagamento correm quase sempre mal. OU por atraso, ou por engano...		1		
Os técnicos da CIM foram incrivelmente prestáveis. Sem dúvida, responsáveis pelo sucesso da operação.				1
Ponto situação do projeto e alertas para eventuais incumprimentos	1			
Presença no terreno		1		
Responder atempadamente aos pedidos de esclarecimentos, alterações, erros surgidos na plataforma.		1		
Resposta célere às solicitações dos beneficiários		1		
Respostas atempadas, via email, telefone ou presencial. Posso referir que solicitei ajuda para resolver problemas várias vezes e que não fui atendida.		1		
Sempre deram o seu melhor. A pandemia não ajudou.		1		

Fonte: Inquérito aos beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1235. Considera que o CIM/AM assegurou a capacitação dos beneficiários e potenciais beneficiários para a execução dos projetos?

	Norte (N=67)		Centro (N=41)		Lisboa (N=4)		Alentejo (N=20)		Total (N=132)	
	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos
Não	19	28,4	11	26,8	1	25,0	5	25,0	36	27,3
Sim, através de sessões de esclarecimento	13	19,4	11	26,8	1	25,0	3	15,0	28	21,2
Sim, através de atendimentos durante a execução dos projetos	27	40,3	13	31,7	2	50,0	11	55,0	53	40,2
Sim, através de documentação de apoio (orientações técnicas)	24	35,8	10	24,4	-	-	6	30,0	40	30,3
Sim, através de outras ações	2	3,0	2	4,9	-	-	1	5,0	5	3,8

Fonte: Inquérito aos beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1236. Indique quais:

	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo
Apenas uma reunião com os promotores das candidaturas aprovadas.		1		
Contactos email e telefónicos				2
Disponibilidade para o esclarecimento de dúvidas	2			
Só fomos a uma secção! Não sabemos se houve mais!		1		
Telefone		1		

Fonte: Inquérito aos beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1237. Se participou em ações de capacitação, como avalia a utilidade dessas ações

1 – Nada úteis		2		3		4		5		6 – Muito úteis		Não participou		Total	
N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
4	4,5	1	1,1	3	3,4	7	7,9	15	16,9	10	11,2	49	55,1	89	100,0

Fonte: Inquérito aos beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1238. Média da utilidade dessas ações (escala 1- Nada útil a 6 muito útil)

Norte		Centro		Lisboa		Alentejo		Total	
Média	N	Média	N	Média	N	Média	N	Média	N
4,37	19	4,60	15	6,00	1	4,00	5	4,45	40

Fonte: Inquérito aos beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1239. Que ações de capacitação considera que poderiam ser úteis para apoiar a implementação dos projetos

	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo
Ações de esclarecimento ,mais praticas	1			
ações de proximidade			1	
Ações técnicas relacionadas com a gestão do projeto na plataforma	1			
Acompanhamento proactivo.		1		
Ajuda ao preenchimento de formulários.	1			
Apoio claro e em tempo útil a questões colocadas		1		
Atendimentos presenciais durante a execução dos projetos.		1		
Divulgação dos programas	1			
Esclarecimento dos candidatos sobre legislação e todo o processo, chamando a atenção para eventuais erros	1			
Esclarecimentos burocráticos sobre pedidos de pagamento e alterações ao projeto	1			
Esclarecimentos para a boa e rápida elaboração	1			
Formação para novos empreendedores; ações de divulgação de avisos de candidaturas	1			
Haver orientações claras e uma maior proximidade aos investidores				1
Interpretação dos conceitos implícitos aos formulários	1			
Mais ações e com exposição de casos práticos.	1			

	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo
procedimentos contratação publica	1			
Processo de instrução da candidatura. utilização plataforma informática, critérios de avaliação do projeto	1			
Qualquer ajuda construtiva seria bem vinda.		1		
questões técnicas	1			
Reuniões presenciais	1			
sessões de esclarecimento para candidaturas e acompanhamento		3		
Terem um técnico dedicado a apoiar a implementação dos projetos.		1		
Todas as que apresentem os projetos e as sua etapas de forma	1			

Fonte: Inquérito aos beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1240. Principais necessidades/problemas que sente em relação à Equipa Técnica do CIM/AM

	Norte (N=59)		Centro (N=38)		Lisboa (N=3)		Alentejo (N=20)		Total (N=120)	
	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos
Insuficiência no número de elementos da Equipa Técnica da CIM/AM	16	27,1	16	42,1	1	33,3	1	5,0	34	28,3
Desadequação da formação e conhecimentos técnicos da CIM/AM	7	11,9	4	10,5	-	-	1	5,0	12	10,0
Insuficiência de conhecimentos técnicos da CIM/A	6	10,2	4	10,5	1	33,3	2	10,0	13	10,8
Excessiva especialização dos técnicos em determinada área/função	1	1,7	-	-	-	-	-	-	1	0,8
Excessiva polivalência dos técnicos da CIM/AM	1	1,7	1	2,6	-	-	-	-	2	1,7
Não sente necessidades/problemas em relação à Equipa Técnica da CIM/AM	33	55,9	18	47,4	1	33,3	17	85,0	69	57,5
Outros	7	11,9	3	7,9	-	-	-	-	10	8,3

Fonte: Inquérito aos beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1241. Outros, quais:

	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo
A demora na análise e comunicação com o promotor. Esta demora desincentiva.	1			
As condicionantes decorrentes do Covid-19 (como teletrabalho) criaram grande dificuldade de comunicação e excesso de trabalho para as equipas técnicas.	1			
Centralizar tudo numa pessoa	1			
Contactos tardios.		1		
Devo louvar toda a equipa que apresenta um trabalho exemplar.				1
Excesso de burocracia e vontade de complicar!		1		
Falta de informação de andamento de processos, por estarem em acompanhamento em outras estruturas.		1		
Maior proximidade e melhor colaboração com os beneficiários	1			
Muito Tempo para avaliação e pagamento do incentivo	1			
Não são capazes de resolver o meu problema em relação aos pagamentos	1			
Os técnicos não evoluíram nos conceitos de contabilidade. A contabilidade hoje é mais flexível, na classificação da despesa, etc., e as Estruturas (CIMAC, GAL, etc.), falam ainda a linguagem antiga do POC, etc.				1
Polinização da análise das candidaturas apresentadas	1			
Possivelmente poderá haver um número insuficiente de pessoas, pois se a AM tivesse mais elementos na equipa poderia capacitar os beneficiários em várias áreas.	1			
Pouca visão económica do seu trabalho		1		
Seriam necessárias mais técnicos para apoiar a implementação dos projetos com mais conhecimentos, polivalência, imaginação, flexibilidade e com espírito de colaboração efetiva com o meio empresarial. Muito mais do que pedir extratos de despesas. E mapas de obra passados anos das obras terem sido concluídas. Apoio que fosse pertinente e útil foi nulo.	1			

Fonte: Inquérito aos beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1242. Avaliação do contributo do modelo de apresentação de candidaturas à CIM/AM comparativamente com o modelo de apresentação de candidaturas diretamente ao Programa operacional para as seguintes dimensões:

	Contributo negativo		Contributo neutro		Contributo positivo		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Redução da carga administrativa	15	12,4	58	47,9	48	39,7	121	100,0
Celeridade de procedimentos	24	19,7	32	26,2	66	54,1	122	100,0
Proximidade aos beneficiários	11	9,1	25	20,7	85	70,2	121	100,0
Capacidade de ajustamento às necessidades do território	7	5,8	34	28,3	79	65,8	120	100,0
Participação dos atores locais na definição do processo de desenvolvimento local	13	10,8	37	30,8	70	58,3	120	100,0
Promoção da articulação e criação de sinergias entre beneficiários	14	11,8	52	43,7	53	44,5	119	100,0

	Contributo negativo		Contributo neutro		Contributo positivo		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Monitorização de resultados	14	12,0	41	35,0	62	53,0	117	100,0
Resultados atingidos com os projetos	10	8,6	38	32,8	68	58,6	116	100,0
Alcance das metas definidas nos projetos	12	10,3	40	34,2	65	55,6	117	100,0
Outras.	1	6,7	6	40,0	8	53,3	15	100,0

Fonte: Inquérito aos beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1243. Avaliação do contributo do modelo de apresentação de candidaturas à CIM/AM comparativamente com o modelo de apresentação de candidaturas diretamente ao Programa operacional para as seguintes dimensões, região Norte:

	Contributo negativo		Contributo neutro		Contributo positivo		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Redução da carga administrativa	8	13,6	25	42,4	26	44,1	59	100,0
Celeridade de procedimentos	13	21,7	11	18,3	36	60,0	60	100,0
Proximidade aos beneficiários	6	10,2	8	13,6	45	76,3	59	100,0
Capacidade de ajustamento às necessidades do território	4	6,8	15	25,4	40	67,8	59	100,0
Participação dos atores locais na definição do processo de desenvolvimento local	8	13,6	12	20,3	39	66,1	59	100,0
Promoção da articulação e criação de sinergias entre beneficiários	8	13,6	22	37,3	29	49,2	59	100,0
Monitorização de resultados	7	12,1	18	31,0	33	56,9	58	100,0
Resultados atingidos com os projetos	7	12,3	15	26,3	35	61,4	57	100,0
Alcance das metas definidas nos projetos	8	13,6	17	28,8	34	57,6	59	100,0
Outras.	1	11,1	2	22,2	6	66,7	9	100,0

Fonte: Inquérito aos beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1244. Avaliação do contributo do modelo de apresentação de candidaturas à CIM/AM comparativamente com o modelo de apresentação de candidaturas diretamente ao Programa operacional para as seguintes dimensões, região Centro:

	Contributo negativo		Contributo neutro		Contributo positivo		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Redução da carga administrativa	5	13,2	20	52,6	13	34,2	38	100,0
Celeridade de procedimentos	9	23,7	12	31,6	17	44,7	38	100,0
Proximidade aos beneficiários	4	10,5	9	23,7	25	65,8	38	100,0
Capacidade de ajustamento às necessidades do território	2	5,3	11	28,9	25	65,8	38	100,0
Participação dos atores locais na definição do processo de desenvolvimento local	3	7,7	15	38,5	21	53,8	39	100,0
Promoção da articulação e criação de sinergias entre beneficiários	4	10,5	21	55,3	13	34,2	38	100,0
Monitorização de resultados	5	13,2	13	34,2	20	52,6	38	100,0
Resultados atingidos com os projetos	2	5,4	13	35,1	22	59,5	37	100,0
Alcance das metas definidas nos projetos	3	8,3	14	38,9	19	52,8	36	100,0
Outras.	-	-	-	-	2	100,0	2	100,0

Fonte: Inquérito aos beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1245. Avaliação do contributo do modelo de apresentação de candidaturas à CIM/AM comparativamente com o modelo de apresentação de candidaturas diretamente ao Programa operacional para as seguintes dimensões, região Lisboa:

	Contributo negativo		Contributo neutro		Contributo positivo		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Redução da carga administrativa	-	-	2	50,0	2	50,0	4	100,0
Celeridade de procedimentos	-	-	2	50,0	2	50,0	4	100,0
Proximidade aos beneficiários	-	-	3	75,0	1	25,0	4	100,0
Capacidade de ajustamento às necessidades do território	-	-	1	25,0	3	75,0	4	100,0
Participação dos atores locais na definição do processo de desenvolvimento local	-	-	2	50,0	2	50,0	4	100,0
Promoção da articulação e criação de sinergias entre beneficiários	-	-	1	25,0	3	75,0	4	100,0
Monitorização de resultados	-	-	2	50,0	2	50,0	4	100,0
Resultados atingidos com os projetos	-	-	2	50,0	2	50,0	4	100,0
Alcance das metas definidas nos projetos	-	-	2	50,0	2	50,0	4	100,0
Outras.	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: Inquérito aos beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1246. Avaliação do contributo do modelo de apresentação de candidaturas à CIM/AM comparativamente com o modelo de apresentação de candidaturas diretamente ao Programa operacional para as seguintes dimensões, região Alentejo:

	Contributo negativo		Contributo neutro		Contributo positivo		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Redução da carga administrativa	2	10,0	11	55,0	7	35,0	20	100,0
Celeridade de procedimentos	2	10,0	7	35,0	11	55,0	20	100,0
Proximidade aos beneficiários	1	5,0	5	25,0	14	70,0	20	100,0
Capacidade de ajustamento às necessidades do território	1	5,3	7	36,8	11	57,9	19	100,0
Participação dos atores locais na definição do processo de desenvolvimento local	2	11,1	8	44,4	8	44,4	18	100,0
Promoção da articulação e criação de sinergias entre beneficiários	2	11,1	8	44,4	8	44,4	18	100,0
Monitorização de resultados	2	11,8	8	47,1	7	41,2	17	100,0
Resultados atingidos com os projetos	1	5,6	8	44,4	9	50,0	18	100,0
Alcance das metas definidas nos projetos	1	5,6	7	38,9	10	55,6	18	100,0
Outras.	-	-	4	100,0	-	-	4	100,0

Fonte: Inquérito aos beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1247. Outras. Quais?

	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo
A candidatura foi apresentada diretamente no Balção 2020.	1			

Fonte: Inquérito aos beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1248. principais vantagens de apresentar candidaturas à CIM/AM:

	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo
A candidatura em causa não foi apresentada diretamente à CIM/AM.	1			
Tempo de resposta				1
Ajuda as instituições a colmatar deficiências, que sem essa ajuda seria muito difíceis de resolver.	1			
Apoio na elaboração da candidatura e respetiva participação		1		
Apoio técnico e acompanhamento do projeto/candidatura	1			
Aumento da capacidade financeira e melhoria de recursos		1		
Proximidade e acompanhamento	1			
Conhecimento do território e das necessidades regionais	2	5		
Celeridade nos processos	2	1		
Coordenação Territorial	1			
Facilidade no atendimento				1
Foi ótimo poder contar com o apoio próximo dos técnicos do CIM durante todas as fases do projeto. Estiveram em todas as fases disponíveis para o esclarecimento de dúvidas e resolução dos problemas que foram e continuam a surgir até à conclusão do projeto.				1
Maior adequação das candidaturas aos territórios			1	
Mais fácil articulação com as Entidades locais		1		
Acompanhamento personalizado	1			
MELHOR CONCRETIZAÇÃO DOS PROJECTOS	1			
Melhor gestão de todo o processo		1		
não ser necessario internacionalização		1		
Possibilidade de apresentar projetos à escala regional, com definição de objetivos com impacto regional. Objetivos mais adequados à realidade empresarial local.		1		
Proximidade	19	7		5
Proximidade com os Técnicos	1	2		
Proximidade das pessoas		1		1
Conhecimento das necessidades do território	2			
Proximidade geográfica para reuniões presenciais, disponibilidade dos técnicos para prestar esclarecimentos.	1			
Capacidade de ajustamento às necessidades do território	1			
Resposta inovadora			1	
Seria a possibilidade de antecipar alguns investimentos	1			
Tar mais proximidade com projecto		1		
Todas as vantagens		2		
Valor incentivo		1		

Fonte: Inquérito aos beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1249. principais desvantagens de apresentar candidaturas à CIM/AM:

	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo
A candidatura em causa não foi apresentada diretamente à CIM/AM.	1			
A demora na análise das candidaturas.	1			
A proximidade e a designação está apenas no nome (Intermunicipal)		1		
ALGUM ATRASO	1			
Alguma descoordenação e atraso nas respostas.		1		
Apesar de ser um processo supostamente simplificado, de nada disso se tratou.		1		
Atrasos cumulativos em todos os processos de decisão.	1			
Burocracia	2	1		1
Capacidade de resposta limitada, uma vez que dispõe de uma estrutura pequena		1		
Celeridade nos processos, pouca autonomia.		1		
Continua a não haver uma resposta célere		1		
Demora aprovação e decisões		1		
Demora na libertação de fundos. Pedidos de esclarecimentos elevado.		1		
Demorarem muito tempo nas decisões		1		
Devia haver uma instituição ainda mais próxima dos investidores				1
É incompreensível como se criam estruturas intermédias da Administração Pública, pesadíssimas e sem qualquer utilidade, num país tão pequeno e onde existem atualmente tantos meios e recursos para trabalhar à distância e de forma eficaz. São estruturas políticas, sem isenção partidária e com decisão casuística. Não têm experiência na gestão de fundos e os seus quadros são impreparados e mal pagos. Socorrem-se de avançados experientes que saíram de estruturas existentes anteriormente, como por exemplo associações empresariais e DLBC, a quem este QCA entregou um envelope financeiro reduzidíssimo. Em resumo, tudo são desvantagens, no trabalho com as CIM e das CIM, não havendo, do meu ponto de vista e de acordo com a minha experiência concreta e real, nada que se lhes aponte de favorável. São apenas estruturas redundantes, num país com excesso de Administração Pública.	1			
Eventual falta de alguns meios	1			
Eventual falta de autonomia para determinadas decisões	2	2		1
Falta de articulação entre entidades públicas envolvidas	1			
Falta de conhecimento técnico		1		
Inflexibilidade para alterações na implementação	1			
Morosidade do processo de candidatura.		1		
Muito demorada na análise	1			
Muito tempo na avaliação dos pedidos de pagamento	1			
Muitos Projectos para poucos técnicos	1			
Não existe redução da carga administrativa por comparação ao PO. Existe uma morosidade incomportável com as necessidades de gestão das empresas, nos procedimentos. Atendendo à cultura da administração local a proximidade aos beneficiários é uma desvantagem em termos da equidade, da transparência e da boa gestão de dinheiros públicos. A utilização das CIM e dos GAL para simular uma maior aderência às necessidades dos territórios é uma falácia uma vez que os regulamentos de aplicação de medidas, são de aplicação nacional e a adequação territorial feita nos avisos de abertura de concurso são marginais criando-se ainda situações pouco claras e de desequilíbrio na utilização de critérios de análise destintos para realidades idênticas. A participação de atores locais no desenvolvimento local não é efetuada com base numa estratégia ou naquilo que são as necessidades e o contexto real da vida dos operadores económicos. A proximidade e o conhecimento de territórios originam situações de privilégio de beneficiários em detrimento de outros numa lógica de clientelismo no acesso aos apoios. A adequada monitorização de resultados não é influenciada pela proximidade e conhecimento de territórios, mas sim pela montagem do sistema de monitorização e pela competência dos agentes envolvidos. Não existe uma avaliação dos resultados e das metas atingidas com os projetos durante a sua perenidade.	2			1
No entanto, todas as modificações e aprovações tinham de ir acima na mesma e por isso demorava muito. Além disso, não havia muita autonomia da parte dos técnicos. Tinha muitas dúvidas e poucas soluções práticas para os problemas reais. Não existem respostas para as questões. Não existem soluções. Apenas prazos, documentos, comprovativos, e barreiras, problemas.	1			
O tempo de espera que me atrasa investimentos	1			
Pagamentos	1			
Projeto não contempla alojamento			1	
Risco de politização	1			
Só aprovam candidaturas e apoiam os empreendedores que são da cor política de quem preside a CIM ou de quem é responsável pelo gabinete de análises de candidaturas	1			
Taxa de incentivo...	1			
taxas de comparticipação				1
Têm que capacitar devidamente os técnicos para que possam acompanhar devidamente os processos		1		
Tempo de resposta		1		
Tudo		1		
Valor de investimento máximo muito limitado		1		

Fonte: Inquérito aos beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1250. Ponderou apresentar candidatura a outro Programa/Medida?

	Norte		Centro		Lisboa		Alentejo		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Sim	13	19,7	6	14,6	1	25,0	7	31,8	27	20,3
Não	53	80,3	35	85,4	3	75,0	15	68,2	106	79,7
Total	66	100,0	41	100,0	4	100,0	22	100,0	133	100,0

Fonte: Inquérito aos beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1251. Identifique o outro Programa a que ponderou apresentar candidatura e porque é que optou pelo apoio da CIM/AM

	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo
+coeso do GAL. Não tive apoio mas foi baseado em regras que não foram conhecidas na preparação da candidatura				1
A candidatura que ponderamos apresentar tinha um valor muito mais elevado e não se adequava a fase que nos encontrávamos a passar.				1
AAC SI-C2-2021-09. O concurso esteve aberto apenas 48h e destinava-se a empresas com CAE principal na área do turismo o que não é o caso.	1			
apoio à saúde	1			
MAIS CO3SO. Adequado à minha atividade (indústria)				1
PARES	1			
Portugal 2020		1		
Prova de Conceito		1		
SI Inovação e Empreendedorismo	2	1		1
SI2E	1	1		

Fonte: Inquérito aos beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

EFICÁCIA: RESULTADOS DOS PROJETOS**Quadro 1252. Dos fatores seguintes assinale aqueles que criaram maiores dificuldades na execução do seu projeto**

	Cumprimento dos tempos de execução (N=91)		Execução integral do financiamento aprovado (N=52)		Cumprimento dos indicadores Contratualizados (N=63)	
	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos
Não existiram dificuldades	43	47,3			32	50,8
Insuficiente estado de maturação do projeto apresentado em candidatura	19	20,9	14	26,9%	18	28,6
Bloqueamentos institucionais ou administrativos (p.e., falta de flexibilidade para aceitar alterações, licenças)	29	31,9	25	48,1%	13	20,6
Dificuldades na gestão administrativa do projeto (p.e., preparação dos pedidos de reembolso)	35	38,5	21	40,4%	16	25,4
Atrasos no reembolso das despesas	43	47,3	23	44,2%	12	19,0
Elevado prazo de resposta a pedidos de esclarecimento, de alteração, ...	36	39,6	20	38,5%	14	22,2
Dificuldades de liquidez e obtenção de financiamento para cobrir os custos não comparticipados	19	20,9	17	32,7%	12	19,0
Problemas de gestão do projeto de ordem técnica (complexidade do projeto, exigências das normas técnicas, ...)	21	23,1	19	36,5%	14	22,2
Desvio nos custos inicialmente previstos	21	23,1	22	42,3%	11	17,5
Dificuldades na articulação com parceiros	18	19,8	18	34,6%	9	14,3
Outros fatores.	9	9,9	7	13,5%	5	7,9

Fonte: Inquérito aos beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1253. Dos fatores seguintes assinale aqueles que criaram maiores dificuldades na execução do seu projeto, Norte

	Cumprimento dos tempos de execução (N=46)		Execução integral do financiamento aprovado (N=23)		Cumprimento dos indicadores Contratualizados (N=32)	
	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos
Não existiram dificuldades	27	58,7			20	62,5
Insuficiente estado de maturação do projeto apresentado em candidatura	12	26,1	6	26,1	9	28,1
Bloqueamentos institucionais ou administrativos (p.e., falta de flexibilidade para aceitar alterações, licenças)	14	30,4	11	47,8	6	18,8
Dificuldades na gestão administrativa do projeto (p.e., preparação dos pedidos de reembolso)	16	34,8	10	43,5	9	28,1
Atrasos no reembolso das despesas	18	39,1	12	52,2	6	18,8
Elevado prazo de resposta a pedidos de esclarecimento, de alteração, ...	16	34,8	10	43,5	6	18,8
Dificuldades de liquidez e obtenção de financiamento para cobrir os custos não comparticipados	9	19,6	11	47,8	3	9,4
Problemas de gestão do projeto de ordem técnica (complexidade do projeto, exigências das normas técnicas, ...)	7	15,2	11	47,8	5	15,6
Desvio nos custos inicialmente previstos	8	17,4	11	47,8	5	15,6
Dificuldades na articulação com parceiros	9	19,6	9	39,1	2	6,3
Outros fatores.	3	6,5	2	8,7	3	9,4

Fonte: Inquérito aos beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1254. Dos fatores seguintes assinale aqueles que criaram maiores dificuldades na execução do seu projeto, Centro

	Cumprimento dos tempos de execução (N=30)		Execução integral do financiamento aprovado (N=20)		Cumprimento dos indicadores Contratualizados (N=18)	
	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos
Não existiram dificuldades	10	33,3			6	33,3
Insuficiente estado de maturação do projeto apresentado em candidatura	3	10,0	4	20,0	6	33,3
Bloqueamentos institucionais ou administrativos (p.e., falta de flexibilidade para aceitar alterações, licenças)	8	26,7	10	50,0	4	22,2
Dificuldades na gestão administrativa do projeto (p.e., preparação dos pedidos de reembolso)	11	36,7	8	40,0	6	33,3
Atrasos no reembolso das despesas	19	63,3	9	45,0	4	22,2
Elevado prazo de resposta a pedidos de esclarecimento, de alteração, ...	16	53,3	7	35,0	5	27,8
Dificuldades de liquidez e obtenção de financiamento para cobrir os custos não comparticipados	5	16,7	3	15,0	5	27,8
Problemas de gestão do projeto de ordem técnica (complexidade do projeto, exigências das normas técnicas, ...)	7	23,3	6	30,0	4	22,2
Desvio nos custos inicialmente previstos	8	26,7	8	40,0	3	16,7
Dificuldades na articulação com parceiros	5	16,7	5	25,0	4	22,2
Outros fatores.	4	13,3	4	20,0	1	5,6

Fonte: Inquérito aos beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1255. Dos fatores seguintes assinale aqueles que criaram maiores dificuldades na execução do seu projeto, Lisboa

	Cumprimento dos tempos de execução (N=3)		Execução integral do financiamento aprovado (N=2)		Cumprimento dos indicadores Contratualizados (N=3)	
	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos
Não existiram dificuldades	1	33,3			1	33,3
Insuficiente estado de maturação do projeto apresentado em candidatura					2	66,7
Bloqueamentos institucionais ou administrativos (p.e., falta de flexibilidade para aceitar alterações, licenças)	1	33,3	1	50,0	1	33,3
Dificuldades na gestão administrativa do projeto (p.e., preparação dos pedidos de reembolso)	1	33,3	1	50,0	-	-
Atrasos no reembolso das despesas			1	50,0	1	33,3
Elevado prazo de resposta a pedidos de esclarecimento, de alteração, ...			1	50,0	1	33,3
Dificuldades de liquidez e obtenção de financiamento para cobrir os custos não comparticipados	1	33,3	-	-	2	66,7
Problemas de gestão do projeto de ordem técnica (complexidade do projeto, exigências das normas técnicas, ...)	2	66,7	-	-	-	-
Desvio nos custos inicialmente previstos	1	33,3	1	50,0	-	-
Dificuldades na articulação com parceiros	1	33,3	2	100,0	-	-
Outros fatores.	-	-	-	-	-	-

Fonte: Inquérito aos beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1256. Dos fatores seguintes assinale aqueles que criaram maiores dificuldades na execução do seu projeto, Alentejo

	Cumprimento dos tempos de execução (N=12)		Execução integral do financiamento aprovado (N=7)		Cumprimento dos indicadores Contratualizados (N=10)	
	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos
Não existiram dificuldades	5	41,7			5	50,0
Insuficiente estado de maturação do projeto apresentado em candidatura	4	33,3	4	57,1	1	10,0
Bloqueamentos institucionais ou administrativos (p.e., falta de flexibilidade para aceitar alterações, licenças)	6	50,0	3	42,9	2	20,0
Dificuldades na gestão administrativa do projeto (p.e., preparação dos pedidos de reembolso)	7	58,3	2	28,6	1	10,0
Atrasos no reembolso das despesas	6	50,0	1	14,3	1	10,0
Elevado prazo de resposta a pedidos de esclarecimento, de alteração, ...	4	33,3	2	28,6	2	20,0
Dificuldades de liquidez e obtenção de financiamento para cobrir os custos não comparticipados	4	33,3	3	42,9	2	20,0
Problemas de gestão do projeto de ordem técnica (complexidade do projeto, exigências das normas técnicas, ...)	5	41,7	2	28,6	5	50,0
Desvio nos custos inicialmente previstos	4	33,3	2	28,6	3	30,0
Dificuldades na articulação com parceiros	3	25,0	2	28,6	3	30,0
Outros fatores.	2	16,7	1	14,3	1	10,0

Fonte: Inquérito aos beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1257. Outros. Quais?

	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo
A Pandemia, provocou atrasos substanciais nos trabalhos e aumento nos valores inicialmente orçamentados.		1		
Atraso na aprovação da candidatura.		1		
Burocracia		1		
Atrasos na entrega de materiais	1			
Demora no fecho do projecto	1			
O projeto "Aquisição de Acelerador Linear e atualização tecnológica do serviço de Radioncologia do CHTMAD" apenas iniciou a sua execução física em 04-01-2022.	1			
Pandemia	4			2

Fonte: Inquérito aos beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1258. Aspetos inovadores do projeto:

	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo
A área de atividade da nossa empresa é inovadora no mercado nacional, logo no projeto também é.		1		
A diferenciação da concorrência	1			
Acompanhamento de proximidade			1	
Acrescenta novas ferramentas digitais para alargar o leque de possibilidades de tratamentos de medicina dentária, com especial enfoque na diminuição de sintomas pós-operatórios recorrendo a cirurgias minimamente invasivas.	1			
Alternativa ao turismo local	1			
Aposta na tecnologia.		1		
Área ambiental, defesa do meio ambiente	1			
Capacidade de produção por m2 / produtividade	1			
Centralização de recursos e economias de escala	1			
Comercialização de Novo produto		1		
Cria uma oferta turística inexistente no território	1			
Criação artística como instrumento de desenvolvimento territorial e comunitário	1			
Desenvolvimento de novas atividades na empresa e produtos	1			
Desenvolvimento de novas entidades químicas com aplicação em 3 áreas principais de interesse, Ingredientes ativos Cosmética, Aditivos Zootécnicos Alimentação animal, Princípios Ativos Saúde Humana		1		
Eficiência energética! Isenta de comparticipação, considerada não elegível!		1		
Emprego, Higiene e ambiente		1		
Era necessário pois na zona não existe nada assim				1
Espaço e forma de comercialização dos produtos		1		
Foi inovador na forma como aproveitou as atuais instalações para, com este projeto, as beneficiar pela utilidade do mesmo, mas também por ter criado outras mais-valias decorrentes da sua execução. Todas em prol dos utentes e respetivas famílias.	1			
Foi unico na aldeia contribuindo para a sustentabilidade economica e social	1			
Funcionalidade, eficiência e segurança	1			
Hotelaria de nicho		1		
Inclusão cultural da população	1			
Inovador no serviço e no respeito pelo meio ambiente.		1		
Inovador, apenas para o nosso serviço, pois permitiu o acesso às pessoas com baixa mobilidade.	1			
Integração de ferramentas direcionadas para a Industria 4.0		1		
Lançamento da empresa para a industria 4.0		1		
Logisticamente		1		
mais valias para o territorio				1
materiais usados	1			
Melhor qualidade relação com público alvo	1			
Melhoria da funcionalidade de serviços		1		
Melhoria na qualidade da oferta de alojamento				1
Melhoria na resposta de creche			1	
MENOS POLUIÇÃO	1			
Modelo de negócio aplicado à transição digital do setor primário.	1			
Na aldeia não havia este tipo de oferta, e pelas opiniões recolhidas, está a trazer benefícios para a aldeia.		1		
Novo modelo de contratação de RH relativo ao sector em que opera, novas tecnologias utilizadas.	1			
Novos meios técnicos para a região com novas tecnologias implementadas.		1		
O apoio a menores e seniores num contexto "normalizado"	1			
O meu projeto é inovador na área da sustentabilidade ambiental. Está inserido num parque urbano e tem uma horta onde os hóspedes podem colher legumes, frutas e ervas aromáticas e medicinais. Além disso, o empreendimento é muito exclusivo e tem oferta de produtos locais e outros produzidos na casa.	1			

	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo
O meu projeto é inovador porque tentamos aproximarmo-nos da indústria 4.0		1		
O modelo técnico da operação, orientado para o saber fazer. A estratégia de comunicação disruptiva. A identidade das ações, e o valor acrescentado para o território. A criação de emprego e empreendedorismo na Economia Circular.	1			
O nosso projecto veio proporcionar um turismo de qualidade a preços adequados, inexistente na região				1
O projecto é inovador devido a toda a dinâmica existente na equipa de trabalho.	1			
O projeto é inovador ao nível do produto pela aquisição de tecnologia de ponta que permite responder às exigências do mercado com qualidade e fiabilidade e também ao nível do processo com a integração de uma fase crucial, a criação de conteúdos alargando a cadeia de valor intermédio e permitindo um maior controle do padrão de qualidade global.	2			1
Oferta de um turismo diferente				1
Oferta diferenciada		1		
Por trazer uma mais valia a comunidade e território em que está inserido.		1		
Porque é inovador na região em que se insere.		1		
Potenciação das novas tecnologias e capacitação da empresa com estes meios para inovar nos seus serviços e produtos	1			
Qualidade dos serviços prestados; articulação de atividades com outros parceiros locais;		1		
Reabilitação fidedigna da construção rural tradicional	1			
Real recuperação de imóvel preservando o máximo de materiais possível, permitindo mostrar e divulgar o mais antigo património da vila aos turistas.				1
Realização de técnicas de radioterapia que até agora só são possíveis em centros mais especializados.	1			
Resposta inexistente à Deficiência Intelectual	1			
Sendo um AL, é nosso intuito implementar as boas práticas do setor e pretendemos ser inovadores ao nível do conceito e da comunicação.		1		
Somos um alojamento local com estruturas de apoio ao cicloturista (parqueamento fechado e exterior, pequena oficina, lavagem de bicicletas e serviços)				1
Tecnologia Industrial Utilizada				1
Transformação dinâmica Institucional.	1			
Um dos nossos objetivos melhor implementado é ajudar os jovens a aumentar a literacia, aumentar o seu sucesso escolar e profissional. Um outro objetivo que temos vindo a desenvolver é formar os jovens com competências para o empreendedorismo desde gestão, economia, direito, liderança e autoresponsabilidade.	1			
único na região, está dentro da digitalização				1
Uso de recursos locais e na sustentabilidade				1

Fonte: Inquérito aos beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1259. Aspetos em que considera que o seu projeto poderá influenciar positivamente o território onde se encontra inserido:

	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo
A nível ambiental, energias limpas.		1		
A qualidade da mão de obra	1			
Abriga muita gente caminhante				1
acrescimento de turismo e mão de obra				1
Ajuda a manter os postos de trabalho da empresa				1
Ao aumentar a acessibilidade, colocou todos os serviços ao dispor de todas as pessoas, isto aumentou a abrangência territorial.	1			
Apresentar soluções inovadoras para resolução de problemas.		1		
aumento da oferta com qualidade		1		
Aumento da oferta e aumento dos postos de trabalho.	1			
Aumento da taxa de penetração dos praticantes de exercício físico regular. Criação líquida de postos de trabalho.	1			
Aumento de capacidade de resposta no apoio à deficiência	1			
aumento do número turistas nacionais/estrangeiros				1
Beneficiação dos serviços em prol dos utilizadores do projeto e dos futuros utilizadores. Melhor qualidade dos serviços sendo uma Instituição de referência no território onde está inserido, criando uma imagem de confiança na população para com a mesma.	1			
Capacitação digital e aumento de capacidade exportadora das empresas do setor primário.	1			
Comercialização de Novo produto		1		
Criação de emprego	1			
criação de emprego e contribuição para a competitividade da região		1		
Criação de emprego, geração de receitas e o contribuição para capacitação do ecossistema de biotecnologia da região		1		
Criação de mais lugares em Creche			1	
Criação de postos de trabalho e oferta inexistente até à data.		1		
Criação de postos trabalhos, oferta diferenciada a área de atuação		1		

	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo
criação dos postos de trabalho, e na exportação para fora do concelho de um produto endógeno e reconhecido.				1
criação emprego, dinamização da economia local, combate á desertificação	1			
Criar condições para que os doentes oncológicos da região de Trás-os-Montes tenham os seus tratamentos com maior proximidade.	1			
Dar resposta qualitativa ao turismo nacional e internacional.		1		
Demonstrar a possibilidade de verdadeira recuperação de imóveis e sua utilização na promoção do turismo concelhio. Valorização da casa mais antiga da vila. Oferta de camas no concelho. Promoção de turismo de qualidade. Postos de trabalho.				1
Diferenciador.		1		
Digitalização		1		
Disponibilizar novos serviços e produtos com forte componente	1			
Divulgar o território para um tipo de turismo não tão sazonal (turismo de bicicleta) e fazer com que estes turistas prefiram pernoitar em Almodôvar por terem melhores condições.				1
É um projeto inovador no território. Possui uma localização única e tira partido desse fator, no sentido em que está orientado à temática da sustentabilidade. Nasce da reabilitação de património rural típico da região norte e apresenta uma proposta de manutenção dos valores locais, rurais, ambientais e ancestrais, conjugados com o conforto atual. Tem produção agrícola própria e mantém a tradição da produção desde o campo até ao prato. Aposta na experiência da visita do território, com propostas e conselhos personalizados aos hóspedes.	1			
Educar e capacitar o cidadão, os serviços, o setor primário para a importância reconhecimento da Economia Circular enquanto premissa para a eficiência de recursos locais e criação de valor. O projeto contribui a curto e longo prazo para criação de emprego e empreendedorismo na Economia Circular.	1			
Empregabilidade e diferenciação		1		
Está elaborado, desde a fase de investimento até à fase de exploração, para maximizar os contributos locais. Desde a fase de	1			
Inclusão cultural da população	1			
já se encontra a influenciar positivamente a maneira de ação de divulgação online . de marketing digital. Os meios existentes como as radios e as gráficas locais começaram a procurar os nossos serviços.				1
Maior capacidade de responder às necessidades exigidas pela Industria 4.		1		
Maior divulgação das nossas potencialidades turísticas e desenvolvimento da região	1			
Mais capacidade de resposta aos clientes e mais emprego.		1		
mais resposta a comunidade/próximo do cidadão	1			
Mais respostas do setor solidário			1	
MAIS TURISMO	1			
Melhor respostas sociais na área da deficiência	1			
Melhores condições de vida aos utentes institucionalizados	1			
Melhoria da prestação dos serviços nas respostas sociais Centro de Dia e Serviço de Apoio Domiciliário	1			
Melhoria significativa e capacitação da população com Deficiência Intelectual e Famílias	1			
Melhorias das condições trabalho e segurança	1			
Modernizando e tornando os tratamentos dentários menos invasivos e desagradáveis parece-me uma mais-valia para a população que pode usufruir destas possibilidades.	1			
Na integração de camadas desfavorecidas e algumas vezes esquecidas esquecidas	1			
novas actividades	1			
O meu sonho é que os meus alunos sejam autoresponsaveis e acreditem que podem criar uma empresa deles a fazer aquilo que gostam. Se os nossos jovens tiverem, além das competências técnicas, competências de gestão, liderança e empreendedorismo acredito que terão um futuro brilhante. Acredito que eles podem mesmo mudar o mundo, ao construir um futuro autónomo para si mesmos. Fazemos tudo para lhes dar as competências para realizar esta visão. Espero que se torne transformador do território onde nos encontramos à medida que vamos tendo mais alunos, mais impacto e mais visibilidade, mas fico realizada se mudar a vida nem que seja de um deles.	1			
O nosso projecto é actualmente a melhor e mais completa oferta turística entre a Golegã e Vale de Figueira.				1
O projecto pode influência positivamente pois este investimento visa a poder trabalhar com mais estrangeiros (turistas e profissionais) em Braga, contribuindo desta forma para um maior investimento, contributo e desenvolvimento territorial	1			
O projeto desempenha um papel relevante na economia local pelo seu VBP e pela criação de postos de trabalho qualificados.	2			1
O projeto vai criar sinergias positivas para outras empresas, criar riqueza e postos de trabalho.		1		
O Setor do turismo resulta com a interligação das diferentes sinergias apresentadas pela diversidade de oferta territorial. Este projeto será um ator ativo no contributo de sinergias positivas para o Setor e para o Território em que se integra.		1		
Pelo facto de pessoas de outras paragens nos visitarem, dá a conhecer a aldeia e promove a economia local.		1		
Percepção das vantagens por outras Instituições	1			
Porque recupera tradições em desuso		1		
Postos de Trabalho e inovação nos serviços de confecção e distribuição alimentar	1			

	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo
Projecto inovador		1		
Proximidade			1	
Proximidades com os clientes		1		
Qualidade e Eficiência Produtiva				1
Regeneração do tecido social e territorial, empoderamento de comunidades em situação de vulnerabilidade social, integração profissional, acessibilidade cultural	1			
Riqueza emprego		1		
Suprir necessidades na região nesta área. Contribuir para o desenvolvimento local com a criação de condições para atrair visitantes	1			
TEcido industrial incipiente na região	1			
Trazer mais pessoas evitando a desertificação antes sentidas.		1		
Turismo mais qualificado e diferenciado, com forte captação de estrangeiros	1			
Uso de recursos locais e na sustentabilidade				1
vinda de turistas estrangeiros dando projecção à aldeia ,criação de postos de trabalho ,turismo rural de luxo	1			

Fonte: Inquérito aos beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1260. O projeto teria sido executado sem este financiamento?

	Norte (N=70)		Centro (N=46)		Lisboa (N=3)		Alentejo (N=20)		Total (N=139)	
	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos
Sim, com o mesmo formato	6	8,6%	8	17,4	-	-	-	-	14	10,1
Sim, mas com um investimento menor	13	18,6	17	37,0	1	33,3	7	35,0	38	27,3
Sim, mas com um prazo de realização mais elevado	16	22,9	14	30,4	1	33,3	8	40,0	39	28,1
Não	38	54,3	15	32,6	1	33,3	8	40,0	62	44,6

Fonte: Inquérito aos beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1261. O projeto pode considerar-se complementar de outros projetos desenvolvidos pela entidade?

	Norte		Centro		Lisboa		Alentejo		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Sim	40	58,8	20	45,5	3	75,0	8	50,0	71	53,8
Não	28	41,2	24	54,5	1	25,0	8	50,0	61	46,2
Total	68	100,0	44	100,0	4	100,0	16	100,0	132	100,0

Fonte: Inquérito aos beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1262. Indique o tipo de projeto e a sua fonte de financiamento

	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo
Adequação das instalações para novas realidades.Financiamento próprio.	1			
Agropecuária, financiamento próprio		1		
Alojamento local		1		
Alojamento local. Financiamento próprio.		1		
Alojamento turístico apoiado pelo PAPN				1
Apicultura - PDR 2020 e banca Website da casa - Adaptar Turismo - Compete 2020	1			
Aquisição de Acelerador Linear e atualização tecnológica do serviço de Radioncologia do CHTMAD, financiado pelo FEDER	1			
Autofinanciamento		1		
BANCARIO	1			
Capacitação da população em situação de Sem-abrigo, Financiamento Portugal 2020 AML			1	
Capitais próprios	1			
Capitais próprios. Eventual, apoio financeiro em análise de decisão bancária.		1		
Casa de campo com 10 quartos para alojamento, restaurante e Wine bar. Fonte de financiamento própria da gerente da empresa e com recurso a empréstimo bancário a título pessoal.	1			
Comunicação, Marketing e Publicidade		1		
Construção do edifício sede, através do PARES 2.	1			
Criação e Programação artística comunitária com financiamento da Direção Geral das Artes	1			
Cultura para todos	1			
Diversão, financiamento próprio	1			
Expansão e qualificação. Capitais próprios	1			
Financiamento próprio	1			
HOTelaria		1		
Modernização fabril - Financiamento bancario		1		
Prestações suplementares de Capital		1		
Projecto de concepção e desenvolvimento do produto com recurso a capitais próprios e financiamento bancário		1		
PROJECTO TURISTICO. FINANCIAMENTO PARTICULAR	1			
Projeto de construção de uma nova unidade industrial	1			
Projeto de formação financiado por capitais próprios	1			

	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo
Projeto imaterial "Educar para uma Economia Circular. Fonte de Financiamento: POSEUR	1			
Projeto similar noutra localização, ILE, financiamento bancário e capital próprio.	1			
Projetos ligados á economia circular e a fonte de financiamento será sempre bancária		1		
Remodelação, requalificação e eficiência energética	1			
requalificação de outros espaços	1			
Resposta social CAARPD para pessoas com deficiência moderada a grave	1			
SI&DT - Projetos individuais, com financiamento de capital privado e incentivos comunitários.		1		
SIZE		1		
SIGP - Software de Gestão Agrícola, com financiamento da entidade	1			
Sinalização digital Fundo Europeu de Desenvolvimento regional				1
Turismo no Espaço Rural, criação de 7 unidades de alojamento; financiamento com meios próprios.	1			
Turismo rural em casa de campo ,financiamento Portugal 2020-FEDER	1			
Unificação de sistemas de produção.	1			

Fonte: Inquérito aos beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1263. Perceção sobre o contributo do financiamento comunitário no seu território, relativamente às dimensões seguintes

	1 – Nulo		2		3		4		5		6 – Elevado		Não sabe/não tem opinião formada		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Modernização das administrações e dos serviços públicos	12	9,6	10	8,0	3	2,4	35	28,0	23	18,4	20	16,0	22	17,6	125	100,0
Aumento da oferta de serviços públicos partilhados	13	10,4	7	5,6	7	5,6	31	24,8	25	20,0	13	10,4	29	23,2	125	100,0
Facilitar a interação do Estado com os cidadãos e com os agentes económicos	15	12,0	4	3,2	9	7,2	32	25,6	26	20,8	14	11,2	25	20,0	125	100,0
Aumento da eficiência energética nas infraestruturas públicas	8	6,5	4	3,2	9	7,3	29	23,4	28	22,6	13	10,5	33	26,6	124	100,0
Reforço das capacidades de adaptação às alterações climáticas	10	8,1	3	2,4	15	12,1	26	21,0	20	16,1	10	8,1	40	32,3	124	100,0
Reforço da gestão face aos riscos, numa perspetiva de resiliência e de capacitação das instituições	9	7,3	5	4,1	16	13,0	29	23,6	24	19,5	10	8,1	30	24,4	123	100,0
Valorização dos resíduos, reduzindo a produção e deposição em aterro, aumentando a recolha seletiva e a reciclagem	8	6,6	2	1,6	12	9,8	23	18,9	27	22,1	15	12,3	35	28,7	122	100,0
Promoção da valorização do património cultural e natural, afirmando a região como destino turístico de excelência	8	6,4	3	2,4	11	8,8	26	20,8	30	24,0	26	20,8	21	16,8	125	100,0
Criação de emprego sustentável, designadamente para desempregados e outras pessoas desfavorecidas ou inativas	4	3,2	6	4,8	9	7,2	25	20,0	38	30,4	26	20,8	17	13,6	125	100,0
Promoção da criação do emprego por conta própria	7	5,6	8	6,4	13	10,4	27	21,6	22	17,6	27	21,6	21	16,8	125	100,0
Promoção da criação de empresas	7	5,6	9	7,1	12	9,5	23	18,3	26	20,6	25	19,8	24	19,0	126	100,0
Promoção do empreendedorismo social	7	5,7	8	6,5	10	8,1	25	20,3	28	22,8	21	17,1	24	19,5	123	100,0
Desenvolvimento de iniciativas para a inovação e a experimentação social que facilitem a dinamização de estratégias de inclusão social	9	7,4	6	4,9	10	8,2	27	22,1	27	22,1	14	11,5	29	23,8	122	100,0
Aumento da qualidade de serviços e de respostas sociais e de saúde	13	10,6	6	4,9	4	3,3	29	23,6	28	22,8	15	12,2	28	22,8	123	100,0
Alargamento da oferta de serviços sociais e de saúde	14	11,6	6	5,0	4	3,3	28	23,1	28	23,1	13	10,7	28	23,1	121	100,0
Reforço das infraestruturas de saúde	15	12,4	6	5,0	8	6,6	21	17,4	26	21,5	12	9,9	33	27,3	121	100,0
Aumento das taxas de cobertura da oferta de equipamentos de cuidados continuados integrados	13	10,7	7	5,8	10	8,3	22	18,2	21	17,4	11	9,1	37	30,6	121	100,0
Promoção da igualdade no acesso ao ensino, a melhoria do sucesso educativo dos alunos e a qualidade e eficiência do sistema de educação	14	11,6	2	1,7	7	5,8	29	24,0	22	18,2	9	7,4	38	31,4	121	100,0
Qualificação e modernização das instalações escolares e de formação	13	10,7	2	1,6	8	6,6	26	21,3	26	21,3	11	9,0	36	29,5	122	100,0

Fonte: Inquérito aos beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1264. Média perceção sobre o contributo do financiamento comunitário no seu território, relativamente às dimensões seguintes (1 – Contributo nulo, a 6 – Contributo muito elevado):

	Norte		Centro		Lisboa		Alentejo		Total	
	Média	N	Média	N	Média	N	Média	N	Média	N
Modernização das administrações e dos serviços públicos	4,09	53	3,78	32	5,00	3	4,20	15	4,04	103
Aumento da oferta de serviços públicos partilhados	3,98	50	3,38	29	5,00	3	4,50	14	3,91	96
Facilitar a interação do Estado com os cidadãos e com os agentes económicos	4,00	52	3,45	31	5,00	3	4,43	14	3,92	100
Aumento da eficiência energética nas infraestruturas públicas	4,38	48	3,62	29	4,67	3	4,36	11	4,14	91
Reforço das capacidades de adaptação às alterações climáticas	4,02	42	3,54	28	4,00	3	4,09	11	3,87	84
Reforço da gestão face aos riscos, numa perspetiva de resiliência e de capacitação das instituições	3,92	49	3,74	31	4,00	3	4,30	10	3,90	93
Valorização dos resíduos, reduzindo a produção e deposição em aterro, aumentando a recolha seletiva e a reciclagem	4,25	44	4,07	30	5,00	3	4,10	10	4,20	87
Promoção da valorização do património cultural e natural, afirmando a região como destino turístico de excelência	4,43	53	4,12	33	5,00	3	4,73	15	4,39	104
Criação de emprego sustentável, designadamente para desempregados e outras pessoas desfavorecidas ou inativas	4,23	52	4,79	38	5,00	3	4,80	15	4,53	108
Promoção da criação do emprego por conta própria	3,98	51	4,44	36	4,33	3	4,71	14	4,25	104
Promoção da criação de empresas	3,86	49	4,44	34	4,33	3	5,00	16	4,25	102
Promoção do empreendedorismo social	4,17	52	3,93	30	5,00	3	4,93	14	4,23	99
Desenvolvimento de iniciativas para a inovação e a experimentação social que facilitem a dinamização de estratégias de inclusão social	4,14	50	3,66	29	5,33	3	4,45	11	4,06	93
Aumento da qualidade de serviços e de respostas sociais e de saúde	4,26	54	3,29	28	5,00	2	4,64	11	4,03	95
Alargamento da oferta de serviços sociais e de saúde	4,23	53	3,11	27	5,00	2	4,55	11	3,96	93
Reforço das infraestruturas de saúde	4,17	48	3,04	28	3,50	2	4,50	10	3,83	88
Aumento das taxas de cobertura da oferta de equipamentos de cuidados continuados integrados	3,96	45	3,15	26	4,00	3	4,40	10	3,76	84
Promoção da igualdade no acesso ao ensino, a melhoria do sucesso educativo dos alunos e a qualidade e eficiência do sistema de educação	3,98	44	3,23	26	5,00	3	4,50	10	3,84	83
Qualificação e modernização das instalações escolares e de formação	4,20	44	3,26	27	4,00	3	4,67	12	3,97	86

Fonte: Inquérito aos beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

DEFINIÇÃO DA ESTRATÉGIA INTEGRADA E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

Quadro 1265. Participou na definição da Estratégia Integrada e Desenvolvimento Territorial (EIDT) definida pela CIM/AM?

	Norte		Centro		Lisboa		Alentejo		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Não sabe o que é a Estratégia Integrada e Desenvolvimento Territorial (EIDT)	14	21,2	9	20,5	-	-	6	28,6	29	21,5
Não	46	69,7	32	72,7	4	100,0	14	66,7	96	71,1
Sim	6	9,1	3	6,8	-	-	1	4,8	10	7,4
Total	66	100,0	44	100,0	4	100,0	21	100,0	135	100,0

Fonte: Inquérito aos beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1266. Forma como participou na definição da Estratégia Integrada e Desenvolvimento Territorial (EIDT)

	Norte (N=5)		Centro (N=3)		Lisboa		Alentejo (N=1)		Total (N=9)	
	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos
Sessões Públicas de debate	3	60,0	1	33,3	-	-	1	100,0	5	55,6
Recolha formal de pareceres e contributos	1	20,0	-	-	-	-	-	-	1	11,1
Inclusão em grupos de trabalho	1	20,0	-	-	-	-	-	-	1	11,1
Resposta a questionário	1	20,0	2	66,7	-	-	-	-	3	33,3
Outro.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: Inquérito aos beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1267. Considera que a sua participação foi apenas formal (resposta formal a mecanismos estabelecidos de auscultação) ou substantiva (envolvimento concreto do qual decorreu uma participação ativa na conceção da estratégia)?

	Norte		Centro		Lisboa		Alentejo		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Formal	4	66,7	3	100,0	-	-	1	100,0	7	70,0
Substantiva	2	33,3	-	-	-	-	-	-	3	30,0
Total	6	100,0	3	100,0	-	-	1	100,0	10	100,0

Fonte: Inquérito aos beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1268. Resultados da forma participou na definição da Estratégia Integrada e Desenvolvimento Territorial (EIDT)

	Norte (N=6)		Centro (N=3)		Lisboa		Alentejo (N=1)		Total (N=10)	
	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos
Nenhum resultado	2	33,3							4	40,0
Nenhum resultado, apenas atrasou os trabalhos de conceção estratégica	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Poucos resultados efetivos, mas produziu uma perceção de participação que é relevante no território	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Produziu resultados em termos de alargamento de âmbito da estratégia (território, objetivos, metas, áreas de intervenção e atores na implementação)	1	16,7	2	66,7	-	-	-	-	1	10,0
Conduziu à identificação e consensualização de projetos estratégicos/prioritários	2	33,3			-	-	1	100,0	3	30,0
Conduziu ao alargamento das potenciais fontes de financiamento	1	16,7	1	33,3	-	-			2	20,0
Conduziu à identificação de atores para a conceção/execução da estratégia	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Conduziu à identificação de projetos complementares com os quais se estabeleceram articulações	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: Inquérito aos beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1269. Indique se teve alguma participação na implementação do Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial (PDCT) (apoios contratualizados com a CIM/AM)?

	Norte		Centro		Lisboa		Alentejo		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Não sabe o que é a Estratégia Integrada e Desenvolvimento Territorial (EIDT)	10	15,2	8	18,2			5	23,8	23	17,2
Não	49	74,2	35	79,5	3	100,0	14	66,7	101	75,4
Sim	7	10,6	1	2,3			2	9,5%	10	7,5
Total	66	100,0	44	100,0	3	100,0	21	100,0	134	100,0

Fonte: Inquérito aos beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1270. Indique o tipo de participação que teve na implementação do PDCT

	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo
Como consultora na elaboração de projetos e execução dos mesmos	1			
Presidente ACIS	1			
SIZE	1			

Fonte: Inquérito aos beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1271. Considera que a sua participação e a de outras entidades na implementação do PDCT contribuiu para os seguintes resultados?

	Norte (N=7)		Centro (N=1)		Lisboa		Alentejo (N=2)		Total (N=10)	
	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos
Racionalização de recursos	1	14,3	1	100,0					2	20,0
Continuidade de intervenções	1	14,3					2	100,0	3	30,0
Multidimensionalidade das intervenções	1	14,3							1	10,0
Complementaridade de intervenções	3	42,9					1	50,0	4	40,0
Aumento do alcance em termos do perfil dos beneficiários apoiados	3	42,9	1	100,0					4	40,0
Construção de parcerias	2	28,6	1	100,0			2	100,0	5	50,0
Alargar o âmbito de atuação	3	42,9							3	30,0
Outros	1	14,3							1	10,0

Fonte: Inquérito aos beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1272. Outros. Quais?

	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo
A CIM Trás os Montes não está interessada na participação de alguns agentes	1			

Fonte: Inquérito aos beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1273. Com base no seu conhecimento, assinale o tipo de atividades que têm sido desenvolvidas para promover o envolvimento e participação dos atores locais na implementação dos apoios da CIM/AM e indique o seu nível de participação nas mesmas

	1 – Nulo/muito reduzido		2		3		4		5		6 – Muito Elevado		Não participou		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Reuniões/encontros com parceiros promovidos	1	10,0	-	-	2	20,0	1	10,0	-	-	4	40,0	2	20,0	10	100,0
Sessões de divulgação e sensibilização e esclarecimento	1	10,0	-	-	-	-	3	30,0	-	-	4	40,0	2	20,0	10	100,0
Reuniões, seminários, workshops públicos	1	10,0	-	-	1	10,0	1	10,0	2	20,0	2	20,0	3	30,0	10	100,0
Produtos de comunicação da CIM/AM (newsletter, site)	1	10,0	-	-	1	10,0	2	20,0	-	-	3	30,0	3	30,0	10	100,0
Produtos de comunicação da CIM/AM (páginas das redes sociais)	1	10,0	-	-	-	-	3	30,0	-	-	3	30,0	3	30,0	10	100,0
Grupos de trabalho temáticos	1	11,1	1	11,1	2	22,2	1	11,1	1	11,1	1	11,1	2	22,2	9	100,0
Visitas a projetos de investimento,...	1	10,0	-	-	1	10,0	1	10,0	2	20,0	2	20,0	3	30,0	10	100,0
Feiras, festas temáticas; mostras de produtos locais	1	10,0	1	10,0	1	10,0	1	10,0	2	20,0	2	20,0	2	20,0	10	100,0
Participação em projetos de cooperação	1	10,0	1	10,0	-	-	2	20,0	1	10,0	2	20,0	3	30,0	10	100,0
Outra	1	50,0	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	50,0	2	100,0

Fonte: Inquérito aos beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1274. Média Com base no seu conhecimento, assinale o tipo de atividades que têm sido desenvolvidas para promover o envolvimento e participação dos atores locais na implementação dos apoios da CIM/AM e indique o seu nível de participação nas mesmas (escala de 1 Nulo/muito reduzido a 6 muito elevado)

	Norte		Centro		Lisboa		Alentejo		Total	
	Média	N	Média	N	Média	N	Média	N	Média	N
Reuniões/encontros com parceiros promovidos	4,33	6	3,00	1	-	-	6,00	1	4,38	8
Sessões de divulgação e sensibilização e esclarecimento	4,50	6	4,00	1	-	-	6,00	1	4,63	8
Reuniões, seminários, workshops públicos	3,80	5	5,00	1	-	-	6,00	1	4,29	7
Produtos de comunicação da CIM/AM (newsletter, site)	4,00	5	4,00	1	-	-	6,00	1	4,29	7
Produtos de comunicação da CIM/AM (páginas das redes sociais)	4,20	5	4,00	1	-	-	6,00	1	4,43	7
Grupos de trabalho temáticos	3,50	6	3,00	1	-	-	-	-	3,43	7
Visitas a projetos de investimento,...	3,60	5	5,00	1	-	-	6,00	1	4,14	7
Feiras, festas temáticas; mostras de produtos locais	3,50	6	5,00	1	-	-	6,00	1	4,00	8
Participação em projetos de cooperação	3,60	5	4,00	1	-	-	6,00	1	4,00	7
Outra	1,00	1	-	-	-	-	-	-	1,00	1

Fonte: Inquérito aos beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1275. Outro. Qual?

	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo
A CIM não interage com os agentes de turismo	1			

Fonte: Inquérito aos beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1276. Considera que os que os atores locais poderiam envolver-se mais na implementação da EDL?

	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo
Sim. Quais atores?				
Empresas	1			
Associações locais	1			
Sim. De que forma?				
Projetos em co-promoção	1			
Não. Justifique				
existiu uma forte participação no Município de Lousada	1			
Quanto menos entidades a complicar, melhor				1
São muito activos	1			

Fonte: Inquérito aos beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1277. Caso queira acrescentar algum comentário utilize o espaço seguinte:

	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo
Apesar de já o ter referido, reforço que os prazos de avaliação das candidaturas é muito longo. Dois anos é muito tempo na vida de uma empresa é uma eternidade.		1		
As CIM's existem para servir clientelas e não para o desenvolvimento territorial	1			
Com a CIM não vamos a lado nenhum.		1		
Deveria haver novo sistema de apoio dentro dos mesmos requisitos "SI2E", nomeadamente para as zonas do interior e baixa densidade populacional.		1		
DEVIDO Á SITUAÇÃO EM QUE O PAÍS E A EMPRESAS ATRAVEÇÃO NESTA ALTURA , ACHO QUE OS REEMBOLÇOS DOS VALORES APROVADOS EM PROJETOS DEVERIAM DEMORAR MENOS A SEREM FEITOS		1		
Dificuldades em reembolso do financiamento aprovado.		1		
É importante que as estruturas de análise das candidaturas/ reembolsos/ pedidos de alteração cumpram os prazos legais.	1			
Excelente apoio prestado pela CIMLT, em particular pela D. Mafalda Santos da Estrutura de Apoio Técnico, do Gabinete de Gestão de Programas e Projetos Contratualizados, onde a sua ajuda e esclarecimentos foram fundamentais para conseguirmos implementar com sucesso o nosso projecto.				1
falta avaliar o prazo para o pagamento final. o nosso projeto terminou em 2019 e at+e à data ainda não recebemos os 5% finais porque a CIM ainda não se deslocou ao local para elaborar o relatório.	1			
Falta de dinamização e colóquios junto das instituições e comunidade em geral.		1		
Gostaria de ser contactado por alguém que resolva o meu grave problema. Já tentei junto de várias entidades, e ninguém até agora o conseguiu, ou quis. josemugeiro@hotmail.com Obrigado.		1		
Insatisfação pela demora no recebimento dos apoios, em particular do FSE.	1			
Mau funcionamento das entidades envolvidas , dificuldade em receber os fundos que foram destinados burocracia a mais .	1			
Melhorar a comunicação e serviços de parcerias entre as entidades públicas e privadas		1		
Os apoios/incentivos públicos devem privilegiar a oportunidade do investimento e a sua articulação com outros projetos complementares do mesmo promotor (exemplo: turismo + atividades agrícolas + cultura). Para tal, é necessário privilegiar o apoio a projetos multi-sectoriais, geradores de sinergias e de valorização do território ed as pessoas. Este trabalho em rede deveria ser incentivado, com as entidades públicas a darem o primeiro passo. Gestor único/Guichet único para projetos em territórios de baixa densidade.		1		
Os prazos não são cumpridos por parte das entidades responsáveis, mas exigem que as empresas o comprem na integra	1			
Questionário muito longo e nem sempre em linguagem claramente perceptível.	1			
Todo o processo tem sido demasiadamente burocrático para todos os players. É necessário uma enorme resiliência e força de vontade para concluir este projeto. Sabendo o que sei hoje sobre este processo não me voltaria a envolver neste projeto.		1		

Fonte: Inquérito aos beneficiários do PDCT - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Inquérito aos beneficiários dos DLBC Rural

Quadro 1278. Distribuição por PI – DLBC Rural

	POR		PDR	
	N	%	N	%
6.3/6c. Conservação, proteção, promoção e desenvolvimento do património natural e cultural (FEDER) - Património natural	14	3,4	-	-
9.1/9i. Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e a melhoria da empregabilidade (FSE)	1	0,2	-	-
8.3/8iii. Emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras (FSE) - COESOEmp	23	5,7	-	-
8.3/8iii. Emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras (FSE) - COESOInt	159	39,2	-	-
8.3/8iii. Emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras (FSE) - COESOUrb	87	21,4	-	-
8.8/8a. Apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas e à atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas e microempresas (FEDER) - PAPN	2	0,5	-	-
SI2E - 8.3/8iii. Emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras (FSE)/ 8.8/8a. Apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas e à atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas e microempresas (FEDER)	105	25,9	-	-
603;+Coeso	1	0,2	-	-
+Coeso;PAPN	1	0,2	-	-
SI2E; + Coeso	13	3,2	-	-
10.2.1.1 - Regime simplificado de pequenos investimentos nas explorações agrícolas	-	-	232	71,2
10.2.1.2 - Pequenos investimentos na transformação	-	-	36	11,0
10.2.1.3 - Diversificação de atividades na explora	-	-	24	7,4
10.2.1.4 - Cadeias curtas e mercados locais	-	-	12	3,7
10.2.1.5 - Promoção de produtos de qualidade locais	-	-	2	,6
10.2.1.6 - Renovação de aldeias	-	-	20	6,1
Total	406	100,0	326	100,0

Fonte: Inquérito aos Beneficiários dos DLBC Rural - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

CANDIDATURA DE PROJETOS

Quadro 1279. Como soube da existência dos apoios do Grupo de Ação Local(GAL) para o seu projeto

	POR (N=401)		PDR (N=324)		Total (N=725)	
	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos
Contato direto com o GAL	90	22,4	77	23,8	167	23,0
Sessões de divulgação e sensibilização e esclarecimento	64	16,0	53	16,4	117	16,1
Reuniões, seminários, workshops públicos	26	6,5	18	5,6	44	6,1
Produtos de comunicação do GAL/Entidade Gestora (newsletter, site)	42	10,5	38	11,7	80	11,0
Produtos de comunicação do GAL/Entidade Gestora (páginas das redes sociais ...)	26	6,5	25	7,7	51	7,0
Organizações Locais	60	15,0	84	25,9	144	19,9
Comunicação social	35	8,7	25	7,7	60	8,3
Pesquisa na internet	94	23,4	101	31,2	195	26,9
Consultores	133	33,2	76	23,5	209	28,8
Outra via	27	6,7	11	3,4	38	5,2

Fonte: Inquérito aos beneficiários do DLBC Rural - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1280. Outros, quais:

	POR	PDR
Amigo	13	
Contabilista	4	
ATAHCA	2	
Camara municipal	2	
Licentivos	2	
Nersant	2	
A própria empresa presta serviços de consultoria e por isso teve conhecimento interno (mailing list entidades publicas)	1	
A2s na camara municipal de lisboa.	1	
ACICE	1	
ACPMR-ASSOCIAÇÃO CLUSTER PORTUGAL MINERAL RESOURCES	1	
ADERES Cortes do Meio	1	
ADIBER	1	
Adorior	1	
AENEBEIRA - Associação Empresarial do Nordeste da Beira	1	

	POR	PDR
AIP	1	
AIP Consulting e MJConsulting	1	
associação empresariais	1	
Associação Empresarial Mais Boticas	1	
Através da call publicada no Portal 2020	1	
Através da Candidatura do Concurso.	1	
CIMAT	1	
Baketilly	1	
Balcão 2020	1	
Biosphere	1	
camara municipal da murtosa	1	
Câmara Municipal de Mêda	1	
cascata de números	1	
CEAL	1	
CF Consultores	1	
CLDS4G Mogadouro	1	
Concursos de quadro comunitários gerido por GAL	1	
Desteque	1	
Dolmen	1	
Email	1	
Fábrica do Empreendedor	1	
Fábrica do Empreendedor da Chamusca	1	
Fangueiro e Rodrigues	1	
FinanceXXI	1	
Globfive	1	
Grupo Universo RH	1	
Incubadora	1	
Litoral rural	1	
Lousã	1	
MAIS BOTICAS	1	
Margarida Silva Consultant	1	
Multisector	1	
Newsletter	1	
Promover	1	
Realizada em Proença-a-Nova em fevereiro de 2020	1	
Rude	1	
ZonaVerde	1	
A arquiteta do projeto turismo		1
ADD		1
ADES		1
Adritem		1
ADVID		1
AGIM		1
Ajap		1
Anúncios do PDR2020 para pequenos projetos de investimento.		1
Apibairrada		1
As. Agricultores do Nordeste transmontano		1
Associação de agricultores		1
Atbg		1
Adega Cooperativa de Silgueiros		1
Pessoas locais		1
Balcão do Beneficiário		1
Caixa Agrícola de Santiago do Cacém		1
COFAFE, CRL - COOPERATIVA PRODUTORES AGRICOLAS D FAFE		1
Corane		1
Dão Flora		1
Empresa privada		1
Engenheiro		1
Entidade associada do GAL		1
ESDIME		1
espaço visual		1
Gestave		1
Google		1
IPK Negócios		1
Local trabalho		1

	POR	PDR
Município		3
Outros beneficiários		1
PDR		2
Planocultivo		1
Por mail recebido		1
Publicação de programas oficiais abrangidos pelo GAL		1
Site do PDR 2020		2
Terras de Felgueiras		1
Terras do Guadiana		1
Vicentina		1

Fonte: Inquérito aos beneficiários do DLBC Rural - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1281. Grau de adequação do calendário de abertura do aviso e dos prazos de submissão de candidatura em termos de (POR):

	1 - Nada adequados		2		3		4		5		6 - Muito Adequados		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Tempo de duração do Aviso de Abertura de Candidaturas (desde a abertura até ao encerramento)	27	3,7	47	6,5	108	14,9	281	38,7	169	23,3	94	12,9	726	100,0
Intervalo de tempo entre a realização das ações de divulgação e o prazo para submissão das candidaturas	30	4,2	72	10,1	114	15,9	275	38,4	158	22,1	67	9,4	716	100,0
Ritmo de lançamento dos concursos para a mesma Tipologia/tipo de operações	38	5,3	70	9,8	122	17,0	305	42,6	125	17,5	56	7,8	716	100,0
Articulação entre concursos para várias tipologias de operação	30	4,2	64	9,0	134	18,9	295	41,5	134	18,9	53	7,5	710	100,0
Outro.	15	14,7	7	6,9	18	17,6	41	40,2	17	16,7	4	3,9	102	100,0

Fonte: Inquérito aos beneficiários do DLBC Rural - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1282. Grau de adequação do calendário de abertura do aviso e dos prazos de submissão de candidatura em termos de (POR):

	1 - Nada adequados		2		3		4		5		6 - Muito Adequados		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Tempo de duração do Aviso de Abertura de Candidaturas (desde a abertura até ao encerramento)	13	3,2	27	6,7	55	13,7	150	37,4	95	23,7	61	15,2	401	100,0
Intervalo de tempo entre a realização das ações de divulgação e o prazo para submissão das candidaturas	19	4,8	36	9,0	56	14,0	154	38,6	87	21,8	47	11,8	399	100,0
Ritmo de lançamento dos concursos para a mesma Tipologia/tipo de operações	14	3,5	37	9,3	65	16,4	178	44,8	65	16,4	38	9,6	397	100,0
Articulação entre concursos para várias tipologias de operação	15	3,8	28	7,1	71	18,0	172	43,7	74	18,8	34	8,6	394	100,0
Outro.	6	10,5	2	3,5	12	21,1	25	43,9	8	14,0	4	7,0	57	100,0

Fonte: Inquérito aos beneficiários do DLBC Rural - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1283. Grau de adequação do calendário de abertura do aviso e dos prazos de submissão de candidatura em termos de (PDR):

	1 - Nada adequados		2		3		4		5		6 - Muito Adequados		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Tempo de duração do Aviso de Abertura de Candidaturas (desde a abertura até ao encerramento)	14	4,3	20	6,2	53	16,3	131	40,3	74	22,8	33	10,2	325	100,0
Intervalo de tempo entre a realização das ações de divulgação e o prazo para submissão das candidaturas	11	3,5	36	11,4	58	18,3	121	38,2	71	22,4	20	6,3	317	100,0
Ritmo de lançamento dos concursos para a mesma Tipologia/tipo de operações	24	7,5	33	10,3	57	17,9	127	39,8	60	18,8	18	5,6	319	100,0
Articulação entre concursos para várias tipologias de operação	15	4,7	36	11,4	63	19,9	123	38,9	60	19,0	19	6,0	316	100,0
Outro.	9	20,0	5	11,1	6	13,3	16	35,6	9	20,0	-	-	45	100,0

Fonte: Inquérito aos beneficiários do DLBC Rural - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1284. Média Grau de adequação do calendário de abertura do aviso e dos prazos de submissão de candidatura em termos de:

	POR	PDR	Total
Tempo de duração do Aviso de Abertura de Candidaturas (desde a abertura até ao encerramento)	4,17	4,02	4,10

	POR	PDR	Total
Intervalo de tempo entre a realização das ações de divulgação e o prazo para submissão das candidaturas	3,99	3,84	3,92
Ritmo de lançamento dos concursos para a mesma Tipologia/tipo de operações	3,90	3,69	3,81
Articulação entre concursos para várias tipologias de operação	3,92	3,74	3,84
Outro.	3,68	3,24	3,49

Fonte: Inquérito aos beneficiários do DLBC Rural - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1285. outro. Qual?

	POR	PDR
A carga burocrática é muito elevada.		1
Abertura permanente de concursos. A intermitência e imprevisibilidade de abertura faz com que muitos investimentos sejam adiados ou não elegíveis prejudicando a atividade		1
Análise de dados e pagamentos		1
AVALIAÇÃO E RESPOSTA		1
Concursos desadequados ao tempo agrícola, com perda de 1 ano de produção entre a abertura e a aprovação dos concursos		1
Duração da decisão		1
Inadequação da medida com o orçamento disponível.		1
Muito demorados e intervalos muito grandes, quando se quer atingir um objectivo já fica ultrapassado pelo tempo de demora		1
Não abertura de concursos para certas tipologias de operação em que há candidatos interessados na área do GAL		1
Os Avisos de Abertura deveriam estar abertos a tempo inteiro e com plafonds suficientes, durante todo o quadro comunitário		1
Prazo decorrido entre a submissão da candidatura e a aprovação do apoio financeiro.		1
Referindo-me ao GAL BAIXO OESTE, abriu uma única vez para o aviso Pequenos Investimentos na exploração Agrícola, o que não é aceitável para a dimensão do território que abrange. Por outro lado foi pior ainda o tempo de verificação e resposta das candidaturas.		1
Candidaturas crtas a meio... que levaram Sistema a crashar...e milhares a ficar de fora	1	
Funcionamento da plataforma do Portugal2020	1	
Informações sobre procedimentos e normas	1	
Pouca disponibilidade financeira para abrir mais concursos e dotar cada concurso com mais verba. Necessidade de reforçar as dotações financeiras dos ASGAL	1	
Prazo para análise da candidatura após a sua submissão	1	
Prazos de reembolsos	1	
Tempo de processamento e envio dos fundos	1	

Fonte: Inquérito aos beneficiários do DLBC Rural - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1286. Nos casos onde respondeu 1, 2 ou 3, justifique a sua resposta.

	POR	PDR
A indefinição em relação à abertura dos avisos e às expectativas criadas, assim como a abertura de avisos para investimento com dois níveis diferentes não me parecem adequados (GAL's e CIM's).	1	
Acho que não deviam existir concursos com a mesma data de término.	1	
Algumas tipologias acontecem uma única vez. Os calendários de previsão de abertura de avisos nunca são minimamente cumpridos.	1	
Apenas 1 enquadramento possível	1	
Articulação CO3SO e PAPN poderia ser muito melhorada. E poderia saber-se que haveria PAPN quando se fez CO3SOs. Mas atendendo a pandemia há que ser mais compreensivo mas a verdade é que tal opacidade do calendário de lançamento de concursos no PT2020 é muito negativa para empresas. Espermos se regressar ao modelo de existência de calendário e que se já cumprido (nunca foi e precisamente por isso deixou de existir)	1	
Articulação entre os critérios e a submissão tem variáveis, tais como, recolha de documentos e toda a burocracia envolvente!	1	
As ações de esclarecimento deveriam ter sido realizadas numa fase mais precoce da submissão da candidatura.	1	
As empresas não podem esperar tanto tempo por decisões!!	1	
As exigências são muitas e difusas, tomando muito tempo na elaboração nos projetos propostos diretamente por pessoas ou entidades sem apoio de consultores.	1	
Completamente desfasados da realidade	1	
Creio que está com uma organização correta todo o processo da candidatura	1	
Creio que existe um problema na comunicação dos prazos, nomeadamente a gestão de contactos.	1	
Dados os preços actuais de qualquer equipamento/projecto de modernização, seria útil uma cadência mais frequente de lançamento de novos concursos ou eventualmente permitir montantes maiores no concurso.	1	
Demasiada burocracia	1	
Demasiado moroso e com ritmo de lançamento extremamente baixo.	1	
Demasiado tempo para o reembolso	1	
Demora e falta de informação	1	
Desde que tive conhecimento da candidatura, demorou cerca de 1 ano e meio a abrir o concurso, depois da abertura demorou muito tempo até à resposta final cerca de meio ano. Acho que deveria ser mais célere.	1	
Deveriam ser lançados concursos com mais frequência pois quem perder a oportunidade de se candidatar a um determinado concurso, terá de aguardar imenso tempo até que outro seja lançado.	1	
Devido às dificuldades de acesso à plataforma no último dia, bastantes projetos ficaram por entregar.	1	
Dificuldade extrema e reposta fora de qualquer prazo razoável para o investimento pode levar empresas em início logo a sua falência	1	

	POR	PDR
Discrepância absoluta entre o exigido em termos de calendarização às empresas em comparação com o que se exige à GAL	1	
Diversas vezes, o período disponível para a apresentação da candidatura é insuficiente comparando com o grau de elaboração/complexidade da candidatura. Os apoios deviam ser divulgados com tempo de antecedência antes de os períodos de candidatura abrirem.	1	
é impossível para empresas estarem meses à espera dos fundos quando fazem investimentos enormes principalmente na contratação de pessoal	1	
Entendo que os tempos de anúncio , abertura do aviso deveriam ser mais dilatados.	1	
Estou a responder , como correu o nosso, Co3So	1	
Existe uma enorme dificuldade de obter informações concretas, acredito que tenha haver com o pouco tempo	1	
Existem hiatos temporais demasiado longos entre avisos e não existe articulação clara entre avisos	1	
funcionou a diferentes velocidades consoante os GAL's	1	
Houve muito pouco tempo entre a divulgação e o prazo de submissão das candidaturas.	1	
Imenso tempo até saírem os resultados. Sem possibilidade de estender o prazo final.	1	
Intervalo de tempo entre a realização das ações de divulgação e o prazo para submissão das candidaturas FOI 7 DIAS	1	
Intervalo de tempo muito reduzido	1	
Intervalo entre concursos demasiado longo	1	
Maior divulgação	1	
Muito demorado, sem notícias atempadamente.	1	
Muito tempo entre o anúncio e a abertura do aviso	1	
na maior parte dos casos os avisos estão abertos muito pouco tempo. muitas vezes as ações de divulgação ocorrem já o aviso abriu há algum tempo. não parece haver grande cuidado com a lógica de lançamento de concursos para a mesma tipologia/articulação entre tipologias	1	
Na maioria dos concursos apenas se fica a saber da sua abertura através da consulta do site do PDR2020. Só sabemos que um concurso abre, no próprio dia da sua abertura, o que dificulta o planeamento.	1	
Na minha pouco experiencia parecem curtos, em ambas.	1	
não cumprem prazos nenhuns! Péssimo!!! São exigentes com os nossos prazos, mas vocês não cumprem nada, é uma vergonha , logo na época de pandemia que estamos a atravessar deveríamos ser ajudados!	1	
Não houve mais concursos	1	
não saiu mais nenhum	1	
Não são questões imputáveis às GAL. Na gestão central, deveriam haver mais dinâmicas de lançamento e preparação dos concursos	1	
Não sei como seria melhor	1	
Não tenho conhecimento de nenhuma articulação entre concursos, bem como não me lembro de receber ou assistir a nenhuma ação de divulgação da medida de apoio.	1	
Não tenho conhecimento de que tenha existido concursos de articulação entre várias tipologias de operação, e acho que seria essencial, em muitos casos para assegurar efetiva sustentabilidade de projetos.	1	
não tenho nada que "justificar", mas esclareço/informo que deveria existir um calendário anual, claro e objectivo com os períodos em que as candidaturas estão abertas. Assim serve apenas os compadrios, as cunhas e os "amigos" do sistema! Mas com certeza é o que se pretende.	1	
O concurso dos +CO3SO só foram lançados uma vez	1	
O material a apresentar para as candidaturas é denso e nem sempre a disponibilização dos mesmos vem atempadamente para apresenter, dados os prazos.	1	
O tempo de análise para a resposta á candidatura é muito elevado, pondo em causa possíveis investimentos por parte dos empreendedores, já que estes não sabem se poderão ou não contar com o apoio.	1	
O tempo de espera até resposta é muito elevado.	1	
O tempo duração foi demasiado curto e não abriu a 2ª fase que tinha sido publicitada. Não tive conhecimento de ações de divulgação. Não participei noutras tipologias pelo que tenho forma de comparar.	1	
operações demasiado interdependentes	1	
Organização Errada	1	
Os prazos são muito curtos para apresentar candidaturas no entanto, alargados para os GAL.	1	
Os timings deveriam ser cumpridos de acordo com o estabelecido na legislação	1	
os timing são muito curtos para a exigencia do preenchimento das candidaturas e recolha de informação/documentação	1	
Para quem não domina a terminologia e a consulta de toda a legislação, deveria haver outros periodos	1	
podia ter uma previsao do lançamento/calendário anual dos concursos com maior antendencia	1	
Por falta de cumprimento da calendarização dos Avisos de abertura dos concursos.	1	
Pouco divulgado, prazos apertados e informação nem sempre toda concentrada em um só sítio	1	
Pouco tempo de duração de abertura	1	
pouco tempo e pouca divulgação e dificuldade no acesso a informação	1	
Pouco tempo entre as sessões de esclarecimentos e prazos de candidaturas	1	
Poucos apoios/avisos para as necessidades da região.	1	
Prazo inicial de abertura estava muito bem (vários meses com duas fases). Mas depois surgiram várias questões que levam a que na prática mereça quase tudo "1" 1. Corte repentino do Aviso com data final a ser a da primeira fase (maioria dos casos era 15 ou 16 Setembro 2020, alguns a 21; dos cerca de 250 concursos, estimamos, terão ficado abertos menos de 10% e, para empresas, quase nenhuns ou só os ultra-restritivos 2. Esse corte não foi devidamente anunciado (no dia 14 de Setembro de 2020 de tarde houve GALs de vários pontos do país a indicarem-nos que NÃO FECHARIAM no dia 15... mas fizeram-no, às 18h!) 3. Esse corte repentino que surgiu nos jornais no final do dia 14 .09.20 levou pessoas de todo o país a precipitarem-se para sistema (maioria dos	1	

	POR	PDR
concursos fechava a dia 15 ou a 16, às 18 horas). 4. Isso levou ao crash quase instantâneo do sistema – nota para que tal também se deveu ao facto de sistema exigir geolocalização (por pura bureau-cracia totalitária dado que morada e código postal permite confirmar a 100% elegibilidade do local indicado pelo promotor no território e que tal obriga sistema a cruzar-se com um sistema externo, de SIG que é muito pesado; adicionalmente sistema pede N anexos que são absolutamente irrelevantes em fase de avaliação – seriam só de pedir a promotores com nota positiva na avaliação de qualidade e mérito das propostas -, o que sobrecarregou sistema e levou ao crash) 5. Por essa razão centenas de candidaturas ficaram de fora no dia 15. Creio mesmo terão sido milhares. 6. O Estado, sobretudo a Agência de Coesão (que controla o Balcão e tem por isso noção do que foi o dia 15 de Setembro 2020 nos sistemas...), as CCDRs (entidades que fecharam concursos), CIMs e GALs não tiveram a decência e coragem de corrigir, reabrindo concursos mais alguns dias nem sequer de aceitar candidaturas de quem, atempadamente, antes das 18h de dia 15, enviou mails com os elementos de candidaturas – maioria eram Anexos. Nem sequer suspendeu processo e retirou a malfadada geolocalização nos outros que ficaram abertos. Acabou por retirar meses mais tarde quando lançou os PAPN (Janeiro a Abril 2021). E de notar que o argumento (já tínhamos muitas candidaturas) é absolutamente absurdo: critério de mérito não pode ser entrada mais cedo, a não ser em desempate. Na prática houve corte de centenas de concursos sem pré-aviso legalmente obrigatório. Logo, concursos podiam até ter sido impugnados... 7. Se tivessem aberto CO3SOs em mais momentos e, sobretudo, se calendário dos apoios complementares, os PAPN – SI2E, já fosse conhecido, permitia às empresas fazerem candidaturas muito mais ajustadas e coerentes estrategicamente. Assim foi sem orientação, sem saber o que esperar de apoios para os demais investimentos que não os em RH. Compreendemos dificuldades de pandemia, mas no PT2020 só houve calendário de previsão de aberturas nos 2 ou 3 primeiros anos e... nunca foi cumprido! As grandes recomendações: 1. redução da bureau-cracia excessiva NÃO pedindo documentos não necessário na fase candidatura a TODOS os candidatos (absurdo!). Isto seria feito reduzindo documentos pedidos em 90 a 95% e seria sem perda de controlo, e poupando muito trabalho às equipas e técnicos de avaliação, que se focarão na substância e só terão que validar cumprimento documental posteriormente, a projectos mais válidos, e de modo amostral, reduzindo brutalmente cargas e permitindo aprovar mais projectos e ter mais concursos 2. Assegurar sistemas informáticos adequados, intuitivos, funcionais. Sem excessos. E sem complexidade. E visíveis (não as “janelinhas ridículas” que só com binóculos). Tudo menos inclusivos. Salvar o Balcão 2020 para 2021-2027 será uma estupidez sem nome. O sistema QREN (anterior) era mil vezes melhor e, tal como o da AT, permitia trabalhar Offline e só na submissão usar o “online”, não exigindo servidores e larguras de banda gigantes para suportar milhares de utilizadores simultâneos a trabalhar horas a fio “logados”. Aliás o conselho é simples: contratem a mesma equipa de TI do Ministério das Finanças e/ou do INPI. São exemplares a nível internacional. 3. Planifiquem e cumpram calendários de aberturas. Pensamos que era melhor abrir mais concursos, espaçados, e articular instrumentos de modo mais claro (CO3SO, PAPN, etc.) e informar previamente promotores de calendários previstos. Isto permitia, por exemplo, articulação CO3SO e PAPN muito melhorada – promotores saberiam que ia haver PAPN quando se fez CO3SOs! Mas atendendo a pandemia há que ser mais compreensivo mas a verdade é que tal opacidade do calendário de lançamento de concursos no PT2020 é muito negativa para empresas e muito anterior à pandemia. Esperemos se regressar ao modelo de existência de calendário e que seja cumprido (nunca foi e precisamente por isso deixou de existir)		
Prazo muito reduzido desde abertura até encerramento	1	
Prazos demasiados curtos face à exigência da documentação obrigatória.	1	
prazos muito demorados e inexistência de calendário de abertura	1	
Problemas na reunião de documentação.	1	
Revelaram-se alguns atrasos	1	
Ritmo muito lento.	1	
São muito poucos os apoios, muito pouco divulgados e com quase nenhuma frequência	1	
Sempre que se tem conhecimento da abertura de candidaturas, a burocracia a nível de documentação e orçamentos solicitados o tempo de realização e pedido é muito curto. fazendo por vezes com que a candidatura não seja a mais real possível.	1	
Soubemos do concurso pelos consultores. No entanto, só quando efetivamente abriu soubemos se nos era possível candidatar ou não e em que moldes. Os concursos abriram em diversos tempos e prazos, dependente da zona. Deveria ser igual para todos.	1	
tempo reduzido	1	
tempos de resposta bastante longos	1	
Tempos muito curtos para efetuar as candidaturas em tempo útil.	1	
Uma empresa só se pode candidatar ao +coesão se já tirar encerrado a candidatura si2e	1	
a complexidade de alguns projetos e o facto de, como beneficiários, estarmos dependentes de terceiros (ex: orçamentos, etc) para viabilizar a candidatura.		1
A divulgação, a meu ver, carecem de uma maior periodicidade, ou seja deveriam ter dadas fixas e anuais de abertura respeitando sempre essas datas assim como o tempo de resposta de decisão também deveria ser cumprido, atualmente vai muito para a além do definido.		1
A duração dos anúncios é manifestamente curta, fazendo com que muitas vezes o processo seja feito de uma forma pouco sólida e coerente.		1
A realidade bate de frente com os GAL.		1
Aguardei vários meses por decisão		1
Algumas áreas estão abertas durante mais tempo e outras nesse tempo abrem 2 vezes		1
As candidaturas abrem uma vez por ano e muitas vezes sem articulação com outras medidas, pondo em causa a possibilidade de fazer candidaturas que se complementam.		1
Com um concurso cada 1,5 anos, não é fácil gerir investimentos		1
Concorrendo a uma tipologia maioria das vezes não se pode concorrer a outra.		1
Conhecimento da abertura da candidatura e o prazo de submissão da mesma. Falta de divulgação, o que obriga a uma consulta regular.		1
Demasiado tempo		1
DEMORA ENTRE ABERTURAS		1
Descoordenação total		1

	POR	PDR
Deveria de haver mais concursos para a mesma tipologia. Não tenho conhecimento da articulação entre as várias tipologias.o		1
Deveria haver mais programação e articulação		1
Devido a alguma incerteza na abertura, só após a mesma é que se pode solicitar orçamentos, nos casos de necessidade de vários para a mesma despesa é muitas vezes difícil no espaço tempo obter os dados. Depois no caso de projetos mais envolventes e de implementação faseada não haja uma forma de encadeamento dos apoios. Ou uma avaliação global da viabilidade e indexar os montantes de apoio ao longo do tempo que o projeto estipula para a realização das várias fases de investimento, uma análise global e não parcial unidade a unidade.		1
É de fato pouco tempo para reunir toda a documentação solicitada, sobretudo os pedidos de orçamento que não dependem do investidor e muitos já estão determinados em termos de valores na OTE		1
É praticamente a insistência de uma Gal eficaz na região. É só gastar recursos.		1
existe actualmente muita dificuldade em conseguir orçamentos dentro do prazo especialmente se existir construção		1
Falta calendário de previsão de avisos de candidaturas		1
falta de eficácia na resposta às pretensões de quem quer investir		1
Faltam competências para que o GAL possa analisar e apoiar vários projetos que concorrem para os objetivos no mesmo território.		1
Idealmente os concursos estariam abertos em contínuo.		1
Inadequação da medida com o orçamento disponível.		1
Inadequação dos concursos à realidade da vida rural!		1
Inadequado		1
Inadequados e excessivamente burocrático		1
Informação sobre as aberturas das medidas, e os prazos para início das candidaturas ser muito curto		1
Insuficiente		1
Intervalo de tempo insuficiente		2
LANÇAMENTOS MUITO POUCO FREQUENTES		1
Longo período sem abertura de novos anúncios		1
Mais tempo		1
Muitas vezes os prazos entre abertura e fecho são curtos para juntar alguma documentação c.		1
Muito confuso. Pouca informação.		1
Muito demorados e intervalos muito grandes. Quando se quer atingir um objectivo têm que haver uma dinâmica profissional e nestes casos n		1
Muito minuncioso		1
Muitos projectcts tem um encadeamento que nao é possivel fazer tudo numa única candidatura		1
Não abertura de concursos para certas tipologias de operação em que há candidatos interessados na área do GAL		1
Não existe muita divulgação e para quem está a iniciar não é acessível a informação		1
Não reconheço articulação		1
Não são os melhores períodos		1
NÃO SE PERCEBE COM RFACILIDADE OS TEMPOS		1
Nao tenho conhecimento de mais nenhum concurso que apoie ou complemente o em curso e considero que seria necessário este concurso ser complementar com por exemplo apoio a equipamentos solares		1
necessário mais acções de divulgação. Necessário mais frequência de concursos.		1
O início da divulgação é feito praticamente ao mesmo tempo em que abre a candidatura , e depois deixam pouco tempo para a sua preparação e apresentação. Se houvesse um pré-aviso com programação assertiva maior, dava tempo para preparar melhor a candidatura.		1
O Município submeteu a candidatura em prazo e deu início à execução do projecto após a decisão de aprovação da operação.		1
O ritmo de abertura dos concurso é muito lenta, com intervalos de tempo muito grandes. Não há qualquer articulação entre as medidas.		1
o ritmo de lançamento das operações devia ser de ano a ano porque para certas operações por vezes a data do concurso não se reúne todos os critérios e assim no ano seguinte poderia proceder-se a candidatura.		1
O ritmo de lançamento dos concursos por vezes é demorado.		1
o tempo de duração é muito reduzido para conseguirmos apresentar orçamentos e restante documentação em tempo útil		1
o tempo disponibilizado é em geral curto		1
O TEMPO E SEMPRE MUITO ESCASSO		1
Os Avisos de Abertura deveriam estar abertos a tempo inteiro e com plafonds suficientes, durante todo o quadro comunitário		1
Os concursos deveriam ser em contínuo		1
Os concursos para pequenos investimentos estão desfasados da realidade que existe		1
Os prazoa sao na generalidade curtos face a documentacao e labor necessario para a preparacao das candidaturas em especial a orcametacao		1
Os prazos curtos.		1
Os prazos entre a tomada de conhecimento dos concursos e o seu periodo de submissao nem sempre permitem elaborar uma candidatura em condições ideais. Deveria estar aberto em permanência para que os investimentos fossem realizados em função das necessidades e não dos periodos de candidaturas.		1
Os prazos são curtos para tanta burocracia		1
Os processos de decisão dos investimentos exigem maior celeridade		1
Os tempos de duração do aviso é curto , no tempo de pandemia ainda mais devido à falta de resposta de algumas entidades crucias ao projeto.		1
Para os casos em que respondi 3, acho que, de uma forma geral, os prazos que medeiam entre a abertura da candidatura e a sua data limite de submissão deveriam ser mais alargados.		1

	POR	PDR
Para um mesmo serviço prestado ou aquisição de produtos são precisos quatro ou mais documentos. A morosidade nos pedidos de resposta é próprio de um país subdesenvolvido o		1
Poderia ser um pouco mais alargado		1
Por vezes os prazos são curtos		1
Pouca divulgação dos concursos, poucos concursos, não notei articulação com outras operações		1
Pouco tempo entre a abertura e o encerramento		1
Pouco tempo face a necessidade de organização e preparação de dossier		1
Pouco tempo para apresentação das candidaturas		1
Pouco tempo para cumprimento das formalidades		1
Pouco tempo para elaboração das propostas devido à falta de resposta das empresas contratadas.		1
Prazo muito curto entre o anúncio e a própria abertura		1
Prazos curtos		2
Prazos mais alargados menos burocracia		1
Prazos muito curtos de candidatura e de execução.		1
Prazos muito curtos entre abertura e fecho do concurso não permite a adesão de muitos produtores interessados.		1
prazos normalmente curtos, grandes desfazamento de abertura de concurso		1
prazos normalmente curtos, pois o requisitos são muitos		1
Proximidade, disponibilidade, apoio constante desde da implementação até a sua execução como também no encerramento da medida.		1
Referindo-me ao GAL BAIXO OESTE, abriu uma única vez para o aviso Pequenos Investimentos na exploração Agrícola, o que não é aceitável para a dimensão do território que abrange. Por outro lado foi pior ainda o tempo de verificação e resposta das candidaturas.		1
Respostas e Pagamentos muito demorados (atrasadíssimos)		1
Saber/ conhecer/adequar/calcular/decidir e, depois verificar que podia e devia ser diferente.		1
Tempo demasiado curto para preparação de toda documentação necessária, sobretudo nesta fase desde início da Pandemia		1
Tempo normalmente curto.		1
Tendo em conta a burocracia envolvida numa candidatura a um apoio, o tempo necessário para o beneficiário poder juntar toda a documentação pedida, principalmente orçamentos, é, na maioria dos casos, superior àquele que passa entre o conhecimento da abertura do concurso e o término do mesmo. Isto leva a que muitos orçamentos sejam feitos com pressa e erradamente, prejudicando o promotor.		1

Fonte: Inquérito aos beneficiários do DLBC Rural - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1287. Principais dificuldades sentidas no processo de elaboração e de aprovação da Candidatura.

	POR (N=397)		PDR (N=325)		Total (N=722)	
	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos
Não sabe, a candidatura foi elaborada por consultores	127	32,0	99	30,5	226	31,3
Não teve dificuldades	56	14,1	51	15,7	107	14,8
Interpretação da legislação	81	20,4	33	10,2	114	15,8
Aconselhamento técnico insuficiente por parte dos consultores	24	6,0	19	5,8	43	6,0
Aconselhamento técnico insuficiente por parte do GAL	41	10,3	26	8,0	67	9,3
Dificuldade na adequação do projeto às condições de elegibilidade	33	8,3	54	16,6	87	12,0
Requisitos formais e burocracia para a instrução da candidatura	138	34,8	118	36,3	256	35,5
Dificuldade em obter financiamento para a parte não comparticipada	26	6,5	27	8,3	53	7,3
Cumprimento de requisitos técnicos/administrativos (pareceres, licenciamentos,...)	56	14,1	87	26,8	143	19,8
Prazo de resposta a pedidos de esclarecimento	64	16,1	38	11,7	102	14,1
Prazos de decisão	126	31,7	72	22,2	198	27,4
Outra	12	3,0	13	4,0	25	3,5

Fonte: Inquérito aos beneficiários do DLBC Rural - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1288. Outros, quais:

	POR	PDR
Dificuldade/complexidade na utilização da plataforma Balcão 2020 pouco intuitiva	4	
Há regras totalmente inadequadas à realidade (no CO3SO então, perante mercado de trabalho com desemprego residual a situação de inadequação é gritante); Há excesso de burocracia e pedidos de documentos na fase da submissão - documentos que não são necessários para avaliação de substância deveria ser solicitados só a promotores e projectos interessantes para o país e região na sua substância, reduzindo tempo de análise, facilitando trabalho a avaliadores e promotores; Há prazos com duplicidade de padrão - meses ou mesmo mais de um ano para decisões públicas mas que um dia, mal enviam mail ou notificação, dão aos promotores 2, 5 ou 10 dias - nem sempre úteis - para promotores responderem! Não é razoável. E pior é e foi sistema de submissão, terrível e que, para mais, crashou...	1	
Acho que o A2s e POR lisboa foram muito rápidos para esclarecer os questões.	1	
Assinatura digital não aceite	1	
Dificuldade em aceder à preços de referência.	1	
Exclusões ao projeto	1	
Falta de formação por alguns técnicos nas análises	1	
Falta de normativos, FAQs, etc	1	

	POR	PDR
Foi nos sempre dito pela DLBC e GAL que o ENI seria elegível, ao final de um ano dizem que não e elegível e o ENI não vai receber o valor correspondente ao ser ordenado	1	
Grandes dificuldades na comunicação online. Tudo se passava online, sem acompanhamento pessoal.	1	
Ligar constantemente para o GAL e nunca atenderem o telefone	1	
O processo é bastante complicado e moroso. Houve vários erros na minha candidatura por parte do consultor e informação errada dada por parte do GAL onde não poderei obter o máximo de retorno do programa	1	
Opacidade Regras alteradas durante a vigência do processo.	1	
PRAZOS ENTRE SUBMISSÃO E A ANÁLISE FINAL MUITO LONGO	1	
Processos extremamente burocráticos para candidaturas de valores reduzidos.	1	
Sim, há regras inadequadas à realidade (no CO3SO então, perante mercado de trabalho com desemprego residual a situação de inadequação é gritante); sim há excesso de burocracia e pedidos de documentos na fase da submissão - documentos que não são necessários para avaliação de substância deveria ser solicitados só a promotores e projectos interessantes para o país e região na sua substância, reduzindo tempo de análise, facilitando trabalho a avaliadores e promotores; prazos com duplicidade - meses ou mesmo um ano para decisores, mas 2, 5 ou 10 dias úteis para promotores. Não é razoável. E pior o sistema de submissão, terrível e que, para mais, crashou...	1	
A plataforma informática é de acesso muito pouco intuitivo.		1
Arranjem valores de custos médios para a as operações, chega de escrutínio tipo comunista, simplifiquem porra !		1
CCDR		1
Conseguir orçamentos.		1
Diferimento a de terceiros, nomeadamente a entidades públicas (transf. Na DGEG) que que pensar se vale a pena candidatar-se a algo, só aí já quanto mais outras entidades locais que para revestir paredes(isolar humidades) obrigam a alvarás e contas na ordem de 1.000€ directos ou mais		1
Gabinete do turismo do município		1
Imposições administrativas disparatadas do ifap		1
Incapacidade técnica de análise.		1
Interpretação redutora afastada da realidade do consultor em face da operação concreta.		1
no caso de um projecto a que concorri era previsto ser dada resposta ao fim de 2 meses e só foi dada passados 2 anos e 2 meses. muito mau.		1
Os concursos não dispõem de verba para aprovação, ou os projectos candidatos são muitos.		1
Os pedidos de pareceres as entidades externas como DRAP ou ICNF são muito burocráticos e demorados.		1
Parcialidade do GAL		1
Parecer emitido na audiência de interessados inadequado		1
Redução do elegível		1
suporte informático da candidatura		1

Fonte: Inquérito aos beneficiários do DLBC Rural - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1289. Descreva as dificuldades sentidas

	POR	PDR
A plataforma Balcão 2020 é pouco prática e intuitiva	2	
Prazos de decisão FOI SUPERIOR A 12 MESES	1	
A candidatura veio recusada inicialmente (1.6 em 5.0 e que 1.0 é o mínimo, uma nota a roçar o péssimo). A Adriminho não via razões para alterar Parecer, mas acabou por, humildemente, e rapidamente, alterar mais do que duplicando nota. Meritório. MAS depois... (ver questões seguintes). E, no geral, além regras inadequadas à realidade, do gritante excesso de burocracia e pedidos de documentos na fase da submissão e do duplo padrão (entes públicos não cumprem nem prazos nem normas que criam mas eliminam promotores por minudências ousegundos ou... porque deixam sistema crashar! Neste CO3SO isso foi o pior: o sistema de submissão, terrível e que, para mais, crashou a 15 Setembro 2020 impedindo submissão candidaturas. Estado não assumiu e não abriu novo prazo, excluindo centenas de projectos. Lamentável. Pior ainda é a razão, fácil de compreender: a inútil obrigação de geolocalização no mapa ligado ao do INE sobrecarregou o sistema. Isto quando promotores já tinham que meter morada e código postal (e portanto era fácil e até automático às CCDRs, CIMs e GALs saberem se projectos eram ou não elegíveis - daí a estupidez de ter geolocalização que já se sabe que é pesada e, quando centenas de empresas estão online deu no que deu, sobrecarga e sistema crashado). Lamentável atitude do Estado que não reabriu, nem que fosse por um dia as candidaturas nesses territórios com argumento que tinha candidaturas qb. Menos mau: sistema PAPN já não pedia essa geolocalização online.	1	
A candidatura é demasiadamente burocrática e exige conhecimentos específicos que só as entidades têm conhecimento para tal.	1	
A candidatura foi submetida por consultor.	1	
A candidatura foi tratada pelos nossos consultores em conjunto connosco. O GAL foi muito prestável, disponível e assertivo nos esclarecimentos que tivemos necessidade.	1	
A CGD sinalizou que faria uma avaliação para a concessão de crédito, e mesmo com o projeto aprovado e já ocorrido o primeiro reembolso, seque deu retorno, mesmo com vários contatos telefónicos e e-mails. Outro fator é a necessidade de apresentação de licença junto ao órgão municipal, uma vez que uma startup que busca sua expansão fica difícil possuir todas as licenças sem ter a garantia que o projeto será aprovado.	1	
A comunicação das necessidades burocráticas, a sua clareza e o modo como devem ser entregues não são suficientemente explícitas. Sucede que a mesma informação muitas vezes é entregue sob vários formatos, obrigatórios, quando a mesma já existe na candidatura.	1	
A data limite para entregar a documentação foi até finais de Julho e não encontrei nenhum restaurante em Vila Pouca de Aguiar que estivesse para arrendar, obrigando-me a procurar um espaço para o transformar em restaurante, e foi aí que senti imensas dificuldades, desde encontrar um espaço licenciado par serviços, praticamente as lojas todas de vila Pouca de Aguiar estão licenciadas apenas para comércio, senti também dificuldades em encontrar alguém que fizesse pequenas obras, colocar uns	1	

	POR	PDR
azulejos, os empreiteiros querem grandes empreitadas e recusam estes biscatos, quem me equipou a cozinha do restaurante aconselhou-me a ter luz trifásica, contatei o electricista para fazer a instalação da luz, e demorou aproximadamente 2 meses ou mais a tentar colocar luz trifásica, frequentemente deslocava-me à EDP de Vila Real para me meterem a tal luz trifásica, e o técnico o electricista não foi capaz de colocar no meu espaço a luz trifásica, dizendo que ocorreu um erro na EDP, a qualificação dos técnicos neste caso do electricista que podia-me aconselhar que a luz monofásica era o suficiente, depois de eu explicar que queria abrir o estabelecimento com muita urgência, e fez-me "perder" dois meses ou mais e fiquei à mesma com luz monofásica, e encontrar uma pessoa que queira trabalhar, entrevistei 25 pessoas do centro de emprego, e apenas uma é que queria trabalhar, mas acabei por recusar a oferta dizendo-me que tem a casa penhorada e quer trabalhar ao negro para não ter que pagar ao banco, o resto dos entrevistados, queriam que eu preenchesse a carta do centro de emprego, com "desculpas" tais como sou doente não posso trabalhar, ou não tenho transporte, não tenho qualquer experiência na restauração e imploravam-me para eu assinar a carta do centro de emprego para não perderem os apoios. Senti muita falta de técnicos como canalizadores, pessoas que façam pequenos biscatos nas obras, electricistas bem qualificados e que informem as pessoas corretamente, em Vila Pouca de Aguiar eu só encontrei um electricista apesar de ser boa pessoa, demorou muito tempo com a instalação da luz e colocar a tal luz trifásica que apesar de dois meses perdidos (processos da EDP muito demorados) deu erro. No centro de emprego as pessoas estão a receber apoios e recusam a oferta. As pessoas preferem trabalhar ao "negro" e receberem os apoios do que terem um trabalho legal. Recusam trabalhar na restauração		
A documentação dos licenciamentos é difícil, em certos casos, de obter e podem invalidar a candidatura.	1	
A espera pelos resultados e a espera pelo apoio financeiro é muito longa. Isso dificulta o processo de construção do projecto para quem já tem uma situação financeira precária	1	
A informação referente ao apoio devia ser divulgada com mais antecedência de forma a uma melhor preparação e só depois serem lançados os períodos de candidatura	1	
A instrução da candidatura foi confusa com dois avisos praticamente idênticos, que levam a possíveis erros na submissão da mesma e sem hipóteses de correção.	1	
A interpretação das leis e elaboração da candidatura foram difíceis, mas felizmente sempre tive apoio telefónico por parte da GAL e apoio presencial no momento de finalizar a candidatura.	1	
A legislação não está clara. Os avisos são de muito difícil interpretação por parte de um candidato. A linguagem não é clara para quem pode e não candidatar-se, sendo que também não existe uma pessoa de referência que possa acompanhar e ajudar ao longo de todo o processo. Tive muitas dificuldades saber a quem recorrer após a aprovação.	1	
A maior dificuldade é nas dúvidas que existe, relativo à legislação, demora demasiado tempo em obter uma resposta concreta e por vezes, até diferem.	1	
A maior dificuldade foi o tempo de aprovação, onde os orçamentos entregues quando aprovados em candidatura já não correspondem à realidade, tendo muito investimento externo suportado pelo promotor.	1	
A pior: sistema crashou a 15 Setembro 2020 impedindo submissão candidaturas. Estado não assumiu e não abriu novo prazo, excluindo centenas de projectos. Lamentável. Pior ainda é a razão, fácil de compreender: a inútil obrigação de geolocalização no mapa ligado ao do INE sobrecarregou o sistema. Isto quando promotores já tinham que meter morada e código postal (e portanto era fácil e até automático às CCDRs, CIMs e GALs saberem se projectos eram ou não elegíveis - daí a estupidez de ter geolocalização que já se sabe que é pesada e, quando centenas de empresas estão online deu no que deu, sobrecarga e sistema crashado. Lamentável atitude do Estado que não reabriu, nem que fosse por um dia as candidaturas nesses territórios com argumento que tinha candidaturas qb. Menos mau: sistema PAPN já não pedia essa geolocalização online.	1	
A publicação na comunicação social fora muito em cima do prazo de entrega. O apoio fora demorado e difícil. Contudo foram prestáveis e ajudaram. Houve por vezes necessidade de termos de dirigir-nos à CCDR porque o +Co3So não é uma candidatura standard que estejam habituados (vs FEDER).	1	
Alguns problemas no preenchimento dos modelos da candidatura	1	
as candidaturas exigem textos repetitivos para justificação dos projetos	1	
As principais dificuldades sentidas foram na especificação dos pedidos de pagamentos para o caso da forma jurídica de empresário em nome individual.	1	
Atendendo à tipologia, as decisões demoraram demasiado tempo	1	
Burocracia e interpretação da legislação	1	
Burocracia e lentidão	1	
Burocracia na instrução da candidatura e pedidos de pagamentos complexos.	1	
Compilação de documentos.	1	
Cortes no orçamento dentro das rubricas descabidas, prazos fora de qualquer sustentabilidade financeira	1	
Critérios e objetivos conflitantes e difusos a hora de preparar a documentação.	1	
Cumprimento de prazos	1	
Custos não elegíveis	1	
data da decisão vs data de início do projeto sem flexibilidade, sendo muito apertado	1	
Demasiada burocracia, falta de comunicação entre a Gal e a direção regional (não faz sentido ter praticamente de duplicar toda a informação que já consta na candidatura para poder fazer um pedido de reembolso), falta de conhecimento do enquadramento legal de uma ENI (pediam documentos que uma empresa em nome individual não tem).	1	
demasiada informação atendendo ao tipo de entidade, dificuldade de interpretação de alguns pontos.	1	
Demasiado tempo para obter um parecer, influenciando a data de recrutamento do colaborador.	1	
DEMORA NA DECISÃO	1	
Desde a submissão à aprovação passaram cerca de 6 meses. Devido a esse atraso, quase que não nos era possível usufruir dos 24 meses do projeto.	1	
Destaco: prazo de decisão bastante moroso e completamente desajustado da realidade empresarial de operacionalização dos investimentos.	1	
Dificuldade em reunir informação técnica.	1	

	POR	PDR
Dificuldade em todo o processo	1	
Dificuldade na execução do projeto	1	
Dificuldade nos reembolsos	1	
Dificuldades na adequação das respostas aos pontos indicados que teriam de ser cumpridos; dificuldade da plataforma; falta de apoio informático; Dificuldade em reduzir a descrição do projecto para os caracteres exigidos;	1	
Dificuldades no esclarecimentos de questões concretas. Conseguir-se facilmente chegar à fala com os técnicos mas, muitas vezes, não têm resposta para nos dar.	1	
É difícil aprovar uma candidatura quando existem procedimentos não acessíveis aos candidatos e as regras mudam durante entre a submissão e a análise.	1	
É necessário ler sempre muito bem a legislação, há muitos detalhes a ter em conta. Sem a ajuda dos técnicos que recebem as candidaturas (para ajudar a perceber e "traduzir" os requisitos) não teria sido possível fazer uma candidatura correta em tempo útil.	1	
elaborada por consultora, mas enta sempre em colaboração comigo	1	
Elevado tempo de resposta dos técnicos responsáveis pelo acompanhamento dos projetos.	1	
Em algumas situações, os prazos de decisão, são muito alargados	1	
Enorme atraso nos pagamentos por parte dos GAL	1	
Espaço temporal entre o pedido de reembolso e o reembolso efetivo. Processo demasiado burocrático.	1	
Estivemos com dois avisos com a GAL. No primeiro - SI2E a resposta veio passado mais de 9 meses depois do prazo indicado no aviso. Concorremos também ao +COESO e a comunicação com a GAL é praticamente impossível e sempre que conseguimos falar, as respostas eram evasivas sem grandes esclarecimentos e dadas de forma arrogante.	1	
Excesso de burocracia e linguagem pouco clara	1	
Exigência de muitos documentos, de muitos pareceres e licenciamentos. Tratam o país como um todo quando na realidade cada região tem as suas especificidades. O PDR 2020 tem uma política a CCDR tem outra distinta o que confunde demasiado os beneficiários dos projetos, causando descrédito e desconfiança..	1	
Existe uma carga burocrática e administrativa excessiva nos processos de construção das candidaturas.	1	
Falhas de comunicação	1	
falta de apoio, falta de respostas, demasiado tempo á espera que o processo ande e de receber o respectivo dinheiro!	1	
Falta de informação e clareza	1	
Informação pouco clara quanto à execução de projetos de ENI, sendo que depois de iniciada a execução desmentiram toda a informação prestada via telefone	1	
Informaco incorrecta, mudança de regras a meio do operacionalização, demasiado tempo de operacionalização	1	
Inicialmente o prazo de decisão era de 45 dias e demorou cerca de 6 meses mais 5 meses para aprovação	1	
Interpretação das questões colocadas e de siglas utilizadas	1	
Interpretar a legislação e saber se nas nossas características específicas nos podemos candidatar. Pedir pareceres a algumas entidades e não haver respostas claras.	1	
Legislação e artigos	1	
legislação subjectiva, interpretações das entidades gestoras completamente a vulso sem sustentação legal e sem divulgação ao público, exigência de documentos com origem em entidades públicas (por vezes a mesma entidade que tem a candidatura), incumprimento sistemático e permanente dos prazos para análise e decisão das candidaturas	1	
Maioritariamente relacionadas com os consultores	1	
Muita burocracia.	1	
Muita legislação avulsa e uma plataforma informática muito complexa.	1	
Muito burocracia,	1	
Muito pouco apoio das entidades centrais, que deveriam dar suporte às GAL	1	
Muito Tempo para a aprovação da candidatura.	1	
Não é possível fazer candidaturas sem recurso a consultores	1	
nao entendemos nada	1	
Não existe um guia de apoio à inserção dos dados na plataforma do balcão2020	1	
Não sabe, a candidatura foi elaborada por consultores	1	
Não se consegue cobrar os valores aprovados e previstos, aparetemente por falta de técnicos para analisar os pedidos.	1	
Não tive dificuldades na altura da candidatura e até a aprovação. Nas agora tenho tido demora na análise dos pedidos de reembolso uma vez que já submeti o PR a 21 de Setembro e até à data apenas se encontra como submetido, não recebi qualquer contacto da entidade que se encontra a analisar.	1	
Necessidade de muitos documentos sem que eles façam sentido para a tomada de decisão.	1	
Nenhuma	1	
O instituto do emprego e formação profissional sempre que foi necessário algum documento ou declaração é lento e de difícil acesso e a comunicação não é acertiva	1	
O processo é bastante complicado e moroso. Houve vários erros na minha candidatura por parte do consultor e informação errada dada por parte do GAL onde não poderei obter o máximo de retorno do programa. Foi um processo muito stressante, moroso e com informação técnica muito complicada. Deveria ser muito mais fácil a aplicação destes fundos para que fosse mais abrangente	1	
O projeto + coeso teve no meu caso, um ano para ser aprovado, com dotação orçamental. Um ano em que a empresa esteve a suportar o investimento previsto em candidatura.	1	
O projeto foi aprovado muito tardiamente. O processo de início do projeto e pedidos de reembolso é muito burocrático.	1	
O site não era funcional e não permitia opções que os regulamentos permitiam, o que nos obrigou a incluir respostas fora do pretendido e fora do que os regulamentos previam.	1	
O tempo de espera. Abertura do Aviso e a aprovação de candidaturas.	1	

	POR	PDR
O tempo desde o início do projeto ao reembolso das despesas é muito longo. Isso fez com que os prazos previstos para execução do projeto se estendessem muito mais e que alguma da verba reservada para aquele investimento tivesse que ser canalizada para outros objetivos.	1	
Operacionalidade do portal — absolutamente deficiente, anacrónica, inimiga do utilizador. De resto, saliento a enorme colaboração da Técnica Superior Margarida Patriarca na resolução de muitas dificuldades.	1	
Os Consultores da AIP cometeram um erro no preenchimento do formulário da Candidatura no Vencimento Base Mensal de um dos postos de trabalho e tivemos muitos problemas na contratação e posteriormente no Pedido de Alteração da Candidatura.	1	
Os GAL não estão articulados com as CCDR e delegam uns nos outros a responsabilidade na maior parte dos esclarecimentos. São muito reservados nos esclarecimentos, não apostando na filtragem de projetos e em conteúdos didáticos. O facto de não terem autonomia pode ser um entrave. Na análise, demoram muitas semanas em interações com as CCDR, e estão muitas vezes em desacordo com cortes nos investimentos, protelando o prazo de decisão.	1	
Os pedidos de reembolso são pouco práticos. Os comprovativos de pagamento de salário, TSU e IRS já vão com os documentos solicitados, nesse sentido não se entende o pedido de extratos bancários da empresa.	1	
Os prazos de aprovação	1	
Os prazos entre a submissão da candidatura e eventuais respostas de estado e/ou aprovação vão muito para além do aceitável. Quando existem decisões pendentes, o estrago causado na operacionalização de uma empresa/sociedade é colossal. As respostas são tão escassas, por parte dos meios de contacto disponíveis, que quando da aprovação já cai na forma de 'surpresa', não permitindo adequar a operacionalização aos critérios propostos.	1	
Para além do pouco esclarecimento técnico e burocrático por parte das entidades competentes, o pior foi o atraso na saída dos resultados da aprovação do projeto, que foi um atraso de cerca de 5 meses.	1	
plataforma e reembolsos, mas estamos a habituar.	1	
Pouca informação, dispersa e de difícil acesso para quem não tem formação na área. Os prazos de decisão foram muito longos tornando a execução mais complicada	1	
prazo de decisão extremamente demorado	1	
prazo de resposta	1	
Prazo de tomada de decisão foi elevadíssimo e posterior ao início da data de início de projecto. Também os prazos de pagamento dos apoios são muito dilatações de caixa a todo o projeto.	1	
Prazos curtos para submeter, prazos enormes para decidir	1	
prazos de decisão exageradamente prolongados	1	
prazos de decisão muito longos	1	
Prazos diminutos para responder a tempo. Tendo em conta a resposta das entidades como, finanças, INRE, etc	1	
Principalmente a burocracia exigida	1	
processo muito difícil e pouco intuitivo	1	
Processo muito moroso desde a submissão até à aprovação	1	
Sendo uma micro Empresa com poucos recursos, é a demora em receber os pagamentos dos valores já gastos por nós Empresa, seja nos Equipamentos ou nos meses de Salários que tivemos que pagar numa altura que o Covid19 veio aumentar ainda mais o nosso esforço financeiro, numa Empresa que abriu em 2020, hoje dia 30 de Dezembro de 2021 ainda só se recebeu quase 7 mil euros referente a 2020, quando demos entrada de um pedido a 29 de Setembro de 2021 de 27.000 euros referente aos meses de Janeiro a Julho, vamos fechar o Ano sem receber este valor, nem adiantamento pelo atraso na verificação dos processos que nos pareceu ser por falta de meios humanos para os concluírem no tempo programado pelos projectos.	1	
Técnicos sem preparação (CCDR). Os do GAL estão bem preparados.	1	
Tempo decorrido entre submissão de candidatura e decisão. Tempo decorrido na análise e decisão de pedidos de pagamento.	1	
Todas as dúvidas que tive foram esclarecidas de imediato por parte da ADIBER.	1	
Todo o processo devia ser mais simples e sobretudo devia existir mais apoio às candidaturas	1	
A demora entre a submissão e a aprovação da candidatura		1
A informação obtida junto das entidades, não é objetiva para que o promotor do projecto possa tomar as melhores decisões.		1
A maior dificuldade que tivemos ao realizar a candidatura é a obtenção da licença dos recursos hídricos.		1
A pandemia dificulta a execução das ações		1
A postura técnica não acompanha as necessidades dos investidores. Parece existirem barreiras e entraves e criarem-se dificuldades		1
Adequação da candidatura aos objetivos e tipologias a concurso e aos documentos exigidos, que nem sempre se adaptam à entidade beneficiária tendo em conta as suas competências. Refiro-me por exemplo ao documento de reconhecimento de interesse para as populações, quando o beneficiário da candidatura é a própria autarquia local e o projeto se enquadra dentro das suas competências sem interferência ou aprovação de entidades externas.		1
Adiantamentos sucessivos não permitiram candidaturas nos candidatos a jovens agricultores, Uma vergonha ...		1
Alguma burocracia		1
Alguma burocracia na documentação exigida e a dificuldade em conseguir financiamento para a parte não comparticipada.		1
Apoio reconfigurado só porque num caso muito subjetivo (realização de um furo) os três orçamentos não possuíam o mesmo valor de potencia da bomba... o que necessitava era entre 25 a 30cv acabaram por considerar apoio a apenas 4cv...		1
Apos aprovação do projecto condicionado a um parecer favorável da CCDR, e depois de entregar tudo o que foi solicitado estou à espera do parecer à mais de 12 meses		1
As acima enumeradas		1
As decisões são muito demoradas para as necessidades dos investimentos. Se o produtor está à espera da abertura do concurso para fazer um investimento que necessita e ainda espera mais de meio ano pela decisão, por vezes já teve que fazer o investimento e desiste do concurso.		1
As dificuldades sentidas foram as que estão sinalizadas, pouco apoio por parte do GAL, todo o processo é excessivamente burocratizado e as decisões tardam em chegar.		1

	POR	PDR
As dificuldades sentidas vieram a revelar-se mais tarde aquando do meu pedido de pagamento apresentado em 16/11/2017 e até hoje formal e oficialmente ainda não me responderam, apesar de ter sido convidado a participar nos termos do CPA.		1
Burocracia documental Diversa, que só representa custos e não produtividade.		1
Burocracia em excesso e desconfiança do promotor		1
burocracia exigida de documentos em duplicado e outros		1
burocracia sem utilidade. Decisões tardias e ajudas insignificantes		1
Burocracias desfasadas dos fundamentos das candidaturas. Análise Técnica fundamentada apenas na lei e nos regulamentos e afastada da realidade agrícola. . Prazos de decisão habitualmente muito longos.		1
Candidatura aprovada em 2017 mas sem financiamento por o cabimento financeiro pelo GAL ser insuficiente		1
Decisão e apoio		1
Demasiada burocracia e pouca/nenhuma disponibilidade para alterações em fase de execução		1
Demasiada burocracia, demasiadas informações "pessoais",		1
Demasiado tempo nas respostas de aprovação ou não aprovação		1
demasiados requisitos legais a cumprir, muitos +pareceres a solicitar, se considerarmos taxas e licenças as candidaturas deixam de ter interesse		2
Desde o primeiro momento em que a candidatura é submetida até à sua aprovação decorre bastante tempo; requisitos burocráticos para a implementação dos projetos que presumo demoverem outros interessado neste tipo de ajuda. Pessoalmente se soubesse que todo o processo iria requerer tantos requisitos teria provavelmente não concorrido. Creio que não respondem, na totalidade, às necessidades dos agricultores e muitos vezes acabam por ser um entrave a uma mais rápida implementação.		1
Devia de haver mais cursos específicos para cada medida e não só geral		1
Dificuldade de comunicação com o GAL		1
Dificuldade em obter dados, para efetuar os estudos solicitados		1
Dificuldade em obter esclarecimentos junto do GAL, exco de burcracia, pareceres		1
Dificuldade em obter licença da câmara		1
Dificuldade em obter os documentos exigidos mesmo após a aprovação do projeto.		1
É tudo muito burocrático e acima de tudo redundante.		1
Entre a submissão e a aprovação demorou tanto que pensei que o projeto não iria ser sequer analisado		1
Falta de preparação dos técnicos dos GAL		1
Foram recusadas ou reduzidas verbas em rubricas essenciais para o projeto		1
Foram solicitadas pareceres/autorizações junto com o pedido final. O projeto estava concluído pelo que estas exigências deveriam ter tido lugar numa fase inicial ou listagem de requisitos		1
Inadequação da medida com o orçamento disponível.		1
interpretação de algumas OTE		1
Interpretações divergentes nos critérios de elegibilidade dos investimentos.		1
Já as indiquei atrás. Tenho 10 has para florestar mas estou desmotivado. É por isso que Portugal caminha para a cauda da Europa Já fomos ultrapassados pelos países bálticos A carga fiscal cada vez é mais elevada, eu quase 60%do meu rendimento disponível para onde o meu dinheiro para empresas insolventes omeutvezs		1
Já estão descritas no 4		1
MUITA BUROCRACIA		1
Muita burocracia em todas as fases da candidatura.		1
Muita burocracia, desfasamento da realidade		1
Muitas demoras e demasiadas exigências		1
Muito demora na avaliação das candidaturas e pagamento		1
Muito tempo para saber da decisão		1
Muitos dos esclarecimentos à candidatura são muito apertados.		1
Na apresentação de documentos para pagamento é muito exigente.		1
Não foram nenhuma		1
No processo de candidatura tivemos sempre o apoio necessário por parte do GAL.		1
O prazo de entrega foi muito curto		1
O prazo de juntar a documentação necessária		1
O processo é muito moroso, desde o momento da submissão ate a aprovação do projecto. Alem disso as rubricas e limiares de financiamento estão desadequados em relação aos preços de mercado (por exemplo custo de trabalhos com maquinas, compra de reservatórios e outros) e não se atende a especificidade de zonas mais desfavorecidas uma vez que os limiares são iguais para todo o pais quando se sabe que as condições de trabalhar um terreno no alentejo são completamente diferentes das do Algarve ou outras zonas.		1
O tempo de aprovação dos projectos é demasiado grande, a burocracia e às vezes chega ao pormenor dos documentos, uma vez reprovaram-me um projecto porque o documento do REAP, esteve sem validade durante 3-4 meses, durante o processo de renovação.		1
O tempo de aprovação origina alteração de orçamento		1
Obter documentos solicitados no prazo devido.		1
Orçamentos a triplicar; polígonos nos parcelários.		1
Os critérios de controlo não fazem sentido, são um absurdo. O Bill Cliton disse ao assessor que não se calava; é a economia que manda estúpido		1
Os pedidos de pareceres as entidades externas como DRAP ou ICNF são muito burocráticos e demorados. E legislação desadequada com as zonas de intervenção.		1

	POR	PDR
Os prazos de decisão são muito longos o que faz em alguns casos, caducar os orçamentos ou mesmo estes já estarem ultrapassados		1
Os processos têm que ser mais rápidos, para se tomarem decisões		1
Para obtenção de propostas dos fornecedores o tempo é curto		1
Parcelário		1
Passaram-se quase 18 meses entre a candidatura e aprovação!!! O valor do "custo de construção" por M2 é menos de 50% do real... - por isso nunca seria "adequado".		1
Pedia orçamentos a fornecedores e estes demoravam a entregar ou simplesmente "esqueciam"...		1
Pedidos de 3 orçamentos para com tectos definidos.		1
plataforma complexa e nada intuitiva		1
Por culpado do consultor e o facto de não solicitarem as alterações conjuntamente		1
Por um lado, os valores limite de investimento foram insuficientes para as reais necessidades de investimento a executar. Por outro lado, o prazo da decisão, que ultrapassou a data prevista de início da candidatura.		1
Por vezes dependemos de licenciamentos e de prazos, que as próprias entidades estatais que os emitem nem sempre cumprem com prazos.		1
por vezes o tempo de decisão é muito prolongado e são pedidos muitos esclarecimentos sobre temas que o promotor não consegue ter uma resposta clara antes de iniciar o projecto propriamente dito. Existem várias situações alheias ao promotor que, na realidade da execução do projecto, se revelam muito diferentes daquilo que foi planeado.		1
Por vezes são precisas certos investimentos que iriam facilitar o dia a dia na execução dos trabalhos e aumentar o rendimento e por si só esses investimentos não são elegíveis, e para fazer mais investimento para que seja elegível por vezes não á capital.		1
Pouco tempo e muita burocracia		1
Pouco tempo para a preparação da candidatura; dificuldade de obter informação assertiva para o pedido de pareceres; um prazo de decisão excessivamente alargado que desatualiza as propostas dos fornecedores e o cumprimento das condições propostas		1
Processo muito burocrático com recurso a uma plataforma informática com instruções insuficientes, criando dificuldades de preenchimento. Mas o mais substancial prende-se com o desfasamento entre os montantes considerados elegíveis e os custos reais, bem como itens não participados mas que são essenciais ao projeto, o que faz com que seja muito difícil executar o projeto, por exigir o recurso a muito financiamento extra.		1
Processos burocráticos complexos.		1
Recorrer a Câmaras, REN, RAN para emissão de pareceres quando os investimentos não determinam um acção relevante destas entidades só atrasam o processo e inviabilizam os mesmos. Exemplo: se um investimento não está localizado em RAN não faz sentido ter que recorrer ao parecer do mesmo (com custos associados) para o parecer vir referir posteriormente que a RAN não se pronuncia uma vez que o investimento não se localiza em RAN		1
Redução do apoio, ao limite da inviabilidade e desistência, por decisão fundamentada em desconhecimento no terreno, sobrepondo o aspeto formal ao operacional.		1
Reduzido Número de pedidos de pagamento permitidos (5 no máximo) o que obriga a enormes esforços financeiros para projeto de valor considerável		1
requisitos formais burocracia e prazos e financiamento		1
Requisitos solicitados e pouca capacidade na resposta a esclarecimentos		1
tem sido um bons instrumentos de poio os GALs		1
Tempo excessivo para o pagamento das despesas elegíveis		1
Tudo demasiado complexo e exigente. A burocracia atinge níveis absurdos perante as reduzidas probabilidades de aprovação da candidatura, dado os plafonds definidos e os critério da VGO.		1
Um pouco difícil também derivado a pademia		1

Fonte: Inquérito aos beneficiários do DLBC Rural - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1290. Contactou o GAL na fase de elaboração da candidatura?

	POR		PDR		Total	
	N	%	N	%	N	%
Sim	255	63,4	168	52,3	423	58,5
Não	147	36,6	153	47,7	300	41,5
Total	402	100,0	321	100,0	723	100,0

Fonte: Inquérito aos beneficiários do DLBC Rural - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1291. Se contactou o GAL na fase de preparação da candidatura, como avalia o apoio prestado relativamente às seguintes dimensões? (Escala 1- Nulo a 6 Elevado o apoio prestado pelo GAL?)

	1 - Nulo		2		3		4		5		6 - Elevado		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Utilidade do apoio prestado	19	4,2	21	4,6	35	7,7	82	18,0	134	29,4	165	36,2	456	100,0
Clareza do apoio prestado	19	4,1	24	5,2	43	9,4	82	17,9	131	28,5	160	34,9	459	100,0
Contributo do apoio para aumentar a qualidade da candidatura	30	6,5	22	4,8	42	9,1	76	16,5	147	31,8	145	31,4	462	100,0

Fonte: Inquérito aos beneficiários do DLBC Rural - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1292. Se contactou o GAL na fase de preparação da candidatura, como avalia o apoio prestado relativamente às seguintes dimensões? (Escala 1- Nulo a 6 Elevado o apoio prestado pelo GAL (POR)?)

	1 - Nulo		2		3		4		5		6 - Elevado		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Utilidade do apoio prestado	7	2,6	13	4,8	26	9,6	49	18,1	76	28,0	100	36,9	271	100,0
Clareza do apoio prestado	8	2,9	15	5,5	31	11,4	50	18,3	73	26,7	96	35,2	273	100,0
Contributo do apoio para aumentar a qualidade da candidatura	13	4,8	14	5,1	31	11,4	48	17,6	80	29,4	86	31,6	272	100,0

Fonte: Inquérito aos beneficiários do DLBC Rural - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1293. Se contactou o GAL na fase de preparação da candidatura, como avalia o apoio prestado relativamente às seguintes dimensões? (Escala 1- Nulo a 6 Elevado o apoio prestado pelo GAL (PDR)?

	1 - Nulo		2		3		4		5		6 - Elevado		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Utilidade do apoio prestado	12	6,5	8	4,3	9	4,9	33	17,8	58	31,4	65	35,1	185	100,0
Clareza do apoio prestado	11	5,9	9	4,8	12	6,5	32	17,2	58	31,2	64	34,4	186	100,0
Contributo do apoio para aumentar a qualidade da candidatura	17	8,9	8	4,2	11	5,8	28	14,7	67	35,3	59	31,1	190	100,0

Fonte: Inquérito aos beneficiários do DLBC Rural - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1294. Média Se contactou o GAL na fase de preparação da candidatura, como avalia o apoio prestado relativamente às seguintes dimensões? (Escala 1- Nulo a 6 Elevado)?

	POR	PDR	Total
	Média	Média	Média
Utilidade do apoio prestado	4,75	4,69	4,72
Clareza do apoio prestado	4,66	4,66	4,66
Contributo do apoio para aumentar a qualidade da candidatura	4,57	4,56	4,56

Fonte: Inquérito aos beneficiários do DLBC Rural - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1295. Principais dificuldades que existiram no contacto com o GAL na fase de Candidatura

	POR (N=324)		PDR (N=233)		Total (N=557)	
	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos
Não existiram dificuldades	216	66,7	181	77,7	397	71,3
Dificuldade de contacto telefónico	40	12,3	12	5,2	52	9,3
Ausência/demora de resposta a emails	32	9,9	11	4,7	43	7,7
Dificuldade/impossibilidade de atendimento presencial	24	7,4	10	4,3	34	6,1
Demora nos esclarecimentos	26	8,0	17	7,3	43	7,7
Esclarecimentos pouco claros	48	14,8	25	10,7	73	13,1
Falta de capacidade técnica para responder às questões colocadas	22	6,8	16	6,9	38	6,8
Outras	13	4,0	6	2,6	19	3,4

Fonte: Inquérito aos beneficiários do DLBC Rural - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 1296. Outros, quais:

	POR	PDR
Acabamos por desistir de telefonema com este GAL. MAS responsabilidade partilhada: só ligamos dia 14.Set.2020 (candidaturas fecharam a 15.Set MAS atenção, o previsto era Fase I terminar dia 15.Set e haver Fase II até Novembro e não havia indicação de que iriam cortar com apenas 24 horas (técnicas, na realidade não respeitadas as 24 horas de divulgação do "corte") as candidaturas. A responsabilidade do corte foi da CCDD-N e não dos GAL, porém.	1	
cada vez mais os GAL não dispõem de informação fidedigna, sendo cada vez mais frequentemente desmentidos pelas entidades gestoras (IFAP/CCDD). este facto origina retração nos GAL em responder/esclarecer e falta de confiança da nossa parte para solicitar informações/esclarecimentos. Por outro lado, quer IFAP quer CCDD recusam-se sistematicamente a esclarecer diretamente as empresas, numa postura incompreensível.	1	
Como referi, fui aconselhado pelo GAL a colocar uma data posterior de início de atividade com base em que receberia uma verba superior pois seriam 3 postos de trabalho a criar e não 1. Mas esqueceram-se que havia um prazo limite de fim do programa e agora vou receber menos que o previsto	1	
Contudo foram prestáveis e ajudaram. Houve por vezes necessidade de termos de dirigir-nos à CCDD porque o +Co3So não é uma candidatura standard que estejam habituados (vs FEDER).	1	
Em alguma duvidas, mas não todas, tivemos dificuldade em obter resposta porque dependiam de resposta de outra entidade.	1	
Falta de transmissão de informação atempada entre o CCDD, DLBC, GAL e o beneficiário do projecto	1	
incapacidade decisora	1	
Informações erradas, não conformes ao estipulado nos regulamentos	1	
Não contactam os beneficiários nem capacitam os consultores, pois só estes submetem as candidaturas.	1	
Não contactei os GAL (candidatura elaborada por consultor)	1	
Não sabe, a candidatura foi elaborada por consultores	1	
No início, as informações eram pouco claras, mesmo os técnicos tinham algumas dificuldades nos esclarecimentos, penso que por falta de conhecimento. Depois do webinar sobre o +COESO, houve grandes melhorias. A lamentar que tenha sido tão próximo do fecho do prazo de candidatura.	1	
O facto de só ter dois dias por semana, em meios períodos, para atendimento telefónico.	1	
O GAL deveria ter competência para elaborar os projetos	1	

	POR	PDR
Os técnicos não conseguem visualizar os passos que estamos a dar na inserção dos dados na plataforma. Devia ser-lhes dado acesso.	1	
Por vezes tinham de perguntar à CCDR, parecia que também não tinham normas orientadoras da apresentação da candidatura	1	
Pouca autonomia da GAL, bem como, poder de vinculação dos pareceres. Quase sempre, foi necessário validar em organismos centrais, que pouco ou nada esclarecem (a não fazer transcrições de legislação; da mesma de onde se suscitam as dúvidas).	1	
Se não me falha a memória, houve alguma dificuldade em consegui-se o primeiro contacto telefónico, No entanto o GAL foi muito prestável, disponível e assertivo nos esclarecimentos que tivemos necessidade.	1	
Alguma falta de conhecimento técnico sobre investimentos		1
Desconhecimento dos requisitos necessários para anexar alguns elementos á candidatura		1
Incompatibilidade de falta de sensibilidade para com a fileira que representamos		1
Não avisaram atempadamente das peculiaridades do IFAP		1
O contacto com a GAL na fase de candidatura foi realizada pela entidade gestora que estava a realizar a candidatura		1
O GAL rege-se, apenas, pelas OTE's internas. Não possui formação fiscal e contabilística suficientes		1
Parcialidade		1
Penso que o nosso consultor contactou a GAL. Seria interessante fazer este inquérito a ele.		1

Fonte: Inquérito aos beneficiários do DLBC Rural - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1297. Considera que o GAL assegurou a capacitação dos beneficiários e potenciais beneficiários para a elaboração da candidatura?

	POR (N=374)		PDR (N=292)		Total (N=666)	
	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos
Não	69	18,4	58	19,9	127	19,1
Sim, através de sessões de esclarecimento	122	32,6	84	28,8	206	30,9
Sim, através de atendimentos pré-projeto	110	29,4	96	32,9	206	30,9
Sim, através de documentação de apoio (orientações técnicas)	175	46,8	113	38,7	288	43,2
Sim, através de outras ações	21	5,6	14	4,8	35	5,3

Fonte: Inquérito aos beneficiários do DLBC Rural - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1298. Identifique quais:

	POR	PDR
Esclarecimentos por telefone	5	
Esclarecimento via telefone e email	2	
alguns contactos telefónicos ajudam, mas como dito anteriormente: cada vez menos os GAL têm informação validada, face às interpretações avulso que IFAP e CCDR fazem da legislação!	1	
Através de um apoio próximo, ajustado e directo.	1	
Através do esclarecimento de dúvidas	1	
Desconhecemos trabalho do GAL no período anterior fecho. Aliás, este decorreu de final de Julho a 14 de Setembro... já que fecharam fase II que ia até Novembro 2020. Terão sido datas de abertura (final Julho a princípios de Setembro em ano pandémico) bem escolhidas??	1	
dificuldades de navegação na plataforma	1	
Não fomos nós que os contactamos	1	
Não sabe, a candidatura foi elaborada por consultores	1	
Resposta via e-mail	1	
Sessões de esclarecimento, reuniões com promotores.	1	
Sim, mas como foi durante a pandemia foi muito complicado ir as sessões e ter os esclarecimentos devidos pela impossibilidade de visita	1	
Via zoom , tentaram explicar mais do uma vez.	1	
A minha candidatura foi submetida por um consultor		1
A disponibilidade do GAL e a proximidade fazem toda a diferença. A verdade é que faz toda a diferença no contacto e entre o beneficiário e o Estado, quando sentimos que temos um organismo que nos apoia e esclarece de um modo rápido e eficiente. Um modo de executar num organismo publico que merecia ser replicado.		1
A resposta não e sim nem não e somente que a GAL dá alguns esclarecimentos mas não dá real acompanhamento na submissão da candidatura		1
A única sessão de esclarecimento a que fui convocada foi cancelada.		1
Apesar do GAL ter desenvolvido ações, não são suficientes para a elaboração da candidatura. Não por culpa do GAL mas da carga burocrática e domínio de sistemas necessários impensais para projetos de 40 mil euros.		1
Atendimento telefónico		1
Desconheço o trabalho da GAL		1
desconheço que o GAL tenha feito sessões de esclarecimento		1
Esclarecimentos via contacto telefonico		1
não ,quem fez os esclarecimentos foi a entidade em que me fez o projeto AATV		1
O GAL de Santiago de Cacém prestou de forma clara e precisa todos os esclarecimentos necessários		1
recorri a apoio externo		1
Só após vários problemas contactei diretamente com a GAL que pareceu que se tivesse realizado no inicio o resultado teria sido mais adequado... mas desconhecia e achei que tudo estaria a ser realizado corretamente		1

Fonte: Inquérito aos beneficiários do DLBC Rural - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 1299. Áreas/domínios considera que era importante os potenciais beneficiários terem ações de capacitação para apoiar a elaboração de melhores candidaturas

	POR	PDR
Legislação	17	
Área financeira	12	
Dominio da plataforma	8	
Formação para beneficiários para preenchimento da candidatura	7	
Todas as áreas	5	
Gestão	4	
Contabilidade	3	
Fiscalidade	3	
Área técnica	2	
Burocracia de Documentos	2	
Requisitos de admissão a candidatura.	2	
Estudos de mercado	1	
A empresa entregou a documentação ao gabinete de contabilidade não sentido qualquer dificuldade	1	
ação direta com os beneficiários principalmente quando situados no interior do país	1	
Ajuda na interpretação dos textos das candidaturas e na interpretação da burocracia da legislação.	1	
apoio informático, análise dos procedimentos	1	
Apoio na instrução de candidaturas, na interpretação dos avisos de candidatura.	1	
Requisitos técnicos.	1	
Apoio presencial nos esclarecimento de certas dúvidas (não foi possível desta vez dado a situação pandémica)	1	
As candidaturas e execucao dos projectos, sao extemamente burocraticas e para quem não tem formação, torna-se difícil	1	
As regras de análise de candidatura, bem como as regras de execução estarem bem definidas no momento da candidatura.	1	
Através de documentação de apoio	1	
Candidaturas à criação do seu próprio emprego.	1	
Caracterização das candidaturas propostas	1	

	POR	PDR
Clarificar os artigos.	1	
Combate à pandemia	1	
critérios de cumprimento do projeto e como se executa o processo em concreto (pedidos de reembolso, timings, exigências)	1	
Crítérios mais objectivos	1	
Depende da necessidade de cada um	1	
desde 2019 á espera!!! rapidez!!!!	1	
Deveriam existir sessões de apresentação dos programas e das linhas de apoio existentes	1	
É importante, em especial quando não existem/ não se pretendem serviços de consultoria.	1	
è necessários que os GAL possam ter equipas pluridisciplinares, mas para isso são necessários meios para contratualização de mais técnicos.	1	
Elaboração candidatura	1	
Elegibilidade de despesa	1	
Em projetos de investimento, onde se pretende diversificar a atividade da empresa e os investimentos são avultados	1	
Em tudo o necessário para que se eliminem os intermediários	1	
enquadramento e esclarecimentos pós-aprovação (execução) e objectivos a cumprir	1	
equipamentos sociais-mapeamento	1	
ESclarecimento claro e eficaz do modo de aplicação da regulamentação	1	
esclarecimentos	1	
Explicarem de forma simples a burocracia envolvida no processo	1	
Formação em como navegar perante as burocracias das candidaturas, principalmente as que surgem após serem aprovadas. De preferência, que estas indicações não se limitem a documentos pdf. compostos por capturas de ecrã ilegíveis, independentemente de quanto se amplie o documento. Formação relativamente à utilização do portal de candidatura.	1	
Formação na formalização de candidaturas bem como na elaboração de pedidos de pagamento ou reembolso	1	
Gabinete de apoio direto	1	
Gestão de processos, explicações claras e concisas das obrigatoriedades do projeto.	1	
Gestão de Projeto - para melhor execução do mesmo.	1	
GESTÃO GERAL DO INVESTIMENTO	1	
Hotelaria e restauração	1	
Informação à priori de todos os elementos solicitados ao longo de todo o projeto, principalmente em termos de pedidos de pagamento	1	
interpretação da legislação e das orientações técnicas sobre os projetos	1	
Interpretação da legislação, domínio de vocabulário próprio, domínio de novas tecnologias	1	
Interpretação da lei, consulta de novas candidaturas e projectos, operacionalidade do Portal2020	1	
Orientações técnicas e regulamentos de candidatura.	1	
Já bastava nas que se candidataram que não se verifica	1	
legislação objectiva, clara e sistematizada! os GAL estarme em igual patamar que IFAP e CCDD, pois enquanto assim não for, o que o GAL diz é desdito com a maior naturalidade por esses organismos.	1	
Maior simplificação para ser mais célere.	1	
Melhores manuais de utilização da plataforma, e a mesma ser mais simplificada.	1	
Na área da informação	1	
Na área das tipologias	1	
Na área do conhecimento e compreensão dos requisitos de elegibilidade das ações a candidatar.	1	
Na clarificação dos enquadramentos	1	
Na elaboração do projeto	1	
Na estruturação do projeto e preparação da documentação.	1	
Na fase de execução dos pedidos de reembolsos nomeadamente na burocracia e condições exigidas para não inviabilizar e atrasar o pagamento dos apoios por parte da AG	1	
Na parte de preenchimento das tabelas financeiras	1	
Na utilização do portal 2020 e em todos os procedimentos associados ao portal	1	
Nas candidaturas locais de pequeno porte os consultores podem não estar disponíveis pelo que os GAL são importantes pela proximidade.	1	
Nas candidaturas locais, de pequena dimensão os consultores podem não estar disponíveis pelo que os GAL são importantes pela proximidade para esclarecerem. Era importante micro empresas saberem e conhecerem várias dimensões dos apoios (diferente tipologia de apoios e de finalidades de projectos e de investimentos - RH, equipamentos, capitalização, promoção, qualificação, etc.. E terem noção de calendários previstos para se prepararem	1	
Neste momento, nenhuma área	1	
No desenvolvimento das terras mais pequenas	1	
No domínio da evolução tecnológica aplicável ao setor. Se possível, disponibilizando informação sobre fornecedores de equipamentos/materiais tecnologicamente evoluídos e proporcionadores de níveis de eficiência elevados e ambientalmente ajustados às exigências atuais..	1	
No EVEF e na lógica subjacente ao quadro comunitário de apoio.	1	
Nos aspetos de elegibilidade dos beneficiários e na elegibilidade das operações, nomeadamente nas questões relacionadas com os requisitos necessários para submeter uma candidatura	1	
Nos elementos processuais a entregar e a sua forma.	1	
Nos fatores de elegibilidade dos beneficiários e operações	1	
orçamentação e licenciamentos	1	

	POR	PDR
ORIENTAÇÃO	1	
Os beneficiários são sempre MICRO empresas com pouca estrutura administrativa. O beneficiário não tem competências para submeter candidaturas nem estudar legislação. Quem o faz são os consultores, e estes é que têm que ser incluídos no processo, e capacitados. A capacitação dos consultores, e a sua formação contínua, é o sucesso para a filtragem de candidaturas e aumento de qualidade nas mesmas, e consequente poupar de muitas horas de trabalho e análise aos técnicos e às estruturas.	1	
Os beneficiários, na sua maioria, recorrem a técnicos para elaboração da sua candidatura. Não considero relevante ações de capacitação para os beneficiários. É sim importante que os GAL estejam capacitados para esclarecer as dúvidas que lhes sejam colocadas.	1	
Os caminhos do burocracia	1	
Os potenciais beneficiários necessitam de ações de capacitação não na elaboração de candidaturas mas sim no conhecimento da existência das GAL, primeiramente.	1	
OT mais sucintas e atendimentos pré-projeto.	1	
Pedido de pagamento	1	
Planeamento de ações e definição de valores	1	
Plano de investimento refletindo as despesas efetivamente elegíveis.	1	
planos de negócio	1	
Plataforma informática de candidatura muito complexa	1	
por vezes sozinhos , não estamos capacitados, tenho que recorrer a um consultor	1	
Preenchimento	1	
Preenchimento do formulário e cálculo do mérito do projeto	1	
Preenchimento e interpretação dos formulários, estratégias de valorização da candidatura .	1	
Qualidade de Vida	1	
Regulamentação técnica menos burocrática e seria essencial uma plataforma mais adequada as candidaturas	1	
Relativamente à natureza das apoios a que se podem candidatar.	1	
requisitos para os vários projetos/apoios disponíveis e os respetivos processos de elaboração	1	
Reuniões de esclarecimento em pré abertura de candidaturas.	1	
Sem ajuda de um consultor é muito difícil um candidato sem experiência na área fazer uma candidatura	1	
sendo um mercado livre, onde os consultores fazem bem o seu trabalho, penso que as GALS devem prestar apoio na base do esclarecimento	1	
Sustentabilidade do projeto	1	
Ter um guião explicativo dos passos todos a dar para a elaboração das candidaturas	1	
Turismo local	1	
Turismo, comércio e serviços	1	
um atendimento presencial impunha-se. A frieza do preenchimento exclusivamente online tornou todo o processo muito mais penoso.	1	
Não dependerem tanto de consultores	1	
recursos humanos sao poucos		1
+ burocracia. não obrigado!		1
a) Programas existentes e b) Cobertura.		1
Ações específicas para pequenos projectos		1
Acesso a plataformas informáticas		1
Acho que era fácil com as novas tecnologias organizar sessões de esclarecimento, com uma introdução e slides explicativos passo a passo e depois dar espaço para perguntas e respostas. Mais têm que ser feito com o uso das novas tecnologias e para os agricultores com mais dificuldades a possibilidade de sessões de esclarecimento presencial.		1
Actualização das tabelas para pagar o elegível		1
Adequação do projeto e sua rentabilidade/sustentabilidade.		1
Agricultura		2
Agricultura de precisão		1
Análise das orientações técnicas-dificuldade da análise da legislação associada		1
Análise económica		1
Aperfeiçoamento de acções de capacitação na área de marketing e promoção da economia local.		1
Apoio na organização do dossier de candidatura.		1
Área ambiental/economia		1
Área da contabilidade e economia		1
Área financeira		6
Atendimento pre-projeto		1
Aumento do prazo de candidatura		1
Burocracias e apoio técnico		1
cabimento para candidaturas		1
capacidade de investimento		1
Check list de pareceres e autorização		1
Clareza nos requisitos a considerar em todas as fases do processo, nomeadamente da leitura subjetiva e interpretação das normas técnicas		1
Conhecer melhor os locais onde é para instalar os projetos		1
Conhecimento dos imóveis e áreas a intervir		1

	POR	PDR
Considero que a GAL deveria estar do lado dos beneficiário no auxílio a candidatura, identificando as oportunidades adequadas para os beneficiários.		1
Criação de gado		1
Crítérios bem claros no tipo de investimentos.		1
De forma a interpretar melhor as exigências burocráticas da candidatura		1
Design não marketing, é design mesmo		1
Deveria haver um "follow up" junto dos beneficiários para tornar a implementação mais fácil e em tempo útil		1
Deveriam ser efetuadas sessões de capacitação sobre a forma como se deveriam instruir as candidaturas e documentos a anexar		1
Diversificação de atividades na exploração		1
do Desenvolvimento Rural		1
Documentação		3
documentação de suporte à candidatura; termos técnicos complexos		1
Elaboração da parte economica		1
Elaboração de Candidaturas		1
Elegibilidade das acções		1
Em possíveis formas de financiamento a estas medidas e o cumprimento das datas estabelecidas pela entidades.		1
Em toda a dimensão do projeto a que o beneficiário se candidate.		1
em todas as areas se não forem técnicos especializados nenhuma candidatura passa		1
Em todas, particularmente no que respeita aos alçapões deliberadamente omitidos pelo GAL		1
Em todas. Deveria apostar-se fortemente em capacitar os beneficiários para conseguirem elaborar e submeter as suas candidaturas.		1
EM VARIAS		1
Esclarecimento de dúvidas		1
Esclarecimento sobre as ações		1
Esclarecimentos sobre elegibilidade dos beneficiários e projetos		1
este gal mal se consegue "movimentar" para poder funcionar pois os recursos humanos são poucos		1
estratégia local concertada		1
Fazer um plano de divulgação por áreas com antecedência plurianual		1
Gestão		1
económica		1
FORMAÇÃO		1
Formação específica relacionada com o preenchimento dos formulários		1
formação para cada tipo de candidatura		1
Crítérios de elegibilidade.		1
gestão e financeira		1
haver orçamento para aprovarem todas as candidaturas tecnicamente viáveis e em tempo útil		1
haver uma plataforma em que os potenciais beneficiários expusessem as suas dificuldades e necessidades		1
Identificação dos agentes económicos locais, das suas potencialidades, e perspectivas, contidas com possíveis apoios em curso.		1
Informática		1
Inovação		1
Instruções para utilização da plataforma informática		1
Interpretação dos regulamentos e sua coerência técnica...		1
justificação dos pressupostos económicos		1
Legislação		4
indicação de rubricas e montantes elegíveis		1
Pareceres, Licenças, etc		1
Licenciamento industrial e Sustentabilidade energética		1
Maior e melhor esclarecimento sobre enquadramento		1
Mais esclarecimentos		1
Mais simplicidade em todas as candidaturas.		1
Manias e peculiaridades do IFAP		1
Máquinas agrícolas/florestais		1
Menor burocracia		1
na área da legislação aplicável, na área dos custos da candidatura		1
Na área financeira.		1
Na elegibilidade.		1
Na fase de pré e pós candidatura, nos domínios da adequação dos equipamentos/investimentos ao financiamento/apoio do programa		1
Na formulação dos preços		1
Na interpretação dos pedidos por vezes usam linguagem muito técnica		1
Na questão do financiamento próprio.		1
Na questão dos pedidos de pareceres as entidades externas. A exigência das mesmas por vezes não é clara que quais são essas que poderão dar o parecer efetivo.		1
Não existem regras demasiado burocráticas e agilizar o sistema informático, pois não é elástico.		1
Não sei responder porque a candidatura foi elaborada por um consultor		1
NÃO SEI RESPONDER. O MEU PROJETO FOI ELABORADO POR UM CONSULTOR.		1

	POR	PDR
Naqueles em pretendem candidatar-se		1
Nas condições técnicas dos programas		1
Nas exigências legais e interpretativas dos documentos (e respectivos conteúdos) de despesa a submeter		1
Nas isenções do projeto		1
Nas metas e indicadores propostos		1
No domínio da plataforma da candidatura, que se apresenta pouco clara para quem não está habituado a realizar candidaturas.		1
no próprio preenchimento de todos os requisitos via portal de candidatura		1
Nos critérios de elegibilidade e nos compromissos a que ficam obrigados		1
Nos preceitos e rigores que têm sobre os orçamentos apresentados (que no meu caso já aprendi, mas faria toda a diferença no início), em todas as formas de articulação que possa existir na interligação de apoios faseados para projetos de aplicação gradual.		1
O beneficiário comum não terá condições para a elaboração da sua própria candidatura, mas essa culpa não pode ser imputada ao GAL		1
O nível de suspeição/ justificação sobre os docs de pagamento apresentados , não lembram a ninguém!		1
O processo é tão burocráticos que os potenciais beneficiários têm sempre de contratar um consultor.		1
Operacionalização das candidaturas		1
Os beneficiários recorrem, maioritariamente, ao apoio de consultores, devido à elevada exigência da sua atividade e formação académica básica.		1
Os concursos que tenham uma média de idades mais baixa		1
Para além da própria formalização da candidatura (o recurso a consultores é muito dispendioso para os pequenos agricultores), era, sobretudo, importante a capacitação técnica, especialmente no que se reporta às novas formas de cultivo, em harmonia com a natureza, de que tanto precisamos, mas pouco sabemos.		1
Parte contabilística		1
Parte de pedidos de licenciamentos a outras entidades, alguns dos quais trazem burocracia demasiado pesada para os apoios recebidos.		1
Penso que a maioria dos beneficiários não têm conhecimentos para submeter de forma adequada uma candidatura		1
Plataformas pouco intuitivas e com muitas barreiras no seu preenchimento		1
Prepara check list resumo dos aspetos fundamentais a assegurar em fase de candidatura		1
Procedimentos elegíveis para a candidatura.		1
Projecto viabilidade financeira		1
Quem precisa de ações de ajuda são as Gal		1
Reforço de sessões de esclarecimento pré-projeto com antecedência relativamente à abertura dos concursos.		1
Regulamentos e orientações técnicas		1
sessões de esclarecimento		1
Sessões de esclarecimento minucioso sobre a elaboração do projeto e as suas limitações bem como o tempo de apreciação do mesmo.		1
Sessões de esclarecimento/orientações técnicas		1
TIC		1
Todas as áreas		3
Turismo e Desenvolvimento Rural		1
Utilização da plataformas de modo a puder prescindir de intermediários		1
Valores Elegíveis, Análise financeira		1

Fonte: Inquérito aos beneficiários do DLBC Rural - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1300. Em que medida considera que o concurso a que concorreu, se adequa às necessidades da sua entidade e do território onde se insere?

	1 – Nada adequadas		2		3		4		5		6 – Muito adequadas		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Necessidades da entidade	9	1,3	13	1,9	27	3,8	138	19,7	197	28,1	318	45,3	702	100,0
Necessidades do território	8	1,2	12	1,7	28	4,0	131	18,8	208	29,9	308	44,3	695	100,0

Fonte: Inquérito aos beneficiários do DLBC Rural - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1301. Em que medida considera que o concurso a que concorreu, se adequa às necessidades da sua entidade e do território onde se insere (POR)?

	1 – Nada adequadas		2		3		4		5		6 – Muito adequadas		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Necessidades da entidade	5	1,3	5	1,3	16	4,1	68	17,4	102	26,2	194	49,7	390	100,0
Necessidades do território	5	1,3	5	1,3	16	4,1	61	15,7	113	29,0	189	48,6	389	100,0

Fonte: Inquérito aos beneficiários do DLBC Rural - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1302. Em que medida considera que o concurso a que concorreu, se adequa às necessidades da sua entidade e do território onde se insere (PDR)?

	1 – Nada adequadas		2		3		4		5		6 – Muito adequadas		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Necessidades da entidade	4	1,3	8	2,6	11	3,5	70	22,4	95	30,4	124	39,7	312	100,0
Necessidades do território	3	1,0	7	2,3	12	3,9	70	22,9	95	31,0	119	38,9	306	100,0

Fonte: Inquérito aos beneficiários do DLBC Rural - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1303. Média Em que medida considera que o concurso a que concorreu, se adequa às necessidades da sua entidade e do território onde se insere?

	POR	PDR	Total
	Média	Média	Média
Necessidades da entidade	5,15	4,97	5,07
Necessidades do território	5,16	4,97	5,08

Fonte: Inquérito aos beneficiários do DLBC Rural - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1304. Nos casos onde respondeu 1, 2 ou 3, justifique a sua resposta.

	POR	PDR
ajudar os jovens a ficar no interior?! como?! Se somos jovens supostamente estamos a começar a vida, e se recorremos a este tipo de apoio é porque precisamos, mas este apoio é para quem já têm negócios montados e não o contrário!	1	
Demasiada burocracia, tempos de espera intermináveis e falta de conhecimento das dificuldades das regiões do interior	1	
é importante criar novos posto de trabalho, numa zona de interior, que tem vindo a perder população.	1	
Este projecto era vocacionado para a area rural e nós somos uma industria metalomecanica	1	
Morosidade no prazo de decisão, completamente da realidade empresarial de operacionalização do investimento.	1	
Não concorremos	1	
Não sabe, a candidatura foi elaborada por consultores	1	
No caso das "Necessidades da entidade", destaca-se a demora na efectivação do pagamento. Isto coloca a empresa numa situação de maior stress ao nível de cash-flow, dificultando a manutenção dos compromissos desejáveis ao nível de tributação, etc. Sobretudo, se tivermos em conta, o carácter recente da empresa e ainda a inovação que traz ao nível do território.	1	
No nosso caso, existe a necessidade de trabalhar com veiculos modificados e roupa de segurança que poderiam ser incluídos e foram rejeitados	1	
O concurso ajudou extremamente para a empresa passar uma faz muito mal nível das operações. não conseguia suportar as despesas.	1	
o projeto cobre 3 postos de trabalho dum projeto de 12	1	
Poi's o território onde foi aplicado o projeto necessita de se desenvolver	1	
Total alheamento da realidade local por parte dos GAL e CCDR Alentejo	1	
Trata-se de uma zona de interior centro, bastante desprovida de recursos humanos qualificados, em contexto pandémico.	1	
Ação na verdade pouco ajuda o promotor		1
Alguns investimentos desnecessários do ponto de vista económico mas com o apoio tornam-os mais apetecíveis		1
APOIOS FORMULADOS APENAS PARA AGRICULTORES DO ALENTEJO		1
Bastante mal adequados. Os limiares de co-participação não se adequar com as necessidades para ter um projecto de qualidade. A preparação do solo é muitíssimo importante e hoje em dia os preços praticados são bastante elevados. Por outro lado exigências como não regar numa zona como a do Algarve (onde literalmente não chove) mesmo que seja para culturas resistentes a seca (figueira, alfarrobeira) não faz qualquer sentido. Infelizmente este programa não toma em consideração a realidade das alterações climáticas em que uma agricultura sem rega não é compatível com a sobrevivência das plantas nos primeiros anos de vida. O programa têm boas intenções mas é necessário avançar para uma análise mais cuidada da realidade das zonas desfavorecidas no país e incorporar medidas relativas as alterações climáticas e o uso de fontes de energia alternativas.		1
Com a demora na decisão já as medidas estão ultrapassadas na tecnologia e solução		1
Conforme já referido, a minha candidatura PDR 2020-10.1.1-Feader 027849 aprovada e com o projeto já executado na totalidade conforme foi verificado em visitas e auditorias que me efetuaram, ainda não foi concluída nem me têm sido dadas quaisquer respostas aos múltiplos pedidos de esclarecimentos solicitados à ETL do GAL Alentejo Central, Conselho Diretivo do IFAP e Secretariado Técnico de Gestão do pdr 2020. DESDE 2017 ATÉ 2022 SEM RESPOSTA!...		1
Dada a vertente do Aviso, seria desejável, maior dotação de investimento, de modo a otimizar os resultados a alcançar.		1
Deveria existir um maior apoio a culturas com baixos consumos de água, que por norma são inicialmente menos rentáveis. Dado que este território está com graves problemas de recursos hídricos.		1
Faltam competências para análise de todas as dimensões do projeto a desenvolver no território. Falta de atribuição de competências de coordenação e de apoio aos investimentos. Os avisos deviam acabar e o prazo para apresentação de candidaturas terminava com o esgotamento das verbas orçamentadas.		1
Inadequação do exagerado apoio da medida com o orçamento disponível. É uma medida concorrencial por isso mesmo.		1
Investimentos de Pequena Dimensão Agrícolas foi fulcral para responder as necessidades de desenvolvimento da empresa. Exemplo da Medida 10.2.1.		1
Não sendo fundamental para a Entidade ou Território são projetos que ajudam a fixar população, criando emprego e contribuindo decisivamente para a manutenção da paisagem e desenvolvimento de territórios rurais desacelerando o despovoamento.		1
O nível de apoio acaba por ser insuficiente face a realidade de custos actuais		1
Os valores de apoio propostos são insuficientes com a agravante de serem utilizadas estimativas mais baixas do que os valores que são praticados no mercado.		1
Plafonds insuficientes. Critérios de VGO demasiado restritivos que conduzem à ineligibilidade de candidaturas válidas a vários níveis.		1
Reduzido apoio		1
Sa tardias ,insuficientes e com pouca dotação financeira para as necessidades reais e muitíssimo burocráticas		1

Fonte: Inquérito aos beneficiários do DLBC Rural - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1305. Avaliação a adequação dos seguintes elementos quanto ao processo de análise e seleção do seu projeto:

	1 – Nada adequadas		2		3		4		5		6 – Muito adequadas		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Condições de elegibilidade da entidade beneficiária	7	1,0	18	2,5	46	6,5	223	31,5	235	33,1	180	25,4	709	100,0
Condições de elegibilidade do projeto	6	,8	9	1,3	48	6,8	219	31,0	249	35,2	176	24,9	707	100,0
Critérios de seleção	13	1,8	25	3,5	54	7,6	237	33,5	251	35,5	127	18,0	707	100,0
Metodologia de apuramento do mérito	17	2,4	20	2,8	60	8,5	238	33,9	249	35,5	118	16,8	702	100,0
Tipo de despesas elegíveis	17	2,4	36	5,1	77	10,9	248	35,0	204	28,8	126	17,8	708	100,0
Taxa de incentivo	25	3,6	40	5,7	93	13,2	252	35,8	158	22,5	135	19,2	703	100,0
Carga burocrática	87	12,4	93	13,2	107	15,2	260	37,0	118	16,8	37	5,3	702	100,0
Interação com o Sistema de Informação do FSE	42	6,3	42	6,3	119	18,0	274	41,4	139	21,0	46	6,9	662	100,0
Interação com o Sistema de Informação do FEDER	34	5,2	39	5,9	120	18,3	268	40,8	148	22,5	48	7,3	657	100,0
Interação com o Sistema de Informação do PDR	33	5,0	35	5,3	107	16,1	274	41,3	159	24,0	55	8,3	663	100,0
Interação com o Balcão 2020	32	4,7	51	7,5	82	12,0	265	38,9	183	26,8	69	10,1	682	100,0
Interação com outros Sistemas de informação	25	3,9	39	6,1	99	15,5	277	43,4	150	23,5	48	7,5	638	100,0
Tempo de análise/aprovação da candidatura	116	16,3	95	13,4	98	13,8	237	33,3	118	16,6	47	6,6	711	100,0
Pedidos de esclarecimentos e/ou elementos adicionais solicitados	40	5,7	57	8,1	101	14,4	244	34,9	177	25,3	81	11,6	700	100,0
Outro	9	9,1	1	1,0	15	15,2	43	43,4	22	22,2	9	9,1	99	100,0

Fonte: Inquérito aos beneficiários do DLBC Rural (POR) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1306. Avaliação a adequação dos seguintes elementos quanto ao processo de análise e seleção do seu projeto (POR):

	1 – Nada adequadas		2		3		4		5		6 – Muito adequadas		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Condições de elegibilidade da entidade beneficiária	5	1,3	10	2,5	17	4,3	112	28,4	125	31,7	125	31,7	394	100,0
Condições de elegibilidade do projeto	5	1,3	3	0,8	26	6,6	105	26,7	124	31,6	130	33,1	393	100,0
Critérios de seleção	4	1,0	11	2,8	32	8,2	114	29,1	140	35,7	91	23,2	392	100,0
Metodologia de apuramento do mérito	9	2,3	11	2,8	31	7,9	117	30,0	140	35,9	82	21,0	390	100,0
Tipo de despesas elegíveis	5	1,3	16	4,1	33	8,4	121	30,8	120	30,5	98	24,9	393	100,0
Taxa de incentivo	7	1,8	14	3,6	37	9,5	116	29,9	101	26,0	113	29,1	388	100,0
Carga burocrática	36	9,2	48	12,2	54	13,8	146	37,2	79	20,2	29	7,4	392	100,0
Interação com o Sistema de Informação do FSE	24	6,4	25	6,7	63	16,8	142	37,9	84	22,4	37	9,9	375	100,0
Interação com o Sistema de Informação do FEDER	18	4,9	25	6,8	64	17,4	133	36,1	92	25,0	36	9,8	368	100,0
Interação com o Sistema de Informação do PDR	20	5,5	21	5,8	58	16,0	131	36,1	93	25,6	40	11,0	363	100,0
Interação com o Balcão 2020	20	5,2	34	8,8	49	12,6	123	31,7	108	27,8	54	13,9	388	100,0
Interação com outros Sistemas de informação	15	4,2	22	6,1	54	15,0	144	40,0	88	24,4	37	10,3	360	100,0
Tempo de análise/aprovação da candidatura	78	19,7	57	14,4	54	13,6	112	28,3	64	16,2	31	7,8	396	100,0
Pedidos de esclarecimentos e/ou elementos adicionais solicitados	23	5,9	30	7,7	58	14,9	128	32,8	99	25,4	52	13,3	390	100,0
Outro	5	8,9	1	1,8	8	14,3	24	42,9	11	19,6	7	12,5	56	100,0

Fonte: Inquérito aos beneficiários do DLBC Rural - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1307. Avaliação a adequação dos seguintes elementos quanto ao processo de análise e seleção do seu projeto (PDR):

	1 – Nada adequadas		2		3		4		5		6 – Muito adequadas		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Condições de elegibilidade da entidade beneficiária	2	0,6	8	2,5	29	9,2	111	35,2	110	34,9	55	17,5	315	100,0
Condições de elegibilidade do projeto	1	0,3	6	1,9	22	7,0	114	36,3	125	39,8	46	14,6	314	100,0
Critérios de seleção	9	2,9	14	4,4	22	7,0	123	39,0	111	35,2	36	11,4	315	100,0
Metodologia de apuramento do mérito	8	2,6	9	2,9	29	9,3	121	38,8	109	34,9	36	11,5	312	100,0
Tipo de despesas elegíveis	12	3,8	20	6,3	44	14,0	127	40,3	84	26,7	28	8,9	315	100,0
Taxa de incentivo	18	5,7	26	8,3	56	17,8	136	43,2	57	18,1	22	7,0	315	100,0
Carga burocrática	51	16,5	45	14,5	53	17,1	114	36,8	39	12,6	8	2,6	310	100,0
Interação com o Sistema de Informação do FSE	18	6,3	17	5,9	56	19,5	132	46,0	55	19,2	9	3,1	287	100,0
Interação com o Sistema de Informação do FEDER	16	5,5	14	4,8	56	19,4	135	46,7	56	19,4	12	4,2	289	100,0
Interação com o Sistema de Informação do PDR	13	4,3	14	4,7	49	16,3	143	47,7	66	22,0	15	5,0	300	100,0
Interação com o Balcão2020	12	4,1	17	5,8	33	11,2	142	48,3	75	25,5	15	5,1	294	100,0
Interação com outros Sistemas de informação	10	3,6	17	6,1	45	16,2	133	47,8	62	22,3	11	4,0	278	100,0
Tempo de análise/aprovação da candidatura	38	12,1	38	12,1	44	14,0	125	39,7	54	17,1	16	5,1	315	100,0
Pedidos de esclarecimentos e/ou elementos adicionais solicitados	17	5,5	27	8,7	43	13,9	116	37,4	78	25,2	29	9,4	310	100,0
Outro	4	9,3	-	-	7	16,3	19	44,2	11	25,6	2	4,7	43	100,0

Fonte: Inquérito aos beneficiários do DLBC Rural - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1308. Média Avaliação a adequação dos seguintes elementos quanto ao processo de análise e seleção do seu projeto:

	POR	PDR	Total
	Média	Média	Média
Condições de elegibilidade da entidade beneficiária	4,82	4,54	4,69
Condições de elegibilidade do projeto	4,86	4,57	4,73
Critérios de seleção	4,65	4,34	4,51
Metodologia de apuramento do mérito	4,57	4,35	4,48
Tipo de despesas elegíveis	4,60	4,06	4,36
Taxa de incentivo	4,62	3,81	4,26
Carga burocrática	3,69	3,22	3,48
Interação com o Sistema de Informação do FSE	3,93	3,75	3,85
Interação com o Sistema de Informação do FEDER	3,99	3,82	3,91
Interação com o Sistema de Informação do PDR	4,04	3,93	3,99
Interação com o Balcão 2020	4,10	4,01	4,06
Interação com outros Sistemas de informação	4,05	3,91	3,99
Tempo de análise/aprovação da candidatura	3,30	3,53	3,40
Pedidos de esclarecimentos e/ou elementos adicionais solicitados	4,04	3,96	4,01
Outro	4,00	3,91	3,96

Fonte: Inquérito aos beneficiários do DLBC Rural - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1309. Outro. Qual?

	POR	PDR
As candidaturas são aprovadas passado muito tempo após a sua submissão.	1	
CCDRN pouco sensível aos problemas dos beneficiários. Está demasiado distante dos territórios e são demasiado burocráticos.	1	
Excesso peso de fatores de eliminação "«irrelevantes» em detrimento de "fundamentais"	1	
Existe uma diferença entre o trabalho realizado pela Gal Local e depois a realização do projeto nomeadamente pedidos de pagamento (entidade que centraliza o acompanhamento dos projetos). Os pontos que não sei a que entidade se referem deixei em branco.	1	
Houve alteração dos critérios de seleção e mérito da candidatura, extrema dificuldade em respostas assertivas no pedido de pagamento, e extrema demora na resposta	1	
Informação sobre toda a documentação a submeter no balcão 2020	1	
Não sabe, a candidatura foi elaborada por consultores	1	
não sei responder	1	
Para o meu caso e outros semelhantes deveria existir um apoio para as obras realizadas na transformação de uma loja para um restaurante	1	
Técnicos não conhecem as regras contabilísticas para análise das candidaturas	1	
Apreciação de pedidos de pagamento de projetos aprovados com Termo de Aceitação assinado		1
Excesso de exigências burocráticas incongruentes e até redundantes que prejudicam a celeridade do processo		1
Exigências documentais, que nem a entidade que gere por vezes sabe onde recorrer.		1
Não respondi a algumas questões porque o meu processo foi conduzido por um consultor, sendo esse o seu trabalho.		1
O sistema de apreciação é mesquinho, atrofiante. Aceitem as candidaturas e verifiquem depois se corresponde ou não à realidade à realidade. O escrutínio atual é atrofiante! à realidade		1

Fonte: Inquérito aos beneficiários do DLBC Rural - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1310. Nos casos onde respondeu 1, 2 ou 3, justifique a sua resposta.

	POR	PDR
Pequenos investimentos com elevada carga burocrática. No geral é todo confuso. Critérios impossíveis de cumprir em determinadas regiões. Taxas de incentivo pouco atrativas.	1	
No caso do SI2E a análise demorou mais de 9 meses para além do prazo no aviso; 2. No caso do +COESO ainda não temos reposta.	1	
que recebe... recebe sempre pouco.	1	
60%	1	
A análise da candidatura é demasiado demorada.	1	
A análise das candidaturas foi relativamente rápida, contudo, a aprovação foi bastante demorada o que atrasou muito o início do projeto desperdiçando tempo e verbas.	1	
A análise e aprovação da candidatura, demorou mais do que o tempo previsto, o que atrasou todo o processo.	1	
A aprovação da candidatura demorou demasiado tempo, quando fomos notificados da aprovação da candidatura a mesma já estava executada. Neste caso concreto a empresa por acaso conseguiu a disponibilidade financeira para avançar com a execução antes da aprovação que demorou mais de 1 ano.	1	
A candidatura demorou mais de 6 meses a ser aprovada	1	
a candidatura desde a submissão até à sua aprovação demorou imenso tempo. deveriam ser mais céleres os processos	1	
a candidatura foi submetida a 16/09/2020 e só obtivemos resposta no dia 24/05/2021.	1	
A Candidatura foi submetida em Agosto 2020 e só em Janeiro 2021 chegou a aprovação da mesma....	1	
A capacidade de resposta foi horrível	1	
A carga burocrática associada quer ao processo de submissão de uma candidatura, quer aquando do pedido de reembolsos, não alicia qualquer investidor a contribuir para o desenvolvimento do território.	1	

	POR	PDR
A carga burocrática é elevada para pequenos projectos de investimento, dispendendo-se muito tempo. Só se justifica com projectos de dimensão média ou grande. Através do balcão 2020 nunca respondem às mensagens enviadas pelos formulário. Tenho mensagens sem resposta há mais de um ano.	1	
A carga burocrática é imensa, e que não tiver apoio pensa em desistir	1	
A carga burocrática para a tipologia de operação contratada é excessiva e muitas vezes redundante. Uma maior parte dos elementos burocráticos, a existir, deveria ser gerado pelos serviços em articulação com o proponente da candidatura. Possivelmente devido à carga laboral mas os pedidos por vezes demoram bastante até serem atendidos mas os prazos de resposta concedidos são muitas vezes curtos.	1	
A CCDRN funciona melhor com as autarquias do que com projetos de privados. O SI2E e o +CO3SO são exemplos claros do distanciamento com o território e com os promotores de projetos. Demonstram que estão mais vocacionados para os territórios urbanos do que para os rurais, criando assim mais assimetrias do que aquelas já existentes.	1	
A interação com o balcão2020 é complicada, o tempo de análise é demasiado, os pedidos de esclarecimentos devido a pedidos de informações sobre pagamentos foi nula.	1	
A interação com os balcoes foi demorada(temos de ter em conta que foi em pandemia) e difícil de interpretar	1	
A plataforma ao ser pouco flexível e não permitir inserção de texto explicativo de situações não normais, implica constantes interações com a CCDR e respetiva morosidade de resposta aos pedidos de reembolso	1	
A Plataforma FSE não é minimamente intuitiva, e apresenta uma complexidade excessiva para a dimensão dos projetos em análise. Deveria haver uma maior agilização tecnológica, para esta tipologia de "pequenos projetos", direcionados para micro entidades e para públicos, muitas vezes, com apetências limitadas nas áreas tecnológicas e até da Gestão. Seria importante haver um esforço para se reduzir os tempos de aprovação, com dotação orçamental, das candidaturas, pois a concretização dos timings de execução dos Investimentos, em muitos casos são um fator crítico para o sucesso do projetos.	1	
A pré aprovação demorou muito tempo, cerca de 4 meses e meio	1	
A taxa de incentivo deveria ser superior para os territórios de baixa densidade populacional. A carga burocrática e o tempo de análise/aprovação da candidatura deveria ser menor.	1	
A taxa de incentivo devia ser superior; Existe demasiada burocracia para os projetos. Há ferramentas disponíveis, por exemplo cruzamento com a AT que deveria ser mais utilizada, evitando questões e burocracia na obtenção de documentos.	1	
A utilização do Balcão 2020 é pouco prática e intuitiva	1	
acesso às plataformas não são intuitivas e com informação clara	1	
As despesas são entendidas como investimento, independentemente da tipologia a que se concorre, o que não faz sentido face às dinâmicas das diferentes intervenções. Por outro lado as linguagens entre linhas financeiras é diferente o que torna confusa a relação. O tempo entre a candidatura e a resposta é muito longa e nunca são respeitados os prazos previstos	1	
AS minhas críticas já foram expressas anteriormente. Também acho os tempos de análise ultra-demorados.	1	
As plataformas disponibilizadas são crípticas, confusas e funcionam muito mal de uma forma geral. Os tempos de análise e feedback são atrozes. Passámos meses e meses sem qualquer informação sobre estado e requisitos técnicos pendentes na candidatura e pedidos de financiamento.	1	
As resposta demoraram demasiado tempo, considerando o expectável.	1	
Até aprovações parciais aconteceram, obrigado a empresa a apresentar todas as despesas, mesmo aquelas que não foram alvo de financiamento	1	
Atualmente assiste-se a uma exigência burocrática completamente desadequada. É recorrente serem colocadas condicionantes que não fazem sentido, como por exemplo, existência de contadores de água quando não há qualquer investimento em regadio ou em captações de água, pedidos de parecer de ICNF e de RAN para investimentos sobre os quais estas entidades não têm que se pronunciar e até pedidos de passaporte fitossanitário para sementes.	1	
Balcão 2020 é difícil de trabalhar, tem várias partes que não deixa avançar por pequenos detalhes. Os prazos de esclarecimentos e análise deveriam ser muito mais céleres	1	
Balcap 2020 e os sistemas de informação são complexos, não existe um guia pratico para me guiar no processo, visto que tenho já de gerir um negocio torna-se muito dispendioso em termos de tempo tratar da burocracia neste sistema, contratei um consultor para facilitar o processo.	1	
Candidatura bem delineada passível de se adequar a diferentes realidades.	1	
Candidaturas aprovadas por quantidade de pessoas pedidas e não por qualidade da empresa, capacidade de gerar riqueza para o território, nem capacidade de exportar.	1	
Carga burocrática elevada e impeditiva de elegibilidade do projeto. Critérios de elegibilidade por vezes inviáveis. O tempo de análise é demasiado longo.	1	
Carga burocrática elevadíssima, nas restantes não sei responder	1	
Com relação ao Tempo de análise/aprovação da candidatura, julgo que foi demasiadamente longo, o que compromete as relações com fornecedores e outros envolvidos, como também prospecções com os potenciais clientes.	1	
Consideramos que o Tempo de análise/aprovação da candidatura poderia ser mais curto, como previsto na legislação aplicável.	1	
Demasiada burocracia e falta de clareza de informação	1	
Demasiada burocracia e requisitos que afastam empresas viáveis que necessitam apoios	1	
Demasiada burocracia, prazos de aprovação das candidaturas absurdos e pedidos de esclarecimentos tardios	1	
Demasiado tempo a aprovar, o que levou ao adiamento da contratação.	1	
Demasiado tempo de espera	1	
Demasiado tempo de espera sem qualquer informação	1	
Demasiado tempo na análise e posterior aprovação das candidaturas	1	
Demasiado tempo para a publicação dos resultados. Para quem é preponderante o apoio para o investimento, os atrasos são penosos.	1	
Demasiado tempo para aprovação e elementos adicionais solicitados, deveriam constar nos requisitos iniciais para elegibilidade da empresa	1	

	POR	PDR
Demora e falta de esclarecimentos gerais	1	
Demora na análise, levou a que iniciássemos o projeto mais tarde	1	
Demorou 10 meses a dar uma resposta	1	
demorou muito tempo a aprovação da candidatura	1	
Despacho posterior ao início das obras	1	
Devia ser superior; elevada burocracia sem interesse para tomadas de decisão; a interação como PDR e outros sistemas praticamente nulos.	1	
Distinguir GAL Adriminho e CCDD Norte (ambos: em geral muito positivo embora ambos com falhas neste caso concreto) de cumprimento geral de prazos pelas entidades públicas (mal a muito mal e até ao péssimo... 16 meses depois de concurso um dos concursos CO3SO debaixo de CCDD Centro ainda não tem resultados!!) sistemas informáticos (maus, o do B2020 e o do FSE e do FEDER são mesmo muito maus e nada claros mesmo para técnicos treinados quanto mais para micro empresas e empresários; além de... crasharem por sobrecarga que deriva tanto do modo como foram concebidos – todos online ao mesmo tempo -, como por via de bureau-cracia excessiva e mania nacional – não é assim na maioria dos outros países nem sequer nas candidaturas feitas a Bruxelas!!! – de pedir coisas inúteis e a mais (a piro da história foi a gelolocalização, em segundo lugar os quinhentos anexos... mas não é só, é toda uma atitude bureau-crata e de desconhecimento real do tecido empresarial – recomendação seria que todos os funcionários públicos nestas entidades antes de ascenderem a postos de decisão fossem obrigados a pelo menos meio ano numa micro empresa e meio ano numa consultora de projectos...). Quanto aos critérios: confusão (exemplo do PAPN – qual "ano pré-projeto" (2019 ou 2020? Pedem IES 2019 mas validam RH em 2020?) e outras coisas a que são dados pesos excessivos face a critérios que deviam ser mais de substância, de racionalidade do projecto para o território, que acabam a valer só 20 ou 30 ou 40% e deveriam valer mais do dobro pois isso é que é essencial (e por isso nunca podiam valer menos de 67%). Sendo jurí de produtos tradicionais alimentares há anos, alguns dos concursos de incentivos fazem lembrar os concursos em que os critérios de avaliação exterior (forma, cor, ...) valem uns 30 ou 40%, os critérios técnicos outro tanto e o sabor e respeito pela tradição valem... menos de 20%!! Mas atenção: não todos. Há concursos com critérios equilibrados. No caso do CO3SO não havia mérito realmente, havia só elegibilidade. Foi isso que faltou...	1	
Distinguir GAL Sintra Urban e CCDD LVT (ambos: muito positivo) de sistemas informáticos (maus, o do B2020 e o do FSE mesmo muito maus e nada claros mesmo para técnicos treinados quanto mais para micro empresas e empresários e pior do que isso a crashar por via de pedir coisas inúteis e a mais (ex: gelolocalização, mas não só) . Quanto aos critérios: confusão "ano pré-projeto" e outras coisas a que são dados pesos excessivos face a critérios que deviam ser mais de substância, de racionalidade do projecto para o território, que acabam a valer 20 ou 30 ou 40% e deveriam valer mais do dobro pois isso é que é essencial.	1	
Em minha singela opinião, a lacuna está na comunicação, pois informações bem encaminhadas favorecem as boas interações e ações efetivas.	1	
Enorme demora em informar o resultado da análise e aprovação do projeto. Enorme carga burocrática. Algumas dificuldades em interagir com as entidades.	1	
Entendo que estávamos durante uma fase de pandemia, contudo teve um enorme atraso na análise/ aprovação da candidatura. atrasos esses que para uma empresa dificulta bastante o nosso trabalho	1	
Entre a Candidatura e o prazo de decisão decorreram quase 9 meses o que põe em causa qualquer desenvolvimento atempado do projeto submetido à apreciação.	1	
Estes organismos não funcionam para apoiar os promotores	1	
Excesso de burocracia e excesso de tempo de resposta com decisão	1	
Excesso de burocracia e FSE demasiado complexo	1	
Existe uma elevada burocracia que se torna difícil de gerir, os documentos de apoio são pouco claros e não contribuem para resolver as dúvidas. As informações são frequentemente contraditórias entre os representantes que prestam esclarecimentos e não estão conforme o que consta dos regulamentos. O Sistema de Informação é complexo e difícil de gerir, aconselham recorrer a um browser que já não é computacionalmente seguro (deixou de ter atualizações). A interface é muito fraca. Relativamente às análises, a informação que recebo é que não há prazo para as efetuarem e prolongam-se no tempo.	1	
Existe uma exigência burocratizada excessivamente rígida. Ou seja, creio que existe uma dificuldade em encaixar projectos com alguma dinâmica humana e social mais moderna ou atípica - com igual ou acrescido mérito, ousadia e inovação ao nível do projecto - e a burocracia exigida. Isto obriga os projectos a ajustarem-se arduamente a uma realidade burocrática, mas não pratica, ou seja, no terreno e o trabalho propriamente dito.	1	
Falta de cumprimento nos prazos pelas entidades levando a encargos desnecessários as empresas para obtenção de apoio fora de prazo e diminuídos pro decisões aquém do esperado pelo enunciado no regulamento	1	
Foi preciso quase 1 ano para ter uma decisão sobre a candidatura e houve pedidos de esclarecimento que já estavam claros na candidatura.	1	
Foi um processo muito demorado na aprovação da candidatura, muita democracia, e quem criou a sua empresa teve muitos gastos com as obras e outros (custos com a canalização, eletricidade, e equipamentos para a restauração).	1	
Levam muito tempo a esclarecer as coisas	1	
Má organização e atraso nas respostas	1	
Morosidade e complexidade burocrática. Plataformas pouco intuitivas.	1	
Muita demora	1	
Muita documentação atendendo à natureza da entidade	1	
Muita exigência nos documentos a apresentar.Sistema FSE de difícil compreensão.	1	
Muitas vezes o balcão 2020 teve problemas técnicos e o tempo de análise demasiado demorado. Na grande maioria das vezes, quando a decisão é divulgada, as necessidades das empresas já mudaram	1	
Muito tempo de demora na aprovação da candidatura	1	
Muito tempo de espera	1	
Muito tempo de espera para resposta	1	
Muito tempo para análise e respostas a dúvidas de candidatura	1	

	POR	PDR
Não sei se houve alguma interação. Não precisei.	1	
Não há coerência das exigências e das bases que as sustentam; exemplo - definição de desempregado de longa duração - def de IEFP ou SS?	1	
Não necessito de falar mais nada! é vergonhoso e uma falta de respeito e consideração por quem quer se manter e ficar na sua localização!	1	
Não percebi interação Com outras plataformas	1	
Não recorremos, cremos, a outro sistema de informação	1	
Não respeitaram os prazos que constavam no aviso para as análises dos projetos	1	
Não sabe, a candidatura foi elaborada por consultores	1	
Necessária menos burocracia. Tempo de análise/aprovação muito grande	1	
No caso das IPSS os montantes das ajudas deveriam ser iguais ao setor do estado.	1	
O apuramento do mérito da candidatura não foi muito claro e a pontuação do Aviso sofreu alterações já depois das candidaturas estarem abertas	1	
O balcão 2020, raramente da previsões para as datas de pagamento dos apoios. Os tempos de análise e de aprovação são muito longos.	1	
O Prazo de aprovação e respostas aos esclarecimentos foram muito longos	1	
O processo já vai em 15 meses e ainda não recebi o adiantamento respeitante ao ano	1	
O sistema de informação do PDR, FSR, FEDER são muito complicados e burocráticos o que obriga ao beneficiário a despender muito tempo ou a contratar uma entidade para fazer essa gestão.	1	
O sistema de informação FSE é de difícil interação e apresenta demasiada complexidade de utilização.	1	
O tempo de análise das candidaturas foi muito superior ao expectável	1	
O tempo de análise e aprovação foram demasiado extensos	1	
O tempo de análise e aprovação teve um atraso de cerca de 5 meses.	1	
O tempo de aprovação foi cerca de quatro meses, é muito, comparado com o tempo que temos para submissão.	1	
O tempo de pagamento por parte da ccdr de Coimbra e absurdo, neste momento já deveria estar a receber o 2 pagamento e só recebi o 1	1	
O timing de aprovação de candidaturas ultrapassou qualquer previsão	1	
Ocorreu dilatação dos prazos de resposta e aprovação da candidatura, o que levou a que a execução física da mesma sofresse atrasos efetivos.	1	
Os prazos de decisão foram largamente ultrapassados. Tivemos enormes dificuldades em obter resposta a uma série de perguntas básicas e fundamentais que nos atrasaram enormemente todo o processo. Deparamos-nos com uma enorme falta de responsabilização da parte das entidades coordenadores, enviando-nos sistematicamente de uma entidade para a outra (entre a Ader Sousa e a CCDRN). Deram-nos informações contraditórias com os regulamentos apresentados na altura da candidatura e as regras não podem ser alteradas durante a vigência do concurso. Ainda hoje aguardamos respostas e ainda hoje não conseguimos desbloquear os reembolsos. Incompetência dos serviços de análise do pedido de reembolso, que nos recusaram o nosso pedido por não sabermos que as taxas aplicadas às associações (o nosso caso) eram diferentes das das empresas. O que nos fez perder ainda mais tempo. A principal questão ainda em aberto é saber como temos de proceder para desfazer as datas de início e de final dos 2 contratos de trabalho - situação prevista explicitamente nos regulamentos e que nos tem sido sistematicamente recusada. Quando confrontados com os regulamentos que dizem o contrário do que nos tem sido comunicado, remetem-nos para a outra entidade. Nas resposta que ocasionalmente vamos tendo nunca há um contacto de telefone para esclarecermos as nossas dúvidas e há sempre uma pessoa diferente a responder-nos.	1	
Os projectos não nascem por orientações políticas	1	
os regulamentos dos vários PO não, consideram, na maioria das vezes, as especificidades dos territórios de muito baixa densidade	1	
Para além de não ter obtido esclarecimentos em tempo útil, quando consegui obter estes não foram claros e vieram a revelar-se errados, nomeadamente o processo de execução dos projetos de ENI. Havendo um valor de remunerações aprovado e, tendo sido informado várias vezes da forma como estas teriam que ser processadas por mim, vem agora a AG declarar que as remunerações não são possíveis porque os ENI não têm remunerações. Faccio este que já se sabia aquando da aprovação da minha candidatura e dos valores em causa!	1	
Para quem recebe abaixo dos 100% é sempre desejável ver o projeto com maior participação e com a documentação necessária mais reduzida. Os tempos de aprovação não são iguais para promotores diferentes candidatos aos mesmos programas.	1	
Perde-se muito tempo com a burocracia, o tempo para análise e aprovação é pouco célere e os pedidos para esclarecimentos são tardios e por vezes maçadores	1	
Plataforma muito lenta, manual confuso, houve necessidade de pedir esclarecimentos via plataforma sem sucesso, e via telefone mas com resposta com pouca qualidade técnica. Plataforma recente. Nem técnicos sabiam trabalhar com a mesma. Difícil de anular ou recorrer a ajudar em caso de erro.	1	
prazo estimado e prazo cumprido, muito desafiado	1	
prazo exagerado	1	
Prende-se essencialmente com falta de informação adequada sobre os elementos necessários nas várias fases de candidatura andamos tipo tentativa erro e como já referi a aplicação do balcão 2020 é muito complexa o tempo de análise é excessivo o tempo de pagamento após análise é excessivo e desmotivava a cada dia que passa	1	
Processo foi muito moroso e burocrático visto se tratar ainda para mais de start Ups e com criação de postos de trabalho, ultrapassando o prazo legal de resposta que estava estipulado na portaria relativa ao +Coeso no âmbito da submissão até à decisão final	1	
Processo muito moroso.	1	
Provavelmente por falta de verbas para todas as candidaturas, a decisão final foi demorada	1	
Quem tratou da candidatura foi um consultor que continua a acompanhar-nos na execução e no contacto com as entidades correspondentes. A aprovação excedeu o tempo previsto, tendo efetivamente demorado bastante tempo a ser aprovado.	1	

	POR	PDR
Sempre que solicitava um pedido de esclarecimento via mail ficava sem resposta e quando tentava contactar via telefónica estava em teletrabalho, o tempo de aprovação foi prolongado e sem uma data prevista	1	
Sistemas lentos e de difícil utilização	1	
Tempo de análise foi muito longo deixaram ir ao limite do tempo para que o projeto pudesse ser executado na totalidade deixando às empresas somente 1 mês para procederem à contratação . forçando muitas vezes as empresas a contratar as pessoas disponíveis que se encontram desempregadas e não as que mais adequam .	1	
Tempo de análise superior ao estipulado	1	
Tempo de análise/aprovação demasiado prolongado.	1	
Tempo de análise/aprovação extremamente longos	1	
Tempo de análise/aprovação totalmente inaceitável e desajustado às necessidades das entidades	1	
Tempo de resposta demasiado longo	1	
TEMPO ENTRE A ANÁLISE E RESPOSTA FINAL MUITO LONGO	1	
Tempos de resposta e clareza da informação!	1	
tempos de resposta longos	1	
Tive mais de um ano a espera da aprovação do projeto e ainda falta receber uma parte do valor	1	
Transparente por isso foi adequada	1	
Ultrapassou os prazos previstos	1	
vejam a quantidade de interações existentes! vejam os prazos em que ocorreram as análises e as decisões. vejam como são recebidas as tentativas de contacto entre IFAP/CCDR e GAL e promotor. Vejam a redundância nos documentos exigidos e a inutilidade de outros quantos! Vejam a subjectividade da legislação e dos critérios de avaliação das candidaturas.	1	
A análise demora muito tempo, o tempo e sacrifício do investidor no pagamento e tempo de demora para receber os apoios		1
A carga burocrática é elevada. Penso que se pode simplificar alguns dos procedimentos		1
A informação obtida é demasiado técnica para ser entendida pelos cidadãos comuns que concorrem aos projectos. p		1
A recuperação de móveis, não pode ser incluída. Foi longo e penoso o processo de aprovação		1
A taxa de apoio tem em consideração fatores que não se adequam a realidade local excluindo freguesias de zonas desfavorecidas sem qualquer coerência, como é o caso das freguesias de Figueira e de Termas de S Vicente.		1
A taxa de incentivo/conparticipação é baixa agravada significativamente pelos limites ou valores de referência dos investimentos que estão totalmente desactualizados aos valores de mercado		1
A taxa de incentivo devia ser superior. A estrutura do formulário de candidatura devia ser mais adequado para as entidades públicas. Tempo excessivo para análise/aprovação da candidatura. Pedidos esclarecimentos excessivos e pouco adequados à natureza das entidades públicas.		1
A taxa de incentivo é baixa face aos custos de implantação do projeto e consequentes compromissos de criação de postos de trabalho. Existe bastante carga burocrática na submissão dos pedidos de pagamento face aos investimentos efetuados pelo promotor do projeto.		1
A taxa de incentivo é baixa, e agravada pela utilização de "cotações de mercado" abaixo do que é praticado na realidade. Desta forma a percentagem de apoio acaba por ser ainda mais baixa do que publicitado no processo de apoio.		1
Alguma demora na análise das candidaturas e pedidos de esclarecimento com pouco tempo de resposta		1
ANÁLISE E APROVAÇÃO MUITO DEMORADA		1
Burocracia acrescida face a outros programas operacionais e documentos formatados para os privados		1
Burocracia, cortes no montante elegíveis injustos, quando todos os meses os equipamentos e materiais varias vezes o que tem como tabela		1
Burocracia, incongruência técnica, redundâncias...		1
cada vez mais burocracia		1
Carga burocrática, a análise nao pensa limita-se a olhar a checklist; tem medo de decidir fora checklist; muitas vezes ultrapassam		1
Carga burocrática alta e interação com outros sistemas demasiado complexo.		1
Carga burocrática demasiado exigente. Reduzida capacidade de resposta dos organismos oficiais. Tempo de análise/aprovação das candidaturas ABSURDO... Grande frustração dos candidatos perante o tempo e recursos financeiros investidos com a candidatura e a reduzidíssima taxa de aprovação/cabimento orçamental das mesmas.		1
Carga burocrática excessiva para candidatura regime simplificado de pequenos investimentos. Deveriam possibilitar a candidatura a requerentes com volume de faturação superior a 100000 euros, ou seja esta medida devia apoiar também quem efetivamente produz.		1
Complexidade da plataforma		1
Conforme referido, a fase de apreciação dos meu pedido de pagamento decorre desde 2017 sem qualquer resposta formal e oficial à minha participação no procedimento CPA a que fui convidado em junho de 2020 ..		1
Correção para baixo do orçamento apresentado, o qual já era de si baixo. A não consideração de vedações de segurança para uma charca. O não aceitar de pagamentos feitos através de uma conta bancária do mesmo titular mas não indicada na candidatura ao projeto. Necessidade de pedidos de licenciamento a outras entidades nomeadamente ministério do ambiente que não acrescentam nada além de burocracia. Tratava-se de melhorias do sistema de rega existente.		1
Crítérios de pouco claros		1
Demasiada burocracia e exigencia para projetos de pequena escala e dimensão		1
Demasiada burocracia envolvida. Ausência de interação. Tempo longo desde submissão à decisão.		1
Demasiada carga burocrática sem justificação		1
Demasiada demora nas decisões a nível central (Lisboa)		1
Demasiado tempo na aprovação da candidatura. Pedido de esclarecimentos inapropriados quanto à posse de terra.		1
Demasiado tempo na resposta às candidaturas. Para quê exigir orçamentos se depois aprovam os valores tabelados?		1
demasiados procedimentos administrativos		1

	POR	PDR
Demora nas decisões e informações escassas ou confusas		1
Desconheço o que é o Balcão 2020. O tempo de aprovação e a falta de claros "deadlines" da parte da entidade responsável pela resposta parece-me muito negativo. O mesmo advém da análise do pedido de pagamento (tempo muito considerável) sem se perceber quais são os prazos de resposta da entidade responsável pela análise do dossiê		1
Despesa elegíveis e txs deviam ser superiores, carga burocrática e pedidos de esclarecimentos inferiores		1
Despesas elegíveis: há investimentos essenciais ao projeto que não são elegíveis (ex. a instalação de um pomar com um sistema de rega solar, sistema muito caro, composto por vários elementos, exige vedação para proteção contra intrusões, investimento avultado mas que não é elegível); a taxa de incentivo é baixa, no caso dos pequenos agricultores, com pouca rentabilidade, exigindo-lhe meios financeiros próprios, o que desincentiva lançarem novos projetos, optando por deixar as terras ao abandono; a carga burocrática é enorme porque se parte de uma atitude de desconfiança em relação ao cidadão e se lhe exige a comprovação até de aspetos que resultam da lei ou constam de publicações oficiais (ex. áreas de REN e de RAN).		1
Dificuldades de comunicação		1
É absurda a carga burocrática e a forma errada como o ifap controla execução através de faturas		1
Em compimento a outras respostas, considera-se que a taxa de incentivo poderia ser superior, podendo eventualmente haver análise e decisão mais célere.		1
Em determinadas situações os pedidos de esclarecimento foi feitos de imediato mas o tempo de beneficiário dar resposta é muito curto, por exemplo: quanto às licenças dos recurso hídricos são 10 dias para responder mas todos sabemos que a APA irá demorar pelo menos 1 mês.		1
Estamos a falar de pequenos produtores e que 90% das vezes, são produtores, comerciais, embaladores e contabilistas ao mesmo tempo !! Simplificar é o caminho.		1
Excesso de burocracia e FSE demasiado complexo		1
exceção de pedidos de pareceres, o gal solicitou documentos em demasia e desnecessários		1
Existem demasiadas burocracias no decorrer do processo, levando muitas das vezes a esperas desnecessárias pois os serviços não conseguem dar respostas atempadas		1
Falta de alinhamento entre FEDER e FEADER em termos de legislação e procedimentos a cumprir pelos beneficiários em todas as etapas da candidatura. No FEADER a burocracia é gigantesca, por vezes para um pagamento são remetidos mais de uma dezena de documentos		1
Falta de resposta a reclamação apresentada		1
foram 10 meses de espera por uma decisão		1
houve duplicação de pedidos pela RAN e REN embora houvesse uma aprovação do ICNF		1
Inadequação do exagerado apoio da medida com o orçamento disponível. É uma medida concorrencial por isso mesmo.		1
Inexistência de possibilidade de contactar com PDR2020		1
Interção com Sistema de Informação FEDER e com BALCÃO 2020 pouco adequada, tempo de análise dos Pedidos de pagamento muito morosos Pedidos de esclarecimentos solicitados		1
Maior taxa de comparticipação.		1
Mais de um ano para saber o resultado da candidatura		1
Muito demorado		1
Muito tempo de análise		1
Muito tempo de decisão		1
MUITO TEMPO NA DECISÃO		1
Ñ precisava ser tão complicativo		1
na atribuição do mérito haveria de haver um histórico do agricultor se é cumpridor ou não, a taxa de incentivo haveria de ser maior para agricultores com histórico cumpridor, e o tempo de análise nunca deveria ser superior a 6 meses para que o agricultor não esteja muito tempo condicionado a tomar outras decisões de outros projetos		1
Não foram aprovadas rubricas com justificativos que não se enquadram na lei.		1
Nem todas as despesas foram abrangidas		1
nesse intervalo de tempo muitas coisas subiram de preço		1
Nos aspetos de critérios e metodologias já tratado (maior clareza nos princípios e melhorar a metodologia de aplicação), Taxa de incentivos poderia ser superior com alguns critérios de avaliação de interesse região processo agrícola em questão podendo subir até apoios de 70%. Os pedidos de esclarecimentos devem ser mais claros se possível com referência aos aspetos que tenham levantado a duvida.		1
O GAL tentou por todos os meios inviabilizar a nossa candidatura		1
O mesmo dos anteriores es. Demora e falta		1
O sistema não ajuda e transforma a vida do promotor num calvário		1
O valor do "custo de construção" por M2 definido no programa é menos de 50% do real... - por isso nunca seria "adequado". Parte do investimento não aceite apesar de serem importantes. Alguns pedidos de esclarecimento no último pedido de pagamento quase impossíveis de responder (ex. por que houve pagamento antecipado em algumas faturas - os burocratas nunca tiveram que pagar algum valor na encomenda de móveis?). Tempo de aprovação da candidatura já indicada acima. Tempo de aprovação dos pedidos de pagamento foi razoável, exceto no último. Tentativas de obtenção de informação nas várias entidades acima foi tentada uma vez apenas - a info em cada plataforma é diferente e nada fácil. Já agora, a existência de tantas entidades ligadas não será indicação de burocracia a vários níveis pouco permeável e inadequada?		1
os concursos são poucos. aprovam-se meia dúzia de candidaturas e são demoradas nas decisões		1
Os critérios por vezes não conseguem apurar méritos específicos de determinados projetos; A carga burocrática, ainda que justificada, é "pesada". Os tempos de análise deviam ser mais curtos.		1
Os incentivos são muito reduzidos. Os tempos de análise e resposta são muito dilatados		1
os técnicos que avaliam as candidaturas não têm verdadeira noção das necessidades dos negócios propostos nas candidaturas. Isso leva a que muitas despesas que são imprescindíveis à realização do projecto e ao bom funcionamento do negócio, sejam		1

	POR	PDR
cortadas, vendo-se o promotor perante uma situação em que nunca beneficia do apoio sobre o total das despesas realmente necessárias à execução da sua actividade. Para além disto alguns dos valores existentes nas tabelas de referência são completamente errados e não correspondem, de todo, aos valores praticados pelos fornecedores de serviços (p.ex os valores de construção são muito abaixo dos actualmente praticados, sendo impossível construir um edifício passível de funcionamento pelos valores das tabelas de referência do ifap)		
Os tempos de aprovação e esclarecimentos são claramente demasiado longos		1
Pedido de orçamentos e tempo demora na decisão.		1
Pedidos de parecer que são dispensados por lei		1
Quem deve traçar o caminho deve ser o mercado e não o governo. Logo, a totalidade dos beneficiários não cumpre a maioria dos critérios de seleção. dos bern		1
Reduzido montante total dos investimentos		1
restritivo em termos de elegibilidade dos proponentes e restritivo em termos de investimento bem como lento na análise		1
São necessários demasiados documentos para plantar um olival.		1
simplesmente não repodem as nossas perguntas.		1
Sobreposição do formalismo excessivo em oposição à eficácia do investimento efetivo e seus efeitos multiplicadores de riqueza. Visão restrita, redutora e desfocada do impacto do projeto. Sinto-me enganado pelo sistema que me levou a investir após submissão do projeto para depois reprovar um, com base em análise errónea, não obstante esclarecimentos e recursos, e noutro a levar a cortes injustificados que levaram à desistência de outro. Não voltarei a concorrer aos pequenos projetos.		1
Tabelas desadequadas		1
Tempo de resposta demasiado longo		1
Tempo excessivo para análise; pedida demasiada documentação burocrática, muitas vezes repetida		1
Tempo excessivo.		1
Tempo mais longo do que o inicialmente previsto		1
tempo muito elevado na aceitação dos projetos, elevada expectativa nos beneficiários, carga burocrática excessiva		1
Tempos de análise / aprovação deveriam ser encurtados; pedidos de esclarecimento verbais sem resposta objetiva		1
Tempos de decisão longos, Pedidos de esclarecimentos desnecessários na maioria dos casos. Critérios de seleção pouco claros.		1
Tempos excessivos dos vários passos até pagamento		1
Tipo de despesas elegíveis insuficiente para fazer face ao sucesso do projeto: por exemplo não considerarem vedações em propriedades sujeitas à invasão de cervídeos e javalis (que estão fora do controle do proponente); Pedidos de pareceres e autorizações demoradas e complexas para áreas mais desfavoráveis ou protegidas, com pouca standardização que facilitasse o pedido de parecer; não existe interação com o FSE ou FEDER, salvo pelas orientações publicadas; Tempo de espera desproporcional entre o tempo para a preparação da candidatura e o tempo de análise e resposta (proporção de 1,5 meses para 12 meses!!!); pedidos de esclarecimentos apenas escritos quando por vezes só é preciso esclarecer pequenos pormenores que impedem o desenrolar rápida da preparação		1
Todo o processo é moroso e pouco intuitivo, com demasiados requisitos e dificuldades à implementação do projeto		1
Todo o processo é muito burocrático, muita desconfiança.		1
Todo o processo é todo muito burocrático e pouco flexível pelo que muitas vezes se pondera até a desistência das candidaturas.		1
Visita ao local do investimento antes da análise da candidatura e aumentar o incentivo para 80% nas zonas despovoadas do interior, onde um investimento estruturante faz a diferença em termos económicos e sociais.		1

Fonte: Inquérito aos beneficiários do DLBC Rural - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

EXECUÇÃO DOS PROJETOS

Quadro 1311. Principais dificuldades sentidas na execução do seu projeto

	POR (N=394)		PDR (N=318)		Total (N=712)	
	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos
Não teve dificuldades	101	25,6	103	32,4	204	28,7
Interpretação da legislação	86	21,8	48	15,1	134	18,8
Aconselhamento técnico insuficiente por parte dos consultores	26	6,6	18	5,7	44	6,2
Aconselhamento técnico insuficiente por parte do GAL	43	10,9	13	4,1	56	7,9
Dificuldade na adequação do projeto às condições de elegibilidade	40	10,2	49	15,4	89	12,5
Requisitos formais e burocracia para a instrução de pedidos de pagamento	159	40,4	107	33,6	266	37,4
Requisitos formais e burocracia para a instrução de pedidos de alteração	81	20,6	69	21,7	150	21,1
Dificuldade em obter financiamento para a parte não participada	36	9,1	42	13,2	78	11,0
Cumprimento de requisitos técnicos/administrativos (pareceres, licenciamentos,...)	43	10,9	81	25,5	124	17,4
Prazo de resposta a pedidos de esclarecimento	59	15,0	19	6,0	78	11,0
Prazos de decisão	112	28,4	53	16,7	165	23,2
Outra.	29	7,4	11	3,5	40	5,6

Fonte: Inquérito aos beneficiários do DLBC Rural - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1312. Outro. Qual?

	POR	PDR
A execução do projeto já é a CCDR que acompanha e não a GAL	1	
Condicionantes de mercado	1	
Covid	1	
COVID-19 e consequentes imposições legais que geraram atrasos brutais na execução dos projetos	1	
Dificuldade em conseguir candidatos elegíveis	1	

	POR	PDR
Dificuldade em cumprir com a legislação dos concursos públicos por falta de resposta dos fornecedores, o que leva ao atraso na execução dos projetos	1	
Dificuldade em recrutar	1	
Dificuldade/impossibilidade de contratação de recursos humanos com os requisitos contratualizados, o que obrigou à desistência da componente FSE.	1	
Dificuldade/impossibilidade de encontrar no mercado elementos que se enquadrassem nas exigências de elegibilidade	1	
Domínio da plataforma Portugal 2020.	1	
Esatamos a iniciar a fase de execução e portanto não temos como avaliar as dificuldades, neste primeiro momento.	1	
Estou com bastantes dividas , derivadas aos custos que tive na transformação de uma loja em restaurante	1	
Falta de um interlocutor que nos nos possa esclarecer as nossas dúvidas e que seja efectivamente responsável pelo projecto. Alguém com quem possamos conhecer e falar directamente.	1	
Feita por consultora	1	
incumprimento de prazos de pagamento e contrato; Mudança de demandas depois de já ter sido aprovado.	1	
Já respondido anteriormente. Além dos pontos apontados, o sistema ter crashado e pedir elementos inúteis, na submissão. E a coplexidade do sistema para pedidos de pagamento / reembolso.	1	
Não houve execução. a empresa deixou de cumprir critérios de elegibilidade.	1	
Não sabe, a candidatura foi elaborada por consultores	1	
No caso concreto houve um entrave inicial por parte da CCDR Norte que retardou o início do projecto e o adiantamento, por 3 meses. Isto porque a CCDR Norte nos fez pedidos continuados de documentos em vez de validar início e pedir depois mais e novos documentos, quando já tinha toda a informação necessária a essa validação há muito (desde que foi submetido o pedido de início). Aliás, a CCDR Norte nem sequer podia legalmente fazer isto pois um ente público não pode decidir ir protelando a sua decisão, em prejuízo do promotor (que ao ver o início de projecto validado recebe adiantamento), fazendo-o a continuamente solicitar documentos. Para mais esses documentos ou já tinham sido entregues ou não eram devidos – apenas poderiam ser pedidos novamente em fase de fiscalização, como o contrato de arrendamento que havia sido validado em análise de candidatura (!) – e outros que só são devidos numa fase posterior, a do primeiro pedido de reembolso contra despesa, mas não são devidos em fase de validação de projecto (em que basta primeira admissão e primeiro contrato). Felizmente a técnica, Ana Vieira acabou por compreender que assim e tudo se resolveu e corre bem nesse aspecto, ao dia de hoje. E aqui importa salientar que a mudança de atitude se deu, provavelmente, por indicação da sua superior, a muito competente Dra. Paula Santos (gere imensos projectos e equipas que gerem projectos e apesar de não a conhecermos até já propusemos à CCDR Norte e ao seu Presidente para um Louvor em nome do magnífico de coordenação e orientação das suas equipas, mesmo quando surgem problemas, actuando sempre em nome da RES PUBLICA e em tempos muito menores que outras CCDR – não temos dúvidas em afirmar que a CCDR Norte é a CCDR com a melhor equipa técnica na gestão dos FSE e a nossa base de dados de casos é muito vasta). Posteriormente, recentemente, houve uma fiscalização in loco. Não sabemos se da CCDR N ou do GAL. Não estava ninguém no local pois é normal na nossa actividade não se encontrar ninguém no “espaço base”, e porque estávamos em período natalício (21.Dez.21) com recomendação de teletrabalho por causa da pandemia. Escrevemos sobre o assunto dia 23 de Dezembro 2021 à CCDRN e a GAL mas ainda não tivemos resposta.	1	
O Aviso de candidatura Inadequado para ENI. Problema ainda por resolver	1	
O funcionamento da plataforma de gestão não é o mais adequado.	1	
O pagamento das tranches é feita com um atraso superior a 4 meses, por vezes 6.	1	
O projeto não foi executado.	1	
Operacionalidade do Portal2020	1	
Os atrasos verificados com a alteração das circunstâncias provocada pela pandemia e por intervenção de entidades externas administrativas fiscalizadoras.	1	
Os prazos dilatados da decisão conjuntamente com a assinatura do termos de aceitação superaram os 13 meses. Isto obrigavam a uma redefinição do plano de investimento ao qual a entidade se mostrou inflexível.	1	
pandemia por covid, manter os postos de trabalho	1	
Parecer muito tardio por parte da AD&C relativamente à participação dos vencimentos dos ENI. Aquando da preparação do projeto, fase em que estava em cima da mesa a criação de empresa em vez de abrir atividade, foi-me informado que não haveria qualquer problema com o meu posto de trabalho como ENI, sendo participado todo o valor submetido em candidatura. É inadmissível haver alterações nas regras quando o meu projeto está em execução desde o início deste ano e não se compreende que exijam agora a devolução dos valores apoiados. Toda esta confusão poderia ser evitada se, nesta questão, os critérios tivessem sido bem definidos logo de início ou, em alternativa, se as regras mudassem a partir de janeiro de 2022, não lesando desta forma os pequenos empresários que já tiveram um ano bastante difícil.	1	
plataforma informática, complexa, confusa, com pedidos duplicados e informação desnecessária	1	
Poder excessivo e abusivo da CCDR, além da sua incapacidade de dar resposta a necessidades (promotores e GAL)	1	
Pouca informação acerca da forma correcta de submeter os pedidos de pagamento.	1	
Prazo de reembolso	1	
recorremos a uma consultora que nos ajudou a a executar a candidatura	1	
Recrutamento pessoal	1	
Tempo de decisão dos pedidos de reembolso e tempo de receção do apoio financeiro muito longos	1	
A Câmara de Tomnar levou 10 Meses para licenciar o projeto feito absolutamente dentro da lei e dos regulamentos. Quase íamos perdendo o valor do nosso 3º pedido de pagamento! Os primeiros pedidos de pagamento fluíram bem; o último tem sido um pesadelo devido a perguntas às vezes incompreensíveis, já explicado acima.		1
Ainda em fase de execução		1
Burocracia exagerada		1
dificuldade enorme de licenciar um pequeno armazem de apoio - gastei mais no licenciamento que a verba que vai ser financiada		1
Dificuldade em encontrar empresas que executassem o plano de rega por ser de dimensão relativamente pequena.		1

	POR	PDR
Não poder corrigir pagamento através de entidade bancária diferente da indicada no projeto.		1
Não tive dotação		1
o projeto foi executado por consultores, por isso não existiram dificuldades		1
Os valores das tabelas de pagamento, não estão actualizados.		1
Problemas com prazos e burocracia de serviços camarários		1
Recursos humanos, COVID- 19		1
Roturas na cadeia de bastecimento dos equipamentos propostos na candidatura		1
tive que recusar o apoio dado que era limitante e as soluções propostas eram incertas. O projeto neste momento está estagnado porque a legislação impede de uma nova candidatura mesmo que a anterior não foi corretamente desenvolvida, com falhas de todos.		1
Valores de apoio são baixo em relação à realidade! O tempo de demora da aprovação até ao início dos trabalhos é o suficiente para que o custo previsto até à data de execução normalmente é superior		1

Fonte: Inquérito aos beneficiários do DLBC Rural - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1313. Adequação apoio prestado pelo GAL no acompanhamento da execução do projeto?

1 – Nada adequadas		2		3		4		5		6 – Totalmente adequadas		N/A		Total	
N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
26	3,7	27	3,9	43	6,2	131	18,8	156	22,3	215	30,8	100	14,3	698	100,0

Fonte: Inquérito aos beneficiários do DLBC Rural (POR) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1314. Adequação apoio prestado pelo GAL no acompanhamento da execução do projeto (POR)?

1 – Nada adequadas		2		3		4		5		6 – Totalmente adequadas		N/A		Total	
N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
14	3,6	18	4,6	30	7,7	69	17,8	76	19,6	128	33,0	53	13,7	388	100,0

Fonte: Inquérito aos beneficiários do DLBC Rural - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1315. Adequação apoio prestado pelo GAL no acompanhamento da execução do projeto (PDR)?

1 – Nada adequadas		2		3		4		5		6 – Totalmente adequadas		N/A		Total	
N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
12	3,7	9	2,8	13	4,0	62	19,0	80	24,5	87	26,7	47	14,4	310	95,1

Fonte: Inquérito aos beneficiários do DLBC Rural - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1316. Média da adequação apoio prestado pelo GAL no acompanhamento da execução do projeto (escala 1- Nada Adequados a 6 Totalmente adequados)

	POR		PDR		Total	
	Média	N	Média	N	Média	N
Adequação apoio prestado pelo GAL no acompanhamento da execução do projeto	4,67	355	4,71	263	4,69	598

Fonte: Inquérito aos beneficiários do DLBC Rural - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1317. Se respondeu 1, 2 ou 3, quais os elementos que justificam a sua resposta

	POR (N=82)		PDR (N=46)		Total (N=128)	
	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos
Dificuldade de contacto telefónico	30	36,6	9	19,6	39	30,5
Ausência/demora de resposta a emails	34	41,5	10	21,7	44	34,4
Dificuldade/impossibilidade de atendimento presencial	20	24,4	13	28,3	33	25,8
Demora nos esclarecimentos	32	39,0	15	32,6	47	36,7
Esclarecimentos pouco claros	39	47,6	13	28,3	52	40,6
Falta de capacidade técnica para responder às questões colocadas	20	24,4	19	41,3	39	30,5
Outras	10	12,2	4	8,7	14	10,9

Fonte: Inquérito aos beneficiários do DLBC Rural - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1318. Outro. Qual?

	POR	PDR
A análise e respostas a algumas questões baseavam-se em especulações por parte dos técnicos e não em análise de dados e factos. A análise da candidatura ao +COESO foi feita com base em objectivos da GAL e não com imparcialidade. Encontra-se ainda em análise por reclamação nossa na CCDRN. Sem resposta desde Outubro de 2020	1	
A execução do projeto já é a CCDR que acompanha e não a GAL	1	
a minha interação é via consultor	1	
Como dissemos: fomos fiscalizados mas, após nosso envio de mail a 23.Dez.21, não tivemos ainda qualquer resposta (um mês...). Para sermos justos não sabemos se é GAL ou CCDR quem deve responder pois não sabemos que nos visitou. Mas pelo menos acusar a recepção de mail e dizer algo era obrigatório ou pelo menos de bom tom, para uma entidade que se diz de proximidade... mesmo com constrangimentos pandémicos...	1	
como dito anteriormente: os GAL não têm a informação devida, porque é algo de interpretações avulso por parte do IFAP e CCDR	1	
Declinaram responsabilidade na fase de execução	1	
Desconhecia que o GAL prestava apoio após a aprovação da candidatura. Foi-me dito que a partir dessa fase era tudo tratado com a CCDR.	1	

	POR	PDR
Era suposto ter um técnico atribuído para acompanhamento na execução do projeto o que nunca aconteceu, pelo que sinto que não existe qualquer acompanhamento, deixando os beneficiários à deriva. Quando surgem dúvidas, não é claro quem devemos contactar. As respostas às questões colocadas são muito genéricas, quando deviam ser avaliadas caso a caso e de acordo com cada situação em particular.	1	
Falta de interesse em ajudar	1	
foram-nos vinculadas indicações contrárias às referidas nos regulamentos. Não se responsabilizaram pelos regulamentos que anunciaram no momento da candidatura. Os problemas concretos tem a haver com o ponto 8 do regulamento que estipula explicitamente uma excepção para o prolongamento dos prazos de vigências, desde que respeitadas 3 condições. Ora nós cumprimos com todas essas 3 condições e mesmo assim se recusam a considerar um desfasamento no início dos dois contratos de trabalho que compõem a nossa candidatura.	1	
Não sabe, a candidatura foi elaborada por consultores	1	
O GAL não acompanha a fase de execução da candidatura, é a CCDR que não atende os telefones	1	
pedi ajuda para explicarem como fazer os pedidos de reembolso mas nunca responderam	1	
Pois não depende do Gal	1	
Acharia importante perguntarem ao Dr. Miguel Bacelar, nosso consultor. Ele é que lidava com as entidades burocráticas.		1
Demora nas decisões (ex. análise dos pedidos de pagamento, pronunciamento relativamente às alterações pedidas)		1
Muita pressão sobre a execução numa altura em que estamos todos condicionados com a pandemia.		1
O problema não é o GAL, é a burocracia demasiada que bloqueia todo o sistema, desde as GAL, até aos consultores e beneficiários.		1
Parcialidade GAL		1
poucos recursos humanos, não tem conhecimentos de agricultura		1

Fonte: Inquérito aos beneficiários do DLBC Rural - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1319. Considera que o GAL assegurou a capacitação dos beneficiários e potenciais beneficiários para a execução dos projetos?

	POR (N=383)		PDR (N=290)		Total (N=673)	
	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos
Não	75	19,6	57	19,7	132	19,6%
Sim, através de sessões de esclarecimento	117	30,5	77	26,6	194	28,8%
Sim, através de atendimentos durante a execução dos projetos	124	32,4	120	41,4	244	36,3%
Sim, através de documentação de apoio (orientações técnicas)	160	41,8	92	31,7	252	37,4%
Sim, através de outras ações	17	4,4	9	3,1	26	3,9%

Fonte: Inquérito aos beneficiários do DLBC Rural - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1320. Indique quais:

	POR	PDR
A entidade consultora contacta o GAL quando necessita	1	
Após aprovação da candidatura não houve qualquer acompanhamento por parte do GAL.	1	
Avaliando por nós: houve um momento inicial muito bom. Com sessões de esclarecimento e a melhor documentação (GAL-CCDR Norte) e respostas rápidas a dúvidas. Estava marcada nova sessão já de execução para o passado dia 12 Janeiro 2022 mas a pandemia obrigou a cancelar. Mas não deixa de ser muito positivo - queria promover network (excelente). Mas por outro lado aguardamos mail resposta há um mês...	1	
Contacto telefónico	2	
Estamos em contacto e o GAL SINTRA Urban tem sido muito positivo	1	
funcionou como canal de transmissão (das dúvidas e respostas) entre o promotor e o IFAP/CCDR...	1	
Não foi tratado connosco	1	
nao posso opinar, pois tudo foi feito via incubadora	1	
Não sabe, a candidatura foi elaborada por consultores	1	
Os GAL não fazem acompanhamento da execução do projeto isso está a ser feito diretamente pela CCDR	1	
Reuniões com os promotores.	1	
sessões de esclarecimentos na camara , via mail, zoom. antes e durante o processo , sempre GAL esta apta para ajudar.	1	
só fizeram um webinar sobre o registo e nunca mais	1	
Trabalho realizado pela consultora	1	
Ainda não terminei		1
As ações de esclarecimento não são resposta às exasperantes exigências legislativas, OTE's e carga burocrática		1
Falta modelos exemplificativos, esclarecimentos de preenchimento e sobre documentos/orçamentos		1
O GAL podia dar sessões de esclarecimento relativas a cada tipologia de projecto		1
Posso estar enganada, mas que me lembre não houve sessão de esclarecimento. Talvez houvesse uma a que não pude assistir. Já não me lembro, já passaram 2 anos.		1
Recorri a um consultor		1
Salvo as orientações publicadas, não resulta da parte do GAL ações voluntárias de acompanhamento na execução		1
Sessões de esclarecimento, por via telefónica e presencialmente com todos os beneficiários.		1
telefonicamente, respondiam as dúvidas		1

Fonte: Inquérito aos beneficiários do DLBC Rural (POR) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1321. Se participou em ações de capacitação, como avalia a utilidade dessas ações

1 – Nada úteis		2		3		4		5		6 – Muito úteis		Não participou		Total	
N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
4	0,8	13	2,5	18	3,4	45	8,5	72	13,6	109	20,6	268	50,7	529	100,0

Fonte: Inquérito aos beneficiários do DLBC Rural (POR) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1322. Se participou em ações de capacitação, como avalia a utilidade dessas ações (POR)

1 – Nada úteis		2		3		4		5		6 – Muito úteis		Não participou		Total	
N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
2	0,6	8	2,6	13	4,2	24	7,7	40	12,9	66	21,3	157	50,6	310	100,0

Fonte: Inquérito aos beneficiários do DLBC Rural - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1323. Se participou em ações de capacitação, como avalia a utilidade dessas ações (PDR)

1 – Nada úteis		2		3		4		5		6 – Muito úteis		Não participou		Total	
N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
2	0,9	5	2,3	5	2,3	21	9,6	32	14,6	43	19,6	111	50,7	219	100,0

Fonte: Inquérito aos beneficiários do DLBC Rural - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1324. Média da utilidade dessas ações (escala 1- Nada útil a 6 muito útil)

	POR		PDR		Total	
	Média	N	Média	N	Média	N
Utilidade dessas ações	4,90	153	4,90	108	4,90	261

Fonte: Inquérito aos beneficiários do DLBC Rural - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1325. Que ações de capacitação considera que poderiam ser úteis para apoiar a implementação dos projetos?

	POR	PDR
Nisso pensamos que ADRIMINHO tem sido exemplar: as melhores sessões para entidades com projectos aprovados e a primeira a lançar iniciativas para network e execução bem sucedida em rede.	1	
A participação de membros da Autoridade de Gestão ou da Comissão Diretiva era importante para permitir debater questões relacionadas com a complexidade das candidaturas, que pressupõe que devem ser elaborados por gabinetes de consultores que custam valor exorbitantes.	1	
Ações vocacionadas para a utilização do portal 2020.	1	
Ações com objetivo de simplificar a linguagem utilizada nos avisos e regulamentos	1	
Ações complementares após aprovação com partilha de dificuldades entre pares.	1	
Ações de apresentação onde se explica	1	
Ações de orientação sobre elaboração dos projetos - modelos	1	
ações em parceria com associação empresariais e incubadoras	1	
Ações mais práticas sobre a legislação e como fazer pedidos de alteração à candidatura e pedidos de reembolso.	1	
ações que especifiquem de forma mais detalhada como se processa a execução do processo, e não apenas foco na elegibilidade.	1	
ações sobre funcionamento da plataforma	1	
Acompanhamento técnico no processo.	1	
Apoio à legislação	1	
Apoio no tratamento da Documentação necessária	1	
apresentação do programa +co3so	1	
Capacitação para estudos de mercado	1	
Capacitação para preenchimento da candidatura.	1	
Clareza das burocracias aplicadas	1	
Classificação contabilística	1	
Desde a fase de análise da capacitação para o projeto, até à utilização das aplicações para execução do projeto	1	
Deveria haver gabinete de apoio direto	1	
Documentação de apoio aos pedidos de pagamento	1	
empreendedorismo e gestão	1	
envio informação	1	
Esclarecimento sobre a matriz ou check list de análise e avaliação e explanação dos respectivos critérios	1	
Esclarecimento sobre legislação e burocracia	1	
Esclarecimentos sobre aspetos formais relacionados com a execução física e financeira	1	
explicação de como pedir os reembolsos	1	
Fazer ações de acompanhamento aos projetos, aconselhamentos e apoios nos pedidos de pagamento.	1	
Formação / workshop em Gestão, Fiscalidade, Legislação	1	
Formação dos técnicos do GAL afetos aos projetos	1	
Formação em como navegar perante as burocracias das candidaturas, principalmente as que surgem após serem aprovadas. De preferência, que estas indicações não se limitem a documentos pdf compostos por capturas de ecrã ilegíveis, independentemente de quanto se amplie o documento.	1	
Formação sobre o preenchimento dos projetos no Balcão2020	1	
Formações quanto aos requisitos formais de admissão e pedido de pagamento	1	
Gestão financeira	1	
Gestão no balcão 2020 para pedidos de pagamentos	1	
Gestão Projetos - para melhorar o cumprimento de requisitos na sua execução..	1	

	POR	PDR
Haver um responsável com quem se possa dialogar directamente, para esclarecer problemas e ultrapassar as eventuais dúvidas.	1	
legislação clara e objetiva. cumprimento da legislação por parte do IFAP e CCDD	1	
Legislação, contabilidade	1	
Maior conhecimento da realidade local	1	
Mais acções de esclarecimentos	1	
Mais acções de capacitação sobre os apoios a financiar. Só soube do resultado em Junho e acho injusto não receber apoio desde janeiro até Junho que foi o período que demorou a sair os resultados, principalmente para quem criou o seu posto de trabalho e a sua empresa. eu tive muitos problemas relacionados desde as obras na loja, foram 4 ou 5 empreiteiros e todos recusaram colocar uns azulejos no chão, isso são biscatos e os empreiteiros não querem pequenas obras, depois com a luz, o senhor que me instalou os equipamentos mobiliários aconselhou-me a luz trifásica, esquematizou a loja para ter trifásico e o electricista demorou 2 meses, e não conseguiu colocar a luz trifásica deu erro por parte da EDP. Quem depender do trabalho de terceiros atrasa muito a abertura, porque não têm disponibilidade, ou não querem, ou os técnicos tem dificuldades em fazer o seu trabalho(no meu caso o electricista que fez com que "perde-se" dois meses e não foi capaz em conjunto com a EDP colocar-me a luz trifásica. Os requisitos para as empresas já implementadas deveriam ser diferentes das empresas recém nascidas	1	
Mais documentação técnica de apoio	1	
Mais e melhor apoio na partilha de informação	1	
Mais exemplos práticos para ajudar a preencher e calcular o mérito do projeto	1	
Mais formação	1	
Mais rendimentos	1	
Na submissão da candidatura	1	
Não sabe, a candidatura foi elaborada por consultores	1	
Nas áreas financeiras e estratégicas	1	
No âmbito administrativo/financeiro.	1	
No âmbito dos reembolsos.	1	
O GAL poderia ser visto como um "parceiro" para o desenvolvimento das empresas locais, onde seriam úteis as visitas dos técnicos do GAL às empresas beneficiárias para conhecerem a realidade do projecto/empresa e ajudarem a empresa na sua adequação ao projecto em curso ou outros enquadráveis noutras candidaturas.	1	
Orientação	1	
Orientação para execução física e financeira dos projetos.	1	
OT + atendimento durante a execução.	1	
Penso que todas as acções desenvolvidas foram adequadas.	1	
Preenchimento de formulários candidatura e de pedidos pagamento	1	
Processo de pedido de reembolsos.	1	
Questões burocráticas associadas e documentos necessários para instruir os pedidos de pagamento	1	
Regulamentação técnica mais específica à operação em concreto	1	
Sessão de esclarecimento através das plataformas de internet por forma a que os promotores pudessem esclarecer todas as suas questões.	1	
sessão preenchimento formulários	1	
Sessões de apoio ao preenchimento de pedidos de pagamento.	1	
Sessões de esclarecimento	3	
Sessões de esclarecimento ao nível concelhio.	1	
Sessões de esclarecimento de dúvidas. Designação de um técnico que acompanhasse os projetos, tal como estava previsto.	1	
sessões de esclarecimento específicas, direccionadas a determina área e não generalizadas	1	
sessões de esclarecimento para execução e acompanhamento de projetos	1	
Sessões de Esclarecimentos e Webinares	1	
Sessões online colectivas, mas necessariamente mais bem preparados. Positiva a sua realização, muito.	1	
terem os próprios consultores	1	
Todas. Guião em pdf dos passos a dar desde o início (o que fazer timentim por timentim)	1	
Trabalho realizado pela consultora	1	
Uma acção de apoio à elaboração de um estudo de viabilidade.	1	
Utilização do Balcão 2020	2	
Webinares, produção de conteúdos práticos e didáticos, linha de apoio exclusiva para os consultores indicados pelos beneficiários. Os próprios técnicos também devem evoluir na parte da contabilidade, fiscalidade e indicadores de negócio, para produzirem análises mais coerentes.	1	
Celeridade na resolução e disponibilidade dos fundos.		1
Esclarecimentos para elucidação complementar.		1
Acções de capacitação nos pedidos de pagamento.		1
Acções de formação.		1
Acho que devem ser realizadas acções com os consultores, para mim é suficiente conhecer as datas de abertura dos concursos, dado quem executa a candidatura é um consultor o GAL deve capacitar os consultores.		1
Acções de capacitação de execução de projetos		1
Acções idênticas mas com menos incentivos e dotações mais razoáveis para haver uma abrangência a quem conseguir reunir os pressupostos, neste caso muitas empresas capazes de cumprir, mas com dotações meramente de propaganda		1
Acções na área económica		1
Acções no local dos produtores		1
Acções para clarificar a fase de instrução da candidatura e a utilização das plataformas PDR e IFAP		1

	POR	PDR
Acompanhamento e aconselhamento mais eficazes		1
Adoção de medidas que levem os GAL a não se fecharem sobre si próprios por ser suposto servirem para ajudar a dinamizar a comunidade que ainda quer investir, e absterem-se de se constituírem como entraves ao pouco já depauperado publico eventualmente investidor.		1
Análise de Projetos de Investimentos, Plano de Negócios		1
Apoio técnico, como atrás referi.		1
Após a submissão das candidaturas poderiam fazer sessões de esclarecimento e pequenos webinar para auxílio aos beneficiários		1
Atendimento personalizado		1
Capacitação acerca dos elementos a entregar e modo de instrução		1
Como preencher pedidos de pagamento		1
Descrição dos objetivos do programa de apoios, elegibilidade e a poio ao processo de candidatura.		1
dos pedidos de pagamento tanta burocracia, se já foi paga com o nosso dinheiro e temos de provar tanta coisa depois para receber o dinheiro		1
Elaboração de plano de negócios		1
Enquadramento do financiamento próprio e opções de conseguir financiamentos.		1
Esclarecimentos sobre o tipo de projeto a candidatar e documentos necessários		1
Explicativos dos vários passos a realizar, exemplificativos de criar um projeto. Também de formato aberto a duvidas e esclarecimentos gerais.		1
Fazer uma auscultação prévia a possíveis interessados e contactar os interessados para posterior capacitação		1
Formação		1
formação aos empresários		1
Formação clara e descomplicada		1
Formação de gestão de empresa agrícola.		1
Formação no uso da plataforma do PDR2020		1
Formação online		1
Informações sobre enquadramento		1
maior divulgação por via eletrónica e associações locais		1
Maior divulgação/orientações		1
Mais sessões de esclarecimento sobre as várias componentes da candidatura		1
Mais trabalho equipa		1
Medida 10.2.1 e restantes.		1
nada a designar		1
Não participei em ações de capacitação, mas os GAL/IFAP têm regras, por exemplo para os pedidos de pagamento, que podiam e deveriam ser dadas a conhecer a quem faz um projecto.		1
Não se identificam.		1
Não sei		1
não tenho nada a dizer		1
Nenhumas. A elaboração de candidaturas não passam de exercícios académicos sem sentido , dado que existem tabelas para produção por ha , valor por quilo-		1
No desenvolvimento do investimento		1
Plano de negocios e vendas / rentabilidade vs investimento		1
Planos plurianuais		1
Por cada nova medida deveria haver uma ação de capacitação. Uma newsletter seria interessante para estarmos actualizados.		1
Prestar informações práticas sobre como efetivamente funcionam as medidas.		1
Promover o empreendedorismo		1
Referidas anteriormente		1
Regulares e nas associações de agricultores se for o caso		1
Responder à posteriori às questões colocadas que não tiveram oportunidade de responder nas sessões de esclarecimento.		1
Reuniões locais de esclarecimento		1
Reuniões no mundo rural		1
Sem opinião definida		1
Sensibilizar os promotores dos projetos para a sustentabilidade dos mesmos em todas as valências, ambiental, manutenção, consumo de água ou outros, colocação no mercado e mais valia económica.		1
Sessões de apresentação e explanação do programa ajudariam		1
Sessões de esclarecimento online e outras presenciais		1
sessões de esclarecimento para elaboração das candidaturas		1
sessões de esclarecimento pré abertura de concursos, ou disponibilização de informação no site do GAL (neste caso ADRUSE)		1
sessões locais		1
Sessões presenciais		1
tem de existir motivacao e opções políticas para implementacao		1
Tramento burocrático dos projetos. Abordagem de entidades licenciadores e elaboração do dossier de execução do projeto.		1

Fonte: Inquérito aos beneficiários do DLBC Rural - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1326. Principais necessidades/problemas que sente em relação à Equipa Técnica do GAL

	POR (N=348)		PDR (N=268)		Total (N=616)	
	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos

Insuficiência no número de elementos da Equipa Técnica do GAL	78	22,4	42	15,7	120	19,5
Excesso no número de elementos da Equipa Técnica do GAL	3	0,9	4	1,5	7	1,1
Desadequação da formação e conhecimentos técnicos do GAL	15	4,3	28	10,4	43	7,0
Insuficiência de conhecimentos técnicos da GAL	26	7,5	22	8,2	48	7,8
Excessiva especialização dos técnicos em determinada área/função	6	1,7	2	0,7	8	1,3
Excessiva polivalência dos técnicos do GAL	12	3,4	9	3,4	21	3,4
Não sente necessidades/problemas em relação à Equipa Técnica do GAL	224	64,4	188	70,1	412	66,9
Outros	25	7,2	17	6,3	42	6,8

Fonte: Inquérito aos beneficiários do DLBC Rural - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1327. Outros, quais:

	POR	PDR
A falta de acompanhamento dos projetos talvez se deva a um número insuficiente de técnicos.	1	
Apesar de termos elogios à postura (exemplar) do GAL SINtra Urban, em duas das reuniões foi notória alguma impreparação/desconhecimento de regras gerais dos fundos comunitários. É um aspecto a melhorar, mas que é compreensível: avastidão de regras e legislação não facilita...	1	
Como já referi os GAL não interferem na execução do projeto isso passa pela CCDR e não tem sido fácil por falta ao que me foi dito de recursos humanos suficientes	1	
Contacto feito por consultor	1	
desarticulação com outras entidades, dificuldade de esclarecimento de tarefas, falta de comunicação, linguagem pouco clara	1	
Desconhecia que o GAL prestava apoio após a aprovação das candidaturas.	1	
Em algumas dúvidas que disponha, não tinham a clareza desejada, dependiam de outra entidade.	1	
Exigências aplicações ao longo do processo completamente desaguadas ao programa apresentado	1	
Falta de divulgação dos projetos e falta de sessões de esclarecimentos.	1	
Falta de foco nas empresas que concorrem aos incentivos e demasiado foco nos próprios objectivos	1	
falta de homogeneidade na aplicação dos critérios e na informação prestada. receio de ir "contra" IFAP e CCDR...	1	
Falta de interesse ou conhecimento para ajudarem em algumas questões muito específicas	1	
Falta de vontade em prestar esclarecimentos	1	
insuficiência de articulação com a CCDR	1	
Insuficiência de conhecimentos técnicos do Balcão2020	1	
Insuficiência de conhecimentos técnicos e desadequação da formação de alguns técnicos da equipa do GAL	1	
Lentidão nas respostas	1	
Não leram os regulamentos do concurso que promoveram e deram informações contrárias ao estipulado nos seus próprios regulamentos.	1	
Não sabe, a candidatura foi elaborada por consultores	1	
Não temos dados para avaliar, verdadeiramente. Nas interações que tivemos: o GAL é dos melhores a nível nacional. Igual aos melhores seja em competência técnica, seja em disponibilidade seja, pensamos e esperamos (vejamos a resposta) ao mail anteriormente mencionado em "bom senso" no difícil papel dos GAL – a figura dos GAL e destes incentivos DLBC - SI2E (CO3SO, PAPN,...) está algo mal feita e gera claramente alguma confusão em termos dos papéis do GAL - entidade que agrega e dissemina informação, incentivativa e é catalizador VERSUS - entidade parceira de desenvolvimento e de rede territorial (já participa não é só catalizador) VERSUS - avaliador VERSUS - fiscalizador. Isto leva a confusões e situações menos positivas, a ADRIMINHO tem sido, parece-nos, e até agora, dos GAL que melhor faz esta impossível conciliação. Mas o melhor era mesmo ALTERAR, partindo papéis. Pelo menos o de FISCALIZADOR não poderia estar ali...	1	
Necessidade de existir equipas pluridisciplinares com especialização. Os técnicos do GAL procuram responder a tudo e da melhor forma e conhecimento que têm, mas mais recursos humanos especializados ajudariam ainda mais. Os GAL estão localizados em meio rural, meio por si desprovido de recursos humanos especializados, que obriga os que trabalham no GAL a especializarem-se noutras áreas de formação para responderem às exigências dos promotores e dos agentes locais.	1	
Nem todos os técnicos têm o mesmo nível de conhecimento.	1	
no caso do si2e e +co3so grande dependência da ccdra	1	
Reduzido poder de vinculação das orientações dadas. Não possuem autonomia e independência suficiente face às CCDR	1	
Técnicos analistas sem formação adequadas para análise dos projetos (formações em psicologia entre outros analisar projetos agrícolas/animal) que obrigou o consultor em sede de esclarecimento responder a inúmeras questões injustificáveis para quem analisa projetos do sector agrícola.	1	
Trabalho realizado pela consultora	1	
As dificuldades na aprovação e execução de candidaturas não residem nos GAL, mas nos órgãos técnicos do Ministério.		1
Ausência de capacidade para desenvolver as estratégias implementadas e aptidões territoriais		1
Em questões de dúvidas mais complexas, as respostas obtidas são muito genéricas, que procuram responder complementar, mas em tempo desproporcionado com o tempo que se tem para a preparação e ações para a candidatura		1
Falta de formação jurídica		1
Falta de interesse em acompanhar os projetos e demasiada preocupação burocrática		1
Falta de proximidade com os beneficiários		1
Muita burocracia		1
muitas análises e tempo perdido para pouco dinheiro disponível, muita análise e perda de tempo para aprovação de meia dúzia de projetos		1
muitas vezes ultrapassam os requisitos a cumprir		1
Não consigo enquadramento por o contacto que tive não chegar para uma conclusão, pareceram simpáticos desvincularam-se da avaliação sugeriram uma orientação que possui-a incerteza e por isso não optei		1
Não recorri aos serviços da equipa técnica do GAL		1
Nenhum foco nos resultados do investimento. Falta de pro-actividade. Total foco em cumprir, por excesso ou inadequado zelo, a burocracia associada.		1
Pressão para a entrega de documentos quando não estão dependentes dos beneficiários e pressão com os prazos de execução para que não haja pedidos de prorrogação.		1
Resposta de acordo com informação obtida junto do meu consultor		1
Revelaram insuficiências na área fiscal e contabilística relativamente à análise dos documentos comprovativos da despesa de investimento		1
Servilismo e falta de isenção face às determinações e preferências impostas pelos órgãos directivos		1

Fonte: Inquérito aos beneficiários do DLBC Rural - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1328. Ponderou apresentar candidatura a outro Programa/Medida?

	POR		PDR		Total	
	N	%	N	%	N	%
Sim	66	16,8	61	19,7	127	18,1
Não	327	83,2	248	80,3	575	81,9
Total	393	100,0	309	100,0	702	100,0

Fonte: Inquérito aos beneficiários do DLBC Rural - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1329 Identifique o outro Programa a que ponderou apresentar candidatura e porque é que optou pelo apoio do GAL

	POR	PDR
+CO3SO, a maior aldrabice do século	1	
A Zebra Caprichosa Lda. tem apoios ADAPTAR e até um SI Internacionalização aprovados - são compatíveis e cumuláveis. Apoios para contratações: passou a usar CO3SO em detrimento dos apoios IEFP por serem de muito maior montante e taxa de apoio. Não se exclui futura candidatura RHAQ (para outro tipo de perfil, profissionais mais qualificados e experientes). Acresce a vantagem de poder facilitar a inserção no território pela proximidade ao GAL.	1	
Adaptar	1	
Adaptar Turismo, e apoios a investimento	1	
Apoio à produção nacional	1	
Ativar.pt	2	
ATRAIR	1	
Cadeias curtas, pois acho que complementa muito bem o projecto agrícola que instalei.	1	
Compete	2	
Compete, optei pelo GAL por ser de maior proximidade com a identificação da potencialidade do projeto e por considerar os montantes adequados para a dimensão do projeto em causa.	1	
Desconheço que hajam outros meios.	1	
Foi ponderado o SI2E, mas em situação de desemprego o + COESO emprego interior fez mais sentido.	1	
IEFP	1	
IEFP (estágios) vs. CO3SO. O apoio CO3SO era muitíssimo mais interessante (financeiramente). Acresce a vantagem de poder facilitar a inserção no território pela proximidade ao GAL.	1	
Interessante que possa vir a surgir	1	
Internacionalização	1	
Linha de apoio da Turismo de Portugal. Optei pelo apoio do GAL pela garantia de um apoio a fundo perdido.	1	
Mais perto dos empreendedores	1	
Nenhum outro, ponderei não candidatar pelo facto de ser muito complexo e moroso	1	
NORTE-06-38D7-FEDER-001731 -	1	
o programa escolhido era mais	1	
PAPN só que não deu porque tinha que ter a empresa criada á mais de 1 ano . Porque precisava de mais financiamento, fiz obras na loja para converter em restaurante e agora fiquei com bastantes dividas, ainda não consegui pagar ao empreiteiro que me fez as obras, nem ao electricista nem ao senhor do café, nem o computador com a máquina registadora, nem ao contabilista.. Precisava de mais financiamento. Investi quase 30 000 e estou com muitas dividas porque estou sem dinheiro para pagar	1	
PDR	3	
Opção do GAL pela proximidade.	1	
Pdr2020 medida 3.2.1, sendo uma medida nacional, muito dificilmente se consegue valia no projeto. As medidas das GAL têm por base as localidades em que se inserem, e isso facilita em muito quer candidatar e investir nos territórios rurais, onde os investimentos são maioritariamente de baixo valor.	1	
Pela proximidade do GAL	1	
porque supostamente havia mais proximidade e apoio	1	
Portugal 2030	1	
Programas de apoio ao emprego e investimentos em máquinas e equipamentos	1	
quando da abertura de novas candidaturas	1	
Renovação das aldeias, proximidade	1	
SI Inovação Produtiva	2	
SI2E	2	
Simplicidade	1	
Turismo de Portugal	1	
10211		1
Ainda estou à espera de verificar qual o adequado		1
Cadeias curtas e mercados locais		1
Desisti do projeto.		1
Diversificação na atividade agrícola		1
Enquanto este GAL se mantiver, não me sujeito a novas candidaturas nem pactuo com os favorecimentos por ele promovidos		1
Falta de divulgação das candidaturas existentes		1
FEDER - CIM		1
Fiquei muito satisfeita com o apoio técnico prestado		1
Foi muito difícil implementar o projecto a que me candidatei, o tempo que demorou a aprovação e a resposta aos pedidos de documentação foi particularmente penoso e ocupou-me demasiado tempo. Por outro lado o apoio financeiro é relativamente		1

	POR	PDR
reduzido Pelo que prefiro ir inovando e investindo na medida em que me for possível. É lamentável que em vez de apoiar os pequenos proprietários, se lhe complique a vida.		
investimento de pequenos 3.1.1		1
Investimento inferior a 200.000€		1
Investimento na Exploração Agrícola		1
Medida 10.2.3		1
Medida 3.2.1 do PDR2020, mas optei pelo GAL porque a taxa de comparticipação ou subsidio é maior (50%)		2
Medida 321 mas não se encontrava em fase de candidatura e não havia informação sobre a abertura da mesma,		1
Não era possível, porque os pequenos investimentos são por esta via		1
NEM SEI SE HAVIA ESSA POSSIBILIDADE		1
o meu objetivo é criar uma estrutura que responda aos vários problemas existentes e portanto todas as medidas que ajudem a isso apresento candidatura		1
Operação 3.2.1 - Investimento na exploração agrícola . maior taxa de financiamento e mais simples		1
Ouvi falar de programa de apoio a "arqueologia rural". Ouvi falar vagamente de um programa para habilitação de equipamentos e espaços antigos de herdades agrícolas. Gostaríamos de renovar (para posterior abertura aos turistas) os espaços onde temos alambique, equipamentos do séc. XIX, adega, cavalariças, carros de cavalos do séc. XIX, mas não sei onde nem como procurar...		1
PDR 2020		3
PDR 2020 - 3.1.2 Investimento da exploração agrícola		1
Pela proximidade dos serviços		2
E teórica simplicidade de processos.		1
pequenos investimentos na exploração agrícola e pequenos investimentos na transformação e comercialização de produtos, pela excelente performance do GAL a todos os níveis		1
PO REGIONAL - CRESC ALGARVE		1
porque não me pode candidatar ao PDR2020 em concurso de âmbito nacional		1
Portugal 2020		2
Programa de Reconstrução de aldeias no Interior do país. Vou optar pela GAL devido à proximidade e operacionalidade		1
Programa idêntico mas com maior participação		1
Programa/Medida à 3.2.1 - porque o tempo dado para a candidatura à 10.2.1.1. não foi suficiente para a concluir		1
proximidade		1
Proximidades e valor do investimento		1
Renovação de parque de máquinas agrícolas		1
troca de trator		1

Fonte: Inquérito aos beneficiários do DLBC Rural - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1330. Avaliação do contributo do modelo de apresentação de candidaturas ao GAL comparativamente com o modelo de apresentação de candidaturas diretamente ao Programa operacional para as seguintes dimensões:

	Contributo negativo		Contributo neutro		Contributo positivo		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Redução da carga administrativa	53	8,8	263	43,8	285	47,4	601	100,0
Celeridade de procedimentos	53	8,8	226	37,6	322	53,6	601	100,0
Proximidade aos beneficiários	19	3,1	144	23,8	442	73,1	605	100,0
Capacidade de ajustamento às necessidades do território	20	3,3	160	26,5	423	70,1	603	100,0
Participação dos atores locais na definição do processo de desenvolvimento local	24	4,0	197	32,9	378	63,1	599	100,0
Promoção da articulação e criação de sinergias entre beneficiários	25	4,2	253	42,4	318	53,4	596	100,0
Monitorização de resultados	23	3,9	253	42,4	321	53,8	597	100,0
Resultados atingidos com os projetos	23	3,8	218	36,4	358	59,8	599	100,0
Alcance das metas definidas nos projetos	22	3,7	224	37,5	351	58,8	597	100,0
Outras.	5	4,0	65	51,6	56	44,4	126	100,0

Fonte: Inquérito aos beneficiários do DLBC Rural - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1331. Avaliação do contributo do modelo de apresentação de candidaturas ao GAL comparativamente com o modelo de apresentação de candidaturas diretamente ao Programa operacional para as seguintes dimensões (POR):

	Contributo negativo		Contributo neutro		Contributo positivo		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Redução da carga administrativa	24	7,1	154	45,3	162	47,6	340	100,0
Celeridade de procedimentos	29	8,6	137	40,4	173	51,0	339	100,0
Proximidade aos beneficiários	10	2,9	82	24,2	247	72,9	339	100,0
Capacidade de ajustamento às necessidades do território	9	2,6	98	28,7	234	68,6	341	100,0
Participação dos atores locais na definição do processo de desenvolvimento local	11	3,3	116	34,3	211	62,4	338	100,0
Promoção da articulação e criação de sinergias entre beneficiários	12	3,5	144	42,5	183	54,0	339	100,0
Monitorização de resultados	11	3,3	143	42,3	184	54,4	338	100,0
Resultados atingidos com os projetos	13	3,9	120	35,6	204	60,5	337	100,0

	Contributo negativo		Contributo neutro		Contributo positivo		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Alcance das metas definidas nos projetos	11	3,3	126	37,4	200	59,3	337	100,0
Outras.	2	2,5	38	48,1	39	49,4	79	100,0

Fonte: Inquérito aos beneficiários do DLBC Rural - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1332. Avaliação do contributo do modelo de apresentação de candidaturas ao GAL comparativamente com o modelo de apresentação de candidaturas diretamente ao Programa operacional para as seguintes dimensões (PDR):

	Contributo negativo		Contributo neutro		Contributo positivo		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Redução da carga administrativa	29	11,1	109	41,8	123	47,1	261	100,0
Celeridade de procedimentos	24	9,2	89	34,0	149	56,9	262	100,0
Proximidade aos beneficiários	9	3,4	62	23,3	195	73,3	266	100,0
Capacidade de ajustamento às necessidades do território	11	4,2	62	23,7	189	72,1	262	100,0
Participação dos atores locais na definição do processo de desenvolvimento local	13	5,0	81	31,0	167	64,0	261	100,0
Promoção da articulação e criação de sinergias entre beneficiários	13	5,1	109	42,4	135	52,5	257	100,0
Monitorização de resultados	12	4,6	110	42,5	137	52,9	259	100,0
Resultados atingidos com os projetos	10	3,8	98	37,4	154	58,8	262	100,0
Alcance das metas definidas nos projetos	11	4,2	98	37,7	151	58,1	260	100,0
Outras.	3	6,4	27	57,4	17	36,2	47	100,0

Fonte: Inquérito aos beneficiários do DLBC Rural - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1333. Outros, quais:

	POR	PDR
Não conheço outra realidade para comparar.	3	
Não fui o responsável pela candidatura	3	
Não sabe	3	
Nota: há clara diferença entre teoria e prática. E há uma dificuldade criada pelo duplo papel dos GAL - fiscal e catalisador...	1	
O facto de se deslocarem junto dos beneficiários, conhecendo-os, e avaliando as candidaturas, é no meu entender uma muito boa política.	1	
Discricionariedade por parte do GAL		1
Igualdade de oportunidades para todo o território nacional		1

Fonte: Inquérito aos beneficiários do DLBC Rural - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1334. principais vantagens de apresentar candidaturas ao GAL:

	POR	PDR
Proximidade	32	
Proximidade e conhecimento das necessidades do território	11	
Apoio e acompanhamento na candidatura	8	
Apoio	5	
Proximidade e celeridade nas respostas.	5	
Proximidade aos beneficiários	4	
Apoio mais próximo	3	
Proximidade com os técnicos	3	
Conhecimento do território	2	
Não sabe, a candidatura foi elaborada por consultores	2	
Proximidade aos beneficiários, capacidade de ajustamento às necessidades do território	2	
Proximidade do beneficiário e conhecimento das necessidades do território	2	
Proximidade e conhecimento da realidade local	2	
Proximidade territorial	2	
A ajuda monetária	1	
Acessibilidade da equipa	1	
Acesso a incentivos como multiplicador de índices económicos para a região	1	
Acompanhamento de proximidade	1	
Ajuda ao crescimento de novas empresas a instalarem-se no mercado. Criação de postos de trabalho que são fundamentais na região do interior, sendo que deveriam haver mais apoios para empresas que começam do zero de forma a conseguirem empregar mais pessoas.	1	
Ajuda fina	1	
Ajuda financeira atribuída com a implementação dos projetos	1	
Alavanca de Projetos	1	
Alavancagem do negócio e desenvolvimento de novas tecnologias na região	1	
antes era a proximidade e compreensão para as especificidades de cada região/atividade/promotor. Atualmente não há vantagens, pois os GAL têm receio de IFAP e CCDR, entidades que centralizam os apoios e ajem com total impunidade, pois nem sequer têm de "ouvir"/"conhecer" os promotores...é por isso que é fundamental dar relevo aos GAL.	1	

	POR	PDR
Ao meu ver, sinto que este programa de apoio, com este projeto foi capaz de tornar o meu sonho real, em ser empreendedor. Estou muito grato por existirem este tipo de apoios, motivando indivíduos cujo capital financeiro, por vezes, para o arrancar de um negocio é insuficiente.	1	
Apenas por uma questão de alocação de fundos ao organismo.	1	
Apoio direcionados às necessidades locais	1	
apoio e esclarecimentos	1	
Apoio na contratação de novos colaboradores.	1	
Apoio na submissão e criação posto de trabalho	1	
Apoio técnico extra e suporte, interação com redes de empresas locais para cooperação e dinamização local	1	
As vantagens são as identificadas acima, a Gal conhece o território e os beneficiários. Conhece a realidade do que se passa no terreno e isso faz toda a diferença na agilidade dos processos.	1	
Atendimento excelente, e estas iniciativas destes apoios é muito benéfico, pois eu tenho uma filha e estou à muitos anos sem trabalho, o que é mesmo muito doloroso, agora apesar de ter dívidas estou com a esperança, e com muito mais autoestima e a nível psicológico muito melhor porque estou a trabalhar	1	
Atendimento personalizado	1	
Atendimento próximo e qualificado.	1	
aumentar a mão de obra na empresas	1	
Avisos com temas próximos da realidade local.	1	
Celeridade de procedimentos, Proximidade aos beneficiários, Capacidade de ajustamento às necessidades do território	1	
Celeridade na análise	1	
CO3SO: nível de apoio. GAL: se o GAL funcionar bem a inserção no território seria muito maior.	1	
CO3SO: nível de apoio. GAL: se o GAL funcionar bem e se focar em ser "parceiro" e não "fiscal" a inserção no território seria muito maior. Mas admitimos a dificuldade - a duplicidade de funções torna passível de falta de clareza e problemas, como sucedeu neste caso.	1	
Comunicação direta e alinhamento com os objetivos, interesses e entidades regionais, interessadas e beneficiadas pelo projeto..	1	
Comunicação e interpretação	1	
Confiança nos técnicos da GAL	1	
Conhecem bem as estratégias onde se inserem e por isso conseguem ajudar melhor os beneficiários na apresentação das suas candidaturas. Esclarecem melhor e rápido qualquer dúvida. Publicitam de forma mais eficientes os apoios. Contribuem de forma significativa para a economia local.	1	
Conhecimento da realidade do território e das suas necessidades na análise dos projetos.	1	
Consegues se fazer melhorias na empresa, o que é bastante bom.	1	
Contacto directo /proximidade com a comunidade	1	
Contato direto com técnicos	1	
Contribuir para a alavancagem do desenvolvimento local.	1	
Em teoria, uma maior proximidade e apoio aos proponentes, bem como uma melhor gestão do apoios para região. (O que seria excelente e extremamente valorizado).	1	
equipe altamente qualificada e pronta para o atendimento/orientação das empresas	1	
Esclarecimento e menos dependência de consultores	1	
Estreita articulação com as necessidades do território.	1	
Excelente acompanhamento e monitorização	1	
Facilidade de comunicação e conhecimento da realidade local.	1	
facilidade e rapidez	1	
Facilidade na comunicação com o organismo	1	
foi um grande apoio, e simultaneamente o "rastinho " para o novo investimento	1	
forma rápida e eficiente de apoiar projetos de investimento	1	
Gabinete com técnicos profissionais que nos esclarecem e explicam-nos tudo direito.	1	
Incentivo necessário para a obtenção de segurança e estabilidade do investimento	1	
Maior adequação dos apoios às necessidades Territoriais/locais	1	
Maior envolvimento e apoio o que permite que a execução seja ainda mais provável de ser bem sucedida.	1	
Maior facilidade de contacto	1	
Maior proximidade com os promotores e maior celeridade no esclarecimentos	1	
melhoria dos serviços prestados	1	
Modernização empresa	1	
Na criação e submissão dos projetos, ajuda muito no planeamento futuro do projeto, o apoio financeiro e a regalias fiscais	1	
Não conheço outra realidade para comparar.	1	
Não se encontram vantagens, pois as medidas são determinadas numa lógica de top down em que os atores locais não conseguem determinar quais as prioridades de investimento	1	
Nenhumas, quer o PO quer a GAL funcionam horrivelmente mal	1	
O montante financeiro atribuído.	1	
Os Gal estão mais familiarizados com os territórios e as suas necessidades	1	
Os GAL são uma mais valia para a região uma vez que são equipas personalizadas que podemos contactar presencialmente, de proximidade que nos apoiam a realizar as candidaturas. São uma mais valia para a região pois promovem ações que ajudam os empresários a elevar os seus produtos bem como os produtos endógenos das regiões. Os GAL e o contacto com eles dão-nos a certeza que somos ouvidos e compreendidos.	1	
Pela proximidade e acessibilidade	1	

	POR	PDR
Poder criar o seu próprio emprego e o seu negócio	1	
Possibilidade de interação pessoal	1	
Pré seleção e conhecimento da adequação do projecto às especificidades do território	1	
Prendem-se com tudo aquilo que assinalai anteriormente	1	
Projetos de proximidade, de pequena dimensão e mais ajustados às microempresas	1	
Projetos relevantes	1	
Proximidade com GAL e conhecimento do território, preocupação com os promotores e com o território	1	
Proximidade com o território de influência	1	
Proximidade com os agentes do território	1	
Proximidade com os interlocutores	1	
Proximidade de relacionamento	1	
Proximidade dos técnicos, ainda que tenham pouco ou nenhum tempo para atendimento	1	
PROXIMIDADE E CAPACIDADE TÉCNICA	1	
proximidade e facilidade de esclarecimentos. compreensão das necessidades locais	1	
Proximidade e facilidade no apoio antes e depois da candidatura	1	
Proximidade e facilidade no atendimento e esclarecimento	1	
Proximidade e oportunidade.	1	
Proximidade e orientação para o sucesso dos beneficiários	1	
Proximidade e potencial de cooperação e colaboração	1	
Proximidade e valorização real do território	1	
proximidade geográfica e física	1	
Proximidade regional	1	
Proximidade, Adequação às necessidades da MPME e do território	1	
Proximidade, possibilidade de discussão antes da apresentação do projeto, enquadramento do projeto com a estratégia de desenvolvimento local, ter interlocutores diretos (equipa técnica) para prestar esclarecimento, aconselhamento, conhecimento do território com possibilidade de ajustar a candidatura, O GAL é uma instituição com rosto com pessoas que têm nome, que temos a possibilidade de falar pessoalmente sem ser por meios digitais. OGAL conhece o território enquanto as CCDRN estão longe da realidade e desconhecem os pormenores de cada território com a sua realidade.	1	
Proximidade, redução dos tempos de resposta, representatividade e conhecimentos aprofundado da estratégia de desenvolvimento local.	1	
Quando necessário, na execução do projeto tenho tido todo o apoio	1	
rapidez nas respostas.	1	
rapidez, proximidade e ajuda na resolução dos problemas	1	
Realização de sessões de esclarecimento.	1	
Redução do impacto burocrático	1	
Se elaborassem os projetos	1	
Visto que a nossa candidatura foi feita por consultores não temos opinião sobre este tema	1	
Proximidade		55
Conhecimento das necessidades do território		18
Não existem vantagens		10
Proximidade aos beneficiários		10
Celeridade		7
Proximidade com o território		6
Facilidade de comunicacao		3
Menos burocráticas		3
Mais simplificado		2
As acima referenciadas		2
Facilidade no esclarecimento de duvidas		2
Regime simplificado		2
Apoio a esclarecimentos, assertividade		1
Clareza das respostas		1
A proximidade deveria ser uma vantagem		1
A proximidade para detetar e envolver as entidades no bom caminho e no bom desempenho.		1
adequação do GAL a zona do país		1
Alcance das metas definidas nos projectos, capacidade de ajustamento		1
Apoio a pequenos projetos		1
apoio direto e adequação ao investimento no território.		1
Apoio no desenvolvimento integral da Acção		1
apoio personalizado		1
Apoios existentes		1
Apresentação das candidaturas diretamente ou pelo GAL o tempo é excessivo.		1
As candidaturas têm em conta o territorio onde sao inseridas		1
As que estão referidas no ponto 22 e a maior e acessibilidade.		1
As vantagens seriam a proximidade contudo no terreno não se sente isso		1
BOA ARTICULAÇÃO E CRIAÇÃO DE SINERGIAS. CONFIANÇA MÚTUA		1
candidatura mais acompanhada e aconselhada		1

	POR	PDR
Capacidade de ajustamento às necessidades do território. Promoção de sinergias entre beneficiários		1
compreensão da realidade local		1
comunidade local, acompanhamento mais presente.		1
Conhecimento das necessidades dos potenciais beneficiários.		1
Conhecimento da entidade local		1
Conseguir fazer um investimento produtivo.		1
Conseguir implementar um projeto beneficiando de apoio, sem o qual não seria possível avançar com o projecto		1
Coordenação		1
Desenvolvimento económico e social das regiões		1
Dinamização e apoio a zona desfavorecida (vulnerável)		1
e interesse no desenvolvimento local; maior % de apoio em algumas situações; maior proximidade com o beneficiário que poderia resultar de um melhor acompanhamento direto		1
esclarecimentos		1
Expectativa de menor prazo na aprovação		1
facilidade de apoio mais direto		1
apresentação de algumas burocracias		1
facilidade em algumas questões durante o processo de candidatura.		1
Fonte de Financiamento para pequenos investimentos		1
Funcionar como um parceiro local. ter um apoio rápido e directo relativamente a tudo o que for necessário com o projecto		1
integração com o território		1
interação		1
Investimentos mais direccionados às necessidades do território. Nos critérios de seleção estamos em pé de igualdade com os outros promotores		1
Local, atendimento presencial se necessário.		1
maior apoio não reembolsável		1
Maior facilidade de execução devido às ajudas monetárias. Projetos com maior capacidade de darem resultados positivos.		1
Mais directo e respostas mais claras		1
Menor numero de candidaturas relativamente a outras ações		1
Muito rápida análise. Alta capacidade técnica da equipa do GAL		1
Não vejo qual a vantagem. Candidatei-me a 2 projectos em tempos diferentes um através do GAL o outro não. O que não foi através do Gal foi muito mais célere a ser aprovado e decorreu no tempo previsto.		1
Nível de apoio concedido e capacidade de apoio dos técnicos		1
O apoio é local, sendo mais concentrado nas necessidades da região.		1
O número de candidaturas ser mais restrito, havendo maior possibilidade da candidatura ser aprovada ou ter provimento de verba.		1
Os técnicos têm rosto Há uma maior personalização dos serviços, enquanto ao nível nacional muitas vezes não conseguimos perceber quem é o técnico responsável por esse projeto.		1
peçoal técnico sempre disponível em prestar esclarecimentos e duvidas		1
Poder concretizar projetos que sem apoio seriam impossíveis de concertizar		1
Projetos que não se enquadram noutros programas, e que na sua maioria só se conseguem candidatar ao GAL		1
PROJETOS VIRADOS PARA AS NECESSIDADES DO TERRITÓRIO		1
Proximidade com a estrutura		1
rapidez aprovação, pouca carga administrativa		1
Reabilitação do nosso património		1
Rentabilizar o produto final		1
Sentimos que estamos todos a trabalhar para o desenvolvimento da mesma região		1
Ser aprovada a candidatura		1
Todas as positivities mencionadas no ponto anterior.		1
Trata-se de uma estrutura que estando próxima, pode ajudar a identificar oportunidades de financiamento, se devidamente capacitada para o efeito.		1
Verificam os erros		1

Fonte: Inquérito aos beneficiários do DLBC Rural - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1335. Principais desvantagens de apresentar candidaturas ao GAL:

	POR	PDR
Burocracia	12	
Limite do montante de apoio reduzido.	5	
Falta de autonomia dos GAL	4	
Insuficiência de RH	4	
Demora nos pagamentos ao Projectos	2	
Demora no tempo de análise de candidaturas.	2	
No processo de aprovação, é mais demorado porque tem que passar por dois processos de aprovação	2	
A dificuldade, que leva a necessidade de recorrer a consultores privados, que para a PME geralmente os bons são caros. Muito complexo e burocrático	1	
A inclusão de mais um elemento na cadeia de tomada de decisões burocráticas do projeto.	1	

	POR	PDR
A informação de vários GAL não estão todas num único local, perdendo-se muito tempo na consulta de informação	1	
A mistura entre "fiscal" e entidade de apoio e de proximidade. Gera potenciais conflitos e falta de clareza. E se fiscalização for tomada como a missão essencial, gera desconforto e desmotivação entre promotores (não é o caso do GAL SINTRA URBAN!).	1	
a partir do momento da aprovação da candidatura, toda a interação passa a ser com a CCDR Alentejo	1	
a percentagem do incentivo foi "curta"	1	
A única desvantagem que senti, foi apenas relativamente aos prazos de pagamento, apos a submissão de um pedido de pagamento. Deve-se ao facto de que ao passar alguns meses, existem algumas despesas fixas mensais (contribuições de segurança social, contabilista, salario, etc), sendo que é uma fase de arranque desta atividade, existem algumas dificuldades também graças a pandemia de covid 19, que tem criado algumas dificuldades referentes as vendas do nosso produto. Ao diminuir de alguma forma os prazos de pagamento, apos a submissão dos pedidos de pagamento, iria beneficiar de uma forma significativa, criando uma maior capacidade de avanço/progressão das empresas. O que por outro lado, automaticamente também é benéfico ao estado relativamente aos impostos e contribuições sociais aumentarem.	1	
Ajuda financeira	1	
Articulação com os programas operacionais.	1	
As desvantagens que encontro é que os GAL têm pouca variedade de tipologia de candidaturas. Só têm candidaturas da medida 10 do PDR2020 e esporadicamente o SI2E e o +Co3so, ou seja deveriam ser gestores de uma gama maior de candidaturas que abrangessem mais áreas de negócio. Deveriam ter mais SI2E e mais +Co3sos. Com formalização de candidaturas com legislação clara e menos burocrática. Bem como mais dotação orçamental para poderem ser abrangidos mais projetos e por sua vez mais beneficiários. Também os pedidos de pagamento/reembolso deveriam ser menos burocráticos e mais céleres.	1	
Avisos com pouca dotação financeira	1	
constante ausência de responsabilidade no que respeita a timings pré-estabelecidos	1	
Da experiência obtida apenas foi adicionada carga burocrática para o proponente. Foi mais eficiente lidar diretamente com os consultores com conhecimento técnico real.	1	
Demora causada pela comunicação entre GAL e CCDR.	1	
Demora na resposta e excesso de requisitos	1	
DEMORA NO DESPACHO/PARECER	1	
demora nos prazos	1	
DEMORA POR FALTA DE RECURSOS HUMANOS	1	
Dependentes do Sistema Central em casos de duvida maior.	1	
Dificuldade de ajustamento às necessidades do território em função das medidas pré-definidas	1	
Dificuldade de preenchimento da candidatura.	1	
Dotação orçamental e são muito exigentes.	1	
Dotações nos avisos muito baixas.	1	
Duplicação de análises	1	
Em teoria nenhuma... Mas se a duplicação não tiver vantagens não vale a pena	1	
Escassez de recursos	1	
Excessiva carga administrativa	1	
experiência do instituto para dar decisões finais	1	
Falta de articulação com a CCDR, deixando os beneficiários sem saber quem são os técnicos de acompanhamento da candidatura	1	
Falta de conhecimento em questões muito específicas	1	
Falta de conhecimento técnico e incapacidade para prestar esclarecimentos	1	
falta de flexibilidade nas datas de início e duração do projeto	1	
falta de pessoas capacitado	1	
incapacidade decisoria	1	
Insuficiência de conhecimentos de operacionalização dos projetos	1	
Maiores barreiras à eficiência	1	
Mais entraves, maior morosidade	1	
Mais propenso a interferências externas no processo de análise e decisão de candidaturas	1	
Mais um organismo no processo, que implica alocação de tempo em termos de aprovação.	1	
Monitorização empresa	1	
Morosidade e subjetividade no processo de análise/mérito dos projetos.	1	
morosidade nos processos	1	
Não depender deles a decisão em algumas questões	1	
Não desempenharem papel de consultores até á implementação	1	
Não sei responder na parte que me toca a apresentação da candidatura teve uma fase inicial complexa mas foi devidamente acompanhada pelo GAL o problema prendeu-se com o tempo de decisão final e a seguir com a parte da execução	1	
Não tomarem a decisão final	1	
Necessidade de pareceres de outras entidades	1	
Neste momento, os GAL são apenas os "CTT" das candidaturas...pouco acrescentam ao processo. Infelizmente haveria toda a vantagem que que voltem a ter um papel mais importante/interventivo em todo o processo. A subserviência a IFAP e CCDR são de tal ordem que se torna penoso assistir!	1	
O nível de formação de uma GAL poderá não estar ainda alinhado com a tutela central, mas acredito que seja temporária esta desvantagem.	1	
Pela falta de apoio e resposta, só tive problemas no meu negocio, dividas acumulados pela espera infinita do vosso dinheiro que supostamente era para ajudar! Estou arrependida de me ter candidatado!	1	
Pouca capacidade de decisão.	1	

	POR	PDR
Pouco poder de decisão.	1	
Prazos processo deviam demorar 1 ano demoram 3 ou mais	1	
Problemas por não saberem quanto tempo poderá demorar a receber um pagamento.	1	
processo existirem 2 entidades envolvidas	1	
Proximidade	1	
Reduzida autonomia e poder executivo	1	
Resistencia à inovação por parte da comunidade.	1	
SER ORGANISMO INTERMEDIO DEPENDENTES DE OUTROS	1	
supervisão de entidades como ifap, ccd's, etc	1	
Tecto demasiado baixo para investimentos	1	
tempo de resposta	1	
Ter de fazer investimentos obrigatórios sem saber quando é que as ajudas chegam.	1	
Tetos baixos nos valores das candidaturas que podem ser submetidas ao GAL	1	
Um pouco mais moroso	1	
Validação da decisão por outras entidades	1	
Verbas insuficientes, o GAL depender de todas as validações superiores.	1	
Visto que a nossa candidatura foi feita por consultores não temos opinião sobre este tema	1	
Nenhuma		28
Dotação orçamental insuficiente		20
Burocracia excessiva		10
Tempo que demora		9
Poucos técnicos		4
Pouca autonomia.		3
A sobre carga de trabalho atrasa a análise os pedidos de pagamentos		1
dificuldade de acesso, o que obriga a recorrer a consultores.		1
Candidaturas apenas para pequenos investimentos		1
Centralismo das tomadas de decisão.		1
Efectiva falta de poder de decisão com envio para a sede as decisões a serem validadas		1
Enquadrar o projeto/investimento na elegibilidade do mesmo e do montante fixado como critério.		1
Estarmos inseridos numa realidade mais abrangente e mais diversificada.		1
Excesso carga administrativa por excesso de zelo.		1
Execução dos projetos com custos elevados para o beneficiário q tem de adiantar os custos para mais tarde receber e sem direito ao pagamento do IVA.		1
Falta de agilidade		1
Falta de conhecimento técnico sobretudo na área agrícola. Decisões pouco claras.		1
Fraco conhecimento por parte dos técnicos que analisam as candidaturas		1
Grande número de candidaturas, para um número baixo de apoio disponível		1
Investimento financeiros em projectos e licenças		1
Leitura e interpretação redutora sem a noção de contributo para o conjunto mais abrangente do todo do investimento seu contributo para maximização do já existente. Falta de visão estratégica. Foco na burocracia sem acrescentar valor.		1
maior demora na análise dos pedidos de pagamento e menor sensibilidade pela agricultura.		1
Mais morosidade na análise e aprovação do projecto. Em vez de 2 meses demorou 2 anos e 2 meses.		1
Manifesta incompetência técnica e logística		1
menor especialização dos técnicos		1
Muita pressão para cumprimento das metas, quase não havendo compreensão pelas dificuldades que os empresários/beneficiários estão sujeitos num ambiente de pandemia.		1
Muito restritivos na análise e na aplicação da regulamentação o que advém da falta de experiência o que resulta em receio de decidir		1
Não compreensão da realidade agrícola.		1
Não é específico da GAL mas a enorme carga burocrática não facilita os processos. Tem que existir tempos de resposta bem definidos da parte da entidade responsável pelos programas		1
Não terem técnicos na área agrícola especializados; Terem critérios de avaliação diferentes entre GALs		1
No caso específico foi muito complicado pela impossibilidade do GAL fazer a validação dos PP, ficando essa tarefa ao encargo do IFAP que dificulta todo o processo em demasia.		1
No GAL MONTE só há desvantagens só dificultam por mera incompetência técnica e pessoal		1
O facto do pagamento ser demorado e não poder ser antecipado, obrigando a grande investimento antes de ser reembolsado.		1
O GAL deveria ter oportunidade de intervir no território ajustando as definições erradas emanadas centralmente, como exemplo a definição de zonas desfavorecidas		1
O GAL diz que é de uma forma mas depois para o ifap está tudo mal		1
O ter de passar o processo para outras entidades		1
Os limites por projeto.		1
Os orçamentos ficam espartilhado e uns terão de sobra e a outros falta. Gastam-se as verbas no funcionamento e à agricultura real chega muito pouco		1
Crítérios VGO demasiado restritivos		1
poucos esclarecimentos;		1
Pouca flexibilidade para alterações pós-projeto (ex. alterações valores entre rubricas)		1

	POR	PDR
reembolsos atrasadíssimos / incrível		1
Relação com as autorizações a nível superior		1
Só existem vantagens		1
Sujeição às preferências indevidas que caracterizam os pequenos meios		1
dúvidas de enquadramento que não são mais rápidas de responder; proximidade enganadora se não houver ações concretas de apoio		1
Ter uma entidade local que nós atenda e ajude		1
Todas. Podemos ter problemas no futuro		1
A atribuição de competências e descentralização das fases de apreciação destes projetos no GAL veio a revelar-se, contrariamente aos objetivos e expectativas de maior proximidade, negativa e contraproducente pela dificuldade de análise e decisão demonstrada perante casos que surjam que requeiram uma abordagem de equidade e de não prejudicamento de projetos de AGRICULTURA FAMILIAR. Perante as dificuldades que surjam refugiam-se e justificam a sua inoperância com a dificuldade de contacto e obtenção de pareceres quanto aos procedimentos aplicáveis por parte do IFAP.		1

Fonte: Inquérito aos beneficiários do DLBC Rural - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1336. Avaliação do valor acrescentado resultante da atribuição de apoios através do GAL face à atribuição do financiamento através de outros instrumentos de financiamento (POR):

	1 – Nulo		2		3		4		5		6 – Elevado		Não sabe/não tem opinião formada		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Valorização do capital social e humano dos territórios																
Promoção da proximidade com a comunidade local (pessoas, empresas, organizações)																
Maior conhecimento das necessidades e potencialidades do território																
Estímulo ao trabalho em rede entre os atores do desenvolvimento do território																
Densidade e qualidade das interações entre os parceiros (p.e., no âmbito da análise, da discussão e das tomadas de decisão sobre a estratégia atual e futura)																
Densidade e qualidade das interações entre as entidades institucionais no sentido do desenvolvimento do território (p.e., novas oportunidades de interação, atitude proactiva, aprendizagem coletiva)																
Confiança mútua (entre parceiros, entre ETL e parceiros, entre beneficiários/potenciais beneficiários e GAL, entre GAL e RRN, OP, AGs, ...)																
Envolvimento da geração mais jovem e outros grupos específicos relevantes e a incorporação das suas perspetivas de futuro relativamente ao território onde vivem																
Coesão territorial (novas ligações em rede, melhor aproveitamento dos recursos locais, desenvolvimento endógeno)																
Reforço da governança local																
Participação dos atores locais na definição do processo de desenvolvimento local																
Desenvolvimento de práticas inovadoras de governação																
Coordenação entre os diferentes níveis de governação (qualidade das interações/ comunicação entre as entidades competentes)																
Trabalho em rede/colaboração no território																
Capacidade de criação de sinergias entre parceiros e envolvimento em torno de objetivos/interesses comuns																
Capacidade de interagir/discutir e negociar nos vários níveis do sistema de governação																
Capacidade para gerir vários fundos																
Relevância do GAL enquanto promotor do desenvolvimento do território																
Cooperação com outros territórios																
Mobilização da comunidade local comunidade local																
Melhoria do sistema de governança (p.e., coordenação entre os níveis de governação local e regional)																
Confiança mútua entre o GAL, os parceiros e os beneficiários e potenciais beneficiários																

	1 – Nulo		2		3		4		5		6 – Elevado		Não sabe/não tem opinião formada		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Potenciar os resultados e impactos decorrentes das intervenções apoiadas no âmbito da EDL																
Acompanhamento /proximidade com as entidades beneficiárias e potenciais promotores																
Estímulo ao investimento/ Identificação de oportunidades de investimento																
Inovação dos projetos apoiados																
Qualidade dos projetos apoiados																
Sustentabilidade dos projetos apoiados																
Alargamento da tipologia de potenciais beneficiários																
Capacidade dos projetos apoiados gerarem efeitos multiplicadores																
Alavancagem financeira dos projetos apoiados																
Divulgação dos produtos/serviços criados pelos projetos apoiados																
Disseminação de conhecimentos, conhecer novas experiências e boas práticas																

Fonte: Inquérito aos beneficiários do DLBC Rural - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1337. Avaliação do valor acrescentado resultante da atribuição de apoios através do GAL face à atribuição do financiamento através de outros instrumentos de financiamento (POR):

	1 – Nulo		2		3		4		5		6 – Elevado		Não sabe/não tem opinião formada		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Valorização do capital social e humano dos territórios	11	3,0	2	0,5	17	4,6	62	16,9	65	17,8	130	35,5	79	21,6	366	100,0
Promoção da proximidade com a comunidade local (pessoas, empresas, organizações)	16	4,4	6	1,6	13	3,6	58	15,9	75	20,5	135	37,0	62	17,0	365	100,0
Maior conhecimento das necessidades e potencialidades do território	10	2,7	5	1,4	16	4,4	60	16,4	68	18,6	140	38,4	66	18,1	365	100,0
Estímulo ao trabalho em rede entre os atores do desenvolvimento do território	14	3,8	10	2,7	19	5,2	71	19,5	78	21,4	105	28,8	68	18,6	365	100,0
Densidade e qualidade das interações entre os parceiros (p.e., no âmbito da análise, da discussão e das tomadas de decisão sobre a estratégia atual e futura)	15	4,1	8	2,2	18	4,9	82	22,5	75	20,6	87	23,9	79	21,7	364	100,0
Densidade e qualidade das interações entre as entidades institucionais no sentido do desenvolvimento do território (p.e., novas oportunidades de interação, atitude proactiva, aprendizagem coletiva)	14	3,8	12	3,3	14	3,8	77	21,2	74	20,3	91	25,0	82	22,5	364	100,0
Confiança mútua (entre parceiros, entre ETL e parceiros, entre beneficiários/potenciais beneficiários e GAL, entre GAL e RRN, OP, AGS, ...)	11	3,0	7	1,9	16	4,4	66	18,1	78	21,4	100	27,5	86	23,6	364	100,0
Envolvimento da geração mais jovem e outros grupos específicos relevantes e a incorporação das suas perspetivas de futuro relativamente ao território onde vivem	17	4,7	11	3,0	18	5,0	65	17,9	70	19,3	92	25,3	90	24,8	363	100,0
Coesão territorial (novas ligações em rede, melhor aproveitamento dos recursos locais, desenvolvimento endógeno)	13	3,6	10	2,8	19	5,2	63	17,4	76	20,9	113	31,1	69	19,0	363	100,0
Reforço da governança local	14	3,9	6	1,7	23	6,4	60	16,8	71	19,8	99	27,7	85	23,7	358	100,0
Participação dos atores locais na definição do processo de desenvolvimento local	16	4,4	7	1,9	17	4,7	68	18,8	68	18,8	111	30,7	75	20,7	362	100,0
Desenvolvimento de práticas inovadoras de governação	17	4,8	8	2,3	18	5,1	73	20,6	70	19,7	77	21,7	92	25,9	355	100,0
Coordenação entre os diferentes níveis de governação (qualidade das interações/ comunicação entre as entidades competentes)	16	4,5	8	2,2	22	6,1	73	20,4	68	19,0	85	23,7	86	24,0	358	100,0
Trabalho em rede/colaboração no território	16	4,4	7	1,9	18	5,0	75	20,7	73	20,2	98	27,1	75	20,7	362	100,0
Capacidade de criação de sinergias entre parceiros e envolvimento em torno de objetivos/interesses comuns	19	5,2	7	1,9	19	5,2	76	20,9	72	19,8	97	26,7	73	20,1	363	100,0
Capacidade de interagir/discutir e negociar nos vários níveis do sistema de governação	17	4,7	7	1,9	19	5,2	74	20,4	73	20,2	82	22,7	90	24,9	362	100,0
Capacidade para gerir vários fundos	14	3,9	9	2,5	17	4,7	65	18,1	75	20,8	92	25,6	88	24,4	360	100,0

	1 – Nulo		2		3		4		5		6 – Elevado		Não sabe/não tem opinião formada		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Relevância do GAL enquanto promotor do desenvolvimento do território	13	3,6	4	1,1	18	5,0	56	15,4	67	18,5	138	38,0	67	18,5	363	100,0
Cooperação com outros territórios	16	4,4	4	1,1	22	6,1	65	18,1	76	21,1	81	22,5	96	26,7	360	100,0
Mobilização da comunidade local comunidade local	18	5,0	6	1,7	20	5,6	69	19,2	75	20,8	94	26,1	78	21,7	360	100,0
Melhoria do sistema de governança (p.e., coordenação entre os níveis de governação local e regional)	13	3,6	9	2,5	20	5,6	68	18,9	75	20,8	81	22,5	94	26,1	360	100,0
Confiança mútua entre o GAL, os parceiros e os beneficiários e potenciais beneficiários	15	4,1	8	2,2	20	5,5	63	17,4	70	19,3	112	30,9	74	20,4	362	100,0
Potenciar os resultados e impactos decorrentes das intervenções apoiadas no âmbito da EDL	12	3,3	5	1,4	20	5,5	60	16,6	76	21,0	91	25,1	98	27,1	362	100,0
Acompanhamento /proximidade com as entidades beneficiárias e potenciais promotores	17	4,7	8	2,2	20	5,5	63	17,5	76	21,1	109	30,2	68	18,8	361	100,0
Estímulo ao investimento/ Identificação de oportunidades de investimento	16	4,4	7	1,9	20	5,5	64	17,6	77	21,2	111	30,6	68	18,7	363	100,0
Inovação dos projetos apoiados	9	2,5	13	3,6	21	5,8	73	20,2	79	21,9	89	24,7	77	21,3	361	100,0
Qualidade dos projetos apoiados	8	2,2	6	1,7	22	6,1	66	18,2	79	21,8	103	28,4	79	21,8	363	100,0
Sustentabilidade dos projetos apoiados	10	2,8	6	1,7	19	5,2	66	18,2	82	22,7	102	28,2	77	21,3	362	100,0
Alargamento da tipologia de potenciais beneficiários	12	3,3	8	2,2	17	4,7	67	18,5	90	24,9	88	24,3	80	22,1	362	100,0
Capacidade dos projetos apoiados gerarem efeitos multiplicadores	11	3,0	8	2,2	11	3,0	72	19,8	82	22,5	99	27,2	81	22,3	364	100,0
Alavancagem financeira dos projetos apoiados	11	3,0	7	1,9	20	5,5	71	19,6	72	19,9	106	29,3	75	20,7	362	100,0
Divulgação dos produtos/serviços criados pelos projetos apoiados	16	4,4	9	2,5	19	5,2	77	21,2	74	20,4	93	25,6	75	20,7	363	100,0
Disseminação de conhecimentos, conhecer novas experiências e boas práticas	16	4,4	11	3,1	17	4,7	75	20,8	75	20,8	84	23,3	82	22,8	360	100,0

Fonte: Inquérito aos beneficiários do DLBC Rural - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1338. Avaliação do valor acrescentado resultante da atribuição de apoios através do GAL face à atribuição do financiamento através de outros instrumentos de financiamento (PDR):

	1 – Nulo		2		3		4		5		6 – Elevado		Não sabe/não tem opinião formada		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Valorização do capital social e humano dos territórios	15	5,2	4	1,4	11	3,8	63	22,0	69	24,0	78	27,2	47	16,4	287	100,0
Promoção da proximidade com a comunidade local (pessoas, empresas, organizações)	16	5,5	4	1,4	11	3,8	67	23,0	68	23,4	90	30,9	35	12,0	291	100,0
Maior conhecimento das necessidades e potencialidades do território	12	4,2	7	2,4	14	4,8	58	20,1	64	22,1	97	33,6	37	12,8	289	100,0
Estímulo ao trabalho em rede entre os atores do desenvolvimento do território	14	4,9	6	2,1	15	5,2	69	24,0	63	21,9	69	24,0	52	18,1	288	100,0
Densidade e qualidade das interações entre os parceiros (p.e., no âmbito da análise, da discussão e das tomadas de decisão sobre a estratégia atual e futura)	14	4,8	9	3,1	16	5,5	65	22,4	63	21,7	62	21,4	61	21,0	290	100,0
Densidade e qualidade das interações entre as entidades institucionais no sentido do desenvolvimento do território (p.e., novas oportunidades de interação, atitude proactiva, aprendizagem coletiva)	14	4,9	10	3,5	13	4,5	61	21,3	67	23,3	62	21,6	60	20,9	287	100,0
Confiança mútua (entre parceiros, entre ETL e parceiros, entre beneficiários/potenciais beneficiários e GAL, entre GAL e RRRN, OP, AGs, ...)	16	5,6	11	3,8	17	5,9	53	18,5	61	21,3	69	24,0	60	20,9	287	100,0
Envolvimento da geração mais jovem e outros grupos específicos relevantes e a incorporação das suas perspetivas de futuro relativamente ao território onde vivem	14	4,9	11	3,8	13	4,5	68	23,7	61	21,3	62	21,6	58	20,2	287	100,0
Coesão territorial (novas ligações em rede, melhor aproveitamento dos recursos locais, desenvolvimento endógeno)	15	5,3	11	3,9	16	5,6	55	19,4	58	20,4	77	27,1	52	18,3	284	100,0
Reforço da governança local	15	5,3	13	4,6	17	6,0	60	21,4	60	21,4	64	22,8	52	18,5	281	100,0
Participação dos atores locais na definição do processo de desenvolvimento local	16	5,7	7	2,5	19	6,7	52	18,4	64	22,7	79	28,0	45	16,0	282	100,0
Desenvolvimento de práticas inovadoras de governação	20	7,1	10	3,5	17	6,0	64	22,7	59	20,9	50	17,7	62	22,0	282	100,0

	1 – Nulo		2		3		4		5		6 – Elevado		Não sabe/não tem opinião formada		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Coordenação entre os diferentes níveis de governação (qualidade das interações/comunicação entre as entidades competentes)	19	6,7	7	2,5	19	6,7	65	23,0	51	18,1	53	18,8	68	24,1	282	100,0
Trabalho em rede/colaboração no território	15	5,3	11	3,9	19	6,7	56	19,9	55	19,5	68	24,1	58	20,6	282	100,0
Capacidade de criação de sinergias entre parceiros e envolvimento em torno de objetivos/interesses comuns	17	6,1	7	2,5	17	6,1	58	20,7	55	19,6	71	25,4	55	19,6	280	100,0
Capacidade de interagir/discutir e negociar nos vários níveis do sistema de governação	16	5,7	8	2,9	20	7,2	62	22,2	52	18,6	49	17,6	72	25,8	279	100,0
Capacidade para gerir vários fundos	12	4,3	9	3,2	18	6,4	61	21,6	48	17,0	59	20,9	75	26,6	282	100,0
Relevância do GAL enquanto promotor do desenvolvimento do território	14	5,0	9	3,2	15	5,3	49	17,4	50	17,8	103	36,7	41	14,6	281	100,0
Cooperação com outros territórios	15	5,4	11	3,9	21	7,5	58	20,8	41	14,7	50	17,9	83	29,7	279	100,0
Mobilização da comunidade local comunidade local	18	6,5	11	3,9	21	7,5	55	19,7	56	20,1	64	22,9	54	19,4	279	100,0
Melhoraria do sistema de governança (p.e., coordenação entre os níveis de governação local e regional)	18	6,4	11	3,9	17	6,0	58	20,6	51	18,1	54	19,2	72	25,6	281	100,0
Confiança mútua entre o GAL, os parceiros e os beneficiários e potenciais beneficiários	18	6,5	9	3,2	18	6,5	52	18,6	60	21,5	74	26,5	48	17,2	279	100,0
Potenciar os resultados e impactos decorrentes das intervenções apoiadas no âmbito da EDL	16	5,7	5	1,8	23	8,2	52	18,6	55	19,6	61	21,8	68	24,3	280	100,0
Acompanhamento/proximidade com as entidades beneficiárias e potenciais promotores	16	5,7	7	2,5	20	7,2	57	20,4	57	20,4	77	27,6	45	16,1	279	100,0
Estímulo ao investimento/ Identificação de oportunidades de investimento	20	7,1	8	2,9	18	6,4	52	18,6	60	21,4	82	29,3	40	14,3	280	100,0
Inovação dos projetos apoiados	15	5,4	9	3,2	19	6,8	54	19,4	71	25,4	58	20,8	53	19,0	279	100,0
Qualidade dos projetos apoiados	12	4,3	8	2,8	15	5,3	56	19,9	76	27,0	64	22,8	50	17,8	281	100,0
Sustentabilidade dos projetos apoiados	13	4,6	8	2,9	13	4,6	60	21,4	72	25,7	62	22,1	52	18,6	280	100,0
Alargamento da tipologia de potenciais beneficiários	11	3,9	8	2,8	21	7,5	58	20,6	58	20,6	67	23,8	58	20,6	281	100,0
Capacidade dos projetos apoiados gerarem efeitos multiplicadores	14	5,0	6	2,1	18	6,4	58	20,6	58	20,6	72	25,6	55	19,6	281	100,0
Alavancagem financeira dos projetos apoiados	18	6,4	8	2,8	17	6,0	59	20,8	56	19,8	69	24,4	56	19,8	283	100,0
Divulgação dos produtos/serviços criados pelos projetos apoiados	15	5,3	5	1,8	22	7,8	61	21,6	62	22,0	58	20,6	59	20,9	282	100,0
Disseminação de conhecimentos, conhecer novas experiências e boas práticas	62	22,4	15	5,4	7	2,5	17	6,1	70	25,3	52	18,8	54	19,5	277	100,0

Fonte: Inquérito aos beneficiários do DLBC Rural - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1339. Média da Avaliação do valor acrescentado resultante da atribuição de apoios através do GAL face à atribuição do financiamento através de outros instrumentos de financiamento ((1 – nulo a 6 elevado):

	POR		PDR		Total	
	N	Média	N	Média	N	Média
Valorização do capital social e humano dos territórios	287	4,94	240	4,67	527	4,82
Promoção da proximidade com a comunidade local (pessoas, empresas, organizações)	303	4,90	256	4,71	559	4,81
Maior conhecimento das necessidades e potencialidades do território	299	4,98	252	4,77	551	4,88
Estímulo ao trabalho em rede entre os atores do desenvolvimento do território	297	4,70	236	4,56	533	4,64
Densidade e qualidade das interações entre os parceiros (p.e., no âmbito da análise, da discussão e das tomadas de decisão sobre a estratégia atual e futura)	285	4,60	229	4,48	514	4,55
Densidade e qualidade das interações entre as entidades institucionais no sentido do desenvolvimento do território (p.e., novas oportunidades de interação, atitude proactiva, aprendizagem coletiva)	282	4,62	227	4,51	509	4,57
Confiança mútua (entre parceiros, entre ETL e parceiros, entre beneficiários/potenciais beneficiários e GAL, entre GAL e RRN, OP, AGs, ...)	278	4,77	227	4,49	505	4,65
Envolvimento da geração mais jovem e outros grupos específicos relevantes e a incorporação das suas perspetivas de futuro relativamente ao território onde vivem	273	4,60	229	4,47	502	4,54
Coesão territorial (novas ligações em rede, melhor aproveitamento dos recursos locais, desenvolvimento endógeno)	294	4,76	232	4,56	526	4,67
Reforço da governança local	273	4,70	229	4,44	502	4,58
Participação dos atores locais na definição do processo de desenvolvimento local	287	4,74	237	4,59	524	4,67
Desenvolvimento de práticas inovadoras de governação	263	4,53	220	4,28	483	4,42
Coordenação entre os diferentes níveis de governação (qualidade das interações/comunicação entre as entidades competentes)	272	4,56	214	4,31	486	4,45
Trabalho em rede/colaboração no território	287	4,66	224	4,47	511	4,58
Capacidade de criação de sinergias entre parceiros e envolvimento em torno de objetivos/interesses comuns	290	4,61	225	4,51	515	4,57

	POR		PDR		Total	
	N	Média	N	Média	N	Média
Capacidade de interagir/discutir e negociar nos vários níveis do sistema de governação	272	4,56	207	4,32	479	4,46
Capacidade para gerir vários fundos	272	4,67	207	4,45	479	4,58
Relevância do GAL enquanto promotor do desenvolvimento do território	296	4,94	240	4,75	536	4,86
Cooperação com outros territórios	264	4,61	196	4,27	460	4,46
Mobilização da comunidade local comunidade local	282	4,63	225	4,39	507	4,52
Melhoria do sistema de governança (p.e., coordenação entre os níveis de governação local e regional)	266	4,60	209	4,32	475	4,48
Confiança mútua entre o GAL, os parceiros e os beneficiários e potenciais beneficiários;	288	4,74	231	4,51	519	4,64
Potenciar os resultados e impactos decorrentes das intervenções apoiadas no âmbito da EDL	264	4,73	212	4,45	476	4,61
Acompanhamento /proximidade com as entidades beneficiárias e potenciais promotores	293	4,71	234	4,55	527	4,64
Estímulo ao investimento/ Identificação de oportunidades de investimento	295	4,74	240	4,54	535	4,65
Inovação dos projetos apoiados	284	4,64	226	4,46	510	4,56
Qualidade dos projetos apoiados	284	4,80	231	4,59	515	4,71
Sustentabilidade dos projetos apoiados	285	4,79	228	4,56	513	4,69
Alargamento da tipologia de potenciais beneficiários	282	4,70	223	4,55	505	4,63
Capacidade dos projetos apoiados gerarem efeitos multiplicadores	283	4,78	226	4,58	509	4,69
Alavancagem financeira dos projetos apoiados	287	4,76	227	4,47	514	4,63
Divulgação dos produtos/serviços criados pelos projetos apoiados	288	4,61	223	4,45	511	4,54
Disseminação de conhecimentos, conhecer novas experiências e boas práticas	278	4,56	215	4,39	493	4,49

Fonte: Inquérito aos beneficiários do DLBC Rural - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1340. Explícite as pontuações 5 e 6:

	POR	PDR
A dinâmica social ao intensificar-se gera habitualmente soluções de problemas comuns de forma mais assertiva.	1	
A existência do GAL é importantíssima no território onde habito pois é uma porta que facilita o acesso aos programas de apoio e desenvolvimento territorial.	1	
A explicação é simples pois todas as questões colocadas trazem a resposta certa, ou seja a proximidade com as entidades locais e que estão diretamente ligadas ao terreno são sempre mais adequadas, eficientes na utilização dos diferentes meios e sua adequação às necessidades e logo mais eficazes nos processos decisórios e execução de objetivos e metas	1	
A GAL tem elevado potencial de promoção regional, poderia desburocratizar os projetos e comunicar oportunidades e resultados.	1	
A proximidade e confiança são fatores que alavancam o desenvolvimento	1	
A proximidade e facilidade de contacto faz com que sejam uma mais valia na gestão dos apoios.	1	
A proximidade territorial com os promotores reforça vários aspetos focados. A descentralização da gestão das candidaturas é benéfico para as regiões	1	
A proximidade, o conhecimento e as relações entre entidades é uma mais valia para o sucesso dos projetos e para o desenvolvimento dos territórios locais	1	
Acompanhamento /proximidade com as entidades beneficiárias e potenciais promotores e alargamento da tipologia de potenciais beneficiários	1	
Apoio ao desenvolvimento tecido empresarial interior pais e criação de postos de trabalho	1	
As candidaturas junto da Gal (no processo de candidatura e selecção) desta-se muito de forma positiva, fase aos outros financiamentos. Mas se falarmos na fase de execução(que já sai do âmbito da Gal) é o pior que já trabalhamos. Temos o pedido final da Feder à espera de ser fechado vai fazer dois anos.	1	
As pontuações 5 e 6 que submeti tem a ver com a experiência que vou adquirindo ao estar num projeto e pela maneira que recebo o apoio.	1	
Devido à sua proximidade; conhecimento que têm na sua área de ação; Ações de esclarecimento que levam a cabo; divulgação através de newsletter de incentivos, projetos e demais informação; Interação com os diversos atores muito dinâmica e extremamente relevante.	1	
Diferença teoria-prática. O potencial deste modelo é enorme (e quase tudo deveria ter 5 e 6) pois é a regra da subsidiariedade, absolutamente lógica. Mas, na prática, 1. os GAL têm pouca gente que dêem para todas as encomendas 2. Excesso de burocracia ainda penaliza mais os GAL – as suas equipas estão na burocracia e não no terreno 3. Agrava ainda qe como fazem fiscalização não são vistos como parceiros – e até recusam parcerias com promotores pois poria em causa sua idoneidade (mas, se GAL não fazem parcerias, como promovem o desenvolvimento??). Deveria haver clara distinção entre uma entidade de promoção e desenvolvimento e uma de fiscalização! 4. Acresce que, por vezes, e como é natural infelizmente, os GAL têm pessoas com alguma falta de "mundividência" necessária (o caminho é GLOCAL e não apenas LOCAL: é preciso conhecer o mundo para saber o que pode ser mais inovador e com mais potencial para o seu território, não basta conhecer bem o território).	1	
Diferença teoria-prática. O potencial deste modelo é enorme (e quase tudo deveria ter 5 e 6) pois é a regra da subsidiariedade, absolutamente lógica. Mas, na prática, 1. os GAL têm pouca gente que dêem para todas as encomendas 2. Excesso de burocracia ainda penaliza e inunda mais os GAL por terem poucas pessoas – as suas equipas estão na burocracia e não no terreno 3. Agrava ainda que como fazem fiscalização não são vistos como parceiros – e até recusam parcerias com promotores pois poria em causa sua idoneidade (mas, se GAL não fazem parcerias, como promovem o desenvolvimento??). Deveria haver clara distinção entre uma entidade de promoção e desenvolvimento e uma de fiscalização! 4. Acresce que, por vezes, e como é natural, e infelizmente, os GAL têm pessoas com alguma falta de "mundividência" necessária (o caminho é GLOCAL e não apenas LOCAL: é preciso conhecer o mundo para saber o que pode ser mais inovador e com mais potencial para o seu território, não basta conhecer bem o território).	1	
É muito importante haver agentes com proximidade no território	1	

	POR	PDR
É uma mais-valia dispor de GAL local em todos os níveis, e não depender do sistema central.	1	
Em momentos de arranque de projetos, a alavancagem financeira é de extrema importância.	1	
Estando próximo do GAL permite uma abordagem diferenciadora, com apoio mais dedicado. O GAL parece ter maior conhecimento do território e das necessidades que outras gestões. Há, através de ações realizadas um estímulo ao desenvolvimento. Nas várias ações da Medida deveria ser alargado a mais beneficiários.	1	
EXCELENTE TRABALHO DESEMPENHADO PELA GAL, DOLMEN	1	
Existe uma prestação muito ativa, a vários níveis formal e informal, dos responsáveis do GAL na resolução de problemas e na promoção de entendimentos, esclarecimentos e apoio na resolução de problemas e ultrapassagem de obstáculos.	1	
Gerir recursos financeiros de uma Empresa e ser cumpridor das regras gerais na Gerência da mesma, como trabalhar com fornecedores e clientes no dia a dia.	1	
Gostaria de referir que existe de facto utilidade e benefícios em muitas das vertentes deste programa. Consoante a minha avaliação sinto que com os benefícios deste programa existe a potencial de satisfazer a maioria dos pontos acima referidos	1	
melhor acessibilidade para esclarecimentos tanto na execucao de candidaturas com do proprio projecto.	1	
Não que vantagens ou desvantagens tem esta intermediação dos GAL. Apenas sei que neste caso houve alguma desrensonpabilização entre ambas as instituições tutelares	1	
Não sabe, a candidatura foi elaborada por consultores	1	
Não tenho pachorra lamento. Fiquem com as resposta e já não vão mal	1	
não tenho termo de comparação	1	
Não tenho termo de comparação foi o primeiro projeto que submeti	1	
O financiamento é importante numa altura tão difícil para as empresas como a que estamos a viver	1	
O GAL é Conhecedor do território	1	
O GAL é próximo, atento, disponível e responde às necessidades específicas de cada território.	1	
O Gal é uma entidade importante que apoia e ajuda na adequação de projectos locais para consigam ser implementados.	1	
O GAL tem um conhecimento aprofundado do seu território, necessidades, carências e benefícios, podendo agir de forma mais específica e de proximidade. Conduzindo por estes motivos à obtenção de melhores resultados, de encontro ao desenvolvimento local.	1	
os apoios através do GAL promovem o desenvolvimento local, pois há maior precação das necessidades locais, logo acho que nesses aspetos o valor acrescentado é elevado.	1	
Os GAL têm demonstrado durante os seus 30 anos de existência que são uma grande mais valia para os territórios principalmente os rurais, caso não existissem a taxa de despovoamento seria consideravelmente superior. A participação da sociedade civil nas decisões através dos Órgãos de Gestão são um excelente exemplo de governança e de controlo da utilização dos dinheiros públicos. Os meios financeiros disponibilizados para as necessidades de cada território são reduzidos, não podendo apoiar ou aprovar os projetos necessários ao desenvolvimento integrado dos territórios predominantemente rurais. Hoje a população só tem as ETL dos GAL como técnicos interlocutores de proximidade, porque com a extinção de serviços as pessoas foram ficando órfãos desse apoio ténico que outrora existiu e foi muito importante.	1	
Os GAL têm um papel importante no desenvolvimento dos territórios	1	
OtimAs	1	
participação dos atores locais na decisão das prioridades de investimento no território, por exemplo o olival, bem como os critérios e seleção	1	
Porque quanto mais próximo considero que melhor é a comunicação.	1	
Profundo conhecimento do território. Proximidade.	1	
PROXIMIDADE FATOR ESSENCIAL PATRA O DESENVOLVIMENTO	1	
Reconheço a atuação da GAL	1	
São resultado da proximidade com os promotores	1	
São todas resultantes da proximidade entre a comunidade e os GAL.	1	
São um importante apoio para as empresas. Um elo de ligação.	1	
Sinergias entre entidades locais, promotores e negócios.	1	
Tme muita relevância num contexto desfavorecido e longe dos centros de decisão	1	
Trabalho em prol da região onde se está inserido, reforço de proximidade	1	
Uma melhoria considerável no aporte técnico.	1	
utilidade	1	
5 - Vão de acordo com as expectativas e 6 por não saber sobre essas matérias sinalizadas.		1
A atribuição de apoios através do GAL constitui uma oportunidade para a região, que pode beneficiar de maior eficiência e eficácia dos apoios, por potenciar maior aproveitamento para os vários interlocutores / beneficiários dos apoios.		1
A GAL inspira confiança ao promotor quando na decisão da sua candidatura.		1
A maior intervenção dos GAL terá um papel muito importante no desenvolvimento local potenciando o investimento público nos projetos através do estímulo à criação de sinergias entre os projectos.		1
A proximida e conhecimento local são aspectos determinantes para uma boa dinamização e potencialização dos projetos.		1
A proximidade dos GAL permite um melhor conhecimento das necessidades da beneficiários		1
A proximidade facilita todos os processos/contactos		1
A utilização das GAL valoriza e alavanca melhores resultados face a outros meios de financiamento		1
APOIO DIRIGIDO A QUEM EFETIVAMENTE VIVE E TRABALHA NA REGIÃO		1
As pontuações atribuídas são resultado da proximidade e interação dos GAL's com o território e suas gentes		1
Bom acompanhamento do GAL aos beneficiários, divulgação dos produtos e disseminação dos resultados.		1
colóquios locais e conferencias locais		1

	POR	PDR
Com este tipo de apoio financeiro facilita e incentiva ao investimento, neste sentido, permite uma melhor qualidade de projeto, que por sua vez permitirá uma maior sustentabilidade e eficiência		1
Considero de elevada importância o trabalho desenvolvido pelo GAL na valorização sustentável dos territórios locais		1
Considero de enorme relevo para as localidades e sociedade o contributo dado pela concretização de projetos apoiados.		1
É expectável que os GAL se identifiquem com a realidade local e suas expectativas		1
este tipo de proximidade aos beneficiários e muito importante		1
Estou muito satisfeita com o trabalho desenvolvido e o apoio prestado		1
Existe um maior conhecimento das necessidades territoriais face às entidades nacionais, acabando por haver relações de proximidade, que são muito importantes no contexto sócio-económico da região.		1
Explica-se pela proximidade aos potenciais interessados.		1
Franca e abertamente as GAL em nada contribuem para ajudar os empresários. É um mundo de corrupção e compadrio.		1
Fundamental a proximidade. Tanto para tomada de decisões dos GAL, como para esclarecimentos aos beneficiários. Ainda para mais no contexto que temos de PDR2020.		1
maior proximidade com possíveis beneficiários / desenvolvimento do território		1
Melhor conhecimento das necessidades locais e subsequente adequação dos projectos ao desenvolvimento local dos pr		1
Não tenho conhecimento suficiente para emitir opinião		1
O Gal não conhece o território, nomeadamente o mais frágil, os da Serra, pois estes não têm voz		1
O GAL enquanto entidade tem um conhecimento do território inigualável e assim pode determinar de forma coordenada conjunto de ações que sejam de interesse para o beneficiário e para a comunidade local		1
O único benefício foi potencializar um investimento produtivo - o que já é muito bom. Os outros objetivos acima parecem-me irrealistas, sem sentido prático e inúteis com relação ao que verdadeiramente necessitamos: criação de riqueza e permitir a sobrevivência de empresas agrícolas o que por si trará muitos outros benefícios..		1
Os GAL podem ser um importante instrumento no desenvolvimento local e na fixação de população face ao despovoamento que se verifica nos territórios ditos de interior.		1
Os pontos assinalados advêm da proximidade com o território abrangido.		1
pela experiência que temos na relação com pdr central e grupos gal nota-se muitas mais vantagens em inúmeros pontos quer para os beneficiários, quer para os gal e entidades associadas, quer para a região que beneficia.		1
Potencialmente o que poderiam contribuir se certas ações fossem tomadas, o que nem sempre se identificam ou são divulgadas.		1
Prestação de grande apoio nos esclarecimentos, na informação, etc		1
Proximidade ao poder local é positiva		1
Sem me pronunciar em concreto sobre cada item, da minha experiência, não vejo vantagens		1
tudo o que implique proximidade é mais fácil para todas as partes tanto para identificar os problemas como para resolvê-los		1

Fonte: Inquérito aos beneficiários do DLBC Rural - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

EFICÁCIA: RESULTADOS DOS PROJETOS

Quadro 1341. Dos fatores seguintes assinale aqueles que criaram maiores dificuldades na execução do seu projeto

	Cumprimento dos tempos de execução (N=453)		Execução integral do financiamento aprovado (N=381)		Cumprimento dos indicadores Contratualizados (N=335)	
	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos
Não existiram dificuldades	222	49,0%	187	49,1	186	55,5
Insuficiente estado de maturação do projeto apresentado em candidatura	127	28,0%	109	28,6	67	20,0
Bloqueamentos institucionais ou administrativos (p.e., falta de flexibilidade para aceitar alterações, licenças)	157	34,7%	120	31,5	79	23,6
Dificuldades na gestão administrativa do projeto (p.e., preparação dos pedidos de reembolso)	142	31,3%	134	35,2	85	25,4
Atrasos no reembolso das despesas	175	38,6%	123	32,3	90	26,9
Elevado prazo de resposta a pedidos de esclarecimento, de alteração, ...	138	30,5%	110	28,9	68	20,3
Dificuldades de liquidez e obtenção de financiamento para cobrir os custos não compartilhados	124	27,4%	136	35,7	62	18,5
Problemas de gestão do projeto de ordem técnica (complexidade do projeto, exigências das normas técnicas, ...)	135	29,8%	99	26,0	70	20,9
Desvio nos custos inicialmente previstos	107	23,6%	124	32,5	78	23,3
Dificuldades na articulação com parceiros	83	18,3%	94	24,7	57	17,0
Outros fatores.	53	11,7%	43	11,3	39	11,6

Fonte: Inquérito aos beneficiários do DLBC Rural - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1342. Dos fatores seguintes assinale aqueles que criaram maiores dificuldades na execução do seu projeto (POR)

	Cumprimento dos tempos de execução (N=249)		Execução integral do financiamento aprovado (N=214)		Cumprimento dos indicadores Contratualizados (N=179)	
	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos
Não existiram dificuldades	117	47,0	100	46,7	102	57,0
Insuficiente estado de maturação do projeto apresentado em candidatura	67	26,9	62	29,0	37	20,7
Bloqueamentos institucionais ou administrativos (p.e., falta de flexibilidade para aceitar alterações, licenças)	73	29,3	75	35,0	32	17,9
Dificuldades na gestão administrativa do projeto (p.e., preparação dos pedidos de reembolso)	87	34,9	85	39,7	39	21,8
Atrasos no reembolso das despesas	121	48,6	75	35,0	47	26,3
Elevado prazo de resposta a pedidos de esclarecimento, de alteração, ...	86	34,5	71	33,2	36	20,1
Dificuldades de liquidez e obtenção de financiamento para cobrir os custos não compartilhados	68	27,3	78	36,4	31	17,3
Problemas de gestão do projeto de ordem técnica (complexidade do projeto, exigências das normas técnicas, ...)	82	32,9	56	26,2	33	18,4
Desvio nos custos inicialmente previstos	56	22,5	69	32,2	30	16,8
Dificuldades na articulação com parceiros	44	17,7	59	27,6	26	14,5
Outros fatores.	35	14,1	25	11,7	21	11,7

Fonte: Inquérito aos beneficiários do DLBC Rural - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1343. Dos fatores seguintes assinale aqueles que criaram maiores dificuldades na execução do seu projeto (PDR)

	Cumprimento dos tempos de execução (N=204)		Execução integral do financiamento aprovado (N=167)		Cumprimento dos indicadores Contratualizados (N=156)	
	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos
Não existiram dificuldades	105	51,5	87	52,1	84	53,8
Insuficiente estado de maturação do projeto apresentado em candidatura	60	29,4	47	28,1	30	19,2
Bloqueamentos institucionais ou administrativos (p.e., falta de flexibilidade para aceitar alterações, licenças)	84	41,2	45	26,9	47	30,1
Dificuldades na gestão administrativa do projeto (p.e., preparação dos pedidos de reembolso)	55	27,0	49	29,3	46	29,5
Atrasos no reembolso das despesas	54	26,5	48	28,7	43	27,6
Elevado prazo de resposta a pedidos de esclarecimento, de alteração, ...	52	25,5	39	23,4	32	20,5
Dificuldades de liquidez e obtenção de financiamento para cobrir os custos não compartilhados	56	27,5	58	34,7	31	19,9
Problemas de gestão do projeto de ordem técnica (complexidade do projeto, exigências das normas técnicas, ...)	53	26,0	43	25,7	37	23,7
Desvio nos custos inicialmente previstos	51	25,0	55	32,9	48	30,8
Dificuldades na articulação com parceiros	39	19,1	35	21,0	31	19,9

Outros fatores.	18	8,8	18	10,8	17	10,9
-----------------	----	-----	----	------	----	------

Fonte: Inquérito aos beneficiários do DLBC Rural - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1344. Outros Fatores. Quais?

	POR	PDR
Ainda estamos na fase inicial de execução do projeto.	1	
Atrasos no reembolso das despesas	1	
Burocracia	1	
Contratação de pessoal com as qualificações adequadas.	1	
Contratação pública.	1	
COVID-19 e contingências implementadas	2	
Desvalorização do investimento	1	
Dificuldade de contratação de empreiteiros.	1	
Dificuldades na contratação de trabalhadores, nos termos da candidatura aprovada, NORTE-07-4740-FSE-000454.	1	
Falta de Mão de Obra para executar o projecto	1	
Falta de um interlocutor responsável pelo acompanhamento do processo.	1	
Incumprimento dos prazos por parte das entidades intervenientes nos processo!	1	
Não é possível responder à questão 26, uma vez que o projeto ainda está em curso.	2	
nao entendi o questionario	1	
Não sabe, a candidatura foi elaborada por consultores	1	
O mais grave: critério dos CO3SO de que pessoas têm que estar desempregadas ou sem actividade dificulta imenso a contratação (e, logo, a execução que consiste na contratação RH) pois quase não há pessoas desempregadas com competências e/ou qualificações e/ou vontade de trabalhar.	1	
O projeto não foi executado com financiamento.	1	
O tempo que demorou a ser aprovado retirou ne bastante valor do projecto aprovado	1	
Obtenção de licenças na CM.	1	
Tentativas de alterações de regras após o início dos projectos. Falta de confiança face a organismos centrais	1	
Trabalho realizado pela consultora	1	
Tratando-se de um projeto construído de raiz, os sucessivos atrasos dos fornecedores e prestadores de serviços relacionados com a infraestrutura afeta ao projeto tornaram impossível cumprir com os prazos estabelecidos.	1	
Ver texto 27	1	
Ainda estou em fase de execução.		4
Pandemia		3
As perguntas anteriores e as respostas não se enquadram!? Afinal o que é o DLBC?		1
Incremento exponencial dos custos de materiais, o que implicou um aumento dos custos globais sem revisão da comparticipação associada.		1
Desculpem mas o vosso questionário é um exagero em tamanho.		1
Falta executar ainda uma das componentes da candidatura. Por outro lado, a resposta às questões torna-se difícil, face ao desfasamento de datas aprovadas para a candidatura em sede de decisão de aprovação e em Termo de Aceitação.		1
O projecto em apreço não foi executado, dado não ter sido aprovado de uma forma infundamentada		1
obtenção de orçamentos; licenciamento; inflação generalizada dos custos do investimento; maior flexibilidade nas alterações ao investimento		1
Os fornecedores aceitem os mesmos montantes dos orçamentos apresentados meses antes aquando da candidatura		1
Disponibilidade de materiais		1
tempo de aprovação do projecto; dificuldade em encontrar empresas de rega		1

Fonte: Inquérito aos beneficiários do DLBC Rural - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1345. Descreva as dificuldades assinaladas:

	POR	PDR
A demora da análise dos pedidos de reembolso fazem com que haja um medo acrescido à falta de liquidez da empresa e que limitemos o investimento efetuado na empresa. Também como no meu caso que é um projeto +Co3so emprego como devido à pandemia só iniciei o projeto com 5 meses de atraso e como na legislação diz que teremos que terminar candidaturas até ao fim de 2023 irei perder 5 meses de financiamento (deveríamos poder expandir candidaturas pelo tempo necessário para completarmos o nº de meses aprovados.	1	
A demora nos reembolsos prejudica imenso a entidade	1	
A dificuldade vem por parte dos prazos que não são cumpridos. Já estou a caminhar de submeter o 2º pedido de reembolso e ainda não recebi o primeiro me conseguem dá uma data.	1	
A duração elevada nos reembolsos	1	
A morosidade dos reembolsos, leva a dificuldades de tesouraria e ao atraso na concretização das ações	1	
A quantidade de passos e documentação que é necessário submeter pedidos de reembolso	1	
Adiantamento de pelo menos 3 meses relativamente ao apoio elegível.	1	
Apatia pela GAL e PO face aos prazos exigidos	1	
Apesar de estarmos na fase inicial o projeto está sujeito a prováveis dificuldades na etapa de execução pois a liberação foi demasiado tardia.	1	
Aprovações, pagamentos, atrasos provocaram dificuldade na liquidez das empresas	1	

	POR	PDR
As principais dificuldades foram os desvios de custo desde a submissão de candidatura e execução. Passou algum tempo e os custos alteraram bem como as necessidades de equipamentos.	1	
As principais dificuldades deveram-se ao horizonte temporal do projeto, e a uma adaptação ao investimento inicialmente proposto, uma vez que existem situação que a empresa não conhece a priori.	1	
As principais dificuldades são os tempo de aprovação dos projetos e dos reembolsos, bem como o seu pagamento o que obriga a um grande esforço de liquidez por parte da empresa. Comprometendo assim os diversos aspetos assinalados.	1	
As respostas do ponto 26 estão desadequadas às respostas, razão porque não respondi a algumas.	1	
Atarsos nos pagamentos dos reembolsos	1	
Atraso em todos os prazos do aviso por parte da GAL e CCDRN superiores a 12 meses	1	
Atraso no pagamento da primeira tranche	1	
Atraso nos fornecimentos e instalação de equipamentos	1	
Atrasos na aprovação do projeto e no reembolso das despesas	1	
Atrasos nos pagamentos e resposta	1	
Burocracias	1	
Carga burocrática, excessiva documentação, demora na resposta na validação da candidatura.	1	
Cumprimento dos prazos de pagamento	1	
Cumprimentos dos critérios de elegibilidade pela falta de mão de obra disponível para esta região. Prazos apertados para a substituição de funcionários	1	
Cumprimentos dos prazos	1	
Deficuldade em perceber a forma correcta de fazer os pedidos de reembolso.	1	
Demasiada burocracia e tempos de espera	1	
Demora	1	
Demora nas respostas	1	
Demora no pagamento das prestações	1	
Demora no pedido de reembolso	1	
Demora nos pagamentos e plataforma Balcão 2020 não adaptada à tipologia	1	
Demora nos reembolsos.	1	
Demora nos tempos de resposta a pagamentos e reprogramações	1	
Devia haver datas estipuladas para o reembolso/pagamentos do projeto definidos. Aquando da candidatura não estava previsto ficar a suportar 8 meses de ordenado+impostos associados+investimento em espaço e materiais+contabilidade organizada sem receber nada nesse tempo.	1	
Devido ao nosso PA estivemos impedidos de submeter os reembolsos no fim do primeiro trimestre, só foi possível submeter-los no fim do semestre e a nossa liquidez financeira tremeu bastante.	1	
Dificuldades de execução do projeto em função das circunstâncias (dificuldade do empreiteiro em encontrar mão-de-obra e os materiais necessários). Excesso de zelo das entidades administrativas fiscalizadoras que criaram entropias.	1	
Dificuldades de fazermos ouvir as nossas reclamações quanto às informações erradas e não conformes ao estipulado nos regulamentos vigentes.	1	
Dificuldades sentidas ao nível da contratação pública, nomeadamente na adjudicação das empreitadas.	1	
Elevado tempo de análise por parte das várias entidades ligadas	1	
Elevado tempo para análise dos pedidos de reembolso e do seu respetivo reembolso	1	
Empresas de Construção Civil	1	
Encontrar um restaurante em Vila Pouca de Aguiar para arrendar, encontrar uma loja licenciada para serviços, a maioria quase todas estão licenciadas para comércio, obras, muitas dificuldades, quase que não encontrava um empreiteiro para fazer pequenas obras, dizem que isso são biscoitos e não querem, com a luz, o Senhor que me equipou a cozinha projetou o espaço para ter luz trifásica, só que o electricista demorou mais de dois meses, os processos da EDP são muito lentos, e não foi capaz de colocar a luz trifásica, deu erro na EDP, e encontrar uma pessoa que queira trabalhar na restauração, ninguém aceita esse trabalho	1	
Estado de maturação	1	
Estando a trabalhar em tempo de pandemia, com força de trabalho feminina onde as crianças ficaram em casa o maior tempo .	1	
Estou a sentir bastantes, mormente, o recrutamento do segundo posto de trabalho e o local para funcionamento do projeto.	1	
Falta de cumprimento dos prazos na aprovação e reembolsos, altera todo o projeto. A dificuldade na alavancagem no capital de investimento para que a empresa possa começar; desvio de custos inicialmente previsto, é francamente superior ao projetado.	1	
falta de resposta! anos á espera!!!	1	
Financiamento integral do projeto uma vez que é o processo de atraso ao avanço	1	
Fizemos diligências reiteradas mas infrutíferas junto do IEFP, para contratação de trabalhadores que reunissem os requisitos exigíveis em sede da candidatura aprovada. Face à impossibilidade de conseguirmos concluir o projeto conforme candidatado, solicitámos e foi autorizada a nossa desistência da componente FSE, reunindo-se as condições para a conclusão do projeto na componente FEDER, com o compromisso de criar 2 postos de trabalho adicionais, o que conseguimos realizar.	1	
Fogos de 2017	1	
Fornecimento de bens	1	
Fundamentalmente nas atualizações salariais contratadas.	1	
Já descritas anteriormente	1	
Já relatados os três "incidentes": 1. a primeira não aprovação imediata (mas solução foi relativamente rápida, mas ainda assim aprovação final vem mais de meio ano após candidatura...). 2. Não aceitação rápida do início projecto (era desnecessária a perda destes dois meses e as incertezas e mau estar criado com pedidos abusivos; felizmente superado) 3, Ainda em curso, e de novo péssima gestão de timing e de tempos pelas entidades públicas: visita fiscalização sem pré-aviso, a 21 Dezembro, em plena pandemia (e conselho do Estado para teletrabalho!) e não resposta por um mês a mail de promotor a enviar e pedir	1	

	POR	PDR
esclarecimentos, criando de novo ansiedade e incerteza. Inexplicável e algo inaceitável, do GAL e da CCDR Norte (que mesmo assim são dos melhores...). Isto tem impacto negativo, com atrasos de entradas de dinheiros e com atrasos na tomada de decisões por existir incertezas. A CORRIGIR e EVITAR por todas as entidades públicas: pensar RES PUBLICA e ... "metam-se nos sapatos das empresas promotoras!". Ser mais claro. Ser menos fiscal e mais parceiro...		
Longos prazos de reembolsos de despesas comparticipadas e muita burocracia nos pedidos de reembolsos	1	
manter os postos de trabalho e a faturação	1	
manuals de apoio não estão devidamente esclarecedores	1	
Morosidade de decisão/resposta e complexidade burocrática.	1	
Muita demora na resolução dos pedidos de reembolso	1	
Muito tempo para iniciar o financiamento do projecto	1	
Na parte da reabilitação, o trabalho com os pedreiros tornou-se difícil, na medida em que não cumprem o tempo previsto o que me obrigou a pedir adiamentos.	1	
Não sabe, a candidatura foi elaborada por consultores	1	
No geral não terei dificuldades em cumprir com as metas estabelecidas. Neste momento a maior dificuldade é a falta de pagamento do reembolso submetido à 6 meses que está a interferir no meu fundo de maneio, que assim dificulta o investimento previsto em equipamentos.	1	
O contato com a ccdr	1	
O delay entre a apresentação do pedido de reembolso e o pagamento, implica dificuldade de tesouraria para fazer face às obrigações fiscais	1	
O fato de os pedidos de pagamento serem tão demorados, pode fazer que o que é um apoio passe a ser um problema grave para as empresas.	1	
O mais grave: critério dos CO3SO de que pessoas têm que estar desempregadas ou sem actividade dificulta imenso a contratação (e, logo, a execução que consiste na contratação RH) pois quase não há pessoas desempregadas com competências e/ou qualificações e/ou vontade de trabalhar.	1	
o processo burocrático e tempos de análise de pedidos de reembolso e alterações fez com que o projeto se arrastasse muito tempo, comprometendo os tempos de execução e a execução integral	1	
o PROJETO ESTÁ AINDA NUMA FASE INICIAL.	1	
Os atrasos nos reembolsos penalizam fortemente a execução dos projectos.	1	
Os prazos de resposta e reembolso são tão massivos e inesperados que puseram em causa a liquidez da sociedade para respeitar os critérios técnicos do concurso.	1	
Os primeiros pedidos de pagamento demoraram a ser analisados	1	
Os tempos de resposta entre a submissão dos PP e o pagamento do mesmo é demasiado elevado	1	
Pedidos de reembolso para empresários em nome individual	1	
prazo demorado na decisao	1	
prazos de execução, dificuldades de aquisição de plantas	1	
Problemas no pagamento dos pedidos, demora imensa.	1	
Processo muito moroso e plataforma ,2020 pouco funcional	1	
Reembolso muito atrasado	1	
regras impostas pelo COVID	1	
São dificuldades como já referi de demora na decisão e na transferência dos apoios que a+obriga as empresas a deter um cash flow elevado para fazer face às despesas do projeto, que poderia ser canalizado para outros meios produtivos	1	
Sem conhecimento de Causa	1	
Sendo que ainda não me foi nenhum pedido de pagamento tenho tido dificuldades em fazer o projecto evolui como gostaria.	1	
Sensibilizar para a problemática a abordar	1	
Tempo de resposta á candidatura	1	
Tempo diminuto para responder tendo em conta a burocracia das entidades estatais	1	
Tempos de reembolso com desvios	1	
Tentativas de alterações de regras após o inicio dos projectos. Falta de confiança face a organismos centrais	1	
Ter de adquirir certas condições fiscais antes de saber se o projeto seria aceite.	1	
Trabalho realizado pela consultora	1	
Utilização do balcao2020	1	
a exigência de 3 orçamentos; a pouca celeridade dos organismos intervenientes no licenciamento; na construção e nos equipamentos a subida de preços provocada pela pandemia é assustadora, devendo haver flexibilidade no " teto " do investimento e no apoio; também deveria haver maior abertura para as alterações ditadas pela inovação		1
A informação é genérica. Querem que responda a um projeto que acabou há 6 anos? ou a outro que foi proposto em Março de 2019 e veio a aprovação em Agosto de 2022, e ainda não começou? Ou outro ainda que recentemente esteve a ser preparado e devido à complexidade, a candidatura não conseguiu ser submetida a tempo e perdeu-se todo o trabalho feito, havendo que recorrer a medida geral fora do âmbito do GAL (e que só em cima do acontecimento se soube que estavam abertas as candidaturas)?		1
A legislação comunitária e nacional, as entidades analistas/decisoras das candidaturas "olham" para o candidato/beneficiário como potencial agente de corrupção e fraude...		1
A pandemia atrasou a conclusão das obras e entrega de materiais/equipamentos		1
A resposta ao projecto era prevista para ao fim de 2 meses e só chegou ao fim de 2 anos e 2 meses devido a atrasos na análise do projecto; dificuldade em empresas aceitarem trabalhos não muito grandes de irrigação e que não sejam de olival		1
Apos submeter os projetos, os prazos dos orçamentos são de 30 a 90 dias, quando recebemos o parecer favovarel e a formalização da contração do projeto já passaram 6 meses ou mais, e os custos sofrem uma variação.		1

	POR	PDR
As dificuldade foram sentidas ao nível da obtenção dos licenciamentos ao nível do Município e demais entidades; Os valores orçamentados em 2019, sofreram aumentos brutais com o aparecimento da Pandemia, o que levou a despesas superiores em relação ao inicialmente programado: Por último devido a dificuldade de obtenção de crédito e devido ao número reduzido de pedidos de pagamento permitidos, passei por dificuldades de tesouraria enormes .		1
As já indicadas de TOTAL AUSÊNCIA DE RESPOSTA AO PEDIDO DE PAGAMENTO DE PROJETO APROVADO E EXECUTADO EM 2017		1
As maiores dificuldades foi com os prazos executados por entidades responsáveis por emissão de licenças.		1
As maiores dificuldades resultam do facto de os orçamentos serem pedidos demasiado tempo antes do efectivo início do projecto, o que, por um lado, faz aumentar em muito os valores a pagar aquando da aquisição de equipamentos ou prestação dos serviços em comparação com o que foi aprovado, e por outro leva a que alguma alteração que tenha de ser efectuada ao projecto e que não estivesse prevista na candidatura, não possa ser contemplada no apoio.		1
Atraso e problemas levantados nos pedidos de reembolso.		1
Atrasos nos reembolsos		1
Atribuição de licença devido à falta de pareceres de outras entidades (PROTA)		1
Burocracia		4
demoras		1
terminologia técnica não divergente;		1
Capacidade de resposta aos tempos determinados		1
Conclusão do projeto dentro do prazo devido a fatores externos.		1
Demora na validação de despesas		1
Demora na obtenção de pareceres externos		1
Demora no processo de pagamento juntamente com pouca flexibilidade na alteração dos custos situação que se tornou mais crítica nos últimos anos com a escalada dos preços dos produtos e serviços tendo em conta a data de candidatura.		1
DEMORARAM QUATRO ANOS A APROVAR UM PEQUENO PROJETO		1
depois da apresentação do projeto até a sua aprovação existem melhorias em sistemas que é preciso aproveitar, sempre que se pensa em fazer bem feito e não só receber o dinheiro do projeto as despesas são sempre mais		1
Devido ao período muito longo de tempo entre a entrega da candidatura e a decisão de apoio financeiro ficou dificultada a implementação do projecto. Ainda mais que entretanto muitos dos produtos/serviços necessários à instalação viram o seu preço agravado substancialmente o que criou ainda mais dificuldades.		1
Dificuldade de adquirir os investimentos, principalmente as plantas , que estão com atrasadas , sendo previsível entrega apenas para setembro.		1
Dificuldade em obter licenças		1
dificuldade em obter licenças de construção, dificuldade em obter licenças junto da Direção-Geral de Energia e Geologia		1
Dificuldades de liquidez e obtenção de financiamento para cobrir os custos		1
Dificuldades na obtenção de orçamentos		1
Espaço temporal entre a entrega dos documentos solicitados e a disponibilidade financeira.		1
Eu técnico superior, não entendo que a resposta tenha que estar subjugada à pergunta		1
Excesso de documentação para pequenos investimentos		1
Face à decisão de aprovação, a candidatura regista atraso. Contudo, face às datas do Termo de Acitação, ainda está em prazo.		1
Falta de flexibilidade na adequação a alterações ao projeto, tempo de pagamento demorado,		1
Falta de Resposta por parte das empresas contratadas para início de obra		1
financiamento, e prazos de pagamento por parte do IFAP		1
Incompetência do GAL		1
Incumprimento de critérios de elegibilidade na 1ª candidatura por má acessoria		1
Investimento aprovado inferior ao candidato, por via de custo padrão fixado, e que não tem em conta a situação atual registada com a pandemia, que fez subir substancialmente os preços dos materiais		1
Já foram indicadas atrás		1
Justificar a realidade		1
Muitas condicionantes; Barreiras durante a execução do projeto devido à falta de sensibilidade das equipas GAL/PDR para aceitar alterações em fase de projeto		1
Não são dificuldades, mas sim um reconhecimento do GAL Ader-AI na rapidez de análise dos PP evitando aí sim dificuldades de tesouraria aos beneficiários.		1
No contexto da pandemia, o rendimento que estava previsto não aconteceu e, isso limitou o acesso ao financiamento, o que por sua vez, levou a atrasos na execução do mesmo.		1
Nos dois casos concretos de insucesso deveu-se às faltas de flexibilidade e noção de coerência do contributo dos dois projetos para o todo do negócio conjunto já existente.		1
O 1º pedido de pagamento foi executado e a partir os restantes pedidos de pagamento estão bloqueados pois a nossa candidatura foi selecionada para ser auditada e tudo está pendente no IFAP desde fevereiro de 2021.		1
O IFAP faz a vida negra as pessoas. Para eles todo o agricultor é bandido é só sabem os verbos cortar e sancionar.		1
O problema deste tipo de apoio é que na realidade não comparticipa 50% dos custos do projectos mas na realidade apenas uns 25% pois os limites para os trabalhos e custos vários não estão adequados aos custos de mercado nem a realidade na concretização de um projecto. Assim o ter que na realidade financiar um montante mais elevado do que o previsto torna-se complicado. Além disso constatei que sempre que é necessário um parecer de uma entidade do estado esta entidade não comunica directamente com outra . Por exemplo se é preciso um parecer da REN esta não comunica com a Direção da agricultura e por aí em diante.		1
O projecto é de baixo valor e simples pelo que não houve grandes dificuldades de execução.		1
O projeto está em fase de implantação		1

	POR	PDR
O último pedido de pagamento (móveis e eletrodomésticos) foi um pesadelo, talvez parcialmente por que o nosso consultor deixa tudo para em cima da hora. Lidar com a Câmara de Tomar, cuja arquiteta aprovadora do projeto irritou-se com os nossos pedidos para apressar o licenciamento, quase inviabilizou conseguirmos os valores do último pedido de pagamento. Nada disso foi devido à GAL. Da ADIRNE houve pedidos de esclarecimento no último pedido de pagamento, explicado já acima, que não pareciam de bom senso. A exigência de colocação de etiquetas em todo lado dentro dos apartamentos, nos eletrodomésticos, etc. não só fica muito feito como parece dispensável, uma vez que à entrada da propriedade existe um cartaz indicando o apoio obtido.		1
Orçamentos tornam-se impraticáveis se a aprovação das candidaturas for muito demorada		1
Os procedimentos burocráticos são muito complexos, o que dificulta a celeridade dos processos, emperrando o desenrolar do projeto. Alguns destes aspetos não se prendem só com a atuação do GAL, mas também do IFAP. Só para ilustrar dou o exemplo da formalização de um pedido de pagamento, que deveria ser fácil e de decisão rápida para o agricultor recuperar algum dinheiro do que gastou na operação anterior, para o poder aplicar na operação seguinte. Porém, trata-se de um processo altamente complexo, a formalizar numa plataforma informática nada intuitiva. Refira-se que o respetivo manual ("Manual do Registo do Pedido de Pagamento"), que é o mesmo para as grandes empresas e para o micro agricultor, contrariamente ao que recomendam os Regulamentos UE, manual que o agricultor tem de conhecer/compreender, tem 98 páginas, nem sempre de apreensão fácil, e com recurso a exemplos lineares (ex. "total do investimento 1000 euros, valor elegível 1000 euros"), com falta de exemplos de casos reais (ex. documentos de despesa com várias parcelas, umas elegíveis outras não, umas esgotando o plafond do elegível outras não...). Acresce que o pequeno agricultor tem de ser ele a formalizar estes procedimentos porque os consultores cobram muito caro. Quanto aos atrasos, uns do GAL outros do IFAP, dou dois exemplos concretos: um recibo datado de 22-06-2020 apresentou-se o pedido de pagamento em 09-07-2020, mas a comparticipação só veio a ser liquidada em 10-11-2020; foi feito um pedido de alteração da data de conclusão do projeto por não existirem no mercado os equipamentos pretendidos, tendo sido apresentado em 02-09-2021, mas só foi decidido em 23-12-2021. Isto significa que se tinham pedido mais 7 meses para desenvolver o projeto e a demora na resposta consumiu mais de metade desse tempo. Ora, esta demora na resposta deveria levar o decisor a fazer acrescer esse tempo ao prazo pedido para não prejudicar o cidadão, mas não o fizeram, o que quer dizer que o projeto vai sofrer com este encurtamento.		1
Pela insuficiência de alguma informação e clareza da mesma o processo torna-se moroso e difícil e é sobretudo complicado fazer prova de elementos que são condicionantes porque a entidade analista (no caso específico: IFAP) condiciona e dificulta todo o processo em vez de agilizar e facilitar. Muitas vezes para provar um requisito que basta um único documento probatório são pedidos uns tantos mais arrastando todo o processo.		1
Prazo de execução atendendo aos condicionalismos da crise pandémica .		1
Preços de tarefas/equipamentos desviados da realidade		1
Problemas burocráticos e falta de flexibilidade e demasiado rigor documental		1
projeto com grande promenor e muito específico. Dificuldades de adaptação da legislação em vigor a este tipo de produção muito específica (criação em pequena escala de animais de raças autóctones) muito pouco ou nenhuns apoios e experiencias anteriores para esta atividade (enquadrada num patamar acima do que se designa como detenção caseira)		1
Tempo de execução da empreitada		1
Tempo de execução/financiamento		1
Tempo de resposta na análise de pedidos de pagamento		1
Todo o processo é muito lento e não coaduna com a velocidade de modernização da economia		1
Valores fora da realidade custos reais, custos aprovado!		1
Vivendo um tempo novo de pandemia, as dificuldades apresentam-se no âmbito de dificuldade de aceder a tempo útil de matérias primas e de alguns serviços externos que são necessários na execução do projeto		1

Fonte: Inquérito aos beneficiários do DLBC Rural - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1346. Refira os aspetos em que considera que o seu projeto é inovador.

	POR	PDR
tecnologicamente somos das funerarias mais evoluídas do país, incluindo a servilusa	1	
Nos territórios rurais será fácil os projetos serem inovadores devido à escassez de pessoas a pretenderem investir nestes territórios de baixa densidade populacional. A falta de massa crítica prejudica imenso os investimentos nos territórios rurais. A criação de postos de trabalho especializados já por si é inovador em meio rural e a fixação de pessoas jovens ainda é mais inovador. a introdução de meios digitais ajudou à rentabilização do projeto, mesmo que a cobertura com fibra ótica nas freguesias rurais seja muita má-	1	
A aldeia onde se insere estava ao abandono. Nem orgulho e auto estima, num processo de desertificação. O meu projecto foi o primeiro. Neste momento vamos a caminho do quarto alojamento local, nesta aldeia de 15 habitantes.	1	
A Casa Museu de Vilar é um dos dois únicos espaços museológicos do conselho de Lousada, onde nos inserimos. Temos desenvolvido um enorme trabalho na divulgação do Cinema de Animação a nível local, regional, nacional e mesmo internacional. Para além das exposições permanentes e itinerante, as nossas oficinas de Cinema de Animação tem sido reconhecidas como das mais interessantes e dinâmicas a nível nacional. Os prémios obtidos são a prova disso.	1	
A conservação e revitalização do património imaterial contido no saber rural, através da divulgação das técnicas de recursos sustentáveis. A partilha do conhecimento que implica, a recolha/produção e processamento de uma matéria que vem a partir da natureza da região e a sua transformação em bens utilitários através das técnicas tradicionais da região. A divulgação das características estéticas do património arqueológico, através da sua interpretação e da exploração na produção de artefactos artesanais, realizados á luz contemporânea, mas de inspiração regional.	1	
a empresa produz biopolímeros, reduzindo assim a necessidade de recurso aos polímeros tradicionais, reduzindo a pegada de CO2	1	
A inexistência de oferta similar até um raio de 50km.	1	
A inovação do meu projeto consiste em estar alinhado com a ODS e principalmente com as diretrizes da descarbonização das indústrias e empresas.	1	

	POR	PDR
A minha empresa já se encontra no mercado a 5 anos, o talho ambulante já era invocador por si só e com este projeto a ideia foi aumentar o alcance com lançamento de uma plataforma online de vendas e também fazer crescer um segundo projeto que nasceu em 2019 na mesma empresa só que na área de venda de produtos alimentares em máquinas de vending . Algo que não existia na Póvoa de Lanhoso.	1	
A nível de práticas usadas na rotação de pastagens.	1	
A sensibilidade nas energias alternativas.	1	
a valorização dos serviço de entregas de ecommerce, na base da ultima milha. logística - transporte - entrega	1	
Abordagem integrada de sustentabilidade e ecologia em contexto turístico.	1	
Abordagem turística e público-alvo do leitmotiv do projeto	1	
Acelerador de bem estar	1	
AJUDA A TER MAIS POSTO DE TRABALHO	1	
Ajuda fixar população no interior	1	
Ao introduzir experiências de enoturismo (provas de vinho, jantares vinicos, experiências adaptadas a cada grupo, aconselhamento personalizado) no tradicional conceito de alojamento local.	1	
Apoio na contratação de profissionais altamente qualificados na área cultural.	1	
Apresenta uma solução técnica inovadora na área onde se insere	1	
Apresentação de soluções integradas para a gestão das PME da região.	1	
Articulação de um monumento religioso com o espaço envolvente e com a própria origem da freguesia	1	
Atelier de arquitetura sustentável localizado no Alentejo. A longo prazo vai exponenciar a qualidade e o numero de edificios sustentáveis na região.	1	
Atende a evolução tecnológica e vai ao encontro da necessidade das pessoas em poderem validar processos, acessar ambientes na internet de forma segura e assinar documentos digitalmente com validade jurídica a distância.	1	
Capaz de atrair novos públicos à cidade de Trancoso e entreter-los durante a sua visita.	1	
Com a criação de 2 novos postos de trabalho, conseguimos prestar um muito melhor e eficaz serviço na nossa terra.	1	
Conceito de sustentabilidade e cozinha ética que não existem e estamos a desenvolver. A primeira loja a granel do alto Alentejo.	1	
Contribuir para diversidade dos Produtos Turísticos	1	
cria novas oportunidades de turismo no território	1	
criação de emprego	1	
criação de mais valias de RH e de sanidade animal e saude mental da população; criação de potencial de negocio e fixação de capitais na região	1	
criação de posto de trabalho com grau de formação superior à media local	1	
Criação de um CAMV no interior do país	1	
Criação e divulgação de um tipo de alojamento com carácter de charme, exclusivo nas infraestruturas que oferece e na sua capacidade reduzida	1	
Criou 2 postos de trabalho numa área laboral muito escassa neste território. neste	1	
Dar a conhecer pequenos produtores nacional e internacionalmente. Sinergias entre comércio local	1	
Desenvolvimento e comercialização de componentes e equipamentos customizados, direcionados para as aplicações de desinfeção física robotizada usando manufatura aditiva. No fabrico aditivo a conciliação de reengenharia, engenharia inversa, estudos de parâmetros de produção, fabrico de componentes por encomenda, controlo de qualidade, entre outras tarefas, torna-se também inovador.	1	
Digitalização da área	1	
é a unica gelataria artesanal entre comporta e vila nova de mil fontes	1	
É inovador em vários aspetos mas para mim o principal é estabelecer uma relação de vinculo laboral numa área onde só contrata em regime de prestação de serviços	1	
É inovador pela capacidade criar de diversificar áreas de atuação da empresa.	1	
é um projecto de marca positiva pois une o ser animal com o humano	1	
É uma fusão de artesanal, natural, sustentável com o quotidiano e bem estar	1	
É uma marca temática única no mercado nacional, que potencia a inovação e a rentabilidade da restauração por via de uma nova oferta, que por sua vez vai potencia a valorização e promoção de espaços verdes e da natureza, impulsionando o desenvolvimento do turismo de natureza.	1	
È, pois ajudou na criação de novos postos de trabalho	1	
Envolvimento da comunidade, fazendo que esta também tire partido das vantagens sociais e financeiras.	1	
Está a criar algo que não existe a nível nacional, possuindo carácter dinamizador/colaborativo para economia local e nacional	1	
falta de apoio financeiro	1	
Ficado no digital para a sensibilização ao consumidor final do consumo consciente e de escolhas sustentáveis na área do mobiliário e calçado . São plataformas online exclusivamente dedicadas ao comércio de produtos sustentáveis feitos na Europa .	1	
Formação profissional dos cidadãos	1	
Gestão do território com recurso a técnicas sustentáveis.	1	
Grande qualidade do que foi feito	1	
Inexistência do produto no território.	1	
Inovação em metodologia, tecnologia usada e produto final	1	
Inovador e impulsionador para a região, com AL de carácter autêntico, único; e actividades complementares.	1	
Integração dos clientes nas vivências e experiencias locais	1	
interage com outros parceiros no territorio	1	
Introdução de novas matérias primas	1	
Ligado a serviços web os quais, têm pouca oferta local.	1	

	POR	PDR
Marcamos a diferença na nossa área profissional através da implementação de novas metodologias	1	
Medicina moderna e apoio personalizado para todo o tipo de animais	1	
mercado online para promoção de produtos da zona oeste, promoção da imagem do território com artigos tipo souvenirs modernos	1	
métodos e técnicas de diagnóstico	1	
mobilidade elétrica	1	
Modalidade a empresas e particulares	1	
Na digitalização do universo rural.	1	
Na divulgação e promoção do território	1	
Não sabe, a candidatura foi elaborada por consultores	1	
necessidade de protecção individual e embalagens	1	
nesta zona não existe a opção de entrega almoços em cantinas	1	
No apoio a tipologias raramente apoiadas (por exemplo, o emprego)	1	
No modelo de integração da comunidade e geração de renda através do modelo de reutilização e otimização do uso de recursos propostos pela economia circular.	1	
No respeito pelo ambiente no seu processo construtivo e de funcionamento e no funcionamento em rede com os parceiros locais através das novas tecnologias.	1	
No sentido de desenvolver uma região não tão desenvolvida com um grande apoio financeiro a fim de criar postos de trabalho.	1	
nova oferta comercial	1	
Novo serviço prestado de apoio a gente com dificuldades de mobilidade e de região desertificada	1	
novos processos de trabalho	1	
O contributo para aproximar as empresas com as boas práticas de eficiência energética.	1	
O foco principal deste projeto foi introduzir produtos alimentares inovadores no mercado nacional e futuramente internacional. Na zona de lafões existe cada vez menos aberturas de fábricas e cada vez inferior criação de postos de trabalho. O objetivo é criar postos de trabalho, sendo que este ramo não requer mão de obra qualificada. Mas existe a possibilidade de criar formações e estágios profissionais. Uma das minhas ambições é criar uma progressão de carreira.	1	
O investimento do projeto desdobrou-se, no essencial, em duas componentes: - Remodelação da estrutura metálica e cobertura dos pavilhões e modernização do equipamento produtivo. Os objetivos prosseguidos foram: -Melhorar as condições de trabalho, reduzir consumos energéticos, aumentar a capacidade produtiva, melhorar a qualidade da sua produção, -Reduzir os desperdícios e contribuir para a redução do desemprego. Podemos por dizer que o projeto é inovador fundamentalmente a nível interno. quando comparamos o antes e o pós projeto. De facto o projeto permitiu a melhoria das condições de trabalho e a modernização do processo produtivo da empresa, aumentando a sua produtividade e permitindo novas contratações. Introduziu equipamento técnico potenciador da utilização de matérias primas tecnológicas inovadoras e mais eficientes, nomeadamente ao valorizar os fatores climáticos e ambientais, reduzem consumos energéticos e ruídos, diminuem desperdícios e produzem menor poluição.	1	
O meu projeto considero-o inovador pois é o primeiro a assentar no conceito de steet food o que nos leva a promover os produtos da região e o nome de Castro Marim e Baixo Guadiana. E a criação de posto de trabalho permite-me ter maior capacidade de resposta nos eventos.	1	
O meu projeto é inovador no sentido de combater o desemprego existente na área da cultura. E de criar uma oferta inexistente na zona do interior. Pois esta oferta só existe nos grandes centros.	1	
O meu projeto tem como aspeto fundamental uma sinergia entre os produtos endógenos e a sua divulgação com área do design gráfico que é a minha área de negócio. Enaltecendo esses produtos, bem como a região através dos nossos trabalhos.	1	
O nosso projecto assenta num aumento de capacidade de prestar serviço em ambulatório	1	
O projecto apresentado foi inovador pela junção das três vertentes: loja, café e mercearia. Potenciou assim o uso das matérias primas nas três vertentes, maximizando também o uso maioritário de produtos locais	1	
O projeto aprovado providencia formação e desenvolvimento de produtos na área das tecnologias de informação. Os colaboradores obtêm uma rampa de profissionalização e a sociedade concebe produtos com possibilidade de grande visualização nacional e internacional.	1	
O projeto desfaz o estereótipo de uma tabacaria comum, proporcionando várias ofertas de outros produtos.	1	
O projeto é fantástico mas tem de ter um apoio das entidades para fazer com que as empresas cresçam e não fiquem dependentes dos fundos	1	
Oferta diferenciada de pão	1	
Oferta formativa no Concelho.	1	
Os nossos produtos e serviços dão resposta às necessidades atuais de bem-estar	1	
Os produtos utilizados na atividade da estética são da região.	1	
Para o próprio emprego	1	
Parceria entre a Câmara Municipal e a União de Freguesias.	1	
Pela Tecnologia utilizada, pela metodologia e valores aplicados	1	
Percursos pedonais e ciclável para atração de turistas ao território.	1	
Permitiu novos serviços e de qualidade de saúde e Bem-estar	1	
População sénior activa através da implementação de actividade de ginástica geriátrica	1	
Porque muda a perspectiva. Neste momento trabalhamos com o turismo. No meu projeto temos o turismo a trabalhar para nós. Nós, país. Zonas turísticas, zonas que se tornaram turísticas. Distribui a riqueza proveniente do turismo.	1	
potenciar a cultura da figueira	1	
Potenciar a economia circular e utilização de produtos locais e endógenos	1	
Prestação de serviços "chave na mão" na pecuária é algo inovador no território (apoio técnico da produção à comercialização)	1	
Produção de novos produtos.	1	

	POR	PDR
Produto único na nossa região e processo de produção por etapas elimina riscos para o cliente	1	
Projecto pequeno de modernização de espaço e trabalho em plataformas	1	
Projeto que permite reforçar a criação de valor acrescentado por parte da empresa, contribuindo para o reforço da qualidade do produto final e para a consolidação da empresa nos mercados externos.	1	
Projeto sustentável com linha de fabrico na área têxtil com produtos de proteção individual e o comércio desses mesmos produtos e outros.	1	
Promove a Agricultura de Precisão e a gestão eficiente da água	1	
Propomos criar um novo produtos, que envolve os mais jovem e o territorio.	1	
Proporciona uma resposta que era inexistente comunidade.	1	
Qualidade do produto fabricado.	1	
Qualidade dos equipamentos e formação técnica para a realidade da região	1	
redução de poluição na Ria	1	
Renascimento de Marca Nacional com mais de 80 anos OLIVA Torneiras	1	
Sem conhecimento de Causa	1	
serviço pouco comum em área rural	1	
Trabalhar com os produtos locais, usar receitas antigas na confeção de pratos assim com a invenção de bolos, com a cenoura ou espinafre e cenoura, a noz , etc	1	
Trabalho em rede com várias empresas	1	
Trabalho em rede com várias empresas consultores com diferentes níveis de especialização.	1	
Trabalho realizado pela consultora	1	
Transição de uma empresa com 50 anos para a digitalização do processo de produção, trazendo ganhos de eficiência, produção e capacidade de customização ao cliente.	1	
trata-se de um investimento em zona de baixa densidade	1	
turismo e mobilidade sustentável	1	
Uma consultora próxima do tecido empresarial e da administração descentralizada e desconcentrada, tendo como alvo a proteção de dados.	1	
Unico na região para os serviços prestados.	1	
ver candidatura aprovada. Mas no essencial a metodologia aplicada ao desenvolvimento, promoção e qualificação dos produtos tradicionais portugueses.	1	
ver candidatura aprovada. Mas no essencial a metodologia aplicada ao desenvolvimento. Vendemos brainware: consultoria e apoio em estratégia, marketing, internacionalização e empreendedorismo.	1	
verdes, auto sustentabilidade , ebergia solar, uso de produtos e servicos laocais	1	
Visão e objectivos técnicos das empresas	1	
A concentração de leite de cabra é fulcral para a região e para o País. A Organização de Produtores que a CapriPinhal protagoniza é a primeira no País,		1
A tentativa de ter medidas para areas desfavorecidas e a proximidade do beneficiario		1
ACHO INOVADOR NO ASPETO AMBIENTAL.		1
Actualização tecnológica		1
Adaptar a exploração à exigências do mercado e falta de mão-de-obra		1
Adequacao as necessidades inexistentes na regioao		1
agricultura biológica		1
Alimentação de qualidade através de uma pequena indústria que valoriza matérias-primas da região		1
Apela à sustentabilidade do planeta, com a reciclagem do lixo e os cuidados a ter com o meio ambiente.		1
Aposta nos produtos endógenos e nos saberes e sabores tradicionais, trabalhando em rede com os agentes turísticos do concelho.		1
Aquisição de equipamento inovador que implica uma maior rentabilidade do processo produtivo.		1
Articula 3 setores (Turismo, Agroalimentar e Animação Turística) numa única oferta turística		1
As casas reconstruídas vão dispor de energias renováveis e adequadas às mudanças climáticas		1
Com o financiamento consegui instalar um Souto em sistema de regadio com porta enxertos com resistência à doença da tinta e do cancro do castanheiro, enxertados com a variedade Martainha que potência a exploração para níveis de qualidade mais elevados		1
Comercializar Raças Autótenes diretamente do produtor		1
Contextualizar tradição com modernidade.		1
Criação do bicho da seda em Portugal, fazer um produto made in Portuga a seda para os nossos teixteis		1
criar uma estrutura sustentável que implique futuro ,e não cair no abandono depois de eu abandonar a pasta.		1
Dar visibilidade e devolver memória de uma aldeia rural no interior do Algarve Central		1
Desenvolvimento de produção nova com técnicas modernas		1
Deslocamento de jovens para o interior		1
diferenciacao no embalamento do produto agrícola e na sua durabilidade pós colheita		1
Divulgação do ecossistema de montado de azinho a o aporte que este tem pela da raça brava de lide enquanto seu habitat preferencial		1
É inovador na forma de divulgação de conhecimentos históricos e etnográficos		1
É inovador no sentido de permitir modernizar as nossas estruturas e equipamentos para redução de custos de produção e apoio financeiro na aquisição das mesmas.		1
É um projecto inovador na medida em que se irá produzir um queijo de cabra, que é um produto muito procurado no mercado e onde a oferta assenta essencialmente em produtos muito industrializados, recorrendo a técnicas locais de fabrico de queijo, com bases artesanais, o que proporciona ao produto uma mais valia.		1

	POR	PDR
É uma aposta num produto da região que tem mercado mas no qual se tem apostado pouco.		1
e-commerce		1
Eficiência energética e sustentabilidade em zonas desfavorecidas e protegidas.		1
Gestão de recursos hídricos		1
Inexistência de serviços na área em questão		1
inovador no Município onde está inserido		1
Instalação de rega gota nas culturas frutícolas de casca rija		1
Integração como actividade com qualidade e oferta no território		1
Integração de Agro turismo, Museologia e Vitivinicultura		1
Melhorar a qualidade dos terrenos		1
Melhoria da capacidade de frio na conservação de frutos		1
Melhoria de produtos endógenos, criando mais valor acrescentado e riqueza. Diversificação da oferta de produtos no portefólio da empresa.		1
meu projeto não é inovador mas é valorizado para a economia local criação de riqueza local		1
Não acho o projeto inovador mas sim uma diversificação da atividade económica da exploração com aproveitamento de recursos disponíveis		1
Não considero que o projeto seja inovador		1
Não é inovador foi continuar a melhorar a actividade		1
No melhoramento nas condições laboratoriais para dar uma melhor resposta aos nossos clientes, na área da aplicação de microrganismos de solo na agricultura como alternativa aos produtos de síntese (adubos, herbicidas, pesticidas).		1
No uso eficiente da água.		1
Nova cultura na região usando técnicas de produção inovadoras		1
Nucicultura profissionalizada na região		1
O equipamento adquirido pontencia a qualidade e comercialização da produção		1
O meu projecto não o considero inovador, mas sim adequar a exploração ao mercado actual, ou seja tive a necessidade de mudar a exploração de produção de leite de ovelha para produção de carne (devido à estagnação do preço do leite), assim tive a necessidade de dotar a exploração de alguns equipamentos para esta produção (manga de contenção, comedouros) e também na comercialização optei por comprar um atrelado para levar os borregos ao leilão onde são mais valorizados.		1
O projecto contempla a criação e equipamento de um espaço vocacionado para a promoção de produtos locais, potenciando o desenvolvimento de amnidades locais e por outro, potenciando o rendimento da produção, por aproximação de mercado aos potenciais clientes.		1
O projecto é inovador quando leva a fazer diferente o que se fazia antes.		1
oferece serviços que a concorrência não dispõe		1
pela honestidade pela simplicidade etc,		1
PLANTAÇÃO DE AMENDOAL E IMPLEMENTAÇÃO DO MODO DE PRODUÇÃO BIOLÓGICO		1
por recuperar um produto endógeno elaborado com método artesanal passando a fabricá-lo com condições técnicas adequadas e lançar um novo produto no território local		1
Por se encontrar numa zona de montanha e onde a predominância é o eucalipto.		1
Por se tratar de construções em madeira. Os espaços de turismo rural desta região são típicos em alvenariados		1
Prática desportiva associada		1
preservar o olival tradicional		1
Produção de espécies diferenciadoras		1
Produção nova na região em MPB		1
Produção praticamente inexistente na região		1
Produção sustentável de alimentos funcionais		1
produto		1
Produzir com a escala de terreno que tenho, fazer a diferença.		1
Projeto de agricultura regenerativa. Quando iniciou não se falava sobre este conceito.		1
Promoção do empreendedorismo e da geração de emprego do território; b) Criação de sinergias entre diferentes sectores de actividade (hotelaria e turismo + agricultura + pescas)		1
Promove a modernização e de capacitação		1
Proporciona qualidade de espaço com (natureza, agro turismo, cultivo, gastronomia, arquitectura e design, descanso e lazer) para as pessoas desfrutarem sem precisarem de sair do terreno.		1
Qualquer projeto tem o seu Q de inovação.		1
Recuperação dos recursos agrícolas existentes.cultivo de culturas permanentes associadas a novas tecnologias de controlo e utilização de técnicas sustentáveis e uso de energias renováveis. 0% de desperdício com a valorização do desperdício resultante da seleção.		1
Reflorestação/ implantação de um pomar de alfarrobeiras, com oliveiras, amendoieiras e figueiras que já se encontravam no local.Inserção de um pomar numa área já arborizada com diversos m que		1
Rega sustentável		1
Relação custo do investimento vs benefício		1
relação entre a utilização de produção animal para apoiar a produção agrícola		1
respeito pelo património; investimentos sérios; facturas fidedignas		1
Ter casinhas independentes para turismo, dentro de espaços de enorme beleza natural e com muitos ha à volta onde se trabalha a gricultura a sério.		1
Transformar sequeiro numa unidade de regadio com elevado potencial na instalação de novas vinhas denominação DOP.		1

	POR	PDR
Transmitir às próximas gerações a Valorização dos Recursos Endógenos		1
Trata-se de dar uma nova vida a um terreno que estava abandonado, nele instalando um pomar de frutos secos, cultivado no sistema de produção integrada, com respeito pela natureza. Acresce que o país e o mundo tem carência de frutos secos, sendo importante torná-los mais acessíveis por serem muito importantes para a saúde.		1
Turismo em área rural		1
Uma abordagem profissional a uma cultura a que em geral não é dedicada muita atenção		1
Única na minha aldeia, visa retomar tradições e inovação na produção de produtos endógenos (Amêndoas).		1
Uso de energia renovável com controle de gastos de água. Agricultura biológica		1
Uso de equipamentos e técnicas diferenciadas		1
utilização de novas técnicas de produção		1
Utilização de tecnologias de acordo com os principais características da região (reduzida disponibilidade hídrica, elevada exposição solar, reduzida mão de obra), tendo em conta também as culturas selecionadas.		1
Valoriza a criação de animais de raças autóctones, em colaboração com o Livro Genealógico da raça, preservando o património nacional.		1
Valoriza o aumento do valor do produto comparado com o aumento da quantidade produzida, contribuindo assim para o aumento do preço médio		1

Fonte: Inquérito aos beneficiários do DLBC Rural - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1347. Refira os aspetos em que considera que o seu projeto poderá influenciar positivamente o território onde se encontra inserido.

	POR	PDR
atração de turistas ao território.	1	
maior visibilidade do concelho com a oferta de condução para turista e também de moradores de outros concelhos	1	
A criação de novos postos de trabalho contribui para influenciar positivamente o território, porque cria novas dinâmicas locais, melhora a auto estima dos residentes mais idosos, porque ajudará a mobilizar outros recursos.	1	
A criatividade tantos nos bolos confeccionados, assim como nos pratos... Eu uso a receita de um bolo normal e adiciono produtos da terra com a curiosidade de saber como é que fica no final	1	
A divulgação do território e dos seus produtores e #produtos	1	
A influencia positiva vem de encontro com a formação da mão de obra e a atração das tecnologias para o território.	1	
A NÃO TER DIFICULDADE FINANCEIRA	1	
A presença no local permite q atenda clientes aqui, não só clientes da região do Alentejo, mas de outras regiões do país e da Espanha. Gera Negocios na região e fluxo de pessoas.	1	
a rapidez de acesso aos dados, e com duas viaturas autofunebres, os nossos clientes teem um grau de satisfação superior	1	
A singularidade de metodologia e do know how aplicados ao desenvolvimento e competências para o empreendedorismo. Acreditamos que o território tem muito a beneficiar nesta aposta e trabalho de marca, qualificação, desenvolvimento de base endógena baseada nas pessoas, nos saberes e nas dimensões humanas e sociais das actividades económicas (cadeia de valor) associadas. O GLOCAL é assunto sério. Forte efeito multiplicador é, por isso, o ponto forte do projecto.	1	
Acesso à Cultura, ao pensamento crítico.	1	
Acrescendo ao investimento feito pela deslocação de colaboradores para a área vem a disponibilização de serviços e produtos inexistentes ou insuficientes no passado.	1	
Ajuda na criação de novos postos de trabalho, e ainda no conforto e bens essenciais das pessoas	1	
Ao incorporar as melhorias do investimento do projeto no processo produtivo, nos produtos e serviços, com níveis de inovação crescente, procuramos, em sintonia com a própria evolução do setor da construção civil, a substituição de soluções do passado por produtos inovadores, de maior qualidade, mais eficientes e adequados às condições climáticas da região de implantação e esteticamente mais atrativos. Consideramos ainda que o projecto contribui directamente para os objectivos estratégicos DLBC Rural da Douro Histórico, nomeadamente na promoção da inclusão social e combater a pobreza através da inovação social e iniciativas locais para o emprego, na medida que contratámos duas pessoas em situação desfavorecida, de desemprego e melhorámos as condições de sustentabilidade da empresa e consequentemente de estabilidade e melhoria de condições do emprego.	1	
Apoia os produtores locais, a produção artesanal e valorização dos produtos regionais e tradicionais.	1	
APOIO SOCIAL	1	
Aproveitamento da mão-do-obra que se encontra desempregada	1	
Aproximação a centros urbanos de pessoas com dificuldades	1	
Atrair mais turistas á freguesia	1	
Através de um rede de parceiros em todos os concelhos do Alto Minho, foi possível criar um novo tipo de negócio	1	
Aumento da empregabilidade	1	
Aumento da matéria humana no território, criação de emprego e de sinergias com negócios locais fomentando o valor económico da região e não apenas deste projeto em particular.	1	
aumento de eco turismo e turismo no interiores	1	
aumento significativamente das compras on line com a segurança de entrega efetiva	1	
Aumentos da oferta no âmbito dos produtos regionais	1	
Capacidade de resposta, sobretudo a problemas no maio rural	2	
Capacitar mais recursos humanos na região, deslocalizar serviços para o território, aumentar o produto gerado localmente	1	
Capacitar o território com novas respostas (Coworking, resposta na área da Saude Mental)	1	
Captação de público para a região.	1	

	POR	PDR
Com este projeto a empresa poderá dedicar-se mais na especialização de elaboração e acompanhamento de candidaturas de investimento e ao apoio à gestão dos seus clientes o que irá despolotar um disponibilização de um serviço mais especializado e mais alargado para o crescimento empresarial das empresa clientes localizadas maioritariamente na zona do vale do Ave, fortalecendo-as de modo a poderem ter capacidade de crescimento sustentável a um ritmo mais acelerado	1	
Com um melhor serviço, pensamos aumentar a nossa carteira de clientes e um concelho onde há movimento há progresso.	1	
Como referi acima, existe um grande potencial na criação de postos de trabalho, que é um dos problemas locais. Gostaria de oferecer contratos aos colaboradores que fosse possível criarem um futuro estável. Gostaria também de criar a possibilidade de progressão de carreira.	1	
consegui criar postos de trabalho	1	
Consegui criar uma oferta cultural inexistente e inacessível para muitas crianças.	1	
contribuir para a diversificação da oferta turística em territórios de baixa densidade; • incentivar e promover a prática como atividade de lazer ao ar livre com experiência gastronómica lúdica associada; • incentivar e promover uma atividade de lazer saudável e sustentável, com efeitos positivos para bem-estar físico e mental; • contribuir para a diversificação da oferta da restauração, introduzindo a gastronomia local de forma original no turismo de natureza e, consequentemente, gerar receitas em serviço de take-away; • dinamizar territórios e estimular a regeneração das áreas rurais e de baixa densidade; • estimular a regeneração urbana, no que respeita a espaços verdes públicos; • estimular a regeneração da produção cultural e das indústrias criativas. Ao nível dos objetivos específicos: • Levar mais turistas a procurar atividades de lazer de Turismo de Natureza; • Levar mais residentes a usufruir dos espaços verdes urbanos, resultantes de grandes investimentos feitos; • Identificar na região, lugares e espaços verdes urbanos e naturais, idílicos, icónicos e românticos, como pontos de interesse turístico de contacto com a natureza, e de excelência para a prática de piqueniques; • Promover e valorizar o Património Paisagístico natural e urbano, através de muito marketing de conteúdo; • Gerar perceção positiva para a Marca “GENIAL PICNIC” e gerar alto índice de notoriedade para a mesma; • Através do brand awareness, gerar engagement de estímulo à venda de piqueniques prontos, criados pelos melhores restaurantes e chefes locais, tanto junto do segmento B2C como do segmento B2B; • Gerar e fidelizar uma comunidade de usuários; • Criar parcerias com restaurantes locais e gerar receitas suplementar para os mesmos, reforçando o seu volume de faturação na modalidade take-away; • Estabelecer parcerias com entidades locais, regionais e nacionais, responsáveis por políticas ambientais e de sustentabilidade, para articular com as atividades do projeto, de forma a tornar prática do piquenique um veículo para sensibilização/educação ambiental para conservação e preservação de espaços verdes urbanos e da natureza; • Lançar iniciativas, articuladas com o poder local, para dinamizar os lugares, reforçando traços que incorporem identidade local; • Criar parcerias e contribuir para proporcionar rendimento para a comunidades locais, nomeadamente, de artesãos, indústrias criativas e etnográficas e comércio local.	1	
Contributo para um verdadeiro desenvolvimento sustentável.	1	
Crai postos de trabalho e oportunidades para juntar a população de uma forma lúdica.	1	
Criação de condições de trabalho mais interessantes para atração de novos talentos. O know-how neste sector milenar provém essencialmente de gerações já envelhecidas, havendo poucos recursos na região. Assim, com a passagem de know-how do sector para as novas gerações, conseguimos assegurar a continuidade da indústria na região e criar condições de trabalho motivantes para o jovens.	1	
Criação de emprego e contribuição para a economia local com impacto em diversos sectores como restauração, distribuição (incremento de compras em supermercados), lazer (empresas de passeios de barco e tours), lavandaria, entre outros. Contribuição para a divulgação internacional da região do Douro, uma vez que grande parte dos hóspedes são internacionais.	1	
Criação de emprego e mudança na mentalidade de quem recorre a serviços na área de arquitectura	1	
dinamização da zona através da captação de visitantes	1	
Criação de postos de trabalho	9	
dinamização de produtos regionais	1	
criação de postos de trabalho e resposta à falta dos serviços prestados	1	
Criação de postos de trabalho não sazonais, e parcerias com os pequenos produtores locais. Dar a conhecer a cultura e divulgação do território.	1	
criação de riqueza, e empregabilidade	1	
Criação de um CAMV no interior do país	1	
criação de valor	1	
criação emprego e sinergias com outros espaços comerciais	1	
criação medidas de incentivo ao emprego	1	
Criação e mais emprego, divulgação nacional e internacional da região	1	
Criando atratividade para o território	1	
, combater o abandono.	1	
Dada singularidade de metodologia e do know how aplicados ao desenvolvimento, promoção e qualificação dos produtos tradicionais portugueses, Sintra tem muito a beneficiar nesta aposta (tradição, identidade, cultura, turismo, trabalho de marca, qualificação, desenvolvimento de base endógena desde as matérias primas até aos saberes e às dimensões humanas e sociais das actividades económicas (cadeia de valor) associadas a estes produtos e saberes imateriais. a CM Sintra reconhece tal e faz parte da Qualifica oriGIn Portugal.	1	
Dar uma maior dignidade ao espaço, mais acolhedor	1	
Demonstrar que as empresas podem ser competitivas e criar graus de eficiência energética maiores com objetivos de descarbonização..	1	
Desenvolvimento e capacitação da Empresa para fazer face às necessidades locais o que contribuirá para o desenvolvimento local	1	
Desenvolvimento territorial e criação de emprego	1	
Diferenciação pelos produtos regionais, economia circular	1	
Digitalização do universo rural	1	

	POR	PDR
Dinamização do território pela marca que irá ficar associada ao local onde a empresa se encontra através da divulgação com materiais de marketing que seguem junto dos produtos da marca	1	
dinamização e promoção de produtos locais diferenciadores da nossa cultura	1	
Divulgação territorial on line e através de experiências turísticas com sinergias com diferentes entidades locais	1	
dotação do território de uma estrutura mais avançada de sanidade animal	1	
É único na cidade de Trancoso	1	
Encontrar neste caso no conselho da Póvoa de Lanhoso todo o tipo de serviços necessários a população.	1	
Extensão da vida útil dos aterros sanitários e criação de fontes de renda alternativas a partir da reutilização de material reutilizável que seria descartado em aterros.	1	
falta de apoio financeiro	1	
Fixação de pessoas.	1	
Fixação futura dos mais jovens e valorização do território	1	
fixação jovens e desenvolvimento tecido empresarial	1	
Formação dos cidadãos	1	
fornecimento de embalagens e Epi's para entrega imediata e proximidade	1	
Garantir um território mais europeu, no sentido de mais responsável e respeitador da autodeterminação informacional.	1	
Geograficamente, conseguimos chegar às grandes cidades de forma fácil podendo oferecer mais emprego na zona	1	
Incorporação de RHs altamente qualificados em territórios rurais	1	
Influencia positivamente uma vez que consegue ter o turismo a ir até eles, e não o oposto que é o que ocorre neste momento. E acaba a ficar centralizado às grandes cidades. Não é esse o futuro do turismo que vamos continuar a ter no pós-pandemia. O meu projeto, está pensado para não existir motivos para não ser o país forte que poderemos ser em relação ao turismo, e com a rentabilidade que está área tanto contribui para a nossa economia. Imaginemos, o turismo a trabalhar para a nossa economia e, não ser centralizado às grandes cidades.	1	
Influenciando outros operadores a agirem da mesma forma, contribuindo para a fixação de novos recursos, contribuindo para uma maior adequação das realidades mais urbanas às realidades mais rurais	1	
Irá divulgar produtos endógenos bem como a região e suas mais valias. Para que a região seja reconhecida e valorizada.	1	
Leque de oferta de atividades turísticas que antes não existiam	1	
Limpezas nos terrenos e vias públicas	1	
Maior fruição cultural e social	1	
Maior segurança nas florestas	1	
Maior visibilidade do nosso território	1	
Maior visibilidade do território a nível nacional e internacional	1	
Mais apoio médico em zonas desfavorecidas e implementação de especialidades da medicina veterinária em falta no território presente. Bem como ações de sustentabilidade	1	
Manter os Postos de Trabalho	1	
Na dinamização e divulgação da região, através dos seus bens patrimoniais sejam eles de carácter material ou imaterial. Sensibilizar os visitantes para a especificidade cultural, tal como para os valores contidos nas características geográficas e naturais da região.	1	
Na localidade onde foi feito o projeto não havia qualquer serviço semelhante e a população precisa de cuidados.	1	
Na parceria entre produtores - mel, amêndoa, figo, queijo fresco. E o facto de ser um negócio itinerante permite levar esses sabores a diferentes locais diferentes pessoas.	1	
Na resposta a carências de apoio psicológico na comunidade.	1	
Não existe nenhum projecto semelhante na localidade	1	
Não sabe, a candidatura foi elaborada por consultores	1	
Num território bastante despovoado permite chegar as pessoas de uma forma mais completa	1	
O conceito de negócio passa por uma disseminação do conhecimento para o desenvolvimento de atividades inovadoras e diferenciadoras na região.	1	
O facto de estarmos a colaborar regularmente com 3 Câmara Municipais (Lousada, Marco de Canaveses e Felgueiras) através da CIM Tâmega e Sousa, abrangendo oficinas em 17 escolas, temos sido visitados por escolas oriundas de diversos pontos do país, de Bragança a Matosinhos, de Melgaço a Lisboa, assim como temos tido a visita de importantes profissionais do Mundo do Cinema de Animação um pouco de todo o mundo. Ao fim de perto de 7 anos de existência participaram nas nossas actividades mais de 20 mil pessoas, oriundas de cerca de 80 localidades nacionais e cerca de 40 países diferentes.	1	
O facto de não haver nenhuma empresa de fabrico têxtil na região.	1	
O meu projeto visa a diversificação do mercado de alojamento rural, a sua expansão, a criação e mantimento de postos de trabalho e a divulgação de produtos regionais	1	
O nosso projeto promove a imagem do Turismo no interior de Portugal, enquanto destino, marcado pela diversidade, autenticidade, tipicidade, segurança e sustentabilidade.	1	
O projeto apoia o comércio local, está situado num bairro residencial perto de uma escola, proporciona vários serviços sem sair na zona de residência	1	
O projeto é inovador no seu campo de ação, ao trabalhar com jovens na área da cultura.	1	
O projeto promove a empregabilidade local de longa duração, o desenvolvimento local e preservação da cultura do território.	1	
O projeto Spinner Launch visa alavancar ao máximo novas técnicas de manufatura e sistemas inovadores, incluindo a manufatura aditiva, sistemas robóticos customizados e diodos especializados, através do desenvolvimento e comércio de produtos avançados. Desta forma, é expectado atingir-se um elevado VAB, relativamente à média da região e até mesmo da média nacional, promovendo assim novas áreas de negócio baseadas em conhecimento e de grande valor acrescentado.	1	

	POR	PDR
O projeto trouxe novas valências e especialidades na área da Saúde, uma clinica com inovadora com serviço humanizado e especializado, e criação de postos de trabalho	1	
Oferta a locais e visitantes	1	
Oferta de qualidade	1	
Oferta de serviços diferenciados e de qualidade	1	
para além da criação de postos de trabalho, estamos a fazer a ponte entre o sector primário valorizando cultura e subprodutos, criando uma alternativa de abastecimento para a indústria dos plásticos	1	
Para além do contacto de proximidade com a população sénior, a criação de postos de trabalho numa freguesia com baixo índice de empregabilidade	1	
pelos variados serviços e soluções que proporcionamos, pelo conhecimento, pela novidade, qualidade, por proporcionar mais postos de trabalho e promover dinâmica económica de outras entidades através de parcerias na região	1	
Permite a oferta after hours, em que o comércio de encontra encerrado.	1	
Permitirá reforçar os laços identitários da comunidade local e aumentar o grau de fruição dos recursos patrimoniais locais.	1	
Permitiu a criação de autoemprego qualificado numa área com muita possibilidade de escalar e poder no futuro integrar mais emprego qualificado no território da Quinta do Anjo	1	
Pode criar postos de trabalho como dinamizar o comercio local	1	
Poderá conseguir internacionalizar os empreendedores locais.	1	
Poderá influenciar positivamente o turismo e o comércio local através do evento que iremos realizar no Verão	1	
possui carácter dinamizador/colaborativo para economia local e nacional	1	
Postos de trabalho. Valor acrescentado à região.	1	
Potenciais concorrentes podem também passar a produzir esses novos produtos.	1	
Potenciar a economia circular e utilização de produtos locais e endógenos	1	
potenciar serviços a população desfavorecida e desprotegida	1	
Prestação de serviços de saúde com melhor qualidade	1	
Produtores e fornecedores mais próximos dos clientes.	1	
Produtores pecuários mais competitivos	1	
Promoção de um tipo de serviços muito escassos neste território, que poderá ser uma mais valia para todas as entidades empresariais tanto do sector publico como do sector privado da região	1	
Promover a integração social e combater a pobreza e quahuer discliminação	1	
Promover o modo de produção biológico	1	
Proximidade	1	
Qualidade do produto fabricado.	1	
Redução da pegada humana e a elevação dos níveis de conforto.	1	
Reforçar o Turismo Rural e de Natureza, e emprego local	1	
Reforço da competitividade na região, capacidade de inovação, crescimento da região e reforço social e do emprego	1	
resposta personalizada ao cliente principalmente o idoso	1	
riqueza local	1	
Sensibilizar a população para a importancia dos edificios sustentaveis.	1	
sendo um projecto que usa a tecnologia para comunicar e vender, dessa forma muitos videos são publicados para divulgação da localidade.	1	
Servimos a comunidade com atividades de bem estar e fornecimento de produtos inovadores para o efeito. Também atraímos turismo de bem estar ao territorio	1	
Trabalho realizado pela consultora	1	
Trazendo bem estar a empresas e particulares necessitados	1	
Trazer jovens para interior e permitir que se integrem no meio	1	
trazer turistas para a defesa dos interesses do território	1	
trouxe proximidade de um serviço que outrora apenas existia nas sedes de concelho. é um serviço específico e que se pensava não ser viável naquele local, mas que prova o contrário. Traz proximidade à população.	1	
turismo e mobilidade sustentável	1	
Utilizo produtos endógenos e regionais de produtores locais, tento sempre que possivel trabalhar com empresas locais, levo a região a outros pontos do país e (espero) mundo, gamas temáticas dão a conhecer locais da região.	1	
Valorização de intervenção técnica "invisível"	1	
de duas formas: incentivando outros produtores a aderirem às boas práticas e incentivando a produção agrícola das matérias primas devido à melhoria do preço resultante da melhoria do valor acrescentado gerado		1
a ajuda que da nas tarefas agrícolas pela falta de mão de obra		1
A criação de condições à promoção dos produtos locais.		1
A implementação do investimento possibilitará o rejuvenescimento da empresa, o que tera efeito contagiante no respetivo tecido empresarial...		1
A paisagem florestal não foi alterada, foi apenas adicionado uma quantidade de plantas de uma das especies já existentes.		1
A tecnologia pode ser adotada por outros.		1
Adequacao as necessidades na regioao		1
apoia o desenvolvimento da empresa e da região por via das parcerias associadas.		1
As perspetivas de futuro e de desenvolvimento local		1
Aumentar o produto		1
Aumento da capacidade produtiva de um produto de valor acrescentado e qualidade com reconhecimento internacional		1
Aumento do emprego e aumento dos salários		1

	POR	PDR
Aumento do número de postos de trabalho. Influência positiva na balança de comércio local.		1
Com a implementação deste projecto pretende-se potenciar o território de Fornos de Algodres, levando os nossos produtos a todo o país, e dando a conhecer as técnicas utilizadas para o fabrico de queijo nesta região.		1
Com esta inovação da seda made in Portugal, vai ajudar os agricultores a terem uma outra fonte de rendimento, como existem noutros países e agora esta a aparecer em italia. Seria uma ajuda muito valiosa e motivadora para os agricultores		1
Com instalações deste tipo já se pode chegar aos países do norte da europa, fora do verão e provocar um maior dinamismo na região. Os outros TER irão seguir este caminho com maior respeito pela envolvente ambiental		1
Constrar o que e produzido em Portugal.		1
Conseguir recuperar um imóvel de valor histórico social e cultural e ter a possibilidade de devolver o mesmo à comunidade é para as mais variadas ações é uma enorme mais valia positiva quer social quer económica e mesmo histórica, para o território onde está inserido		1
Contribui para a economia da Aldeia e pretende proporcionar um espaço enriquecedor com cultivos e consumo de produtos regionais e lazer com a envolvente da paisagem.		1
Contribui para a economia local e pode ser uma forma de atrair algum turismo para um pequeno povoamento		1
Cria emprego		1
Cria emprego, promove a coesão territorial, evita desertificação cria significativo valor monetário e ambiental.		1
Criação de empregabilidade sazonal, manutenção da paisagem agrícola, criação de dinâmicas de transformação,		1
Criação de emprego		1
Criação de emprego contributo para a economia local		1
Criação de emprego e de notoriedade dos produtos locais.		1
criação de emprego, competitividade		1
Criação de emprego, manutenção de raças autóctones e regeneração ambiental		1
criação de emprego, proteção de incêndios, fixação de pessoas no interior		1
Criação de marcas associados à região e contributo para a criação de um terroir da casta Rufete		1
Criação de novo conhecimento.		1
Criação de posto de trabalho, dinamização e divulgação do município		1
criação de riqueza		1
Criação de Valor		1
Criação de valor acrescentado ao produto produzido, criação de postos de trabalho e menor desertificação da região		1
Desenvolvimento		1
Desenvolvimento da economia local.		1
Desenvolvimento do interior rural e de serra		1
Desenvolvimento do setor agro florestal bem como na promoção do território		1
Desenvolvimento turístico		1
Dewenvolvimento de postos trabalho temporário, mais valia num produto que advem dos nossos antepassados, reforço a nível local de artigos escassos,auxilio na naonpropagacao de incêndios e.sua regeneracao rapida.		1
Diferenciação comparando com outros projectos na zona		1
Diminuição da pegada ecológica.		1
Diminuir a distância entre a produção e o consumo		1
Dinâmica laboral e criação de valor acrescentado		1
Dinamismo em área desfavorecida		1
Dinamização de outras explorações.		1
Dinamização de várias atividades em volta dos cogumelos: gastronomia, passeis micológicos, produção caseira de cogumelos		1
Dinamização do território		1
Diversificação da oferta turística em turismo de natureza		1
Diversificação da produção		1
Divulgação e enriquecimento ambiental e cultural da região		1
É uma cultura nova numa região de minifundio onde o terreno agrícola está a ser substituído pela floresta.		1
É uma produção tradicional da região que irá ajudar a manter a cultura e tradição da região ao mesmo tempo que gera riqueza.		1
Economia, reconhecimento, permanência, retenção no território		1
Economicamente, inovação, desenvolvimento do território.		1
Em primeiro, sustentabilidade/rendimento para a minha família, segundo garante alavanca e motivação para arranque da atividade agrícola que é uma atividade não dá garantias de estabilidade devido aos factores climáticos e económicos. Por ultimo, permite manter a coesão do interior do terretorio pela oportunidade de gerar negocio, emprego a terceiros e estabilidade de um seio familiar agrícola.		1
Era um espaço sem cultivo ao abandono.. sem limpeza agora é um local produtivo e que nas alturas certas tras beleza e diversidade animal ao espaço		1
Este projeto permite dinamizar uma região cada vez mais deserta e envelhecida ao nível agrícola.		1
Face ao fluxo turístico é mais uma oferta e consequente atrativo à visita e à permanência no território.		1
Falta de oferta no segmento.		1
Ignição de novos projectos do mesmo tipo		1
Irá aumentar a oferta no mercado local		1
Irá permitir aos turistas uma oferta gastronómica diferenciada na região, potenciando o seu regresso e alavancando a visita de outros ao território.		1
Maior produção de qualidade na região		1
Mais investimento nas regiões do interior para alavancar a economia		1

	POR	PDR
Mais Mão de obra, melhor produção		1
mais valia social, cultural e agrícola		1
Manter em funcionamento a minha empresa		1
manutenção do espaço rural		1
MANUTENÇÃO DA PAISAGEM RURAL		1
Melhor oferta turística na fileira do eno-turismo		1
MELHORA SIGNIFICATIVAMENTE O TERRITÓRIO ONDE ESTÁ INSERIDO.		1
Melhorar a oferta aos agricultores		1
Melhoria da capacidade de armazenagem em frio na conservação de frutos na região		1
Melhoria do espaço e do ambiente onde se insere		1
Na fixação de jovens no território rural		1
Não de obra sazonal duas pessoas		1
No estímulo de outras atividades económicas locais, uma vez que apenas se recorre à aquisição de materiais no comércio local e prestação de serviços e mão de obra local.		1
o aumento da área de olival, daí a necessidade de aumento		1
O meu projecto terá sem dúvida um efeito positivo não só para a manutenção do coberto vegetal com culturas tradicionais à região do Algarve, mas também com vista a reflorestação de uma zona onde a agricultura ou a plantação de árvores esta a escassear. O problema gravíssimo das alterações climáticas deveria merecer uma reflexão muito séria na região do Algarve. Com esta reflexão deveriam vir incentivos cada vez mais claros e maiores para a plantação de árvores além disso combinado com medidas sócio-económicas para que permitir uma melhoria de qualidade de vida a população.		1
O nosso projeto irá influenciar diretamente o território onde estamos inseridos, uma vez que os microrganismos de solo com aplicação na agricultura reduzem os produtos de síntese nas culturas hortícolas e de milho, com efeitos sócio-económicos e ambientais, com redução dos de produção, gestão eficaz do solo, uso eficiente dos recursos hídricos e diminuição dos gases efeito de estufa.		1
O projecto permite manter o funcionamento de uma exploração que não agride a paisagem, a actividade exercida não polui o ar e água e solo (antes pelo contrário as pastagens melhoram o solo)		1
O projecto promove a renovação de aldeias e partilha de conhecimentos que de outra forma não seria possível		1
Oferta de emprego e maior numero de visitante/turistas		1
Oferta de produtos locais valorizando as Raças Autóctones		1
Penso que a implantação do projecto será uma alternativa face ao panorama do decréscimo do Montado natural		1
pomar de macieiras bio - solução pouco comum na região		1
Potencia a inovação e introdução de novas tecnologias		1
Potenciar a criação de gado.		1
Potenciar os vinhos doc e Porto		1
Poupar água no sistema rega e mecanizar a agricultura		1
Prática desportiva em meio rural		1
Promoção do MPB e da produção alternativa à tradicional na região		1
promover a divulgação da agricultura biológica		1
Promover o desenvolvimento de raças autóctones		1
Promover os produtos locais.		1
Proximidade e troca de saberes entre gerações gera		1
recuperação de uma área agrícola		1
Reforço de pequena exploração familiar, dinamizando o meio rural		1
Repovoamento do interior		1
Repovoamento do Interior do país, onde há falta de mão de obra		1
Requalificação de um prédio antigo		1
Revitalização de um espaço até então abandonado		1
Revitalizar o pomar tradicional de amendoeira do Algarve e desenvolver novos produtos turísticos no território do interior		1
Sendo sócio da Adega Cooperativa aumentou a capacitação de produção e qualidade do produto.		1
Servir de exemplo para dinâmicas de investimento agrícola em território com declínio populacional.		1
Tanto quanto sei é o único pomar do género que existe no concelho de que sou originária e poderá ser um chamariz para outros, numa área tão importante, como acima se salientou.		1
Tendo em conta o mesmo (Rota dos Lavadouros) potenciará o território de intervenção em termos comunitários e turístico		1
Trazer turistas, muitos deles estrangeiros. A estadia mínima de 4 noites e um booklet em várias línguas com indicação do que existe para ver e fazer à volta trazem consumo de nível elevado à região.		1
turismo com mais poder de compra		1
Utilização de tecnologias de acordo com os principais características da região (reduzida disponibilidade hídrica, elevada exposição solar, reduzida mão de obra), tendo em conta também as culturas seleccionadas.		1
Valoriza uma terra que estava abandonada, cria rendimento e postos de trabalho		1
Valorização do território, da sua cultura e tradições		1
Valorização dos produtos autóctones.		1
valorização dos produtos regionais		1
valorização dos recursos agrícolas existentes. Reconhecimento da localidade. Utilização e valorização da MO local.		1
valorização património oleico		1
Vertente qualidade e vendas, irá incentivar outros jovens a seguir o caminho e ariscar.		1
Viabilização da fileira caprinícola, das que maior tradicionalidade e viabilidade se reveste na Região do Pinhal Interior Sul		1

Fonte: Inquérito aos beneficiários do DLBC Rural - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1348. O projeto teria sido executado sem este financiamento?

	POR (N=363)		PDR (N=292)		Total (N=655)	
	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos
Sim, com o mesmo formato	18	5,0%	35	12,0	53	8,1
Sim, mas com um investimento menor	104	28,7%	75	25,7	179	27,3
Sim, mas com um prazo de realização mais elevado	94	25,9%	88	30,1	182	27,8
Não	181	49,9%	126	43,2	307	46,9

Fonte: Inquérito aos beneficiários do DLBC Rural - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1349. O projeto pode considerar-se complementar de outros projetos desenvolvidos pela entidade?

	POR		PDR		Total	
	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos
Sim	165	48,5	185	67,8	350	57,1
Não	175	51,5	88	32,2	263	42,9
Total	340	100,0	273	100,0	613	100,0

Fonte: Inquérito aos beneficiários do DLBC Rural - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1350. Indique o tipo de projeto e a sua fonte de financiamento.

	POR	PDR
+ CO3SO	3	
+co3so empreendedorismo social	1	
+CO3SO Emprego Interior com contribuição pública nacional e FSE	1	
+CO3SO Emprego Social	1	
+co3so rural - criação de posto de trabalho	1	
+CO3SO urbano	1	
+COESO	1	
+COESO Criação Emprego Urbano	1	
A empresa espalha os serviços por todo país, e tem SI Internacionalização e ADAPTAR em encerramento. e terá novos projectos	1	
Acordo de cooperação com a Segurança Social	1	
Agroturismo FEADER	1	
ALOJAMENTO - PRÓPRIO	1	
Alojamento Local	1	
Alojamento local e a fonte de financiamento foi de 50%	1	
Alojamento local com fonte de financiamento de capitais próprios.	1	
Alojamento Local financiado com capitais próprios	1	
Alojamento, capitais próprios, capitais provenientes de empréstimo bancário e os capitais do projeto.	1	
Animação turística, Programa Operacional Regional do Algarve	1	
Apoios da DGARTES	1	
Aquisição de maquinaria para pastelaria; financiamento próprio e FEDER	1	
Autoemprego na criação de duas lojas on-line dedicadas a produtos sustentáveis , capitais próprios e +CO3SO emprego	1	
Autofinanciamento.	1	
Capitais próprios	4	
capitais próprios fruto do plano de negócios, como missão da empresa	1	
Capital privado e banca comercial.	1	
capital próprio dos sócios, crédito.	1	
Centro de dia	1	
Co-work. Banca e Capitais proprios	1	
CO3SO - emprego	1	
CO3SO Emprego; FSE e OE	1	
COESO	1	
crescimento da atividade com melhoria da prospeção de mercado	1	
Criação de emprego, com capitais do projecto e próprios	1	
Criação de um CAMV	1	
Criação do próprio emprego. Crédito bancário.	1	
Criação loja online material ortopedico	1	
criação posto de trabalho	1	
Desenvolvimento das capacidades profissionais, capitais próprios.	1	
Desenvolvimento de Software próprio, com divulgação e comercialização do mesmo.	1	
empresa de multiserviços: limpeza, desinfecção, lavandaria sem químicos venda de produtos e atividades desportivas, preocupada com a saúde individual, coletiva e meio ambiente através do COESO+	1	
Escola de Música e explicações , programa +COESO	1	
Estabelecimento comercial, já existente previamente	1	
Este projecto permitiu-nos consolidar uma equipa base o que nos permitirá responder às crescentes solicitações que temos vindo a receber. Sem esta equipa, seria impossível desenvolver tantas actividades com as que temos estado a fazer. Outras fontes de financiamento tem sido a CIM Tâmega e Sousa, as Câmaras Municipais de Lousada e de Amarante, o Instituto Português de Cinema e diversas entidades pontualmente.	1	
Este projecto vem na sequência de um outro que se iniciou em 2012 com a aquisição de espaço para construção de instalações, por forma a podermos responder ao aumento da procura dos nossos serviços. O espaço foi adquirido com recurso a capitais próprios e empréstimos de sócios. Em 2015 e 2016 foram construídas as novas instalações, financiadas por empréstimo bancário e capitais próprios. Em 2017 iniciámos o projeto em questão que, para além da aquisição de equipamento tinha associado a criação de posto de trabalho que, no entanto, não puderam ser enquadrados no mesmo, em virtude das contratações realizadas não serem elegíveis para apoio. Não obstante o quadro de pessoal aumentou em cinco elementos. A fonte de financiamento, para além do apoio recebido do FEDER foi, uma vez mais, por capitais próprios.riosdo	1	
Expansão do nosso gabinete, mais criação de postos de trabalho	1	
Expansão modernização de PME	1	
Feder e fse	1	
Financiamento de particular	1	
FORMAÇÃO PME - Athaca	1	
Fruticultura, FEADER	1	
Gestão de alojamento local (PAECPE)_	1	
Internacionalização e Formação	1	
Investimento na Restauração com capitais próprios	1	
Loja online de instrumentos musicais para Soundhealing, acessórios de yoga & meditação	1	

	POR	PDR
Medicina veterinário e cuidados a animais de estimação. Fonte de financiamento: do próprio projecto e financiamento bancário	1	
Menos abrangente, voltado para o imediato, não tão estruturado e impulsionador.	1	
Modernização com o FEDER.	1	
Não sabe, a candidatura foi elaborada por consultores	1	
Nenhum projeto deverá ser entendido de forma estanque razão porque um pequeno projeto será sempre um complemento de outro. Devemos ter sempre presente que estamos em meio rural e não em meio urbano onde as oportunidades são distintas.	1	
O primeiro foi a execução da base. Utilizamos capitais próprios	1	
Percursos Pedonais e Ciclável com recurso ao orçamento municipal.	1	
Programação de Software, com venda de Serviços como financiamento	1	
Projeto com recurso a empréstimo bancário e capitais próprios	1	
Projeto de financiamento FEDER e FSE. Reabilitação de prédio em aldeia para Alojamento Local.	1	
Projeto no âmbito do Covid-19	1	
Projeto: Clínica de Saúde	1	
Projetos de economia circular - Financiamentos da EU.	1	
Promover a inclusão social e combater a pobreza e qualquer discriminação. FEDER, FSE P2020	1	
reabilitação de um espaço, no hotel, para a realização de eventos	1	
SI Inovação Produtiva, SI Qualificação e Internacionalização PME	1	
si2e norte 2020	1	
SI2E, financiado com capitais próprios	1	
Sim, como o meu projeto só teve componente FSE poderia ser complementada com um apoio FEDER para equipamentos, seria uma mais valia.	1	
Turismo e melhor aproveitamento dos recursos endógenos da região	1	
Turismo, si2e	1	
Turismo. Capitais próprios.	1	
Venda de instrumentos, ensino da música e reparações de instrumentos.	1	
ver pf www.ptpt.pt, o portal que agrega e promove o conhecimento sobre produtos tradicionais portugueses, o espelho de um trabalho de alguns anos de I&DT (incluindo apoios prévios do PT2020)	1	
Agrícola		3
Agrícola, iológico, árvores micorrizadas cm rega localizada, financiamento próprio		1
Agropecuária		1
Agroturismo" Diversificação de atividades na exploração agrícola" - PDR2020		1
Ainda está em processo de decisão, porque este processo tem sido muito penoso, quer por se ter tido de envolver meios financeiros muito superiores ao inicialmente estimado, quer pelos "emperramentos" a que acima se aludiu.		1
apoio à pequena agricultura. Financiamento próprio		1
Apoios à olivicultura		1
Aquisição de máquinas. Financiamento próprio		1
Autofinanciamento, apoios das autarquias		1
banca		2
Cadeias curtas - para venda dos animais criados		1
Capitais próprios e PDR		1
Casas de madeira com 36m2. Capital próprio		1
Criação e manutenção de raça autóctone de merinas brancas, criação de turismo rural e transformação de peças nobres de suínos alentejanos (presuntos e paletas). Financiado pela banca, depois de dificuldade burocrática no acesso à linha FEI		1
Cultivo de frutos de casca rijá em MPB. O volume do investimento só é viável e exequível com fundos de apoio		1
Cultivo de mirtilos. Financiamento pessoal.		1
dinamização e capacitação da exploração agrícola, financiamento com capitais próprios.		1
Diversificação da actividade económica		2
Diversificação na atividade agrícola, a fonte de financiamento é a atividade agrícola.		1
empréstimo bancário		1
Expansão de exploração agrícola e encurtamento da cadeia de valor. Capitais próprios e alheios.		1
Financiamento próprio		1
Fonte de financiamento própria, das minhas poupanças e comecei com a reconstrução da quinta do Grilo, 3 casas e de uma casa de aldeia, nas Fuinhas para residência de uma pessoa sem abrigo, há 6 anos		1
fonte de financiamento: capitais próprios (e restante apoio dos fundos através do GAL)		1
Implementação de Pinhal com regadio, com financiamento próprio		1
Indústria transformadora - Fontes de financiamento capitais próprios e banca.		1
infraestrutura agropecuária (para instalação de ovinos); financiamento capitais próprios		1
Instalação de Jovem agricultor		1
Instalação de uma unidade artesanal para fabrico de queijo. As fontes de financiamento foram parte participada e a outra parte com capitais próprios		1
Investimento em vinha e recurso a capitais próprios		1
Investimento maquinaria e empréstimo		1
Medida 10.2.1 e Financiamento de Linha Crédito PDR2020 e AgroGarante do Santander.		1
Melhorar e aumentar a produção		1
melhoria em exploração agrícola. Financiado a 50% pelo Gal e 50% capitais próprios		1

	POR	PDR
Mercado Municipal - Programa de Regeneração Urbana		1
Micoproject - QREN		1
Nova plantação; auto financiamento		1
O projecto localiza-se no mercado dos agricultores de Pombal, que por sua vez é confinante com o Mercado Municipal, cujas obras de beneficiação foram também objecto de financiamento comunitário FEDER.		1
particular		1
PDR2020		1
pdr2020, ifap/capital próprio		1
Pequeno investimento em exploracoes agrícolas		3
PLANTAÇÃO DE AMENDOAL E AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS. FUNDOS PRÓPRIOS ALÉM DO FINANCIAMENTO		1
Plantação de mirtilos com financiamento próprio e compartipado pelo PDR 2020		1
Plantações com capital próprio.		1
Plantações de vinha - programa VITIS		1
Plantações e regadios aproveitando recursos naturais água é sol.		1
Pomar bio, capitais próprios		1
Pomar de alfarrobeiras, proprio		1
Pomar medronheiros...pdr2020		1
Pretendia-se a candidatura à "Diversificação da atividade" mas o GAL não pretende abrir candidaturas		1
PRODER (autofinanciamento)		1
Proder; Banca		1
Produção biológica de plantas aromáticas		1
Produção de azeite. Capitais próprios.		1
Produção de carne de Raças Autóctenas		1
Produção de KIWI, PDR2020		1
Produção de ovos biológicos, com fundos próprios e empréstimo bancário de 40%		1
produção de vinho branco tranquilo e espumante exclusivamente com o apoio do GAL		1
produção de vinho regional de Lisboa e fonte de financiamento caixa agrícola		1
Produção e comercialização de produtos agrícolas; fonte própria de financiamento.		1
Programa Vitis de reconversão de vinhas		1
Projecto agrícola de PAM		1
Projecto familiar de uma exploração pecuária de caprinos de aptidão leiteira, apoiado pelo Proder - Jovem Agricultor.		1
projeto de nova adega medida 10.3.2.1		1
Projeto de ovinos de carne. O financiamento da minha parte é próprio		1
Projeto de produção de nozes e cogumelos silvestres, em modo biológico		1
Projeto Pequenos Investimentos Agrícolas		1
projetos agrícolas por via de empréstimo		1
Projetos de apoio à implementação de olival, rega e eletrificação		1
Projetos de Empreendedorismo e valorização turística/Várias fontes de financiamento		1
próprio		1
Reabilitação da escola primária		1
Reabilitação de um antigo Cinema- PDR		1
Rega olival		1
renovação de aldeias - requalificação de espaços coletivos; financiamento - PDR 2020		1
Temos projetos agrícolas (ex. olival) a que damos acesso aos turistas que gostem de apreciar.		1
Transformação do casulo em seda, financiamento comparticipado e privado		1
transformar area de sequeiro em regadio aumentando a qualidade e quantidade da produção. Financiamento bancário com garantias reais.		1
Turismo em espaço rural. Financiamento por capital de sócio		1
Turismo rural e desenvolvimento de atividade rural em zona desfavorecida. Com capitais próprios por impossibilidade de recorrer a financiamento bancário devido aos atrasos verificados na aprovação do projeto		1
Turismo rural. PDR2020 (apoio) e financiamento bancário		1
Turístico com capitais próprios e Pdr2020		1
VEDAÇÕES DE TERRENOS ADQUIRIDOS E CONTÍNUOS À EXPLORAÇÃO EXISTENTE		1
Vinhos. Proprio		1
Vitis		3
CAPITAL PRÓPRIO E FINANCIAMENTO BANCÁRIO		1

Fonte: Inquérito aos beneficiários do DLBC Rural (POR) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1351. Indique a sua percepção sobre o contributo dos projetos apoiados pelo GAL relativamente às dimensões seguintes (POR):

	1 – Nulo		2		3		4		5		6 – Elevado		Não sabe/não tem opinião formada		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Melhorar as condições de vida, de trabalho e de produção dos agricultores/empresas agrícolas	11	3,3	3	0,9	12	3,6	58	17,6	58	17,6	81	24,5	107	32,4	330	100,0
Promover a modernização e de capacitação das empresas do setor agrícola.	11	3,3	5	1,5	10	3,0	58	17,6	59	17,9	73	22,1	114	34,5	330	100,0
Promover a modernização das empresas de transformação e de comercialização de produtos agrícolas	11	3,3	6	1,8	9	2,7	56	17,0	58	17,6	76	23,1	113	34,3	329	100,0
Estimular o desenvolvimento, nas explorações agrícolas, de atividades que não sejam de produção, transformação ou comercialização de produtos agrícola	11	3,4	5	1,5	13	4,0	49	15,0	57	17,5	75	23,0	116	35,6	326	100,0
Promover a criação de novas fontes de rendimento e de emprego nas explorações agrícolas	11	3,4	5	1,5	12	3,7	51	15,7	55	16,9	74	22,8	117	36,0	325	100,0
Aumentar o valor acrescentado da produção agrícola	12	3,7	6	1,8	8	2,4	52	15,9	61	18,7	67	20,5	121	37,0	327	100,0
Promover o contacto direto entre o produtor e o consumidor	12	3,7	7	2,2	9	2,8	57	17,5	58	17,8	73	22,5	109	33,5	325	100,0
Preservar os produtos e especialidades locais	13	4,0	5	1,5	11	3,4	51	15,6	58	17,8	92	28,2	96	29,4	326	100,0
Promover a valorização dos produtos endógenos	12	3,7	3	0,9	10	3,1	44	13,6	63	19,5	99	30,7	92	28,5	323	100,0
Promover a diminuição do desperdício alimentar e a melhoria da dieta alimentar	17	5,2	6	1,9	12	3,7	63	19,4	45	13,9	61	18,8	120	37,0	324	100,0
Promover a sensibilização para a comercialização de proximidade que permitam escoar e valorizar a produção local	13	4,0	4	1,2	9	2,8	54	16,6	62	19,1	84	25,8	99	30,5	325	100,0
Incentivar o consumo de produtos abrangidos por regimes de qualidade	12	3,7	4	1,2	16	4,9	47	14,5	68	20,9	74	22,8	104	32,0	325	100,0
Promover a diferenciação e o posicionamento no mercado pela qualidade	12	3,7	6	1,9	9	2,8	54	16,7	68	21,0	83	25,6	92	28,4	324	100,0
Promover a preservação, conservação e valorização dos elementos patrimoniais, paisagísticos e ambientais locais	12	3,7	5	1,5	13	4,0	50	15,3	67	20,6	88	27,0	91	27,9	326	100,0
Estimular a criação de micro e pequenas empresas em territórios rurais	11	3,4	5	1,5	7	2,1	50	15,3	66	20,2	133	40,8	54	16,6	326	100,0
Promover a expansão ou modernização de micro e pequenas empresa em territórios rurais	11	3,3	3	0,9	10	3,0	49	14,9	62	18,8	138	41,9	56	17,0	329	100,0
Estimular a criação de emprego sustentável, designadamente para desempregados e outras pessoas desfavorecidas ou inativas	10	3,0	6	1,8	10	3,0	48	14,5	66	20,0	140	42,4	50	15,2	330	100,0
Promover a criação do emprego por conta própria	9	2,8	8	2,4	9	2,8	51	15,6	66	20,2	131	40,1	53	16,2	327	100,0
Promover a criação de empresas	10	3,0	10	3,0	10	3,0	45	13,6	66	19,9	143	43,2	47	14,2	331	100,0
Promover o empreendedorismo social	10	3,0	7	2,1	11	3,3	48	14,5	71	21,5	122	36,9	62	18,7	331	100,0
Promover a criação líquida de postos de trabalho	8	2,4	4	1,2	10	3,0	46	13,9	71	21,4	152	45,8	41	12,3	332	100,0
Promover a fixação e a capacidade de atração de população	8	2,4	6	1,8	17	5,1	49	14,8	77	23,3	129	39,0	45	13,6	331	100,0
Estimular a manutenção da ocupação do território	8	2,4	8	2,4	13	3,9	46	13,9	71	21,5	137	41,5	47	14,2	330	100,0
promover ações integradas, inovadoras e/ou experimentais de promoção local da inclusão social ativa promovendo a existência de redes para a inovação e coesão social	9	2,8	7	2,1	9	2,8	55	16,9	69	21,2	103	31,6	74	22,7	326	100,0
Promover a inclusão social e de redução da pobreza	9	2,7	10	3,0	11	3,3	60	18,2	64	19,4	108	32,7	68	20,6	330	100,0
Contribuir para a transformação de recursos endógenos em fatores de competitividade	9	2,8	3	0,9	11	3,4	51	15,6	71	21,7	108	33,0	74	22,6	327	100,0
Aumentar a atratividade económica do território	9	2,7	6	1,8	10	3,0	48	14,5	82	24,8	136	41,1	40	12,1	331	100,0
Fomentar a iniciativa empresarial	9	2,7	7	2,1	9	2,7	45	13,5	73	21,9	150	45,0	40	12,0	333	100,0
Desenvolver o potencial turístico do território	9	2,7	4	1,2	12	3,6	48	14,6	66	20,1	134	40,7	56	17,0	329	100,0
Promover o empreendedorismo e a criação de emprego	9	2,7	5	1,5	12	3,6	43	12,9	63	18,9	162	48,5	40	12,0	334	100,0
Fortalecer os laços de identidade local	11	3,3	7	2,1	9	2,7	45	13,6	76	23,0	132	39,9	51	15,4	331	100,0

	1 – Nulo		2		3		4		5		6 – Elevado		Não sabe/não tem opinião formada		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Potenciar a inovação e introdução de novas tecnologias	10	3,0	6	1,8	11	3,3	57	17,2	72	21,8	129	39,0	46	13,9	331	100,0
Promover a gestão sustentável do território	9	2,7	4	1,2	14	4,2	51	15,4	74	22,3	132	39,8	48	14,5	332	100,0

Fonte: Inquérito aos beneficiários do DLBC Rural - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1352. Indique a sua perceção sobre o contributo dos projetos apoiados pelo GAL relativamente às dimensões seguintes (PDR):

	1 – Nulo		2		3		4		5		6 – Elevado		Não sabe/não tem opinião formada		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Melhorar as condições de vida, de trabalho e de produção dos agricultores/empresas agrícolas	6	2,1	10	3,5	13	4,6	46	16,3	92	32,6	94	33,3	21	7,4	282	100,0
Promover a modernização e de capacitação das empresas do setor agrícola.	8	2,9	5	1,8	13	4,7	43	15,4	94	33,7	94	33,7	22	7,9	279	100,0
Promover a modernização das empresas de transformação e de comercialização de produtos agrícolas	9	3,3	5	1,8	15	5,5	39	14,2	89	32,4	84	30,5	34	12,4	275	100,0
Estimular o desenvolvimento, nas explorações agrícolas, de atividades que não sejam de produção, transformação ou comercialização de produtos agrícola	12	4,3	6	2,2	14	5,1	50	18,1	69	25,0	87	31,5	38	13,8	276	100,0
Promover a criação de novas fontes de rendimento e de emprego nas explorações agrícolas	11	4,0	7	2,5	12	4,3	48	17,3	83	29,9	95	34,2	22	7,9	278	100,0
Aumentar o valor acrescentado da produção agrícola	10	3,6	2	0,7	15	5,4	41	14,9	92	33,3	95	34,4	21	7,6	276	100,0
Promover o contacto direto entre o produtor e o consumidor	17	6,2	4	1,5	16	5,9	55	20,1	62	22,7	76	27,8	43	15,8	273	100,0
Preservar os produtos e especialidades locais	10	3,6	4	1,5	15	5,5	47	17,2	75	27,4	95	34,7	28	10,2	274	100,0
Promover a valorização dos produtos endógenos	7	2,6	6	2,2	13	4,8	43	15,9	69	25,6	93	34,4	39	14,4	270	100,0
Promover a diminuição do desperdício alimentar e a melhoria da dieta alimentar	16	5,9	4	1,5	20	7,4	48	17,7	56	20,7	58	21,4	69	25,5	271	100,0
Promover a sensibilização para a comercialização de proximidade que permitam escoar e valorizar a produção local	13	4,8	5	1,9	15	5,6	47	17,4	63	23,3	79	29,3	48	17,8	270	100,0
Incentivar o consumo de produtos abrangidos por regimes de qualidade	14	5,1	3	1,1	10	3,7	49	18,0	70	25,7	76	27,9	50	18,4	272	100,0
Promover a diferenciação e o posicionamento no mercado pela qualidade	13	4,8	2	0,7	14	5,1	55	20,2	69	25,4	78	28,7	41	15,1	272	100,0
Promover a preservação, conservação e valorização dos elementos patrimoniais, paisagísticos e ambientais locais	13	4,7	2	0,7	15	5,5	45	16,4	80	29,2	83	30,3	36	13,1	274	100,0
Estimular a criação de micro e pequenas empresas em territórios rurais	12	4,5	4	1,5	10	3,7	37	13,8	80	29,7	97	36,1	29	10,8	269	100,0
Promover a expansão ou modernização de micro e pequenas empresa em territórios rurais	11	4,1	5	1,9	10	3,7	41	15,2	79	29,4	96	35,7	27	10,0	269	100,0
Estimular a criação de emprego sustentável, designadamente para desempregados e outras pessoas desfavorecidas ou inativas	10	3,7	9	3,4	11	4,1	46	17,2	75	28,0	78	29,1	39	14,6	268	100,0
Promover a criação do emprego por conta própria	11	4,0	6	2,2	16	5,9	41	15,0	86	31,5	83	30,4	30	11,0	273	100,0
Promover aa criação de empresas	10	3,7	8	3,0	13	4,9	44	16,5	77	28,8	75	28,1	40	15,0	267	100,0
Promover o empreendedorismo social	13	4,9	6	2,2	14	5,2	50	18,7	56	20,9	71	26,5	58	21,6	268	100,0
Promover a criação líquida de postos de trabalho	9	3,3	7	2,6	21	7,8	45	16,7	73	27,1	82	30,5	32	11,9	269	100,0
Promover a fixação e a capacidade de atração de população	12	4,4	5	1,9	19	7,0	41	15,2	74	27,4	88	32,6	31	11,5	270	100,0
Estimular a manutenção da ocupação do território	9	3,3	5	1,9	20	7,4	39	14,5	73	27,1	98	36,4	25	9,3	269	100,0
promover ações integradas, inovadoras e/ou experimentais de promoção local da inclusão social ativa promovendo a existência de redes para a inovação e coesão social	14	5,2	7	2,6	18	6,7	45	16,9	54	20,2	63	23,6	66	24,7	267	100,0
Promover a inclusão social e de redução da pobreza	18	6,7	8	3,0	21	7,8	41	15,2	58	21,6	61	22,7	62	23,0	269	100,0

	1 – Nulo		2		3		4		5		6 – Elevado		Não sabe/não tem opinião formada		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Contribuir para a transformação de recursos endógenos em fatores de competitividade	11	4,1	5	1,9	18	6,7	41	15,2	76	28,1	72	26,7	47	17,4	270	100,0
Aumentar a atratividade económica do território	12	4,4	6	2,2	13	4,8	41	15,1	80	29,5	92	33,9	27	10,0	271	100,0
Fomentar a iniciativa empresarial	10	3,7	6	2,2	16	6,0	43	16,0	80	29,9	87	32,5	26	9,7	268	100,0
Desenvolver o potencial turístico do território	12	4,5	8	3,0	16	6,0	41	15,4	63	23,6	82	30,7	45	16,9	267	100,0
Promover o empreendedorismo e a criação de emprego	11	4,1	5	1,9	22	8,1	40	14,8	74	27,4	86	31,9	32	11,9	270	100,0
Fortalecer os laços de identidade local	12	4,5	5	1,9	18	6,7	41	15,3	75	28,0	80	29,9	37	13,8	268	100,0
Potenciar a inovação e introdução de novas tecnologias	12	4,5	8	3,0	18	6,7	47	17,5	70	26,1	77	28,7	36	13,4	268	100,0
Promover a gestão sustentável do território	10	3,7	6	2,2	15	5,5	46	16,8	70	25,6	94	34,4	32	11,7	273	100,0

Fonte: Inquérito aos beneficiários do DLBC Rural - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1353. Média da perceção sobre o contributo dos projetos apoiados pelo GAL relativamente às dimensões seguintes (1 – Contributo nulo, a 6 - Contributo muito elevado):

	POR		PDR		Total	
	N	Média	N	Média	N	Média
Melhorar as condições de vida, de trabalho e de produção dos agricultores/empresas agrícolas	223	4,76	261	4,88	484	4,82
Promover a modernização e de capacitação das empresas do setor agrícola.	216	4,70	257	4,91	473	4,82
Promover a modernização das empresas de transformação e de comercialização de produtos agrícolas	216	4,72	241	4,85	457	4,79
Estimular o desenvolvimento, nas explorações agrícolas, de atividades que não sejam de produção, transformação ou comercialização de produtos agrícola	210	4,72	238	4,76	448	4,74
Promover a criação de novas fontes de rendimento e de emprego nas explorações agrícolas	208	4,71	256	4,84	464	4,78
Aumentar o valor acrescentado da produção agrícola	206	4,67	255	4,91	461	4,81
Promover o contacto direto entre o produtor e o consumidor	216	4,67	230	4,60	446	4,64
Preservar os produtos e especialidades locais	230	4,79	246	4,86	476	4,83
Promover a valorização dos produtos endógenos	231	4,90	231	4,90	462	4,90
Promover a diminuição do desperdício alimentar e a melhoria da dieta alimentar	204	4,45	202	4,48	406	4,46
Promover a sensibilização para a comercialização de proximidade que permitam escoar e valorizar a produção local	226	4,77	222	4,71	448	4,74
Incentivar o consumo de produtos abrangidos por regimes de qualidade	221	4,71	222	4,74	443	4,72
Promover a diferenciação e o posicionamento no mercado pela qualidade	232	4,76	231	4,73	463	4,75
Promover a preservação, conservação e valorização dos elementos patrimoniais, paisagísticos e ambientais locais	235	4,78	238	4,79	473	4,79
Estimular a criação de micro e pequenas empresas em territórios rurais	272	5,04	240	4,92	512	4,98
Promover a expansão ou modernização de micro e pequenas empresa em territórios rurais	273	5,06	242	4,90	515	4,98
Estimular a criação de emprego sustentável, designadamente para desempregados e outras pessoas desfavorecidas ou inativas	280	5,05	229	4,75	509	4,92
Promover a criação do emprego por conta própria	274	5,01	243	4,79	517	4,90
Promover a criação de empresas	284	5,03	227	4,74	511	4,90
Promover o empreendedorismo social	269	4,97	210	4,63	479	4,82
Promover a criação líquida de postos de trabalho	291	5,14	237	4,74	528	4,96
Promover a fixação e a capacidade de atração de população	286	4,99	239	4,77	525	4,89
Estimular a manutenção da ocupação do território	283	5,03	244	4,87	527	4,96
Promover ações integradas, inovadoras e/ou experimentais de promoção local da inclusão social ativa promovendo a existência de redes para a inovação e coesão social	252	4,89	201	4,53	453	4,73
Promover a inclusão social e de redução da pobreza	262	4,85	207	4,43	469	4,66
Contribuir para a transformação de recursos endógenos em fatores de competitividade	253	4,96	223	4,71	476	4,84
Aumentar a atratividade económica do território	291	5,05	244	4,83	535	4,95
Fomentar a iniciativa empresarial	293	5,10	242	4,81	535	4,97
Desenvolver o potencial turístico do território	273	5,05	222	4,72	495	4,90
Promover o empreendedorismo e a criação de emprego	294	5,15	238	4,76	532	4,98
Fortalecer os laços de identidade local	280	5,01	231	4,74	511	4,89
Potenciar a inovação e introdução de novas tecnologias	285	4,97	232	4,66	517	4,83
Promover a gestão sustentável do território	284	5,02	241	4,83	525	4,93

Fonte: Inquérito aos beneficiários do DLBC Rural - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

DEFINIÇÃO DA ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO LOCAL (EDL)

Quadro 1354. Grau de conhecimento do GAL e da Estratégia de Desenvolvimento Local:

	1 – Não conhece		2		3		4		5		6 – Conhece muito bem		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Grau de conhecimento do GAL	69	10,8	49	7,7	116	18,2	178	27,9	136	21,4	89	14,0	637	100,0
Grau de conhecimento da EDL	124	19,8	50	8,0	129	20,6	149	23,8	105	16,8	69	11,0	626	100,0

Fonte: Inquérito aos beneficiários do DLBC Rural (POR) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1355. Grau de conhecimento do GAL e da Estratégia de Desenvolvimento Local (POR):

	1 – Não conhece		2		3		4		5		6 – Conhece muito bem		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Grau de conhecimento do GAL	33	9,4	27	7,7	64	18,2	104	29,6	71	20,2	52	14,8	351	100,0
Grau de conhecimento da EDL	68	19,6	29	8,4	73	21,0	78	22,5	59	17,0	40	11,5	347	100,0

Fonte: Inquérito aos beneficiários do DLBC Rural - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1356. Grau de conhecimento do GAL e da Estratégia de Desenvolvimento Local (PDR):

	1 – Não conhece		2		3		4		5		6 – Conhece muito bem		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Grau de conhecimento do GAL	36	12,6	22	7,7	52	18,2	74	25,9	65	22,7	37	12,9	286	100,0
Grau de conhecimento da EDL	56	20,1	21	7,5	56	20,1	71	25,4	46	16,5	29	10,4	279	100,0

Fonte: Inquérito aos beneficiários do DLBC Rural - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1357. Média Grau de conhecimento do GAL e da Estratégia de Desenvolvimento Local:

	POR		PDR		Total	
	N	Média	N	Média	N	Média
Grau de conhecimento do GAL	351	3,88	286	3,77	637	3,83
Grau de conhecimento da EDL	347	3,44	279	3,42	626	3,43

Fonte: Inquérito aos beneficiários do DLBC Rural - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1358. Participou na definição da Estratégia de Desenvolvimento Local definida pelo GAL para o seu território de intervenção?

	POR		PDR		Total	
	N	%	N	%	N	%
Não sabe o que é a Estratégia de Desenvolvimento Local (EDL)	71	19,9	42	14,5	113	17,5
Não	236	66,1	211	73,0	447	69,2
Sim	50	14,0	36	12,5	86	13,3
Total	357	100,0	289	100,0	646	100,0

Fonte: Inquérito aos beneficiários do DLBC Rural - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1359. Forma participou na definição da Estratégia de Desenvolvimento Local

	POR (N=56)		PDR(N=34)		Total (N=90)	
	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos
Sessões Públicas de debate	34	60,7	26	76,5	60	66,7
Recolha formal de pareceres e contributos	16	28,6	10	29,4	26	28,9
Inclusão em grupos de trabalho	14	25,0	10	29,4	24	26,7
Resposta a questionário	18	32,1	7	20,6	25	27,8
Outro.	2	3,6	-	-	2	2,2

Fonte: Inquérito aos beneficiários do DLBC Rural - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1360. Outro. Qual?

	POR	PDR
A quando o contacto com o GAL, explanando a opinião com os técnicos do GAL dando a minha opinião a estratégia e a importância da mesma.	1	
Fundão e Covilha	1	
Participação em grupos de trabalho específicos e participação na elaboração da EDL	1	

Fonte: Inquérito aos beneficiários do DLBC Rural - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1361. Considera que a mobilização para a sua participação foi apenas formal (resposta formal a mecanismos estabelecidos de auscultação) ou substantiva com o convite a um envolvimento concreto do qual decorreu uma participação ativa na conceção da estratégia?

	POR		PDR		Total	
	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos
Formal	32	59,3	16	51,6	48	56,5
Substantiva	22	40,7	15	48,4	37	43,5

Total	54	100,0	31	100,0	85	100,0
--------------	-----------	--------------	-----------	--------------	-----------	--------------

Fonte: Inquérito aos beneficiários do DLBC Rural - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1362. sua participação no desenho da Estratégia de Desenvolvimento Local (EDL) produziu que resultados?

	POR (N=50)		PDR(N=32)		Total (N=90)	
	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos
Nenhum resultado	7	14,0	1	3,1	8	9,8
Poucos resultados efetivos, mas produziu uma perceção de participação que é relevante no território	10	20,0	8	25,0	18	22,0
Produziu resultados em termos de alargamento de âmbito da estratégia (território, objetivos, metas, áreas de intervenção e atores na implementação)	17	34,0	8	25,0	25	30,5
Conduziu à identificação e consensualização de projetos estratégicos/prioritários	8	16,0	17	53,1	25	30,5
Conduziu ao alargamento das potenciais fontes de financiamento	6	12,0	3	9,4	9	11,0
Conduziu à identificação de atores para a conceção/execução da estratégia	11	22,0	4	12,5	15	18,3
Conduziu à identificação de projetos complementares com os quais se estabeleceram articulações	12	24,0	7	21,9	19	23,2

Fonte: Inquérito aos beneficiários do DLBC Rural - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1363. Com base no seu conhecimento, assinale o tipo de atividades que têm sido desenvolvidas para promover o envolvimento e participação dos atores locais na implementação da EDL e indique o seu nível de participação nas mesmas (POR)

	1 – Nulo/muito reduzido		2		3		4		5		6 – Muito Elevado		Não participou		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Reuniões/encontros com parceiros promovidos	36	11,5	11	3,5	28	8,9	43	13,7	34	10,9	21	6,7	140	44,7	313	100,0
Sessões de divulgação e sensibilização e esclarecimento	33	10,5	12	3,8	22	7,0	54	17,1	45	14,3	27	8,6	122	38,7	315	100,0
Reuniões, seminários, workshops públicos	33	10,5	14	4,4	25	7,9	47	14,9	34	10,8	24	7,6	138	43,8	315	100,0
Produtos de comunicação do GAL/Entidade Gestora (newsletter, site)	31	9,9	12	3,8	25	8,0	57	18,2	48	15,3	24	7,7	116	37,1	313	100,0
Produtos de comunicação do GAL/Entidade Gestora (páginas das redes sociais ...)	34	10,9	14	4,5	25	8,0	51	16,3	49	15,7	25	8,0	115	36,7	313	100,0
Grupos de trabalho temáticos	41	13,0	15	4,8	22	7,0	37	11,7	25	7,9	19	6,0	156	49,5	315	100,0
Visitas a projetos de investimento,...	41	13,1	13	4,2	24	7,7	27	8,7	31	9,9	20	6,4	156	50,0	312	100,0
Feiras, festas temáticas; mostras de produtos locais	36	11,5	14	4,5	26	8,3	36	11,5	33	10,6	23	7,4	144	46,2	312	100,0
Participação em projetos de cooperação	39	12,5	15	4,8	24	7,7	31	9,9	22	7,1	22	7,1	159	51,0	312	100,0
Outra	11	9,8	2	1,8	6	5,4	10	8,9	7	6,3	6	5,4	70	62,5	112	100,0

Fonte: Inquérito aos beneficiários do DLBC Rural - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1364. Com base no seu conhecimento, assinale o tipo de atividades que têm sido desenvolvidas para promover o envolvimento e participação dos atores locais na implementação da EDL e indique o seu nível de participação nas mesmas (PDR)

	1 – Nulo/muito reduzido		2		3		4		5		6 – Muito Elevado		Não participou		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Reuniões/encontros com parceiros promovidos	33	12,7	16	6,2	19	7,3	39	15,1	37	14,3	9	3,5	106	40,9	259	100,0
Sessões de divulgação e sensibilização e esclarecimento	28	11,0	12	4,7	20	7,8	47	18,4	40	15,7	16	6,3	92	36,1	255	100,0
Reuniões, seminários, workshops públicos	29	11,5	11	4,3	29	11,5	35	13,8	38	15,0	16	6,3	95	37,5	253	100,0
Produtos de comunicação do GAL/Entidade Gestora (newsletter, site)	28	11,0	15	5,9	25	9,8	40	15,7	42	16,5	20	7,9	84	33,1	254	100,0
Produtos de comunicação do GAL/Entidade Gestora (páginas das redes sociais ...)	23	9,1	17	6,7	26	10,3	35	13,9	43	17,1	21	8,3	87	34,5	252	100,0
Grupos de trabalho temáticos	33	13,0	13	5,1	24	9,5	33	13,0	25	9,9	9	3,6	116	45,8	253	100,0
Visitas a projetos de investimento,...	29	11,6	12	4,8	22	8,8	30	12,0	33	13,2	17	6,8	107	42,8	250	100,0
Feiras, festas temáticas; mostras de produtos locais	24	9,5	14	5,6	23	9,1	34	13,5	39	15,5	19	7,5	99	39,3	252	100,0
Participação em projetos de cooperação	33	13,1	11	4,4	19	7,6	27	10,8	27	10,8	16	6,4	118	47,0	251	100,0
Outra	5	6,7	2	2,7	6	8,0	6	8,0	6	8,0	2	2,7	48	64,0	75	100,0

Fonte: Inquérito aos beneficiários do DLBC Rural - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1365. Média do nível da participação nas mesmas (escala de 1 Nulo/muito reduzido a 6 muito elevado)

	POR		PDR		Total	
	N	Média	N	Média	N	Média
Reuniões/encontros com parceiros promovidos	173	3,53	153	3,38	326	3,46
Sessões de divulgação e sensibilização e esclarecimento	193	3,76	163	3,66	356	3,71
Reuniões, seminários, workshops públicos	177	3,60	158	3,57	335	3,59
Produtos de comunicação do GAL/Entidade Gestora (newsletter, site)	197	3,77	170	3,66	367	3,72
Produtos de comunicação do GAL/Entidade Gestora (páginas das redes sociais ...)	198	3,72	165	3,73	363	3,72
Grupos de trabalho temáticos	159	3,30	137	3,23	296	3,26
Visitas a projetos de investimento,...	156	3,35	143	3,54	299	3,44
Feiras, festas temáticas; mostras de produtos locais	168	3,51	153	3,70	321	3,60
Participação em projetos de cooperação	153	3,31	133	3,39	286	3,35
Outra	42	3,43	27	3,44	69	3,43

Fonte: Inquérito aos beneficiários do DLBC Rural - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2021.

Quadro 1366. Outro. Qual?

	POR	PDR
Cooperação rede de empresas	1	
Mais uma vez: diferença entre teoria e prática (respostas 32 são "potencial"). Os GAL não têm tido, na prática, nem competências internas nem meios para desenvolver a sério o seu papel de agentes de desenvolvimento de acordo com as ideias de SUBSIDARIEDADE e de GLOBALISMO que tanto potencial têm. Mas o mais grave é que muitos desses meios são usados e bureau-cracia maioria dela improdutivo e alguma até estúpida [NOTA: quem escreve estas linhas é avaliador de projectos como international expert para a Comissão Europeia há mais de 20 anos e trabalhou para e com a Comissão, e sabe que a bureau-cracia em Bruxelas é má, mas bem pior entre nós – e vejo os GAL e CCDRs e CIMs a entalarem-se a si mesmo e aos seus colaboradores em bureau-cracia desnecessária e sem sentido, muitas vezes com boa vontade e até por iniciativa própria, por estarem “metidos dentro da caixa” e não verem e não compreenderem como podiam reduzir drasticamente a bureau-cracia e focar-se mais em trabalho produtivo e positivo, mais criativo, sem reduzir em nada poder de controlo e monitorização, pelo contrário. Visto por quem está na gestão de centenas de projectos em todos os pontos do país e fora dele, em todos os sectores e tipologias, fica tudo tão claro: falta inteligência na gestão do sistema global e de cada um dos sistemas. Simplificar, a sério, de modo radical, permitindo libertar energia e foco de promotores e destas entidades e destes funcionários é possível e nem sequer muito difícil. A não ser num ponto: aceitar por TUDO em causa o que “nos parece óbvio”... Não tivesse sido assim e as Lojas do Cidadão não eram possíveis, as assinaturas digitais também não, o pré-preenchimento do IRS e o e-fatura, a redução de dezenas de registos e de actos, etc. O que vejo é invocar constante de um tremendo receio de “Bruxelas” e da “fiscalização” de outros órgãos quando manifestamente não é o caso ou não tem que ser. Foquem menos na fiscalização (algo que no caso dos GAL os mata à nascença na sua capacidade de serem efectivos agentes de desenvolvimento local; e no caso das CIM – as mais bureau-cráticas de todas as entidades, talvez por tão politizadas partidariamente -, e das CCDR também, ainda que em menor grau). Há outro caminho. Curiosamente mais simples e mmenos oneroso para todos. E, graças às boas TIC - à IA (Inteligencia Artificial), à automação, ao big data ao blockchain, ao machine learning, ao OCR, à “Cloud”, etc etc – é hoje ainda mais simples... Para quem viveu e trabalhou em Bruxelas mas também com e em vários outros países Europeus e mundiais, incluindo nórdicos, é claro que problema em Portugal (e nos países mediterrânicos em geral) nos GAL, CIMs e CCDRs e Ministérios não é competências (elevadas em média), nem formação (em geral algo faltosa em termos de TIC mas isso trata-se com mais prática...) nem empenho (em geral bastante elevado). Problema está na abordagem, no conceito centrado no problema e não na solução, e acima de tudo partindo sempre da DESCONFIANÇA e não na CONFIANÇA... o contrário das sociedades nórdicas, que partem do princípio da CONFIANÇA em cidadãos, empresas e entes do 3 sector! O problema maior do país reside aqui: falta de CONFIANÇA uns nos outros. E por isso pouca cooperação e associativismo, pouca participação cívica... e pouco crescimento económico. CONFIEMOS! (para mais pois temos um dos povos mais incríveis do mundo, como mostra a História e ainda o nosso comportamento colectivo nesta trágica pandemia...). Disse.	1	
Não tive conhecimento de nenhuma	1	
Nota: pandemia difícil, muito, alguns aspectos do trabalho do GAL obviamente. Temos muito boa impressão da atitude e disponibilidade do Gal URBAN Sintra e das suas equipas, mesmo comparativamente a outros GAL.	1	
As respostas dadas, são actualmente condicionadas por força das restrições pandémicas e também pelo facto do acompanhamento da EDL ser matéria de acompanhamento político.		1
Não conheço nenhuma. Parece-me que estes projetos são muito importantes para as populações, mas não estou certa que seja preferível envolver os GAL. Talvez fosse importante serem geridos por uma estrutura mais profissional, mais capacitada e mais ágil.		1
O Gal é fraco, pouco dinamico,		1

Fonte: Inquérito aos beneficiários do DLBC Rural - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1367. Indique se considera que a sua participação e a de outras entidades na implementação do DLBC contribuiu para os seguintes resultados?

	POR (N=201)		PDR(N=169)		Total (N=370)	
	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos
Racionalização de recursos	44	21,9	49	29,0	93	25,1
Continuidade de intervenções	51	25,4	55	32,5	106	28,6
Multidimensionalidade das intervenções	63	31,3	34	20,1	97	26,2
Complementaridade de intervenções	61	30,3	53	31,4	114	30,8

Aumento do alcance em termos do perfil dos beneficiários apoiados	75	37,3	56	33,1	131	35,4
Construção de parcerias	82	40,8	56	33,1	138	37,3
Alargar o âmbito de atuação	62	30,8	47	27,8	109	29,5
Outros	8	4,0	8	4,7	16	4,3

Fonte: Inquérito aos beneficiários do DLBC Rural - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1368. Outro. Qual?

	POR	PDR
A participação deveria contribuir para estas dimensões mas nunca fomos chamados aos processos	1	
Criação de um ecossistema de apoio ao desenvolvimento de projetos e captação e utilização de recursos e conhecimentos técnicos produzidos na região-	1	
Não sabe, a candidatura foi elaborada por consultores	1	
Não sei o que significa a sigla DLBC	1	
Nunca percebi o que a sigla DLBC quer dizer, nem quando o perguntei directamente.	1	
Sem conhecimento de Causa	1	
Substituir por: "irá contribuir" - este questionário para além do "como foi candidatura e arranque", deveria ocorrer em 2023, não agora...	1	
Não há união regional		1
Nunca participei, nem tenho conhecimento que tenha sido promovida a participação.		1
O GAL SO SERVE PARA PAGAR ORDENADOS .		1
Por muito que a parceria se esforce no envolvimento da sociedade civil no desenho da EDL esta perde o seu carácter territorial ao se traduzir em Operações iguais ao restante território nacional definidas no PDR e Por.		1
Promover o verdadeiro e eficaz desenvolvimento económico investindo com valor acrescentado já provado pelos resultados alcançados.		1
substituição da ADRIL por uma entidade isenta e idónea		1

Fonte: Inquérito aos beneficiários do DLBC Rural (POR) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1369. Considera que os que os atores locais poderiam envolver-se mais na implementação da EDL (POR)?

	N
Sim. Quais atores?	
Câmara Municipal	16
Empresários	10
Empresas	9
Juntas de Freguesia	8
Associações empresariais	7
Associações locais (desportivas, culturais, ambiente, etc, etc)	6
Empreendedores	3
Empresas privadas	3
Entidades públicas (Câmaras municipais, ICNF, CCDR)	3
Qualquer pessoa residente no território	3
Jovens	2
Sim. Entidades com projectos aprovados.	2
Todos	2
Agricultores e Industriais	1
As entidades com relevância e representatividade local.	1
Associações agricultores.	1
Associações, consultores	1
Beneficiários	1
Brigantia Ecopark, IPB, IEF e sociedade	1
Com a população local.	1
Emprego e produtos locais	1
Entidades do Conhecimento.	1
Existem sempre novos atores que podem e devem ser chamados a participar.	1
Incubadoras	1
Potenciais promotores.	1
Produtores e comerciantes	1
Promover parcerias	1
Sim	1
Sim, acho que muita gente desconhece o trabalho realizado porque nunca os contactaram.	1
Sim, as empresas publicas e privadas	1
Todos cuja atividade pode impactar direta ou indiretamente no território.	1
Todos os atores locais devem opinar se assim o entenderem	1
Todos os parceiros deveriam contribuir caso fossem chamados e dinamizados	1
Sim. De que forma?	
Participação em reuniões	3
workshops	3

	N
ao nível da decisão	2
Estas entidades poderiam e deviam ser mais chamados a ser "rede". Mal acabe a maldita pandemia estamos certos que o GAL Sintra Urban estimulará tal ideia.	2
Parcerias	2
Participação ativa nas discussões sobre o desenvolvimento	2
ações entre atores que possam funcionar em complementariedade	1
Ações públicas	1
Acompanhamento mais eficaz projetos	1
Ajudando em novas necessidades que façam falta	1
Apoio legal e logístico	1
apoios formativos	1
Apresentado as características do território, como limitações legais	1
Assembleias de Beneficiários, onde se encontrem formas de colaboração na estratégia e reforço das capacidades dinâmicas locais.	1
Através da formalização de parcerias	1
Através de feiras de empreendedorismo e coworking.	1
Através de reuniões de divulgação e debate acerca da EDL	1
Através de seminários para promover e incentivar novos projetos alinhados com a estratégia territorial	1
Auscultando as necessidades dos potenciais promotores	1
Autorizações de acesso especiais para actividades, apoios financeiros diversos e sua desburocratização.	1
com a execução de intervenções	1
Contato Direto	1
CONTRIBUTOS	1
cooperação estratégica	1
criando redes e contacto entre entidades gerando cooperação	1
Criar redes	1
Demonstrar a importância das suas ideias para ajudar a desenvolver o território onde está inserido.	1
Deveria existir uma dinamização da rede, coisa que não acontece. O GAL é uma mera figura administrativa sem dinâmica coletiva	1
em reuniões setoriais. vendo a sua opinião valorizada e integrada na EDL	1
Encontros, debates, boas práticas...etc, de forma a criar uma onda de comunicação onde as boas práticas resultantes servissem de mote à melhoria individual.	1
Estarem presentes nas estruturas de decisão dos GAL	1
Identificação de prioridades	1
Iniciativas que incluam a sociedade civil.	1
Integrando suas capacidades e expertises.	1
Maior divulgação das EDL	1
maior divulgação na região dos projetos existentes para apoio às empresas.	1
Maior interação entre produtores e comerciantes e a utilização de produtos locais em exclusivo na área da restauração	1
MAIS EMPREGO	1
Ouvir, escutar e agir com técnicas antigas de gestão de empresas. O empreendedorismo apresenta conceitos que nem sempre se adaptam à realidade dos territórios desfavorecidos.	1
Para reforçar da Multidimensionalidade da definição estratégica da Região, não será demais, um maior envolvimento de empresários de referência e de Entidades do Conhecimento locais, nomeadamente, UBI e IPG.	1
Parte artística e cultural	1
Participando ainda mais nas decisões estruturais de desenvolvimento	1
Pelo menos um contacto a explicar o que fazem e como podem ser úteis e criar sinergias	1
por desenvolverem projetos	1
Por sessões bimestral	1
Projectos conjuntos e sinergias	1
projetos de cooperação	1
Promoção de reuniões e debates de ideias isentos e produtivos.	1
promovendo encontros de pequenos produtores	1
Sendo consultado	1
Sendo convidados em processos transparentes e abertos	1
Serem informados por órgãos sobre a criação de um projeto que os vai beneficiar	1
Sessões participativas	1
Sim, as empresas e as empresários deveriam também mostra-se prestáveis a opinar sobre as estratégias, muitas vezes os próprios empresários apenas querem financiamento sem burocracia mas também não se disponibilizam para ajudar e transmitir as suas ideias (essa indisponibilidade acontece também porque quando se interessam pelos assuntos parecem que não são ouvidos, isto é mesmo que os GAL e as suas equipas técnicas se disponibilizam os auscultar as suas ideias nunca chegam aos legisladores). Uma forma de intervenção dos empresários seria a integração da opinião e ideias dos empresários na estratégia. Por exemplo a criação de uma box(caixa) de ideias/ dificuldades que gostaríamos de ver implementados (poderia ser física ou virtual).	1
Sim, através de uma maior participação dos potenciais beneficiários.	1
terem conhecimento e serem chamados a contribuir	1
sessões de esclarecimento.	1
abordar os problemas concretos	1

	N
Não. Justifique	
ADEQUADO	1
As EDL em nada contribuem para o empreendedorismo nato.	1
Considero que os atores estão suficientemente envolvidos	1
GAL proativa e altamente capacitada	1
Já estão envolvidos	1
O empreendedorismo nasce per si, não com EDLs	1
Os atores locais estão envolvidos através dos GAL	1
Os fundo de financiamento já vem para o território formatados pelos decisores políticos Nacionais ou mesmo Europeus, os territórios tem de se moldar ao préexistente.	1
Os KPI's das entidades não são convergentes entre si o que redireciona recursos importantes para o cumprimento de metas objetivos de pouco impacto direto para a comunidade.	1

Fonte: Inquérito aos beneficiários do DLBC Rural (POR) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1370. Considera que os que os atores locais poderiam envolver-se mais na implementação da EDL (PDR)?

	N
Sim. Quais atores?	
Autarquias	13
Juntas de freguesia	11
Associações de produtores	5
Associações locais	5
Cooperativas locais	5
Associações de agricultores	4
Beneficiários	4
Agricultores	3
Empresários	3
Universidades	3
Associações	2
Associações empresariais	2
Empresas	2
IPSS	2
Promotores	2
Politécnico	2
ONG	2
Adelo	1
Agentes económicos e culturais	1
Agentes locais privados	1
Entidades ligadas ao desenvolvimento agrícola regional	1
Associações culturais	1
Atores privados,	1
Entidades oficiais e agentes económicos	1
Escolas	1
Executivos Municipais, Empresários locais e algumas associações e ou instituições que tem relevancia social e económica nas zonas da EDL	1
Incubadoras	1
Iniciativa privada	1
Nós, por exemplo - somos a propriedade agrícola de maior dimensão na nossa zona mas temos pouquíssimo acesso a EDL ou outros programas.	1
Autarcas	1
Organizações do sector primário, praticamente ausentes	1
Os empresários ENI	1
Os mais variados possível	1
Os produtores e as unidades transformadoras/distribuidoras	1
Os técnicos da GAL	1
Potenciais beneficiários	1
Potenciais investidores	1
Produtores agrícolas (e suas associações...)	1
Região de Turismo do Norte	1
Sociedade Civil	1
Todas as forças vivas	1
Todos sem excepção	1
Ministério da Agricultura	1
Sim. De que forma?	
aconselhamento	1
Apoiando as candidaturas	1

	N
Apoiar na concretização das medidas como entidades de prestação de serviços/fiscalizadores, e não como executantes de punições, ou seja, caso não se cumpra vai ter muitas consequências, há uma espécie de ameaça velada.	1
Apoios na elaboração de candidaturas, diagnósticos estratégicos locais	1
Apresentando um plano de desenvolvimento regional a longo prazo, tendo em conta vários fatores, nomeadamente; sustentabilidade hídrica, poluição do meio ambiente causada pelos produtos usados na agricultura intensiva e rentabilidade a longo prazo	1
Aproveitar as competências específicas de cada numa selecção	1
Através da intensificação de encontros e workshops	1
Através de diálogo mais frequente	1
Auxílio da execução	1
Burocracia nas entidades envolvidas	1
canalizar recursos, sem carga burocrática,	1
colocar técnicos no campo	1
Conhecerem o território e promoverem interação entre projetos apoiados.	1
conhecimento realidade local	1
Consultoria	1
Contribuindo com a sua experiência	1
Criação de redes de contacto que possam ser acedidas pelos atores de forma simples para perceberem onde podem escoar o seu produto ou onde podem procurar fornecedores conforme o caso	1
Delineando estratégias de atuação locais	1
Diagnósticos setoriais	1
Divulgação de instrumentos de apoio e apoio técnico	1
Divulgar de forma mais aguerrida a região do Alto Minho, dando a conhecer as suas potencialidades a nível paisagístico, gastronómico e a oferta turística que está associada.	1
divulgar melhor o programa	1
em articulação com os atores locais	1
Encontros/sessões empresariais do território onde se inserem	1
Envolvendo os atores, levando-as a aceitar participar na organização de eventos de divulgação e projetos.	1
Esclarecer e incentivar investimento	1
Exigindo menos burocracias ao poder central	1
fazendo sessões públicas de assinatura de contratos de concessão de incentivos em que os promotores poderiam relatar os seus projetos, como já tive ocasião de assistir	1
Gabinete de esclarecimento ao investimento e dar menos emprego a malta que só está lá a ocupar espaço !!	1
Identificando necessidades e formas de as suprir	1
indicando estratégias de financiamento	1
Integrando no desenvolvimento local as organizações da lavoura ,associações locais e o poder autárquico.	1
Inteirando-se mais na implementação da DLBC	1
Investigação/ divulgação e apoio aos empresários	1
Ir com a proposta ao encontro de potenciais interessados	1
Listando as suas necessidades; ser chamados a dar contribuições	1
maior divulgação de linhas abertas e expor dificuldades aos representantes máximos	1
Mais direto terreno	1
num dinâmica de cooperação entre os diferentes atores	1
Observação do património local e forma de o valorizar	1
Participação efectiva no processo de decisão. A parceria detém pouco conhecimento da execução EDL.	1
Participação na definição da estratégia da EDL	1
Participação na definição e implementação da EDL	1
Participação num órgão consultivo	1
Participando em reuniões de debate, esclarecimento com o GAL	1
Participando mais ativamente e apresentando propostas e a demonstração de necessidades territoriais dos vários sectores económicos e sociais que são vividos nos locais	1
Participando na estruturação dos projetos	1
Participar	1
Pelo conhecimento da realidade local	1
Pelo contacto mais próximo que têm	1
PRE-INTENÇÃO DOS INVESTIMENTOS	1
Promoção da informação	1
Promovendo sessões de esclarecimento e ações de formação e aplicando localmente algumas ações por expl no domínio florestal.	1
Reuniões	1
Reuniões, seminários workshops	1
Reuniões.	1
Tentarem perceber melhor o projeto	1
Tidos em conta antes da elaboração dos programas e na avaliação da sua execução	1
Visitando o GAL e sendo proactivos na procura de financiamento para os seus projectos.	1
Não. Justifique	
Apoiar beneficiários com vocação a fixar-se na agricultura independentemente da dimensão da exploração inicial.	1

	N
Das tentativas feitas pela Odiana para juntar os TER num agrupamento não resultaram	1
É DOMINADA PELOS POLITICOS LOCAIS E SÓ SERVE OS SEUS INTERECES E DOS AMIGOS	1
Era preciso dinamizar a participação dos cidadãos	1
Informação útil na definição de futuros apoios	1
Micro agricultura	1
Porque são os principais intervenientes no desenvolvimento do território	1
Prejudicado por respostas dadas	1

Fonte: Inquérito aos beneficiários do DLBC Rural- Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1371. Caso queira acrescentar algum comentário utilize o espaço seguinte:

	POR	PDR
ESTES INQUERITOS SÃO MUITO LONGOS	1	
A capacitação dos consultores é de extrema importância. Bem como um modelo mais próximo entre beneficiários e GAL.	1	
A dotação financeira disponibilizada para os GAL deve ser substancialmente reforçada	1	
A estratégia de desenvolvimento local de base comunitária tornou-se uma falácia. Em todo o processo de construção da estratégia territorial, houve apenas um reunião de auscultação que julgo ter sido obrigatória e para angariar as assinaturas dos supostos parceiros. Nunca mais houve um encontro ou uma dinâmica de contacto ou promoção da rede. A entidade gestora do GAL, passou a ser um estrutura meramente administrativa de gestão de fundos e de distribuição de dinheiro previamente acordado. Todo o espírito e os princípios subjacentes à figura DLBC não foram considerados, o que leva a concluir que os GAL não têm qualquer utilidade na forma como foram postos em prática.	1	
A opacidade na publicação de resultados torna este inquérito de uma fragilidade informativa flagrante.	1	
A plataforma informática que suporta a candidatura e todo o restante processo necessita de reestruturação profunda, que permita diminuir a sua complexidade e duplicação de informação de pedidos de dados desnecessários. deveria igualmente existir uma linha telefonica de apoio para as questões informáticas e de plataforma que permitisse em tempo real resolver duvidas e problemas	1	
Conclui o preenchimento do inquérito por considerar muito importante a coleta de informações, mas está demasiado grande e muito pouco intuitivo.	1	
Destaco: morosidade de decisão/resposta; subjetividade na análise decisão dos projetos; plataformas digitais pouco intuitivas.	1	
Deveriam haver mais projetos financiados para apoio às empresas no que diz respeito aos postos de trabalho, pois só desta forma as empresas se conseguem manter abertas e em pleno funcionamento.	1	
É importante a existência de plurifundos, onde os GAL tenham uma intervenção na implementação das políticas locais, mas sem a carga burocrática que atualmente existe. Se os GAL tiverem menos capacidade de decidir e menor envelope financeiro os meios rurais desaparecerão em muitos poucos anos, porque as CCDR estão muito distantes e o meio rural pouco ou nada lhes diz, os ministérios com as suas Autoridades de Gestão sediadas em Lisboa estão ainda mais longe, e desconhecem completamente as realidades locais do interior de Portugal. É necessário um olhar diferente sobre o mundo rural e sobre as pessoas que ainda querem lá investir e manterem-se a viver, caso contrário dentro de 20 anos muitas freguesias deixarão de ter habitantes. Devemos evitar um país litoralizado e só urbano, porque assim criamos mais clivagens e mais desigualdades. Todos devemos ter consciência que repovoar será muito difícil para não dizer impossível, razão porque devemos evitar que todos saiam.	1	
Em desagrado, nota-se uma grande demora na análise e pagamento dos pedidos de reembolso. Sendo difícil para quem inicia o seu percurso profissional.	1	
Esta entidade não é ou foi beneficiária dos DLBC Rural.	1	
Este inquérito é demasiado extenso, a linguagem é demasiado técnica. Perguntas de difícil interpretação.	1	
Este questionário é demasiado técnico e demasiado extenso. Não tenho conhecimento de muitos dos temas aqui mencionados e creio que a maior parte dos beneficiários se encontra na mesma posição.	1	
Este questionário é excessivamente grande e por isso acredito que possa levar muita gente a desistir de preencher o mesmo.	1	
Este questionário é feito exactamente na mesma direção que são feitos os avisos de candidatura, na mesma direção que é definida a EDL: sem qualquer interesse em saber a opinião dos empresários! alguém tem paciência para 1 hora de questionário? alguém em consciência entende por exemplo a pergunta 26? estamos cansados de transmitir informação aos GAL, mas a subserviência e o medo do IFAP e da CCDR não permitem alterar nada e assim vão desaparecendo os GAL e a sua intervenção! Estão como estão por culpa própria, pois apenas respondem a quem lhes paga o salário, esse passou a ser o unico objectivo dos GAL: fazem o que lhes disserem para fazer desde que lhes paguem os salários. Como lhes dizem para estarem sentados a fazer papel de morto...	1	
Este tipo de inquéritos deveriam ser mais frequentes.	1	
Estes incentivos são muito benéficos. São rígidos e ainda bem que o são. Distingue ideias de empresas e negócios.	1	
Evitar tanta burocracia	1	
Fundamental para os Territórios de Baixa Densidade a continuidade do trabalho dos DLBC Rural	1	
GAL IMPORTANTES PARA O SENVOLVIMENTO TERRITORIAL	1	
Gostaria de ter acesso aos resultados do presente questionário, que coloca questões bastante pertinentes.	1	
Gostaria muito de obter uma resposta clara ao problema que levante junto da Ader Sousa e da CCDRN sobre a duração do apoio +CO3SO e o que tenho de fazer para ver respeitado o meu direito a diferenciar o início dos dois contratos de trabalho apoiados, tal como previsto no ponto 8 do regulamento do +CO3SO.	1	
Inquerito demasiado longo	1	
inquérito demasiado longo e com liguagem não muito perceptvel para muitos beneficiarios	1	

	POR	PDR
Lamentável orientação dos apoios às empresas com base de orientações estratégicas politizadas. O empreendedorismo nacional em nada deve a esses documentos.	1	
Mais informação sobre os pedidos de pagamentos para empresário em nome individual no âmbito da criação do autoemprego	1	
Menos burocracia	1	
Muito positivo o serviço de esclarecimento da técnica Eng. MANUELA da Corane.	1	
o questionário é desadequado, mal formulado, excessivamente longo	1	
O questionário é excessivamente extenso espero que seja útil	1	
O único problema que tenho sentido é na demora nos pagamentos.	1	
participei no "apoio à instalação de empresas no interior" gerido pelo CCDD Centro e aquilo foi uma miséria; a candidatura foi entregue no final de 2017 e só em meados de 2021 recebemos o dinheiro!...a justificação por parte do CCDD Coimbra era de que os formulários estavam com dados em campos errados!...então se não os conseguem colocar nos campos certos para que é que serve o pessoal do CCDD? para isso podem ser substituídos por um algoritmo de Machine Learning...participei em programas de financiamento Europeus e ficava tudo concluído com dinheiro entregue em menos de 1 mês, facilmente corrigiam o que estivesse fora do lugar...aqui não! parecem máquinas antigas que não funcionam se o cartão estiver mal inserido!	1	
Por favor façam com que os apoios sejam para as empresas crescerem e não para ficarem dependentes deles. Em Portugal a mentalidade não é de crescimento mas sim de aproveitamento e relax...	1	
Questionário demasiado longo, à imagem de toda a burocracia que envolve as candidaturas e os projectos de apoio. A complexidade, a burocracia e o grau de conhecimentos e especialização exigidos são determinantes na adesão das empresas e empreendedores, levando mesmo à desistência. Há a necessidade de simplificar todos os processos para tornar mais fáceis as candidaturas e o seu desenvolvimento.	1	
Repetir texto anterior: Os GAL não têm tido, na prática, nem competências internas nem meios para desenvolver a sério o seu papel de agentes de desenvolvimento de acordo com as ideias de SUBSIDIARIEDADE e de GLOCALISMO que tanto potencial têm. Mas o mais grave é que muitos desses meios são usados e bureau-cracia maioria dela improdutivo e alguma até estúpida [NOTA: quem escreve estas linhas é avaliador de projectos como internacional expert para a Comissão Europeia há mais de 20 anos e trabalhou para e com a Comissão, e sabe que a bureau-cracia em Bruxelas é má, mas bem pior entre nós – vejo os GAL e CCDDs e CIMs a entalarem-se a si mesmo e aos seus colaboradores em bureau-cracia desnecessária e sem sentido, muitas vezes com boa vontade e até por iniciativa própria, por estarem “metidos dentro da caixa” e não verem e não compreenderem como podiam reduzir drasticamente a bureau-cracia e focar-se mais em trabalho produtivo e positivo, mais criativo, sem reduzir em nada poder de controlo e monitorização, pelo contrário. Visto por quem está na gestão de centenas de projectos em todos os pontos do país e fora dele, em todos os sectores e tipologias, fica tudo tão claro: falta inteligência na gestão do sistema global e de cada um dos sistemas. Simplificar, a sério, de modo radical, permitindo libertar energia e foco de promotores e destas entidades e destes funcionários é possível e nem sequer muito difícil. A não ser num ponto: aceitar por TUDO em causa o que “nos parece óbvio”... Não tivesse sido assim e as Lojas do Cidadão não eram possíveis, as assinaturas digitais também não, o pré-preenchimento do IRS e o e-fatura, a redução de dezenas de registos e de actos, etc. O que vejo é invocar constante de um tremendo receio de “Bruxelas” e da “fiscalização” de outros órgãos quando manifestamente não é o caso ou não tem que ser. Foquem menos na fiscalização (algo que no caso dos GAL os mata à nascença na sua capacidade de serem efectivos agentes de desenvolvimento local; e no caso das CIM – as mais bureau-cráticas de todas as entidades, talvez por tão politizadas partidariamente -, e das CCDD também, ainda que em menor grau). Há outro caminho. Curiosamente mais simples e menos oneroso para todos. E, graças às boas TIC - à IA (Inteligência Artificial), à automação, ao big data ao blockchain, ao machine learning, ao OCR, à “Cloud”, etc etc – é hoje ainda mais simples... Para quem viveu e trabalhou em Bruxelas mas também com e em vários outros países Europeus e mundiais, incluindo nórdicos, é claro que problema em Portugal (e nos países mediterrânicos em geral) nos GAL, CIMs e CCDDs e Ministérios não é competências (elevadas em média), nem formação (em geral algo faltoza em termos de TIC mas isso trata-se com mais prática...) nem empenho (em geral bastante elevado). Problema está na abordagem, no conceito centrado no problema e não na solução, e acima de tudo partindo sempre da DESCONFIANÇA e não na CONFIANÇA... o contrário das sociedades nórdicas, que partem do princípio da CONFIANÇA em cidadãos, empresas e entes do 3 sector! O problema maior do país reside aqui: falta de CONFIANÇA uns nos outros. E por isso pouca cooperação e associativismo, pouca participação cívica... e pouco crescimento económico. CONFIEMOS! (para mais pois temos um dos povos mais incríveis do mundo, como mostra a História e ainda o nosso comportamento colectivo nesta trágica pandemia...). Disse.	1	
- este inquérito revela-se da maior oportunidade, pois visa um aperfeiçoamento dos apoios ao desenvolvimento da economia local, numa cultura de proximidade com os micro e pequenos empresários, motor essencial ao crescimento do país, como já é praticado por toda a Europa há muitas décadas, incentivando a modernização da economia e o seu desenvolvimento harmonioso e integrado das regiões, assegurando a sustentabilidade do país.		1
A agricultura é um espaço onde se conjugam várias ciências e onde a aplicação da matemática pura é por vezes contraproducente. Tem que haver bom senso e capacidade técnica para ajudar quem deve ser ajudado a crescer e se desenvolver e não apenas aqueles que têm explorações com grande dimensão mas pouco ou nada produzem. Aprovarem valores baixo para os promotores investirem muito não faz sentido. Dou o exemplo de tratores aprovados de 20 CV que não servem para puxar um gato morto		1
Acabem com a coscuvilhice aos extratos bancários, pois não resolve nada, os beneficiários são pessoas humildes e por outro lado existem outras contas bancárias e dinheiro vivo.		1
Agradecer o acompanhamento que me foi dado pela TAGUS		1
Candidatura efetuada por consultores		1
Contratei uma entidade para me elaborar o projeto por isso não conheço algumas entidades. Sei que foram pedidas alguns pontos que ã têm qualquer tipo de lógica		1
Criação de organizações em rede que facilitem a comercialização. Investigação/ divulgação.		1
Deve ser ampliada a dimensão financeira dos projetos desenvolvidos pelos GAL e sua diversidade; Devem ser envolvidos os produtores na definição das prioridades baseadas nas necessidades locais		1
Deveria haver menos complicações por parte do governo central e mais celeridade nas decisões e nos pagamentos...		1
É desmotivante devido à carga burocrática. Os apoios também não bons		1

	POR	PDR
É muito importante a existência dos GAL e de uma boa EDL. Mas é necessário mais interação.		1
Envio o inquérito em branco porque não temos conhecimentos para responder adequadamente às perguntas uma vez que quem fez o projeto foi uma entidade externa.		1
Espero que alguns dos comentários possam servir para o melhorar de um programa que considero muito importante.		1
Este inquérito é interessante, mas demasiado extenso. Penso que se ganharia em centrar as questões em menos aspetos para aprofundar mais as respostas. Espero que, pelo menos, as opiniões sejam analisadas e que sirvam para introduzir melhorias no sistema. Se isso acontecer, mesmo que eu não o volte a utilizar, já me sinto recompensada pelo tempo que dediquei ao inquérito. Obrigada		1
Este tipo de apoios é fundamental para uma discriminação positiva do interior do país.		1
Estes projetos são muito úteis e necessários para o desenvolvimento das comunidades locais		1
Houve uma reunião para que fui convidada para dar a conhecer a restaurantes e comércio local o que era produzido em MPB da região mas não houve mais nenhum contacto pelo que de início pareceu interessante mas eventualmente por ausência de continuidade foi completamente inútil.		1
Inquérito longo e demasiado técnico! Obrigada		1
Inquérito muito extenso, com questões a avaliar de difícil perceção e/ou enquadramento e/ou compreensão		1
maior aposta nos GAL		1
mais colaboração dos grupos económicos locais , tanto ajuda financeira como experiencias próprias.		1
menos burocracia; mais clareza na terminologia técnica; candidaturas mais simples; prazos maiores; financiamento bancário.		1
Nao posso avaliar, nem responder as questões, que estão relacionadas com a execução, quando o projecto vai agora ser iniciado.		1
NÃO SE NOTARIA NADA A EXTINÇÃO DO GAL PELO CONTRARIO PODERIA EVITAR QUE ALGUNS AGENTES LOCAIS NÃO FOSSEM COLOCADOS EM DIFICULDADES		1
O GAL Pinhal Maior praticamente em nada contribui para o desenvolvimento do sector primário, valorização doo território e produtos endógenos e coesão territorial		1
O meu projeto foi elaborado por um consultor externo ao GAL. Ainda se encontra em fase de implantação. Eu não tenho tido um contacto muito direto com o gabinete. Daí alguma dificuldade em dar algumas respostas. No entanto espero que seja útil a minha contribuição.		1
O processo do concurso entre a apresentação da candidatura e a decisão final de apoio financeiro foi muito grande (quase dois anos), o que provocou desmotivação e algum desinteresse na execução do projecto. Os valores propostos para o apoio estão desfasados da realidade e, embora a percentagem de apoio proposta no processo de concurso pareça interessante quando se começam a fazer as tarefas do projecto na realidade os valores que se paga pelos serviços e produtos são mais altos do que os previstos no processo de concurso, empurrando a percentagem de apoio para valores baixos.		1
O questionário é demasiado longo. Para a temática dos TER o problema bate-se nos Pdm que estrangulam por completo o desenvolvimento do interior. Não há visão porque é tudo controlado por funcionários públicos que vivem dos nossos impostos. A economia é que manda e tudo deve ser canalizado nesse sentido com o devido controlo, que no nosso caso é sufocante, mas só para os pequenos. Senão repare: o Bill Clinton disse para um assessor que não se calava por determinada questão; É A ECONOMIA ESTUPIDO!		1
Os atores locais não revelam a pro-atividade e dinâmica necessários à promoção e desenvolvimento económico efetivo, perdendo-se em análises mínimas, acessórias ou colaterais de natureza burocrática, desfocando o essencial. Em poucas palavras: O fraco rei faz fraca a forte gente.		1
OS GAL não servem para apoiar os empresários que necessitam de apoios. As pessoas que lá trabalham não são de confiança.		1
Os programas sao bons, mas o problema é qdo nao cumpres a cor da parede; nao conseguiste criar posto de trabalho porque nao ha pessoas para trabalhar e porque o mundo anda a 5 G e o PDR 2020 foi pensado a dez anos atras e ja nao conseguimos alterar a candidatura aprovada na nova realidade. ENTAO ES PENALIZADO OU A CANDIDATURA CAI, devolve a ajuda! Para que existir GAL ou DLBC Rural?		1
Para além de outras questões assinaladas durante o preenchimento do inquérito, o principal problema reside na diferenciação de oportunidades criadas por este tipo de intervenções. Um agricultor dum concelho onde o GAL não abra candidaturas ou em número muito reduzido ver-se-á sem oportunidades para se candidatar a apoios para determinadas medidas. A opção de abrir concursos não tem em conta os pedidos feitos pelos agricultores. Cria uma grande desigualdade entre regiões, entre concelhos vizinhos e a nível nacional. Os critérios de avaliação dos projetos variam muito entre GALs.		1
Quem beneficiou, ou beneficia actualmente de apoios, deveriam ser envolvidos de forma a melhorar os investimentos anteriores, ou integrar novos projectos		1
Ser-se um dinamizador da reestruturação fundiária no minifúndio; incentivar e apoiar novas produções de forma a travar a florestação anárquica; apoiar o ordenamento e a limpeza da floresta .		1
Todos os lugares de gestão de topo são ocupados pela clientela dos partidos políticos que funcionam em circuito fechado		1
Transparência, equidade e justeza na tramitação das candidaturas, com prazos suficientemente amplos e frequentes.		1
tudo o que seja para o desenvolvimento da difícil tarefa de ser agricultor é sempre bem vindo, mas haveria de haver mais comunicação para que as linhas que fossem abrir sejam de encontro com as dificuldades da zona inserida.		1

Fonte: Inquérito aos beneficiários do DLBC Rural (POR) - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Inquérito aos beneficiários dos DLBC Rural Açores e Madeira

Quadro 1372. Distribuição por PI - DLBC Rural Açores

	Açores	
	N	%
6.4 – Investimento na criação e no desenvolvimento de atividades não agrícolas		
6.4.1	3	14,3
6.4.2	7	33,3
6.4.3	4	19,0
6.4.4	3	14,3
7.4 - Investimento em serviços básicos locais		
7.4.1	1	4,8
7.4.4	1	4,8
7.5 - Investimentos em infraestruturas de lazer e turísticas e informações turísticas		
7.5.2	2	9,5
Total	21	100,0

Fonte: Inquérito aos Beneficiários dos DLBC Rural Açores- Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1373. Distribuição por PI - DLBC Rural Madeira

	Madeira	
	N	%
19.2.1 Apoio às atividades não agrícolas em zonas rurais	10	52,6
19.2.2 Apoio aos serviços para a população rural	9	47,4
Total	19	100,0

Fonte: Inquérito aos Beneficiários dos DLBC Rural Madeira- Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

CANDIDATURA DE PROJETOS

Quadro 1374. Como soube da existência dos apoios do Grupo de Ação Local(GAL) para o seu projeto

	AÇORES (N=21)		Madeira (N=19)		Total (N=40)	
	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos
Contato direto com o GAL	4	19,0	6	31,6	10	25,0
Sessões de divulgação e sensibilização e esclarecimento	4	19,0	2	10,5	6	15,0
Reuniões, seminários, workshops públicos	2	9,5	1	5,3	3	7,5
Produtos de comunicação do GAL/Entidade Gestora (newsletter, site)	2	9,5	1	5,3	3	7,5
Produtos de comunicação do GAL/Entidade Gestora (páginas das redes sociais ...)			1	5,3	1	2,5
Organizações Locais	4	19,0	3	15,8	7	17,5
Comunicação social			5	26,3	5	12,5
Pesquisa na internet	2	9,5	3	15,8	5	12,5
Consultores	6	28,6	3	15,8	9	22,5
Outra via	2	9,5			2	5,0

Fonte: Inquérito aos beneficiários do DLBC Rural Açores e Madeira - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1375. Outros, quais:

	AÇORES	Madeira
Acaporama		1
Adeliçor	1	
ADRAMA E GOVERNO REGIONAL		1
Câmara Municipal	1	
camara municipal do nordeste	1	
grupo de amigos	1	

Fonte: Inquérito aos beneficiários do DLBC Rural Açores e Madeira - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1376. Grau de adequação do calendário de abertura do aviso e dos prazos de submissão de candidatura em termos de:

	1 - Nada adequados		2		3		4		5		6 - Muito Adequados		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Tempo de duração do Aviso de Abertura de Candidaturas (desde a abertura até ao encerramento)	1	2,5	3	7,5	3	7,5	16	40,0	11	27,5	6	15,0	40	100,0
Intervalo de tempo entre a realização das ações de divulgação e o prazo para submissão das candidaturas	2	5,0	2	5,0	3	7,5	17	42,5	10	25,0	6	15,0	40	100,0
Ritmo de lançamento dos concursos para a mesma Tipologia/tipo de operações	1	2,5	1	2,5	4	10,0	22	55,0	9	22,5	3	7,5	40	100,0
Articulação entre concursos para várias tipologias de operação	1	2,6	2	5,1	3	7,7	19	48,7	10	25,6	4	10,3	39	100,0
Outro.	-	-	-	-	-	-	2	50,0	2	50,0	-	-	4	100,0

Fonte: Inquérito aos beneficiários do DLBC Rural Açores e Madeira - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1377. Grau de adequação do calendário de abertura do aviso e dos prazos de submissão de candidatura em termos de: (AÇORES)

	1 - Nada adequados		2		3		4		5		6 - Muito Adequados		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Tempo de duração do Aviso de Abertura de Candidaturas (desde a abertura até ao encerramento)	1	4,8	1	4,8	1	4,8	11	52,4	3	14,3	4	19,0	21	100,0
Intervalo de tempo entre a realização das ações de divulgação e o prazo para submissão das candidaturas	1	4,8	1	4,8	1	4,8	11	52,4	3	14,3	4	19,0	21	100,0
Ritmo de lançamento dos concursos para a mesma Tipologia/tipo de operações	1	4,8	1	4,8	1	4,8	13	61,9	4	19,0	1	4,8	21	100,0
Articulação entre concursos para várias tipologias de operação	1	5,0	1	5,0	2	10,0	10	50,0	5	25,0	1	5,0	20	100,0
Outro.	-	-	-	-	-	-	1	50,0	1	50,0	-	-	2	100,0

Fonte: Inquérito aos beneficiários do DLBC Rural Açores e Madeira - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1378. Grau de adequação do calendário de abertura do aviso e dos prazos de submissão de candidatura em termos de: (MADEIRA):

	1 - Nada adequados		2		3		4		5		6 - Muito Adequados		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Tempo de duração do Aviso de Abertura de Candidaturas (desde a abertura até ao encerramento)	-	-	2	10,5	2	10,5	5	26,3	8	42,1	2	10,5	19	100,0
Intervalo de tempo entre a realização das ações de divulgação e o prazo para submissão das candidaturas	1	5,3	1	5,3	2	10,5	6	31,6	7	36,8	2	10,5	19	100,0
Ritmo de lançamento dos concursos para a mesma Tipologia/tipo de operações	-	-	-	-	3	15,8	9	47,4	5	26,3	2	10,5	19	100,0
Articulação entre concursos para várias tipologias de operação	-	-	1	5,3	1	5,3	9	47,4	5	26,3	3	15,8	19	100,0
Outro.	-	-	-	-	-	-	1	50,0	1	50,0	-	-	2	100,0

Fonte: Inquérito aos beneficiários do DLBC Rural Açores e Madeira - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1379. Média do Grau de adequação do calendário de abertura do aviso e dos prazos de submissão de candidatura em termos de: (escala 1- Nada Adequados a 6 Totalmente adequados)

	AÇORES		Madeira		Total	
	Média	N	Média	N	Média	N
Tempo de duração do Aviso de Abertura de Candidaturas (desde a abertura até ao encerramento)	4,24	21	4,32	19	4,28	40
Intervalo de tempo entre a realização das ações de divulgação e o prazo para submissão das candidaturas	4,24	21	4,21	19	4,23	40
Ritmo de lançamento dos concursos para a mesma Tipologia/tipo de operações	4,00	21	4,32	19	4,15	40
Articulação entre concursos para várias tipologias de operação	4,00	20	4,42	19	4,21	39
Outro.	4,50	2	4,50	2	4,50	4

Fonte: Inquérito aos beneficiários do DLBC Rural Açores e Madeira - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1380. Nos casos onde respondeu 1, 2 ou 3, justifique a sua resposta.

	AÇORES	Madeira
Burocracias em excesso e desnecessárias!	1	
Demasiado tempo.	1	
O processo foi extremamente lento desde a abertura da candidatura até à aprovação	1	
Os períodos requerem uma atenção permanente e um grande esforço para entidades com pouco recursos para recolher e tratar todos os dados solicitados.		1
os tempos são muito curtos		1

Fonte: Inquérito aos beneficiários do DLBC Rural Açores e Madeira - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1381. Principais dificuldades sentidas no processo de elaboração e de aprovação da Candidatura.

	AÇORES (N=21)		Madeira (N=18)		Total (N=39)	
	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos
Não sabe, a candidatura foi elaborada por consultores	7	33,3	5	27,8	12	30,8
Não teve dificuldades	3	14,3	1	5,6	4	10,3
Interpretação da legislação	2	9,5	3	16,7	5	12,8
Aconselhamento técnico insuficiente por parte dos consultores	1	4,8	1	5,6	2	5,1
Aconselhamento técnico insuficiente por parte do GAL	2	9,5	1	5,6	3	7,7
Dificuldade na adequação do projeto às condições de elegibilidade	2	9,5	4	22,2	6	15,4
Requisitos formais e burocracia para a instrução da candidatura	11	52,4	10	55,6	21	53,8
Dificuldade em obter financiamento para a parte não comparticipada	1	4,8	5	27,8	6	15,4
Cumprimento de requisitos técnicos/administrativos (pareceres, licenciamentos,...)	3	14,3	3	16,7	6	15,4
Prazo de resposta a pedidos de esclarecimento	3	14,3			3	7,7
Prazos de decisão	5	23,8	2	11,1	7	17,9

Fonte: Inquérito aos beneficiários do DLBC Rural Açores e Madeira - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1382. Descreva as dificuldades sentidas

	AÇORES	Madeira
A maior dificuldade é obter financiamento quando se trata de instituições sem fins lucrativos, seguida da dificuldade em controlar e obter pareceres de terceiros.		1
Burocracia com 3 propostas e exigências de CAEs dos fornecedores, o que nem sempre foi fácil obter e prejudicou-nos por razões alheias a nós.	1	
Compreensão de alguns pontos da candidatura, mas que foram claramente esclarecidos com a ajuda da consultora contratada e pessoal da ACAPORAMA.		1
Dificuldade na realização das candidaturas devido a falta de pessoal credenciado ou com conhecimento na realização das mesmas.	1	
Excesso de papeis em duplicado e burocracia	1	
Processo extremamente lento e burocrático	1	

Fonte: Inquérito aos beneficiários do DLBC Rural Açores e Madeira - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1383. Contactou o GAL na fase de elaboração da candidatura?

	AÇORES		Madeira		Total	
	N	%	N	%	N	%
Sim	13	61,9	17	89,5	30	75,0
Não	8	38,1	2	10,5	10	25,0
Total	21	100,0	19	100,0	40	100,0

Fonte: Inquérito aos beneficiários do DLBC Rural Açores e Madeira - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1384 Avaliação do apoio prestado relativamente às seguintes dimensões

	1 - Nulo		2		3		4		5		6 - Elevado		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Utilidade do apoio prestado	2	6,3	-	-	4	12,5	5	15,6	6	18,8	15	46,9	32	100,0
Clareza do apoio prestado	2	6,3	-	-	4	12,5	6	18,8	5	15,6	15	46,9	32	100,0
Contributo do apoio para aumentar a qualidade da candidatura	2	6,1	1	3,0	2	6,1	6	18,2	7	21,2	15	45,5	33	100,0

Fonte: Inquérito aos beneficiários do DLBC Rural Açores e Madeira - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1385 Avaliação do apoio prestado relativamente às seguintes dimensões (AÇORES)

	1 - Nulo		2		3		4		5		6 - Elevado		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Utilidade do apoio prestado	2	13,3	-	-	3	20,0	3	20,0	3	20,0	4	26,7	15	100,0
Clareza do apoio prestado	2	13,3	-	-	3	20,0	4	26,7	2	13,3	4	26,7	15	100,0
Contributo do apoio para aumentar a qualidade da candidatura	2	13,3	-	-	2	13,3	5	33,3	3	20,0	3	20,0	15	100,0

Fonte: Inquérito aos beneficiários do DLBC Rural Açores e Madeira - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1386 Avaliação do apoio prestado relativamente às seguintes dimensões (Madeira)

	1 - Nulo		2		3		4		5		6 - Elevado		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Utilidade do apoio prestado	-	-	-	-	1	5,9	2	11,8	3	17,6	11	64,7	17	100,0
Clareza do apoio prestado	-	-	-	-	1	5,9	2	11,8	3	17,6	11	64,7	17	100,0
Contributo do apoio para aumentar a qualidade da candidatura	-	-	1	5,6	-	-	1	5,6	4	22,2	12	66,7	18	100,0

Fonte: Inquérito aos beneficiários do DLBC Rural Açores e Madeira - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1387. Média do Grau de adequação do calendário de abertura do aviso e dos prazos de submissão de candidatura em termos de: (Escala 1- Nulo a 6 Elevado)

	AÇORES		Madeira		Total	
	Média	N	Média	N	Média	N
Utilidade do apoio prestado	4,13	15	5,41	17	4,81	32
Clareza do apoio prestado	4,07	15	5,41	17	4,78	32
Contributo do apoio para aumentar a qualidade da candidatura	4,07	15	5,44	18	4,82	33

Fonte: Inquérito aos beneficiários do DLBC Rural Açores e Madeira - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1388. Principais dificuldades que existiram no contacto com o GAL na fase de Candidatura

	AÇORES (N=17)		Madeira (N=18)		Total (N= 86)	
	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos
Não existiram dificuldades	13	76,5	16	88,9	29	82,9
Dificuldade/impossibilidade de atendimento presencial	-	-	1	5,6	1	2,9
Demora nos esclarecimentos	1	5,9	-	-	1	2,9
Esclarecimentos pouco claros	2	11,8	1	5,6	3	8,6
Falta de capacidade técnica para responder às questões colocadas	1	5,9	1	5,6	2	5,7
Outras	1	5,9	-	-	1	2,9

Fonte: Inquérito aos beneficiários do DLBC Rural Açores e Madeira - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1389. Outros, quais:

	AÇORES	Madeira
Localização temporária na Santa do Porto Moniz		1

Fonte: Inquérito aos beneficiários do DLBC Rural Açores e Madeira - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1390. Considera que o GAL assegurou a capacitação dos beneficiários e potenciais beneficiários para a elaboração da candidatura?

	AÇORES (N=20)		Madeira (N=19)		Total (N= 39)	
	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos
Não	5	25,0	2	10,5	7	17,9
Sim, através de sessões de esclarecimento	3	15,0	7	36,8	10	25,6
Sim, através de atendimentos pré-projeto	5	25,0	9	47,4	14	35,9
Sim, através de documentação de apoio (orientações técnicas)	8	40,0	12	63,2	20	51,3
Sim, através de outras ações	1	5,0	-	-	1	2,6

Fonte: Inquérito aos beneficiários do DLBC Rural Açores e Madeira - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1391. Identifique quais:

	AÇORES	Madeira
Avançamos antes de ações de formação.		1
Esclarecimentos nas nos meios rurais de ação do GAL		1

Fonte: Inquérito aos beneficiários do DLBC Rural Açores e Madeira - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1392. Áreas/domínios considera que era importante os potenciais beneficiários terem ações de capacitação para apoiar a elaboração de melhores candidaturas

	AÇORES	Madeira
Abertura de formações à semelhança das existentes na Escola Agrícola de São Vicente		1
Área financeira		2
área fiscal		1
Através de sessões de esclarecimentos	1	
Formalidades burocráticas	2	1
Mais divulgação nas redes sociais	1	
Na documentação necessária, prazos da candidatura	1	
Na fase de submeter pedidos de pagamento		1
Pequena Industria	1	
processos de pedido de pagamento		1
Saúde	1	
TODAS	1	

Fonte: Inquérito aos beneficiários do DLBC Rural Açores e Madeira - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1393. Em que medida considera que o concurso a que concorreu, se adequa às necessidades da sua entidade e do território onde se insere?

	1 – Nada adequados		2		3		4		5		6 – Totalmente adequados		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Necessidades da entidade	-	-	-	-	-	-	5	12,5	12	30,0	23	57,5	40	100,0
Necessidades do território	-	-	-	-	-	-	5	12,8	9	23,1	25	64,1	39	100,0

Fonte: Inquérito aos beneficiários do DLBC Rural Açores e Madeira - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1394 Em que medida considera que o concurso a que concorreu, se adequa às necessidades da sua entidade e do território onde se insere? (Açores)

	1 – Nada adequados		2		3		4		5		6 – Totalmente adequados		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Necessidades da entidade	-	-	-	-	-	-	5	23,8	6	28,6	10	47,6	21	100,0
Necessidades do território	-	-	-	-	-	-	5	25,0	5	25,0	10	50,0	20	100,0

Fonte: Inquérito aos beneficiários do DLBC Rural Açores e Madeira - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1395 Em que medida considera que o concurso a que concorreu, se adequa às necessidades da sua entidade e do território onde se insere? (Madeira)

	1 – Nada adequados		2		3		4		5		6 – Totalmente adequados		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Necessidades da entidade	-	-	-	-	-	-	-	-	6	31,6	13	68,4	19	100,0
Necessidades do território	-	-	-	-	-	-	-	-	4	21,1	15	78,9	19	100,0

Fonte: Inquérito aos beneficiários do DLBC Rural Açores e Madeira - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1396. Média do Em que medida considera que o concurso a que concorreu, se adequa às necessidades da sua entidade e do território onde se insere?: (Escala 1- Nulo a 6 Elevado)

	Açores		Madeira		Total	
	Média	N	Média	N	Média	N
Necessidades da entidade	5,24	21	5,68	19	5,45	40
Necessidades do território	5,25	20	5,79	19	5,51	39

Fonte: Inquérito aos beneficiários do DLBC Rural Açores e Madeira - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1397. Avaliação a adequação dos seguintes elementos quanto ao processo de análise e seleção do seu projeto:

	1 - Nada adequados		2		3		4		5		6 - Muito Adequados		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Condições de elegibilidade da entidade beneficiária	1	2,5	-	-	1	2,5	10	25,0	14	35,0	14	35,0	40	100,0
Condições de elegibilidade do projeto	1	2,5	-	-	1	2,5	11	27,5	14	35,0	13	32,5	40	100,0
Crítérios de seleção	2	5,1	-	-	2	5,1	11	28,2	12	30,8	12	30,8	39	100,0
Metodologia de apuramento do mérito	2	5,1	-	-	1	2,6	9	23,1	14	35,9	13	33,3	39	100,0
Tipo de despesas elegíveis	1	2,5	-	-	2	5,0	16	40,0	10	25,0	11	27,5	40	100,0
Taxa de incentivo	1	2,6	2	5,1	2	5,1	10	25,6	11	28,2	13	33,3	39	100,0
Carga burocrática	5	12,8	3	7,7	6	15,4	11	28,2	9	23,1	5	12,8	39	100,0
Interação com o Sistema de Informação do FSE	-	-	1	2,8	5	13,9	13	36,1	9	25,0	8	22,2	36	100,0
Interação com o Sistema de Informação do FEDER	-	-	2	5,6	4	11,1	11	30,6	11	30,6	8	22,2	36	100,0
Interação com o Sistema de Informação do PDR	1	2,7	1	2,7	4	10,8	12	32,4	11	29,7	8	21,6	37	100,0
Interação com o Balcão2020	1	2,8	1	2,8	4	11,1	13	36,1	9	25,0	8	22,2	36	100,0
Interação com outros Sistemas de informação	1	2,9	1	2,9	4	11,4	12	34,3	9	25,7	8	22,9	35	100,0
Tempo de análise/aprovação da candidatura	6	15,4	1	2,6	2	5,1	12	30,8	10	25,6	8	20,5	39	100,0
Pedidos de esclarecimentos e/ou elementos adicionais solicitados	3	7,7	2	5,1	2	5,1	8	20,5	11	28,2	13	33,3	39	100,0
Outro	-	-	-	-	-	-	2	28,6	2	28,6	3	42,9	7	100,0

Fonte: Inquérito aos beneficiários do DLBC Rural Açores e Madeira - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1398. Avaliação a adequação dos seguintes elementos quanto ao processo de análise e seleção do seu projeto: (Açores)

	1 - Nada adequados		2		3		4		5		6 - Muito Adequados		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Condições de elegibilidade da entidade beneficiária	1	4,8	-	-	1	4,8	7	33,3	7	33,3	5	23,8	21	100,0
Condições de elegibilidade do projeto	1	4,8	-	-	1	4,8	7	33,3	7	33,3	5	23,8	21	100,0
Crítérios de seleção	2	10,0	-	-	1	5,0	8	40,0	4	20,0	5	25,0	20	100,0
Metodologia de apuramento do mérito	2	9,5	-	-	1	4,8	7	33,3	5	23,8	6	28,6	21	100,0
Tipo de despesas elegíveis	1	4,8	-	-	2	9,5	9	42,9	4	19,0	5	23,8	21	100,0
Taxa de incentivo	1	5,0	1	5,0	1	5,0	6	30,0	3	15,0	8	40,0	20	100,0
Carga burocrática	4	20,0	2	10,0	3	15,0	6	30,0	1	5,0	4	20,0	20	100,0
Interação com o Sistema de Informação do FSE	-	-	1	5,6	4	22,2	6	33,3	4	22,2	3	16,7	18	100,0
Interação com o Sistema de Informação do FEDER	-	-	1	5,6	4	22,2	5	27,8	5	27,8	3	16,7	18	100,0
Interação com o Sistema de Informação do PDR	-	-	1	5,3	4	21,1	7	36,8	4	21,1	3	15,8	19	100,0
Interação com o Balcão2020	-	-	1	5,6	4	22,2	7	38,9	3	16,7	3	16,7	18	100,0
Interação com outros Sistemas de informação	-	-	1	5,6	4	22,2	7	38,9	3	16,7	3	16,7	18	100,0
Tempo de análise/aprovação da candidatura	5	25,0	-	-	2	10,0	6	30,0	3	15,0	4	20,0	20	100,0
Pedidos de esclarecimentos e/ou elementos adicionais solicitados	2	10,0	2	10,0	1	5,0	5	25,0	5	25,0	5	25,0	20	100,0
Outro	-	-	-	-	-	-	2	40,0	1	20,0	2	40,0	5	100,0

Fonte: Inquérito aos beneficiários do DLBC Rural Açores e Madeira - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 17. Avaliação a adequação dos seguintes elementos quanto ao processo de análise e seleção do seu projeto: (MADEIRA)

	1 - Nada adequados		2		3		4		5		6 - Muito Adequados		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Condições de elegibilidade da entidade beneficiária	-	-	-	-	-	-	3	15,8	7	36,8	9	47,4	19	100,0
Condições de elegibilidade do projeto	-	-	-	-	-	-	4	21,1	7	36,8	8	42,1	19	100,0
Critérios de seleção	-	-	-	-	1	5,3	3	15,8	8	42,1	7	36,8	19	100,0
Metodologia de apuramento do mérito	-	-	-	-	-	-	2	11,1	9	50,0	7	38,9	18	100,0
Tipo de despesas elegíveis	-	-	-	-	-	-	7	36,8	6	31,6	6	31,6	19	100,0
Taxa de incentivo	-	-	1	5,3	1	5,3	4	21,1	8	42,1	5	26,3	19	100,0
Carga burocrática	1	5,3	1	5,3	3	15,8	5	26,3	8	42,1	1	5,3	19	100,0
Interação com o Sistema de Informação do FSE	-	-	-	-	1	5,6	7	38,9	5	27,8	5	27,8	18	100,0
Interação com o Sistema de Informação do FEDER	-	-	1	5,6	-	-	6	33,3	6	33,3	5	27,8	18	100,0
Interação com o Sistema de Informação do PDR	1	5,6	-	-	-	-	5	27,8	7	38,9	5	27,8	18	100,0
Interação com o Balcão2020	1	5,6	-	-	-	-	6	33,3	6	33,3	5	27,8	18	100,0
Interação com outros Sistemas de informação	1	5,9	-	-	-	-	5	29,4	6	35,3	5	29,4	17	100,0
Tempo de análise/aprovação da candidatura	1	5,3	1	5,3	-	-	6	31,6	7	36,8	4	21,1	19	100,0
Pedidos de esclarecimentos e/ou elementos adicionais solicitados	1	5,3	0	0,0	1	5,3	3	15,8	6	31,6	8	42,1	19	100,0
Outro	-	-	-	-	-	-	-	-	1	50,0	1	50,0	2	100,0

Fonte: Inquérito aos beneficiários do DLBC Rural Açores e Madeira - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1399. Média da Avaliação a adequação dos seguintes elementos quanto ao processo de análise e seleção do seu projeto (escala 1- Nada Adequados a 6 Totalmente adequados)

	Açores		Madeira		Total	
	Média	N	Média	N	Média	N
Condições de elegibilidade da entidade beneficiária	4,62	21	5,32	19	4,95	40
Condições de elegibilidade do projeto	4,62	21	5,21	19	4,90	40
Critérios de seleção	4,35	20	5,11	19	4,72	39
Metodologia de apuramento do mérito	4,48	21	5,28	18	4,85	39
Tipo de despesas elegíveis	4,43	21	4,95	19	4,68	40
Taxa de incentivo	4,65	20	4,79	19	4,72	39
Carga burocrática	3,50	20	4,11	19	3,79	39
Interação com o Sistema de Informação do FSE	4,22	18	4,78	18	4,50	36
Interação com o Sistema de Informação do FEDER	4,28	18	4,78	18	4,53	36
Interação com o Sistema de Informação do PDR	4,21	19	4,78	18	4,49	37
Interação com o Balcão2020	4,17	18	4,72	18	4,44	36
Interação com outros Sistemas de informação	4,17	18	4,76	17	4,46	35
Tempo de análise/aprovação da candidatura	3,70	20	4,53	19	4,10	39
Pedidos de esclarecimentos e/ou elementos adicionais solicitados	4,20	20	4,95	19	4,56	39
Outro	5,00	5	5,50	2	5,14	7

Fonte: Inquérito aos beneficiários do DLBC Rural Açores e Madeira - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1400. Nos casos onde respondeu 1, 2 ou 3, justifique a sua resposta.

	Açores	Madeira
A burocracia neste país é muito pesada e provoca atrasos significativos que por vezes inviabilizam projetos, muitas empresas nem apresentam projetos pois a carga de trabalho extra que deles decorre inviabiliza qualquer proveito.		1
carga burocrática, muito demorado	1	
Demasiado tempo e exigências formais pre aprovação.	1	
É excessivo e redundante solicitar inúmeros documentos em formato digital e 1 dossier em papel.		1
Excesso como nunca observei antes de procedimentos burocráticos.	1	
Levam muito tempo a aprovar as candidaturas. No meu caso este longo tempo de espera foi extremamente prejudicial, entre o processo de candidatura, aprovação e assinatura do contrato foram quase 2 anos, e só depois é que podemos recorrer à banca e começar. Quando o negócio estava pronto para abrir veio o COVID19 e muita inflexibilidade para compreenderem questões simples como a criação do posto de trabalho para receber o último pedido de pagamento de um negócio sem faturar devido a uma pandemia a nível mundial	1	
MAIS FLEXIBILIDADE E ABERTURA DAS SITUAÇÕES , MELHORES AVALIAÇÕES DE PROJETOS E CUIDADO COM AS MESMAS PORQUE UM PROJETO MAL AVALIADO E ENQUADRADO O BENEFICIARIO PERDE DINHEIRO FOI O MEU CASO	1	
muita dificuldade de arranjar orçamentos equivalentes e as próprias empresas já começam a ficar reticentes em realizar os orçamentos	1	
Não compreendo taxa de incentivo inferior no norte da Madeira. Interação com sistemas N/D.		1
O tempo para aprovação foi muito elevado	1	

Fonte: Inquérito aos beneficiários do DLBC Rural Açores e Madeira - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

EXECUÇÃO DOS PROJETOS

Quadro 1401. Principais dificuldades sentidas na execução do seu projeto

	Açores (N=19)		Madeira (N=19)		Total (N= 38)	
	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos
Não teve dificuldades	7	36,8	4	21,1	11	28,9
Interpretação da legislação	4	21,1	5	26,3	9	23,7
Aconselhamento técnico insuficiente por parte dos consultores	-	-	1	5,3	1	2,6
Aconselhamento técnico insuficiente por parte do GAL	-	-	2	10,5	2	5,3
Dificuldade na adequação do projeto às condições de elegibilidade	4	21,1	3	15,8	7	18,4
Requisitos formais e burocracia para a instrução de pedidos de pagamento	8	42,1	5	26,3	13	34,2
Requisitos formais e burocracia para a instrução de pedidos de alteração	5	26,3	7	36,8	12	31,6
Dificuldade em obter financiamento para a parte não participada	3	15,8	4	21,1	7	18,4
Cumprimento de requisitos técnicos/administrativos (pareceres, licenciamentos,...)	4	21,1	1	5,3	5	13,2
Prazo de resposta a pedidos de esclarecimento	2	10,5	-	-	2	5,3
Prazos de decisão	4	21,1	2	10,5	6	15,8
Outra.	-	-	3	15,8	3	7,9

Fonte: Inquérito aos beneficiários do DLBC Rural Açores e Madeira - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1402. Outro. Qual?

	Açores	Madeira
A dificuldade de financiamento decorre da situação pandémica que afeta muito a economia portuguesa.		1
Anda não iniciei o projeto		1
Execução em curso.		1
prazo de execução não é compatível com a capacidade de construção existente no mercado madeirense		1

Fonte: Inquérito aos beneficiários do DLBC Rural Açores e Madeira - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1403. Adequação apoio prestado pelo GAL no acompanhamento da execução do projeto?

1 – Nada adequadas		2		3		4		5		6 – Totalmente adequadas		N/A		Total	
N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
-	-	1	2,6	1	2,6	5	13,2	10	26,3	15	39,5	6	15,8	38	100,0

Fonte: Inquérito aos beneficiários do DLBC Rural Açores e Madeira - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1404. Adequação apoio prestado pelo GAL no acompanhamento da execução do projeto (Açores)?

1 – Nada adequadas		2		3		4		5		6 – Totalmente adequadas		N/A		Total	
N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
-	-	1	5,0	1	5,0	4	20,0	6	30,0	6	30,0	2	10,0	20	100,0

Fonte: Inquérito aos beneficiários do DLBC Rural Açores e Madeira - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1405. Adequação apoio prestado pelo GAL no acompanhamento da execução do projeto (MADEIRA)?

1 – Nada adequadas		2		3		4		5		6 – Totalmente adequadas		N/A		Total	
N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
-	-	-	-	-	-	1	5,6	4	22,2	9	50,0	4	22,2	18	100,0

Fonte: Inquérito aos beneficiários do DLBC Rural Açores e Madeira - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1406. Média da adequação apoio prestado pelo GAL no acompanhamento da execução do projeto (escala 1- Nada Adequados a 6 Totalmente adequados)

	Açores		Madeira		Total	
	Média	N	Média	N	Média	N
Adequação apoio prestado pelo GAL no acompanhamento da execução do projeto	4,83	18	5,57	14	5,16	32

Fonte: Inquérito aos beneficiários do DLBC Rural Açores e Madeira - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1407. Se respondeu 1, 2 ou 3, quais os elementos que justificam a sua resposta

	Açores (N=5)		Madeira (N=2)		Total (N= 7)	
	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos
Dificuldade de contacto telefónico	-	-	1	50,0	1	14,3
Ausência/demora de resposta a emails	1	20,0	-	-	1	14,3
Dificuldade/impossibilidade de atendimento presencial	1	20,0	-	-	1	14,3
Demora nos esclarecimentos	1	20,0	-	-	1	14,3
Esclarecimentos pouco claros	1	20,0	-	-	1	14,3
Falta de capacidade técnica para responder às questões colocadas	1	20,0	-	-	1	14,3
Outras	1	20,0	1	50,0	2	28,6

Fonte: Inquérito aos beneficiários do DLBC Rural Açores e Madeira - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1408. Outro. Qual?

	Açores	Madeira
MT DUVIDAS MUITOS ENTRAVES POUCA ABERTURA PARA SITUAÇÕES NOVAS ENQUADRAMENTOS MAL FEITOS	1	
suscitar intervenções e adaptações após estar o projeto em execução (ex. rampa de acessibilidade não prevista na candidatura)		1

Fonte: Inquérito aos beneficiários do DLBC Rural Açores e Madeira - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1409. Considera que o GAL assegurou a capacitação dos beneficiários e potenciais beneficiários para a execução dos projetos?

	Açores (N=19)		Madeira (N=17)		Total (N= 36)	
	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos
Não	6	31,6	1	5,9	7	19,4
Sim, através de sessões de esclarecimento	1	5,3	6	35,3	7	19,4
Sim, através de atendimentos durante a execução dos projetos	8	42,1	11	64,7	19	52,8
Sim, através de documentação de apoio (orientações técnicas)	6	31,6	11	64,7	17	47,2

Fonte: Inquérito aos beneficiários do DLBC Rural Açores e Madeira - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1410. Se participou em ações de capacitação, como avalia a utilidade dessas ações

1 – Nada uteis		2		3		4		5		6 – Muito úteis		Não participou		Total	
N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
-	-	-	-	-	-	1	3,4	5	17,2	6	20,7	17	58,6	29	100,0

Fonte: Inquérito aos beneficiários do DLBC Rural Açores e Madeira - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1411. Se participou em ações de capacitação, como avalia a utilidade dessas ações (Açores)

1 – Nada uteis		2		3		4		5		6 – Muito úteis		Não participou		Total	
N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
-	-	-	-	-	-	1	8,3	2	16,7	2	16,7	7	58,3	12	100,0

Fonte: Inquérito aos beneficiários do DLBC Rural Açores e Madeira - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1412. Se participou em ações de capacitação, como avalia a utilidade dessas ações (Madeira)

1 – Nada uteis		2		3		4		5		6 – Muito úteis		Não participou		Total	
N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
-	-	-	-	-	-	-	-	3	17,6	4	23,5	10	58,8	17	100,0

Fonte: Inquérito aos beneficiários do DLBC Rural Açores e Madeira - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1413. Média da utilidade dessas ações (escala 1- Nada útil a 6 muito útil)

	Açores		Madeira		Total	
	Média	N	Média	N	Média	N
utilidade dessas ações	5,20	5	5,57	7	5,42	12

Fonte: Inquérito aos beneficiários do DLBC Rural Açores e Madeira - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1414. Se participou em ações de capacitação, como avalia a utilidade dessas ações

	Açores	Madeira
Abordagem Direta	1	
Ações de esclarecimento, via on-line.	1	
Cursos de gestão específicos para a área.		1
Mais esclarecimentos para serem mantidas as nossas tradições usos e costumes		1
Pedidos de pagamento e elegibilidade de despesas		1
saúde	1	
sessões presenciais de esclarecimento	1	
Visita prévia ao local de instalação.		1

Fonte: Inquérito aos beneficiários do DLBC Rural Açores e Madeira - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1415. Principais necessidades/problemas que sente em relação à Equipa Técnica do GAL

	Açores (N=16)		Madeira (N=18)		Total (N= 34)	
	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos
Insuficiência no número de elementos da Equipa Técnica do GAL	2	12,5	2	11,1	4	11,8
Desadequação da formação e conhecimentos técnicos do GAL	1	6,3	2	11,1	3	8,8
Insuficiência de conhecimentos técnicos da GAL	-	-	1	5,6	1	2,9
Não sente necessidades/problemas em relação à Equipa Técnica do GAL	13	81,3	14	77,8	27	79,4

Fonte: Inquérito aos beneficiários do DLBC Rural Açores e Madeira - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1416. Ponderou apresentar candidatura a outro Programa/Medida?

	Açores		Madeira		Total	
	N	%	N	%	N	%
Sim	3	14,3	1	5,3	4	10,0
Não	18	85,7	18	94,7	36	90,0
Total	21	100,0	19	100,0	40	100,0

Fonte: Inquérito aos beneficiários do DLBC Rural Açores e Madeira - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1417 Identifique o outro Programa a que ponderou apresentar candidatura e porque é que optou pelo apoio do GAL

	Açores	Madeira
PO2020. Maior apoio financeiro pelo GAL	1	
programas geridos pelo IDE		1

Fonte: Inquérito aos beneficiários do DLBC Rural Açores e Madeira - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1418. Avaliação do contributo do modelo de apresentação de candidaturas ao GAL comparativamente com o modelo de apresentação de candidaturas diretamente ao Programa operacional para as seguintes dimensões:

	Contributo negativo		Contributo neutro		Contributo positivo		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Redução da carga administrativa	1	2,9	15	44,1	18	52,9	34	100,0
Celeridade de procedimentos	2	5,9	11	32,4	21	61,8	34	100,0
Proximidade aos beneficiários			11	32,4	23	67,6	34	100,0
Capacidade de ajustamento às necessidades do território	1	2,9	10	29,4	23	67,6	34	100,0
Participação dos atores locais na definição do processo de desenvolvimento local	1	2,9	11	32,4	22	64,7	34	100,0
Promoção da articulação e criação de sinergias entre beneficiários	2	6,1	12	36,4	19	57,6	33	100,0
Monitorização de resultados	1	3,1	11	34,4	20	62,5	32	100,0
Resultados atingidos com os projetos	1	3,1	11	34,4	20	62,5	32	100,0
Alcance das metas definidas nos projetos	1	3,1	10	31,3	21	65,6	32	100,0
Outras.	-	-	1	20,0	4	80,0	5	100,0

Fonte: Inquérito aos beneficiários do DLBC Rural Açores e Madeira - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1419. Avaliação do contributo do modelo de apresentação de candidaturas ao GAL comparativamente com o modelo de apresentação de candidaturas diretamente ao Programa operacional para as seguintes dimensões (Açores):

	Contributo negativo		Contributo neutro		Contributo positivo		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Redução da carga administrativa	1	6,3	7	43,8	8	50,0	16	100,0
Celeridade de procedimentos	2	12,5	6	37,5	8	50,0	16	100,0
Proximidade aos beneficiários	-	-	6	37,5	10	62,5	16	100,0
Capacidade de ajustamento às necessidades do território	1	6,3	6	37,5	9	56,3	16	100,0
Participação dos atores locais na definição do processo de desenvolvimento local	1	6,3	5	31,3	10	62,5	16	100,0
Promoção da articulação e criação de sinergias entre beneficiários	1	6,3	7	43,8	8	50,0	16	100,0
Monitorização de resultados	-	-	6	40,0	9	60,0	15	100,0
Resultados atingidos com os projetos	-	-	5	33,3	10	66,7	15	100,0
Alcance das metas definidas nos projetos	-	-	4	26,7	11	73,3	15	100,0
Outras.	-	-	-	-	3	100,0	3	100,0

Fonte: Inquérito aos beneficiários do DLBC Rural Açores e Madeira - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1420. Avaliação do contributo do modelo de apresentação de candidaturas ao GAL comparativamente com o modelo de apresentação de candidaturas diretamente ao Programa operacional para as seguintes dimensões (MADEIRA):

	Contributo negativo		Contributo neutro		Contributo positivo		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Redução da carga administrativa	-	-	8	44,4	10	55,6	18	100,0
Celeridade de procedimentos	-	-	5	27,8	13	72,2	18	100,0
Proximidade aos beneficiários	-	-	5	27,8	13	72,2	18	100,0
Capacidade de ajustamento às necessidades do território	-	-	4	22,2	14	77,8	18	100,0
Participação dos atores locais na definição do processo de desenvolvimento local	-	-	6	33,3	12	66,7	18	100,0
Promoção da articulação e criação de sinergias entre beneficiários	1	5,9	5	29,4	11	64,7	17	100,0
Monitorização de resultados	1	5,9	5	29,4	11	64,7	17	100,0
Resultados atingidos com os projetos	1	5,9	6	35,3	10	58,8	17	100,0
Alcance das metas definidas nos projetos	1	5,9	6	35,3	10	58,8	17	100,0
Outras.	-	-	1	50,0	1	50,0	2	100,0

Fonte: Inquérito aos beneficiários do DLBC Rural Açores e Madeira - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1421. principais vantagens de apresentar candidaturas ao GAL:

	Açores	Madeira
A Saúde é uma lacuna no nordeste	1	
Acessível e rápido	1	
Apoios significativos para viabilizar projetos.		1
Bom aconselhamento		1
Celeridade no processo de avaliação	1	
devido à taxa elevada de financiamento	1	
DINHEIRO QUE VEM AO FIM DE MUITO TEMPO, PARA CUBRIR O FUNDO DE TESOURARIA DO INVESTIMENTO	1	
É uma candidatura mais simples		1
Incentivo financeiro	1	
incentivo não reembolsável		1
Mais proximidade com os beneficiários; presença física e não física ao longo do processo e acessíveis para qualquer esclarecimento presencial ou não.		1
nós darem dinheiro		1
O apoio prestado		1
Proximidade	1	5
Celeridade na resposta a duvidas e dificuldades		1
Conhecimento do território		1

Fonte: Inquérito aos beneficiários do DLBC Rural Açores e Madeira - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1422. principais desvantagens de apresentar candidaturas ao GAL:

	Açores	Madeira
Burocracia	3	1
Complexidade		1
e maíus uma entidade a intervir no processo que o torna mais burocrático		1
ENTRAVES POUCA ABERTURA A NOVAS RUBRICAS DE APOIO	1	
Há sempre um outro pormenor que, pela pouca experiência, escapa aos técnicos.		1
pouco orçamento disponível para a quantidade de candidaturas	1	
pouca colaboração entre Serviço Saúde com Privados	1	
prazo de execução não é compatível com capacidade de construção existente no mercado		1

Fonte: Inquérito aos beneficiários do DLBC Rural Açores e Madeira - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1423. Avaliação do valor acrescentado resultante da atribuição de apoios através do GAL face à atribuição do financiamento através de outros instrumentos de financiamento:

	1 – Nulo		2		3		4		5		6 – Elevado		Não sabe/não tem opinião formada		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Valorização do capital social e humano dos territórios	-	-	-	-	1	2,8	6	16,7%	10	27,8	13	36,1	6	16,7	36	100,0
Promoção da proximidade com a comunidade local (pessoas, empresas, organizações)	-	-	2	5,6	-	-	5	13,9	8	22,2	17	47,2	4	11,1	36	100,0
Maior conhecimento das necessidades e potencialidades do território	-	-	1	2,8	-	-	7	19,4	13	36,1	9	25,0	6	16,7	36	100,0
Estímulo ao trabalho em rede entre os atores do desenvolvimento do território	-	-	1	2,9	-	-	9	25,7	9	25,7	10	28,6	6	17,1	35	100,0
Densidade e qualidade das interações entre os parceiros (p.e., no âmbito da análise, da discussão e das tomadas de decisão sobre a estratégia atual e futura)	1	2,9	1	2,9	2	5,7	8	22,9	9	25,7	9	25,7	5	14,3	35	100,0
Densidade e qualidade das interações entre as entidades institucionais no sentido do desenvolvimento do território (p.e., novas oportunidades de interação, atitude proactiva, aprendizagem coletiva)	-	-	1	2,8	2	5,6	7	19,4	8	22,2	12	33,3	6	16,7	36	100,0
Confiança mútua (entre parceiros, entre ETL e parceiros, entre beneficiários/potenciais beneficiários e GAL, entre GAL e RRN, OP, AGs, ...)	-	-	1	2,9	3	8,6	5	14,3	9	25,7	11	31,4	6	17,1	35	100,0
Envolvimento da geração mais jovem e outros grupos específicos relevantes e a incorporação das suas perspetivas de futuro relativamente ao território onde vivem	-	-	3	8,6	-	-	4	11,4	11	31,4	10	28,6	7	20,0	35	100,0

	1 – Nulo		2		3		4		5		6 – Elevado		Não sabe/não tem opinião formada		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Coesão territorial (novas ligações em rede, melhor aproveitamento dos recursos locais, desenvolvimento endógeno)	-	-	1	2,9	-	-	5	14,7	10	29,4	12	35,3	6	17,6	34	100,0
Reforço da governança local	-	-	2	5,6	1	2,8	5	13,9	9	25,0	10	27,8	9	25,0	36	100,0
Participação dos atores locais na definição do processo de desenvolvimento local	-	-	1	2,8	2	5,6	5	13,9	10	27,8	12	33,3	6	16,7	36	100,0
Desenvolvimento de práticas inovadoras de governação	-	-	1	2,8	2	5,6	6	16,7	12	33,3	8	22,2	7	19,4	36	100,0
Coordenação entre os diferentes níveis de governação (qualidade das interações/ comunicação entre as entidades competentes)	-	-	1	2,9	2	5,7	8	22,9	9	25,7	8	22,9	7	20,0	35	100,0
Trabalho em rede/colaboração no território	-	-	1	2,9	1	2,9	8	22,9	6	17,1	12	34,3	7	20,0	35	100,0
Capacidade de criação de sinergias entre parceiros e envolvimento em torno de objetivos/interesses comuns	-	-	1	2,9	2	5,7	8	22,9	5	14,3	12	34,3	7	20,0	35	100,0
Capacidade de interagir/discutir e negociar nos vários níveis do sistema de governação	-	-	1	2,9	2	5,9	8	23,5	6	17,6	10	29,4	7	20,6	34	100,0
Capacidade para gerir vários fundos	-	-	1	2,9	2	5,9	6	17,6	7	20,6	11	32,4	7	20,6	34	100,0
Relevância do GAL enquanto promotor do desenvolvimento do território	-	-	2	5,7	-	-	7	20,0	8	22,9	12	34,3	6	17,1	35	100,0
Cooperação com outros territórios	-	-	2	5,7	1	2,9	6	17,1	8	22,9	9	25,7	9	25,7	35	100,0
Mobilização da comunidade local	-	-	3	8,6	-	-	5	14,3	10	28,6	11	31,4	6	17,1	35	100,0
Melhoria do sistema de governança (p.e., coordenação entre os níveis de governação local e regional)	-	-	1	2,9	2	5,7	7	20,0	6	17,1	10	28,6	9	25,7	35	100,0
Confiança mútua entre o GAL, os parceiros e os beneficiários e potenciais beneficiários;	-	-	1	2,9	2	5,9	4	11,8	11	32,4	9	26,5	7	20,6	34	100,0
Potenciar os resultados e impactos decorrentes das intervenções apoiadas no âmbito da EDL	-	-	1	2,9	2	5,9	5	14,7	8	23,5	10	29,4	8	23,5	34	100,0
Acompanhamento /proximidade com as entidades beneficiárias e potenciais promotores	-	-	1	2,9			7	20,6	9	26,5	10	29,4	7	20,6	34	100,0
Estímulo ao investimento/ Identificação de oportunidades de investimento	-	-	1	2,9	2	5,9	6	17,6	7	20,6	12	35,3	6	17,6	34	100,0
Inovação dos projetos apoiados	-	-	1	3,0	4	12,1	3	9,1	7	21,2	13	39,4	5	15,2	33	100,0
Qualidade dos projetos apoiados	-	-	1	3,0	1	3,0	6	18,2	6	18,2	14	42,4	5	15,2	33	100,0
Sustentabilidade dos projetos apoiados	-	-	1	3,0	1	3,0	6	18,2	5	15,2	13	39,4	7	21,2	33	100,0
Alargamento da tipologia de potenciais beneficiários	-	-	1	3,0	3	9,1	5	15,2	11	33,3	6	18,2	7	21,2	33	100,0
Capacidade dos projetos apoiados gerarem efeitos multiplicadores	-	-	1	3,0	2	6,1	5	15,2	9	27,3	9	27,3	7	21,2	33	100,0
Alavancagem financeira dos projetos apoiados	-	-	-	-	3	9,1	6	18,2	9	27,3	9	27,3	6	18,2	33	100,0
Divulgação dos produtos/serviços criados pelos projetos apoiados	-	-	1	3,0	2	6,1	7	21,2	6	18,2	10	30,3	7	21,2	33	100,0
Disseminação de conhecimentos, conhecer novas experiências e boas práticas	-	-	1	3,3	2	6,7	6	20,0	4	13,3	9	30,0	8	26,7	30	100,0

Fonte: Inquérito aos beneficiários do DLBC Rural Açores e Madeira - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1424. Avaliação do valor acrescentado resultante da atribuição de apoios através do GAL face à atribuição do financiamento através de outros instrumentos de financiamento (Açores):

	1 – Nulo		2		3		4		5		6 – Elevado		Não sabe/não tem opinião formada		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Valorização do capital social e humano dos territórios	-	-	-	-	1	5,6	4	22,2	4	22,2	7	38,9	2	11,1	18	100,0
Promoção da proximidade com a comunidade local (pessoas, empresas, organizações)	-	-	2	11,1	-	-	4	22,2	6	33,3	5	27,8	1	5,6	18	100,0
Maior conhecimento das necessidades e potencialidades do território	-	-	1	5,6	-	-	4	22,2	7	38,9	3	16,7	3	16,7	18	100,0

	1 – Nulo		2		3		4		5		6 – Elevado		Não sabe/não tem opinião formada		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Estímulo ao trabalho em rede entre os atores do desenvolvimento do território	-	-	1	5,9	-	-	6	35,3	5	29,4	3	17,6	2	11,8	17	100,0
Densidade e qualidade das interações entre os parceiros (p.e., no âmbito da análise, da discussão e das tomadas de decisão sobre a estratégia atual e futura)	1	5,6	1	5,6	2	11,1	5	27,8	4	22,2	3	16,7	2	11,1	18	100,0
Densidade e qualidade das interações entre as entidades institucionais no sentido do desenvolvimento do território (p.e., novas oportunidades de interação, atitude proactiva, aprendizagem coletiva)	-	-	1	5,6	2	11,1	4	22,2	4	22,2	5	27,8	2	11,1	18	100,0
Confiança mútua (entre parceiros, entre ETL e parceiros, entre beneficiários/potenciais beneficiários e GAL, entre GAL e RRN, OP, AGs, ...)	-	-	1	5,9	2	11,8	4	23,5	5	29,4	3	17,6	2	11,8	17	100,0
Envolvimento da geração mais jovem e outros grupos específicos relevantes e a incorporação das suas perspectivas de futuro relativamente ao território onde vivem	-	-	2	11,8	-	-	3	17,6	5	29,4	4	23,5	3	17,6	17	100,0
Coesão territorial (novas ligações em rede, melhor aproveitamento dos recursos locais, desenvolvimento endógeno)	-	-	1	6,3	-	-	3	18,8	3	18,8	6	37,5	3	18,8	16	100,0
Reforço da governança local	-	-	2	11,1	-	-	3	16,7	5	27,8	3	16,7	5	27,8	18	100,0
Participação dos atores locais na definição do processo de desenvolvimento local	-	-	1	5,6	1	5,6	2	11,1	6	33,3	5	27,8	3	16,7	18	100,0
Desenvolvimento de práticas inovadoras de governação	-	-	1	5,6	1	5,6	3	16,7	7	38,9	3	16,7	3	16,7	18	100,0
Coordenação entre os diferentes níveis de governação (qualidade das interações/ comunicação entre as entidades competentes)	-	-	1	5,9	1	5,9	4	23,5	5	29,4	3	17,6	3	17,6	17	100,0
Trabalho em rede/colaboração no território	-	-	1	5,9	-	-	5	29,4	3	17,6	5	29,4	3	17,6	17	100,0
Capacidade de criação de sinergias entre parceiros e envolvimento em torno de objetivos/interesses comuns	-	-	1	5,9	1	5,9	4	23,5	3	17,6	5	29,4	3	17,6	17	100,0
Capacidade de interagir/discutir e negociar nos vários níveis do sistema de governação	-	-	1	6,3	1	6,3	4	25,0	3	18,8	4	25,0	3	18,8	16	100,0
Capacidade para gerir vários fundos	-	-	1	6,3	1	6,3	3	18,8	3	18,8	5	31,3	3	18,8	16	100,0
Relevância do GAL enquanto promotor do desenvolvimento do território	-	-	1	5,9	-	-	5	29,4	4	23,5	4	23,5	3	17,6	17	100,0
Cooperação com outros territórios	-	-	2	11,8	-	-	3	17,6	4	23,5	3	17,6	5	29,4	17	100,0
Mobilização da comunidade local comunidade local	-	-	2	11,8	-	-	2	11,8	6	35,3	4	23,5	3	17,6	17	100,0
Melhoria do sistema de governança (p.e., coordenação entre os níveis de governação local e regional)	-	-	1	5,9	1	5,9	4	23,5	3	17,6	3	17,6	5	29,4	17	100,0
Confiança mútua entre o GAL, os parceiros e os beneficiários e potenciais beneficiários;	-	-	1	6,3	1	6,3	2	12,5	6	37,5	3	18,8	3	18,8	16	100,0
Potenciar os resultados e impactos decorrentes das intervenções apoiadas no âmbito da EDL	-	-	1	6,3	1	6,3	2	12,5	5	31,3	3	18,8	4	25,0	16	100,0
Acompanhamento /proximidade com as entidades beneficiárias e potenciais promotores	-	-	1	6,3	-	-	4	25,0	4	25,0	4	25,0	3	18,8	16	100,0
Estímulo ao investimento/ Identificação de oportunidades de investimento	-	-	1	6,3	-	-	4	25,0	5	31,3	4	25,0	2	12,5	16	100,0
Inovação dos projetos apoiados	-	-	1	6,3	2	12,5	2	12,5	4	25,0	5	31,3	2	12,5	16	100,0
Qualidade dos projetos apoiados	-	-	1	6,3	1	6,3	3	18,8	4	25,0	5	31,3	2	12,5	16	100,0
Sustentabilidade dos projetos apoiados	-	-	1	6,3	1	6,3	3	18,8	3	18,8	5	31,3	3	18,8	16	100,0
Alargamento da tipologia de potenciais beneficiários	-	-	1	6,3	1	6,3	4	25,0	5	31,3	1	6,3	4	25,0	16	100,0
Capacidade dos projetos apoiados gerarem efeitos multiplicadores	-	-	1	6,3	1	6,3	3	18,8	5	31,3	3	18,8	3	18,8	16	100,0
Alavancagem financeira dos projetos apoiados	-	-			2	12,5	4	25,0	5	31,3	2	12,5	3	18,8	16	100,0

	1 – Nulo		2		3		4		5		6 – Elevado		Não sabe/não tem opinião formada		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Divulgação dos produtos/serviços criados pelos projetos apoiados	-	-	1	6,3	1	6,3	4	25,0	3	18,8	4	25,0	3	18,8	16	100,0
Disseminação de conhecimentos, conhecer novas experiências e boas práticas	-	-	1	7,1	1	7,1	3	21,4	3	21,4	2	14,3	4	28,6	14	100,0

Fonte: Inquérito aos beneficiários do DLBC Rural Açores e Madeira - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1425. Avaliação do valor acrescentado resultante da atribuição de apoios através do GAL face à atribuição do financiamento através de outros instrumentos de financiamento (Madeira):

	1 – Nulo		2		3		4		5		6 – Elevado		Não sabe/não tem opinião formada		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Valorização do capital social e humano dos territórios	-	-	-	-	-	-	2	11,1	6	33,3	6	33,3	4	22,2	18	100,0
Promoção da proximidade com a comunidade local (pessoas, empresas, organizações)	-	-	-	-	-	-	1	5,6	2	11,1	12	66,7	3	16,7	18	100,0
Maior conhecimento das necessidades e potencialidades do território	-	-	-	-	-	-	3	16,7	6	33,3	6	33,3	3	16,7	18	100,0
Estímulo ao trabalho em rede entre os atores do desenvolvimento do território	-	-	-	-	-	-	3	16,7	4	22,2	7	38,9	4	22,2	18	100,0
Densidade e qualidade das interações entre os parceiros (p.e., no âmbito da análise, da discussão e das tomadas de decisão sobre a estratégia atual e futura)	-	-	-	-	-	-	3	17,6	5	29,4	6	35,3	3	17,6	17	100,0
Densidade e qualidade das interações entre as entidades institucionais no sentido do desenvolvimento do território (p.e., novas oportunidades de interação, atitude proactiva, aprendizagem coletiva)	-	-	-	-	-	-	3	16,7	4	22,2	7	38,9	4	22,2	18	100,0
Confiança mútua (entre parceiros, entre ETL e parceiros, entre beneficiários/potenciais beneficiários e GAL, entre GAL e RRN, OP, AGs, ...)	-	-	-	-	1	5,6	1	5,6	4	22,2	8	44,4	4	22,2	18	100,0
Envolvimento da geração mais jovem e outros grupos específicos relevantes e a incorporação das suas perspetivas de futuro relativamente ao território onde vivem	-	-	1	5,6	-	-	1	5,6	6	33,3	6	33,3	4	22,2	18	100,0
Coesão territorial (novas ligações em rede, melhor aproveitamento dos recursos locais, desenvolvimento endógeno)	-	-	-	-	-	-	2	11,1	7	38,9	6	33,3	3	16,7	18	100,0
Reforço da governança local	-	-	-	-	1	5,6	2	11,1	4	22,2	7	38,9	4	22,2	18	100,0
Participação dos atores locais na definição do processo de desenvolvimento local	-	-	-	-	1	5,6	3	16,7	4	22,2	7	38,9	3	16,7	18	100,0
Desenvolvimento de práticas inovadoras de governação	-	-	-	-	1	5,6	3	16,7	5	27,8	5	27,8	4	22,2	18	100,0
Coordenação entre os diferentes níveis de governação (qualidade das interações/comunicação entre as entidades competentes)	-	-	-	-	1	5,6	4	22,2	4	22,2	5	27,8	4	22,2	18	100,0
Trabalho em rede/colaboração no território	-	-	-	-	1	5,6	3	16,7	3	16,7	7	38,9	4	22,2	18	100,0
Capacidade de criação de sinergias entre parceiros e envolvimento em torno de objetivos/interesses comuns	-	-	-	-	1	5,6	4	22,2	2	11,1	7	38,9	4	22,2	18	100,0
Capacidade de interagir/discutir e negociar nos vários níveis do sistema de governação	-	-	-	-	1	5,6	4	22,2	3	16,7	6	33,3	4	22,2	18	100,0
Capacidade para gerir vários fundos	-	-	-	-	1	5,6	3	16,7	4	22,2	6	33,3	4	22,2	18	100,0
Relevância do GAL enquanto promotor do desenvolvimento do território	-	-	1	5,6	-	-	2	11,1	4	22,2	8	44,4	3	16,7	18	100,0
Cooperação com outros territórios	-	-	-	-	1	5,6	3	16,7	4	22,2	6	33,3	4	22,2	18	100,0
Mobilização da comunidade local	-	-	1	5,6	-	-	3	16,7	4	22,2	7	38,9	3	16,7	18	100,0
Melhoria do sistema de governança (p.e., coordenação entre os níveis de governação local e regional)	-	-	-	-	1	5,6	3	16,7	3	16,7	7	38,9	4	22,2	18	100,0

	1 – Nulo		2		3		4		5		6 – Elevado		Não sabe/não tem opinião formada		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Confiança mútua entre o GAL, os parceiros e os beneficiários e potenciais beneficiários;	-	-	-	-	1	5,6	2	11,1	5	27,8	6	33,3	4	22,2	18	100,0
Potenciar os resultados e impactos decorrentes das intervenções apoiadas no âmbito da EDL	-	-	-	-	1	5,6	3	16,7	3	16,7	7	38,9	4	22,2	18	100,0
Acompanhamento /proximidade com as entidades beneficiárias e potenciais promotores	-	-	-	-	-	-	3	16,7	5	27,8	6	33,3	4	22,2	18	100,0
Estímulo ao investimento/ Identificação de oportunidades de investimento	-	-	-	-	2	11,1	2	11,1	2	11,1	8	44,4	4	22,2	18	100,0
Inovação dos projetos apoiados	-	-	-	-	2	11,8	1	5,9	3	17,6	8	47,1	3	17,6	17	100,0
Qualidade dos projetos apoiados	-	-	-	-	-	-	3	17,6	2	11,8	9	52,9	3	17,6	17	100,0
Sustentabilidade dos projetos apoiados	-	-	-	-	-	-	3	17,6	2	11,8	8	47,1	4	23,5	17	100,0
Alargamento da tipologia de potenciais beneficiários	-	-	-	-	2	11,8	1	5,9	6	35,3	5	29,4	3	17,6	17	100,0
Capacidade dos projetos apoiados gerarem efeitos multiplicadores	-	-	-	-	1	5,9	2	11,8	4	23,5	6	35,3	4	23,5	17	100,0
Alavancagem financeira dos projetos apoiados	-	-	-	-	1	5,9	2	11,8	4	23,5	7	41,2	3	17,6	17	100,0
Divulgação dos produtos/serviços criados pelos projetos apoiados	-	-	-	-	1	5,9	3	17,6	3	17,6	6	35,3	4	23,5	17	100,0
Disseminação de conhecimentos, conhecer novas experiências e boas práticas	-	-	-	-	1	6,3	3	18,8	1	6,3	7	43,8	4	25,0	16	100,0

Fonte: Inquérito aos beneficiários do DLBC Rural Açores e Madeira - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1426. Média da Avaliação do valor acrescentado resultante da atribuição de apoios através do GAL face à atribuição do financiamento através de outros instrumentos de financiamento (1 – nulo a 6 elevado):

	Açores		Madeira		Total	
	Média	N	Média	N	Média	N
Valorização do capital social e humano dos territórios	5,06	16	5,29	14	5,17	30
Promoção da proximidade com a comunidade local (pessoas, empresas, organizações)	4,71	17	5,73	15	5,19	32
Maior conhecimento das necessidades e potencialidades do território	4,73	15	5,20	15	4,97	30
Estímulo ao trabalho em rede entre os atores do desenvolvimento do território	4,60	15	5,29	14	4,93	29
Densidade e qualidade das interações entre os parceiros (p.e., no âmbito da análise, da discussão e das tomadas de decisão sobre a estratégia atual e futura)	4,19	16	5,21	14	4,67	30
Densidade e qualidade das interações entre as entidades institucionais no sentido do desenvolvimento do território (p.e., novas oportunidades de interação, atitude proactiva, aprendizagem coletiva)	4,63	16	5,29	14	4,93	30
Confiança mútua (entre parceiros, entre ETL e parceiros, entre beneficiários/potenciais beneficiários e GAL, entre GAL e RRN, OP, AGs, ...)	4,47	15	5,36	14	4,90	29
Envolvimento da geração mais jovem e outros grupos específicos relevantes e a incorporação das suas perspetivas de futuro relativamente ao território onde vivem	4,64	14	5,14	14	4,89	28
Coesão territorial (novas ligações em rede, melhor aproveitamento dos recursos locais, desenvolvimento endógeno)	5,00	13	5,27	15	5,14	28
Reforço da governança local	4,54	13	5,21	14	4,89	27
Participação dos atores locais na definição do processo de desenvolvimento local	4,87	15	5,13	15	5,00	30
Desenvolvimento de práticas inovadoras de governação	4,67	15	5,00	14	4,83	29
Coordenação entre os diferentes níveis de governação (qualidade das interações/comunicação entre as entidades competentes)	4,57	14	4,93	14	4,75	28
Trabalho em rede/colaboração no território	4,79	14	5,14	14	4,96	28
Capacidade de criação de sinergias entre parceiros e envolvimento em torno de objetivos/interesses comuns	4,71	14	5,07	14	4,89	28
Capacidade de interagir/discutir e negociar nos vários níveis do sistema de governação	4,62	13	5,00	14	4,81	27
Capacidade para gerir vários fundos	4,77	13	5,07	14	4,93	27
Relevância do GAL enquanto promotor do desenvolvimento do território	4,71	14	5,20	15	4,97	29
Cooperação com outros territórios	4,50	12	5,07	14	4,81	26
Mobilização da comunidade local comunidade local	4,71	14	5,07	15	4,90	29
Melhoraria do sistema de governança (p.e., coordenação entre os níveis de governação local e regional)	4,50	12	5,14	14	4,85	26
Confiança mútua entre o GAL, os parceiros e os beneficiários e potenciais beneficiários;	4,69	13	5,14	14	4,93	27
Potenciar os resultados e impactos decorrentes das intervenções apoiadas no âmbito da EDL	4,67	12	5,14	14	4,92	26

Acompanhamento /proximidade com as entidades beneficiárias e potenciais promotores	4,77	13	5,21	14	5,00	27
Estímulo ao investimento/ Identificação de oportunidades de investimento	4,79	14	5,14	14	4,96	28
Inovação dos projetos apoiados	4,71	14	5,21	14	4,96	28
Qualidade dos projetos apoiados	4,79	14	5,43	14	5,11	28
Sustentabilidade dos projetos apoiados	4,77	13	5,38	13	5,08	26
Alargamento da tipologia de potenciais beneficiários	4,33	12	5,00	14	4,69	26
Capacidade dos projetos apoiados gerarem efeitos multiplicadores	4,62	13	5,15	13	4,88	26
Alavancagem financeira dos projetos apoiados	4,54	13	5,21	14	4,89	27
Divulgação dos produtos/serviços criados pelos projetos apoiados	4,62	13	5,08	13	4,85	26
Disseminação de conhecimentos, conhecer novas experiências e boas práticas	4,40	10	5,17	12	4,82	22

Fonte: Inquérito aos beneficiários do DLBC Rural Açores e Madeira - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1427. Explicite as pontuações 5 e 6:

	Açores	Madeira
A boa coordenação de equipa e ajuda prestada nas realizações das candidaturas facilitam em muito o trabalho de quem concorre.		1
A participação em duas candidaturas aos apoios do GAL permitiu a contratação de pessoal jovem na entidade, e maior interação entre a entidade e os técnicos do gal, não só para esclarecimentos mas também melhorando uma relação de proximidade entre ambos. Com os projetos apoiados esperam-se melhorias significativas na empresa, quer a nível de redução e mesmo melhor rentabilização dos custos fixos, quer a nível de inovação nos produtos realizados.	1	
São contributos importantes para as entidades que concorrem a estes apoios	1	

Fonte: Inquérito aos beneficiários do DLBC Rural Açores e Madeira - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

EFICÁCIA: RESULTADOS DOS PROJETOS**Quadro 1428. Dos fatores seguintes assinala aqueles que criaram maiores dificuldades na execução do seu projeto**

	Cumprimento dos tempos de execução (N=15)		Execução integral do financiamento aprovado (N=18)		Cumprimento dos indicadores Contratualizados (N=14)	
	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos
Não existiram dificuldades	10	66,7	13	72,2	11	78,6
Insuficiente estado de maturação do projeto apresentado em candidatura	4	26,7	4	22,2	1	7,1
Bloqueamentos institucionais ou administrativos (p.e., falta de flexibilidade para aceitar alterações, licenças)	5	33,3	3	16,7	3	21,4
Dificuldades na gestão administrativa do projeto (p.e., preparação dos pedidos de reembolso)	2	13,3	6	33,3	1	7,1
Atrasos no reembolso das despesas	2	13,3	5	27,8	3	21,4
Elevado prazo de resposta a pedidos de esclarecimento, de alteração, ...	3	20,0	4	22,2	2	14,3
Dificuldades de liquidez e obtenção de financiamento para cobrir os custos não comparticipados	3	20,0	6	33,3	2	14,3
Problemas de gestão do projeto de ordem técnica (complexidade do projeto, exigências das normas técnicas, ...)	4	26,7	4	22,2	3	21,4
Desvio nos custos inicialmente previstos	3	20,0	5	27,8	2	14,3
Dificuldades na articulação com parceiros	1	6,7	3	16,7	3	21,4
Outros fatores.	-	-	2	11,1	1	7,1

Fonte: Inquérito aos beneficiários do DLBC Rural Açores e Madeira - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1429. Dos fatores seguintes assinala aqueles que criaram maiores dificuldades na execução do seu projeto (Açores)

	Cumprimento dos tempos de execução (N=8)		Execução integral do financiamento aprovado (N=11)		Cumprimento dos indicadores Contratualizados (N=7)	
	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos
Não existiram dificuldades	5	62,5	7	63,6	6	85,7
Insuficiente estado de maturação do projeto apresentado em candidatura	2	25,0	3	27,3	1	14,3
Bloqueamentos institucionais ou administrativos (p.e., falta de flexibilidade para aceitar alterações, licenças)	4	50,0	2	18,2	3	42,9
Dificuldades na gestão administrativa do projeto (p.e., preparação dos pedidos de reembolso)	1	12,5	5	45,5	1	14,3
Atrasos no reembolso das despesas	2	25,0	4	36,4	2	28,6
Elevado prazo de resposta a pedidos de esclarecimento, de alteração, ...	2	25,0	3	27,3	2	28,6
Dificuldades de liquidez e obtenção de financiamento para cobrir os custos não comparticipados	1	12,5	5	45,5	1	14,3
Problemas de gestão do projeto de ordem técnica (complexidade do projeto, exigências das normas técnicas, ...)	3	37,5	4	36,4	2	28,6
Desvio nos custos inicialmente previstos	2	25,0	5	45,5	1	14,3
Dificuldades na articulação com parceiros	1	12,5	3	27,3	2	28,6
Outros fatores.	-	-	2	18,2	1	14,3

Fonte: Inquérito aos beneficiários do DLBC Rural Açores e Madeira - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1430. Dos fatores seguintes assinale aqueles que criaram maiores dificuldades na execução do seu projeto (MADEIRA)

	Cumprimento dos tempos de execução (N=7)		Execução integral do financiamento aprovado (N=7)		Cumprimento dos indicadores Contratualizados (N=7)	
	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos
Não existiram dificuldades	5	71,4	6	85,7	5	71,4
Insuficiente estado de maturação do projeto apresentado em candidatura	2	28,6	1	14,3	-	-
Bloqueamentos institucionais ou administrativos (p.e., falta de flexibilidade para aceitar alterações, licenças)	1	14,3	1	14,3	-	-
Dificuldades na gestão administrativa do projeto (p.e., preparação dos pedidos de reembolso)	1	14,3	1	14,3	-	-
Atrasos no reembolso das despesas			1	14,3	1	14,3
Elevado prazo de resposta a pedidos de esclarecimento, de alteração, ...	1	14,3	1	14,3	-	-
Dificuldades de liquidez e obtenção de financiamento para cobrir os custos não comparticipados	2	28,6	1	14,3	1	14,3
Problemas de gestão do projeto de ordem técnica (complexidade do projeto, exigências das normas técnicas, ...)	1	14,3	-	-	1	14,3
Desvio nos custos inicialmente previstos	1	14,3	-	-	1	14,3
Dificuldades na articulação com parceiros	-	-	-	-	1	14,3
Outros fatores.	-	-	-	-	-	-

Fonte: Inquérito aos beneficiários do DLBC Rural Açores e Madeira - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1431. Descreva as dificuldades assinaladas:

	Açores	Madeira
A obtenção de financiamento da componente não comparticipada e a exclusão do iva para instituições sem fins lucrativos foram os maiores obstáculos. Numa candidatura, a identificação de um requisito de acessibilidade não candidatado, também foi um grande constrangimento.		1
Apenas um ligeira atraso na atribuição de uma licença energética (assunto externo aos GAL)	1	
burocracia no projeto	1	
disponibilidade de empreiteiro para os prazos definidos	1	
LACUNA ENTRE A FASE INICIAL DO PROJETO (PRO FORMAS) E A APROVAÇÃO DO PROJETO, DIFICULDADE EM MANTER OS VALORES DAS PRO FORMAS, DEVIDO AO TEMPO DE RESPOSTA POR PARTE DA ENTIDADE QUE IRA APOIAR O PROJETO. ENTRAVES E FALTA DE ABERTURA EM ALTERAÇÕES AQUANDO DA EXECUÇÃO DO PROJETO ISTO E ENTRE O ROÇAMENTADO PENSADO E O QUE É REALMENTE NA PRÁTICA PASSADO 2 ANOS	1	
prazos de execução muito reduzidos		1
Tempos de execução curtos e reembolsos demorados	1	
Todo o processo é muito moroso	1	

Fonte: Inquérito aos beneficiários do DLBC Rural Açores e Madeira - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1432. Refira os aspetos em que considera que o seu projeto é inovador.

	Açores	Madeira
desenvolvimento turístico de uma parte do território muito pouco explorado		1
Diferenciação passa por termos um gabinete reservado a pacientes com necessidades especiais	1	
Disponibilizou equipamentos de ajudas técnicas a pessoas com dependência física, proporcionando maior qualidade de vida à pessoa dependente como ao cuidador.		1
Foi mobilizador de dinâmicas locais significativas e de interação.		1
NA CONSTANTE BUSCA DE IDEIAS NOVAS EQUIPAMENTOS MODERNOS. e O MEU PROJETO É INOVADOR NA PARTE QUE NÃO TEVE QUALQUER TIPO DE APOIO (ESPECIALIZAÇÃO, INOVAÇÃO EXCLUSIVIDADE)	1	
Necessidade de Mercado	1	
O conceito do meu AL é diferenciador para a localidade	1	
O nosso projeto é inovador por ser o 1º na localidade que está inserido; também, por estar ligado ao ambiente rural e especialmente ao marítimo, desde a sua decoração ao mais pequeno detalhe exterior, sendo um ponto de referência para quem procura atividades marítimas e natureza. Mantivemos tudo o que o tornava especial para representar o que ali se viveu e vive, desde a sua forma de criação e envolvimento. É um projeto inovador pelos parceiros que se juntaram para todos contribuímos para a economia local e oferecer ao cliente o máximo de experiências.		1
Oferta de novos atrativos locais	1	
Pelas condições que permitem oferecer serviços inexistentes na comunidade.		1
Projeto único na Freguesia	1	
Tipo de entidade com recurso a energias renováveis.	1	
único no nordeste	1	

Fonte: Inquérito aos beneficiários do DLBC Rural Açores e Madeira - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1433. Refira os aspetos em que considera que o seu projeto poderá influenciar positivamente o território onde se encontra inserido.

	Açores	Madeira
A qualidade do meu AL traz visitantes com poder de compra para a localidade	1	
Acessibilidade a serviços diferenciados aos mais carenciados	1	
escassez de serviços	1	
Está a contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos.		1
geração de emprego direto e indireto. interação de estrangeiros com a comunidade local		1
Leque de serviços e oportunidades.		1
Melhores condições de trabalho, melhoria na prestação de serviços, criação de postos de trabalho e proximidade com os clientes desenvolvimento do meio rural	1	
Necessidade de Mercado	1	
O empréstimo de equipamentos de ajudas técnicas tem impacto tanto na pessoa dependente como na sua família/cuidador.		1
O nosso projeto poderá influenciar positivamente no território onde se insere, por ser uma localidade procurada para atividades marítimas e restauração.		1
Otimização dos custos fixos, e mais contratação jovem.	1	
trará maior entretenimento e lazer a toda a população	1	
Trazer mais emprego e diversificar os serviços	1	

Fonte: Inquérito aos beneficiários do DLBC Rural Açores e Madeira - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1434. O projeto teria sido executado sem este financiamento?

	Açores (N=14)		Madeira (N=12)		Total (N= 26)	
	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos
Sim, com o mesmo formato	2	14,3%			2	7,7%
Sim, mas com um investimento menor	1	7,1%	3	25,0%	4	15,4%
Sim, mas com um prazo de realização mais elevado	2	14,3%	3	25,0%	5	19,2%
Não	9	64,3%	7	58,3%	16	61,5%

Fonte: Inquérito aos beneficiários do DLBC Rural Açores e Madeira - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1435. O projeto pode considerar-se complementar de outros projetos desenvolvidos pela entidade?

	Açores		Madeira		Total	
	N	%	N	%	N	%
Sim	8	53,3%	11	84,6%	19	67,9%
Não	7	46,7%	2	15,4%	9	32,1%
Total	15	100,0%	13	100,0%	28	100,0%

Fonte: Inquérito aos beneficiários do DLBC Rural Açores e Madeira - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1436. Indique o tipo de projeto e a sua fonte de financiamento.

	Açores	Madeira
Agricultura		1
Alojamento local	1	
Banco de Ajudas Técnicas (Caixa fã 2012, Bpi Sénior 2013, 2017), 65+ cuidador de idosos (Município de São Vicente)		1
Novas instalações da Cooperativa, com maior capacidade de frio; investimento realizado entre 2013-2015. A candidatura das novas instalações foi apresentada no âmbito da Medida 1.7 do Programa PRORURAL.	1	
Parque de Lazer financiado pelo prorural +	1	
Produção de Queijo Fresco	1	
Projeto rural que obteve financiamento dos nossos empregos, banco e FEADER.		1
Projetos internos de atividades desportivas para todos.		1

Fonte: Inquérito aos beneficiários do DLBC Rural Açores e Madeira - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1437. Indique a sua perceção sobre o contributo dos projetos apoiados pelo GAL relativamente às dimensões seguintes:

	1 – Contributo Nulo		2		3		4		5		6 – Contributo Muito Elevado		Não sabe/não tem opinião formada		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Promover a diversificação da economia para atividades não agrícolas	-	-	-	-	-	-	4	14,3	7	25,0	12	42,9	5	17,9	28	100,0
Aumentar o emprego em meio rural	-	-	-	-	-	-	1	3,7	7	25,9	13	48,1	6	22,2	27	100,0
Promover condições para o desenvolvimento de atividades não agrícolas nas explorações agrícolas	-	-	-	-	-	-	3	11,1	4	14,8	12	44,4	8	29,6	27	100,0
Estimular a criação e/ou desenvolvimento de iniciativas empresariais nas zonas rurais.	1	3,7	-	-	-	-	2	7,4	9	33,3	11	40,7	4	14,8	27	100,0
Criar serviços para a população, que corrijam lacunas sociais e visem a inclusão social e a redução da pobreza, nos territórios rurais	-	-	-	-	-	-	4	14,8	4	14,8	12	44,4	7	25,9	27	100,0
Aumentar o acesso das populações a serviços, que integram uma componente fundamental na construção da igualdade dos níveis de vida e da integração social das populações;	1	3,7	-	-	1	3,7	2	7,4	7	25,9	11	40,7	5	18,5	27	100,0
Promover a utilização de energias renováveis.	-	-	-	-	-	-	2	7,4	5	18,5	15	55,6	5	18,5	27	100,0
Melhorar a qualidade de vida das populações	-	-	-	-	-	-	2	7,4	6	22,2	13	48,1	6	22,2	27	100,0
Promover a fixação e a capacidade de atração de população	-	-	-	-	1	3,7	3	11,1	7	25,9	14	51,9	2	7,4	27	100,0
Dinamizar atividades e serviços de apoio turístico, nomeadamente as atividades de animação, para que as zonas rurais se tornem atrativas para quem lá vive e para quem as visita.	-	-	-	-	-	-	2	7,4	6	22,2	15	55,6	4	14,8	27	100,0
Fomentar a recuperação, a conservação e a valorização do património natural e paisagístico, cultural e arquitetónico	-	-	-	-	1	3,7	3	11,1	7	25,9	11	40,7	5	18,5	27	100,0
Contribuir para a transformação de recursos endógenos em fatores de competitividade	-	-	1	3,7	-	-	3	11,1	6	22,2	8	29,6	9	33,3	27	100,0
Aumentar a atratividade económica do território	-	-	-	-	-	-	2	7,4	5	18,5	15	55,6	5	18,5	27	100,0
Fomentar a iniciativa empresarial	-	-	-	-	-	-	3	11,1	6	22,2	13	48,1	5	18,5	27	100,0
Desenvolver o potencial turístico do território	-	-	-	-	-	-	2	7,4	7	25,9	14	51,9	4	14,8	27	100,0
Promover o empreendedorismo e a criação de emprego	-	-	2	7,4	-	-	2	7,4	5	18,5	14	51,9	4	14,8	27	100,0
Fortalecer os laços de identidade local	-	-	1	3,7	-	-	2	7,4	7	25,9	13	48,1	4	14,8	27	100,0
Potenciar a inovação e introdução de novas tecnologias	-	-	1	3,7	1	3,7	4	14,8	4	14,8	11	40,7	6	22,2	27	100,0
Promover a gestão sustentável do território	-	-	1	3,7	2	7,4	5	18,5	3	11,1	13	48,1	3	11,1	27	100,0

Fonte: Inquérito aos beneficiários do DLBC Rural Açores e Madeira - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1438. Indique a sua perceção sobre o contributo dos projetos apoiados pelo GAL relativamente às dimensões seguintes (Açores):

	1 – Contributo Nulo		2		3		4		5		6 – Contributo Muito Elevado		Não sabe/não tem opinião formada		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Promover a diversificação da economia para atividades não agrícolas	-	-	-	-	-	-	4	26,7	3	20,0	5	33,3	3	20,0	15	100,0
Aumentar o emprego em meio rural	-	-	-	-	-	-	1	7,1	3	21,4	6	42,9	4	28,6	14	100,0
Promover condições para o desenvolvimento de atividades não agrícolas nas explorações agrícolas	-	-	-	-	-	-	2	14,3	2	14,3	4	28,6	6	42,9	14	100,0
Estimular a criação e/ou desenvolvimento de iniciativas empresariais nas zonas rurais.	1	7,1	-	-	-	-	1	7,1	5	35,7	5	35,7	2	14,3	14	100,0
Criar serviços para a população, que corrijam lacunas sociais e visem a inclusão social e a redução da pobreza, nos territórios rurais	-	-	-	-	-	-	3	21,4	3	21,4	6	42,9	2	14,3	14	100,0
Aumentar o acesso das populações a serviços, que integram uma componente fundamental na construção da igualdade dos níveis de vida e da integração social das populações;	-	-	-	-	-	-	1	7,1	4	28,6	6	42,9	3	21,4	14	100,0
Promover a utilização de energias renováveis.	-	-	-	-	-	-	2	14,3	2	14,3	6	42,9	4	28,6	14	100,0
Melhorar a qualidade de vida das populações	-	-	-	-	-	-	2	14,3	3	21,4	6	42,9	3	21,4	14	100,0
Promover a fixação e a capacidade de atração de população	-	-	-	-	-	-	2	14,3	2	14,3	8	57,1	2	14,3	14	100,0
Dinamizar atividades e serviços de apoio turístico, nomeadamente as atividades de animação, para que as zonas rurais se tornem atrativas para quem lá vive e para quem as visita.	-	-	-	-	-	-	1	7,1	2	14,3	8	57,1	3	21,4	14	100,0
Fomentar a recuperação, a conservação e a valorização do património natural e paisagístico, cultural e arquitetónico	-	-	-	-	-	-	2	14,3	3	21,4	5	35,7	4	28,6	14	100,0
Contribuir para a transformação de recursos endógenos em fatores de competitividade	-	-	-	-	-	-	2	14,3	3	21,4	3	21,4	6	42,9	14	100,0
Aumentar a atratividade económica do território	-	-	-	-	-	-	1	7,1	1	7,1	8	57,1	4	28,6	14	100,0
Fomentar a iniciativa empresarial	-	-	-	-	-	-	1	7,1	2	14,3	7	50,0	4	28,6	14	100,0
Desenvolver o potencial turístico do território	-	-	-	-	-	-	1	7,1	4	28,6	5	35,7	4	28,6	14	100,0
Promover o empreendedorismo e a criação de emprego	-	-	1	7,1	-	-	1	7,1	2	14,3	6	42,9	4	28,6	14	100,0
Fortalecer os laços de identidade local	-	-	1	7,1	-	-	1	7,1	3	21,4	6	42,9	3	21,4	14	100,0
Potenciar a inovação e introdução de novas tecnologias	-	-	1	7,1	-	-	3	21,4	0	0,0	7	50,0	3	21,4	14	100,0
Promover a gestão sustentável do território	-	-	1	7,1	-	-	2	14,3	0	0,0	8	57,1	3	21,4	14	100,0

Fonte: Inquérito aos beneficiários do DLBC Rural Açores e Madeira - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1439. Indique a sua perceção sobre o contributo dos projetos apoiados pelo GAL relativamente às dimensões seguintes (MADEIRA):

	1 – Contributo Nulo		2		3		4		5		6 – Contributo Muito Elevado		Não sabe/não tem opinião formada		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Promover a diversificação da economia para atividades não agrícolas	-	-	-	-	-	-	-	-	4	30,8	7	53,8	2	15,4	13	100,0
Aumentar o emprego em meio rural	-	-	-	-	-	-	-	-	4	30,8	7	53,8	2	15,4	13	100,0
Promover condições para o desenvolvimento de atividades não agrícolas nas explorações agrícolas	-	-	-	-	-	-	1	7,7	2	15,4	8	61,5	2	15,4	13	100,0
Estimular a criação e/ou desenvolvimento de iniciativas empresariais nas zonas rurais.	-	-	-	-	-	-	1	7,7	4	30,8	6	46,2	2	15,4	13	100,0
Criar serviços para a população, que corrijam lacunas sociais e visem a inclusão social e a redução da pobreza, nos territórios rurais	-	-	-	-	-	-	1	7,7	1	7,7	6	46,2	5	38,5	13	100,0
Aumentar o acesso das populações a serviços, que integram uma componente fundamental na construção da igualdade dos níveis de vida e da integração social das populações;	1	7,7	-	-	1	7,7	1	7,7	3	23,1	5	38,5	2	15,4	13	100,0
Promover a utilização de energias renováveis.	-	-	-	-	-	-	-	-	3	23,1	9	69,2	1	7,7	13	100,0
Melhorar a qualidade de vida das populações	-	-	-	-	-	-	-	-	3	23,1	7	53,8	3	23,1	13	100,0
Promover a fixação e a capacidade de atração de população	-	-	-	-	1	7,7	1	7,7	5	38,5	6	46,2			13	100,0
Dinamizar atividades e serviços de apoio turístico, nomeadamente as atividades de animação, para que as zonas rurais se tornem atrativas para quem lá vive e para quem as visita.	-	-	-	-	-	-	1	7,7	4	30,8	7	53,8	1	7,7	13	100,0
Fomentar a recuperação, a conservação e a valorização do património natural e paisagístico, cultural e arquitetónico	-	-	-	-	1	7,7	1	7,7	4	30,8	6	46,2	1	7,7	13	100,0
Contribuir para a transformação de recursos endógenos em fatores de competitividade	-	-	1	7,7	-	-	1	7,7	3	23,1	5	38,5	3	23,1	13	100,0
Aumentar a atratividade económica do território	-	-	-	-	-	-	1	7,7	4	30,8	7	53,8	1	7,7	13	100,0
Fomentar a iniciativa empresarial	-	-	-	-	-	-	2	15,4	4	30,8	6	46,2	1	7,7	13	100,0
Desenvolver o potencial turístico do território	-	-	-	-	-	-	1	7,7	3	23,1	9	69,2	-	-	13	100,0
Promover o empreendedorismo e a criação de emprego	-	-	1	7,7	-	-	1	7,7	3	23,1	8	61,5	-	-	13	100,0
Fortalecer os laços de identidade local	-	-	-	-	-	-	1	7,7	4	30,8	7	53,8	1	7,7	13	100,0
Potenciar a inovação e introdução de novas tecnologias	-	-	-	-	1	7,7	1	7,7	4	30,8	4	30,8	3	23,1	13	100,0
Promover a gestão sustentável do território	-	-	-	-	2	15,4	3	23,1	3	23,1	5	38,5	-	-	13	100,0

Fonte: Inquérito aos beneficiários do DLBC Rural Açores e Madeira - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1440. Média da percepção sobre o contributo dos projetos apoiados pelo GAL relativamente às dimensões seguintes: (1 – Contributo nulo a 6 Contributo muito elevado):

	Açores		Madeira		Total	
	Média	N	Média	N	Média	N
Promover a diversificação da economia para atividades não agrícolas	5,08	12	5,64	11	5,35	23
Aumentar o emprego em meio rural	5,50	10	5,64	11	5,57	21
Promover condições para o desenvolvimento de atividades não agrícolas nas explorações agrícolas	5,25	8	5,64	11	5,47	19
Estimular a criação e/ou desenvolvimento de iniciativas empresariais nas zonas rurais.	5,00	12	5,45	11	5,22	23
Criar serviços para a população, que corrijam lacunas sociais e visem a inclusão social e a redução da pobreza, nos territórios rurais	5,25	12	5,63	8	5,40	20
Aumentar o acesso das populações a serviços, que integram uma componente fundamental na construção da igualdade dos níveis de vida e da integração social das populações;	5,45	11	4,82	11	5,14	22
Promover a utilização de energias renováveis.	5,40	10	5,75	12	5,59	22
Melhorar a qualidade de vida das populações	5,36	11	5,70	10	5,52	21
Promover a fixação e a capacidade de atração de população	5,50	12	5,23	13	5,36	25
Dinamizar atividades e serviços de apoio turístico, nomeadamente as atividades de animação, para que as zonas rurais se tornem atrativas para quem lá vive e para quem as visita.	5,64	11	5,50	12	5,57	23
Fomentar a recuperação, a conservação e a valorização do património natural e paisagístico, cultural e arquitetónico	5,30	10	5,25	12	5,27	22
Contribuir para a transformação de recursos endógenos em fatores de competitividade	5,13	8	5,10	10	5,11	18
Aumentar a atratividade económica do território	5,70	10	5,50	12	5,59	22
Fomentar a iniciativa empresarial	5,60	10	5,33	12	5,45	22
Desenvolver o potencial turístico do território	5,40	10	5,62	13	5,52	23
Promover o empreendedorismo e a criação de emprego	5,20	10	5,31	13	5,26	23
Fortalecer os laços de identidade local	5,18	11	5,50	12	5,35	23
Potenciar a inovação e introdução de novas tecnologias	5,09	11	5,10	10	5,10	21
Promover a gestão sustentável do território	5,27	11	4,85	13	5,04	24

Fonte: Inquérito aos beneficiários do DLBC Rural Açores e Madeira - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

DEFINIÇÃO DA ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO LOCAL (EDL)

Quadro 1441. Grau de conhecimento do GAL e da Estratégia de Desenvolvimento Local:

	1 – Não conhece		2		3		4		5		6 – Conhece muito bem		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Grau de conhecimento do GAL	4	14,3	1	3,6	6	21,4	6	21,4	8	28,6	3	10,7	28	100,0
Grau de conhecimento da EDL	7	25,0	1	3,6	8	28,6	7	25,0	4	14,3	1	3,6	28	100,0

Fonte: Inquérito aos beneficiários do DLBC Rural Açores e Madeira - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1442. Grau de conhecimento do GAL e da Estratégia de Desenvolvimento Local (Açores):

	1 – Não conhece		2		3		4		5		6 – Conhece muito bem		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Grau de conhecimento do GAL	4	26,7	1	6,7	3	20,0	5	33,3	1	6,7	1	6,7	15	100,0
Grau de conhecimento da EDL	5	33,3	1	6,7	4	26,7	4	26,7	1	6,7			15	100,0

Fonte: Inquérito aos beneficiários do DLBC Rural Açores e Madeira - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1443. Grau de conhecimento do GAL e da Estratégia de Desenvolvimento Local (MADEIRA):

	1 – Não conhece		2		3		4		5		6 – Conhece muito bem		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Grau de conhecimento do GAL	-	-	-	-	3	23,1	1	7,7	7	53,8	2	15,4	13	100,0
Grau de conhecimento da EDL	2	15,4	-	-	4	30,8	3	23,1	3	23,1	1	7,7	13	100,0

Fonte: Inquérito aos beneficiários do DLBC Rural Açores e Madeira - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1444. Média da Grau de conhecimento do GAL e da Estratégia de Desenvolvimento Local: (1 – Não conhece a 6 conhece muito bem):

	Açores		Madeira		Total	
	Média	N	Média	N	Média	N
Grau de conhecimento do GAL	3,07	15	4,62	13	3,79	28
Grau de conhecimento da EDL	2,67	15	3,62	13	3,11	28

Fonte: Inquérito aos beneficiários do DLBC Rural Açores e Madeira - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1445. Participou na definição da Estratégia de Desenvolvimento Local definida pelo GAL para o seu território de intervenção?

	Açores		Madeira		Total	
	N	%	N	%	N	%
Não sabe o que é a Estratégia de Desenvolvimento Local (EDL)	5	33,3	1	7,7	6	21,4
Não	10	66,7	10	76,9	20	71,4
Sim	-	-	2	15,4	2	7,1
Total	15	100,0	13	100,0	28	100,0

Fonte: Inquérito aos beneficiários do DLBC Rural Açores e Madeira - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1446. Forma participou na definição da Estratégia de Desenvolvimento Local

	Açores		Madeira (N=3)		Total (N= 3)	
	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos
Sessões Públicas de debate	-	-	1	33,3	1	33,3
Recolha formal de pareceres e contributos	-	-	1	33,3	1	33,3
Inclusão em grupos de trabalho	-	-	1	33,3	1	33,3
Resposta a questionário	-	-	2	66,7	2	66,7

Fonte: Inquérito aos beneficiários do DLBC Rural Açores e Madeira - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1447. Considera que a mobilização para a sua participação foi apenas formal (resposta formal a mecanismos estabelecidos de auscultação) ou substantiva com o convite a um envolvimento concreto do qual decorreu uma participação ativa na conceção da estratégia?

	Açores		Madeira		Total	
	N	%	N	%	N	%
Formal	-	-	1	50,0	1	50,0
Substantiva	-	-	1	50,0	1	50,0
Total	-	-	2	100,0	2	100,0

Fonte: Inquérito aos beneficiários do DLBC Rural Açores e Madeira - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1448. Resultados da participação no desenho da Estratégia de Desenvolvimento Local (EDL)

	Açores		Madeira (N=2)		Total (N= 2)	
	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos
Conduziu à identificação e consensualização de projetos estratégicos/prioritários	-	-	2	100,0	2	100,0
Conduziu à identificação de atores para a conceção/execução da estratégia	-	-	1	50,0	1	50,0

Fonte: Inquérito aos beneficiários do DLBC Rural Açores e Madeira - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1449. Tipo de atividades desenvolvidas para promover o envolvimento e participação dos atores locais na implementação da EDL e o seu nível de participação nas mesmas

	1 – Nulo/muito reduzido		2		3		4		5		6 – Muito Elevado		Não participou		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Reuniões/encontros com parceiros promovidos	1	4,2	1	4,2	5	20,8	3	12,5	4	16,7	1	4,2	9	37,5	24	100,0
Sessões de divulgação e sensibilização e esclarecimento	1	4,2	1	4,2	5	20,8	2	8,3	4	16,7	1	4,2	10	41,7	24	100,0
Reuniões, seminários, workshops públicos	1	4,3	1	4,3	5	21,7	2	8,7	2	8,7	1	4,3	11	47,8	23	100,0
Produtos de comunicação do GAL/Entidade Gestora (newsletter, site)	1	4,2			5	20,8	4	16,7	4	16,7	1	4,2	9	37,5	24	100,0
Produtos de comunicação do GAL/Entidade Gestora (páginas das redes sociais ...)	1	4,2	1	4,2	4	16,7	5	20,8	3	12,5	2	8,3	8	33,3	24	100,0
Grupos de trabalho temáticos	1	4,2	1	4,2	4	16,7	4	16,7	1	4,2	1	4,2	12	50,0	24	100,0
Visitas a projetos de investimento,...	2	8,3	1	4,2	3	12,5	5	20,8			1	4,2	12	50,0	24	100,0
Feiras, festas temáticas; mostras de produtos locais	2	8,3	1	4,2	2	8,3	3	12,5	2	8,3	3	12,5	11	45,8	24	100,0
Participação em projetos de cooperação	2	8,3			3	12,5	3	12,5	1	4,2	2	8,3	13	54,2	24	100,0
Outra							2	33,3					4	66,7	6	100,0

Fonte: Inquérito aos beneficiários do DLBC Rural Açores e Madeira - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1450. Tipo de atividades desenvolvidas para promover o envolvimento e participação dos atores locais na implementação da EDL e o seu nível de participação nas mesmas (Açores)

	1 – Nulo/muito reduzido		2		3		4		5		6 – Muito Elevado		Não participou		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Reuniões/encontros com parceiros promovidos	1	7,7			3	23,1	1	7,7	3	23,1			5	38,5	13	100,0
Sessões de divulgação e sensibilização e esclarecimento	1	7,7			2	15,4	1	7,7	2	15,4			7	53,8	13	100,0
Reuniões, seminários, workshops públicos	1	8,3			3	25,0	1	8,3	1	8,3			6	50,0	12	100,0
Produtos de comunicação do GAL/Entidade Gestora (newsletter, site)	1	7,7			2	15,4	2	15,4	2	15,4			6	46,2	13	100,0
Produtos de comunicação do GAL/Entidade Gestora (páginas das redes sociais ...)	1	7,7			2	15,4	3	23,1	1	7,7	1	7,7	5	38,5	13	100,0
Grupos de trabalho temáticos	1	7,7			2	15,4	2	15,4	1	7,7			7	53,8	13	100,0
Visitas a projetos de investimento,...	1	7,7			2	15,4	2	15,4					8	61,5	13	100,0
Feiras, festas temáticas; mostras de produtos locais	1	7,7			1	7,7	2	15,4	1	7,7	1	7,7	7	53,8	13	100,0
Participação em projetos de cooperação	1	7,7			2	15,4	1	7,7	1	7,7			8	61,5	13	100,0
Outra							1	25,0					3	75,0	4	100,0

Fonte: Inquérito aos beneficiários do DLBC Rural Açores e Madeira - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1451. Tipo de atividades desenvolvidas para promover o envolvimento e participação dos atores locais na implementação da EDL e o seu nível de participação nas mesmas (MADEIRA)

	1 – Nulo/muito reduzido		2		3		4		5		6 – Muito Elevado		Não participou		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Reuniões/encontros com parceiros promovidos			1	9,1	2	18,2	2	18,2	1	9,1	1	9,1	4	36,4	11	100,0
Sessões de divulgação e sensibilização e esclarecimento			1	9,1	3	27,3	1	9,1	2	18,2	1	9,1	3	27,3	11	100,0
Reuniões, seminários, workshops públicos			1	9,1	2	18,2	1	9,1	1	9,1	1	9,1	5	45,5	11	100,0
Produtos de comunicação do GAL/Entidade Gestora (newsletter, site)					3	27,3	2	18,2	2	18,2	1	9,1	3	27,3	11	100,0
Produtos de comunicação do GAL/Entidade Gestora (páginas das redes sociais ...)			1	9,1	2	18,2	2	18,2	2	18,2	1	9,1	3	27,3	11	100,0
Grupos de trabalho temáticos			1	9,1	2	18,2	2	18,2			1	9,1	5	45,5	11	100,0
Visitas a projetos de investimento,...	1	9,1	1	9,1	1	9,1	3	27,3			1	9,1	4	36,4	11	100,0
Feiras, festas temáticas; mostras de produtos locais	1	9,1	1	9,1	1	9,1	1	9,1	1	9,1	2	18,2	4	36,4	11	100,0
Participação em projetos de cooperação	1	9,1			1	9,1	2	18,2			2	18,2	5	45,5	11	100,0
Outra							1	50,0					1	50,0	2	100,0

Fonte: Inquérito aos beneficiários do DLBC Rural Açores e Madeira - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1452. Média do nível da participação nas atividades (escala de 1 Nulo/muito reduzido a 6 muito elevado)

	Açores		Madeira		Total	
	Média	N	Média	N	Média	N
Reuniões/encontros com parceiros promovidos	3,63	8	3,86	7	3,73	15
Sessões de divulgação e sensibilização e esclarecimento	3,50	6	3,88	8	3,71	14
Reuniões, seminários, workshops públicos	3,17	6	3,83	6	3,50	12
Produtos de comunicação do GAL/Entidade Gestora (newsletter, site)	3,57	7	4,13	8	3,87	15
Produtos de comunicação do GAL/Entidade Gestora (páginas das redes sociais ...)	3,75	8	4,00	8	3,88	16
Grupos de trabalho temáticos	3,33	6	3,67	6	3,50	12
Visitas a projetos de investimento,...	3,00	5	3,43	7	3,25	12
Feiras, festas temáticas; mostras de produtos locais	3,83	6	3,86	7	3,85	13
Participação em projetos de cooperação	3,20	5	4,00	6	3,64	11
Outra	4,00	1	4,00	1	4,00	2

Fonte: Inquérito aos beneficiários do DLBC Rural Açores e Madeira - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1453. Indique se considera que a sua participação e a de outras entidades na implementação do DLBC contribuiu para os seguintes resultados?

	Açores (N=11)		Madeira (N=8)		Total (N= 19)	
	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos
Racionalização de recursos	2	18,2	2	25,0	4	21,1
Continuidade de intervenções	2	18,2	2	25,0	4	21,1
Multidimensionalidade das intervenções	4	36,4	1	12,5	5	26,3
Complementaridade de intervenções	2	18,2	-	-	2	10,5
Aumento do alcance em termos do perfil dos beneficiários apoiados	4	36,4	6	75,0	10	52,6
Construção de parcerias	1	9,1	4	50,0	5	26,3
Alargar o âmbito de atuação	5	45,5	4	50,0	9	47,4

Fonte: Inquérito aos beneficiários do DLBC Rural Açores e Madeira - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1454. Considera que os que os atores locais poderiam envolver-se mais na implementação da EDL?

	Açores	Madeira
Sim. Quais atores?		
Casa do Povo e Câmara Municipal		1
Coletividades		1
Empresários locais	1	
		1
Juntas de Freguesia, casas de povo e associações rurais	1	
Saúde	1	
Sim. De que forma?		
demonstrando melhor a atratividade de turismo em espaço rural		1
parcerias público-privadas	1	
Partilhando experiências	1	
sim, contribuindo com a diversificação de opiniões e prioridades	1	
Sugestões, parcerias		1
Não. Justifique		
Existe boa interação existente entre o grupo Gal e a empresa.	1	

Fonte: Inquérito aos beneficiários do DLBC Rural Açores e Madeira - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1455. Caso queira acrescentar algum comentário utilize o espaço seguinte:

	Açores	Madeira
Fundamental, diferenciar as instituições sem fins lucrativos na elegibilidade do iva não retornável, na majoração do apoio, e no adiantamento até 50% para que haja capacidade de execução e não sintam asfixia financeira na implementação dos projetos.		1
O grupo com quem temos trabalhado, GRATER, tem mostrado sempre total disponibilidade para qualquer esclarecimento.	1	
O processo das candidaturas deveria ser mais rápido	1	

Fonte: Inquérito aos beneficiários do DLBC Rural Açores e Madeira - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Inquérito aos beneficiários dos DLBC Costeiro

Quadro 1456. Distribuição por PI – DLBC Costeiro

	Mar 2020		POR	
	N	%	N	%
1- Inovação em espaço marítimo (FEAMP)	5	9,4	-	-
2. Qualificação escolar e profissional (FEAMP)	4	7,5	-	-
3. Promoção de Planos de Mar (FEAMP)	1	1,9	-	-
4. Reforço da competitividade da pesca (FEAMP)	6	11,3	-	-
5 Desenvolvimento de turismo em espaço aquático (FEAMP)	17	32,1	-	-
6. Promoção dos produtos locais e da sua qualidade (FEAMP)	5	9,4	-	-
7. Circuitos curtos de bens alimentares e mercados locais (FEAMP)	5	9,4	-	-
8. Preservação, conservação e valorização dos elementos patrimoniais, recursos naturais e paisagísticos (FEAMP)	7	13,2	-	-
8.8/8a. Apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas e à atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas e microempresas (FEDER) - PAPN	-	-	2	4,3
6.3/6c. Conservação, proteção, promoção e desenvolvimento do património natural e cultural (FEDER) - Património natural	-	-	5	10,6
8.3/8iii. Emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras (FSE) - COESOUrb	-	-	24	51,1
8.3/8iii. Emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras (FSE) - COESOEmp	-	-	3	6,4
SIZE - 8.3/8iii. Emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras (FSE)/ 8.8/8a. Apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas e à atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas e microempresas (FEDER)	-	-	13	27,7
Total	53	100,0	47	100,0

Fonte: Inquérito aos Beneficiários dos DLBC Costeiro - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

CANDIDATURA DE PROJETOS

Quadro 1457. Como soube da existência dos apoios do Grupo de Ação Local(GAL) para o seu projeto

	POR (N=46)		Mar 2020 (N=53)		Total (N=99)	
	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos
Contato direto com o GAL	11	23,9	28	52,8	39	39,4
Sessões de divulgação e sensibilização e esclarecimento	11	23,9	13	24,5	24	24,2
Reuniões, seminários, workshops públicos	4	8,7	7	13,2	11	11,1
Produtos de comunicação do GAL/Entidade Gestora (newsletter, site)	1	2,2	10	18,9	11	11,1
Produtos de comunicação do GAL/Entidade Gestora (páginas das redes sociais ...)	3	6,5	6	11,3	9	9,1
Organizações Locais	4	8,7	10	18,9	14	14,1
Comunicação social	5	10,9	3	5,7	8	8,1
Pesquisa na internet	11	23,9	7	13,2	18	18,2
Consultores	13	28,3	8	15,1	21	21,2
Outra via	3	6,5	2	3,8	5	5,1

Fonte: Inquérito aos beneficiários do DLBC Costeiro - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1458. Outros, quais:

	POR	Mar 2020
AIP	1	
Ases		1
Associação Terras do Baixo Guadiana		1
ECOMAR		1
Fangueiro e Rodrigues, Lda	1	
Gael		1
Ilimitados	1	
Já trabalhei numa GAL.	1	
Junta Freguesia de Melides	2	
Neomarca		1
Orgão de gestão	1	
Portugal 2020	1	
Power Metrics	1	
Somos um dos parceiros que preparou a constituição do GAL . MAR AÇORES ORIENTAL!		1
Workshop na Nersant	1	

Fonte: Inquérito aos beneficiários do DLBC Costeiro - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1459. Grau de adequação do calendário de abertura do aviso e dos prazos de submissão de candidatura em termos de:

	1 - Nada adequados		2		3		4		5		6 - Muito Adequados		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Tempo de duração do Aviso de Abertura de Candidaturas (desde a abertura até ao encerramento)	3	3,0	6	6,0	8	8,0	39	39,0	31	31,0	13	13,0	100	100,0
Intervalo de tempo entre a realização das ações de divulgação e o prazo para submissão das candidaturas	2	2,0	7	7,1	13	13,3	35	35,7	28	28,6	13	13,3	98	100,0
Ritmo de lançamento dos concursos para a mesma Tipologia/tipo de operações	3	3,1	15	15,3	15	15,3	41	41,8	19	19,4	5	5,1	98	100,0
Articulação entre concursos para várias tipologias de operação	1	1,0	12	12,5	14	14,6	41	42,7	22	22,9	6	6,3	96	100,0
Outro.	-	-	2	66,7	-	-	1	33,3	-	-	-	-	3	100,0

Fonte: Inquérito aos beneficiários do DLBC Costeiro - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1460. Grau de adequação do calendário de abertura do aviso e dos prazos de submissão de candidatura em termos de: (POR)

	1 - Nada adequados		2		3		4		5		6 - Muito Adequados		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Tempo de duração do Aviso de Abertura de Candidaturas (desde a abertura até ao encerramento)	2	4,3	2	4,3	4	8,5	20	42,6	14	29,8	5	10,6	47	100,0
Intervalo de tempo entre a realização das ações de divulgação e o prazo para submissão das candidaturas	1	2,2	4	8,7	6	13,0	16	34,8	14	30,4	5	10,9	46	100,0
Ritmo de lançamento dos concursos para a mesma Tipologia/tipo de operações	2	4,3	6	12,8	10	21,3	21	44,7	7	14,9	1	2,1	47	100,0
Articulação entre concursos para várias tipologias de operação	-	-	5	10,9	9	19,6	21	45,7	11	23,9	-	-	46	100,0
Outro.	-	-	1	100,0	-	-	-	-	-	-	-	-	1	100,0

Fonte: Inquérito aos beneficiários do DLBC Costeiro - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1461. Grau de adequação do calendário de abertura do aviso e dos prazos de submissão de candidatura em termos de: (MAR 2020):

	1 - Nada adequados		2		3		4		5		6 - Muito Adequados		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Tempo de duração do Aviso de Abertura de Candidaturas (desde a abertura até ao encerramento)	1	1,9	4	7,5	4	7,5	19	35,8	17	32,1	8	15,1	53	100,0
Intervalo de tempo entre a realização das ações de divulgação e o prazo para submissão das candidaturas	1	1,9	3	5,8	7	13,5	19	36,5	14	26,9	8	15,4	52	100,0
Ritmo de lançamento dos concursos para a mesma Tipologia/tipo de operações	1	2,0	9	17,6	5	9,8	20	39,2	12	23,5	4	7,8	51	100,0
Articulação entre concursos para várias tipologias de operação	1	2,0	7	14,0	5	10,0	20	40,0	11	22,0	6	12,0	50	100,0
Outro.	-	-	1	50,0	-	-	1	50,0	-	-	-	-	3	100,0

Fonte: Inquérito aos beneficiários do DLBC Costeiro - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1462. Média do Grau de adequação do calendário de abertura do aviso e dos prazos de submissão de candidatura em termos de: (escala 1- Nada Adequados a 6 Totalmente adequados)

	POR		Mar 2020		Total	
	Média	N	Média	N	Média	N
Tempo de duração do Aviso de Abertura de Candidaturas (desde a abertura até ao encerramento)	4,21	47	4,34	53	4,28	100
Intervalo de tempo entre a realização das ações de divulgação e o prazo para submissão das candidaturas	4,15	46	4,27	52	4,21	98
Ritmo de lançamento dos concursos para a mesma Tipologia/tipo de operações	3,60	47	3,88	51	3,74	98
Articulação entre concursos para várias tipologias de operação	3,83	46	4,02	50	3,93	96
Outro.	2,00	1	3,00	2	2,67	3

Fonte: Inquérito aos beneficiários do DLBC Costeiro - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1463. Nos casos onde respondeu 1, 2 ou 3, justifique a sua resposta.

	POR	Mar 2020
Avisos com pouco tempo de duração para apresentação da candidatura	1	
Considera-se que seria benéfica a publicação de mais avisos de concurso.		1
Dada a reduzida dotação orçamental para cada concurso, deveriam abrir candidaturas num espaço de tempo mais reduzido.	1	
Demasiada burocracia, processos que se arrastam no tempo	1	
Desadequado às necessidades edesaquado quanto aos montantes.		1
Deveria de existir um plano de avisos com vista à melhor preparação das candidaturas a submeter. Por outro lado, e considerando por vezes, o detalhe exigido para cada aviso, o prazo de submissão de candidaturas poderia ser alargado.		1
Divulgação tem falhas e normalmente quando sabemos dos concursos já estão abertos.	1	
Foi concurso único em vez de abertura continuada ou pelo menos repetida. E não foi articulado convenientemente com outros apoios.	1	
Lançamento de diversos concursos num curto espaço de tempo com diferenças pouco perceptíveis entre eles.	1	
Mais o menos nos parâmetros normal		1
Não tenho conhecimento de articulação entre concursos	1	
Necessário mais tempo.		1
O formalismo é tão complexo que torna o tempo escasso	1	
O prazo para elaboração da candidatura e orçamentação acaba por ser um pouco curto por vezes. Igualmente seria positivo um maior ritmo na abertura de avisos para os mesmos investimentos, pois este é realmente muito reduzido. Por fim existe alguma falta de articulação entre medidas, não existindo realmente sinergia entre os diferentes concursos.		1
O prazo para submeter candidaturas é reduzido, tendo em conta a documentação necessária		1
O ritmo do lançamento dos avisos não dependem dos GAL mas da Autoridade de gestão		1
Os prazos foram sempre muito curtos. Pois cada projeto leva sempre muito tempo para desenvolver.	1	
Os prazos são reduzidos	1	
Os programas são realizados de forma a não conseguirmos planejar candidaturas que sejam complementares e que desenvolvam projetos com maior abrangência e tempo de realização.		1
Prazos muito limitados, face à quantidade e complexidade de documentação a apresentar	1	
Tempo curto de candidatura		1
tempos demasiado curtos, a dificultar a elaboração da candidatura.		1

Fonte: Inquérito aos beneficiários do DLBC Costeiro - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1464. Principais dificuldades sentidas no processo de elaboração e de aprovação da Candidatura.

	POR (N=47)		Mar 2020 (N=53)		Total (N=100)	
	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos
Não sabe, a candidatura foi elaborada por consultores	11	23,4	8	15,1	19	19,0
Não teve dificuldades	8	17,0	11	20,8	19	19,0
Interpretação da legislação	12	25,5	12	22,6	24	24,0
Aconselhamento técnico insuficiente por parte dos consultores	4	8,5	2	3,8	6	6,0
Aconselhamento técnico insuficiente por parte do GAL	6	12,8	3	5,7	9	9,0
Dificuldade na adequação do projeto às condições de elegibilidade	6	12,8	10	18,9	16	16,0
Requisitos formais e burocracia para a instrução da candidatura	19	40,4	23	43,4	42	42,0
Dificuldade em obter financiamento para a parte não participada	3	6,4	3	5,7	6	6,0
Cumprimento de requisitos técnicos/administrativos (pareceres, licenciamentos,...)	8	17,0	11	20,8	19	19,0
Prazo de resposta a pedidos de esclarecimento	13	27,7	5	9,4	18	18,0
Prazos de decisão	20	42,6	17	32,1	37	37,0
Outra	2	4,3	2	3,8	4	4,0

Fonte: Inquérito aos beneficiários do DLBC Costeiro - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1465. Outros, quais:

	POR	Mar 2020
Cumprimentos de prazos por parte dos responsáveis a nível aprovação pedidos	1	
Dificuldade no enquadramento da EDL.		1
Plataforma inadequada. Impossibilidade da GAL responder a questões dependentes da CDRC.	1	
Questões informáticas		1

Fonte: Inquérito aos beneficiários do DLBC Costeiro - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1466. Descreva as dificuldades sentidas

	POR	Mar 2020
A aplicação é pouco intuitiva e muitos formalismo na candidatura		1
A plataforma do IFAP para a submissão das despesas e pedidos de pagamento não é intuitiva e tem uma fraca usabilidade. Demasiado complexa para execuções simples.		1
Algumas duvidas na interpretação das perguntas para desenvolvimento.	1	
Apoio GAL (A2S) foi excepcional mas dificuldades pois há pedidos que outras entidades não têm ou não dão documentos solicitados (ex: AT não tem "estabelecimento estável" e Camara não passa licenciamento solicitado nos moldes solicitados - há descoordenação/desconhecimento interno no Estado)	1	
As maiores dificuldades prenderam-se com a falta de responsabilidades das empresas que deram orçamentos e depois desistiram de concretizar a obra.	1	
As principais dificuldades foram relativamente à burocracia e cumprimento de requisitos técnicos para a candidatura, com bastante dificuldade em conseguir a pessoa responsável por sanar alguma dúvida ou a quem recorrer para algumas dificuldades (mesmo com ajuda de consultores externos). Depois a demora na resposta da decisão, que acarretou algumas mudanças substanciais em valores previamente orçados e na calendarização do projeto.	1	
Cosnidero que os projetos deviam ter duas fases uma que se propunha a ideia e com uma carga burocrática masi leve e em caso da ideia passar a uma segunda fase ai sim solicitar toda a documentação exigida. É muito trabalho burocrático para a candidatura não ser aprovada porque o projeto não se enquadra bem na tipologia. Outra situação são os orçamentos. Para certos projetos partir do principio que existem 3 empresas com o CEA adequado e que providenciam exatamente o mesmo serviço é utópico. Mais de um ano para a decisão não é admissível.	1	
Da parte do GAL não tenho motivo de queixa, sempre foram muito corretos e atenciosos em informar-me com a informação de que dispunham. A plataforma Balcao 2020 é pouco intuitiva e sinto por vezes dificuldade em introduzir os dados e pedidos. A autoridade de gestão (lisboa) demora muito a responder aos pedidos e a dúvidas, por vezes é difícil até o contacto telefónico.	1	
demasiada burocracia (papelada, faturas, orçamentos, documentação legal, etc.)		1
Demasiada complexidade de todo o processo. Falta de apoio e informação. Ausência de resposta a várias matérias	1	
Demora na comunicação da decisão da Candidatura submetida		1
Desadequação da Estratégia de Desenvolvimento Local à realidade da região.		1
Dificuldades em adequar completamente o projecto aos requisitos técnicos. Dificuldades na aquisição de orçamentos. Três orçamentos para cada requisito não faz qq sentido. Tendo em conta que os técnicos que fazem a avaliação já possuem um precário com os preços médios, seria suficiente um orçamento. As próprias empresas também já não têm qualquer interesse em apresentar os seus orçamentos porque dá trabalho e pouca garantia de vendas dos seus produtos.		1
Dois dificuldades: bugs no sistema de apresentação da candidatura e não recebimento de e-mail de notificação		1
Exigência de documentação antes da candidatura ser aprovada, nomeadamente inscrição em orçamento, não sendo suficiente Declaração de honra do Presidente, à semelhança de outros programas operacionais; Os prazos de resposta a pedidos de parecer são muito longos.		1
falta de esclarecimento para algumas questões por não haver orientações superiores	1	
Falta de Respostas e Prazos para obter as mesmas	1	
Indefinição na regulação de matérias (autorizações / licenças) associadas ao mar, ao domínio público marítimo, à DOCAPECA, ao IPT e ao ICNFM		1
Inexistem	1	
Muita burocracia em que os técnicos dos GAL, tornam-se ainda mais burocratas		1
Muita complexidade e redundância burocrática		1
muitas. demasiada burocracia	1	
Não houve problemas de maior. O único problema foi da minha parte por falta de uma licença. Que felizmente veio a tempo.	1	
nenhumas por parte dos colaboradores		1
Nos orçamento		1
O tempo de resposta foi demasiado longo	1	
Para novas empresas são muitos meses com despesas sem decisão	1	
Pedidos de orçamentos x 3		1
Plataforma conceptualmente inadequada e funcionalmente aberrante. Impossibilidade da GAL responder a questões dependentes da CDRC, dificuldade de contacto e de obtenção de esclarecimentos e respostas junto da CDRC, inexistência de um interlocutor CDRC durante o processo, falta de proatividade dos intervenientes CDRC, etc...	1	
Prazo de resposta demasiado curto (inferior a 5 dias úteis) independentemente do número de elementos solicitado. Relativamente ao prazo de comunicação da decisão considera-se que o mesmo foi demasiado extenso.		1
Prazos de resposta candidatura não cumpridos pelo que perdemos 3 meses de apoio. Prazos pafentp não cumpridos. E majorações não atevuidas	1	
Recebi sempre um excelente acompanhamento do consultor, pelo que não senti dificuldades	1	
Supportar os encargos da totalidade do projecto enquanto espero que me seja entregue a parte participada.		1

Fonte: Inquérito aos beneficiários do DLBC Costeiro - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1467. Contactou o GAL na fase de elaboração da candidatura?

	POR		Mar 2020		Total	
	N	%	N	%	N	%
Sim	34	72,3	46	86,8	80	80,0
Não	13	27,7	7	13,2	20	20,0

Total	47	100,0	53	100,0	100	100,0
--------------	-----------	--------------	-----------	--------------	------------	--------------

Fonte: Inquérito aos beneficiários do DLBC Costeiro - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1468 Avaliação do apoio prestado relativamente às seguintes dimensões

	1 - Nulo		2		3		4		5		6 - Elevado		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Utilidade do apoio prestado	2	2,4	3	3,7	4	4,9	12	14,6	24	29,3	37	45,1	82	100,0
Clareza do apoio prestado	2	2,4	3	3,7	4	4,9	14	17,1	25	30,5	34	41,5	82	100,0
Contributo do apoio para aumentar a qualidade da candidatura	3	3,7	5	6,1	5	6,1	12	14,6	22	26,8	35	42,7	82	100,0

Fonte: Inquérito aos beneficiários do DLBC Costeiro - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1469 Avaliação do apoio prestado relativamente às seguintes dimensões (POR)

	1 - Nulo		2		3		4		5		6 - Elevado		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Utilidade do apoio prestado	1	2,9	3	8,6	1	2,9	6	17,1	12	34,3	12	34,3	35	100,0
Clareza do apoio prestado	1	2,9	2	5,7	3	8,6	7	20,0	10	28,6	12	34,3	35	100,0
Contributo do apoio para aumentar a qualidade da candidatura	1	2,9	4	11,4	3	8,6	6	17,1	10	28,6	11	31,4	35	100,0

Fonte: Inquérito aos beneficiários do DLBC Costeiro - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1470 Avaliação do apoio prestado relativamente às seguintes dimensões (Mar 2020)

	1 - Nulo		2		3		4		5		6 - Elevado		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Utilidade do apoio prestado	1	2,1	-	-	3	6,4	6	12,8	12	25,5	25	53,2	47	100,0
Clareza do apoio prestado	1	2,1	1	2,1	1	2,1	7	14,9	15	31,9	22	46,8	47	100,0
Contributo do apoio para aumentar a qualidade da candidatura	2	4,3	1	2,1	2	4,3	6	12,8	12	25,5	24	51,1	47	100,0

Fonte: Inquérito aos beneficiários do DLBC Costeiro - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1471. Média do Grau de adequação do calendário de abertura do aviso e dos prazos de submissão de candidatura em termos de: (Escala 1- Nulo a 6 Elevado)

	POR		Mar 2020		Total	
	Média	N	Média	N	Média	N
Utilidade do apoio prestado	4,74	35	5,19	47	5,00	82
Clareza do apoio prestado	4,69	35	5,13	47	4,94	82
Contributo do apoio para aumentar a qualidade da candidatura	4,51	35	5,06	47	4,83	82

Fonte: Inquérito aos beneficiários do DLBC Costeiro - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1472. Principais dificuldades que existiram no contacto com o GAL na fase de Candidatura

	POR (N=38)		Mar 2020 (N=48)		Total (N= 86)	
	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos
Não existiram dificuldades	23	60,5	38	79,2	61	70,9
Dificuldade de contacto telefónico	8	21,1	3	6,3	11	12,8
Ausência/demora de resposta a emails	7	18,4	3	6,3	10	11,6
Dificuldade/impossibilidade de atendimento presencial	2	5,3	1	2,1	3	3,5
Demora nos esclarecimentos	5	13,2	3	6,3	8	9,3
Esclarecimentos pouco claros	6	15,8	4	8,3	10	11,6
Falta de capacidade técnica para responder às questões colocadas	3	7,9	3	6,3	6	7,0
Outras	3	7,9	1	2,1	4	4,7

Fonte: Inquérito aos beneficiários do DLBC Costeiro - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1473. Outros, quais:

	POR	Mar 2020
Durante o COVID o facto de as pessoas estarem em teletrabalho dificultou os contactos.	1	
Impossibilitados de resolver problemas decorrentes das incoerências funcionais resultantes da plataforma adotada.	1	
Informação disponíveis no momento do contacto	1	
No primeiro contacto, antes da candidatura, a pessoa que me atendeu por telefone indicou-me que o meu CAE não seria elegível à candidatura (pois não estava a encontrar o CAE na listagem). Se eu tivesse confiado na 1ª resposta que me deram não teria feito a candidatura e não tinha conseguido a aprovação do apoio (afinal o CAE era elegível!). Depois de submetida a candidatura, o apoio que me foi dado (por outros elementos do GAL) foram sempre muito úteis e o contacto relativamente fácil.	1	
Pouco staff para as muitas solicitações		1

Fonte: Inquérito aos beneficiários do DLBC Costeiro - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1474. Considera que o GAL assegurou a capacitação dos beneficiários e potenciais beneficiários para a elaboração da candidatura?

	POR (N=41)		Mar 2020 (N=52)		Total (N= 93)	
	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos
Não	10	24,4	3	5,8	13	14,0
Sim, através de sessões de esclarecimento	13	31,7	22	42,3	35	37,6
Sim, através de atendimentos pré-projeto	12	29,3	23	44,2	35	37,6
Sim, através de documentação de apoio (orientações técnicas)	15	36,6	29	55,8	44	47,3
Sim, através de outras ações	4	9,8	5	9,6	9	9,7

Fonte: Inquérito aos beneficiários do DLBC Costeiro - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1475. Identifique quais:

	POR	Mar 2020
Através do site		1
Considero que poderia ter sido realizada uma sessão de esclarecimentos online.		1
Contacto telefónico ou reunião		1
contato telefonico		1
Esclarecimentos diretos com o consultor	1	
Esclarecimentos por mail e telefone. só temos elogios para o GAL - A25.	1	
esclarecimentos telefónicos ou presenciais, sempre que solicitados		1
Estavam sempre disponíveis para tirar duvidas e ajudar no que fosse preciso.	1	
Sempre disponíveis em qualquer momento para apoiar na elaboração da candidatura ou esclarecer aspetos técnicos.		1
Técnicos extremamente acessíveis, disponíveis e com excelente grau de conhecimento.		1

Fonte: Inquérito aos beneficiários do DLBC Costeiro - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1476. Áreas/domínios considera que era importante os potenciais beneficiários terem ações de capacitação para apoiar a elaboração de melhores candidaturas

	POR	Mar 2020
A GAL ter mais técnicos disponíveis		1
A nível documental e de preenchimento de todos os itens da candidatura.	1	
Ações de esclarecimento/sensibilização		1
Análise requisitos e elaboração candidatura	1	
Apenas conheço a área em que nos candidatámos, pelo que não me posso pronunciar sobre as outras		1
Apoio nas questões efetuadas	1	
articulação entre o diagnóstico local-intenção do projeto-impactos esperados		1
Contratação Pública; Estudo de viabilidade económica	1	
Definição dos períodos pré- projeto e pós- projeto e dos rendimentos e gastos relativos ao projeto e que relevam para a sua avaliação económica. Rigor acerca dos licenciamentos e autorizações a obter na fase pós-projeto que relevam para a submissão do último pedido de pagamento. Sensibilização para o suporte documental às alterações dos projetos.		1
Definição objetiva dos critérios e elegibilidade dos projetos.		1
Desburocratização		1
Elegibilidade do projecto e das despesas		1
Elementos para a elegibilidade do beneficiário e operação		1
Embarcações e apetrechos		1
Execução das operações		1
Financeiro	1	1
fizemos com apoio GAL e consultores, tudo correu bem na submissão	1	
Formulário de candidatura, elaboração de memória descritiva, elegibilidade de despesas, enquadramento do projeto nas tipologias de operações.		1
Licenciamentos necessários / Elegibilidade das Despesas		1
Mais publicidade nos meios locais	1	
manual de apoio ao preenchimento de candidatura mais objetivo. Na maior parte dos casos limita-se a repetir a pergunta do formulário	1	
Marítimo-Turística		1
Menos burocracia emails ajuda por parte dos GAL		1
Na definição da elegibilidade das pessoas a inserir no projeto	1	
Nas questões relacionadas com o ordenamento do território, pareceres que são necessários obter e qual a forma de os obter	1	
Sessões de esclarecimento relativas ao critérios de elegibilidade das empresas e do projeto	1	
Sessões de esclarecimentos mais frequentes logo a seguir a abertura dos Avisos		1
Sessões de trabalho em conjunto	1	
Sessões individuais de esclarecimento a nível de legislação, de domínio burocrático e domínio técnico das plataformas usadas		1
Simulação e interação com as plataformas de submissão candidaturas, alterações e pedidos de pagamento		1
Submissão de Pedidos de Pagamento		1
Todas, no geral	1	
Trabalho com a plataforma Portugal 2020 (área informática), por vezes complexa.	1	

	POR	Mar 2020
Turismo sustentável	1	
Uma ação de esclarecimentos acerca de como apresentar o projeto, esclarecendo algumas das alíneas e os pontos fundamentais para a obtenção de nota de mérito elevada.	1	

Fonte: Inquérito aos beneficiários do DLBC Costeiro - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1477. Em que medida considera que o concurso a que concorreu, se adequa às necessidades da sua entidade e do território onde se insere?

	1 – Nada adequados		2		3		4		5		6 – Totalmente adequados		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Necessidades da entidade	-	-	1	1,0	-	-	22	22,4	29	29,6	46	46,9	98	100,0
Necessidades do território	-	-	1	1,1	-	-	20	21,1	23	24,2	51	53,7	95	100,0

Fonte: Inquérito aos beneficiários do DLBC Costeiro - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1478 Em que medida considera que o concurso a que concorreu, se adequa às necessidades da sua entidade e do território onde se insere? (POR)

	1 – Nada adequados		2		3		4		5		6 – Totalmente adequados		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Necessidades da entidade	-	-	-	-	-	-	11	23,4	12	25,5	24	51,1%	47	100,0
Necessidades do território	-	-	-	-	-	-	12	25,5	12	25,5	23	48,9	47	100,0

Fonte: Inquérito aos beneficiários do DLBC Costeiro - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1479 Em que medida considera que o concurso a que concorreu, se adequa às necessidades da sua entidade e do território onde se insere? (Mar 2020)

	1 – Nada adequados		2		3		4		5		6 – Totalmente adequados		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Necessidades da entidade	-	-	1	2,0			11	21,6	17	33,3	22	43,1	51	100,0
Necessidades do território	-	-	1	2,1			8	16,7	11	22,9	28	58,3	48	100,0

Fonte: Inquérito aos beneficiários do DLBC Costeiro - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1480. Média do Em que medida considera que o concurso a que concorreu, se adequa às necessidades da sua entidade e do território onde se insere?: (Escala 1- Nulo a 6 Elevado)

	POR		Mar 2020		Total	
	Média	N	Média	N	Média	N
Necessidades da entidade	5,28	47	5,16	51	5,21	98
Necessidades do território	5,23	47	5,35	48	5,29	95

Fonte: Inquérito aos beneficiários do DLBC Costeiro - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1481. Nos casos onde respondeu 1, 2 ou 3, justifique a sua resposta.

	POR	Mar 2020
NÃO FORAM ADEQUADOS AO TERRITÓRIO		1
Somos meio turístico pelo que vivemos do turismo e a restauração está em crescimento no entanto deveria haver consideração pelo facto estarmos pamdua	1	

Fonte: Inquérito aos beneficiários do DLBC Costeiro - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1482. Avaliação a adequação dos seguintes elementos quanto ao processo de análise e seleção do seu projeto:

	1 - Nada adequados		2		3		4		5		6 - Muito Adequados		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Condições de elegibilidade da entidade beneficiária	-	-	3	3,1	5	5,2	23	23,7	35	36,1	31	32,0	97	100,0
Condições de elegibilidade do projeto	1	1,0	3	3,1	5	5,2	21	21,6	37	38,1	30	30,9	97	100,0
Crítérios de seleção	1	1,0	2	2,1	8	8,2	26	26,8	33	34,0	27	27,8	97	100,0
Metodologia de apuramento do mérito	1	1,1	2	2,1	8	8,4	20	21,1	39	41,1	25	26,3	95	100,0
Tipo de despesas elegíveis	-	-	8	8,2	8	8,2	39	40,2	20	20,6	22	22,7	97	100,0
Taxa de incentivo	1	1,0	2	2,1	7	7,2	33	34,0	30	30,9	24	24,7	97	100,0
Carga burocrática	13	13,4	12	12,4	9	9,3	38	39,2	19	19,6	6	6,2	97	100,0
Interação com o Sistema de Informação do FSE	5	6,0	4	4,8	9	10,7	34	40,5	25	29,8	7	8,3	84	100,0
Interação com o Sistema de Informação do FEDER	7	8,8	3	3,8	10	12,5	31	38,8	22	27,5	7	8,8	80	100,0
Interação com o Sistema de Informação do PDR	5	6,3	3	3,8	11	13,9	31	39,2	21	26,6	8	10,1	79	100,0
Interação com o Balcão2020	3	3,2	6	6,5	14	15,1	39	41,9	19	20,4	12	12,9	93	100,0
Interação com outros Sistemas de informação	5	6,0	7	8,3	13	15,5	33	39,3	20	23,8	6	7,1	84	100,0
Tempo de análise/aprovação da candidatura	15	15,5	10	10,3	13	13,4	36	37,1	18	18,6	5	5,2	97	100,0
Pedidos de esclarecimentos e/ou elementos adicionais solicitados	7	7,4	8	8,4	12	12,6	31	32,6	25	26,3	12	12,6	95	100,0
Outro	-	-	-	-	1	16,7	4	66,7	-	-	1	16,7	6	100,0

Fonte: Inquérito aos beneficiários do DLBC Costeiro - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1483. Avaliação a adequação dos seguintes elementos quanto ao processo de análise e seleção do seu projeto: (POR)

	1 - Nada adequados		2		3		4		5		6 - Muito Adequados		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Condições de elegibilidade da entidade beneficiária	-	-	1	2,2	1	2,2	9	20,0	20	44,4	14	31,1	45	100,0
Condições de elegibilidade do projeto	-	-	1	2,2	1	2,2	10	22,2	19	42,2	14	31,1	45	100,0
Critérios de seleção	-	-	1	2,2	5	11,1	12	26,7	14	31,1	13	28,9	45	100,0
Metodologia de apuramento do mérito	-	-	1	2,3	7	15,9	5	11,4	21	47,7	10	22,7	44	100,0
Tipo de despesas elegíveis	-	-	3	6,7	2	4,4	18	40,0	11	24,4	11	24,4	45	100,0
Taxa de incentivo	-	-	1	2,2	3	6,5	14	30,4	14	30,4	14	30,4	46	100,0
Carga burocrática	5	11,1	6	13,3	4	8,9	19	42,2	9	20,0	2	4,4	45	100,0
Interação com o Sistema de Informação do FSE	2	4,9	3	7,3	4	9,8	17	41,5	13	31,7	2	4,9	41	100,0
Interação com o Sistema de Informação do FEDER	4	10,8	2	5,4	5	13,5	13	35,1	10	27,0	3	8,1	37	100,0
Interação com o Sistema de Informação do PDR	3	8,3	2	5,6	5	13,9	13	36,1	10	27,8	3	8,3	36	100,0
Interação com o Balcão2020	1	2,2	3	6,7	8	17,8	19	42,2	11	24,4	3	6,7	45	100,0
Interação com outros Sistemas de informação	2	4,9	4	9,8	9	22,0	14	34,1	10	24,4	2	4,9	41	100,0
Tempo de análise/aprovação da candidatura	10	21,7	4	8,7	5	10,9	16	34,8	10	21,7	1	2,2	46	100,0
Pedidos de esclarecimentos e/ou elementos adicionais solicitados	5	11,6	5	11,6	6	14,0	14	32,6	8	18,6	5	11,6	43	100,0
Outro	-	-	-	-	1	100,0	-	-	-	-	-	-	1	100,0

Fonte: Inquérito aos beneficiários do DLBC Costeiro - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 17. Avaliação a adequação dos seguintes elementos quanto ao processo de análise e seleção do seu projeto: (MAR 2020)

	1 - Nada adequados		2		3		4		5		6 - Muito Adequados		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Condições de elegibilidade da entidade beneficiária	-	-	2	3,8	4	7,7	14	26,9	15	28,8	17	32,7	52	100,0
Condições de elegibilidade do projeto	1	1,9	2	3,8	4	7,7	11	21,2	18	34,6	16	30,8	52	100,0
Critérios de seleção	1	1,9	1	1,9	3	5,8	14	26,9	19	36,5	14	26,9	52	100,0
Metodologia de apuramento do mérito	1	2,0	1	2,0	1	2,0	15	29,4	18	35,3	15	29,4	51	100,0
Tipo de despesas elegíveis			5	9,6	6	11,5	21	40,4	9	17,3	11	21,2	52	100,0
Taxa de incentivo	1	2,0	1	2,0	4	7,8	19	37,3	16	31,4	10	19,6	51	100,0
Carga burocrática	8	15,4	6	11,5	5	9,6	19	36,5	10	19,2	4	7,7	52	100,0
Interação com o Sistema de Informação do FSE	3	7,0	1	2,3	5	11,6	17	39,5	12	27,9	5	11,6	43	100,0
Interação com o Sistema de Informação do FEDER	3	7,0	1	2,3	5	11,6	18	41,9	12	27,9	4	9,3	43	100,0
Interação com o Sistema de Informação do PDR	2	4,7	1	2,3	6	14,0	18	41,9	11	25,6	5	11,6	43	100,0
Interação com o Balcão2020	2	4,2	3	6,3	6	12,5	20	41,7	8	16,7	9	18,8	48	100,0
Interação com outros Sistemas de informação	3	7,0	3	7,0	4	9,3	19	44,2	10	23,3	4	9,3	43	100,0
Tempo de análise/aprovação da candidatura	5	9,8	6	11,8	8	15,7	20	39,2	8	15,7	4	7,8	51	100,0
Pedidos de esclarecimentos e/ou elementos adicionais solicitados	2	3,8	3	5,8	6	11,5	17	32,7	17	32,7	7	13,5	52	100,0
Outro	-	-	-	-	-	-	4	80,0	-	-	1	20,0	5	100,0

Fonte: Inquérito aos beneficiários do DLBC Costeiro - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1484. Média da Avaliação a adequação dos seguintes elementos quanto ao processo de análise e seleção do seu projeto (escala 1- Nada Adequados a 6 Totalmente adequados)

	POR		Mar 2020		Total	
	Média	N	Média	N	Média	N
Condições de elegibilidade da entidade beneficiária	5,00	45	4,79	52	4,89	97
Condições de elegibilidade do projeto	4,98	45	4,75	52	4,86	97
Critérios de seleção	4,73	45	4,75	52	4,74	97
Metodologia de apuramento do mérito	4,73	44	4,82	51	4,78	95
Tipo de despesas elegíveis	4,56	45	4,29	52	4,41	97
Taxa de incentivo	4,80	46	4,53	51	4,66	97
Carga burocrática	3,60	45	3,56	52	3,58	97
Interação com o Sistema de Informação do FSE	4,02	41	4,14	43	4,08	84
Interação com o Sistema de Informação do FEDER	3,86	37	4,09	43	3,99	80
Interação com o Sistema de Informação do PDR	3,94	36	4,16	43	4,06	79
Interação com o Balcão2020	4,00	45	4,17	48	4,09	93
Interação com outros Sistemas de informação	3,78	41	3,98	43	3,88	84
Tempo de análise/aprovação da candidatura	3,33	46	3,63	51	3,48	97

Pedidos de esclarecimentos e/ou elementos adicionais solicitados	3,70	43	4,25	52	4,00	95
Outro	3,00	1	4,40	5	4,17	6

Fonte: Inquérito aos beneficiários do DLBC Costeiro - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1485. Nos casos onde respondeu 1, 2 ou 3, justifique a sua resposta.

	POR	Mar 2020
A carga burocrática de documentos é excessiva	1	
A carga burocrática é elevada. Fomos colocando algumas questões tanto ao GAL como CCDD e não obtivemos respostas claras e concretas, pois aguardam orientações superiores. Elevada inflexibilidade face a situações imprevistas que ocorreram e que a empresa não teve qualquer responsabilidade. Fomos tentando contactar a GAL e CCDD e continuamos sem respostas. Falta de um interlocutor único que apoie a empresa nas alterações necessárias, dúvidas, etc.	1	
A entidade de gestão demorou muito tempo a analisar a mesma		1
As candidaturas do MAR2020 deveriam estar padronizadas com as outros Fundos e utilizar os mesmos formulários do Balcão 2020. Existe uma carga burocrática na fase de pedidos de pagamento desproporcionada relativamente a outras Autoridades de Gestão		1
As várias plataformas são pouco intuitivas para os utilizadores, associado a uma sobrecarga de burocracia/documentação		1
Considera-se que deviam ser elegíveis todos os investimentos candidatados e no caso de algum não ser, não se devia exigir a sua implementação. Acresce referir que o modo de funcionamento da plataforma do IFAP, por vezes, dificulta a concretização dos procedimentos inerentes à gestão da operação.		1
demasiada burocracia	1	
Demora na análise/Decisão		1
Devido ao elevado tempo que a candidatura demorou até ser aprovada, os orçamentos ficaram desatualizados para prejuízo do beneficiário. Existe um grande aumento no valor dos materiais e afins. De igual modo o facto do valor do IVA não receber apoio faz com que o esforço financeiro do beneficiário seja muito elevado.		1
É exigida muita documentação pré-candidatura que só faz sentido após a mesma ser aprovada; O sistema de informação do IFAP é extremamente complexo e quase impossível de realizar uma interação sem necessitar de um génio informático.		1
Em tempos de pandemia e com o teletrabalho, verificou-se alguma demora nas respostas ou na dificuldades no contacto direto.	1	
Embora no caso do Município de Velas a questão seja ultrapassável existe um excesso de documentação e formalidades que nem sempre é compatível com entidades de menor dimensão originando menor interesse da parte das mesmas devido á complexidade das candidaturas		1
Excesso de burocracia, plataforma desadequada e total ausência de resposta em tempo e qualidade aceitável e inexistência de interlocutor..	1	
Existência de alguma carga burocrática e tempo de análise ainda demorado		1
Muita burocracia e sistemas informáticos exaustivos e difíceis de interagir		1
Não houve interação com os organismos assinalados com 1. A CCDD demora uma eternidade a responder. O GAL tem um comportamento exemplar.	1	
Não tenho todos os critérios em mente para poder avaliar. Os sistemas informáticos tb não são acessíveis. Mudanças nos critérios de elegibilidade a meio de um concurso tb não deveriam acontecer.	1	
no geral a burocracia é elevada e a plataforma é confusa, apresentando reduzida interoperabilidade	1	
O processo de candidatura não decorreu por aqueles sistemas de informação.		1
O tempo da resposta aos pedidos de esclarecimento e prazo de decisão da candidatura	1	
O tempo de apreciação da candidatura foi realmente muito prolongado	1	
Os anexos em excel apresentaram erros de versão tendo criado problemas no calculo das majorações	1	
Os prazos de análise candidatura e de reembolsos não são cumpridos e a majoração não nos foi atribuída pois não contemplam os na candidatura mas perdemos 3 meses de apoio sentido ao prazo.aprpvação não ter sido respeitado por quem aprova	1	
Os programas deveriam ser mais amplos nas despesas que apoiam.		1
os tempos de aprovação das candidaturas deviam ser encurtados		1
Os tempos de resposta não são cumpridos por parte da análise técnica mas para os promotores cumpre se sempre o código administrativo.		1
papelada desnecessária (importará que seja pedida se e depois de aprovada a candidatura; 1º analisar o mérito; 2º, perceber se a entidade é elegível e se dispõe de toda a documentação necessária à sua execução)		1
Passou muito tempo entre a análise e a aprovação da candidatura, o que originou alguns contratempos.	1	
Penso que quem elabora estas candidaturas tem muito pouco que fazer.. ou???		1
Praticamente tudo o que diz respeito à organização das candidaturas e ao funcionamento dos organismos estatais é demasiado burocratizado, confuso e ineficiente. A resposta ao meu pedido foi completamente extemporânea e com a avaliação baseada em pressupostos errados	1	
Processos de decisão extremamente demorados	1	
Respostas demoradas		1
sistema mal estruturado, pouco claro, repetitivo (pede um EXCEL anexo que tem toda a informação do formulário, repetindo-se tudo e dando muito trabalho, além de pedir demasiados anexos em fase de candidatura (devia ser pedido em fase posterior aos "pré-aprovados")	1	
Tempo de análise e aprovação prolongados. Isto leva a data da aprovação seja posterior à suposta data de início do projecto, não havendo automaticamente um adiamento da data de conclusão do projecto.		1
Tempo de análise/aprovação da candidatura foi bastante além do que era previsto	1	
Tipo de despesas elegíveis - seria importante que os custos dos RH das entidades beneficiárias afetos ao projeto, fossem considerados elegíveis; Carga burocrática - para as entidades que apresentam diversas candidaturas, é solicitado a		1

	POR	Mar 2020
apresentação dos mesmos documentos institucionais, o que representa uma carga burocrática excessiva e desnecessária. Por outro lado, a apresentação de diversos orçamentos só deveria ocorrer em fase de aprovação e não na fase de candidatura; Interação com outros sistemas de informação - o processo de candidatura, contratualização e acompanhamento da execução do projeto deveria ocorrer em apenas um sistema de informação, pelo que nos parece pouco útil a interação com o sistema do IFAP na fase de contratualização. Tempo de análise/aprovação da candidatura - em determinados casos, o tempo que medeia entre a submissão da candidatura e a comunicação dos resultados é demasiado longo, correndo o risco do projeto perder sentido de oportunidade.		
Tive algumas dificuldades de adaptação com o sistema Balcão 2020. Não é um sistema nada intuitivo. Foram-me recusados vários pedidos de pagamento até um técnico me auxiliar a preencher correctamente os valores nos espaços devidos. O tempo de análise da candidatura poderia ser bastante mais breve se o processo também fosse mais simples. Foram-me solicitados esclarecimentos de factos que embora não referidos expressamente eram possíveis de entender pelo texto.	1	

Fonte: Inquérito aos beneficiários do DLBC Costeiro - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

EXECUÇÃO DOS PROJETOS

Quadro 1486. Principais dificuldades sentidas na execução do seu projeto

	POR (N=47)		Mar 2020 (N=49)		Total (N= 96)	
	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos
Não teve dificuldades	10	21,3	18	36,7	28	29,2
Interpretação da legislação	15	31,9	8	16,3	23	24,0
Aconselhamento técnico insuficiente por parte dos consultores	6	12,8	2	4,1	8	8,3
Aconselhamento técnico insuficiente por parte do GAL	11	23,4	6	12,2	17	17,7
Dificuldade na adequação do projeto às condições de elegibilidade	8	17,0	5	10,2	13	13,5
Requisitos formais e burocracia para a instrução de pedidos de pagamento	18	38,3	21	42,9	39	40,6
Requisitos formais e burocracia para a instrução de pedidos de alteração	8	17,0	11	22,4	19	19,8
Dificuldade em obter financiamento para a parte não comparticipada	4	8,5	2	4,1	6	6,3
Cumprimento de requisitos técnicos/administrativos (pareceres, licenciamentos,...)	5	10,6	10	20,4	15	15,6
Prazo de resposta a pedidos de esclarecimento	15	31,9	4	8,2	19	19,8
Prazos de decisão	19	40,4	6	12,2	25	26,0
Outra.	5	10,6	1	2,0	6	6,3

Fonte: Inquérito aos beneficiários do DLBC Costeiro - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1487. Outro. Qual?

	POR	Mar 2020
A empresa está com dúvidas relativas ao projeto/execução e está há meses para obter pareceres concretos por parte da CCDR/GAL. Falta de um gestor de cliente que nos apoie em pedidos de alteração, esclarecimento, etc.	1	
A situação pandémica que ocorreu e que dificultou o trabalho de todos (beneficiários, Gal, ...)	1	
Alguma confusão na legislação sobre o que é elegível	1	
As notas de crédito não são abatidas nos Pedidos de Pagamento, prejudicando fortemente os promotores		1
Decisões erróneas, com fraco suporte legal e desligadas da realidade portuguesa	1	
Demora na análise de pedidos de reembolso	1	
Dificuldade de enquadramento na EDL.		1
Motivos elegíveis de despedimento no caso dos trabalhadores não cumprirem minimamente com as suas funções. Deveria ser aceite a denúncia do contrato de trabalho no período experimental, como é aceite em qualquer contrato de trabalho não financiado.	1	
Pandemia Covid 19		1
Pedidos de pagamento com atrasos inaceitáveis e reclamação ainda por responder após 7 meses.	1	

Fonte: Inquérito aos beneficiários do DLBC Costeiro - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1488. Adequação apoio prestado pelo GAL no acompanhamento da execução do projeto?

1 – Nada adequadas		2		3		4		5		6 – Totalmente adequadas		N/A		Total	
N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
2	2,1	3	3,1	6	6,2	21	21,6	20	20,6	35	36,1	10	10,3	97	100,0

Fonte: Inquérito aos beneficiários do DLBC Costeiro - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1489. Adequação apoio prestado pelo GAL no acompanhamento da execução do projeto (POR)?

1 – Nada adequadas		2		3		4		5		6 – Totalmente adequadas		N/A		Total	
N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
1	2,2	2	4,3	5	10,9	11	23,9	11	23,9	11	23,9	5	10,9	46	100,0

Fonte: Inquérito aos beneficiários do DLBC Costeiro - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1490. Adequação apoio prestado pelo GAL no acompanhamento da execução do projeto (MAR2020)?

1 – Nada adequadas		2		3		4		5		6 – Totalmente adequadas		N/A		Total	
N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
1	2,0	1	2,0	1	2,0	10	19,6	9	17,6	24	47,1	5	9,8	51	100,0

Fonte: Inquérito aos beneficiários do DLBC Costeiro - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1491. Média da adequação apoio prestado pelo GAL no acompanhamento da execução do projeto (escala 1- Nada Adequados a 6 Totalmente adequados)

	POR		Mar 2020		Total	
	Média	N	Média	N	Média	N
Adequação apoio prestado pelo GAL no acompanhamento da execução do projeto	4,51	41	5,11	46	4,83	87

Fonte: Inquérito aos beneficiários do DLBC Costeiro - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1492. Se respondeu 1, 2 ou 3, quais os elementos que justificam a sua resposta

	POR (N=12)		Mar 2020 (N=4)		Total (N= 16)	
	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos
Dificuldade de contacto telefónico	5	41,7	1	25,0	6	37,5
Ausência/demora de resposta a emails	7	58,3	2	50,0	9	56,3
Dificuldade/impossibilidade de atendimento presencial	4	33,3	1	25,0	5	31,3
Demora nos esclarecimentos	9	75,0	2	50,0	11	68,8
Esclarecimentos pouco claros	8	66,7	3	75,0	11	68,8
Falta de capacidade técnica para responder às questões colocadas	4	33,3	3	75,0	7	43,8
Outras	1	8,3	-	-	1	6,3

Fonte: Inquérito aos beneficiários do DLBC Costeiro - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1493. Outro. Qual?

	POR	Mar 2020
Incapacidade de resolver problemas decorrentes da burocracia e dos sistemas adoptados.	1	

Fonte: Inquérito aos beneficiários do DLBC Costeiro - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1494. Considera que o GAL assegurou a capacitação dos beneficiários e potenciais beneficiários para a execução dos projetos?

	POR (N=42)		Mar 2020 (N=48)		Total (N= 90)	
	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos
Não	9	21,4	7	14,6	16	17,8
Sim, através de sessões de esclarecimento	14	33,3	19	39,6	33	36,7
Sim, através de atendimentos durante a execução dos projetos	12	28,6	21	43,8	33	36,7
Sim, através de documentação de apoio (orientações técnicas)	14	33,3	19	39,6	33	36,7
Sim, através de outras ações	3	7,1	3	6,3	6	6,7

Fonte: Inquérito aos beneficiários do DLBC Costeiro - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1495. Indique quais:

	POR	Mar 2020
atendimento telefónico	1	
Através da sensibilização dos consultores	1	
Através do site		1
Considero que poderia ter sido realizada uma sessão de esclarecimentos sobre o aviso.		1
esclarecimentos sempre que interpelado		1
Junta Freguesia de Melides	1	
Muitas das questões colocadas, remeterem para a CCDD	1	
Reuniões		1

Fonte: Inquérito aos beneficiários do DLBC Costeiro - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1496. Se participou em ações de capacitação, como avalia a utilidade dessas ações

1 – Nada úteis		2		3		4		5		6 – Muito úteis		Não participou		Total	
N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
-	-	2	2,8	3	4,2	3	4,2	6	8,5	26	36,6	31	43,7	71	100,0

Fonte: Inquérito aos beneficiários do DLBC Costeiro - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1497. Se participou em ações de capacitação, como avalia a utilidade dessas ações (POR)

1 – Nada úteis		2		3		4		5		6 – Muito úteis		Não participou		Total	
N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
-	-	-	-	2	6,3	3	9,4	1	3,1	6	18,8	20	62,5	32	100,0

Fonte: Inquérito aos beneficiários do DLBC Costeiro - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1498. Se participou em ações de capacitação, como avalia a utilidade dessas ações

1 – Nada úteis		2		3		4		5		6 – Muito úteis		Não participou		Total	
N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
-	-	2	5,1	1	2,6	-	-	5	12,8	20	51,3	11	28,2	39	100,0

Fonte: Inquérito aos beneficiários do DLBC Costeiro - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1499. Média da utilidade dessas ações (escala 1- Nada útil a 6 muito útil)

	POR		Mar 2020		Total	
	Média	N	Média	N	Média	N
Utilidade dessas ações	4,92	12	5,43	28	5,28	40

Fonte: Inquérito aos beneficiários do DLBC Costeiro - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1500. Se participou em ações de capacitação, como avalia a utilidade dessas ações

	POR	Mar 2020
Análise requisitos e elaboração projecto	1	
Comunicação da intenção de apresentação de candidatura, com breve caracterização da mesma e resposta do GAL, no prazo de cinco dias úteis, das orientações técnicas aplicáveis à mesma candidatura		1
Contratação Pública; Estudo de viabilidade económica	1	
Documentos essenciais à instrução do processo e justificação de desvios de execução		1
Em primeiro lugar, considero que deveria ter existido uma alteração da Estratégia de Desenvolvimento Local. Para além disso, poderiam ser realizadas sessões de esclarecimento aquando da publicação dos avisos.		1
Estabelecimento de redes de cooperação	1	
Explicação dos trâmites para cumprir a legislação imposta	1	
Formação informática para trabalhar na Plataforma Portugal 2020.	1	
Formação sobre Pedidos de Pagamento		1
participei em Santiago, mas não me recordo das datas	1	
Qualquer interacção com o site do IFAP		1
reuniões de apoio técnico-financeiro com grupos de beneficiários (partilha de dificuldades, e de soluções práticas)		1
Sessões de Capacitação relativas a Submissão de Pedidos de Pagamentos		1
Sessões de esclarecimento	1	
Simulações práticas na submissão de candidaturas e pedidos de pagamentos e alterações		1
Todas e em todos os projetos.		1

Fonte: Inquérito aos beneficiários do DLBC Costeiro - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1501. Principais necessidades/problemas que sente em relação à Equipa Técnica do GAL

	POR (N=39)		Mar 2020 (N=48)		Total (N= 87)	
	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos
Insuficiência no número de elementos da Equipa Técnica do GAL	11	28,2	9	18,8	20	23,0
Desadequação da formação e conhecimentos técnicos do GAL	4	10,3	2	4,2	6	6,9
Insuficiência de conhecimentos técnicos da GAL	2	5,1	2	4,2	4	4,6
Excessiva especialização dos técnicos em determinada área/função	1	2,6	-	-	1	1,1
Não sente necessidades/problemas em relação à Equipa Técnica do GAL	25	64,1	38	79,2	63	72,4
Outros	2	5,1	2	4,2	4	4,6

Fonte: Inquérito aos beneficiários do DLBC Costeiro - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1502. Outros, quais:

	POR	Mar 2020
Limitações ao nível de informação por não disporem de autonomia em relação a alguns assuntos	1	0
Sensação, no contacto com o GAL, da persistência de dúvidas decorrentes de falta de informação por parte do nível superior	0	1

Fonte: Inquérito aos beneficiários do DLBC Costeiro - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1503. Ponderou apresentar candidatura a outro Programa/Medida?

	POR		Mar 2020		Total	
	N	%	N	%	N	%
Sim	7	15,2%	10	19,6%	17	17,5%
Não	39	84,8%	41	80,4%	80	82,5%
Total	46	100,0%	51	100,0%	97	100,0%

Fonte: Inquérito aos beneficiários do DLBC Costeiro - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1504 Identifique o outro Programa a que ponderou apresentar candidatura e porque é que optou pelo apoio do GAL

	POR	Mar 2020
ADAPTAR (apresentada e aprovada). SI Inovação Produtiva (apresentada mas não aprovada). CO3SO: não conseguiu submissão.	1	
Centro 2020		1
de momento ainda não existe nenhum programa activo ao qual nos possamos candidatar	1	
MAR2020		1
outra que se adequasse melhor às diferentes tipologias de despesas (ha outras além dos custos com RH)	1	
PO SEUR (não aprovada por falta de cumprimento de requisitos específicos)		1
Por serem dedicados ao desenvolvimento local e analisados numa perspetiva local.	1	

	POR	Mar 2020
Programas de financiamento na área do mar		1

Fonte: Inquérito aos beneficiários do DLBC Costeiro - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1505. Avaliação do contributo do modelo de apresentação de candidaturas ao GAL comparativamente com o modelo de apresentação de candidaturas diretamente ao Programa operacional para as seguintes dimensões:

	Contributo negativo		Contributo neutro		Contributo positivo		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Redução da carga administrativa	7	8,5	44	53,7	31	37,8	82	100,0
Celeridade de procedimentos	10	12,0	34	41,0	39	47,0	83	100,0
Proximidade aos beneficiários	3	3,7	14	17,1	65	79,3	82	100,0
Capacidade de ajustamento às necessidades do território	3	3,7	21	25,6	58	70,7	82	100,0
Participação dos atores locais na definição do processo de desenvolvimento local	3	3,7	25	30,5	54	65,9	82	100,0
Promoção da articulação e criação de sinergias entre beneficiários	3	3,7	40	49,4	38	46,9	81	100,0
Monitorização de resultados	3	3,8	43	53,8	34	42,5	80	100,0
Resultados atingidos com os projetos	1	1,3	37	46,3	42	52,5	80	100,0
Alcance das metas definidas nos projetos	3	3,8	35	44,3	41	51,9	79	100,0
Outras.	-	-	7	77,8	2	22,2	9	100,0

Fonte: Inquérito aos beneficiários do DLBC Costeiro - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1506. Avaliação do contributo do modelo de apresentação de candidaturas ao GAL comparativamente com o modelo de apresentação de candidaturas diretamente ao Programa operacional para as seguintes dimensões (POR):

	Contributo negativo		Contributo neutro		Contributo positivo		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Redução da carga administrativa	1	2,9	25	71,4	9	25,7	35	100,0
Celeridade de procedimentos	6	16,7	16	44,4	14	38,9	36	100,0
Proximidade aos beneficiários	2	5,7	8	22,9	25	71,4	35	100,0
Capacidade de ajustamento às necessidades do território	1	2,9	10	28,6	24	68,6	35	100,0
Participação dos atores locais na definição do processo de desenvolvimento local	1	2,8	15	41,7	20	55,6	36	100,0
Promoção da articulação e criação de sinergias entre beneficiários	2	5,7	20	57,1	13	37,1	35	100,0
Monitorização de resultados	2	5,7	22	62,9	11	31,4	35	100,0
Resultados atingidos com os projetos	1	2,9	20	58,8	13	38,2	34	100,0
Alcance das metas definidas nos projetos	2	5,9	18	52,9	14	41,2	34	100,0
Outras.	-	-	4	80,0	1	20,0	5	100,0

Fonte: Inquérito aos beneficiários do DLBC Costeiro - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1507. Avaliação do contributo do modelo de apresentação de candidaturas ao GAL comparativamente com o modelo de apresentação de candidaturas diretamente ao Programa operacional para as seguintes dimensões (MAR2020):

	Contributo negativo		Contributo neutro		Contributo positivo		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Redução da carga administrativa	6	12,8	19	40,4	22	46,8	47	100,0
Celeridade de procedimentos	4	8,5	18	38,3	25	53,2	47	100,0
Proximidade aos beneficiários	1	2,1	6	12,8	40	85,1	47	100,0
Capacidade de ajustamento às necessidades do território	2	4,3	11	23,4	34	72,3	47	100,0
Participação dos atores locais na definição do processo de desenvolvimento local	2	4,3	10	21,7	34	73,9	46	100,0
Promoção da articulação e criação de sinergias entre beneficiários	1	2,2	20	43,5	25	54,3	46	100,0
Monitorização de resultados	1	2,2	21	46,7	23	51,1	45	100,0
Resultados atingidos com os projetos	-	-	17	37,0	29	63,0	46	100,0
Alcance das metas definidas nos projetos	1	2,2	17	37,8	27	60,0	45	100,0
Outras.	-	-	3	75,0	1	25,0	4	100,0

Fonte: Inquérito aos beneficiários do DLBC Costeiro - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1508. Outros, quais:

	POR	Mar 2020
Há aspectos a que não conseguimos dar resposta (por desconhecimento)	1	
Não tenho em mente as diferenças entre os dois tipos de candidaturas	1	

Fonte: Inquérito aos beneficiários do DLBC Costeiro - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1509. principais vantagens de apresentar candidaturas ao GAL:

	POR	Mar 2020
A análise ser local	1	
A candidatura foi apresentada via balcão 2020 mas o Gal tem a vantagem de conhecer a zona	1	
Ações locais onde apenas os que localizam no território podem recorrer	1	
Agente mais próximo da realidade e com possibilidade de apoiar de forma mais cabal a implementação do projeto.		1
Ajuda e aconselhamento na fase pré-candidatura	1	
Ajudar a melhorar uma empresa empreendedora c/projeto		1
Apoio ao crescimento e nascimento de uma empresa local	1	
Apoio local mais próximo para possíveis esclarecimentos nas diversas fases do projecto, desde a preparação, à execução e término		1
Apoio local para o desenvolvimento das empresas	1	
Apoio técnico excelente	1	
Boa comparticipação financeira e bom acompanhamento técnico.		1
bom acompanhamento	1	
Candidaturas aparentemente mais simples	1	
celeridade nos apoios		1
Contar com o conhecimento dos seus técnicos		1
Esclarecimento do processo		1
Facilidade de contacto direto	1	
Facilidade na compreensão dos avisos abertos		1
inovação para ação local		1
Os pontos assinalados como contributo positivo na questão anterior.		1
Os técnicos tem excelente conhecimento de todo o processo do GAL		1
Proximidade	4	8
Acessibilidade e disponibilidade		1
Proximidade aos beneficiários		3
Celeridade de procedimentos; Ajustamento Às necessidades do território		1
Proximidade dos técnicos do GAL	1	1
Adequação		1
Apoio	1	1
Maior conhecimento do território	1	2
Mais fácil relacionamento. Humanidade no relacionamento		1
uma maior interação entre ambos. Conhecimento do território. Conhecimento das necessidades. Conhecimento dos intervenientes.	1	
disponibilidade e capacidade técnica.	1	
facilidade de comunicação, compreensão eficiente do conceito dos projectos por parte dos técnicos do GAL		1
Sempre que solicitei ajuda foi bem informado	1	

Fonte: Inquérito aos beneficiários do DLBC Costeiro - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1510. principais desvantagens de apresentar candidaturas ao GAL:

	POR	Mar 2020
A alteração das regras "do jogo" a meio do programa.		1
A decisão da candidatura será sempre superior.		1
Apesar de terem por objectivo a proximidade ao beneficiário as limitações na lei tornam o gal um elemento similar a estrutura de gestão com falta de autonomia para lidar com exceções.	1	
baixa taxa de comparticipação		1
demorado		1
burocracia inerente		2
Confusão nas regras impostas, fraco acompanhamento do processo, demora absurda em todos os prazos, impreparação dos técnicos, etc.	1	
Deficiente dotação orçamental que dificulta a aprovação de um maior número de candidaturas	1	
Demora muito tempo a decidir as verbas		1
Demora na execução financeira. Começou em 2017 e ainda não terminou. Demora nos pagamentos.	1	
Dotação do aviso de valor reduzido para as necessidades da região	1	
duplicação funções. Entre GAL e CCDR LVT e em termos do GAL ser apoio mas também fiscal	1	
Elevada carga administrativa		1
Estrutura pequena levanta problemas durante a fase de execução, pois não existe disponibilidade suficiente.		1
Incapacidade geral dos GAL		1
Inexistência de maior capacitação para resolver problemas decorrentes dos sistemas adoptados e da falta de disponibilidade da CDRC.	1	
Muitos projetos, pouca dotação	1	
Não detêm conhecimento profundo de algumas medidas e nesse sentido questões mais impactantes do projeto, delegam para a CCDR	1	
Não foram conhecidas em tempo útil as competências do Gal e de outras entidades.	1	

	POR	Mar 2020
O problema encontrados são ao nível do funcionamento do Programa Operacional MAR2020 e nomeadamente na Plataforma do IFAP que muito mais complexa em relação ao Balcão 2020 e a análise dos próprios Pedidos de Pagamento por parte da DRAP		1
o tempo e as respostas vagas	1	
Os pontos assinalados como contributo negativo ou neutro na questão anterior.		1
Os técnicos estão condicionados pela tremenda burocracia		1
Pouco poder de manobra perante directrizes regionais/nacionais.	1	
Processo ainda bastante burocrático e período de decisão prolongado apesar do apoio GAL		1
processo decisão ainda demasiado centralizado, o que se traduz em prazo de decisão demasiado dilatados.		1
Respostas menos céleres. Esperar até que as entidades superiores respondam.	1	0

Fonte: Inquérito aos beneficiários do DLBC Costeiro - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1511. Avaliação do valor acrescentado resultante da atribuição de apoios através do GAL face à atribuição do financiamento através de outros instrumentos de financiamento:

	1 – Nulo		2		3		4		5		6 – Elevado		Não sabe/não tem opinião formada		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Valorização do capital social e humano dos territórios	1	1,1	-	-	4	4,3	20	21,5	23	24,7	30	32,3	15	16,1	93	100,0
Promoção da proximidade com a comunidade local (pessoas, empresas, organizações)	2	2,2	-	-	4	4,3	17	18,5	19	20,7	37	40,2	13	14,1	92	100,0
Maior conhecimento das necessidades e potencialidades do território	1	1,1	-	-	3	3,2	16	17,2	23	24,7	37	39,8	13	14,0	93	100,0
Estímulo ao trabalho em rede entre os atores do desenvolvimento do território	4	4,3	-	-	6	6,5	17	18,5	20	21,7	27	29,3	18	19,6	92	100,0
Densidade e qualidade das interações entre os parceiros (p.e., no âmbito da análise, da discussão e das tomadas de decisão sobre a estratégia atual e futura)	4	4,4	1	1,1	5	5,5	16	17,6	23	25,3	18	19,8	24	26,4	91	100,0
Densidade e qualidade das interações entre as entidades institucionais no sentido do desenvolvimento do território (p.e., novas oportunidades de interação, atitude proactiva, aprendizagem coletiva)	4	4,4	1	1,1	4	4,4	15	16,5	22	24,2	21	23,1	24	26,4	91	100,0
Confiança mútua (entre parceiros, entre ETL e parceiros, entre beneficiários/potenciais beneficiários e GAL, entre GAL e RRN, OP, AGs, ...)	4	4,4	-	-	3	3,3	12	13,3	17	18,9	28	31,1	26	28,9	90	100,0
Envolvimento da geração mais jovem e outros grupos específicos relevantes e a incorporação das suas perspetivas de futuro relativamente ao território onde vivem	2	2,2	1	1,1	6	6,7	18	20,0	15	16,7	22	24,4	26	28,9	90	100,0
Coesão territorial (novas ligações em rede, melhor aproveitamento dos recursos locais, desenvolvimento endógeno)	2	2,2	1	1,1	4	4,4	12	13,3	19	21,1	31	34,4	21	23,3	90	100,0
Reforço da governança local	3	3,3	-	-	4	4,4	16	17,8	18	20,0	27	30,0	22	24,4	90	100,0
Participação dos atores locais na definição do processo de desenvolvimento local	3	3,3	-	-	5	5,6	16	17,8	19	21,1	30	33,3	17	18,9	90	100,0
Desenvolvimento de práticas inovadoras de governação	4	4,4	-	-	3	3,3	14	15,6	21	23,3	19	21,1	29	32,2	90	100,0
Coordenação entre os diferentes níveis de governação (qualidade das interações/comunicação entre as entidades competentes)	2	2,2	2	2,2	4	4,4	15	16,7	18	20,0	18	20,0	31	34,4	90	100,0
Trabalho em rede/colaboração no território	2	2,2	1	1,1	6	6,7	13	14,6	19	21,3	28	31,5	20	22,5	89	100,0
Capacidade de criação de sinergias entre parceiros e envolvimento em torno de objetivos/interesses comuns	2	2,2	-	-	6	6,7	12	13,3	17	18,9	29	32,2	24	26,7	90	100,0
Capacidade de interagir/discutir e negociar nos vários níveis do sistema de governação	2	2,2	2	2,2	6	6,7	14	15,6	17	18,9	20	22,2	29	32,2	90	100,0
Capacidade para gerir vários fundos	2	2,2	1	1,1	5	5,6	16	17,8	14	15,6	24	26,7	28	31,1	90	100,0
Relevância do GAL enquanto promotor do desenvolvimento do território	2	2,2	1	1,1	3	3,3	14	15,6	20	22,2	36	40,0	14	15,6	90	100,0
Cooperação com outros territórios	2	2,2	1	1,1	3	3,4	15	16,9	16	18,0	20	22,5	32	36,0	89	100,0
Mobilização da comunidade local	3	3,3	-	-	5	5,6	14	15,6	21	23,3	26	28,9	21	23,3	90	100,0

	1 – Nulo		2		3		4		5		6 – Elevado		Não sabe/não tem opinião formada		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Melhoria do sistema de governança (p.e., coordenação entre os níveis de governação local e regional)	3	3,3	-	-	3	3,3	16	17,8	17	18,9	24	26,7	27	30,0	90	100,0
Confiança mútua entre o GAL, os parceiros e os beneficiários e potenciais beneficiários;	2	2,2	-	-	5	5,6	13	14,4	16	17,8	33	36,7	21	23,3	90	100,0
Potenciar os resultados e impactos decorrentes das intervenções apoiadas no âmbito da EDL	2	2,2	-	-	5	5,6	13	14,4	17	18,9	28	31,1	25	27,8	90	100,0
Acompanhamento /proximidade com as entidades beneficiárias e potenciais promotores	2	2,2	-	-	3	3,3	14	15,6	19	21,1	35	38,9	17	18,9	90	100,0
Estímulo ao investimento/ Identificação de oportunidades de investimento	2	2,2	1	1,1	5	5,6	16	17,8	20	22,2	33	36,7	13	14,4	90	100,0
Inovação dos projetos apoiados	1	1,1	1	1,1	5	5,6	15	16,9	20	22,5	25	28,1	22	24,7	89	100,0
Qualidade dos projetos apoiados	1	1,1	-	-	4	4,4	17	18,9	19	21,1	28	31,1	21	23,3	90	100,0
Sustentabilidade dos projetos apoiados	1	1,1	-	-	3	3,3	15	16,7	22	24,4	25	27,8	24	26,7	90	100,0
Alargamento da tipologia de potenciais beneficiários	1	1,1	2	2,2	4	4,4	11	12,2	17	18,9	34	37,8	21	23,3	90	100,0
Capacidade dos projetos apoiados gerarem efeitos multiplicadores	2	2,2	-	-	4	4,4	14	15,6	17	18,9	32	35,6	21	23,3	90	100,0
Alavancagem financeira dos projetos apoiados	2	2,2	-	-	4	4,4	19	21,1	20	22,2	26	28,9	19	21,1	90	100,0
Divulgação dos produtos/serviços criados pelos projetos apoiados	3	3,3	-	-	3	3,3	20	22,2	16	17,8	30	33,3	18	20,0	90	100,0
Disseminação de conhecimentos, conhecer novas experiências e boas práticas	2	2,2	-	-	4	4,4	18	20,0	18	20,0	27	30,0	21	23,3	90	100,0

Fonte: Inquérito aos beneficiários do DLBC Costeiro - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1512. Avaliação do valor acrescentado resultante da atribuição de apoios através do GAL face à atribuição do financiamento através de outros instrumentos de financiamento (POR):

	1 – Nulo		2		3		4		5		6 – Elevado		Não sabe/não tem opinião formada		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Valorização do capital social e humano dos territórios	-	-	-	-	-	-	9	20,9	10	23,3	14	32,6	10	23,3	43	100,0
Promoção da proximidade com a comunidade local (pessoas, empresas, organizações)	-	-	-	-	1	2,4	7	16,7	8	19,0	16	38,1	10	23,8	42	100,0
Maior conhecimento das necessidades e potencialidades do território	-	-	-	-	-	-	7	16,3	10	23,3	17	39,5	9	20,9	43	100,0
Estímulo ao trabalho em rede entre os atores do desenvolvimento do território	2	4,7	-	-	1	2,3	9	20,9	8	18,6	13	30,2	10	23,3	43	100,0
Densidade e qualidade das interações entre os parceiros (p.e., no âmbito da análise, da discussão e das tomadas de decisão sobre a estratégia atual e futura)	2	4,8	-	-	2	4,8	9	21,4	8	19,0	7	16,7	14	33,3	42	100,0
Densidade e qualidade das interações entre as entidades institucionais no sentido do desenvolvimento do território (p.e., novas oportunidades de interação, atitude proactiva, aprendizagem coletiva)	2	4,7	-	-	1	2,3	8	18,6	8	18,6	8	18,6	16	37,2	43	100,0
Confiança mútua (entre parceiros, entre ETL e parceiros, entre beneficiários/potenciais beneficiários e GAL, entre GAL e RRN, OP, AGs, ...)	1	2,3	-	-	1	2,3	6	14,0	7	16,3	13	30,2	15	34,9	43	100,0
Envolvimento da geração mais jovem e outros grupos específicos relevantes e a incorporação das suas perspetivas de futuro relativamente ao território onde vivem	1	2,4	-	-	2	4,8	9	21,4	9	21,4	8	19,0	13	31,0	42	100,0
Coesão territorial (novas ligações em rede, melhor aproveitamento dos recursos locais, desenvolvimento endógeno)	1	2,4	-	-	1	2,4	7	16,7	6	14,3	13	31,0	14	33,3	42	100,0
Reforço da governança local	1	2,4	-	-	1	2,4	9	21,4	5	11,9	14	33,3	12	28,6	42	100,0

	1 – Nulo		2		3		4		5		6 – Elevado		Não sabe/não tem opinião formada		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Participação dos atores locais na definição do processo de desenvolvimento local	1	2,4	-	-	1	2,4	10	23,8	5	11,9	14	33,3	11	26,2	42	100,0
Desenvolvimento de práticas inovadoras de governação	2	4,8	-	-			8	19,0	7	16,7	10	23,8	15	35,7	42	100,0
Coordenação entre os diferentes níveis de governação (qualidade das interações/comunicação entre as entidades competentes)	1	2,4	1	2,4	1	2,4	9	21,4	7	16,7	8	19,0	15	35,7	42	100,0
Trabalho em rede/colaboração no território	1	2,4	-	-	2	4,9	7	17,1	7	17,1	13	31,7	11	26,8	41	100,0
Capacidade de criação de sinergias entre parceiros e envolvimento em torno de objetivos/interesses comuns	1	2,4	-	-	3	7,1	6	14,3	5	11,9	13	31,0	14	33,3	42	100,0
Capacidade de interagir/discutir e negociar nos vários níveis do sistema de governação	1	2,4	1	2,4	3	7,1	8	19,0	5	11,9	9	21,4	15	35,7	42	100,0
Capacidade para gerir vários fundos	1	2,4	-	-	2	4,8	7	16,7	5	11,9	11	26,2	16	38,1	42	100,0
Relevância do GAL enquanto promotor do desenvolvimento do território	1	2,4	-	-			8	19,0	10	23,8	15	35,7	8	19,0	42	100,0
Cooperação com outros territórios	1	2,4	-	-	1	2,4	8	19,5	8	19,5	9	22,0	14	34,1	41	100,0
Mobilização da comunidade local	1	2,4	-	-	1	2,4	7	16,7	10	23,8	10	23,8	13	31,0	42	100,0
Melhoria do sistema de governança (p.e., coordenação entre os níveis de governação local e regional)	1	2,4	-	-			10	23,8	4	9,5	11	26,2	16	38,1	42	100,0
Confiança mútua entre o GAL, os parceiros e os beneficiários e potenciais beneficiários;	1	2,4	-	-	1	2,4	7	16,7	7	16,7	13	31,0	13	31,0	42	100,0
Potenciar os resultados e impactos decorrentes das intervenções apoiadas no âmbito da EDL	1	2,4	-	-	1	2,4	7	16,7	7	16,7	9	21,4	17	40,5	42	100,0
Acompanhamento /proximidade com as entidades beneficiárias e potenciais promotores	1	2,4	-	-	-	-	6	14,3	8	19,0	15	35,7	12	28,6	42	100,0
Estímulo ao investimento/ Identificação de oportunidades de investimento	1	2,4	1	2,4	-	-	8	19,0	8	19,0	15	35,7	9	21,4	42	100,0
Inovação dos projetos apoiados	-	-	1	2,4	-	-	7	17,1	8	19,5	12	29,3	13	31,7	41	100,0
Qualidade dos projetos apoiados	-	-	-	-	1	2,4	8	19,0	6	14,3	14	33,3	13	31,0	42	100,0
Sustentabilidade dos projetos apoiados	-	-	-	-	-	-	8	19,0	6	14,3	12	28,6	16	38,1	42	100,0
Alargamento da tipologia de potenciais beneficiários	-	-	1	2,4	-	-	6	14,3	8	19,0	14	33,3	13	31,0	42	100,0
Capacidade dos projetos apoiados gerarem efeitos multiplicadores	1	2,4	-	-	-	-	8	19,0	5	11,9	17	40,5	11	26,2	42	100,0
Alavancagem financeira dos projetos apoiados	1	2,4	-	-	-	-	9	21,4	8	19,0	14	33,3	10	23,8	42	100,0
Divulgação dos produtos/serviços criados pelos projetos apoiados	1	2,4	-	-	-	-	11	26,2	5	11,9	14	33,3	11	26,2	42	100,0
Disseminação de conhecimentos, conhecer novas experiências e boas práticas	1	2,4	-	-	-	-	10	23,8	6	14,3	11	26,2	14	33,3	42	100,0

Fonte: Inquérito aos beneficiários do DLBC Costeiro - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1513. Avaliação do valor acrescentado resultante da atribuição de apoios através do GAL face à atribuição do financiamento através de outros instrumentos de financiamento (MAR2020):

	1 – Nulo		2		3		4		5		6 – Elevado		Não sabe/não tem opinião formada		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Valorização do capital social e humano dos territórios	1	2,0	-	-	4	8,0	11	22,0	13	26,0	16	32,0	5	10,0	50	100,0
Promoção da proximidade com a comunidade local (pessoas, empresas, organizações)	2	4,0	-	-	3	6,0	10	20,0	11	22,0	21	42,0	3	6,0	50	100,0
Maior conhecimento das necessidades e potencialidades do território	1	2,0	-	-	3	6,0	9	18,0	13	26,0	20	40,0	4	8,0	50	100,0
Estímulo ao trabalho em rede entre os atores do desenvolvimento do território	2	4,1	-	-	5	10,2	8	16,3	12	24,5	14	28,6	8	16,3	49	100,0

	1 – Nulo		2		3		4		5		6 – Elevado		Não sabe/não tem opinião formada		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Densidade e qualidade das interações entre os parceiros (p.e., no âmbito da análise, da discussão e das tomadas de decisão sobre a estratégia atual e futura)	2	4,1	1	2,0	3	6,1	7	14,3	15	30,6	11	22,4	10	20,4	49	100,0
Densidade e qualidade das interações entre as entidades institucionais no sentido do desenvolvimento do território (p.e., novas oportunidades de interação, atitude proactiva, aprendizagem coletiva)	2	4,2	1	2,1	3	6,3	7	14,6	14	29,2	13	27,1	8	16,7	48	100,0
Confiança mútua (entre parceiros, entre ETL e parceiros, entre beneficiários/potenciais beneficiários e GAL, entre GAL e RRN, OP, AGs, ...)	3	6,4	-	-	2	4,3	6	12,8	10	21,3	15	31,9	11	23,4	47	100,0
Envolvimento da geração mais jovem e outros grupos específicos relevantes e a incorporação das suas perspetivas de futuro relativamente ao território onde vivem	1	2,1	1	2,1	4	8,3	9	18,8	6	12,5	14	29,2	13	27,1	48	100,0
Coesão territorial (novas ligações em rede, melhor aproveitamento dos recursos locais, desenvolvimento endógeno)	1	2,1	1	2,1	3	6,3	5	10,4	13	27,1	18	37,5	7	14,6	48	100,0
Reforço da governança local	2	4,2	-	-	3	6,3	7	14,6	13	27,1	13	27,1	10	20,8	48	100,0
Participação dos atores locais na definição do processo de desenvolvimento local	2	4,2	-	-	4	8,3	6	12,5	14	29,2	16	33,3	6	12,5	48	100,0
Desenvolvimento de práticas inovadoras de governação	2	4,2	-	-	3	6,3	6	12,5	14	29,2	9	18,8	14	29,2	48	100,0
Coordenação entre os diferentes níveis de governação (qualidade das interações/comunicação entre as entidades competentes)	1	2,1	1	2,1	3	6,3	6	12,5	11	22,9	10	20,8	16	33,3	48	100,0
Trabalho em rede/colaboração no território	1	2,1	1	2,1	4	8,3	6	12,5	12	25,0	15	31,3	9	18,8	48	100,0
Capacidade de criação de sinergias entre parceiros e envolvimento em torno de objetivos/interesses comuns	1	2,1	-	-	3	6,3	6	12,5	12	25,0	16	33,3	10	20,8	48	100,0
Capacidade de interagir/discutir e negociar nos vários níveis do sistema de governação	1	2,1	1	2,1	3	6,3	6	12,5	12	25,0	11	22,9	14	29,2	48	100,0
Capacidade para gerir vários fundos	1	2,1	1	2,1	3	6,3	9	18,8	9	18,8	13	27,1	12	25,0	48	100,0
Relevância do GAL enquanto promotor do desenvolvimento do território	1	2,1	1	2,1	3	6,3	6	12,5	10	20,8	21	43,8	6	12,5	48	100,0
Cooperação com outros territórios	1	2,1	1	2,1	2	4,2	7	14,6	8	16,7	11	22,9	18	37,5	48	100,0
Mobilização da comunidade local	2	4,2	-	-	4	8,3	7	14,6	11	22,9	16	33,3	8	16,7	48	100,0
Melhoria do sistema de governança (p.e., coordenação entre os níveis de governação local e regional)	2	4,2	-	-	3	6,3	6	12,5	13	27,1	13	27,1	11	22,9	48	100,0
Confiança mútua entre o GAL, os parceiros e os beneficiários e potenciais beneficiários;	1	2,1	-	-	4	8,3	6	12,5	9	18,8	20	41,7	8	16,7	48	100,0
Potenciar os resultados e impactos decorrentes das intervenções apoiadas no âmbito da EDL	1	2,1	-	-	4	8,3	6	12,5	10	20,8	19	39,6	8	16,7	48	100,0
Acompanhamento /proximidade com as entidades beneficiárias e potenciais promotores	1	2,1	-	-	3	6,3	8	16,7	11	22,9	20	41,7	5	10,4	48	100,0
Estímulo ao investimento/ Identificação de oportunidades de investimento	1	2,1	-	-	5	10,4	8	16,7	12	25,0	18	37,5	4	8,3	48	100,0
Inovação dos projetos apoiados	1	2,1	-	-	3	6,3	9	18,8	13	27,1	14	29,2	8	16,7	48	100,0
Qualidade dos projetos apoiados	1	2,1	-	-	3	6,3	7	14,6	16	33,3	13	27,1	8	16,7	48	100,0
Sustentabilidade dos projetos apoiados	1	2,1	-	-	3	6,3	7	14,6	16	33,3	13	27,1	8	16,7	48	100,0
Alargamento da tipologia de potenciais beneficiários	1	2,1	1	2,1	4	8,3	5	10,4	9	18,8	20	41,7	8	16,7	48	100,0
Capacidade dos projetos apoiados gerarem efeitos multiplicadores	1	2,1	-	-	4	8,3	6	12,5	12	25,0	15	31,3	10	20,8	48	100,0
Alavancagem financeira dos projetos apoiados	1	2,1	-	-	4	8,3	10	20,8	12	25,0	12	25,0	9	18,8	48	100,0

	1 – Nulo		2		3		4		5		6 – Elevado		Não sabe/não tem opinião formada		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Divulgação dos produtos/serviços criados pelos projetos apoiados	2	4,2	-	-	3	6,3	9	18,8	11	22,9	16	33,3	7	14,6	48	100,0
Disseminação de conhecimentos, conhecer novas experiências e boas práticas	1	2,1	-	-	4	8,3	8	16,7	12	25,0	16	33,3	7	14,6	48	100,0

Fonte: Inquérito aos beneficiários do DLBC Costeiro - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1514. Média da Avaliação do valor acrescentado resultante da atribuição de apoios através do GAL face à atribuição do financiamento através de outros instrumentos de financiamento (1 – nulo a 6 elevado):

	POR		Mar 2020		Total	
	Média	N	Média	N	Média	N
Valorização do capital social e humano dos territórios	5,15	33	4,84	45	4,97	78
Promoção da proximidade com a comunidade local (pessoas, empresas, organizações)	5,22	32	4,94	47	5,05	79
Maior conhecimento das necessidades e potencialidades do território	5,29	34	5,02	46	5,14	80
Estímulo ao trabalho em rede entre os atores do desenvolvimento do território	4,82	33	4,71	41	4,76	74
Densidade e qualidade das interações entre os parceiros (p.e., no âmbito da análise, da discussão e das tomadas de decisão sobre a estratégia atual e futura)	4,50	28	4,67	39	4,60	67
Densidade e qualidade das interações entre as entidades institucionais no sentido do desenvolvimento do território (p.e., novas oportunidades de interação, atitude proactiva, aprendizagem coletiva)	4,63	27	4,73	40	4,69	67
Confiança mútua (entre parceiros, entre ETL e parceiros, entre beneficiários/potenciais beneficiários e GAL, entre GAL e RRN, OP, AGs, ...)	5,04	28	4,81	36	4,91	64
Envolvimento da geração mais jovem e outros grupos específicos relevantes e a incorporação das suas perspetivas de futuro relativamente ao território onde vivem	4,69	29	4,71	35	4,70	64
Coesão territorial (novas ligações em rede, melhor aproveitamento dos recursos locais, desenvolvimento endógeno)	5,00	28	5,00	41	5,00	69
Reforço da governança local	4,97	30	4,79	38	4,87	68
Participação dos atores locais na definição do processo de desenvolvimento local	4,94	31	4,86	42	4,89	73
Desenvolvimento de práticas inovadoras de governação	4,78	27	4,68	34	4,72	61
Coordenação entre os diferentes níveis de governação (qualidade das interações/comunicação entre as entidades competentes)	4,63	27	4,72	32	4,68	59
Trabalho em rede/colaboração no território	4,93	30	4,85	39	4,88	69
Capacidade de criação de sinergias entre parceiros e envolvimento em torno de objetivos/interesses comuns	4,89	28	5,00	38	4,95	66
Capacidade de interagir/discutir e negociar nos vários níveis do sistema de governação	4,56	27	4,76	34	4,67	61
Capacidade para gerir vários fundos	4,85	26	4,75	36	4,79	62
Relevância do GAL enquanto promotor do desenvolvimento do território	5,09	34	5,05	42	5,07	76
Cooperação com outros territórios	4,81	27	4,77	30	4,79	57
Mobilização da comunidade local comunidade local	4,90	29	4,83	40	4,86	69
Melhoria do sistema de governança (p.e., coordenação entre os níveis de governação local e regional)	4,88	26	4,81	37	4,84	63
Confiança mútua entre o GAL, os parceiros e os beneficiários e potenciais beneficiários;	5,00	29	5,05	40	5,03	69
Potenciar os resultados e impactos decorrentes das intervenções apoiadas no âmbito da EDL	4,84	25	5,03	40	4,95	65
Acompanhamento /proximidade com as entidades beneficiárias e potenciais promotores	5,17	30	5,05	43	5,10	73
Estímulo ao investimento/ Identificação de oportunidades de investimento	5,00	33	4,91	44	4,95	77
Inovação dos projetos apoiados	5,07	28	4,77	39	4,90	67
Qualidade dos projetos apoiados	5,14	29	4,88	40	4,99	69
Sustentabilidade dos projetos apoiados	5,15	26	4,90	40	5,00	66
Alargamento da tipologia de potenciais beneficiários	5,17	29	5,00	40	5,07	69
Capacidade dos projetos apoiados gerarem efeitos multiplicadores	5,16	31	4,92	38	5,03	69
Alavancagem financeira dos projetos apoiados	5,03	32	4,74	39	4,87	71
Divulgação dos produtos/serviços criados pelos projetos apoiados	4,97	31	4,83	41	4,89	72
Disseminação de conhecimentos, conhecer novas experiências e boas práticas	4,89	28	4,90	41	4,90	69

Fonte: Inquérito aos beneficiários do DLBC Costeiro - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1515. Explicita as pontuações 5 e 6:

	POR	Mar 2020
Avaliei com 5 porque a confiança e a interajuda faz com que possam ser geradas nossas ações e também leva a um maior desenvolvimento do território. Juntos podemos aproveitar o que cada um sabe e construir mais e melhor.	1	
Considera-se que há um bom acompanhamento do GAL em relação aos beneficiários. Acresce referir que a publicação/divulgação dos projetos apoiados no website do GAL é relevante e permite a disseminação de boas práticas.		1
Considerando a proximidade, a qualidade e a disponibilidade da nossa equipa técnica, só posso avaliar como elevado o valor acrescentado que tem este modelo dos GAL!		1
Está mais próximo dos atores, e das necessidades existentes, conseguindo criar sinergias entre projetos		1
Inovação na gestão local de dotação para projetos	1	
O conhecimento da realidade territorial ao nível de todas as suas características potencialidades e constrangimentos, a sua proximidade, interação, acessibilidade e disponibilidade junto dos potenciais beneficiários é efetivamente um valor acrescentado		1
O GAL presta um apoio de excelência		1
O Município foi entidade impulsionadora para a criação do GAL COSTEIRO ECOMAR através da Candidatura ao DLBC		1
O único contato com Gal até ao momento foi um telefonema	1	
Os NS-NR e os 3: aspectos em que não temos sentido efeito rede ou não sabemos se acontecem. com 5 e 6 pois entendemos que GAL foi e é apoio precioso e com isso estimula projectos e seu efeito.	1	
proximidade		1
proximidade territorial (problemas complexos com impacto local a serem abordados localmente com relação entre atores multinível e multisectoriais)		1
Todos os pontos assim assinalados, e partindo do pressuposto de que o Gal é um organismo intermédio para a gestão dos fundos comunitários, são de facto relevantes e com elevado impacto nos itens abordados.	1	

Fonte: Inquérito aos beneficiários do DLBC Costeiro - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

EFICÁCIA: RESULTADOS DOS PROJETOS

Quadro 1516. Dos fatores seguintes assinale aqueles que criaram maiores dificuldades na execução do seu projeto

	Cumprimento dos tempos de execução (N=68)		Execução integral do financiamento aprovado (N=49)		Cumprimento dos indicadores Contratualizados (N=36)	
	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos
Não existiram dificuldades	21	30,9	26	53,1	22	61,1
Insuficiente estado de maturação do projeto apresentado em candidatura	16	23,5	10	20,4	6	16,7
Bloqueamentos institucionais ou administrativos (p.e., falta de flexibilidade para aceitar alterações, licenças)	17	25,0	17	34,7	10	27,8
Dificuldades na gestão administrativa do projeto (p.e., preparação dos pedidos de reembolso)	26	38,2	19	38,8	8	22,2
Atrasos no reembolso das despesas	22	32,4	13	26,5	6	16,7
Elevado prazo de resposta a pedidos de esclarecimento, de alteração, ...	18	26,5	15	30,6	5	13,9
Dificuldades de liquidez e obtenção de financiamento para cobrir os custos não comparticipados	6	8,8	15	30,6	4	11,1
Problemas de gestão do projeto de ordem técnica (complexidade do projeto, exigências das normas técnicas, ...)	15	22,1	14	28,6	4	11,1
Desvio nos custos inicialmente previstos	7	10,3	20	40,8	9	25,0
Dificuldades na articulação com parceiros	3	4,4	9	18,4	5	13,9
Outros fatores. Quais?	2	2,9	3	6,1	3	8,3

Fonte: Inquérito aos beneficiários do DLBC Costeiro - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1517. Dos fatores seguintes assinale aqueles que criaram maiores dificuldades na execução do seu projeto (POR)

	Cumprimento dos tempos de execução (N=31)		Execução integral do financiamento aprovado (N=24)		Cumprimento dos indicadores Contratualizados (N=18)	
	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos
Não existiram dificuldades	9	29,0	11	45,8	7	38,9
Insuficiente estado de maturação do projeto apresentado em candidatura	4	12,9	5	20,8	4	22,2
Bloqueamentos institucionais ou administrativos (p.e., falta de flexibilidade para aceitar alterações, licenças)	10	32,3	9	37,5	7	38,9
Dificuldades na gestão administrativa do projeto (p.e., preparação dos pedidos de reembolso)	14	45,2	9	37,5	4	22,2
Atrasos no reembolso das despesas	14	45,2	7	29,2	3	16,7
Elevado prazo de resposta a pedidos de esclarecimento, de alteração, ...	11	35,5	8	33,3	4	22,2
Dificuldades de liquidez e obtenção de financiamento para cobrir os custos não comparticipados	3	9,7	7	29,2	3	16,7
Problemas de gestão do projeto de ordem técnica (complexidade do projeto, exigências das normas técnicas, ...)	7	22,6	6	25,0	1	5,6
Desvio nos custos inicialmente previstos	3	9,7	8	33,3	8	44,4
Dificuldades na articulação com parceiros	1	3,2	4	16,7	3	16,7
Outros fatores. Quais?	-	-	2	8,3	1	5,6

Fonte: Inquérito aos beneficiários do DLBC Costeiro - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1518. Dos fatores seguintes assinale aqueles que criaram maiores dificuldades na execução do seu projeto (MAR 2020)

	Cumprimento dos tempos de execução (N=37)		Execução integral do financiamento aprovado (N=25)		Cumprimento dos indicadores Contratualizados (N=18)	
	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos
Não existiram dificuldades	12	32,4	15	60,0	15	83,3
Insuficiente estado de maturação do projeto apresentado em candidatura	12	32,4	5	20,0	2	11,1
Bloqueamentos institucionais ou administrativos (p.e., falta de flexibilidade para aceitar alterações, licenças)	7	18,9	8	32,0	3	16,7
Dificuldades na gestão administrativa do projeto (p.e., preparação dos pedidos de reembolso)	12	32,4	10	40,0	4	22,2
Atrasos no reembolso das despesas	8	21,6	6	24,0	3	16,7
Elevado prazo de resposta a pedidos de esclarecimento, de alteração, ...	7	18,9	7	28,0	1	5,6
Dificuldades de liquidez e obtenção de financiamento para cobrir os custos não comparticipados	3	8,1	8	32,0	1	5,6
Problemas de gestão do projeto de ordem técnica (complexidade do projeto, exigências das normas técnicas, ...)	8	21,6	8	32,0	3	16,7
Desvio nos custos inicialmente previstos	4	10,8	12	48,0	1	5,6
Dificuldades na articulação com parceiros	2	5,4	5	20,0	2	11,1
Outros fatores. Quais?	2	5,4	1	4,0	2	11,1

Fonte: Inquérito aos beneficiários do DLBC Costeiro - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1519. Outros Fatores. Quais?

	POR	Mar 2020
atrasos na entrega da mercadoria por causa da pandemia		1
Não tenho informação para avaliar estes itens. O projeto está a decorrer	1	
O projeto está ainda na sua fase inicial	1	
Pandemia Covid 19		1
Pagamento reembolsos morosos e para os receber temos ter ordenados seg social finanças tudo em dia o que não é fácil	1	

Fonte: Inquérito aos beneficiários do DLBC Costeiro - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1520. Descreva as dificuldades assinaladas:

	POR	Mar 2020
A falta de cumprimento dos prazos por parte das empresas que fizeram as obras. Não aceitação em fazer a obra depois de fazerem orçamentos.	1	
A maior dificuldade é conseguir fazer face às despesas em simultâneo com as necessidades de investimento (no meu caso é uma nova empresa) e a grande demora nos BJ pagamentos de reembolsos	1	
A maior dificuldade sentida resulta essencialmente da burocracia associada à análise do PP e o tempo de análise/pagamento.		1
Alguma dificuldade na concretização do projeto dentro da 1ª fase do projeto, e também nos primeiros pagamentos.	1	
As dificuldades sentidas centraram-se na obtenção de pareceres e de execução em fase de pandemia.		1
As dificuldades tiveram mais a ver com a questão pandémica e com a dificuldade de cumprir prazos	1	
Atrasos importantes na resposta a reclamações e nos pedidos de pagamento	1	
Atrasos na montagem do sistema a implementar, atrasos devido à pandemia quer a nível de acesso ao sistema e impossibilidade de realização de reuniões presenciais		1
Aumento dos orçamentos		1
Burocracia	1	1
Carga burocrática e tempo decorrido até à conclusão administrativa e reembolso.	1	
Dificuldades de liquidez e obtenção de financiamento para cobrir os custos não comparticipados. Atrasos no reembolso das despesas		1
Dificuldades nos procedimentos de contratação		1
Elaboração dos pedidos de reembolsos	1	
Enquadrar nos critérios de elegibilidade		1
Execução dentro dos orçamentos iniciais	1	
Há 4 meses que a nossa empresa está à espera do apoio monetário		1
Não sentimos dificuldades resultante de um bom apoio	1	
Necessidade de alterar o projeto de execução e, consequentemente o investimento previsto para a operação.		1
Os pedidos de reembolso são demorados, consomem muito tempo que poderia ser dedicado a outras tarefas. Antes da recusa de um reembolso pela introdução de um dado ou um calculo mal realizado deveria ser contactado o beneficiário para o corrigir evitando assim mais tempo dispendido. O primeiro pedido de reembolso só foi pago quase um ano depois em virtude das diversas recusas dos pedidos de pagamento.	1	
Os reembolsos deveriam ser mais celeres	1	
papelada		1
Por um lado a incerteza sobre a possibilidade de execução face a questões de licenciamento que demoraram a clarificar (pedidos documentos que outras entidades públicas não tinham, como "estabelecimento estável" da AT que só existe na Seg Social). Dificuldades derivadas de alterações substantivas de preços dos bens a adquirir	1	
Tempo de resposta e articulação com o organismo	1	

	POR	Mar 2020
Um projecto é sempre um projecto. A fase de desenvolvimento apresenta sempre questões que não estão contemplados no projecto inicial.		1

Fonte: Inquérito aos beneficiários do DLBC Costeiro - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1521. Refira os aspetos em que considera que o seu projeto é inovador.

	POR	Mar 2020
1ª marca a produzir em Portugal alimentos completamente isentos dos 14 alergénios o que é uma vantagem num nicho de mercado "Free From" em extrema expansão.	1	
a qualidade e variedade de produtos e serviços	1	
Ação local que visa a capacitação de empresas	1	
Afirmar Faro enquanto destino náutico, a criação de uma plataforma digital para promoção, divulgação e comunicação junto dos diferentes públicos.		1
Alargamento de diversas atividades a públicos desfavorecidos e inclusão social.	1	
Atração de um turismo associado ao desporto.	1	
Baseia-se em fórmula única que junta tradição francesa com tradição portuguesa e em modelo negócio com potencial de escala	1	
Considerando todas as possibilidades, as atividades desportivas, atividades de outdoor e as possibilidades que se abrem com a execução do Corredor Verde do Leça.	1	
Criação de rede de equipamentos costeiros assente numa abordagem integrada e centrada nos aspetos da capacitação, educação, consciencialização e sensibilização dos visitantes e residentes, para a temática da valorização e conservação dos recursos costeiros, do património natural e do património cultural do litoral de Torres Vedras.		1
Cruzamento de ofertas tradicionais com utilização de novas tecnologias de divulgação	1	
desenvolvimento de soluções para problemas sem resposta		1
Desporto e Eventos na área onde se insere	1	
Dinamizar a embarcação e a zona ribeirinha com diversas atividades e ações culturais		1
Era uma necessidade que não existia e precisava ser colmatada por ser uma mais valia para a região.		1
É um projeto que promove o património cultural	1	
Mais capacidade de produção	1	
Mantém meus mariscos com melhor qualidade		1
Melhoria da qualidade da oferta	1	
Modelo digital da relação clássica B2B do sector em que estamos inseridos..	1	
Módulos habitacionais e de apoio a atividades de dimensões controladas com recurso à reutilização de contentores marítimos.	1	
Não existe nada similar. Substantial redução de custos para os beneficiários dos nossos serviços.		1
Não sei	1	
No modelo de animação turística marítima apresentado, nomeadamente na organização de passeios organizados a locais diferenciados e inter-ilhas do Grupo Central		1
Novos tours na costa do algarve		1
O projecto é inovador na medida em que implementa um conjunto de equipamentos que não só servem a população no geral como potenciam novas actividades económicas na lagoa de Óbidos, relevando, dessa forma, quer a valorização do território quer a coesão social.		1
o publico alvo	1	
Permite desenvolver uma alternativa que promoverá a sustentabilidade na aquacultura e na região		1
permite melhorar a competitividade	1	
Primeira unidade de transformação de mexilhão na região.		1
Sustentabilidade	1	
Tipo de material utilizado		1
Um novo conceito com oferta de serviços inovadores no território	1	
Único centro de mergulho com alojamento incluído PADI		1
Utilização de embarcações sustentáveis em Turismo.		1
Valorização dos produtos endógenos		1

Fonte: Inquérito aos beneficiários do DLBC Costeiro - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1522. Refira os aspetos em que considera que o seu projeto poderá influenciar positivamente o território onde se encontra inserido.

	POR	Mar 2020
A realização de atividades no Vale do Leça ajudaram a uma nova visão que veio a culminar com investimento de 20 milhões de euros no corredor verde do leça, a possibilidade do rafting entre outras atividades e outros eventos será certamente diferenciador e poderá influenciar a visita a Matosinhos dos muitos turistas que visitam o Porto.	1	
Além de ser um projecto económico também presta um serviço social numa area onde impera uma geração envelhecida		1
Ao verem as obras que foram feitas no edificio e nas esculturas, leva a que se valorize o património existente. Logo mais pessoas podem admirar a beleza do passado português.	1	
Aumentar o conhecimento e melhorar a compreensão dos visitantes e residentes sobre a necessidade de conservar e valorizar o património costeiro natural e construído.		1
Aumentar o número de postos de trabalho na região	1	
Com o investimento realizado o território melhorou significativamente a sua atratividade sendo uma estância balnear de excelência.		1
Conservação da natureza, estabilização de arribas, promoção do turismo na região.		1
Contributo para a economia local em sector de crescimento e valor acrescentado..	1	
Cria pontos de interesse para o publico em geral , turistas, escolas e visitantes ocasionais	1	
Criação de emprego e turismo de qualidade	2	
Criação de valor	1	
Dando origem a um novo espeço museológico, envolvendo a arte de saber fazer.		1
Dar a conhecer ao público o nosso território, enquanto náutica, natureza, cultura, gastronomia e identidade		1
defice de respostas na zona	1	
Desenvolvimento da marca "Viana Náutica"	1	
Emprego. inovação. Produção.	1	
Esta empresa irá contribuir de forma positiva para o turismo e para diversão da população local.		1
Fixação de turistas por mais dias na zona		1
Implementa um conjunto de equipamentos que não só servem a população no geral como potenciam novas actividades económicas na lagoa de Óbidos, relevando, dessa forma, quer a valorização do território quer a coesão social.		1
Maior aproveitamento do mar		1
Maior oferta turística.		1
Melhor qualidade do marisco		1
melhoria da qualidade ambiental proteção do património natural		1
mobilização de pessoas e atores locais para a construção coletiva de uma identidade positiva diferenciadora		1
O facto de não existirem projetos nesta área	1	
Os serviços prestados numa zona com pouca oferta , a criação de postos de trabalho	1	
Permitiu fazer um investimento em tecnologia que beneficiou os meus clientes e a região onde me insiro	1	
Potenciar outros negócio já existentes. Trabalho em parceria desenvolvido	1	
prestar um melhor serviço ao cliente, tendo sido especialmente planeado para hóspedes estrangeiros	1	
Projeto de criação de postos de trabalho, gerador de valor e dinamizador do território.		1
Promoção da sustentabilidade e economia circular e azul na região		1
Promover a atratividade turística.		1
Racionalização energética	1	
Redução muito significativa da necessidade dos vários beneficiários se deslocarem para acederem a serviços que prestaremos, reduzindo também muito significativamente os gastos em tempo, combustível, desgaste das viaturas, redução no transito... enfim, os beneficiários terão menos STRESS!!!		1
Supressão de carências ao nível da habitação temporária associada a atividades económicas.	1	
Suscitar o interesse, consciencialização e envolvimento da comunidade local no projeto de salvaguarda, valorização e divulgação do património		1
Único espaço do gênero na área e existe há mais de 4 anos	1	
Valorização dos meios humanos e locais.		1
Valorização e diferenciação da oferta, protecção dos ecossistemas.		1

Fonte: Inquérito aos beneficiários do DLBC Costeiro - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1523. O projeto teria sido executado sem este financiamento?

	POR (N=43)		Mar 2020 (N=41)		Total (N= 84)	
	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos
Sim, com o mesmo formato	2	4,7	4	9,8	6	7,1
Sim, mas com um investimento menor	14	32,6	7	17,1	21	25,0
Sim, mas com um prazo de realização mais elevado	15	34,9	7	17,1	22	26,2
Não	18	41,9	24	58,5	42	50,0

Fonte: Inquérito aos beneficiários do DLBC Costeiro - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1524. O projeto pode considerar-se complementar de outros projetos desenvolvidos pela entidade?

	POR		Mar 2020		Total	
	N	%	N	%	N	%
Sim	17	42,5	26	60,5	43	51,8
Não	23	57,5	17	39,5	40	48,2

	Total	40	100,0	43	100,0	83	100,0
--	--------------	----	-------	----	-------	----	-------

Fonte: Inquérito aos beneficiários do DLBC Costeiro - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1525. Indique o tipo de projeto e a sua fonte de financiamento.

	POR	Mar 2020
+COESO. Recorri a empréstimo de familiares para o investimento	1	
Ainda iremos fazer nova candidatura SI Inovação (aumento linha comercial agora que temos linha produtiva)	1	
Animação turística Marítima, Capital próprio e incentivo		1
Antiga Lota de Alvor- Espaço Polivalente. FMAEP		1
Aquisição de uma pequena embarcação		1
Centro de Mergulho e alojamento local Mar 2020		1
Contratação pessoal financiado com capitais próprios	1	
DLBC - ADL - costeiro - Património natural e cultural	1	
Estabilização de várias arribas e criação de vários acessos pedonal a praias do concelho.		1
Eventos desportivos e atividades de outdoor, Team Building	1	
GAI e Leader Oeste/PDR		1
Internacionalização e expansão da Marca	1	
Já fornecemos os serviços a que nos propomos, mas com a facilidade de sermos nós, com "toda a oficina" a deslocarmos-nos para / aos barcos termos, com certeza, ganhos de produtividade e os beneficiários dos nossos serviços terão também ganhos de custos e rapidez na solução das suas avarias. O financiamento inicial foi 100% de capitais próprios!		1
Mar 2020 e IFAP		1
Operação Marítimo-turística / Capitais próprios		1
Operações financiadas pelo Fundo de Coesão através do Programa Operacional SEUR nomeadamente nomeadamente proteção do litoral - ações materiais e ações que visam a produção de conhecimento, bem como operações que visam promover a adaptação às alterações climáticas e a prevenção e gestão de riscos		1
Orçamento Municipal		1
Projectos de evolução empresarial/laboral normal, com auto-financiamento	1	
Projeto de Investigação & Inovação em Espaço Marítimo, Candidatura A2S/Mar2020		1
PT 2020 Size e capitais próprios	1	
Restauração da Retábulo da igreja e restauração de pinturas. Financiado diretamente por mecenas. Pessoas e empresas privadas.	1	
Todos os projetos culturais que se realizam na baía dos Anjos		1
Transformação dos Produtos da Pesca e Aquicultura; Fundos Próprios Mar2020		1
Trata-se de projetos de continuidade na valorização paisagística e infraestrutural do território que visa potenciar o turismo e lazer, valorizando e perpetuar a vertente cultural dos costumes e tradições das nossas gentes		1
Trata-se de um projeto de criação de emprego, dois postos de trabalho. A fonte de financiamento são capitais próprios	1	
Turismo marítimo. MAR2020		1
Vários projetos no domínio da regeneração da frente ribeirinha, com financiamento do FEDER.		1
Veículo destinado a venda ambulante de pescado e marisco frescos e como fonte de financiamento o crédito bancário		1

Fonte: Inquérito aos beneficiários do DLBC Costeiro - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1526. Indique a sua perceção sobre o contributo dos projetos apoiados pelo GAL relativamente às dimensões seguintes:

	1 – Contributo Nulo		2		3		4		5		6 – Contributo Muito Elevado		Não sabe/não tem opinião formada		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Promover o desenvolvimento de novas metodologias de produção ou de organização de entidades, que exercem, ou pretendem exercer, a sua atividade em espaço marítimo	1	1,2	1	1,2	5	6,0	18	21,4	16	19,0	19	22,6	24	28,6	84	100,0
Promover o desenvolvimento de novos produtos ligados ao mar	1	1,2	1	1,2	5	6,0	15	17,9	17	20,2	23	27,4	22	26,2	84	100,0
Estimular a criação de micro e pequenas empresas que desenvolvam atividades económicas ligadas ao mar	1	1,2	1	1,2	4	4,8	15	18,1	18	21,7	26	31,3	18	21,7	83	100,0
Promover a investigação que considere as diferentes possibilidades económicas em marinho, a sua reabilitação e mitigação dos impactos da ação ambiental e humana	3	3,6	2	2,4	3	3,6	13	15,7	20	24,1	18	21,7	24	28,9	83	100,0
Reforçar a capacitação de atores, incluindo jovens em idade escolar, que realizem atividades ligadas ao meio aquático; e	4	4,8	1	1,2	4	4,8	15	18,1	12	14,5	21	25,3	26	31,3	83	100,0
Melhorar as competências e a capacidade de adaptação aos contextos de produção,	2	2,4	2	2,4	4	4,8	14	16,9	18	21,7	21	25,3	22	26,5	83	100,0

	1 – Contributo Nulo		2		3		4		5		6 – Contributo Muito Elevado		Não sabe/não tem opinião formada		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
designadamente no âmbito da gestão financeira e do turismo, devidamente certificada																
Promover a preservação, conservação e valorização do património edificado, natural e simbólico, associado ao espaço marítimo, das quais decorra a melhoria do ambiente marítimo, costeiro e das águas interiores	2	2,4	3	3,6	2	2,4	11	13,3	20	24,1	22	26,5	23	27,7	83	100,0
Promover a criação, recuperação e modernização de estruturas, equipamentos e ou infraestruturas existentes, relacionadas com a pesca e a aquicultura	2	2,5	3	3,7	2	2,5	7	8,6	20	24,7	23	28,4	24	29,6	81	100,0
Promover a criação e ou dinamização de micro e pequenas empresas que desenvolvam atividades ligadas ao meio aquático, promovendo o turismo de âmbito local;	2	2,4	2	2,4	3	3,7	10	12,2	17	20,7	30	36,6	18	22,0	82	100,0
Estimular a criação, recuperação e modernização das estruturas e equipamentos ou infraestruturas existentes relacionadas com o turismo aquático	2	2,4	2	2,4	4	4,8	11	13,1	19	22,6	26	31,0	20	23,8	84	100,0
Melhorar a qualidade dos produtos e promoção da utilização de recursos endógenos relacionados com o meio aquático, incluindo estudos de mercado e a sensibilização para os benefícios de certos consumos	2	2,4	2	2,4	4	4,8	11	13,3	22	26,5	21	25,3	21	25,3	83	100,0
Estimular a criação de novas metodologias de distribuição e de comercialização dos produtos, incluindo inovação e acesso a tecnologias de informação	3	3,7	3	3,7	3	3,7	10	12,3	22	27,2	21	25,9	19	23,5	81	100,0
Estimular a criação de micro e pequenas empresas em territórios rurais	2	2,5	1	1,2	5	6,2	11	13,6	18	22,2	22	27,2	22	27,2	81	100,0
Promover a expansão ou modernização de micro e pequenas empresa em territórios rurais	2	2,5	1	1,2	5	6,2	11	13,6	18	22,2	23	28,4	21	25,9	81	100,0
Estimular a criação de emprego sustentável, designadamente para desempregados e outras pessoas desfavorecidas ou inativas	3	3,7	1	1,2	3	3,7	13	15,9	20	24,4	28	34,1	14	17,1	82	100,0
Promover a criação do emprego por conta própria	2	2,5	-	-	4	4,9	16	19,8	15	18,5	25	30,9	19	23,5	81	100,0
Promover aa criação de empresas	2	2,5	-	-	4	5,0	16	20,0	17	21,3	26	32,5	15	18,8	80	100,0
Promover o empreendedorismo social	2	2,5	3	3,7	4	4,9	15	18,5	15	18,5	24	29,6	18	22,2	81	100,0
Promover a criação líquida de postos de trabalho	2	2,4	-	-	4	4,9	14	17,1	23	28,0	31	37,8	8	9,8	82	100,0
Promover a fixação e a capacidade de atração de população	2	2,4	2	2,4	4	4,9	14	17,1	15	18,3	26	31,7	19	23,2	82	100,0
Estimular a manutenção da ocupação do território	2	2,4	1	1,2	3	3,7	11	13,4	18	22,0	28	34,1	19	23,2	82	100,0
promover ações integradas, inovadoras e/ou experimentais de promoção local da inclusão social ativa promovendo a existência de redes para a inovação e coesão social	2	2,5	3	3,7	3	3,7	13	16,0	15	18,5	20	24,7	25	30,9	81	100,0
Promover a inclusão social e de redução da pobreza	2	2,4	2	2,4	3	3,6	16	19,3	15	18,1	27	32,5	18	21,7	83	100,0
Contribuir para a transformação de recursos endógenos em fatores de competitividade	2	2,5	-	-	4	4,9	10	12,3	23	28,4	22	27,2	20	24,7	81	100,0

	1 – Contributo Nulo		2		3		4		5		6 – Contributo Muito Elevado		Não sabe/não tem opinião formada		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Aumentar a atratividade económica do território	2	2,4	-	-	3	3,7	11	13,4	19	23,2	33	40,2	14	17,1	82	100,0
Fomentar a iniciativa empresarial	2	2,5	1	1,2	3	3,7	12	14,8	18	22,2	31	38,3	14	17,3	81	100,0
Desenvolver o potencial turístico do território	2	2,4	-	-	3	3,7	10	12,2	17	20,7	38	46,3	12	14,6	82	100,0
Promover o empreendedorismo e a criação de emprego	2	2,5	-	-	3	3,7	14	17,3	19	23,5	32	39,5	11	13,6	81	100,0
Fortalecer os laços de identidade local	2	2,5	-	-	4	4,9	10	12,3	18	22,2	32	39,5	15	18,5	81	100,0
Potenciar a inovação e introdução de novas tecnologias	2	2,5	1	1,2	4	4,9	13	16,0	16	19,8	29	35,8	16	19,8	81	100,0
Promover a gestão sustentável do território	2	2,4	-	-	3	3,7	11	13,4	21	25,6	29	35,4	16	19,5	82	100,0

Fonte: Inquérito aos beneficiários do DLBC Costeiro - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1527. Indique a sua perceção sobre o contributo dos projetos apoiados pelo GAL relativamente às dimensões seguintes (POR):

	1 – Contributo Nulo		2		3		4		5		6 – Contributo Muito Elevado		Não sabe/não tem opinião formada		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Promover o desenvolvimento de novas metodologias de produção ou de organização de entidades, que exercem, ou pretendem exercer, a sua atividade em espaço marítimo	-	-	-	-	2	5,1	10	25,6	7	17,9	3	7,7	17	43,6	39	100,0
Promover o desenvolvimento de novos produtos ligados ao mar	-	-	-	-	3	7,7	5	12,8	10	25,6	5	12,8	16	41,0	39	100,0
Estimular a criação de micro e pequenas empresas que desenvolvam atividades económicas ligadas ao mar	-	-	-	-	2	5,3	7	18,4	9	23,7	8	21,1	12	31,6	38	100,0
Promover a investigação que considere as diferentes possibilidades económicas em marinho, a sua reabilitação e mitigação dos impactos da ação ambiental e humana	2	5,3	-	-	1	2,6	5	13,2	11	28,9	4	10,5	15	39,5	38	100,0
Reforçar a capacitação de atores, incluindo jovens em idade escolar, que realizem atividades ligadas ao meio aquático; e	3	7,9	-	-	1	2,6	6	15,8	9	23,7	5	13,2	14	36,8	38	100,0
Melhorar as competências e a capacidade de adaptação aos contextos de produção, designadamente no âmbito da gestão financeira e do turismo, devidamente certificada	1	2,6	1	2,6	1	2,6	6	15,8	10	26,3	6	15,8	13	34,2	38	100,0
Promover a preservação, conservação e valorização do património edificado, natural e simbólico, associado ao espaço marítimo, das quais decorra a melhoria do ambiente marítimo, costeiro e das águas interiores	1	2,6	2	5,3	-	-	6	15,8	9	23,7	4	10,5	16	42,1	38	100,0
Promover a criação, recuperação e modernização de estruturas, equipamentos e ou infraestruturas existentes, relacionadas com a pesca e a aquicultura	1	2,8	1	2,8	-	-	3	8,3	10	27,8	3	8,3	18	50,0	36	100,0
Promover a criação e ou dinamização de micro e pequenas empresas que desenvolvam atividades ligadas ao meio aquático, promovendo o turismo de âmbito local;	1	2,7	1	2,7	1	2,7	4	10,8	7	18,9	10	27,0	13	35,1	37	100,0
Estimular a criação, recuperação e modernização das estruturas e equipamentos ou infraestruturas existentes relacionadas com o turismo aquático	1	2,6	1	2,6	1	2,6	6	15,4	8	20,5	8	20,5	14	35,9	39	100,0
Melhorar a qualidade dos produtos e promoção da utilização de recursos endógenos relacionados com o meio aquático, incluindo estudos de mercado e a	1	2,6	-	-	2	5,3	6	15,8	9	23,7	4	10,5	16	42,1	38	100,0

	1 – Contributo Nulo		2		3		4		5		6 – Contributo Muito Elevado		Não sabe/não tem opinião formada		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
sensibilização para os benefícios de certos consumos																
Estimular a criação de novas metodologias de distribuição e de comercialização dos produtos, incluindo inovação e acesso a tecnologias de informação	2	5,6	1	2,8	1	2,8	4	11,1	11	30,6	6	16,7	11	30,6	36	100,0
Estimular a criação de micro e pequenas empresas em territórios rurais	1	2,7	1	2,7	1	2,7	4	10,8	10	27,0	7	18,9	13	35,1	37	100,0
Promover a expansão ou modernização de micro e pequenas empresa em territórios rurais	1	2,6	1	2,6	1	2,6	5	13,2	11	28,9	7	18,4	12	31,6	38	100,0
Estimular a criação de emprego sustentável, designadamente para desempregados e outras pessoas desfavorecidas ou inativas	2	5,3	-	-	-	-	7	18,4	10	26,3	13	34,2	6	15,8	38	100,0
Promover a criação do emprego por conta própria	1	2,7	-	-	-	-	7	18,9	9	24,3	9	24,3	11	29,7	37	100,0
Promover a criação de empresas	1	2,8	-	-	-	-	7	19,4	10	27,8	9	25,0	9	25,0	36	100,0
Promover o empreendedorismo social	1	2,6	1	2,6	1	2,6	7	18,4	9	23,7	9	23,7	10	26,3	38	100,0
Promover a criação líquida de postos de trabalho	1	2,6	-	-	-	-	6	15,8	12	31,6	15	39,5	4	10,5	38	100,0
Promover a fixação e a capacidade de atração de população	1	2,6	1	2,6	-	-	7	18,4	9	23,7	12	31,6	8	21,1	38	100,0
Estimular a manutenção da ocupação do território	1	2,6	-	-	-	-	5	13,2	10	26,3	11	28,9	11	28,9	38	100,0
Promover ações integradas, inovadoras e/ou experimentais de promoção local da inclusão social ativa promovendo a existência de redes para a inovação e coesão social	1	2,7	1	2,7	-	-	7	18,9	7	18,9	7	18,9	14	37,8	37	100,0
Promover a inclusão social e de redução da pobreza	1	2,6	1	2,6	-	-	5	13,2	12	31,6	10	26,3	9	23,7	38	100,0
Contribuir para a transformação de recursos endógenos em fatores de competitividade	1	2,7	-	-	-	-	4	10,8	15	40,5	5	13,5	12	32,4	37	100,0
Aumentar a atratividade económica do território	1	2,6	-	-	-	-	5	13,2	11	28,9	12	31,6	9	23,7	38	100,0
Fomentar a iniciativa empresarial	1	2,7	1	2,7	-	-	6	16,2	9	24,3	13	35,1	7	18,9	37	100,0
Desenvolver o potencial turístico do território	1	2,6	-	-	-	-	5	13,2	9	23,7	16	42,1	7	18,4	38	100,0
Promover o empreendedorismo e a criação de emprego	1	2,7	-	-	-	-	6	16,2	9	24,3	15	40,5	6	16,2	37	100,0
Fortalecer os laços de identidade local	1	2,6	-	-	-	-	7	18,4	9	23,7	12	31,6	9	23,7	38	100,0
Potenciar a inovação e introdução de novas tecnologias	1	2,7	1	2,7	-	-	6	16,2	11	29,7	10	27,0	8	21,6	37	100,0
Promover a gestão sustentável do território	1	2,6	-	-	-	-	7	18,4	13	34,2	10	26,3	7	18,4	38	100,0

Fonte: Inquérito aos beneficiários do DLBC Costeiro - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1528. Indique a sua perceção sobre o contributo dos projetos apoiados pelo GAL relativamente às dimensões seguintes (MAR2020):

	1 – Contributo Nulo		2		3		4		5		6 – Contributo Muito Elevado		Não sabe/não tem opinião formada		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Promover o desenvolvimento de novas metodologias de produção ou de organização de entidades, que exercem, ou pretendem exercer, a sua atividade em espaço marítimo	1	2,2	1	2,2	3	6,7	8	17,8	9	20,0	16	35,6	7	15,6	45	100,0
Promover o desenvolvimento de novos produtos ligados ao mar	1	2,2	1	2,2	2	4,4	10	22,2	7	15,6	18	40,0	6	13,3	45	100,0
Estimular a criação de micro e pequenas empresas que desenvolvam atividades económicas ligadas ao mar	1	2,2	1	2,2	2	4,4	8	17,8	9	20,0	18	40,0	6	13,3	45	100,0
Promover a investigação que considere as diferentes possibilidades económicas em	1	2,2	2	4,4	2	4,4	8	17,8	9	20,0	14	31,1	9	20,0	45	100,0

	1 – Contributo Nulo		2		3		4		5		6 – Contributo Muito Elevado		Não sabe/não tem opinião formada		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
marinho, a sua reabilitação e mitigação dos impactos da ação ambiental e humana																
Reforçar a capacitação de atores, incluindo jovens em idade escolar, que realizem atividades ligadas ao meio aquático; e	1	2,2	1	2,2	3	6,7	9	20,0	3	6,7	16	35,6	12	26,7	45	100,0
Melhorar as competências e a capacidade de adaptação aos contextos de produção, designadamente no âmbito da gestão financeira e do turismo, devidamente certificada	1	2,2	1	2,2	3	6,7	8	17,8	8	17,8	15	33,3	9	20,0	45	100,0
Promover a preservação, conservação e valorização do património edificado, natural e simbólico, associado ao espaço marítimo, das quais decorra a melhoria do ambiente marítimo, costeiro e das águas interiores	1	2,2	1	2,2	2	4,4	5	11,1	11	24,4	18	40,0	7	15,6	45	100,0
Promover a criação, recuperação e modernização de estruturas, equipamentos e ou infraestruturas existentes, relacionadas com a pesca e a aquicultura	1	2,2	2	4,4	2	4,4	4	8,9	10	22,2	20	44,4	6	13,3	45	100,0
Promover a criação e ou dinamização de micro e pequenas empresas que desenvolvam atividades ligadas ao meio aquático, promovendo o turismo de âmbito local;	1	2,2	1	2,2	2	4,4	6	13,3	10	22,2	20	44,4	5	11,1	45	100,0
Estimular a criação, recuperação e modernização das estruturas e equipamentos ou infraestruturas existentes relacionadas com o turismo aquático	1	2,2	1	2,2	3	6,7	5	11,1	11	24,4	18	40,0	6	13,3	45	100,0
Melhorar a qualidade dos produtos e promoção da utilização de recursos endógenos relacionados com o meio aquático, incluindo estudos de mercado e a sensibilização para os benefícios de certos consumos	1	2,2	2	4,4	2	4,4	5	11,1	13	28,9	17	37,8	5	11,1	45	100,0
Estimular a criação de novas metodologias de distribuição e de comercialização dos produtos, incluindo inovação e acesso a tecnologias de informação	1	2,2	2	4,4	2	4,4	6	13,3	11	24,4	15	33,3	8	17,8	45	100,0
Estimular a criação de micro e pequenas empresas em territórios rurais	1	2,3	-	-	4	9,1	7	15,9	8	18,2	15	34,1	9	20,5	44	100,0
Promover a expansão ou modernização de micro e pequenas empresa em territórios rurais	1	2,3	-	-	4	9,3	6	14,0	7	16,3	16	37,2	9	20,9	43	100,0
Estimular a criação de emprego sustentável, designadamente para desempregados e outras pessoas desfavorecidas ou inativas	1	2,3	1	2,3	3	6,8	6	13,6	10	22,7	15	34,1	8	18,2	44	100,0
Promover a criação do emprego por conta própria	1	2,3	-	-	4	9,1	9	20,5	6	13,6	16	36,4	8	18,2	44	100,0
Promover a criação de empresas	1	2,3	-	-	4	9,1	9	20,5	7	15,9	17	38,6	6	13,6	44	100,0
Promover o empreendedorismo social	1	2,3	2	4,7	3	7,0	8	18,6	6	14,0	15	34,9	8	18,6	43	100,0
Promover a criação líquida de postos de trabalho	1	2,3	-	-	4	9,1	8	18,2	11	25,0	16	36,4	4	9,1	44	100,0
Promover a fixação e a capacidade de atração de população	1	2,3	1	2,3	4	9,1	7	15,9	6	13,6	14	31,8	11	25,0	44	100,0
Estimular a manutenção da ocupação do território	1	2,3	1	2,3	3	6,8	6	13,6	8	18,2	17	38,6	8	18,2	44	100,0
promover ações integradas, inovadoras e/ou experimentais de promoção local da inclusão social ativa promovendo a existência de redes para a inovação e coesão social	1	2,3	2	4,5	3	6,8	6	13,6	8	18,2	13	29,5	11	25,0	44	100,0
Promover a inclusão social e de redução da pobreza	1	2,2	1	2,2	3	6,7	11	24,4	3	6,7	17	37,8	9	20,0	45	100,0
Contribuir para a transformação de recursos endógenos em fatores de competitividade	1	2,3	-	-	4	9,1	6	13,6	8	18,2	17	38,6	8	18,2	44	100,0

	1 – Contributo Nulo		2		3		4		5		6 – Contributo Muito Elevado		Não sabe/não tem opinião formada		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Aumentar a atratividade económica do território	1	2,3	-	-	3	6,8	6	13,6	8	18,2	21	47,7	5	11,4	44	100,0
Fomentar a iniciativa empresarial	1	2,3	-	-	3	6,8	6	13,6	9	20,5	18	40,9	7	15,9	44	100,0
Desenvolver o potencial turístico do território	1	2,3	-	-	3	6,8	5	11,4	8	18,2	22	50,0	5	11,4	44	100,0
Promover o empreendedorismo e a criação de emprego	1	2,3	-	-	3	6,8	8	18,2	10	22,7	17	38,6	5	11,4	44	100,0
Fortalecer os laços de identidade local	1	2,3	-	-	4	9,3	3	7,0	9	20,9	20	46,5	6	14,0	43	100,0
Potenciar a inovação e introdução de novas tecnologias	1	2,3	-	-	4	9,1	7	15,9	5	11,4	19	43,2	8	18,2	44	100,0
Promover a gestão sustentável do território	1	2,3	-	-	3	6,8	4	9,1	8	18,2	19	43,2	9	20,5	44	100,0

Fonte: Inquérito aos beneficiários do DLBC Costeiro - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1529. Média da percepção sobre o contributo dos projetos apoiados pelo GAL relativamente às dimensões seguintes: (1 – Contributo nulo a 6 Contributo muito elevado):

	POR		Mar 2020		Total	
	Média	N	Média	N	Média	N
Promover o desenvolvimento de novas metodologias de produção ou de organização de entidades, que exercem, ou pretendem exercer, a sua atividade em espaço marítimo	4,50	22	4,87	38	4,73	60
Promover o desenvolvimento de novos produtos ligados ao mar	4,74	23	4,92	39	4,85	62
Estimular a criação de micro e pequenas empresas que desenvolvam atividades económicas ligadas ao mar	4,88	26	4,97	39	4,94	65
Promover a investigação que considere as diferentes possibilidades económicas em marinho, a sua reabilitação e mitigação dos impactos da ação ambiental e humana	4,52	23	4,78	36	4,68	59
Reforçar a capacitação de atores, incluindo jovens em idade escolar, que realizem atividades ligadas ao meio aquático; e	4,38	24	4,82	33	4,63	57
Melhorar as competências e a capacidade de adaptação aos contextos de produção, designadamente no âmbito da gestão financeira e do turismo, devidamente certificada	4,64	25	4,83	36	4,75	61
Promover a preservação, conservação e valorização do património edificado, natural e simbólico, associado ao espaço marítimo, das quais decorra a melhoria do ambiente marítimo, costeiro e das águas interiores	4,45	22	5,05	38	4,83	60
Promover a criação, recuperação e modernização de estruturas, equipamentos e ou infraestruturas existentes, relacionadas com a pesca e a aquicultura	4,61	18	5,05	39	4,91	57
Promover a criação e ou dinamização de micro e pequenas empresas que desenvolvam atividades ligadas ao meio aquático, promovendo o turismo de âmbito local;	4,88	24	5,08	40	5,00	64
Estimular a criação, recuperação e modernização das estruturas e equipamentos ou infraestruturas existentes relacionadas com o turismo aquático	4,72	25	5,00	39	4,89	64
Melhorar a qualidade dos produtos e promoção da utilização de recursos endógenos relacionados com o meio aquático, incluindo estudos de mercado e a sensibilização para os benefícios de certos consumos	4,55	22	4,95	40	4,81	62
Estimular a criação de novas metodologias de distribuição e de comercialização dos produtos, incluindo inovação e acesso a tecnologias de informação	4,56	25	4,86	37	4,74	62
Estimular a criação de micro e pequenas empresas em territórios rurais	4,75	24	4,89	35	4,83	59
Promover a expansão ou modernização de micro e pequenas empresa em territórios rurais	4,73	26	4,94	34	4,85	60
Estimular a criação de emprego sustentável, designadamente para desempregados e outras pessoas desfavorecidas ou inativas	4,94	32	4,89	36	4,91	68
Promover a criação do emprego por conta própria	4,92	26	4,86	36	4,89	62
Promover a criação de empresas	4,93	27	4,89	38	4,91	65
Promover o empreendedorismo social	4,75	28	4,74	35	4,75	63
Promover a criação líquida de postos de trabalho	5,15	34	4,90	40	5,01	74
Promover a fixação e a capacidade de atração de população	4,93	30	4,76	33	4,84	63
Estimular a manutenção da ocupação do território	5,07	27	4,94	36	5,00	63
promover ações integradas, inovadoras e/ou experimentais de promoção local da inclusão social ativa promovendo a existência de redes para a inovação e coesão social	4,70	23	4,73	33	4,71	56
Promover a inclusão social e de redução da pobreza	4,93	29	4,81	36	4,86	65
Contribuir para a transformação de recursos endógenos em fatores de competitividade	4,88	25	4,97	36	4,93	61
Aumentar a atratividade económica do território	5,10	29	5,13	39	5,12	68
Fomentar a iniciativa empresarial	5,00	30	5,05	37	5,03	67
Desenvolver o potencial turístico do território	5,23	31	5,18	39	5,20	70
Promover o empreendedorismo e a criação de emprego	5,16	31	4,97	39	5,06	70
Fortalecer os laços de identidade local	5,03	29	5,14	37	5,09	66
Potenciar a inovação e introdução de novas tecnologias	4,90	29	5,00	36	4,95	65
Promover a gestão sustentável do território	4,97	31	5,14	35	5,06	66

Fonte: Inquérito aos beneficiários do DLBC Costeiro - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

DEFINIÇÃO DA ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO LOCAL (EDL)

Quadro 1530. Grau de conhecimento do GAL e da Estratégia de Desenvolvimento Local:

	1 – Não conhece		2		3		4		5		6 – Conhece muito bem		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Grau de conhecimento do GAL	5	5,7	9	10,2	15	17,0	21	23,9	24	27,3	14	15,9	88	100,0
Grau de conhecimento da EDL	10	11,9	11	13,1	11	13,1	22	26,2	20	23,8	10	11,9	84	100,0

Fonte: Inquérito aos beneficiários do DLBC Costeiro - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1531. Grau de conhecimento do GAL e da Estratégia de Desenvolvimento Local (POR):

	1 – Não conhece		2		3		4		5		6 – Conhece muito bem		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Grau de conhecimento do GAL	3	7,1	9	21,4	11	26,2	7	16,7	10	23,8	2	4,8	42	100,0
Grau de conhecimento da EDL	6	15,4	10	25,6	7	17,9	7	17,9	7	17,9	2	5,1	39	100,0

Fonte: Inquérito aos beneficiários do DLBC Costeiro - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1532. Grau de conhecimento do GAL e da Estratégia de Desenvolvimento Local (MAR2020):

	1 – Não conhece		2		3		4		5		6 – Conhece muito bem		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Grau de conhecimento do GAL	2	4,3			4	8,7	14	30,4	14	30,4	12	26,1	46	100,0
Grau de conhecimento da EDL	4	8,9	1	2,2	4	8,9	15	33,3	13	28,9	8	17,8	45	100,0

Fonte: Inquérito aos beneficiários do DLBC Costeiro - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1533. Média da Grau de conhecimento do GAL e da Estratégia de Desenvolvimento Local: (1 – Não conhece a 6 conhece muito bem):

	POR		Mar 2020		Total	
	Média	N	Média	N	Média	N
Grau de conhecimento do GAL	3,43	42	4,61	46	4,05	88
Grau de conhecimento da EDL	3,13	39	4,24	45	3,73	84

Fonte: Inquérito aos beneficiários do DLBC Costeiro - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1534. Participou na definição da Estratégia de Desenvolvimento Local definida pelo GAL para o seu território de intervenção?

	POR		Mar 2020		Total	
	N	%	N	%	N	%
Não sabe o que é a Estratégia de Desenvolvimento Local (EDL)	6	14,3	5	10,9	11	12,5
Não	30	71,4	25	54,3	55	62,5
Sim	6	14,3	16	34,8	22	25,0
Total	42	100,0	46	100,0	88	100,0

Fonte: Inquérito aos beneficiários do DLBC Costeiro - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1535. Forma participou na definição da Estratégia de Desenvolvimento Local

	POR (N=6)		Mar 2020 (N=17)		Total (N= 23)	
	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos
Sessões Públicas de debate	3	50,0	8	47,1	11	47,8
Recolha formal de pareceres e contributos	3	50,0	6	35,3	9	39,1
Inclusão em grupos de trabalho	2	33,3	10	58,8	12	52,2
Resposta a questionário	1	16,7	3	17,6	4	17,4
Outro.	-	-	1	5,9	1	4,3

Fonte: Inquérito aos beneficiários do DLBC Costeiro - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1536. Outro. Qual?

	POR	Mar 2020
Promotor		1

Fonte: Inquérito aos beneficiários do DLBC Costeiro - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1537. Considera que a mobilização para a sua participação foi apenas formal (resposta formal a mecanismos estabelecidos de auscultação) ou substantiva com o convite a um envolvimento concreto do qual decorreu uma participação ativa na conceção da estratégia?

	POR		Mar 2020		Total	
	N	%	N	%	N	%
Formal	4	66,7	5	33,3	9	42,9
Substantiva	2	33,3	10	66,7	12	57,1

Total	6	100,0	15	100,0	21	100,0
--------------	---	-------	----	-------	----	-------

Fonte: Inquérito aos beneficiários do DLBC Costeiro - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1538. Resultados da participação no desenho da Estratégia de Desenvolvimento Local (EDL)

	POR (N=6)		Mar 2020 (N=15)		Total (N= 21)	
	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos
Poucos resultados efetivos, mas produziu uma perceção de participação que é relevante no território	2	33,3	2	13,3	4	19,0
Produziu resultados em termos de alargamento de âmbito da estratégia (território, objetivos, metas, áreas de intervenção e atores na implementação)	4	66,7	7	46,7	11	52,4
Conduziu à identificação e consensualização de projetos estratégicos/prioritários	2	33,3	8	53,3	10	47,6
Conduziu ao alargamento das potenciais fontes de financiamento	1	16,7	3	20,0	4	19,0
Conduziu à identificação de atores para a conceção/execução da estratégia	1	16,7	8	53,3	9	42,9
Conduziu à identificação de projetos complementares com os quais se estabeleceram articulações	2	33,3	6	40,0	8	38,1

Fonte: Inquérito aos beneficiários do DLBC Costeiro - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1539. Tipo de atividades desenvolvidas para promover o envolvimento e participação dos atores locais na implementação da EDL e o seu nível de participação nas mesmas

	1 – Nulo/muito reduzido		2		3		4		5		6 – Muito Elevado		Não participou		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Reuniões/encontros com parceiros promovidos	5	5,8	5	5,8	8	9,3	14	16,3	13	15,1	6	7,0	35	40,7	86	100,0
Sessões de divulgação e sensibilização e esclarecimento	6	7,0	6	7,0	9	10,5	9	10,5	15	17,4	13	15,1	28	32,6	86	100,0
Reuniões, seminários, workshops públicos	4	4,7	6	7,1	8	9,4	11	12,9	14	16,5	10	11,8	32	37,6	85	100,0
Produtos de comunicação do GAL/Entidade Gestora (newsletter, site)	5	6,0	4	4,8	6	7,2	14	16,9	15	18,1	9	10,8	30	36,1	83	100,0
Produtos de comunicação do GAL/Entidade Gestora (páginas das redes sociais ...)	3	3,5	5	5,9	8	9,4	13	15,3	15	17,6	7	8,2	34	40,0	85	100,0
Grupos de trabalho temáticos	7	8,5	9	11,0	5	6,1	8	9,8	8	9,8	4	4,9	41	50,0	82	100,0
Visitas a projetos de investimento,...	6	7,1	9	10,7	4	4,8	11	13,1	6	7,1	7	8,3	41	48,8	84	100,0
Feiras, festas temáticas; mostras de produtos locais	6	7,2	8	9,6	4	4,8	12	14,5	5	6,0	7	8,4	41	49,4	83	100,0
Participação em projetos de cooperação	6	7,2	6	7,2	8	9,6	5	6,0	8	9,6	6	7,2	44	53,0	83	100,0
Outra	1	6,7	1	6,7	1	6,7	2	13,3	-	-	-	-	10	66,7	15	100,0

Fonte: Inquérito aos beneficiários do DLBC Costeiro - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1540. Tipo de atividades desenvolvidas para promover o envolvimento e participação dos atores locais na implementação da EDL e o seu nível de participação nas mesmas (POR)

	1 – Nulo/muito reduzido		2		3		4		5		6 – Muito Elevado		Não participou		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Reuniões/encontros com parceiros promovidos	4	9,8	2	4,9	1	2,4	7	17,1	2	4,9	1	2,4	24	58,5	41	100,0
Sessões de divulgação e sensibilização e esclarecimento	4	9,8	3	7,3	2	4,9	3	7,3	4	9,8	3	7,3	22	53,7	41	100,0
Reuniões, seminários, workshops públicos	2	5,0	4	10,0	3	7,5	4	10,0	3	7,5	2	5,0	22	55,0	40	100,0
Produtos de comunicação do GAL/Entidade Gestora (newsletter, site)	3	7,9	3	7,9	1	2,6	4	10,5	5	13,2	3	7,9	19	50,0	38	100,0
Produtos de comunicação do GAL/Entidade Gestora (páginas das redes sociais ...)	1	2,5	3	7,5	3	7,5	5	12,5	5	12,5	3	7,5	20	50,0	40	100,0
Grupos de trabalho temáticos	5	13,5	4	10,8	1	2,7	1	2,7	2	5,4	0	0,0	24	64,9	37	100,0
Visitas a projetos de investimento,...	3	7,5	4	10,0	1	2,5	3	7,5	1	2,5	3	7,5	25	62,5	40	100,0
Feiras, festas temáticas; mostras de produtos locais	3	7,7	5	12,8	2	5,1	2	5,1	2	5,1	3	7,7	22	56,4	39	100,0

	1 – Nulo/muito reduzido		2		3		4		5		6 – Muito Elevado		Não participou		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Participação em projetos de cooperação	3	7,7	3	7,7	4	10,3	1	2,6	1	2,6	2	5,1	25	64,1	39	100,0
Outra	1	10,0	1	10,0	0	0,0	1	10,0	-	-	-	-	7	70,0	10	100,0

Fonte: Inquérito aos beneficiários do DLBC Costeiro - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1541. Tipo de atividades desenvolvidas para promover o envolvimento e participação dos atores locais na implementação da EDL e o seu nível de participação nas mesmas (MAR 2020)

	1 – Nulo/muito reduzido		2		3		4		5		6 – Muito Elevado		Não participou		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Reuniões/encontros com parceiros promovidos	1	2,2	3	6,7	7	15,6	7	15,6	11	24,4	5	11,1	11	24,4	45	100,0
Sessões de divulgação e sensibilização e esclarecimento	2	4,4	3	6,7	7	15,6	6	13,3	11	24,4	10	22,2	6	13,3	45	100,0
Reuniões, seminários, workshops públicos	2	4,4	2	4,4	5	11,1	7	15,6	11	24,4	8	17,8	10	22,2	45	100,0
Produtos de comunicação do GAL/Entidade Gestora (newsletter, site)	2	4,4	1	2,2	5	11,1	10	22,2	10	22,2	6	13,3	11	24,4	45	100,0
Produtos de comunicação do GAL/Entidade Gestora (páginas das redes sociais ...)	2	4,4	2	4,4	5	11,1	8	17,8	10	22,2	4	8,9	14	31,1	45	100,0
Grupos de trabalho temáticos	2	4,4	5	11,1	4	8,9	7	15,6	6	13,3	4	8,9	17	37,8	45	100,0
Visitas a projetos de investimento,...	3	6,8	5	11,4	3	6,8	8	18,2	5	11,4	4	9,1	16	36,4	44	100,0
Feiras, festas temáticas; mostras de produtos locais	3	6,8	3	6,8	2	4,5	10	22,7	3	6,8	4	9,1	19	43,2	44	100,0
Participação em projetos de cooperação	3	6,8	3	6,8	4	9,1	4	9,1	7	15,9	4	9,1	19	43,2	44	100,0
Outra	-	-	-	-	1	20,0	1	20,0	-	-	-	-	3	60,0	5	100,0

Fonte: Inquérito aos beneficiários do DLBC Costeiro - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1542. Média do nível da participação nas atividades (escala de 1 Nulo/muito reduzido a 6 muito elevado)

	POR		Mar 2020		Total	
	Média	N	Média	N	Média	N
Reuniões/encontros com parceiros promovidos	3,24	17	4,15	34	3,84	51
Sessões de divulgação e sensibilização e esclarecimento	3,47	19	4,31	39	4,03	58
Reuniões, seminários, workshops públicos	3,44	18	4,34	35	4,04	53
Produtos de comunicação do GAL/Entidade Gestora (newsletter, site)	3,74	19	4,26	34	4,08	53
Produtos de comunicação do GAL/Entidade Gestora (páginas das redes sociais ...)	3,95	20	4,10	31	4,04	51
Grupos de trabalho temáticos	2,31	13	3,79	28	3,32	41
Visitas a projetos de investimento,...	3,27	15	3,68	28	3,53	43
Feiras, festas temáticas; mostras de produtos locais	3,24	17	3,76	25	3,55	42
Participação em projetos de cooperação	3,00	14	3,84	25	3,54	39
Outra	2,33	3	3,50	2	2,80	5

Fonte: Inquérito aos beneficiários do DLBC Costeiro - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1543. Indique se considera que a sua participação e a de outras entidades na implementação do DLBC contribuiu para os seguintes resultados?

	POR (N=21)		Mar 2020 (N=33)		Total (N= 54)	
	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos
Racionalização de recursos	5	23,8%	11	33,3%	16	29,6%
Continuidade de intervenções	6	28,6%	13	39,4%	19	35,2%
Multidimensionalidade das intervenções	6	28,6%	11	33,3%	17	31,5%
Complementaridade de intervenções	7	33,3%	14	42,4%	21	38,9%
Aumento do alcance em termos do perfil dos beneficiários apoiados	7	33,3%	11	33,3%	18	33,3%
Construção de parcerias	9	42,9%	17	51,5%	26	48,1%
Alargar o âmbito de atuação	4	19,0%	14	42,4%	18	33,3%

Fonte: Inquérito aos beneficiários do DLBC Costeiro - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1544. Considera que os que os atores locais poderiam envolver-se mais na implementação da EDL?

	POR	Mar 2020
Sim. Quais atores?		
A sociedade civil	1	
Armadores das embarcações!		1
Associações empresariais	1	1
Associações, serviços públicos e autárquicos		1
Juntas de Freguesia	2	1
Câmaras Municipais	4	1
Empresários, associações, escolas		1
Empresas	2	1
Empresas locais	1	2
Empresas locais, que desenvolvem a sua atividade nas áreas prioritárias.		1
Instituições e população		1
População e organismos públicos com relevância territorial	1	
Entidades privadas	1	
grupos de cidadãos		1
Empresas, Privados	1	
Os que têm intervenção na regulamentação/autorização para o exercício das atividades		1
Panificação	1	
Pequenas e Médias empresas		1
sim		1
Sim. Todas as áreas de negócio de desenvolvimento local.		1
Todos os agentes locais, sobretudo os com projetos aprovados	1	
Sim. De que forma?		
A definir o tipo de intervenções necessárias.		1
apoio na consultadoria das candidaturas		1
Apresentando mais projetos!		1
através de recolha de contributos	1	
Através de um gabinete de apoio directo e auxílio ao cumprimento de prazos	1	
auditando mais vezes a atuação das EDL		1
Auscultação de contributos relativos ao desenvolvimento dos Territórios		1
Com financiamento; técnicos, etc.	1	
Com mais sensibilização aos utentes		1
Criação de ficha do projeto a circular pelas Entidades para priorização das respetivas intervenções e superação de estrangulamentos.		1
Divulgando e promovendo mais as diferentes possibilidades, dado o maior conhecimento do património e do espaço.	1	
envolvimento mais ativo na preparação de avisos publicados		1
forúns comunitários		1
Interacções (sessões de apresentação de projectos e networking), sugestões GAL de cooperação e promoção mútua, sessões debate. Compreendemos que pandemia em nada ajudou isto.	1	
Participando em reuniões de trabalho	1	
Respondendo aos desafios e eventos de participação lançados pelo GAL		1
Reuniões	1	1
Serem ouvidos	1	
Sessões participativas		1
Sugestões de construção de projetos "fato á medida".	1	
Tendo mais informação, menos burocracia, mais e, sobretudo, melhor apoio institucional, EM TEMPO ÚTIL	1	
Não. Justifique		
A forma pela qual a Gal está organizada já permite a plena participação de todos os actores que o queiram fazer.		1
Na participação em sessões de esclarecimento		1

Fonte: Inquérito aos beneficiários do DLBC Costeiro - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1545. Caso queira acrescentar algum comentário utilize o espaço seguinte:

	POR	Mar 2020
Ainda estamos a desenvolver o projeto, pelo que não temos todo o conhecimento		1
As verbas de apoio monetário demoram muito a ser entregues para concluir os projectos. Com os melhores cumprimentos		1
Com toda a sinceridade, penso que o questionário não é de simples preenchimento. Tentei compreender / interpretar e responder, mas estou com a sensação que não compreendi o alcance de algumas questões. Que 2022 seja melhor, MUITO MELHOR!!! Bem hajam!!!		1
Dar os parabéns aos GAL A2S, pelo exemplar trabalho e intervenção territorial.	1	
Desburocratizem e cooperem com quem quer investir, ao invés de tentar complicar a tentativa de realização do mesmo.		1
Lamento o atraso na resposta a candidatura, que forçou a alteração da minha estratégia e provocou que ainda não podia iniciar o projeto.	1	
Necessário mais rapidez na análise e aprovação dos projectos. Um projecto é sempre um projecto não pode ser objecto de análise pragmática.		1
O GAL veio atribuir uma maior proximidade e simplicidade dos processos, chegando de uma forma mais célere às comunidades menos informadas. Na nossa opinião, prestam um serviço de excelência		1
O inquerito é demasiado longo e promenorizado e seria necessário ter em mente todos os detalhes de diversas candidaturas. Não consegui responder a tudo é muito longo e com muitas questões de promenor.	1	
Perdemos 3 meses de apoio e a majoração que consideramos injusto dado não ser por responsabilidade nossa. E o facto dos prazos reembolso não serem cumpridos e especificamente em pandemia dificulta a gestão de uma empresa	1	
Qualquer iniciativa de apoio ao desenvolvimento territorial é benéfica, desde que eficiente. A experiência que tive com este programa mostrou uma completa incompetência dos organismos que a tutelam, com grande prejuízo para as empresas que investiram, e consequente péssimo retorno para o país	1	
questionário demasiado longo, e pouco claro em algumas das dimensões de análise		1
Questionário excessivamente extenso	1	

Fonte: Inquérito aos beneficiários do DLBC Costeiro - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Inquérito aos beneficiários dos DLBC Urbano

Quadro 1546. Distribuição por PI - DLBC URBANO

	N	%
8.3/8iii. Emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras (FSE) - COESOURb	9	6,4
8.3/8iii. Emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras (FSE) - COESOEmp	68	48,2
8.8/8a. Apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas e à atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas e microempresas (FEDER) - PAPN	2	1,4
9.1/9i. Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e a melhoria da empregabilidade (FSE)	41	29,1
10.1/10.i Redução e prevenção do abandono escolar precoce e promoção da igualdade de acesso a um ensino infantil, primário e secundário de boa qualidade, incluindo percursos de aprendizagem formais, não formais e informais para a reintegração no ensino e na formação (FSE)	5	3,5
SI2E - 8.3/8iii. Emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras (FSE)/ 8.8/8a. Apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas e à atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas e microempresas (FEDER)	10	7,1
SI2E; + Coeso	1	,7
101;+coeso	2	1,4
901;+coeso	2	1,4
901;PAPN	1	,7
Total	141	100,0

Fonte: Inquérito aos Beneficiários dos DLBC Urbano - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

CANDIDATURA DE PROJETOS

Quadro 1547. Como soube da existência dos apoios do Grupo de Ação Local(GAL) para o seu projeto

	Total (N=139)	
	N	% de casos
Contato direto com o GAL	27	19,4
Sessões de divulgação e sensibilização e esclarecimento	32	23,0
Reuniões, seminários, workshops públicos	14	10,1
Produtos de comunicação do GAL/Entidade Gestora (newsletter, site)	18	12,9
Produtos de comunicação do GAL/Entidade Gestora (páginas das redes sociais ...)	18	12,9
Organizações Locais	26	18,7
Comunicação social	13	9,4
Pesquisa na internet	44	31,7
Consultores	31	22,3
Outra via	10	7,2

Fonte: Inquérito aos beneficiários do DLBC Urbano - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1548. Outros, quais:

	N
Associativismo do ACM	1
Através do FATORC	1
Câmara Municipal Sintra	1
Ceteocontas - Gabinete de Contabilidade	1
Conheço pessoas que fazem parte da Rede DLBC	1
Daniel Figueiro - VisionTech Lab	1
Dirigente	1
Divulgação por parte do presidente da REDE DLBC que sendo conhecedor das iniciativas e serviços da Associação de Moradores do Bairro Padre Cruz nos sugeriu apresentarmos a candidatura	1
E-mail	1
Fábrica do Empreendedor	1
Fazemos parte do núcleo executivo	1
Geofundos	1
Go Global	1
Informação da candidatura	1
Município.	1
muppies	1
Ordem dos contabilistas certificados	1
Organização parceira	1
Página do GAL no Facebook	1
Por colega que trabalha em projectos comunitarios	1
Portugal 2020	1
Somas e Sugestões Unip. Lda.	1
um amigo partilhou	1

Fonte: Inquérito aos beneficiários do DLBC Urbano - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1549. Grau de adequação do calendário de abertura do aviso e dos prazos de submissão de candidatura em termos de:

	1 - Nada adequados		2		3		4		5		6 - Muito Adequados		Total		Média
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	
Tempo de duração do Aviso de Abertura de Candidaturas (desde a abertura até ao encerramento)	2	1,4	7	5,0	17	12,1	45	31,9	50	35,5	20	14,2	141	100,0	4,38
Intervalo de tempo entre a realização das ações de divulgação e o prazo para submissão das candidaturas	2	1,4	11	7,8	15	10,6	55	39,0	41	29,1	17	12,1	141	100,0	4,23
Ritmo de lançamento dos concursos para a mesma Tipologia/tipo de operações	5	3,6	19	13,7	12	8,6	59	42,4	32	23,0	12	8,6	139	100,0	3,94
Articulação entre concursos para várias tipologias de operação	5	3,7	11	8,1	16	11,8	62	45,6	32	23,5	10	7,4	136	100,0	3,99
Outro.	4	25,0	-	-	1	6,3	6	37,5	2	12,5	3	18,8	16	100,0	3,69

Fonte: Inquérito aos beneficiários do DLBC Urbano - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1550. outro. Qual?

	N
Apoio dado no esclarecimento por parte do GAL - Urban Sintra	1
Intervalo entre a aprovação de candidatura e envio do 1º Adiantamento.	1
Prazo de resposta	1
Preenchimento dos requisitos	1
Total falta de articulação entre o GAL e a CCDD, má qualificação das pessoas nestas instituições quer a nível de conhecimentos da realidade empresarial e de outras organizações, como a nível de relações interpessoais com os promotores	1

Fonte: Inquérito aos beneficiários do DLBC Urbano - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1551. Nos casos onde respondeu 1, 2 ou 3, justifique a sua resposta.

	N
A candidatura teve um período de duração muito limitado.	1
A divulgação pareceu-me pouca e apenas tive conhecimento por "acidente" felizmente ainda fui a tempo	1
Cancelamento da segunda fase de candidaturas.	1
Demora na respostas de duvidas referente a candidatura	1
Desculpe mas respondi em Qual?	1
Deveriam existir mais concursos para as mesmas tipologias ainda mais quando as cabimentações se esgotam não sendo suficientes para os projetos candidatos	1
Existia 2 fases de candidaturas e de repente a 2ª fase foi cancelada	1
Há poucos concursos para as organizações sem fins lucrativos	1
Houve apenas um concurso para esta tipologia e lançado com atraso significativo face à data inicialmente prevista, com impacto no período de execução do projeto.	1
Houve um intervalo de tempo francamente curto para a apresentação de candidaturas desde a sua divulgação / abertura de Aviso. Não foi perceptível a existência de articulação entre concursos para várias tipologias de operação.	1
Intervalos de tempos demasiado longos	1
Nesta altura de COVID pode-se dizer que houveram muitos apoios que ficaram ou sem as sessões de esclarecimento ou quando havia passado pouco tempo os Avisos estavam fechados. Depois, na questão de pouco tempo de duração dos Avisos, às vezes precisamos de licenças ou autorizações camarárias e não se consegue submeter o apoio.	1
O prazo foi muito curto e decorreu no mês de agosto.	1
O tempo de submissão de candidaturas foi curto, porém o tempo de análise das mesmas foi superior a 5 meses, e a resposta aos pedidos de esclarecimentos outros tantos dias	1
Os concursos tiveram anos para ser lançados e depois foram quase todos em simultâneo.	1
Os formulários são super difíceis de preencher por pessoas que não sejam consultores	1
Pensamos que era melhor abrir mais concursos, espaçados, e articular instrumentos de modo mais claro (CO3SO, PAPN, etc.) e informar previamente promotores de calendários previstos	1
Pouco adequado ao conhecimento e literacia das micro empresas	1
pouco explícitos difícil acesso	1
Pouco tempo	1
Pouco tempo para candidaturas que fecharam antes da data prevista	1
Prazo curto	1
Prazos curtos, "apertados" entre as ações.	1
Ritmo - não têm existido concursos semelhantes. Articulação, a nossa resposta é neutra, pois não sentimos articulação com nenhum outro concurso.	1
Ritmo lento e demorado entre o GAL e a entidade gestora.	1
Sobreposição de tipologias semelhantes ou equivalentes que reduzem a capacidade das pequenas associações de beneficiarem de diversos apoios	1

Fonte: Inquérito aos beneficiários do DLBC Urbano - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1552. Principais dificuldades sentidas no processo de elaboração e de aprovação da Candidatura.

	Total (N=139)	
	N	% de casos
Não sabe, a candidatura foi elaborada por consultores	26	18,7
Não teve dificuldades	23	16,5
Interpretação da legislação	48	34,5
Aconselhamento técnico insuficiente por parte dos consultores	10	7,2
Aconselhamento técnico insuficiente por parte do GAL	9	6,5
Dificuldade na adequação do projeto às condições de elegibilidade	10	7,2
Requisitos formais e burocracia para a instrução da candidatura	57	41,0
Dificuldade em obter financiamento para a parte não participada	15	10,8
Cumprimento de requisitos técnicos/administrativos (pareceres, licenciamentos,...)	18	12,9
Prazo de resposta a pedidos de esclarecimento	21	15,1
Prazos de decisão	43	30,9
Outra	3	2,2

Fonte: Inquérito aos beneficiários do DLBC Urbano - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1553. Outros, quais:

	N
A morosidade no reembolso das despesas e a libertação de fundos em tranches reduzidas	1
Algumas dúvidas ao preencher todos os quadros da candidatura.	1
Dificuldades técnicas da plataforma nomeadamente com a localização	1
Não foi permitido pelo organismo intermédio a consulta da análise da candidatura.	1

Fonte: Inquérito aos beneficiários do DLBC Urbano - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1554. Descreva as dificuldades sentidas

	N
2 interfaces_Candidatura em doc. e no balcão	1
A candidatura foi instruída por nós. Não tendo experiência, o processo formal de instrução pareceu-nos profundamente burocrático. O portal é pouco intuitivo e não é user friendly.	1
A comunicação por vezes é bastante impessoal. Dificuldade no esclarecimento de algumas dúvidas. Aprovação/decisão das candidaturas extremamente demorada (6 meses de espera).	1
A demora na comunicação de decisões, pagamentos, respostas a emails, etc	1
A informação é muita, mas estou certo no futuro ser mais fácil	1
A maioria das vezes que colocávamos dúvidas ao GAL, este não nos dava uma resposta definitiva - tinha sempre que consultar a CCDR. Houve várias situações que não nos foram informadas desde o início e que nos custaram muito tempo e dinheiro a resolver para que pudessemos ser elegíveis.	1
A percentagem inicial de fundos adiantados e a morosidade nos reembolsos das despesas são incomportáveis para as pequenas associações desenvolverem os projetos a que se propõem com os melhores resultados	1
A utilização de terminologias perfeitas para excluir um mnicro empresário da execução da candidatura. Tudo tem de ser «Traduzido» por consultores.	1
Articulação da "linguagem" e interpretação e contactos com os técnicos	1
Ausência de acompanhamento técnico por parte da entidade financiadora, pouca informação e esclarecimento acerca dos procedimentos associados ao Projeto.	1
Avisos por vezes eram dúbios em alguns aspetos e são têm informações diferentes da legislação (ex. Contratação Pública)	1
burocracia demasiado complicada para ser elaborada internamente	1
Burocráticas	1
Conhecimento da aprovação do projeto, desde a submissão do projeto, constantando uma data para início do projeto até se ter a certeza de que efetivamente, o projeto iria ser aprovado.	1
Contratação de Pessoas especializadas para o nosso projeto com todas as particularidades solicitadas pelo projeto	1
Das opções asinaladas, a opção do prazo de resposta foi realmente a maior dificuldade pois ultrapassou em muito os prazos estabelecidos inicialmente	1
Desconhecimento da plataforma e suas especificidades	1
Dificuldade em compreender o que era pretendido preencher em vários pontos da candidatura.	1
Dificuldade na interpretação do regulamento	1
Divergência entre os campos da memória descritiva e os campos da plataforma do portal2020	1
Esclarecimentos pouco precisos	1
Falta de conhecimento técnico para questões legislativas	1
Falta de respostas em tempo útil por parte das entidades gestoras (não o GAL); terminologias demasiado técnicas para promotores que estão a iniciar o seu negócio; Incumprimento dos prazos, à mais de 2 anos que aguardo resposta para fechar um saldo; burocracia do sistema informático e desconhecimento do mesmo; cada alteração por mais básica que seja carece de reconhecimento notarial de assinatura; ...	1
Inadmissível é o ter de fazer os pagamentos 100 dias antes de receber os valores respetivos (+ de 100 dias entre a data do pedido de reembolso e a data da entrada da verba na conta sem ter havido quaisquer questões levantadas)	1

	N
Interpretação da candidatura, do que nos era pedido	1
Lidar com CCP; não remuneração da gestão/estrutura da organização/corpo dirente que trabalha pro bono para fazer as candidaturas e manter o projeto no terreno (parte burocrática)	1
Linguagem demasiado técnica que impossibilita a submissão por parte de quem nunca operou com legislação tributária.	1
linguagem muito técnica nos documentos, pouca clareza nas instruções para os diversos "formatos" dos candidatos (empresa, eni...), prazo longo para decisão (4 meses)	1
Muitas formalidades, e atrasos em resposta para os pagamentos	1
Muitos procedimentos formais, incoerência entre procedimentos (plataforma e formulários - memória descritiva) e morosidade na aprovação.	1
Não consegui interpretar bem a questão dos tipos de contratos dos recursos humanos e dos voluntários e pontuação associada.	1
Não foi permitido pelo organismo intermédio a consulta da análise da candidatura. Ausência completa de resposta a diferentes solicitações.	1
Não nos faz sentido, para mais em pandemia, receber resposta de aprovação por carta (papel) com demoras enormes (meses - sabíamos em Janeiro da aprovação, mas só em Abril se assinou...). Na submissão: há regras inadequadas à realidade (no CO3SO então, perante mercado de trabalho com desemprego residual a situação de inadequação é gritante); sim há excesso de burocracia e pedidos de documentos na fase da submissão - documentos que não são necessários para avaliação de substância deveria ser solicitados só a promotores e projectos interessantes para o país e região na sua substância, reduzindo tempo de análise, facilitando trabalho a avaliadores e promotores; prazos com duplicidade - meses ou mesmo um ano para decisores, mas 2, 5 ou 10 dias úteis para promotores. Não é razoável. E pior o sistema de submissão, terrível e que, para mais, crashou...	1
Não resposta aos esclarecimentos solicitados, Remissão para FAQ's igualmente vagas, ambíguas e com informação idêntica há constante do aviso de candidatura.	1
O período decorrido entre a apresentação da candidatura e a aprovação foi longo.	1
Plataforma com erros de submissão e sem capacidade de resposta atempada	1
Prazos de decisão de notificação completamente absurdos e nunca cumprem a legislação. Para mostrar trabalho fui obrigado a ir assinar termos de decisão nas próprias instalações da CCDR Lisboa, pois não havia tempo de seguir pelo correio. Caso contrário não veria o projeto aceite! Solicitei ajuda pelo telefone para utilizar a plataforma do balcão 2020, e também ninguém sabia explicar na CCDR. Telefonei diversas vezes para a CCDR para falar com a Dra Carolina e fui informada que a Dra não atendia telefonemas. Só atendem quando lhes é conveniente! Uma vergonha! Quanto ao GAL Benfica é apenas fachada! Também sei por experiência própria que os GAL estão dependentes da CCDR. Fui júri de SI2E no DLBC e do passado mais de um mês de fecho das candidaturas é que tivemos acesso as mesmas! Claro que assim é impossível cumprir prazos! Como sou uma pessoa otimista espero que este estudo mude os processos e procedimentos existentes! Agilizem os mesmos, tornem- os mais transparentes! Creio que para tal deverá haver formação nas pessoas "altivas" que existem nas organizações! Nem tudo é mau! Alguns GAL designadamente no norte tiveram boas relações do tipo win To win com os promotores! Votos de bom trabalho	1
processo muito complexo	1
Senti dificuldades em interpretar a linguagem dos manuais de apoio de procedimentos e enganei-me no preenchimento da candidatura, não consegui entregar na primeira fase apesar de tentar durante os últimos dois dias do prazo terminar porque o portal não reconhecia o mapa.	1
Submetemos apenas uma candidatura ao aviso em julho de 2020, Projetos Inovadores e Experimentais e senti uma grande disponibilidade da GAL em apoiar e ajudar na elaboração das candidaturas. Sempre tivemos dificuldades , a GAL esforçou-se sempre por esclarecê-las. Foram uma grande ajuda.	1
Submissão de documentação para emissão de pagamentos	1
Um fator comum às dificuldades sentidas e assinaladas acima consideramos ter a ver com o facto de cada um dos membros da direcção da AMBPC não estar capacitado para a abordagem deste tipo de candidaturas e pela primeira vez se verem desafiados elaborar e concretizarem a candidatura.	1

Fonte: Inquérito aos beneficiários do DLBC Urbano - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1555. Contactou o GAL na fase de elaboração da candidatura?

	N	%
Sim	111	81,0
Não	26	19,0
Total	137	100,0

Fonte: Inquérito aos beneficiários do DLBC Urbano - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1556. Se contactou o GAL na fase de preparação da candidatura, como avalia o apoio prestado relativamente às seguintes dimensões? (Escala 1- Nulo a 6 Elevado o apoio prestado pelo GAL?)

	1 - Nulo		2		3		4		5		6 - Elevado		Total		Média
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	
Utilidade do apoio prestado	4	3,5	4	3,5	4	3,5	11	9,6	37	32,5	54	47,4	114	100,0	5,06
Clareza do apoio prestado	3	2,7	6	5,3	7	6,2	16	14,2	34	30,1	47	41,6	113	100,0	4,88
Contributo do apoio para aumentar a qualidade da candidatura	5	4,4	5	4,4	8	7,1	24	21,2	23	20,4	48	42,5	113	100,0	4,76

Fonte: Inquérito aos beneficiários do DLBC Urbano - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1557. Principais dificuldades que existiram no contacto com o GAL na fase de Candidatura

	Total (N=121)	
	N	% de casos
Não existiram dificuldades	81	66,9
Dificuldade de contacto telefónico	20	16,5
Ausência/demora de resposta a emails	14	11,6
Dificuldade/impossibilidade de atendimento presencial	11	9,1
Demora nos esclarecimentos	11	9,1

Esclarecimentos pouco claros	11	9,1
Falta de capacidade técnica para responder às questões colocadas	7	5,8
Outras	6	5,0

Fonte: Inquérito aos beneficiários do DLBC Urbano - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1558. Outros, quais:

	N
A maior dificuldade foi apenas antes de eu pedir algum apoio a esclarecer duvidas, depois tornou-se mais fácil.	1
Alguma confusão em termos dos papéis do GAL (incentivador/promotor, parceiro, avaliador, fiscalizador) leva a confusões e situações menos positivas	1
Na altura de elaboração houve período de férias durante o qual foi mais difícil obter esclarecimentos	1
Por também não terem esclarecimentos por parte do POR Lisboa, não sabiam esclarecer certas questões	1
Por vezes os próprios Gal não conseguiam os esclarecimentos por parte da Lisboa2020	1
Poucas certezas nas respostas. Tinham quase sempre que esclarecer primeiro com a CCDD que não respondia prontamente aos seus pedidos.	1
Referente aos ENI	1

Fonte: Inquérito aos beneficiários do DLBC Urbano - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1559. O GAL assegurou a capacitação dos beneficiários e potenciais beneficiários para a elaboração da candidatura?

	Total (N=133)	
	N	% de casos
Não	18	13,5%
Sim, através de sessões de esclarecimento	70	52,6%
Sim, através de atendimentos pré-projeto	47	35,3%
Sim, através de documentação de apoio (orientações técnicas)	70	52,6%
Sim, através de outras ações	12	9,0%

Fonte: Inquérito aos beneficiários do DLBC Urbano - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1560. Identifique quais:

	N
O Coordenador na pessoa de Dr Jorge Lopes, ajudou muito bem em alguns esclarecimentos importantes	1
Alguns esclarecimentos telefónicos facilitaram muito em detalhes que não eram claros no preenchimento.	1
apoiar no preenchimento mas sem grande clarificação do pretendido	1
Apoio personalizado quanto à clareza de explicitação de conteúdos da candidatura	1
E-mail e telefonemas com perguntas específicas	1
Esclarecimentos por email.	1
Esclarecimentos via telefone e presencial	1
Parecer de outras GAL	1
Pouco. Senti muitas dificuldades (ainda sinto). Foi feita uma sessão Online de explicação do processo (45 minutos de legislação) que não poderam ser gravados para uma posterior análise detalhada.	1
respondendo a todas as questões via telefone ou email, elevada disponibilidade, profissionalismo e capacidade de esclarecimento por parte dos técnicos.	1
Sempre disponíveis em esclarecer dúvidas por telefone	1
workshops e rondas de esclarecimento	1

Fonte: Inquérito aos beneficiários do DLBC Urbano - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1561. Áreas/domínios considera que era importante os potenciais beneficiários terem ações de capacitação para apoiar a elaboração de melhores candidaturas

	N
A área legal/fiscal, para enquadramento das candidaturas e dos requisitos obrigatórios.	1
Acima de tudo: clarificação legislação e casos (mas em pandemia temos de ser mais tolerantes com estas confusões legislativas sentidas).	1
No resto: péssimo sistema informático. Nada intuitivo, muito imitativo, mal pensado e péssimo funcionamento.	1
Adequação das candidaturas a linhas de apoio	1
Ao longo de todo o processo, antes durante e para conclusão do mesmo.	1
Área financeira	5
Elaboração de candidaturas.	3
elaboração de orçamentos	1
Atuarem com maior brevidade	1
co-liderança (porque a burocracia precisa de ser simplificada!)	1
Contabilidade e Gestão	1
Contratação Pública	2
Elaboração de Indicadores	1
Elegibilidade despesas	1
design participativo de projetos, criação de redes e avaliação do impacto	1
Deveria ter sido logo esclarecida a questão do vínculo prévio laboral dos membros dos órgãos sociais e não só após a aprovação do projeto.	1
Documentação necessária, Esclarecimento do que é pretendido nas questões a preencher	1
Económicos e contabilísticos	1

	N
EDUCAÇÃO	1
domínio do sistema informático	1
Entender legislação	1
Era importante haver momentos de proximidade entre organizações que trabalham no mesmo território.	1
Esclarecimento pratico e objetivo da forma de proceder aos reembolsos	1
eventualmente nas áreas estudo financeiro	1
Execução Técnica e Financeira exigida	1
Formação em preenchimento de candidaturas assim como depois levar a cabo as mesmas derivado ao elevado nível de burocracia	1
Formação para a elaboração de candidaturas e para a instrução e orientação dos procedimentos do Projeto (após aprovação).	1
Formações para se ter conhecimento, do que realmente se procura nos candidatos aos projetos, normalmente as informações que se tem, são: difusas, espalhadas, confusas e quase que se necessita ter um curso de Direito, para se interpretar a legislação em volta a cada projeto, sendo que por norma os projetos enviados, são por pessoas que enxergam sua realidade, de forma simplista.	1
Funcionamento da plataforma do portal Portugal2020	1
Gestão da tesouraria, Aconselhamento jurídico. As organizações saberem exatamente onde se vão meter e quais os riscos.	1
gestão de projecto, CCP	1
Haver mais formação para manuseamento das plataformas onde se submetem os projetos	1
Informação detalhada e orientações Técnicas	1
Informação sobre as condicionantes das candidaturas	1
Interpretação da legislação	1
Legislação	3
Legislação tributária	1
Linguagem mais clara	1
Mais capacitação no âmbito da contratação pública	1
Monitorização e avaliação; Procedimentos administrativo-financeiros.	1
Na área da elaboração de projetos e acompanhamento	1
Na área de desenvolvimento de projetos consistentes, com noções de sustentabilidade financeira e com hipóteses válidas e vindas de observação, entrevistas ou benchmark e literatura..	1
Na burocracia	1
Na gestão prática da candidatura, e como assegurar temas como substituição de trabalhadores.	1
Na minha opinião ações de elucidação poderiam estimular o investimento apoiado nas áreas mais convenientes para as entidades e para o território	1
Na preparação de todos os elementos obrigatórios, no preenchimento da proposta no Balcão 2020 .	1
No entendimento da terminologia e como verificarem para prevenir falhas	1
Normas da contratação publica, orçamentos e despesas elegíveis, accoes para melhor conhecer os territorios bipzip e a especificidade da sua localização.	1
Nos reembolsos	1
O tipo de ações de formação que foram asseguradas pelo GAL de Cascais (agora não me recordo do nome) . Está relacionado com a Tese! Excelentes profissionais e de facto o GAL existe! Os promotores na sua maioria não tem conhecimentos básicos como a noção de elegibilidade de investimento! Para muitos a legislação é de difícil entendimento. A área financeira é para a maioria completamente obtusa! Não sei como será agora com as questões da sustentabilidade impostas pela comunidade europeia para o novo quadro! A maioria das pessoas nem sabe o que significa a palavra! Muito trabalho a ser desenvolvido e muitas ações de informação e esclarecimento!	1
OPIO TECNICO	1
Orçamentação	1
Orientações técnicas e sessões de esclarecimento	1
parte financeira e contratação pública	1
Pedidos de Reembolsos e Execução Física	1
preenchimento da candidatura	1
Principalmente na interpretação, dos formulários apresentados e dos vários campos que os constituem.	1
Processo extremamete difícil para quem não é consultor. Há como que uma "obrigatoriedade" em contratar uma entidade para submeter as candidaturas de tal forma que é complicado	1
Recrutação Postos Trabalho	1
regas e especificidades das candidaturas	1
Regulamentação para a Contratação Pública	1
Sim, orçamento de projetos, imputação de despesas	1
Um pouco em todas	1
Utilização da plataforma de candidatura;	1
Utilização do portal, que é pouco intuitivo	1

Fonte: Inquérito aos beneficiários do DLBC Urbano - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1562. Em que medida considera que o concurso a que concorreu, se adequa às necessidades da sua entidade e do território onde se insere?

	1 – Nada adequadas		2		3		4		5		6 – Muito adequadas		Total		Média
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	
Necessidades da entidade			1	0,7	1	0,7	24	17,5	43	31,4	68	49,6	137	100,0	5,28
Necessidades do território			1	0,7	2	1,5	21	15,4	40	29,4	72	52,9	136	100,0	5,32

Fonte: Inquérito aos beneficiários do DLBC Urbano - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1563. Nos casos onde respondeu 1, 2 ou 3, justifique a sua resposta.

	N
Às vezes o território (sobretudo nesta era global) pode ser uma limitação quando as empresas trabalham globalmente, embora sediadas no território.	1
Empresa que terá poucos stakeholders no espaço geográfico! Sendo difícil neste espaço motivar os mesmos.	1
relativamente a elegibilidade dos utentes como beneficiários deveria haver mais flexibilidade	1

Fonte: Inquérito aos beneficiários do DLBC Urbano - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1564. Avaliação a adequação dos seguintes elementos quanto ao processo de análise e seleção do seu projeto:

	1 – Nada adequadas		2		3		4		5		6 – Muito adequadas		Total		Média
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	
Condições de elegibilidade da entidade beneficiária	-	-	1	0,7	3	2,2	24	17,8	60	44,4	47	34,8	135	100,0	5,10
Condições de elegibilidade do projeto	1	0,7	1	0,7	5	3,7	25	18,5	59	43,7	44	32,6	135	100,0	5,01
Crítérios de seleção	-	-	2	1,5	8	6,0	30	22,6	52	39,1	41	30,8	133	100,0	4,92
Metodologia de apuramento do mérito	-	-	1	0,8	6	4,6	34	26,0	54	41,2	36	27,5	131	100,0	4,90
Tipo de despesas elegíveis	3	2,2	2	1,5	11	8,1	44	32,6	42	31,1	33	24,4	135	100,0	4,62
Taxa de incentivo	1	0,8	2	1,6	10	7,8	39	30,5	41	32,0	35	27,3	128	100,0	4,73
Carga burocrática	15	11,4	15	11,4	16	12,1	53	40,2	24	18,2	9	6,8	132	100,0	3,63
Interação com o Sistema de Informação do FSE	10	8,1	7	5,6	19	15,3	46	37,1	32	25,8	10	8,1	124	100,0	3,91
Interação com o Sistema de Informação do FEDER	12	10,8	5	4,5	16	14,4	40	36,0	31	27,9	7	6,3	111	100,0	3,85
Interação com o Sistema de Informação do PDR	12	11,0	4	3,7	17	15,6	41	37,6	28	25,7	7	6,4	109	100,0	3,83
Interação com o Balcão2020	11	8,2	12	9,0	17	12,7	45	33,6	39	29,1	10	7,5	134	100,0	3,89
Interação com outros Sistemas de informação	9	8,0	3	2,7	16	14,2	47	41,6	28	24,8	10	8,8	113	100,0	3,99
Tempo de análise/aprovação da candidatura	25	18,8	10	7,5	18	13,5	47	35,3	27	20,3	6	4,5	133	100,0	3,44
Pedidos de esclarecimentos e/ou elementos adicionais solicitados	8	6,2	10	7,7	11	8,5	46	35,4	35	26,9	20	15,4	130	100,0	4,15
Outro	1	7,7	-	-	2	15,4	6	46,2	3	23,1	1	7,7	13	100,0	4,00

Fonte: Inquérito aos beneficiários do DLBC Urbano - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1565. Outro. Qual?

	N
No caso da minha candidatura, houve um atraso de cerca de 3 meses desde a receção da aprovação até à sua aceitação pelo CCDRN, tudo isto aconteceu pelo que parece por não haver uma interação eficiente entre o sistema de informação FSE e a Segurança Social em que esta dizia estar tudo em conformidade garantindo a não existência de dívidas, e no sistema de informação FSE não havia essa informação constava como inconclusivo - mantendo-se assim durante 3 meses no sistema, este problema impediu que a minha candidatura constasse em FSE, tendo só sido possível 3 meses após a entrega do Contrato e Termo de Aceitação. fui assim claramente prejudicado.	1

Fonte: Inquérito aos beneficiários do DLBC Urbano - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1566. Nos casos onde respondeu 1, 2 ou 3, justifique a sua resposta.

	N
12 meses para a aprovação faz com que os orçamentos percam a sua validade e os valores aprovados ficam subestimados aos preços atuais.	1
a candidatura foi aprovada só fomos informados 3 meses depois	1
A carga burocrática é demasiada e o tempo de análise/aprovação da candidatura foi extremamente demorado.	1
A carga burocrática é muito elevada, não é qualquer entidade que consegue efetuar uma candidatura sem recorrer à Ajuda de consultores externos, nem todas as entidades têm meios para tal. Associado à realização da candidatura há muita falta de apoio a dúvidas, os emails ou não são respondidos ou demoram imenso a enviar a resposta e além disso não existe apoio telefónico na prática. O tempo de análise das candidaturas derrapou no tempo tendo implicado a perda de meses no projeto pois a resposta veio já no decorrer do tempo que estava estipulado para a execução do projeto e depois esse tempo não é compensado no final.	1
A minha candidatura foi inicialmente recusada com base num pressuposto errado, que surgiu de uma interpretação errada. Esperei 4 meses pela resposta e depois então pude contestar. Nestas situações penso que o pedido de esclarecimento devia ser mais breve, em relação à data da candidatura.	1
Ainda hoje temos dificuldades nas ações do Balcão 2020	1
Algumas despesas seriam pertinentes e adequadas considerando a abrangência da promoção do sucesso escolar, mas não eram elegíveis. A plataforma não é intuitiva e com muitos constrangimentos do ponto de vista informático (e.g., não é possível a submissão simultânea de PA e PR). A capacidade de resposta a estes bloqueios e aos pedidos de esclarecimentos são muito lentos.	1
As plataformas públicas que gerem estes apoios necessitam de ser melhoradas	1
As resposta já foram dadas anteriormente	1
Balcão 2020 e SIFSE são confusos e lentos. Tempo de análise foi absurdamente alto	1
Balcão 2020: é necessário ter formação para navegar nos conteúdos. Falhou miseravelmente na geolocalização do projeto (talvez por excesso de acessos). A minha candidatura levou quase 1 ano a desbloquear os fundos.	1

	N
Carga burocrática muitas vezes desproporcional para o tamanho das organizações, por vezes as informações pretendidas nos pedidos de esclarecimento constam na candidatura. Balcão2020 não é intuitivo	1
Como dissemos: péssimo sistema informático (com o corolário máximo a ser a integração da geolocalização, entretanto e BEM passada a "voluntária" no caso PAPN) e excesso burocracia inútil (envio papeis devia ser POS candidatura e avaliação - devia fazer- candidatura com proposta, avaliação (menos tempo pois técnicos nao tinham perder centenas de horas mergulhados em checl lists formais e focavam em substância). Os q tivessem mérito e interesse para região teriam demonstrar suas afirmações - com documentação... CRITERIOS: eram claros mas GAL entendeu cortar de 3 para 2 pessoas sem dar QUALQUER RAZAO! E prejudicando projecto.	1
decisões e esclarecimentos demorados ou não existentes	1
Demora na análise/aprovação da candidatura	1
Demora na resposta de análise implicando o atraso no início do projeto. Morosidade na resposta aos esclarecimentos solicitados	1
Elevada burocracia.	1
Excessos burocráticos	1
Incumprimento de prazos; questões técnicas do sistema informático e outras com 2 anos de espera para fecho do projeto; tempos de análise morosos	1
Irrealista na sua exigência	1
Muita burocracia, pouca interação, muita demora nos pedidos de esclarecimento	1
Muita demora no tempo de resposta.	1
muitas demora em todo o processo com muita burocracia	1
Muito burocrático, legislação complexa	1
Não fomos nós que submetemos ou que trabalhamos com os Sistemas de Informação. O programa ao qual concorremos demorou imenso tempo a ser aprovado, no geral. E, nos pedidos de pagamento verificamos que estão igualmente a demorar na análise.	1
Não há uma interação eficiente entre o sistema de informação FSE e a Segurança Social.	1
Não se aplica	1
não ser elegível o rdenado de quem trabalha so porque é recente órgão social! Carga burocrática inadmissível! tempo de avaliação dos pedidos de reembolso inadmissível!	1
O tempo de análise e aprovação não foi o definido inicialmente (foi muito mais tarde)	1
O tempo de análise é muito deficiente. A carga burocrática é excessiva	1
O tempo de aprovação da candidatura foi extremamente elevado pois foi submetida em setembro e decisão de aprovação em maio	1
O tempo de aprovação da candidatura foi muito longo.	1
O tempo de decisão é demasiado longo assim como o de interação com a entidade do GAL. Ao nível do acompanhamento constantemente são colocadas questões e pedidos elementos em que se percebe que a gestão é realizada por pessoas sem conhecimento prático do funcionamento de empresas / segurança social / etc	1
O tempo de resposta do POR Lisboa é demorado e completamente desadequado do tempo e das actividades dos projectos.	1
o tempo de resposta para aprovação da candidatura e para aprovação do pedido de alteração ultrapassou os 6 meses em cada caso o que me parece demasiado	1
O tempo sem resposta alguma após a submissão da candidatura foi longo e a plataforma do Balcão 2020 tem muitos problemas de usabilidade e ao carregar ficheiros	1
Os sistemas de informação utilizados são pouco intuitivos	1
PDR - neutro porque nos parece NA. Tempo de análise/aprovação muito demorado.	1
Pouco disponível	1
Quase 4 meses para aprovação é manifestamente um tempo exagerado	1
Resume-se acima de tudo ao excesso de burocracia e à não adequação às necessidades das associações de base local	1
Tempo de análise da candidatura muito moroso, impedindo o arranque do projeto aliado ao arranque de ano letivo como era pretendido	1
tempo de análise/aprovação foi 7 meses superior ao esperado	1

Fonte: Inquérito aos beneficiários do DLBC Urbano - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

EXECUÇÃO DOS PROJETOS

Quadro 1567. Principais dificuldades sentidas na execução do seu projeto

	Total (N=137)	
	N	% de casos
Não teve dificuldades	25	18,2
Interpretação da legislação	44	32,1
Aconselhamento técnico insuficiente por parte dos consultores	13	9,5
Aconselhamento técnico insuficiente por parte do GAL	14	10,2
Dificuldade na adequação do projeto às condições de elegibilidade	11	8,0
Requisitos formais e burocracia para a instrução de pedidos de pagamento	66	48,2
Requisitos formais e burocracia para a instrução de pedidos de alteração	29	21,2
Dificuldade em obter financiamento para a parte não participada	12	8,8
Cumprimento de requisitos técnicos/administrativos (pareceres, licenciamentos,...)	18	13,1
Prazo de resposta a pedidos de esclarecimento	23	16,8
Prazos de decisão	41	29,9
Outra.	18	13,1

Fonte: Inquérito aos beneficiários do DLBC Urbano - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1568. Outro. Qual?

	N
A situação pandémica exigiu uma grande adaptação do projeto inicialmente concebido em sede de candidatura.	1
Algumas dificuldades no preenchimento dos quadros	1
As dificuldades que tivemos foram todas colmatadas com o apoio do GAL	1
CCP	1
Contratação de Recursos Humanos	1
Demora no pagamento dos pedidos de reembolso	1
Demora no processo de análise e transferência de verbas.	1
Dificuldade de candidatos com o perfil necessário para o nosso projeto	1
Dificuldade de mobilização do público-alvo	1
Dificuldade em fazer alteração ao projeto e prazo extremamente elevado para receber reembolsos. Tem de se esperar 4 meses para fazer pedido de 3 meses de despesas e depois mais de 2 meses para o pagamento, o que significa que há um espaçamento de cerca de 6 meses até se receber os pedidos de reembolso. Para empresas novas é demasiado tempo e cria sérias dificuldades a nível de tesouraria acabando por limitar a ação da empresa.	1
Dificuldade ou impossibilidade (pelo que o POR tem referido) de aumentar o valor dos salários previstos em candidatura, considerando que existiu um atraso relevante na comunicação da decisão e o mercado de trabalho mudou com um aumento substancial dos salários para as funções previstas em candidatura.	1
Este questionário está a ser feito numa altura em que ainda não se iniciou a execução	1
inadmissível o tempo de análise de pedidos de reembolso	1
Já respondido anteriormente. Além dos pontos apontados, o sistema ter crashado e pedir elementos inúteis, na submissão. E a complexidade do sistema para pedidos de pagamento / reembolso.	1
Mecanismo de restituição financeira. (ausência e liquidez)	1
Muita dificuldade em obter respostas relativas a aconselhamento técnico por parte da CCRD. Os Gal ainda faziam pressão para até ao dia de hoje há muitas dúvidas por esclarecer	1
O projeto encontra-se em execução, termina em dezembro de 2023	1
optamos por ser efectuado por consultores externos	1
Pandemia	1
Restrições devido à situação pandémica	1
Situação pandémica atual do país	1
Tempo de resposta muito demorado a pedidos de reembolso, pandemia como fator que nos limita a intervenção de forma regular e dificuldade em ter participação organizada por parte dos residentes.	1

Fonte: Inquérito aos beneficiários do DLBC Urbano - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1569. Adequação apoio prestado pelo GAL no acompanhamento da execução do projeto?

1 – Nada adequadas		2		3		4		5		6 – Totalmente adequadas		N/A		Total	
N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
3	2,2	5	3,6	10	7,3	18	13,1	34	24,8	56	40,9	11	8,0	137	100,0

Fonte: Inquérito aos beneficiários do DLBC Urbano - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1570. Média da adequação apoio prestado pelo GAL no acompanhamento da execução do projeto (escala 1- Nada Adequados a 6 Totalmente adequados)

	Média	N
Adequação apoio prestado pelo GAL no acompanhamento da execução do projeto	4,93	126

Fonte: Inquérito aos beneficiários do DLBC Urbano - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1571. Se respondeu 1, 2 ou 3, quais os elementos que justificam a sua resposta

	Total (N=26)	
	N	% de casos
Dificuldade de contacto telefónico	9	34,6
Ausência/demora de resposta a emails	13	50,0
Dificuldade/impossibilidade de atendimento presencial	10	38,5
Demora nos esclarecimentos	14	53,8
Esclarecimentos pouco claros	14	53,8
Falta de capacidade técnica para responder às questões colocadas	10	38,5
Outras	3	11,5

Fonte: Inquérito aos beneficiários do DLBC Urbano - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1572. Outro. Qual?

	N
dificuldades futuras	1
Distinguir GAL (bastante mau) e CCDR LVT (excelente). A confusão funções Promotor Desenvolvimento, Parceiro de desenvolvimento, Prestador de Serviços, Avaliador e fiscalizador é a causa que apontamos na base deste mau serviço. No caso foram diversas as questões inaceitáveis (desde a questão de indicar local para projecto que depois se veio a recusar e afinal era ligado ao GAL a um predomínio da ideia de ser FISCAL do que ser PARCEIRO, até aprovação parcial sem RAZAO apontada em sede aprovação..	1
Falta de resposta da CCDR às respostas.	1
Não houve acompanhamento da execução.	1

	N
Não possui autoridade para a execução do projeto	1

Fonte: Inquérito aos beneficiários do DLBC Urbano - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1573. Considera que o GAL assegurou a capacitação dos beneficiários e potenciais beneficiários para a execução dos projetos?

	Total (N=136)	
	N	% de casos
Não	22	16,2
Sim, através de sessões de esclarecimento	65	47,8
Sim, através de atendimentos durante a execução dos projetos	64	47,1
Sim, através de documentação de apoio (orientações técnicas)	77	56,6
Sim, através de outras ações	9	6,6

Fonte: Inquérito aos beneficiários do DLBC Urbano - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1574. Indique quais:

	N
Ações de capacitação	1
Ações de formação	1
Apesar dos esclarecimentos que tem sido prestados pelo GAL e atenção das técnicas, penso que seria ideal haver mais capacitação e formação para ajudar os beneficiários a ultrapassar as diversas dificuldades que o projeto vai colocando.	1
Esclarecimento atentado de todas as questões colocadas e apoio nos processos	1
Formações específicas	1
Informação e esclarecimentos pontuais via telefonica com o Sr coordenador Dr jorge Lopes	1
Oficinas do Conhecimento	1
resposta a qualquer duvida via telefone e email, elevada disponibilidade e competência dos técnicos	1
Sessões telefonicas e videochamadas	1

Fonte: Inquérito aos beneficiários do DLBC Urbano - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1575. Se participou em ações de capacitação, como avalia a utilidade dessas ações

1 – Nada uteis		2		3		4		5		6 – Muito úteis		Não participou		Total	
N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
-	-	1	0,9	3	2,7	12	10,6	20	17,7	41	36,3	36	31,9	113	100,0

Fonte: Inquérito aos beneficiários do DLBC Urbano - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1576. Média da utilidade dessas ações (escala 1- Nada útil a 6 muito útil)

	Média	N
Utilidade das ações	5,26	77

Fonte: Inquérito aos beneficiários do DLBC Urbano - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1577. Se participou em ações de capacitação, como avalia a utilidade dessas ações

	N
Acções que permitam fomentar o investimento apoiado	1
Ações com carácter mais prático - com casos práticos.	1
Ações de capacitação presenciais e em vez dos guias digitais.	1
Apoio na elaboração dos Pedidos de Reembolso	1
APOIO NO PLANEAMENTO/REALIZAÇÃO PROJETO	1
as ações realizadas pelo GAL foram as adequadas	1
Atividades de operacionalização de parcerias locais	1
Avaliação de impacto.	1
Avaliação de Impacto. Teoria da Mudança. Gestão de crise.	1
CCP	1
co-liderança	1
comunicação	1
Consultoria	1
Contratação pública	1
Entendimento da legislatura	1
Fazer ações de formação videogravadas, para consulta posterior de cada um dos passos	1
Formação e Simulação de uma candidatura e todos os passos inerentes desde a aprovação até à execução final	1
Formação em operacionalização de projetos (gestão, avaliação, prototipagem, pilotoetc)	1
Formação presencial	1
Formação sobre o Balcão 2020	1
Funcionamento e preenchimento de dados no Balcão 2020.	1
Gestão das verbas, Área financeira	1
Gestão de tesouraria	1
Gestão Financeira, Tipologia de documentos de suporte financeiro e de evidência. POR Lisboa não é claro nas definições	1
Identificação prévia junto da CCDR dos documentos necessários para reembolso - de forma clara e oficial para empresas, enis, associações (uma checklist para cada formato). E sessões individuais de acompanhamento do 1º pedido de reembolso.	1
Interpretação da legislação	1
Interpretação da legislação, interpretação e definição de conceitos base	1
Jurídica/legislação	1
Mais Apoio presencial	1
No acompanhamento e pedido de reembolso	1
No último encontro promovido pelo GAL fizemos um apanhado de diversas iniciativas que podiam ser promovidas pela entidade no decorrer do próximo ano.	1
Pedidos de Reembolso e Execução física	1
preparação para a recolha das evidências	1
promover trabalho conjunto dos vários projetos no território	1
Saber o que esperar e quanto tempo esperar entre cada fase	1
Sessões de esclarecimento dos Avisos.	1
Sessões focadas no potencial de estabelecimento de redes de parceiros locais. Sessões online colectivas, mas necessariamente mais bem preparados. Positiva a sua realização. Mas faltou. GAL focado em ser fiscal e mostrar independência e não em ser parceiro promotor de desenvolvimento, pela clara confusão entre as funções de FISCAL e PROMOTOR da região, e não pela qualidade técnica (elevada) dos seus quadros e equipas.	1
Sobre a legislação e burocracia associada ao Projeto.	1
Tesouraria, reajustamento dos projetos	1
todos os esclarecimentos que forem realizados são sempre úteis e relevantes para a submissão e execução do projeto	1

Fonte: Inquérito aos beneficiários do DLBC Urbano - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1578. Principais necessidades/problemas que sente em relação à Equipa Técnica do GAL

	Total (N=139)	
	N	% de casos
Insuficiência no número de elementos da Equipa Técnica do GAL	25	19,5
Excesso no número de elementos da Equipa Técnica do GAL	1	0,8
Desadequação da formação e conhecimentos técnicos do GAL	8	6,3
Insuficiência de conhecimentos técnicos da GAL	14	10,9
Excessiva especialização dos técnicos em determinada área/função	1	0,8
Excessiva polivalência dos técnicos do GAL	1	0,8
Não sente necessidades/problemas em relação à Equipa Técnica do GAL	88	68,8
Outros	10	7,8

Fonte: Inquérito aos beneficiários do DLBC Urbano - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1579. Outros, quais:

	N
a equipa da rede DLBC é super	1
A técnica afecta o Gal de nome Nidia, nos tratou muito mal, mas dada a boa colaboração e de apoio do Coordenador tudo ficou resolvido	1
Apesar da equipa do GAL dar todo o apoio atempado e fazer todos os esforços para auxiliar os beneficiários, existem áreas (por exemplo os reembolsos) em que eles próprios não tiveram acesso a formação/informação nem a documentação suficientes. Apesar disso, eles próprios foram adquirindo os conhecimentos necessários ao longo do tempo. Assim, algumas das informações prestadas (por exemplo, sobre a forma de preencher os pedidos de reembolso) foi contraditória ao longo do tempo (sendo que, no final do ano, era correta).	1
Clarificação de aspectos técnicos de execução física e financeira dependentes, maioritariamente, de esclarecimentos adicionais por parte da CCDR. Este processo torna a gestão operacional ineficiente face às necessidades e objetivos dos projetos.	1
difficuldade de contacto	1
Elevada rotatividade nos elementos da equipa técnica	1
Embora nunca tenha tido qualquer necessidade, acredito que se tivesse mais apoio pudessem apoiar mais entidades, todo o trabalho que demonstraram foi excelente...	1
Foi criada uma expectativa de que o GAL poderia ter um papel mais interventivo, o que na prática creio que não acontece. Por vezes, as informações prestadas não coincidem com as emanadas pelo POR.	1
Não nos esclarecerem nas próprias reuniões, precisarem sempre de consultar a CCDR.	1
Os técnicos são muito qualificados (um dos melhores "quadros" de GAL em todo o país) mas a "vivência" do conflito FISCALIZADOR/Avaliador/Promotor de desenvolvimento - missão base do GAL IDSET, cria problemas atrás de problemas. Nisso, numerosos outros GAL conseguem muito melhor o equilíbrio entre funções.	1
Sempre foram extraordinários	1
Tomada de decisão, dependência da entidade gestora	1
Um papel mais fiscalizador do que capacitador	1

Fonte: Inquérito aos beneficiários do DLBC Urbano - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1580. Contactou o GAL na fase de elaboração da candidatura?

	N	%
Sim	19	13,9
Não	118	86,1
Total	137	100,0

Fonte: Inquérito aos beneficiários do DLBC Urbano - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1581 Identifique o outro Programa a que ponderou apresentar candidatura e porque é que optou pelo apoio do GAL

	N
+CO3SO	1
A entidade apresentou varias candidaturas mas não para as mesmas ações	1
apresentei mas não foi aprovada	1
Aviso 13/SI/2021	1
BIP - ZIP	1
Cidadãos ativos, Bip Zip. Foi a oportunidade com pelo menos 36 meses que garantia RH	1
IEFP apoiar	1
PAPN	1
Pensei candidatar BIP ZIP mas o GAL tinha um financiamento maior e com maior longevidade e abrangência, permitindo a criação de um projeto mais consistente.	1
porque a carga burocrática destes apoios é inadmissível	1
porque era o que estava aberto para a minha zona de residência e que pretendo operar na altura em que comecei a idealizar o projeto.	1
Quando aparecer algo que seja adequado à nossa realidade iremos falar concerteza com o GAL	1
Temos outro projeto Apoiado pelas Parcerias para o Impacto da Portugal Inovação Social. Os Gal tem a grande vantagem de ser apoiado a 100%, muito maior apoio, metas mais realistas	1

Fonte: Inquérito aos beneficiários do DLBC Urbano - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1582. Avaliação do contributo do modelo de apresentação de candidaturas ao GAL comparativamente com o modelo de apresentação de candidaturas diretamente ao Programa operacional para as seguintes dimensões:

	Contributo negativo		Contributo neutro		Contributo positivo		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Redução da carga administrativa	8	7,0	57	50,0	49	43,0	114	100,0
Celeridade de procedimentos	13	11,3	50	43,5	52	45,2	115	100,0
Proximidade aos beneficiários	4	3,5	29	25,2	82	71,3	115	100,0
Capacidade de ajustamento às necessidades do território	3	2,6	33	28,7	79	68,7	115	100,0
Participação dos atores locais na definição do processo de desenvolvimento local	4	3,4	37	31,9	75	64,7	116	100,0
Promoção da articulação e criação de sinergias entre beneficiários	5	4,3	46	40,0	64	55,7	115	100,0
Monitorização de resultados	3	2,6	53	46,5	58	50,9	114	100,0
Resultados atingidos com os projetos	2	1,7	51	44,0	63	54,3	116	100,0
Alcance das metas definidas nos projetos	2	1,7	53	46,1	60	52,2	115	100,0

	Contributo negativo		Contributo neutro		Contributo positivo		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Outras.	1	3,8	16	61,5	9	34,6	26	100,0

Fonte: Inquérito aos beneficiários do DLBC Urbano - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1583. Outros, quais:

	N
Articulação com o POR Lisboa e a sua burocracia	1
Auxílio no tratamento dos processos.	1
Dada a especificidade do projeto não temos termo de comparação	1
Não compreendo a pergunta e não conheço o modelo de apresentação de candidaturas diretamente ao Programa operacional	1
Nota: há clara diferença entre teoria e prática. E há uma dificuldade criada pelo duplo papel dos GAL - fiscal e catalisador... Em teoria os DLBC tinham imenso potencial positivo	1

Fonte: Inquérito aos beneficiários do DLBC Urbano - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1584. principais vantagens de apresentar candidaturas ao GAL:

	N
CO3SO: nível de apoio. GAL: se o GAL funcionar bem a inserção no território seria muito maior.	1
A maior vantagem é existir um interlocutor a quem podemos ligar e colocar questões.	1
A proximidade com os beneficiários. Conseguem ir mais ao encontro das necessidades das entidades mais pequenas ou de investimento com valor mais reduzido.	1
A proximidade com os territórios e o acompanhamento às organizações locais.	1
Abordagem com conhecimento local	1
Acompanhamento da equipa DLBC e financiamento integral dos projectos (contudo se esse financiamento for tão burocrático e as suas tranches tão espaçadas no tempo há a necessidade da utilização de outras fontes de financiamento e desta forma deixa de existir essa vantagem	1
Acompanhamento em proximidade na fase de candidatura e projecto par esclarecimento de dúvidas	1
Adequação ao local onde se insere e promoção de trabalho local	1
Adequação às necessidades dos beneficiários e territórios	1
Ajustamento às necessidades do território.	1
Alavancar um projeto de empreendedorismo	1
apoio a 100%, acompanhamento muito próximo, capacitação	1
Apoio e aconselhamento na elaboração da candidatura, assim como um acompanhamento próximo na execução do projeto.	1
Apoio	1
Apoio no processo da candidatura; financiamento de projetos sociais com uma duração mais prolongada no tempo do que na maioria de outras candidaturas à financiamento.	1
Apoio técnico prestado.	1
APOIO, PROXIMIDADE, ACOMPANHAMENTO	1
Apresentamos apenas uma candidatura, existiu sempre um grande apoio Gal para mobilização das entidades para as sessões de esclarecimento relativas ao aviso de candidatura, senti sempre um esforço no sentido de apoiarem as entidades a fazer o seu melhor e apresentarem candidaturas adequadas às necessidades territoriais, e de serem candidaturas transparentes, adequadas e bem elaboradas.	1
Auxílio no tratamento dos processos, Esclarecimento de dúvidas, Aumento da celeridade dos processos, Apoio na fase de candidaturas e no decorrer das mesmas	1
celeridade do processo, redução das dúvidas frequentes, apoio de proximidade constante	1
Celeridade nos procedimentos, equipa disponível para o esclarecimento de questões e apoio a pedidos de esclarecimento	1
Conhecimento do território; Potenciar a articulação com outras Entidades; Intermediar comunicação com outras Entidades	1
Conhecimento e acompanhamento excelentes	1
Conseguirmos desenvolver projetos nos territórios de intervenção onde desenvolvemos o nosso trabalho	1
Contacto direto e permanente com elementos da equi	1
Desenvolver ações para o desenvolvimento do território	1
Discurso e comunicação menos formal e mais próxima dos interlocutores.	1
Fica na mesma zona territorial com a nossa Instituição, mas também abertura e disponibilidade do Coordenador Sr Dr Jorge Lopes	1
Há pessoas que nos respondem, há telefones que podemos contactar e há a devolução da resposta	1
Há um entendimento melhor sobre a realidade local	1
Já identificadas no ponto anterior. Destacar o conhecimento e capacidade de articulação com os promotores das candidaturas e conhecimento das efetivas necessidades dos beneficiários e dos territórios	1
maior adequação às necessidades dos territórios e suas comunidades, maior interação entre projetos e agentes de desenvolvimentos, elevado potencial para a criação de intervenções em rede com incremento do impacto global da intervenção. As iniciativas organizadas pelo GAL têm facilitado bastante a ligação entre as várias entidades beneficiárias gerando oportunidades de melhorar resultados e impactos.	1
Maior proximidade com a equipa	1
mais respostas para o território	1
Nenhuma. A articulação foi feita diretamente com a gestão do PO, uma vez que a equipa de acompanhamento intermédia não tinha conhecimento nem proatividade para prestar apoio.	1
O acompanhamento e apoio constante desde da abertura do concurso.	1
O acompanhamento do projeto.	1
O apoio dos técnicos	1

	N
o apoio fluente, próximo e contínuo da equipa	1
Olhar técnico da equipa do GAL com conhecimento do território, suas potencialidades e fragilidades	1
Orientação	1
Permitir a sustentabilidade da intervenção social	1
População local	1
Posibilidade de desenvolver projetos em zonas que têm dificuldades em fixação de emprego e de ideias empreendedoras	1
Proximidade	14
proximidade com a entidade e acompanhamento na execução	1
Proximidade com o promotor(se existir) . Conheci vários casos! Uns muito positivos e outros muito negativos! É difícil dizer que não vale a pena existirem GAL! Considero positivo, contudo deverão :(l) existir de facto, estarem empenhados no sucesso dos promotores e da localidade de não serem mero "tacho" para quem nada faz. Por outro lado existem GAL cujo trabalho é de louvar! Outro aspeto a considerar é a dependência do GAL de outras organizações como as CCDR que em alguns casos são negativas (GAL e CCDR não se entendem nem tem tempo para se entenderem)	1
Proximidade da realidade local, das necessidades e das pessoas	1
conhecimento do território	3
Proximidade entre as entidades conhecimento das organizações.	1
Proximidade no contacto com as técnicas e disponibilidade para ajudar os beneficiários	1
Proximidade relativa à entidade intermédia de Gestão. Integração da rede local de entidades gestoras de outros projetos similares.	1
celeridade no apoio e assistência	1
Contato facilitado	1
possibilidade de contacto direto, esclarecimento de dúvidas.	1
apoio técnico	1
conhecimento dos interlocutores/ resposta a problemas territoriais	1
São uma mais valia no apoio geral em todos os aspectos	1
soluções, apoios, esclarecimentos, acompanhamento	1
ter estabilidade para 36 meses em termos de equipa técnica e desinsolvimento de ações no terreno	1
Ter o suporte do GAL mesmo	1
Ter um interlocutor acessível	1
Tivemos uma grande ajuda	1
Visibilidade do trabalho executado pela instituição pelo território aos parceiros	1
Visto que, no nosso caso, estivemos em contacto com dois GAL e falámos com diferentes técnicos, tivemos experiências diferentes em diferentes momentos, o que torna bastante difícil fornecer uma resposta clara e breve ao que nos é pedido.	1

Fonte: Inquérito aos beneficiários do DLBC Urbano - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1585. principais desvantagens de apresentar candidaturas ao GAL:

	N
A dependência deste de outras entidades.	1
A duplicidade de funções torna passível de falta de clareza e problemas, como sucedeu neste caso.	1
Acho que não existem desvantagens	1
apenas a atual carga burocrática	1
aumento de burocracia. A plataforma do programa para apresentação dos pedidos de reembolso é muito exigente e complicada.	1
Burocracia do processo	1
burocracia, CCP desadequado, dificuldade em remunerar dirigentes que trabalham de forma profissional para criar e gerir o projeto- apenas podem receber via senhas de presneça sem poder contratar. Dificuldade em ter equipa técnica suficiente dada a carga burocrática que tira tempo para as ações no terreno	1
Demora na resposta	1
Demora nos pagamentos dos reembolsos	1
Dependência do PO; Demora na abertura de concursos;	1
Desconhecimento de alguns aspectos onde não detêm poder de decisão/informação	1
Equipa de análise mais reduzida e com maior potencial para diferentes interpretações da legislação (face a outros GAL).	1
Falta de alguns conhecimentos sobre a legislação aplicável	1
falta de articulação com a CCDR	1
Maior carga de trabalho	1
Menos certezas nos esclarecimentos	1
Morosidade na resposta definitiva de uma candidatura	1
Morosidade no pagamento dos reembolsos.	1
Muita burocracia, pedidos de reembolso MUITO demorados, pedidos de esclarecimento aos Pedidos de Reembolso MUITO demorados, regras pouco claras	1
Muitas burocracias	1
Necessidade de validar com CCDR, informação incompleta nalguns aspectos (porque fornecida incompleta pela CCDR)	1
O possível não conhecimento técnico exaustivo dos procedimentos	1
poder de decisão limitado à elaboração do projecto	1
Possível sobreposição de respostas. Fraca articulação entre recursos endógenos das organizações candidatas.	1
pouca comunicação	1
Poucos membros	1
Poupa ajuda na contratação	1

	N
Prazos de resposta muito extensos, dificuldades de acesso à plataforma	1
Processo mais demorado e desarticulação com entidades gestoras.	1
Quando ocorrem problemas os decisores estão mais distantes	1
Questão do financiamento - tranches que permitem a liquidez de caixa sem se ter que proceder ao endividamento ou a ter salários em atraso, tranches anuais muito baixas relativamente ao montante do financiamento, Os territórios não deveriam ser exclusivamente BIP ZIP ou então devia ser feita uma reavaliação desses territórios, carga administrativa e burocrática enorme, carga administrativa não adequada ao tipo de projecto e às suas qualidades.	1
Recursos humanos e mais programas de apoio.	1
Restrição de territórios, no concelho	1
Restrições à zona	1
Todas	1
Visto que, no nosso caso, estivemos em contacto com dois GAL e falámos com diferentes técnicos, tivemos experiências diferentes em diferentes momentos, o que torna bastante difícil fornecer uma resposta clara e breve ao que nos é pedido.	1

Fonte: Inquérito aos beneficiários do DLBC Urbano - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PLL, 2022.

Quadro 1586. Avaliação do valor acrescentado resultante da atribuição de apoios através do GAL face à atribuição do financiamento através de outros instrumentos de financiamento:

	1 – Nulo		2		3		4		5		6 – Elevado		Não sabe/não tem opinião formada		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Valorização do capital social e humano dos territórios	1	0,8	2	1,6	3	2,4	30	24,4	30	24,4	39	31,7	18	14,6	123	100,0
Promoção da proximidade com a comunidade local (pessoas, empresas, organizações)	3	2,4	2	1,6	4	3,3	30	24,4	22	17,9	46	37,4	16	13,0	123	100,0
Maior conhecimento das necessidades e potencialidades do território	3	2,5	4	3,3	25	20,5	26	21,3	44	36,1	122	100,0	20	16,4	20	16,4
Estímulo ao trabalho em rede entre os atores do desenvolvimento do território	3	2,5	1	0,8	4	3,3	32	26,2	24	19,7	36	29,5	22	18,0	122	100,0
Densidade e qualidade das interações entre os parceiros (p.e., no âmbito da análise, da discussão e das tomadas de decisão sobre a estratégia atual e futura)	3	2,5	1	0,8	3	2,5	30	25,0	29	24,2	28	23,3	26	21,7	120	100,0
Densidade e qualidade das interações entre as entidades institucionais no sentido do desenvolvimento do território (p.e., novas oportunidades de interação, atitude proactiva, aprendizagem coletiva)	3	2,5	3	2,5	2	1,7	34	28,1	25	20,7	26	21,5	28	23,1	121	100,0
Confiança mútua (entre parceiros, entre ETL e parceiros, entre beneficiários/potenciais beneficiários e GAL, entre GAL e RRN, OP, AGs, ...)	4	3,3	2	1,6	1	0,8	33	27,0	20	16,4	33	27,0	29	23,8	122	100,0
Envolvimento da geração mais jovem e outros grupos específicos relevantes e a incorporação das suas perspetivas de futuro relativamente ao território onde vivem	3	2,5	2	1,7	5	4,1	36	29,8	17	14,0	24	19,8	34	28,1	121	100,0
Coesão territorial (novas ligações em rede, melhor aproveitamento dos recursos locais, desenvolvimento endógeno)	2	1,7	1	0,8	4	3,3	26	21,7	26	21,7	33	27,5	28	23,3	120	100,0
Reforço da governança local	1	0,8	3	2,5	4	3,3	25	20,8	26	21,7	24	20,0	37	30,8	120	100,0
Participação dos atores locais na definição do processo de desenvolvimento local	1	0,8	3	2,5	5	4,2	27	22,5	27	22,5	31	25,8	26	21,7	120	100,0
Desenvolvimento de práticas inovadoras de governação	2	1,7	2	1,7	4	3,4	30	25,2	20	16,8	24	20,2	37	31,1	119	100,0
Coordenação entre os diferentes níveis de governação (qualidade das interações/comunicação entre as entidades competentes)	2	1,7	3	2,5	5	4,2	30	25,4	25	21,2	21	17,8	32	27,1	118	100,0
Trabalho em rede/colaboração no território	5	4,2	2	1,7	4	3,4	25	21,0	29	24,4	31	26,1	23	19,3	119	100,0
Capacidade de criação de sinergias entre parceiros e envolvimento em torno de objetivos/interesses comuns	2	1,7	4	3,4	5	4,2	25	21,0	32	26,9	29	24,4	22	18,5	119	100,0
Capacidade de interagir/discutir e negociar nos vários níveis do sistema de governação	1	0,8	4	3,4	5	4,2	30	25,2	29	24,4	16	13,4	34	28,6	119	100,0
Capacidade para gerir vários fundos	2	1,7	2	1,7	5	4,2	23	19,3	21	17,6	24	20,2	42	35,3	119	100,0
Relevância do GAL enquanto promotor do desenvolvimento do território	1	0,8	2	1,7	4	3,4	21	17,6	29	24,4	41	34,5	21	17,6	119	100,0
Cooperação com outros territórios	1	0,8	3	2,5	7	5,9	30	25,2	20	16,8	17	14,3	41	34,5	119	100,0

	1 – Nulo		2		3		4		5		6 – Elevado		Não sabe/não tem opinião formada		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Mobilização da comunidade local comunidade local	2	1,7	1	0,8	4	3,4	28	23,5	23	19,3	29	24,4	32	26,9	119	100,0
Melhoria do sistema de governança (p.e., coordenação entre os níveis de governação local e regional)	1	0,8	9	7,6	27	22,7	24	20,2	17	14,3	119	100,0	41	34,5	41	34,5
Confiança mútua entre o GAL, os parceiros e os beneficiários e potenciais beneficiários;	2	1,7	3	2,5	4	3,3	27	22,5	32	26,7	32	26,7	20	16,7	120	100,0
Potenciar os resultados e impactos decorrentes das intervenções apoiadas no âmbito da EDL	-	-	2	1,7	5	4,2	29	24,4	25	21,0	25	21,0	33	27,7	119	100,0
Acompanhamento /proximidade com as entidades beneficiárias e potenciais promotores	-	-	5	4,2	5	4,2	18	15,1	28	23,5	42	35,3	21	17,6	119	100,0
Estímulo ao investimento/ Identificação de oportunidades de investimento	1	0,8	2	1,7	7	5,9	29	24,4	19	16,0	33	27,7	28	23,5	119	100,0
Inovação dos projetos apoiados	2	1,7	3	2,5	2	1,7	30	25,2	23	19,3	29	24,4	30	25,2	119	100,0
Qualidade dos projetos apoiados	1	0,8	2	1,7	1	0,8	27	22,5	25	20,8	33	27,5	31	25,8	120	100,0
Sustentabilidade dos projetos apoiados	1	0,8	3	2,5	2	1,7	29	24,6	23	19,5	27	22,9	33	28,0	118	100,0
Alargamento da tipologia de potenciais beneficiários	1	0,8	2	1,7	6	5,1	25	21,2	23	19,5	28	23,7	33	28,0	118	100,0
Capacidade dos projetos apoiados gerarem efeitos multiplicadores	1	0,8	2	1,7	4	3,4	25	21,2	22	18,6	29	24,6	35	29,7	118	100,0
Alavancagem financeira dos projetos apoiados	1	0,8	1	0,8	6	5,0	30	25,2	18	15,1	33	27,7	30	25,2	119	100,0
Divulgação dos produtos/serviços criados pelos projetos apoiados	2	1,7	4	3,4	4	3,4	30	25,4	24	20,3	29	24,6	25	21,2	118	100,0
Disseminação de conhecimentos, conhecer novas experiências e boas práticas	1	0,8	4	3,4	5	4,2	28	23,5	22	18,5	34	28,6	25	21,0	119	100,0

Fonte: Inquérito aos beneficiários do DLBC Urbano - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1587. Média da Avaliação do valor acrescentado resultante da atribuição de apoios através do GAL face à atribuição do financiamento através de outros instrumentos de financiamento ((1 – nulo a 6 elevado):

	N	Média
Valorização do capital social e humano dos territórios	105	4,93
Promoção da proximidade com a comunidade local (pessoas, empresas, organizações)	107	4,91
Maior conhecimento das necessidades e potencialidades do território	102	4,99
Estímulo ao trabalho em rede entre os atores do desenvolvimento do território	100	4,81
Densidade e qualidade das interações entre os parceiros (p.e., no âmbito da análise, da discussão e das tomadas de decisão sobre a estratégia atual e futura)	94	4,76
Densidade e qualidade das interações entre as entidades institucionais no sentido do desenvolvimento do território (p.e., novas oportunidades de interação, atitude proactiva, aprendizagem coletiva)	93	4,65
Confiança mútua (entre parceiros, entre ETL e parceiros, entre beneficiários/potenciais beneficiários e GAL, entre GAL e RRN, OP, AGs, ...)	93	4,74
Envolvimento da geração mais jovem e outros grupos específicos relevantes e a incorporação das suas perspetivas de futuro relativamente ao território onde vivem	87	4,54
Coesão territorial (novas ligações em rede, melhor aproveitamento dos recursos locais, desenvolvimento endógeno)	92	4,87
Reforço da governança local	83	4,73
Participação dos atores locais na definição do processo de desenvolvimento local	94	4,80
Desenvolvimento de práticas inovadoras de governação	82	4,66
Coordenação entre os diferentes níveis de governação (qualidade das interações/comunicação entre as entidades competentes)	86	4,58
Trabalho em rede/colaboração no território	96	4,71
Capacidade de criação de sinergias entre parceiros e envolvimento em torno de objetivos/interesses comuns	97	4,73
Capacidade de interagir/discutir e negociar nos vários níveis do sistema de governação	85	4,53
Capacidade para gerir vários fundos	77	4,70
Relevância do GAL enquanto promotor do desenvolvimento do território	98	5,02
Cooperação com outros territórios	78	4,49
Mobilização da comunidade local comunidade local	87	4,79
Melhoria do sistema de governança (p.e., coordenação entre os níveis de governação local e regional)	78	4,60
Confiança mútua entre o GAL, os parceiros e os beneficiários e potenciais beneficiários;	100	4,80
Potenciar os resultados e impactos decorrentes das intervenções apoiadas no âmbito da EDL	86	4,77
Acompanhamento /proximidade com as entidades beneficiárias e potenciais promotores	98	4,99
Estímulo ao investimento/ Identificação de oportunidades de investimento	91	4,78
Inovação dos projetos apoiados	89	4,75
Qualidade dos projetos apoiados	89	4,93
Sustentabilidade dos projetos apoiados	85	4,78
Alargamento da tipologia de potenciais beneficiários	85	4,78
Capacidade dos projetos apoiados gerarem efeitos multiplicadores	83	4,83

	N	Média
Alavancagem financeira dos projetos apoiados	89	4,82
Divulgação dos produtos/serviços criados pelos projetos apoiados	93	4,69
Disseminação de conhecimentos, conhecer novas experiências e boas práticas	94	4,79

Fonte: Inquérito aos beneficiários do DLBC Urbano - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1588. Explicita as pontuações 5 e 6:

	N
A atribuição de apoio permite manter intervenções eficazes no território que de outro modo corriam o risco de não obter financiamento por serem respostas específicas a necessidades identificadas que não correspondem a respostas tipificadas. Este apoio permite também alargar o conjunto de participantes nos projectos.	1
A proximidade e conhecimento do território das diferentes entidades que compõem o GAL facilita a obtenção dos resultados pontuados com 5 e 6	1
As respostas já esclarecem as razões para uma maior confiança nos GAL que noutros serviços. Realçar que o conhecimento e a preocupação com os territórios e beneficiários dos mesmos, assim com os objectivos, é algo que outros organismos não têm	1
consideramos elevado o valor acrescentado face à atribuição de financiamento pela GAL face a outros instrumentos de avaliação pelo foco no desenvolvimento local e intervenção de múltiplos agentes na resolução dos problemas sociais, económicos e ambientais que afetam estas comunidades. Uma vez que os problemas sociais são cada vez mais complexos, a colaboração e estreita articulação entre vários agentes torna-se essencial para incrementar impactos e garantir a eficácia das soluções desenhadas. Este instrumento de financiamento revela-se bastante relevante para o desenvolvimento local e para elevar a participação cívica, o empreendedorismo social e a coesão social.	1
De modo geral reconhece-se no GAL uma forte e profunda credibilidade, especialmente no que diz respeito ao trabalho em rede e colaboração.	1
é benéfico trabalhar em rede	1
É um bom sistema de apoio	1
em todos os pontos atribuídos com 5 ou 6 são de importância extrema e de elevada relevância a intervenção do GAL.	1
Forte apoio aos promotores pelo GAL, tanto em termos técnicos como na divulgação de ações.	1
melhoria de procedimentos/ implementação / ligação - aos beneficiários /promotores e entidades competentes rede de apoio	1
O apoio através dos GAL foi de extrema importância sobretudo para organizações sociais de menor dimensão que sem esse acompanhamento seria impossível apresentar uma candidatura. Para além disso, todo o apoio técnico que nos foi dado através de ações formativas para nos ajudarem no processo da candidatura, bem como todo o acompanhamento individualizado que nos foi prestado na formulação da nossa candidatura.	1
O conhecimento de funcionamento de outras áreas	1
O GAL apoia não só nos processos em si, como na criação de sinergias com outros beneficiários.	1
O GAL sempre se mostrou extremamente preocupado em fazer o melhor possível nestas temáticas	1
O valor acrescentado do GAL prende-se com a proximidade, maior facilidade de criação de sinergias e envolvimento dos atores locais nos projetos a desenvolver. o fomento da coesão territorial,	1
Penso que a influência do GAL pode ser inovadora e estimuladora da economia local	1
Potencial de GAL e projectos locais (subsidiariedade): 6. Mas a aplicação prática, neste caso, muito reduzida. Diferença teoria-prática. O potencial deste modelo é enorme (e quase tudo deveria ter 5 e 6) pois é a regra da subsidiariedade, absolutamente lógica. Mas, na prática, 1. os GAL têm pouca gente que dêem para todas as encomendas 2. Excesso de burocracia ainda penaliza mais os GAL – as suas equipas estão na burocracia e não no terreno 3. Agrava ainda que como fazem fiscalização não são vistos como parceiros – e até recusam parcerias com promotores pois poria em causa sua idoneidade (mas, se GAL não fazem parcerias, como promovem o desenvolvimento??). Deveria haver clara distinção entre uma entidade de promoção e desenvolvimento e uma de fiscalização! 4. Acresce que, por vezes, e como é natural infelizmente, os GAL têm pessoas com alguma falta de "mundividência" necessária (o caminho é GLOCAL e não apenas LOCAL: é preciso conhecer o mundo para saber o que pode ser mais inovador e com mais potencial para o seu território, não basta conhecer bem o território).	1
Proximidade das realidades locais	1
Proximidade de comunicação e impacto positivo no território	1
Proximidade, conhecimento do território e dos vários intervenientes gera confiança, agiliza procedimentos e potencia contactos.	1
Quer a instituição quer as técnicas de acompanhamento têm sido incedíveis no desempenho das suas funções.	1
um excelente trabalho na criação de uma comunidade ativa e coesa em torno dos temas "grass roots"	1

Fonte: Inquérito aos beneficiários do DLBC Urbano - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

EFICÁCIA: RESULTADOS DOS PROJETOS

Quadro 1589. Dos fatores seguintes assinale aqueles que criaram maiores dificuldades na execução do seu projeto

	Cumprimento dos tempos de execução (N=83)		Execução integral do financiamento aprovado (N=59)		Cumprimento dos indicadores Contratualizados (N=58)	
	N	% de casos	N	% de casos	N	% de casos
Não existiram dificuldades	30	36,1	26	44,1	25	43,1
Insuficiente estado de maturação do projeto apresentado em candidatura	15	18,1	8	13,6	9	15,5
Bloqueamentos institucionais ou administrativos (p.e., falta de flexibilidade para aceitar alterações, licenças)	23	27,7	11	18,6	13	22,4
Dificuldades na gestão administrativa do projeto (p.e., preparação dos pedidos de reembolso)	35	42,2	12	20,3	14	24,1
Atrasos no reembolso das despesas	43	51,8	21	35,6	17	29,3
Elevado prazo de resposta a pedidos de esclarecimento, de alteração, ...	23	27,7	13	22,0	13	22,4
Dificuldades de liquidez e obtenção de financiamento para cobrir os custos não comparticipados	23	27,7	22	37,3	10	17,2
Problemas de gestão do projeto de ordem técnica (complexidade do projeto, exigências das normas técnicas, ...)	19	22,9	14	23,7	13	22,4
Desvio nos custos inicialmente previstos	14	16,9	12	20,3	3	5,2
Dificuldades na articulação com parceiros	14	16,9	4	6,8	9	15,5
Outros fatores. Quais?	15	18,1	7	11,9	6	10,3

Fonte: Inquérito aos beneficiários do DLBC Urbano - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1590. Outros Fatores. Quais?

	N
A pandemia dificultou a calendarização de algumas das atividades previstas. também tivemos bastante dificuldade na identificação de um técnico residente no bairro para contratar para o projeto.	1
Atraso na comunicação da decisão. Impossibilidade de prorrogar execução do projeto.	1
Atrasos no reembolso das despesas, Bloqueamentos institucionais ou administrativos (p.e., falta de flexibilidade para aceitar alterações, licenças)	1
Decidimos desistir do projeto no final do ano passado	1
Dificuldade de recrutamento e seleção dos beneficiários elegíveis com a candidatura	1
Dificuldade nos prazos de entrega do equipamento	1
Duvido a pandemia com o Covid 19 todos os timings para concretização do projecto foram afetados.	1
Mobilização de recursos humanos da Instituição para Adaptação da Instituição às condições burocráticas exigidas, que contribui paralelamente para uma aprendizagem da instituição que também é positiva	1
Não compreendo as 3 opções "Cumprimento dos tempos de execução Execução integral do financiamento aprovado Cumprimento dos indicadores contratualizados"	1
O mais grave: critério dos CO3SO de que pessoas têm que estar desempregadas ou sem actividade dificulta imenso a contratação (e, logo, a execução que consiste na contratação RH) pois quase não há pessoas desempregadas com competências e/ou qualificações e/ou vontade de trabalhar. Neste caso o facto de GAL se ver apenas como "FISCAL" e não parceiro dificulta criação sinergias e efeito rede territorial.	1
O principal obstáculo foi a pandemia que exigiu adaptação de atividades, recursos, custos, etc...	1
O projeto pelo qual respondemos ainda está em curso	1
Os constrangimentos existentes devido à pandemia por COVID19 afetou os 3 parâmetros de execução apresentados no presente inquérito	1
Pandemia	1
Projeto em execução, data fim em dezembro de 2023	1
Registos de marca; reclamações dos registos de marca	1
Restrições situação pandémica	1

Fonte: Inquérito aos beneficiários do DLBC Urbano - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1591. Descreva as dificuldades assinaladas:

	N
Posto de trabalho não elegíveis por não ter enquadramento imposto - implementação do projecto em tempo de covid - liquidez para financiamento de custos não comparticipados	1
A demora do tempo de verificação ou de aprovação dos pedidos de pagamento. Com a demora da aprovação de candidatura os valores inicialmente previstos não são os que vão ser executados.	1
A Pandemia veio dificultar o cumprimento de algumas das ações previstas; a complexidade do PCP dificulta muito a execução orçamental; demasiada exigência na apresentação de evidências das ações realizadas	1
A principal dificuldade prende-se com a demora na análise financeira dos pedidos de reembolso. Associações "sem uma boa almofada financeira", lidam com dificuldades na manutenção de pagamentos, nomeadamente aos recursos humanos.	1
A troca eficaz de informação entre entidades, resulta por vezes em Atrasos no reembolso das despesas.	1
Articulação com organismo intermédio/GAL.	1
as acima descritas	1
As dificuldades de implementação refletem os condicionalismos relacionados com: i) a situação pandémica e ii) a falta de visibilidade do público-alvo abrangido no projeto	1
As principais dificuldades prenderam-se com a falta de apoio técnico ao nível do acompanhamento à execução.	1

	N
Atrasos no início do processo, nos financiamentos e ausência de resposta a dúvidas relativas aos funcionários. Esta última impediu a troca de uma das pessoas contratadas em tempo útil.	1
Atrasos no reembolso das despesas (até à data ainda não recebemos)	1
Burocracia técnico-financeira desastada. Prazo dos projetos deveria ser de 5 anos	1
Burocracias, demora nos prazos de reembolso, dificuldades jurídicas (contratação pública),	1
cash flow torna-se impossível com + de 100 dias entre pagamento de faturas e recebimento da verba executada	1
Decisão com atraso relevante, levou a arranque tardio e dada a impossibilidade de prorrogar o prazo de execução o projeto ficará muito longe da execução prevista.	1
Demora em executar os pedidos de reembolso	1
Demora inaceitável e factor de risco nas transferências por parte do POR Lisboa	1
Demora nas respostas a pedidos de esclarecimentos, demora na alteração do estado da entidade o que levou a atrasos na possibilidade de pedidos de reembolso, onde tivemos de aguardar que a entidade gestora efetuasse as alterações, falta de resposta a pedidos de esclarecimento e falta de resposta a pedidos de alteração	1
Dificuldade com a legislação das evidências e reembolsos.	1
Dificuldade de contratação de técnicos; Envolvimento dos parceiros	1
Dificuldade no arranque da atividade	1
dificuldade no recrutamento e seleção dos beneficiários do projeto, dado terem que ser de territórios intervenção prioritária, tendo tido uma procura mais forte em todo o território de Lisboa e exterior no processo de divulgação do projeto e maior dificuldade de penetração nos territórios elegíveis, apesar do apoio dos parceiros locais desses territórios de intervenção.	1
Dificuldades em conseguir que a totalidade das despesas fosse elegível no primeiro pedido de reembolso por motivos burocráticos e demora nas transferências dos valores a reembolsar.	1
Dificuldades por falta de prática no envio de documentação	1
Em suma, preparando-se a finalização do primeiro ano de execução do projeto, a entidade gestora teve à sua disposição menos de 10% do total do orçamento aprovado. A pressão financeira associada ao DLBC é enorme, face às responsabilidades e deveres assumidos pela nossa Entidade. Terão que ser repensados os mapas de financiamento, caso contrário, este instrumento que em teoria deveria impulsionar a participação comunitária como elemento primário, pode desviar-se do seu propósito, comprometendo a estabilidade e a sustentabilidade das pequenas organizações.	1
Entre a aprovação do projeto e os pedidos de pagamento passaram-se meses, senti-me um pouco perdida no processo de pedidos de pagamento, até conseguir perceber como executar	1
Existe uma grande diferença temporal entre o prazo de apresentação de pedido de reembolso e a colocação da verba à disposição.	1
Face à crise de transporte os atrasos são inevitáveis	1
interpretação de elegibilidade dos rendimentos para ENI	1
Morosidade na aprovação da candidatura e na emissão de pagamentos	1
Morosidade no reembolso das despesas e adiantamento de fundos muito reduzido	1
Não são claras as regras do financiamento. Os procedimentos do CCP são de uma exigência que não se compreende e não são claros. Os prazos de recebimento dos pedidos de pagamento são excessivos	1
O mais grave: critério dos CO3SO de que pessoas têm que estar desempregadas ou sem actividade dificulta imenso a contratação (e, logo, a execução que consiste na contratação RH) pois quase não há pessoas desempregadas com competências e/ou qualificações e/ou vontade de trabalhar. Neste caso o facto de GAL se ver apenas como "FISCAL" e não parceiro dificulta criação sinergias e efeito rede territorial.	1
O ritmo a que queríamos o projeto fica mais lento devido à dificuldade em contratar pessoas	1
Obtenção CAE	1
Os atrasos nos reembolsos tem dificuldades problemas ao nível da tesouraria da instituição; O elevado grau burocrático de algumas instituições tem dificultado a formalização das parcerias.	1
Os confinamentos que levaram à realização do ensino à distância impediu a realização de forma eficaz de algumas das subatividades do projeto e/ou alterou tempos de realização das mesmas. Consequentemente, o ensino à distância também teve impacto no alcance dos indicadores de resultado.	1
Prazo de pagamento	1
Preparação dos pedidos de reembolso	1
Processo de reembolso por vezes moroso que pode condicionar a execução do projeto	1
Reembolsos atrasados. Ainda a aguardar reembolsos dos meses de Julho, Agosto e meses seguintes.	1
Relação com o GAL (no caso de Benfica acho que não existe) não existe nenhum Feedback, a relação inicial entre os elementos deste GAL e a CDDR considero inexistente. Tudo isto dificulta a relação com os promotores.	1
reposta demora aos pedidos de reembolso; ausência de indicações objetivas, claras e oficiais relativamente aos comprovativos a apresentar e os requisitos a cumprir.	1
Sem a contratação de um consultor não conseguia avançar com o projeto. Mesmo com o consultor houve momentos em que pensei desistir	1
Sentimos que a Instituição teve que mobilizar recursos humanos não contemplados em candidatura para fazer face à boa implementação do projeto. Muito tempo na resposta a pedidos de reembolso.	1
submissão dos pedidos de reembolso	1
Tempo de resposta aos pedidos de esclarecimento e alteração.	1

Fonte: Inquérito aos beneficiários do DLBC Urbano - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1592. Refira os aspetos em que considera que o seu projeto é inovador.

	N
1) utilização da agricultura urbana como ferramenta para o desenvolvimento comunitário; 2) intervenção realizada por equipas de voluntários.	1
A articulação de proximidade entre os diversos contextos de vida das crianças e jovens (escola-família-comunidade); Atividades de educação não formal nunca experimentadas no território; A integração de metodologias de educação não formal e participativa em contexto de sala de aula de forma contínua e não esporádica.	1
A capacitação em áreas inovadoras, chocolataria, cozinha africana e cerveja artesanal e com potencial de criação de novas oportunidades de emprego para os beneficiários do projeto e o potencial de criação do próprio emprego pelos mesmos e ainda o potencial de criação de negócios sociais para a nossa instituição e com potencial de replicabilidade a nível nacional	1
A metodologia e a amplitude do público alvo (Crianças, as suas famílias, profissionais de educação e Técnicos com intervenção no território)	1
Abordagem de 360º às necessidades das crianças	1
Abordar as necessidades de migrantes oriundos da Ásia Meridional	1
Apoio à contratação diferente de todos os anteriores por um período e taxa muito interessante para as empresas.	1
Atendimento integrado de proximidade	1
Através da formação e da consultoria de comunicação, capacitar empreendedores para comunicarem e promoverem o seu projeto.	1
Capacita a colaboração entre todas as pessoas para assumirem de modo responsável a gestão da qualidade de vida própria e da comunidade	1
Com este projeto propomos essencialmente Expandir e Melhorar processos e projetos já existentes. Quanto ao âmbito do projeto o grau de inovação do projeto é reduzido. Pretendemos Expandir a ajuda que já proporcionamos a mais pessoas mas para isso necessitamos de o fazer de forma mais organizada e eficiente. Quanto à natureza da inovação ela traduz -se na introdução de importantes mudanças na organização, nos processos e procedimentos de forma a tornar possível obter resultados mais expressivos e expandir de forma consistente a atividade que já tem vindo a ser desenvolvida mas da forma possível tendo em conta que todos os intervenientes são voluntários.	1
Criar e experimentar recursos educativos de qualidade, com validação científica para crianças em situação de pobreza e exclusão social; dinamização do conselho de parceiros e do conselho consultivo comunitário enquanto figuras com poder de aconselhamento e decisão; existência de recursos financeiros para contratar técnicos qualificados e da comunidade local; metodologias propostas para desenvolvimento.	1
Dá resposta às necessidades reais dos utentes da AVdA, possibilitando a empregabilidade dos que têm maior dificuldade de inserção no mercado de trabalho; é um negócio c/ responsabilidade social, sustentável e lucrativo, que mobiliza e envolve a sociedade através; dá formação, capacitação e emprego a utentes em final de programa.	1
Dinâmica cultural	1
Dinâmica cultural no território	1
Disponibilização de meios humanos e conhecimentos técnicos a quem, genericamente, não tem possibilidade de os contratar/pagar (ou mesmo conhecer)	1
É inovador por enquadrar os problemas dos moradores do bairro como oportunidades nomeadamente ao nível ambiental, da reutilização de materiais e promoção da produção e consumo sustentáveis. É inovadora aliarmos a inovação social e a economia circular garantindo a capacitação e a criação de iniciativas diferenciadoras no bairro a partir do envolvimento dos destinatários.	1
é um projeto que pode ser sustentável	1
Elabora uma estratégia de marca para um problema social, elevando a imagem da bicicleta e através da capacitação para a mobilidade criando condições para a independência. É um projeto que atua sem ter uma conotação de ajuda ou caridade e visa a apropriação pela população.	1
Ensino da música a pessoas desfavorecidas	1
Envolvimento de jovens mediadores comunitários no desenvolvimento de atividades e acompanhamento dos grupos de crianças e de outros jovens. São uma referência positiva, ao nível da educação e de experiência de vida que partilham com os mais novos. É um projeto que procura ser uma resposta educacional (não formal) às crianças e jovens com mais dificuldades, através de metodologias que aliam o lúdico ao pedagógico.	1
Envolvimento de pessoas com DID/ transição digital	1
Evolução tecnológica de processos. Novo modelo de negócio na área de atuação.	1
Foca-se numa área de conhecimento não associada a este território.	1
Implementação de uma plataforma e-commerce	1
Inovador em criar um produto novo, do qual se pode depender menos das exportações, do aproveitamento dos recursos nacionais e da criação de mais subprodutos	1
Inovador na área social e da saúde levando a melhorias na saúde, qualidade de vida e financeiras	1
Integra serviços que costumam ser separados e que se complementam	1
Intervenção na componente psicológica e saúde física, mais acessíveis à população-alvo	1
Intervenção sobre factores estruturais da pobreza como a falta de qualificação escolar e de competências para construir um projecto de vida assente na integração sócio-profissional. Parceria muito próxima com o sistema de ensino. Ligação estreita entre aprendizagens formais, não formais e informais.	1
Intervenção sociodesportiva colaborativa	1
Metodologia de intervenção.	1
Multidisciplinaridade. Intervenção universal. Promoção de comportamentos positivos. Aposta na educação não formal. Implementação de componentes artísticas, etc.	1
Na conjugação de vários parceiros em torno de uma plataforma de marketing comum, única na cidade	1
Na criação de interações entre instituições (escolas/associação de solidariedade social/instituições culturais)	1

	N
Na disponibilização de serviços de consultoria a pequenos negócios a preços acessíveis, que normalmente só estão disponíveis a empresas de alguma dimensão.	1
Na interação entre os diversos atores locais, na convergência em torno do Projeto.	1
Na oferta de respostas que, de outra forma, não existem ou são claramente insuficientes na Tapada da Mercês e que colocam as famílias e os seus percursos migratórios no centro da intervenção.	1
Na relação prevista com os stakeholders inicialmente identificados.	1
Neste território Laranjeiro Feijó é a única instituição com esta terapia	1
No reforço das redes existentes e na partilha de práticas no âmbito destas redes, nas ações para as famílias e no apoio individualizado na capacitação para a procura ativa de emprego.	1
No sentido que a qualidade que o robot trás a soldadura é sem duvida uma inovação	1
O meu projeto é inovador, na medida em que não existe nenhuma outra empresa na minha cidade e no distrito onde está inserido com a mesma produção de produtos.	1
O apoio do COESO, vai permitir o desenvolvimento de uma agência de Marketing de Conteúdos. A nossa missão é a de promover a região, as suas empresas e instituições e de aproximar estas realidades Rurais, a vários públicos alvo residentes na cidade de Lisboa.	1
O conceito é inovador na prevenção e tratamento	1
O Projeto é inovador na medida em que coloca as mulheres imigrantes como as empoderadoras das outras mulheres no contexto da Família, contribuindo para o aumento do seu bem-estar; O projeto foca-se em ações desenvolvidas pelas próprias mulheres imigrantes, dando-lhes visibilidade e voz na construção de uma cidadania para a igualdade entre mulheres e homens, e apoiando iniciativas culturais com origem nas comunidades migrantes e das suas associações	1
O projeto é inovador tanto a nível da metodologia utilizada como do produto (os materiais que são utilizados)	1
Participação do grupo alvo nas atividades	1
Pela fusão entre o design e a apresentação de produtos agroalimentares tradicionais. E por criar uma rede real de apoio e comercialização de produtos de pequenos produtores, investigando e divulgando práticas alimentares do nosso território.	1
Plataforma inovadora, que irá revolucionar a capacidade das empresas em todas as áreas	1
Por ter oportunidade de entrar em outras áreas de negocio.	1
Processos e resultados.	1
Produto alimentar que não existe no mercado português	1
Produtos de sustentabilidade via ecommerce	1
Projeto de prevenção com parte prática de culinária em sala de aula.	1
Projeto inovador no ramo imobiliário, que potencia as oportunidades de atração de IDE dos PALOPS em Portugal	1
Resposta inovadora à comunidade local na área no apoio alimentar, formação de Jovens com deficit cognitivo em contexto de trabalho	1
ver candidatura aprovada. Mas no essencial a metodologia aplicada ao desenvolvimento de motivação, competências , sinergias e instrumentos para o empreendedorismo - ver www.marsupio.pt	1
Visão holística da empregabilidade; intervenção centrada nas necessidades e motivações dos jovens; horário alargado; metodologia de Educação Não-Formal	1

Fonte: Inquérito aos beneficiários do DLBC Urbano - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1593. Refira os aspetos em que considera que o seu projeto poderá influenciar positivamente o território onde se encontra inserido.

	N
A criação de postos de trabalho potenciará o trabalho da empresa e consequente mente a conquista de mercado o que potenciará o crescimento da empresa e consequentemente a criação de mais postos de trabalho. Permitirá ainda o apoio à comunidade local na área financeira e fiscal.	1
A partir da capacitação da população abrem-se novas possibilidades para a resolução de problemas através da conjugação entre conhecimentos técnicos (TC99%) e do território (agentes locais)	1
A qualidade trás trabalho e o trabalho trás emprego e prosperidade para todos	1
A singularidade de metodologia e do know how aplicados ao desenvolvimento e competências para o empreendedorismo acreditamos que o território tem muito a beneficiar nesta aposta e trabalho de marca, qualificação, desenvolvimento de base endógena baseada nas pessoas, nos saberes e nas dimensões humanas e sociais das actividades económicas (cadeia de valor) associadas . Forte efeito multiplicador é por isso o ponto forte do projecto. A Camara de Setubal já o reconheceu e aceitou a incubação do projecto na sua incubadora.	1
Aliar dimensão social à dimensão ambiental e económica, criando novas oportunidades para capacitar pessoas vulneráveis e promover o empreendedorismo colaborativo onde pessoas com diferentes competências se associam para a criação de uma oficina colaborativa que trará valor acrescentado ao bairro e seus moradores.	1
Apoio à comunidade e a criação e manutenção de postos de trabalho	1
Apoio de proximidade integrado, mais célere e sobretudo mais adequado	1
Aproximação dos jovens para diferentes respostas comunitárias; promoção de atitudes cívicas; redução de comportamentos de risco; fomento de experiências profissionais duradoras e sustentáveis	1
Atração de investimentos avultados por parte de não residentes	1
Atração de novas entidades para o território, promoção do trabalho em rede, fomentar a abertura das escolas à comunidade, aumentar as competências das crianças da comunidade.	1
Através da capacitação económica de pequenos e médios produtores e de possibilitar que os seus produtos cheguem a um publico mais vasto e uma forma que o valorize.	1
Através de novas oportunidades de aprendizagem para as crianças e jovens do território com metodologias pedagógicas adaptadas e sensíveis e com diferenciadas oportunidades de formação e capacitação para adultos, permitindo melhor as suas competências e tornarem-se mais competitivos no mercado de trabalho.	1

	N
Capacidade de diálogo entre as diversas instituições.	1
Capacitação da comunidade (Público alvo)	1
Com ações que estão a ser implementadas favorecerá pela positiva o território	1
Combate a exclusão social de crianças e adultos em situação de pobreza	1
Contribui para diversificar as actividades desenvolvidas neste território.	1
Criação de postos de trabalho	3
Criação de trabalho, know-how, governance	1
Criação de uma resposta inovadora que ficará no território e continuará a produzir resultados.	1
Criação de valor no âmbito da reabilitação urbanística	1
Criação de valor partilhado entre organizações privada pública e entidades da economia social!	1
criar campo fértil para projetos inovadores	1
Dando mais oportunidades de aquisição de produtos.	1
Deixar ferramentas no território, projeto de prevenção	1
desenvolvimento local transversal, sucesso escolar, inclusão social crianças e jovens, intergeracionalidade, hábitos de vida saudáveis, coesão social, literacia multifuncional, requalificação sociourbana, luta contra estigma socioespacial	1
diminui a taxa de desemprego	1
Diminuição da taxa de desemprego. Aumento da competitividade das empresas.	1
Disponibilização de uma loja online para mulheres que se encontram em situação de fragilidade socioeconómica possibilitando autonomia financeira	1
Divulgação	1
É um projeto da comunidade para a comunidade, que preenche uma necessidade da população ao nível da saúde mental e física.	1
Empoderamento das famílias.	1
Este projeto é uma referência de caminho realizado no sentido da persistência, dinamismo, solidariedade, espírito de entre ajuda entre entidades, e de todos os envolventes neste projeto, apoiando a inclusão de pessoas em situação de vulnerabilidade .	1
Evidenciação das várias técnicas de impressão artística existente, proximidade e envolvimento da comunidade estudantil (Alunos da Faculdade de Belas Artes do Porto), etc.	1
Existem à volta de Lisboa uma coleção de ofertas (turísticas, empresariais, de saúde e bem estar, que tem déficit de divulgação nos centros urbanos. Saber quem contactar, onde contactar, que argumentos usar é aproximar realidades diferentes mas com um potencial de mutua valorização.	1
Foi um projeto concebido em concordância com os parceiros locais e identificado como uma necessidade no território. O acompanhamento psicossocial das crianças, jovens e suas famílias - beneficiários deste projeto - requer uma intervenção integrada, com a dinamização de grupos de trabalho interinstitucionais.	1
Influencia positivamente a mudança de hábitos	1
Maior interação entre os beneficiários; melhoria de qualidade de vida, melhor integração local e integração	1
Melhora a qualidade de vida da população sénior	1
Melhoria no acesso à cultura	1
Na capacitação em novas áreas profissionais, com a potencial redução do desemprego e na criação de novos negócios e através da capacitação também nas áreas do desenvolvimento pessoal e profissional permitindo uma melhor aproximação às necessidades do mercado de emprego e reforço da autoestima.	1
Na criação de redes locais e regionais entre pequenos negócios e que potenciam a dinamização de produtos e serviços.	1
Num reforço de partilhas entre Instituições, na prevenção e no olhar mais próximo para a primeira infância, no estabelecimento de redes e de criação de complementariedade em projetos que olhem para a capacitação de pessoas desempregadas e numa melhoria de qualidade de vida das famílias	1
O acesso digital aos serviços permite custos mais baixos (o que beneficia populações com menos recursos financeiros) e acesso aos serviços a partir de qualquer local (o que aumenta a facilidade de acesso a populações que vivem fora das zonas urbanas).	1
O projeto aborda as necessidades da comunidade de migrantes recentemente chegados a Portugal e que residem as freguesias de Laranjeiro e Feijó	1
O projeto contribui para varios objetivos da EDL e do programa de ação da Estratégia de Desenvolvimento Local de Base Comunitaria aprovados, no que respeita ao empreendedorismo e emprego. O recurso a contratar será um recurso dentro do grupo de Desempregados de longa duração inscrito no IEFP com 45 anos ou mais, inscrito há mais de 12 meses. Além disso este recurso irá trabalhar na organização com o objectivo de acordo com a OT9 de promover a inclusão social e combater a pobreza e discriminação através do desenvolvimento de estratégias de desenvolvimento local de base comunitária assentes em iniciativas de economia solidária , empreendedorismo social e inovação social. Trabalhará para expandir e melhorar processos para valorização de recursos capazes de atuar junto das populações mais vulneráveis e contribuir para inverter processos de privação material e exclusão social. Além do trabalho base e principal da distribuição de refeições e cabazes ajudará a pôr em prática novos projetos nomeadamente uma ideia em car	1
O projeto irá influenciar os beneficiários diretos (alunos) como os indiretos (professores e famílias) tanto a nível da promoção de competências sociais e emocionais, como a nível da saúde psicológica e bem-estar	1
OE1. Estimular o sucesso escolar por via de Ações Educativas de Sucesso junto da comunidade escolar e agregados familiares. Serão desenvolvidas atividades hortícolas que integrarão o projeto educativo da escola.OE2. Promover o espírito comunitário e o sentimento de pertença à comunidade. A qualificação de prateiras e arranjos será feita de forma participada junto da população residente através do desenvolvimento de hortas, jardins comestíveis nos espaços intersticiais, jardins verticais, etc.OE3. Potenciar percursos de ocupação e empregabilidade junto da população do 4 Crescente. Serão realizados workshops de capacitação para a promoção da autonomia profissional e económica da comunidade.OE4. Contribuir para a promoção do empreendedorismo e dinamização dos tecidos económicos locais. O reforço de abordagens locais inovadoras nesta área passará pela exploração de um modelo cooperativo dinamizada por núcleo de residentes e com o apoio da rede local	1
Otimização da saúde dos utentes, melhoria financeira e aumento da qualidade de vida	1

	N
Pela sua inovação, originalidade, e excelência dos produtos que produz, consequente boa aceitação dos clientes a nível Nacional, resultando num melhor conhecimento pelos clientes das mais valias e qualidade dos produtos produzidos no território onde se encontra inserido o projeto.	1
Pode criar uma liberdade de movimentos que ultrapassa barreiras geográficas, sociais e económicas, criando identificação com grupos fora dos bairros e visando a integração.	1
Por via do trabalho em rede mais eficiente junto dos beneficiários	1
Possibilidade de criar mais postos de trabalho	1
Postos de trabalho e ensino da musica a pessoas mas desfavorecidas	1
Prevenção do isolamento social/ transição digital	1
Proporcionar uma perspetiva mais abrangente de solução de problemas	1
Proporcionar uma plataforma digital para aqueles que não sabem ou não têm condições para o fazer	1
Redução da taxa de insucesso e abandono escolar. Envolvimento dos pais na vida escolar dos filhos. Mudança da postura dos agentes educativos das escolas face às crianças e adolescentes provenientes de meios mais desfavorecidos.	1
Resposta integrada na área da capacitação de pessoas em dificuldades financeiras	1
Trazer inovação para o território	1
Trazer melhores resultados comerciais e financeiros às empresas e pessoas apoiadas com formação e consultoria de comunicação.	1
Um olhar mais positivo da comunidade sobre o trabalho técnico; A valorização do percurso escolar por parte de crianças, jovens e famílias; Adoção de metodologias diferenciadoras em contexto de sala de aula	1

Fonte: Inquérito aos beneficiários do DLBC Urbano - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1594. O projeto teria sido executado sem este financiamento?

	Total (N=117)	
	N	% de casos
Sim, com o mesmo formato	6	5,1
Sim, mas com um investimento menor	34	29,1
Sim, mas com um prazo de realização mais elevado	34	29,1
Não	58	49,6

Fonte: Inquérito aos beneficiários do DLBC Urbano - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1595. O projeto pode considerar-se complementar de outros projetos desenvolvidos pela entidade?

	N	%
Sim	63	57,3
Não	47	42,7
Total	110	100,0

Fonte: Inquérito aos beneficiários do DLBC Urbano - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1596. Indique o tipo de projeto e a sua fonte de financiamento.

	N
+CO3SO	1
+COESO, com financiamento bancário	1
+COESO. Fonte financiamento: apoio e auto financiamento	1
A atividade regular da Casa Árabe Portuguesa e da Rato - ADCC sem haver um projeto específico e concreto	1
A Fábrica do Empreendedor de Lisboa, que capacita toda a população de Lisboa na integração no mercado de trabalho e na criação do próprio emprego, mas não nas áreas específicas técnicas do atual projeto, a Fábrica do Empreendedor tem financiamento próprio de 40% e 60% do município de Lisboa através de candidaturas anuais ao Programa RAMML.	1
A marca de gelados Fratellini pertence a Rémore Oficinas unipessoal, lda. esta por sua vez tem um unico acionista que é a Ass. Vale de Acór (IPSS) que trabalha na recuperação de pessoas com problemas de drogas. A Rémore tem outros projectos de inserção nomeadamente uma cozinha com equipamento industrial com apoios de empresas do sector privado, entre outros...	1
A rede de voluntariado STC contempla projetos próprios (sempre com parcerias) e projetos desenvolvidos por parceiros para os quais mobiliza voluntários com o espírito de serviço à cidade, fomentando a coesão social e a mudança de situações sociais de exclusão, carência e injustiça. Os principais projetos próprios da Associação são: os Jantares Comunitários (em Lisboa, Porto e Coimbra, lançados com o apoio da Comissão Europeia), a Academia da Mudança (ateliers de capacitação em Lisboa, Oeiras e Porto, em parceria com a CML, a CMO e a Fundação CEPISA/ Prémio Valor Social, respetivamente), o Pontes sem Idade (projeto com seniores em várias freguesias de Lisboa e Oeiras, que recebeu o Prémio BPI "la Caixa" Seniores), a Amizade em Linha (voluntariado por telefone de acompanhamento a pessoas isoladas no contexto da pandemia), o Cultivar Futuros (projeto de desenvolvimento local de base comunitária promovido pelo Programa Operacional Lisboa 2020 e financiado pelo Fundo Social Europeu) e o Mobilidade (projeto de promoção do bem estar da população sénior financiado pelos Bairros Saudáveis). Em apoio a entidades parceiras, complementando os seus bens e serviços, os voluntários da rede Serve the City constituem-se em Equipas Serve-in (ES-in): a ES-in Câmara Municipal de Lisboa faz a distribuição de refeições quentes a pessoas em situação de sem abrigo no Cais do Gás; a ES-in Exército de Salvação distribui o Banco Alimentar e acompanha pessoas seniores isoladas na Pena, em Lisboa; as ES-in AMI, VITAE e Ares do Pinhal apoiam pessoas em situação de sem abrigo em 4 Centros de Alojamento Provisório durante período COVID19 em Lisboa; a ES-in Lisbon Project faz "refugee advocacy" em Lisboa.	1
alargamento espaço comercial. capitais próprios	1
Aplicação do Rendimento Social de Inserção	1
Autofinanciamento e recursos pessoais	1
Capacitação e empoderamento na área dos Direitos humanos - CIG-	1
Casa da Juventude - CDC DA CML para a JF Beato	1
Centro Comunitário - Instituto de Segurança Social, I.P.	1

	N
CLAIM através da CMS e um projecto de rádio comunitária através dos Bairros Saudáveis.	1
COESO, Marketing de Conteúdos	1
complementar a todos os projetos que acontecem nestes territórios	1
Desenvolvimento de competências - Academias Gulbenkian do Conhecimento; promoção do sucesso escolar - Projeto Escolhas	1
divulgação e ensino da musica, Portugal 2020 Cresce algarve	1
Educação/ Combate abandono escolar.	1
estamos inseridos na RES	1
este projeto é um complemento ao trabalho que desenvolvemos, neste momento este é o único projeto financiado que temos	1
Experiência prévia da promotora	1
Fundos próprios	1
Inclusão digital/ fonte de financiamento: PAFI	1
Incubadora de inovação social Hivework Social , cofinanciado pelo Programa parcerias para o Impacto Social do Portugal Inovação Social	1
Lavandaria industrial, agencia de gestão de A.L. (já existente) fonte financiamento: Banca	1
Municípios	1
O projeto "Bairro sem carie" financiamento de entidades parceiras e fundos próprios	1
Operação com Formação	1
Os nossos projectos até hoje foram acontecendo muito lentamente por a fonte de financiamento ser habitualmente proveniente do caixa	1
Os objetivos principais são a Expansão e Melhoria dos processos aplicados ao projetos já existentes e em algumas areas a implementação de novos projectos. O objetivo máximo é conseguir apoiar mais utentes e chegar a mais pessoas dado que os pedidos de ajuda triplicaram. Essa ajuda será traduzida na prática com a distribuição de mais refeições por dia e com a entrega de mais cabazes alimentares alargando essa ajuda a mais famílias. Os objetivos especificos sao: Alargar a atuação das Equipas de Rua a todos os dias da semana (atualmente distribuimos 4 dias por semana as Terças, Quintas, Sextas e Domingos); Alargar a entrega de cabazes alimentares a mais famílias, Formar novos voluntarios para as atividades já existentes e para os dois novos restaurantes solidarios que vão abrir. Angariação de mais donativos no sentido de suportar o aumento da ajuda a fornecer, elaboração de protocolos com varias empresas, Promover as recolhas alimentares em mais supermercados, Gerir a rede de voluntarios de todos os projetos de	1
Participação num programa de incubação de ideias de empreendedorismo social; fonte de financiamento: mecenato	1
PIEAS / FSE	1
PIEAS / FSE; DLBC, Empreendedorismo Feminino	1
Projectos de arquitectura contratados pela C.M.Lisboa, BipZip, outros financiamentos para realização de obras	1
Projeto de partilha de conhecimentos e capitais próprios	1
Projeto de promoção de empregabilidade jovem ao abrigo do Programa +CO3sSO - Empreendedorismo Social	1
Projeto idêntico mas desenvolvido em outras escolas, com o financiamento de outros parceiros (Câmara Municipal de Cascais e Juntas de Freguesia)	1
Projeto Inovador Social, FSE, Portugal 2020, Lisboa 2020	1
Projetos financiados pelo Programa Escolhas	1
Projetos Inovadores e /ou Experimentais para o Desenvolvimento de Novas Estratégias Locais de intervenção Social . Portugal2020 e Fundo Social Europeu	1
Projetos que trabalham com jovens, migrantes, etc e pretendem autonomizar para a liberdade de movimentos.	1
Rede de doçaria do Algarve - CO3so	1
Rendimento Social de Inserção e CAFAP. Foonte de financiamento: Segurança social	1
Venda Online, financiamento pessoal e bancário.	1

Fonte: Inquérito aos beneficiários do DLBC Urbano - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1597. Indique a sua perceção sobre o contributo dos projetos apoiados pelo GAL relativamente às dimensões seguintes:

	1 – Nulo		2		3		4		5		6 – Elevado		Não sabe/não tem opinião formada		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Estimular a criação de emprego sustentável, designadamente para desempregados e outras pessoas desfavorecidas ou inativas	-	-	1	0,9	4	3,5	24	20,9	29	25,2	41	35,7	16	13,9	115	100,0
Promover a criação do emprego por conta própria	3	2,7	1	,9	4	3,6	23	20,9	21	19,1	30	27,3	28	25,5	110	100,0
Promover aa criação de empresas	2	1,8	3	2,7	3	2,7	25	22,7	20	18,2	31	28,2	26	23,6	110	100,0
Promover o empreendedorismo social	1	0,9	3	2,7	2	1,8	22	19,5	24	21,2	40	35,4	21	18,6	113	100,0
Promover a criação líquida de postos de trabalho	-	-	1	0,9	5	4,4	21	18,4	27	23,7	45	39,5	15	13,2	114	100,0
Promover a fixação e a capacidade de atração de população	4	3,5	1	0,9	3	2,7	25	22,1	24	21,2	29	25,7	27	23,9	113	100,0
Estimular a manutenção da ocupação do território	2	1,8	1	0,9	2	1,8	24	21,1	35	30,7	32	28,1	18	15,8	114	100,0
promover ações integradas, inovadoras e/ou experimentais de promoção local da inclusão social ativa promovendo a existência de redes para a inovação e coesão social	2	1,8	1	0,9	2	1,8	22	19,5	31	27,4	39	34,5	16	14,2	113	100,0

	1 – Nulo		2		3		4		5		6 – Elevado		Não sabe/não tem opinião formada		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Promover a inclusão social e de redução da pobreza	1	0,9	1	0,9	4	3,6	20	17,9	27	24,1	46	41,1	13	11,6	112	100,0
Promoção da igualdade no acesso ao ensino, a melhoria do sucesso educativo dos alunos e a qualidade e eficiência do sistema de educação	3	2,7	2	1,8	1	0,9	23	20,7	24	21,6	31	27,9	27	24,3	111	100,0

Fonte: Inquérito aos beneficiários do DLBC Urbano - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1598. Média da perceção sobre o contributo dos projetos apoiados pelo GAL relativamente às dimensões seguintes (1 – Contributo nulo, a 6 - Contributo muito elevado):

	N	Média
Estimular a criação de emprego sustentável, designadamente para desempregados e outras pessoas desfavorecidas ou inativas	99	5,06
Promover a criação do emprego por conta própria	82	4,80
Promover a criação de empresas	84	4,80
Promover o empreendedorismo social	92	5,01
Promover a criação líquida de postos de trabalho	99	5,11
Promover a fixação e a capacidade de atração de população	86	4,76
Estimular a manutenção da ocupação do território	96	4,93
Promover ações integradas, inovadoras e/ou experimentais de promoção local da inclusão social ativa promovendo a existência de redes para a inovação e coesão social	97	5,02
Promover a inclusão social e de redução da pobreza	99	5,11
Promoção da igualdade no acesso ao ensino, a melhoria do sucesso educativo dos alunos e a qualidade e eficiência do sistema de educação	84	4,86

Fonte: Inquérito aos beneficiários do DLBC Urbano - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

DEFINIÇÃO DA ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO LOCAL (EDL)

Quadro 1599. Grau de conhecimento do GAL e da Estratégia de Desenvolvimento Local:

	1 – Não conhece		2		3		4		5		6 – Conhece muito bem		Total		Média
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	
Grau de conhecimento do GAL	8	7,0	7	6,1	22	19,1	32	27,8	32	27,8	14	12,2	115	100,0	4,00
Grau de conhecimento da EDL	14	12,2	11	9,6	24	20,9	30	26,1	23	20,0	13	11,3	115	100,0	3,66

Fonte: Inquérito aos beneficiários do DLBC Urbano - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1600. Participou na definição da Estratégia de Desenvolvimento Local definida pelo GAL para o seu território de intervenção?

	N	%
Não sabe o que é a Estratégia de Desenvolvimento Local (EDL)	21	18,1
Não	74	63,8
Sim	21	18,1
Total	116	100,0

Fonte: Inquérito aos beneficiários do DLBC Urbano - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1601. Forma participou na definição da Estratégia de Desenvolvimento Local

	Total (N=24)	
	N	% de casos
Sessões Públicas de debate	13	54,2
Recolha formal de pareceres e contributos	3	12,5
Inclusão em grupos de trabalho	12	50,0
Resposta a questionário	8	33,3
Outro.	2	8,3

Fonte: Inquérito aos beneficiários do DLBC Urbano - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1602. Outro. Qual?

	N
Através do Plano de Desenvolvimento Social de Almada	1
Infelizmente não participamos porque não fomos convidados para tomar parte	1

Fonte: Inquérito aos beneficiários do DLBC Urbano - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1603. Considera que a mobilização para a sua participação foi apenas formal (resposta formal a mecanismos estabelecidos de auscultação) ou substantiva com o convite a um envolvimento concreto do qual decorreu uma participação ativa na conceção da estratégia?

	N	%
Formal	7	31,8
Substantiva	15	68,2
Total	22	100,0

Fonte: Inquérito aos beneficiários do DLBC Urbano - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1604. Forma participou na definição da Estratégia de Desenvolvimento Local

	Total (N=20)	
	N	% de casos
Nenhum resultado	2	10,0
Poucos resultados efetivos, mas produziu uma perceção de participação que é relevante no território	5	25,0
Produziu resultados em termos de alargamento de âmbito da estratégia (território, objetivos, metas, áreas de intervenção e atores na implementação)	3	15,0
Conduziu à identificação e consensualização de projetos estratégicos/prioritários	8	40,0
Conduziu ao alargamento das potenciais fontes de financiamento	4	20,0
Conduziu à identificação de atores para a conceção/execução da estratégia	6	30,0
Conduziu à identificação de projetos complementares com os quais se estabeleceram articulações	5	25,0

Fonte: Inquérito aos beneficiários do DLBC Urbano - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1605. Com base no seu conhecimento, assinale o tipo de atividades que têm sido desenvolvidas para promover o envolvimento e participação dos atores locais na implementação da EDL e indique o seu nível de participação nas mesmas

	1 – Nulo/muito reduzido		2		3		4		5		6 – Muito Elevado		Não participou		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Reuniões/encontros com parceiros promovidos	9	9,1	6	6,1	2	2,0	21	21,2	14	14,1	12	12,1	35	35,4	99	100,0
Sessões de divulgação e sensibilização e esclarecimento	11	10,7	4	3,9	4	3,9	18	17,5	19	18,4	15	14,6	32	31,1	103	100,0
Reuniões, seminários, workshops públicos	11	11,0	5	5,0	3	3,0	22	22,0	15	15,0	11	11,0	33	33,0	100	100,0
Produtos de comunicação do GAL/Entidade Gestora (newsletter, site)	12	12,1	3	3,0	8	8,1	22	22,2	16	16,2	8	8,1	30	30,3	99	100,0
Produtos de comunicação do GAL/Entidade Gestora (páginas das redes sociais ...)	12	12,1	5	5,1	6	6,1	21	21,2	16	16,2	8	8,1	31	31,3	99	100,0
Grupos de trabalho temáticos	16	16,2	4	4,0	5	5,1	17	17,2	12	12,1	7	7,1	38	38,4	99	100,0
Visitas a projetos de investimento,...	19	19,6	5	5,2	3	3,1	17	17,5	8	8,2	4	4,1	41	42,3	97	100,0
Feiras, festas temáticas; mostras de produtos locais	18	18,4	3	3,1	5	5,1	21	21,4	6	6,1	2	2,0	43	43,9	98	100,0
Participação em projetos de cooperação	18	18,2	2	2,0	4	4,0	18	18,2	12	12,1	5	5,1	40	40,4	99	100,0
Outra	6	23,1	-	-	-	-	3	11,5	-	-	2	7,7	15	57,7	26	100,0

Fonte: Inquérito aos beneficiários do DLBC Urbano - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1606. Média do nível da participação nas mesmas (escala de 1 Nulo/muito reduzido a 6 muito elevado)

	N	Média
Reuniões/encontros com parceiros promovidos	64	3,95
Sessões de divulgação e sensibilização e esclarecimento	71	4,06
Reuniões, seminários, workshops públicos	67	3,87
Produtos de comunicação do GAL/Entidade Gestora (newsletter, site)	69	3,74
Produtos de comunicação do GAL/Entidade Gestora (páginas das redes sociais ...)	68	3,71
Grupos de trabalho temáticos	61	3,43
Visitas a projetos de investimento,...	56	3,04
Feiras, festas temáticas; mostras de produtos locais	55	3,00
Participação em projetos de cooperação	59	3,32
Outra	11	2,73

Fonte: Inquérito aos beneficiários do DLBC Urbano - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1607. Outro. Qual?

	N
É muito recente a nossa intervenção no território, embora mais expressiva nos últimos 2 anos, com dois projetos aprovados pela DLBC Lisboa e 3 aprovados pelo Portugal Inovação Social.	1
Podemos estar a ser injustos mas nada "recebemos" do GAL como informação pelo que, se somos entidade comm projecto aprovado e nao recebemos, supomos que não existe...	1

Fonte: Inquérito aos beneficiários do DLBC Urbano - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1608. Indique se considera que a sua participação e a de outras entidades na implementação do DLBC contribuiu para os seguintes resultados?

	Total (N=87)	
	N	% de casos
Racionalização de recursos	20	23,0
Continuidade de intervenções	35	40,2
Multidimensionalidade das intervenções	39	44,8
Complementaridade de intervenções	39	44,8
Aumento do alcance em termos do perfil dos beneficiários apoiados	49	56,3
Construção de parcerias	49	56,3
Alargar o âmbito de atuação	39	44,8
Outros	1	1,1

Fonte: Inquérito aos beneficiários do DLBC Urbano - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1609. Outro. Qual?

	N
partilha de boas praticas entre projetos e entidades beneficiárias	1
Todas estas eram as VANTAGENS potenciais que acreditamos GAL não tem potencializado ao ver-se como fISCAL e secundarizando todas as demais funções	1

Fonte: Inquérito aos beneficiários do DLBC Urbano - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1610. Considera que os que os atores locais poderiam envolver-se mais na implementação da EDL?

	N
Sim. Quais atores?	
A comunidade em geral, residentes no território	1
A GAL e os empresários	1
Algumas escolas	1
Associações recreativas e culturais	1
Câmara Municipal de Sintral, Associações de migrantes, Ipss, Aces Sintra, Outras instituições relevantes	1
Câmaras municipais, entidades sociais, e empresas	1
Empresários de pequenas micro e pequenas empresas	1
Empresas organizações da economia social e GAL	1
Empresas; Associações de Moradores	1
Estruturas informais e microempresas	1
Governos Locais- autarquias	1
Instituições e Organizações Publicas	1
IPSS, Arupamentos de Escolas, Poder Local, Segurança Social	1
Moradores dos bairros	1
Município e Juntas de Freguesia	1
Município, Associações, Centros de Formação	1
Organismos públicos locais	1
Outros atores informais nas áreas da Cultura e Juventude	1
Outros projectos DLBC	1
Saúde, Educação, Social, Empresas, Justiça	1
Sim. AS várias entidades sociais relevantes	1
Sim. Maior participação de empresas.	1
SIM. Privados, publicos e terceiro sector , sobretudo entidades com projectos aprovados (porque, supoe-se, tem os melhores projectos para o território e seu desenvolvimento)	1
Toda a comunidade	1
Todas as entidades públicas e privadas do 3.º sector	1
Todos	4
Sim. De que forma?	
Apoios financeiros e logísticos	1
Através de reuniões para conhecer as empresas e as melhores formas de estímulo e apoio ao investimento	1
com mais eventos de proximidade, mesmo online nesta fase pandémica.	1
Convidar, encontros reghulares, envolver, debater e sugerir	1
Criação de ações transversais para sustentar as intervenções já realizadas	1
Criação de planos de ensino integrados com associações da comunidade local	1
criando redes focalizando a resolução de problemas sociais complexos, complementaridade na atuação respondendo de forma mais adequada e eficaz aos desafios dos territórios e comunidades locais	1
Criando redes parceiras e que permitam uma maior dinâmica no mercado	1
De uma forma concertada, recorrerem aos diversos apoios conjuntamente, para que não se repitam nem se sobreponham o mesmo tipo de ajuda/apoio	1
Diagnóstico sérios reuniões de trabalho e verificação in loco dos trabalhos desenvolvidos e de potenciais melhorias	1
Divulgando, estimulando a participação da sociedade civil	1

	N
Entidades com projectos aceites Estas entidades poderiam e deviam ser mais chamados a ser "rede". Mal acabe a maldita pandemia esperamos GAL mude "agulha" e estimule tal ideia.	1
Fazer chegar melhor comunicação às associações locais através dos gabinetes associativos.	1
Grupos de interesse e pressão, democracia participativa	1
Maior dinamismo	1
Mais participação, mais propostas práticas, mais conhecimento	1
Parcerias	2
Participando de forma mais ativa e dinâmica.	1
Participando nas atividades desenvolvidas	1
participando nos momentos de partilha como ponto de partida	1
Partilhando as suas dificuldades e em trabalhando conjuntamente para gerar sinergias locais	1
Promoção de networking e partilha de boas práticas	1
Proporcionando uma maior articulação das partes	1
Saber o que existe, para quem respondem numa otica de otimização das respostas para todos.	1
Trabalhando em rede, conhecimento da EDL, criação de momentos com as várias instituições, criando um olhar integrado sobre as várias as várias as necessidades expostas na EDL e a intervenção das várias áreas dos referidos atores	1
visitas, econtros, partilha de experiências	1
Workshops de brainstorm (presenciais ou teams)	1
Não. Justifique	
Acho que têm um envolvimento suficiente	1
enorme o esforço e dedicação demonstrados pelos intervenientes	1
Já há muito tempo dispendido	1
Sim. O tecido empresarial deve ser ouvido antes de definidos os programas a implementar	1

Fonte: Inquérito aos beneficiários do DLBC Urbano - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.

Quadro 1611. Caso queira acrescentar algum comentário utilize o espaço seguinte:

	N
A exigência do projeto em termos burocráticos e financeiros, leva a algum tempo de adaptação por parte dos colaboradores. Além que despende-se muito tempo nestas atividades, em vez de focar em atividades em prole da comunidade.	1
A pergunta 26 tem uma formulação confusa para nós por isso não a preenchemos	1
Burocracia extrema; demora na obtenção de respostas por parte do SI2E; balção 2020 com imensos entraves na submissão de despesas e saldo final; demora de 2 anos para fechar um projeto que continua sem se conseguir submeter o saldo final e sem se compreender o porquê do sistema não aceitar; programas dirigidos e pequenas e micro empresas que na prática não são acessíveis ao nível da linguagem, literacia financeira e tecnológica. É necessário fazer uma formação de conhecimento e paciência (são dias/horas gastas) para TENTAR cumprir com todos os requisitos, pq muitas vezes mesmo apoiada pelos técnicos do GAL não se consegue concretizar a submissão das despesas. Tudo é um problema! Só posso contactar que o projeto terminou em 2019 e por esta ou aquela questão não está fechado! Sou apologista destas iniciativas e do intuito com que foram criadas, mas na prática estão completamente desadequadas da realidade. Estes projetos continuam a ser indicados para empresas com boas estruturas que têm colaboradores e equipas de advogados e contabilistas ou empresas com dinheiro que consigam subcontratar ajudas.	1
é urgente apoiar as associações de desenvolvimento local que pertencem e são associadas aos GAL com apoio financeiro de base anual permanente extra projetos financiados de forma a poderem ter fundo de maneo para suportar a estrutura burocrática/administrativa que permite candidaturas e gestão destes projetos, permitindo ter uma equipa de gestão/administrativa contratada e garantida no terreno(ex: deixar de haver dirigentes que trabalham gratuitamente como administrativos dos projetos para gerir toda a burocaria inerente)	1
Este questionário tem algumas perguntas que ao nível do português e da lógica são de compreensão difícil (muito rebuscadas).	1
Nada a registar.	1
Não Obrigada	1
O apoio do GAL tem sido fundamental para conseguir cumprir todos os requisitos da candidatura e para conseguir mantê-la.	1
O GAL em que se encontra o meu projeto, trabalha de uma forma clara, empenhada e muito eficaz. Sempre que solicitei apoio de esclarecimento de duvidas que foram surgindo ao longo da minha candidatura, obtive rápida resposta e muito eficaz resposta algumas vezes acompanhada de documentação complementar, que facilitou muito o esclarecimento. Resumindo, o trabalho da GAL é muito importante para mim desde o início quando da minha candidatura, bem como agora com todo o apoio prestado.	1
O questionário tem vários erros ortográficos e de lógica de preenchimento.	1
Pandemia dificulta acção do GAL para criar redes e sinergias. Mas problema maior está na "atitude" e entendimento do seu papel, não na pandemia.	1
Pedem/exigem às empresas para cumprir prazos, mas se quem está a cima não cumprir... em que ficamos? Como as empresas podem fazer melhor o seu trabalho?	1
Pergunto se teremos acesso as conclusões do estudo! Estou em crer que os GAL são positivos mas tem de trabalhar! Obrigada pelo estudo. Um feliz e excelente 2022	1
que aumente a confiança nos parceiros que beneficiam de apoio e que se elimine a burocracia! É inadmissível passarem mais de 100 dias entre a data de um pedido de reembolso e a obtenção da respetiva verba!	1
Questionário demasiado longo e nalguns casos sem a opção de Não sabe ou Não responde	1
Questionário muito extenso.	1
Reduzir a burocracia, aumentar a celeridade de resposta aos pedidos de reembolso (ex. Pedidos de reembolso por adiantamento). Não faz sentido as organizações estarem com preocupações financeiras porque as CCDD não têm técnicos suficientes e não agilizam os processos.	1

	N
Sendo o Concelho de Sintra, o segundo maior populoso em termos de residentes depois de Lisboa, merece ter mais fundos para permitir as organizações de sociedade civil a implementar ações concretas em prol da comunidade em particular da comunidade migrante que tanto necessita.	1
Sou profissional de comunicação com 30 anos de experiência. Se porventura um dia tiverem necessidade dos meus serviços e se eu vos aconselhar a alinhar o vosso USP com o RW e o RtB - ficam: a) Esclarecidos b) Com a certeza de que necessitam de um especialista em comunicação para resolver o alinhamento c) Desanimados com a complexidade do processo d) Com a certeza de que necessitam de outro fornecedor O tecido empresarial português - e a tipologia de beneficiários deste tipo de incentivo - não se compadece com o hermetismo burocrático que circula em torno dos empreendedores. O mais importante para a Comunidade Local, para o Estado e para a Europa, é a criação de casos de sucesso que possam inspirar confiança no futuro. O Empreendedor tem de se concentrar NAQUILO QUE SABE FAZER e ser apoiado no que não sabe (ou não consegue fazer). Os aspectos burocráticos são importantes para refrear oportunismos financeiros, mas da forma como estes acontecem, apenas inflacionam os custos das máquinas administrativas (do lado do estado e do lado dos consultores). Para os PEQUENOS beneficiários a candidatura é uma «missa em Latim». Na sua interpretação têm medo de falhar, têm pavor de ficar prejudicados por uma alínea que de repente emergiu e ficam muitas vezes com mais vontade de receber subsídios de desemprego do que incentivos à criação de emprego. Estou agradecido por esta oportunidade, sinto que posso contribuir de forma positiva para o MONTIJO e quero dedicar todas as minhas forças para que este «pontapé de saída» permita a criação de postos de trabalho de qualidade para uma geração de jovens criativos.	1
Vamos continuar a trabalhar no estímulo ao investimento, economia e prosperidade locais e territoriais.	1

Fonte: Inquérito aos beneficiários do DLBC Urbano - Avaliação da Operacionalização dos Instrumentos Territoriais, ISCTE/PPLL, 2022.